



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3132

Quarta-feira - 06 de Maio de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrolândia	3	Cordilheira Alta	280	Jupia	610
Agronômica	5	Coronel Freitas	283	Lages	612
Água Doce	18	Coronel Martins	287	Laguna	613
Águas de Chapecó	22	Correia Pinto	288	Lajeado Grande	621
Águas Frias	23	Cunha Porã	293	Lauro Muller	624
Águas Mornas	25	Cunhataí	311	Lebon Regis	630
Alto Bela Vista	26	Curitibanos	313	Leoberto Leal	631
Anchieta	30	Dona Emma	316	Lindóia do Sul	633
Angelina	42	Doutor Pedrinho	321	Lontras	635
Anitápolis	44	Entre Rios	325	Luiz Alves	638
Antônio Carlos	45	Erval Velho	338	Luzerna	646
Apiuna	47	Flor do Sertão	340	Macieira	647
Arabutã	53	Formosa do Sul	347	Mafra	650
Ascurra	57	Forquilha	352	Maravilha	652
Atalanta	58	Fraiburgo	357	Massaranduba	654
Balneário Arroio do Silva	59	Frei Rogério	363	Matos Costa	657
Balneário Piçarras	66	Garopaba	364	Meleiro	659
Balneário Rincão	70	Garuva	376	Modelo	661
Bandeirante	76	Gaspar	378	Mondaí	670
Barra Bonita	78	Grão Pará	379	Monte Carlo	672
Barra Velha	80	Gravatal	382	Monte Castelo	673
Bela Vista do Toldo	82	Guaraciaba	384	Morro da Fumaga	674
Belmonte	91	Guaramirim	386	Navegantes	675
Benedito Novo	101	Guarujá do Sul	390	Nova Erechim	682
Biguaçu	106	Guatambú	392	Nova Itaberaba	690
Blumenau	129	Herval d'Oeste	395	Nova Trento	697
Bom Jardim da Serra	145	Ibiam	399	Nova Veneza	702
Bom Jesus	147	Ibicaré	405	Novo Horizonte	703
Bom Jesus do Oeste	148	Ibirama	406	Orleans	706
Bom Retiro	152	Ilhota	409	Ouro	748
Botuvera	158	Imbituba	411	Palhoça	749
Brusque	162	Imbuia	419	Palma Sola	789
Caçador	175	Indaial	420	Palmeira	791
Caibi	205	Ipira	427	Palmitos	792
Camboriú	208	Iporã do Oeste	435	Paraíso	793
Campo Alegre	209	Ipumirim	436	Passos Maia	830
Campo Erê	214	Iraceminha	439	Penha	833
Campos Novos	224	Irani	441	Peritiba	851
Canelinha	230	Iratí	443	Pescaria Brava	856
Canoinhas	231	Irineópolis	445	Petrolândia	871
Capinzal	243	Itaiópolis	446	Pinhalzinho	874
Catanduvas	247	Itapema	447	Pinheiro Preto	875
Caxambu do Sul	249	Itapiranga	452	Piratuba	876
Celso Ramos	251	Itapoá	464	Planalto Alegre	886
Cerro Negro	252	Ituporanga	523	Pomerode	887
Chapadão do Lageado	253	Jaborá	524	Ponte Serrada	892
Chapecó	254	Jaraguá do Sul	532	Porto Belo	895
Cocal do Sul	255	Jardinópolis	563	Porto União	898
Concórdia	256	Joaçaba	587	Pouso Redondo	903

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3132

Quarta-feira - 06 de Maio de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Praia Grande.....	905	São João do Oeste	1018	Timbó	1121
Presidente Castello Branco	906	São João do Sul	1019	Timbó Grande	1127
Presidente Getúlio	908	São Joaquim	1025	Três Barras	1138
Princesa	914	São José.....	1032	Treviso	1144
Quilombo.....	924	São José do Cedro.....	1034	Treze Tílias	1147
Rio do Campo	931	São Lourenço do Oeste.....	1040	Tunápolis	1149
Rio dos Cedros.....	942	São Miguel da Boa Vista	1045	Turvo	1150
Rio do Sul.....	938	São Miguel do Oeste.....	1046	União do Oeste	1151
Rio Negrinho.....	943	São Pedro de Alcântara.....	1069	Urubici	1158
Romelândia.....	948	Saudades.....	1070	Urupema	1168
Saltinho.....	969	Schroeder.....	1072	Urussanga	1169
Santa Helena	970	Seara	1087	Vargeão.....	1183
Santa Rosa de Lima.....	971	Serra Alta	1092	Vargem Bonita	1184
Santa Rosa do Sul	973	Siderópolis.....	1094	Videira.....	1187
Santa Terezinha do Progresso	974	Sombrio.....	1095	Vitor Meireles.....	1194
Santo Amaro da Imperatriz	978	Sul Brasil	1101	Witmarsum	1196
São Bento do Sul.....	979	Tangará	1103	Xanxerê.....	1206
São Bernardino	985	Tigrinhos	1110	Xavantina	1212
São Francisco do Sul.....	989	Tijucas	1113	Xaxim	1215
São João Batista.....	1012	Timbé do Sul	1120	Zortéa	1216

Associações

AMFRI	1221	AMMOC	1222
-------------	------	-------------	------

Consórcios

ARIS	1223
CIGA	1224
CIMVI.....	1227
CINCATARINA	1234
CIS/AMFRI.....	1236
CIS/AMUREL	1237
CVC.....	1238
CIRSURES.....	1239



Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020

Publicação Nº 2466042



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO 4º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA, EM 27 DE ABRIL DE 2020.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2020 (dois mil e vinte), a Câmara de Vereadores de Agrolândia reuniu-se em sua 4ª Sessão Extraordinária, de forma virtual – através do aplicativo de reuniões virtuais "Zoom" – na qual o Presidente solicitou ao 1º Secretário para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início a presente Reunião. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 Vereadores: **Rodrigo Biancati, Valdinei Eger, Adelândio Galvani, Rejane Ana Schaade Sasse, Ingo Piske, Claércio Figueredo, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Isac Ramos e Hélio Miranda de Oliveira.** Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Extraordinária. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da reunião anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. Tratando-se de uma Sessão Extraordinária, o Presidente deu início a Ordem do Dia, na qual colocou em única votação o **PROJETO DE LEI Nº 025/2020, DE 17 DE ABRIL DE 2020.** Homologa o Termo de Compromisso PAR Nº 202001656-5, que entre si celebram o Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Agrolândia; Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências; e **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2020, DE 13 DE ABRIL DE 2020.** Institui ritos de procedimentos para a realização de sessões ordinárias e extraordinárias, na modalidade remota, no âmbito da Câmara Municipal de Agrolândia/SC, como solução a ser utilizada durante a emergência de saúde pública relacionada à pandemia do COVID-19 e assemelhados. Aprovados por unanimidade. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Reunião Ordinária virtual, para o dia 04 de maio de 2020, no horário de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Sessão. E assim declarou encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Agrolândia/SC, 27 de abril de 2020.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**Adelândio Galvani**

Presidente da Mesa

Rodrigo Biancati

Vice-Presidente

Ingo Piske

1º Secretário

Fernando Nicolas Lassalle Olivera

2º Secretário

Agronômica

PREFEITURA

237/2020

Publicação Nº 2466395

PORTARIA Nº 237/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 16, da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010 e seus parágrafos, que prevê a promoção vertical por nova habilitação na área de atuação.

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. PATRICIA REGINA MORESCO MARQUEZ, matrícula, nº 519, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 3, do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, comprova através de certificado sua participação em curso de "Lato – Sensu", especialização em EDUCAÇÃO DO CAMPO, concluído em 06/01/2020 Considerando ainda, o requerimento da servidora, já anteriormente protocolizado nesta municipalidade (06/02/2020), onde requer a vantagem, e parecer jurídico do Assessor jurídico municipal emitido em 24/04/2020.

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pelo servidor municipal Sra. PATRICIA REGINA MORESCO MARQUEZ, matrícula, nº 519, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 3, jornada de 20hs semanais do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 3

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo, cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 06/02/2020

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

238/2020

Publicação Nº 2466396

PORTARIA Nº 238/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. MARCIA RAMOS, matrícula nº 1078 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 13/01/2020 A 13/01/2021.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 a 20/04/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 13/01/2020 A 13/01/2021, para a servidora Sra. MARCIA RAMOS, matrícula nº 1078 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

239/2020

Publicação Nº 2466397

PORTARIA Nº 239/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. NAIANA CAROLINE DOS SANTOS, matrícula nº 1080 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 13/01/2020 A 13/01/2021.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 a 20/04/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 13/01/2020 A 13/01/2021, para a servidora Sra. NAIANA CAROLINE DOS SANTOS, matrícula nº 1080 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

240/2020

Publicação Nº 2466402

PORTARIA Nº 240/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. VIVIANI DE CAMPOS, matrícula nº 1081 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 13/01/2020 A 13/01/2021.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 a 20/04/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 13/01/2020 A 13/01/2021, para a servidora Sra. VIVIANI DDE CAMPOS, matrícula nº 1081 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de

Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

241/2020

Publicação Nº 2466403

PORTARIA Nº 241/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. SHEENA CARLA PARMA VENTURI, matrícula nº 1085 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 20/01/2020 A 20/01/2021.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 a 20/04/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 20/01/2020 A 20/01/2021, para a servidora Sra. SHEENA CARLA PARMA VENTURI, matrícula nº 1085 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

242/2020

Publicação Nº 2466404

PORTARIA Nº 242/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES matrícula nº 1051 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 08/08/2019 A 08/08/2020.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na

data de 06/04/2020 a 20/04/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 08/08/2019 A 08/08/2020, para a servidora Sra. ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES, matrícula nº 1051 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

243/2020

Publicação Nº 2466405

PORTARIA Nº 243/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. JOSE CARLOS CARDOSO FERREIRA matrícula nº 627 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 16/01/2018 A 16/01/2019.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 a 20/04/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 16/01/2018 A 16/01/2019, para o servidor Sr. JOSE CARLOS CARDOSO FERREIRA matrícula nº 627 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

244/2020

Publicação Nº 2466406

PORTARIA Nº 244/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. JOSE CARLOS CARDOSO FERREIRA matrícula nº 627 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 16/01/2019 A 16/01/2020.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 22/04/2020 a 06/05/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 16/01/2019 A 16/01/2020, para o servidor Sr. JOSE CARLOS CARDOSO FERREIRA matrícula nº 627 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

245/2020

Publicação Nº 2466409

PORTARIA Nº 245/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. SELIS REGINA TESTONI VICENTIN, matrícula nº 1099, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 06/02/2020 a 06/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, que referem-se ao período aquisitivo 06/02/2020 a 06/02/2021, para a servidora municipal Sra. SELIS REGINA TESTONI VICENTIN, matrícula nº 1099, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

246/2020

Publicação Nº 2466412

PORTARIA Nº 246/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. GRACIELA VICTORIA, matrícula nº 1094, ocupante do cargo de provimento

temporario de Professor, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021 RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, que referem-se ao período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021, para a servidora municipal Sra. GRACIELA VICTORIA, matrícula nº 1094, ocupante do cargo de provimento temporario de Professor, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

247/2020

Publicação Nº 2466417

PORTARIA Nº 247/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula nº 1100, ocupante do cargo de provimento temporario de Professor, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 06/02/2020 a 06/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, que referem-se ao período aquisitivo 06/02/2020 a 06/02/2021, para a servidora municipal Sra. CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula nº 1100, ocupante do cargo de provimento temporario de Professor, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

248/2020

Publicação Nº 2466423

PORTARIA Nº 248/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. CAROLINE SANDER MARZANI CORREA, matrícula nº 1096, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 05/02/2020 a 05/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, que referem-se ao período aquisitivo 05/02/2020 a 05/02/2021, para a servidora municipal Sra. CAROLINE SANDER MARZANI CARREA, matrícula nº 1096, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

249/2020

Publicação Nº 2466425

PORTARIA Nº 249/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. THAINE MAGGIO, matrícula nº 1093, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos nas datas de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, e 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (quinze) dias que referem-se ao período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021, para a servidora municipal Sra. THAINE MAGGIO, matrícula nº 1093, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

250/2020

Publicação Nº 2466427

PORTARIA Nº 250/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. TAINA CRISTINA GABE, matrícula nº 1095, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos nas datas de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, e 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (quinze) dias que referem-se ao período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021, para a servidora municipal Sra. TAINA CRISTINA GABE, matrícula nº 1095, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

251/2020

Publicação N° 2466431

PORTARIA N° 251/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. KARINE DIAS, matrícula nº 1090, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos nas datas de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, e 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (quinze) dias que referem-se ao período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021, para a servidora municipal Sra. KARINE DIAS, matrícula nº 1090, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

252/2020

Publicação N° 2466433

PORTARIA N° 252/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias

de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. DJENIFFER SABRINA KLAUMANN, matrícula nº 1089, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos nas datas de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, e 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (quinze) dias que referem-se ao período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021, para a servidora municipal Sra. DJENIFFER SABEINA KLAUMANN, matrícula nº 1089, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

253/2020

Publicação Nº 2466435

PORTARIA Nº 253/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. DANIELA SCHAFER, matrícula nº 1091, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos nas datas de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, e 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (quinze) dias que referem-se ao período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021, para a servidora municipal Sra. DANIELA SCHAFER, matrícula nº 1091, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

254/2020

Publicação Nº 2466441

PORTARIA Nº 254/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ANA KAROLINE RUDOLF, matrícula nº 1092, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos nas datas de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, e 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (quinze) dias que referem-se ao período aquisitivo 03/02/2020 a 03/02/2021, para a servidora municipal Sra. ANA KAROLINE RUDOLF, matrícula nº 1092, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

255/2020

Publicação Nº 2466446

PORTARIA Nº 255/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônoma Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. EDUARDA APARECIDA HEIDEICHEDT, matrícula nº 1105, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 04/03/2020 a 04/03/2021

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos nas datas de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (quinze) dias, e 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (quinze) dias que referem-se ao período aquisitivo 04/03/2020 a 04/03/2021, para a servidora municipal Sra. EDUARDA APARECIDA HEIDEICHEDT, matrícula nº 1105, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

256/2020

Publicação Nº 2466483

PORTARIA Nº 256/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. SIBILE MAIBERG matrícula nº 390, ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 18/02/2015 a 18/02/2016.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 A 19/04/2020, 14 (QUATORZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 12/02/2015 a 12/02/2016, para a servidora municipal Sra SIBILE MAIBERG matrícula nº 390 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

257/2020

Publicação Nº 2466471

PORTARIA Nº 257/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. MOISES DELLAJUSTINA matrícula nº 277, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 11/03/2018 a 11/03/2019.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 06/04/2020 A 20/04/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 11/03/2018 a 11/03/2019, para o servidor municipal Sr MOISES DELLAJUSTINA matrícula nº 277, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

258/2020

Publicação Nº 2466479

PORTARIA Nº 258/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. DILMAR KORMANN matrícula nº 651, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 13/02/2019 a 13/02/2020.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 22/04/2020 A 06/05/2020, 15 (QUINZE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 13/02/2019 a 13/02/2020 para o servidor municipal Sr. DILMAR KORMANN matrícula nº 651, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 DE MAIO DE 2020

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 047/2020

Publicação Nº 2465096

DECRETO Nº 047/2020 DE 06 de MAIO de 2020

"ESTABELECE MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE ESCASSEZ DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA –SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, nos uso das atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

Considerando que os índices pluviométricos dos últimos meses foram inferiores as médias dos últimos anos, para os meses de setembro a maio de 2020.

Considerando que esses índices são medidos na Cidade, sendo que no interior do Município a deficiência hídrica é ainda maior, ocorrendo casos em que há falta de água para o consumo humano e animal, com córregos e sangas desaparecendo;

Considerando que há grandes prejuízos nas culturas, especialmente nos setores de gado leiteiro, soja, feijão e milho, todas estas culturas com redução na produtividade e até mesmo perda total em algumas lavouras;

Considerando que, como consequência deste desastre resultou danos materiais e ambientais, e os prejuízos econômicos e sociais;

Considerando que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade a tendência que a estiagem continue, com maiores prejuízos na agricultura, com a redução dos reservatórios de água para as culturas do município, além de faltar água para o consumo humano no interior;

Considerando que o parecer da Defesa Civil Municipal, relatando a ocorrência deste desastre é favorável a declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica decretada Situação de Emergência em virtude de desastre classificado como Estiagem – COBRADE – 1.4.1.1.0, conforme IN n.º 02, de 2016.

Parágrafo Único. A situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre.

Art. 2.º - Autoriza a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil Municipal e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3.º- Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e, a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único. Essas atividades serão coordenadas pelos Departamentos Municipais e pela Coordenadoria da COMDEC.

Art. 4.º - De acordo com o Inciso IV do artigo 24 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação de emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e consequências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio de Decisão Plenária 347/1994, "de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação".

Art. 5.º- Os Departamentos Municipais envolvidas no socorro aos atingidos pela estiagem de acordo com a área delimitada pelo presente Decreto prestaram este atendimento relatando circunstanciadamente o serviço prestado, observando a excepcionalidade prevista no artigo anterior.

Art. 6.º- De acordo com o artigo 167, § 3.º da CF/88, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública a abertura de crédito extraordinário para atender as despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 7.º - De acordo com o artigo 4.º, § 3.º, Inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que

dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial.

Art. 8.º - De acordo com as políticas de incentivo agrícola do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a renegociação de dívidas do PRONAF e o PROAGRO, que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais.

Art. 9º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 06 de maio de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

170/2020

Publicação N° 2465263

PORTARIA N° 170/2020 – DE 05 DE MAIO DE 2020

“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 058/2009 com as alterações da Lei Complementar nº 149/2019

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Meio Ambiente, a servidora GABRIELLI ABATTI, inscrita no CPF sob o nº 089,434,289-44, a partir de 05/05/2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de maio de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

ATO 004 - ALTERAÇÃO PARCIAL DE CRONOGRAMA - CONCURSO PÚBLICO N° 01/2020

Publicação N° 2465830

ATO 004: Alteração parcial de Cronograma

Considerando que a realização da prova prevista para o dia 05/04/2020 foi suspensa em virtude do Decreto Estadual n.º 525/2020 e suas alterações posteriores, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

Neste contexto, efetua-se a reabertura de inscrições e alterações de cronograma do presente certame, considerando a nova data de aplicação de prova, compatível com a normativa estadual.

Deste modo, com amparo no Item 1.2 do Anexo III do edital, os procedimentos abaixo serão realizados em novas datas, como segue:

DATA PREVISTA	ATO
(...)	
19/02/2020 - 08h00min à 15/05/2020 - 17h00min	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova, para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE.
15/05/2020	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
19/05/2020 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
20/05/2020 - 08h00min à 21/05/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
28/05/2020	Homologação final das inscrições.
14/06/2020	Data da Prova Escrita e da Prova Prática
15/06/2020 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
15/06/2020 - 08h00min à 16/06/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 26/06/2020 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo para recurso contra a Classificação Provisória e o Resultado da Prova Prática.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Concurso Público nº 01/2020.

A convocação da prova, na data prevista acima, conterà as informações dos locais e horários de sua aplicação, sendo divulgadas pelos meios de publicação previstos no item 2.2 do Edital.

Água Doce/SC, 05 de maio de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas

ATO 004 - ALTERAÇÃO PARCIAL DE CRONOGRAMA - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020

Publicação Nº 2465833

ATO 004: Alteração parcial de Cronograma

Considerando que a realização da prova prevista para o dia 05/04/2020 foi suspensa em virtude do Decreto Estadual n.º 525/2020 e suas alterações posteriores, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

Neste contexto, efetua-se a reabertura de inscrições e alterações de cronograma do presente certame, considerando a nova data de aplicação de prova, compatível com a normativa estadual.

Deste modo, com amparo no Item 1.2 do Anexo III do edital, os procedimentos abaixo serão realizados em novas datas, como segue:

DATA PREVISTA	ATO
(...)	
19/02/2020 - 08h00min à 15/05/2020 - 17h00min	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova, para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE.
15/05/2020	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
19/05/2020 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
20/05/2020 - 08h00min à 21/05/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
28/05/2020	Homologação final das inscrições.
14/06/2020	Data da Prova Escrita e da Prova Prática
15/06/2020 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
15/06/2020 - 08h00min à 16/06/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 26/06/2020 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo para recurso contra a Classificação Provisória e o Resultado da Prova Prática.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Processo Seletivo nº 01/2020.

A convocação da prova, na data prevista acima, conterá as informações dos locais e horários de sua aplicação, sendo divulgadas pelos meios de publicação previstos no item 2.2 do Edital.

Água Doce/SC, 05 de maio de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas

LEI Nº 2.791/2020

Publicação Nº 2466125

LEI Nº 2.791/2020 – DE 05 DE MAIO DE 2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR REPASSE DE RECURSOS PARA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MEDIANTE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce(SC). Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 78.487.238/0001-80, com sede na Rua Kurt Quellmalz, nº 185, centro, em Água Doce/SC.

Art. 2º. O Termo de Fomento envolve o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 38.611,04 (trinta e oito mil seiscentos e onze reais e quatro centavos), a serem repassados durante o exercício de 2020, precedido de Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do art. 31, caput, inciso II, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, já que inviável competição, em razão da natureza

singular do objeto.

Art. 3º. Fica a referida entidade sujeita a apresentação de Plano de Trabalho de acordo com o previsto no art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como do comprovante de credenciamento da entidade, previsto no Decreto Municipal nº 052, de 27 de abril de 2018.

Art. 4º. A entidade prestará conta dos repasses recebidos nos termos da Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e da Lei Federal nº 13.019/2014, cujas exigências se farão constar no instrumento da parceria.

Art. 5º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05. SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01. DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.367.0014.2.031 APOIO À APAE

3.3.50.00.00.00.00.0679 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 05 de maio de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE GABRIELLI ABATTI

Publicação Nº 2465280

TERMO DE POSSE

Ao quinto dia do mês de maio do ano de 2020, no Gabinete do(a) Prefeito (a), Prefeitura Municipal de Água Doce – Santa Catarina, compareceu o (a) senhor (a) GABRIELLI ABATTI a fim de tomar posse no cargo de Diretora do Departamento de Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado (a) pela Portaria nº 170 de 05 de maio de 2020, oportunidade em que lhe foi dada posse pelo (a) Prefeito Municipal, senhor (a) Antonio José Bissani.

O (a) empossado assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas no Regulamento do referido cargo; os deveres e responsabilidades na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerentes ao servidor público Municipal, que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício autorizados na legislação.

Apresentou nesta data, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e de acumulação de cargo.

Gabrielli Abatti

Empossada

Antonio José Bissani

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**008/2020 PORTARIA**

Publicação Nº 2465655

PORTARIA Nº 008/2020 - DE 04 DE MAIO DE 2020

CONCEDE PROGRESSÃO À SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antonio Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, (Poder Legislativo Luiz Bedin Lei Municipal n. 2.032/2011, de 24 de novembro de 2011) do Município de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao contido no artigo 20 a 28 da Resolução nº 091/2016 de 19-04-2016, e demais normais legais aplicáveis à matéria:

Resolve:

Art. 1.º Fica concedido a progressão de classe para a servidora pública efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce – SC, ocupante do cargo de Contadora, CRC 016635/O-7, Nível CE-03, (25), Nilza Aparecida Mendes, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob n. 11/R-1.514.459, expedida em 28/DEZ/2018, SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob n. 501. 934. 659 - 49.

Art. 2.º A progressão de classe que ora é concedida para a servidora efetiva Nilza Aparecida Mendes, a qual passa para a classe C, conforme estabelecido nos Artigos 21 ao 25 da Resolução nº 091/2016 de 19-04-2016.

Art. 3.º As despesas decorrentes dessa Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do Município de Água Doce, parte destinada ao Poder Legislativo Municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, 04 de maio de 2020.

Antonio Barbosa
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2465627

PORTARIA Nº 007/2020 - DE 04 DE MAIO DE 2020

CONCEDE PROGRESSÃO AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antonio Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, (Poder Legislativo Luiz Bedin Lei Municipal n. 2.032/2011, de 24 de novembro de 2011) do Município de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao contido no artigo 20 a 28 da Resolução nº 091/2016 de 19-04-2016, e demais normais legais aplicáveis à matéria:

Resolve:

Art. 1.º Fica concedido a progressão de classe para o servidor público efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce – SC, ocupante do cargo de Técnico Legislativo Administrativo Nível CE-02, (23), Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 3.154.570, expedida em 27/MAR/2007, SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob n. 015.101.309-85.

Art. 2.º A progressão de classe que ora é concedida para o servidor efetivo Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, o qual passa para a classe C, conforme estabelecido nos Artigos 21 ao 25 da Resolução nº 091/2016 de 19-04-2016.

Art. 3.º As despesas decorrentes dessa Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do Município de Água Doce, parte destinada ao Poder Legislativo Municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, 04 de maio de 2020.

Antonio Barbosa
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce

Águas de Chapecó

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO 12/2017 E ADITIVOS

Publicação Nº 2466439

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE ANULAÇÃO DE TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR	
Contrato Nº:	012/2017 E ADITIVOS - ANULA PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR (DOM Nº 2461787, 04/05/2020)
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	FÁBIO DA ROSA CASTANHO & CIA LTDA-EPP
Objeto...:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS NAS ESFERAS FEDERAIS, ESTADUAIS E BANCOS OFÍCIAIS
Valor...:	R\$2.298,00(Dois mil duzentos e noventa e oito reais)
Licitação...:	PROCESSO LICITATÓRIO N.03/2017
ÁGUAS DE CHAPECÓ, 30 de abril de 2020	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

DECRETO Nº 068 - 2020, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465827

DECRETO Nº 068/2020 De 05 de maio de 2020	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 8.666/1993 e demais disposições legais vigentes,	

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor Vinícius Pilatti, matrícula sob nº 10.867, cadastrado no CPF sob nº 069.055.729-93 e registrado na CI sob nº 4.238.182, para exercer as atribuições de Gestor de Contratos, conforme determina o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único. As atribuições contidas no caput desde artigo são consideradas serviços de caráter público relevante ao município, não lhe atribuindo qualquer remuneração, bem como não caracterizando nenhum tipo de vínculo empregatício ao servidor nomeado.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 05 de maio de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 124/2020

Publicação Nº 2465456

DECRETO Nº 124/2020

Dispõe sobre o uso obrigatório de máscara no Município de Águas Frias-SC, como forma de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

RICARDO ROLIM DE MOURA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS-SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando:

- o posicionamento da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual da Saúde de Santa Catarina, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo Novo Coronavírus (COVID-19);
- a retomada das atividades econômicas no Estado de Santa Catarina, com a flexibilização do isolamento social, de acordo com os diversos Decretos expedidos pelo Governador do Estado;
- o teor da Nota de Esclarecimento expedida pela Sociedade Brasileira de Infectologia, em 3 de abril de 2020, bem como a Nota Técnica GVIMS/CGTES/ANVISA N. 04/2020, de 31 de março de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as quais dispõem sobre a utilização de máscaras como forma de evitar a disseminação da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);
- a Nota Informativa Nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os critérios a serem observados para a produção de máscaras artesanais;
- a existência de casos confirmados de pessoas infectadas pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em municípios próximos a Águas Frias-SC,

DECRETA:

Art. 1º. Fica obrigatório o uso de máscaras de proteção, em todo o território municipal, em especial quando houver necessidade de contato com outras pessoas, de deslocamento em vias públicas, de compras de gêneros de primeira necessidade ou de outra medida que interrompa, provisoriamente, o isolamento social.

Parágrafo Único – A obrigatoriedade do uso de máscaras persistirá até o fim da situação de emergência declarada pelo Decreto nº 89/2020.

Art. 2º. A utilização de máscaras de proteção não isenta à observância das demais recomendações de higiene e de isolamento social determinadas pelas autoridades públicas.

Art. 3º. O descumprimento das normas deste Decreto poderão acarretar na responsabilidade criminal e administrativa do responsável, com aplicação de sanções como advertência, multa, interdição de estabelecimentos, dentre outras previstas na legislação pertinente.

Parágrafo Único – Fica a Vigilância Sanitária Municipal responsável pela fiscalização e aplicação das sanções pelo descumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Frias – SC, 05 de maio de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 125/2020

Publicação Nº 2465685

DECRETO Nº 125/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, aos Servidores Públicos Municipais de Águas Frias - SC, de acordo com seu respectivo período aquisitivo, e período da licença para gozo, conforme segue escala abaixo:

Servidores Municipais	Período Aquisitivo	Período/Licença/ Gozo
Lorete Druzian	14/12/2015 a 13/12/2018	05/05/2020 a 03/06/2020

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 05 de maio de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL N º41/2020

Publicação N° 2465047

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N° : 41/2020
Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada : REFILMAQ SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELI
Objeto : Locação de Impressoras, para o desempenho das funções administrativas
Valor : R\$ 5.280,00(cinco mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início :06/05/2020 Término : 31/12/2020
Licitação : Dispensa por Limite N°.: 19/2020
Processo : 44/2020
Aguas Frias - SC, 05 de maio de 2020
RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

Águas Mornas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 087/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464751

PORTARIA Nº. 087/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 30.04.2020, a Servidora Público Municipal Senhora Maria de Fátima de Souza, matrícula nº. 055, referente ao quinquênio de 08.05.2015 a 07.05.2020, ficando 02 (dois) meses pendentes referentes ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30.04.2020.

Águas Mornas-SC, 04 de maio de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente portaria, aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.


DENISE DINIZ CORDEIRO
RESPONSÁVEL

Alto Bela Vista

PREFEITURA


ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR03/2020 FMS

Publicação Nº 2465462



Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 10.481.963/0001-08 Fone: (49) 3455-9276 saudefm@altobelavista.sc.gov.br
<https://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital

2005-6802-870

Página

1 / 1

Licitação: PR3/2020FMS

Modalidade: Pregão

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de laboratório para prestação de serviços de confecção e consertos de próteses dentárias para atender as demandas da população do Município.

Fornecedor: 4527 - MARK LABORATORIO DE PROTESES DENTARIAS LTDA

Julgamento: Global

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Licitações Adjudicadas

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/05/2020	1	18865 - Prótese Total (PT) acrilizada: Confeccionada em acrílico ter Prótese Total (PT) acrilizada: Confeccionada em acrílico termo-polimerizável de alta resistência com dentes com as seguintes características: Duple prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Inclui: Placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização sem moldagem.	UN	200,00000	87,64044	17.528,09
04/05/2020	2	18864 - Prótese Parcial Removível (PPR): Estrutura metálica fundida Prótese Parcial Removível (PPR): Estrutura metálica fundida em cromo-cobalto, acrilizada em acrílico termo-polimerizável de alta resistência com dentes com as seguintes características: Duple prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Inclui: Placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização sem moldagem.	UN	100,00000	122,65662	12.265,66
04/05/2020	3	18917 - Reembasamento de prótese dentária	UN	50,00000	35,05618	1.752,81
04/05/2020	4	17263 - Conserto de prótese dentária	UN	50,00000	26,29213	1.314,61
04/05/2020	5	18481 - Moldeira individual em acrílico com alívio para moldagem em prótese total (PT)	UN	200,00000	30,67415	6.134,83
Total Adjudicado (R\$):						39.000,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 39.000,00

CATIA TESSMANN REICHERT

PREFEITA

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR24/2020

Publicação Nº 2465995



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
 1321-9147-419

Página
 1 / 1



Licitações Adjudicadas

Licitação: PR24/2020

Modalidade: Pregão

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Julgamento: Por item

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento da demanda da Gerência Municipal de Assistência Social.

Fornecedor: 789 - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
05/05/2020	2	22365 - CESTA BÁSICA MODELO 2 - EXTREMA POBREZA - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel	Unidade	50,00000	88,80000	4.440,00
		CESTA BÁSICA MODELO 2 - EXTREMA POBREZA - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel				6.238,00
		com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo 200 gr. - 01 (um) unidade de Extrato de Tomate simples concentrado 350 gr. - 01 (um) pacote 5kg de Farinha de Trigo Especial, Tipo 1. - 01 (um) Frasco 900 ml de Óleo de Soja refinado tipo 1. - 01 (um) pacote 1kg com Sal refinado, iodado, com granulação uniforme. - 01 (um) pacote 1kg com Feijão Preto, Limpo de 1ª qualidade. - 01 (um) pacote 1 kg com Fubá de milho amarelo. - 01 (um) pacote com Macarrão tipo parafuso 500g. - 03 (três) litros de Leite Longa Vida (caixa UHT). - 01 (um) frasco 350 ml de shampoo para cabelos variados, do tipo uso diário. - 01 (um) sabonete em barra, suave, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem de 125g. - 01 (um) creme dental com flúor, tubo em plástico com 90 gr. - 01 (um) pacote c/ 4 rolos de papel higiênico, picotado e texturizado, folha única, rolo 30mx10cm. - 01 (um) pacote de absorvente íntimo feminino básico com abas diurno, com 8 unidade, aderente a calcinha, com protetor impermeável interno e nas bordas.				
05/05/2020	3	22366 - CESTA BÁSICA MODELO 3 - POPULAÇÃO TRANSEUNTE - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel	Unidade	20,00000	89,90000	1.798,00
		CESTA BÁSICA MODELO 3 - POPULAÇÃO TRANSEUNTE - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco, tipo 1. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo 200 gr. - 01 (um) unidade de Extrato de Tomate simples concentrado 350 gr. - 01 (um) pacote 5kg de Farinha de Trigo Especial, Tipo 1. - 01 (um) Frasco 900 ml de Óleo de Soja refinado tipo 1. - 01 (um) pacote 1kg com Sal refinado, iodado, com granulação uniforme. - 01 (um) pacote 1kg com Macarrão tipo parafuso 500g. - 01 (uma) unidade de leite em pó integral 400gr. - 01 (um) frasco 350 ml de shampoo para cabelos variados, do tipo uso diário. - 01 (um) sabonete em barra, suave, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem de 125g. - 01 (um) creme dental com flúor, tubo em plástico com 90 gr. - 01 (um) pacote c/ 4 rolos de papel higiênico, picotado e texturizado, folha única, rolo 30mx10cm. - 01 (um) pacote de absorvente íntimo feminino básico com abas diurno, com 8 unidade, aderente a calcinha, com protetor impermeável interno e nas bordas.				

Fornecedor:	2135 - MERCADO VALIANE LTDA - EPP	CPF/CNPJ:	09.319.616/0001-02	Valor total (R\$):	13.756,00
05/05/2020	1	22364 - CESTA BÁSICA MODELO 1 - PADRÃO - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo	200,00000	68,78000	13.756,00
		CESTA BÁSICA MODELO 1 - PADRÃO - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco, tipo 1. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo 200 gr. - 01 (um) unidade de Extrato de Tomate simples concentrado 350 gr. - 01 (um) pacote 5kg de Farinha de Trigo Especial, Tipo 1. - 01 (um) Frasco 900 ml de Óleo de Soja refinado tipo 1. - 01 (um) pacote 1kg com Sal refinado, iodado, com granulação uniforme. - 01 (um) pacote 1kg com Macarrão tipo parafuso 500g. - 02 (dois) litros de Leite Longa Vida (caixa UHT).			

Total Adjudicado (R\$): 19.994,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 19.994,00

CATIA TESSMANN REICHERT
 PREFEITA



HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR03/2020 FMS

Publicação Nº 2465459



Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 10.481.963/0001-08 Fone: (49) 3455-9276 saudef@altobelavista.sc.gov.br
<https://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
1137-2178-662
Página
1 / 1

Licitações homologadas

Licitação: PR3/2020FMS **Modalidade:** Pregão **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim
Objeto: Registro de Preços para possível contratação de laboratório para prestação de serviços de confecção e consertos de próteses dentárias para atender as demandas da população do Município.

Credor/Fornecedor: 4527-MARK LABORATORIO DE PROTESES DENTARIAS LTDA

Data	Item	Un. Medida	Material/Serviço/Denominação
04/05/2020	1	UN	18865 - Prótese Total (PT) acrilizada: Confeccionada em acrílico ter Prótese Total (PT) acrilizada: Confeccionada em acrílico termo-polymerizável de alta resistência com dentes com as seguintes características: Dúpla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Inclui: Placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização sem moldagem.
04/05/2020	2	UN	18864 - Prótese Parcial Removível (PPR): Estrutura metálica fundida Prótese Parcial Removível (PPR): Estrutura metálica fundida em cromo-cobalto, acrilizada em acrílico termo-polymerizável de alta resistência com dentes com as seguintes características: Dúpla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e à abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Inclui: Placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização sem moldagem.
04/05/2020	3	UN	18917 - Reembasamento de prótese dentária
04/05/2020	4	UN	17263 - Conserto de prótese dentária
04/05/2020	5	UN	18481 - Moldura individual em acrílico com alívio para moldagem em prótese total (PT)

Total licitações homologadas: 1

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR24/2020

Publicação Nº 2465991





Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital

1742-1709-652

Página

1 / 1

Licitações homologadas

Licitação: PR24/2020

Modalidade: Pregão

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento da demanda da Gerência Municipal de Assistência Social.

Credor/Fornecedor: 2135-MERCADO VALIANE LTDA - EPP

Credor/Fornecedor: 2135-MERCADO VALLIANE LTDA - EPP					
Data	Item	Un. Medida	Material/Serviço/Denominação		
05/05/2020	1	unidade	22364 - CESTA BÁSICA MODELO 1 - PADRÃO - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo		
			CESTA BÁSICA MODELO 1 - PADRÃO - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo 200 gr. - 01 (uma) unidade de Extrato de Tomate simples concentrado 350 gr. - 01 (um) pacote 5kg de Farinha de Trigo Especial, Tipo 1. - 01 (um) Frasco 900 ml de Óleo de Soja refinado tipo 1. - 01 (um) pacote 1kg com Macarrão tipo parafuso 500g. - 01 (um) pacote 1kg com Feijão Preto, Limpo de 1ª qualidade. - 01 (um) pacote 1 kg com Fubá de milho amarelo. - 01 (um) pacote com Macarrão tipo parafuso 500g. - 02 (dois) litros de Leite Longa Vida (caixa UHT).		
Credor/Fornecedor: 789-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA					
05/05/2020	2	unidade	22365 - CESTA BÁSICA MODELO 2 – EXTREMA POBREZA - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo		
			CESTA BÁSICA MODELO 2 – EXTREMA POBREZA - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo 200 gr. - 01 (um) unidade de Extrato de Tomate simples concentrado 350 gr. - 01 (um) pacote 5kg de Farinha de Trigo Especial, Tipo 1. - 01 (um) Frasco 900 ml de Óleo de Soja refinado tipo 1. - 01 (um) pacote 1kg com Macarrão tipo parafuso 500g. - 01 (um) pacote 1kg com Feijão Preto, Limpo de 1ª qualidade. - 01 (um) pacote 1 kg com Fubá de milho amarelo. - 01 (um) pacote com Macarrão tipo parafuso 500g. - 03 (três) litros de Leite Longa Vida (caixa UHT). - 01 (um) Frasco 350 ml de shampoo para cabelos variados, do tipo uso diário. - 01 (um) sabonete em barra, suave, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem de 125g. - 01 (um) creme dental com flúor, tubo em plástico com 90 gr. - 01 (um) pacote c/ 4 rolos de papel higiênico, picotado e texturizado, folha única, rolo 30mx10cm. - 01 (um) pacote de absorvente íntimo feminino básico com abas diurno, com 8 unidade, aderente a calcinha, com protetor impermeável interno e nas bordas.		
05/05/2020	3	unidade	22366 - CESTA BÁSICA MODELO 3 – POPULAÇÃO TRANSUNEUTE - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado so		
			CESTA BÁSICA MODELO 3 – POPULAÇÃO TRANSUNEUTE - 01 (um) pacote 5kg com Açúcar cristal branco. - 01 (um) pacote 5kg com Arroz, classe longo fino, polido, tipo 1. - 01(uma) Unidade de Café granulado solúvel instantâneo 200 gr. - 01 (um) unidade de Extrato de Tomate simples concentrado 350 gr. - 01 (um) pacote 5kg de Farinha de Trigo Especial, Tipo 1. - 01 (um) Frasco 900 ml de Óleo de Soja refinado tipo 1. - 01 (um) pacote 1kg com Macarrão tipo parafuso 500g. - 01 (um) pacote 1kg com Feijão Preto, Limpo de 1ª qualidade. - 01 (um) pacote 1 kg com Fubá de milho amarelo. - 01 (um) pacote com Macarrão tipo parafuso 500g. - 01 (uma) unidade de leite em pó integral 400gr. - 01 (um) Frasco 350 ml de shampoo para cabelos variados, do tipo uso diário. - 01 (um) sabonete em barra, suave, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem de 125g. - 01 (um) creme dental com flúor, tubo em plástico com 90 gr. - 01 (um) pacote c/ 4 rolos de papel higiênico, picotado e texturizado, folha única, rolo 30mx10cm. - 01 (um) pacote de absorvente íntimo feminino básico com abas diurno, com 8 unidade, aderente a calcinha, com protetor impermeável interno e nas bordas.		

Total licitações homologadas: 1

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO 007/2020-FMS

Publicação Nº 2464929



Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO.007/2020

Aquisição de Veículos

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, inscrito no CNPJ sob nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado pelo seu Gestor o Sr. **MARTINHOS SCANTAMBURLO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **BREGOMAR VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito a RUA WILLY BARTH, 2777, BAIRRO SÃO GOTARDO, CEP 89900-000, na cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.838.979/0001-70, neste ato representada pelo Senhor **BOLESLAU KOVALSKI NETO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, portador do CPF: 503.191.329-00, RG 1020030068-SSP/RS, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/93 e legislação pertinente, nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020** e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **Aquisição de veículos novos para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Anchieta/SC. Pago com Recursos da Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, PMAQ e Próprios**, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN	Veículo Automotor Novo Pick-Up Montana 1.4 LS Zero km; Ano/Modelo 2020; combustível Flex, motor com 04 cilindros em linha; potência 94 CV a gasolina; carroceria para carga com protetor; ar condicionado quente/frio; direção hidráulica; freios ABS; transmissão manual de 05 velocidades a frente e 01 a ré; protetor de cárter; distância entre eixo 2.669 m, película instalada conforme Normas Vigentes; sistema de som com rádio AM/FM e UBS; vidros elétricos, trava elétrica e alarme; rodas 15" com pneus novos; cor branca; tapetes emborrachados; calhas de chuva; demais equipamentos obrigatórios previstos no código de trânsito e com homologação do DENATRAN. Garantia de no mínimo 12 meses sem	64.500,00	64.500,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

			limite de quilometragem. Raio de Assistência Técnica de no máximo 70km. Marca: CHEVROLET.		
2	1,00	UN	Veículo Automotor Novo Onix Joy 1.0 , Zero KM, Ano/Modelo 2020, modelo Hatch, cor branca, para-choque na cor do veículo, motor com 04 cilindros em linha, potência 78 CV a gasolina, combustível Flex, transmissão manual de 06 velocidades à frente e 01 à Ré ou superior, distância entre eixo mínima 2,528 m, protetor de cárter, rodas 14" com pneus novos, ar condicionado frio/quente, direção elétrica, sistema de som com rádio AM/FM e UBS, Airbags duplos, freios com sistema ABS, calhas de chuva, tapetes emborrachados, película instalada conforme Normas Vigentes, trava elétrica e alarme com controle na chave; demais equipamentos obrigatórios previstos no código de trânsito e com homologação do DENATRAN. Garantia de no mínimo 12 meses sem limite de quilometragem. Raio de assistência técnica de no máximo 70km. Marca: CHEVROLET.	48.500,00	48.500,00
R\$: 113.000,00					

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto na cláusula primeira, entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do **prazo de no máximo de 30 (trinta) dias**, após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na ordem de compra, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Anchieta, devendo ser expedida a nota fiscal, na execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial 003/2020-FMS, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta – SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Saúde**

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor **Total da Proposta de R\$ 113.000,00 (Cento e Treze Mil Reais)**, correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

Parágrafo único: O objeto licitado não poderá sofrer reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o 30º dia do mês subsequente ao da entrega do objeto, e mediante apresentação de nota fiscal.

Paragrafo Primeiro – parte do pagamento está facultado a liberação de indenização de seguro, já encaminhado e que se aguarda transferência pela Seguradora.

Paragrafo Segundo - Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.2 O índice aplicável caso ocorra atrasos no pagamento é aquela utilizada pelo município URFM, para a sua atualização.

5.3 O pagamento será efetuado na **conta bancária** especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser **expressa no corpo da nota fiscal** ou outro documento anexo a esta.

5.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

5.4.1. A nota fiscal/fatura deve conter no campo Informações Complementares:

Processo Licitatório: nº. 009/2020.

Pregão Presencial: nº. 003/2020.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da seguinte despesa de 2020.

Despesa: **3** - Obras, Equip. e Material Permanente p/ Investimento

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA

Projeto/Atividade: 1.034 - Obras, Equip. e Material Permanente p/ Investimento

Elemento: **4.4.90.52.48.000000** – Aplicações Diretas

Recurso: 335 - Recursos Ordinários - 15% Saúde

Despesa: **24** - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Saúde**

Unidade: 1 - **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA

Projeto/Atividade: 2.101 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento: **4.4.90.52.48.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: 295 - Transf.Sistema Único de Saúde-SUS-PMAQ

Despesa: **69** - ADM. GERAL BENS E SERVIÇOS DA VIIGILÂNCIA EM SAÚDE

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 25 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.107 - ADM. GERAL BENS E SERVIÇOS DA VIIGILÂNCIA EM SAÚDE

Elemento: **4.4.90.52.48.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: 1110 - Transf.Sist.ún.Saúde-SUS-VIG.SANIT.Superávit Financeiro

Despesa: **70** - ADM. GERAL BENS E SERV. DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE/EPI

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 25 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.106 - ADM. GERAL BENS E SERV. DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE/EPI

Elemento: **4.4.90.52.48.000000** - Aplicações Diretas

Recurso: 1136 - Transf.Sist.Ún.Saúde-SUS-ECD-Superávit Financeiro

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Saúde**

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Anchieta e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Saúde**

10.1.3 - Entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de 30 (trinta) dias, após solicitação através de ordem de compra, nos locais descritos na ordem de compra, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Anchieta, devendo ser expedida a nota fiscal.

10.1.4 - Arcar com quaisquer despesas com frete e de carga e descarga para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

10.1.5- Os produtos entregues com características diferentes da especificação técnica, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

10.1.6 – A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo I ou superior.

10.1.7 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

10.1.8- Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE.

10.1.9 - Fornecer, no ato de entrega, todos os documentos relativos ao veículo, como manuais de operação e certificados de garantia;

10.1.10 - Garantir a qualidade técnica do objeto oferecidos, comprometendo-se a fornecer informações técnicas necessárias à sua utilização, bem como as peças de reposição necessárias à manutenção durante o período de garantia, sem nenhum ônus para o Município de Anchieta, desde que tal manutenção decorra de vícios ao produto.

10.1.11 - Proceder às revisões periódicas do veículo, conforme especificado no manual do fabricante, durante o período de garantia do mesmo, de forma gratuita para o município.

10.1.12 - Garantia mínima de 12 (doze) sem limite de quilometragem.

10.1.13 - A empresa vencedora deverá fornecer treinamento sobre o funcionamento e noções de manutenção preventiva e corretiva do veículo a ser adquirido.

10.1.14 - A licitante deverá disponibilizar assistência técnica 24hrs.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula “5” desta Minuta de Contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Este contrato e o Edital de Pregão Presencial 003/2020 - FMS e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Anchieta/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto do presente contrato tem vigência até 31/12/2020, a contar da assinatura do termo contratual.

**Estado de Santa Catarina****Fundo Municipal de Saúde**

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta/SC, 05 de Maio de 2020.

BOLES LAU KOVALSKI NETO

Contratada/Responsável
CPF 503.191.329-00

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS
CPF: 950.525.859-34

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

DECRETO N. 073/2020

Publicação N° 2464789

DECRETO Nº. 073/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I**CAPÍTULO I**
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0023.2.101 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA
(85) 3.3.90.00.00.00.00.0122 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0026.2.202 – DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DO SUAS
(3) 3.3.90.00.00.00.00.0232 -Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Total R\$ 105.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial da abertura dos Créditos, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, a abertura de Crédito Adicional Suplementar, permitindo a utilizar o produto do Excesso de Arrecadação no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dos recursos provenientes do Incremento PAB Custeio - Emenda Individual - Proposta 36000304288202000, sob o código 0122 (00.01.0122), conforme disposto no inciso II do § 4º do art.43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para atendimento do restante dos Créditos constantes neste ato, fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0026.2.202 – DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DO SUAS
(5) 4.4.90.00.00.00.00.0232 -Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente aos Créditos e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 05 de maio de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO PP 003/2020-FMS

Publicação Nº 2464927

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 009/2020 – Pregão Presencial nº 003/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 009/2020, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Aquisição de veículos novos para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Anchieta/SC. Pago com Recursos da Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, PMAQ e Próprios.

EMPRESA VENCEDORA:

BREGOMAR VEICULOS LTDA.

Veículo: CHEVROLET PICK-UP MONTANA 1.4 LS

VALOR R\$: 64.500,00

Veículo: CHEVROLET ONIX JOY 1.0 VALOR R\$: 48.500,00

Valor Total R\$: 113.000,00 (Cento e Treze Mil Reais).

Anchieta, 05 de Maio de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor FMS.

PORTARIA Nº 187/2020

Publicação Nº 2466046

PORTARIA nº. 187/2020

De, 04 de maio de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Geneci Rodrigues da Silva Werlang, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula 2161, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 04/05/2020 a 14/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 188/2020

Publicação Nº 2466069

PORTARIA nº. 188/2020

De, 04 de maio de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias, para a servidora Pública Municipal senhora Dulce Stobbe Wolff Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 2165, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao quinquênio 03/02/2014 à 02/02/2019, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 04/05/2020 à 02/06/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 04 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 189/2020

Publicação Nº 2466072

PORTARIA nº. 189/2020
De, 05 de maio de 2020.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e considerando a Decisão Administrativa no Processo Administrativo Disciplinar n. 08, instaurado através da Portaria n. 463/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar a penalidade de suspensão pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor público Vilson Baggio, ocupante do cargo de Motorista, matrícula funcional nº 2277, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, em razão de ter cometido a infração prevista no Art. 94 da Lei Complementar n. 031/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 190/2020

Publicação Nº 2466075

PORTARIA nº. 190/2020
De, 05 de maio de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o § 3º do Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o indeferimento do requerimento do Servidor Edson Antônio Braga, solicitando a revogação da Portaria n. 178/2020;

RESOLVE:

Ratificar Portaria n. 178/2020,

Art. 1º - Fica ratificada a Portaria n. 178/2020, ou seja, fica validada a concessão da Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, Senhor Edson Antônio Braga, ocupante do cargo de Motorista da Saúde Pública, matrícula 1563, lotado na Secretaria Municipal da Saúde Pública, referente ao quinquênio 01/12/2009 à 30/11/2014 com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º A licença será concedida no período de 05/05/2020 à 03/06/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 05 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PREGÃO PRESENCIAL 004/2020-FMS

Publicação Nº 2465614

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 004/2020

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Aquisição de equipamentos, visando ampliar os serviços disponibilizados e oferecer qualificação dos exames realizados no Laboratório de Análises Clínicas do Município, para melhor atender as demandas da comunidade Anchietaense. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 19/05/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 05 de Maio de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do FMS

RESOLUÇÃO N. 02/2020 - COMDEMA ANCHIETA

Publicação Nº 2464713

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 002/2020.

Regula a concessão de prazo para apresentação de informações e/ou documentos, o pedido de prorrogação de prazo, e regulamenta a preclusão administrativa para os fins que especifica.

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA de Anchieta -SC, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas na Lei Complementar nº 080/2020, de 10 de setembro de 2019, e Decreto do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 188/2019, de 21 de outubro de 2019;

Considerando o objetivo de proporcionar segurança jurídica, lisura e transparência aos processos administrativos municipais ambientais geridos pelo CONDER – Gestão Ambiental;

Considerando a necessidade de garantir a celeridade, a formalidade, e a eficiência destes processos no âmbito das atribuições do CONDER – Gestão Ambiental no Município Anchieta;

Considerando que é fundamental estabelecer prazos administrativos para otimizar o tempo de tramitação dos documentos e informações solicitadas pelo CONDER – Gestão Ambiental;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias úteis para que empreendedores (ou seu representante legal), apresentem as informações e/ou documentos solicitados para continuidade, complementação ou finalização das avaliações dos processos ambientais, para emissão de parecer.

I - Fica o CONDER – Gestão Ambiental autorizado a estipular prazos menores que 20 (vinte) dias úteis para apresentação das informações e/ou documentos, em situações de resolução simplificada do que se pede.

II - O prazo acima estipulado não poderá ser inferior a 05 (cinco) dias úteis.

Art. 2º A prorrogação do prazo definido no art. 1º desta resolução, pode ser solicitada pelo empreendedor (ou seu representante legal) antes do seu vencimento, acompanhada de justificativa.

I - A solicitação de prorrogação será por igual período, ou seja, até 20 (vinte) dias úteis;

II - Fica o CONDER – Gestão Ambiental autorizado a conceder ou indeferir a prorrogação do prazo, considerando a justificativa apresentada, a complexidade dos documentos e informações solicitadas, e as reais condições de atendimento no tempo aplicável.

III - A prorrogação de prazo não poderá ultrapassar consecutivamente mais de 40 (quarenta) dias úteis por despacho do CONDER – Gestão Ambiental ou solicitação do interessado.

IV - Indeferida a prorrogação de prazo, o empreendedor (ou representante legal), possui 02 (dois) dias úteis para requerer a apreciação do pedido pelo diretor do CONDER – Gestão Ambiental.

Art. 3º Decorridos os 20 (vinte) dias úteis, ou finalizado o prazo da prorrogação, caso o empreendedor (ou representante legal) não apresente a documentação e informações solicitadas, o respectivo processo será arquivado por preclusão administrativa.

Art. 4º Em casos de manifestação do empreendedor após decorrido o prazo de 20 (vinte) dias úteis, na ausência de prorrogação válida, este deverá protocolar novo pedido seguindo todos os trâmites iniciais de novo processo, mediante pagamento de nova taxa.

Art. 5º Em casos de arquivamento de processo por falta de documentação ou informações solicitadas não apresentadas no prazo, as referidas taxas não serão devolvidas.

Art. 6º Fica o CONDER – Gestão Ambiental, em consonância com os objetivos desta resolução, autorizado a resolver sobre casos específicos não previstos nesta norma regulamentadora.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, aos 04 dias do mês de maio de 2020.

CLAUDETE TERESINHA JUNGES
Presidente do COMDEMA

TOMADA DE PREÇOS 007/2020-PM

Publicação Nº 2465612

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços 007/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços – Tipo Menor Preço Global, para: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e mão de obra necessária, para Reforma e Melhorias no Ginásio Municipal Hilário Pompermayer, com área total de 1.169,88m², no município de Anchieta/SC. Conforme Documentos Anexo ao Edital. Recursos Convênio FESPORTE - Reforma Ginásio - Programa 8282 e Contrapartida do Município. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 25/05/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 05 de Maio de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal.

Angelina**PREFEITURA****DECRETO N° 036/2020**

Publicação N° 2465115

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO N° 036/20
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001268 de 10 de Dezembro de 2019
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:	
09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10301142.031 – Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO		
(84) 3.3.90.00.00.00.00-0.1.38 - Aplicação Direta		R\$ 12.000,00
	Total Suplementação	R\$ 12.000,00
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.	
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação. revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 30 de abril de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 061/2020

Publicação N° 2464691

PORTARIA N° 061/2020

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221, e;
Considerando a necessidade da tomada de medidas administrativas no âmbito municipal em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e a eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19).

DECIDE:
Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Ronildo Luciano Mafra Schappo, matrícula funcional nº 623 ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 05/05/2020 à 02/08/2020, referente ao período aquisitivo de 06/03/2013 à 05/03/2018.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 05 de maio de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2020

Publicação Nº 2464695

PORTARIA Nº 062/2020

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221;

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio á servidora Neiva Regina Koerich Coelho Possamai, matrícula funcional nº 626 ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 04/05/2020 à 01/08/2020, referente ao período aquisitivo de 01/06/2012 à 31/05/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 04 de Maio de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2020

Publicação Nº 2464945

PORTARIA Nº 063/2020

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221, e;

Considerando a necessidade da tomada de medidas administrativas no âmbito municipal em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e a eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19).

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora Aparecida de Fatima Felipe, matrícula funcional nº 250 ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 04/05/2020 à 01/08/2020, referente ao período aquisitivo de 01/08/2010 à 31/07/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 04 de maio de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 016/2020

Publicação N° 2465111

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO OBJETO DO CONTRATO DE N° 016/2020.

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços que entre si fazem o Município de Anitápolis e a pessoa física Jean Paulo Zappellini.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo têm por objeto a Alteração do Horário da Prestação dos Serviços do Objeto do Contrato de n° 016/2020, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial sob o nº. 008/2020 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – Alteração no caput da CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS do Contrato de nº 016/2020, o qual passa a ser descrito da seguinte forma:

3.1 Os serviços de que trata a cláusula segunda serão prestados mensalmente nas dependências do CONTRATANTE, ficando a disposição do mesmo por no mínimo 04 (quatro) horas semanais, nas sextas-feiras, pelo período matutino das 10h às 12h e das 13h às 15h no período vespertino, de acordo com escala definida pelo SAMAE (Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto) do Município de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Anitápolis, 05 de maio de 2020.

Município de Anitápolis Contratante	Jean Paulo Zappellini Contratado
--	-------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2020

Publicação Nº 2464617

DECRETO Nº 000060/20 de 30 de Abril de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.950,43 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01.15.451.0009.1.010-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.950,43

ra atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 40.950,43

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Abril de 2020

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 260/2020

Publicação Nº 2464959

PORTARIA Nº 260/2020

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

Considerando os Decretos Municipais nº 39/2020 e 43/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 60 dias a servidora MARIA ANGELA SCHMITT DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, sendo 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/09/2009 a 31/08/2014, a partir de 06 de maio de 2020 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2019, a partir de 05 de junho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 05 de maio de 2020.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 06 de maio de 2020.

PORTARIA N 261/2020

Publicação N° 2464962

PORTARIA N° 261/2020
Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

Considerando os Decretos Municipais nº 39/2020 e 43/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias ao servidor BERNARDINO CONRAT, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 11/11/2019 a 10/11/2020, a partir de 06 de maio de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 05 de maio de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 06 de maio de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO NO 3476/2020

Publicação Nº 2466044

DECRETO No 3476/2020
De 03/04/2020

ACRESCE INCISO DO ART. 2º DO DECRETO Nº 3469/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica do Município, promulgada em 03 de abril de 1990 e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

DECRETA

Art. 1º Fica acrescido o inciso XXXI no art. 2º do Decreto no. 3469/2020, de 23 de março de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Para fins deste Decreto consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

[...]

XXXI – as atividades do Conselho Tutelar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2020.

Apiuna, em 03 de abril de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3496

Publicação Nº 2465848

DECRETO Nº 3496/2020
de 29/04/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 16.302 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde CONV. 2020TR000058 e suplementado no orçamento vigente da unidade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, o valor de R\$ 266.000,00 (Duzentos e sessenta e seis mil Reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.1051	Aquisição de Veículos	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
16.302	Transf de Conv - Estado/Saúde CONV. 2020TR000058	266.000,00
	TOTAL	266.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 29 de Abril de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3497

Publicação Nº 2465840

DECRETO Nº 3497/2020
de 29/04/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 16.506 – Transf. FEAS – Cofinanciamento e suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna, o valor de R\$ 19.897,95 (Dezenove mil oitocentos e noventa e sete Reais e noventa e cinco centavos) da seguinte classificação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2090	Concessão de Benefícios a Carentes	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
16.506	Transf. FEAS – Cofinanciamento	19.897,95
	TOTAL	19.897,95

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 29 de Abril de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019 PREGÃO 11/2019

Publicação Nº 2466432

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2019 – PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito José Gerson Gonçalves, de outro lado, a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.505.263/0001-40, neste ato representada por seu bastante procurador que abaixo assina, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão Presencial nº 11/2019, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e da Lei 8666/1993, artigo 65 e pelas cláusulas e condições seguintes:

I – Do Procedimento Administrativo Licitatório: termo aditivo à ata de registro de preços n. 07/2019, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de Aquisição Parcelada de Material Médico Hospitalar.

II – Do Objeto: Este termo aditivo tem por objeto proceder o reequilíbrio econômico financeiro dos itens 06, 84 e 86 e desistência amigável do fornecimento do item 61, em razão dos aumentos feito pelo fabricante para aquisição dos produtos contratados.

III – Do Valor do Reajuste: Em razão do presente aditivo o valor unitário será conforme a tabela abaixo:

Item -	Item - Descrição	Antigo Vlr. Unit	Antigo Vlr. Total	Novo - Vlr. Unit	Novo - Vlr. Total
6	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% (P/P) FRASCO CONTENDO 1 LITRO	4,0900	818,00	5,0300	1.006,00
84	LÂMINA DE BISTURI Nº 12. EM AÇO CARBONO. ESTÉRIL, ATRAVÉS DA RADIAÇÃO GAMA. USO ÚNICO.UTILIZADO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. CAIXA COM 100 UNIDADES	21,4900	429,80	30,6000	612,00
86	LAMINA DE BISTURI Nº 15 COM 100 UNIDADES	21,9900	439,80	31,3100	626,20

VI Do Pedido de desistência item 61: Conforme parecer jurídico, fica aceito o pedido de desistência de fornecimento do item 61- DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA E REMOCAO DA MATERIA ORGANICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS ODONTOLOGICOS. BASTERIOS-TATICOS DIMINUI A CARGA MICROBIANA DE ACO INSTANTANEA, CONTEM NA SUA FORMNULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE, AMILASE, CARBOHIDRASE, ALCOOLISOPROPILICO E TENSOATIVOS NAO IONICOS COM PH NEUTRO. EMBALAGEM COM 01 LITRO

V – Da Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o disposto no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações que lhe foram supervenientes, conforme a justificativa e o parecer jurídico,

explanando os fatos e motivos que levam a promover a o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 06, 84 e 86 da presente ata de registro de preços na forma da Lei.

VI– Da Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas por este primeiro termo aditivo.

VII – Da Publicação: O presente termo aditivo será publicado, no Diário Oficial do Município de Santa Catarina.

E por estarem as partes de acordo, depois de lido e achado conforme, segue o presente Termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as duas testemunhas.

Apiúna, 29 de ABRIL de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada

Testemunhas:

Nome: LUCAS XAVIER DOS REIS CPF: 121.829.128-19	Nome: CARLA REGINA ZONTA LANGE CPF: 938.261.769-87
	Nome: WILLY WOEHLE OAB/SC 7793 Advogado

PUBLICAÇÃO OFICIAL PE 04/2020FMS

Publicação Nº 2464188

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR NOVO, COM RECURSOS DO CONVENIO Nº 2020TR000058 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE APIÚNA E O ESTADO DE SANTA CATARIA, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, COM A INTERFERÊNCIA DA CASA CÍVIL (PROCESSO Nº SCC 5174/2019).

A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço "http://comprasbr.com.br", conforme datas e horários a seguir: INÍCIO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: a partir das 09 horas do dia 06/05/2020. FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 09 horas do dia 19/05/2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANÇES: a partir das 09 horas e 10 minutos do dia 19/05/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://comprasbr.com.br. ENDEREÇO FÍSICO: Prefeitura Municipal de Apiúna, Térreo, Sala 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC. HORÁRIO DE EXPEDIENTE: segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.E-MAIL:licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br. TELEFONE: 47 3353 2000. Edital disponível nos sites www.apiuna.sc.gov.br, http://comprasbr.com.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

José Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna.

QUINTO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019 - PE 16/2020

Publicação Nº 2466429

QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2019 – PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2019, na forma abaixo:

O MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito José Gerson Gonçalves, de outro lado, a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.505.263/0001-40, neste ato representada por seu bastante procurador que abaixo assina, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico nº 16/2019, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e da Lei 8666/1993, artigo 65 e pelas cláusulas e condições seguintes:

I – Do Procedimento Administrativo Licitatório: termo aditivo à ata de registro de preços n. 07/2019, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de Aquisição Parcelada de Material Médico Hospitalar.

II – Do Objeto: Este termo aditivo tem por objeto proceder o reequilíbrio econômico financeiro dos itens 04,05, 06, 07, 08, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 74, 75, 76, 78, 79, 99, 101, 116, 136, 137, 138, 142, 143, 158, 167 e 168 em razão dos aumentos feito pelo fabricante para aquisição dos produtos contratados.

III – Do Valor do Reajuste: Em razão do presente aditivo o valor unitário será conforme a tabela abaixo:

Item - Item	Item - Descrição	Antigo For- necedor - Vlr. Unit	Antigo For- necedor - Vlr. Total	Novo Fornece- dor - Vlr. Unit	Novo Fornece- dor - Vlr. Total
4	AGULHA DESCARTAVEL 13X4,5. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	5,3000	132,50	7,6000	190,00
5	AGULHA DESCARTAVEL 20X5,5. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	5,3000	159,00	7,6000	228,00
6	AGULHA DESCARTAVEL 25X6. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	5,3000	371,00	7,6000	532,00
7	AGULHA DESCARTAVEL 25X7. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	5,3000	530,00	7,6000	760,00
8	AGULHA DESCARTAVEL 25X8. ADAPTACAO EM QUALQUER SERINGA, ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE. APRESENTACAO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	5,4000	27,00	7,7500	38,75
30	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO OCULOS, ATOXICO,FLEXIVEL, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CONECTOR DE OXIGENIO E A CAVIDADE NASAL DO USUARIO. ESTERILIZADO E EMBALADO EM PALPEL GRAU CIRURGICO.	0,7500	75,00	0,9000	90,00
52	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 2-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES.	23,5000	235,00	34,0000	340,00
53	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 3-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES,	23,5000	235,00	34,0000	340,00
54	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 4-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES.	23,5000	235,00	32,6800	326,80
55	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 5-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES.	23,5000	235,00	40,0000	400,00
56	FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA 6-0, 45CM, MONOFILAMENTO PRETO, INABSORVIVEL, ESTERILIZADO, RESISTENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES	23,5000	235,00	40,0000	400,00
74	LAMINA DE BISTURI Nº10. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA, GRANDE RESISTENCIA À CORROSAO E PERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	22,3000	111,50	27,8000	139,00
75	LAMINA DE BISTURI Nº11. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA, GRANDE RESISTENCIA A CORROSAO E PERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL ILUMINIZADO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	22,3000	223,00	29,0000	290,00
76	LÂMINA DE BISTURI Nº 12. EM AÇO CARBONO. ESTÉRIL, ATRAVÉS DA RADIAÇÃO GAMA. USO ÚNICO.UTILIZADO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. CAIXA COM 100 UNIDADES	22,3000	111,50	29,0000	145,00
78	LAMINA DE BISTURI Nº24. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA, GRANDE RESISTENCIA A CORROSAO E PERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	22,3000	111,50	29,0000	145,00
79	LAMINA DE BISTURI Nº23. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA, GRANDE RESISTENCIA A CORROSAO E PERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	22,3000	111,50	29,0000	145,00

99	PAPEL CREPADO 60CMX60CM, BRANCO, EMBALAGEM CONTENDO 500 FOLHAS	180,0000	1.800,00	238,0000	2.380,00
101	PAPEL GRAU CIRURGICO. ENVELOPE AUTOSELANTE. 15x27CM. PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS, COM INDICADOR DE ESTERILIZACAO, EMBALAGEM COM 200 ENVELOPES	53,5400	10.708,00	64,9400	12.988,00
116	SONDA FOLEY Nº 16, COM BALAO, DUAS VIAS	2,2000	110,00	3,0000	150,00
136	SONDA FOLEY Nº 20, COM BALAO, DUAS VIAS	2,3000	115,00	3,1000	155,00
137	SERINGA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATOXICA CAPACIDADE 100UI, SEM ESPAÇO MORTO, INCOLOR COM RESISTENCIA MECANICA, CORPO CILINDRICO, ESCALA EM GRAVAÇÃO INDELEVEL DE 0 A 100UI COM DIVISÕES DE 2 EM 2 UNIDADES, COM AGULHA HIPODERMICA ACLOPADA NO CORPO DA SERINGA EXTERMIDADE PROXIMAL DO EMBULO COM PISTÃO DE VEDAÇÃO DE BORRACHA, AGULHA DE DIMENSÕES DE 8,0 MM DE COMPRIMENTO POR 0,30 MM DE DIAMETRO EM AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADA, NIVELADA POLIDA, CILINDRICA RETA, OCA, BISELTIFACETADO, AFIADA COM CANHAO TRANSLUIDO PROVIDA DE PROTETOR QUE PERMITA A ADAPTAÇÃO AO CANHÃO. EMBALADA EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA - CAIXA COM NO MAXIMO 100 UNIDADES.	23,5000	7.050,00	34,1200	10.236,00
138	SERINGA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATOXICA CAPACIDADE 50UI, SEM ESPAÇO MORTO, INCOLOR COM RESISTENCIA MECANICA, CORPO CILINDRICO, ESCALA EM GRAVAÇÃO INDELEVEL DE 0 A 50UI COM DIVISÕES DE 1 EM 1 UNIDADES, COM AGULHA HIPODERMICA ACLOPADA NO CORPO DA SERINGA EXTERMIDADE PROXIMAL DO EMBULO COM PISTÃO DE VEDAÇÃO DE BORRACHA, AGULHA DE DIMENSÕES DE 6,0 MM DE COMPRIMENTO POR 0,25 MM DE DIAMETRO EM AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADA, NIVELADA POLIDA, CILINDRICA RETA, OCA, BISELTIFACETADO, AFIADA COM CANHAO TRANSLUIDO PROVIDA DE PROTETOR QUE PERMITA A ADAPTAÇÃO AO CANHÃO. EMBALADA EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA - CAIXA COM NO MAXIMO 100 UNIDADES.	26,8000	8.040,00	32,2600	9.678,00
142	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, 10ML SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL).	0,4700	940,00	0,5300	1.060,00
143	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, 20ML SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL).	0,5900	590,00	0,6700	670,00
158	EQUIPO DE 2 VIAS (MULTIVIAS, POLIFIX) COM CLAMP, QUE SE ADAPTE A QUALQUER EQUIPO/SERINGA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	0,6000	180,00	0,7200	216,00
167	SONDA FOLEY Nº 14, COM BALAO, DUAS VIAS	2,3000	115,00	3,1300	156,50
168	SONDA FOLEY Nº 18, COM BALAO, DUAS VIAS	2,3000	115,00	3,1300	156,50

V – Da Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o disposto no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações que lhe foram supervenientes, conforme a justificativa e o parecer jurídico, explanando os fatos e motivos que levam a promover a o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 04, 05, 06, 07, 08, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 74, 75, 76, 78, 79, 99, 101, 116, 136, 137, 138, 142, 143, 158, 167 e 168 da presente ata de registro de preços na forma da Lei.

V – Da Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas por este primeiro termo aditivo.

VI – Da Publicação: O presente termo aditivo será publicado, no Diário Oficial do Município de Santa Catarina.

E por estarem as partes de acordo, depois de lido e achado conforme, segue o presente Termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as duas testemunhas.

Apiúna, 29 de ABRIL de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada

Testemunhas:

Nome: LUCAS XAVIER DOS REIS
CPF: 121.829.128-19

Nome: CARLA REGINA ZONTA LANGE
CPF: 938.261.769-87

Nome: WILLY WOHL
OAB/SC 7793
Advogado

Arabutã

PREFEITURA

25/2020

Publicação Nº 2466451

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 041/2020.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2020

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa(s) para prestação de serviços de fisioterapia.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 19/05/2020.
Abertura: às 09h00 do dia 19/05/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 06 de maio de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

PORTARIA 262/2020 (RETIFICADA)

Publicação Nº 2464796

PORTARIA Nº 262/2020
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando requerimento do interessado protocolado em 29 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir do dia 28 de abril o servidor ADAIR LÖSCH, inscrito no CPF sob nº. 049.146.589-09, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem à data de 28 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 29 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 286/2020

Publicação Nº 2464730

PORTARIA Nº 286/2020

ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

Considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 158 de 29 de dezembro de 2014, bem como Lei Complementar nº 226 de 30 de maio de 2019;

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a jornada de trabalho da servidora LUANA VANESSA NORONHA, inscrita no CPF sob nº. 099.876.479-52, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 04 de maio de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem à data de 04 de maio de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 05 de maio de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 287/2020

Publicação Nº 2464809

PORTARIA Nº 287/2020

ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

Considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 158 de 29 de dezembro de 2014, bem como Lei Complementar nº 226 de 30 de maio de 2019;

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a jornada de trabalho da servidora SABRINA JUNGES PEDROSO, inscrita no CPF sob nº. 091.095.239-60, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 04 de maio de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem à data de 04 de maio de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 05 de maio de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 288/2020

Publicação Nº 2465658

PORTARIA Nº 288/2020

DISCIPLINA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO o interesse Público;

CONSIDERANDO os ditames do art. 21 da Lei Complementar nº 159 de 29 de dezembro de 2014, bem como do art. 14 do Decreto nº 2579 de 17 de março de 2020 e demais aplicados à espécie;

RESOLVE:

Art.1º DISCIPLINAR, a partir de 06 de maio de 2020 a jornada de trabalho da servidora CRISTIANE MICHAELSEN inscrita no CPF sob nº. 027.860.559-11, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00, pelo período em que durarem as preocupações instaladas pela pandemia do COVID-19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 05 de maio de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA MESA DIRETORA Nº 05/2020**

Publicação Nº 2466286

ATO DA MESA DIRETORA Nº 05/2020

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARABUTÃ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Corona vírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Corona vírus;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando a redução do risco de contágio do Novo Corona vírus, causador da doença COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º - Sem prejuízo da adequada prestação dos serviços e do funcionamento das unidades da Câmara Municipal de Arabutã, autorizar a adoção das seguintes medidas, até o dia 31 de maio do corrente exercício:

I - Suspender a realização de eventos presenciais de capacitação e treinamento, avaliando a possibilidade de modalidades alternativas de transmissão, caso o evento não possa ser reprogramado para momento posterior;

II - Restringir ao estritamente indispensável a realização de reuniões presenciais de grupos de trabalho, comissões, comitês e assemelhados;

III - Suspender a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

IV - Autorizar aos membros e servidores da Câmara Municipal se sua atividade assim permitir, executar o trabalho a distância, utilizando meios eletrônicos, sob a supervisão imediata das suas chefias;

Art. 2º - Como medidas profiláticas, determinar aos colaboradores das diversas áreas desta Câmara Municipal que observem as seguintes orientações:

I - Manter o ambiente de trabalho bem ventilado, com janelas e portas abertas, caso seja possível;

II - Evitar aglomeração de pessoas, sobretudo nos ambientes onde não seja possível garantir a ventilação natural;

III - Limpar e desinfetar, com frequência, objetos e superfícies muito utilizados;

Art. 3º - Caso seja necessário, a Presidência adotará novas medidas para evitar a propagação interna do COVID-19.

Art. 4º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data da sua publicação.

Arabutã- SC, 04 de Maio de 2020

Isolde Dulce Schuch Ruppenthal
Presidente

Helio Lösch
Vice-Presidente

Gerson Artifon
Secretário

Registrado e Publicado em 05/05/2020, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling
Secretário Geral - Responsável pelas publicações

RESOLUÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2465501

RESOLUÇÃO 002/2020

Dispõe sobre a realização temporária de desconto de valor de subsídio de Vereadores e dos servidores ocupantes de cargos comissionados, no Município de Arabutã devido à decretação de estado de calamidade pública nacional em razão da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) e para amenizar os efeitos da Estiagem em nosso Município.

Art. 1º Determina o desconto de 15% (quinze por cento), junto ao valor do subsídio de Vereadores e 10% (dez por cento) dos proventos de cargos comissionados, mediante retenção, junto à folha de pagamento, nos meses de Maio e Junho de 2020.

Parágrafo único. O desconto de que trata este artigo é a título de doação, ao Município de Arabutã para auxiliar o financiamento de ações, pelo Poder Público, de enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) e para amenizar os efeitos da estiagem registrada em nosso Município.

Art. 2º O Vereador ou servidor que não concordar com o desconto, de que trata esta Resolução de Mesa, deverá apresentar ofício, por escrito, dirigido à Presidência da Câmara Municipal, até o dia 24 de Maio de 2020, indicando sua discordância.

Art. 3º Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Arabutã, 13 de Abril de 2020

Isolde Dulce Schuch Ruppenthal
Presidente

Helio Lösch
Vice-Presidente

Gerson Artifon
Secretário

Registrado e Publicado em 06/05/2020, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling
Secretário Geral - Responsável pelas publicações.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 28/2020

Publicação Nº 2465676

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 28/2020
MUNICÍPIO DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 22/5/2020, às 9 horas, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS para obras e serviços de engenharia, pelo menor preço global, por item, sob o regime indireto de empreitada por preço unitário, tendo por objeto a EXECUÇÃO DE REFORMA DE COBERTURA DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PROFESSORA ONORATA ZONTA DALFOVO, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA.

Ascurra, 6 de maio de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2019

Publicação Nº 2464829

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 48/2019

O MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 221, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, representado pelo prefeito municipal, Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMI, denominado CONTRATANTE e a empresa GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua João Antonio da Silva, nº 39, Bairro Warnow, cidade de Indaial (SC), inscrita no CNPJ sob n. 10.671.681/0001-73, neste ato representado por seu representante legal, Senhor GILBERTO REIS, denominada CONTRATADA, após regular constatação da reprogramação de PRAZO de conclusão de obra de "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO DA RUA JORGE LACERDA, BAIRRO ESTAÇÃO, ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 746,30 METROS DE EXTENSÃO E 2.850,00M² DE ÁREA DO PASSEIO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA", por parte do engenheiro civil deste Município, resolvem, de comum acordo, celebrar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n. 48/2019, formalizado através do Edital de Tomada de Preços n. 52/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO E JUSTIFICATIVA

Conforme decisão administrativa n. 40/2020, e diante da situação de emergência decretada através do Decreto Municipal n. 3533/2020, fica prorrogado o prazo para a conclusão da obra em 30 (trinta) dias, a contar de 30/3/2020, até o prazo limite de 30/4/2020.

Prorroga-se também a vigência do contrato administrativo até 31/5/2020, para fins fiscais.

Ficam mantidas as demais cláusulas do presente contrato.

Ascurra, 16 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
GILBERTO REIS
CONTRATADA

Atalanta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 18/2020

Publicação Nº 2464773

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

P.L.4/2020-T.P.1/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL), PARA EFETUAR A EXECUÇÃO DE OBRA DE PRÉ-MOLDADO E COBERTURA METÁLICA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL VILA GROPP, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 2019TR1103, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE ATALANTA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, QUE FAZEM PARTE DO ANEXO I DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 1/2020.

CONTRATO Nº: 18/2020.

CONTRATADO: A.R.G. INDUSTRIAL LTDA (CNPJ 04.415.095/0001-65).

VALOR TOTAL: R\$ 168.995,81 (CENTO E SESSENTA OITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 05/05/2020 A 03/08/2020.

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 001/2020 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2465099

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020

Data: 05 de maio de 2020.

Referente: EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Concurso Público nº 001/2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 47, de 1º de abril de 2020, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e, ainda, a existência de Vagas no quadro de Cargos Públicos de Técnica Enfermagem, CONVOCA os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público nº 001/2020, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para comparecer no período de 06 de maio de 2020 a 05 de junho de 2020, no horário das 07h00min as 13h00min, no Departamento de Pessoal na sede da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, sito a Av. Santa Catarina, nº 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva/SC (Departamento de Pessoal), para tomar ciência de sua convocação e, depois de cumpridas as formalidades legais, TOMAR POSSE nos respectivos cargos.

Caso haja manifestação por escrito das candidatas de seu desinteresse na posse dos cargos, durante o período de Convocação, a Administração Municipal poderá publicar novo Edital de Convocação, até que as vagas necessárias sejam preenchidas, mesmo antes do vencimento do prazo deste Edital

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

Técnico de Enfermagem

Inscrição	Nome	Posição
202021	KENIA DE MESQUITA ARROXELLAS	1º Lugar

Balneário Arroio do Silva/SC, 05 de maio de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 061/2020

Publicação Nº 2465119

Decreto nº 061, de 05 de maio de 2020.

DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA CERTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC, ATRAVÉS DA LEI 13.465/2017 E DECRETO 9.310/2018; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Balneário Arroio Do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Balneário Arroio Do Silva/SC,

Considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária de interesse social e específico Reurb-S e Reurb-E.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária — CRF, do Município de Balneário Arroio Do Silva/SC, através da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, Loteamento Costa do Marfim, pertencente a Matrícula nº 8.182, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá/ SC, conforme Mapa em anexo sendo que as ruas e servidões este município receberá em doação para a sua efetiva manutenção.

Art. 2º Compete à secretaria de assistência Social, processar, avaliar, decidir e certificar o enquadramento dos Reurb, através do CAD ÚNICO, declarações de renda, Certidões de propriedade, ou outro formato que a secretaria achar conveniente adotar, afim de contribuir na classificação e enquadramento do núcleo em uma das modalidades da regularização fundiária.

Art. 3º São considerados de baixa renda, para fins de regularização fundiária de interesse social, aqueles cuja renda mensal familiar não ultrapasse 05 (cinco) salários mínimos mensais vigentes no país.

Art. 4º O loteamento encontra-se apto para fins de regularização fundiária e consequentemente para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, na modalidade de REURB-S e REURB-E, sendo este Loteamento de Interesse Social e predominantemente de Baixa Renda.

Art. 5º É parte integrante deste Decreto o Anexo I – Certidão de Regularização Fundiária (CRF) emitida por esta municipalidade.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 05 de maio de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de maio de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I

PORTARIA Nº 721/2020

Publicação Nº 2465104

Portaria nº 721, de 05 de maio de 2020.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 99 a 116, todos da Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva", e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a ação disciplinar tem a finalidade de garantir a aplicação e respeito aos princípios previstos no Artigo 37, da Constituição Federal, a ordem e a justiça, visando atender ao interesse público e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos Órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos Servidores Municipais, especialmente aqueles que dizem respeito aos deveres funcionais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de agente público e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que aos Servidores Públicos Municipais devem ser garantidos o respeito ao devido Processo Administrativo Disciplinar, a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa;

CONSIDERANDO que a atividade processante impõe conhecimento especializado para o atendimento das formalidades essenciais;

CONSIDERANDO que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (Art.1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivada;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Assessoria Jurídica do Município, por meio de Parecer, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das possíveis irregularidades praticadas pela Servidora Pública Municipal, constantes dos documentos que instruem o Processo Administrativo nº 000566/2020;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, foi instituída pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que cheguem a seu conhecimento, especialmente aqueles contenham possíveis indícios de irregularidade e/ou ilegalidade com a finalidade de apurar os fatos e identificar a autoria e possíveis responsáveis, bem como verificar a existência ou não de prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, em seu Artigo 10, veda em tese condutas desta natureza;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Instaurado a Abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das supostas condutas irregulares praticadas pela Servidora Pública Municipal, D.R.R, Matrícula Funcional nº 4.712, ocupante do Cargo de Provimento em efetivo de Monitor de Artes Manuais, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social, sob pena de sanções impostas a Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva”.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no Artigo 1º, a Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos Servidores Públicos Municipais, ANA PAULA DAMASCENO ORCELLI, Fiscal de Obras, Matrícula Funcional nº 4.595, que a Presidirá, OS-VALDINO FERNANDES JUNIOR, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 4.875 e MARCIA BERNADINO Professor, Matrícula Funcional nº 6.515, dentre os nomeados pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020, que Institui a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, todos Servidores Estáveis, ocupantes de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal desta Municipalidade.

§ 1º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 2º A Comissão poderá promover a tomada de depoimentos, acareações, requisição de documentos e demais diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a servidores públicos municipais com conhecimento técnico, visando à elucidação completa dos fatos.

§ 3º Os membros da Comissão terão livre acesso às dependências e instalações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como aos documentos, relatórios e informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos sistemas informatizados, estando sujeito a aplicação de penalidade administrativa quem impedir sonegar ou recusar imotivadamente o fornecimento de documentos ou informações.

§ 4º A Comissão poderá notificar qualquer servidor para prestar depoimento, o qual deverá ser dispensado por seu superior hierárquico, sem prejuízo de sua remuneração, pelo tempo que for necessário ou, ainda, convidar terceiros que possam colaborar na elucidação dos fatos investigados.

§ 5º A notificação e/ou convite de que trata o § 4º poderá ser realizada pessoalmente, via postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, com a confirmação do envio ao destinatário do endereço eletrônico.

§ 6º Os meios de notificação e/ou convite previstos no § 5º não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 7º Presumem-se válidas as notificações dirigidas ao endereço residencial, ou eletrônico, informado pelo servidor público em sua ficha funcional, cabendo a este sua atualização sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§ 8º O servidor que, injustificadamente, não comparecer ou se recusar a prestar esclarecimentos à Comissão, quando comprovadamente notificado, estará sujeito à penalidade de repreensão por escrito.

§ 9º A Comissão terá como Secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 10 As reuniões e as audiências da Comissão terão caráter reservado e serão realizadas em local e horário previamente definido pelo Presidente da Comissão.

§ 11 É proibido aos membros da Comissão tornar públicas quaisquer opiniões a respeito do fato responsabilizado aos servidores, sob seus julgamentos, antes de concluído o Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Os membros da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar dedicarão tempo integral aos seus trabalhos, ficando, então, dispensados do registro de ponto eletrônico, bem como exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário na elucidação dos fatos ou exigidos pelo interesse da Administração.

§ 1º É dever dos integrantes da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar ter discrição e guardar sigilo sobre os documentos e assuntos que lhes sejam submetidos em razão do exercício regular da função, sob pena de responsabilidade administrativa.

§ 2º As reuniões da Comissão deverão ocorrer em local isolado, sendo permitida somente a presença dos seus componentes e dos interessados, ou de profissionais com prerrogativas.

§ 3º As reuniões da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar serão realizadas periodicamente e deverão ser registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 4º A Comissão Especial de Inquérito fica impedida de permitir a retirada dos autos do Processo Administrativo Disciplinar da Sede do Centro Administrativo Municipal, salvo por membro da comissão acompanhado pelo advogado devidamente habilitado pelos servidores investigados, para a obtenção de cópia reprográfica.

Parágrafo único. Poderá ser concedida também aos servidores ou aos advogados devidamente habilitados cópia dos autos do processo em arquivo digital.

Art. 5º A Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar poderá, ao final dos procedimentos de que trata este Decreto, sugerir medidas que impliquem no aperfeiçoamento dos serviços públicos e na inibição de novas ocorrências das mesmas irregularidades apuradas.

Art. 6º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, admitida sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva.

Art. 7º Não haverá retribuição pecuniária pelos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 8º A Assessoria Jurídica do Município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 9º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 05 de maio de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de maio de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 722/2020

Publicação Nº 2465108

Portaria nº 722, de 05 de maio de 2020.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 99 a 116, todos da Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva", e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a ação disciplinar tem a finalidade de garantir a aplicação e respeito aos princípios previstos no Artigo 37, da Constituição Federal, a ordem e a justiça, visando atender ao interesse público e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos Órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos Servidores Municipais, especialmente aqueles que dizem respeito aos deveres funcionais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de agente público e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que aos Servidores Públicos Municipais devem ser garantidos o respeito ao devido Processo Administrativo Disciplinar, a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa;

CONSIDERANDO que a atividade processante impõe conhecimento especializado para o atendimento das formalidades essenciais;

CONSIDERANDO que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (Art.1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivada;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Assessoria Jurídica do Município, por meio de Parecer, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das possíveis irregularidades praticadas pela Servidora Pública Municipal, constantes dos documentos que instruem o Processo Administrativo nº 0001036/2019;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, foi instituída pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que cheguem a seu conhecimento, especialmente aqueles contenham possíveis indícios de irregularidade e/ou ilegalidade com a finalidade de apurar os fatos e identificar a autoria e possíveis responsáveis, bem como verificar a existência ou não de prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, em seu Artigo 10, veda em tese condutas desta natureza;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Instaurado a Abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das supostas condutas irregulares praticadas pela Servidora Pública Municipal, C.M.P.K, Matrícula Funcional nº 526, ocupante do Cargo de Provimento em efetivo de Professor, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sob pena de sanções impostas a Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva".

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no Artigo 1º, a Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos Servidores Públicos Municipais, ANA PAULA DAMASCENO ORCELLI, Fiscal de Obras, Matrícula Funcional nº 4.595, que a Presidirá, OS-VALDINO FERNANDES JUNIOR, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 4.875 e MARCIA BERNADINO Professor, Matrícula Funcional nº 6.515, dentre os nomeados pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020, que Institui a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, todos Servidores Estáveis, ocupantes de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal desta Municipalidade.

§ 1º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 2º A Comissão poderá promover a tomada de depoimentos, acareações, requisição de documentos e demais diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a servidores públicos municipais com conhecimento técnico, visando à elucidação completa dos fatos.

§ 3º Os membros da Comissão terão livre acesso às dependências e instalações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como aos documentos, relatórios e informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos sistemas informatizados, estando sujeito a aplicação de penalidade administrativa quem impedir sonegar ou recusar imotivadamente o fornecimento de documentos ou informações.

§ 4º A Comissão poderá notificar qualquer servidor para prestar depoimento, o qual deverá ser dispensado por seu superior hierárquico, sem prejuízo de sua remuneração, pelo tempo que for necessário ou, ainda, convidar terceiros que possam colaborar na elucidação dos fatos investigados.

§ 5º A notificação e/ou convite de que trata o § 4º poderá ser realizada pessoalmente, via postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, com a confirmação do envio ao destinatário do endereço eletrônico.

§ 6º Os meios de notificação e/ou convite previstos no § 5º não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 7º Presumem-se válidas as notificações dirigidas ao endereço residencial, ou eletrônico, informado pelo servidor público em sua ficha funcional, cabendo a este sua atualização sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§ 8º O servidor que, injustificadamente, não comparecer ou se recusar a prestar esclarecimentos à Comissão, quando comprovadamente notificado, estará sujeito à penalidade de repreensão por escrito.

§ 9º A Comissão terá como Secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 10 As reuniões e as audiências da Comissão terão caráter reservado e serão realizadas em local e horário previamente definido pelo Presidente da Comissão.

§ 11 É proibido aos membros da Comissão tornar públicas quaisquer opiniões a respeito do fato responsabilizado aos servidores, sob seus julgamentos, antes de concluído o Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Os membros da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar dedicarão tempo integral aos seus trabalhos, ficando, então, dispensados do registro de ponto eletrônico, bem como exercerão suas atividades com independência e imparcialidade,

sendo assegurado o sigilo necessário na elucidação dos fatos ou exigidos pelo interesse da Administração.

§ 1º É dever dos integrantes da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar ter discrição e guardar sigilo sobre os documentos e assuntos que lhes sejam submetidos em razão do exercício regular da função, sob pena de responsabilidade administrativa.

§ 2º As reuniões da Comissão deverão ocorrer em local isolado, sendo permitida somente a presença dos seus componentes e dos interessados, ou de profissionais com prerrogativas.

§ 3º As reuniões da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar serão realizadas periodicamente e deverão ser registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 4º A Comissão Especial de Inquérito fica impedida de permitir a retirada dos autos do Processo Administrativo Disciplinar da Sede do Centro Administrativo Municipal, salvo por membro da comissão acompanhado pelo advogado devidamente habilitado pelos servidores investigados, para a obtenção de cópia reprográfica.

Parágrafo único. Poderá ser concedida também aos servidores ou aos advogados devidamente habilitados cópia dos autos do processo em arquivo digital.

Art. 5º A Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar poderá, ao final dos procedimentos de que trata este Decreto, sugerir medidas que impliquem no aperfeiçoamento dos serviços públicos e na inibição de novas ocorrências das mesmas irregularidades apuradas.

Art. 6º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, admitida sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva.

Art. 7º Não haverá retribuição pecuniária pelos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 8º A Assessoria Jurídica do Município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 9º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 05 de maio de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de maio de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020

Publicação Nº 2464784

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de telecomunicações para prover acesso dedicado à internet aos Departamentos e Setores que integram o Município de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital".

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 08h00min, do dia 20 de maio de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 05 de maio de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 092/2020

Publicação N° 2465992

PORTARIA N.º 092/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, assinar e responder pelo FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL, a servidora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, maior, casada, inscrita no CPF sob o nº 939.581.459-49, RG sob o nº 2.862.912 SSP/SC, portadora da matrícula sob o nº 10746, nomeada para o cargo de Secretária Municipal de Saúde em 02 de março de 2020.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 02 de março de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 136/2020

Publicação N° 2465996

PORTARIA N.º 136/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, as Servidoras, LUANA MOCELIN DE CAMARGO, brasileira, maior, solteira, portadora do RG nº 8.510.230-3 SESP/PR, CPF nº 072.681.029-09, Carteira de Habilitação nº 04656316625, Categoria AB, matrícula nº 4, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Meio Ambiente, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); RAFAELA DAIANE DE OLIVEIRA, brasileira, maior, solteira, portadora do RG nº 9.377.007-2 SESP/PR, CPF nº 075.249.959-97, Carteira de Habilitação nº 04637092590, Categoria AB, matrícula nº 7, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Meio Ambiente, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); para conduzir o veículo, FIAT MOBI LIKE, 2020, Placa BDY-8F36.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 24 de abril de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 137/2020

Publicação N° 2465998

PORTARIA N.º 137/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, os Servidores, MIGUEL ANGELO PINHO, brasileiro, maior, casado, portador do RG nº 3.159.018 SESP/SC, CPF nº 007.895.149-66, Carteira de Habilitação nº 00928023063, Categoria B, matrícula nº 8, ocupante do cargo efetivo de Biólogo, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); FELIPE AUGUSTO LOTTI, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG nº 4.212.755 SESP/SC, CPF nº 066.8878.039-80, Carteira de Habilitação nº 04889236905, Categoria B, matrícula nº 6, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Ambiental, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); para conduzir o veículo, FIAT MOBI LIKE, 2020, Placa BDY-8F36.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 24 de abril de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 138/2020

Publicação N° 2465999

PORTARIA N.º 138/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, as Servidoras, JULIA CAMPOS DOTTO, brasileira, maior, solteira, portadora do RG nº 7.965.891 SESP/SC, CPF nº 390.520.148-84, Carteira de Habilitação nº 05249447009, Categoria B, matrícula nº 3, ocupante do cargo efetivo de Engenheira Sanitarista, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); REGIANE MARA SBROGLIA, brasileira, maior, solteira, portadora do RG nº 4.588.220 SESP/SC, CPF nº 059.155.439-95, Carteira de Habilitação nº 03907150757, Categoria B, matrícula nº 9, ocupante do cargo de Geógrafa, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); para conduzir o veículo, FIAT MOBI LIKE, 2020, Placa BDY-8F36.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 24 de abril de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 139/2020

Publicação N° 2466001

PORTARIA N.º 139/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, os Servidores, RAFAEL ALT SANTOS DE CHAVES, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG nº 4.947.862 SSP/SC, CPF nº 046.270.399-13, Carteira de Habilitação nº 04467848815, Categoria B, matrícula nº 10, ocupante do cargo efetivo de Procurador, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); MARCOS ZALESKI DE MATOS, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG nº 80863772 SSP/SC, CPF nº 049.047.389-00, Carteira de Habilitação nº 03023748713, Categoria AB, matrícula nº 1, ocupante do cargo em comissão de Presidente, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA); para conduzir o veículo, FIAT MOBI LIKE, 2020, Placa BDY-8F36.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 24 de abril de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 140/2020

Publicação N° 2466002

PORTARIA N.º 140/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, a Servidora, Sra. ELISE ROSA LIMA RIBEIRO, brasileira, maior, união estável, portadora do RG nº 7.154.194 SSP/SC, CPF nº 043.447.149-62, Carteira de Habilitação nº 04855843610, Categoria AB, matrícula nº 11, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras (FUNDEMA), para conduzir o veículo, FIAT MOBI LIKE, 2020, Placa BDY-8F36.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 24 de abril de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

TERMO ADITIVO 004/2020 REF. CONTRATO 025/2018 PMBP

Publicação N° 2465368

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 004/2020 DE 08/04/2020
CONTRATO N° 25/2018/PMBP de 11/05/2018
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 38/2017
REF.PROCESSO LICITATÓRIO N.º 023/2017/PMBP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2017-PMBP
HOMOLOGADO EM 12/05/2017

O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços nº 023/2017-PMBP, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização, limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Balneário Piçarras/SC, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Obras através do ofício 14/2020 e Secretaria Municipal de Educação através do ofício 62/2020 e aprovado pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Balneário Piçarras, com base no Art. 65, §1º Lei Federal nº 8.666/93, haja visto a necessidade do aumento de 04 (quatro) postos de trabalho, sendo 02 (dois) zeladores para cada Secretaria

solicitante.

Fica aditivado o referido contrato no valor de R\$ 176.230,80 (cento e setenta e seis mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos), que serão pagos em parcelas mensais no valor de R\$ 19.581,20 (dezenove mil, quinhentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

A vigência deste termo aditivo inicia-se no dia 10/04/2020 e encerra-se no dia 10/01/2021

MISERVI ADMISNISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Balneário Piçarras, 08 de abril de 2020.

Leonel José Martins

TERMO ADITIVO 005/2020 REF. CONTRATO 025/2018 PMBP

Publicação Nº 2465403

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 005/2020 DE 08/04/2020

CONTRATO Nº 25/2018/PMBP de 11/05/2018

DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 38/2017

REF.PROCESSO LICITATÓRIO N.º 023/2017/PMBP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017-PMBP

HOMOLOGADO EM 12/05/2017

O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços nº 023/2017-PMBP, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização, limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Balneário Piçarras/SC, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Balneário Piçarras, com base no Art. 65, §1º Lei Federal nº 8.666/93, fica suprimido 02 (dois) postos de trabalho de serventes.

Fica suprimido do referido contrato o valor de R\$ 76.533,12 (setenta e três mil, quinhentos e trinta e três reais e doze centavos).

A vigência deste termo inicia-se no dia 10/04/2020 e encerra-se no dia 10/01/2021

MISERVI ADMISNISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Balneário Piçarras, 08 de abril de 2020.

Leonel José Martins

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 041/PMBR/2020

Publicação N° 2466304

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 041/PMBR/2020.

Tipo: MENOR PREÇO por item.

Data e horário da sessão de abertura: 25/05/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras contratações de serviços de horas máquinas e caminhões, incluindo operadores/motoristas, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e do Samae do Município de Balneário Rincão SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Obs: Conforme Decreto N°. 038/2020 de 12/04/2020.

Art. 3º. O expediente do setor de licitações será das 13:00 às 19:00 horas, realizando o atendimento por agendamento e através de e-mail.
§1º As publicações legais do setor de licitação serão realizadas no mural disposto na Secretaria de Saúde do Município aberto das 08:00 às 17:00 horas, sem prejuízo da demais publicações legais quando obrigatórias por lei.

§2º Nesse período, serão permitidos o protocolo de impugnação e recursos através do seguinte e-mail: licitacao@baneariorincao.sc.gov.br, com todos os documentos definidos no edital e na legislação vigente.

§3º Será obrigatório o uso de máscaras e luvas durante a sessão de licitação, sob pena de não participação e desclassificação do certame caso a presença seja indispensável.

Balneário Rincão – SC, 04 de Maio de 2020.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

ATA 014/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2020

Publicação Nº 2466133

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2020

Número do Registro de Preços: 14/2020 Data do Registro: 05/05/2020 Válido até: 05/05/2021

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TIPO - (AR CONDICIONADOS - TIPO SPLIT E CORTINA DE AR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC, DURANTE 12 (DOZE) MESES;

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CORTINA DE AR DE 0,90 (CENTÍMETROS) COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, COM GARANTIA DE 1 ANO, INSTALADO E COM GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 01(UM) ANO. (9737)	UN	VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT (1304)	AGRATTO	0	782,0000	1
2			ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRE (2080)	AGRATTO	0	783,0000	2
3			SUPERAR EIRELI (2081)	DUGOLD	0	790,0000	3
4			E& AR AQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP (1974)	Vix One 90cm	0	820,0000	4
5			REFRIGRIO AR CONDICIONADOS LTDA (2443)	KOMECO	0	829,0000	5
1	2 APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT COM CAPACIDADE 9.000 BTUS QUENTE E FRIO, COM CONTROLE REMOTO, TIME E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO 220V E SELO PROCEL A, COM GARANTIA DE 1 ANO, INSTALADO COM ATÉ 2MT DE TUBULAÇÃO INCLUSO, E GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 1 ANO. (9732)	UN	VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT (1304)	KOMECO	0	1.337,0000	1
2			ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRE (2080)	ELGIN	0	1.338,0000	2
3			SUPERAR EIRELI (2081)	KOMECO	0	1.345,0000	3
4			REFRIGRIO AR CONDICIONADOS LTDA (2443)	KOMECO	0	1.347,0000	4
1	3 APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT COM CAPACIDADE 12.000 BTUS QUENTE E FRIO, COM CONTROLE REMOTO, TIME E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO 220V E SELO PROCEL A, COM GARANTIA DE 1 ANO, INSTALADO COM ATÉ 2MT DE TUBULAÇÃO INCLUSO, E GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 1 ANO. (9733)	UN	ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRE (2080)	ELGIN	0	1.399,0000	1
2			VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT (1304)	KOMECO	0	1.400,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2020

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 14/2020			Data do Registro: 05/05/2020		Válido até: 05/05/2021		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TIPO - (AR CONDICIONADOS - TIPO SPLIT E CORTINA DE AR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC, DURANTE 12 (DOZE) MESES,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT COM CAPACIDADE 18.000 BTUS QUENTE E FRIO, COM CONTROLE REMOTO, TIME E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO 220V E SELO PROCEL A, COM GARANTIA DE 1 ANO, INSTALADO COM ATÉ 2MT DE TUBULAÇÃO INCLUSO, E GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 1 ANO. (9734)	UN	SUPERAR EIRELI (2081)	KOMECCO	0	1,460,0000	3
			REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA (2443)	KOMECCO	0	1,462,9000	4
			ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRE (2080)	AGRATTO	0	2,060,0000	1
			VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT (1304)	KOMECCO	0	2,070,0000	2
5	APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT COM CAPACIDADE 24.000 BTUS QUENTE E FRIO, COM CONTROLE REMOTO, TIME E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO 220V E SELO PROCEL A, COM GARANTIA DE 1 ANO, INSTALADO COM ATÉ 2MT DE TUBULAÇÃO INCLUSO, E GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 1 ANO. (9735)	UN	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (2083)	AGRATTO	0	2,099,0000	3
			REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA (2443)	ELECTROLUX	0	2,188,0000	4
			E& AR AQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP (1974)	Elgin HWQH181	0	2,188,0000	5
			SUPERAR EIRELI (2081)	KOMECCO	0	2,188,0000	6
6		UN	SUPERAR EIRELI (2081)	ECOBLU	0	2,740,0000	1
			VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT (1304)	KOMECCO	0	2,750,0000	2
7		UN	ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRE (2080)	ELGIN	0	2,759,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2020

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 14/2020		Data do Registro: 05/05/2020		Válido até: 05/05/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TIPO - (AR CONDICIONADOS- TIPO SPLIT E CORTINA DE AR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC; DURANTE 12 (DOZE) MESES,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT COM CAPACIDADE 30.000 BTUS QUENTE E FRIO, COM CONTROLE REMOTO, TIME E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, TENSÃO 220V E SELO PROCEL A, COM GARANTIA DE 1 ANO, INSTALADO COM ATÉ 2MT DE TUBULAÇÃO INCLUSO, E GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE 1 ANO. (1011587)	UN	REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA (2443)	KOME CO	0	2.766,9000	4
			E& AR AQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP (1974)	Philco PAC300	0	3.400,0000	1
			ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRE (2080)	ELGIN	0	3.420,0000	2
			VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT (1304)	GREE	0	3.840,0000	3
			SUPERAR EIRELI (2081)	ELGIN	0	3.950,0000	4
			CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME (2083)	ELGIN	0	4.319,0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2020

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 14/2020		Data do Registro: 05/05/2020		Válido até: 05/05/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TIPO - (AR CONDICIONADOS - TIPO SPLIT E CORTINA DE AR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC, DURANTE 12 (DOZE) MESES,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA (2443)	ELGIN	0	4.320.0000	6

Página: 5/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2020

Número do Registro de Preços: 14/2020		Data do Registro: 05/05/2020		Válido até: 05/05/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TIPO - (AR CONDICIONADOS - TIPO SPLIT E CORTINA DE AR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC, DURANTE 12 (DOZE) MESES,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020
PROCESSO Nº 33/2020

- (1304) - VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT
- (1974) - E&AR AQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP
- (2080) - ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRE
- (2081) - SUPERAR EIRELI
- (2083) - CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME
- (2443) - REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA

Balneário Rincão, 5 de Maio de 2020.

Bandeirante

PREFEITURA

DF Nº 012/2020

Publicação Nº 2465406

DECRETO FINANCEIRO Nº 012, DE 06 DE MAIO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2020, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas art. 111 da Lei Orgânica Municipal, pelos arts. 41, 44 e 45 da Lei 4.320, de 17/03/1964, pelos arts. 40 e 41 da Lei Municipal nº 1.337, de 09/12/2019, pelos arts. 11 e 12 da Lei Municipal nº 1.338, de 09/12/2019;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que a Organização Municipal de Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março de 2020, em âmbito mundial, pandemia do Coronavírus COVID-19;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, a qual declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Medida Provisória nº 924 de 13 de março de 2020, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde no valor de R\$ 5.099.795.979,00;

Considerando a Portaria nº 395, de 16 de março de 2020, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Média e Alta Complexidade – MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19;

Considerando o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

Considerando o Decreto nº 023, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas preventivas de enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19 no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina;

Considerando as orientações da FECAM acerca do novo Coronavírus COVID-19;

Considerando a Resolução nº 008/2020, da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sobre a realização de atividades diante do risco de disseminação e contágio com o novo Coronavírus COVID-19;

Considerando as orientações do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS quanto aos créditos extraordinários;

Considerando que o Plano Municipal de Contingência para Emergência em Saúde Pública do Coronavírus SARS-COV-2, elaborado em março de 2020 com dados coletados no sistema e-SUS, totaliza a população de Bandeirante em 3.495 habitantes identificando que mais de 20% da população tem idade superior a 60 (sessenta) anos, com 717 idosos;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Extraordinário no valor de R\$ 15.372,36 (quinze mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos), a seguir:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

03.01.10.122.0002.2.073 Enfrentamento da Emergência COVID-19	
3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas - Recursos Ordinários de Saúde	15.372,36

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto neste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes da seguinte fonte:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

03.01.10.122.0002.2.058 Gestão dos Serviços da Saúde com Recurso Municipal	
(15) 3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas – Recursos Ordinários de Saúde	15.372,36

Art. 3º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 06 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

DF Nº 013/2020

Publicação Nº 2465702

DECRETO FINANCEIRO Nº 013, DE 06 DE MAIO DE 2020.

Abre Crédito Adicional no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2020, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.336, de 09/12/2019, Lei Municipal nº 1.337, de 09/12/2019, Lei Municipal nº 1.338, de 09/12/2019, Lei Municipal nº 1.348/2020 e demais normas em vigor,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 99.996,56 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), a seguir:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

03.01.10.301.0002.1.017 Obras de Reforma e Ampliação das Edificações de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.1023 Aplicações Diretas – Recursos Transferências de Convênios – Saúde	99.996,56

Art. 2º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do provável Excesso de Arrecadação na importância de R\$ 99.996,56 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), oriundos do Recurso nº 1023 – Transferências de Convênios – Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 06 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 015/2020

Publicação Nº 2465858

PORTARIA Nº 015, DE 05 DE MAIO DE 2020.

EXONERA A SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhora PATRICIA SIMA, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Administrativa do Legislativo, 40 horas semanais, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração do Poder Legislativo, deste Ente Federado, com vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 05/05/2020.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante (SC), em 05 de maio de 2020.

MARCIANO PERASSOLI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N° 170, DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2464696

PORTARIA N° 170, de 04 de maio de 2020
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei I Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Tafaél Boss ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$400,00 (quatrocentos reais) , conforme memorando nº042/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 04 de maio de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N° 173, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2464828

PORTARIA N° 173, de 05 de maio de 2020
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei I Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Tafaél Boss ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$300,00 (trezentos reais) , conforme memorando nº044/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 05 de maio de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 174, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464848

PORTARIA Nº 174, de 05 de maio de 2020.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 3,0 (três) diárias ao servidor Tafarel Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Blumenau/SC, conforme Memorando Nº045/2020 e Roteiro de Viagem nº22/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 20 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

46º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

Publicação Nº 2464626

46º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

46ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº001/2018

Comprovação de Requisitos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2018, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, e Prova Prática, através do Decreto nº 1293, de 13 de março de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, a 46ª convocação para comprovação dos requisitos do Processo Seletivo, conforme o Edital n. 001/2018, para os seguintes cargos:

PREFEITURA

Nível Superior

Assistente Social

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, conforme item 13.1, 13.4 e 13.5, do Edital nº 001/2018 PMBV, os candidatos relacionados no item 3.1, que deverão apresentar no prazo de até 02 (dois) dias, cópias e original dos seguintes documentos:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Cartão SUS;
- d) Título de eleitor, declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE);
- e) PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB);
- f) Reservista, se do sexo masculino;
- g) Certidão de nascimento/casamento;
- h) Atestado de antecedentes criminais (emitido pela Polícia Civil ou Federal);
- i) Diploma exigido no edital referente a escolaridade exigida para o cargo, e respectivo registro no conselho de classe no Estado de Santa Catarina;
- j) CNH profissional com curso específico;
- k) Comprovante de residência;
- L) Carteira de Trabalho original;
- m) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público.
- n) Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;
- o) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

1.2 Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Barra Velha – SC poderá solicitar outros documentos complementares, conforme item 13.6 do Edital 001/2018 PMBV;

1.3 O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo, conforme item 13.10 do Edital nº 001/2018 PMBV.

2. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 3.1, deverão se apresentar no horário das 08h às 11h30 ou 13h30 às 17h, no Setor de Recursos Humanos, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados no item 1.1, conforme a programação abaixo estabelecida:

3. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

3.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

PREFEITURA

Nível Superior

Assistente Social

8º NAYARA COSTA BRITO

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1.1. Não serão

recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

4.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo 001/2018 constituída para este fim.

4.3 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 05 de maio de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN MARILANDI PIRES
Prefeito Municipal Secretária Municipal de
Administração e Finanças

CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 007/2020 PMBV

Publicação N° 2465785

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2020 PMBV
PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2020
C A N C E L A M E N T O

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO, por interesse público, do Pregão Presencial nº 007/2020, tipo menor preço, para aquisição de um Trator de Esteira, que será de extrema importância para manutenção e abertura de estradas rurais, limpeza de terrenos para construção de galpões, recuperação e conservação de estradas vicinais, obras de drenagem e irrigação contribuindo diretamente para a geração de renda das famílias que sobrevivem da agropecuária e agricultura em nosso município. Maiores informações no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 04 de maio de 2020. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito Municipal.

D E C R E T O N° 1408, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2465779

D E C R E T O N° 1408, DE 05 DE MAIO DE 2020

Altera o Decreto n. 1384, de 02 de março de 2020 que nomeou o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pelo Artigo 2º da Lei nº 0719/2007 de 14 de maio de 2007, alterada pela Lei Municipal nº 820, de 15 de dezembro de 2015;

Resolve:

Art. 1º Altera os incisos IV e V do artigo 1º, do Decreto n. 1384, de 02 de março de 2020, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“ IV - Representantes do Poder Executivo

- Edineia Thomaz (Titular)
- Luciane Maciel (Suplente)

V - Representantes do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação

- Katia Maria Alves (Titular)
- Elisangele Accordi (Suplente)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 05 de maio de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO 792

Publicação Nº 2465816

DECRETO Nº 792/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DE NOVO MEMBRO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, NOMEADOS PELO DECRETO Nº 701/2019, DE 18 DE JULHO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em substituição o seguinte membro, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Bela Vista do Toldo – SC.

I – Representantes Governamentais:

a) Fundo Municipal de Assistência Social:

Titular: MARIA TEREZA SCHIESSL A. SANTOS

Suplente: SILVANA DO CARMO DAMBROSKI

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 701 de 18 de julho de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de maio de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 003/2020 E 004/2020

Publicação Nº 2465784

EXTRATO DE CONTRATO

SAÚDE

Contrato Nº 016/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: MALLON & CIA LTDA, CNPJ 83.189.605/0001-08, sede sita Rua Vidal Ramos, nº 1195, Centro, na cidade de Canoinhas,- SC

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA FROTA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Valor do Contrato: R\$ 58.500,00 (Cinquenta e Oito Mil e Quinhentos Reais).

Data da assinatura: 03.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 017/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: NOBELA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ 12.648.292/0001-52, sede sita Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, cj 507, sala 01, Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo, SP, CEP 05305-002

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA FROTA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Valor do Contrato: R\$ 157.284,00 (Mil quinhentos e setenta e duzentos e oitenta e quatro Reais).

Data da assinatura: 03.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 018/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA, CNPJ 09.209.146/0001-16, sede à Rua Miradora, nº 55, bairro Centro, Presidente Getúlio-sc

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulos geração de SIOPS.

Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

Data da assinatura: 03.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 019/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI – ME, CNPJ: 30.509.342/0001-00, sede AV. Presidente Castelo Branco, 237 – sala 04 – Jardim castelo Branco, Ribeirão Preto – SP

Objeto: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA, conforme as especificações contidas no Anexo I do Edital da Tomada de Preço nº. 001/2020.

Valor do Contrato: 134.790,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil, e Setecentos e Noventa Reais)

Data da assinatura: 29.04.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

PREFEITURA

Contrato Nº 028/2020- FREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ sob nº 83.675.413/0002-84, com sede Rua Xanxerê, nº 360 E, bairro Líder, Chapecó, SC,

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA CONFORME CONVÊNIO MAPA – PLATAFORMA BRASIL Nº 887871/2019

Valor do Contrato: R\$ 220.000,00 (Duzentos e Vinte Mil Reais).

Data da assinatura: 03.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 029/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA,

Objeto: O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulos geração de SIOPE.

Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (Dois mil e Quinhentos Reais)

Data da assinatura: 02.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 030/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada COMASO CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, CNPJ sob nº 02.674.801/0001-68, com sede na Estrada Geral São Tomaz, s/n, Rondinha, Papanduva, SC,

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA BRITA DIVERSAS.

Valor do Contrato R\$ 395.854,84 (Trezentos e Noventa e Cinco Mil Oitocentos e Cinquenta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

Data da assinatura: 30.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 031/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: AFB PRIME INDÚSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ sob nº 77.578.524/0001-99, com sede sita Rua Wenceslau Braz, nº 784, sala 14, Centro, Santo Antonio da Platina, Paraná, PR.

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL para Aquisição Parcelada De Equipamentos De Informática Entre Outros.

Valor do Contrato: R\$ 14.625,00 (Quatorze Mil Seiscentos e Vinte e Cinco Reais).

Data da assinatura: 03.03.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 032/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDARIA DO PLANALTO NORTE CNPJ: 08.375.640/0001-98. Com sede na Colônia Ouro Verde, s/n em Bela Vista do Toldo. -SC

Objeto: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valor do Contrato: R\$ 136.152,30 (Cento e Trinta e Sei Mil e Cento e Cinquenta e Dois Reais e Trinta Centavos)

Data da assinatura: 03.03.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 033/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA. - EPP CNPJ sob o nº 02.672.502/0003-56, com sede na Rua Estanislau Schumann, 700, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO OBJETIVANDO O PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES – PNAC/202

Valor do Contrato: R\$ 25.209,40 (Vinte e Cinco Mil Duzentos e Nove Reais e Quarenta Centavos).

Data da assinatura: 05.03.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 034/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LUANA DO ROCIO SCHELBAUER WENDT - EPP. CNPJ sob o nº 10.946.868/0001-32, com sede na Rua Ovande do Santo Pache-co, 16, centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC,

Objeto: AQUISIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO OBJETIVANDO O PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO PARCELA-DA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES – PNAC/2020.

Valor do Contrato: R\$ 30.532,10 (Trinta Mil Quinhentos e Trinta e Dois Reais e Dez Centavos).

Data da assinatura: 05/03/2020

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 035/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: JOZIEL DEMBINSKI TRANSPORTES – ME, CNPJ sob nº 26.847.222/0001-38, com endereço na Vila Serra do Lucindo, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo- SC

Objeto: RECUPERAÇÃO DE MALHA VIÁRIA MUNICIPAL REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE REPASSE OGU Nº 846793/2017 – OPERAÇÃO 1.044.282-46 - PRONAT – RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA

Valor do Contrato: 153.929,83 (Cento e Cinquenta e Três Mil Novecentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Três Centavos)

Data da assinatura: 16.03.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 036/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME CNPJ sob nº 16.982.129/0001-82, com sede sita Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Bairro Jardim Esperança, no município de Canoinhas/SC,

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMEN-TAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.

Valor do Contrato: R\$ 6.986,64 (Seis Mil e Novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 17.04.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 011/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: VOLPESA - LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA –EPP – CNPJ 03.393.652/0001-21 sede na Rua Mercedes Corte, 500, Distrito do Campo da Água Verde, no município de Canoinhas, SC,

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AUGUSTO KUCHLER, CONTANDO COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE OBRA EM ANEXO.

O presente termo tem a finalidade exclusiva para pagamento do saldo residual.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 16.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 012/2020-PREF

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: HAROLDO MARTINS DA ROCHA 81709951915. CNPJ 27.013.789/0001-71, Vila Localidade de Entre Rios, s/n, na cidade de Bela Vista do Toldo, SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE ALUNOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR CONTRATO: ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE 16km DIA.

DATA DA ASSINATURA: 16.03.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 013/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: EDINEI JOSÉ WASSOASKI MEI, – CNPJ 17.223.878/0001-99, sede na Rua Ernestina Cordeiro, nº 41, Alto da Tijuca, Cidade de Canoinhas, SC,

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº061/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 014/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO EIRELI, – CNPJ 00.513.783/0001-07, sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 357, Centro, na Cidade de Canoinhas, SC,

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº062/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 015/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO CLUBE DE CANOINHAS LTDA ME, – CNPJ: 78.511.987/0001-04, sede Rua Guilherme Prust, nº 311, Centro, na Cidade de Canoinhas, SC,

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº063/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 016/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA ME, – CNPJ: 76.323.971/0001-34, sede Rua João Florentino de Souza, nº 700, Centro, na Cidade de Major Vieira – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº064/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 017/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO PANTERA LTDA EPP, – CNPJ: 79.888.673/0001-80, sede Rua João Tomazchitz, nº 1.929, Jardim Esperança, na Cidade de Canoinhas, SC,

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº065/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 018/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RADIO E TV CANOINHAS, – CNPJ: 03.422.900/0001-15, sede Rua Coronel Albuquerque, nº 747, Centro, na cidade de Canoinhas – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº066/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 019/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO FM FRONTEIRA LTDA, – CNPJ: 03.967.055/0001-63, sede Avenida Abraão Mussi, nº 2794, São Cristóvão, na cidade de Três Barras – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº067/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 020/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: VOLPESA - LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA-EPP – CNPJ 03.393.652/0001-21 sede na Rua Mercedes Corte, 500, Distrito do Campo da Água Verde, no município de Canoinhas, SC,

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AUGUSTO KUCHLER, CONTANDO COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE OBRA EM ANEXO. Passando a ter Vigência até 31/05/2020

O presente termo tem a finalidade exclusiva para pagamento do saldo residual.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 30.04.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº 003/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RADIO E TV CANOINHAS, – CNPJ: 03.422.900/0001-15, sede Rua Coronel Albuquerque, nº 747, Centro, na cidade de Canoinhas – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº034/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 004/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO CLUBE DE CANOINHAS LTDA ME, – CNPJ: 78.511.987/0001-04, sede Rua Guilherme Prust, nº 311, Centro, na Cidade de Canoinhas, SC,
Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº031/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.
ADITIVO DE PRAZO
Data da assinatura: 27.04.2020.
ADELMO ALBERTI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 005/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA ME, – CNPJ: 76.323.971/0001-34, sede Rua João Florentino de Souza, nº 700, Centro, na Cidade de Major Vieira

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº032/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 006/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO PANTERA LTDA EPP, – CNPJ: 79.888.673/0001-80, sede Rua João Tomazchitz, nº 1.929, Jardim Esperança, na Cidade de Canoinhas,

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº033/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 007/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO FM FRONTEIRA LTDA, – CNPJ: 03.967.055/0001-63, sede Avenida Abrãao Mussi, nº 2794, São Cristóvão, na cidade de Três Barras – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº035/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 008/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: EDINEI JOSÉ WASSOASKI, – CNPJ: 17.223.878/0001-99, sede Rua Ernestina Cordeiro, nº 41, Alto da Tijuca, na Cidade de Canoinhas – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº036/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 009/2020-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: REGIONAL DE JORNALISMO EIRELI, – CNPJ: 00.513.783/0001-07, sede Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 357, Centro, na Cidade de Canoinhas – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº037/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

ASSINTÊNCIA

TERMO ADITIVO Nº 002/2020-FMAS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: EDINEI JOSÉ WASSOASKI, – CNPJ: 17.223.878/0001-99, sede Rua Ernestina Cordeiro, nº 41, Alto da Tijuca, na Cidade de

Canoinhas – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº017/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 003/2020-FMAS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: REGIONAL DE JORNALISMO EIRELI, – CNPJ: 00.513.783/0001-07, sede Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 357, Centro, na Cidade de Canoinhas – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº018/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 004/2020-FMAS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO CLUBE DE CANOINHAS LTDA ME, – CNPJ: 78.511.987/0001-04, sede Rua Guilherme Prust, nº 311, Centro, na Cidade de Canoinhas, SC,

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº019/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 005/2020-FMAS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA ME, – CNPJ: 76.323.971/0001-34, sede Rua João Florentino de Souza, nº 700, Centro, na Cidade de Major Vieira

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº020/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 006/2020-FMAS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO PANTERA LTDA EPP, – CNPJ: 79.888.673/0001-80, sede Rua João Tomazchitz, nº 1.929, Jardim Esperança, na Cidade de Canoinhas,

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº021/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 007/2020-FMAS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RADIO E TV CANOINHAS, – CNPJ: 03.422.900/0001-15, sede Rua Coronel Albuquerque, nº 747, Centro, na cidade de Canoinhas – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº022/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 008/2020-FMAS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RADIO FM FRONTEIRA LTDA, – CNPJ: 03.967.055/0001-63, sede Avenida Abrão Mussi, nº 2794, São Cristóvão, na cidade de Três Barras – SC

Objeto: Aditamento de Prazo ao Contrato nº023/2019. Passado a ter vigência até 31/05/2020.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 27.04.2020.

ADELMO ALBERTI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 – PREF - MULTI ENTIDADE
CONTRATO Nº 002/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO nº 031/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia SC Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478-000.

CONTRATADA: IDEAL GUAPO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.626.094/0011-79, com sede sita Rua Avenida Vereador Guilherme Prust, 499, Campo da Água Verde, no município de Canoinhas, neste ato representado pelo Sr. ABRÃO JOSÉ SIMÃO NETO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3.199.177-3, inscrito no CPF sob o nº 410.870.209-30, residente e domiciliado na Rua das Aleluias, 75, Palmeira – PR, CEP 84.130-000,

OBJETO: DIMINUIÇÃO NO VALOR DA GASOLINA, ONDE FOI REPASSADO Á

(R\$ 4,20). APÓS O REEQUILIBRIO DOS VALORES FICOU ACORDADO O MONTANTE DE (R\$ 3,61 (no litro de gasolina)

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento:

Bela Vista do Toldo 27 de Abril de 2020 _____

ADELMO ALBERTI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 – PREF - MULTI ENTIDADE
CONTRATO Nº 001/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO nº 028/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia SC Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478-000.

CONTRATADA: RAVATO DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.578.240/0004-46, com sede sita Rodovia SC 303, km 06, nº 4851, Barra Grande, no município de Três Barras, neste ato representado pelo Sr. DARCI PINTO, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 7.88038-3, inscrito no CPF sob o nº 064.720.879-20, residente e domiciliado na Rua Carneiro Lobo, 123, Apto 131, Batel, Curitiba – PR, CEP 80240-240.

OBJETO: DIMINUIÇÃO NO VALOR DO ÓLEO DIESEL S10 E S500 ONDE FOI REPASSADA O S10 Á (R\$ 2,64) E O S500 Á R\$ (2,59) o (litro) O REEQUILIBRIO DOS VALORES FICOU ACORDADO NESTE MONTANTE

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento:

Bela Vista do Toldo 27 de Abril de 2020 ADELMO ALBERTI PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 – FMS - MULTI ENTIDADE.
CONTRATO Nº 002/2020 - FMS – PROCESSO LICITATÓRIO nº 031/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.324.957/0001-47, com sede na Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC,

CONTRATADA: IDEAL GUAPO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.626.094/0011-79, com sede sita Rua Avenida Vereador Guilherme Prust, 499, Campo da Água Verde, no município de Canoinhas, neste ato representado pelo Sr. ABRÃO JOSÉ SIMÃO NETO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3.199.177-3, inscrito no CPF sob o nº 410.870.209-30, residente e domiciliado na Rua das Aleluias, 75, Palmeira – PR, CEP 84.130-000,

OBJETO: DIMINUIÇÃO NO VALOR DA GASOLINA, ONDE FOI REPASSADO Á

(R\$ 4,20). APÓS O REEQUILIBRIO DOS VALORES FICOU ACORDADO O MONTANTE DE (R\$ 3,61 (no litro de gasolina)

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento:

Bela Vista do Toldo 27 de Abril de 2020 ADELMO ALBERTI PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 – FMS - MULTI ENTIDADE
CONTRATO Nº 001/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO nº 028/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.324.957/0001-47, com sede na Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo – SC, CEP 89.478-000.

CONTRATADA: RAVATO DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.578.240/0004-46, com sede sita Rodovia SC 303, km 06, nº 4851, Barra Grande, no município de Três Barras, neste ato representado pelo Sr. DARCI PINTO, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 7.88038-3, inscrito no CPF sob o nº 064.720.879-20, residente e domiciliado na Rua Carneiro Lobo, 123, Apto 131, Batel, Curitiba – PR, CEP 80240-240.

OBJETO: DIMINUIÇÃO NO VALOR DO ÓLEO DIESEL S10 E S500 ONDE FOI REPASSADA O S10 Á (R\$ 2,64) E O S500 Á R\$ (2,59) o (litro)

O REEQUILIBRIO DOS VALORES FICOU ACORDADO NESTE MONTANTE

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento:

Bela Vista do Toldo 27 de Abril de 2020 ADELMO ALBERTI PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 – FMAS - MULTI ENTIDADE.

CONTRATO Nº 001/2020 - FMAS – PROCESSO LICITATÓRIO nº 031/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 11.643.598/0001-53, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC

CONTRATADA: IDEAL GUAPO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.626.094/0011-79, com sede sita Rua Avenida Vereador Guilherme Prust, 499, Campo da Água Verde, no município de Canoinhas, neste ato representado pelo Sr. ABRÃO JOSÉ SIMÃO NETO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3.199.177-3, inscrito no CPF sob o nº 410.870.209-30, residente e domiciliado na Rua das Aleluias, 75, Palmeira – PR, CEP 84.130-000,

OBJETO: DIMINUIÇÃO NO VALOR DA GASOLINA, ONDE FOI REPASSADO À

(R\$ 4,20). APÓS O REEQUILIBRIO DOS VALORES FICOU ACORDADO O MONTANTE DE (R\$ 3,61 (no litro de gasolina)

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento:

Bela Vista do Toldo 27 de Abril de 2020 ADELMO ALBERTI PREFEITO MUNICIPAL

Belmonte**PREFEITURA****RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA PREFEITURA ABRIL/2020**

Publicação Nº 2466035

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 1/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** L. W. EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME**CNPJ:** 17.708.886/0001-25**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2017**Número do Processo:** 5/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 05/2020-18/2017**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DE TREINAMENTOS ESPECÍFICOS NA MODALIDADE DE FUTSAL DE ACORDO COM O PROJETO ESCOLINHA DE FUTSAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017

Data da Assinatura: 03/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/04/2020**Vigência:** 03/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 06.02 27.812.0016 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.076,94**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPORTIVO JONI LT**CNPJ:** 04.092.244/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2017**Número do Processo:** 5/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2020-21/2017**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DE TREINAMENTOS ESPECÍFICOS NA MODALIDADE DE FUTSAL DE ACORDO COM O PROJETO ESCOLINHA DE FUTSAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017

Data da Assinatura: 03/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/04/2020**Vigência:** 03/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 06.02 27.812.0016 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.000,80**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 2/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BORDO ENGENHARIA LTDA**CNPJ:** 25.299.551/0001-29**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2018**Número do Processo:** 21/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2020-23/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM GERAL, PROJETOS ESPECÍFICOS DE ACORDO COM AS REGULACOES SICONV, SIGEF, PAR, SISMEC, SFINGE OBRAS E OUTROS, BEM COMO NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E ANEXOS.

Data da Assinatura: 06/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/04/2020**Vigência:** 06/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 03.01 04.122.0002 2.004.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.712,16**Forma de Pagamento:****Contratado:** PORTO SEGURO CIA DE SEG. GERAIS**CNPJ:** 61.198.164/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 11/2020**Número do Processo:** 44/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 58/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 08/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/04/2020**Vigência:** 08/04/2020 a 08/04/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.480,00**Forma de Pagamento:** 30 dias

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 3/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 11/2020**Número do Processo:** 44/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 59/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 08/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/04/2020**Vigência:** 08/04/2020 a 08/04/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.535,00**Forma de Pagamento:** ATE 30 DIAS**Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2019**Número do Processo:** 44/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2020-50/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 08/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/04/2020 a 08/04/2021**Programa de Trabalho:** 03.01 04.122.0002 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.185,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 4/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CILIA TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 15.533.772/0001-66
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 0/0 **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 60/2020
Fundamento Legal:
Objeto: VLR EMPENHADO REF. 01 UND SISTEMA CILIA (TABELA), TABELA OFICIAL UTILIZADA PELOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES (CONDER) PARA 12 MESES A SER UTILIZADA NA AQUISIÇÃO DE PEÇAS LEVES, CAMINHÕES E ÔNIBUS, CFE DOCTOS.

Data da Assinatura: 14/04/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/04/2020
Vigência: 14/04/2020 a 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.628,00 **Forma de Pagamento:** ATE 30 DIAS

Contratado: IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 02.645.439/0001-05
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 7/2019 **Número do Processo:** 108/2019 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 02/2020-125/2019
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA ESTRADA GERAL DE LINHA BELA UNIÃO/BELMONTE/SC, TRECHO COMPREENDIDO DA ESTACA 0 A 14 DO TRECHO A, ESTACA 0 A 4+5 DO TRECHO B COM ÁREA A SER PAVIMENTADA DE 2.972,00 M², TUDO CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA

Data da Assinatura: 14/04/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/04/2020
Vigência: 14/04/2020 a 14/06/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:** CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 5/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** L M MATERIAIS ELETRICOS LTDA**CNPJ:** 03.755.771/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2019**Número do Processo:** 145/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 61/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, PARA OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BELMONTE

Data da Assinatura: 16/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/04/2020**Vigência:** 16/04/2020 a 16/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.192,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2019**Número do Processo:** 80/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2020-139/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA ESTRADA GERAL QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO AS LOCALIDADES DE LINHA LAJINHA E LINHA TIMBAÚVA, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS BASE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 17/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/04/2020**Vigência:** 17/04/2020 a 20/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 6/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2019**Número do Processo:** 80/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2020-106/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA ESTRADA GERAL QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO AS LOCALIDADES DE LINHA LAJINHA E LINHA TIMBAÚVA, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS BASE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 17/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/04/2020**Vigência:** 17/04/2020 a 20/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2019**Número do Processo:** 140/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2020-138/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA TRECHO DA RUA BOM FIM COM ÁREA A SER PAVIMENTADA DE 240,4 M², TUDO CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA E MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTOS BASE E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 17/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/04/2020**Vigência:** 17/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 7/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ENGLER TERRAPLANAGENS LTDA**CNPJ:** 80.071.483/0001-54**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 62/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANIZADOS COM TRATORES DE PNEUS COM EQUIPAMENTOS, TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA ATENDER O PROGRAMA DE INCENTIVOS A AGRICULTURA E PRODUÇÃO VEGETAL, EM CARÁTER DE SUBSÍDIO, CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 1906/2017, Nº 1911/2017 E Nº 1934/2017, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 23/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/04/2020**Vigência:** 23/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.680,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** TRANS MAESTRI LTDA - ME**CNPJ:** 09.367.994/0001-53**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 63/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANIZADOS COM TRATORES DE PNEUS COM EQUIPAMENTOS, TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA ATENDER O PROGRAMA DE INCENTIVOS A AGRICULTURA E PRODUÇÃO VEGETAL, EM CARÁTER DE SUBSÍDIO, CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 1906/2017, Nº 1911/2017 E Nº 1934/2017, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 23/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/04/2020**Vigência:** 23/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.750,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 8/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RODINEI KAUTZMANN**CNPJ:** 33.269.576/0001-08**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 64/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANIZADOS COM TRATORES DE PNEUS COM EQUIPAMENTOS, TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA ATENDER O PROGRAMA DE INCENTIVOS A AGRICULTURA E PRODUÇÃO VEGETAL, EM CARÁTER DE SUBSÍDIO, CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 1906/2017, Nº 1911/2017 E Nº 1934/2017, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 23/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/04/2020**Vigência:** 23/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.396,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** JADIFRAN SERVICOS AGRICOLAS LTDA**CNPJ:** 01.752.368/0001-79**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 65/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANIZADOS COM TRATORES DE PNEUS COM EQUIPAMENTOS, TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA ATENDER O PROGRAMA DE INCENTIVOS A AGRICULTURA E PRODUÇÃO VEGETAL, EM CARÁTER DE SUBSÍDIO, CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 1906/2017, Nº 1911/2017 E Nº 1934/2017, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 23/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/04/2020**Vigência:** 23/04/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.000,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 9/9

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** L M MATERIAIS ELETRICOS LTDA**CNPJ:** 03.755.771/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2019**Número do Processo:** 145/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 66/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, PARA OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BELMONTE

Data da Assinatura: 30/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/04/2020**Vigência:** 30/04/2020 a 31/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.420,00**Forma de Pagamento:** 31 DE MAIO 2020**Contratado:** LIGA DESCANSENSE DE DESPORTO**CNPJ:** 28.736.906/0001-98**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 24/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-53/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO, PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES., CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 30/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/04/2020**Vigência:** 30/04/2020 a 30/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA SAÚDE ABRIL/2020

Publicação Nº 2466043

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE**

Folha: 1/1

CNPJ: 11.423.342/0001-30
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 5/2019**Número do Processo:** 11/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-21/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, ALOCADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS**Data da Assinatura:** 08/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/04/2020 a 08/04/2021**Programa de Trabalho:** 10.01 10.301.0012 2.035.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.610,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** PORTO SEGURO CIA DE SEG. GERAIS**CNPJ:** 61.198.164/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2020**Número do Processo:** 15/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, ALOCADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS**Data da Assinatura:** 17/04/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/04/2020**Vigência:** 17/04/2020 a 17/04/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.490,00**Forma de Pagamento:** ATÉ 30 DIAS

Benedito Novo

PREFEITURA

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019

Publicação Nº 2464921

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	JFF	72,00
3	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	JFF	84,00
5	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	JFF	60,00
14	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	ADDO INDIA	419,00
15	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX	1.175,00
17	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, 10 LONAS, GARRA BAIXA, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	915,00
19	PNEU 12-16.5 PARA RETRO, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	555,00
21	PNEU 14.9-24 PARA TRATOR, 10 LONAS, GARRA NORMAL, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	1.192,00
27	PNEU 18.4-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, GARRA NORMAL, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	2.025,00
30	PNEU 19.5L-24 PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	1.725,00
32	PNEU 195/65R15 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	DURABLE	190,00
34	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	481,00
45	PNEU 750-16 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	453,00
46	PNEU 750-16 12 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	483,00
47	PNEU 900-20 COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, TIPO LISO, ESTRUTURA CONVENCIONAL APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	735,00
49	PROTETOR PARA PNEU 1000X20	IRBO	25,00

DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5	JABUTI	75,00
42	PNEU 5.60-15 CONVENCIONAL	TECHNIC	180,00
43	PNEU 600-16, 06 LONAS, BORRACHUDO, DESENHO MILITAR, PARA VEICULO JEEP	SUPER GUIDER	340,00
44	PNEU 650-16, 08 LONAS, BORRACHUDO CONVENCIONAL	SUPER GUIDER	310,00

BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000-20	BBW V3	55,50
4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW TR218A	59,00
6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24 BICO CURTO	BBW KM24	134,00
7	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BBW TR220A	200,00
8	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	BBW TR218A	166,00



9	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	BBW TR218A	150,00
13	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-20	BBW V3	50,90
16	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX MD1	1.235,00
18	PNEU 12.5/80-18 PARA RETRO, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SUPER GUIDER R4 16 LONAS	894,00
20	PNEU 1300-24 14 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEEDWAYS SWT POWER GRIP	1.600,00
22	PNEU 1400-24 PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEEDWAYS SWT POWER GRIP	1.637,00
23	PNEU 165/70R13 ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	TRITAR TS810	142,00
24	PNEU 17.5-25 PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, BANDA DE RODAGEM L3, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PLUSWAY W1	2.200,00
25	PNEU 175/70R13 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	APOLLO AMAZER	145,00
26	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMOVEIL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	APOLLO AMAZER	167,00
28	PNEU 18.4-34 PARA TRATOR, 14 LONAS, GARRA NORMAL, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SWT R1 12 LONAS	2.370,00
29	PNEU 185R14 ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LINGLONG R666	225,00
31	PNEU 195/60R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODRIDE RP28	180,00
33	PNEU 215/75R16, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	Ovation V-02	345,00
35	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODRIDE CM986	620,00
36	PNEU 225/70R15 ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LINGLONG R666	297,00
37	PNEU 225/75R16 ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	Ovation V-02	370,00
38	PNEU 265/70R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ECOVISION VI-286 A/T	420,00
39	PNEU 265/75R16 ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ECOVISION VI-286 A/T	510,00
40	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX M5	1.229,00
41	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX MD5	1.210,00
48	PNEU 900-20 COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, TIPO BORRACHUDO, ESTRUTURA CONVENCIONAL APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	Centella CL550	765,00
50	PROTETOR PARA PNEU 1400-24	SBN R24	44,00

XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
11	CÂMARA DE AR PARA PNEU 600-16 BICO CURTO	BRANSALES	30,50
12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	BRANSALES	28,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 16 de julho de 2019 a 16 de julho de 2020.

Benedito Novo (SC), 16 de julho de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS PE 35/2020

Publicação Nº 2466235

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DATA: 05/05/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2020

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 35/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS E FLUIDOS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se o Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e a Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, nomeados pela Portaria nº 002/2020, para análise dos documentos de habilitação das licitantes DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI, WESTPARTS PEÇAS E LUBRIFICANTES EIRELI EPP e IGARATA COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRÔNICO LTDA em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico acima citado. Dando início à sessão, registra-se que em função da pandemia decorrente do Coronavírus (convid-19) e devido a maioria das empresas estarem trabalhando em home office, fica dispensado o envio dos documentos originais pelo correio. Neste sentido, serão considerados os documentos anexados ao portal de compras e os enviados por e-mail. Em seguida, foram conferidos todos os documentos enviados pelas empresas. Após análise dos documentos em relação as exigências do edital temos o seguinte a relatar:

Licitante: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETROOESTE EIRELI:

- Item 05 – OLEO 15W40 API SN – MARCA ENERGIS8 VORAX – Reprovado - Não apresentou comprovação da marca ser homologada, aprovada ou recomendada por fabricante ou montadora, não apresentou Certificação ISO 16949;
- Item 06 – OLEO SAE 40 – MARCA LUBRAX – Reprovado - Não apresentou Certificação ISO 16949 e o índice de viscosidade é inferior ao exigido;
- Item 07 – OLEO ISO VG46 – MARCA EVORA – Aprovado;
- Item 08 – OLEO SAE 10W40 – MARCA PETRONAS – Aprovado;
- Item 10 – OLEO SAE 20W50 4T – MARCA ENERGIS8 VORAX – Reprovado - Não apresentou comprovação da marca ser homologada, aprovada ou recomendada por fabricante ou montadora;
- Item 12 – OLEO 2T – MARCA LUBRAX – Reprovado - Não apresentou Certificação ISO 16949;
- Item 20 – GRAXA N.2 – MARCA EVORA – Aprovado.

Licitante: WEST PARTS PEÇAS E LUBRIFICANTES EIRELI EPP:

- Item 15 – OLEO ISA VG100 – MARCA YPF – Reprovado – Não apresentou Certificação ISO 16949;
- Item 16 – ADITIVO RADIADOR – RADNAQ – Aprovado;
- Item 18 – ADITIVO RADIADOR – RADNAQ – Aprovado;
- Item 19 – ADITIVO RADIADOR – FERTIBOM – Aprovado.

Licitante: IGARATA COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRÔNICO LTDA:

- Item 01 – OLEO SAE 15W40 API – LWA LUB - Reprovado – Não apresentou Certificação ISO 14000 e 16949;
- Item 02 – OLEO SAE 90 – LWA LUB - Reprovado - Não apresentou comprovação da marca ser homologada, aprovada ou recomendada por fabricante ou montadora, não apresentou Certificação ISO 14000 e 16949;
- Item 03 – OLEO SAE 85W140 – LWA LUB - Reprovado – Não apresentou índice de viscosidade, não apresentou comprovação da marca ser homologada, aprovada ou recomendada por fabricante ou montadora, não apresentou Certificação ISO 14000 e 16949, não apresentou registro na ANP;
- Item 04 – OLEO 20W30 – LWA LUB - Reprovado – Não apresentou Certificação ISO 14000 e 16949;
- Item 09 – OLEO 5W30 – LWA LUB - Reprovado – Não apresentou índice de viscosidade, não apresentou comprovação da marca ser homologada, aprovada ou recomendada por fabricante ou montadora, não apresentou Certificação ISO 14000 e 16949, não apresentou registro na ANP;
- Item 11 – OLEO ATF A – LWA LUB - Reprovado – Não apresentou Certificação ISO 14000 e 16949, não apresentou registro na ANP;
- Item 13 – OLEO 5W30 API SL – LWA LUB - Reprovado – Não apresentou índice de viscosidade, não apresentou comprovação da marca ser homologada, aprovada ou recomendada por fabricante ou montadora, não apresentou Certificação ISO 14000 e 16949, não apresentou registro na ANP;
- Item 14 – OLEO ISO VG68 – SIVA - Reprovado – Não apresentou comprovação da marca ser homologada, aprovada ou recomendada por fabricante ou montadora, não apresentou Certificação ISO 9000/9001, 14000 e 16949, não apresentou registro na ANP;
- Item 17 – ÁGUA DESMINERALIZADA – HB – Aprovado.

Os demais documentos de habilitação apresentados se mostraram de acordo com o exigido no Edital.

Informamos que abriremos o prazo para manifestação recursal no dia 06/05/2020 às 14 horas no portal de licitações www.comprasbr.com.br, sendo que os licitantes que desejarem se manifestar deverão fazê-lo pelo portal.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO 159/2019

Publicação Nº 2464973

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 172/2019

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2019

Contratada: ZUMMCAR EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Finalidade do Aditivo: Aditivo de Equilíbrio - Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Atual
OLEO DIESEL S10	3,359	3,09
OLEO DIESEL COMUM	3,199	3,04
GASOLINA COMUM	3,999	3,73

Valor:

Vigência: 29/04/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 29/04/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2020 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2466152

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 100/2020, DE 20 DE ABRIL DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio ao servidor HERVERSON WETZEL, ocupante do cargo de Operador de Máquina, símbolo MC, anexo I, sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos de Benedito Novo, quinquênio de 05-05-2009 a 04-05-2014, com recebimento em Gozo pelo Período de 20 de abril de 2020 a 18 de julho de 2020.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de abril de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo**PORTARIA Nº 101/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 044/2020**

Publicação Nº 2466154

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 101/2020, DE 20 DE ABRIL DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 044/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 18 de dezembro de 2020, o prazo da Portaria nº 044/2020 de 05-02-2020, que contratou a Servidora SAMARA STEIN BEYER, ocupante do cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 004/2019.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de abril de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 102/2020 - CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO LOCAL INTERSETORIAL PARA TRATAR TEMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

Publicação Nº 2466155

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 102/2020, de 29 de abril de 2020.

Constitui e nomeia Comissão Local Intersetorial para tratar temas de Alimentação Escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município; e

Considerando o Decreto nº 019/2020, de 16 de março de 2020, que Dispõe sobre as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 020/2020, de 17 de março de 2020, que Dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (Covid-19) nos Órgãos e nas Entidades da Administração Pública Municipal e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto nº 021/2020, de 18 de março de 2020, que Declara Situação de Emergência no Município de Benedito Novo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19);

Considerando ainda a edição dos Decretos nº 024/2020, de 24 de março de 2020; Decreto nº 027/2020, de 30 de março de 2020; e Decreto nº 029/2020, de 31 de março de 2020, todos pela continuidade das medidas para o enfrentamento da epidemia do coronavírus; e

Considerando ainda o Decreto nº 28/2002, de 30 de março de 2020, que Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares, não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Benedito Novo – SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar – CIAE, para tratar temas de Alimentação Escolar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência, sendo composta pelas integrantes:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

- Jéssica Maiochi – Auxiliar Administrativo I;
- Darci Franke – Chefe da Divisão de Assistência Social;
- Ariele Dourado Alves – Nutricionista;
- Evanildes Silva Freitas – Presidente do Conselho Municipal de Educação;
- Fabiana Thurow Devigili – Membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Joelma Crista Sandri Bonetti – Membro do Conselho Municipal de Assistência Social;
- Edite Maria Ardi Vera – Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se e cumpra-se.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO PE 29/2020 - FMS

Publicação Nº 2466339

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO PE 29/2020- FMS

Diante da desclassificação/inabilitação das empresas participantes do PE 29/2020 - PMB, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, POLICLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL, BEM COMO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS PROGRAMAS DE SAÚDE, PODENDO ABRANGER INCLUSIVE A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS. Visando a economicidade, tendo em vista o disposto no art. 48 §3º 3º "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Assim, agenda-se para dia 24/08/2017 as 14h00min a reabertura da sessão de licitação.

Convoca-se as empresas credenciadas para apresentarem nova documentação, bem como nova proposta, conforme as exigências do edital.

Deste modo, a sessão será aberta dia 20/05/2020 as 14:00, na plataforma do ComprasBR.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

Gerson da Silva
Pregoeiro

CONVOCAÇÃO Nº 06 EDITAL 002/2018

Publicação Nº 2465314

CONVOCAÇÃO Nº 06 – Edital 002/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2018, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 04 de maio de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM I (30H)

12 – SCHEILA MEIRA LOPES

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA IV - PEDIATRA

01 – ISABELA SCHEIDT PRAZERES

CONVOCAÇÃO Nº 08 EDITAL 003/2019

Publicação Nº 2465318

CONVOCAÇÃO Nº 08 – EDITAL 003/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 003/2019, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 04 de maio de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CARGO: ENFERMEIRO (40H)

12 – HELENA MARCIA BOPPRE GOULART

CONVOCAÇÃO Nº 37 EDITAL 002/2016

Publicação Nº 2465308

CONVOCAÇÃO Nº 37 – Edital 002/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 04 de maio de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CARGO: FONOAUDIÓLOGO (30H)

07 – NICOLLI LUIZA DE LIMA

CARGO: FARMACÊUTICO (30H)

10 – ANA PAULA WALTRICK

DECRETO Nº 105/2020

Publicação Nº 2466340

DECRETO Nº 105/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 5.269.372,82 (Cinco milhões duzentos e sessenta e nove mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos) nas dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2019, apurado em fontes de recursos:

SUPLEMENTAÇÃO

0601.02.062.0001.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	16.813,65
3.1.90.00/0.3.03.000000	Pessoal de Encargos Sociais/Aplicação Direta	16.813,65

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental	7.426,12
3.3.90.00/0.3.08.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.426,12

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar - Creche	30.803,59
3.3.90.00/0.3.10.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.803,59

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.306.0003.2018	Oferta de Merenda Escolar - Pré-Escola	23.737,40
3.3.90.00/0.3.22.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	23.737,40

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.361.0003.2024	Manutenção do Transporte Escolar	63.354,52
3.3.90.00/0.3.09.000032	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.625,56
3.3.90.00/0.3.09.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	3.188,16
3.3.90.00/0.3.71.000012	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	55.540,80

1601.20.608.0007.1019	Formação da patrulha Agrícola	8.983,61
4.4.90.00/0.3.70.000073	Investimentos/Aplicação Direta	8.983,61

2204.06.182.0011.2082	Funcionamento e Manutenção do FUMPRESI	102.201,40
4.4.90.00/0.3.33.000000	Investimentos/Aplicação Direta	102.201,40

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2302.08.244.0006.2060	Proteção Social Básica	100.020,07
4.4.90.00/0.3.38.000135	Investimentos/Aplicação Direta	7.753,79
4.4.90.00/0.3.38.000222	Investimentos/Aplicação Direta	37.977,49
3.3.90.00/0.3.38.000210	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	54.288,79

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2302.08.244.0006.2089	Proteção Social Especial	173.859,64
4.4.90.00/0.3.38.000174	Investimentos/Aplicação Direta	2.618,82
3.3.90.00/0.3.38.000175	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.240,82
4.4.90.00/0.3.70.000267	Investimentos/Aplicação Direta	170.000,00

2303.16.482.0006.2066	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	10.278,86
4.4.90.00/0.3.70.000020	Investimentos/Aplicação Direta	10.278,86

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2401.15.452.0009.2076	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	1.283.241,61

3.3.90.00/0.3.04.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.283.241,61
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2401.15.451.0009.1028	Pavimentação de Ruas	34.753,90
4.4.90.00/0.3.82.000096	Investimentos/Aplicação Direta	34.753,90
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2401.15.451.0009.1029	Implantação de Drenagem Pluvial	3.080.362,38
4.4.90.00/0.3.70.000097	Investimentos/Aplicação Direta	3.080.362,38
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2501.15.452.0011.2084	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	236.808,59
3.3.90.00/0.3.16.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	171.136,12
3.3.90.00/0.3.81.000008	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	6.329,79
3.3.90.00/0.3.18.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	59.342,68
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2501.26.782.0007.2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO	70.000,00
3.3.90.00/0.3.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	70.000,00 00
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.10.302.0004.2043	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	26.727,48
4.4.90.00/0.6.85.000101	Investimentos/Aplicação Direta	26.727,48

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMERO 82/2020 – PE RP 36/2020

Publicação Nº 2466241

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMERO 82/2020 – PE RP 36/2020.

OBJETO: Aquisição de combustível, através de tanque aéreo, para os veículos das Secretarias de Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Receita, Obras, Cultura, Transporte, Desenvolvimento econômico, Orçamento Participativo, Defesa Civil, Gabinete do Prefeito, Procuradoria, Secretaria de Saúde e FAMABI.

VENCEDOR: AMA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ITEM 2 (gasolina comum) ATUALIZADO PARA R\$ 3,89, A PARTIR DE 24/04/2020.
Biguaçu, 05/05/2020
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL



HOMOLOGAÇÃO TP16-2020-FMS

Publicação Nº 2465407

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 16/2020-FMS

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP16/2020-FMS, "contratação de empresa especializada em prestação de serviços e fornecimento de material, para a construção da Base Descentralizada do SAMU 192, na Rua Quintino Bocaiúva, neste Município, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projeto, termo de referência, partes integrantes desse processo", bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: EMPRESA: TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP. VALOR: R\$ R\$195.289,97.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2020.

Biguaçu 05 de maio de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1096/2020

Publicação Nº 2466306

PORTARIA nº 1096 de 04 de maio de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Monique Boeng da Silva, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10442-1, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Policlínica Municipal, no setor de CTA/SAE, desempenhando as seguintes funções:

I – Cadastrar exames e resultados em 3 sistemas distintos;

II – Receber e cadastrar amostras do covid-19;

III – Organizar as amostras a serem enviadas aos laboratórios de apoio (Lacen, HU e Isabellab);

IV – Separar insumos para as UBS e UPA quando solicitado;

V – Realizar coleta de sangue e testes rápidos.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 12/03/2020 a 04/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2020.

Biguaçu, 04 de maio de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1106/2020

Publicação Nº 2466307

PORTARIA nº 1106 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JOSIANE APARECIDA SANTOS, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO – AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro Educacional Infantil Municipal Dona Dorvalina, da Secretaria de Educação, no período de 01/05/2020 a 30/07/2020, em vaga vinculada da servidora Dilma Adelina Aragão da Silva que se encontra readaptada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1107/2020

Publicação Nº 2466308

PORTARIA nº 1107 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) PRISCILA BERNARDO DO ESPIRITO SANTO VIEIRA, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro Educacional Infantil Municipal Professora Lindóia Maria de Souza Faria, no período de 01/05/2020 a 16/07/2020, em vaga vinculada da servidora Miriam Ribas da Silva que se encontra de Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1108/2020

Publicação Nº 2466310

PORTARIA nº 1108 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JANAINA CRISTINA MARQUES, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços na unidade escolar Centro de Educação Infantil Municipal Professora Lindóia Maria Souza de Faria, no período de 01/05/2020 a 30/07/2020, em vaga vinculada da servidora Maria Amandia Luz Hernandez, readaptada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1109/2020

Publicação Nº 2466311

PORTARIA nº 1109 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) EDUARDO DA LUZ ROCHA, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III – EJA, com jornada de 20 horas semanais, para prestar serviços na Unidade Escolar Escola Básica Municipal Professor Donato Alípio de Campos, no período de 01/05/2020 a 30/07/2020, em vaga vinculada da servidora Maria Luiza Coutinho Vieira, readaptada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1110/2020

Publicação Nº 2466313

PORTARIA nº 1110 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) LETICIA TEIXEIRA CAMARA DE ALMEIDA, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos, da Secretaria de Educação, no período de 01/05/2020 a 19/06/2020, em vaga vinculada da servidora Mabel Cristina Ternes que se encontra de Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1111/2020

Publicação Nº 2466315

PORTARIA nº 1111 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) MARCELA FARIAS MARTINS, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III – LÍNGUA PORTUGUESA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços na Unidade Escolar EJA e na Escola Básica Municipal Professora Olga de Andrade Borgonovo, da Secretaria de Educação, no período de 01/05/2020 a 30/07/2020, em vaga vinculada da servidora Ana Maria Fonseca que se encontra de licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1112/2020

Publicação Nº 2466316

PORTARIA nº 1112 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JUCEMAR DA ROSA FAJARDO, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III – ARTES, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Unidade Escolar Escola Básica Municipal Professor Donato Alípio de Campos e Escola Básica Municipal Professora Olga de Andrade Borgonovo, no período de 01/05/2020 a 13/07/2020, em vaga vinculada da servidora Andreia Dalpasquale que se encontra de Licença Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1113/2020

Publicação Nº 2466318

PORTARIA nº 1113 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) MAYKON HINCKEL, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Escola Básica Municipal Olga de Andrade Borgonovo, da Secretaria de Educação, no período de 01/05/2020 a 30/07/2020, em vaga vinculada da servidora Valdelice Maria da Silva que se encontra de Coordenadora do Apoio Pedagógico na Instituição EBM Olga Andrade Borgonovo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1114/2020

Publicação Nº 2466319

PORTARIA nº 1114 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) ROSIMAR DE SOUZA SEGALA, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na unidade escolar Centro de Educação Infantil Municipal Jardim Janaína, no período de 01/05/2020 a 20/08/2020, em vaga vinculada a servidora Wivian de Souza Fidelis que se encontra de Licença Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1115/2020

Publicação Nº 2466322

PORTARIA nº 1115 de 05 de maio de 2020

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) THAMIRES DA SILVA LINHARES, aprovado no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços na unidade de ensino Centro de Educação Infantil Municipal Jardim Janaína, da Secretaria de Educação, no período de 01/05/2020 a 16/06/2020, em vaga vinculada da servidora Aline Fraga Pereira que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

KATIA BERNADETH DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

REVOGAÇÃO DL42-2020-FMS

Publicação N° 2466296

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório doa DL42/2020-FMS, objetivando a aquisição de macacão e máscara PFF2 para proteção dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais N°063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei n°866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisoria n° 926/2020, por razões de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documento enviado para a Diretoria de Licitações, Compras e Contratos, pautados na oportunidade e na conveniência Administrativa, provocados por fatos supervenientes.

Biguaçu, 05 de maio de 2020.

Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ADITIVOS, APOSTILAS 04/2020 - PMB, SMS E FAMAB

Publicação Nº 2465730

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Biguaçu
Extrato Contratual

Contrato Nº: 20/2020
Aditivo Nº: 20-1/2020
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: BF CONSTRUÇÕES EIRELI
Licitação: Dispensa de Licitação 27/2020
Objeto: Contratação de empresa para Manutenção do Telhado na EBM Professora Olga de Andrade Borgonovo. Recurso: Manutenção Sec. Educação
Vigência: Início: 09/04/2020 Término: 09/05/2020
Assinatura: 08/04/2020

Contrato Nº: 50/2017
Aditivo Nº: 50-14/2017/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ESCRIMATE COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA EIRELI
Licitação: Pregão Presencial 63/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO, CARACTERIZADO COMO OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS, MULTIFUNCIONAIS E SUPORTE, ALÉM DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO 02-TERMO DE REFERÊNCIA.
Vigência: Início: 03/04/2020 Término: 03/04/2021
Assinatura: 03/04/2020
Valor R\$ 335.256,55 (Trezentos e Trinta e Cinco Mil, Duzentos e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos)
Dotação: 76 - 12.001.2071.34490399900000000000.1000100000
Dotação: 111 - 25.001.2092.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 114 - 08.001.2011.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 117 - 15.001.2050.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 124 - 24.001.2091.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 128 - 03.001.2006.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 133 - 23.002.2058.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 134 - 23.002.2063.33390399900000000000.1350137066
Dotação: 137 - 21.001.2086.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 141 - 12.001.2070.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 144 - 09.002.2025.33390399900000000000.1360106000
Dotação: 145 - 09.002.2026.33390399900000000000.1360106000
Dotação: 148 - 22.001.2087.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 160 - 22.004.2082.33390399900000000000.1060133000
Dotação: 163 - 03.002.2007.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 164 - 06.001.2005.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 166 - 25.001.2084.33390399900000000000.1110116000
Dotação: 169 - 09.002.2020.33390399900000000000.1360106000
Dotação: 171 - 09.002.2029.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 172 - 23.002.2060.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 183 - 23.002.2089.33390399900000000000.1350137141
Dotação: 186 - 16.001.2068.33390399900000000000.1000100000
Dotação: 280 - 10.001.2032.33390399900000000000.1020102000
Dotação: 283 - 10.001.2045.33390399900000000000.

Contrato Nº: 50/2017
Aditivo Nº: Apostila 22/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ESCRIMATE COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA EIRELI
Licitação: Pregão Presencial 63/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO, CARACTERIZADO COMO OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS, MULTIFUNCIONAIS E SUPORTE, ALÉM DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS PARA PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO 02-TERMO DE REFERÊNCIA.
Vigência: Início: 22/04/2020 Término: 03/04/2021

Assinatura: 22/04/2020
Valor R\$ 13.560,00 (Treze Mil e Quinhentos e Sessenta Reais)
Dotação: 114 - 08.001.2011.3339039990000000000.1000100000

Contrato Nº: 62/2019
Aditivo Nº: 62-3/2019/2020
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: AMVT CONSTRUÇOES LTDA - ME
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 39/2019
Objeto: Projeto de Pavimentação e Drenagem da Rua Ezequiel Simas Fernandes - Pró Transporte com 5% de contrapartida.
Vigência: Início: 29/04/2020 Término: 29/07/2020
Assinatura: 28/04/2020

Contrato Nº: 64/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE RIO FORTUNA E TODA SC - COOPERFAMÍLIA
Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar do município de Biguaçu.
Vigência: Início: 03/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 03/04/2020

Contrato Nº: 65/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE- COOPERLAGOS
Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar do município de Biguaçu.
Vigência: Início: 03/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 03/04/2020

Contrato Nº: 66/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: COOPERATIVA SABOR DA TERRA - COSAT
Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar do município de Biguaçu.
Vigência: Início: 03/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 03/04/2020

Contrato Nº: 67/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ELIANE ROCHA
Licitação: Concorrência para Concessões 178/2019
Objeto: Concessão para espaços publicitários em placas de identificação dos logradouros do município de Biguaçu.
Vigência: Início: 03/04/2020 Término: 03/04/2025
Assinatura: 03/04/2020
Valor R\$ 1.100,00 (Um Mil e Cem Reais)

Contrato Nº: 69/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: GOEDERT LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 59/2020
Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem (mascara descartável e Toca descartável) em virtude Coronavírus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV. Itens para usado pelo Corpo de Bombeiros de Biguaçu
Vigência: Início: 08/04/2020 Término: 04/10/2020
Assinatura: 08/04/2020
Valor R\$ 1.545,70 (Um Mil, Quinhentos e Quarenta e Cinco Reais e Setenta Centavos)
Dotação: 160 - 22.004.2082.3339030360000000000.1060133000

Contrato Nº: 70/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 60/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE PARA USO EM PLATAFORMA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ACESSO WEB (CLOUDING COMPUTING) PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU E FUNDOS MUNICIPAIS.

Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 11/07/2020

Assinatura: 13/04/2020

Valor R\$ 118.904,16 (Cento e Dezoito Mil, Novecentos e Quatro Reais e Dezesesseis Centavos)

Dotação: 114 - 08.001.2011.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 124 - 24.001.2091.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 133 - 23.002.2058.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 137 - 21.001.2086.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 158 - 09.002.2020.3339040010000000000.1010101000

Dotação: 164 - 06.001.2005.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 280 - 10.001.2032.3339040010000000000.1020102000

Dotação: 363 - 18.001.2073.3339040010000000000.1000100000

Contrato Nº: 78/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: CEK INFORMATICA EIRELI EPP

Licitação: Pregão Eletrônico 42/2020

Objeto Aquisição de tablets para Rede Municipal de Ensino, conforme termo convênio nº 2019TR1476, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Município de Biguaçu.

Vigência: Início: 16/04/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 16/04/2020

Valor R\$ 144.560,00 (Cento e Quarenta e Quatro Mil e Quinhentos e Sessenta Reais)

Dotação: 457 - 09.002.2020.3449052350000000000.1620171276

Contrato Nº: 82/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 40/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A IMPLANTAÇÃO E DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO DAS SEGUINTE RUAS: TRAVESSA GARCIA(A), SERVIDÃO JOSÉ FRANCISCO DE ANDRADE(B), SERVIDÃO JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA(C), RUA SANTILHA DE SOUZA PEREIRA(D) E SERVIDÃO BERTOLDO JOSÉ DA COSTA(E), NESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E TERMO DE REFERÊNCIA, PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL.

Vigência: Início: 23/04/2020 Término: 23/11/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor R\$ 316.437,31 (Trezentos e Dezesesseis Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação: 376 - 24.001.1028.3449051980000000000.3500349000

Contrato Nº: 83/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI-EPP

Licitação: Dispensa de Licitação 63/2020

Objeto: Aquisição de cestas básicas em caráter de urgência para serem distribuídas as famílias e indivíduos devido as dificuldades encontradas frente a pandemia do COVID 19, no Município de Biguaçu.

Vigência: Início: 23/04/2020 Término: 19/10/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor R\$ 98.432,40 (Noventa e Oito Mil, Quatrocentos e Trinta e Dois Reais e Quarenta Centavos)

Dotação: 152 - 23.002.2061.3339032030000000000.1000100000

Contrato Nº: 84/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: TURAMIX NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 49/2020

Objeto: Aquisição de compra de uma carreta de silagem para secretaria de agricultura, pesca e aquicultura.

Vigência: Início: 24/04/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 24/04/2020

Valor R\$ 26.550,00 (Vinte e Seis Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais)

Dotação: 18 - 16.001.1019.34490524000000000000.1000100000

Contrato Nº: 85/2017

Aditivo Nº: Apostila 4/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: LKA- COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PROD. ELETRONICOS

Licitação: Pregão Presencial 80/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviço de Locação de Relógios Ponto Digital.

Vigência: Início: 27/04/2020 Término: 03/05/2020

Assinatura: 27/04/2020

Valor R\$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais)

Dotação 305 - 10.001.2044.33390400100000000000.1020102000

Dotação: 312 - 10.001.2034.33390400100000000000.1020102000

Dotação: 424 - 10.001.2041.33390400100000000000.6670629265

Dotação: 469 - 10.001.2043.33390400100000000000.1020102000

Contrato Nº: 85/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: LITORAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 43/2020

Objeto: Execução de Obras para a Construção da Quadra poliesportiva coberta da Escola Básica

Municipal Professora Ruth Farias dos Reis no Bairro Morro da Bina , localizado na Rua Viviane da Silva,

S/N. Fonte de recurso : Emenda SIGEF

Vigência: Início: 27/04/2020 Término: 27/12/2020

Assinatura: 27/04/2020

Valor R\$ 273.000,01 (Duzentos e Setenta e Três Mil Reais e Dois Centavos)

Dotação: 456 - 09.002.1004.34490925100000000000.1620171274

Dotação: 467 - 09.002.1004.34490925100000000000.3010301000

Contrato Nº: 90/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: PALMIRA TOLOTTI PALESTRAS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 62/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada no âmbito dos Programas Educacionais Federais, visando Estudos, Emissão de Pareceres, Cadastramento, Execução/acompanhamento e Prestação de Contas, Captação de Recursos, para a capacitação da equipe da Secretaria de Educação a ser realizado ON-LINE.

Vigência: Início: 30/04/2020 Término: 28/07/2020

Assinatura: 30/04/2020

Valor R\$ 2.300,00 (Dois Mil e Trezentos Reais)

Dotação: 178 - 09.002.2023.33390399900000000000.1010101000

Contrato Nº: 103/2019

Aditivo Nº: 103-5/2019/2020

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 100/2019

Objeto: Pavimentação da Rua Domingos Coelho

Vigência: Início: 30/04/2020 Término: 11/09/2020

Assinatura: 30/04/2020

Valor R\$ 143.441,77 (Cento e Quarenta e Três Mil, Quatrocentos e Quarenta e Um Reais e Setenta e Sete Centavos)

Dotação: 2 - 24.001.1028.34490519800000000000.1830182255

Contrato Nº: 121/2019

Aditivo Nº: 121-2/2019/2020

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: TERRAPLEIN LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 107/2019

Objeto: Pavimentação da Rua João M. Rosa - FINISA

Vigência: Início: 05/04/2020 Término: 05/09/2020

Assinatura: 03/04/2020

Contrato Nº: 154/2018

Aditivo Nº: 154-8/2019/2020
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 132/2018
Objeto: Contratação de empresa para remoção da pavimentação em lajotas e pavimentação asfáltica da Estrada Geral da Rússia.
Vigência: Início: 30/04/2020 Término: 23/08/2020
Assinatura: 30/04/2020
Valor R\$89.433,58 (Oitenta e Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos)
Dotação: 376 - 24.001.1028.3449051980000000000.3500349000
Dotação: 395 - 24.001.1028.3449051980000000000.3000300000

Contrato Nº: 155/2019
Aditivo Nº: Apostila 1/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA
Licitação: Inexigibilidade 142/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU NA INTERNET.
Vigência: Início: 02/04/2020 Término: 16/10/2020
Assinatura: 02/04/2020
Valor R\$ 8.597,16 (Oito Mil, Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Dezesesseis Centavos)
Dotação: 128 - 03.001.2006.3339039900000000000.1000100000

Contrato Nº: 180/2016
Aditivo Nº: 180-16/2016/2020
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA LTDA - EPP
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 133/2016
Objeto: Pavimentação com Lajotas Sextavadas das Rua Emídio Serafim Duarte; Rua Bernadina Tomás; Rua Jorge Alberto Zimmermann; Rua Antônio Gabriel Prim; Rua Maria Rita Conceição; Rua Clementina de Andrade; Rua Neide Terezinha dos Santos Régis; Rua José Sebastião Correia e Rua José Lino Cunha
Recurso Federal - Pro Transporte - Contrapartida 5%
Vigência: Início: 22/04/2020 Término: 22/08/2020
Assinatura: 22/04/2020

Contrato Nº: 209/2018
Aditivo Nº: 209-7/2018/2020
Tipo Aditivo: Supressão
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 169/2018
Objeto: Contratação de empresa para implantação de drenagem e pavimentação da Estrada Fazenda de Dentro, no Município de Biguaçu/SC.
Vigência: Início: 16/04/2020 Término: 16/05/2020
Assinatura: 16/04/2020
Valor R\$ 3.241,24 (Três Mil, Duzentos e Quarenta e Um Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Contrato Nº: 3/2020
Aditivo Nº: 2-2/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Licitação: Dispensa de Licitação 1/2020
Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada em terceirização de Serviços de Urgência e Emergência no ambiente Pré-Hospitalar, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu-SC, especificamente o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. A sugestão da contratação emergencial de pessoal capacitado (Técnicos em Enfermagem) incluindo materiais de insumo e medicações por um prazo determinado.
Vigência: Início: 07/04/2020 Término: 06/05/2020
Assinatura: 07/04/2020
Valor R\$ 38.900,00 (Trinta e Oito Mil e Novecentos Reais)
Dotação: 287 - 10.001.2042.3339039790000000000.2380228048

Dotação: 310 - 10.001.2042.33390397900000000000.6380628048
Dotação: 282 - 10.001.2042.33390397900000000000.1020102000

Contrato Nº: 07/2019

Aditivo Nº: 7-3/2019/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 71/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada em terceirização de serviços para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu, podendo abranger inclusive a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Especialidades Odontológicas, Policlínica Municipal, Vigilância em Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial, bem como para atender as Unidades Básicas de Saúde e demais programas de saúde.

Vigência: Início: 21/04/2020 Término: 21/05/2020

Assinatura: 16/04/2020

Valor R\$ 99.549,97 (Noventa e Nove Mil, Quinhentos e Quarenta e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)

Dotação: 304 - 10.001.2035.33390397900000000000.2380228042

Dotação: 409 - 10.001.2035.33390397900000000000.6380628240

Contrato Nº: 10.035/2013/2013

Aditivo Nº: 10.035-12/2013/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: MANOEL VICENTE DA SILVA

Licitação: Dispensa de Licitação 34/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 205,11M², LOCALIZADO NA RUA JUSTINO ADALBERTO LEAL, Nº 173, BAIRRO CENTRO, BIGUAÇU, PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 05/04/2020 Término: 05/06/2020

Assinatura: 01/04/2020

Valor R\$ 3.966,64 (Três Mil, Novecentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Quatro Centavos)

Dotação: 306 - 10.001.2043.33390361500000000000.2380228016

Dotação: 309 - 10.001.2041.33390361500000000000.1020102000

Contrato Nº: 10.053/2016/2016

Aditivo Nº: Apostila 9/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ONSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 8/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA 24 HORAS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

Vigência: Início: 23/04/2020 Término: 14/03/2021

Assinatura: 23/04/2020

Valor R\$ 309.927,36 (Trezentos e Nove Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390390500000000000.2380228015

Dotação: 312 - 10.001.2034.33390390500000000000.1020102000

Dotação: 312 - 10.001.2034.33390370300000000000.1020102000

Contrato Nº: 10.063/2016/2016

Aditivo Nº: Apostila 9/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 7/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

Vigência: Início: 23/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura: 23/04/2020

Valor R\$ 429.697,56 (Quatrocentos e Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390362500000000000.2380228015

Dotação: 312 - 10.001.2034.33390362500000000000.1020102000

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390370100000000000.2380228015

Dotação: 312 - 10.001.2034.33390370200000000000.1020102000

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390370200000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.33390370100000000000.1020102000

Contrato Nº: 14/2020

Aditivo Nº: Apostila 2/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: SC HOSPITALR LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 50/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação, Calibração, Qualificação, Testes de Segurança Elétrica, em equipamentos médicos hospitalares e odontológicos, pertencentes ao Município de Biguaçu.

Vigência: Início: 03/04/2020 Término: 05/02/2021

Assinatura: 03/04/2020

Valor R\$ 27.068,60 (Vinte e Sete Mil, Sessenta e Oito Reais e Sessenta Centavos)

Dotação: 22 - 10.001.1038.34490391700000000000.1000100000

Dotação: 302 - 10.001.2036.33390302500000000000.2380228179

Dotação: 302 - 10.001.2036.33390391700000000000.2380228179

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390302500000000000.2380228015

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390391700000000000.2380228015

Dotação: 309 - 10.001.2041.33390302500000000000.1020102000

Dotação: 309 - 10.001.2041.33390391700000000000.1020102000

Dotação: 424 - 10.001.2041.33390391700000000000.6670629265

Dotação: 427 - 10.001.2041.33390302500000000000.6380628184

Dotação: 427 - 10.001.2041.33390391700000000000.6380628184

Dotação: 469 - 10.001.2043.33390302500000000000.1020102000

Dotação: 469 - 10.001.2043.33390391600000000000.1020102000

Contrato Nº: 28/2020

Aditivo Nº: Apostila 1/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.

Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 20/04/2020

Valor R\$ 1.390,00 (Um Mil e Trezentos e Noventa Reais)

Dotação: 392 - 10.001.2043.34490520800000000000.6330670185

Contrato Nº: 29/2020

Aditivo Nº: Apostila 1/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: MCA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.

Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 20/04/2020

Valor R\$ 35.844,00 (Trinta e Cinco Mil e Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais)

Dotação: 392 - 10.001.2043.34490520800000000000.6330670185

Contrato Nº: 30/2020

Aditivo Nº: Apostila 1/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: MAKE LINE COMERCIAL LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.

Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 20/04/2020

Valor R\$ 52.800,00 (Cinquenta e Dois Mil e Oitocentos Reais)

Dotação: 392 - 10.001.2043.34490520800000000000.6330670185

Contrato Nº: 31/2020
Aditivo Nº: Apostila 1/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -EPP
Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019
Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 20/04/2020
Valor R\$ 18.425,99 (Dezoito Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais e Noventa e Nove Centavos)
Dotação: 392 - 10.001.2043.3449052080000000000.6330670185

Contrato Nº: 32/2020
Aditivo Nº: Apostila 1/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019
Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 20/04/2020
Valor R\$ 17.999,99 (Dezessete Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos)
Dotação: 392 - 10.001.2043.3449052080000000000.6330670185

Contrato Nº: 33/2020
Aditivo Nº: Apostila 1/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: BRUMED COMERCIO ATACADISTA E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS HOSP
Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019
Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 20/04/2020
Valor R\$ 3.559,98 (Três Mil, Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)
Dotação: 392 - 10.001.2043.3449052080000000000.6330670185

Contrato Nº: 34/2020
Aditivo Nº: Apostila 1/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ANDREIA LORENZI ME
Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019
Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 20/04/2020
Valor R\$ 33.680,00 (Trinta e Três Mil e Seiscentos e Oitenta Reais)
Dotação: 392 - 10.001.2043.3449052080000000000.6330670185

Contrato Nº: 28/2020
Aditivo Nº: Apostila 1/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 59/2019
Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional Helmuth Nass, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 20/04/2020
Valor R\$ 1.390,00 (Um mil, Trezentos e noventa Reais)
Dotação: 392 - 10.001.2043.3449052080000000000.6330670185

Contrato Nº: 42/2020
Aditivo Nº: Apostila 1/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: DENTAL ALTA MOGIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 43/2019
Objeto: Aquisição de equipamento ultrassonógrafo para oferta de serviços de diagnóstico por imagem para os pacientes do município de Biguaçu, forme emenda parlamentar nº 08999.257000/1160-01
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 20/04/2020
Valor R\$ 90.249,00 (Noventa Mil e Duzentos e Quarenta e Nove Reais)
Dotação: 388 - 10.001.2043.34490520800000000000.6380628156

Contrato Nº: 48/2020
Aditivo Nº: 48-1/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação: Dispensa de Licitação 20/2020
Objeto: Contratação de locação de tenda para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.
Vigência: Início: 17/04/2020 Término: 16/05/2020
Assinatura: 17/04/2020
Valor R\$ 6.700,00 (Seis Mil e Setecentos Reais)
Dotação: 295 - 10.001.2035.33390399900000000000.1020102000
Dotação: 481 - 10.001.2043.33390399900000000000.2380228277

Contrato Nº: 51/2020
Aditivo Nº: 51-1/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada em atendimento clínico para autuar junto a equipe da para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, podendo ser prorrogado pelo período necessário da emergência epidemiológica.
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 19/05/2020
Assinatura: 17/04/2020
Valor R\$ 179.355,20 (Cento e Setenta e Nove Mil, Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Vinte Centavos)
Dotação: 469 - 10.001.2043.33390397900000000000.1020102000
Dotação: 481 - 10.001.2043.33390397900000000000.2380228277

Contrato Nº: 55/2020
Aditivo Nº: 55-1/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação: Dispensa de Licitação 23/2020
Objeto: Contratação de locação de tenda para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.
Vigência: Início: 23/04/2020 Término: 22/05/2020
Assinatura: 23/04/2020
Valor R\$ 8.500,00 (Oito Mil e Quinhentos Reais)
Dotação: 295 - 10.001.2035.33390399900000000000.1020102000
Dotação: 481 - 10.001.2043.33390399900000000000.2380228277

Contrato Nº: 63/2020
Aditivo Nº: 63-1/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação: Dispensa de Licitação 31/2020

Objeto: Contratação de locação de sala (desmontagem e remontagem) para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.

Vigência: Início: 29/04/2020 Término: 28/05/2020

Assinatura: 28/04/2020

Valor R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 385 - 10.001.2043.3339039990000000000.6380628119

Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039990000000000.2380228277

Contrato Nº: 68/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: TEXAS CHEMICAL LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 34/2020

Objeto: Aquisição de álcool em gel 70º de 5 Litros em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 07/04/2020 Término: 03/10/2020

Assinatura: 07/04/2020

Valor R\$ 11.100,00 (Onze Mil e Cem Reais)

Dotação: 295 - 10.001.2035.3339030220000000000.1020102000

Contrato Nº: 71/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 37/2020

Objeto: Aquisição de medicamento para Uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA24H em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 09/10/2020

Assinatura: 13/04/2020

Valor R\$ 1.724,00 (Um Mil e Setecentos e Vinte e Quatro Reais)

Dotação: 285 - 10.001.2039.3339032020000000000.1020102000

Dotação: 290 - 10.001.2039.3339032020000000000.2380228044

Dotação: 301 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229052

Dotação: 307 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229062

Dotação: 385 - 10.001.2043.3339032020000000000.6380628119

Dotação: 419 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628241

Dotação: 420 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628258

Dotação: 421 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629052

Dotação: 422 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629062

Dotação: 423 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628044

Contrato Nº: 72/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 37/2020

Objeto: Aquisição de medicamento para Uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA24H em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 09/10/2020

Assinatura: 13/04/2020

Valor R\$ 5.628,40 (Cinco Mil, Seiscentos e Vinte e Oito Reais e Quarenta Centavos)

Dotação: 285 - 10.001.2039.3339032020000000000.1020102000

Dotação: 290 - 10.001.2039.3339032020000000000.2380228044

Dotação: 301 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229052

Dotação: 307 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229062

Dotação: 385 - 10.001.2043.3339032020000000000.6380628119

Dotação: 419 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628241

Dotação: 420 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628258

Dotação: 421 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629052

Dotação: 422 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629062

Dotação: 423 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628044

Contrato Nº: 73/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 37/2020

Objeto: Aquisição de medicamento para Uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA24H em virtude Coronavírus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 09/10/2020

Assinatura: 13/04/2020

Valor R\$ 13.730,00 (Treze Mil e Setecentos e Trinta Reais)

Dotação: 285 - 10.001.2039.3339032020000000000.1020102000

Dotação: 290 - 10.001.2039.3339032020000000000.2380228044

Dotação: 301 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229052

Dotação: 307 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229062

Dotação: 385 - 10.001.2043.3339032020000000000.6380628119

Dotação: 419 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628241

Dotação: 420 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628258

Dotação: 421 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629052

Dotação: 422 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629062

Dotação: 423 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628044

Contrato Nº: 74/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: MEDILAR IMP DIST PROD MED HOSP LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 37/2020

Objeto: Aquisição de medicamento para Uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA24H em virtude Coronavírus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 09/10/2020

Assinatura: 13/04/2020

Valor R\$ 20.956,26 (Vinte Mil, Novecentos e Cinquenta e Seis Reais e Vinte e Seis Centavos)

Dotação: 285 - 10.001.2039.3339032020000000000.1020102000

Dotação: 290 - 10.001.2039.3339032020000000000.2380228044

Dotação: 301 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229052

Dotação: 307 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229062

Dotação: 385 - 10.001.2043.3339032020000000000.6380628119

Dotação: 419 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628241

Dotação: 420 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628258

Dotação: 421 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629052

Dotação: 422 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629062

Dotação: 423 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628044

Contrato Nº: 75/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 37/2020

Objeto: Aquisição de medicamento para Uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA24H em virtude Coronavírus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 09/10/2020

Assinatura: 13/04/2020

Valor R\$ 55.840,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Oitocentos e Quarenta Reais)

Dotação: 285 - 10.001.2039.3339032020000000000.1020102000

Dotação: 290 - 10.001.2039.3339032020000000000.2380228044

Dotação: 301 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229052

Dotação: 307 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229062

Dotação: 385 - 10.001.2043.3339032020000000000.6380628119

Dotação: 419 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628241

Dotação: 420 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628258

Dotação: 421 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629052

Dotação: 422 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629062

Dotação: 423 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628044

Contrato Nº: 76/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: GOLDENPLUS COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 37/2020

Objeto: Aquisição de medicamento para Uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA24H em virtude Coronavírus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.

Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 09/10/2020

Assinatura: 13/04/2020
Valor R\$ 600,00 (Seiscentos Reais)
Dotação: 285 - 10.001.2039.3339032020000000000.1020102000
Dotação: 290 - 10.001.2039.3339032020000000000.2380228044
Dotação: 301 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229052
Dotação: 307 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229062
Dotação: 385 - 10.001.2043.3339032020000000000.6380628119
Dotação: 419 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628241
Dotação: 420 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628258
Dotação: 421 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629052
Dotação: 422 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629062
Dotação: 423 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628044

Contrato Nº: 77/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: CECHETTI & CADINI COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ME
Licitação Dispensa de Licitação 37/2020
Objeto: Aquisição de medicamento para Uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA24H em virtude
Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto
Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.
Vigência: Início: 13/04/2020 Término: 09/10/2020
Assinatura: 13/04/2020

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)
Dotação: 285 - 10.001.2039.3339032020000000000.1020102000
Dotação: 290 - 10.001.2039.3339032020000000000.2380228044
Dotação: 301 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229052
Dotação: 307 - 10.001.2039.3339032020000000000.2670229062
Dotação: 385 - 10.001.2043.3339032020000000000.6380628119
Dotação: 419 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628241
Dotação: 420 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628258
Dotação: 421 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629052
Dotação: 422 - 10.001.2039.3339032020000000000.6670629062
Dotação: 423 - 10.001.2039.3339032020000000000.6380628044

Contrato Nº: 79/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: MAM D CONFECÇÕES LTDA ME
Licitação: Dispensa de Licitação 38/2020
Objeto: Contratação de empresa para confecção de traje individual para proteção dos servidores da
Secretaria Municipal de Saúde em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de
Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV,
Medida Provisória nº 926/2020.
Vigência: Início: 20/04/2020 Término: 18/06/2020
Assinatura: 20/04/2020
Valor R\$ 55.920,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Novecentos e Vinte Reais)
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339030230000000000.2380228277

Contrato Nº: 80/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: FARMÁCIA BIGUAÇU LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 39/2020
Objeto: Aquisição de medicamento para tratamento Coronavirus disease (COVID-19), conforme os
Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art.
24 inciso IV, Medida Provisória nº 926/2020.
Vigência: Início: 22/04/2020 Término: 18/10/2020
Assinatura: 22/04/2020
Valor R\$ 1.870,00 (Um Mil e Oitocentos e Setenta Reais)
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339032020000000000.2380228277

Contrato Nº: 81/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: PAULO RENATO ALVES
Licitação: Dispensa de Licitação 35/2020
Objeto: Locação imóvel para Centro de Atenção Psicossocial - CAPS situado na rua Getúlio Vargas, nº
468, Bairro Universitário
Vigência: Início: 22/04/2020 Término: 22/04/2021
Assinatura: 22/04/2020

Valor R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais)
Dotação: 296 - 10.001.2044.3339036150000000000.2380228187
Dotação: 305 - 10.001.2044.3339036150000000000.1020102000

Contrato Nº: 86/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Licitação: Pregão Eletrônico 32/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada em terceirização de Serviços de Urgência e Emergência no ambiente Pré-Hospitalar, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu-SC, especificamente o SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.
Vigência: Início: 28/04/2020 Término: 28/04/2021
Assinatura: 28/04/2020
Valor R\$ 133.688,22 (Cento e Trinta e Três Mil, Seiscentos e Oitenta e Oito Reais e Vinte e Três Centavos)
Dotação: 282 - 10.001.2042.3339034020000000000.1020102000
Dotação: 287 - 10.001.2042.3339039790000000000.2380228048
Dotação: 310 - 10.001.2042.3339039790000000000.6380628048
Dotação: 394 - 10.001.2042.3339034020000000000.3020302000
Dotação: 282 - 10.001.2042.3339039790000000000.1020102000

Contrato Nº: 87/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: GOEDERT LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 40/2020
Objeto: Aquisição de materiais máscara cirúrgica descartável tripla em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.
Vigência: Início: 28/04/2020 Término: 24/10/2020
Assinatura: 28/04/2020
Valor R\$ 69.345,00 (Sessenta e Nove Mil e Trezentos e Quarenta e Cinco Reais)
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339030360000000000.2380228277

Contrato Nº: 89/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: DAYANA WOLFF
Licitação: Dispensa de Licitação 44/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada em sanitização de espaços públicos que será realizado no Bairro Jardim Janaína, em virtude da concentração e possível proliferação de casos de COVID-19.
Vigência: Início: 29/04/2020 Término: 28/05/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor R\$ 30.584,00 (Trinta Mil e Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais)
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039990000000000.2380228277

Contrato Nº: 91/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. EPP
Licitação: Dispensa de Licitação 43/2020
Objeto: Aquisição de material de enfermagem e hospitalar para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas. O fornecimento desses materiais e insumos conforme Termo de Referência visam atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento do Município.
Vigência: Início: 30/04/2020 Término: 26/10/2020
Assinatura: 30/04/2020
Valor R\$ 15.134,00 (Quinze Mil e Cento e Trinta e Quatro Reais)
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339030360000000000.2380228277

Contrato Nº: 92/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: SC HOSPITALR LTDA ME
Licitação: Dispensa de Licitação 43/2020
Objeto: Aquisição de material de enfermagem e hospitalar para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas. O fornecimento desses materiais e insumos conforme Termo de Referência visam atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento do Município.
Vigência: Início: 30/04/2020 Término: 26/10/2020
Assinatura: 30/04/2020
Valor R\$ 6.360,00 (Seis Mil e Trezentos e Sessenta Reais)
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339030360000000000.2380228277

Contrato Nº: 93/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ISABELLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 45/2020
Objeto: Contratação de serviço de exames laboratoriais pelo método PCR para diagnóstico de COVID-19.
Vigência: Início: 30/04/2020 Término: 26/10/2020
Assinatura: 30/04/2020
Valor R\$ 29.000,00 (Vinte e Nove Mil Reais)
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228277

Contrato Nº: 135/2019
Aditivo Nº: Apostila 2/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: OUTSOURCING CENTER COMERCIO DE COPIADORAS EIRELI
Licitação: Pregão Presencial 20/2019
Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços especializados em TI de forma corretiva, preventiva em hardware, internet e apoio aos usuários nas diversas áreas de softwares de aplicação e de governo, englobando o parque computacional de Unidades de Saúde do Município, pertencentes a Biguaçu/SC, conforme informações constantes no Anexo I, e demais condições estabelecidas no edital.
Vigência: Início: 15/04/2020 Término: 17/07/2020
Assinatura: 15/04/2020
Valor R\$ 4.856,06 (Quatro Mil, Oitocentos e Cinquenta e Seis Reais e Seis Centavos)
Dotação: 304 - 10.001.2035.3339040990000000000.2380228042
Dotação: 385 - 10.001.2043.3339040990000000000.6380628119
Dotação: 479 - 10.001.2034.3339040990000000000.6760628243

Contrato Nº: 254/2017
Aditivo Nº: 254-4/2017/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - FEPESE
Licitação: Dispensa de Licitação 55/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços referentes a pesquisa, desenvolvimento, implantação, treinamento e manutenção de sistemas para automatização dos serviços de saúde prestados pelo município aos cidadãos.
Vigência: Início: 12/04/2020 Término: 12/09/2020
Assinatura: 08/04/2020
Valor R\$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais)
Dotação: 300 - 10.001.2040.3339039050000000000.2380228050
Dotação: 302 - 10.001.2036.3339039050000000000.2380228179
Dotação: 468 - 10.001.2035.3339039050000000000.2380228271

Biguaçu, 06 de maio de 2020

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.630/2020

Publicação Nº 2466028

DECRETO Nº 12.630, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NO DECRETO Nº 12.587, DE 12 DE MARÇO DE 2020, QUE "ESTABELECE O PROCEDIMENTO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SERVIÇOS E OBRAS QUE ENVOLVAM MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS NO MUNICÍPIO".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, V e VII do artigo 59, na forma da alínea "o" do inciso I do artigo 75, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º do Decreto nº 12.587, de 12 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 5º Obtido parecer favorável da Diretoria de Drenagem, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Defesa Civil - SEDECI somente nos casos previstos em legislação específica pertinente às Áreas com Potencial de Risco – APR associados a movimentos gravitacionais de massa e as cotas de enchentes.

§ 1º O processo deverá ser encaminhado à SEDECI para consulta e validação das classes de APR's quando localizados em APR classificada nos incisos I a IV do art. 4º do Decreto nº 12.227, de 04 de junho de 2019.

§ 2º Em nenhuma hipótese o procedimento de terraplanagem poderá aumentar o grau de perigo ou risco, restando à responsabilidade pelo empreendimento a profissional habilitado e ao empreendedor."

Art. 2º O inciso III do art. 9º do Decreto nº 12.587, de 12 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º [...]

[...]

III – Manutenção e reforma de acessos rurais preexistentes, sem supressão de vegetação, resguardando o previsto no art. 5º do Decreto nº 12.227, de 04 de junho de 2019;

[...]."

Art. 3º O caput do art. 10 do Decreto nº 12.587, de 12 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Nos casos de dispensa, o interessado deverá solicitar uma Certidão de Dispensa de Certificação Ambiental junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, mediante apresentação dos seguintes documentos:

[...]."

Art. 4º O art. 13 do Decreto nº 12.587, de 12 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 Após emissão de Parecer da Diretoria de Drenagem, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Defesa Civil – SEDECI para emissão de parecer favorável ou não à dispensa de terraplanagem, resguardando o previsto no art. 5º do Decreto nº 12.227, de 04 de junho de 2019."

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO 2ª CSPAD PAD Nº 024/2019

Publicação Nº 2466038

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 024/2019

INDICIADO: E.C.

ADV. PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN - OAB/SC nº 44.557-B

DESPACHO: Intime-se a procuradora do servidor indiciado para tomar ciência do relatório final exarado por esta Comissão e da decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal, constante de fls. 54 a 63 dos autos.

INTIMAÇÃO 1ª CSPAD PAD Nº 025/2019

Publicação Nº 2466040

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES**INTIMAÇÃO - 1ª CSPAD**

PAD Nº 025/2018

INDICIADA: I.M.V

ADV. NILSON DOS SANTOS - OAB/SC nº. 16.612

DESPACHO: Intime-se o Procurador da servidora indiciada, para tomar conhecimento dos documentos juntados às fls. 104-117 dos autos, que estarão à disposição na sede das Comissões, sito à Praça Victor Konder, 2, 3º andar, sala 32, Centro, Blumenau (SC).

INTIMAÇÃO 2ª CSPAD PAD Nº 027/2019

Publicação Nº 2466045

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES**INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD**

PAD Nº 027/2019

INDICIADO: J.N.S.

ADV. CÉLIO HOHN- OAB/SC nº 15004

DESPACHO: Fica o procurador do servidor indiciado intimado para tomar ciência do relatório final exarado por esta Comissão e da decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal, constante de fls. 51 a 60 dos autos.

PORTARIA Nº 23.962/2020

Publicação Nº 2466053

PORTARIA Nº 23.962, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

APLICA A PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL J.N.S.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com suporte no art. 185 combinado com o art. 187 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o relatório e o julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2019, resolve:

APLICAR a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ao servidor público municipal J.N.S., matrícula nº 2500025, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, por infringência ao artigo 176, I, III, V e VI da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de março de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.078/2020

Publicação Nº 2466055

PORTARIA Nº 24.078, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

APLICA A PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E.C.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com suporte no art. 185 combinado com o art. 187 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o relatório e o julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 024/2019, resolve:

APLICAR a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ao servidor público municipal E.C., matrícula nº 2500647, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, por infringência ao artigo 176, VI da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.080/2020

Publicação Nº 2466056

PORTARIA Nº 24.080, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 23.984, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e considerando o pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, através do Memorando nº 041/2020, de 24/04/2020, resolve:

Art. 1º RETIFICAR, com efeitos a contar de 13 de março de 2020, a Portaria nº 23.984, de 13 de março de 2020, que nomeia candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos de provimento efetivo, na seguinte forma:

Onde se lê: "CRISTIANE MOELLER THAIS,...", leia-se: "CRISTIANE MOELLER,...";

Onde se lê "...do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério do Grupo Ocupacional Especial...", leia-se para todos os cargos: "...do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério, do Grupo Ocupacional Especialista...".

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.081/2020

Publicação Nº 2466058

PORTARIA Nº 24.081, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 0291/2020, de 27/04/2020, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31 de março de 2020, os servidores públicos municipais abaixo, do exercício de função gratificada de confiança, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19:

ANGELA MARIA BERTOLDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Análise de Processos Licitatórios - FGC de 100%, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019;

RAFAELA ODEBRECHT DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de confiança de Coordenador de Cotações - FGC de 50%, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019;

FABIO WEIDGENANT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de confiança de Chefe do

Setor de Compras - FGC de 100%, designado pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.082/2020

Publicação Nº 2466060

PORTARIA Nº 24.082, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 0292/2020, de 27/04/2020, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de abril de 2020, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o exercício de função gratificada de confiança, na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19:

RAFAELA ODEBRECHT DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Compras - FGC de 100%;

FABIO WEIDGENANT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Análise de Processos Licitatórios - FGC de 100%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.083/2020

Publicação Nº 2466062

PORTARIA Nº 24.083, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSENEI CRISTINA FISCHER, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, resolve:

DISPENSAR, no dia 04 de maio de 2020, a servidora pública municipal ROSENEI CRISTINA FISCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Ações Administrativas da Diretoria Manutenção Bairros (DMB) - FGC de 60%, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.084/2020

Publicação Nº 2466064

PORTARIA Nº 24.084, DE 04 DE MAIO DE 2020.

NOMEIA ERVITON CORRÊA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de maio de 2020, ERVITON CORRÊA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Reintegração Social, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de maio de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.085/2020

Publicação Nº 2466077

PORTARIA Nº 24.085, DE 05 DE MAIO DE 2020.

NOMEIA ARISSON CAMARGO FERNANDES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE AÇÃO CULTURAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SMC.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 05 de maio de 2020, ARISSON CAMARGO FERNANDES, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Ação Cultural, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais – SMC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de maio de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2017

Publicação Nº 2466089

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 100/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A HGL TECNOLOGIA LTDA ME.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO TÉCNICA DE SOFTWARE, SISTEMA SOCIAL SERVICE.

PROCESSO: Processo de Inexigibilidade nº 09-029/2017.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 08 de maio de 2020 até 07 de maio de 2021.

VALOR: Renova o valor dos serviços, que se mantém em R\$ 7.742,64 (sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 09 de abril de 2020.

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2015

Publicação Nº 2466093

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. RANDOLFO LESKE.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO 241,11M², SITUADO NA RUA JOÃO KRAUSE, Nº 56, BAIRRO ITOUPAVA CENTRAL, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. GUSTAVO FROELICH BARROSO.

PROCESSO: Processo de Dispensa nº 08-057/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 22 de março de 2020 até 21 de março de 2021.

VALOR: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 2.193,21 (dois mil, cento e noventa e três reais e vinte e um centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 26.318,52 (vinte e seis mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 09 de abril de 2020.

23º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2014

Publicação Nº 2466094

EXTRATO – 23º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 164/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU/HOSPITAL SANTO ANTÔNIO.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL (URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO), PARA INTERNAÇÕES HOSPITALARES.

PROCESSO: Processo de Inexigibilidade nº. 09-112/2014.

PRAZO: 02 de dezembro de 2019 até 01 de junho de 2020.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 27.390.323,01 (vinte e sete milhões, trezentos e noventa mil, trezentos e vinte e três reais e um centavo).

DATA DE ASSINATURA: 14 de abril de 2020.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2019

Publicação Nº 2466098

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA PARA RECUPERAÇÃO DA RUA GUSTAVO ZIMMERMANN.

PROCESSO: Tomada de Preços n. 02-12/2019.

PRAZO: I. PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 de abril de 2020 até 1º de julho de 2020; II. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 de março de 2020 até 7 de junho de 2020.

VALOR: Permanece o valor inicial do contrato: R\$ 66.247,30 (seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23 de abril de 2020.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 299/2019

Publicação Nº 2466102

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 299/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA PARA RECUPERAÇÃO DAS RUA PROF. JACOB INEICHEM.

PROCESSO: Tomada de Preços n. 02-12/2019.

PRAZO: I. PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se do dia 3 de abril de 2020 até 1º de julho de 2020; II. PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorroga-se do dia 10 de março de 2020 até 7 de junho de 2020.

VALOR: O preço total dos serviços contratados é de R\$ 18.771,53 (dezoito mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23 de abril de 2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020

Publicação Nº 2466113

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de serviços (pessoa física ou jurídica) especializados para realização de exames e procedimentos em nível ambulatorial para os usuários do SUS atendidos pela Rede de Atenção à Saúde de Blumenau. - FMS/SEMUS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 18 de maio de 2020, até às 09h00min. Início da sessão: dia 18 de maio de 2020, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal> transparência. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 06/05/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2206/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2466118

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2206/2020 - SAMAE

OBJETO: Curso de capacitação para pregão eletrônico
CONTRATADO: Assessoria pública de treinamento
BASE LEGAL: Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2020
Blumenau (SC) 28/04/2020

Michael R. Schneider
Diretor Presidente

RESOLUÇÃO COMEN Nº 01/2020

Publicação Nº 2466122

RESOLUÇÃO COMEN Nº. 01/2020**APROVA A ALTERAÇÃO DO INCISO II DA RESOLUÇÃO COMEN Nº 020/2019.**

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 19 de fevereiro de 2020.

Considerando:

- Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMEN;
- o Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013;
- a Resolução nº 05/2019 a qual acrescenta e altera dispositivos da Resolução COMEN nº 16/2018 de 20 de novembro de 2018.
- a Resolução COMEN nº 20/2019 que aprova a destinação de recursos do Fundo de Recursos Municipal para ações sobre Drogas – FREMAD, desenvolvidas por organizações da sociedade civil para execução de janeiro a dezembro de 2020.

Resolve:

Artigo 1º. Onde se lê:

II - AÇÕES DE INTERVENÇÕES EM GRUPOS DE APOIO E ORIENTAÇÃO:

- a) Intervenção de até uma hora:
 - 1/3 (um terço) de meta.
- b) Intervenção com duração superior à uma hora:
 - 1/2 (meia) de meta.

Leia-se:**II - AÇÕES DE INTERVENÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS:**

- a) Intervenções coletivas:
 - com duração de até uma hora: 1/3 (um terço) de meta.
 - com duração superior à uma hora: 1/2 (meia) meta.
- b) Intervenções individuais:
 - com duração de no mínimo 45 minutos: 1/4 (um quarto) de meta.

Artigo 2º. Ficam mantidas as demais disposições contidas na Resolução COMEN nº 20/2019.

Artigo 3º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Blumenau, 19 fevereiro de 2020.

Marciano Tribess
Presidente do Conselho Municipal de Políticas
Públicas sobre Drogas - COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 02/2020

Publicação Nº 2466123

RESOLUÇÃO COMEN Nº 02/2020

APROVA A DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL PARA AS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – FREMAD PARA O CUSTEIO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS REFERENTE AO FUNDO MUNICIPAL A SER REALIZADO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº. 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a Plenária ocorrida em 19 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO:

- que o Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD destina-se a captar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir orçamento a ser utilizado segundo diretrizes e deliberações do COMEN;
- que o FREMAD está vinculado ao COMEN, submetendo sua estrutura de execução e controles contábeis ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, inclusive para efeitos de prestação de contas, na forma da Lei Complementar já mencionada;
- A Plenária de 19 de fevereiro de 2020, aprova por destinar recursos para capacitação de conselheiros sobre fundos municipais a ser realizado no primeiro semestre de 2020, no valor de até R\$ 900,00 (novecentos reais), para custeio.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação de recursos do Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD de até R\$900,00 (novecentos reais) para capacitação de conselheiros a ser realizado no primeiro semestre de 2020;

Art. 2º Esta destinação não caracteriza a ampliação de financiamento, mas sim um custeio pontual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de fevereiro de 2020.

MARCIANO TRIBESS
Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2020

Publicação Nº 2466126

RESOLUÇÃO COMEN Nº 03/2019

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – FREMAD, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2019.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº. 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a Plenária ocorrida em 19 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO:

- que o Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD destina-se a captar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir orçamento a ser utilizado segundo diretrizes e deliberações do COMEN;
- que o FREMAD está vinculado ao COMEN, submetendo sua estrutura de execução e controles contábeis ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Semudes, inclusive para efeitos de prestação de contas, na forma da Lei Complementar já mencionada;
- a deliberação favorável da Plenária ocorrida em 19 de fevereiro de 2020, que aprova à prestação de contas dos recursos do Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas Sobre Drogas - FREMAD, referente ao exercício de Dezembro de 2019, conforme Ata

COMEN nº02/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as movimentações financeiras do Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD, referentes ao mês de Dezembro de 2019, com os seguintes valores:

I - Receitas de: R\$ 540.379,12 (quinhentos e quarenta mil trezentos e setenta e nove reais e doze centavos).

II - Despesas de: R\$ 51.534,00 (cinquenta e um mil quinhentos e trinta e quatro reais).

Art. 2º Aprovar as Contas do Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD, referentes ao exercício de 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de fevereiro de 2020.

Marciano Tribess
Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Drogas – COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 04/2020

Publicação Nº 2466128

RESOLUÇÃO COMEN Nº 04/2020

APROVA AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO E A PROPOSTA DE VALORES, REFERENTE À ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DE DESPESA PARA COMPOR A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, RELATIVOS AO FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – FREMAD, PARA O EXERCÍCIO 2021.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº. 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a Plenária ocorrida em 19 de fevereiro 2020,

CONSIDERANDO:

- que o Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD destina-se a captar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir orçamento a ser utilizado segundo diretrizes e deliberações do COMEN;

- que o FREMAD está vinculado ao COMEN, submetendo sua estrutura de execução e controles contábeis ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Semudes, inclusive para efeitos de prestação de contas, na forma da Lei Complementar já mencionada;

- a aprovação à proposta de valores referente à Lei Orçamentária Anual – LOA, relativo ao Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD, para o exercício 2020, em Plenária do COMEN realizada em 19 de fevereiro de 2020, conforme Ata nº. 02/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta apresentada pelo órgão gestor, referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Estimativa da Receita e Fixação da Despesa para compor a Lei Orçamentária Anual - LOA, relativos ao Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD, para o exercício de 2021, sendo o total orçado no valor de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de fevereiro de 2020.

Marciano Tribess
Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN

RESOLUÇÃO COMEN Nº 06/2020

Publicação Nº 2466130

RESOLUÇÃO COMEN Nº 06/2020

PRORROGA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PARA O ANO DE 2020, O PRAZO ESTABELECIDO NO ARTIGO 9 DA RESOLUÇÃO COMEN 01/2014, PARA A ENTREGA DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E PLANOS DE AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL CADASTRADAS NO COMEN.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº. 10.089, de 29 de agosto de 2013, com ad referendum em Plenária do COMEN

CONSIDERANDO:

- Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMEN;
- o Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013;
- a Resolução COMEN nº 01/2014, de 06 de março 2014, que dispõe sobre o cadastro das Entidades Governamentais e Não Governamentais do município no âmbito das Políticas Públicas Sobre Drogas, e dá outras providências;
- a Portaria do Ministério da Cidadania nº 337 de 24 de março de 2020, que dispõe cerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, COVID-19, no âmbito do SUAS;
- O parecer favorável da Mesa Coordenadora do CMDCA, conforme consta no relatório nº 05/2020, de reunião on-line realizada em 27 de abril de 2020, via chamada de vídeo do aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp, sendo que a Resolução será ad referendum na próxima Plenária do COMEN.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, em caráter excepcional, para o ano de 2020, até 30 de setembro de 2020, o prazo estabelecido no art.9 da Resolução COMEN nº 01 de 2014, para a entrega dos Relatórios de Atividades e Planos de Ação das Organizações da Sociedade Civil cadastradas no COMEN.

Art. 2º A alteração proposta estará em vigor enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do Coronavírus.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de abril de 2020.

Andrey Sagaz Forte

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN

EXTRATO Nº 138/2020 - FURB

Publicação Nº 2466143

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 138/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 100/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 107/2020/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS UTILIZADOS NO EQUIPAMENTO ANALISADOR DE COMBUSTÍVEIS DA MARCA ANALYTIKJENA, MODELO MULTI EA-5000 EM USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE COMBUSTÍVEIS DA UNIVERSIDADE. Setor solicitante: LAC. Pedido de Compra: 995/2020. Contratada(s): ANALYTIK JENA AG. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, I da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: CAD. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 33.015,00 (trinta e três mil e quinze reais) / 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção de Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativas)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.30.25 (Material para manutenção de bens móveis).

Blumenau/SC, 04 de maio de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 140/2020 - FURB

Publicação Nº 2466144

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 140/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 101/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 138/2020/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DA INSTITUIÇÃO UNISINOS – UNIVERSIDADE VALE DOS SINOS PARA DOIS CURSOS DE MESTRADO E UM CURSO DE DOUTORADO NO ÂMBITO DO CONVÊNIO FURB-CEEE-GT 5000003753. Setor solicitante: PROJETO FURB/CEEE-GT/50000037563 – PROJETOS ESPECIAIS.. Pedido de Compra: 2020/987. Contratada(s): ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA (UNISINOS – UNIVERSIDADE VALE DOS SINOS) (CNPJ: 92.959.006/0001-09). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, I da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Parcela única em até 15 dias após recebimento da Ordem de Compra. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho - Custeio)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.65 (Serviços de apoio ao ensino).

Blumenau/SC, 05 de maio de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 141/2020 - FURB

Publicação Nº 2466146

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 141/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
WORKCONNECT COMÉRCIO DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 268/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção de Data Center para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 151/2019 e Contrato nº. 268/2019, de 14 de novembro de 2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPLEMENTAÇÃO:

Fica o Termo de Contrato nº 268/2019 suplementado em R\$ 26.461,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais), decorrente do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 1,62736978% em relação ao valor inicial, conforme quadro a seguir:

Lote 01

Item	Código FURB	Descrição do Item	Valor a ser suplementado
05	40026	Kit de biometria: complemento composto de "controle de acesso e monitoramento para 04 portas adicionais, com instalação, sem infraestrutura.	4.000,00
06	40027	Kit de piso elevado: complemento de 22 m de piso elevado e 14 escovas, com instalação.	13.190,00
07	40028	Kit de infraestrutura: complemento contendo eletrocalhas aramadas para 8 racks – 39 metros, com instalação.	3.936,00
10	40029	Kit de ar condicionado de precisão: complemento contendo 02 dampers corta fogo, com instalação.	5.335,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 268/2019 e aditivos nºs 01 e 002, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e de justiça.

Blumenau/SC, 13 de março de 2020.

EXTRATO Nº 142/2020 - FURB

Publicação Nº 2466147

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 142/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

WORKCONNECT COMÉRCIO DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.

ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL QUALITATIVA.

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 268/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção de Data Center para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 151/2019 e Contrato nº. 268/2019, de 14 de novembro de 2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

Altera-se parcialmente a Cláusula Primeira, Lote 01, itens 03 e 04, que passam a ter a seguinte descrição:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DO PRAZO, DO PREÇO E DO REAJUSTE:

1.1. Constitui o objeto da presente a Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção de Data Center para a Universidade, conforme abaixo descrito e nos termos e condições do Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 01								
Item	Código FURB	Quant.	Und.	Descrição do Item	Marca dos principais componentes	Modelo dos principais componentes	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Unitário (R\$)
3	38983	4	kit	Kit de Racks fechados contendo um rack fechado de 42Ux800x1200, 04 régua de tomadas, 1 Switch de Transferência de energia, 06 painéis de fechamento, 06 organizadores de 01 U.	• Veriv Vertiv IP Metal	<ul style="list-style-type: none"> • Rack fechado 42U X 800mm x 1200mm PT - VR3350 • organizador vertical 42U para cabos VRA 1016 • Calha vertical com 16 tomadas de 10A e plugue de 32A – Modelo EMAC008161643. • Guia de cabos (organizador) fechada 1U x 87mm ABS preta - 5070100001 Painel de fechamento (frente falsa) 1U ABS preto - 5030100000 • Porca gaiola metálica M5 9010500009 • Parafuso philips niquelado M5 9020500009 Chave de transferência estática LTS 16A - 02312188 	15.000,00	60.000,00

4	38984	4	kit	Kit de racks abertos contendo 01 rack aberto, 04 réguas de tomadas e 1 Switch de Transferência de energia.	<ul style="list-style-type: none"> • GP-Rack's • Vertiv • IP Metal • Vertv 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura para rack aberto Top solution G5 45Us 2 postes – GP 96180 • Guia vertical 200mm para rack aberto Top Solution G5 45Us - GP96183 • Guia vertical 300mm para rack aberto Top Solution G5 - GP96186 • Calha vertical com 16 tomadas de 10A e plugue de 32A – Modelo EMAC008161643. • Guia de cabos (organizador) fechada 1 U x 87mm ABS preta - 5070100001 • Porca gaiola metálica M5 9010500009 • Parafuso philips niquelado M5 9020500009 Chave de transferência estática LTS 16A - 02312188 	12.000,00	48.000,00
---	-------	---	-----	--	--	--	-----------	-----------

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUNTEÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 268/2019 e aditivos nºS 001 a 003, que não conflitem com o presente documento.

Blumenau/SC, 24 de abril de 2020.

EXTRATO Nº 143/2020 - FURB

Publicação Nº 2466149

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 143/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
SÊNIOR SISTEMAS AS

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE
TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 096/2018

OBJETO: licenciamento de módulos adicionais para o software de Gestão de Pessoas Senior, além do upgrade de licenças do módulo Documentos Eletrônicos e-social, em uso atualmente na instituição, além dos serviços associados de implantação e suporte do novo módulo do produto, nos termos das Propostas Comerciais nº PR116908V1Z e nº PR115525V1Z.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 026/2018 e Contrato nº. 096/2018, firmado em 02 de maio de 2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.3 do Contrato nº 096/2018 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 02 de maio de 2020 até 1º de maio de 2021, totalizando 36 (trinta e seis) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

A Cláusula Primeira, Item 1.2.1 do Contrato nº. 096/2018 passa a ter a seguinte redação, a partir 02 de maio de 2020:

1.2.1 Módulo de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
02	38662	12	Meses	Suporte mensal para software Senior – Segurança do Trabalho e Medicina Ocupacional	1.555,60	18.667,00

05	38665	12	Meses	Suporte mensal adicional para submódulo de Documentos Eletrônicos (pré-requisito)	00,00	00,00
Total (por extenso):				Dezoito mil, seiscientos e sessenta e sete reais.		

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº 096/2018, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2020.

EXTRATO Nº 144/2020 - FURB

Publicação Nº 2466151

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 144/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

CLARO S.A.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 280/2017.

OBJETO: Prestação de serviço móvel pessoal (SMP), com fornecimento linhas e aparelhos celulares para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 251/2017 e Contrato nº 280/2017 firmado em 10 de novembro de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 280/2017 fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, a contar de 1º de junho de 2020 até 31 de dezembro de 2020, com possibilidade de rescisão antecipada, com aviso prévio de 30 dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

Mantem-se o valor mensal previsto contratualmente, conforme quadro a seguir:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Global (06) meses - (em R\$)
1	33770	06	Mês	Prestação de serviço de telefonia móvel de voz, dados e SMS, com fornecimento de linhas e aparelhos celulares.	6.812,08	40.872,48
Preço Global (em reais, por extenso)				Quarenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos		

CLAUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 280/2017 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

Blumenau (SC), 30 de abril de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**MD 3410**

Publicação N° 2465352

RESOLUÇÃO MD N° 3410

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO MD N° 1.635, DE 14 DE ABRIL DE 2011, E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 2º da Resolução MD nº 1.635, de 14 de abril de 2011, que "REGULAMENTA O DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA, OS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DA PROGRESSÃO E DA PROMOÇÃO E A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS E ESTÁVEIS INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Comissão Permanente de Avaliação Funcional, constituída na forma do art. 27 da Resolução nº 407, de 3 de março de 2011, composta por servidores lotados na área afim de atuação, na Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, coordenará o processo de avaliação, titulação, promoção e progressão dos servidores.

Parágrafo único. Os servidores designados como membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente, o Relator e o Secretário, e terão como diretriz a reestruturação e melhoria da política de avaliação de desempenho, bem como a implantação da avaliação com foco nas competências, ficando autorizada a concessão de Gratificação pelo Desempenho na Comissão Permanente de Avaliação Funcional, nos termos do art. 97, parágrafo único, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007." (NR)

Art. 2º Ficam designadas para compor a Comissão Permanente de Avaliação Funcional, as servidoras públicas Grazielle de Almeida Aires, Helena Maria Melchiorretto e Tatiane Kulpa Maestrelli, nos termos do art. 27 da Resolução nº 407/2011, combinado com o art. 2º da Resolução MD nº 1.635/2011.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 22 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Blumenau, 22 de abril de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO 1.165

Publicação N° 2466252

DECRETO LEGISLATIVO 1.165
CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BLUMENAUENSE AO SENHOR ISOMAR AMORIM.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor Isomar Amorim, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, em 5 de maio de 2020.

MARCELO LANZARIN
Presidente

BRUNO CUNHA
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO 1.166

Publicação Nº 2466254

DECRETO LEGISLATIVO 1.166

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BLUMENAUENSE AO SENHOR MARCELO MARTENDAL.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor Marcelo Martendal, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, em 5 de maio de 2020.

MARCELO LANZARIN
Presidente

BRUNO CUNHA
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO 1.167

Publicação Nº 2466256

DECRETO LEGISLATIVO 1.167

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BLUMENAUENSE AO SENHOR LUCIANO MOMBELLI DA LUZ.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor Luciano Mombelli da Luz, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, em 5 de maio de 2020.

MARCELO LANZARIN
Presidente

BRUNO CUNHA
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO N° 62/2020

Publicação N° 2465560

DECRETO N° 62/2020

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA "CAMPAÑA DE VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE" DE BOM JARDIM DA SERRA-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Campanha de Vacinação contra a Gripe, a realizar-se no dia 09 de Maio de 2020, em Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º - A Campanha será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e na ausência ou impedimento eventual pelo seu representante legal.

Art. 3º - As despesas com a realização da Campanha de Vacinação contra a Gripe ocorrerão a cargo do recurso do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º - Os profissionais permanecerão na Unidade de Saúde durante o período integral para realização dos trabalhos de Educação e Saúde sendo assim necessitam de alimentação (almoço), que será pago com recurso do PAB.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 05 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 18/2020

Publicação N° 2465735

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 18/2020

PARA OS APROVADOS NO EDITAL N° 001/2019 DE PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital n° 001/2019 de Processo Seletivo, realizado no dia 07 de Abril de 2019, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, n° 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 06/05/2020 a 12/05/2020, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

O prazo para entrega de toda a documentação referente à contratação no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, após a convocação, será de 05 (cinco) dias úteis. O não comparecimento e entrega da documentação dentro desse prazo acarretará na desclassificação do candidato, sendo que será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo, conforme item 10.9.1 do Edital n° 001/2019.

Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para a escolha de vaga, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato será automaticamente desclassificado do certame conforme item 10.14 do Edital n° 001/2019.

Relação dos Convocados:

Cargo: Engenheiro Civil

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Daiana Perfoli	1437507	29/11/1984	1º

Relação de Documentos para Admissão:

I – CPF;

II – Identidade;

III – Título de Eleitor;

IV – Comprovação da quitação eleitoral;

V- Carteira de Trabalho;

VI – Número do PIS/PASEP;

VII – Carteira de Reservista (Homens);

VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);

IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);

X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);

XI – 1 foto 3x4;

XII – Comprovação de dependentes;

XIII – Comprovação de Estado Civil;
XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
XVI – Grupo sanguíneo;
XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
XVIII – Número de conta corrente;
XIX – Comprovante de Endereço; e
XX – Declaração de Bens.
Bom Jardim da Serra – SC, 05 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus

PREFEITURA

AVISO T.P. 3/2020

Publicação N° 2466390

MUNICIPIO DE BOM JESUS - SC
Tomada de Preços nº 3/2020
Processo Licitatório nº 30/2020
Aviso

Comunicamos a todos os interessados em participar do Processo Licitatório nº 30/2020, Tomada de Preços nº 3/2020, que, por erro na elaboração dos projetos e complementos da obra constante no objeto a ser licitado, os valores correspondentes ao fornecimento de material para a execução dos serviços não foram incluídos na Planilha Orçamentária. Consequentemente, o Município de Bom Jesus/SC fornecerá o material não constante no item 1.4.3 – código SINAPI 72979 – da Planilha Orçamentária e necessário para a execução dos serviços.

Bom Jesus/SC, 05 de maio de 2020.

Rafael Calza
Prefeito Municipal

AVISO T.P. 4/2020

Publicação N° 2466392

MUNICIPIO DE BOM JESUS - SC
Edital de Tomada de Preços nº 4/2020
Processo Licitatório nº 31/2020
Aviso

Comunicamos a todos os interessados em participar do Processo Licitatório nº 31/2020, Tomada de Preços nº 4/2020, que, por erro na elaboração dos projetos e complementos da obra constante no objeto a ser licitado, os valores correspondentes ao fornecimento de material para a execução dos serviços não foram incluídos na Planilha Orçamentária. Consequentemente, o Município de Bom Jesus/SC fornecerá o material não constante no item 1.2.3 – código SINAPI 72979 – da Planilha Orçamentária e necessário para a execução dos serviços.

Bom Jesus/SC, 05 de maio de 2020.

Rafael Calza
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020

Publicação Nº 2465890

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE EXAMES DE BRUCELOSE TUBERCULOSE PARA REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 519/2020

Aos 30 dias de abril de 2020, no Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE EXAMES DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE PARA REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa Andretta & CIA LTDA, com sede na Linha Lageado das Flores S/N, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 30.041.268/0001-32, neste ato representada por sua representante legal Senhora Angélica Corrêa de Moraes, portador do CPF nº. 083.833.569-19 e RG nº. 5.782.328, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE EXAMES DE BRUCELOSE TUBERCULOSE PARA REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o município não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.
- 5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo

de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1), alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.
- 2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 007/2020.
- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.
- 2). Os exames deverão ser executados em todo o território municipal, a licitante vencedora deverá realizar a coleta em até 12 (doze) horas após a solicitação dos serviços na propriedade indicada sem nenhum custo adicional de transporte e fornecimento gratuito de material para realização dos exames.
- 3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital de Licitação nº. 519/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo.xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

- 1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos serviços, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa Andretta & CIA LTDA, com sede na Linha Lageado das Flores S/N, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 30.041.268/0001-32, neste ato representada por sua representante legal Senhora Angélica Corrêa de Moraes, portador do CPF nº. 083.833.569-19 e RG nº. 5.782.328
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 30 de abril de 2020.

Jeferson Persch Andretta & CIA LTDA
Pregoeiro Empresa

Testemunhas:

Leonir Lamb
Secretário da Administração

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Jurídico

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 519/2020
EMPRESA VENCEDORA:
Empresa Andretta & CIA LTDA, com sede na Linha Lageado das Flores S/N, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 30.041.268/0001-32, neste ato representada por sua representante legal Senhora Angélica Corrêa de Moraes, portador do CPF nº. 083.833.569-19 e RG nº. 5.782.328.

Item	Quantidade	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL
1	3.000	Exame de brucelose tuberculose comparada (utilizando turbi-colina aviária e bovina) conforme normativa vigente, incluído gastos com deslocamento até a propriedade, custos de mão de obras e material de coleta	20,00	60.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 47/2020

Publicação Nº 2465382

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 47/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GDS Industria de Artefatos de Cimento EIRELI.

Objeto: Concessão de Pavilhão Industrial nº. 188, localizado no prolongamento da Avenida Nossa Senhora de Fátima, área industrial I com área aproximada de 638,50 m², fechado com paredes de alvenaria, piso de cimento desempenado, cobertura de telhas em fibro cimento sem forro, sistema hidráulico, sanitário e elétrico com energia elétrica instalada, em boas condições de funcionamento, no estado em que se encontram pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Valor da Concessão paga ao Município por ano R\$ 638,50 (seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).

Processo Licitatório nº. 394/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 29 de abril de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2020

Publicação Nº 2465387

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MFC Montagens Industriais EIRELI.

Objeto: Concessão de Pavilhão Industrial nº. 168, localizado no prolongamento da Avenida Nossa Senhora de Fátima, área industrial I com área de 250 m², fechado com paredes de alvenaria, piso de cimento desempenado, cobertura de telhas em fibro cimento sem forro, sistema hidráulico, sanitário e elétrico com energia elétrica instalada, em boas condições de funcionamento, (imóvel novo) no estado em que se encontram pelo período de 5 (cinco) anos.

Valor da Concessão paga ao Município por ano R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Processo Licitatório nº. 394/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 29 de abril de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 49/2020

Publicação N° 2465390

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 49/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIGA CONSTRUTORA E INCORPORADOR EIRELI EPP.

Objeto: Execução de obra de Pavilhão Industrial com área de 375 m² na área industrial do Município de Bom Jesus do Oeste.

Valor do contrato R\$ 235.420,53 (duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e três centavos).

Processo Licitatório n°. 460/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 29 de abril de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

40.20 - DEC. USO MASCARAS CARRO SAÚDE

Publicação Nº 2465926

DECRETO Nº 40/20 de 05.05.20

Torna obrigatório o uso de máscaras para ter o acesso aos veículos da secretaria de saúde (exceto ônibus), no transporte de pacientes e acompanhantes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 95, XI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando o surto de coronavírus (Sars-CoV-2), agente causador da Covid-19, declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com casos já diagnosticados no Estado de Santa Catarina;

Considerando que "dados científicos recentes constatarem que a transmissão da COVID-19 pode ocorrer mesmo antes do indivíduo apresentar os primeiros sinais e sintomas", pelo que o Ministério da Saúde tem recomendado "o uso de máscaras faciais para todos" (Boletim Epidemiológico Especial 7, p. 14)

DECRETA:

Art. 1º Além das medidas sanitárias determinadas pelo Estado e pelo Município, o acesso aos veículos do transporte de pacientes, somente poderá se dar mediante o uso de máscaras por motoristas, pacientes e acompanhantes.

§1º É dever de cada paciente e acompanhante trazer a máscara consigo, ficando ciente que, caso não a esteja utilizando, o motorista não poderá realizar o transporte.

§2º A Secretaria Municipal de Saúde realizará a higienização de seus veículos com álcool em gel 70% antes de cada viagem, além de permanecer com o veículo arejado enquanto no decorrer do transporte.

Art. 2º Fica vedado o uso do ônibus para transporte coletivo de pacientes, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus – COVID19.

Art. 4º Cada carro da saúde, devidamente dirigido por motorista municipal, poderá transportar apenas um paciente com seu acompanhante por vez, sendo expressamente proibido o transporte de mais de um paciente ou mais de um acompanhante por viagem.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 05 de maio de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

641.04.20 - P. L. GEST. INGRID GRUDTNER

Publicação Nº 2465929

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 641/20 de 30.04.20
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 31/2020 de 30 de abril de 2020, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 26 de abril com término no dia 23 de agosto de 2020 a funcionária Ingrid Grudtner, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

642.04.20 - AUTORIZAÇÃO DIRIGIR VEICULOS

Publicação Nº 2465933

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria Nº 642/20 de 30.04.2020.

Autoriza excepcionalmente a Servidora contratada em caráter temporária e emergencial da Secretaria Municipal de Saúde a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com 2335/17 de 22.02.17 que autoriza em caráter excepcional servidores efetivos e comissionados a dirigirem veículos oficiais da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências:

Resolve:

Art. 1º. Autorizar a Servidora contratada em caráter temporária e emergencial da Secretaria Municipal de Saúde, abaixo relacionada a dirigir veículos oficiais pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, de acordo com os requerimentos:

Servidora	CNH	Categoria	validade
Ana Maria Vendramini Kauling	03539504843	B	09/02/2022

Art. 2º. A servidora autorizada a conduzir veículo oficial que for autuada por infração às normas de trânsito estará sujeito ao procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao Erário.

Art. 3º. A servidora autorizada a dirigir veículo oficial deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução, em especial a ficha de controle de tráfego a ser instituída pelo Município.

Art. 4º. A autorização de que trata esta Portaria não configura acúmulo de atribuições e não assegura ao servidor autorizado o direito a qualquer acréscimo salarial.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. CUMPRASE, com as medidas legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

643.05.20 - P. NOM. IGOR L. DOGNINI

Publicação Nº 2465934

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 643/20 de 04.05.20

Nomeia em Caráter Efetivo Servidor Aprovado em Concurso Público e dá outras providências

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere os Arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Dar Posse a Igor Luiz Dognini, nos termos dos Arts. 14 e 16, da Lei Complementar nº 01/2003 de 02.12.03, e de acordo com a Portaria nº 632/20 de 27.04.20, por ter sido aprovado em 6º lugar no Concurso Público n.º 001/2018, tendo apresentado a documentação exigida, no cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I – Nível – 1 – 40 horas semanais, o qual se compromete a cumprir com zelo e probidade as funções que lhe forem inerentes ao cargo, ficando ciente das atribuições do cargo e normas estatutárias prevista em lei, tendo tomado Posse e

Exercício no dia 04 de maio de 2020, com lotação na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de maio de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

644.05.20 - P. REMANEJAMENTO JOSE CARLOS PEREIRA

Publicação Nº 2465936

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 644/20 de 05.05.20

REMANEJA SERVIDOR PÚBLICO DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

RESOLVE:

Remanejar o servidor Jose Carlos Pereira, Ocupante do cargo de Motorista – Padrão I – Nível - 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para ocupar as mesmas funções no Gabinete do Prefeito, a partir do dia 05 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

645.05.20 - P. LIC. PREMIO ELIANE E. R. ROVARIS

Publicação Nº 2465937

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 645/20 de 05.05.20
Concede Licença Prêmio

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 032/20 de 04.05.20, e despacho em 04.05.20, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio em pecúnia, correspondente ao quinquênio 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2020 (Dois Mil e Vinte); a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, ficando os outros 45 (quarenta e cinco) dias para futura negociação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

646.05.20 - P. PROM. HABILITAÇÃO ANA C. B. MORETTI

Publicação N° 2465938

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 646/20 de 05.05.20
Concede Promoção por Nova Habilitação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 23 da Lei Complementar n.º 04/04 de 31.03.04 que (Institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários e o Estatuto do Magistério Público do Município de Bom Retiro e dá Outras Providências) e alterado pelas Leis Complementares 13/06 de 21 de Março de 2006 e pela Lei Complementar 17/06 de 22 de junho de 2006 que altera redação do artigo 3º da Lei Complementar nº 13/06, de 22 de março de 2006 que alterou a Lei Complementar 04/04 que Trata do Plano de Carreira, Cargos e Salários e Estatuto do Magistério Público de Bom Retiro.

RESOLVE:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 20% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 23 da Lei Complementar 04/04 de 31 de Março de 2004, alterado pelas Leis Complementares 13/2006 de 21 de Março de 2006 e Lei Complementar 17/06 de 22 de junho de 2006, a funcionária Ana Claudia Bruder Moretti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, em virtude da conclusão no Curso de Pós Graduação "Latu Sensu" Especialização Psicopedagogia, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, conforme requerimento datado de 19 de fevereiro de 2020, de acordo com parecer jurídico em 29 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

647.05.20 - P. PROM. HABILITAÇÃO LUCIANA P. JESUS

Publicação N° 2465939

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 647/20 de 05.05.20
Concede Promoção por Nova Habilitação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 23 da Lei Complementar n.º 04/04 de 31.03.04 que (Institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários e o Estatuto do Magistério Público do Município de Bom Retiro e dá Outras Providências) e alterado pelas Leis Complementares 13/06 de 21 de Março de 2006 e pela Lei Complementar 17/06 de 22 de junho de 2006 que altera redação do artigo 3º da Lei Complementar nº 13/06, de 22 de março de 2006 que alterou a Lei Complementar 04/04 que Trata do Plano de Carreira, Cargos e Salários e Estatuto do Magistério Público de Bom Retiro.

RESOLVE:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 20% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 23 da Lei Complementar 04/04 de 31 de Março de 2004, alterado pelas Leis Complementares 13/2006 de 21 de Março de 2006 e Lei Complementar 17/06 de 22 de junho de 2006, a funcionária Luciana do Patrocínio de Jesus, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, em virtude da conclusão no Curso de Pós Graduação "Latu Sensu" Especialização Educação Infantil e Anos Iniciais, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, conforme requerimento datado de 09 de março de 2020, de acordo com parecer jurídico em 29 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

MINUTA PE 32/2020

Publicação Nº 2466071

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 18 de maio de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 32/2020, objetivando Aquisição de areia, brita, lajota, meio fio e paver, para manutenção das Secretarias e Fundos Municipais, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 06 de maio de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

MINUTA PE 33/2020

Publicação Nº 2466080

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 19 de maio de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 33/2020, objetivando Aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para utilização nas Secretarias e Fundos Municipais, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 06 de maio de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

MINUTA PE 34/2020

Publicação Nº 2466083

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 20 de maio de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 34/2020, Aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares, itens fracassados, desertos ou esgotados de processos licitatórios anteriores, para manutenção das Secretarias e Fundos Municipais, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 06 de maio de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

MINUTA PE 35/2020

Publicação Nº 2466087

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 21 de maio de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 35/2020, para Aquisição de vasos em cerâmica de diversos tamanhos e formas, para utilização das Secretarias e Fundos Municipais, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 06 de maio de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**009/20**

Publicação N° 2464697

poder legislativo municipal
Câmara MUNICIPAL De Vereadores de Bom Retiro
Estado de Santa Catarina

Resolução n.º 009/20

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DECORRENTES DA DOENÇA CAUSADA PELO "NOVO CORONAVÍRUS" (COVID-19).

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina N.º 535/20 que prorrogou os efeitos do Decreto n.º 525 de 23 de Março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus e estabelece outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto do Poder Executivo Municipal n.º 34/20, de 13/04/20, que define gradualmente a retomada dos serviços públicos até o dia 30 de abril de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença

RESOLVE:

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Bom Retiro adotará jornada de trabalho especial reduzida e escala de trabalho diferenciada aos servidores do Legislativo, a fim de diminuir o número de servidores na sede da edilidade e para dar prosseguimento aos trabalhos, respeitando-se as normas de prevenção e higiene como uso de álcool gel, distância mínima de 1,5m entre pessoas, uso de máscaras e luvas no caso de necessidade, o que será disponibilizado pelo Poder Legislativo a todos os servidores.

§ 1º A escala de trabalho diferenciada acontecerá no período matutino, das 8h30 às 12h00 e, no período vespertino, das 13h30 às 17h00, devendo cada equipe atuar num dos períodos.

§ 2º Fica prorrogado o regime de home office aos servidores do Legislativo no período que não estiverem atuando, entretanto poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do Presidente, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

§ 3º O atendimento ao público externo deverá ser reduzido às demandas que não poderão ser resolvidas através de outros meios não-presenciais, podendo ainda ser disponibilizado mecanismo de agendamento aos cidadãos (por telefone ou outro meio eletrônico).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro, 04 de maio de 2020.

ERIVELTON PEREIRA
PRESIDENTE

JOSÉ ALFEU FERREIRA
VICE-PRESIDENTE

FERNANDO BORGES SILVEIRA
2º SECRETÁRIO

Botuvera**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 22/2020 - RUFINO PAULINI**

Publicação N° 2465417

Extrato de Contrato nº 22/2020

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Rufino Paulini

Valor: R\$ 10.856,00 (dez mil oitocentos e cinquenta e seis reais)

Objeto: Prestação de Serviços técnicos especializados para construção de roda d'água e outros serviços pertinentes no Museu do Parque das Grutas.

Fund.Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93.

Vigência: 03 (três) meses

PORTARIA 085 2020 IGREJAS

Publicação N° 2466107

PORTARIA 085/2020

"Regulamenta instruções a serem observadas em igrejas, templos, capelas na cidade de Botuverá enquanto perdurar a situação de pandemia Covid 19"

Art. 1º As igrejas, templos religiosos e afins tem autorização para permanecerem abertos durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19 seguindo as orientações:

I – Recomenda-se as missas e cultos com acesso pelas redes sociais e afins;

I – A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja);

II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam obrigatoriamente utilizando máscara de forma correta, cobrindo nariz, boca e queixo e higienizem as mãos com álcool gel 70% ;

IV– Durante as celebrações não será permitido a entrega de folheto, panfleto ou qualquer tipo de comunicação para os participantes, estas informações deverão expressamente divulgadas via telão se for necessário;

V– As celebrações durante a pandemia causada pela COVID-19 deverá ser realizada com o mínimo possível de colaboradores nas equipes de liturgia, apoio ou auxílio das atividades, sendo vedada a utilização de coroinhas;

VI – Os atendimentos individuais deverão ser realizados através de horário agendado;

VII - As pessoas que acessarem e saírem da igreja ou do templo religioso deverão realizar a higienização das mãos com álcool-gel 70%, colocadas em dispensadores disponibilizados em pontos estratégicos como na entrada, na secretaria, confessionários, corredores, para uso dos fiéis, religiosos e colaboradores;

IX- Nos cultos em que houver a celebração de ceia, com partilha de pão e vinho, ou celebração de comunhão, os elementos só poderão ser partilhados com entrega individual a cada pessoa, sem que haja contato entre o celebrante e o participante;

X - Priorização do afastamento, sem prejuízo, de Padres, Pastores e colaboradores pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos;

XI - Priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

XII - Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho;

XIV - Manter todas as áreas ventiladas;

XV– Deverá ser intensificada a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada pessoa, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimão, instrumentos musicais, etc;

XVI - Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua da igreja ou do templo religioso, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros;

XVIII- O responsável pela igreja ou templo deve orientar aos frequentadores que não poderão participar dos cultos, missas e liturgias, caso apresentem sintomas de resfriados/gripe.

Art. 2º A fiscalização dos templos religiosos, igrejas e afins ficará a cargo das equipes de vigilância sanitária e das equipes de segurança pública;

Art. 3º O não cumprimento dos regramentos dispostos nessa portaria implicará em abertura de processo administrativo sanitário nos termos da Lei Estadual 6320/1983 e Lei Complementar Municipal 31/2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 05 de maio de 2020

José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

PORTARIA 086 2020 ACADEMIA

Publicação Nº 2466104

PORTARIA 086/2020

“Regulamenta funcionamento de academias na cidade de Botuverá enquanto perdurar a situação de pandemia Covid 19”

Art. 1º Ficam estabelecidas as normativas de funcionamento dos estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Academias de Lutas e áreas afins.

Parágrafo Primeiro: Os estabelecimentos autorizados a realizar suas atividades devem limitar e ordenar o seu público, bem como organizar as atividades, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, cumprindo as seguintes orientações:

I - O número de frequentadores dentro do estabelecimento deve ser de, no máximo, 30% de sua capacidade;

II - O estabelecimento deve fornecer na entrada, e em suas dependências, álcool gel 70% para os seus frequentadores;

III- Somente poderá adentrar ao estabelecimento os indivíduos que estiverem de máscaras e em uso correto, cobrindo nariz, boca e queixo;

IV- Funcionários e alunos durante a permanência no estabelecimento deverão manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre si;

V- Todas as pessoas devem manter os cabelos presos durante a permanência no local;

VI- É obrigatório o uso de toalha de utilização pessoal durante toda a prática de atividade física;

VII- Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada praticante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;

VIII. Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a limpeza geral e a desinfecção de todos os ambientes pelo menos uma vez por período (matutino, vespertino e noturno);

IX- O tempo de permanência de cada usuário no local deve ser de, no máximo, 45 minutos, permitindo que mais pessoas possam se beneficiar da prática de atividade física, respeitado o limite de 30% da lotação;

X- O estabelecimento deve organizar grupos de usuários para cada horário. Este grupo deve iniciar e finalizar as atividades no mesmo espaço de tempo;

XI- Deve haver um intervalo de tempo de, no mínimo, 15 (quinze) minutos entre a saída de um grupo e a entrada de outro, de forma a evitar o cruzamento entre os usuários e permitir a limpeza do piso do estabelecimento com hipoclorito de sódio ou desinfetante;

XII- Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível;

XIII- Os guarda volumes para bolsas e mochilas não poderão ser utilizados, sendo permitida apenas a utilização de porta chaves que deve ser higienizado após cada uso;

XIV- Fica proibida a utilização de celulares durante a prática de atividade física;

XV- Para as atividades físico desportivas que usualmente tem contato físico como as lutas, orienta-se que o treinamento, neste momento de pandemia, seja pautado em técnicas de movimento e condicionamento físico em geral, ficando proibido o treinamento coletivo com a realização de contato físico;

XVI- Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não poderão frequentar as atividades durante o período da pandemia;

XVII- Cada usuário deve realizar suas atividades de forma individualizada;

XVIII- Alunos e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool gel 70% na entrada e na saída do estabelecimento, sempre que utilizar os equipamentos e durante a realização das atividades;

XIX- Os equipamentos devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70%;

XX- Esteiras, bicicletas ergométricas e similares devem ser utilizadas de forma intercalada (uma em funcionamento e uma sem uso) ou com pelo menos 1,5 metros de distância entre elas;

XXI- Equipamentos e aparelhos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;

XXII- É permitida a utilização de plástico filme nos aparelhos ou equipamentos que disponham de comandos eletro/eletrônicos, caso seja utilizado plástico filme nestes aparelhos ou equipamentos, o mesmo deve ser substituído no mínimo uma vez ao dia e higienizado com álcool 70% a cada uso;

XXIII- Caso sejam utilizadas barras, alteres, bancos, colchonetes ou outros acessórios, os mesmos devem ser individualizados e higienizados antes e/ou depois do uso (a sistemática deverá ser definida pelo estabelecimento), com álcool 70%;

XXIV- Aos funcionários e clientes dos estabelecimentos será exigido a utilização de máscaras, e respeitar o distanciamento de 1,5 metros das pessoas;

XXV- É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool gel 70% e álcool 70% e orientar os usuários quanto à sua utilização;

XXVI- O estabelecimento deve recomendar aos usuários que evitem utilizar luvas;

XXVII- Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;

XXVIII- Os banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool gel 70%;

Art. 2º Fica proibido a ingestão de qualquer tipo de alimentação no interior do estabelecimento;

Art.3º A responsabilidade pela divulgação, aplicação e controle das determinações desta portaria é do representante legal e do responsável técnico do estabelecimento.

Art. 4º A fiscalização das academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Academias de Lutas e áreas afins, ficará a cargo das equipes de vigilância sanitária e das equipes de segurança pública;

Art. 5º O não cumprimento dos regramentos dispostos nessa portaria implicará em abertura de processo administrativo sanitário nos termos da Lei Estadual 6320/1983 e Lei Complementar Municipal 31/2017.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 05 de maio de 2020

José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

PORTARIA 087 2020 COMERCIO ALIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2466095

PORTARIA 087/2020

“Regulamenta instruções a serem observadas em restaurantes na cidade de Botuverá enquanto perdurar a situação de pandemia Covid 19”

Art. 1º Ficam estabelecidas as normativas de funcionamento de serviços de alimentação (restaurantes, bares, cafeterias, pizzarias, casas de chás, casas de sucos, lanchonetes, confeitarias, padarias e afins), a partir da data de publicação deste decreto.

Parágrafo Primeiro: Os serviços de alimentação têm autorização para permanecerem abertos e com atendimento ao público, com acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, cumprindo as seguintes orientações:

I – Recomenda-se preferencialmente a opção de Delivery no atendimento aos clientes;

II- Fica determinado que os estabelecimentos deverão providenciar o espaçamento mínimo das mesas de, 1,5 metros de raio entre cada cliente que estiver consumindo no local, com permissão para que apenas 2 (duas) pessoas se assentem em cada mesa, uma de frente para a outra, ressalvado se membros da mesma família, quando, então, poderão se assentar em até 4 (quatro) pessoas por mesa;

III- Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;

IV- Somente os clientes que estiverem de máscaras e em uso correto, cobrindo nariz, boca e queixo poderão acessar estes estabelecimentos;

V - Tolerância de permanência dos indivíduos, por no máximo 1h (uma hora);

VI- O estabelecimento deve fornecer na entrada, nas suas dependências e no início da fila do buffet (autosserviço), álcool gel 70% para os clientes;

VII- Os estabelecimentos que dispõem os alimentos em buffet para o autosserviço devem colocar no local onde ficam os pratos e talheres, dispensadores de álcool gel 70% e luvas descartáveis. Os clientes higienizarão as mãos com o álcool gel, calçarão as luvas, antes de pegar os pratos e os talheres. Os talheres para servir só poderão ser manuseados com as luvas; deve ser mantido no início da fila de acesso ao buffet um funcionário para orientar os clientes sobre a conduta descrita;

VIII- Manter os talheres embalados individualmente, e manter os pratos, copos e demais utensílios protegidos;

IX- Os equipamentos de buffet devem dispor de anteparo salivar de modo a prevenir a contaminação dos alimentos em decorrência da proximidade ou da ação do consumidor, dos trabalhadores e de outras fontes;

X – Evitar alimentos expostos em balcões, mesas entre clientes e funcionários;

XI- Não oferecer produtos para degustação;

XII- Intensificar a higiene e manter os ambientes ventilados naturalmente, incluindo os locais de alimentação dos trabalhadores e os locais de descanso;

XIII- Aumentar a frequência de higienização de superfícies (mesas, cadeiras, maçanetas, superfícies do buffet, café e balcões) do estabelecimento bem como os procedimentos de higiene da cozinha e do (s) banheiro (s);

XIV- Não será permitida aos frequentadores quaisquer atividades que constitua aglomeração de pessoas, como jogo de bocha, sinuca, baralho, dominó, entre outros que por sua natureza tem essa característica;

XV- Os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos e antebraços, principalmente antes e depois de manipular alimentos, após tocarem o rosto, nariz, olhos e boca, uso de sanitários e após tocar em dinheiro ou cartões de banco;

XVI - Uso, pelos funcionários, de tocas e máscaras no manuseio de alimentos e utensílios;

XVII- Disponibilizar álcool 70% no caixa para higienização das mãos, dos clientes e dos trabalhadores;

XVIII- Não será permitida a entrada de entregadores e outros trabalhadores externos no local de manipulação dos alimentos;

XIX- Organizar as filas de caixa e de atendimento mantendo a distância mínima de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) metros entre os clientes;

XX- A máquina de pagamento por cartão deve ser higienizada com álcool 70% após cada uso, podendo ser revestida de plástico filme;

XXI- Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos funcionários sobre a correta higienização do estabelecimento e higiene pessoal;

Art. 6º A fiscalização dos serviços de alimentação (restaurantes, bares, cafeterias, pizzarias, casas de chás, casas de sucos, lanchonetes, confeitarias, padarias e afins), ficará a cargo das equipes de vigilância sanitária e das equipes de segurança pública;

Art. 7º O não cumprimento dos regramentos dispostos nessa portaria implicará em abertura de processo administrativo sanitário nos termos da Lei Estadual 6320/1983 e Lei Complementar Municipal 31/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 05 de maio de 2020

José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

PORTARIA 088 2020 VELORIOS

Publicação Nº 2465477

PORTARIA 088/2020

“Regulamenta instruções a serem observadas em velórios na cidade de Botuverá enquanto perdurar a situação de pandemia Covid 19”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Em casos de falecimento, independentemente da causa, os velórios somente poderão ser realizados com a presença de familiares e no máximo de 10 (dez) pessoas, sendo proibidos cultos ecumênicos (exceto benção por padre/pastor no local) sem cortejos fúnebres.

Art. 2º Os velórios deverão ser expressamente realizados nas capelas mortuárias, no mesmo dia do óbito, quando o “corpo” chegar até as 16hs. Após este horário o sepultamento ocorrerá as 8hs do dia subsequente e cumprindo as seguintes orientações:

I- Intensificar a frequência de higienização: das salas, copas, banheiros, maçanetas, mesas, balcões, cadeiras, entre outros;

II – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem na capela mortuária, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70%;

III - Somente quem estiver utilizando máscaras e de forma correta, cobrindo nariz, boca e queixo, poderão acessar o local;

IV - Manter todas as áreas ventiladas;

V– Deverá ser intensificada a higienização das mãos, principalmente antes e depois do uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum, etc;

VI - Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua do local, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool gel 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, corrimãos, interruptores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros;

Art. 3º As capelas mortuárias devem ser totalmente higienizadas a cada velório.

Art. 4º Os responsáveis pela capela mortuária farão o controle do cumprimento dos itens constantes no parágrafo 1º;

Art. 5º A fiscalização dos velórios ficará a cargo das equipes de vigilância sanitária e das equipes de segurança pública;

Art. 6º O não cumprimento dos regramentos dispostos nessa portaria implicará em abertura de processo administrativo sanitário nos termos da Lei Estadual 6320/1983 e Lei Complementar Municipal 31/2017;

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 05 de maio de 2020

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8605-2020

Publicação Nº 2466243

DECRETO nº 8.605, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre descaucionamento de lotes do Loteamento Residencial Jardim das Bromélias V, conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, considerando as informações prestadas pelo Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN, por meio do Memorando nº 108, de 28 de fevereiro de 2020 (documento anexo), e ainda, o Decreto nº 5.630/2006 que caucionou lotes

DECRETA:

Art. 1º Ficam descaucionados os seguintes lotes do Loteamento Residencial Jardim das Bromélias V, localizado na Rua das Tulipas, bairro Rio Branco:

- I – Lote 01 da Quadra C, inscrito na matrícula nº 53.879 do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, com área de 360,00 m2 (trezentos e sessenta metros quadrados);
- II – Lote 02 da Quadra C, inscrito na matrícula 53.880 do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, com área de 288,00 m2 (duzentos e oitenta e oito metros quadrados);
- III – Lote 03, da Quadra C, inscrito na matrícula nº 53.881 do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, com área de 312,00 m2 (trezentos e doze metros quadrados);
- IV – Lote 04, da Quadra C, inscrito na matrícula 53.882 do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, com área de 312,00 m2 (trezentos e doze metros quadrados);
- V – Lote 05, da Quadra C, inscrito na matrícula 53.883 do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, com área de 312,00 m2 (trezentos e doze metros quadrados).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

JÉFERSON PETERMANN
Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 8606-2020

Publicação Nº 2466248

DECRETO Nº 8606, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 207.560,90 (duzentos e sete mil quinhentos e sessenta reais e noventa centavos), para atender as programações abaixo especificadas:

- 09.00 Secretaria Municipal de Educação
- 09.001 Secretaria Municipal de Educação
- 0012.0361.0025.1008 Ampliação Construção de Ginásio e Quadras Cobertas
- 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
- 0.3.32.54 Transferências de Convênios - União/Educação
- VALOR R\$ 57.110,90

15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
 15.004 Fundo Municipal do Idoso
 0008.0241.0161.2235 Manutenção do Fundo do Idoso
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.3.00.00.07 Recursos Ordinários – Fundo Idoso
 VALOR R\$ 450,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0006.0181.0150.2059 Manutenção - Convênio Polícia Militar
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.00.01 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura
 VALOR R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
58091	B.B. Pmb PAC II Const. Creche Rio Branco Santa Luzia	0.3.32.54	116.883,00
58595	B.B. Pmb PAC II Const. Quadra Augusta Dutra	0.3.32.54	29.793,73
68078-8	B.B. Pmb PAC II Const. Quadra Coberta Ayres Gevaerd	0.3.32.54	7.041,07
69684-6	B.B. Pmb PAC II Const. Quadra Esportiva Alberto Pretti	0.3.32.54	57.696,48
6672010-1	C.e.f Pmb 006.672010-1 emenda Angela Amim	0.3.32.54	32.309,54
647048-2	B.B. Pmb PAC II Const. Quadra de Esportes Ginásio	0.3.32.54	585.324,29
TOTAL GERAL			829.048,11

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00
DDO à Pagar	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00
Restos à Pagar	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00
TOTAL	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00

Superávit Financeiro	0.3.32.54	829.048,11
----------------------	-----------	------------

Valor Utilizado Decreto nº 8551/2020	0.3.32.54	32.693,58
--------------------------------------	-----------	-----------

Valor Utilizado Decreto nº 8554/2020	0.3.32.54	216.156,37
--------------------------------------	-----------	------------

Valor Utilizado Decreto nº 8590/2020	0.3.32.54	82.604,75
--------------------------------------	-----------	-----------

Saldo a Utilizar	0.3.32.54	497.593,41
------------------	-----------	------------

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
71.013-9	CEF – Pmb Fundo Municipal do Idoso	0.3.00.00.07	33.362,62
TOTAL GERAL			33.362,62

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.07/0.3.00.07	0,00
DDO à Pagar	0.1.00.07/0.3.00.07	0,00
Restos à Pagar	0.1.00.07/0.3.00.07	0,00
TOTAL	0.1.00.07/0.3.00.07	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.00.07	33.362,62

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
156.314-9	B.B – C/C 156.314-9	0.3.00.01	53.082,75
81016-9	B.B. PMB Convênio Polícia Militar	0.1.00.01 0.3.00.01	3.769,50 475.436,26
65-4	CEF C/C Tributos 65-4	0.3.00.01	2.852,15
TOTAL GERAL			535.140,66

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.01/0.3.00.01	
DDO à Pagar	0.1.00.01/0.3.00.01	
Restos à Pagar	0.1.00.01/0.3.00.01	3.769,50
TOTAL	0.1.00.01/0.3.00.01	

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.00.01	531.371,16
Valor Utilizado Decreto nº 8542/2020	0.3.00.01	50.000,00
Saldo a Utilizar	0.3.00.01	481.371,16

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
48.627-2	B.b. PMB Multas	0.3.12.00	5.840,85
249-5	CEF PMB Multas	0.1.12.00 0.3.12.00	18.851,44 363.303,79
TOTAL GERAL			387.996,08

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.12.00/0.3.12.00	
DDO à Pagar	0.1.12.00/0.3.12.00	
Restos à Pagar	0.1.12.00/0.3.12.00	20.930,44
TOTAL	0.1.12.00/0.3.12.00	

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.12.00	367.065,64

Valor Utilizado Decreto nº 8542/2020	0.3.12.00	50.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8554/2020	0.3.12.00	100.000,00
Saldo a Utilizar	0.3.12.00	217.065,64

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 30/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de abril de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE SOLICITAÇÃO DA BOLSA ATLETA 2020- FME- RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2466249

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE SOLICITAÇÃO DA BOLSA ATLETA 2020

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal nas Leis Municipais nº 3.310, de março de 2010 e n. 4.131, de 08 de junho de 2018, torna pública a retificação do Anexo V do Edital de Convocação para inscrição de solicitação de Bolsa Atleta 2020 – conforme a seguir:

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;



CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 8.561, de 18 de março de 2020, que Declara Situação de Emergência no Município de Brusque e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Onde se lê:
ANEXO V

CRONOGRAMA

DATA	EVENTO
03/03/2020	Publicação do Edital no site e mural da FME
03/03/2020 até 13/03/2020	Inscrições na FME
16/03/2020	Publicação da listagem prévia dos candidatos, em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais da FME.
18/03/2020	Prazo para a interposição de recurso.
20/03/2020	Publicação da Listagem final dos candidatos em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais da FME.
31/03/2020	Homologação.

Leia-se:

ANEXO V

CRONOGRAMA

DATA	EVENTO
03/03/2020	Publicação do Edital no site e mural da FME
03/03/2020 até 13/03/2020	Inscrições na FME
06/05/2020	Publicação da listagem prévia dos candidatos, em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais da FME.
08/05/2020	Prazo para a interposição de recurso.
11/05/2020	Publicação da Listagem final dos candidatos em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais da FME.
29/05/2020	Homologação.

Brusque, 5 de maio de 2020.

EDSON GARCIA
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA 56-2019

Publicação Nº 2466242

EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA 56-2019

Espécie: 1º termo de realinhamento à Ata nº 056/2019, entre o Município de Brusque e a empresa MATERIAIS DE CONSTRUCAO NOVA CASA EIRELI, em 04/05/2020. Item 104: DISCO DIAMANTADO PARA CORTE P/ MAQUINA CORTADORA DE ASFALTO, 350 MM – MARCA: WORKER R\$ 274,00. Fundamento legal: 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 056/2019. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e José Alberto Busnardo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 314 -2020

Publicação Nº 2466250

LEI COMPLEMENTAR N. 314, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Institui Fundo Especial para o Enfrentamento da Pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial para o Enfrentamento da Pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), com o objetivo de assegurar recursos financeiros para a prevenção, combate ao contágio e tratamento da população infectada e para a mitigação de suas consequências políticas, sociais e econômicas, no âmbito do Município de Brusque.

Parágrafo único. O Fundo Especial de que trata esta Lei Complementar, instrumento de captação e aplicação de recursos financeiros, vincula-se à Secretaria Municipal de Saúde, onde tem sua estrutura administrativa, de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas.

Art. 2º A receita do Fundo Especial será constituída de:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - transferências financeiras da União ou do Estado, destinadas à execução de medidas de enfrentamento da pandemia;

III - recursos provenientes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

V - outras fontes não especificadas anteriormente.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Especial serão recolhidos em conta específica perante instituição financeira oficial.

Art. 3º É do titular da Secretaria Municipal de Saúde a competência para a administração e destinação dos recursos do Fundo Especial para o Enfrentamento da Pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. A origem, o valor e a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Especial serão divulgados em seção específica no sítio eletrônico oficial da Prefeitura, em local de fácil acesso e em linguagem de simples compreensão.

Art. 4º Concluído o objeto justificador da sua instituição, eventual sobra de recursos do Fundo Especial de que trata esta Lei Complementar, apurado em balanço contábil, será transferida ao Fundo Municipal de Saúde do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.359 -2020

Publicação Nº 2466251

PORTARIA N. 13.359, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Altera cargo em comissão da servidora Cintia Rafaela Wilke.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o cargo de provimento em comissão da servidora Cintia Rafaela Wilke, de Coordenadora – CC-V para Diretora – CC-IV, lotada

no Gabinete do Prefeito/Departamento-Geral de Infraestrutura - DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ANDRÉA PATRÍCIA VOLKMANN
Diretora-Geral do DGI

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.360 -2020

Publicação Nº 2466253

PORTARIA N. 13.360, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 144/2009 e alterações, anexo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sergio Luiz Câmara Berzosa para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, a partir de 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

JEFERSON PETERMANN
Diretor-Presidente do Instituto
Brusquense de Planejamento - IBPLAN

PORTARIA N. 13.361 - 2020

Publicação Nº 2466255

PORTARIA N. 13.361, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Joel Knihs para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 13.362 - 2020

Publicação Nº 2466359

PORTARIA N. 13.362, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Altera cargo em comissão e lotação da servidora Maria Cidineia Marques dos Santos.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o cargo de provimento em comissão e a lotação da servidora Maria Cidineia Marques dos Santos, de Assessora Operacional de Assistência em Saúde – CC-VI, na Secretaria de Saúde, para Diretora – CC-IV, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ODAIR BOZIO
Secretário de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 131-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466262

PORTARIA Nº 131/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Jaime Peloi Guebarro, matrícula 8168-00, ocupante do cargo de Motorista, e
Oto João Lombardi, matrícula 8257-00, ocupante do cargo de Motorista

Pelo período de 04/05/2020 a 02/06/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 04/05/2020

Brusque, 04 de maio de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 132-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466263

PORTARIA Nº 132/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Mario Cesar Espindola, matrícula 8184-00, ocupante do cargo de Motorista

Pelo período de 05/05/2020 a 03/06/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 05/05/2020

Brusque, 04 de maio de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 133-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466264

PORTARIA Nº 133/2020

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 012/2020, emitido em 04/05/2020 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Maicon Buss matrícula 25941-00 ocupante do cargo de Agente de ETA, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF-01C passando para o padrão de vencimento 4GF-01D por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, provocando efeitos financeiros a partir de 01/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 05 de maio de 2020.

DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 134-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466265

PORTARIA Nº 134/2020

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 012/2020, emitido em 04/05/2020 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Robson do Prado da Silva matrícula 24732-02 ocupante do cargo de Agente Hidráulico, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-01B passando para o padrão de vencimento 3GO-01C por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, provocando efeitos financeiros a partir de 01/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 05 de maio de 2020.

DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 135-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466266

PORTARIA Nº 135/2020

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 012/2020, emitido em 04/05/2020 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Marco Antônio Machado matrícula 29467-00 ocupante do cargo de Agente Hidráulico, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-01B passando para o padrão de vencimento 3GO-01C por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, provocando efeitos financeiros a partir de 01/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 05 de maio de 2020.

DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 136-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466268

PORTARIA Nº 136/2020

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

Art. 1º Rescindir o contrato por tempo determinado, por término, do servidor ACILDO RODRIGUES, matrícula 44580-01, do cargo de Agente de Obras;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 08/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 05 de maio de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 137-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466272

PORTARIA SAMAE Nº 137/2020

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor 3344-00 LENOMIR DE FARIA, auxiliar de escritório, para recebimento de combustíveis (Diesel) e demais materiais que devem ser recebidos pelo almoxarifado, juntamente com a comissão designada pela portaria nº 006/2020 devendo observar as disposições contidas naquela portaria.

Art. 2º A partir desta data o servidor mencionado no art. 1º deixará de fazer parte da comissão de formação continuada criada pela Portaria nº 37/2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 04/05/2020, revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 05 de maio de 2020.

DEJAIR MACHADO
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 138-202-SAMAE

Publicação Nº 2466273

PORTARIA Nº 138/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo;

Considerando que o servidor passa a atuar junto ao controle de patrimônio agregando funções e responsabilidades;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor 3344-00 LENOMIR DE FARIA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Escritório, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria Nº 184/2019.

Brusque, em 03 de junho de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 139-2020-SAMAE

Publicação Nº 2466274

PORTARIA Nº 139/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e de acordo com Edital de Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2019 de 23/04/2019,

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar pelo período de 07/05/2020 a 06/05/2021, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2019, do servidor 518620-00 FABRÍCIO RAMOS, na função de Agente de Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 07/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 05 de maio de 2020.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 877-2020

Publicação Nº 2466276

PORTARIA Nº 877/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora SABRINA MAFRA, matrícula nº 385719-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação a contar de 01/05/2020.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 880-2020

Publicação Nº 2466257

Portaria nº 880/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1000086540	2	DEYVISON RAISER	Secretaria de Saúde	04/05/2020	18/05/2020	15
10000038144	1	IOCAMAN OLIVEIRA DE AZEVEDO	Secretaria de Saúde	04/05/2020	02/06/2020	30
10000114933	2	IRAN MARIANO SILVA DE ARRUDA	Secretaria de Saúde	04/05/2020	18/05/2020	15
1088599	7	JOAO SABINO DA SILVA NETO	Secretaria de Saúde	04/05/2020	13/05/2020	10
803430	4	MARCELO DA SILVA FIGUEIREDO	Secretaria de Saúde	04/05/2020	13/05/2020	10
4339320	2	PATRICIA DIAS	Secretaria de Saúde	04/05/2020	23/05/2020	20
10000114953	2	SERGIO SILVA FERNANDES	Secretaria de Saúde	04/05/2020	02/06/2020	30
672513	5	SHARLENE APARECIDA LEAL	Secretaria de Saúde	04/05/2020	02/06/2020	30
933430	1	VILSON GELINDO BALSAN	Secretaria de Saúde	04/05/2020	13/05/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 04/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 881-2020

Publicação Nº 2466258

Portaria nº 881/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
783676	4	CATIANE DA CUNHA GREGORIO	Secretaria de Saúde	05/05/2020	03/06/2020	30
761346	3	GISELE CERVI	Secretaria de Saúde	05/05/2020	03/06/2020	30
1088394	2	LAIS NEUSA MARTINS	Secretaria de Saúde	05/05/2020	03/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 882-2020

Publicação Nº 2466260

Portaria nº 882/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
8036	0	ARTUR CESAR STEFANI	Secretaria de Saúde	06/05/2020	31/05/2020	26

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 883-2020

Publicação Nº 2466261

Portaria nº 883/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do(a) servidor(a) SONIA MARA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/05/2020 a 02/06/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 04/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO N° 8.700

Publicação N° 2466297

DECRETO N° 8.700, de 4 de maio de 2020.

Acresce membro ao Decreto nº 7.375/2017, para compor a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador e em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 7.375, de 10 de janeiro de 2018, que designa a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, passa a vigorar acrescido do inciso IV, conforme segue:

“Art. 1º

IV – Silvana Schmidt.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 4 de maio de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO N° 8.702

Publicação N° 2466300

DECRETO N° 8.702, de 4 de maio de 2020.

Aprova desmembramento de terreno urbano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 906,68m² (novecentos e seis metros e sessenta e oito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 4.704, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Blumenau, nesta cidade, de propriedade de Januário Luiz Paviani, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A com superfície de 242,74m² (duzentos e quarenta e dois metros e setenta e quatro decímetros quadrados), iniciando a descrição deste perímetro no vértice 1; confrontando por muro; deste, segue confrontando com Matrícula nº 3207, com os seguintes azimutes e distâncias: 145°38'43" e 13,70m até o vértice 2; confrontando por linha ideal; deste, segue confrontando com a gleba B da planta deste desdobro, com os seguintes azimutes e distâncias: 245°47'45" e 18,00m até o vértice 3; 325°38'43" e 13,70m até o vértice 4; confrontando por muro; deste, segue confrontando com Matrícula nº 3255, com os seguintes azimutes e distâncias: 65°47'45" e 18,00m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

II – gleba B, com superfície de 663,94m² (seiscentos e sessenta e três metros e noventa e quatro decímetros quadrados), iniciando a descrição deste perímetro no vértice 2; Confrontando por muro; deste, segue confrontando com Matrícula nº 3207, com os seguintes azimutes e distâncias: 145°38'43" e 23,80m até o vértice 5; Confrontando por muro; deste, segue confrontando com Rua Blumenau, com os seguintes azimutes e distâncias: 248°16'48" e 26,52m até o vértice 6; Confrontando por muro; deste, segue confrontando com Matrícula nº 25640 e área de posse de Valdecir Gainete Lopes Ramos dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 329°53'46" e 35,95m até o vértice 7; Confrontando por muro; deste, segue confrontando com Matrícula nº 3255, com os seguintes azimutes e distâncias: 65°47'45" e 5,58m até o vértice 4; confrontando por linha ideal; deste, segue confrontando com a gleba A da planta deste desdobro, com os seguintes azimutes e distâncias: 145°38'43" e 13,70m até o vértice 3; 65°47'45" e 18,00m até o vértice 2, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os

azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Parágrafo único. Faz parte deste imóvel uma servidão de passagem com 118,42m² e perímetro de 57,57m, que dá acesso à Gleba A com a seguinte descrição: inicia a descrição deste perímetro no vértice 2; confrontando por muro; deste, segue confrontando com Matrícula nº 3207, com os seguintes azimutes e distâncias: 145°38'43" e 23,80m até o vértice 5; confrontando por muro; deste, segue confrontando com Rua Blumenau, com os seguintes azimutes e distâncias: 248°16'48" e 5,12m até o vértice 8; confrontando por linha ideal; deste, segue confrontando com a gleba B da planta deste desdobro, com os seguintes azimutes e distâncias: 325°38'43" e 23,57m até o vértice 9; confrontando por linha ideal; deste, segue confrontando com a gleba A da planta deste desdobro, com os seguintes azimutes e distâncias: 65°47'45" e 5,08m até o vértice 2; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 4 de maio de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.703

Publicação Nº 2465411

DECRETO Nº 8.703, de 5 de maio de 2020.

Inclui ação nas Leis nºs 3.537, de 23 de julho de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Caçador para o exercício de 2020 (LDO – 2020) e 3.580, de 18 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020 (LOA – 2020), abre crédito adicional especial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.601, de 30 de abril de 2020,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial na Ação: 2.90 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA, Lei nº 3.580/2020 - LOA 2020, para alocação de recursos a partir da presente Lei:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.302.10.2.90 - Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento – UPA

3.1.90.00.00 – 0.1.38 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.302.10.2.90 - Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento – UPA

3.3.90.00.00 – 0.1.38 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 5 de maio de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.706

Publicação Nº 2466305

DECRETO Nº 8.706, de 5 de maio de 2020.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020.

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2001 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.2.2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (11) R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2009 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

22.661.27.1.29 - Realização de Feiras e Eventos

3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (164) R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 5 de maio de 2020

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 32.532

Publicação Nº 2465487

PORTARIA Nº 32.532, de 28 de fevereiro de 2020.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR – IPPUC, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de janeiro de 2020 a 15 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, ao Servidor abaixo relacionado e lotado no IPPUC, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
27	Alan Francis Amanthea	Engenheiro Eletricista	12,02

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidente do IPPUC, em 28 de fevereiro de 2020.

Karina Pompermayer – PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR.

PORTARIA Nº 32.533

Publicação Nº 2465490

PORTARIA Nº 32.533, de 28 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de janeiro a 15 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
3802	Cristiane Aparecida Correa	Auxiliar de Serviços Gerais	56
1238	Marcio Henrique Ribeiro da Silva Coelho	Secretário Escolar Nível Médio	6,11
10772	Maxsure França	Auxiliar de Administração	24,13

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico de Caçador, em 28 de fevereiro de 2020.

Edson Luiz Fezer – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

PORTARIA Nº 32.535

Publicação Nº 2465493

PORTARIA Nº 32.535, de 28 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 31 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem ESF	0,13
15737	Adriano Rech	Motorista	26,04
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	13,26
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	0,13
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	4
16230	Antoniels Metsalen Branco	Motorista	33,4
16207	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Enfermeiro ESF	0,01
16081	Bruno Vitiritti Ferreira Zanardo	Médico Infectologista	12,53
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	0,08
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	19,57
16268	Clarissa Cardoso Rego	Médico	3
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	32,2
16247	Diego Antonio Vieira	Motorista	35,34

1303	Dioclecio Alves de Moura	Motorista Caminhão	84,2
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	57,26
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico em Enfermagem	3,11
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	31,56
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	10,11
16272	Eloir Fogues	Técnico em Enfermagem	45,4
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	7,51
14078	Fabiano Midginski	Motorista	14,33
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	8
16269	Giosane Moreira de Almeida	Técnico em Enfermagem	62,48
16127	Gustavo de Azevedo Martinhago	Médico ESF	0,01
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	Auxiliar de Enfermagem	76,54
16101	Ivonice Santos Souza Primo Ramos	Técnico em Enfermagem	79,56
16273	Jaison Leonardo Franca	Técnico em Enfermagem	44,32
16248	Jefferson Ariatti	Motorista	6,15
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro - ESF	15,38
16271	Juliana dos Santos Almeida	Técnico em Enfermagem	45,4
16274	Juliana Mara Campos da Rocha Kojikoski	Enfermeiro	36,32
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	62,41
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro - ESF	0,01
14277	Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem- ESF	50,03
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	117,25
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	115,2
9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	97,04
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativo	9,08
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	116,28
16211	Marli Nazario	Auxiliar de Enfermagem	18,02
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	132,28
14080	Petras dos Santos	Motorista	32,15
16202	Raniel Patrick Danese	Assistente Administrativo	16,46
11808	Rosilei Teresinha Poloni	Auxiliar de Enfermagem ESF	9,58
15172	Rudinei Citadin	Motorista	78,02
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	33,44
10234	Sheila Regina Mandelli	Farmacêutico	0,06
10224	Simone do Nascimento Cardoso	Técnico em Enfermagem	0,11
10785	Vagner Goncalves	Técnico em Enfermagem	95,56
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	27,37
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	Motorista Caminhão	25,13
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	8
16267	Viviane Aparecida Paim da Silva Duarte	Odontólogo	0,01
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	8
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	34,58

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.536

Publicação Nº 2465494

PORTARIA Nº 32.536, de 28 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 1º a 31 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
11866	Alcides Moraes de Lemos	Agente Comunitário de Saúde	1,2
11728	Alessandra Heberle	Auxiliar em Saúde Bucal	1,08
14081	Alessandro Luis Ribeiro	Agente de Serviços e Obras Especiais	5,15
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	Auxiliar em Saúde Bucal	6
1771	Aurelio Luiz Arrabar	Odontólogo	15,55
16264	Camila Moraes da Cunha	Médico ESF	3,41
15562	Cicero Pereira	Médico	1,55
16209	Cleide Eliane Gabardo	Enfermeiro ESF	9,42
13927	Daniela Fraga	Agente Comunitário de Saúde	9,44
7743	Dilva Rejane Niewinski Figueiredo	Auxiliar em Saúde Bucal	3,24
16216	Dionisio Ferreira Velho	Auxiliar de Serviços Gerais	8,48
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário de Saúde	6,14
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	4,3
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	8,2
14015	Elaine Aparecida Chaves	Agente Comunitário de Saúde	1,05
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitário de Saúde	13,04
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Tecnico em Enfermagem	1,03
15	Giovani Ernandes Teles	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	13,15
12589	Iara Aparecida Speggiorin	Enfermeiro - ESF	1,59
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	Médico	7,22
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	Agente Comunitário de Saúde	4,15
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	Auxiliar de Enfermagem	17,38
13970	Ivone Geraldina Almeida Amaral	Agente Comunitário de Saúde	3,07
14666	Janaina Cristina Salles da Silva	Auxiliar de Enfermagem	7
11853	Jane Terezinha Souza Didone	Auxiliar de Enfermagem ESF	5,13
14111	Jorge Henrique Muller João	Terapeuta em Dependência Química	1,34
621	Jose Roberto Queiroz	Médico	10,18
13972	Josiane Guadagnin	Agente Comunitário de Saúde	2,59
13978	Juliane Rossetti	Agente Comunitário de Saúde	2,38
865	Jussara Aparecida Hirsch Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	2,4
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	1,49
9355	Leandro Souza de Matos	Analista de Sistemas	2,12
16121	Leidemira Koppe	Assistente Administrativo	2,36
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	3,35
14072	Luana Maira Rosa da Costa Zandavalli	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	1,26

5635	Luciano Caregnato	Odontólogo	4
1140	Luiz Fernando dos Santos	Odontólogo	8
16125	Marielly Gonçalves	Assistente Administrativo	3
11965	Marilene de Cassia Favero	Agente Comunitário de Saúde	2,57
16215	Marilia Caroline Andrade Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	5,14
14036	Marisa Correia Antunes Moreira	Agente Comunitário de Saúde	32,14
10816	Marjuri Paula Sgarbossa Bon	Enfermeiro	1,11
14034	Mayara Neris da Rocha Banderlof	Agente Comunitário de Saúde	8,09
11944	Neiva da Aparecida de Lima Carlin do Prado	Agente Comunitário de Saúde	16,19
6532	Nelci Terezinha Noll	Servente Educação	12
14091	Northon Andre Felipe Knoblauch	Médico	4
15531	Pamela Popik de Mattos	Auxiliar em Saúde Bucal	1
11885	Paulina Voleinik	Auxiliar de Enfermagem ESF	2,16
14080	Petras dos Santos	Motorista	1,2
16184	Renata Cristina da Silva Favarão	Fiscal Sanitarista	1,33
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar Serviços Gerais	7,28
14017	Rosilda Cristina Regert	Enfermeiro ESF	12,54
15267	Rudyar Fausto Buba	Médico ESF	6,37
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	6,17
10541	Sara Nadiesa Velasques	Auxiliar em Saúde Bucal	8,01
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes Ferreira	Agente Comunitário de Saúde	4
13869	Stella Maris Oliveira Kaulfuss	Odontólogo ESF	1,54
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontólogo ESF	8,28
11871	Tatiana Moraes	Agente Comunitário de Saúde	1,23
7673	Valeria da Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	0,47
11859	Vanira Santos de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	10,05
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitário de Saúde	4,58

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.537

Publicação Nº 2465499

PORTARIA Nº 32.537, de 28 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem ESF	40
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	Técnico em Saúde Bucal	17,08

15737	Adriano Rech	Motorista	60
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	35,46
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	2,59
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	27,53
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	21,55
16193	Angelica Aparecida Zaluski	Assistente Administrativo	24,57
14668	Angelita Aparecida Alves Lisboa Troillio	Auxiliar de Enfermagem	31,2
16230	Antonieli Metsalen Branco	Motorista	60
16207	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Enfermeiro ESF	40
16081	Bruno Vitiritti Ferreira Zanardo	Médico Infectologista	30,04
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	37,17
13373	Carla Siqueira de Santana	Psicólogo	6,17
14069	Cibele Urio Klaumann	Fisioterapeuta ESF	25,59
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	55,37
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araujo	Enfermeiro ESF	12,51
2610	Cladimir Torezan	Odontólogo	4,15
16268	Clarissa Cardoso Rego	Médico	28,36
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeiro	40
13570	Cristiane Aline de Santi	Assistente Social ESF	28
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	13,56
10773	Danielle Thaizi Zimini	Auxiliar de Administração	6,02
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	40
16247	Diego Antonio Vieira	Motorista	60
1303	Dioclecio Alves de Moura	Motorista Caminhão	60
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	33,5
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	60
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico em Enfermagem	28,07
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	Auxiliar de Enfermagem	17,13
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	60
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	24,32
10768	Elisangela de Fatima Borges	Técnico em Enfermagem	15,28
16272	Eloir Fogues	Técnico em Enfermagem	6,21
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete do Prefeito	60
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	27,43
14078	Fabiano Midginski	Motorista	44,11
14606	Franciely Martins Fruhauf	Enfermeiro	11,36
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	11,56
16269	Giosane Moreira de Almeida	Técnico em Enfermagem	12,11
12589	Iara Aparecida Spegiorin	Enfermeiro ESF	3,46
16180	Ivete de Fatima Sales	Assistente Administrativo	21,08
16101	Ivonice Santos Souza Primo Ramos	Técnico em Enfermagem	24,27
16273	Jaison Leonardo Franca	Técnico em Enfermagem	11,59
8075	Jane Schneider	Assistente Social	12,08
16248	Jefferson Ariatti	Motorista	60
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	34,38
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	40
10457	Katia Cilene Bronner	Auxiliar em Saúde Bucal	32,05
16214	Larissa Branco dos Santos	Odontólogo ESF	14,34

11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	17,13
7981	Laurita Aparecida Faustino	Técnico em Enfermagem	9,39
16121	Leidemira Koppe	Assistente Administrativo	22
14277	Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem ESF	40
10786	Lorete Aparecida Braun	Enfermeiro	8,51
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	17,37
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	42,32
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	32,47
10796	Lurdes dos Santos	Técnico em Enfermagem	19
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	40
11812	Marcia de Oliveira Guedes	Auxiliar de Enfermagem ESF	22,42
16222	Maria Izabel Pereira de Oliveira	Enfermeiro ESF	17,42
16125	Marielly Goncalves	Assistente Administrativo	13,34
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	24,22
16211	Marli Nazario	Auxiliar de Enfermagem	35,14
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	34,52
10461	Mirian Ficagna	Auxiliar em Saúde Bucal	3,5
1271	Neide Terezinha Oliveira Brochier	Auxiliar de Enfermagem	34,15
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	Auxiliar de Enfermagem	20
15531	Pamela Popik de Mattos	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	33,31
11886	Paula Francielly Zitkievicz	Enfermeiro ESF	17,52
14080	Petras dos Santos	Motorista	59,12
16202	Raniel Patrick Danese	Assistente Administrativo	23,55
14991	Raquel Pelissari Barbosa	Enfermeiro	18,58
13364	Raysa Yumi Tonegawa Moro	Fisioterapeuta ESF	25,05
11808	Rosilei Teresinha Poloni	Auxiliar de Enfermagem ESF	26,16
15172	Rudinei Citadin	Motorista	60
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro	24,31
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	60
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	40
10234	Scheila Regina Mandelli	Farmacêutico	38,16
16181	Simara Rodrigues Colpini	Assistente Administrativo	22,30
12887	Simone Angela Scolaro	Fisioterapeuta ESF	9,08
10224	Simone do Nascimento Cardoso	Técnico em Enfermagem	36,59
13869	Stella Maris Oliveira Kaufuss	Odontólogo ESF	7,22
16126	Thatiany Almeida Carvalho	Médico ESF	14,24
10785	Vagner Goncalves	Técnico em Enfermagem	34,4
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	60
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	Motorista Caminhão	56,2
7673	Valeria da Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	36,04
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeiro	24,02
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	16,02
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	59,59
16267	Viviani Aparecida Paim da Silva Duarte	Odontólogo ESF	8,01
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	31,48
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	60
10455	Willian Castilho Pinto	Auxiliar de Administração	5,39

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.538

Publicação Nº 2465504

PORTARIA Nº 32.538, de 28 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 100% (cem por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	12,12
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	6,17
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico em Enfermagem	11,8
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	12,28
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	12,1
9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar de Serviços Gerais	5,2
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	5,13
10785	Vagner Goncalves	Técnico em Enfermagem	5,33
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	8,2

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.539

Publicação Nº 2465507

PORTARIA Nº 32.539, de 28 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurado no período de 1º de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 na Secretaria da Saúde,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo, número de horas e mês do pagamento:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas	Mês de pagamento
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	60	Fevereiro/2020
16248	Jefferson Ariatti	Motorista	33,3	Fevereiro/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.540

Publicação Nº 2465510

PORTARIA Nº 32.540, de 28 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o previsto nas Leis Ordinárias nº 1.889, de 22/04/2003 e nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõem sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

CONSIDERANDO o número e a natureza das ações fiscais mensais realizadas pela Servidora no período de 16 de janeiro de 2020 a 15 de fevereiro de 2020, conforme estabelecido no Anexo Único da Lei Ordinária nº 1.932/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER gratificação de produtividade à Servidora abaixo relacionada e lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Pontuação
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	1000

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.551

Publicação Nº 2465512

PORTARIA Nº 32.551, de 02 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 29 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de serviço extraordinário pelos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	18,08
16268	Clarissa Cardoso Rego	Médico	32,03
16100	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico	96,57
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	70,52
16226	Eduardo Castilho Casagrande	Médico	4,4
16099	Flaviany Araujo Carmello	Médico	14,02
16141	Ingrid Serraglio	Médico	49,42
16242	Jessica Lovcke	Médico	54,1
16094	Joelison Adriano Richil de Carvalho	Médico	47,47

16243	Julio Cesar de Oliveira Turkot	Médico	6,45
16185	Rafael Balbisan	Médico	17,05
16083	Raffael Gasparini Belegante	Médico	19,28
16095	Rosangela Macedo Costa	Médico	17,23
16414	Rosangela Macedo Costa	Médico	5,52
16069	Rosemeri Aparecida Carlim	Médico	36,03
16254	Sergio Luiz Cevey Barbieri	Médico	28,35
15724	Tiago Pegoraro	Médico - ESF	49,02

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 02 de março de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.552

Publicação Nº 2465517

PORTARIA Nº 32.552, de 02 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento do SERVIÇO HORAS MÉDICOS PLANTONISTAS realizado no período de 1º a 29 de fevereiro no Pronto Atendimento, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº horas
14503	Rafael Stecca Martins	75,42
14129	Rodrigo Rocha da Silva	150,13
14052	Youssef Elias Ammar	79,05

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 02 de março de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.553

Publicação Nº 2465521

PORTARIA Nº 32.553, de 02 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 29 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de adicional noturno em virtude dos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16268	Clarissa Cardoso Rego	Médico	3
16100	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico	81,23
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	15,12
16226	Eduardo Castilho Casagrande	Médico	14,22
16099	Flaviany Araujo Carmello	Médico	41,52
16141	Ingrid Serraglio	Médico	41,08
16242	Jessica Lovcke	Médico	20,12
16094	Joelson Adriano Richil de Carvalho	Médico	58,18
16243	Julio Cesar de Oliveira Turkot	Médico	4,58
16185	Rafael Balbisan	Médico	2,57
16083	Raffael Gasparini Belegante	Médico	13,37
16095	Rosangela Macedo Costa	Médico	8
16414	Rosangela Macedo Costa	Médico	64
16254	Sergio Luiz Cevey Barbieri	Médico	15,22
15724	Tiago Pegoraro	Médico - ESF	22,23
14503	Rafael Stecca Martins	Médico Plantonista	40
14129	Rodrigo Rocha da Silva	Médico Plantonista	64
14052	Youssef Elias Ammar	Médico Plantonista	12,05

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 02 de março de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.554

Publicação Nº 2466299

PORTARIA Nº 32.554, de 02 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, e Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 29 de fevereiro de 2020,

RESOLVEM:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores lotados no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
15857	Rodrigo Haymussi Carvalho	Assessor de Gabinete do Prefeito	5	27/02/2020 a 02/03/2020
5912	Vera Luzia Thomazzi	Servente Educação	15	13/02/2020 a 27/02/2020
5912	Vera Luzia Thomazzi	Servente Educação	179	28/02/2020 a 24/08/2020

Art. 2º CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
7736	Ivanir Correia de Jesus	Auxiliar Serviços Gerais	120	18/02/2020 a 16/06/2020
46	Jurua Coelho de Souza Filho	Técnico em Agrimensura	29	08/02/2020 a 07/03/2020
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	Prazo Indeterminado	A contar de 21/02/2020
1318	Maria Geni Huculak	Servente Educação	15	12/02/2020 a 26/02/2020
1318	Maria Geni Huculak	Servente Educação	180	27/02/2020 a 24/08/2020

Art. 3º CONCEDER licença para tratamento de saúde à Servidora lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código,

nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	5	14/02/2020 a 18/02/2020

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de março de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 32.646

Publicação Nº 2465525

PORTARIA Nº 32.646, de 16 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de fevereiro, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
5065	Adão Ortiz de Goes	Carpinteiro	1/3	01/12/2014 a 01/12/2019
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	Auxiliar de Serviços Gerais	1/3	04/07/2011 a 04/07/2016

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
16 de março de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 32.689

Publicação Nº 2465528

PORTARIA Nº 32.689, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15294	Angela Cordeiro De Avila	Assistente Administrativo	7,08
16228	Carolina Da Silva	Assistente Administrativo	39,19
14060	Claudete Natus	Assistente Administrativo	40
8550	Edson Ferreira Lopes	Auxiliar De Administração	12,05
7671	Francieli Antunes De Macedo	Técnico Em Contabilidade	3,51
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar De Administração	6,05
16006	Liliane Aparecida Vargas Balduino	Assistente Administrativo	4,59

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Fazenda de Caçador, em 31 de março de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 32.690

Publicação Nº 2465529

PORTARIA Nº 32.690, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurada no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16228	Carolina Da Silva	Assistente Administrativo	16
14060	Claudete Natus	Assistente Administrativo	8
8550	Edson Ferreira Lopes	Auxiliar De Administração	8
7671	Francieli Antunes De Macedo	Técnico Em Contabilidade	0,51

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 31 de março de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 32.691

Publicação Nº 2465541

PORTARIA Nº 32.691, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento do Servidor abaixo relacionado e lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
7	Leandro Chiarello De Souza	Técnico Em Programação De Computador	7,01

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Fazenda de Caçador, em 31 de março de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DE FAZENDA.

PORTARIA Nº 32.692

Publicação Nº 2465547

PORTARIA Nº 32.692, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o previsto nas Leis Ordinárias nº 1.889, de 22/04/2003 e nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõem sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

CONSIDERANDO o número e a natureza das ações fiscais mensais realizadas pelos Servidores no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020, conforme estabelecido no Anexo Único da Lei Ordinária nº 1.932/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER gratificação de produtividade aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome, cargo e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	1000
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	1000
3277	Gizele Aparecida Bonassa Mande	Fiscal de Obras e Posturas	1000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	1000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	1000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	1000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	1000
11776	Maicon Faccioni De Mello	Fiscal de Obras e Posturas	1000
12577	Mara Do Amaral E Silva	Fiscal de Obras e Posturas	1000
801	Nedival Rodrigues Da Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	1000

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Fazenda de Caçador, em 31 de março de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 32.696

Publicação Nº 2465550

PORTARIA Nº 32.696, de 31 de março de 2020.

O PROCURADOR-GERAL, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário à Servidora abaixo relacionada e lotada na PROCURADORIA-GERAL, especificando

código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15545	Drieli Roier Pereira	Assistente Administrativo	9,4

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 31 de março de 2020.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 32.697

Publicação Nº 2465556

PORTARIA Nº 32.697, de 31 de março de 2020.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento das Servidoras abaixo relacionadas e lotadas na PROCURADORIA-GERAL, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
4603	Edina Carla Bressan	Técnico Tributário	2,18
14507	Eduarda Kutcher Da Silva	Assistente Administrativo	4,13
4595	Joice Luiza Flores De Matias	Procurador Municipal	13,29

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 31 de março de 2020.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 32.698

Publicação Nº 2465558

PORTARIA Nº 32.698, de 31 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 16 de fevereiro de 2020 a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
10453	Alan Rocha Liegel	Operador de Estação Aeronáutica	34,5
16203	Carlos Rogerio Leme Navarro	Operador de Estação Aeronáutica	35

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.699

Publicação Nº 2465564

PORTARIA Nº 32.699, de 31 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurada no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno ao Servidor abaixo relacionado e lotado no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
10453	Alan Rocha Liegel	Operador De Estação Aeronáutica	3,18
16203	Carlos Rogerio Leme Navarro	Operador De Estação Aeronáutica	1,15

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.700

Publicação Nº 2465569

PORTARIA Nº 32.700, de 31 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso ao Servidor abaixo relacionado e lotado no GABINETE DO PREFEITO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
14097	Gilmar Martins	Motorista	272

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.706

Publicação Nº 2465574

PORTARIA Nº 32.706, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o previsto nas Leis Ordinárias nº 1.889, de 22/04/2003 e nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõem sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

CONSIDERANDO o número e a natureza das ações fiscais mensais realizadas pela Servidora no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 2020, conforme estabelecido no Anexo Único da Lei Ordinária nº 1.932/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER gratificação de produtividade à Servidora abaixo relacionada e lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Pontuação
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	1000

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de março de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.707

Publicação Nº 2465576

PORTARIA Nº 32.707, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 29 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
12772	Adair Das Graças Martins Cardoso	Auxiliar De Enfermagem ESF	35,12
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	Técnico Em Saúde Bucal	15,04
15737	Adriano Rech	Motorista	60
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	38,25
1928	Alex Anderson Moraes Dos Santo	Motorista Caminhão	22,14
7739	Alice Loreni Gomes De Lafavera	Técnico Em Enfermagem	40
984	Ana Cristina Hagemann	Nutricionista	9,54
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	60
16193	Angelica Aparecida Zaluski	Assistente Administrativo	8,01
14668	Angelita Aparecida Alves Lisboa Troillio	Auxiliar De Enfermagem	36,55
16230	Antoniels Metsalen Branco	Motorista	60
16207	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Enfermeiro ESF	37,28
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	48,17
13373	Carla Siqueira De Santana	Psicólogo	2,46
15547	Cassia Marília Ribeiro	Auxiliar Em Saúde Bucal	5,3
14069	Cibele Urio Klaumann	Fisioterapeuta ESF	30,47
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	60
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar De Enfermagem ESF	17,35
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeiro	32,3
16209	Cleide Eliane Gabardo	Enfermeiro ESF	40

13570	Cristiane Aline De Santi	Assistente Social ESF	20,25
14059	Daniela Susin	Técnico Em Enfermagem	10,59
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar De Enfermagem	24,36
1303	Dioclecio Alves De Moura	Motorista Caminhão	60
12794	Doraci De Jesus Soares	Auxiliar De Enfermagem	27,06
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	33,4
11217	Edineia Aparecida Da Silva Batista	Auxiliar De Enfermagem	25,23
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	14,05
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar De Enfermagem	39,5
10768	Elisangela De Fatima Borges	Técnico Em Enfermagem	42,47
830	Eloir Do Carmo Correia Antunes	Auxiliar De Enfermagem	17,45
16272	Eloir Fogues	Técnico Em Enfermagem	28,2
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete Do Prefeito	50,59
15592	Erica Tasca	Técnico Em Enfermagem	37,14
14078	Fabiano Midginski	Motorista	51,07
14606	Franciely Martins Fruhauf	Enfermeiro	16,43
14599	Francine De Matias	Assistente Administrativo	24,06
16269	Giosane Moreira De Almeida	Técnico Em Enfermagem	40
12589	Iara Aparecida Speggorin	Enfermeiro ESF	22,39
16180	Ivete De Fatima Sales	Assistente Administrativo	29,33
16273	Jaison Leonardo França	Técnico Em Enfermagem	36,14
8075	Jane Schneider	Assistente Social	11,59
16248	Jefferson Ariatti	Motorista	58,15
11890	Jorge Jair De Moura Borges	Enfermeiro ESF	36,34
16271	Juliana Dos Santos Almeida	Técnico Em Enfermagem	34,09
16274	Juliana Mara Campos Da Rocha Kojikoski	Enfermeiro	31,56
16270	Jussara Aparecida Santos Almeida	Enfermeiro ESF	34,2
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	30,42
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	15,02
7981	Laurita Aparecida Faustino	Técnico Em Enfermagem	21,22
16121	Leidemira Koppe	Assistente Administrativo	18,02
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar Em Saúde Bucal	18,21
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	60
11032	Luiz Antonio Wanciv	Auxiliar De Enfermagem	36,48
10796	Lurdes Dos Santos	Técnico Em Enfermagem	18,42
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	27,35
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	35,51
3852	Marcia De Araujo Mattia	Recepcionista	20
11812	Marcia De Oliveira Guedes	Auxiliar De Enfermagem ESF	30,12
9385	Maria Eva Martins Da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	36,38
378	Maricelda Rita Toniato	Odontólogo	5,34
16125	Marielly Gonçalves	Assistente Administrativo	20,2
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	30,38
16211	Marli Nazario	Auxiliar De Enfermagem	13,46
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	32,53
14993	Nara Tescke De Castilho	Enfermeiro	12,53
1271	Neide Teresinha Oliveira Brochier	Auxiliar De Enfermagem	40
15531	Pamela Popik De Mattos	Auxiliar Em Saúde Bucal ESF	19,16
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	Enfermeiro ESF	16,56
14080	Petras Dos Santos	Motorista	60
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	20,2
9698	Priscila Michielin Savi	Farmacêutico	5,01
16202	Raniel Patrick Danese	Assistente Administrativo	23,58
14991	Raquel Pelissari Barbosa	Enfermeiro	19,42
11808	Rosilei Teresinha Poloni	Auxiliar De Enfermagem ESF	16,32
15172	Rudinei Citadin	Motorista	60
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	60
3437	Sayonara Galina	Auxiliar De Enfermagem	40
10234	Sheila Regina Mandelli	Farmacêutico	32,23

16181	Simara Rodrigues Colpini	Assistente Administrativo	27,44
12887	Simone Angela Scolaro	Fisioterapeuta ESF	20,57
10224	Simone Do Nascimento Cardoso	Técnico Em Enfermagem	35,19
15140	Suelen Alves Ribeiro	Auxiliar De Farmácia	3,59
10785	Vagner Gonçalves	Técnico Em Enfermagem	40
1849	Valdeci Vieira De Alvarenga	Motorista	60
749	Valdecir Jose Pereira Da Silva	Motorista Caminhão	23,22
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeiro	40
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar De Enfermagem	23,38
1179	Vilma De Souza Mello Jarschel	Auxiliar De Enfermagem	39,36
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	60
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	32,44
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	60

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 31 de março de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.708

Publicação Nº 2465580

PORTARIA Nº 32.708, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 29 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
12772	Adair Das Graças Martins Cardoso	Auxiliar De Enfermagem ESF	0,21
15737	Adriano Rech	Motorista	43,08
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	14,1
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	40,09
16230	Antoniels Metsalen Branco	Motorista	28,14
16207	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Enfermeiro ESF	0,05
16289	Bruno Vitoritti Ferreira Zanardo	Médico	14,39
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	0,04
15547	Cassia Marília Ribeiro	Auxiliar Em Saúde Bucal	1
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	26,41
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeiro	1,59
16209	Cleide Eliane Gabardo	Enfermeiro ESF	3
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar De Enfermagem	12,09
16247	Diego Antonio Vieira	Motorista	36,14
1303	Dioclecio Alves De Moura	Motorista Caminhão	66,49
12794	Doraci De Jesus Soares	Auxiliar De Enfermagem	6,09
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	9,28
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar De Enfermagem	24
10768	Elisangela De Fatima Borges	Técnico Em Enfermagem	0,02
16272	Eloir Fogues	Técnico Em Enfermagem	107,2
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete Do Prefeito	7,36
15592	Erica Tasca	Técnico Em Enfermagem	0,01
14078	Fabiano Midginski	Motorista	24,25

16269	Giosane Moreira De Almeida	Técnico Em Enfermagem	117,24
10949	Iseline Correia De Souza Do Valle	Auxiliar De Enfermagem	54,48
16180	Ivete De Fatima Sales	Assistente Administrativo	0,01
16273	Jaison Leonardo França	Técnico Em Enfermagem	115,2
11890	Jorge Jair De Moura Borges	Enfermeiro ESF	18,54
16271	Juliana Dos Santos Almeida	Técnico Em Enfermagem	107,2
16274	Juliana Mara Campos Da Rocha Kojikoski	Enfermeiro	109,26
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	76,35
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	0,06
14277	Liriane Marques De Lima	Auxiliar De Enfermagem ESF	50,12
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	0,01
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar De Enfermagem	115,2
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	89,04
9385	Maria Eva Martins Da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	9,08
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativo	82,12
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	107,2
16211	Marli Nazario	Auxiliar De Enfermagem	3,3
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	91,14
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	Enfermeiro ESF	1,53
14080	Petras Dos Santos	Motorista	29,33
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	0,02
16202	Raniel Patrick Danese	Assistente Administrativo	17,29
15172	Rudinei Citadin	Motorista	68,19
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	36,14
10234	Sheila Regina Mandelli	Farmacêutico	0,03
10785	Vagner Gonçalves	Técnico Em Enfermagem	16
1849	Valdeci Vieira De Alvarenga	Motorista	24,29
749	Valdecir Jose Pereira Da Silva	Motorista Caminhão	4,1
1179	Vilma De Souza Mello Jarschel	Auxiliar De Enfermagem	17,18
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	40,52

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 31 de março de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.709

Publicação Nº 2465584

PORTARIA Nº 32.709, de 31 de março de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 1º a 29 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
12772	Adair Das Graças Martins Cardoso	Auxiliar De Enfermagem ESF	4,18
1928	Alex Anderson Moraes Dos Santo	Motorista Caminhão	8,23
14035	Andreia Schuler Da Silva	Agente Comunitário De Saúde	4,57
12037	Angela Cristine Beckert	Agente Comunitário De Saúde	8,16
11207	Any Luiz Rodrigues De Lima	Auxiliar Em Saúde Bucal	4

1771	Aurelio Luiz Arrabar	Odontólogo	20,3
16264	Camila Moraes Da Cunha	Médico ESF	4,59
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	8,48
15562	Cicero Pereira	Médico	4
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar De Enfermagem ESF	8,25
13927	Daniela Fraga	Agente Comunitário De Saúde	9,38
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário De Saúde	18,32
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	4,47
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	5,04
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitário De Saúde	9
16263	Eliton Otavio Feliz	Técnico Em Enfermagem	14
13845	Eliziane Simas	Agente Comunitário De Saúde	5,59
830	Eloir Do Carmo Correia Antunes	Auxiliar De Enfermagem	4
14599	Francine De Matias	Assistente Administrativo	6
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	Médico	7,34
16275	Isabelle Cristina Sorgatto Capelari	Médico	8
11858	Izaira Castanheira Mezomo	Agente Comunitário De Saúde	4
1092	João Gomes Soares	Médico	4,14
621	Jose Roberto Queiroz	Médico	10,52
11946	Jucinei Pires Do Prado	Agente Comunitário De Saúde	4,47
13978	Juliane Rossetti	Agente Comunitário De Saúde	16,43
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	5,01
9355	Leandro Souza De Matos	Analista De Sistemas	12,03
14277	Liriane Marques De Lima	Auxiliar De Enfermagem ESF	4
16239	Luciano Damaceno	Médico	4,15
11967	Lucimar Dos Santos	Agente Comunitário De Saúde	16
1140	Luiz Fernando Dos Santos	Odontólogo	4
10447	Maria Cecilia Berezanski	Merendeira Escolar	6
16215	Marilia Caroline Andrade Rodrigues	Auxiliar Serviços Gerais	6,47
14034	Mayara Neris Da Rocha Banderlof	Agente Comunitário De Saúde	7,04
11944	Neiva Da Aparecida De Lima Carlin Do Prado	Agente Comunitário De Saúde	12,22
6532	Nelci Terezinha Noll	Servente Educação	4
11956	Neusa Tedesco Bressan	Agente Comunitário De Saúde	4
11856	Oneide Granemann Dias Wandscheer	Agente Comunitário De Saúde	4
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	Enfermeiro ESF	4,49
11885	Paulina Voleinik	Auxiliar De Enfermagem ESF	4,3
16229	Roger Francisco Ferreira De Campos	Técnico Em Vigilância Em Saúde	12
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitário De Saúde	4,06
8428	Roseli Bora	Servente Educação	16
15267	Rudyr Fausto Buba	Médico ESF	6
9699	Salete Noll	Auxiliar Serviços Gerais	4,13
11869	Sandra De Fatima Ribeiro	Agente Comunitário De Saúde	5,21
11942	Sarita De Oliveira Zanotto	Agente Comunitário De Saúde	12
11968	Silvana Aparecida Santana De Moraes Ferr	Agente Comunitário De Saúde	16,07
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontólogo ESF	8,56
7673	Valeria Da Silva	Auxiliar Em Saúde Bucal	7,27
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	4,31
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitário De Saúde	9,51

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de março de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.710

Publicação Nº 2465589

PORTARIA Nº 32.710, de 1º de abril de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 1º a 31 de março 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1928	Alex Anderson Moraes Dos Santo	Motorista Caminhão	324
10463	Alice Regina Sturmer Blank Legat	Bioquímico	120
15055	Anderson Torezan	Fiscal Sanitarista	132
1315	Andre Luis Paes Juliani	Odontólogo	106
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo Em Alimentos	114
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico Em Enfermagem	138
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete Do Prefeito	294
14078	Fabiano Midginski	Motorista	274
14993	Nara Tescke De Castilho	Enfermeiro	116,6
6301	Nilo Sergio Luz Amorim	Engenheiro Civil	120
693	Paula Brustolin Xavier	Enfermeiro	30
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	123
16184	Renata Cristina Da Silva Favarão	Fiscal Sanitarista	132
749	Valdecir Jose Pereira Da Silva	Motorista Caminhão	152
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	87
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar De Enfermagem	138

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de abril de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.711

Publicação Nº 2465590

PORTARIA Nº 32.711, de 1º de abril de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurado no período de 1º a 31 de janeiro de 2020 na Secretaria da Saúde,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional das Servidoras,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário as Servidoras abaixo relacionadas e lotadas na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo, número de horas e mês do pagamento:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas	Mês de pagamento
16125	Marielly Gonçalves	Assistente Administrativo	22,83	Março/2020
10224	Simone Do Nascimento Cardoso	Técnico Em Enfermagem	3,02	Março/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de abril de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.713

Publicação Nº 2465593

PORTARIA Nº 32.713, de 1º de abril de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de serviço extraordinário pelos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
16283	Carolina Giovelli Karlec	Médico	23,58
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	18,02
16309	Cicero Raimundo Da Silva	Médico	80,23
16100	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico	22,48
16282	Daniel Silveira Gomes	Médico	10,28
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	92,05
16362	Eduardo Castilho Casagrande	Médico	69,17
16099	Flaviany Araujo Carmello	Médico	34,03
16242	Jessica Lovcke	Médico	72,05
16094	Joelson Adriano Richil De Carvalho	Médico	73,17
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	30,42
16310	Patricia De Melo Pereira	Médico	28,03
16185	Rafael Balbisan	Médico	5,18
16414	Rosangela Macedo Costa	Médico	12,27
16069	Rosemeri Aparecida Carlim	Médico	105,5
16254	Sergio Luiz Cevey Barbieri	Médico	1,28
16361	Tiago Pegoraro	Médico	28,42

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de abril de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.714

Publicação Nº 2465595

PORTARIA Nº 32.714, de 1º de abril de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento do SERVIÇO HORAS MÉDICOS PLANTONISTAS realizado no período de 1º a 31 de março no Pronto Atendimento, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº horas
14129	Rodrigo Rocha Da Silva	Médico Plantonista
14052	Youssef Elias Ammar	Médico Plantonista

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 1º de abril de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.715

Publicação Nº 2465596

PORTARIA Nº 32.715, de 1º de abril de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 31 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de adicional noturno em virtude dos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16283	Carolina Giovelli Karlec	Médico	10,57
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	8,53
16309	Cícero Raimundo Da Silva	Médico	22,18
16100	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico	50,08
16282	Daniel Silveira Gomes	Médico	6,03
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	17,52
16362	Eduardo Castilho Casagrande	Médico	11
16099	Flaviany Araujo Carmello	Médico	57,28
16242	Jessica Lovcke	Médico	29,02
16094	Joelson Adriano Richil De Carvalho	Médico	75,07
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	4,12
16310	Patricia De Melo Pereira	Médico	37,58
16414	Rosangela Macedo Costa	Médico	72
14129	Rodrigo Rocha Da Silva	Médico Plantonista	87,33
16361	Tiago Pegoraro	Médico	32,02
14052	Youssef Elias Ammar	Médico Plantonista	29,15

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 1º de abril de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.717

Publicação Nº 2466293

PORTARIA Nº 32.717, de 1º de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de março, aos Servidores abaixo relacionados e lotados nas diversas Secretarias Municipais, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
863	Adriana Carneiro Schmitz	Técnico em Programação de Computador	1/3	03/10/2009 a 03/10/2014
565	Carlinho Jose Bazzei	Professor de Ensino Fundamental II	1/3	09/02/2008 a 09/02/2013
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	1/3	01/04/2013 a 01/04/2018

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
1º de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 32.747

Publicação Nº 2465599

PORTARIA Nº 32.747, de 15 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora TANIA MARIA GRITZENCO DO NASCIMENTO, matrícula 16206, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e contratada pela Portaria nº 31.785, de 11 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 32.758

Publicação Nº 2465601

PORTARIA Nº 32.758, de 22 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de março, ao Servidor abaixo relacionado e lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
1963	Silvio dos Santos Varela	Operador de Máquinas	1/3	21/02/2010 a 21/02/2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
22 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE
INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 32.773

Publicação Nº 2465603

PORTARIA Nº 32.773 de 29 de abril de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora lotada na Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	Auxiliar de Administração	10/02/2010 a 10/02/2015	23/04/2020 a 22/05/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 29 de abril
de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA N° 32.776

Publicação N° 2465605

PORTARIA N° 32.776, de 30 de abril de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e, em conformidade com o art. 113 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Familiar	Total de dias	Período – a contar de
8550	Edson Ferreira Lopes	Auxiliar de Administração	Filho	28 dias	01/04/2020

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 30 de abril de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA N° 32.834

Publicação N° 2466298

PORTARIA N° 32.834, de 05 de maio de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio aos Servidores lotados na Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
3858	Ercilia Sita Bender	Assistente Administrativo	19/05/2013 a 19/05/2018	03/05/2020 a 31/07/2020
3381	Odair Rebelo do Nascimento	Eletricista	19/08/2012 a 19/08/2017	04/05/2020 a 02/06/2020
1293	Rosani de Fatima Sabini de Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais	20/08/2012 a 20/08/2017	22/04/2020 a 20/07/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 05 de maio de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020

Publicação Nº 2466279

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020. CONTRATADA: INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.631.682/0001-04, com sede na cidade de Goiânia, GO, neste ato representada pela Sra. MILLENA SOUZA ARAÚJO, brasileira, casada, diretora administrativa e pedagógica, inscrito no CPF sob nº 920.055.781-34, residente e domiciliado na cidade de Goiânia, GO, doravante designada CONTRATADA, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições: Considerando o Decreto Municipal nº 8.630 de 18 de março de 2020, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 (novo coronavírus) e considerando a Situação de Emergência decretada fica suspensa a execução do contrato por prazo indeterminado. Parágrafo único. A CONTRATANTE comunicará com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias úteis para o retorno das atividades, afim de organização dos serviços por parte do CONTRATADO. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no contrato original.

Caibi

PREFEITURA

DECRETO Nº 071/2020

Publicação Nº 2465531

DECRETO Nº 071/20, de 05 de Maio de 2020.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Estiagem, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 48 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A estiagem que atinge todo o município desde os últimos meses do ano de 2019, com sequência até a data presente, devido a redução das precipitações pluviométricas, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;
- Como consequência deste desastre, resultaram os danos humanos e os prejuízos econômicos e sociais, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- A recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade:

A tendência a continuidade da estiagem devido ao baixo índice das médias de precipitação pluviométricas para o período em todo o território do município e região, comprometendo as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água, aliado ao grau de vulnerabilidade socioeconômico do município e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMPDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 60 (sescenta) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 120 dias.

Art. 5º Revoga-se o Decreto 047/20 de 17 de Março de 2020.

Prefeitura Municipal de Caibi - SC, 05 de Maio de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 289/20

Publicação N° 2464774

PORTARIA N° 289/20

ELOI JOSÉ LIBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal TAIS PROVENSI, matrícula 9255-0 , CHEFE DE SETOR CC 06 , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos , referente ao período aquisitivo de 02/04/2019 à 01/04/2020, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 04/05/2020 à 02/06/2020 .

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de Maio de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Secretario de administração

PORTARIA 290/20

Publicação N° 2464776

PORTARIA N° 290/20

ELOI JOSÉ LIBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal RENATA VALDAMERI, matrícula 9133-2 , CHEFE DE GABINETE CC 07 , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Saúde , referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 à 29/02/2020, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 04/05/2020 à 02/06/2020 .

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de Maio de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Secretario de administração

PORTARIA 291/20

Publicação N° 2464780

PORTARIA N° 291/20

ELOI JOSÉ LIBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Municipal JANDIR EUCLIDES SCHERER, matrícula 158-9 , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos , referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 à 01/01/2020, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 04/05/2020 à 02/06/2020 .

Conceder 1/3 constitucional ao servidor.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de Maio de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Secretario de administração

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020 - FUNDESP

Publicação N° 2466225

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 003/2020 - FUNDESP - Ata do Sistema de Registro de Preços 003/2020 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VANS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE TRANSPORTE DOS ATLETAS DE VÁRIAS MODALIDADES QUE DISPUTARÃO AS COMPETIÇÕES NO ANO DE 2020, REPRESENTADO A FUNDAÇÃO DE ESPORTE E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 05/05/2020
1ª Publicação.

PR 019/2020 - PMC

Publicação N° 2465475

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 019/2020 - PMC - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLDA ELÉTRICA, TORNEAMENTO, FRESAMENTO E MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA OS VEÍCULOS PESADOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 21 (vinte e um) de Maio de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 05 de Maio de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESULTADO PR 11/2020 - PMC

Publicação N° 2465335

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 011/2020-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 05 de Maio de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020 – TOMADA DE PREÇOS

Publicação Nº 2465400

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 29/2020 – TOMADA DE PREÇOS

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA

Considerando a Retomada da licitação em epígrafe, DEFINE as datas de abertura:

DEFINE-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

0.0.1 Os dois envelopes contendo a Documentação (nº 1) e a Proposta Comercial (nº 2), deverão ser entregues até às 08 horas e 45 minutos do dia 22/05/2020, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC, sendo que a sessão pública de abertura e início de julgamento ocorrerá no mesmo dia, às 09 horas, no endereço supracitado.

2.0.6.1 A autenticação por servidor público de que trata o item 3.1.6, somente poderá ser realizada até às 08 horas e 30 minutos do dia 22/05/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5.2.1. A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 08 horas e 30 minutos do dia 22/05/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5.5. Para obter o Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Campo Alegre constante do item 5.1.1, os interessados deverão efetuar a inscrição até às 16 horas do dia 19/05/2020 no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, apresentando para isto a documentação estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93, que é a seguinte:

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 2ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 04 de maio de 2020.
Lucilaine Mókfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020

Publicação Nº 2464644

RESUMO DA ATA
(Pregão Eletrônico nº 33/2020)

Às 09h do dia 04/05/2020, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material de limpeza, copa e cozinha para os órgãos e unidades da Administração Municipal. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO TP 29/2020

Publicação N° 2465391

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
TOMADA DE PREÇO 29/2020

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA

O Município de Campo Alegre/SC, TORNA PÚBLICO que a sessão da licitação referente à Tomada de Preços 29/2020, objetivando o Fornecimento de material e mão de obra para construção de quadra esportiva para uso na EMEB Profª Zilka de França Hasselmann, no bairro Cascatas. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor máximo fixado: R\$ 137.836,58, será realizada no dia 22/05/2020, 09horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 08h45min). As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas. Os interessados poderão obter o edital no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre - SC, 04 de maio de 2020. Lucilaine Mókfa Schwarz. Secretária Municipal de Administração.

PORTARIA N° 17.970 DE 06 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2466338

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 17.970 DE 06 DE MAIO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de resultado de Exame Médico Pericial n° 001, expedido em data de 04 de maio de 2020, devidamente assinado pelo Dr. Clévio Jorge Scheffer, CRM-SC 1867, RQE 15219, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que a Servidora Pública Municipal SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 27 de julho de 2020;

Considerando a Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o §2º do artigo 9º;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, matrícula funcional n° 000542, registro no sistema sob n° 954648, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 08 de maio de 2020 a 27 de julho de 2020.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 06 de maio de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/05/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe do Gabinete do Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO N° 04/2019 - INSTITUTO SANTE

Publicação N° 2465744

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO
N° 04/2019

Considerando o DEFERIMENTO de inscrição pela Comissão de Aprovação, Análise e Deferimento do Requerimento do Processo de Credenciamento n° 04/2019;

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

HOMOLOGAR a inscrição do INSTITUTO SANTÉ – HOSPITAL SÃO LUIZ, Situado na Rua Padre Luiz Gilg, nº 250, Centro, Município de Campo Alegre/SC, CNPJ nº 08.776.971/0002-10, para a prestação de serviços, conforme segue:

TABELA: CONSULTAS

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO DA CONSULTA	TABELA DE PREÇO (R\$)
0301010072	CONSULTA EM ORTOPEDIA	R\$ 80,00
0301010072	CONSULTA VASCULAR	R\$ 100,00
0301010072	CONSULTA EM ANESTESIOLOGIA	R\$ 75,00
0301010072	CONSULTA EM CIRURGIA GERAL	R\$ 75,00

TABELA: EXAMES

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO	TABELA DE PREÇO (R\$)
0205020038	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 64,30
0205020046	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 64,30
0205020054	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 64,30
0205020062	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	R\$ 64,30
0205020070	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 64,30
0205020097	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	R\$ 64,30
0205020100	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	R\$ 64,30
0205020127	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 64,30
0205020143	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA	R\$ 64,30
0205020160	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 64,30
0205020186	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R\$ 64,30
0204010055	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPO-MANDIBULAR BILATERAL	R\$ 8,38
0204010063	RADIOGRAFIA BILATERAL DE CAVUM (LATERAL+HIRTZ)	R\$ 6,88
0204010071	RADIOGRAFIA BILATERAL DE CRANIO (PA+LATERAL+OBLIGUA/BRETTON + HIRTZ)	R\$ 9,15
0204010080	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA+LATERAL)	R\$ 7,52
0204010110	RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA+OBLIGUA)	R\$ 7,20
0204010128	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	R\$ 8,38
0204010144	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN+MN+LATERAL+HIRTZ)	R\$ 7,32
0204010152	RADIOGRAFIA DE SELA TURCA (PA+LATERAL+BRETTON)	R\$ 7,20
0204020034	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO+OBIQUAS)	R\$ 8,33
0204020042	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO/FLEXAO)	R\$ 8,19
0204020050	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINAMICA	R\$ 10,29
0204020069	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	R\$ 10,96
0204020077	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA (C/ OBLIQUAS)	R\$ 14,90
0204020085	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA FUNCIONAL/DINAMICA	R\$ 16,88
0204020093	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP+LATERAL)	R\$ 9,16
0204020107	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	R\$ 9,73
0204020115	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	R\$ 15,58
0204020123	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	R\$ 7,80
0204030072	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	R\$ 8,37
0204030137	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL)	R\$ 14,32
0204030145	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA+LATERAL+OBLIGUA)	R\$ 12,02
0204030153	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	R\$ 9,50
0204030170	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	R\$ 6,88
0204040019	RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	R\$ 6,42
0204040027	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 7,40
0204040035	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCAPULO-UMERAL	R\$ 7,40
0204040043	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO-CLAVICULAR	R\$ 7,40
0204040051	RADIOGRAFIA DE BRAÇO	R\$ 7,77
0204040060	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R\$ 7,40
0204040078	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R\$ 5,90
0204040086	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MÃO	R\$ 5,62
0204040094	RADIOGRAFIA DE MÃO	R\$ 6,30
0204040108	RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/ DETERMINAÇÃO DE IDADE OSSEA)	R\$ 6,00
0204040116	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSIÇÕES)	R\$ 7,98
0204040124	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP+LATERAL+OBLIGUA)	R\$ 6,91

0204050111	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)	R\$ 10,73
0204050120	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	R\$ 15,30
0204050138	RADIOGRAFIA DE ABDOME SIMPLES (AP)	R\$ 7,17
0204050146	RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO	R\$ 35,22
0204060060	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL	R\$ 7,77
0204060079	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILIACA	R\$ 7,77
0204060087	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TIBIO-TARSICA	R\$ 6,50
0204060095	RADIOGRAFIA DE BACIA	R\$ 7,77
0204060109	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	R\$ 6,50
0204060117	RADIOGRAFIA DE COXA	R\$ 8,94
0204060125	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+LATERAL)	R\$ 6,78
0204060133	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)	R\$ 7,16
0204060141	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+OBLIQUA+3 AXIAIS)	R\$ 9,29
0204060150	RADIOGRAFIA DE PE/DEDO DO PE	R\$ 6,78
0204060168	RADIOGRAFIA DE PERNA	R\$ 8,94
0209010029	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	R\$ 353,66
0209010037	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	R\$ 188,03

Campo Alegre, 04 de Maio de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 05/2019 - INSTITUTO SANTE

Publicação Nº 2465760

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO Nº 05/2019

Considerando o DEFERIMENTO de inscrição pela Comissão de Aprovação, Análise e Deferimento do Requerimento do Processo de Credenciamento nº 05/2019;

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

HOMOLOGAR a inscrição do INSTITUTO SANTÉ – HOSPITAL SÃO LUIZ, Situado na Rua Padre Luiz Gilg, nº 250, Centro, Município de Campo Alegre/SC, CNPJ nº 08.776.971/0002-10, para a prestação de serviços, conforme segue:

TABELA: EXAMES

DESCRIÇÃO	VALOR
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER ARTERIAL	R\$ 170,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER VENOSO	R\$ 170,00
ULTRASSONOGRAMA DE PARTES MOLES	R\$ 64,30

Campo Alegre, 04 de Maio de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 06/2019 - INSTITUTO SANTE

Publicação Nº 2465767

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO Nº 05/2019

Considerando o DEFERIMENTO de inscrição pela Comissão de Aprovação, Análise e Deferimento do Requerimento do Processo de Credenciamento nº 05/2019;

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

HOMOLOGAR a inscrição do INSTITUTO SANTÉ – HOSPITAL SÃO LUIZ, Situado na Rua Padre Luiz Gilg, nº 250, Centro, Município de Campo Alegre/SC, CNPJ nº 08.776.971/0002-10, para a prestação de serviços, conforme segue:

TABELA: EXAMES

DESCRIÇÃO	VALOR
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER ARTERIAL	R\$ 170,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER VENOSO	R\$ 170,00
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	R\$ 64,30

Campo Alegre, 04 de Maio de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

Campo Erê

PREFEITURA

PORTARIA 167/2020

Publicação Nº 2464998

PORTARIA N. 167, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio, à servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, matrícula nº 933-4, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período aquisitivo de 2012/2017, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis/SC para Campo Erê/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 168/2020

Publicação Nº 2465000

PORTARIA N. 168, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal JOSUE DA SILVA CAVALHEIRO, matrícula nº 264-0, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, pelo período de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a partir de 02 de março de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis/SC para Campo Erê/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 169/2020

Publicação Nº 2465002

PORTARIA N. 169, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, ANA PAULA AMERICO DO AMARAL, matrícula nº 117552, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 16 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 16/02/2020.

De Florianópolis/SC para Campo Erê/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 170/2020

Publicação Nº 2465003

PORTARIA N. 170, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, JEAN CARLOS ANTUNES DOS SANTOS, matrícula nº 11419-7, ocupante do cargo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis/SC para Campo Erê/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 171/2020

Publicação Nº 2465005

PORTARIA N. 171, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, FRANCIELI BISPO RIBEIRO, matrícula nº 11756-0, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 19 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19/02/2020.

De Florianópolis/SC para Campo Erê/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 172/2020

Publicação Nº 2465006

PORTARIA N. 172, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Designa servidor como responsável pela interlocução do programa de regionalização do turismo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando, que o Município de Campo Erê aderiu ao Programa de Regionalização do turismo;

RESOLVE

Art.1º. DESIGNAR o servidor público municipal NELSON TRESOLDI, CPF nº 270.634.960-34, como responsável pela interlocução do Programa de Regionalização do turismo do Ministério do Turismo, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 19 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis/SC para Campo Erê/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 173/2020

Publicação Nº 2465008

PORTARIA N. 173, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio, à servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal ROZANGELA APARECIDA R. V. MOCCELINI, matrícula nº 112-0, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período aquisitivo de 2002/2007, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 11 de março de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 174/2020

Publicação Nº 2465010

PORTARIA N. 174, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio, à servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 011/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal ADILÇO JOSE MOCCELINI, matrícula nº 567-3, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período aquisitivo de 2007/2012, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 11 de março de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 175/2020

Publicação Nº 2465011

PORTARIA N. 175, DE 04 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, ELIZINEI CAZUNI, matrícula nº 10540-6, ocupante do cargo de Técnico em Higiene Dentária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 04 de março de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 176/2020

Publicação Nº 2465014

PORTARIA N. 176, DE 04 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002, e posteriores alterações;

Considerando a análise do caso, onde a razão da solicitação da conversão é por motivo de doença grave;

Considerando a Orientação Jurídica datado de 04/03/2020;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal FRANCIELE ERICA BAZZO, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, matrícula nº 104701, relativa ao período averbado e efetivo até 05/05/2019, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão integral em abono pecuniário, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 177/2020

Publicação N° 2465016

PORTARIA N. 177, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar n° 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo n° 001/2020, homologado pelo Decreto 1.848, de 05 de março de 2020;

Considerando o Edital de Convocação n° 002/2020 – Convocação de Aprovados no Processo Seletivo n° 001/2020;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, para que os serviços públicos essenciais não sofram descontinuidade;

RESOLVE

Art. 1°. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, JOSÉ CARLOS HENRIQUE DA SILVA, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 09/03/2020 à 31/12/2020.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 09 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matr. 10662-3

PORTARIA 178/2020

Publicação N° 2465018

PORTARIA N. 178, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar n° 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo n° 001/2020, homologado pelo Decreto 1.848, de 05 de março de 2020;

Considerando o Edital de Convocação n° 002/2020 – Convocação de Aprovados no Processo Seletivo n° 001/2020;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, para que os serviços públicos essenciais não sofram descontinuidade;

RESOLVE

Art. 1°. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, EVAINE AMÉRICO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 09/03/2020 à 11/12/2020.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 09 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 179/2020

Publicação N° 2465019

PORTARIA N. 179, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar n° 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo n° 001/2020, homologado pelo Decreto 1.848, de 05 de março de 2020;

Considerando o Edital de Convocação n° 003/2020 – Convocação de Aprovados no Processo Seletivo n° 001/2020;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Ensino Fundamental, para que os serviços públicos essenciais não sofram descontinuidade;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, SILVANA FARIAS, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 11/03/2020 à 11/12/2020.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 09 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 180/2020

Publicação N° 2465020

PORTARIA N. 180, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar n° 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo n° 001/2020, homologado pelo Decreto 1.848, de 05 de março de 2020;

Considerando o Edital de Convocação n° 002/2020 – Convocação de Aprovados no Processo Seletivo n° 001/2020;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, para que os serviços públicos essenciais não sofram descontinuidade;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, JUCELIA FIDGLESKI, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Gabinete do Prefeito, no período de 09/03/2020 à 31/12/2020. Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 09 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 181/2020

Publicação N° 2465021

PORTARIA N. 181, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2020, homologado pelo Decreto 1.848, de 05 de março de 2020;

Considerando o Edital de Convocação nº 003/2020 – Convocação de Aprovados no Processo Seletivo nº 001/2020;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, para que os serviços públicos essenciais não sofram descontinuidade;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, MARIA EDUARDA ANTUNES RIBEIRO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 10/03/2020 à 31/12/2020.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 09 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PORTARIA 182/2020

Publicação Nº 2465022

PORTARIA N. 182, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2020, homologado pelo Decreto 1.848, de 05 de março de 2020;

Considerando o Edital de Convocação nº 003/2020 – Convocação de Aprovados no Processo Seletivo nº 001/2020;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Física, para que os serviços públicos essenciais não sofram descontinuidade;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, JULIANO GOMES WERNER, para o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 11/03/2020 à 08/06/2020.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 09 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matr. 10662-3

PORTARIA 183/2020

Publicação Nº 2465024

PORTARIA N. 183, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2020, homologado pelo Decreto 1.848, de 05 de março de 2020;

Considerando o Edital de Convocação nº 003/2020 – Convocação de Aprovados no Processo Seletivo nº 001/2020;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Ensino Infantil em substituição à servidora Geneci D. Marques, que está de Atestado Médico, para que os serviços públicos não sofram descontinuidade;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, SAMELITA MARTINS TREVISAN, para o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 11/03/2020 à 24/03/2020.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 09 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. 10662-3

PREGÃO PRESENCIAL 14/2020

Publicação Nº 2465822

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 333/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:00 horas do dia 25 de maio de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 333/2020 na modalidade de Pregão Presencial Nº 14/2020, tipo MAIOR DESCONTO NA TABELA - Unitário por Item para REGISTRO DE PREÇOS COM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 05 de maio de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 09/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2466275

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - SAÚDE

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 18 de maio de 2020 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COLONOSCOPIA CONFORME DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 05 de maio de 2020.

MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO N. 8.600, DE 30 DE ABRIL DE 2020. RETIFICA A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO "NASCER DO SOL", DE PROPRIEDADE DE BEVILAQUA E MELLO INCORPORADORA, ADMINISTRADORA DE BENS E IMÓVEIS LTDA. CONFORME DECRETO DE Nº. 8.486 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2464619

DECRETO N. 8.600, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

RETIFICA A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO "NASCER DO SOL", DE PROPRIEDADE DE BEVILAQUA E MELLO INCORPORADORA, ADMINISTRADORA DE BENS E IMÓVEIS LTDA. CONFORME DECRETO DE Nº. 8.486 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, incisos VIII e XXVI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 49 da Lei Complementar Municipal n. 03/2018, que dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Campos Novos e:

CONSIDERANDO a documentação juntada nos autos do Processo Administrativo de nº. 0167.003.0000375/2020, protocolo de n. 22418, datado de 30 de Janeiro do presente ano, em que a incorporadora Bevilaqua e Mello solicita substituição das plantas e demais documentos;

CONSIDERANDO a aprovação de retificação de área pelo Departamento de Engenharia do Município;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº. 8.486, de 23 de Dezembro de 2019, que aprova Loteamento denominado "Nascer do Sol", de propriedade de Bevilaqua e Mello Incorporadora, Administradora de Bens e Imóveis Ltda., e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº. 8.486 de 23 de Dezembro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica aprovado o loteamento urbano, de propriedade de BEVILAQUA E MELLO INCORPORADORA, ADMINISTRADORA DE BENS E IMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 27.968.907/0001-03, denominado "Loteamento Nascer do Sol", constituído por uma gleba de terras com área útil total a ser loteada de 134.964,28 m² (cento e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro metros quadrados e vinte e oito centímetros quadrados), inscrita junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob a matrícula n. 30.625, com localização do imóvel na paralela à Rodovia SC-135, Bairro Boa Vista, no Município de Campos Novos-SC, nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos que constituem os Processos Administrativos de nº. 0167.004.0002853/2019/Protocolo de nº. 8.768 e Processo Administrativo 0167.003.0000375/2020/Protocolo de nº. 22.418".

Art. 2º. As áreas descritas no art. 3º do Decreto nº. 8.486 de 23 de Dezembro de 2019 ficam assim distribuídas:

I - 209 (duzentos e nove) lotes destinados à comercialização, perfazendo a área total de 79.427,16 m² (setenta e nove mil quatrocentos e vinte e sete metros dezesseis centímetros quadrados);

II - Área total de 9.533,96 m² (nove mil quinhentos e trinta e três metros noventa e seis centímetros quadrados) a ser incorporada ao patrimônio público e destinada à área verde;

III - Área de 12.882,69 m² (doze mil oitocentos e oitenta e dois metros e sessenta e nove centímetros quadrados) destinada ao patrimônio público e à instalação de equipamentos urbanos e comunitários;

IV - Vias públicas com área total de 33.120,47 m² (trinta e três mil cento e vinte metros e quarenta e sete centímetros quadrados).

Art. 3º. Os incisos I e V do art. 4º do Decreto Municipal nº. 8.486 de 23 de Dezembro de 2019 passam a conter a seguinte redação:

“I - Área de circulação de ruas, com 33.120,47 m²;

V - Área destinada à instalação de equipamentos urbanos e comunitários 02, constituída pelo lote n. 08 da quadra I, com 6.431,55 m².”

Art. 4º. A redação do caput do art. 5º do Decreto Municipal de nº. 8.486 de 23 de Dezembro de 2019, passa a ser a seguinte:

“As obras de infraestrutura necessárias à implantação do loteamento, nos termos dos projetos, memoriais descritivos e cronograma apresentados nos Processos Administrativos de nº. 0167.004.0002853/2019, Protocolo de nº. 8.768 e nº. 0167.003.0000375/2020, Protocolo de nº. 22.418, deverão ser executadas e concluídas, obrigatoriamente, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) meses, contados a partir da data de expedição do Alvará de Licença de parcelamento pela Municipalidade, na forma do art. 43, §1º da Lei Complementar Municipal n. 03/2018.”

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário constantes do Decreto Municipal nº. 8.486 de 23 de Dezembro de 2019.

Campos Novos-SC, 30 de abril de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito de Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 55/2020**

Publicação N° 2466092

PORTARIA SAMAE CNO 055/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a Gratificação de Coordenador das Atividades Técnicas do servidor LUIZ MAZUCHINI, Encanador, Padrão 5.2.G, retroagindo seus efeitos a 01/05/2020.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 56/2020

Publicação N° 2466096

PORTARIA SAMAE CNO 056/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a Gratificação de Chefe de Emissão e Controle de Contas do servidor ELISEU MARTENDAL, Agente Administrativo, Padrão 5.3.G, retroagindo seus efeitos a 01/05/2020.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 57/2020

Publicação N° 2466099

PORTARIA SAMAE CNO 057/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a Gratificação de Chefe de Serviço no posto de atendimento do AGILIZA da servidora PRISCILLA DE OLIVEIRA SOUZA DA SILVA, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1.C, retroagindo seus efeitos a 01/05/2020.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 58/2020

Publicação Nº 2466101

PORTARIA SAMAE CNO 058/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a Gratificação de Chefe de Operações da E.T.A. da servidora NÁDIA THOMÉ FILIPPI, Operadora de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.1.E, retroagindo seus efeitos a 01/05/2020.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 59/2020

Publicação Nº 2466103

PORTARIA SAMAE CNO 059/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a Gratificação de Chefe de Redes e Ramais – Esgoto do servidor ALTAMIR BOFF, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.I, retroagindo seus efeitos a 01/05/2020.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 60/2020

Publicação Nº 2466105

PORTARIA SAMAE CNO 060/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor ALTAMIR BOFF, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.I para exercer a função de Coordenador das Atividades Técnicas, retroagindo seus efeitos a 01/05/2020.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 61/2020

Publicação Nº 2466108

PORTARIA SAMAE CNO 061/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a gratificação por integrar a comissão de Licitação e/ ou Pregão à servidora SCHEILA OLIVEIRA LOPES, Assistente Administrativa, Padrão 6.1, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 62/2020

Publicação Nº 2466111

PORTARIA SAMAE CNO 062/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

REVOGAR a Portaria SAMAE CNO 34/2020 de 05 de Fevereiro de 2020.

NOMEAR, Comissão Permanente de Licitação do SAMAE, composta pelos seguintes servidores:

Presidente	Cleiton Oneda
Vogal	Vitória Brocardo de Leon
Vogal	Carina Valéria Lagni Alves
Vogal	Leticia Alves Ribeiro

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE**PORTARIA 63/2020**

Publicação Nº 2466114

PORTARIA SAMAE CNO 063/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

REVOGAR a portaria 020/2020 de 13 de janeiro de 2020 e;

NOMEAR, Comissão Permanente de Licitação na modalidade Pregão, composta pelos seguintes servidores:

Presidente	Cleiton Oneda
Vogal	Vitória Brocardo de Leon
Vogal	Carla Cristiane Barbosa Antunes
Vogal	Adriane Pavan Nora

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE**PORTARIA 64/2020**

Publicação Nº 2466115

PORTARIA SAMAE CNO 064/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER gratificação por integrar a comissão de Licitação e/ ou Pregão à servidora ADRIANE PAVAN NORA, Contadora, Padrão 9.1, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 65/2020

Publicação N° 2466117

PORTARIA SAMAE CNO 065/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER Gratificação por participar de Comissão de Licitação à servidora LETICIA ALVES RIBEIRO, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1.E, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 053/PMC/2020

Publicação N° 2465070

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 053/PMC/2020

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de materiais para manutenção e pequenos reparos nas Escolas do Município de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 20 de maio de 2020, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 05 de maio de 2020. Rosangela Maria Leal Cordeiro – Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2020

Publicação Nº 2465637

DECRETO Nº. 096/2020

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS."

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os continentes caracteriza PANDEMIA e devido necessidade de saúde pública de medidas para enfrentamento desta emergência;

CONSIDERANDO a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do CORONAVÍRUS responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO os Decretos 509 e 515 de 17 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina e suas atualizações;

CONSIDERANDO Nota Técnica n10/2020 DIVS/SES sobre as orientações para prevenção de contágio por coronavírus (COVID-19) em alojamentos para hospedagem temporária de trabalhadores sob responsabilidade do empregador;

CONSIDERANDO Norma Regulamentadora n24 que define Alojamento o conjunto de espaços ou edificações, composto de dormitório, instalações sanitárias, refeitório, áreas de convivência e local para lavagem e secagem de roupas, sob responsabilidade do empregador, para hospedagem temporária de trabalhadores e que os trabalhadores hospedados com suspeita de doença infectocontagiosa devem ser submetidos à avaliação médica que decidirá pelo afastamento ou permanência no alojamento;

CONSIDERANDO Lei 8.080/1990 no que se refere às responsabilidades do município e atribuições da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica;

Considerando que há apenas um hospital referência para atendimentos COVID 19 na microrregião, sendo que os leitos de UTI exclusivos ainda não foram habilitados pela SES nem pelo MS,

CONSIDERANDO que a situação de transmissão da COVID 19 em nosso município não apresenta transmissão comunitária.

CONSIDERANDO a notificação do primeiro caso positivo de Covid-19 no Município e que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, fica decretado no território do Município de Canoinhas, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - O setor de "construção civil", serviço não essencial, deverá prorrogar por 30 dias a vinda de novos trabalhadores advindos de outros Estados da Federação;

Art. 2º - Toda movimentação de funcionários, seja de entrada ou de saída do Município, deverá ser notificada e acompanhada pela Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica do Município de Canoinhas, principalmente informando o meio de transporte utilizado e procedimentos adotados com a finalidade de garantir estratégias de prevenção da transmissibilidade do vírus no âmbito do Município.

Art. 3º - A empresa que demandar mão-de-obra para construção civil advinda de outros Estados da Federação deverá disponibilizar meios de contato para denúncias em caso de descumprimento das recomendações fora do horário de expediente, dando ainda, ampla publicidade desses canais de comunicação.

Art. 4º - Que as questões relacionadas ao transporte coletivo de trabalhadores devem seguir rigorosamente as recomendações dos Decretos do Estado de Santa Catarina e comunicando antecipadamente às autoridades sanitárias para que possam garantir fiscalização e controle adequados à situação da PANDEMIA;

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº 097/2020

Publicação Nº 2465645



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

DECRETO Nº. 097/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade Orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.55 – Ações de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas6.000,00

Recursos 23812 – SUS União – Custeio – Assistência Farmacêutica (Qualifar)

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, observando a arrecadação prevista e a arrecadação estimada no exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

<i>Recurso</i>	A <i>Valor previsto no exercício + Valores abertos</i>	B <i>Arrecadação no exercício</i>	C <i>Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)</i>	D <i>Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)</i>
23812	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL				6.000,00

Fonte: SMAFO/2020

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

EDITAL Nº 025/2020 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2020

Publicação Nº 2466067

EDITAL Nº. 25/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2020

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 001/SMS/2020.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Médico – 10 h.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, o candidato ONIVALDO DA COSTA MENEZES, aprovado no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 001/SMS/2020, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 29 de abril de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 26/2020 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 007/SMS/2019.

Publicação Nº 2466076

EDITAL Nº. 26/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 007/SMS/2019.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 007/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Médico ESF – 40 h.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, o candidato RAFAEL ROBERTO CARDOSO, aprovado no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 007/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 29 de abril de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 28/2020 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

Publicação Nº 2466085

EDITAL Nº. 28/2020

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I deste Edital.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
- r) Carteira de Trabalho;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam, os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL N° 28/2020

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ENFERMEIRO

Nome: Gilson Vanderlei Dias Miranda

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nome: Mariza Schiessl

Nome: Debora Ferreira Dos Santos

CARGO: FARMACÊUTICO

Nome: Bianca Drewnowski

PORTARIA N° 07/2020 FMEL

Publicação N° 2465125

PORTARIA N°. 07/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º. Fica retificada a portaria nº05/2020, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 2º. Fica nomeado PATRICK LUAN PILATY, no cargo de Assessor de Lazer, com 40 horas, junto à Fundação Municipal de Esportes e Lazer a partir de 06/03/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 05 de Maio de 2020.

Gilberto dos Passos
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em
05/05/2020

PORTARIA N° 640/2020

Publicação N° 2465625

PORTARIA N°. 640/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora KARINA RAUEN BEDRITCHUK, efetiva no cargo de Pedagogo, na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 05/06/2020 a 27/08/2020, conforme Memorando nº 7.200/SME/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/04/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 641/2020

Publicação Nº 2465623

PORTARIA Nº. 641/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora JAQUELINE PEREIRA, que exerce o cargo de Agente Comunitário, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 04/05/2020 a 02/06/2020, conforme Memorando nº 6.406/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 642/2020

Publicação Nº 2465622

PORTARIA Nº. 642/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora MARILIN ROSANA MUNHOZ WERKA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 04/05/2020 a 18/05/2020, conforme Memorando nº 6.487/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 643/2020

Publicação Nº 2465620

PORTARIA Nº. 643/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora ELIZETE APARECIDA KADANAS GEVIESKI, efetiva no cargo de Pedagogo Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 04/05/2020 a 23/05/2020, conforme Memorando nº 6.901/SEMAS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 644/2020

Publicação Nº 2465518

PORTARIA Nº. 644/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora ROSANGELA HANEMANN, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 11/05/2020 a 09/06/2020, conforme Memorando nº 6.881/SEMAS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 645/2020

Publicação Nº 2465129

PORTARIA Nº. 645/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Ficam retificados os artigos 7º e 9º da Portaria nº 239/2020, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 7º - Fica contratada DENILDA NUNES DA ROCHA CORREA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na ERM Campina dos Ribeiros e na ERM Sítio dos Correa, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 9º - Fica contratada GENI CORREA BUENO PEREIRA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na ERM Campo dos Buenos, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 647/2020

Publicação Nº 2465634

PORTARIA Nº. 647/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - Fica nomeada CELINA SCULTETUS KRAUSS GAPSKI, para exercer o cargo de Supervisor I, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, ficando a disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 04/05/2020, conforme Memorando nº 7.345/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 652/2020

Publicação Nº 2466057

PORTARIA Nº. 652/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - Fica nomeada ALINE DRANKA OLESCOVICZ, para exercer o cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, ficando a disposição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 05/05/2020, conforme Memorando nº 7.466/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/05/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 10/2020

Publicação Nº 2465647

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 10/2020

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 22/05/2020, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 53/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2465654

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 53/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/05/2020, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ONIBUS, AMBULANCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 08h00min, no endereço eletrônico www.licitações-e.com.br do dia 20/05/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº FMS 02/2020

Publicação Nº 2465491

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2020

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, aquisição através de Dispensa de Licitação, Caput do art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Contratado: SAUDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES (CNPJ: 00.301.460/0001-50).

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGÊNCIA DE 10.000 MÁSCARAS CIRURGICAS.

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº FMS 01/2020

Publicação Nº 2465458

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
DISPENSA N.º FMS 01/2020
AVISO DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação da DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 01/2020, que tem por objeto AQUISIÇÃO EMERGÊNCIA DE 10.000 MÁSCARAS CIRÚRGICAS. Motivo: Revogado à pedido da secretaria. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC TA 003/2020 C322

Publicação Nº 2465105

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 003/2020 - Contrato Nº: 0322/2019 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: D & LB - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 27/04/2020 Término: 10/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2019 Processo_Licitatório.....: 000188 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é a REVISÃO DE VALORES, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando o valor dos Itens do Contrato da seguinte forma: GASOLINA COMUM: R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos) e ÓLEO DIESEL S10: R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos).

O Presente Termo Aditivo terá vigência a partir de 27/04/2020 até 10/12/2020.

Salientando que o Presente Termo Aditivo contempla o Município de Capinzal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e a Fundação Municipal de Esportes.

PORTAIA 0596/2020

Publicação Nº 2464803

PORTARIA Nº 0596, DE 01 DE ABRIL DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme memorando nº 044/SMS/2020, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do Corpo de Bombeiros, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, a servidora Bruna Maria Moresco, matrícula nº 327026/04, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0664/2020

Publicação Nº 2465048

PORTARIA Nº 0644, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Prorroga Prazo de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 0092/2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Sr. Nilvo Dorini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto em seu art. 72, inciso II, alínea "f", e:

CONSIDERANDO que foi instaurado Processo Administrativo através da Portaria n. 0092/2020;

CONSIDERANDO que o Presidente da Comissão de Processo Administrativo formalizou pedido de prorrogação de prazo para conclusão do referido procedimento;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do Processo Administrativo instaurado conforme Portaria nº 0092/2020, por mais 60 (sessenta) dias, pelo período de 11 de abril de 2020 a 11 de junho de 2020, conforme permissivo do parágrafo único do art. 3º da referida portaria para que a Comissão do Processo Administrativo, nomeada pela mesma portaria, dê prosseguimento ao Processo instaurado com a finalidade de apurar possível descumprimento aos termos do contrato n. 0264/2018, originado a partir do Processo Licitatório n. 0108/2018, na modalidade Concorrência n. 006/2018, no que tange à inexecução contratual pela contratada, tendo em vista o disposto na cláusula nona e décima primeira do contrato e demais dispositivos aplicáveis, verificar a existência de prejuízos ao interesse público e, se assim apurado, sugerir as penalidades a serem aplicadas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de abril de 2020.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Publique-se. Registre-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 0018/2020

Publicação Nº 2464947

Processo Licitatório Nº 0049/2020

Pregão Eletrônico Nº 0018/2020

Objeto: Aquisição de um caminhão com basculamento hidráulico e uma carregadeira compacta de rodas, para uso da Secretaria de Infraestrutura. Com Recursos de Convênio MDR e Próprios.

ADENDO Nº 002 AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 0018/2020

O Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carmelo Zócoli, 155, Centro, Capinzal, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, através do Secretário de Infraestrutura, TORNA PÚBLICA a ocorrência de REPUBLICAÇÃO do edital do Processo Licitatório supracitado.

1. Em virtude do recebimento de impugnações o Processo Licitatório supracitado ficou suspenso, conforme Adendo 001 do dia 23 de abril de 2020.

2. Após diligências para melhor analisar as impugnações recebidas, o Secretário de Infraestrutura solicitou que fosse alterado a descrição dos itens do Processo Licitatório conforme informado abaixo:

Item 01: Caminhão com basculamento hidráulico, zero km, fabricação nacional, ano/modelo de fabricação 2019/2020, motor diesel de 06 cilindros, potência de no mínimo 277 cvs, turbo e intercooler, Sistema de injeção eletrônica direta ou Common Rail, cabine avançada basculante, Caixa de Mudança com no mínimo 10 (dez) marchas a frente e 2 (duas) ré, tanque de combustível com capacidade mínima de 250 litros, freios a ar tipo tambor nas rodas dianteiras e traseiras com ABS+EBD, freio de motor cabeçote e válvula tipo borboleta com acionamento no painel e comando no acelerador, direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos, travas elétricas, espelhos elétricos, homologado para mínimo 23.000kg e CMT de 42.000kg, no mínimo, equipado com caçamba basculante. Prazo de Garantia igual ou superior a 01 (um) ano, sem custo adicional. O caminhão deverá ser Trucado traçado 6x4, equipado com caçamba basculante com tampa traseira, com acionamento frontal. O tamanho da caçamba deverá ser de no mínimo 12m³, com espessura lateral mínima de 4,75mm e fundo mínimo de ¼".

Item 02: Carregadeira compacta de rodas, nova, ano 2019/2020, com motor turbo diesel, com potência mínima de 56HP. Transmissão hidrostática, freio de estacionamento nas 04 (quatro) rodas, parada de emergência, pneus de flutuação 10x16.5, conjunto de braços fixados no chassi em no mínimo 1 (um) ponto com elevação de trajeto vertical/radial. Sistema de arrefecimento líquido e hidráulico na horizontal. Engate rápido mecânico para a instalação de acessórios. Capacidade mínima de 680kg, altura de Descarga mínima de 2.800mm, peso operacional mínimo de 2600kg. Equipada com estrutura certificada e fechada com ar condicionado, alarme de ré, luzes de advertência e caçamba frontal de no mínimo 66" de 0,40m³. Prazo de Garantia igual ou superior a 01 (um) ano, sem custo adicional.

3. Também fica alterada a data de entrega dos itens do objeto para 60 (sessenta dias).

4. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, o presente Pregão fica REPUBLICADO para o dia 19 de maio de 2020, com abertura da sessão para às 08h30min, através do Portal de Compras Públicas.

Capinzal, 05 de maio de 2020.

NADIR DURLI

SECRETÁRIO INFRAESTRUTURA

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 6/2020**

Publicação Nº 2465239

PORTARIA Nº 06, DE 05 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre Conclusão do Estágio Probatório de Servidor do Poder Legislativo, nos termos da Resolução de Mesa nº 017, de Setembro de 2004, que trata de Avaliações de Estágio Probatório.

O Presidente da Câmara Municipal de Capinzal – SC, no uso de suas atribuições legais com fulcro no parágrafo único do art. 34 da Lei Orgânica Municipal, combinado com os arts. 44, II, V, XIII e 299, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal-SC, decide e edita a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º Concede Estabilidade no Cargo de Secretário de Bancada ao Servidor do Poder Legislativo RONALDO CRIPPA, em face de conclusão e aprovação nas avaliações do Estágio Probatório, cumpridos os preceitos contidos na Resolução nº 017/2004, estando APTO a permanecer prestando serviços à Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 05 de maio de 2020.

Vereador RENATO MARCELO MARKUS
Presidente

PORTARIA Nº 7/2020

Publicação Nº 2465242

PORTARIA Nº 07, de 05 de Maio de 2020

Dispõe sobre a Progressão por Merecimento dos Servidores do Poder Legislativo nos termos do Regimento Interno e Leis Complementares de números 125, de 2009 e 148, de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal–SC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, e alíneas “a” e “b” do inciso III do art. 53 e inciso II do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal-SC, decide e edita a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º Concede ao Servidor do Poder Legislativo, RONALDO CRIPPA, progressão por merecimento da classe “A” para a classe “B”, na mesma categoria funcional, com direitos as vantagens previstas na legislação, nos termos do Art. 16, parágrafo único da Lei Complementar nº 125, de 23 de Junho de 2009.

Art. 2º A referida promoção baseia-se no caput do art. 3º, da Resolução de Mesa nº 02 de 11 de junho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde o dia 13 de Abril de 2020.

Câmara de Vereadores, 05 de Maio de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

PORTARIA Nº 8/2020

Publicação Nº 2465245

PORTARIA Nº 8, DE 5 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre Concessão de Adicional por Tempo de Serviço à Servidor do Poder Legislativo, nos termos do art. 55 da Lei Complementar 006, de 1991, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Capinzal.

O Presidente da Câmara Municipal de Capinzal-SC, no uso de suas atribuições legais com fulcro no inciso III do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 53, e inciso II do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal-SC, decide e edita a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º Concede Adicional por Tempo de Serviço ao servidor do Poder Legislativo RONALDO CRIPPA, correspondente ao período aquisitivo de 12 de abril de 2017 a 12 de abril de 2020.

§ 1º O servidor fará jus, mensalmente, ao adicional de três por cento (3%), incidente sobre a sua remuneração.

§ 2º O benefício a que faz jus o servidor será concedido a partir do mês de 12 abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12 de abril de 2020.

Capinzal, 5 de maio de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

Catanduvás

PREFEITURA

PORTARIA 8167-2020

Publicação Nº 2465277

PORTARIA P/8167/2020, de 05.05.2020.

DESIGNA JUNIOR PEREIRA DA SILVA PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM REQUERIMENTOS DE AUXÍLIO EMERGENCIAL

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito do Município de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere, e com amparo no Decreto nº 525, de 23 de março de 2020,

Considerando a decretação de Situação de Calamidade Pública em função da infecção pelo novo Coronavírus pelo Governo do Estado de Santa Catarina através do Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020;

Considerando a concessão pelo Governo Federal de um Auxílio Emergencial para as pessoas e famílias mais necessitadas em razão da suspensão de inúmeras atividades, cujo requerimento deve ser feito através de aplicativo a ser instalado em smartphones;

Considerando a existência de grande número de pessoas sem acesso à referida tecnologia ou que não possuem conhecimento específico para poder utilizá-la;

Considerando a necessidade de auxiliar a população mais necessitada na instalação dos aplicativos e a realização dos demais procedimentos necessários para o requerimento e recebimento do referido Auxílio Emergencial;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor JUNIOR PEREIRA DA SILVA, com estabilidade no cargo de Profissional de Educação Física, Nível-81E, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, para auxiliar a população na instalação do aplicativo do Auxílio Emergencial, no preenchimento do formulário do requerimento e na realização dos demais procedimentos necessários para o requerimento e recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal.

Art. 2º. As atividades serão desempenhadas no prédio da sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto em turno único de 6 (seis) horas, no horário das 8h às 14h, de segunda-feira à sexta-feira, sem prejuízo da remuneração prevista para o seu cargo.

Art. 3º. Esta Portaria passa a vigorar a partir de 05 de maio de 2020.

Catanduvás, 05 de maio de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 8168-2020

Publicação Nº 2465341

PORTARIA P/8168/2020, de 05.05.2020.

DESIGNA TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM REQUERIMENTOS DE AUXÍLIO EMERGENCIAL

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito do Município de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere, e com amparo no Decreto nº 525, de 23 de março de 2020,

Considerando a decretação de Situação de Calamidade Pública em função da infecção pelo novo Coronavírus pelo Governo do Estado de Santa Catarina através do Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020;

Considerando a concessão pelo Governo Federal de um Auxílio Emergencial para as pessoas e famílias mais necessitadas em razão da suspensão de inúmeras atividades, cujo requerimento deve ser feito através de aplicativo a ser instalado em smartphones;

Considerando a existência de grande número de pessoas sem acesso à referida tecnologia ou que não possuem conhecimento específico para poder utilizá-la;

Considerando a necessidade de auxiliar a população mais necessitada na instalação dos aplicativos e a realização dos demais procedimentos

necessários para o requerimento e recebimento do referido Auxílio Emergencial;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Tamara Cristina Castanha Detofeno, com estabilidade no cargo de Educadora Social, Nível-81A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, para auxiliar a população na instalação do aplicativo do Auxílio Emergencial, no preenchimento do formulário do requerimento e na realização dos demais procedimentos necessários para o requerimento e recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal.

Art. 2º. As atividades serão desempenhadas no prédio da sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto em turno único de 6 (seis) horas, no horário das 8h às 14h, de segunda-feira à sexta-feira, sem prejuízo da remuneração prevista para o seu cargo.

Art. 3º. Esta Portaria passa a vigorar a partir de 05 de maio de 2020.

Catanduvas, 05 de maio de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 074/2020

Publicação Nº 2466034

Decreto Nº 074/2020

"Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social o(a) Sr(a). MIGUEL ZAMBAN JUNIOR, inscrito(a) no CPF nº 035.XXX.XXX-01, a partir do dia 06 de maio de 2020.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 05 de maio de 2020.

Glauber Burtet

Prefeito

PORTARIA 063/2020

Publicação Nº 2465049

PORTARIA Nº 063/2020

"Designa funções a servidor e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

Considerando a vacância no cargo de Secretário Municipal de Agricultura e a necessidade de servidor responsável pela secretaria até que seja ocupado o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora RENATA MUCELINI MIOTTO às funções de Secretário Municipal da Agricultura em cumulação com as funções de Assessora de Departamento.

Art. 2º - As funções serão exercidas cumulativamente e sem acréscimo remuneratório.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 05 de maio de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO N. 037/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2020

Publicação N° 2464616

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2020 PCS

Objeto: Registro de preços para aquisição de sementes de melancia, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.
Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 15/05/2020.

Abertura: dia 15/05/2020, às 08:40 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 04 de maio de 2020.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

Celso Ramos

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO CONTRATO 012020

Publicação Nº 2466187

CÂMARA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PARA PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC. Processo de Dispensa de licitação Nº 01/2020: Ratifico o ato que dispensou licitação, com fundamento no Art. 24, Inciso II da Lei Federal Nº 8.666/93, em favor da contratada LINKNET PROVEDORA DE INTERNET LTDA ME, CNPJ Nº 10.545.933/0001-18, para prestação de serviços de internet de banda larga com no mínimo de 20 megabytes durante 24 horas diárias durante o exercício de 2020, no valor de R\$ 1.119,90, divididos em 8 parcelas mensais no valor de R\$ 139,90, para atender a Câmara municipal de Celso Ramos/SC.

Celso Ramos, 05 de maio de 2020.

Itamar Luiz da Silva
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
DE CELSO RAMOS

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 022-2020 - RP KIT MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 2466156

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de kits de alimentação escolar, para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, durante a suspensão das aulas devido a pandemia Covid-19.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 09h30min do dia 18/05/2020.

Início da Sessão: dia 18/05/2020, às 10h, no endereço eletrônico www.bll.org.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.bll.org.br e www.cerronegro.sc.gov.br link "Licitações". Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Compras do Município de Cerro Negro, situado à Rua Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 09h às 12h e das 13h30 às 17h, ou pelo fone (0**49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 04 de maio de 2020.

ADEMILSON CONRADO
Prefeito

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 166/2020

Publicação Nº 2466484

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 166/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear MARCOS AURELIO JASPER, para ocupar o cargo de Secretário Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, na condição de agente político.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de maio de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 44 DE 2020

Publicação Nº 2466191

Portaria Nº 44/20

Regulamenta as atividades da Câmara Municipal de Chapecó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Os servidores da Câmara Municipal de Chapecó trabalharão presencialmente, sendo adotados mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como a fixação de escalas de revezamento por turnos alternados, devendo ser respeitada a carga horária semanal de cada cargo.

§ 1º Os servidores considerados do grupo de risco, tais como maiores de 60 anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento, nos termos das orientações fixadas pelo Ministério da Saúde, deverão, prioritariamente e sempre que possível, trabalhar remotamente.

§ 2º O pedido de afastamento das atividades presenciais dos servidores do grupo de risco, com exceção dos maiores de 60 anos, deverá ser comprovado mediante atestado médico.

Art. 2º O atendimento ao público deverá ser realizado preferencialmente pelos meios de telecomunicação e eletrônicos, tais como telefone, celular e e-mail.

§1º Em caso de necessidade de atendimento público presencial, este deverá ser realizado individualmente, com uso de máscara e distância apropriada.

Art. 3º Serão adotadas as seguintes providências para o trabalho presencial na sede da Câmara Municipal de Chapecó:

I - Realizar diariamente procedimentos de higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza de maçanetas, corrimãos, interruptores, computadores, dentre outros;

II - Disponibilizar frascos de álcool gel 70º em cada posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos servidores e usuários;

III - Os servidores deverão manter uma distância mínima de dois metros entre seus pares;

IV - Impedir o acúmulo de pessoas no mesmo recinto;

V - Manter os ambientes arejados;

VI - Obrigatoriedade do uso de máscaras.

Art. 4º Cada Vereador será responsável pela gestão de seu Gabinete, podendo a seu critério, definir as normas atinentes ao trabalho de seus subordinados, no tocante a escalas de revezamento dos seus servidores, devendo ser respeitada a carga horária semanal de cada cargo.

Art. 5º Não será exigido o comparecimento na Câmara Municipal de Chapecó para entrega de atestado de afastamento de servidores que estiverem com suspeita ou forem diagnosticados com COVID-19 e receberem atestado médico, podendo ser encaminhado via e-mail para o Setor de Recursos Humanos.

Art. 6º Caso algum servidor apresentar sintomas relacionados à COVID 19, tais como febre, tosse, dificuldade para respirar, cansaço, dores no corpo, mal estar em geral, congestão nasal, dor de garganta ou dor no peito, não deverá comparecer à Câmara Municipal de Chapecó, devendo comunicar via e-mail à chefia imediata e ao Setor de Recursos Humanos e exercer, sempre que possível, suas atividades remotamente.

Art. 7º As situações especiais e os casos omissos serão analisados pelo Presidente da Câmara Municipal de Chapecó.

Art. 8º As medidas previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 9º Fica revogada a Portaria 38/20 de 14 de abril de 2020.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor em 04 de maio de 2020.

Gabinete do Presidente, em 04 de maio de 2020.

ILDO ADÃO ANTONINI

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N° 24/PMCS/2020

Publicação N° 2465743

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 41/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 24/PMCS/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de Tubo Corrugado PEAD e Pasta Lubrificante para Transposição de Talwegues das Ruas: Vicenza de Costa Candioto, Rua Mato Grosso, Rua Ipanema, Rua Pedro Alvares Cabral e Avenida Itália e Rua Fortunato, para Melhoramento da Drenagem Pluvial no Bairro Vila Nova, por meio do Contrato n° 531.383 – DV 71 que entre si, fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Cocal do Sul destinado ao apoio financeiro para o financiamento de despesas do capital, conforme plano FINISA: Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 18/05/2020.

Abertura: Dia 18/05/2020, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, n° 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 05 de maio de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030/2020

Publicação N° 2466030

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030/2020

CHAMADA DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 2/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Processo Seletivo Público para o provimento de vaga temporária do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado:

Nº CPF	Nome	Cargo
073.348.879-05	Marília Simon Ecco	MÉDICO COMUNITÁRIO

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 8.6 do Edital de Processo Seletivo 2/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 05 de maio de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 10/2020 – PMC

Publicação N° 2465804

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 10/2020 – PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico de engenharia para elaboração de projeto executivo de pavimentação asfáltica, englobando levantamentos topográficos, estudos técnicos, estudos ambientais, projetos de terraplanagem, contenções, drenagem pluvial, obras de artes correntes e sinalização viária para diversas vias, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 01/06/2020 às 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 29/05/2020 AS 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 01/06/2020 AS 10h00min.

Abertura: dia 01/06/2020 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 4 de maio de 2020.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2020 – PMC

Publicação Nº 2465802

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-SC

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2020 – PMC

Na publicação nº 2451069, veiculada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3121, página 296, da data de 24 de abril de 2020:

Onde lê-se:

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 13/05/2020.

Início da Sessão: dia 13/05/2020 às 08 h e 30 min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Leia-se:

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 25/05/2020.

Início da Sessão: dia 25/05/2020 às 08 h e 30 min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Concórdia, SC, 04 de maio de 2020

Valdomiro Tafarel

Secretário Municipal de Infraestrutura Rural

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2020 – PMC

Publicação Nº 2465357

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 16/2020 – PMC

O Secretário Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Fernando Svillen, Diretora Financeira, que declarou dispensável a licitação, nos termos do art. 24, V, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 05/05/2020, para a Contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra), para execução de obra de substituição da cobertura de vidro por telhas metálicas, do CMEI Orozimbo Michelin; a favor de SECCO CONSTRUÇÕES LTDA no valor total de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2020 - FMS

Publicação Nº 2463996

Contrato Nº : 11/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PANIFICADORA E RESTAURANTE PADOKAS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2020

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de refeições aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, que estarão em viagem para transporte de pacientes que realizam tratamento médico no município de Chapecó - SC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 07/04/2020 Término: 06/04/2021

Assinatura : 07/04/2020

Valor R\$: 16.164,00 (Dezesseis Mil e Cento e Sessenta e Quatro Reais)

Dotação : 213 - 13.001.2101.3339039410000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: NEUDI LUIS TEDESCO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2020 - FMS

Publicação Nº 2463998

Contrato Nº : 12/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA NEUROCIRURGICA MEIRELLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 123.938,40 (Cento e Vinte e Três Mil, Novecentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2463999

Contrato Nº : 13/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA DE MEDICINA INTEGRADA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 548.972,40 (Quinhentos e Quarenta e Oito Mil, Novecentos e Setenta e Dois Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2020 - FMS

Publicação Nº 2464000

Contrato Nº : 14/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 131.599,20 (Cento e Trinta e Um Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020 - FMS

Publicação Nº 2464001

Contrato Nº : 15/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA BONNA SALUTE LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 36.554,04 (Trinta e Seis Mil, Quinhentos e Cinquenta e Quatro Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2020 - FMS

Publicação Nº 2464005

Contrato Nº : 16/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PSICOMED SERVIÇOS DA SAUDE S/S LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 39.600,00 (Trinta e Nove Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2020 - FMS

Publicação Nº 2464007

Contrato Nº : 17/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : DERMATO CLINICA S S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 156.298,80 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2020 - FMS

Publicação Nº 2464009

Contrato Nº : 18/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 79.200,00 (Setenta e Nove Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020 - FMS

Publicação Nº 2464012

Contrato Nº : 19/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LF SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 38.126,40 (Trinta e Oito Mil, Cento e Vinte e Seis Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2020 - FMS

Publicação Nº 2464013

Contrato Nº : 20/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA DE DERMATOLOGIA CONCORDIA S/S LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 30.761,28 (Trinta Mil, Setecentos e Sessenta e Um Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2020 - FMS

Publicação Nº 2464014

Contrato Nº : 21/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 137.518,20 (Cento e Trinta e Sete Mil, Quinhentos e Dezoito Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2020 - FMS

Publicação Nº 2464016

Contrato Nº : 22/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : HOSPITAL DA PLASTICA INCUTIS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 23.760,00 (Vinte e Três Mil e Setecentos e Sessenta Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2020 - FMS

Publicação Nº 2464017

Contrato Nº : 23/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA DE OLHOS FURLANETTO S/S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 284.084,04 (Duzentos e Oitenta e Quatro Mil, Oitenta e Quatro Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2020 - FMS

Publicação Nº 2464018

Contrato Nº : 24/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FEMINA SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 95.040,00 (Noventa e Cinco Mil e Quarenta Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2020 - FMS

Publicação Nº 2464020

Contrato Nº : 25/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OFTALMOCENTER CONCORDIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 134.752,80 (Cento e Trinta e Quatro Mil, Setecentos e Cinquenta e Dois Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2020 - FMS

Publicação Nº 2464022

Contrato Nº : 26/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA QUATRIN E SOUZA LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 134.640,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil e Seiscentos e Quarenta Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020 - FMS

Publicação Nº 2464024

Contrato Nº : 27/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FST SERVICOS MEDICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 118.202,40 (Cento e Dezoito Mil, Duzentos e Dois Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2020 - FMS

Publicação Nº 2464026

Contrato Nº : 28/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AMBULATORIO ORTOPÉDICO CONCÓRDIA LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 392.832,00 (Trezentos e Noventa e Dois Mil e Oitocentos e Trinta e Dois Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2020 - FMS

Publicação Nº 2464027

Contrato Nº : 29/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : REUMATO CLINICA LTDA - ME

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 22.176,00 (Vinte e Dois Mil e Cento e Setenta e Seis Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2020 - FMS

Publicação Nº 2464029

Contrato Nº : 30/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA DE PNEUMOLOGIA E IMUNIZAÇÕES S/S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 68.910,72 (Sessenta e Oito Mil, Novecentos e Dez Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2020 - FMS

Publicação Nº 2464032

Contrato Nº : 31/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SURGAPED - SERVICO DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 143.657,04 (Cento e Quarenta e Três Mil, Seiscentos e Cinquenta e Sete Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020 - FMS

Publicação Nº 2464035

Contrato Nº : 32/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA DE OLHOS NIEDERAUER LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 331.933,08 (Trezentos e Trinta e Um Mil, Novecentos e Trinta e Três Reais e Oito Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 33/2020 - FMS

Publicação N° 2464037

Contrato N° : 33/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MOBILIZE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 67.482,72 (Sessenta e Sete Mil, Quatrocentos e Oitenta e Dois Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 34/2020 - FMS

Publicação N° 2464040

Contrato N° : 34/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA BERNARDI S S

Licitação : Inexigibilidade 5/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 13/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 09/04/2020

Valor R\$: 337.083,60 (Trezentos e Trinta e Sete Mil, Oitenta e Três Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 35/2020 - FMS

Publicação N° 2464042

Contrato N° : 35/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 6/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 27/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 27/04/2020

Valor R\$: 440.602,32 (Quatrocentos e Quarenta Mil, Seiscentos e Dois Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 36/2020 - FMS

Publicação N° 2464043

Contrato N° : 36/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : VITORIANA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 6/2020

Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS.

Vigência : Início: 27/04/2020 Término: 12/04/2021

Assinatura : 27/04/2020

Valor R\$: 79.200,00 (Setenta e Nove Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.3339039500000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: MARISA SPRICIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 37/2020 - FMS

Publicação N° 2464046

Contrato N° : 37/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BABY CARE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 13/2020

Objeto : Prestação de serviços de Atenção Domicilar -HOME CARE, em caráter complementar ao fornecido pelo Sistema Único de Saúde, visando o atendimento da paciente Mirela Ribeiro dos Santos, portadora de "Encefalopatia Hi-Póxico Isquêmica", necessitando de atendimento fisioterápico, médico especialista, fonoaudiólogo, nutricionista, terapeuta ocupacional, enfermeiros e cuidados técnicos de enfermagem em plantão de 12hrs em sua residência, em atenção à determinação judicial, Procedimento Comum Cível nº 5002548-46.2019.8.24.0019/SC

Vigência : Início: 01/05/2020 Término: 29/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 102.144,63 (Cento e Dois Mil, Cento e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta e Três Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039500000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LETICIA FARINA PUNTEL

EXTRATO DO CONTRATO N° 38/2020 - FMS

Publicação N° 2464049

Contrato N° : 38/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 17.388,00 (Dezessete Mil e Trezentos e Oitenta e Oito Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030220000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030240000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030990000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052080000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052120000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052340000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052350000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2020 - FMS

Publicação Nº 2464052

Contrato Nº : 39/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AGUAMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ONDOTOLÓGICOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 1.399,00 (Um Mil e Trezentos e Noventa e Nove Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030220000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030240000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030990000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052080000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052120000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052340000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052350000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020 - FMS

Publicação Nº 2464663

Contrato Nº : 40/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ALCI N. BECKER & CIA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 13.798,00 (Treze Mil e Setecentos e Noventa e Oito Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030220000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030240000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030990000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052080000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052120000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052340000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052350000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 41/2020 - FMS

Publicação N° 2464667

Contrato N° : 41/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CARLOS ENRIQUE LUSSANI ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 1.870,00 (Um Mil e Oitocentos e Setenta Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030220000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030240000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030990000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052080000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052120000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052340000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052350000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 42/2020 - FMS

Publicação N° 2464668

Contrato N° : 42/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FRANCIELI HAIDUK RIGO -ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 8.599,00 (Oito Mil e Quinhentos e Noventa e Nove Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 43/2020 - FMS

Publicação N° 2464670

Contrato N° : 43/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 191,94 (Cento e Noventa e Um Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2020 - FMS

Publicação Nº 2464671

Contrato Nº : 44/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : JOSE MARIA ALVES DE AGUIAR

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 1.319,99 (Um Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Noventa e Nove Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2020 - FMS

Publicação Nº 2464673

Contrato Nº : 45/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : JULEAN DECORACOES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 4.200,00 (Quatro Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2020 - FMS

Publicação Nº 2464674

Contrato Nº : 46/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 9.834,00 (Nove Mil e Oitocentos e Trinta e Quatro Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2020 - FMS

Publicação Nº 2464676

Contrato Nº : 47/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 22.472,65 (Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 48/2020 - FMS

Publicação N° 2464677

Contrato N° : 48/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 6.238,20 (Seis Mil, Duzentos e Trinta e Oito Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 49/2020 - FMS

Publicação N° 2464678

Contrato N° : 49/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 17.336,31 (Dezessete Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais e Trinta e Um Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 50/2020 - FMS

Publicação N° 2464679

Contrato N° : 50/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MF DE ALMEIDA & CIA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 6.636,00 (Seis Mil e Seiscentos e Trinta e Seis Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2020 - FMS

Publicação Nº 2464680

Contrato Nº : 51/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MORAES COMERCIO DE ARTIGOS PARA SAUDE LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 300,00 (Trezentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2020 - FMS

Publicação Nº 2464681

Contrato Nº : 52/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OLIMED MAT.HOSPITALAR LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 900,00 (Novecentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052340000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052350000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 53/2020 - FMS

Publicação N° 2464682

Contrato N° : 53/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 11.325,00 (Onze Mil e Trezentos e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030220000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030240000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030990000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052080000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052120000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052340000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052350000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 54/2020 - FMS

Publicação N° 2464683

Contrato N° : 54/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : R.S. COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 7.785,00 (Sete Mil e Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.3339030220000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 55/2020 - FMS

Publicação N° 2464685

Contrato N° : 55/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 12.518,40 (Doze Mil, Quinhentos e Dezoito Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 56/2020 - FMS

Publicação N° 2464688

Contrato N° : 56/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TECHNO SOLUÇÕES EIRELI ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 23.900,00 (Vinte e Três Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 57/2020 - FMS

Publicação N° 2464689

Contrato N° : 57/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 3.840,00 (Três Mil e Oitocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: ELISABETE FALKOSKI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2020 - FMS

Publicação Nº 2464690

Contrato Nº : 58/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : V.L. FUZETI

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 1.900,00 (Um Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523400000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490523500000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490524200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2020 - FMS

Publicação Nº 2464692

Contrato Nº : 59/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS INFORMATICA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2020

Objeto : Aquisição de equipamentos e mobiliário, para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Industriários e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/04/2020 Término: 27/07/2020

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 5.460,00 (Cinco Mil e Quatrocentos e Sessenta Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302200000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390302400000000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390309900000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490520800000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052340000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052350000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO HABILITAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 – PMC

Publicação Nº 2465788

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, classificados como IIA e IIB, provenientes de podas de árvores e de resíduos volumosos em áreas, vias e logradouros públicos no perímetro urbano do Município de Concórdia.

EXTRATO DA HABILITAÇÃO/ CLASSIFICAÇÃO

MANIFESTAÇÃO – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

I – Dos Fatos: Considerando o princípio da autotutela, ou seja, o poder-dever da administração, de rever seus atos quando eivados de vício, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, afim de debater a habilitação/ classificação da licitante PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI. Em 19 de novembro de 2019, nos autos do Processo Licitatório nº 182/2019, Concorrência nº 4/2019, que tinha por objeto a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para execução de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados no Município de Concórdia, SC, a Comissão Permanente de Licitação, após análise das razões recursais apresentadas, acolheu e referendou entendimento da respeitável Comissão de Licitação de Catanduvas-SC, inabilitando a licitante PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI, pelas razões expostas: “A recorrente anexa às suas razões cópia da diligência efetuada pela Comissão de Licitação do Município de Catanduvas-SC, a qual comprova que a empresa ZENAIDE KINNER EIRELI/ PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI, possui vínculos com a empresa LÍDER MATERIAIS ELÉTRICAS, impedida de licitar com o Município de Concórdia, conforme Processos Administrativos nº 274/2011-1 e 274/2011-2, publicados no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2776, veiculado em 14/03/2019, Publicações 1945264 e 1945265. Desta feita, em consulta ao Portal do Município de Catanduvas, em 19/11/2019, foi possível comprovar a veracidade dos documentos acostados, situação que permite a essa Comissão Permanente de Licitação acolher e referendar o entendimento da respeitável Comissão de Licitação de Catanduvas-SC, e inabilitar a licitante PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI.” (grifo nosso) II – Princípio da Autotutela: O princípio da autotutela estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos. Esse princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a 346, que estabelece que “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”, e 473, que dispõe que “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos”. O princípio da autotutela envolve dois aspectos de atuação, o da legalidade, que permite a atuação da Administração “de ofício”, ou seja, sem necessitar de motivação. E o do mérito, onde a Administração reexamina seus atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento (revogação). Assim, cumpre a essa Comissão Permanente de Licitação, valendo-se do princípio da autotutela, de ofício rever a participação da licitante PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI, no processo licitatório em epígrafe. Considerando decisão já proferida pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Concórdia, nos autos do Processo Licitatório nº 182/2019, Concorrência nº 4/2019, razões suficientes para reversão da habilitação/ classificação da licitante PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI, agindo “de ofício” independentemente da motivação das demais licitantes. III - Da Conclusão: Ante todo o exposto, e em observância aos dispositivos legais, altera-se o resultado proferido na sessão do dia 04 de março de 2020, veiculado no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3072, em 05 de março de 2020, por meio da Publicação nº 2388874, inabilitando a licitante PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI e consequentemente, reverte-se a classificação proferida na sessão do dia 17 de março de 2020, veiculado no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3084, em 18 de março de 2020, por meio da Publicação nº 2407604, em razão da inabilitação da licitante. Assim, passa a classificação do Processo Licitatório nº 14/2020, Concorrência nº 1/2020, a constar como segue: a licitante BONIN SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP sagrou-se vencedora com o menor preço global R\$441.735,00 (quatrocentos e quarenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais); a licitante CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA ficou em segundo lugar, com o segundo menor preço global de R\$447.624,48 (quatrocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos). IV – Do Direito a Recurso: Em razão da inabilitação/ desclassificação da licitante PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI e considerando a previsão legal contida no artigo 109, I, “a” e “b” da Lei Federal nº 8.666/199, conta-se o prazo recursal da data de veiculação deste extrato.

Concórdia, SC, 05 de maio de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA

Presidente da CPL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 156/2020

Publicação Nº 2465077

DECRETO Nº 156/2020

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 006/2019, com resultado final homologado em 23 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 05 de maio de 2020, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, o Sr. TAILON FERNANDO TRUCOLO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 93/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 05 de maio de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO PROC. 56/2020 DISPENSA 24/2020

Publicação Nº 2465824

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 56/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 24/2020

SOLICITANTES: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção dos purificadores de água, higienização de filtros de água e substituição de peças danificadas do Centro Administrativo, da Secretaria de Assistência Social, do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria de Infraestrutura, da Secretaria de Água e Saneamento Básico e das Unidades Escolares do Município de Cordilheira Alta.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 5.679,49 (cinco mil seiscentos e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

CONTRATADO: CLAUDIMIR BRUNETTO MEI

Cordilheira Alta, SC, em 30 de abril de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2020

Publicação Nº 2466453

PORTARIA Nº 210/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para tratamento de saúde à servidora municipal Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, matrícula nº 342001, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 05 de maio de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 48/2020**

Publicação Nº 2466456

PORTARIA N.º 048, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Altera dispositivos na Portaria n.º047, de 01 de maio de 2020, da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA – SC, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, pandemia em decorrência da infecção humana pelo COVID-19, fato que configura emergência em Saúde Pública Internacional.

CONSIDERANDO que a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência do COVID-19;

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos;

CONSIDERANDO que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção,

CONSIDERANDO que a Nota de Orientação, MPC 004/2020 – Gestão de Pessoas e Trabalho remoto, enviada pelos Procuradores do Ministério Público de Contas orienta nos itens 2 e 3 que "por razões de ordem técnica ou relativas à natureza do serviço em cada caso concreto, o gestor pode buscar a REDISTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA OUTROS SETORES OU FUNÇÕES onde haja demanda, visando o aproveitamento máximo da capacidade de trabalho, ainda que em atividades diversas das habitualmente exercidas." bem como que "é possível optar pela realização de ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO que sejam do interesse da Administração, realizadas de forma virtual";

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o §3º no Art.3º da Portaria n.º047, de 01 de maio de 2020, da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

§3º Diante de eventual impossibilidade de aplicação do trabalho remoto (home office), por razões de ordem técnica ou relativas à natureza do serviço em cada caso concreto, o Presidente da Câmara poderá redistribuir o servidor para outros setores ou atribuir outras funções que haja demanda, ainda que em atividades diversas das habitualmente exercidas, bem como poderá determinar a participação em atividades virtuais de capacitação de interesse da Casa Legislativa.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 04 de maio de 2020.

Cordilheira Alta, 05 de maio de 2020.

Arduino Nardino
Presidente da Câmara de Vereadores

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 34/2020

Publicação Nº 2464629

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 34/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2020

Contratado: ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DESCARTÁVEIS PARA PROTEÇÃO DOS SERVIDORES E PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC

Valor: 19.000,00 (dezenove mil reais)

Vigência: 31/12/2020.

DECRETO 8694/2020

Publicação Nº 2465888

DECRETO Nº. 8.694, 29 De Abril De 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.324/2019.

DECRETA

Art. 1º. Autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de Coronel Freitas, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – secretaria de educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 365 – Educação Infantil.

Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.

Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001–Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 10.000,00

Órgão: 04.05 – secretaria de educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.

Ação: 2.020 – Manutenção do ensino Fundamental.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001–Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 10.000,00

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, conforme decreto nº. 8.621/2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Abril de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8695/2020

Publicação Nº 2465897

DECRETO Nº. 8.695, 29 De Abril De 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.337/2020.

DECRETA

Art. 1º. Autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 643.000,00 (seiscentos e quarenta e três mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Freitas, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0038 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 643.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, conforme decreto nº. 8.621/2020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Abril de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8696/2020

Publicação Nº 2465901

DECRETO Nº. 8.696, 05 De Maio De 2020.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 5/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 3/2020, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 5/2020 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 3/2020, do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Freitas, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Maio de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL Nº 2.337/2020

Publicação Nº 2465880

LEI MUNICIPAL Nº 2.337, 20 De Abril DE 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 643.000,00 (seiscentos e quarenta e três mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Freitas, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0038 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 643.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, conforme decreto nº. 8.621/2020.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Abril de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020

Publicação Nº 2465836

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 20/2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA O CRAS

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 18/05/2020.

Abertura dos envelopes: às 08h30min do dia 18/05/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 04 de maio de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2020

Publicação N° 2465862

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial N° 21/2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MESA E ARMÁRIO PARA O CRAS.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 14h00min do dia 18/05/2020.

Abertura dos envelopes: às 14h00min do dia 18/05/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 04 de maio de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 064/2020

Publicação Nº 2464949

PORTARIA Nº. 064 DE 30 DE ABRIL DE 2020

AFASTA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE FAZEM PARTE DO GRUPO DE RISCO (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

Considerando por todas as razões expostas e pela conveniência e oportunidade, aliado com o dever/poder discricionário, bem como com base na Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020 e Decreto Estadual nº 525/2020;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

Considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), e as orientações passadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde; a necessidade em preservar a integridade física e saúde, dos servidores municipais; a necessidade de estabelecer medidas aptas a evitar a contaminação e restringir os riscos;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar servidores abaixo relacionados, no período de referência que especifica:

01 – Po prazo indeterminado até segunda ordem de retorno

NOME	CARGO
Rute de Jesus Balen	Professor
Maria Nilce Marmentini Somavilla	Professor
João Toldo	Operador de Maquinas
Pedro Siziznande	PCE Auxiliar de Manutenção e Conservação
Edenilce Pagnoncelli Chittó	Telefonista
Neimar Cassol	Agente Administrativo
Luciana Peruzzo Basi	Servente
Raquel Sbabo Fabris	Psicóloga
Roselaine Lucia Retore	Servente
Ilso Antonio Mores	Mecânico Geral

Art. 2º. O servidor Ilso Antonio Mores será afastado ao termino das suas férias, que ocorrerá no dia 06 de maio de 2020

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário;

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 30 de Abril de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL - 32/2019 PMCP

Publicação Nº 2465710

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2019 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE VALOR

Instrumentos: Contrato nº 0268/2020 PMCP, aditivo de valor a Ata de Registro de Preços 16/2019 PMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e GLOBO AUTO CENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.221.196/0001-32.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUÍNAS, ORIGINAIS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LINHA MICRO-ÔNIBUS, INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto PARA A LINHA CITADA NESTE OBJETO PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020.

Considerando que se tem possível a alteração da ata de registro de preços, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo de valor de R\$ 341.250,00 (trezentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta reais), o qual representa 25% do valor inicial do contrato, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 2323/2020

Publicação Nº 2465919

LEI MUNICIPAL Nº 2323/2020
DE 05 DE MAIO DE 2020

"PREVÊ A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS ATOS DESTINADOS AO ENVIO DE CERTIDÕES PARA PROTESTO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, TRIBUTÁRIA OU NÃO, BEM COMO A SUSPENSÃO DOS PROTESTOS DURANTE O PERÍODO QUE ESTABELECE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO."

CELso ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam suspensos temporariamente os atos destinados ao envio de certidões para protesto de débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou não, no âmbito do Município de Correia Pinto.

Parágrafo único - A suspensão de que trata esta Lei ocorrerá até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado em caso de ainda estar vigente o Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que declara calamidade pública no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Ficam suspensos os efeitos dos incisos I e II do art. 136-A da Lei Municipal 539 de 23 de dezembro de 1993 e seus respectivos atos normativos durante o período estabelecido no Artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O contribuinte, pessoa física ou jurídica, que possua débito com o município de Correia Pinto enviado a protesto extrajudicial e comunicado ao órgão de proteção ao crédito, poderá requerer à Secretaria de Finanças a suspensão do protesto e as anotações nos órgãos de proteção ao crédito, pelo prazo de até 60 dias, no período em que perdure os efeitos desta Lei.

§1º - Se o contribuinte for Pessoa Jurídica, deverá comprovar através de documentos oficiais o número de empregados na data do requerimento firmando termo de compromisso de que não realizará demissões enquanto o protesto estiver suspenso.

§2º - As despesas decorrentes da baixa do protesto junto ao Tabelionato correrão por conta do contribuinte requerente.

§3º - Caso o contribuinte, durante o prazo em que requereu e foi concedida a suspensão do protesto não tenha quitado o débito ou aderido a algum programa de parcelamento, caberá ao Município promover no prazo de até 30 dias as medidas previstas nos incisos I e II do art. 136-A da Lei Municipal 539 de 23 de dezembro de 1993.

§4º - A Secretaria de Finanças deverá no prazo de 3 (três) dias úteis fornecer os documentos necessários para que o contribuinte possa

providenciar a baixa das anotações restritivas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de maio de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE POSSE

Publicação N° 2466177

Termo de Compromisso e Posse da Presidência da Mesa Diretora de Correia Pinto para o ano 2020

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, tendo por local a Câmara de Vereadores do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, na presença da Mesa Diretora, tomou posse na Presidência da Câmara de Vereadores a Vereadora Lucia Raquel Rodrigues Ortiz, em virtude da renúncia ao cargo do Ex-Presidente Vilso Rostirolla, de acordo com ofício protocolado nesta Casa, ficando assim com a incumbência de Presidir a Casa até o final do biênio que se iniciou em primeiro de janeiro de 2019. O presente termo foi lavrado na presença da Mesa Diretora que a seguir assinou este termo.

LUCIA RAQUEL RODRIGUES ORTIZ

Presidente

AMARILDO DOS SANTOS RUIVO

1ª Secretário

ANILDO DO NASCIMENTO

2º Secretário

PORTARIA 0015/2020

Publicação Nº 2465628

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****PORTARIA Nº 0015, DE 04 DE MAIO DE 2020**

**EXONERA WOLNI LEOPOLDO HAMES
DO CARGO DE ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA DA
CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA
PINTO.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
CORREIA PINTO, ESTADO DE SANTA CATARINA,** no uso de suas atribuições legais e
regimentais

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **WOLNI LEOPOLDO HAMES** do cargo de Assessor da
Presidência da Câmara de Vereadores de Correia Pinto.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 0015, de 18 de fevereiro de 2018.

Correia Pinto 04 de maio de 2020.

Lucia Raquel Rodrigues Ortiz (MDB)
Presidente

Amarildo dos Santos Ruivo (MDB)
1º Secretário

Anildo do Nascimento (MDB)
2º Secretário

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 20050417443709250

PORTARIA 0016/2020

Publicação Nº 2465631

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****PORTARIA Nº 0016, DE 04 DE MAIO DE 2020**

**NOMEIA ALADIR MELO CARDOSO PARA PARA
O CARGO DE ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA DA
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
CORREIA PINTO.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
CORREIA PINTO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e
regimentais, e com amparo no artigo 54, inciso VII da LOM.**

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **ALADIR MELO CARDOSO** para o cargo de Assessor da
Presidência da Câmara de Vereadores do Município de Correia Pinto.

Art. 2º. No mesmo ato exonera ALADIR MELO CARDOSO do cargo de assessor
parlamentar revogando-se a portaria 0009 de 13 de março de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na Data de sua publicação.
CORREIA PINTO/SC, 04 DE MAIO DE 2020.

Lucia Raquel Rodrigues Ortiz (MDB)
Presidente

Amarildo dos Santos Ruivo (MDB)
1º Secretário

Anildo do Nascimento (MDB)
2º Secretário

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 20050417383299A50

PORTARIA 0017/2020

Publicação N° 2465966

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****PORTARIA N° 0017, DE 05 DE MAIO DE 2020**

NOMEIA MARLENE DE FÁTIMA DO AMARAL, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com amparo no artigo 54, inciso VII da LOM.

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia MARLENE DE FÁTIMA DO AMARAL, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar da Vereadora **LUCIA RAQUEL RODRIGUES ORTIZ**, da Câmara de Vereadores do Município de Correia Pinto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CORREIA PINTO/SC, 05 DE MAIO DE 2020.

Lucia Raquel Rodrigues Ortiz (MDB)
Presidente

Amarildo dos Santos Ruivo (MDB)
1º Secretário

Anildo do Nascimento (MDB)
2º Secretário

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 200505160750A7866

Cunha Porã

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS Nº 006/2020.

Publicação Nº 2466223



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS Nº 006/2020.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO.

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Jairo Rivelino Ebeling que, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como a Lei Municipal Complementar N°. 02, de 18 de setembro de 1990 e alterações, a Lei Municipal Complementar n°. 077 de 13 de março de 2020, e a Lei Municipal 2.779, de 30 de agosto de 2018, Lei Municipal N° 2.120 de 07 de julho de 2005 e alterações, Lei Federal N° 11.350 de 05 de outubro de 2006, Lei Federal N° 11.395 de 05 de agosto de 2018, sob o acompanhamento da Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado de Títulos, nomeada pelo Decreto Municipal n° 015 de 03 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO que não houve candidatos aprovados no processo seletivo de provas em algumas microáreas;

CONSIDERANDO que não houve candidatos aprovados no processo seletivo de títulos em algumas microáreas;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das atividades do Programa de Agentes Comunitários de saúde;

CONSIDERANDO que restaram esgotadas as possibilidades de convocação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo de provas n° 005/2019, bem como restaram esgotadas as possibilidades de convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo simplificado de títulos 010/2019.

CONSIDERANDO a necessidade de formação de cadastro de reserva;

RESOLVE:

Tornar público o Edital destinado a regulamentar o Processo Seletivo Simplificado de Títulos, para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, no cargo abaixo especificado, objetivando a contratação de servidores de acordo com necessidade futura, por tempo determinado a ser definido pela Administração Municipal, sob o regime jurídico único.

1. DOS CARGOS, VAGAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTO E HABILITAÇÃO.

1.1 - Encontra-se aberto, para preenchimento de vagas mediante Processo Seletivo Simplificado de Títulos, os cargos abaixo:

- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

Habilitação: Ensino Médio Completo e/ou Ensino Fundamental Completo conforme Lei nº 13.595/2018 Art. 7º §1º e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Item	Cargo	Vagas	Carga Horaria	Vencimento Mensal R\$
1.	ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 01	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
2.	ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 02	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
3.	ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 03	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
4.	ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 04	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
5.	ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 05	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
6.	ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 06	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
7.	ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 01	01	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
8.	ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 02	01	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
9.	ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 03	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
10.	ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 04	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
11.	ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 05	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
12.	ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 06	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
13.	ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 07	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
14.	ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 01	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
15.	ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 02	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
16.	ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 03	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
17.	ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 04	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
18.	ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 05	01	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
19.	ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 06	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
20.	ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 01	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
21.	ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 02	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
22.	ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 03	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
23.	ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 04	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
24.	ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 05	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

25.	ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 06	CR	40h	R\$ 1.446,59 PMV 2,8
-----	--	----	-----	-------------------------

**Cadastro Reserva.*

*** Valor atual do PMV – Piso Municipal de Vencimento – R\$ 516,64*

****O valor do piso municipal poderá sofrer alterações em sua data base anualmente.*

1.2 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo, quando da sua convocação, serão contratados e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Orgânica Municipal, com jornada de trabalho e remuneração conforme descrito no quadro anterior.

1.3 Os contratos serão celebrados de acordo com os artigos 198 a 201, da Lei Complementar Municipal nº 02, de 18 de setembro de 1990, lei 2.779, de 30 de agosto de 2018 e **Lei 2.120 de 07 e julho de 2005 e alterações.**

1.4 O Agente Comunitário de Saúde admitido nas condições desta Lei integrará o Regime Geral de Previdência de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

1.5 Quando da convocação os candidatos serão contatados por meio telefônico e e-mail, sendo de suma importância manter seus dados atualizados, sendo respeitado os prazos previstos em Lei.

1.6 Para os empregos de Agente Comunitário de Saúde, quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito de escolaridade previsto, poderá ser admitida a contratação de candidato com Ensino Fundamental, o qual deverá comprovar a conclusão do Ensino Médio no prazo máximo de 3 (três) anos, conforme Lei nº 11.350/2006 e Lei nº 13.595/2018.

1.7 A localidade e área de atuação da Área e Microáreas bem como as atribuições e funções inerentes ao cargo estão detalhados no **ANEXO II**;

2.0 DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro em gozo das prerrogativas de legislação municipal específica, em especial as da Lei n. 2.363 de 28 de abril de 2009;
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação;
- c) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- d) Estar quite e liberado do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- e) Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- f) Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida;;
- g) Não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- h) Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido, na data da contratação;
- i) Os requisitos deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

3.0 DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período de 06 de maio de 2020 a 15 de maio de 2020, das 08h00min às 11:00h e das 14:00 às 16:30h no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cunha Porã, situado na Rua Moura Brasil, n° 1639, Centro, Cunha Porã - SC, fone (49) 3646 - 3300.

3.2 As inscrições, no posto de inscrição, deverão ser instruídas com a seguinte documentação:

- a)** Ficha de inscrição preenchida (**disponível no local da inscrição e no anexo I deste edital**);
- b)** Fotocópia de documento oficial de identidade com fotografia e do CPF; considera-se documento oficial de identificação: Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação com foto, Carteira de Trabalho ou Carteira Profissional do Órgão de Classe.
- c)** Procuração simples com firma reconhecida, anexa ao requerimento, caso a inscrição seja efetuada por terceiros.
- d)** Comprovante de Ensino Médio completo ou Fundamental (Conforme Art. 6º, Inciso III, e Art. 7º §1º da Lei Federal 11.395/2018)
- e)** Comprovante de endereço na área da comunidade em que irá atuar conforme Art. 6º, Inciso I, da Lei Federal 11.395/2018.
- f)** Comproventes/Certificados de conclusão de cursos, com informação da carga horária.
- g)** Declaração e tempo de serviço emitido pelo setor competente em papel timbrado, com assinatura do emitente contendo a emissão de tempo em meses e dias até a data limite de 30/04/2020;
- h)** Para contagem do tempo não serão considerados períodos menores de 15 dias, e para períodos superiores a 15 dias serão contabilizados como inteiros;

3.3 O candidato poderá obter informações referentes ao Teste Seletivo Simplificado de Títulos pelo telefone (49) 3646-3300, no horário de atendimento da Prefeitura Municipal de Cunha Porã.

3.4. Os candidatos portadores de deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar o laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, devendo ficar anexo à ficha de inscrição.

3.5 A data de emissão do laudo não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da data de publicação deste edital.

3.5 O candidato ou seu procurador são responsáveis pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros e/ou não preenchimento de qualquer campo da ficha de inscrição, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

3.6 O pedido de inscrição será indeferido para os candidatos que não satisfizerem as exigências impostas por este edital.

3.7 A Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado divulgará a homologação das inscrições, em mural na Prefeitura Municipal de Cunha Porã, conforme cronograma anexo.

4.0 DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

4.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99.

São reservados 5% das vagas abertas por este Edital, para os portadores de deficiência, de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, Decreto Federal nº 3.298/99 e Súmula 377 do STJ.

4.2 O Direito de concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência será definido pelo laudo apresentado no ato da inscrição, conforme itens 3.4 e 3.5 deste edital, o qual será avaliado e homologado por médico do trabalho do município.

Caso o candidato inscrito como portador de deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº 3.298/99 e na Súmula 377 do STJ, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para portadores de deficiência.

4.3. As pessoas portadoras de deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à comprovação e pontuação dos títulos, à avaliação, aos critérios de aprovação e à pontuação mínima exigida.

4.4 O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar esta condição não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.5. Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem de classificação.

5.0 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

5.1 O Teste Seletivo Simplificado compreenderá as seguintes etapas:

- a) **Primeira etapa:** Inscrição;
- b) **Segunda etapa:** Prova de títulos e experiência de caráter apenas classificatório;
- c) **Terceira etapa:** Avaliação, pela comissão especial de acompanhamento de processo seletivo simplificado, dos títulos apresentados e classificação preliminar dos inscritos e abertura de prazo para recurso mediante preenchimento de formulário conforme Anexo III;
- d) **Quarta etapa:** Divulgação do resultado final.

6.0 DA PROVA DE TÍTULOS E COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

6.1 A avaliação dos títulos apresentados será realizada pela Comissão especial de acompanhamento e avaliação do processo seletivo e divulgada conforme cronograma estabelecido no presente edital, no Prédio da Prefeitura de Cunha Porã - SC, sito a Rua Moura Brasil, nº. 1639, Centro, Cunha Porã – SC.

6.2 Os títulos deverão ser encaminhados à Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, ou junto ao Setor de Recursos Humanos no ato da inscrição, pessoalmente ou por terceiros, munidos de procuração com firma reconhecida, que serão avaliados da seguinte forma:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

7.0 QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO

Título	Valor de cada título	Total de pontos
Certificado de cursos de aperfeiçoamento na área de saúde, com carga horária mínima de 20 horas, concluído a partir de 01.01.2015	2.0	20
Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Ensino Superior.	10	10
Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Pós-Graduação	20	20
Tempo de serviço público, exercido em qualquer cargo ou função pública na área de saúde (a cada mês trabalhado)	01	50

7.1 O candidato que não encaminhar os títulos no prazo estipulado em edital receberá nota zero na prova de títulos.

7.2 Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida.

7.3 Será aceita declaração de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

7.4 Dos documentos comprobatórios de títulos deverão ser fornecidas cópias que ficarão anexo aos demais documentos do candidato e não poderão apresentar rasuras, borrões ou emendas.

7.5 A apresentação dos títulos se dará por fotocópia simples acompanhada do original para sua autenticação junto à Prefeitura Municipal de Cunha Porã ou em fotocópia autenticada.

7.6 A comprovação de experiência na função deverá ser feita através de declaração emitida pelo empregador, ou setor responsável.

8.0 DO RESULTADO FINAL

8.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida. Na classificação final, dentre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de desempate, na ordem de classificação:

- Maior tempo de serviço comprovado;
- Carga horária de cursos de aperfeiçoamento;
- Idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27, da Lei n° 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso) (candidato de maior idade precederá o candidato de menor idade);
- Sorteio.

8.2 O resultado será publicado oficialmente no Mural Público Municipal e no site www.cunhapora.sc.gov.br na aba concursos.

9.0 DOS PRAZOS PARA RECURSOS

9.1. O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

9.2. Com relação às incorreções ou irregularidades verificadas no Edital de Processo Seletivo Simplificado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da sua publicação.

9.3. Com relação à classificação preliminar, no prazo de 01 (um) dia útil a contar da publicação do respectivo ato, mediante preenchimento de formulário específico conforme anexo III do presente edital;

9.4. Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.1. O Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano a contar da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período ficando revogado automaticamente quando da realização de processo seletivo de provas e títulos.

10.2. Fica o município responsável por esgotar primeiramente todas as possibilidades de preenchimento das vagas por meio de Processo Seletivo de Provas e Títulos, para então chamar os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado.

10.3. A contratação dos classificados fica condicionada à disponibilidade de vagas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Cunha Porã.

10.4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado de Títulos, que tem por finalidade a formação de cadastro de reserva, assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade, sendo o número de vagas preenchido de acordo com a eventual necessidade da Administração, observando a disponibilidade de cargos do quadro de pessoal do município e sendo esgotado todas as possibilidades de preenchimento das vagas por meio de Processo Seletivo de Provas e Títulos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A convocação dos candidatos aprovados obedecerá estritamente a ordem de classificação no certame e serão efetuadas por meio de documento específico de Convocação, emitido pelo Setor de Recursos Humanos, onde o convocado dará sua ciência ou manifestará sua desistência.

11.2. Em remanescente Microárea sem candidato inscrito e/ou classificado, será convocado o candidato com melhor classificação dentro da respectiva área. Em permanecendo sem candidato habilitado para assumir a vaga, serão convocados os candidatos classificados na lista geral, observado a ordem de classificação.

11.3. Se aprovado e convocado, o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital, bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e a consequente não contratação.

11.4. Para efeito de contratação, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame médico e psicológico e apresentação dos documentos legais que lhe forem exigidos.

11.5. É de responsabilidade do candidato, manter seus dados cadastrais (endereços e telefone) atualizados junto ao Setor de Recursos Humanos do Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

11.6. O candidato convocado terá o prazo de 48 horas para manifestar interesse em assumir a vaga ou dar sua desistência conforme previsto no Art. 3º parágrafo único da Lei Complementar nº 2.779/2018

11.7. Será tornado sem efeito o chamamento do candidato que não assumir a vaga no prazo determinado, bem como quando não apresentar a documentação exigida, perdendo automaticamente a vaga oferecida, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

11.8. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá requerer uma única vez para passar sua vez na lista dos classificados, e, continuar concorrendo a um novo chamamento, observada sempre a ordem de classificação e a validade do processo.

11.9. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e demais comunicados relativos ao Processo Seletivo Simplificado de Títulos que serão publicados no mural na Prefeitura Municipal de Cunha Porã - SC, situada na Rua Moura Brasil, nº 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã - SC e no site www.cunhapora.sc.gov.br na aba concursos.

11.10. O ato de inscrição implica na aceitação das condições do presente Edital, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

12. DO CRONOGRAMA GERAL

ETAPA/ATIVIDADE	DATAS
Período de inscrição	06.05.2020 a 15.05.2020 até 16:30 horas
Prazo para recurso das irregularidades do edital	06.05.2020 a 11.05.2020
Publicação da relação de inscritos e classificação preliminar	18.05.2020
Prazo para recurso quanto a homologação das inscrições	19.05.2020
Publicação da classificação final e homologação do resultado final	20.05.2020

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Acompanhamento de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, com auxílio da Assessoria Jurídica do Município.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cunha Porã, SC, 05 de maio de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 006/2020

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome:	
Cargo:	
Área:	Micro área:
CPF:	RG:
Telefone: () -	Data de Nascimento: / /
E-mail:	
Endereço:	

TÍTULOS

CAMPOS ABAIXO DE PREENCHIMENTO DA COMISSÃO

CURSOS:

TEMPO DE SERVIÇO:

Soma da Pontuação:	
PONTUAÇÃO TOTAL	

Cunha Porã, SC, ____/____/____
candidato

Comissão:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 006/2020
Anexo II**

Descrição das funções:

Agente Comunitário de Saúde - ACS

Saúde pública e saneamento básico; Endemias e epidemias; Noções básicas das seguintes endemias: Dengue, Esquistossomose, Leishmaniose, Leptospirose; Prevenção primária das endemias citadas anteriormente; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias citadas anteriormente; Combate aos agentes transmissores das endemias citadas anteriormente, conforme estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde; Visitas domiciliares e aos pontos estratégicos: fiscalização para a promoção e preservação da saúde da comunidade, papel do agente na educação ambiental e saúde da população; Saúde como dever do estado; Saúde como direito social; Noções básicas sobre o SUS; Entendimento sobre a participação da comunidade na gestão do SUS; As atribuições do agente comunitário de saúde; A participação do agente comunitário de saúde a grupos específicos; Promoção da saúde: conceito e estratégias; Formas de aprender e ensinar em educação popular, Cultura popular e sua relação com processos educativos; Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Noções de ética e cidadania; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Legislação: Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200, sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei nº 8.069, de 13/07/1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Lei nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõem sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; Portaria nº 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde do Ministério da Saúde (2009). Constituição Federal. Legislação do SUS e suas resoluções. Questões relativas às atividades inerentes a função.

Localização Geográfica para os cargos de Agente Comunitário de Saúde

ÁREAS	REGIÕES	VAGAS
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 01	Iniciando na esquina da Rua Moura Brasil com a Rua Clóvis Beviláqua, seguindo ao encontro da Rua Imperatriz Leopoldina, ao encontro com a Rua 20 de Julho, até o final da Rua João Kölln. Iniciando na Esquina da Rua Clóvis Beviláqua com a Rua Moura Brasil seguindo até o final da Rua Marechal Deodoro da Fonseca.	CR
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 02	Abrangendo todos os moradores do Bairro Jardim do lado direito da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, sentido a Rua Lindolfo Drews até a esquina com a Rua Alemanha, seguindo até a esquina da Rua Moura Brasil, abrangendo todos os moradores do lado direito da Rua Moura Brasil no sentido Oeste/Leste em direção a esquina da Rua das Hortênsias, seguindo até a Rua do Bosque, retornado até a Rua Alvin Drews, em direção até a Rua Marechal Deodoro da Fonseca até Moura Brasil.	CR
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 03	Iniciando na Esquina da Rua Moura Brasil com a Rua Duque de Caxias, abrangendo somente os moradores do lado esquerdo descendo pela Rua Duque de Caxias. O ACS ficará com todos os moradores do Bairro Bartz, seguindo pela BR 158, iniciando na ponte sobre o Rio São Domingos, seguindo pelos moradores do	CR



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ**

	lado Direito em sentido a Gruta, subindo pela estrada até os moradores depois da gruta.	
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 04	Iniciando na esquina da Rua Visconde do Rio Branco com Avenida do Comércio, seguindo até ao encontro da Rua Imperatriz Leopoldina até a Rua Clóvis Beviláqua, voltando a Rua Visconde do Rio Branco até Avenida do Comércio.	CR
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 05	Iniciando na Esquina da Rua Alemanha com a Rua Moura Brasil, abrangendo os moradores do lado Direito da Rua Alemanha, seguindo até a Rua Lindolfo Drews sentido Rio São Domingos, retornando pela Rua Moura Brasil em sentido a Travessa do Recanto até a Rua do Bosque, seguindo até a Esquina da Rua das Hortênsias, retornando a Rua Moura Brasil até ao encontro da Rua Alemanha.	CR
ACS – Área 01 (ESF I) - Microárea: 06	Iniciando pela Rua Professor Darci Heidt ao encontro com a Rua Fernando Ferrari em sentido a Rua Sul, até a Avenida do Comércio, abrangendo todos os moradores do lado direito da Avenida no Sentido Norte/Sul até o Arroio Gato Preto, após o Arroio seguindo pela Avenida, em ambos os lados. Continuando pela estrada que segue até a Linha Araçazinho.	CR
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 01	Abrangendo os moradores das Linhas Sertão, Olaria e Sabiazinho.	CR
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 02	Abrangendo os moradores das Linhas Itapê e Araçazinho.	CR
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 03	Abrangendo os moradores das Linhas União, Pedreira, Incaré, Humaitá e Boropi.	CR
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 04	Abrangendo os moradores da Linha Glória.	CR
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 05	Abrangendo os moradores das Linhas Progresso e Glória do Meio.	CR
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 06	Abrangendo os moradores das Linhas Vera Cruz Alta e Vera Cruz Baixa, itajaçú, sertão.	CR
ACS – Área 02 (ESF II) - Microárea: 07	Abrangendo os moradores das Linhas Vera Cruz Alta, Alegria, Borboleta, Santo Antônio, Bonita e Boa Esperança.	CR
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 01	Abrangendo os moradores das Linhas Pindorama, Candeias, Poço Redondo, Bambi, Quarai.	CR
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 02	Abrangendo os moradores das Linhas São Domingos e Central, barra grande.	CR
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 03	Iniciando pela Rua Serafim Enos Bertaso, ao encontro da Avenida do Comércio, abrangendo todos os moradores do lado esquerdo da rua Serafim Enos Bertaso no sentido Leste/Oeste, seguindo até o Arroio Gato Preto. Abrangendo todos os moradores do lado esquerdo da Avenida no sentido Norte/Sul.	CR
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 04	Iniciando na esquina da Rua Fernando Ferrari com a Avenida do Comércio, seguindo até ao encontro da Rua Sul no Bairro Augusto Kempfer, subindo pela rua Fernando Ferrari até a Rua Professor Darci Heidt, seguindo até a Rua 20 de Julho ao encontro da Rua Augusta Zimmermann até o final. Iniciando novamente na esquina da Avenida do Comércio com a Rua Fernando Ferrari, ao encontro com a Rua Imperatriz Leopoldina até a Esquina da Rua 20 de Julho retornando até a Rua João Kolln, até o final.	CR
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 05	Abrangendo os moradores das Linhas Salete, Sertão e Secchi, olaria.	CR
ACS – Área 03 (ESF III) - Microárea: 06	Abrangendo as Linhas Cristo Rei, Central. Retornado ao Loteamento Novo no Bairro Augusto Kempfer até o os moradores que antecederem o Arroio Gato Preto.	CR



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ**

ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 01	Abrangendo todos os moradores do Bairro Rodrigues, dando continuidade na esquina da Rua Juscelino Kubitschek com a Rua Duque de Caxias, ao encontro da Rua Moura Brasil, ao encontro da Rua Clovis Bevilacqua, seguindo até a Rua Visconde do Rio Branco ao encontro do Bairro Rodrigues, saindo do Bairro Rodrigues seguindo pela via Lateral da BR 158, voltando ao encontro do Bairro Rodrigues.	CR
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 02	Abrangendo os moradores do Bairro Industrial, Bela Vista, ao encontro da Esquina da Rua Visconde do Rio Branco com a Avenida do Comércio, seguindo a Rua Santa Catarina até encontrar a Rua Sete de Setembro esta até encontrar a Rua 25 de Julho.	CR
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 03	Iniciando na Esquina da Avenida do Canal com a Rua Benjamin constante, seguindo até a Rua Imperatriz Leopoldina, até ao encontro da Avenida do Comércio, subindo até a Rua Serafim Bertaso, seguindo até o final da mesma, abrangendo todos os moradores do lado esquerdo da Rua no sentido Oeste/Leste. Iniciando novamente na esquina da Rua Benjamin Constante com a Avenida do Canal, abrangendo todos os moradores do lado direito da avenida até o seu final no sentido Oeste/Leste.	CR
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 04	Abrangendo os moradores do Bairro Colina Verde a partir da Rua Astor Weber.	CR
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 05	Iniciando na Esquina das Ruas 25 de Julho com a 7 de setembro, seguindo até a Rua Santa Catarina ao encontro da Rua Benjamin Constante até a Avenida do Canal, seguindo até o final da Avenida do Canal, abrangendo todos os moradores do lado esquerdo da Avenida no sentido Oeste/Leste. Iniciando novamente na esquina das Ruas 7 de Setembro e 25 de Julho até ao encontro da Rua Astor Weber, seguindo até a Rua Santa Catarina, abrangendo todos os moradores do lado direito da rua no sentido Oeste/Leste.	CR
ACS – Área 04 (ESF IV) - Microárea: 06	Iniciando na esquina da Rua Santa Catarina com a Avenida do Comércio, até ao encontro da Rua Imperatriz Leopoldina, seguindo até a Rua Benjamin Constant, voltando até a Rua Santa Catarina com a Avenida do Comércio.	CR



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 006/2020

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome:		
Cargo:		
Área:	Micro área:	
CPF:	RG:	
Telefone: (____) _____ - _____	Data de Nascimento: ____/____/____	
E-mail:		
Endereço:		

JUSTIFICATIVA

Cunha Porã, SC, ____/____/2020

.....

Candidato

COMISSÃO:

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019, DE 30 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2465947

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019****DAS PARTES:** MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE – FILIAL 8 e AUTO POSTO CUNHA PORÃ LTDA.**PROCESSO LICITATÓRIO:** 1577/2019**PREGÃO PRESENCIAL:** 73/2019

DO OBJETO: O presente aditivo de valores ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Nona, Item 9.3 – Alíneas I e II da Ata de Registro de Preços nº 51/2019, celebrada em 16 de dezembro de 2019 e o que dispõe o Edital de Pregão Presencial nº 73/2019, instaurado pelo Processo Licitatório nº 1577/2019, que tem como objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-500 (COMUM), ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA COMUM PARA USO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME NECESSIDADE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC, tendo como justificativa a alteração dos preços dos combustíveis, conforme cópias de Notas Fiscais apresentadas pelas empresas detentoras da ata, bem como Parecer da Assessoria Jurídica do município. Ademais, tem como amparo o artigo 57, da Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR ANTERIOR	PERCENTUAL DE REAJUSTE/REDUÇÃO	VALOR ATUAL	PROP. VENCEDOR
2	75.000	LTS	ÓLEO DIESEL TIPO S-10, COM TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 10 PPM.	R\$ 2,92	- 9,04%	R\$ 2,66	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8
3	75.000	LTS	ÓLEO DIESEL COMUM, TIPO S-500, COM TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 500 PPM.	R\$ 2,85	- 9,05%	R\$ 2,59	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - FILIAL 8
1	50.000	LTS	GASOLINA COMUM, TIPO C, COM ADIÇÃO DE ETANOL ANIDRO, DENSIDADE ENTRE 718 e 775 g/L, ÍNDICE DE OCTANAGEM IGUAL A 87, SEM ADITIVOS E TEOR DE ENXOFRE MÁXIMO DE 50 PPM.	R\$ 3,95	- 15,78%	R\$ 3,33	AUTO POSTO CUNHA PORÃ LTDA

DATA DO TERMO ADITIVO: CUNHA PORÃ/SC, 30 DE ABRIL DE 2020.**JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL**

LEI Nº 2859, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466232

LEI Nº 2.859, de 5 de maio de 2020.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ PARA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Cunha Porã autorizado a repassar recursos financeiros para o Consórcio Intermunicipal e Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária – CIDIR.

Parágrafo Único. O referido repasse destina-se a manutenção das atividades do CIDIR conforme previsto no Protocolo de Intenções, Contrato de Rateio e as definições da Assembleia Geral do consórcio.

Art. 2º. O repasse mencionado no “caput” do artigo 1º poderá ser mensal ou anual a partir do exercício de 2020

Parágrafo único. Os valores serão fixados em Contrato de Rateio observadas as decisões da Assembleia Geral.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 5 de maio de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

LEI Nº 2860, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466234

LEI Nº 2.860, de 5 de maio de 2020.

SUPRIME A LARGURA EM PARTE DA RUA 7 DE SETEMBRO LOCALIZADA NO LOTEAMENTO NENO/DE VALLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica suprimida parte da largura da Rua 7 de setembro em trecho localizado na confrontação com o Loteamento Neno / De Valle.

Parágrafo único. A alteração mencionada no caput do artigo está em consonância com o Art. 2º da Lei nº 1.353, de 30 de novembro de 1988, que aprova o Plano de Expansão Viária da Cidade de Cunha Porã.

Art. 2º. A Rua 7 de Setembro passa a ter dez (10) metros de largura no trecho que confronta na direção Oeste das quadras seis (06) e sete (07) do Loteamento Neno / De valle e no encontro da Rua Professor Nelson Wagner, com doze (12) metros de largura, que separa as referidas quadras no Loteamento Neno / De Valle.

Art. 3º. A supressão de área considera o Parecer Técnico nº 9199/2019 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, que não autoriza nas condições atuais alteração do uso de solo para abertura de via pública na área localizada: 26º 53’ 7,53” S / 53º 10’ 21,62” O.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito, 5 de maio de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 354, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466180

PORTARIANº 354, de 04 de maio de 2020.

DESIGNA O SERVIDOR MUNICIPAL DARLEI PARISOTTO CONTRATATO PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE MOTORISTA PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 77/2020;

CONSIDERANDO a demanda na secretaria de Infraestrutura;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor municipal Darlei Parisotto ocupante do cargo de motorista com carga horária de 40 horas semanais, para a partir de 27 de abril de 2020, exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. A Designação de que trata o artigo 1º será enquanto perdurar a necessidade de manutenção das atividades, ou enquanto houver conveniência administrativa, ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 27/04/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de maio de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 355, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação N° 2466182

PORTARIAN° 355, de 05 de maio de 2020.

AUTORIZA A SERVIDORA MARCIA MARKENDORF GERENTE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA A REALIZAR HOME OFFICE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 077/2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal N° 048, de 31 de março de 2020;
CONSIDERANDO o despacho do Prefeito deferindo o requerimento.

RESOLVE:

Art. 1º. Autoriza a Servidora Municipal Marcia Markendorf, Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa a realizar Home Office em meio turno conforme dispõe o Decreto Municipal N° 048, de 31 de março de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 13/04/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de maio de 2020.

Jairo Rivelino Ebeling
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 356, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação N° 2466193

PORTARIAN° 356, de 05 de maio de 2020.

EXONERA SANDRO FÜRST DO CARGO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, em 30 de abril de 2020, SANDRO FÜRST, do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 30/04/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de maio de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 357, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466201

PORTARIANº 357, de 05 de Maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA AO SERVIDOR MUNICIPAL SANDRO FÜRST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 02/1990, Art. 117;

CONSIDERANDO o prazo para desincompatibilização de servidor público para o pleito eleitoral de 2020;

CONSIDERANDO a exoneração do servidor do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor municipal deferido pelo Prefeito Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença remunerada no período de 30 de abril de 2020 até 04 de outubro de 2020, ao servidor municipal SANDRO FÜRST, matrícula 0344-1, no cargo de Fiscal de Tributos Municipais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 30 de abril de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de maio de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 358, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466208

PORTARIANº 358, de 05 de maio de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL OLIVIO ENGLER E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias a partir de 06 de maio de 2020 até 04 de junho de 2020 ao servidor Municipal OLIVIO ENGLER matrícula 805-2 ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 07.04.2019 a 06.04.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de maio de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 359, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466221

PORTARIA Nº 359, de 05 de Maio de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL PAULO ROGERIO MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias, de 05 de maio de 2020 a 03 de Junho de 2020, ao servidor Municipal, PAULO ROGERIO MULLER, Motorista, Matrícula nº 3816, referente ao período aquisitivo de 11.02.2019 a 10.02.2020;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de maio de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N. 03/2020

Publicação Nº 2466112

RESOLUÇÃO Nº 03/2020, de 30 de Abril de 2020

DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO ONLINE DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON COLISELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, com fulcro no art. 39, inciso IV da Resolução nº 11/2018 promulgo após aprovação do Plenário a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica pela presente resolução autorizada a realização de sessões ordinárias e extraordinárias bem como as reuniões de comissões no âmbito do Poder Legislativo quando em caráter de urgência as quais deverão ser realizadas de forma online ou através de aplicativos de vídeo chamada.

Art. 2º As referidas sessões poderão ser convocadas pelo Presidente desta casa de Lei ou ainda pelo Chefe do Poder Executivo, por meio eletrônico (e-mails, telefone ou aplicativos de mensagem), obedecendo ao Regimento e demais regulamentações.

Art. 3º A Pauta da referida sessão será encaminhada previamente a todos os vereadores, por meio digital como o intuito de agilizar o trâmite dos trabalhos legislativos durante a realização da sessão online.

Art. 4º. Fica dispensando o uso do grande expediente e da explicação pessoal na realização das sessões online.

Art. 5º Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cunha Porã, SC, 30 de Abril de 2020.

MILTON COLISELLI
Presidente
Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã - SC

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO 045

Publicação Nº 2466140

DECRETO MUNICIPAL N.º 045/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS DE SERVIDORES EM RAZÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 77, c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 037 de 13 de abril de 2020 que “dispõe a aplicabilidade automática dos decretos e regulamentos editados pelo governo do Estado de Santa Catarina, com vistas a estabelecer medidas de enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), disciplina o uso de máscaras domésticas pela população, estabelece regras para o funcionamento dos serviços públicos, e dá outras providências”;

CONSIDERANDO o Art. 2º, § 2º do Decreto Municipal nº 037 de 13 de abril de 2020 que disciplina a vedação aos servidores públicos municipais a realização de horas extras enquanto perdurar as medidas de enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 033/2020 de 01 de abril de 2020 que declara situação de emergência no Município de Cunhataí afetado por estiagem (Cobrade 1.4.1.1.0), conforme IN/MI 02/2016;

CONSIDERANDO que alguns servidores trabalharam por horas excedentes em razão da situação de emergência afetado estiagem de água no município entre outros serviços essenciais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a compensação das horas extras por folgas alternadas e a critério do superior da pasta aos servidores que trabalharam em virtude da situação de emergência afetada no município entre outros serviços essenciais.

Parágrafo único. Deverá o Secretário responsável pela pasta, apresentar relatório de autorização das atividades demonstrando a necessidade das horas extraordinárias, para posterior a compensação destas, considerando a proibição em virtude do Decreto nº 037/2020 de 13 de abril de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 13 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 05 de maio de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA 097

Publicação N° 2466138

PORTARIA N°. 097/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

“DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ASSINAR CHEQUES, EFETUAR PAGAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS ON-LINE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE AS DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMS DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Luciano Franz, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 793/2014, de 23/04/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor público Darcilo Weidauer Schmitt, inscrito no RG n.º 4.24.289 e no CPF n.º. 061.158.409-37, matrícula n.º. 33756/02, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Ação Social e Habitação para movimentação das contas (ag. 1395-1 c/c 18.825-5; ag. 1395-1 c/c 18.829-8; ag. 1395-1 c/c 19.166-3; ag. 5279-5 c/c6.777-6 ag. 5279-5 c/c 6.932-9), do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ n.º. 20.853.411/0001-37, emitindo e assinando os cheques, abrir e encerrar contas de depósito, consultar saldos, extratos e comprovantes on-line, requisitar talonário de cheques, endossar cheques, retirar cheques devolvidos, baixar cheques, efetuar movimentação Auto atendimento Setor Público, efetuar pagamentos e transferências de títulos e convênios on-line (via ASP), efetuar resgates e aplicações financeiras, efetuar saques, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, alterar limites de movimentação, emitir e liberar ordens bancárias, autorizar cobrança e autorizar outros débitos, conjuntamente com o Prefeito Municipal Luciano Franz inscrito no CPF n.º 031.472.969-03, referente às despesas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMS de Cunhataí – SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 27 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 05 de maio de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2020

Publicação Nº 2466100

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA CAMPANHA DE TRÂNSITO DA 24ª CIRETRAN. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/05/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 19/05/2020, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 05 de Maio de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2020

Publicação Nº 2466326

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE SOFTWARE AUTOCAD PARA USO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 19/05/2020, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 19/05/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 05 de Maio de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2020

Publicação Nº 2465431

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2020

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social e a empresa JULIO CESAR DE SOUZA PETISCOS ME, com o valor de R\$ 3.030,00 (três mil e trinta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE HOSPEDAGEM POR 30 DIAS A CONTAR DE 30/04/2020, PARA FAMÍLIA DE 3 INTEGRANTES, CUJA RESIDÊNCIA SOFREU UM SINISTRO E ENCONTRAM-SE EM CONDIÇÕES SUBUMANAS. EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) doas consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos à Secretária, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebem Wordell Mary Hellen b. Dacol Ribeiro Cristiane Sandri
Presidente da Comissão Membro Membro

Cristina Melo Menegotto Paulo A. da Costa Granemann Roberto Carlos da Silva
Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 30 de abril de 2020.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação do serviço mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 30 de abril de 2020.

Julio Cezar Coelho de Avilla
Secretária Municipal de Assistência Social

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 27/2020

Publicação Nº 2465579

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</p> <p>CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 23/2020 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 23/2020 Processo de Licitação: 23/2020 Data do Processo: 03/03/2020</p>
	<p>Folha: 1/1</p>

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEXTAVADAS NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL NOVA ALVORADA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 27/2020 (Sequência: 6)

Ao(s) 5 de Maio de 2020, às 13:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 225/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 23/2020, Licitação nº 23/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: AS EMPRESAS "IPSUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI" E "TERRAPLANAGEM VIANA LTDA" PROTOCOLARAM ENVELOPES NO APRAZADO, CONFORME EXIGÊNCIA DA ATA Nº 24/2020. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONFORME ATA Nº 24/2020. O QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS "IPSUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI" E "TERRAPLANAGEM VIANA LTDA" APRESENTARAM DOCUMENTOS EM CONFORMIDADE COM O EXIGIDO, SENDO CONSIDERADOS CLASSIFICADOS. DESTA MODO, FICA CONSIDERADA VENCEDORA DO CERTAME A EMPRESA IPSUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI QUE APRESENTOU MENOR PROPOSTA COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.782.530,49. FICA ABERTO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONFORME PREVÊ A LEI 8.666/93. A EMPRESA IPSUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI RENUNCIOU A INTENÇÃO DE RECURSO.

Participante: 12625 - IPSUM SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEXTAVADAS NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL NOVA ALVORADA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.	%	100,00		0,0000	17.825,3049	1.782.530,49
Total do Participante ----->							1.782.530,49
Total Geral ----->							1.782.530,49

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 5 de Maio de 2020

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETARIA

CRISTIANE JAQUELINE PEREIRA SANDRI - - 1º MEMBRO

ROBERTO CARLOS DA SILVA - - 2º MEMBRO

CRISTIANO FRANÇA PEREIRA - - 3º MEMBRO

PAULO AUGUSTO COSTA GRANEMANN - - 4º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JORGE FERNANDO DOS SANTOS - - Representante

Dona Emma

PREFEITURA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2020

Publicação Nº 2466153

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 20/2020
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 04/2020

A Presidente da Comissão de Licitação da Pref. Municipal torna público resultado do julgamento do Tomada de Preços nº 04/2020, que tinha por objeto a Contratação de empresa para a execução de obras de reforma do Complexo Desportivo Municipal Alfred Friedrich Dahm, localizado à Rua Alberto Koglin nº 2714, no Centro do Município de Dona Emma – SC, totalizando a área de 96,32 m², pactuadas através do contrato de repasse nº 874758/2018/MC/CAIXA, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania, representado pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, na qual declara vencedora a empresa: JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 05.898.011/0001-54, valor Global: R\$ 263.786,56.
Dona Emma, SC, 30 de abril de 2020.

Nicole Tereza Weber
Presidente da Comissão

EXTRATO DOS CONTRATOS MÊS 04/2020 - FMS

Publicação Nº 2465171

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 1ºTA-16/2016 - Contrato Nº: 16/2019
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA
Contratada...: LISSANDRA KARLA MEDEIROS
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 02/04/2020 Término: 02/04/2021
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
ESPECIALIZADO NA ÁREA DE GINECOLOGIA.
Dona Emma, 5 de Maio de 2020

EXTRATO DOS CONTRATOS MÊS 04/2020 - MUNICÍPIO

Publicação Nº 2465165

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DONA EMMA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº..... 10ªTA-28/2019 - Contrato Nº: 28/2019
Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
Contratada... COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ETZOLD LTDA
Valor..... 0,00 (zero)
Vigência..... Início: 01/04/2020 Término: 31/12/2020
Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº: 6/2019
Recursos..... Dotação:
Objeto..... AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA OS VEÍCULOS,
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE
DONA EMMA, NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2019.
Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Aditivo Nº..... 1ªTA-15/2020 - Contrato Nº: 15/2020
Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
Contratada... SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - IBIRAMA
Valor..... 0,00 (zero)
Vigência..... Início: 15/04/2020 Término: 31/12/2020
Licitação..... Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 6/2020
Recursos..... Dotação:
Objeto..... SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
EDUCAÇÃO CONTINUADA A ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE DONA EMMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA
OFICINA DE EDUCAÇÃO MAKER - TECNOLOGIA E ROBÓTICA PARA 2
(DUAS) TURMAS COM O NÚMERO DE 30 (TRINTA) ALUNOS POR
TURMA, A SER MINISTRADO PELO SESI NO SEGUINTE LOCAL:
MUNICÍPIO DE DONA EMMA, EM ESPAÇO PREVISTO PELA
PREFEITURA MUNICIPAL.
Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Aditivo Nº..... 1ªTA-28/2018 - Contrato Nº: 28/2018
Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
Contratada... GILMAR PFLEGER
Valor..... 0,00 (zero)
Vigência..... Início: 15/04/2020 Término: 31/08/2023
Licitação..... Concorrência p/ Compras e Serviços Nº: 1/2018
Recursos..... Dotação:
Objeto..... SUSPENSÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A
EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE BAR E LANCHONETE DO GINÁSIO DE
ESPORTES PREFEITO VALDEMAR JUMES PERTENCENTE AO
MUNICÍPIO DE DONA EMMA.
Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Aditivo Nº..... 3ªTA-20/2018 - Contrato Nº: 20/2018
Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
Contratada... MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL
Valor..... 0,00 (zero)
Vigência..... Início: 15/04/2020 Término: 31/12/2020
Licitação..... Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos..... Dotação:
Objeto..... SUSPENSÃO DA LOCAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO
DA IGREJA MATRIZ CRISTO REI DE DONA EMMA-SC, CONTENDO
UMA ÁREA DE 484,76 M², SITUADO EM UM IMÓVEL URBANO DE
PROPRIEDADE DA MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL PARA A
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA.
Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE DONA EMMA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº..... 4ºTA-15/2017 - Contrato Nº: 15/2017
 Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
 Contratada... MARIA OLIVA POFFO 08499369936
 Valor..... 0,00 (zero)
 Vigência..... Início: 15/04/2020 Término: 31/12/2020
 Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2017
 Recursos..... Dotação:
 Objeto..... SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR EM MÚSICA E ESPECIALIZADO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO E REGÊNCIA DE CORAL PARA ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA

Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Aditivo Nº..... 1ºTA-40/2019 - Contrato Nº: 40/2019
 Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
 Contratada... EMIR JERONIMO DE OLIVEIRA 08030821859
 Valor..... 0,00 (zero)
 Vigência..... Início: 15/04/2020 Término: 03/10/2020
 Licitação..... Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2019
 Recursos..... Dotação:
 Objeto..... SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA O PROJETO GUARDIÕES AMBIENTAIS, DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA.

Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Aditivo Nº..... 1ºTA-34/2017 - Contrato Nº: 34/2017
 Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
 Contratada... JOHN KUTER
 Valor..... 0,00 (zero)
 Vigência..... Início: 15/04/2020 Término: 28/09/2022
 Licitação..... Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2017
 Recursos..... Dotação:
 Objeto..... SUSPENSÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE BAR E LANCHONETE DA CANCHA MUNICIPAL ANTÔNIO PEDRO DAROLT PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DONA EMMA

Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 28/2020
 Contratante... MUNICÍPIO DE DONA EMMA
 Contratada... COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ETZOLD LTDA
 Valor..... 1.566.500,00 (um milhão quinhentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais)
 Vigência..... Início: 17/04/2020 Término: 31/12/2020
 Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2020
 Recursos..... Dotação: 2.101.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.102.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.307.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
 2.301.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.304.3.3.90.00.00.00.00.00 (40),
 2.304.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.304.3.3.90.00.00.00.00.00 (42),
 2.501.3.3.90.00.00.00.00.00 (69), 2.501.3.3.90.00.00.00.00.00 (70),
 2.501.3.3.90.00.00.00.00.00 (71), 2.506.3.3.90.00.00.00.00.00 (83),
 2.506.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.506.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),
 2.508.3.3.90.00.00.00.00.00 (87), 2.511.3.3.90.00.00.00.00.00 (107),
 2.606.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.601.3.3.90.00.00.00.00.00 (140),
 2.605.3.3.90.00.00.00.00.00 (144), 2.700.3.3.90.00.00.00.00.00 (150),
 2.702.3.3.90.00.00.00.00.00 (154), 2.702.3.3.90.00.00.00.00.00 (155),
 2.705.3.3.90.00.00.00.00.00 (173), 2.709.3.3.90.00.00.00.00.00 (185),
 2.709.3.3.90.00.00.00.00.00 (186), 2.709.3.3.90.00.00.00.00.00 (187),
 2.709.3.3.90.00.00.00.00.00 (188)
 Objeto..... AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA E DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE DONA EMMA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 29/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE DONA EMMA
Contratada.: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.
Valor.: 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais)
Vigência.: Início: 24/04/2020 Término: 13/11/2020
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2019
Recursos.: Dotação:
Objeto.: AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA A
PATRULHA MECANIZADA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE E DA SECRETARIA DE OBRAS E
SERVIÇOS URBANOS, CONFORME CONVÊNIO SICONV Nº
849558/2017 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL COM O
MUNICÍPIO DE DONA EMMA.

Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 30/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE DONA EMMA
Contratada.: J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA
Valor.: 373.404,09 (trezentos e setenta e três mil quatrocentos e
quatro reais e nove centavos)
Vigência.: Início: 24/04/2020 Término: 31/12/2020
Licitação.: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2020
Recursos.: Dotação:
Objeto.: CONSTRUÇÃO DE UMA CASA MORTUÁRIA CONTENDO
A ÁREA TOTAL DE 232,36 M², A SER EDIFICADA EM UM TERRENO
URBANO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO LOCALIZADO À RUA
ALBERTO KOGLIN, NO CENTRO DE DONA EMMA - SC, DE
CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA -
ANEXO V.

Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Aditivo Nº.: 1ªTA-28/2020 - Contrato Nº.: 28/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE DONA EMMA
Contratada.: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ETZOLD LTDA
Valor.: 0,00 (zero)
Vigência.: Início: 24/04/2020 Término: 31/12/2020
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2020
Recursos.: Dotação:
Objeto.: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O
ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
RODOVIÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA E DA
FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Dona Emma, 5 de Maio de 2020

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2020

Publicação Nº 2466271

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ: 79.373.775/0001-62.

CONTRATADA: ES COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA, CNPJ: 12.884.170/0001-65.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA COM MOTOR A DIESEL COM POTÊNCIA DE 100 KVA, INCLUSO INSTALAÇÃO E ENTREGA, PARA UM PERÍODO DE 02 (DOIS) MESES.

VALOR MENSAL: R\$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta reais).

VALOR TOTAL: R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

Doutor Pedrinho/SC, 05 de maio de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 11/2020

Publicação Nº 2464625

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO

Considerando-se:

- a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, a Licitação de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 60/2019, e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 011/2020;
- a necessidade de alteração no quantitativo de itens e a inclusão de novos itens não previstos no Projeto Básico licitado;
- o Parecer Técnico favorável a alteração contratual emitido pela Engenharia da municipalidade anexo a este termo;
- a previsão legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados, especificamente no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666, o qual aduz:

“ Art. 65...

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.”

As partes, de um lado MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2- Centro, Doutor Pedrinho - SC, representado por sua Prefeita, Sra. Simoni Mercia Mesch Nones, abaixo denominado MUNICÍPIO e

TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.535.370/0001-02, com endereço à Rua Ruy Barbosa, nº 783, Bairro Capitais, cidade de Timbó - SC, CEP: 89.120-000, representada por JARDEL FLORIANI, Brasileiro, CPF nº 003.688.079-59, cargo de Sócio Administrador, endereço residencial na Rua Bulgária, nº 214, Bairro das Nações, cidade de Timbó, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

resolvem de comum acordo, celebrar termo aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

1.1 - Ficam acrescidos ao objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 084/2019, os seguintes itens e quantitativos:

ITENS A ADITAR:

Item	Fonte	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
ACRÉSCIMOS							
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES						804,61
1.3.0.8.	Comp.	004	CAIXA COLETORA PARA TUBO D=30CM, COM FUNDO E TAMPA DE CONCRETO E PAREDES EM ALVENARIA, COM GRELHA DE CONCRETO	UND	1	804,61	804,61
1.4.	PAVIMENTAÇÃO						12.849,37
1.4.1.4.	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30KM (UNIDADE: M3XKM). AF_04/2016	M3XKM	0,76	13.742,57	10.444,35
1.4.3.4	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 DE MASSA ASFALTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M3XKM	0,98	2.454,10	2.405,02
2.0	SERVIÇOS NÃO LICITADOS						13.592,17
2.1	SICRO	5214003	PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS - TERMOPLÁSTICO POR ASPERSÃO - ESPESSURA DE 1,5 MM	M2	46,33	15,10	699,62
2.2	Comp.	002 -A AJUSTADA	CAIXA COLETORA PARA TUBO D=40CM, COM FUNDO E TAMPA DE CONCRETO E PAREDES EM ALVENARIA, COM GRELHA DE CONCRETO	UND	881,37	10,00	8.813,67
2.3	SINAPI	92809	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	m	38,22	60,00	2.293,20
2.4	Comp.	002 - B AJUSTADA	CAIXA PASSAGEM PARA TUBO D=60 CM, COM FUNDO E TAMPA DE CONCRETO E PAREDES EM ALVENARIA, COM GRELHA DE CONCRETO	UND	892,84	2,00	1.785,68
OBS: OS PREÇOS UNITÁRIOS UTILIZADOS POSSUEM BDI INCORPORADO.				VALOR TOTAL: 27.246,15			

1.2 – Em razão das alterações, na forma tratada no item anterior, fica acrescido o valor de R\$ 27.246,15 (vinte sete mil e duzentos e quarenta e seis reais e quinze centavos) ao valor total previsto na Clausula Terceira do Contrato Administrativo nº 011/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, em 30 de abril de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

JARDEL FLORIANI
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO
ELIZEU RODRIGUES TAVARES

Testemunhas:

GIOVANI MARCARINI TARCÍSIO LENZI

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 01-2020 - ALTERA O REGIMENTO INTERNO**

Publicação Nº 2465769

RESOLUÇÃO nº 01/2020

Inclui o Método de Deliberação Remota no Regimento Interno da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, aprovado pela Resolução nº 01/2016.

A MESA DIRETORA da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, nos termos dos Incisos I, III e XXVII do artigo 17 da Lei Orgânica Municipal, e artigos 154, § 2º, IV, e 205 do Regimento Interno da Câmara, faz saber que o Plenário desta Casa Legislativa aprovou e estes promulgam a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica acrescentado o Artigo 111-A no Regimento Interno da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, aprovado pela Resolução nº 01/2016, com a seguinte redação;

“Art. 111-A - Fica instituído o Método de Deliberação Remota, instrumento excepcional e temporário, visando à discussão e votação digital de matérias urgentes, durante período de estado de calamidade pública que impeçam a realização normal das sessões da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho.

§ 1º - Entende-se como discussão e votação digital, a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica que dispensa a presença física dos parlamentares em Plenário.

§ 2º - Utilizar-se-á, para fins de efetivação do Método de Deliberação Remota, um grupo fechado no aplicativo WhatsApp, criado exclusivamente para este fim, incluindo os nove Vereadores, a Assessoria Jurídica e a Assessoria Legislativa.

§ 3º - As sessões por meio do Método de Deliberação Remota terão caráter extraordinário e deverão ser convocadas pelo Presidente da Câmara Municipal, até às 15h do dia anterior ao da sessão, por solicitação ou não do(a) Prefeito(a) Municipal.

§ 4º - Recebido proposição que atendam os critérios fixados no caput deste artigo, a sessão será convocada pelo Presidente, através de mensagem por meio do grupo fechado do Whatsapp aos Vereadores, informando a respectiva pauta.

§ 5º - Para solicitação pelo(a) Prefeito(a) Municipal, este(a) deverá protocolar a proposição e encaminhar ofício ao Presidente da Câmara Municipal, na forma do artigo 3º, até às 14h do dia anterior ao da sessão, possibilitando a disponibilidade, no site do Poder Legislativo, da matéria para votação e o encaminhamento desta para análise pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa.

§ 6º - Para fins de realização das sessões por meio do Método de Deliberação Remota, observar-se-á o seguinte:

I – a apresentação de emendas e/ou substitutivos deve ser realizada, por meio do sistema interno do Poder Legislativo (art. 3º), até às 12h do dia designado à sessão;

II – ficam dispensados os pareceres das Comissões Permanentes;

III - até às 15h do dia designado à sessão, os Vereadores deverão encaminhar um vídeo, em formato horizontal e com duração máxima de dois minutos, o qual comprovará presença para o cômputo do quorum, ao grupo fechado indicado no § 2º deste artigo, citando o número do projeto e anunciando seu voto neste;

IV – cada vídeo postado pelo Vereador deverá tratar apenas de uma matéria;

V – após o envio do vídeo, o voto proferido por meio do Método de Deliberação Remota será irretratável;

VI – destinada à proclamação dos votos, a sessão compreenderá apenas Ordem do Dia, quando o Presidente anunciará o resultado da votação, computando-se os votos encaminhados por vídeos;

VII – o vídeo da sessão será disponibilizado, na íntegra, no site do Poder Legislativo no prazo máximo de 24h, incluindo a apresentação dos vídeos contendo as declarações de votos dos Vereadores.”

Parágrafo Único – Fica convalidado o Ato da Mesa Diretora nº 30, de 31/03/2020, incorporando-se permanentemente o Método de Deliberação Remota no Regimento Interno do Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 2020.

Jackson Rodrigo de Castilho
Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luiz Henrique Stollmeier
Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luizinho Pereira Da Silva
Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Tony Tadeu Nones
Segundo Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Entre Rios

PREFEITURA

DECRETO Nº 041/2020

Publicação Nº 2465482

Decreto nº. 041 de 30 de abril de 2020.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO PELOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO, EM CUMPRIMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES REMOTAS EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL CARACTERIZADA PELA SUSPENSÃO DAS AULAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DECRETADA COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS (ACTS) E DE ESTAGIÁRIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP nº. 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais nº. 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o nº. 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº. 019 de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência e que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus;

DECRETA:

TÍTULO I

NORMAS INTRODUTÓRIAS

Art. 1º. As regras definidas no presente decreto aplicam-se exclusivamente aos servidores e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Entre Rios/SC, cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual nº. 509, de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal nº. 021 de 19 de março de 2020, e suas posteriores prorrogação.

Art. 2º. O regime especial de atividades não-presenciais a ser implementado no âmbito do Município de Entre Rios/SC, envolverá o desenvolvimento de atividades remotas cujo aproveitamento para fins do disposto no inc. I do art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), depende do integral cumprimento das regras e diretrizes a serem fixadas no âmbito do sistema municipal de ensino.

Art. 3º. Durante o período em que forem suspensas as atividades escolares na rede municipal de ensino, os servidores efetivos vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão desenvolver suas atividades por meio de um dos seguintes regimes de trabalho:

I – expediente regular, com cumprimento integral das atividades de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação;

II – expediente regular, com cumprimento regular de sua jornada de trabalho em outro órgão da administração pública municipal, mediante lotação provisória;

III – trabalho remoto, com cumprimento de jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais;

IV – banco de horas, mediante a suspensão da realização de atividades com formação de banco de horas para compensação futura, quando for retomada a realização do ensino com atividades presenciais.

§ 1º A definição do regime de trabalho previsto nos incisos III e IV deverá ser detalhado em Plano de Trabalho Individual, a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O Plano de Trabalho Individual poderá fixar regime híbrido que preveja o cumprimento de jornada de trabalho do profissional em mais de uma das modalidades de trabalho definidas nos incisos I, III e IV deste artigo.

§ 3º Aos servidores temporários (ACTs) vinculados à Secretaria Municipal de Educação, aplicam-se às regras definidas no Título IV, deste decreto.

§ 4º Aos estagiários e profissionais contratados sob regime diferenciado, aplicam-se as regras definidas no Título V, deste decreto.

TÍTULO II

DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO

Art. 4º. Enquanto as atividades regulares nas unidades de ensino estiverem suspensas:

I – independentemente do regime de trabalho a que estiver submetido o servidor, será mantida a percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

a) gratificação de regência de classe;

II – em relação àqueles servidores que estiverem atuando em regime de trabalho banco de horas, serão suspensas a percepção das seguintes vantagens:

a) auxílio alimentação;

b) auxílio transporte.

Art. 5º. Quando do retorno das atividades presenciais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos professores integrantes do grupo de risco, a estes será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

TÍTULO III

DOS REGIMES DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS

CAPÍTULO I

DO REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 6º. As atividades não-presenciais que integram o regime de trabalho remoto incluem, entre outras:

I - planejamento, adequação e preparação de atividades de intervenção docente não presencial;

II – participação em reuniões pedagógicas remotas;

III – participação de atividades de formação continuada;

IV – produção de conteúdo e de estratégias didáticas para diferentes modalidades de ensino por meio de estratégias de intervenção diversas do método presencial;

V – elaboração de material didático para ser disponibilizado em versão impressa ou digital

VI – entrevistas e participações em programas de rádio, de televisão e de outros meios de comunicação com a finalidade de informação e de formação;

VII – as interações com os discentes em ambiente virtual e acompanhamento de atividades avaliativas.

Parágrafo único. As atividades deverão ser definidas em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º. O Plano de Trabalho Individual deverá especificar as atividades a serem realizadas de forma proporcional à carga horária de trabalho do servidor.

§ 1º A comunicação e/ou interação de professores com alunos, pais, familiares e/ou responsáveis, dar-se-á exclusivamente dentro do horário de trabalho do professor, sendo que qualquer atividade realizada fora do horário normal de trabalho, será considerada mera liberalidade, sendo vedado o pagamento de hora extraordinária.

§ 2º A execução das atividades não-presenciais corresponderá à totalidade da carga horária do regime de contratação, incluindo não somente as horas de interação com alunos (em sala de aula), quanto às chamadas horas-atividade (art. 2º, § 4º da Lei nº. 11.738, de 16 de julho de 2008).

§ 3º O Plano de Trabalho Individual do profissional do Magistério e da Educação será fixado pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial de Educação adotado pelo Município.

Art. 8º. O Município deverá prover recursos materiais para que as atividades sejam desenvolvidas pelos Profissionais do Magistério e da Educação, em sua residência ou na unidade escolar de ensino, nos termos do Plano de Intervenção Emergencial a ser aprovado pelo Município.

Art. 9º. A regulamentação das atividades deverá ser feita por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, nos termos de regulamentação a ser fixada pelo Conselho Municipal de Educação e/ou Conselho Estadual de Educação, e consequente homologação dos atos normativos.

§ 1º O regulamento deverá tratar sobre sistemática para o cumprimento de jornada de trabalho, para o controle de atividade pedagógica e educacional e sobre a supervisão ou coordenação pedagógica das atividades.

§ 2º Os efeitos jurídicos do regime de trabalho remoto se equiparam àqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

DA LOTAÇÃO PROVISÓRIA EM OUTRO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a determinar a lotação provisória de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, para o exercício em outro órgão da Administração Pública, nos termos definidos no art. 3º, inc. II, deste decreto.

Parágrafo único. O servidor público só deverá exercer suas atribuições no local da lotação provisória quando as funções por ele desempenhadas sejam compatíveis com as atribuições do cargo de provimento efetivo de que é titular e desde que respeitada a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente.

Art. 11. O ato da lotação provisória do servidor deverá ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos e deverá ser efetivado, independentemente de sua anuência prévia, exigindo sua comunicação com pelo menos dois dias de antecedência.

Art. 12. O ato de lotação provisória do servidor público municipal se concretizará com a publicação da portaria no Diário Oficial dos Municípios.

§ 1º O ato de lotação provisória deverá prever seu termo final, que será por prazo certo ou pelo adimplemento de condição resolutive.

§ 2º A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato unilateral do Secretário Municipal de Educação.

CAPÍTULO III DO REGIME DE BANCO DE HORAS

Art. 13. Os servidores que não puderem exercer suas atividades em regime de expediente normal (art. 3º, incs. I e II deste decreto), ou ainda, através de trabalho remoto (art. 3º, inc. III), estarão submetidos ao regime de compensação por banco de horas, nos termos definidos no art. 3º, inc. IV, deste decreto.

Art. 14. O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor durante o período em que houve a suspensão do atendimento presencial das unidades escolares e demais dependências educacionais da rede de ensino municipal.

Art. 15. Ao final do período de suspensão das atividades escolares e dependências educacionais, será calculado o montante do total de horas negativas acumuladas no período, devendo o servidor público compensá-las quando forem retomadas as atividades regulares na rede de ensino municipal.

§ 1º As horas trabalhadas a mais em razão do regime de compensação de horas, em regra, não terão caráter de labor extraordinário, e serão compensadas de acordo com os parâmetros e critérios definidos no Plano de Intervenção Emergencial de Educação e no Plano de Trabalho Individual do profissional.

§ 2º A compensação mencionada no §1º, deste artigo, não poderá resultar em jornada diária total superior a 10 (dez) horas diárias.

§ 3º A compensação das horas não pode prejudicar o direito dos servidores públicos quanto ao descanso entre jornadas, salvo em caso de excepcional necessidade do serviço público, e desde que assim ajustado de comum acordo entre a chefia imediata e o servidor.

§ 4º As horas acumuladas nos termos deste capítulo deverão ser compensadas ao longo do período em que se estender o período de reposição para cumprimento integral do calendário letivo do ano de 2020, ainda que eventualmente adentre no ano civil de 2021.

Art. 16. Para fins de contagem das horas de trabalho a serem acumuladas, aplicam-se os seguintes critérios:

I – para os profissionais do Magistério que atuam como docentes, o acúmulo das horas deve tomar como referência o total das horas (hora relógio) abrangidas por sua jornada de trabalho;

II – para os demais profissionais do Magistério e da Educação, o acúmulo das horas deve tomar como referência sua jornada de trabalho regular.

§ 1º Em relação aos profissionais do Magistério que atuam como docentes, o montante final das horas acumuladas deverá diferenciar o número total de horas de interação com os estudantes (2/3) e de horas-atividade (1/3), para fins de regular aplicação do disposto no art. 2º, § 4º da Lei nº. 11.738, de 16 de julho de 2008.

§ 2º A critério da Administração, e nos termos do Plano de Intervenção Emergencial de Educação, aos profissionais do Magistério que atuam como docentes poderá ser determinada a realização de atividades de formação continuada até o limite de 1/3 de sua jornada de trabalho, horas essas a serem abatidas do montante total das horas-atividade acumuladas.

Art. 17. A compensação das horas acumuladas pelos profissionais do Magistério que atuam como docentes devem levar em conta os seguintes balizamentos:

I – as horas acumuladas a título de horas-atividade não podem ser utilizadas para compensar atividades que exijam interação direta com os alunos;

II – a critério da Secretaria Municipal de Educação, a compensação das horas devidas poderá ser realizada em unidades de ensino distintas daquelas às quais o servidor esteja vinculado.

Parágrafo único. O planejamento dos instrumentos de compensação das horas acumuladas deve constar de Plano Individual de Trabalho a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18. A acumulação de horas devidas em face da sujeição ao regime de banco de horas aplica-se exclusivamente enquanto perdurar a suspensão das aulas da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. A sujeição do servidor ao regime de banco de horas não pode importar em redução de sua remuneração mensal.

TÍTULO IV DOS SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO (ACT's)

Art. 19. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos servidores contratados por prazo determinado, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I – a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho:

a) de expediente regular, nos termos do art. 3º, inc. I;

b) de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, inc. III;

c) em regime de trabalho híbrido, nos termos do art. 3º, § 2º.

II – a suspensão do contrato de trabalho;

III – a alteração unilateral do contrato de trabalho, para exercício extraordinário em lotação diversa;

IV – a rescisão unilateral do contrato de trabalho, em razão da situação de emergência (calamidade pública) reconhecida no âmbito do Município.

Art. 20. Aos servidores temporários que continuarem a desenvolver suas atividades na forma definida no inc. I do art. 19, aplicam-se integralmente as regras definidas no título III que trata dos servidores efetivos.

Art. 21. Aos servidores temporários que tiverem seus contratos de trabalho suspensos, nos termos do inc. II do art. 19, será assegurada a percepção de 50% de sua remuneração contratada.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato de trabalho, serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas, para fins de compensação futura, nos termos do disposto no capítulo III da seção III.

§ 2º O montante das horas devidas deverá ser reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput.

§ 3º Não se aplica aos servidores temporários com contrato suspenso as regras referentes à formação continuada prevista no art. 16, § 2º deste decreto.

§ 4º A suspensão temporária do contrato de trabalho será pactuada por acordo individual escrito entre a Secretaria Municipal de Educação e o contratado, que será encaminhado ao contratado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos.

§ 5º Durante o período de suspensão temporária do contrato, fica mantida a contribuição ao Regime Geral de Previdência Social, com a redução proporcional à redução experimentada em sua remuneração.

§ 6º O contrato de trabalho será restabelecido no prazo de dois dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique ao contratado sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o contratado possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho.

§ 7º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, de acordo com o disposto no art. 19, inc. IV.

Art. 22. O servidor temporário vinculado à Educação, que não possa ser aproveitado na execução de atividades em regime de expediente normal ou de trabalho remoto, poderá ter seu contrato de trabalho unilateralmente alterado para exercício temporário em outro órgão de lotação, observados os seguintes requisitos:

I - o exercício de atribuições afins à função para a qual foi contratado, respeitadas a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente;

II - a demonstração de que há necessidade temporária de excepcional interesse público a justificar a alteração unilateral do local de realização da função temporária;

III - a assinatura de termo de alteração da contratação por prazo indeterminado por ambas as partes.

Parágrafo único. O termo que determine as alterações na contratação temporária pode fixar como condição resolutive o retorno das atividades regulares nas unidades de ensino e educacionais do Município.

Art. 23. Os servidores contratados por prazo determinado poderão ter seu contrato de trabalho extinto unilateralmente, assegurada à percepção de verba indenizatória prevista em lei.

§ 1º A extinção do contrato será comunicada com a antecedência mínima de quinze dias.

§ 2º Na hipótese de o servidor possuir mais de um vínculo funcional com a Administração, em consonância com os critérios fixados no Plano de Intervenção Emergencial de Educação, a Secretaria Municipal de Educação pode determinar a resilição de somente um desses vínculos.

§ 2º Na superveniência de situação não prevista no Plano de Intervenção Emergencial de Educação que configure manifesta necessidade de serviço, os contratos rescindidos poderão ser reestabelecidos, após manifestação prévia dos interessados.

Art. 24. Na hipótese de o servidor temporário requerer a rescisão antecipada de seu contrato, serão deduzidas das verbas indenizatórias os valores remuneratórios que lhe foram antecipados a título de férias, ou ainda, durante a vigência da suspensão de seu contrato de trabalho.

Art. 25. Os contratos de trabalho por prazo determinado poderão ter sua vigência prorrogada a fim de que sejam adequados ao novo calendário escolar relativo ao ano letivo 2020.

Parágrafo único. Os contratos por prazo determinado cujo termo final de vigência expire durante o período em que as atividades escolares estiverem suspensas, poderão ser prorrogados, desde que demonstrada a necessidade de sua manutenção.

TÍTULO V

DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 26. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos Termos de Compromisso de Estágio em vigor, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho de expediente regular ou de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, incs. I e II deste Decreto.

II - a suspensão do termo de compromisso de estágio, sem percepção da respectiva bolsa de estágio;

III - a rescisão unilateral do termo de compromisso de estágio, em razão da situação de emergência (calamidade pública) reconhecida no âmbito do Município.

§ 1º Os atos relacionados ao disposto nos incisos II e III serão notificados ao estagiário com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 2º Durante o período de suspensão do termo de compromisso de estágio, fica igualmente suspenso o pagamento de quaisquer benefícios dele decorrentes, como vale transporte e/ou auxílio alimentação, devendo ser garantido pagamento do seguro em favor do estagiário (art. 9º, inc. IV da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008), por parte da entidade conveniada ou do próprio Município.

§ 3º Uma vez restabelecidas as atividades regulares das unidades de ensino da rede municipal, o termo de compromisso de estágio, suspenso nos termos do inc. II, será restabelecido no prazo máximo de até dois dias corridos.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. Durante o período de suspensão das atividades regulares nas unidades de ensino da rede pública municipal, ficarão suspensos os relatórios de avaliação de desempenho, a contagem de tempo de interstício para fins de progressão na carreira e o prazo de contagem do estágio probatório.

Art. 28. Ficam suspensos até o dia 31 de dezembro de 2020, a implementação em folha de pagamento de progressão funcional, de adicional de tempo de serviço, de adicional de pós-graduação, de abono de permanência e de ajuda de custo.

Art. 29. As licenças de capacitação e as licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da Secretaria Municipal de

Educação, em consonância com o Plano Emergencial da Educação, poderão ser suspensas por decisão unilateral.

Art. 30. As concessões de licença prêmio concedidas, férias, férias coletivas ou férias normais individuais, férias antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo, obedecerá as disposições da Lei Municipal nº. 796 de 29 de abril de 2020.

Art. 31. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 30 de abril de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

DECRETO Nº 042/2020

Publicação Nº 2465488

DECRETO N. 042/2020
DE 30 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 137.925,50 (cento e trinta e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 14 – FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 14.01 – FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO
Funcional: 16.482.1601.1.072 – Apoio ao Sistema Habitacional
Despesa: 4.5.90.00 (124) – 0.0.00 – Aplicações Diretas R\$ 137.925,50

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro do exercício de 2019 - Fonte de Recursos: 00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de abril de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 187/2020

Publicação Nº 2464838

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº187 de 29 de abril de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SALETE GONÇALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora Salete Gonçalves, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 29 de abril de 2020 a 28 de maio de 2020. Retorno em 29 de maio de 2020.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 29 de abril de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2020

Publicação Nº 2464963

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº188 de 30 de abril de 2020.

EXONERA O SR. JEDISON LUIZ ARNO DO CARGO DE OPERADOR DE RETROESCAVDEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 017/06.

CONSIDERANDO, Término de Contrato Temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado Jedison Luiz Arno Contratado Temporariamente no cargo de Operador de Retroescavadeira.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 30 de abril de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2020

Publicação Nº 2465355

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº189 de 04 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANE CARLA COMACHIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora Cristiane Carla Comachio pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020. Retorno em 03 de junho de 2020.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/2020

Publicação Nº 2465361

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº190 de 04 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDI DE OLIVEIRA BELÉM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Jurandi de Oliveira Belém pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020. Retorno em 03 de junho de 2020.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/2020

Publicação Nº 2465363

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº191 de 04 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORECI FERREIRA DA CRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora Loreci Ferreira da Cruz pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020. Retorno em 03 de junho de 2020.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2020

Publicação Nº 2465367

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº192 de 04 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODETE DAMARAT LEITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora Odete Damarat Leite pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020. Retorno em 03 de junho de 2020.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/2020

Publicação Nº 2465377

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº193 de 04 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VILSON DA COSTA VARELA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Vilson da Costa Varela pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020. Retorno em 03 de junho de 2020.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/2020

Publicação Nº 2465420

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 194 de 04 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILCE CAMINI ANKLER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Marilce Camini Ankler, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 e terminar em 02 de junho de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de julho de 2020. As férias foram antecipadas conforme prevê a Lei nº796/2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 13 de agosto de 2019 a 12 de agosto de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/2020

Publicação Nº 2465394

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 195 de 04 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE ANKLER SQUENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Daiane Ankler Squena, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 e terminar em 02 de junho de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de junho de 2020. As férias foram antecipadas conforme prevê a Lei nº796/2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 08 de julho de 2019 a 07 de julho de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2020

Publicação Nº 2465428

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 196 de 04 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSICLEIA BENTO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Rosicleia Bento da Silva, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 e terminar em 02 de junho de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de junho de 2020. As férias foram antecipadas conforme prevê a Lei nº796/2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 10 de março de 2020 a 09 de março de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 04 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/2020

Publicação Nº 2465437

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 197 de 05 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GETULIO ANTONIO BAZZI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Getulio Antonio Bazzi, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 05 de maio de 2020 a 03 de junho de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 04 de abril de 2019 a 03 de abril de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 05 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198/2020

Publicação Nº 2465447

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº198 de 05 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DELIA FARIAS RODRIGUES DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora Delia Farias Rodrigues da Silva, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 05 de maio de 2020 a 03de junho de 2020. Retorno em 04 de junho de 2020.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 05 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199/2020

Publicação Nº 2465453

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº199 de 05 de maio de 2020.

EXOENRA O SR. DERLI MARCELO MARTINS PAULINO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INDÍGENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/01.

CONSIDERANDO, pedido em anexo;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado o Sr. DERLI MARCELO MARTINS PAULINO, do cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INDÍGENA, de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 05 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 200/2020

Publicação N° 2465463

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 200 de 05 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS ALBERTO LAGNI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Carlos Alberto Lagni, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de abril de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 04 de março de 2019 a 03 de março de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 05 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 201/2020

Publicação N° 2465465

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 201 de 05 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Celso dos Santos, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de abril de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 04 de março de 2019 a 03 de março de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 05 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/2020

Publicação Nº 2465471

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 202 de 05 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA VOLF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Andreia Volf, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 04 de maio de 2020 e terminar em 02 de junho de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foram acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de abril de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 06 de abril de 2020 a 05 de abril de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 05 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2020

Publicação Nº 2465474

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 203 de 05 de maio de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ORDES ALVES CAVALHEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Orides Alves Cavaleiro, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 29 de abril de 2020 a 28 de maio de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de abril de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 05 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2020

Publicação Nº 2465869

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Edital de Chamada Pública nº 001/2020

O Município de Erval Velho torna público o Edital de Chamada Pública para a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, em conformidade com Lei nº 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº 004/2015 e Resolução/FNDE/CD nº 26/2013, e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

Data: O recebimento dos envelopes de documentação para Chamada Pública será a até as 09h00min do dia 29/05/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 024/2020

Publicação Nº 2465863

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 038/2020
Edital de Pregão nº 024/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto para drenagem pluvial, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 18/05/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 025/2020

Publicação Nº 2465867

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 039/2020
Edital de Pregão nº 025/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de EPIs e Vestimentas para os servidores do Município de Erval Velho, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 19/05/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2020

Publicação Nº 2466131



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2020

Processo Licitatório nº. 514/2020

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 08/2020

Validade da ata de R.P.: 02(dois) meses contados a partir do dia 05/05/2020

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **BREGOMAR VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 75.838.979/0001-70, estabelecida na Rua Willy Barth nº. 2777, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, neste ato representada pelo **Sr. Boleslau Kovalski Neto**, inscrito no CPF sob nº. 503.191.329-00 e Identidade nº. 1020030068, doravante denominados **MUNICÍPIO** e **FORNECEDOR**, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 514/2020 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 08/2020, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE VEICULOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA E TRANSPORTE E SECRETARIA DE SAUDE, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
2.	1,00	UND	VEICULO ZERO KILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL, CAPACIDADE DE 7 LUGARES COM CINTOS DE SEGURANÇA EM MESMO NUMERO, MODELO: 2020, COR BRANCO, PÁRA-CHOQUES E RETROVISORES NA COR DO VEÍCULO, COMBUSTÍVEL: GASOLINA E ETANOL, POTENCIA DE 106CV, CAMBIO AUTOMATICO, AIRBAG DUPLO PARA NO MINIMO O PASSAGEIRO E MOTORISTA, COM 04 PORTAS, EQUIPADO DE FABRICA COM AR CONDICIONADO, DESEMBAÇADOR ELÉTRICO TEMPORIZADOR DO VIDRO TRASEIRO, LIMPADOR E LAVADOR LETRICO DO VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS, ALARME COM TELE COMANDO DE ABERTURA E FECHAMENTO DAS PORTAS POR CONTROLE DA CHAVE, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, FREIOS ABS, APARELHO DE SOM CD MP3 COM ENTRADA USB ORIGINAL DE FABRICA E ALTO-FALANTES NAS PORTAS ORIGINAIS DE FABRICA, TAPETES E PROTEÇÃO DE CARTER, RODAS DE AÇO COM CALOTAS OU LIGA LEVE ARO 15 E PNEUS NOVOS, FAROIS DE NEBLINA, SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, TODOS OS VIDROS COM PELICULA SOLAR, E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIO EXIGIDOS PELO CONTRAN. MARCA CHEVROLET MODELO; SPIN PREMIER	R\$ 93.000,00



Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08

Tel: (49) 3668-1000

www.flordosertao.sc.gov.br

administracao@flordosertao.sc.gov.br

[facebook.com/turismoeflor](https://www.facebook.com/turismoeflor)



II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a **FORNECEDORA** a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade do veículo, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do veículo fornecido;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 514/2020.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo **MUNICÍPIO** ao local de fornecimento do Veículo.

VI - O item deverá ser entregue conforme solicitação do Município, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 15 dias consecutivos após a solicitação, oportunidade que será conferido quanto a **CARACTERIZAÇÃO COMPLETA** exigida no Edital e seus anexos.

VII - O município somente receberá um veículo "NOVO" (sem registro anterior), "0 KM" (somente será aceito quilometragem necessária para carga/descarga), e que no ato da entrega.

VIII - A proponente vencedora deverá fazer a entrega do veículo, apresentando a existência de todas características exigidas no edital, para desta forma ser dado o aceite, para posterior pagamento.

IX - O proponente vencedor deverá fornecer junto com o veículo o comprovante de "GARANTIA DO VEÍCULO DE NO MÍNIMO 1 ANO" sem "LIMITE DE QUILOMETRAGEM" dentro deste período.

X - O proponente vencedor deverá prestar a assistência técnica no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação, frente a problemas que venham a ocorrer no período de garantia e quando for necessário fazer as revisões.

XI - O proponente vencedor deverá cumprir com todas as suas responsabilidades no período de "GARANTIA DO VEÍCULO", sendo de sua inteira responsabilidade quaisquer danos decorrentes dos consertos e revisões realizadas.

XII - O proponente vencedor assumirá a responsabilidade de atendimento, conforme Ata de Registro de Preços firmado com o Município, e fica responsável por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

XIII - Em caso de problemas no período de garantia, será aplicado as sanções previstas na **LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)**, especialmente o que prevê o **Art. 18 e Art.19 da Lei**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08

Tel: (49) 3668 -1000

www.flordosertao.sc.gov.br
administracao@flordosertao.sc.gov.br
[facebook.com/turismoeflor](https://www.facebook.com/turismoeflor)



I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **FORNECEDORA**;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do veículo entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o veículo é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização da entrega do veículo os Seguintes Secretários.

Secretário de Saúde – Maristela Valer

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise veículo para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do veículo será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE


I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 02 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura, podendo ser renovado até o limite de 12 meses.

 Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08

 Tel: (49) 3668 -1000

 www.flordosertao.sc.gov.br
 administracao@flordosertao.sc.gov.br
 facebook.com/turismoeflor



CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A **FORNECEDORA** poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na realização dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:


A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;



 Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08

 Tel: (49) 3668 -1000

 www.flordosertao.sc.gov.br

 administracao@flordosertao.sc.gov.br

 facebook.com/turismoflor



IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A **FORNECEDORA** é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A **FORNECEDORA** fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;


Flor do Sertão – SC, aos 05 dias do mês de maio de 2020.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER
CPF: 503.319.819-04
CONTRATANTE

BOLES LAU KOVALSKI NETO
CPF: 503.191.329-00
CONTRATADA

DIOGO DE BEM
CPF: 010.389.549-32
TESTEMUNHA

LEANDRO NEUHAUS
CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA

 Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08

 Tel: (49) 3668 -1000

 www.flordosertao.sc.gov.br
 administracao@flordosertao.sc.gov.br
 facebook.com/turismoeflor

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 642/2020

Publicação Nº 2466157

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 642/2020
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 11/2020
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEICULO NOVO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA – ESTRUTURA.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 06 de maio de 2020, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 18 de maio de 2020. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 05 dias do mês de maio de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

DECRETO Nº. 32/2020

Publicação Nº 2466127

DECRETO nº. 32/2020

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 514/2020, e dá outras providências.
SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeiro e comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 31/2020, sobre o processo de licitação nº. 514/2020, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEICULOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA E TRANSPORTE E SECRETARIA DE SAUDE.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

BREGOMAR VEICULOS LTDA	R\$ 93.000,00
------------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 05 dias do mês de maio de 2020.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER		LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal		Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº. 001 - CONTRATO Nº. 55/2019

Publicação Nº 2465805

TERMO ADITIVO Nº. 001
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 55/2019

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04

e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado W PIROCA ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.046.973/0001-58, com sede na Avenida Flor do Sertão, nº. 426, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representada pelo Sr. William Piroca, inscrito no CPF sob o nº 071.911.939-13 e Cédula de Identidade nº. 5517786, doravante denominada CONTRATADA, resolvem Aditivar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato em 60 dias, pelo fato, de que a obra ainda não foi finalizada, referente ao processo Licitatório nº. 1437/2019 na modalidade de Tomada de Preço nº. 06/2019 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DO PRÉ - ESCOLAR MUNICIPAL PADRE LUIS MUHL COM AREA AMPLIADA DE 327,30m².

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 05 dias do mês de maio de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		WILLIAM PIROCA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 071.911.939-13
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4943/2020

Publicação Nº 2465624

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4943, DE 04 DE MAIO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2020 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida Lei Municipal N.º 756, de 26 de dezembro de 2019 e em conformidade com a Lei Municipal N.º 757 de 30 de abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 700.428,61 (setecentos mil quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

ENTIDADE: 1 – MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.04 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
PROJ./ATIV. 1.025 AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DO IDOSO	
(151) 4.4.90.00.00.00.00.0300– Aplicação Direta	
Fonte de Recurso: 0300 – Recursos Ordinários	R\$ 230.000,00
(152) 4.4.90.00.00.00.00.0389– Aplicação Direta	
Fonte de Recurso: 0389 – Alienação de Bens...	R\$ 86.594,01
(153) 4.4.90.00.00.00.00.0350– Aplicação Direta	
Fonte de Recurso: 0350 – Recursos de outras fontes	R\$ 383.834,60

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de: R\$ 700.428,61 (setecentos mil quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) das Fontes de Recursos: 300, 389 e 350.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de maio de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4944/2020

Publicação Nº 2464833

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4944, DE 05 DE MAIO DE 2020.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, AFETADAS POR ESTIAGEM – 1.4.1.1.0. CONFORME IN/MI02/2016."

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 71 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO que a estiagem prolongada, provocada pela redução das precipitações pluviométricas, que atinge o Município desde 14 de fevereiro de 2020, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

CONSIDERANDO que como consequência da estiagem está provocando danos e prejuízos aos agricultores, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou a estiagem prolongada em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

CONSIDERANDO os critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo grau de vulnerabilidade socioeconômico do município e pelo despreparo da Defesa Civil local frente a estiagem prolongada, aliado aos prejuízos nos serviços de abastecimento de água, comprometendo as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água;

CONSIDERANDO que a falta de água atinge o seguimento agrícola, o qual é a base da economia local;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem – 1.4.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para toda a área deste Município, comprovadamente afetada pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário afetado.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul- SC, em 05 de maio de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4945/2020

Publicação Nº 2465652

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4945, DE 05 DE MAIO DE 2020.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2020 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida Lei Municipal N.º 756, de 26 de dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

ENTIDADE: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSA DO SUL	
05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
PROJ./ATIV. 2.026 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
(51) 3.3.90.00.00.00.00.3638– Aplicação Direta	
Fonte de Recurso: 3638 – Assistência farmacêutica Básica	R\$ 25.000,00

(57) 3.3.90.00.00.00.00.3038- Aplicação Direta	
Fonte de Recurso:3038 – SUS- Transferências....	R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) das Fontes de Recursos: 3638 e 3038.

Art. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 05 de maio de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO DE ATA N°07/2020

Publicação N° 2465798

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°07/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS FRUTÍFERAS DIVERSAS, QUE SERÁ DISTRIBUÍDA AOS MUNÍCIPIOS DE FORMOSA DO SUL, CONFORME LEI N°708 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. ARTIGO 30
CONTRATADO: AGROPLANTAS MONDINI LTDA - ME
VALOR: R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais)
Vigência: Início: 05/05/2020 Término: 04/05/2021
Licitação: Processo Administrativo N°.: 26/2020
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 8/2020

Formosa Do Sul, 5 de Maio de 2020

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 004/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADA: ANALICE TROIANI SACHET

Publicação N° 2464634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNIC. DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO
TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 004/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADA: ANALICE TROIANI SACHET
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 004/2019.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/05/2020 a 01/10/2020.
FORMOSA DO SUL, 05 DE MAIO DE 2020.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 005/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADA: DANIELA BIENERT

Publicação N° 2464785

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNIC. DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 005/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: DANIELA BIENERT

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 005/2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/05/2020 a 30/06/2020.

FORMOSA DO SUL, 05 DE MAIO DE 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 006/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADA: SILVANA DAL SANTO SIMONATO

Publicação N° 2464717

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNIC. DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 003 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 006/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: SILVANA DAL SANTO SIMONATO

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 006/2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/05/2020 a 01/10/2020.

FORMOSA DO SUL, 05 DE MAIO DE 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 004 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 002/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADA: FRANCIELE REGINA SASSO

Publicação N° 2465017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNIC. DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO

TERMO ADITIVO N.º 004 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 002/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADA: FRANCIELE REGINA SASSO

OBJETO: Fica alterada a carga horária da Servidora FRANCIELI REGINA SASSO, nomeada através do Decreto Municipal N° 4730, de 24 de ABRIL de 2019, para a função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 7º, par. único, da Lei Municipal nº 254, de 02 de julho de 2001.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/05/2020 a 30/06/2020.

FORMOSA DO SUL, 05 DE MAIO DE 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 004 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 009/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADA: JULIANA RITA CORREA MACEIESKI

Publicação N° 2465025

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNIC. DE FORMOSA DO SUL	
EXTRATO	
TERMO ADITIVO N.º 004 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 009/2019	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
CONTRATADA: JULIANA RITA CORREA MACEIESKI	
OBJETO: Fica alterada a carga horária da Servidora JULIANA RITA ALVES CORREA MACEIESKI, nomeada através do Decreto Municipal N° 4790, de 29 de AGOSTO de 2019, para a função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 7º, par. único, da Lei Municipal nº 254, de 02 de julho de 2001.	
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/05/2020 a 30/06/2020.	
FORMOSA DO SUL, 05 DE MAIO DE 2020.	
RUDIMAR CONTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 005 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 018/2018 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADA: SAMARA REGINA ASSOLINI MILAN

Publicação N° 2464631

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNIC. DE FORMOSA DO SUL	
EXTRATO	
TERMO ADITIVO N.º 005 - CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 018/2018	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
CONTRATADA: SAMARA REGINA ASSOLINI MILAN	
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato Administrativo n.º 018/2018.	
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/05/2020 a 01/10/2020.	
FORMOSA DO SUL, 05 DE MAIO DE 2020.	
RUDIMAR CONTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/PMF/2020

Publicação Nº 2466048

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 08/2020 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 03/2020 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de exames médicos ocupacionais nos servidores do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/02/2021
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/PMF/2020

Publicação Nº 2466081

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 09/2020 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 04/2020 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR para fornecimento de material pétreo (base de brita graduada e pó de pedra) para utilização em pavimentações de logradouros públicos do Município de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/02/2021
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/PMF/2020

Publicação Nº 2466000

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/PMF/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 40/PMF/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011, e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. NICOLAU SATURNINO VIEIRA, inscrita no CNPJ nº. 34.413.040/0001-87 estabelecida na Rua Pedro Hoffmann, em Orleans/SC, neste ato representada pela Sra. Nadine Alberton Vieira, brasileiro, CI 5.910.339, CPF 076.271.039-08;
2. ORLEANS INFORMATICA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº. 02.315.593/0001-00 estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, em Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Melo, brasileiro, CI 5.954.489, CPF 082.909.739-26;
3. GOLD COMPUTADORES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 02.537.692/0001-37 estabelecida na Rua Romulo Pescador, em Turvo/SC, neste ato representada pelo Sr. Willian Canever, brasileiro, CI 5.339.518, CPF 096.722.769-07;
4. KLEIN SIMIONATO & SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 24.754.528/0001-14 estabelecida na Rua Nereu Ramos, em Turvo/SC, neste ato representada pelo Sr. Carlos Roberto dos Santos, brasileiro, CI 5035315, CPF 045.970.969-06;

5. RSUL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº. 14.066.477/0001-84 estabelecida na Rua Norberto Seara Heusi, em Blumenau/SC, neste ato representada pelo Sr. Vorlei Fuckner, brasileiro, CI 3626212, CPF 003.782.869-00;

6. DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 82.803.230/0001-53 estabelecida na Rua Coronel Farrapo, em Campos Novos/SC, neste ato representada pelo Sr. Edson Fernando Mazzuco, brasileiro, CI 3.149.728, CPF 023.627.449-06;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 40/PMF/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

- 1.1. O CERTIFICADO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.
 - 1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.
 - 1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.
3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
- 1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:
- 1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
 - 1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;
 - 1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
 - 1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;
 - 1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
 - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
 - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
 - 2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não manter a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- I - advertência;
- II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
- A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
 - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
 - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.
 - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de

1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Valéria de Bona Tiscoki, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Ademir Brandieli Pedro, Secretário de Administração e Finanças será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 40/PMF/2020, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 04 de maio de 2020.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
NICOLAU SATURNINO VIEIRA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Nadine Alberton Vieira

ORLEANS INFORMATICA EIRELI EP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Charles Madeira Melo

GOLD COMPUTADORES LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Willian Canever

KLEIN SIMIONATO & SANTOS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Carlos Roberto dos Santos

RSUL EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Vorlei Fuckner

DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA,
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Edson Fernando Mazzuco

Valéria de Bona Tiscoski

Fiscal da Ata

Fraiburgo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° CT20PMF50_DOM

Publicação N° 2465131

EXTRATO DO CONTRATO N° CT20PMF50

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADO: ROBERTO MIGUEL – ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA AMPLIAÇÃO DA UBS NAÇÕES, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SENDO QUE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E NAS NORMAS CITADAS, DEVERÃO SER RIGOROSAMENTE OBEDECIDAS DURANTE O DECORRER DA OBRA, VALENDO COMO EFETIVAMENTE FOSSEM TRANSCRITAS NESTE INSTRUMENTO E NOS CONTRATOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL) E PARTE DELE INTEGRANTE. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 174.396,39 (CENTO E SETENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 05.05.2020. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 05.05.2020 A 02.11.2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0057/2020 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 0004/2020. RECURSOS: 3.440 E 9.418 RECURSOS ORDINÁRIOS DO CONVÊNIO 2020TR000474 E 1.400 RECURSOS ORDINÁRIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

FRAIBURGO (SC), 05 DE MAIO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA DE FRAIBURGO

EXTRATO DE CONTRATO N° CT20PMF51_DOM

Publicação N° 2465132

EXTRATO DO CONTRATO N° CT20PMF51

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADO: CIDIMAR DA ROSA – ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO NA UBS MACIEIRA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SENDO QUE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E NAS NORMAS CITADAS, DEVERÃO SER RIGOROSAMENTE OBEDECIDAS DURANTE O DECORRER DA OBRA, VALENDO COMO EFETIVAMENTE FOSSEM TRANSCRITAS NESTE INSTRUMENTO E NOS CONTRATOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL) E PARTE DELE INTEGRANTE. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 165.064,19 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL E SESSENTA E QUATRO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 05.05.2020. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 05.05.2020 A 02.09.2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0057/2020 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 0004/2020. RECURSOS: 3.440 E 9.418 RECURSOS ORDINÁRIOS DO CONVÊNIO 2020TR000474 E 1.400 RECURSOS ORDINÁRIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

FRAIBURGO (SC), 05 DE MAIO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA DE FRAIBURGO

PORTARIA 07802020

Publicação N° 2465233

PORTARIA N° 0780, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de JOCELI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.808.899-09, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 07812020

Publicação Nº 2465234

PORTARIA Nº 0781, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora BRUNA PEREIRA DOLBERTH, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 055.911.709-43, nomeada no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 07822020

Publicação Nº 2465235

PORTARIA Nº 0782, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Designa Fiscal de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar GUILHERME PIASSA FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 527.602.862-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT20PMF50, Processo Administrativo Licitatório nº 0057/2020 – PMF, Tomada de Preços nº 0004/2020, cujo objeto é a ampliação da UBS Nações, de propriedade do Município de Fraiburgo, sendo que as especificações contidas nos memoriais descritivos e nas normas citadas, deverão ser rigorosamente obedecidas durante o decorrer da obra, valendo como efetivamente fossem transcritas neste instrumento e nos contratos para execução dos serviços, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante.

Art. 2º. Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 07832020

Publicação Nº 2465238

PORTARIA Nº 0783, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Designa Fiscal de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar GABRIEL DAL´MASO DECESARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 072.880.679-71, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 14906, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT20PMF51, Processo Administrativo Licitatório nº 0057/2020 – PMF, Tomada de Preços nº 0004/2020, cujo objeto é a Construção de um muro na UBS Macieira, de propriedade do Município de Fraiburgo, sendo que as especificações contidas nos memoriais descritivos e nas normas citadas, deverão ser rigorosamente obedecidas durante o decorrer da obra, valendo como efetivamente fossem transcritas neste instrumento e nos contratos para execução dos serviços, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante.

Art. 2º. Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de maio de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0003A_2020-PMF DOM

Publicação Nº 2465135

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0003A/2020 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para reforma da cobertura do auditório do Centro de Educação Municipal São Miguel, localizado na Rua Guido Brandt, S/N, Bairro São Miguel, de propriedade do Município de Fraiburgo, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante, houve a participação das empresas: CONSTRULACER COM. E CONST. LACERDÓPOLIS EIRELI ME; CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES – enquadrada como microempresa e CIDIMAR DA ROSA ME – enquadrada como microempresa. Os envelopes de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS” da empresa CIDIMAR DA ROSA ME foram protocolados fora do horário estipulado no preâmbulo do edital restando sua documentação e proposta DESCLASSIFICADA conforme item 6.8 letra “a” do edital. Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foram HABILITADAS pela Comissão as empresas: CONSTRULACER COM. E CONST. LACERDÓPOLIS EIRELI ME e CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES pela apresentação regular dos documentos Desta forma transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas habilitadas. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente. Fraiburgo (SC), 05 de maio de 2020. Claudete Ghelher Mathias – Prefeita

TERMO DE CONVOCAÇÃO CAMILA FRIGOTTO

Publicação Nº 2465229

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) CAMILA FRIGOTTO

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – ACS São Miguel

Classificação: 9º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0003 de 03 de março de 2018 e seu resultado homologado pelos Decretos nº 129/2018 e 158/2018, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Agente Comunitário de Saúde – ACS São Miguel na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Agente Comunitário de Saúde – ACS São Miguel ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	

- | | |
|--|--|
| h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento; | |
| i) Registro dos Filhos menores de 14 anos; | |
| j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos; | |

Fraiburgo, SC, 05/05/2020

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

CAMILA FRIGOTTO

RESOLUÇÃO Nº 1 COMAD

Publicação Nº 2465134



COMAD - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas
Fraiburgo/SC

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 05 DE MAIO DE 2020.

DETERMINA SUSPENDER TEMPORARIAMENTE E POR TEMPO INDETERMINADO AS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO COMAD - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS, DEVIDO A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (Covid-19) ADOTADA POR DECISÕES ESTADUAL E MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, no uso das suas atribuições legais conforme Decretos do Executivo Municipal nº 139 de 27/05/19 e nº 178 de 15/07/16 e das Leis municipais nº 2297 de 23 de junho de 2015 e nº 2341 de 24 de agosto de 2016, Resolve:

CONSIDERANDO:

- a) As Declarações de emergência e calamidade pública em todo o território catarinense e do município para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia gerada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), sobretudo os Decretos do Executivo Municipal nº 66 de 19 de março de 2020 e nº 99 de 24 de abril de 2020 e os Decretos do Executivo Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, nº 562 de 17 de abril de 2020 e nº 587, de 30 de abril de 2020.
- b) O planejamento de ações do COMAD deliberado em 2019 com previsão de continuidade no corrente ano, são em sua maioria destinado a população estudantil nas unidades escolares e grupos na comunidade, porém, diante do atual cenário de pandemia do coronavírus e medidas de isolamento social, o planejamento e demais objetivos do COMAD encontram-se temporariamente com dificuldade para ser desenvolvido.



COMAD - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas Fraiburgo/SC

RESOLVE:

1. Suspender temporariamente e por tempo indeterminado as reuniões ordinárias presenciais do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas.
2. Em caso de relevante pauta de interesse público e/ou cumprimento de responsabilidade inadiável do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, os Conselheiros serão convocados extraordinariamente e excepcionalmente para reuniões presenciais (adotando-se as recomendações sanitárias) ou reuniões virtuais.
3. Que todos os Conselheiros acompanhem as informações e emitam seus pareceres no grupo de Whatsapp específico do COMAD, como também e-mails, que deverão ser utilizados como meio mais ágil e prático de comunicação e tomada de decisões que porventura não justifique reuniões presenciais ou virtuais.

Esta resolução entra em vigor com data retroativa a partir do dia 31 de março de 2020 e com prazo de vigência limitado e vinculado às Decisões do Poder Executivo Municipal e do Governo do Estado sobre a situação decorrente da Pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Maves Gislaine Schleder Cezar Borszcz
Presidente COMAD
Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas.
Fraiburgo-SC

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO N.º 1105/2020 NOMEIA OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS).

Publicação N° 2465138

DECRETO N.º 1105/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

NOMEIA OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério. Lei 031/97 artigo 5º.

DECRETA:

Art. 1.º - Nomeia o Conselho Municipal de Saúde, do Município de Frei Rogério com a seguinte composição:

I – Representantes do Governo:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento
Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social: Veneranda Faquim Pilon
Suplente: Edirene Prates Pepes

Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Titular: Gilmar Carlos Fertig
Suplente: Luzia Seimi Takizawa

II – Representantes dos Prestadores de Serviço
Titular: Joseane Maria Pereira
Suplente: Mayara Emilie da Silva

III – Representantes dos Profissionais da Saúde:
Titular: Isabel Terezinha Vezaro de Moraes
Suplente: Camila Robusto

IV – Representante dos Usuários:

Representante da Comunidade do Núcleo Triticola:
Titular: Elaine Aparecida Rinaldi
Suplente: Mareli Gonçalves

Representante da Comunidade do Nucleo Celso Ramos
Titular: Iracema das Graças da Silva
Suplente: Luzia Tezza

Representante da Comunidade de Frei Rogério
Titular: Isaura Faquim Bogo
Suplente: Tatiane de Jesus Almeida

Representante da Comunidade Sede São José
Titular: Cleonice Westphal Kriger
Suplente: Sandra Colaço Ferreira Scheffer

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário em especial ao Decreto nº 1104/2020 de 04 de maio de 2020.

Frei Rogério, 05 de Maio de 2020.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CV006/2020

Publicação Nº 2466295

AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 006/2020
PROCESSO Nº 048/2020

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade CARTA CONVITE, por execução indireta sob regime de preço global, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa para executar obra de drenagem e pavimentação da Rua Bernardino Firmino Pires, no Bairro Pinguirito, com fornecimento de material e mão de obra conforme especificações do Projeto Básico. As propostas deverão ser entregues até as 14h00min do dia 13/05/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 13/05/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, Garopaba – SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 05 de maio de 2020.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO EDITAL RETIFICADO PE016/2020

Publicação Nº 2465749

AVISO DE EDITAL RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020
PROCESSO Nº 043/2020

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM e no Diário Oficial da União - DOU em 30/04/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de ônibus com acessibilidade com capacidade mínima para 36 lugares + 01 motorista + 01 cadeirante, para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social (Convênio 888359/2019 - Proposta SICONV 042193/2019 - Ministério da Cidadania). Considerando que as alterações promovidas influenciam na formulação das propostas de preço, foram prorrogados os prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 18/05/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 18/05/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital Retificado encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 05 de maio de 2020.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO EDITAL RETIFICADO PE017/2020

Publicação Nº 2466082

AVISO DE EDITAL RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2020
PROCESSO Nº 007/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 27/04/2020, cujo objeto é o registro de preço para aquisição de equipamentos para uso na Policlínica Municipal e das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba. Considerando que as alterações promovidas influenciam na formulação das propostas de preço, foram prorrogados os prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 16h00min do dia 18/05/2020. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 18/05/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 05 de maio de 2020.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 115/2020

Publicação Nº 2466343

DECRETO N.º 115, DE 05 DE MAIO DE 2020.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo de restos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				
EMPENHO	CREDOR		VALOR R\$	
3625/15		ANCS	209,97	
3627/15		ELO COMERCIO	124,70	
1752/16		STAUDT	221,00	
1874/16		RSM DE SOUZA	34,00	
3149/17		NADINE	532,20	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
4992/19		CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELLI	38.617,86	

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/05/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 050/2020

Publicação Nº 2465169

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 050/2020; PROCESSO Nº 130/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: FLUTSPUMA ESPUMAS INDUSTRIAIS LTDA. CNPJ Nº 53.777.835/0001-19 OBJETO: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL DE APOIO PARA O EFETIVO DE BOMBEIROS MILITARES E GUARDA-VIDAS CIVIS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, PARA A OPERAÇÃO VERANEIO 2019-2020 VALOR R\$24.615,00 DATA DA ASSINATURA: 03/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2020

Publicação Nº 2465175

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 051/2020; PROCESSO Nº 130/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME. CNPJ Nº 04.845.540/0001-27 OBJETO: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL DE APOIO PARA O EFETIVO DE BOMBEIROS MILITARES E GUARDA-VIDAS CIVIS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, PARA A OPERAÇÃO VERANEIO 2019-2020 VALOR R\$58.865,80 DATA DA ASSINATURA: 03/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2020

Publicação Nº 2465177

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 052/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME. CNPJ Nº 04.845.540/0001-27 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$91.395,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 053/2020

Publicação Nº 2465182

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 053/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: RP COMERCIAL LTDA ME. CNPJ Nº 20.604.417/0001-70 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$14.498,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 054/2020

Publicação Nº 2465185

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 054/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: RP COMERCIAL LTDA ME. CNPJ Nº 05.022.486/0001-82 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$48.522,30 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 055/2020

Publicação Nº 2465189

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 055/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. CNPJ Nº 05.888.881/0001-42 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$47.500,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 056/2020

Publicação Nº 2465197

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 056/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. CNPJ Nº 02.228.938/0001-99 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$13.799,80 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 057/2020

Publicação Nº 2465198

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 057/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ Nº 04.187.384/0001-54 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$30.900,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 058/2020

Publicação Nº 2465200

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 058/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP. CNPJ Nº 09.251.627/0001-90 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$17.808,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/2020

Publicação Nº 2465203

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 059/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA. CNPJ Nº 95.433.397/0001-11 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$82.500,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 060/2020

Publicação Nº 2465207

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 060/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: DENTAL ALTA MOGIANA ® COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. CNPJ Nº 05.375.249/0001-03 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$42.300,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2020

Publicação Nº 2465212

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 061/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: DENTAL BH BRASIL. CNPJ Nº 31.401.798/0001-07 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$68.508,44 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 062/2020

Publicação Nº 2465214

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 062/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: ANDREIA LORENZI CNPJ Nº 17.189.700/0001-79 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$65.800,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 063/2020

Publicação Nº 2465217

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 063/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP CNPJ Nº 05.021.932/0001-34 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$42.000,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2020

Publicação Nº 2465220

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 064/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA CNPJ Nº 06.127.890/0001-83 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$8.940,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 065/2020

Publicação Nº 2465224

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 065/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP CNPJ Nº 24.537.945/0001-05 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$1.765,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 066/2020

Publicação Nº 2465230

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 066/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA CNPJ Nº 34.832.381/0001-97 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$7.347,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 067/2020

Publicação Nº 2465240

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 067/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES - EIRELI CNPJ Nº 17.039.142/0001-65 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$61.625,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 068/2020

Publicação Nº 2465244

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 068/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: VL FUZETI COMERCIAL ME CNPJ Nº 05.523.731/0001-35 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$35.570,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 069/2020

Publicação Nº 2465247

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 069/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA CNPJ Nº 25.137.947/0001-70 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$16.509,55 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 070/2020

Publicação Nº 2465249

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 070/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: W&Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 05.968.162/0001-31 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$104.384,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071/2020

Publicação Nº 2465254

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 071/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: J.M.M. PAULA GARCIA DISTRIBUIDORA - ME CNPJ Nº 20.740.314/0001-38 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$88.280,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 072/2020

Publicação Nº 2465256

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 072/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: ANA MARIA PIRES BELEM - ME CNPJ Nº 04.360.651/0001-43 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$77.753,00 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 073/2020

Publicação Nº 2465261

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 073/2020; PROCESSO Nº 029/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 05.788.117/0001-03 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$16.184,70 DATA DA ASSINATURA: 16/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 074/2020

Publicação Nº 2465365

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 074/2020; PROCESSO Nº 031/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 05.343.029/0001-90 OBJETO: AQUISIÇÃO DE FITA PARA TESTE DE DOSAGEM DE GLICEMIA, LANCETAS E SERINGAS, UTILIZADAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO VALOR R\$75.000,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 075/2020

Publicação Nº 2465366

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 075/2020; PROCESSO Nº 031/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 25.034.906/0001-58 OBJETO: AQUISIÇÃO DE FITA PARA TESTE DE DOSAGEM DE GLICEMIA, LANCETAS E SERINGAS, UTILIZADAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO VALOR R\$111.600,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2020

Publicação Nº 2465369

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 076/2020; PROCESSO Nº 031/2019; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: ASTRA CIENTIFICA EIRELI CNPJ Nº 05.431.736/0001-38 OBJETO: AQUISIÇÃO DE FITA PARA TESTE DE DOSAGEM DE GLICEMIA, LANCETAS E SERINGAS, UTILIZADAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO VALOR R\$56.000,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2020

Publicação Nº 2465371

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 077/2020; PROCESSO Nº 134/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: MACHADO COMERCIO, OBRAS E SERVIÇOS EIRELI CNPJ Nº 16.954.128/0001-24 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, CONFORME A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$54.998,99 DATA DA ASSINATURA: 02/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2020

Publicação Nº 2465373

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 078/2020; PROCESSO Nº 134/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: FRANO INDUSTRIA EIRELI CNPJ Nº 33.224.238/0001-50 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, CONFORME A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$21.997,72 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/2020

Publicação Nº 2465376

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 079/2020; PROCESSO Nº 134/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: UP MOBILIARIO CORPORATIVO EIRELI CNPJ Nº 33.629.425/0001-13 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, CONFORME A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$59.990,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/2020

Publicação Nº 2465378

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 080/2020; PROCESSO Nº 134/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: UNICLASSE IND E COM LTDA-ME CNPJ Nº 10.909.960/0001-22 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, CONFORME A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$20.900,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/2020

Publicação Nº 2465380

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 081/2020; PROCESSO Nº 134/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA: ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS CNPJ Nº 10.902.067/0001-75 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, CONFORME A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR R\$159.946,70 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 082/2020

Publicação Nº 2465515

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 082/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 28.093.678/0001-85 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$62.942,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 083/2020

Publicação Nº 2465523

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 083/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI - ME CNPJ Nº 04.162.170/0001-23 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$82.600,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 084/2020

Publicação Nº 2465535

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 084/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR EIRELI CNPJ Nº 28.643.008/0001-95 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$83.104,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 085/2020

Publicação Nº 2465537

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 085/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MAYCON WILL EIRELI EPP CNPJ Nº 18.712.730/0001-80 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$21.556,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 086/2020

Publicação Nº 2465539

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 086/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 21.227.039/0001-16 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$57.789,80 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 087/2020

Publicação Nº 2465544

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 087/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº 00.802.002/0001-02 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$133.800,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 088/2020

Publicação Nº 2465548

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 088/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$19.620,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 089/2020

Publicação Nº 2465551

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 089/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: REALMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP CNPJ Nº 17.263.792/0001-90 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$11.000,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 090/2020

Publicação Nº 2465555

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 090/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 21.783.698/0001-39 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$210.422,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 091/2020

Publicação Nº 2465559

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 091/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME, CNPJ Nº 25.279.552/0001-01 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$26.706,53 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092/2020

Publicação Nº 2465566

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 092/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - EPP, CNPJ Nº 27.105.456/0001-72 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$1.066.045,90 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 093/2020

Publicação Nº 2465571

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 093/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: CLASSMED PRODUTOS HOSP. LTDA., CNPJ nº 01.328.535/0001-59 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$463.349,50 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 094/2020

Publicação Nº 2465575

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA Nº. 094/2020; PROCESSO Nº 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI CNPJ nº 09.676.256/0001-98 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$80.944,10 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 095/2020

Publicação N° 2465578

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA N°. 095/2020; PROCESSO N° 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ nº 04.470.877/0001-05 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$238.046,20 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 096/2020

Publicação N° 2465581

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA N°. 096/2020; PROCESSO N° 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: FERNAMED LTDA CNPJ nº 04.759.433/0001-86 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$6.284,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 097/2020

Publicação N° 2465583

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA N°. 097/2020; PROCESSO N° 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: MEDIMAC COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA CNPJ nº 03.596.923/0001-46 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$16.140,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 098/2020

Publicação N° 2465588

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA N°. 098/2020; PROCESSO N° 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 31.905.076/0001-90 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$95.925,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 099/2020

Publicação N° 2465592

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PMG

ATA N°. 099/2020; PROCESSO N° 001/2020; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA CONTRATADA: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 05.531.725/0001-20 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS VALOR R\$45.000,00 DATA DA ASSINATURA: 18/03/2020.

PORTARIA N.º 587/2020.

Publicação N° 2465442

PORTARIA N.º 587, DE 04 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Professora, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo

período de 30 (trinta) dias, a partir de 19/03/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/03/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de maio de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 588/2020

Publicação N° 2466281

PORTARIA N.º 588, DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ANA PAULA DA SILVA NUNES, CPF n.º ***.***.200-13, aprovada e classificada como 18º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de RECEPCIONISTA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar funções de atendimento ao público, arquivo, protocolo de correspondências e atendimento a telefonemas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/05/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 589/2020

Publicação N° 2466282

PORTARIA N.º 589, DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato YSLON COELHO SILVA, CPF n.º ***.***.619-60, aprovado e classificado como 03º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de ELETRICISTA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de. executar serviços atinentes aos sistemas de iluminação pública e redes elétricas, instalação e reparos de circuitos de pares elétricos e de som; instalar,inspecionar e reparar instalações elétricas, interna e externa, luminárias e demais equipamentos de iluminação pública, cabos de transmissão, inclusive os de alta tensão; consertar aparelhos elétricos em geral; operar com equipamentos de som, planejar, instalar e retirar alto-falantes e microfones; proceder a conservação de aparelhagem eletrônica, realizando pequenos consertos; reparar e regular relógios elétricos, inclusive de controle de ponto; fazer enrolamentos de bobinas; desmontar, ajustar, limpar e montar geradores, motores elétricos, dínamos, alternadores, motores de partida, etc.; reparar buzinas, interruptores, reles, reguladores de tensão, instrumentos de painel e acumuladores; executar a bobinagem de motores; fazer e consertar instalações elétricas em veículos automotores;

executar e conservar redes de iluminação dos próprios municipais e de sinalização; providenciar o suprimento de materiais e peças necessárias a execução dos serviços; executar tarefas afins. Atividade especial sujeita a uso de uniforme e equipamento de proteção individual.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/05/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO Nº 26/2020

Publicação Nº 2464714

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2020

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra JENIFFER CRISTINA FERREIRA MASCHIO, casada, RG nº 5049607, CPF: 05312867977, residente e domiciliada na Rua Maria Clara Frohlich, 751, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando 1259/2020, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 26/2020 até o dia 04/06/2020.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 26/2020 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 22 de abril de 2020.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adriany David	
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

AVISO DE SUSPENSÃO DE CERTAME - PMG 011/2020

Publicação Nº 2465232

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE SUSPENSÃO DE CERTAME

Processo Licitatório PMG nº 011/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de Preços para contratação de clínica/empresa médica especializada afim de atender as necessidades quanto aos exames ocupacionais previstos na Norma regulamentadora NR-7 PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), validação de atestados médicos e avaliação de processo interno de readaptação dos servidores da Prefeitura e Fundos Municipais.

Fica suspensa, por tempo indeterminado, a abertura do certame que ocorreria no dia 11/05/2020 às 09:00, para adequações no edital.

O edital corrigido e a nova data serão disponibilizados para consulta e retirada no site garuva.atende.net.

GARUVA, 05 de maio de 2020.
Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2020

Publicação Nº 2464653

DECRETO Nº 084 DE 22 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Secretário de Administração Sr Marcio Ricardo Herpich e o gestor do Fundo Municipal de Habitação Sr. Adamastor Saad Benedet Junior, a efetuar as operações bancárias, na conta 91550-5 de titularidade do Fundo Municipal de Habitação, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º – As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do gestor Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 071/2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020**

Publicação Nº 2464421

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Presidente do Poder Legislativo de Garuva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente pela Lei 8.666/93, e alterações posteriores, em atendimento ao parecer exarado pela Comissão de Licitação, torna pública a HOMOLOGAÇÃO e a ADJUDICAÇÃO do seguinte processo:

Dispensa de Licitação nº1/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE GARUVA, SENDO 4 IMPRESSORAS MONOCROMÁTICAS E 1 IMPRESSORA COLORIDA.

Contratada: CASA DO CARTUCHO LTDA.

CNPJ: 04.553.351/0001-80

Valor total: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Valor mensal: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Data: 05/05/2020.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses contados da instalação das impressoras, prorrogáveis na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Base legal: art. 24, II da Lei 8.666/93.

Marli Terezinha Leandro Simmermam
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2020

Publicação Nº 2466160

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Trata-se de Procedimento de Dispensa de Licitação 009/2020, com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, cujo objeto é a aquisição de câmeras filmadoras para as transmissões das sessões realizadas no plenário desta Edilidade, com toda instalação inclusa, incluindo também: software de programação das imagens, fonte de 12v, sendo câmeras do tipo: (speed dome) na quantidade de 03 (três) câmeras e (varifocal) na quantidade de 01 (uma) câmera, atendo a demanda da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar. Segundo constam dos autos, empresas especializadas nestes serviços se mostraram interessadas, apresentando seus orçamentos.

Quanto à previsão orçamentaria e a possibilidade financeira para contratação dos serviços mencionados acima, registra-se adequação necessária para viabilizar essa contratação.

No mais, a empresa que ofertou o menor preço e apresentou a documentação necessária foi a qualificada para a contratação com o Poder Público.

Diante disso, HOMOLOGO o procedimento destacado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 009/2020 e ADJUDICO o objeto do procedimento à empresa, MUNITEL ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ: 95.845.459/0001-00, referente à prestação dos serviços citados acima para esta Edilidade na importância de R\$ 12.880,00 (doze mil e oitocentos e oitenta reais).

Está autorizada a contratação do objeto.

Gabinete da Presidência, 05 de maio de 2020.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 11/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2464708

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2020

=====

Número do contrato: 11/2019 - Número do Aditivo: 1 (alteração do titular)

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, em razão de falecimento do Senhor Elizeu Krause, ficará o contrato somente em nome da Senhora Renata Maria Schmitt Krause, portadora do CPF nº 021.823.829-09.

Objeto: CESSÃO ONEROSA DE IMÓVEL.

=====

Gaspar (SC), em 23 de abril de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2465766

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa AUTO CENTER DANDOLINI LTDA - EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o Município está em mora com os referidos pagamentos e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o Município; ,justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 2.267,92 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Restos a Pagar nº 2910 e 2911/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2465762

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que o fornecedor/ prestador VALDEMY GIL possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o fornecedor/prestador de serviço estabeleceu a data de vencimento da obrigação de pagamento, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 3.670,98 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Ordem de pagamento nº 0764/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BROBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2465759

JUSTIFICATIVA DEQUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa JERVIS BRESSAN DUTRA - ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, ,justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 13.176,49 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 3108, 3109, 3243, 3244, 3321, 3322, 3323, 3325, 3329, 3331, 3332, 3334, 3324, 3328, 3318, 3319, 3320, 3326, 3327, 3316, 3317, 2581, 2584, 2585, 2586 e 2587/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 13 de abril de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2465758

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que o fornecedor GILMAR COSTA KOCH possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o fornecedor estabeleceu a data de vencimento da obrigação de pagamento, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 2.373,78 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Ordens de pagamento nº 1198, 1199, 1200, 1201, 1202 e 1203/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2465754

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MECÂNICA BAGGIO LTDA ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; e que o Município está em mora nos pagamentos pelos serviços prestados e produtos fornecidos, os quais vão ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 7.038,48 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Ordens de pagamento nº 0564, 0565 e 0798/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2465751

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que o fornecedor/prestador UNITECNO – COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos/serviços fornecidos pela referida empresa vão ao encontro do interesse público do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 348,37 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Ordem de Pagamento nº 1820/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 2465753

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa DEISE PARECIDA FAUST - ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos/serviços fornecidos pela referida empresa vão ao encontro do interesse público do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 432,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2913, 2975, 2991, 2997 e 2996/2020.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 2465757

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa JONAS SCHUTZ possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 8.268,81 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a pagar nº 2858, 2914, 3000, 3024, 3025, 3026, 3028, 3029, 3045, 3063, 3066, 3179, 3279, 3280, 3283, 3284, 3285, 3399, 3416 e 3431/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 2465748

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MAYCON WILL EIRELI, possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o município está em mora com os referidos valores e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o município; considerando os serviços/produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 2.478,96 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Ordens de pagamento nº 1507, 1499, 1505, 1506 e 1508/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019 - COMBUSTÍVEL - BIODIESEL

Publicação Nº 2465281

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 2º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2019
PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019
REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2019

OBJETO: "II TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (BIODIESEL S-500 E BIODIESEL S-10) PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS DEPARTAMENTOS."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADA: AUTO POSTO CELI

CNPJ: 07.996.426/0001-96

ENDEREÇO: Rodovia SC 370, Km 199, nº 11.401 – Centro – Gravatal/SC

Cláusula I - Ficam reduzidos os valores dos produtos contratados com a empresa/Contratada, conforme justificativas e parecer jurídico, correspondendo os seguintes valores e produtos:

Item	Descrição	UND.	Preço Unitário vigente	Preço Unitário Corrigido
1	Biodiesel S-500	LT	R\$ 3,81	R\$ 3,04
2	Biodiesel S-10	LT	R\$ 3,91	R\$ 3,15

Clausula II - Ficam revogadas, as disposições contrárias á Cláusula I deste Termo Aditivo, sem prejuízo das demais clausulas contratuais. Fundamento Legal: a previsão contida na cláusula 1º item 1.4.2 da Ata de Registro de Preço, o art. 9º e o art. 12º do Decreto Municipal 278/2007. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 23 de abril de 2020.
WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019 -PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 2465267

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 2º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2019
PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019
REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2019

OBJETO: "II TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM) PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS DEPARTAMENTOS."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADA: AUTO POSTO CELI

CNPJ: 07.996.426/0001-96

ENDEREÇO: Rodovia SC 370, Km 199, nº 11.401 – Centro – Gravatal/SC

Cláusula I - Ficam reduzidos os valores dos produtos contratados com a empresa/Contratada, conforme justificativas e parecer jurídico, correspondendo os seguintes valores e produtos:

Item	Descrição	UND.	Preço Unitário vigente	Preço Unitário Corrigido
1	Gasolina Comum	LT	R\$ 4,51	R\$ 3,57

Clausula II - Ficam revogadas, as disposições contrárias á Cláusula I deste Termo Aditivo, sem prejuízo das demais cláusulas contratuais. Fundamento Legal: a previsão contida na cláusula 1º item 1.4.2 da Ata de Registro de Preço, o art. 9º e o art. 12º § 1º do Decreto Municipal 278/2007. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 23 de abril de 2020.
WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.029/2020

Publicação Nº 2465255

LEI ORDINÁRIA Nº 2.029, DE 05 DE MAIO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1.886/17 E Nº 2.013/20, QUE DISPÕEM SOBRE O PPA 2018/2021 E LDO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Gravatal, Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a inserir a ação 2.090. Proteção social básica - COVID19, no programa 8 - ASSISTENCIA SOCIAL no total de R\$ 19.897,95 (dezenove mil e oitocentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), no orçamento do exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de Gravatal, não incluído na Lei nº 1.886/17 de 19 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o PPA 2018/2021 e Lei nº 2.013/2020 de 18 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre a LDO 2020.

Art. 2º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito extraordinário no valor total de R\$ 19.897,95 (dezenove mil e oitocentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02–Poder Executivo	
Unidade:	11–Fundo Municipal de Assistência Social	
Atividade:	2.090– Proteção Social Básica Covid19	
Despesa:	3.3.90.00.00.00.00. -	R\$ 19.897,95

Total: R\$ 19.897,95

Art. 3º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes de enfrentamento da emergência de saúde nacional - coronavírus (COVID-19).

Art.

Art. 4º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2018/2021 - Lei nº 1.886/17 de 19 de dezembro de 2017 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020 - Lei nº 2.013/2020 de 18 de Fevereiro de 2020, que se fizerem necessários em função da implantação da Manutenção Social Básica COVID - 19.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito de Gravatal
Jucemar Zanelato
Secretário de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 17/2020

Publicação Nº 2464641

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 17/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 183/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademir de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental de Operação, com prazo de validade de 05/05/2024, formulado pelo empreendedor: Auto Posto Balbinot LTDA, inscrito no CNPJ nº 79.878.526/0001-29, informou a implantação/ operação da atividade: 42.32.10 - Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos, situado : Rua do Comércio, nº 689 - Centro, no Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 18/2020

Publicação Nº 2465674

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 18/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 290/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademir de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Autorização Ambiental, com prazo de validade de 05/05/2024, formulado pelo empreendedor: CARMELINDO ARNÉVIO FRANZOZI, inscrito no CPF nº 196.030.379-15, informou a implantação/ operação da atividade: 01.54.00 - Granja de suínos - terminação., situado : Linha Daltro Filho, interior, no Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

EXTRATOS CONTRATOS 43.2020 PMGBA

Publicação Nº 2465084

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 43/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: CLAUDIR MAZZOCHIO

Valor : 16.250,00 (dezesseis mil duzentos e cinq-enta reais)

Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 05/05/2030

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS DE MATERIAIS E SERVIÇOS, DESTINADA PARA IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS, BENEFICIAMENTOS DA MADEIRA ENTRE OUTROS

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 15.2020 FMS

Publicação Nº 2465940

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

PROCESSO Nº 15/2020 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMACIA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM

CONVÊNIO 2020TR000332, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, COM

OBJETIVO DE OFERECER MELHOR ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS SUS, POR MEIO DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM FINALIDADE DE OFERECER ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E ASSEGURAR MEDICAMENTOS BÁSICOS E ESSENCIAIS PARA QUE NÃO HAJA INTERRUÇÃO DE TRATAMENTO, GARANTINDO

CONTRATADO: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.942,77 (quatorze mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos)

CONTRATADO: A G KIENEN & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

CONTRATADO: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE

MEDICAMENTOS LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.161,63 (trinta e um mil cento e sessenta e um reais e sessenta e três centavos)

CONTRATADO: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

CONTRATADO: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.230,00 (quatro mil duzentos e trinta reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 170.2019 PMGBA

Publicação Nº 2465080

CONCORRÊNCIA Nº 2/2019

PROCESSO Nº 170/2019 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS DE MATERIAIS E SERVIÇOS COMO FORMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 3186/2019, TENDO EM VISTA A IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA DE COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS, BENEFICIAMENTOS DA MADEIRA ENTRE OUTROS e

CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS DE LOTE DE TERRA NA ÁREA INDUSTRIAL ANTONIO NEGRI, LOTES Nº 13 E 14, NESTE MUNICÍPIO COM ÁREA DE 908M² E 543,20M² RESPECTIVAMENTE, COMO FORMA DE INCENTIVO A EMPRESA, NOS TERMOS DA LEI 3210/2019. CONCESSIONÁRIO: CLAUDIR MAZZOCHIO

VALOR DA DESPESA: R\$ 00,00 ()

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 40.20 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE

Publicação Nº 2465691

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 57/20, Edital de Pregão Presencial Nº 40/20, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 18/05/20; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 18/05/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 05 de maio de 2020.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1227/2020

Publicação Nº 2466016

DECRETO Nº. 1227/2020

Altera o Decreto nº. 1214/2020, que dispõe sobre o uso massivo de máscaras e condutas de higiene a serem observadas pelos estabelecimentos, em face da pandemia da COVID-19.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 1214/2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

.....
§ 2º A partir de 07 de maio de 2020, será obrigatório o uso de máscaras de proteção facial por toda população, em espaços públicos, circulação em ruas, avenidas, calçadas, locais de prática esportiva, áreas comuns de condomínios verticais e horizontais, e demais ambientes coletivos, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias.

§ 3º Os estabelecimentos privados cujas atividades estão permitidas deverão tomar as providências necessárias para o cumprimento do estabelecido no presente Decreto pelos seus funcionários, colaboradores e clientes, inclusive impedindo que estes ingressem e/ou permaneçam no local sem a utilização da máscara de proteção facial.” (NR)

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de maio de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2016 - PMG

Publicação Nº 2465068

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2016 - PMG

Processo de Licitação: 44/2016 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA ABRIGAR O SINE, SITUADO NA RUA IRINEU VILELA VEIGA, Nº 135, SALA 05, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Locatária: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Locadora: IMOBILIÁRIA BETA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.884.753/0001-03, estabelecida na Rua João Januário Ayroso, nº 531, sala 02, bairro Jaraguá Esquerdo, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;

Vigência Início: 01/05/2020 Término: 30/04/2021

Guaramirim (SC), 30 de abril de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2019 – FIA

Publicação Nº 2464755

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2019 – FIA
Processo de Licitação: 05/2019 - FIA

Modalidade: Dispensa de Chamamento Público.

Objeto: TERMO DE PARCERIA PARA EXECUTAR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS, QUE CONSISTE EM DIVULGAR INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PREVENTIVAS, PROMOVER AÇÕES DE PREVENÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL/MÚLTIPLA E TEA, AVALIAR COGNITIVAMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENCAMINHADOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO PREVENINDO POSSÍVEIS AGRAVOS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 18.123.264/0001-06.

OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.784.983/0001-21, situada na Rua Pedro Graf, nº 271, bairro Avaí, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do termo de fomento;

Vigência: Início: 28/04/2020 Término: 10/07/2020

Guaramirim (SC), 28 de abril de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020 - FMAS

Publicação Nº 2464665

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2020 - FMAS
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020 - FMAS

Objeto: TERMO DE PARCERIA PARA EXECUTAR O PROJETO ACOLHER SEMPRE, QUE PROPORCIONE DOAÇÕES DE ROUPAS, CALÇADOS, COBERTORES E ACESSÓRIOS EM BOA QUALIDADE, COM A SELEÇÃO E HIGIENIZAÇÃO ADEQUADA DAS ROUPAS PARA O REPASSE DO BENEFÍCIO AOS USUÁRIOS.

Base Legal: Artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

OSC Interessada: AÇÃO SOCIAL DE GUARAMIRIM.

CNPJ: 79.362.224/0001-01.

Valor Total do Repasse: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Período de Execução: 10 meses.

Tipo de Parceria: Fomento.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de procedimento que tem por objeto a Dispensa de Chamamento Público, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre o Município de Guaramirim, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, e a AÇÃO SOCIAL DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 79.362.224/0001-01.

A parceria destina-se a realizar diariamente a seleção e higienização adequada das roupas, calçados e cobertores entre outros, para o repasse do benefício aos usuários.

Os serviços serão executados na própria instituição localizada na Rua 28 de Agosto, nº 2750, bairro Amizade, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A Ação Social de Guaramirim desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

Considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, em especial, respectivamente, dos artigos 30, inciso VI e do Decreto Municipal nº 829/2017.

Considerando que a Ação Social de Guaramirim é única entidade no Município que presta os serviços da referida parceria que se pretende firmar.

Considerando que em nosso cotidiano constatamos que a realidade vivenciada por várias famílias e a impossibilidade de propiciar roupas,

calçados, cobertores e acessórios em boa qualidade, é uma triste realidade, geralmente ocasionada por questões econômicas.

Considerando que nos últimos anos, várias mudanças ocorreram no plano socioeconômico-cultural, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, essas mudanças veem interferindo na dinâmica e estrutura das famílias, ocasionando inúmeras situações de vulnerabilidade social.

Observa-se que a família tem sido sujeito de destaque para as políticas públicas e essa centralidade é preconizada no art. 226 da Constituição Federal, o qual dispõe que "a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado". Porém, o Estado não consegue promover a igualdade de direitos promulgada no art. 5º da carta magna, uma vez que o acesso aos direitos fundamentais das famílias em vulnerabilidade social, na prática, não obedece tal igualdade.

Procurando suprir a demanda vivenciada em nosso cotidiano o presente projeto tem como proposta proporcionar um espaço seguro e adequado, neste sentido o projeto acolher sempre, tem como objetivo principal proporcionar atendimentos no repasse do benefício doação de roupas, calçados e cobertores, proporcionando maior autonomia e cidadania dos mesmos.

Assim, o projeto é indispensável, em decorrência disso e de outros aspectos sociais, algumas famílias não conseguem prover todas as necessidades básicas de seus membros, inclusive vestuário, que integra as necessidades humanas.

O Fundo Municipal de Assistência Social trabalha com benefícios eventuais como alimentação, transporte, natalidade, funeral, cobertores em casos de calamidade pública, mas não tem estrutura para sanar a necessidade de vestuário dos usuários.

Desse modo, o trabalho desenvolvido pelo projeto na organização, higienização e distribuição de roupas é de extrema importância para o município de Guaramirim.

Informamos ainda que a Ação Social de Guaramirim desenvolve atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social e está devidamente credenciada no Fundo Municipal de Assistência Social - órgão gestor da respectiva política pública.

Considerando que na Lei Orçamentária Anual há previsão de orçamento para tal atividade, os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 13- Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim
Unidade 1 -Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim
Ação 2070-Manutenção de Programas de Desenvolvimento Social
Vínculo 10 000 - Recursos Ordinários
Subelemento 3350 4302 - Transferência a Instituições Privadas de Assistência Social

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Ação Social de Guaramirim e pela necessidade de atendimento aos preceitos legais reveste-se de suma importância à dispensa do chamamento público, enquadrando-se no disposto do inciso VI do artigo 30 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que reza, *ipsis literis*:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[...]

VI -no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Em razão do exposto, justifico a Dispensa de Chamamento Público, com vista à celebração do termo de Termo de Fomento, nos termos da minuta do Termo de Fomento do Plano de Trabalho aprovado com a Resolução nº 01/2020, que atende as exigências e requisitos previsto no inciso 33 e 34, da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que não incorre nos impedimentos previstos no artigo 39 da LPV.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impugnação, nos termos do §2º, do art. 32, da Lei nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

Guaramirim (SC), 31 de março de 2020.
PREFEITO MUNICIPAL
Luis Antonio Chiodini

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - UROCLÍNICA JARAGUÁ

Publicação Nº 2466476

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor UROCLÍNICA JARAGUÁ - ME referente aos seguintes empenhos:

Empenho N.º	Data de Emissão	Valor (R\$)	Vencimento
612/2020	28/02/2020	2.000,00	06/04/2020
613/2020	28/02/2020	1.680,00	06/04/2020
Total:		3.680,00	

Estes pagamentos se referem às consultas médicas nas especialidades de dermatologia e urologia realizadas no mês 02/2020, sendo estes pagamentos necessários para evitar a suspensão dos atendimentos aos munícipes que se encontram nas filas de espera para estas especialidades, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 06 de maio de 2020.

CHEILA PATRÍCIA ROHWEDER

Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº. 01/2020

Publicação Nº 2464636

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 01/2020

Revoga a listagem das atividades e empreendimentos de impacto local.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução COMDEMA nº 02, de 20 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de abril de 2020.

Jiuvani Assis Assing

Presidente do COMDEMA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 19/2020

Publicação Nº 2465443

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 19/2020 - Pregão Presencial Nº. 12/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 20/05/2020 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 05 de maio de 2020.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

CADASTRO DE FORNECEDORES - PF 2020

Publicação Nº 2465813

EDITAL DE CADASTRAMENTO DE PESSOA FISICA Nº. 01/2020

O Município de Guarujá do Sul, torna público que, para o fornecimento serviços ao Município de Guarujá do Sul e Outras entidades, deverão os interessados proceder seu registro cadastral de habilitação no Departamento de Compras, da Secretária de Administração e Fazenda do Município, situado na Avenida João Pessoa, 1265, centro, Guarujá do Sul , mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Certidões Negativas de competência Municipal, Estadual, Federal;
2. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc;
3. Certidão de Antecedentes criminais expedida pelo Poder Judiciaria (dos últimos 5 anos)
4. RG;
5. CPF.

- Todos os documentos citados, deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.

- Os documentos acima também devem ser apresentados para RENOVAÇÃO DE CADASTRO, , cuja exigência fica suspensa.

- Os documentos exigidos deverão ser cópias autenticados, com exceção das Certidões emitidas via internet;

- Não serão aceitos documentação por e-mail para cadastramento.

Guarujá do Sul, 05 de maio de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder.

Prefeito Municipal.

FICHA DE CADASTRO

() Cadastro de Fornecedores () Renovação de Cadastro

1. PESSOA FISICA: _____

2. CPF : _____

3. RG: _____ ORGÃO EXPEDIDO: _____ DATA: _____

4. ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____

5. MUNICIPIO: _____ UF: _____ CEP: _____

6. TELEFONE: _____ FAX: _____

7. EMAIL: _____

GUARUJÁ DO SUL, _____ DE _____ DE _____.

ASSINATURA

CADASTRO DE FORNECEDORES - PJ 2020

Publicação Nº 2465811

EDITAL DE CADASTRAMENTO DE PESSOA JURIDICA Nº. 01/2020

O Município de Guarujá do Sul, torna público que, para o fornecimento de materiais, serviços e obras ao Município de Guarujá do Sul e suas Unidades, deverão os interessados proceder seu registro cadastral de habilitação no Departamento de Compras, da Secretária de Administração e Fazenda do Município, situado na Avenida João Pessoa, 1265, centro, Guarujá do Sul, mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Ato Constitutivo (Contrato e ultima alteração ou Estatuto Social, Registro Comercial, etc) e alterações com registro na Junta Comercial;
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ;
3. Em se tratando de ME ou EPP apresentar Certidão emitida por órgão competente que comprove a qualidade de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;
4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
5. Certidões Negativas de TODOS OS TRIBUTOS de competência Municipal, Estadual, Federal;
6. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pela comarca sede da empresa, Certidão Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada da certidão do sistema eproc
7. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc;
8. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;
9. Certidão de Pessoa Jurídica e Pessoa Física emitida pelo CREA/CAU (somente quando empresa de prestação de serviços de engenharia/ obras)
10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, Órgãos Públicos e/ou Empresas Privadas, especificando detalhadamente material (ais) fornecido(s), serviço(s) prestado(s) ou obra(s) civil (is) executada(s);
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

- Todos os documentos citados, deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.

- Os documentos acima também devem ser apresentados para RENOVAÇÃO DE CADASTRO, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica, cuja exigência fica suspensa.

- Os documentos exigidos deverão ser cópias autenticados, com exceção das Certidões emitidas via internet;

- Não serão aceitos documentação por e-mail para cadastramento;

- O Cadastramento terá validade de 1 (um) ano.

Guarujá do Sul, 05 de maio de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder.

Prefeito Municipal.

FICHA DE CADASTRO

() Cadastro de Fornecedores () Renovação de Cadastro

1. RAZÃO SOCIAL: _____
2. CNPJ/MF: _____
3. NOME FANTASIA: _____
4. ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____
5. MUNICIPIO: _____ UF: _____ CEP: _____
6. TELEFONE: _____ FAX: _____
7. EMAIL: _____
8. INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____
9. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____
10. NOME DO CONTATO OU REPRESENTANTE: _____
11. ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____
12. MUNICIPIO: _____ UF: _____ CEP: _____
13. TELEFONE: _____ FAX: _____

GUARUJÁ DO SUL, _____ DE _____ DE _____.

CARIMBO E ASSINATURA

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO 11/2020 À ATA RP 01/2020

Publicação Nº 2465097

ADITIVO CONTRATUAL Nº 11/2020
OITVAO TERMO ADITIVO À ATA RP Nº 01/2020

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA e a empresa ZORZANELLO E MAMAN LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 02.200.249/0001-76, com sede na Avenida João Batista Dal Piva, 1400, Centro, município de Guatambu - SC, CEP 89.817-000, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor Pedro Paulo Zorzanello, inscrito no CPF sob nº 428.517.850-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata Registro de Preços 01/2020 e ao sétimo Aditivo Contratual à Ata RP nº 01/2020, visando o reequilíbrio econômico-financeiro de acordo com o que prescreve o artigo 65 inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E VIGÊNCIA

Ficam alterados, na forma de reequilíbrio econômico-financeiro, os valores constantes n Cláusula Primeira - Do Preço do Aditivo Contratual nº 01 à Ata Registro de Preços 01/2020, conforme segue:

Item 02: O preço certo e ajustado por litro de Gasolina Comum fica no valor unitário de R\$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos).

Se aplica o presente valor de reajuste com efeitos retroativos a contar da data de 30 de abril de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas da referida Ata Registro de Preços, as quais se aplicam a este termo aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu - SC, 04 de abril de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	ZORZANELLO E MAMAN LTDA - EPP
Prefeito Municipal	Contratada

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 37/2020

Publicação Nº 2466037

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 72/2020

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 37/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS CONTRA SARS-COV-2 AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVIRUS, COVID-19, CONFORME AS DIRETRIZES DE ENFRENTAMENTO INSTITUIDAS NOS DECRETOS MUNICIPAIS N (s) 85,86,87 E 100 DE 2020

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Valor: R\$ 15.00,00 (quinze mil reais).

Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 05 de Abril de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 127 / 2020

Publicação Nº 2465193

DECRETO N.º 127 DE 29 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação automática dos prazos de execução das obras públicas municipais em razão da suspensão das atividades determinada pelo Decreto Municipal n. 85 de 17 de março de 2020, que instituiu normas de combate e enfrentamento dos riscos do CORONAVÍRUS (Covid-19) e da outras providências.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que as obras públicas em execução não foram considerados serviços essenciais e tiveram sua suspensão determinada em âmbito Estadual e Municipal para controle de transmissão e redução dos riscos de disseminação e contágio do Covid-19.

Considerando que nas atribuições de sua competência o Secretário de Estado da Saúde estabeleceu as Portarias n. 191 e 192, em regime de exceção, permitindo a retomada das atividades relacionadas à execução de obras públicas;

Considerando que o município de Guatambu acatou integralmente as determinações estaduais, face ao cenário de emergência devidamente declarado;

Considerando que as atividades foram retomadas após orientação do Governo do Estado de Santa Catarina, bem como análise do setor de Engenharia Municipal;

Considerando o relatório disponibilizado pelo setor de Engenharia Municipal, o qual é parte anexa deste decreto;

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude da suspensão das atividades ocasionada pela doença que recebeu status de pandemia, ficam prorrogados os prazos finais das obras públicas municipais, em total aceitação aos dias de paralisação, conforme determinação do Decreto Municipal n. 85 de 17 de março de 2020, e Portaria Municipal n. 152 de 31 de março de 2020, vide relatório em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu,
Estado de Santa Catarina, 29 de abril de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 128 / 2020

Publicação Nº 2465073

DECRETO N. 128 DE 05 DE MAIO DE 2020

Altera o Decreto nº 85/2020 que adota medidas preventivas para o controle da transmissão e redução dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.259/1975, segundo a qual a autoridade sanitária é obrigada a adotar, prontamente, as medidas indicadas para o controle de doença transmissível, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente (art. 12), bem como que, em tais situações, as pessoas físicas e as entidades públicas ou privadas ficam sujeitas ao controle determinado pela autoridade sanitária (art. 13);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a recente confirmação do primeiro caso de infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Município de Guatambu;

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 85/2020, de 17 de março de 2020, passa a vigorar acrescido dos artigos 2º-A, 2º-B, 2º-C, com as seguintes redações:

Art. 2º-A Fica obrigatório o uso de máscara facial de tecido, não tecido (TNT) ou tecido de algodão como barreira física, observando as orientações já dispostas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020, por todas as pessoas que circularem em vias públicas dentro do território do Município de Guatambu.

Art. 2º-B Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e suas alterações posteriores, e todas as Portarias da SES disponíveis.

Art. 3º-C A desobediência aos comandos previstos neste Decreto sujeitará o infrator à aplicação das seguintes penas, sem prejuízo de demais sanções civis e administrativas, as previstas para crimes elencados nos Artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva, e 330 - crime de desobediência - do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 1º e no

Art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Guatambu/SC, 05 de maio de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 201 / 2020

Publicação Nº 2465190

PORTARIA N.º 201 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Designa servidor para executar as medidas socioeducativas e o sistema SIPIA SINASE — Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas, conforme a Resolução n. 07 do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Resolução n. 007 do Conselho Municipal de Assistência Social que aprovou o Termo de Adesão de Implantação do SIPIA SINASE;

CONSIDERANDO que se trata da forma de registro do atendimento socioeducativo por meio de sistema de informação para Infância e Adolescência;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 12.594/2012 que regulamentou a execução das medidas socioeducativas.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora ELISABETE DA APARECIDA SIQUEIRA, portadora do CPF n. 653.462.549-00, Assistente Social, Servidora Pública Municipal, para executar as medidas socioeducativas e o sistema SIPIA SINASE em meio aberto no município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, 05 de maio de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2020

Publicação Nº 2466473

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2020

OBJETO

Dispensa de licitação para Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica padrão DNIT Tipo classe nº 03 para consertos em vias públicas do município

CONTRATADO

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRA LTDA.

VALOR TOTAL

R\$ 4.573,00 (quatro mil quinhentos e setenta e três reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações.

Herval d'Oeste, 05 de maio de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020

Publicação Nº 2466477

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020

OBJETO

Dispensa de licitação para Aquisição de Medicamentos para usuários da Secretaria de Saúde (SUS) tendo em vista a descontinuação destes junto ao CINCATARINA, por motivo de falta dos itens no mercado

CONTRATADOS

SULRIOGRANDENSE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA CNPJ 11.084.800/0001-54 Avenida Gustavo Nordum, 120 – Sans Souci ELDORADO DO SUL - RS						
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	18.000	COM	VITAMEDIC	ACECLOFENACO 100MG	0,35	6.300,00
BASCEL SOLUÇÕES LTDA CNPJ: 21.515.353/0001-02 Rodovia PR 180 KM 02 Nº 450 FRANCISCO BELTRÃO - PR						
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	20.000	COM	HIPOLABOR	CARBONATO DE LITIO 300 MG	0,62	12.400,00
3	3.000	COM	BELFAR	METOCLOPRAMIDA 10MG	0,16	480,00
4	1.500	COM	SANVAL	METILDOPA 500MG	0,59	885,00
						13.765,00

VALOR TOTAL

R\$ 20.065,00 (vinte mil e sessenta e cinco reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações.

Herval d'Oeste, 28 de abril de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 674/2020

Publicação Nº 2466204

PORTARIA Nº 674/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento, a contar de 24 de Abril de 2020, a Servidora TATIANE FERRARI CANAL (MATRÍCULA 5301), a qual exercia a função de ENFERMEIRO – Nível – 12/1, Referência - A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de abril de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 04 de Maio de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 675/2020

Publicação Nº 2466205

PORTARIA Nº 675/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora ALINE DA CRUZ WUDARSKI DA ROSA (MATRÍCULA 4112), ocupante do cargo de provimento efetivo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, Nível – 12/1, Referência - A, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27 de março de 2018 a 26 de março de 2020, para serem gozadas a contar de 04 de maio de 2020 a 27 de maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 04 de Maio de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 676/2020

Publicação Nº 2466207

PORTARIA Nº 676/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por término de contrato, a contar de 05 de maio de 2020, a Servidora MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY (MATRÍCULA 5274), a qual exercia a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de Maio de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 677/2020

Publicação Nº 2466210

PORTARIA Nº 677/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora ANDRÉA PALUDO (MATRÍCULA 335), ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, Nível – 10, Referência – "J", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 05 de maio de 2020 a 16 de maio de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de Maio de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 678/2020

Publicação Nº 2466211

PORTARIA Nº 678/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 085/2019, que concedeu Função Gratificada à servidora DANIELY CRISTINA RATTI (MATRÍCULA 2779), ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência - E, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para responder pela função de COORDENADOR DA CENTRAL DE MEDICAMENTOS, constante no Anexo III da Lei Complementar Nº 374/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de Maio de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0263/2020**

Publicação Nº 2465600

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0263/2020

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 252 DE 06 DE ABRIL DE 2020, A FIM DE PRORROGAR A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES VIRTUAIS DE COMISSÕES PERMANENTES E DE SESSÕES PLENÁRIAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE/SC.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a situação de exceção provocada pela pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), inclusive quanto às medidas a serem adotadas para contenção de proliferação do vírus;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 252 DE 06 DE ABRIL DE 2020, que dispõe sobre a realização de reuniões virtuais de comissões permanentes e de sessões plenárias ordinárias e extraordinárias na Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste/SC.

CONSIDERANDO o teor do DECRETO ESTADUAL Nº 554, DE 11 DE ABRIL DE 2020, que, dentre outras medidas, prorrogou até 31 de maio de 2020 a suspensão dos eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais,

missas e cultos religiosos;

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº * passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As reuniões das comissões permanentes e as sessões plenárias ordinárias e extraordinárias presenciais ficam suspensas até o dia 30 de maio de 2020, em virtude de situação excepcional de emergência desencadeada pelo Novo Coronavírus (Covid-19).

PARÁGRAFO ÚNICOº O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado ou reduzido, dependendo do quadro epidemiológico local, estadual e nacional, observadas as diretrizes do Ministério da Saúde e do Poder Executivo Municipal”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 04 de maio de 2020.

Sérgio Moacir do Nascimento
Presidente

Everton Parisenti
Vice-Presidente

Vanderlei Antunes da Silva
1º Secretário

Dhiego Costa
2º Secretário

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 027/2020 - EPAGRI**

Publicação Nº 2465503

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 027/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 017/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiam, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Bairro Centro, CEP 89652-000, Cidade Ibiam - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº 183.227.439-04 e portador da Carteira de Identidade nº 229556, órgão expedidor SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo art. 112 da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, neste ato representada por Maykol Ouriques, inscrito no CPF nº 007.690.239-08 e portador (a) do RG nº 3.561.741, órgão expedidor SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Campos Novos, CNPJ nº 83.052.191/0008-39, com endereço na Rod. BR 282 Km 338,2, Bairro Boa Vista, CEP 89620-000, Cidade de Campos Novos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente contrato está fundamentado nos arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.171/1991 e vinculado à Dispensa de Licitação nº 017/2020, com origem na negociação entre as partes e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Campos Novos, unidade da CONTRATADA.

Parágrafo único. O presente instrumento tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Manutenção das Atividades da Agricultura
Dotação – 35.
Detalhamento: 33903979000000

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho (PAT);
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de Trabalho (PAT), nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano Anual de Trabalho (PAT);
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano Anual de Trabalho (PAT) no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano Anual de Trabalho (PAT);
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição na esfera Municipal;
9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação legalmente exigidas.
10. Ficar responsável pela limpeza do Escritório Municipal da CONTRATADA;
11. Fornecer vaga de estacionamento na sede da Prefeitura ou em local por ela indicado que forneça a segurança necessária aos veículos utilizados na execução dos serviços de ATER, especialmente após o expediente e nos finais de semana e feriados.

II – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente à prestação dos serviços objeto do presente instrumento,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

O prazo para a prestação execução dos serviços contratados, sob o regime de execução de empreitada por preço global, terá início em 15/04/2020 até 31/12/2020, facultada a sua continuidade, por acordo e interesse das partes, mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, legislação municipal e suas alterações supervenientes às licitações e contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ R\$ R\$ 27.634,00 (Vinte e sete mil e seiscentos e trinta e quatro reais), divididos em 7 (sete) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

Parc.	Valor bruto	ISS a reter	IR a reter	Valor líquido	Vencimento
1ª	R\$ 3.947,71	R\$ 118,43	R\$ 59,22	R\$ 3.770,07	15/05/2020
2ª	R\$ 3.947,71	R\$ 118,43	R\$ 59,22	R\$ 3.770,07	15/06/2020
3ª	R\$ 3.947,71	R\$ 118,43	R\$ 59,22	R\$ 3.770,07	15/07/2020
4ª	R\$ 3.947,71	R\$ 118,43	R\$ 59,22	R\$ 3.770,07	15/08/2020
5ª	R\$ 3.947,71	R\$ 118,43	R\$ 59,22	R\$ 3.770,07	15/09/2020
6ª	R\$ 3.947,71	R\$ 118,43	R\$ 59,22	R\$ 3.770,07	15/10/2020
7ª	R\$ 3.947,71	R\$ 118,43	R\$ 59,22	R\$ 3.770,07	15/11/2020

Parágrafo primeiro. Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme legislação federal e municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

Parágrafo segundo. O reajuste dos preços dos serviços prestados e ora contratados se dará após 12 (doze) meses de vigência do contrato, em conformidade com o artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.192/2001, e será medido pela variação anual do INPC (IBGE) ou de acordo com outro índice oficial que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo Município CONTRATANTE para a CONTRATADA, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal deverá ser emitida até o 5º (quinto) dia útil de cada mês da prestação do serviço, com vencimento, conforme tabela cláusula 5ª

Parágrafo segundo. Os valores pagos com atraso serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme índice previsto na legislação federal e municipal vigente, com a incidência de juros de mora, de acordo com os artigos 54, caput e 55, III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigos 394, 395 e 397 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consultantes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo único. A CONTRATADA se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e em conformidade com os artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes, caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas – Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da Certidão Negativa de Débito (CND), até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

Parágrafo único. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Ibiam, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Ibiam, SC, 15 de abril de 2020

IVANIR ZANIN Prefeito Municipal

Maykol Ouriques Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

TESTEMUNHAS:

Nome: José Anselmo da Silva CPF: 501.927.019-91	Nome: Jackline Dalmolin Odorizzi CPF: CPF – 063.538.479-55
--	---

Rafael Gonzatto Araldi
Procurador do Município – OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 028/2020 - ROSELEI PEROTTO MÁQUINAS AGRÍCOLAS EIRELI

Publicação Nº 2465534

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 028/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N. 040/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 018/2020

Termo de Contrato, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UM PULVERIZADOR DE TRATOR DA MARCA RUBEMAQ DE 400 LITROS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, ROSELEI PEROTTO MÁQUINAS AGRÍCOLAS EIRELI, autorizado através do Processo nº040/2020, Dispensa de Licitação nº.018/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: ROSELEI PEROTTO MÁQUINAS AGRÍCOLAS EIRELI

CNPJ: 09.512.271/0001-09

Endereço: ROD ESTADUAL SC 452, Nº 1766, Bairro são Francisco

Luzerna - SC CEP: 89.609-000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente, A AQUISIÇÃO DE UM PULVERIZADOR DE TRATOR DA MARCA RUBEMAQ DE 400 LITROS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

- O objeto deste contrato deverá ser novo, completo e com a quantidade de litros e marca indicada obedecendo o orçamento solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).
- 2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.
- 2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 37

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3356/2019, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5 O município designa como fiscais deste contrato, o senhor Edsson Gomes de Oliveira, e o senhor Marcos Roberto Bazzen, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências a as deficiências verificadas em relatório , cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

- 3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

- 4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.
- 4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.
- 4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:
- 4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:
- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
 - b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
 - c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
 - d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - e) a dissolução da empresa;
 - f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
 - g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
 - h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- 4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e

das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 23 de Abril de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ROSELEI PEROTTO MÁQUINAS AGRÍCOLAS EIRELI

CNPJ: 09.512.271/0001-09

Testemunhas:

Jackline Dalmolin Odorizzi

CPF – 063.538.479-55

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

ERRATA AO TERMO ADITIVO - 014 - KELLY CAROLINE ANDRADE

Publicação Nº 2464766

TERMO ADITIVO N. 014/2020

CONTRATO ADITADO N. 022/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2018

Terceiro Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, e KELLY CAROLINE ANDRADE, Contrato Administrativo 022/2018, Pregão Presencial 009/2018, que visa a terceirização de serviços de Enfermagem para prestação de serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde de Ibiam.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

CNPJ – 11.250.761/0001-18

Endereço: Travessa Lido Tragancin, Centro, Ibiam - SC.

CEP: 89652-000

CONTRATADA: KELLY CAROLINE ANDRADE

CNPJ: 31.443.008/0001-56

Endereço: Rua Zeferino Gonzatto, Ibiam – Centro - SC

CEP: 89652-000

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO

Fica prorrogado a vigência do contrato 022/2018 para o exercício financeiro de 2020, compreendido o período de 01/04/2020 a 30/06/2020. Podendo, à critério da Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado.

O valor mensal a ser pago pelo Município de Ibiam, à KELLY CAROLINE ANDRADE, permanece o mesmo do exercício de 2019, R\$ 5.080,00 (cinco mil e oitenta reais) totalizando R\$ 15.240,00 (quinze mil duzentos e quarenta reais) para o período de 03 meses.

CLAUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Para o próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de 2020, conforme informado na solicitação da secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

3.1 Quaisquer situações advindas da execução do contrato, como dias da semana, carga horária, notificações, organização, entre outros, deverão ser tratados diretamente com a Gestora a Sra. Maria Ivete Gomes de Oliveira e fiscal deste contrato, o Servidor Hudson Peres, nos endereços eletrônicos; saude@ibiam.sc.gov.br e/ou telefone (49) 35340025.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As demais cláusulas do Contrato 022/2018 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 30 de março de 2020.

IVANIR ZANIN
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

KELLY CAROLINE ANDRADE
CONTRATADA

MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

• ITENS CORRIGIDO APRESENTAM-SE DESTACADOS.

Ibicaré

PREFEITURA

DECRETO Nº 029-2020

Publicação Nº 2465466

DECRETO Nº 029, DE 05 DE MAIO DE 2020.

DETERMINA A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS PARA ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE PARA NÃO RESIDENTES/DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC, A FIM DE CONTER A CONTAMINAÇÃO E A PROPAGAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 96, IX, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 554 de 11 de abril de 2020, em seu Art. 4º que acrescentou o Art. 26-B ao Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, estabelecendo que os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas neste Decreto ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios.

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada, a partir da publicação do presente Decreto, a suspensão de expedição de alvarás para atividade eventual ou ambulante para não residentes/domiciliados no município de Ibicaré/SC, a fim de conter a contaminação e a propagação do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 05 de maio de 2020.

Gianfranco Volpato
PREFEITO

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 49/2020 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2465127

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 49/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: VS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA, número inscrição CNPJ 80.753.155/0001-38.

Licitação: Dispensa de Licitação 57/2020

Objeto: Aquisição de Notebooks para atender as necessidades das Escolas e CEIs da rede municipal de ensino.

Vigência: Início: 05/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 05/05/2020

Valor R\$: 15.480,00 (Quinze Mil e Quatrocentos e Oitenta Reais)

Dotação: 134 - 07.001.2064.34490523500000000000.01010000

Dotação: 328 - 07.001.2064.34490523500000000000.03320000

FISCAL: MARILENE COLLET KRAUSE

DECRETO Nº 4.509, DE 04 DE MAIO DE 2020 - SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2465508

DECRETO nº 4.509, de 04 de Maio de 2020.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito do Município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e fundamentada no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.418, de 17 de Dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado o valor de R\$ 75.779,48 (setenta e cinco mil setecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos) no orçamento vigente do exercício de 2020 da Unidade Prefeitura Municipal as seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Valor
001	Departamento de Supervisão Pedagógica	
012.0365.0050.2058	Manutenção do Ensino Pré-Escolar	
30000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
03320000	Transferências de Convênios União/Educação	232,20
03376200	Outras Transferências do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação – FNDE	1,00
10	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social	
008.0244.0062.2089	Manutenção do CRAS e Aquisição de Equipamentos	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
03350000	Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/União	50.000,00
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
03350000	Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/União	3.956,55
10	Fundo Municipal de Assistência Social	Valor
001	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência social	
008.0244.0062.2055	Manutenção do Fundo de Assistência Social	
30000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
03650001	Transferências do Sistema Único de Assistência social – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.	1.535,02
03350000	Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/União	15.520,28

40000000	Despesas de Capital	
44000000	Investimentos	
44900000	Aplicações Diretas	
03350000	Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/União	4.500,00
03640000	Transferências de Convênio Estado/Outros	34,43
Total das Suplementações		75.779,48

Art. 2º - Para as suplementações do Art. 1º serão utilizados recursos do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2019 das seguintes fontes de recursos:

Código	Descrição	Valor
033200000	Transferências de Convênios União/Educação	232,20
033762000	Outras Transferências do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação – FNDE	1,00
03350000	Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/União	73.976,83
03650001	Transferências do Sistema Único de Assistência social – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.	1.535,02
03640000	Transferências de Convênio Estado/Outros	34,43
Total do Superávit Financeiro		75.779,48

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ibirama, em 04 de Maio de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito

Publicado o presente Decreto.

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 57/2020

Publicação Nº 2465126

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 57/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24º Inciso II.

Objeto: Aquisição de Notebooks para atender as necessidades das Escolas e CEIs da rede municipal de ensino. Contratada: empresa VS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA número inscrição CNPJ 80.753.155/0001-38. Ibirama - SC. Ibirama, 05 de maio de 2020. Adriano Poffo – Prefeito.

LEI Nº 3.429, DE 05 DE MAIO DE 2020 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IBIRAMA A RECEBER EM DOAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RICORDI D'ITÁLIA BEM MÓVEL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2465122

LEI Nº 3.429, de 05 de maio de 2020.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IBIRAMA A RECEBER EM DOAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RICORDI D'ITÁLIA BEM MÓVEL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Ibirama, através do Poder Executivo, autorizado a receber em doação em caráter definitivo da Associação Ricordi D'Itália um letreiro Turístico “EuamoIbirama”.

Art. 2º O bem de que trata a presente Lei, destina-se para fins de incorporação ao Patrimônio Público Municipal, sendo o letreiro turístico fixo com (letras de 1,20m de altura e coração de 1,70m de altura e 2,35m de comprimento, totalizando 9m, incluindo-se na doação sapata para fixação, base metálica, aplicação e produção), no valor de R\$12.820,00 (doze mil, oitocentos e vinte reais), a ser instalado no Parque Municipal e Centro de Eventos Manoel Marchetti.

Art. 3º As despesas com a execução do projeto correrão exclusivamente às expensas da entidade Associação Ricordi D'Itália.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, 05 de maio de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇOS Nº 58/2020

Publicação Nº 2465130

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

TOMADA DE PREÇOS Nº 58/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de obras e serviços de complementação, na Escola Municipal Nova Stettin, localizada na estrada Leopoldo Schifter, s/n - bairro Nova Stettin - Ibirama / SC. Entrega dos envelopes até o dia 25 de maio de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h30min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 05 de maio de 2020. Adriano Poffo - Prefeito.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 007-2020 - AQUISIÇÃO DE DOIS PORTAIS E SINALIZAÇÕES TURÍSTICAS

Publicação Nº 2465076

PROCESSO Nº 144/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020

PREFEITURA DE ILHOTA

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – GLOBAL
OBJETO	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE DOIS PORTAIS E SINALIZAÇÕES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme projetos básicos e anexos do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 21/05/2020 às 08:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 21/05/2020 às 09:00 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00	

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 29 de abril de 2020.

CONTRATO 2018-038 - ADITIVO 010 - TP 02-2018 - CASARÃO BELGA - ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA

Publicação Nº 2465362

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A ÊXITO CONTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP SITUADA NA RUA TUBARÃO, Nº122, FAZENDA, NA CIDADE DE ITAJAI/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 02091041/0001-66, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 217/2018

Tomada de Preço 002/2018 - FME

Contrato: 038/2018 - FME

Objeto: REQUALIFICAÇÃO DO CASARÃO BELGA PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL. REFERENTE AO CONVENIO 841239/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA– DA PRORROGAÇÃO–O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 16/05/2020até 14/08/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR - Em decorrência do convencionado na clausula 4º do contrato, os valores poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo IPCA, conforme artigo 65, inciso I, alínea “b” da Lei 8666/93 acrescenta-se o valor de R\$ 4.951,81 (quatro mil e novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos), equivalente à 4,65837% (porcentagem) no valor do contrato. Em anexo encontra-se parecer contábil, técnico e demais documentação pertinentes de comprovação do aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - Para as despesas previstas neste termo aditivo, serão utilizados recursos do seguinte crédito orçamentário:

Despesa	Órgão	Unidade	Funcional prog.	Proj. /Ativ.	Categoria	Recurso	Descrição do Proj. /Ativ.
11786	11	11004	1300400392	1035	449051910000	100	Obras em andamento

CLÁUSULAS QUINTA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA SEXTA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 05 de maio de 2020.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Daisy Christiane Pereira
Fiscal do Contrato - Engenheira Civil
CREA – SC 069981-9

Andrea Cordeiro Quintino
Gestor do Contrato
CPF: 914.312.479-87

DECRETO 570

Publicação Nº 2465032

DECRETO Nº 570, de 5 de maio de 2020.
"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO".

O Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 3º da Lei Complementar 73/2017,

Decreta:

Art. 1º Para constituir a Comissão de Licitação, ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados:

Presidente: Daisy Christiane Pereira

Secretário: Joni Everton de Oliveira Pereira

Membro: Jean Carlos Flores de Oliveira

Art. 2º Compete à Comissão de Licitação, em conformidade com a Constituição Federal e a Lei nº 8.666/93, processar e julgar as licitações referentes às aquisições de bens, contratações de serviços, obras e locações de bens móveis no âmbito do Município de Ilhota.

Art. 3º A Comissão de Licitação será renovada anualmente, nos termos do § 4º do artigo 51 da Lei 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Seus efeitos, todavia, retroagem a 01/05/2020.

Ilhota, 5 de maio de 2020.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 62/2020

Publicação Nº 2465251

PORTARIA Nº 62/2020

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Reconhecer a aprovação em estágio probatório com a conseq-ente estabilidade no serviço público ao servidor DÉLCIO DARIO CUSTODIO, no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, a partir de 15 de maio de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 30 de abril de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 076, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466344

DECRETO PMI Nº 076, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Extraordinário para o Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do artigo 18 da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019, e do art. 41 e 44 da Lei 4.320/64.

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual declarou "dispõe sobre novas medidas de enfrentamento", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Imbituba;

CONSIDERANDO, as orientações divulgadas pelo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no "Manual de Orientações do Tribunal de Contas aso Municípios frente à situação de emergência e calamidade pública".

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que o Decreto PMI nº 32, de 25 de Março de 2020 e o Decreto PMI nº 50, de 13 de Abril de 2020, serão insuficiente para cobrir futuras despesas.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Extraordinário, no Orçamento 2020 (LOA - Lei nº 5.096, de 28/11/2019), para Secretaria Municipal de Administração - SEAD no valor de R\$ 170.000,00 (sento e setenta mil reais), para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, amparado pelo Decreto PMI n.º 029, 20 de março de 2020 e o Decreto PMI n.º 031, 25 de março de 2020, para as respectivas dotações abaixo especificada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD			
Ações de Combate ao COVID-19 – Decreto PMI n.º 029/2020			
04.122.0003-2.091			
3.1.90.00.00.00.00.01.0000(0220)		Aplicações Diretas	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0000(0217)		Aplicações Diretas	100.000,00
SOMA			170.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 27/2020 DISPENSA Nº 09/2020 (PMI-SEDETUR)

Publicação Nº 2464951

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEDETUR

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 27/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação de nº 09/2020, em razão da suspensão das aulas devido a pandemia do COVID-19, não haverá tempo hábil para execução do objeto.

Imbituba, 06 de maio de 2020.
Emanuele Martins Ávila
Presidente da CPL

LEI N.º 5.137, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466346

LEI N.º 5.137, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração do Anexo Único da Lei nº 4.571, de 19 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado no Anexo Único, a Meta 1, da Lei nº 4.571, de 19 de junho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ANEXO ÚNICO

Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 58% (cinquenta e oito por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano."

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei nº 4.571, de 19 de junho de 2015, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LEI N.º 5.138, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466348

LEI N.º 5.138, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre alteração da LDO 2020 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão da modalidade abaixo discriminada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020, Lei nº 5.061 de 26 de setembro de 2019:

ORGÃO	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
UNIDADE	19.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
PROGRAMA	17	Gestão da Política Municipal da Assistência Social
AÇÃO	1.034	Construção do CREAS
MODALIDADE	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) no orçamento LOA-2020, referente a Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019, para nova dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Construção do CREAS		
08.244.0017-1.034		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	19.000,00
Total		19.000,00

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Gestão Bolsa Família e Cadastro Único		
08.244.0017-2064		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0020)	Aplicações Diretas	19.000,00
Total		19.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 310/2020

Publicação Nº 2465671

PORTARIA PMI/SEAD Nº 310, de 05 de maio de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Assistente de Diretor(a) - SEAD, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 7.453/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 06 de maio de 2020, o Sr. JACSON DA SILVEIRA DE ALMEIDA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 070.702.909-00, para exercer o cargo de Assistente de Diretor(a) junto a Secretaria Municipal de Administração - SEAD, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

(Interina)

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 311/2020

Publicação Nº 2465697

PORTARIA PMI/SEAD Nº 311, de 05 de maio de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora Jurídico Especial - PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.927, de 12 de julho de 2018, considerando o Memorando nº 7.453/2020 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 06 de maio de 2020, a Sra. LUCIANA DOMINGOS PACHECO DE FREITAS, brasileira, Advogada, OAB/SC nº 30.411,

inscrita no CPF sob o n.º 691.548.569-49, para exercer o cargo de Assessora Jurídico Especial junto a Procuradoria Geral do Município - PGM, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Adriane Martins Luiz
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 312/2020

Publicação Nº 2465768

PORTARIA PMI/SEAD Nº 312, de 05 de maio de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 616, de 15 de julho de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 8.882/2019 e ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 616, de 15 de julho de 2019, da servidora, Sra. JAQUELINE FRANGULES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 046.298.079-00, admitida em 17 de fevereiro de 2010, contrato nº 5218, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	07.02.2022 a 07.04.2022 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de julho de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 616, de 15 de julho de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rosivaldo da Silva Júnior Adriane Martins Luiz
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 313/2020

Publicação Nº 2465787

PORTARIA PMI/SEAD Nº 313, de 05 de maio de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 322, de 17 de abril de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 734, de 13 de agosto de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 7.332/2020 e ainda o disposto no e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 322, de 17 de abril de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 734, de 13 de agosto de 2019, da servidora, Sra. FABIANA DE JESUS, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 735.436.089-91, admitida em 07 de junho de 1994, contrato nº 157, referente ao q-inq-ênio devido, com período remodelado em virtude de afastamentos e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
1999 a 2007	02.09.2019 a 01.10.2019
(período remodelado)	01.03.2021 a 30.03.2021 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de maio de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 322, de 17 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 314/2020

Publicação Nº 2466320

PORTARIA PMI/SEAD Nº 314, de 05 de maio de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira em funções gratificadas/representação junto aos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando os Memorandos nº(s) 7.509/2020 e 7.512/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 06 de maio de 2020, os (as) servidores (as) de carreira abaixo descritos (as), nas respectivas funções gratificadas junto aos órgãos superiores correspondentes, de acordo com o quadro abaixo.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
7860	ANDERSON NASCIMENTO GUILHERME	SEAD	Gerente de Patrimônio e Arquivo Público Municipal
5739	ANDREZA PACHECO DA ROSA	SEDUCE	Diretora da Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos (Paes Leme)
5014	ÁUREA BEATRIS FERNANDES	SEAD	Supervisora de Limpeza do Paço Municipal
9618	BRUNA MARTINS DUARTE	UCSCI	Controladora Geral
5222	CÍNTIA OLEGÁRIO NUNES	SEDUCE	Coordenadora da Educação Inclusiva Infantil
94	CLÁUDIA ROSANA DE OLIVEIRA DE SOUZA	SEDUCE	Coordenadora de Acompanhamento e Fiscalização do Plano Municipal de Educação
8500	DANIEL FERNANDES DE CARVALHO	SEFAZ	Coordenador de Fiscalização Tributária
6285	DANIELA DAVID CARDOSO	SEINFRA	Supervisora de Serviços de Limpeza e Organização da Agência de Correio do Alto Arroio
4527	DIEGO HUORLIN LEOPOLDO	SEDAP	Gerente de Desenvolvimento Agrário
6833	EDUARDA DA SILVA CARVALHO	SEAD	Coordenadora de Organização e Serviços de Almoxarifado

7384	EDUARDO CANARIN	SEMA	Coordenador de Licenciamento Ambiental
131	ELIANE APARECIDA MOREIRA SILVÉRIO	SEDUCE	Coordenadora de Gestão de Pessoas
7922	ERALDO BITTENCOURT MOTA	SEAD	Coordenador de Controle e Fiscalização de Frota
4454	EUGÊNIO DA ROSA	SEINFRA	Gerente Organizacional de Serviços e Manutenção de Veículos
157/158	FABIANA DE JESUS	SEDUCE	Coordenadora de Orçamentos e Finanças
159/160	FABIANE CORRÊA NASCIMENTO	SEDUCE	Coordenadora Pedagógica da Escola Básica Municipal Basileu José da Silva (Campo D'Aviação)
10189	FERNANDA OLÍVIA DRUMOND	SEDUCE	Coordenadora Pedagógica da Escola Básica Pe. Itamar Luís da Costa
5217/7496	FLÁVIA SILVA DE SOUZA	SEDUCE	Coordenadora Pedagógica da Escola Básica Municipal Berlaminda de Souza Pires
5778	GABRIELA MIRANDA FLORIANO	SEDUCE	Diretora da Escola Municipal Ugero Pittigliani (Boa Vista)
9424	GUILHERME CASSAFUZ ANTUNES	SEAD	Supervisor de Segurança Patrimonial do Paço Municipal
4278	HELLEN MONTEIRO CORRÊA	SEFAZ	Gerente de Dívida Ativa
7785	HEMERSON MAFRA	SEMA	Gerente do Meio Ambiente
8619	IARA PITTIGLIANI CARVALHO MENDES	SEDURB	Gerente de Protocolos e Despachos
4284	JESANA ANSELMO DA ROSA	SEDUCE	Diretora da Escola Municipal José Vanderlei Mayer
5154	JOSIANE CARDOSO DE JESUS COSTA	SEDUCE	Secretária da Escola José Vanderlei Mayer
8525	JULIANA BARTH MENEGATTI	SEFAZ	Coordenadora de Protestos
262	LAUDENIR DE SOUZA JUNIOR	SEFAZ	Supervisor de Organização Administrativa
300	MARA MÍRIA RIBEIRO FERNANDES	SEDUCE	Coordenadora de Acompanhamento e Fiscalização da Proposta Curricular
6031	MARIA GISELE DE FREITAS SIMIÃO	SEDUCE	Coordenadora de Estatísticas e Censo Escolar
388	MARLENE MACHADO DE CARVALHO TIM	SEAD	Coordenador do Sistema de Telefonia
398	MICHELE FERREIRA DA SILVA	SEDUCE	Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira (Vila Santo Antônio)
4703	NAZARENO DE SOUZA PACHECO	SEGAB	Assessor de Gabinete
436	OSMARINA TEIXEIRA MACHADO DO CARMO	SEFAZ	Coordenadora de Organização e Manutenção do Arquivo Geral
446	PAULO LAUDELINO DE SENNA	SEMUSA	Gerente do Laboratório de Análises Clínicas
6041	RAMON FERNANDO DA SILVA	SEASTH	Coordenador de Captação para Emprego e Geração de Renda
1961	ROSANA COSTA DAVID MACHADO	SEDUCE	Secretária da Escola Básica Municipal Basileu José da Silva (Campo D'Aviação)
6272	ROSANA CRESCENCIO DE SOUZA LAURENTINO	SEINFRA	Supervisora de Serviços de Limpeza e Organização da Agência de Correio do Mirim
486/5205	ROSANE DE OLIVEIRA FERNANDES	SEDUCE	Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Hermínia de Souza Marques
5844	SÉRGIO FERREIRA DA SILVA	SEAD	Coordenador de Manutenção Predial
6023	SHIRLEY NASCIMENTO DOS PASSOS	SEDUCE	Coordenadora de Articulação Pedagógica da Educação Infantil
1765	VILZA CARLA DA ROCHA	SEINFRA	Supervisora de Serviços de Limpeza e Organização da Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 05 de maio de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEFAZ N. 002, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466345

PORTARIA PMI/SEFAZ N. 002, DE 04 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 562, por meio do qual declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, e estabeleceu outras medidas para fins de enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o teor do art. 36 do Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, e a decisão cautelar proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população que precisa deixar, mesmo que momentaneamente, o isolamento social para desenvolver atividades essenciais ou adquirir bens de primeira necessidade;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais nº 515, de 17 de março de 2020, nº 521, de 19 de março de 2020, e o nº 562, de 30 de março de 2020;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO que as atividades e serviços não essenciais da Administração Municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou remoto estão suspensos desde 23.03.2020, em decorrência das determinações advindas do Governo do Estado através do inciso III do artigo 2º do Decreto Estadual nº 515;

CONSIDERANDO que cada Secretaria Municipal organizou as atividades passíveis de execução através de meio digital ou remoto, entendido como Teletrabalho (Home Office);

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao editar recomendações aos Municípios no quesito pessoal, sugeriu que para servidores que não conseguem desenvolver trabalho remoto, poder-se-á fazer a compensação da jornada de trabalho quando a situação normalizar, ou utilizar de banco de horas;

CONSIDERANDO ainda a expedição das regras para o funcionamento dos estabelecimentos públicos, privados ou filantrópicos através da Portaria SES nº 251, de 16 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que para a retomada das atividades do Município de Imbituba se faz necessário o estabelecimento de cuidados importantes para os servidores públicos e para a população Imbitubense.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 068, de 30 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Suspender parcialmente o regime de teletrabalho para servidores e estagiários de funções consideradas essenciais, que exercem funções no ambiente da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ.

Art.2º Os serviços públicos municipais, nos termos do Decreto Municipal n. 068 de 30 de abril de 2020, fica instituída o retorno a jornada de trabalho em todos os setores considerados essenciais, com possibilidade de revezamento a fim de reduzir o número de servidores em exercício nas instalações dos respectivos órgãos, conforme cronograma do setor e sem prejuízo ao município.

Art.3º Permanece mantida a jornada diária de trabalho, ficando a realização de horas-extras condicionada a autorização prévia da Secretária Municipal da Fazenda.

Art. 4º Ficam preservadas as atribuições de cada servidor, atendendo a demanda necessária correspondente a execução do seu trabalho, utilizando-se dos sistemas oficiais do município para a movimentação e despachos necessários de processos e procedimentos decorrente de sua função laboral.

Art. 5º Ficam estabelecidos os setores essenciais dentro da Secretaria da fazenda: Tesouraria, Arrecadação em geral e Fiscalização Tributária.

Art. 6º Os servidores em trabalhos essenciais ficam na responsabilidade de registrar o ponto no horário de entrada e saída.

Art. 7º Os servidores públicos municipais em teletrabalho (Home Office), ou em revezamento das atividades em decorrência da prevenção a COVID-19, devem enviar antes do fechamento do ponto, um relatório de movimentação de processos do meio oficial e/ou relatório do sistema Betha com horário de trabalho, que assim comprove o cumprimento da jornada.

Os que ficarem sem comprovação, será lançado em banco de horas negativo, controlado por esta secretaria afim de pagamento futuro em contraturno, conforme autoriza Decreto municipal 068 de 30 de abril de 2020.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria serão dirimidos pela Secretária da fazenda e pelos responsáveis por cada setor.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal da Fazenda - SEFAZ

PPE - PMI/SEAD Nº 83/2020

Publicação Nº 2466277

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 83/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 309, de 04 de maio de 2020, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AGRÍCOLA E DA PESCA junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca – SEDAP.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
ANSELMO MORAES DE SOUZA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AGRÍCOLA E DA PESCA	023.223.649-67

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 05/05/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 84/2020

Publicação Nº 2466283

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 84/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 307, de 04 de maio de 2020, para exercer o cargo de DIRETORA DE RELAÇÕES COMUNITÁRIAS junto a Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
IRAMAIA CORRÊA PITTIGLIANI	DIRETORA DE RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	029.790.429-94

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 06/05/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de maio de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 09ª SESSÃO ORDINÁRIA 27.04.2020

Publicação Nº 2464834

Ata da 09ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada na modalidade virtual, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbuia, realizada no dia vinte de abril de dois mil e vinte, às dezenove horas. Sob a Presidência do Vereador Aldori Rengel, e secretariado pelos vereadores Ana Maria de Andrade Kreusch, Santelmo Zimermann e Elimar Schlickmann. À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: Aldori Rengel, Ana Maria de Andrade Kreusch, Elimar Schlickmann, Elio Esser, Henrique Leopoldo Erhardt, Leonita Bennert, Lorival Arnold, Santelmo Zimermann e Zulmar Machado, verificado o número regimental com a presença de nove Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta à sessão. Segue foi realizada a leitura, discussão e aprovação da ordem do dia e da ata da sessão anterior. E realizada a leitura das correspondências. Segue foi realizada a Leitura das seguintes Matérias Legislativas: PROJETO DE LEI Nº 04/2020 – Dispõe sobre medidas administrativa a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Imbuia, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)”. Segue foi realizada a Leitura e Discussão da INDICAÇÃO Nº 01/2020 – Sugere denominar de Tifa Otília Marian, o vilarejo que tem seu acesso na Rua João Raitz, na altura da propriedade do Senhor Evaldo Andersen. Autor Vereador Santelmo Zimermann. VEREADOR SANTELMO ZIMERMANN: Cumprimentou Presidente e demais Vereadores. Coloca que foi procurado pela população que lá reside e aonde fizeram este pedido. Para assim nomear aquele vilarejo, facilitando assim a localização do mesmo. Aprovado por unanimidade. Segue não havendo inscritos para a Palavra Livre de Pequeno Expediente e não havendo inscritos para a Palavra Livre de Grande Expediente o Senhor Presidente então declarou intervalo de cinco minutos. Na reabertura, não havendo Matéria Legislativa a ser discutida e votada na Ordem do Dia o Senhor Presidente concedeu espaço para Explicações Pessoais: VEREADOR LORIVAL ARNOLD: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais que acompanham a Sessão. Apresentou o questionamento sobre o que esta sendo feito com a Merenda Escolar. Onde observa o exemplo de outros municípios da região que estão distribuindo em forma de sacolão as famílias mais necessitadas, com base no Bolsa Família. Desta forma, sugere que o Executivo faça o mesmo, caso já não esteja fazendo. Destacando ainda que além de ajudar as famílias que recebem, ajudara aos Agricultores Familiares que fornecem merenda ao município. Segue parabeniza ao Prefeito Municipal pela belíssima estrada feita no Alto Rio Engano, dando continuidade ao serviço que era feito pelo então Prefeito João Schwambach. Assim coloca o município de Imbuia como um que tem as melhores estradas no Estado. E acredita também que não há uma propriedade do município que o acesso não tenha pedra. Elogiando assim o trabalho do Prefeito. VEREADOR SANTELMO ZIMERMANN: Cumprimentou Presidente, demais Vereadores e demais que acompanham a Sessão. Agradece a cada voto favorável a indicação. E que será bem recebido pelos moradores. Onde poderão conseguir, assim abastecimento da CASAN E aonde acha muito importante aos moradores destas tifas sem nome que procurem os Vereadores para que realizem Indicação. Não havendo mais inscritos e nada havendo a tratar o Senhor Presidente Vereador Aldori Rengel agradeceu a presença de todos e marcou a próxima Sessão Ordinária para o dia quatro de maio de dois mil e vinte, às dezenove horas e em nome de Deus e da Lei, declarou encerrada a Sessão da qual, eu Daniel Augusto Schmoller, lavrei a presente Ata que será lida e se considerada a rigor, será datada e assinada por todos os membros presentes da mesa diretora.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 061/2020

Publicação Nº 2464648

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 061/2019

CONTRATADA: JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato a execução de ampliação e reforma do edifício onde se localiza a sede da guarnição especial de Indaial, situado na rua prefeito Frederico Hardt, 70, no bairro centro, Indaial/SC. A obra contempla uma área total de 138,70m², sendo 70,95m² referentes a reforma e 67,75m² referentes a ampliação. A obra também contempla a demolição de uma área de 42,70m², no local onde serão executadas as obras de ampliação, conforme anexos III, IV e V, do edital mencionado na Cláusula Primeira.

VALOR: R\$ 166.028,03

PRAZO: 29 de abril de 2020 até 28 de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 29/04/2020.

CONTRATO Nº 062/2020

Publicação Nº 2465101

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 062/2019

CONTRATADA: COOPERATIVA DE CRÉDITO VALE DO ITAJAÍ VIACREDI.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato de credenciamento de instituições financeiras o acesso ao crédito em condições adequadas, mediante pagamento integral ou parcial de juros por parte da Contratante, bem como acesso a fundos de risco para garantia das operações, incentivando a geração de emprego e renda, aos microempreendedores individuais, microempresas, bem como profissionais autônomos com exceção dos profissionais liberais e empreendedores populares, condicionado à formalização de seus negócios e promover a inclusão e acesso a serviços financeiros dos microempreendedores locais, segundo critérios, termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

VALOR ATÉ: R\$ 350.000,00

PRAZO: 05 de maio de 2020 até 04 de maio de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 05/05/2020.

DECRETO Nº 2224/2020

Publicação Nº 2465202

. DECRETO Nº 2224/20

. De 05 de maio de 2020

Altera Decreto nº 2145/2020 / Que Institui O Programa Juro Zero de Indaial, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores, o acesso ao crédito em condições adequadas, a promoção da inclusão financeira com impacto na geração de emprego e renda, a promoção da inclusão social e desenvolvimento local.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor, e;

DECRETA:

Art. 1º - O Programa Juro Zero Indaial será regido pela Lei nº 5775, por este Decreto e demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie.

Art. 2º - O Programa de Empreendedorismo JURO ZERO de Indaial que trata este Decreto tem por objetivo possibilitar o acesso ao crédito em condições adequadas, mediante o pagamento integral ou parcial dos juros, bem como acesso a fundos de risco para a garantia das operações, incentivando a geração de emprego e renda, aos microempreendedores individuais, microempresas, bem como profissionais autônomos com exceção dos profissionais liberais e empreendedores populares, condicionado à formalização de seus negócios; bem como promover a inclusão e acesso a serviços financeiros dos microempreendedores locais.

§ 1º O subsídio financeiro concedido pela Prefeitura corresponderá ao valor dos juros remuneratórios das operações de crédito realizadas no âmbito do Programa de Empreendedorismo Juro Zero Indaial.

§ 2º O valor máximo para os juros aplicados pelas operações de crédito realizadas no âmbito do Programa de Empreendedorismo Juro Zero Indaial, será de até 2% (Dois por cento) ao mês para os Perfis do Micro Empreendedor Individual, Micro Empresas e Profissionais Autônomos.

§ 3º O beneficiário receberá o subsídio referido neste artigo mediante pagamento da última prestação da operação de crédito por ele assumida, o qual corresponde ao valor total dos juros remuneratórios da operação.

§ 4º A última parcela, que, na medida do possível, corresponderá ao valor total dos juros remuneratórios das operações de crédito, será paga pela Prefeitura de Indaial, desde que haja quitação de todas as parcelas anteriores pelo beneficiário, as quais dizem respeito ao capital.

§ 5º Caso não seja possível formalizar a última parcela somente com o valor dos juros remuneratórios, a instituição financeira deverá adotar algum método operacional para individualizar o capital remanescente e cobrá-lo unicamente do beneficiário do microcrédito.

Art. 3º - Os interessados poderão aderir ao Programa mediante assinatura do Termo de Adesão ao Programa Juro Zero Indaial, documento

que habilitará a operação de crédito a ter os respectivos juros remuneratórios subsidiados e estabelecerão os requisitos necessários à concessão do benefício financeiro, observadas as disposições estabelecidas na Lei nº 5775, e neste Decreto.

I - Para aderir ao Programa Juro Zero, o Microempreendedor Individual deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Certificado de Microempreendedor Individual no município de Indaial;
- b) Comprovante de regularidade fiscal Federal, Estadual e Municipal (CND);
- c) Declaração do Objeto e finalidade de aplicação do recurso financeiro captado;
- d) Cópia da Declaração Anual de Faturamento.

II – Para aderir ao Programa Juro Zero, o Empreendedor de Microempresa – ME deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ);
- b) Contrato Social e suas alterações;
- c) Comprovante de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (CND);
- d) Inscrição Municipal (CMC)
- e) Declaração do objeto e finalidade de aplicação do recurso financeiro a ser captado.

III – Para aderir ao Programa Juro Zero, o Profissional Autônomo deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia dos Documentos Pessoais;
- b) Comprovante de regularidade fiscal municipal (CND);
- b) Inscrição Municipal (CMC);
- c) Comprovante de residência atualizado;
- d) Declaração do objeto e finalidade de aplicação do recurso financeiro a ser captado.

Parágrafo único. A apresentação dos documentos de que trata este artigo não impede que a instituição financeira os solicite novamente e/ou requeira outros.

Art. 4º - Não poderão ser habilitadas ao Programa as operações de crédito:

I - Inadimplidas ou em inadimplemento;

II - Renegociadas ou refinanciadas, bem como as que a estas sucederem; e

III - que prevejam a incidência de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), tarifa de cobrança, tarifa de boleto ou quaisquer outras taxas ou tarifas.

Art. 5º Os recursos do Programa não poderão ser utilizados para o pagamento de multas e juros moratórios devidos pelos beneficiários aos agentes financeiros ou operadores credenciados, por atraso no cumprimento das obrigações contratuais.

Art. 6º - O subsídio financeiro do Programa fica limitado em até duas operações de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para Microempreendedores Individuais (MEI) e Profissionais autônomos, em até duas operações de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada Microempresa (ME) desde que não sejam concomitantes.

Art. 7º A Prefeitura firmará convenio com as instituições credenciadas junto ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO nos termos da Lei Federal nº 13636/2018 para operacionalização do Programa de Empreendedorismo JURO ZERO de Indaial, que definirá as respectivas competências para execução do Programa, desde que atendidos os critérios estabelecidos no artigo 2º - § único da Lei nº 5775 de 30 de março de 2020, que instituiu o Programa.

Art. 8º - As operações de crédito do Programa estarão sujeitas às seguintes condições:

I. Uma operação de crédito no valor de até R\$ 5.000,00 para cada tomador na condição de Microempreendedor Individual ativo e Profissional Autônomo Ativo, com possibilidade de nova operação nas mesmas condições em caso de comprovação de formalização de 1 (um) empregado;

II. Uma operação de crédito no valor de até R\$.10.000,00 (dez mil reais) para cada tomador na condição de Microempresa ativa, com possibilidade de nova operação nas mesmas condições em caso de comprovação de formalização de 2 (dois) empregados;

III. Os empréstimos serão quitados da seguinte forma:

a. Para os valores até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os empréstimos serão quitados em 13 (treze) parcelas mensais iguais e sucessivas, sendo a última paga pela Prefeitura de Indaial, caso o contrato esteja adimplente no vencimento da décima segunda parcela;

b. Para os valores de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) os empréstimos serão quitados em 13 (treze) parcelas, sendo as duas últimas pagas pela Prefeitura Municipal de Indaial, caso o contrato esteja adimplente no vencimento da decima primeira parcela;

c. Será admitido ao contrato uma carência para o início de pagamento das parcelas de até 3 meses;

d. O valor contratado será liberado numa única parcela.

Parágrafo único. A decisão final quanto à concessão do crédito caberá aos agentes financeiros ou operadores credenciados.

Art. 9º As operações de crédito não contarão com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do Poder Público.

Art. 10 - Para fins de acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pela Prefeitura, A Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico e Sala do Empreendedor, encaminhará à Secretaria de Administração e Finanças, semestralmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa, que detalhará:

I - O número e a data do contrato;

II - O valor do crédito a ser concedido;

III - O valor dos juros remuneratórios a serem subsidiados;

IV - A data do pagamento do subsídio; e

V - os números do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do beneficiário e da instituição de microcrédito.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de maio de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Silvio Cesar da Silva Manoel Felipe Boaventura

Secretário de Administração e Finanças Secretário de Governo

ANEXO I

Considerando o texto do §5 do Artigo 2º, do decreto 2145/20 que regulamento a Lei 5775/2020, acrescenta-se o que segue;

I - A Prefeitura de Indaial reafirma que o Programa Juro Zero, NO FINAL da operação, não incidirá em Juros para o CNPJ e ou CPF contratante. Diante disto, lhe comunicamos que recebemos de Instituições financeiras pretendentes em acessar o programa, a manifestação de dificuldade de Operacionalização, mantendo as parcelas fixas e com os juros acrescidos somente na última parcela do empréstimo.

II - Diante disto, para operacionalizar os empréstimos, comunicamos que as Instituições financeiras poderão incidir os juros nas 13 parcelas, para atendimento dos valores solicitados até 5 mil reais e os valores solicitados até 10 mil reais. Ficando a Prefeitura de Indaial, responsável pelo pagamento do valor dos juros de cada operação no final das parcelas, conforme segue;

a) - Para os Empréstimos de até 5 mil reais, será dividido o montante final em 13 parcelas com juros e carência, sendo que o contratante pagará 12 parcelas da operação, sendo que a 13ª parcela, a Prefeitura de Indaial pagará os juros da sua operação para a Instituição financeira escolhida, estando este adimplente. Fica estabelecido que, caso o contratante tenha efetuado o pagamento de juros até a 12ª parcela, a instituição financeira, deposita em conta esta diferença se houver, em favor do contratante até a data do vencimento da 13ª parcela.

b) - Para os empréstimos de até 10 mil reais, será dividido o valor final com juros em 13 parcelas, o contratante pagará 11 parcelas no total, sendo que as duas últimas parcelas, a Prefeitura efetuará o pagamento, estando as 11 parcelas quitadas. Caso o pagamento das 11 parcelas for a menor do valor do capital, o solicitante compromete-se a efetuar o pagamento desta diferença até a data de vencimento da 12ª parcela. E caso estas parcelas tiverem algum resíduo de juros que foram pagos pelo contratante, será feito o depósito em favor do contratante pela Instituição financeira no final da operação.

III - Comunicamos então, que nosso compromisso é em favor ao CNPJ, seja ele MEI, ME ou Autônomo(CPF), afirmando o compromisso que, o contratante do programa não tenha prejuízo financeiro com esta operação. Ficando todos os juros pagos pela Prefeitura de Indaial AO FINAL DE CADA EMPRÉSTIMO.

DECRETO Nº 2225/2020

Publicação Nº 2465297

. DECRETO Nº 2225/20

. De 05 de maio de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 do MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 531.394,98 (QUINHENTOS E TRINTA E UM MIL E TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0122.0004.2151.33391000000000000000	03500000	531.394,98

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de maio de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2226/2020

Publicação Nº 2465410

. DECRETO Nº 2226/20
. De 05 de maio de 2020
Altera Decreto nº 1658/2015
Regulamenta regime de sobreaviso e regime de plantão / Secretaria de Agricultura

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 4.507, alterada pela Lei 4.872/13 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica alterado os cargos no Decreto nº 1658/2015 que regulamenta a realização de serviço pelo "Regime de Sobreaviso" e pelo "Regime de Plantão" dos servidores lotados na Secretaria de Agricultura, conforme abaixo, obedecendo ao disposto na Lei 4.507/11, alterada pela Lei 4.872/13.

Art. 2º - Os servidores poderão ser convocados para cumprirem regime de sobreaviso, conforme escala a ser definida pelo Secretário da Pasta e/ou Secretaria ao qual estiver lotado.

Parágrafo Único – O valor da hora exercida em regime de sobreaviso será equivalente a:

CARGO	VALOR
§ Inseminador	R\$ 1,98
§ Operador de Retroescavadeira	
§ Operador de Motoniveladora	
§ Operador de Trator de Pneus	
§ Médico Veterinário	

Art. 3º - Os serviços em Regime de Plantão poderão ser realizados pelos profissionais indicados no artigo anterior, conforme escala previamente estabelecida pelas respectivas Secretarias.

Parágrafo Único - O valor das horas exercidas em regime de plantão será equivalente a:

CARGO	VALOR
§ Inseminador	R\$ 11,89
§ Operador de Retroescavadeira	
§ Operador de Motoniveladora	
§ Operador de Trator de Pneus	
§ Médico Veterinário	

Art. 4º - Ao servidor em regime de sobreaviso, quando convocado ao trabalho, as horas efetivamente trabalhadas serão remuneradas obedecidos os valores constante parágrafo Único do artigo 3º, não se aplicando durante a convocação a remuneração correspondente as horas exercidas em regime de sobreaviso.

Parágrafo Único - A comprovação do exercício das horas em regime de plantão deverão computadas através do registro do "ponto" do servidor, e após abonadas pelo Secretário de Agricultura e encaminhadas ao Departamento de RH.

Art. 5º - Através de Portaria serão publicadas as escalas, os nomes, dias, horários e locais em que serão realizados os regimes de Sobreaviso e Plantão.

Parágrafo Único - A remuneração correspondente aos regimes de sobreaviso e plantão serão pagas no mês subsequente ao do efetivo exercício da atividade nos referidos regimes.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de maio de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2227/2020

Publicação Nº 2465468

. DECRETO Nº 2227/20
. De 05 de maio de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5745.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9,991,67 (nove mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos) as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.005.0010.0303.0030.2480.33393000000000000000 MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA	03671302	3.263,95
30.005.0010.0303.0030.2480.33393000000000000000 MANUTENÇÃO D AFARMACIA BASICA	03381301	5.394,02
30.003.0010.0301.0030.1461.34490000000000000000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO EM GERAL	03335436	1.333,70
Total		9.991,67

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de maio de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA Nº 63/2020

Publicação Nº 2465359

. PORTARIA Nº 63/20
. De 05 de maio de 2020

Prorroga Prazo Portaria nº 41/2020
INSTAURA SINDICÂNCIA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 107 e 108 da Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial e considerando o Ofício da Comissão da Sindicância,

RESOLVE,

Art. 1º - Prorroga para mais 30 (trinta) dias o prazo da Sindicância instaurada pela Portaria nº 41/2020 para apurar comportamento do Servidor da Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Designar para a condução da Sindicância a comissão permanente nomeada pelo Decreto nº 1775/19.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de maio de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Cumpra-se.

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 111/2019

Publicação Nº 2464651

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 111/2019
CONTRATADA: ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 10 (dez) meses.
PRAZO: 06 de abril de 2020 até 05 de fevereiro de 2021
DATA DA ASSINATURA: 02/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 127/2019

Publicação Nº 2464723

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 127/2019
CONTRATADA: VALMOR GIELOW SOBRINHO.
OBJETO DO ADITIVO: visa a concessão de desconto no importe de 20% sobre o pactuado – Cláusula Terceira, no período compreendido entre 1º de abril de 2020 até 25 de junho de 2020, contando com eventual prorrogação contratual, perfazendo o montante mensal de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).
VALOR: R\$ 1.600,00.
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 151/2019

Publicação Nº 2464720

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 151/2019
CONTRATADA: ANTONIO DA CUNHA.
OBJETO DO ADITIVO: visa a concessão de desconto no importe de 20% sobre o pactuado – Cláusula Terceira, no período compreendido entre 1º de abril de 2020 até 19 de julho de 2020, contando com eventual prorrogação contratual, perfazendo o montante mensal de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).
VALOR: R\$ 1.600,00.
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 111/2019

Publicação Nº 2464656

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 111/2019
CONTRATADA: ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.
OBJETO DO ADITIVO: visa o acréscimo de quantidades nos itens 4.1.1, 4.1.3, 5.1.2, 5.1.3, 5.2.3, 5.3.1, 5.3.2.1, 5.4.4, 5.5.1, 5.5.2, 5.5.4, 5.9.1, 5.9.2, 6.1.1, 6.1.2, 6.2.2.1, 6.2.2.3, 6.2.2.5, 6.4.1, 6.4.2.1, 7.1, 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.2.1, 10.2.2, 10.3.1, 10.3.2, 10.3.3, 10.3.4 e 10.3.5, da planilha de quantidade e preços unitários e totais da proposta de preços apresentada, no valor total de R\$ 661.023,84 (seiscentos e sessenta e um mil, vinte e três reais e oitenta e quatro centavos).
VALOR: R\$ 4.994.241,37
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 011/2018

Publicação Nº 2464718

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 011/2018
CONTRATADA: LOURIVAL DUVE.
OBJETO DO ADITIVO: visa a concessão de desconto no importe de 20% sobre o pactuado – Cláusula Terceira, no período compreendido entre 1º de abril de 2020 até 31 de dezembro de 2020, contando com eventual prorrogação contratual, perfazendo o montante mensal de R\$ 2.181,16 (dois mil, cento e oitenta e um reais e dezesseis centavos)..
VALOR: R\$ 2.181,16
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 192/2017

Publicação Nº 2464715

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 192/2017
CONTRATADA: KARLA FELICIO DUVE.
OBJETO DO ADITIVO: visa a concessão de desconto no importe de 20% sobre o pactuado – Cláusula Terceira, no período compreendido entre 1º de abril de 2020 até 19 de outubro de 2020, contando com eventual prorrogação contratual, perfazendo o montante mensal de R\$ 1.661,40 (mil seiscentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).
VALOR: R\$ 1.661,40
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 039/2019

Publicação Nº 2464664

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 039/2019

CONTRATADA: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: visa o acréscimo dos itens 92 e 93 aos quantitativos especificados na Cláusula Primeira do Contrato, no valor total de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais).

VALOR: R\$ 781.750,00

DATA DA ASSINATURA: 23/03/2020.

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 211/2015

Publicação Nº 2464728

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 211/2015

CONTRATADA: VANDENIR CAPESTRANO FERREIRA.

OBJETO DO ADITIVO: visa a concessão de desconto no importe de 20% sobre o pactuado – Cláusula Terceira, no período compreendido entre 1º de abril de 2020 até 23 de setembro de 2020, contando com eventual prorrogação contratual, perfazendo o montante mensal de R\$ 1.244,84 (mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

VALOR: R\$ 1.244,84

DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 017 AO CONTRATO Nº 039/2018

Publicação Nº 2464687

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 017 AO CONTRATO Nº 039/2018

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.

OBJETO DO ADITIVO: visa a supressão de 1 (um) veículo, no valor total de R\$ 490,92 (quatrocentos e noventa reais e noventa e dois centavos).

VALOR: R\$ 134.708,13

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 018 AO CONTRATO Nº 039/2018

Publicação Nº 2464693

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 018 AO CONTRATO Nº 039/2018

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo pelo período de 12 (doze) meses, bem como a atualização do valor total do contrato, em face do desconto de R\$ 4.708,13 (quatro mil, setecentos e oito reais e treze centavos) concedido.

VALOR: R\$ 130.000,00

PRAZO: 07 de maio de 2020 até 06 de maio de 2021

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2020.

Ipira

PREFEITURA

478 - CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS - ROSANE CECHIN

Publicação Nº 2465461

PORTARIA 478/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Concede afastamento a servidora pública que especifica.

O Prefeito do Município de Ipira, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado, pela servidora no dia 05 de maio de 20120, conforme protocolo nº3543, a qual solicita afastamento para tratar de assuntos particulares.

Considerando o despacho favorável do Secretário de Administração e Finanças, Sr. Neocir Rogerio de Cesaro;

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº 109/2001 (Estatuto dos Servidores Municipais), de 31 de dezembro de 2.001. RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal Rosane Cechin Dani, portador do 019.856.159-83, carteira de identidade nº 3.676.593 - SSP/SP ocupante do cargo de Agente de Copa e Limpeza – 40 horas, Nível "001" Referencia "A", Seção Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, afastamento de suas atividades para tratar de assuntos particulares, do período de 05 de maio de 2020 a 04 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 05/maio/2020.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

Ciente em __/__/2020

Rosane Cechin Dani

509 - EXONERA A PEDIDO - GIANDRA CAVASIN

Publicação Nº 2464650

DECRETO Nº 509/2020, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

Exonera a pedido GIANDRA RAQUEL CAVASIN – Cargo de Provimento em Efetivo.

O Prefeito do Município de Ipira em Exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 101, VIII.

Considerando as disposições do art. 39, I, da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2.001;

Considerando requerimento da parte interessada, protocolado junto a Secretaria de Administração e Finanças no dia 13 de abril de 2020, protocolo no livro de protocolos da Prefeitura Municipal nº 3515.

DECRETA:

Art. 1º Fica Exonerada a pedido Giandra Raquel Cavasin, inscrita no CPF 076.862.969-11, Carteira de Identidade nº 5708200-SSP/SC, ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Agente Administrativo, Nível "056" Referencia "A", sob matrícula funcional nº 1545 seção Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 013 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 13/abril/2020

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/2020.
Giandra Raquel Cavasin

510 - DELEGA PODERES E COMPETÊNCIA - MARCIANO DE OLIVEIRA -MOV CONTA BB

Publicação Nº 2464654

DECRETO Nº 510/2020, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

ATRIBUI PODERES E DELEGA COMPETÊNCIA PARA ASSINATURA DE ATOS ADMINISTRATIVOS E TRANSFERENCIAS ELETRONICAS E VIA CAIXA.

O Prefeito do Município de Ipira em Exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 101, I e VIII, c/c o disposto na Lei Complementar nº 133, de 28 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e dá outras providências." Considerando a necessidade de servidor responsável pelo Setor de Tesouraria na Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Ipira.

DECRETA:

Art. 1º Atribuir ao Servidor Público Municipal senhor Marciano de Oliveira, portador do CPF 028.602.509-48, e carteira de identidade nº 3.777.761, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível "007" Referência "V", seção Secretaria de Administração e Finanças, Poderes e Competência com responsabilidade no setor de Tesouraria para efetuar transferências eletrônicas e transferências via caixa para pagamento das despesas empenhadas, com recursos das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Educação e Desportos, sob CNPJ nº 30.950.571/0001-58, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sob CNPJ nº 10.456.203/0001-40, ou originários de convênios, emitir ordem de pagamento programado; assinar documentos e cheques; preencher formulários de depósito; realizar conciliação bancária; acompanhar diariamente e mensalmente os extratos; realizar contatos com bancos e com o setor de contabilidade municipal; identificar entradas/saídas programadas e realizadas e programadas e não realizadas; identificar entradas/saídas não programadas ou justificadas; realizar lançamentos em livro caixa de todos os créditos e débitos das contas; controlar a receita orçamentária e extra orçamentária; movimentar fundos dos recursos financeiros do Município; conferir e rubricar livros de controle financeiro; e demais procedimentos do setor da tesouraria, enquanto perdurar a vacância da pasta, a contar de 01 de abril de 2020.

Art. 2º Fica atribuído poderes e competência ao Servidor Municipal Rogerio Anestor Spohr, portador do CPF 915.752.819-53, carteira de identidade nº 2.142.091 -SSP/SC, ocupante do cargo de Tesoureiro Adjunto, 40h/semanal, Nível "56" Referência "A", matrícula funcional nº 1669, nomeado pelo Decreto 316/2019, de 07 de fevereiro de 2019, seção da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Ipira, em substituição a titular discriminado no artigo anterior, durante suas ausência, por gozo de férias ou licenças.

Art. 3º A presente atribuição não acarretará nenhum acréscimo a remuneração dos servidores citado no art. 1º e 2º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01 de abril de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

FLAVIO BITTENCOURT MACHADO
Secretário de Educação e Desporto

DANIELLA MARIA TOFOLO DA COSTA SILVA
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrado e Publicado no Mural de Atos
da Prefeitura Municipal de Ipira em 13/abril/2020.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em : ____/____/____

Marciano de Oliveira

Ciente em : ____/____/____
Rogerio Anestor Spohr

511 - ALTERA DECRETO 485 2020 - MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Publicação Nº 2464657

Decreto nº 511, de 13 de abril de 2020.

Altera o art. 9º, Iª, a, b, e c" do Decreto nº 485, de 17 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria o comitê de Gerenciamento de Crise e dá outras providências"

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 101, VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma do art. 194, da Lei Complementar nº 109/2001, Estatuto dos Servidores Municipais de Ipira, e,

DECRETA:

Art. 1º - O art. 9º, Iª, a, b, e c" do Decreto nº 485, de 17 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria o comitê de Gerenciamento de Crise e dá outras providências:

Art. 9º. –

(...)

I – representantes do Poder Executivo:

a) DANIELLA MARIA TOFOLO DA COSTA SILVA – Secretária Municipal Saúde e Assistência Social;

b) FLAVIO BITTENCOURT MACHADO – Secretário de Educação e Desporto;

c) NEOCIR ROGERIO DE CESARO – Secretario de Administração e Finanças.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01 de abril de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 01/abril/2020.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

513 - ALTERA DECRETO 487 - DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Publicação Nº 2464658

Decreto nº 513, de 17 de abril de 2020.

Altera o art. 4º, e Paragrafo Único, do Decreto 487/2020, de 19 de março de 2020, que Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Estiagem.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 101, VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma do art. 194, da Lei Complementar nº 109/2001, Estatuto dos Servidores Municipais de Ipira, e,

DECRETA:

Art. 1º - O art. 4º, e Paragrafo Único, Decreto 487/2020, de 19 de março de 2020, que Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Estiagem:

Art. 4º. – Este Decreto terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua publicação.

(...)

Art.2º - As demais cláusulas do Decreto 487/2020, de 19 de março de 2020 permanecem em vigor e sem alteração.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 17/abril/2020.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

515 - DELEGA PODERES E COMP - MARCIANO DE OLIVEIRA -MOV CONTA FIA

Publicação Nº 2464660

DECRETO Nº 515/2020, DE 27 DE ABRIL DE 2020.

ATRIBUI PODERES E DELEGA COMPETÊNCIA PARA ASSINATURA DE ATOS ADMINISTRATIVOS E TRANSFERÊNCIAS ELETRÔNICAS E VIA CAIXA.

O Prefeito do Município de Ipira em Exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 101, I e VIII, c/c o disposto na Lei Complementar nº 133, de 28 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e dá outras providências." Considerando a necessidade de servidor responsável pelo Setor de Tesouraria na Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Ipira.

DECRETA:

Art. 1º Atribuir ao Servidor Público Municipal senhor Marciano de Oliveira, portador do CPF 028.602.509-48, e carteira de identidade nº 3.777.761, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível "007" Referência "V", seção Secretaria de Administração e Finanças, Poderes e Competência com responsabilidade no setor de Tesouraria para efetuar transferências eletrônicas e transferências via caixa para pagamento das despesas empenhadas, com recursos, do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, sob CNPJ nº 21.095.380/0001-65, ou originários de convênios, emitir ordem de pagamento programado; assinar documentos e cheques; preencher formulários de depósito; realizar conciliação bancária; acompanhar diariamente e mensalmente os extratos; realizar contatos com bancos e com o setor de contabilidade municipal; identificar entradas/saídas programadas e realizadas e programadas e não realizadas; identificar entradas/saídas não programadas ou justificadas; realizar lançamentos em livro caixa de todos os créditos e débitos das contas; controlar a receita orçamentária e extra orçamentária; movimentar fundos dos recursos financeiros do Município; conferir e rubricar livros de controle financeiro; e demais procedimentos do setor da tesouraria, enquanto perdurar a vacância da pasta, a contar de 01 de abril de 2020.

Art. 2º Fica atribuído poderes e competência ao Servidor Municipal Rogerio Anestor Spohr, portador do CPF 915.752.819-53, carteira de identidade nº 2.142.091 -SSP/SC, ocupante do cargo de Tesoureiro Adjunto, 40h/semanal, Nível "56" Referência "A", matrícula funcional nº 1669, nomeado pelo Decreto 316/2019, de 07 de fevereiro de 2019, seção da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Ipira, em substituição a titular discriminado no artigo anterior, durante suas ausência, por gozo de férias ou licenças.

Art. 3º A presente atribuição não acarretará nenhum acréscimo a remuneração dos servidores citado no art. 1º e 2º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01 de abril de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

FLAVIO BITTENCOURT MACHADO
Secretário de Educação e Desporto

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 27/abril/2020.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em : ____/____/____

Marciano de Oliveira

Ciente em : ____/____/____
Rogerio Anestor Spohr

516- CORONA VIRUS - COVID-19 - USO DE MÁSCARAS

Publicação Nº 2464645

DECRETO nº 516, de 29 de abril de 2020.

Dispõe sobre a continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (covid-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta e estabelece outras providências.

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de Ipira-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com o artigo art. 101, VIII da Lei Orgânica Municipal, e, conforme o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SEA 3147/2020,

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 515, declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 525, dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto Legislativo nº 18332, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no estado;

CONSIDERANDO que além dos efeitos sobre a saúde pública global, certamente a crise econômica que se seguirá deverá atingir a todos, indistintamente, ocasionando desemprego em massa, bem como inviabilizando o prosseguimento das atividades de um sem número de empresas e prestadores de serviço, numa possível recessão econômica mundial sem precedentes, exigindo a complacência da Administração Pública em todos os níveis;

CONSIDERANDO a existência de um posicionamento alinhado na definição de ações e regras restritivas com vistas a equacionar a questão atinente ao equilíbrio necessário entre a proteção da saúde da população e a retomada gradual das atividades econômicas no estado, dentre os quais o Governo do Estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, órgãos de controle como o Ministério Público (estadual, federal e do trabalho) e o Tribunal de Contas do Estado, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, bem como das entidades representativas das causas e interesses municipalistas, como a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e as associações de municípios do estado;

CONSIDERANDO solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina, aos municípios Catarinenses em tele conferência no dia 29 de março de 2020, que contou com a participação dos presidentes das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, da Diretoria da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e de prefeitos das quinze maiores cidades catarinenses, que diante do cenário de perspectivas e ações tomadas no enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), sejam evitadas ações isoladas, em nível municipal, primando pela adoção de ações conjuntas em preservação de vidas, as quais, neste momento, seriam definidas e unificadas estrategicamente pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que os municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense acolheram por unanimidade as solicitações do Governo do Estado;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nºs 485/2020, 486/2020, 488/2020, 490/2020 e demais atos do Governo do Estado de Santa Catarina, convalidados no âmbito do Município de Ipira-SC, na forma do Art. 2º do Decreto Municipal nº 492, de 31 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica obrigatório pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar de 1º de maio de 2020, o uso de máscaras, adquiridas em estabelecimentos próprios ou produzidas de forma artesanal, a toda população no território do Município de Ipira-SC, como medida de proteção à transmissão comunitária do Novo Coronavírus (COVID-19), durante a circulação em logradouros públicos municipais e no desempenho de atividades e no acesso a:

I - estabelecimentos considerados essenciais;

II - estabelecimentos comerciais e industriais;

III - repartições públicas e privadas;

IV - táxis, veículos de transporte compartilhado de passageiros.

Parágrafo único: A utilização de máscaras de proteção não isenta à observância das demais recomendações de higiene e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 3º - Fica proibida a circulação das pessoas com diagnóstico suspeito ou confirmado, ou a quem tenha sido recomendado, por médico ou agente de vigilância epidemiológica, isolamento e quarentena, pelo prazo determinado pelos profissionais médicos.

Art. 4º - Fica proibido pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 1º de maio de 2020 o uso em comum dos espaços públicos municipais, compreendendo as praças de lazer, complexos esportivos, academias ao ar livre, entre outros espaços públicos não destinados ao uso especial destinados aos serviços administrativos e serviços públicos em geral.

Parágrafo único: Durante o prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 1º de maio de 2020, os espaços públicos que trata este artigo poderão ser interditados pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º - O descumprimento das medidas implicará nas sanções previstas na legislação pertinente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de maio de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 29/abril/2020

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativa

516- CORONA VIRUS - COVID-19 - USO DE MÁSCARAS

Publicação Nº 2464661

DECRETO nº 516, de 29 de abril de 2020.

Dispõe sobre a continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (covid-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta e estabelece outras providências.

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de Ipira-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com o artigo art. 101, VIII da Lei Orgânica Municipal, e, conforme o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SEA 3147/2020,

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 515, declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 525, dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto Legislativo nº 18332, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no estado;

CONSIDERANDO que além dos efeitos sobre a saúde pública global, certamente a crise econômica que se seguirá deverá atingir a todos, indistintamente, ocasionando desemprego em massa, bem como inviabilizando o prosseguimento das atividades de um sem número de empresas e prestadores de serviço, numa possível recessão econômica mundial sem precedentes, exigindo a complacência da Administração Pública em todos os níveis;

CONSIDERANDO a existência de um posicionamento alinhado na definição de ações e regras restritivas com vistas a equacionar a questão atinente ao equilíbrio necessário entre a proteção da saúde da população e a retomada gradual das atividades econômicas no estado, dentre os quais o Governo do Estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, órgãos de controle como o Ministério Público (estadual, federal e do trabalho) e o Tribunal de Contas do Estado, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, bem como das entidades representativas das causas e interesses municipalistas, como a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e as associações de municípios do estado;

CONSIDERANDO solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina, aos municípios Catarinenses em tele conferência no dia 29 de março de 2020, que contou com a participação dos presidentes das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, da Diretoria da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e de prefeitos das quinze maiores cidades catarinenses, que diante do cenário de perspectivas e ações tomadas no enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), sejam evitadas ações isoladas, em nível municipal, primando pela adoção de ações conjuntas em preservação de vidas, as quais, neste momento, seriam definidas e unificadas estrategicamente pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que os municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense acolheram por unanimidade as solicitações do Governo do Estado;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nºs 485/2020, 486/2020, 488/2020, 490/2020 e demais atos do Governo do Estado de Santa Catarina, convalidados no âmbito do Município de Ipira-SC, na forma do Art. 2º do Decreto Municipal nº 492, de 31 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica obrigatório pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar de 1º de maio de 2020, o uso de máscaras, adquiridas em estabelecimentos próprios ou produzidas de forma artesanal, a toda população no território do Município de Ipira-SC, como medida de proteção à transmissão comunitária do Novo Coronavírus (COVID-19), durante a circulação em logradouros públicos municipais e no desempenho de atividades e no acesso a:

I - estabelecimentos considerados essenciais;

II - estabelecimentos comerciais e industriais;

III - repartições públicas e privadas;

IV - táxis, veículos de transporte compartilhado de passageiros.

Parágrafo único: A utilização de máscaras de proteção não isenta à observância das demais recomendações de higiene e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 3º - Fica proibida a circulação das pessoas com diagnóstico suspeito ou confirmado, ou a quem tenha sido recomendado, por médico ou agente de vigilância epidemiológica, isolamento e quarentena, pelo prazo determinado pelos profissionais médicos.

Art. 4º - Fica proibido pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 1º de maio de 2020 o uso em comum dos espaços públicos municipais, compreendendo as praças de lazer, complexos esportivos, academias ao ar livre, entre outros espaços públicos não destinados ao uso especial destinados aos serviços administrativos e serviços públicos em geral.

Parágrafo único: Durante o prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 1º de maio de 2020, os espaços públicos que trata este artigo poderão ser interditados pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º - O descumprimento das medidas implicará nas sanções previstas na legislação pertinente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de maio de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 29/abril/2020

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativa

517 - DESIGNA CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Publicação Nº 2464662

DECRETO Nº 517/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.
DESIGNA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

O Prefeito do Município de Ipira SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 5º da Lei Municipal nº 1.039, de 26 de junho de 2013, que "INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Conselho Municipal de Cultura é o órgão colegiado de caráter deliberativo, opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão gestor de cultura do Município, com participação paritária do poder público e da sociedade civil, terá as seguintes finalidades, composto pelos seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I – REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Indústria e Comercio:
OLADIMIR ODI RESE – Titular;
RAMIRO VIEIRA NETO – Suplente.

b) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
MARILENE JANETE DA SILVA BORGES– Titular;
MOACIR BARETA – Suplente.

c) Secretaria Municipal de Educação e Desporto:
SANDRA DANI RAVANELI – Titular;
REJANE STARCK BITTENCOURT MACHADO – Suplente.

d) Escola Básica Municipal Valdomiro Liessen:
ROSANGELA KLEEMANN BORSATTI – Titular;
JEAN CARL MINKS – Suplente.

e) Escola Básica Municipal Hedi Klein Matzenbacher
ANNE MARIZE WULFF – Titular;
DIRCE SCHMITT BACKES – Suplente.

f) Espaço Cultural:
SIMONE CLARICE ANTUNES MINKS – Titular;
ADERANE STARCK – Suplente.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Grupo Folclórico Immer Gr-n:
ENIR JANETE ZIMMER – Titular;
MARIO KERBER – Suplente.

b) Grupo Folclórico Hunsr-cker:
SIMONE DE SOUZA – Titular;
NILVALDA CAVASIN – Suplente.

c) Coral Sempre Verde de Filadélfia:
DELSI KRINDGES KERBER – Titular;
RENATO SCHMIDT – Suplente.

d) Coral Aliança:
GENI EDITE NITZ – Titular;
EDITE FUNKLER KIRST – Suplente.

e) Coral 25 de Julho de Alto São Pedro:
IVONEI BASEI – Titular;

WANDA MODEL – Suplente.

f) Banda Municipal:
MARCELI MULLER – Titular;
VALDIR POPP – Suplente.

Art. 2º O Conselho terá como principais atribuições:

I – formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II – apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III – garantir cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação da memória histórica, social e política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação cultural do Município;

IV – defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua difusão e proteção;

V – colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados na área da cultura;

VI – articular com a sociedade civil e o poder público as ações na área da cultura;

VI – formular diretrizes, critérios e apreciar programas e projetos culturais financiados, subsidiados ou apoiados pelo Município;

VII – supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações de cultura;

Art. 3º. – O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo o seu exercício considerado de interesse Público relevante e não remunerado, com possibilidade de recondução por mais dois anos, com os membros da sociedade indicados por seus segmentos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 04/maio/2020.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES ISENTAS - EDITALDE PROCESSO SELETIVO Nº 001 2020

Publicação Nº 2465975

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020, DE 05 DE MARÇO DE 2020.

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES ISENTA

CARGO/FUNÇÃO - FONOAUDIÓLOGO			
Nº CONTROLE	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF
01	42	Marcela Augusta de Oliveira Morais	053.463.249-17

CARGO/FUNÇÃO - ENGENHEIRO CIVIL			
Nº CONTROLE	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF
01	46	Alexandre Agostinho Morotskoski	053.365.569-20
02	41	Leonei José Martins	026.832.089-60
03	47	Marcos Vinicius Cruz Da Silva	096.382.229-21

Ipira/SC, 04 de maio de 2020.
NEOCIR ROGERIO DE CESARO
PRESIDENTE DA COMISSÃO

4TAC56/2019-PMI

Publicação Nº 2465630

05/05/2020 11/08/2020 05/05/2020 2019 9 2717 4TAC56/2019 56/2019 6 Execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Padre Nicolau Schuster, Rua Arnildo Ko Freitag, Rua Caetano Mattana, Rua Hedi Klein Matzenbacher, Rua Floriano Schaeffer, Acostamento da Avenida Brasil, Rua Edmundo Wolfart, Rua das Hortências e recapeamento asfáltico das Ruas Guilhermina Ko Freitag, Rua Antunes de Sá, Rua Joaquim Matheus Pinto, Rua da Cascata, Rua Sigfried Gauer. 4274,55 102741 VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA J 1 0 0 0 39 C 0 0 4 TP 1 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2020

Publicação Nº 2465419

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2020

DECRETA A EXTINÇÃO DO MANDATO DO VEREADOR LAIRTON HAHN EM RAZÃO DO FALECIMENTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso IV, alínea X, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e

CONSIDERANDO o trágico e prematuro falecimento do Vereador Lairton Hahn, ocorrido no último dia 23/04/2020;

CONSIDERANDO que os artigos 57, inciso II, e 59, ambos do Regimento Interno, preveem o falecimento como uma das causas da extinção do mandato;

Art. 57. Para efeitos regimentais, vacância é a perda definitiva do titular do cargo, com a extinção do vínculo, e decorrerá de:

[...]

II - falecimento;

[...].

Art. 59. A notícia comprovada de falecimento de Vereador, declarada solenemente, pelo Presidente, na primeira sessão Plenária após o fato, causa a extinção do mandato e a vacância imediata do cargo.

CONSIDERANDO que o art. 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Iporã do Oeste/SC, estabelece como competência do Presidente da Câmara de Vereadores declarar extinto o mandato de Vereador, independente de deliberação do Plenário nos casos previstos em Lei;

Art. 65. Ao Presidente da Câmara compete, dentre outras atribuições previstas no Regimento Interno:

[...]

VII - declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, independentemente de deliberação do Plenário, nos casos previstos em lei, sob pena de destruição e impedimentos para qualquer investidura dos cargos da Mesa;

[...].

Promulga o presente DECRETO LEGISLATIVO.

Art. 1º Fica declarado extinto o mandato do Vereador LAIRTON HAHN, em razão do falecimento.

Art. 2º Fica convocado o Suplente de Vereador SÍRIO ASSMANN para assumir assento neste Poder Legislativo, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Iporã do Oeste/SC, 04 de maio de 2020.

Mário Heck

Vice-Presidente da Mesa Diretora

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03-2020-5º T. ADIT. AO CONT. Nº 10-2016-HOSPITAL SÃO CAMILO

Publicação Nº 2464721

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 03/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de Concorrência Pública 01/2016 , Processo Licitatório FMS 4/2016 , homologado em 20 de abril de 2.016.

Objeto: QUINTO TEMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM /SC E A BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL-HOSPITAL SÃO CAMILO, VISANDO A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE SAÚDE.

Valor: R\$ 167.314,53 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos).

Assinatura: 29/04/2020 Vigência: 01/05/2020 Á 01/05/2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO CAMILO, situada na RUA BENTO GONÇALVES 445, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0012-54.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54-2020-1º T. ADIT. AO CONT. Nº 40-2020-CONSTRUTORA ARTIFON LTDA-QUADRA ESPORTIVA

Publicação Nº 2464647

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 54/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de Tomada de Preço para obra e serviços de engenharia 1/2020, Processo de Licitação 6/2020, homologado em 16 de março de 2.020.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 40/2020, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONSTRUTORA ARTIFON LTDA.

Assinatura: 29/04/2020 Vigência: 18/09/2020 Á 18/03/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CONSTRUTORA ARTIFON LTDA, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 42 SALA 08, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.044.422/0001-48.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55-2020-3º T. ADIT. AO CONT. Nº 21-2017- MARCOS M. HELBING ME-RODOVIÁRIA

Publicação Nº 2464655

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 55/2020

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2017, Processo de Licitação nº 28/2017, homologado em 20 de junho de 2017.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA REMUNERADA DE USO DE BENS PÚBLICOS Nº 51/2017, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 150,00(cento e cinquenta reais).

Assinatura: 29/04/2020 Vigência: 01/04/2020 Á 31/12/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

PORTARIA Nº. 318/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465861

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

RESOLVE.

Art. 1º - Conceder à SILVANIA DA SILVA, ocupante do cargo de Zeladora, portadora da cédula de identidade nº. 3.643.353 e CPF sob o nº. 027.424.649-05, admitida por concurso público, gratificação de função de 50 % (cinquenta por cento) sobre o piso salarial do município. Para higienização das ambulâncias.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contratio a presente portaria produzira efeitos a partir de 05 de Maio de 2020.

Ipumirim - SC, 05 de Maio de 2.020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.316/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465846

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A RONEI DATSCH, matrícula 2263, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 2004 a 2019 e gozo a partir de 05 de Maio de 2020 a 03 de Junho de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a partir de 05 de Maio de 2020.

Ipumirim - SC, 05 de Maio de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.317/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465852

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A MIRTE BONISSONI BEDIN, matrícula 1655, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 2010 a 2015 e gozo a partir de 06 de Maio de 2020 a 04 de Junho de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a partir de 06 de Maio de 2020.

Ipumirim - SC, 05 de Maio de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 319/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465872

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARINALVA FERREIRA, matrícula 3036 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2019 a 2020 e gozo a partir de 06 de Maio de 2020 a 04 de Junho de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Maio de 2020.

Ipumirim - SC, 05 de Maio de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 071/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2464707

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 071/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada.: SERV. DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA - SEBRAE

Valor : 13.200,00 (treze mil duzentos reais)

Vigência : Início: 04/05/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui-se objeto deste instrumento a execução de HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS AOS PRODUTORES RURAIS E ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, Para realização dos serviços objeto deste instrumento, o CONTRATADO prestará 300 Horas de Consultoria Especializada em Vitivinicultura (20 produtores).

Iraceminha, 5 de Maio de 2020

DECRETO 0352020

Publicação N° 2465095

DECRETO N° 000035/20 de 30 de Abril de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001438/19 de 18 de Novembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.780,19 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRET MUN EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

04.05 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

04.05.13.695.1016.2.065-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

3.780,19

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

3.780,19

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Abril de 2020

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 076.2020

Publicação Nº 2465360

DECRETO Nº 076, DE 04 DE MAIO DE 2020.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020, CONCORRÊNCIA Nº 01/2020, NO MUNICÍPIO DE IRANI-SC.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 104, da Lei Orgânica do Município de Irani,

Considerando que o Município de Irani-SC, tem quatro terrenos disponíveis para concessão na área industrial do Município;

Considerando que a concessão de terrenos às empresas acarretará no aumento da arrecadação;

Considerando que o Município tem interesse na instalação de empreendimentos indústrias, tendo em vista que aumentará as oportunidades de empregos no âmbito municipal;

Considerando o decreto Municipal nº 62/2020, o qual suspendeu os prazos dos processos administrativos e processos licitatórios;

DECRETA:

Art.1º Fica autorizado, excepcionalmente, à realização do processo licitatório nº 023/2020 (Concorrência nº 01/2020), o qual tem por objeto a seleção de empresas para outorga de Concessão de Direito Real de Uso, a título gratuito, de 04 (quatro) lotes de terra, conforme Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.863/2017 e Lei Municipal nº 1.261/2003, revogada pela Lei Municipal Complementar nº 112/2020, individuados como lote urbano – área 01, lote urbano – área 02 e lote urbano – área 03 e lote urbano – área 04 localizados na Área Industrial III do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento de atividades industriais, comerciais, cooperativistas, agroindustriais e prestação de serviços, conforme descrição das citadas áreas abaixo:

I- Área 01 com especificações: Matrícula nº 32.703: Lote Urbano, Área 01, situada na Área Industrial Irani III, no município de Irani/SC, com área total 3.001,583m² (três mil e um metros, cinquenta e oito décimos quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se a descrição no ponto 1 de coordenadas E 413622.3297 e N 7014393.5494 (encontro entre as Ruas A e BR 153), segue na direção Sudoeste numa extensão de 89,90m divisando com a Rua A, até o ponto 2 de coordenadas E 413578.1937 e N 70143.2324, donde segue na direção Leste numa extensão de 69,049m com a Área a Desmembrar 02 até o ponto 3 de coordenadas E 413646.8004 e N 7014304.3534, donde segue na direção Noroeste em linha quebrada contínua de 26,992m pela Faixa de Domínio da BR 153 até o ponto inicial 1;

II- Área 02 com as seguintes especificações: Matrícula nº 32.704: Lote Urbano, Área 02, situada na Área Industrial Irani III, no município de Irani/SC, com área total de 3.014,346m² (três mil e quatorze metros, trinta e cinco décimos quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se a descrição no ponto 2 de coordenadas E 413578.1937 e N 7014315.2324 onde segue na direção Leste numa extensão de 69,049m com a Área a Desmembrar 01 até o ponto 3 de coordenadas E 413646.8004 e N 7014304.3534, donde segue na direção Sudeste numa extensão de 35,633m pela Faixa de Domínio da BR 153 até o ponto 7 de coordenadas E 413653.2966 e N 7014266.1871, donde segue na direção Oeste numa extensão de 95,459m com a Área Remanescente de Área de Equipamentos Públicos I até o ponto 6 de coordenadas E 413559.0298 e N 7014281.2270, donde segue na direção Nordeste numa extensão de 39,033m divisando com a Rua A até o ponto inicial 2;

III- Área 03 com as seguintes especificações Matrícula nº 32.705: Lote Urbano, Área 03, situada na Área Industrial Irani III, no município de Irani/SC, com área total de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se a descrição no ponto 8 de coordenadas E 413545.8717 e N 7014203.8227 onde segue na direção sudeste numa extensão de 40,000m com Rua C até o ponto 9 de coordenadas E 413559.6038 e N 7014163.5108, donde segue na direção nordeste numa extensão de 50,000m com a área a desmembrar 04 até o ponto 13 de coordenadas E 413606.6552 e N 7014180.4270, donde segue na direção noroeste na extensão de 40.000 m com a Área Remanescente de Área de Equipamentos Públicos I até o ponto 10 de coordenadas E 413593.1222 e N 7014218.0682, donde segue na direção sudoeste numa extensão de 50.000 m com a Área Remanescente de Área de Equipamentos Públicos I até o ponto inicial 08;

IV – Área 04 com as seguintes especificações Matrícula nº 32.706: Lote Urbano, Área 04, situada na Área Industrial Irani III, no município de Irani/SC, com área total de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se a descrição no ponto 9 de coordenadas E 413559.6038 e N 7014163.5108 onde segue na direção noroeste numa extensão de 50,000m com área a desmembrar 03 até o ponto 13 de coordenadas E 413559.6038 e N 7014163.5108, donde segue na direção nordeste numa extensão de 50,000m com a área a desmembrar 04 até o ponto 13 de coordenadas E 413606.6552 e N 7014180.4270, donde segue na direção sudoeste na extensão de 25.700 m com a Área Remanescente de Área de Equipamentos Públicos I até o ponto 14 de coordenadas E 413628.8145 e N 7014167.4101, donde segue na direção noroeste numa extensão de 46.700 m até o ponto 16 de coordenadas E 413565.2115 e N 7014151.3368 com a Rua C, donde segue na direção noroeste com curva na extensão de 3,47 m com a Rua C até o ponto 17 de coordenadas E 413563.0388 e N 7014153.9564, donde segue ainda na direção noroeste na extensão de 10,15 m com a Rua C até o ponto inicial 9.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 04/05/2020.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2020 - FMS

Publicação Nº 2465090

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 015/2020 – FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020 – FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020 – FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de 162m² de rampa de acesso e troca de cerâmica na UBS Sede (incluso material e serviço).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: ALECCÃO BIONDO, inscrito no CNPJ nº 27.537.321/0001-86.

VALOR TOTAL: R\$ 10.894,00 (dez mil, oitocentos e noventa e quatro reais).

VIGÊNCIA: 60 dias.

Irani, SC, 05 de maio de 2020.

Dilce Salete Zenaro – Gestora Do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2020

Publicação Nº 2465124

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 039/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2020

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de material e mão de obra para a realocação de postes na Rua Victorio Giusepe Zamarchi.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: ELETRO INSTALADORA BORTOLINI LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 10.212.821/0001-45.

VALOR TOTAL: R\$ 11.480,00 (onze mil, quatrocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 60 dias.

Irani, SC, 05 de maio de 2020.

Gilson Moreira Leite – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo

Irati

PREFEITURA

PREGÃO RP Nº 044/2020-MULTIENTIDADE - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA MANTER PROGRAMAS SOCIAIS E ATENDIMENTOS DE DESPESAS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC, PELO PERÍODO DE 12 MESES

Publicação Nº 2466388

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 044/2020

Processo Licitatório Nº 044/2020

Edital: Pregão Presencial Nº 023/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA MANTER PROGRAMAS SOCIAIS E ATENDIMENTOS DE DESPESAS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 18/05/2020

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 18/05/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 06 de maio de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 28/2020

Publicação Nº 2466335

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 05 DE MAIO DE 2020

Institui o Sistema de Deliberação a Distância, instrumento excepcional e temporário a ser adotado como forma de discussão e votação digital de matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Irati, diante da situação de calamidade pública e decretação do regime de quarentena.

A Presidente da Câmara Municipal de Irati - SC, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a situação de calamidade pública provocada por pandemia e a decretação de quarentena obrigatória, resolve:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Deliberação a Distância como medida excepcional e temporária para possibilitar a apreciação, discussão, deliberação e votação de proposições submetidas ao Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Irati, a ser utilizada nos casos em que reste impossibilitada a presença física dos vereadores em Plenário.

Art. 2º O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, diante de solicitação do Prefeito ou por interesse institucional, poderá convocar sessões plenárias e reuniões de comissões permanentes para deliberação de matérias, por sistema virtual, quando se tratar de:

- I- Projetos de Lei Complementar;
- II – Projetos de Lei Ordinária;
- III - Projetos de Resolução;
- IV – Projetos de Decreto Legislativo;
- V – Requerimentos;
- VI Indicações;

§ 1º Somente serão submetidos ao sistema virtual de discussão e de votação em sessão plenária ordinária ou extraordinária virtual as matérias que estiverem instruídas com os pareceres de Comissões Permanentes designadas.

§ 2º As reuniões virtuais ordinárias ou extraordinárias de comissões e as sessões plenárias virtuais ordinárias ou extraordinárias ocorrerão em dia e em hora definidos pela Presidente da Câmara.

Art. 3º. O sistema terá como base o uso softwares que permitam o debate com áudio e vídeo entre os parlamentares, observadas as seguintes diretrizes:

- I - as Sessões Plenárias realizadas devem ser transmitidas em tempo real em site de fácil acesso ao público, permitindo o seu acompanhamento pela população
- II - encerrada a votação, o voto proferido por meio do SDD é irretratável;
- III - o processo de votação seguirá o rito de chamada nominal de cada vereador pelo Presidente;
- IV – no caso de problema técnico ou impossibilidade de conexão ao sistema por algum vereador, a Presidente poderá solicitar o voto de vereador através de mensagem de voz via aplicativo de mensagens;

VI - o sistema deverá permitir o acesso simultâneo de todos os parlamentares sob o comando direto do Presidente da Câmara;

Art. 4º Os projetos de lei e proposições incluídas na ordem do dia da Sessão deverão ser encaminhados a todos os vereadores, por meio digital, com pelo menos 48 horas de antecedência.

Art. 5º Durante a Sessão Plenária será designado servidor para solucionar quaisquer dúvidas ou problemas relacionados à operação dos softwares ou hardwares que viabilizam a deliberação.

Art. 6º A sessão deve ser gravada em arquivo de áudio e vídeo a ser disponibilizado no site da Câmara Municipal de Vereadores para o acesso da população.

Art. 7º Na ata da Sessão deve constar a informação de que as deliberações ocorreram em ambiente virtual.

Art. 8º A Presidência da Câmara Municipal fica autorizada a adotar outras medidas, não previstas nesta Resolução, para solucionar eventuais dúvidas ou fazer adequações funcionais, administrativas ou operacionais.

Câmara de Vereadores de Irati, SC, 05 de maio de 2020.

Vereadora CLEUSA B. FORTUNA

Presidente da Câmara Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 169/2020

Publicação Nº 2464961

PORTARIA Nº. 169/2020.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 13/05/2020 a 11/06/2020, ao servidor efetivo JOSÉ AILTON BINDER.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/05/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 170/2020

Publicação Nº 2464968

PORTARIA Nº. 170/2020.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 04/05/2020 a 02/06/2020, ao servidor efetivo PATRICK RICHARDT FLEITH.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020

Publicação Nº 2465965

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019 - OBJETO: aquisição parcelada de material (item 34 – 1.732 UN - tubo de concreto – diâmetro 0,60 x 1,00 mt – sem armação – R\$ 45,30 UN). Proponente: CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. EPP. Valor Total: R\$ 78.459,60; PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 04 de maio de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DO ITEM 34 - PR Nº 52/2019

Publicação Nº 2465958

TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DO ITEM 34 (tubo de concreto – diâmetro 0,60 x 1,00 mt – sem armação) da Fornecedora Brastubos Artefatos de Cimento e Terraplanagem Ltda. ME, referente a Ata de Registro de Preços nº 31/2019. Itaiópolis, 04 de maio de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

Publicação Nº 2466119

Extrato de contrato. Pregão Presencial nº 14/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Instalação, Treinamento e Manutenção de Sistemas de Gestão de Frota com 23 veículos terrestres, em uso pelo Fundo Municipal de Saúde e Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis. Contrato nº 01 Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Valor Anual: R\$ 600,00. Contrato nº 04 Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Valor Anual: 6.300,00. Vigência 12 meses. Itaiópolis, 05/05/2020. Kelly Evelllyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 09/2020

Publicação Nº 2464889

Extrato do Termo de Dispensa de Licitação nº 09/2020. Objeto: Solicitação aquisição de jalecos personalizados, coletes e conjunto de pijamas para os profissionais da Secretaria de Saúde e serventes de limpeza que fazem parte de servidores efetivos da Secretaria de Saúde e estão na linha de frente da Pandemia do Corona vírus. Esses jalecos fazem parte dos equipamentos de proteção individual/EPI segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entrega Imediata. Empresa vencedora: Joventina Potapoff & Cia. Ltda. Valor: R\$ 23.568,00. Fundamentação Legal: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Itaiópolis, 24/04/2020. Kelly Evelllyn Ientz de Souza – Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL10/2020

Publicação Nº 2465454

Extrato do Termo de Dispensa de Licitação nº 10/2020. Objeto: Aquisição de Uniformes e jalecos, para os profissionais do Pronto Atendimento anexo a Fundação Hospitalar que atuam diretamente no atendimento aos pacientes suspeitos e ou confirmados de COVID-19 ou de doenças infecto contagiosas e pessoal de apoio. Empresa vencedora: ERF Industria de Confecções Eireli. Valor: 16.749,50. Entrega Imediata. Fundamentação Legal: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Itaiópolis, 24/04/2020. Kelly Evelllyn Ientz de Souza – Secretária Municipal de Saúde.

Itapema

PREFEITURA

ABERTURA ENVELOPES 01 - CREDENCIAMENTO 002.2020

Publicação Nº 2466039

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CREDENCIAMENTO Nº 002/2020
ESTADO DE SANTA CATARINA

Objeto: Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial (pessoa física) para a realização de leilões oficiais de bens móveis e imóveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Itapema, segundo os critérios do edital..

Considerando a apresentação de envelopes, designa-se o dia 13/05/2020, às 14:00hs para abertura dos mesmos. A abertura se dará na Prefeitura Municipal de Itapema, sito a Avenida Nereu Ramos, 134, Itapema/SC, Departamento de Compras.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1475.

Itapema, 05 de maio de 2020.
Marines Kepler Nunes
Secretário de Administração

DECRETO Nº 032 - ALTERA O DECRETO 71-2013

Publicação Nº 2465106

DECRETO Nº 032/2020
Altera o Decreto n. 71, de 25 de setembro de 2013.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições legais, com fundamento no inciso XV, do art. 42, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n. 3.217, de 02 de setembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto n. 71, de 25 de setembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....
Art. 31. A Comissão de Avaliação e Fiscalização será composta, por pelo menos 5 (cinco) membros, dos quais, obrigatoriamente 1 (um) representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho Municipal da política pública ou direito correspondente à atividade ou serviço descentralizado

§ 1º O presidente da Comissão de Avaliação e Fiscalização poderá se reportar, diretamente, aos titulares dos Órgãos Supervisores e dos Intervenientes e aos dirigentes das Organizações Sociais respectivas;

§ 2º A Comissão de Avaliação e Fiscalização deverá ser nomeada por Portaria Conjunta dos titulares do Órgão Supervisor e da Secretaria Municipal de Administração.
.....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 28 de abril de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal de Itapema

EXTRATO PR 04.036.2020 - ÓLEO DIESEL

Publicação Nº 2466136

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade de licitação: Pregão Presencial – 04.036.2020
Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: Registro de Preços – Fornecimento parcelado de combustível (Óleo Diesel S10 e Reagente antipolvente Arla 32) mediante a implantação de reservatório, para atender as necessidades da frota de veículos do Município de Itapema, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 04.036.2020.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 19/05/2020, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapema.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 19/05/2020, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Itapema.

O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, ícone "licitações – modalidades – concorrência pública – pasta

04.036.2020" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Itapema, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3267-1495 ou pelo e-mail licitação@itapema.sc.gov.br

Itapema, 05 de maio de 2020.
Osvaldo Batista Neto
Secretário Municipal de Obras e Transportes

LEI Nº 3.980, DE 28 DE ABRIL DE 2020 - INSTITUI O PRÊMIO MULHER DESTAQUE DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA-SC

Publicação Nº 2465117

Lei nº 3.980, de 28 de abril de 2020.
Institui o Prêmio "Mulher Destaque" do Município de Itapema/SC e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º Fica instituído o Prêmio "Mulher Destaque" em Itapema, no qual serão homenageadas mulheres que tenham se destacado profissionalmente ou prestado relevantes serviços na área social.

Art.2º O título será concedido uma única vez para cada cidadã.

Art.3º Cada Vereador indicará uma mulher para receber o prêmio "Mulher Destaque", por meio de ofício fundamentado, indicando o nome da vencedora e o relevante trabalho desempenhado, até o dia 15 de fevereiro de cada ano.

Art.4º O prêmio será entregue em Sessão Solene a ser realizada na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, por meio de certificado a ser entregue pela Câmara de Vereadores de Itapema

Art. 5º Os recursos para a realização da referida solenidade correrão por conta de dotação própria do orçamento do Poder Legislativo.

Art.6º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Itapema (SC), 28 de abril de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal de Itapema

PUBLICAÇÃO 155 - PROCESSO – HOMOLOGAÇÃO (COVID)

Publicação Nº 2465585

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÕES

No ato n. 2460236:
Onde se lê: Processo licitatório nº 090/2020, Dispensa de Licitação nº 05.047.2020.

Leia-se: Processo licitatório nº 091/2020, Dispensa de Licitação nº 05.047.2020.

No ato n. 2460238:
Onde se lê: Processo licitatório nº 091/2020, Dispensa de Licitação nº 05.048.2020.

Leia-se: Processo licitatório nº 092/2020, Dispensa de Licitação nº 05.048.2020.

Itapema, 05 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 156 - PROCESSO 094.2020 – HOMOLOGAÇÃO (COVID)

Publicação Nº 2465756

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRAO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 094/2020, Dispensa de Licitação nº 05.050.2020

DO OBJETO: Aquisição emergencial de cabo de eletrodo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapema, tendo em vista decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), em atendimento aos Decretos Municipais 014/2020 e 015/2020, Decreto Estadual 515/2020, bem como, Lei Federal 13.979/2020

CONTRATADO: MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME
CNPJ: 10.944.321/0001-06

DO VALOR: R\$ 1.020,00 (mil e vinte reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2020

Itapeema, 30 de abril de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 030 - SUPLEMENTAÇÃO PREFEITURA-FMS

Publicação Nº 2465102

DECRETO nº. 30/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2020 nº. 3.941, de 16 de dezembro de 2019 e Lei Municipal nº 3.978/20, de 09 de abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Municipal vigente, em favor do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para atender a seguinte programação:

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 05 - Diretoria de Vigilância em Saúde

Atividade: 2.076 - Gestão das Ações em Vigilância Epidemiológica

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0086/74 - Aplicações diretas	R\$	2.000.000,00
Total do F M S:	R\$	2.000.000,00
Total Geral:	R\$	2.000.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 20 de abril de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 031 - SUPLEMENTAÇÃO PREFEITURA-FMS

Publicação Nº 2465103

DECRETO nº. 31/2020

Abre crédito suplementar, em favor do Fundo Municipal de Saúde - FMS , no valor de R\$ 500.000,00, por conta da Reserva de Contingência e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO ainda, que a edição dos Decretos Estaduais nº 507, 509, 515 e 525 de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 15, de 18 de março de 2020 que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de Itapema/SC;

CONSIDERANDO o disposto no Anexo de Riscos Fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2020, Lei Municipal nº 3.911, de 31 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO o montante de Reserva de Contingência estabelecido pelo art. 33 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2020;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Itapema/SC;

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2020 nº. 3.941, de 16 de dezembro de 2019 e o Decreto Municipal nº 15, de 18 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito extraordinário, em favor do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender a programação conforme abaixo:

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada

Atividade: 2.081 - Operação e Manut Assist Hospitalar e do Serv Urg e Emergência

Elemento: 3.3.50.00.00.00.01.0002/49 - Aplicações diretas	R\$	500.000,00
Total do F M S:	R\$	500.000,00
Total Geral:	R\$	500.000,00

Art. 2º O Crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos em igual importância, provenientes reserva de contingência, conforme abaixo descrito:

Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Unidade: 01 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Atividade: 9.999 - Reserva de Contingência

Elemento: 9.9.90.00.00.00.01.0000/232 - Aplicações diretas	R\$	500.000,00
Total do Órgão:	R\$	500.000,00
Total Geral:	R\$	500.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 20 de abril de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 008/2017

Publicação Nº 2465546

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 008/2017

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste Ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga - SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa EDIPO CASPERS 07659760998, estabelecida na Linha Chapéu, s/n, Interior, CEP 89.896-000, no Município de Itapiranga - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.902.407/0001-00, representada neste ato pelo titular da empresa, Sr. EDIPO CASPERS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Itapiranga – SC, portador do CPF nº 076.597.609-98 e cédula de identidade nº 4.956.008 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o 1º Termo Suspensão ao Contrato nº 008/2017, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 193/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e conforme acordo realizado entre as partes fica suspenso a execução do Item nº 7, do Contrato nº 008/2017, desde o dia 19/03/2020.

0.2 - Referente ao item mencionado acima, o Município suspenderá também o pagamento do mesmo, pois não há efetiva prestação de serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo ficará suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 04 de maio de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal
Contratante

Edipo Caspers
Edipo Caspers 07659760998
Contratada

Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	Arlete Preis CPF: 035.808.359-12

Visto pela Assessoria Jurídica

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 008/2019

Publicação Nº 2465485

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 008/2019

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste Ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga - SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa HERTON ROGERIO FERRI 63657120904, estabelecida na Rua Ipê, nº 201, bairro Jardim Bela Vista, na cidade de Itapiranga/SC, inscrita no CNPJ sob nº 14.970.022/0001-99, representada neste ato pelo seu Administrador Sr. HERTON ROGERIO FERRI, brasileiro, portador do CPF n. 636.571.209-04 e CI n. 4344377 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o 1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 008/2019, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 04/2019, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e conforme acordo realizado entre as partes fica suspenso a execução do Item nº 2, do Contrato nº 008/2019, desde o dia 19/03/2020.

0.2 - Referente ao item mencionado acima, o Município suspenderá também o pagamento do mesmo, pois não há efetiva prestação de serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo ficará suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 04 de maio de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal
Contratante

Herton Rogerio Ferri
Herton Rogerio Ferri 63657120904
Contratada

Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	Arlene Preis CPF: 035.808.359-12

Visto pela Assessoria Jurídica

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 009/2017

Publicação Nº 2465497

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 009/2017

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste Ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga - SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa FABIANE REGINA TERNUS MEES 04434517961, estabelecida na Linha Popi, s/n, Interior, CEP 89.896-000, no Município de Itapiranga - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 26.773.594/0001-67, representada neste ato pela titular da empresa, Sra. FABIANE REGINA TERNUS MEES, brasileira, residente e domiciliado no município de Itapiranga – SC, portador do CPF nº 044.345.179-61 e cédula de identidade nº 3.942.758 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o 1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 009/2017, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 193/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e conforme acordo realizado entre as partes fica suspenso a execução do Item nº 18, do Contrato nº 009/2017, desde o dia 19/03/2020.

0.2 - Referente ao item mencionado acima, o Município suspenderá também o pagamento do mesmo, pois não há efetiva prestação de serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo ficará suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 04 de maio de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal
Contratante

Fabiane Regina Ternus Mees
Fabiane Regina Ternus Mees 04434517961
Contratada

Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	Arlete Preis CPF: 035.808.359-12

Visto pela Assessoria Jurídica

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 009/2019

Publicação Nº 2465533

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 009/2019

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste Ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga - SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa JACÓ ASTOR JUCHEM, estabelecida na Rua São Pedro Canísio, nº 300, bairro Jardim Bela Vista, na cidade de Itapiranga/SC, inscrita no CNPJ sob nº 17.219.188/0001-66, representada neste ato pelo seu Administrador Sr. JACÓ ASTOR JUCHEM, brasileiro, portador do CPF n. 384.273.629-00 e CI n. 896444 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o 1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 009/2019, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 04/2019, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e conforme acordo realizado entre as partes fica suspenso a execução do Item nº 1, do Contrato nº 009/2019, desde o dia 19/03/2020.

0.2 - Referente ao item mencionado acima, o Município suspenderá também o pagamento do mesmo, pois não há efetiva prestação de serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo ficará suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 04 de maio de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal
Contratante

Jacó Astor Juchem
Jacó Astor Juchem
Contratada

Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	Arlete Preis CPF: 035.808.359-12

Visto pela Assessoria Jurídica

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 013/2017

Publicação Nº 2465554

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 013/2017

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste Ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga - SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa TRANSPORTES WALKER & KLEIN LTDA ME, estabelecida na Linha Santo Antonio, s/n, interior, CEP 89.896-000, no Município de Itapiranga - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.546.041/0001-31, representada neste ato pelo Sócio Administrador, Sr. ANDRÉ ALEXANDRE WALKER, brasileiro, residente e domiciliado no município de Itapiranga – SC, portador do CPF nº 029.848.519-27 e cédula de identidade nº 3.996.771 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o 1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 013/2017, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 193/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e conforme acordo realizado entre as partes fica suspenso a execução dos Itens nº 9 e nº 12, do Contrato nº 013/2017, desde o dia 19/03/2020.

0.2 - Referente aos itens mencionados acima, o Município suspenderá também o pagamento dos mesmos, pois não há efetiva prestação de serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo ficará suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 05 de maio de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

André Alexandre Walker
Transportes Walker & Klein Ltda Me Contratante Contratada

Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	Arlete Preis CPF: 035.808.359-12

Visto pela Assessoria Jurídica

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 019/2017

Publicação Nº 2465570

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 019/2017

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste Ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga - SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa VALCIR PAULI 03051603970, estabelecida na Linha Santa Isabel, s/n, Interior, CEP 89.896-000, no Município de Itapiranga - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 26.760.435/0001-28, representada neste ato pelo titular da empresa, Sr. VALCIR PAULI, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Itapiranga – SC, portador do CPF nº 030.516.039-70 e cédula de identidade nº 3.920.360 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o 1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 019/2017, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 193/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e conforme acordo realizado entre as partes fica suspenso a execução do Item nº 19, do Contrato nº 019/2017, desde o dia 19/03/2020.

0.2 - Referente ao item mencionado acima, o Município suspenderá também o pagamento do mesmo, pois não há efetiva prestação de serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo Suspensão ficará suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 04 de maio de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal
Contratante

Valcir Pauli
Transportes Sta Isabel Ltda
Contratada

Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	Arlene Preis CPF: 035.808.359-12

Visto pela Assessoria Jurídica

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 020/2017

Publicação Nº 2465520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 020/2017

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste Ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga - SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa VILSON KLEIN 62713655900, estabelecida na Rua Maximiliano Leon, 289, Bairro Jardim Bela Vista, CEP 89.896-000, no Município de Itapiranga - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 26.766.315/0001-38, representada neste ato pelo titular da empresa, Sr. VILSON KLEIN, brasileiro, residente e domiciliado no município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 627.136.559-00 e cédula de identidade nº 1.658.886 SSP/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o 1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 020/2017, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 193/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia de COVID-19 (Coronavírus) e conforme acordo realizado entre as partes fica suspenso a execução dos Itens nº 5, nº 13 e nº 21, do Contrato nº 020/2017, desde o dia 19/03/2020.

0.2 - Referente aos itens mencionados acima, o Município suspenderá também o pagamento dos mesmos, pois não há efetiva prestação de serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O Presente Termo ficará suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 04 de maio de 2020.

Jorge Welter
Prefeito Municipal
Contratante

Vilson Klein
Vilson Klein 62713655900
Contratada

Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	Arlene Preis CPF: 035.808.359-12

Visto pela Assessoria Jurídica

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município
OAB/SC Nº 30.520

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 027/2019

Publicação Nº 2464994

1º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 027/2019

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga, SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado, a empresa AZUL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.443.495/0001-94, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 1007, sala 01, Centro, CEP 84.600-368, no Município de União da Vitória – PR, representada neste ato pelo Sócio Administrador Sr. FÁBIO ALCÂNTARA MELLO, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF n. 626.878.599-15, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo, em decorrência do Processo Licitatório no Pregão Presencial de nº 24/2019 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia do Coronavírus - COVID-19 e considerando o acordo realizado entre as partes, fica suspenso a execução e o pagamento dos serviços do Contrato nº 027/2019, do dia 19/03/2020 à 12/04/2020.

0.2 - A partir do dia 13/04/2020 os serviços junto ao Setor Administrativo do Município, desenvolvidos pela funcionária Sra. Neiva Leissmann, voltaram a ser prestados normalmente.

0.3 – Os serviços junto a Escola Municipal Esperança, Escola Municipal Bela Vista e Creche Municipal Esperança foram retomados parcialmente a partir do dia 13/04/2020 até o dia 23/04/2020. Os valores relativos aos dias trabalhados nestas escolas serão pagos até o dia 10/05/2020, perfazendo um valor total de R\$ 507,63 (quinhentos e sete reais e sessenta e três centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas no Contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 24 de abril de 2020.

Jorge Welter Prefeito Municipal Contratante	Fábio Alcântara Mello Azul Prestadora De Serviços Ltda Contratada
Testemunhas: Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32 Visto pela assessoria jurídica Nodivar Carati Adv. Assessor Geral do Município OAB/SC Nº 30.520	Arlete Preis CPF: 035.808.359-12

2º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 027/2019

Publicação Nº 2465009

2º TERMO SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 027/2019

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede Administrativa na Praça das Bandeiras, nº 200, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, portador do CPF nº 423.045.559-34, residente e domiciliado nesta Cidade e Município de Itapiranga, SC, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado, a empresa AZUL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.443.495/0001-94, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 1007, sala 01, Centro, CEP 84.600-368, no Município de União da Vitória – PR, representada neste ato pelo Sócio Administrador Sr. FÁBIO ALCÂNTARA MELLO, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF n.

626.878.599-15, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo, em decorrência do Processo Licitatório no Pregão Presencial de nº 24/2019 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes Cláusulas Contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

0.1 - Considerando o Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, do Município de Itapiranga - SC, que estabelece medidas de prevenção à propagação da pandemia do Coronavírus - COVID-19 a partir do dia 24/04/2020, de comum acordo entre as partes, fica novamente suspenso a execução dos serviços nas Escolas, Creches Municipais, Museu, Biblioteca, CRAS e Secretaria de Transportes. A execução dos serviços permanecerá suspenso enquanto perdurar o isolamento social em decorrência do Coronavírus - COVID-19. No período da suspensão dos serviços, o Município suspenderá o pagamento, pois não há efetiva prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições previstas no Contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC, 24 de abril de 2020.

Jorge Welter Prefeito Municipal Contratante	Fábio Alcântara Mello Azul Prestadora De Serviços Ltda Contratada
Testemunhas:	
Jarline Hofer CPF: 094.836.479-32	
Visto pela assessoria jurídica	Arlete Preis CPF: 035.808.359-12
Nodivar Carati Adv. Assessor Geral do Município OAB/SC Nº 30.520	

DECRETO Nº 64, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466009

DECRETO Nº 64, DE 05 DE MAIO DE 2020.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Portaria nº 430, de 10 de dezembro de 2008, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na Lei Municipal nº 2.395 de 05 de junho de 2007, alterada pela Lei Municipal nº 2.768, de 2 de maio de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB no município de Itapiranga:

I. Representantes do Poder Executivo:

- a) Paula Rejane Egewarth – membro efetivo;
- b) Jarline Hoffer – membro suplente;

II. Representantes do Poder Executivo – Secretaria Municipal de Educação

- a) Denise Friedrich - membro efetivo;
- b) Sérgio Luís Reckziegel – membro suplente;

III. Representantes dos Professores da Educação Básica Públicas:

- a) Joice Carla Bernardi – membro efetivo;
- b) Madilene Flach F-hr – membro suplente;

IV. Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

- a) Elaine Telles Roque – membro efetivo;
- b) Márcia Bruxel Schlickmann – membro suplente;

V. Representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

- a) Daniela Welter – membro efetivo;
- b) Rafaela Thums Ebeling – membro suplente;

VI. Representantes de Pais e Alunos de Educação Básica Pública:

- a) Lisnei MaraWesendonk Carati – membro efetivo;
- b) Ivair Paulo Tavares – membro suplente;

- c) Aline Sabino da Silva Paloschi – membro efetivo;
- d) Engle Kunst Welter – membro suplente;

VII. Representantes de Estudantes da Educação Básica Pública:

- a) Delmar Júnior Wagner Kirchhof – membro efetivo;
- b) Thays Roberta Manenti Comim – membro suplente;

VIII. Representantes de Estudantes da Educação Básica Pública (Secundaristas):

- a) Raissa Von Borstel Paulata – efetivo;
- b) André Luis Kuhn Bisollo – suplente;

VIII. Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Alcério Ferreira Cardoso – membro efetivo;
- b) Denise Mônica Fuchs Kessler – membro suplente;

IX. Representantes do Conselho Tutelar:

- a) Irani de Fátima Silva – membro efetivo;
- b) Angela Kirchner Eidt – membro suplente.

Parágrafo único. O mandato dos membros do CACS – FUNDEB será até o dia 30 de abril de 2022.

Art. 2º As funções dos membros do CACS-FUNDEB não serão remuneradas e constituirão relevantes serviços prestados ao município, com preponderância sobre outras atribuições do cargo.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 100, de 15 de junho de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 05 de maio de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
José Gilvane Lauer
Secretario Municipal de Administração.

QUADRO DE VENCEDORES Nº 54/2020

Publicação Nº 2465519

Pág 1 / 2

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 54 / 2020

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA, BALANCEAMENTO E CONserto DE RODAS E DE HORAS DE SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E FRESSAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 91340 - AUTO MECANICA JUNIOR & CIA LTDA EPP					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA DE RODAS DE VEÍCULOS LEVES (POR VEÍCULO)		UND	100	29,00
Total por Fornecedor:					2.900,00
Fornecedor: 6459 - AUTO MECANICA SIRIMAR LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO DE RODAS DE VEÍCULOS VAN E CAMINHONETE (POR RODA)		UNI	80	12,50
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA DE RODAS DE VEÍCULOS VAN E CAMINHONETE (POR VEÍCULO)	Matra	UNI	50	50,00
Total por Fornecedor:					3.500,00
Fornecedor: 147583 - HECK TORNEARIA MECANICA LTDA ME					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE TORNO PARA RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DE MAQUINA PESADAS E CAMINHÕES, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.		HRS	350	32,71
2	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE FRESSAGEM DE PEÇAS, PODENDO SER REALIZADO EM FRESADORA, SISTEMA DE AVANÇO EM TORNO MECÂNICO, PARA RECUPERAÇÃO E USINAGEM DE PEÇAS, ABERTURA OU RECUPERAÇÃO DE RASGO DE CHAVETA, ENTRE OUTROS, DESDE QUE ATENDA AO QUE FOR SOLICITADO PELOS MECÂNICOS DO MUNICÍPIO.		HRS	100	41,34
3	HORAS DE MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DE MAQUINA PESADAS E CAMINHÕES, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.		HRS	350	23,35
4	SOLDA MIG		M	6.500	0,93
1	MATERIAIS METÁLICOS PARA SERVIÇOS DE MELHORIAS E RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DE MAQUINAS PESADAS E VEÍCULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, TAIS COMO (PERFIS METÁLICOS, CHAPARIAS, ENTRE OUTROS)		KG	1.000	21,829
2	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO UTILIZADOS EM SERVIÇOS DE TORNEARIA PARA SERVIÇOS DE MELHORIAS E RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DE MAQUINAS PESADAS E VEÍCULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, TAIS COMO (ROLAMENTOS, PARAFUSOS, ENTRE OUTROS)		UNI	1	15.000,00
Total por Fornecedor:					66.629,00
Fornecedor: 200212 - REVISA COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DE RODAS E SERVIÇOS DE CANGEM PARA VANS, CAMINHONETES E VEÍCULOS LEVES (POR RODA).		UNI	80	61,25
Total por Fornecedor:					4.900,00
Total Geral:					77.929,00

Resumo dos Fornecedoros

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-RGJOL-326386382 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

05/05/2020 13:53:02

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 54 / 2020
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA, BALANCEAMENTO E CONserto DE RODAS E DE HORAS DE SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E FRESSAGEM
COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
91340 - AUTO MECANICA JUNIOR & CIA LTDA EPP	1	2.900,00
6459 - AUTO MECANICA SIRIMAR LTDA	1	3.500,00
147583 - HECK TORNEARIA MECANICA LTDA ME	1, 2, 3, 4	66.629,00
200212 - REVISIA COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	1	4.900,00

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 11, DE 05 DE MAIO DE 2020**

Publicação Nº 2466458

PORTARIA Nº 11, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Nomeia Vereador e Presidente em Exercício, para responder pela Tesouraria da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga – SC na condição de ordenador primário.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. Gelson Luiz Petry, vereador, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 698.620.609-72 e Cédula de Identidade nº 2.209.018 para responder pela tesouraria da Câmara de Vereadores na condição de ordenador primário, devendo assinar toda documentação da tesouraria, emitir e assinar cheques, requisitar talonários de cheques, ainda solicitar saldos e extratos, cancelar e baixar cheques, efetuar resgate/aplicações financeiras, cadastrar/alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico, liberar arquivos e pagamentos, em virtude do afastamento do Vereador e Presidente Sr. Alexandre da Silva Siqueira conforme AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 5000710-86.2020.8.24.0034/SC, OFÍCIO Nº 310003072390.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 05 de maio de 2020.

Gelson Luiz Petry

Presidente da Câmara em exercício

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4429, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465237

DECRETO MUNICIPAL Nº 4429, DE 05 DE MAIO DE 2020

Altera o Decreto Municipal 4412, de 179 de abril de 2020, que dispõe sobre contingenciamento de despesas e outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o artigo 6º do Decreto Municipal 4412, de 179 de abril de 2020, que dispõe sobre contingenciamento de despesas e outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de maio de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

EDITAL 005/2020 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2466288

EDITAL 005/2020

PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Licenças Ambientais (CCA/CPS/DanC/Declaração de Baixo Impacto) referentes ao período de Janeiro de 2020 até a presente data:

Tabela 01 – Certidão de Conformidade Ambiental emitida em 2020.

Empreendimento/Evento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
Condomínio Residencial Murilo I	024.928.599-16	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	002/2020	04/06/2020
Maria Zilda Delalibera	280.494.629-00	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	003/2020	09/01/2021
Nereu dos Santos	688.819.169-91	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	005/2020	18/12/2020

Ademar Petschow	483.184.939-15	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	006/2020	31/12/2020
Aloysio Koehler Junior	018.468.869-88	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	007/2020	15/07/2020
Condomínio Ipê Amarelo	464.111.439-00	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	008/2020	31/12/2020
Construtora e Incorporadora Massaneiro Ltda	29.484.942/0001-74	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	009/2020	02/08/2020
Alves & Andrade Transportes Ltda	05.638.569/0001-09	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	015/2020	26/06/2023
Residencial Natureza	20.985.912/0001-77	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	020/2020	05/03/2024
Mariana Brand Reichmann	083.804.029-28	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	021/2020	28/07/2020
Limpeza do rio Mendaña	81.140.303/0001-01	33.20.01 – Desassoreamento mecanizado de cursos d'água, exceto por draga.	022/2020	16/04/2020

Incorporadora de Imóveis Rios Ltda	19.904.086/0001-05	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	023/2020	04/03/2024
Antonio Rodrigues Martins	325.466.889-87	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	024/2020	21/04/2020
Condomínio Residencial Oceano	977.280.809-97	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	025/2020	18/02/2021
Condomínio Residencial Nova Aliança	374.059.349-00	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	040/2020	06/04/2021
Tuco Empreendimentos Ltda ME	19.169.435/0001-92	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	042/2020	26/08/2020

Tabela 02 – Certidão de Pressão Sonora emitida em 2020.

Requerente	CPF/CNPJ	Empreendimento	N.º da Licença	Validade
Sirlei Capeleto	980.573.249-53	Baile do Megatron	001/2020	12/01/2020
Município de Itapoá	81.140.303/0001-01	Carnaval Cultural 2020	010/2020	24/02/2020
Município de Itapoá	81.140.303/0001-01	Blessing – Encontro de Gerações	011/2020	01/03/2020
Valéria da Rocha Zanoli	047.369.769-69	Zap Lanches	016/2020	2 (dois) anos
Nair Frizzon Verson ME	04.673.977/0001-20	Na Oca	019/2020	2 (dois) anos

Tabela 03– Declaração de Atividade não Constante emitida em 2020.

Requerente	CPF/CNPJ	Empreendimento	N.º da Licença	Validade
Prefeitura Municipal de Itapoá	81.140.303/0001-01	Projeto Verão 2019/2020	004/2020	29/02/2020
Jan Ensinos e Treinamentos Ltda	17.220.960/0001-60	Pátio de estacionamento de caminhões	012/2020	1 (um) ano
Itapoá Saneamento Ltda	16.920.256/0001-57	Implantação de Estação Pressurizadora de Água Tratada (PEAT) – Booster	018/2020	1 (um) ano

L. A. Serviço de Publicidade Ltda	10.482.683/0001-14	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	027/2020	1 (um) ano
Romilda Aparecida Costa & Cia Ltda	14.135.915/0001-19	Fabricação de esquadrias de metal	028/2020	1 (um) ano
Tribo do Sol Design Arte e Moda Ltda	23.325.741/0001-48	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	029/2020	1 (um) ano
Vitoria Materiais de Construção Ltda	05.770.925/0001-35	Comércio varejista de materiais de construção em geral	030/2020	1 (um) ano
Jornal Em Foco SC Eireli	14.265.035/0001-67	Edição de jornais diários	031/2020	1 (um) ano
Lima & Sabadini Construtora	32.259.774/0001-28	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	032/2020	1 (um) ano
Luciane Augusta Ramos	24.082.731/0001-91	Comércio varejista de outros produtos não especificados (floricultura)	033/2020	1 (um) ano
M. I. Ribeiro Canedo	30.741.676/0001-05	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral	034/2020	1 (um) ano
Sandra de Fátima dos Santos Oliveira	21.591.204/0001-14	Operadores turísticos	035/2020	1 (um) ano
Restaurante Zinho Batista Itapoá Ltda	31.369.343/0001-51	Restaurantes e similares	036/2020	1 (um) ano
Atos & Fatos Serviços Contábeis Eireli	03.333.543/0001-19	Atividades de contabilidade	037/2020	1 (um) ano
Via Litoral Transporte Ltda	05.471.455/0001-09	Transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças)	038/2020	1 (um) ano
Pin Pin Kids Comércio de Vestuário Ltda	32.700.127/0001-00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	039/2020	1 (um) ano

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Rodrigo Cechin Itapoá, 29 de Abril de 2020.

Secretário Municipal de Meio Ambiente

EDITAL 006/2020 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2466289

EDITAL 006/2020

PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Licenças Ambientais (LAP, LAO) referentes ao período de Janeiro de 2020 até a presente data:

Tabela 01 – LAP emitida em 2020.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
CELESC Distribuição S.A.	08.336.783/0001-90	34.15.00 – Subestação de energia	013/2020	18 meses
Supercon Construtora e Incorporadora Ltda	83.200.980/0001-01	71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)	041/2020	36 meses

Tabela 03 – LAO emitida em 2020.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
Centro Logístico Integrado FastCargo S.A.- CLIF	12.241.369/0001-75	47.86.00 - Terminal retroportuário	014/2020	48 meses
Condomínio Residencial Londrina	85.430.031/0001-35	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	017/2020	48 meses

Rogério de Matos Neves	446.601.111-79	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	026/2020	48 meses
------------------------	----------------	---	----------	----------

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoá, 29 de Abril de 2020.

Rodrigo Cechin
Secretário Municipal de Meio Ambiente

PORTARIAS Nº 5640/2020

Publicação Nº 2464984

PORTARIA Nº 5.640/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Edital nº 002/2019 CMDCA;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a Nomeação do(a) servidor(a) LUCILEIA DE SOUZA RAMOS, para o cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR 40h, conforme o resultado final do Pleito Eleitoral.

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5641/2020

Publicação Nº 2464985

PORTARIA Nº 5.641/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Edital nº 002/2019 CMDCA;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a Nomeação do(a) servidor(a) EDUARDO ROSARIO DE SOUZA, para o cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR 40h, conforme o resultado final do Pleito Eleitoral.

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento

de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5642/2020

Publicação Nº 2464986

PORTARIA Nº 5.642/2020.
De: 10 de janeiro de 2020.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Edital nº 002/2019 CMDCA;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a Nomeação do(a) servidor(a) ESTELA BENKENDORF RAMOS, para o cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR 40h, conforme o resultado final do Pleito Eleitoral.

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5643/2020

Publicação Nº 2464988

PORTARIA Nº 5.643/2020.
De: 10 de janeiro de 2020.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020 (30 dias), aos(as) servidores(as) Efetivos dos Setores Administrativos da Secretaria Municipal de Educação, descritos(as) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
Abner Luidi Hempkemaier	Monitor de Laboratório de Informática
Alexandre Saporski	Monitor de Laboratório de Informática
Ana Maria de Jesus Ribeiro	Servente Escolar
Angela Neres do Rosário	Auxiliar de Serviços Gerais
Antonia Neres do Rosário	Cozinheira
Cleberson Ezequias Barboza	Monitor de Laboratório de Informática
Cleusa Galvão Nunes	Auxiliar de Serviços Gerais
Delicia de Souza Zimmermann	Cozinheira
Dorilda Silva Schorki	Servente Escolar
Eliane Pinheiro Cunha	Cozinheira
Guilherme Braga Dutra	Monitor de Laboratório de Informática
Ieda Correa da Silva	Servente Escolar
Ivanir Teresinha Lopes	Servente Escolar

Jeong Hwa Zaduski	Monitor de Laboratório de Informática
José Teobaldo Possamai	Motorista
Josi Cristina Schnekenberg	Servente Escolar
Lindaura Neres de Souza	Servente Escolar
Loeci Camara	Auxiliar de Serviços Gerais
Lucinete Neres de Souza Miranda	Servente Escolar
Luzanira Cordeiro de Alencar	Auxiliar de Serviços Gerais
Madalena da Silva Costa	Servente Escolar
Maria Cecília de Freitas Crisanto	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria da Luz Martins Candido	Servente Escolar
Maria de Loudes Base	Cozinheira
Maria Eduvirgem Miranda	Servente Escolar
Maria Souza Speck	Servente Escolar
Mariângela Faria Cafiero Rodrigues	Nutricionista I
Mariluce Cabral	Servente Escolar
Mario Will	Motorista
Natã Jeziel Machado Piva	Monitor de Laboratório de Informática
Odair Crissanto	Agente Operacional
Soeli Gerker Ferreira	Servente Escolar

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5644/2020

Publicação Nº 2464990

PORTARIA Nº 5.644/2020
De: 10 de janeiro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· A Contratação Temporária pelo Edital nº 35/2019 e a C.I. nº 06/2020 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). CLENILSO ALVES, na função temporária de MOTORISTA 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até 10.03.2020, vinculado ao motorista Adenildo Pedro Coelho (Férias + Licença Prêmio).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5645/2020

Publicação Nº 2464993

PORTARIA Nº 5.645/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 10 de janeiro de 2020 a 08 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) FRANCISCO DOS SANTOS MACHADO, investido (a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III- G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5646/2020

Publicação Nº 2464995

PORTARIA Nº 5.646/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do(a) servidor(a) NELMA REGINA DE OLIVEIRA, contratado(a) na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 20H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos à 01.01.20.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5647/2020

Publicação Nº 2464996

PORTARIA Nº 5.647/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) MARCIA REGINA EGGERT SOARES, ocupante do

cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, passando do nível II – A para o nível II – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5648/2020

Publicação Nº 2465001

PORTARIA Nº 5.648/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 12 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) EUNICE ALEXANDRINO SCHRIPIETCZ, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV– D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor em 12.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5649/2020

Publicação Nº 2465004

PORTARIA Nº 5.649/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) ROSIMERY GIRARDELLO, contratado(a) na função temporária de AUXILIAR DE ENFERMAGEM 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos à 06.01.20.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5650/2020

Publicação Nº 2465012

PORTARIA Nº 5.650/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 10 de janeiro de 2020 a 08 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) FABIO ANTONIO DA PAIXÃO, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV- E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5651/2020

Publicação Nº 2465015

PORTARIA Nº 5.651/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) DAVID LASS, contratado(a) na função temporária de FACILITADOR DE OFICINA 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos à 08.01.20.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5652/2020

Publicação Nº 2465054

PORTARIA Nº 5.652/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do(a) servidor(a) JULIO CESAR MENDES RIBAS, contratado(a) na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos à 09.01.20.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5653/2020

Publicação Nº 2465060

PORTARIA Nº 5.653/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), TÉRMINO DE MANDATO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Término de Mandato, do(a) servidor(a) ANGELA MARIA GONÇALVES DE MORAES, ocupante do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5654/2020

Publicação Nº 2465066

PORTARIA Nº 5.654/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), TÉRMINO DE MANDATO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Término de Mandato, do(a) servidor(a) ROSIMARA PIVA, ocupante do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5655/2020

Publicação Nº 2465140

PORTARIA Nº 5.655/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), TÉRMINO DE MANDATO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Término de Mandato, do(a) servidor(a) TAIZA DAMIANI MACIEL, ocupante do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5656/2020

Publicação Nº 2465141

PORTARIA Nº 5.656/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), TÉRMINO DE MANDATO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Término de Mandato, do(a) servidor(a) DANIELE CORREIA DA SILVA, ocupante do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5657/2020

Publicação Nº 2465142

PORTARIA Nº 5.657/2020.

De: 10 de janeiro de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), TÉRMINO DE MANDATO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Término de Mandato, do(a) servidor(a) ERCÍLIA SANTOS DE SOUZA, ocupante do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5658/2020

Publicação Nº 2465143

PORTARIA Nº 5.658/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 03 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) CLAUDETE THOMAS, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no nível salarial I – G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 03.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5659/2020

Publicação Nº 2465145

PORTARIA Nº 5.659/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) VERA LUCIA SOARES, investido (a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, no nível salarial I – I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5660/2020

Publicação Nº 2465147

PORTARIA Nº 5.660/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) RAQUEL LILIANE BEZERRA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5661/2020

Publicação Nº 2465149

PORTARIA Nº 5.661/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) MARIA BOGUSLAWSKI, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5662/2020

Publicação Nº 2465151

PORTARIA Nº 5.662/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) GRAZIELE CRISTIANE DE OLIVEIRA MAZETTI, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5663/2020

Publicação Nº 2465152

PORTARIA Nº 5.663/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) CARMEN LUCIA CONSTANTINO, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5664/2020

Publicação Nº 2465155

PORTARIA Nº 5.664/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) HELENA CONCEIÇÃO CARDOSO PREIGSCHADT, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5665/2020

Publicação Nº 2465156

PORTARIA Nº 5.665/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ROSE-MEIRI DA SILVA PINTO, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5666/2020

Publicação Nº 2465157

PORTARIA Nº 5.666/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ILZE TEREZINHA KAMINSKI BODDY, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5667/2020

Publicação Nº 2465159

PORTARIA Nº 5.667/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) PRISCILA MACIEL DA SILVA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5668/2020

Publicação Nº 2465160

PORTARIA Nº 5.668/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) SAMANTHA CRISTINA SOUZA SILVA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5669/2020

Publicação Nº 2465161

PORTARIA Nº 5.669/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) JILVIANE NEUBER CABRAL, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5670/2020

Publicação Nº 2465162

PORTARIA Nº 5.670/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) VAL-DEMIR ANTONIO OLKOSKI, investido (a) no cargo comissionado de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5671/2020

Publicação Nº 2465163

PORTARIA Nº 5.671/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ANGELA MARIA PUERARI, investido (a) no cargo comissionado de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5672/2020

Publicação Nº 2465164

PORTARIA Nº 5.672/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ARMANDO JOSE DUARTE MONTEIRO, investido (a) na função temporária de MÉDICO PSF.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5673/2020

Publicação Nº 2465166

PORTARIA Nº 5.673/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, no nível salarial VI – U.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5674/2020

Publicação Nº 2465167

PORTARIA Nº 5.674/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) GENIVALDO DA SILVA MACHADO, investido (a) na função temporária de INSTRUTOR MUSICAL.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5675/2020

Publicação Nº 2465168

PORTARIA Nº 5.675/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) PAULO ROBERTO PIAZZETTA, investido (a) na função temporária de INSTRUTOR MUSICAL.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5676/2020

Publicação Nº 2465172

PORTARIA Nº 5.676/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) FABIANA CARLA GUARDA, investido (a) no cargo efetivo de FACILITADOR DE OFICINA, no nível salarial IV – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5677/2020

Publicação Nº 2465173

PORTARIA Nº 5.677/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) VALDIR MARTINS GONÇALVES, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5678/2020

Publicação Nº 2465174

PORTARIA Nº 5.678/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) LICELIA MARIA PEDROSO VIDA, investido (a) no cargo efetivo de FACILITADOR DE OFICINA, no nível salarial IV – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5679/2020

Publicação Nº 2465176

PORTARIA Nº 5.679/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ANDREIA NUNES DE JESUS, investido (a) no cargo efetivo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no nível salarial I – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5680/2020

Publicação Nº 2465179

PORTARIA Nº 5.680/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ELAINE GIACOMINI BERNARDI, investido (a) no cargo efetivo de ODONTÓLOGO II, no nível salarial VIII – N.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5681/2020

Publicação Nº 2465180

PORTARIA Nº 5.681/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) MARIZA RITA JUNG, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5682/2020

Publicação Nº 2465183

PORTARIA Nº 5.682/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI- H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5683/2020

Publicação Nº 2465186

PORTARIA Nº 5.683/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) HELOIZA HELENA MOREIRA, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV- C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5684/2020

Publicação Nº 2465186

PORTARIA Nº 5.684/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) JANAINA MAYARA BITTENCOURT CARVALHO, investido (a) no cargo efetivo de FACILITADOR DE OFICINA, no nível salarial IV- B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5685/2020

Publicação Nº 2465191

PORTARIA Nº 5.685/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) HELLEN TATIANE DOS SANTOS, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, no nível salarial V- D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5686/2020

Publicação Nº 2465194

PORTARIA Nº 5.686/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) PRISCILA DE ARAÚJO CARNEIRO FREITAS, investido (a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO III, no nível salarial IX- H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5687/2020

Publicação Nº 2465196

PORTARIA Nº 5.687/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) EUCLIDES GOULART SANCHES, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI- G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5688/2020

Publicação Nº 2465199

PORTARIA Nº 5.688/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) SIMONI DIAS FERNANDES DE SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA II, no nível salarial VIII- H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5689/2020

Publicação Nº 2465208

PORTARIA Nº 5.689/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) CRISTIANE REGINA DE BITENCOURT COSTA, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI- P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5690/2020

Publicação Nº 2465211

PORTARIA Nº 5.690/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) KLEBER PEREIRA DE ALMEIDA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, no nível salarial V– D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5691/2020

Publicação Nº 2465213

PORTARIA Nº 5.691/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) MARISA ZANETTI, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA I, no nível salarial VII– D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5692/2020

Publicação Nº 2465215

PORTARIA Nº 5.692/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ISABEL GOMES DA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, no nível salarial I– H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5693/2020

Publicação Nº 2465218

PORTARIA Nº 5.693/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) RAFAEL FERNANDO CEZARIO, investido (a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA I, no nível salarial VII– D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5694/2020

Publicação Nº 2465221

PORTARIA Nº 5.694/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) NADEA DA GRAÇA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no nível salarial V– E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5695/2020

Publicação Nº 2465223

PORTARIA Nº 5.695/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) CARLA APARECIDA RUSISKA, investido (a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO II, no nível salarial VIII- E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5696/2020

Publicação Nº 2465226

PORTARIA Nº 5.696/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) NINON ROSE DA ROSA PERES, investido (a) no cargo efetivo de PSICÓLOGO I, no nível salarial VII- E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5697/2020

Publicação Nº 2465265

PORTARIA Nº 5.697/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) ANA MARIA DE SOUSA, investido (a) no cargo efetivo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no nível salarial I- E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5698/2020

Publicação Nº 2465270

PORTARIA Nº 5.698/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ELIS REGIANE BUENO DA SILVA COSTA, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV- D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5699/2020

Publicação Nº 2465271

PORTARIA Nº 5.699/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de janeiro de 2020 a 25 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI- G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5700/2020

Publicação Nº 2465272

PORTARIA Nº 5.700/2020

De: 10 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 07 de janeiro de 2020 a 26 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) VALDIRIENE PERES CRISANTO, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV- F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 07.01.2020.

Itapoá - SC, 10 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5701/2020

Publicação Nº 2465275

PORTARIA Nº 5.701/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) ALBERTO BAUER FILHO, investido (a) no cargo efetivo de MÉDICO 20h - 1º concurso, no nível salarial X- I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5702/2020

Publicação Nº 2465276

PORTARIA Nº 5.702/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) AN-GÉLICA REGINA HUCHAK SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de RECEPCIONISTA, no nível salarial II- D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5703/2020

Publicação Nº 2465282

PORTARIA Nº 5.703/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 01 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) NEUCI MORMITO FREIRE, investido (a) no cargo efetivo de TELEFONISTA, no nível salarial II- C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5704/2020

Publicação Nº 2465278

PORTARIA Nº 5.704/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 77/2019 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) IEDA IARA SALVADOR MIRANDA, na função temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5705/2020

Publicação Nº 2465284

PORTARIA Nº 5.705/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) GILDO OLEGÁRIO ESTEVAO, investido (a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5706/2020

Publicação Nº 2465285

PORTARIA Nº 5.706/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 01 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) NICOLIE CANCELA DA CRUZ, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5707/2020

Publicação Nº 2465287

PORTARIA Nº 5.707/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 01 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) RAFAEL BORGES GARCIA, investido (a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5708/2020

Publicação Nº 2465289

PORTARIA Nº 5.708/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 01 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) ROSANGELA DA SILVA SILVEIRA, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI– H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5709/2020

Publicação Nº 2465292

PORTARIA Nº 5.709/2020

De: 13 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) ALBERTO BAUER FILHO, investido (a) no cargo efetivo de MÉDICO 20h - 2º concurso, no nível salarial X– H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5710/2020

Publicação Nº 2465294

PORTARIA Nº 5.710/2020

De: 15 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) CRISTIANE DE JESUS PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, passando do nível V – C para o nível V – D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5711/2020

Publicação Nº 2465298

PORTARIA Nº 5.711/2020

De: 16 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 16 de janeiro de 2020 a 04 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) MONICA SIQUEIRA FRIZZO, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV– C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5712/2020

Publicação Nº 2465300

PORTARIA Nº 5.712/2020.

De: 16 de janeiro de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, do(a) servidor(a) MARIA SATOMI YAMASHITA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5713/2020

Publicação Nº 2465303

PORTARIA Nº 5.713/2020.

De: 16 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme o Artigo nº 27 da Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- A Comunicação Interna nº 026/2020 da Secretaria de Educação;
- A Comunicação Interna nº 004/2020 da Secretaria da Administração;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do(a) Servidor(a) ROSELI GONÇALVES PINHEIRO, investido(a) no cargo efetivo de Cozinheira 40h (Readaptada), na Unidade Administrativa Secretaria de Administração, no nível salarial II - I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 20.01.2020, revogando a portaria 4.360/2019.

Itapoá, 16 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5714/2020

Publicação Nº 2465311

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 5.714/2020

Data: 16 de janeiro de 2020

Nomeia comissão para processo seletivo para contratação temporária de motorista

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Fica nomeada comissão para realizar Processo de Teste Seletivo para contratação temporária de Motorista, em conformidade com a Lei nº. 016/2007, constituída pelos seguintes servidores:

1. CÉLIA MARIA REINERT Presidente
2. VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI Secretária
3. CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA Membro
4. GERSON DOS SANTOS CHAVESMembro
5. ODRACIR DE CAMARGOMembro

§ 1º Caberá à Comissão elaborar edital, conferir documentos, divulgar a classificação, julgar recurso, enfim tudo que necessário for para conclusão do referido processo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 16 de janeiro de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA

Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

PORTARIAS Nº 5715/2020

Publicação Nº 2465313

PORTARIA Nº 5.715/2020

De: 20 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 77/2019 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARIA LUCIA GRASSI, na função temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5716/2020

Publicação Nº 2465316

PORTARIA Nº 5.716/2020.

De: 20 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) ANDERSON WEBER, investido(a) no cargo efetivo

de MOTORISTA, no nível salarial III – E, com vencimentos integrais, a partir de 24.12.19 e término em 28.12.19.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 24.12.19.

Itapoá - SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5717/2020

Publicação Nº 2465319

PORTARIA Nº 5.717/2020.

De: 20 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a readaptação do(a) Servidor(a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial N II – E, para exercer sua função em locais de pouco contato com pessoas e sem contato com alunos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5718/2020

Publicação Nº 2465321

PORTARIA Nº 5.718/2020.

De: 20 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) LUIZ PEREIRA, investido(a) no cargo efetivo de SUPERVISOR ESCOLAR II, no nível salarial II – J, com vencimentos integrais, a partir de 10.01.20 e término em 10.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 10.01.20.

Itapoá - SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento

de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5719/2020

Publicação Nº 2465324

PORTARIA Nº 5.719/2020.

De: 20 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) SANDRA MARIA DANI BENCK, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – G, com vencimentos integrais, a partir de 09.01.20 e término em 09.07.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 09.01.20.

Itapoá - SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5720/2020

Publicação Nº 2465326

PORTARIA Nº 5.720/2020

De: 20 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) ALEXANDRE FAVARO DE SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, no nível salarial V – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5721/2020

Publicação Nº 2465327

PORTARIA Nº 5.721/2020

De: 20 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2020 a 21 de janeiro de 2020, ao (a) servidor (a) MARIA DA LUZ MACHADO DA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de COZINHEIRA, no nível salarial II – I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.01.2020.

Itapoá - SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5722/2020

Publicação Nº 2465328

PORTARIA Nº 5.722/2020

De: 20 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 20 de janeiro de 2020 a 08 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) ADE-NILDO PEDRO COELHO, investido (a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III– D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5723/2020

Publicação Nº 2465329

PORTARIA Nº 5.723/2020

De: 23 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 23 de janeiro de 2020 a 21 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) LI-LIANE BELLO GONÇALVES, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5724/2020

Publicação Nº 2465330

PORTARIA Nº 5.724/2020
De: 23 de janeiro de 2020.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 19/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) DANIELA BERTAZZO GROSSO, na função temporária de AGENTE ADMINISTRATIVO 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 23 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5725/2020

Publicação Nº 2465331

PORTARIA Nº 5.725/2020
De: 24 de janeiro de 2020.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 24 de janeiro de 2020 a 22 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) ADRIANA NUNES MARTENDAL, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 24 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5726/2020

Publicação Nº 2465333

PORTARIA Nº 5.726/2020.
De: 24 de janeiro de 2020.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) MILTON DIAS, investido(a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII – E, com vencimentos integrais, a partir de 14.01.20 e término em 14.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 14.01.20.

Itapoá - SC, 24 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5727/2020

Publicação Nº 2465336

PORTARIA Nº 5.727/2020.
De: 24 de janeiro de 2020.
DISPÕE SOBRE RERRATIFICAÇÃO DE PORTARIA DE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a rerratificação da Portaria nº 5.534 de 11.12.19 de readaptação do(a) Servidor(a) MARTA REJANE OLIVEIRA ROCHA, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial N II – E, mantendo a readaptação da mesma, porém alterando a sua jornada de trabalho de 20 para 40 horas semanais, de acordo com a carga horária inicial de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 24 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5728/2020

Publicação Nº 2465339

PORTARIA Nº 5.728/2020.

De: 24 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE CAPACIDADE LABORATIVA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; considerando:

· O Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Tornar público a aptidão do(a) servidor(a) RENATA PATRÍCIA DOS SANTOS, para retorno ao cargo efetivo de PROFESSOR II, mantendo a carga horária inicial de Concurso Público.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 24 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5729/2020

Publicação Nº 2465356

PORTARIA Nº 5.729/2020

De: 27 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) REGINA GLÓRIA DOS SANTOS MARTINS, na função temporária de CO-ORDENADOR PEDAGÓGICO 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 27 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5730/2020

Publicação Nº 2465358

PORTARIA Nº 5.730/2020

De: 27 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) JOSIANE LETÍCIA SILVA DE LIMA, na função temporária de COORDENADOR PEDAGÓGICO 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 27 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5731/2020

Publicação Nº 2465388

PORTARIA Nº 5.731/2020

De: 27 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) JUSSARA MATIOLO LEMONIE, na função temporária de COORDENADOR PEDAGÓGICO 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 27 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5732/2020

Publicação Nº 2465389

PORTARIA Nº 5.732/2020

De: 27 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARINEZ ENDO TAKATA, na função temporária de COORDENADOR PEDAGÓGICO 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 27 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5733/2020

Publicação Nº 2465392

PORTARIA Nº 5.733/2020

De: 27 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) NILVA APARECIDA GONÇALVES HAAS, na função temporária de SUPERVISOR ESCOLAR ACT 40H, vinculada ao Supervisor Escolar Luiz Pereira.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 27 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5734/2020

Publicação Nº 2465397

PORTARIA Nº 5.734/2020

De: 27 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ROBERTA SEREDNITZKEI LIMA, na função temporária de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40H, vinculada à Orientadora Escolar Vanessa Dibax.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 27 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5735/2020

Publicação Nº 2465396

PORTARIA Nº 5.735/2020

De: 27 de janeiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) RAFAEL DOS SANTOS DA SILVEIRA, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 30H, vinculado à Professora Denise Batista.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 27 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5736/2020

Publicação Nº 2465404

PORTARIA Nº 5.736/2020

De: 29 de janeiro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· A Contratação Temporária pelo Edital nº 36/2018 e a C.I. nº 16/2020 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). ELEMUEL LOURENÇO DA SILVA, na função temporária de OPE-RADOR DE MÁQUINAS 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até 03.02.2021.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5737/2020

Publicação Nº 2466430

PORTARIA Nº 5.737/2020
De: 29 de janeiro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· A Contratação Temporária pelo Edital nº 36/2018 e a C.I. nº 16/2020 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). HELTON LUIS YUSEINSKI, na função temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até 03.02.2021.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5738/2020

Publicação Nº 2466434

PORTARIA Nº 5.738/2020
De: 29 de janeiro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· A Contratação Temporária pelo Edital nº 36/2018 e a C.I. nº 16/2020 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). JOÃO DA SILVA PEREIRA, na função temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até 03.02.2021.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5739/2020

Publicação Nº 2466436

PORTARIA Nº 5.739/2020
De: 29 de janeiro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· A Contratação Temporária pelo Edital nº 36/2018 e a C.I. nº 16/2020 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). ALVARO SANTANA SCHULTZ, na função temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até 03.02.2021.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5740/2020

Publicação Nº 2466437

PORTARIA Nº 5.740/2020
De: 29 de janeiro de 2020.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· A Contratação Temporária pelo Edital nº 36/2018 e a C.I. nº 16/2020 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). CARLOS LOPES DOS SANTOS, na função temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até 03.02.2021.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5741/2020

Publicação Nº 2466438

PORTARIA Nº 5.741/2020.
De: 29 de janeiro de 2020.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) CRISTINA BASTOS PEQUENO, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV – D, com vencimentos integrais, a partir de 20.01.20 e término em 20.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 20.01.20.

Itapoá - SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5742/2020

Publicação Nº 2466440

PORTARIA Nº 5.742/2020.
De: 29 de janeiro de 2020.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) SILVANA ESTER GIACOMINI GRANJA, investido(a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA I, no nível salarial VII – B, com vencimentos integrais, a partir de 22.01.20 e término em 22.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 22.01.20.

Itapoá - SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5743/2020

Publicação Nº 2466442

PORTARIA Nº 5.743/2020.

De: 29 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DE PORTARIA DE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a ratificação da Portaria nº 1.544/2017 de 18.08.17 de readaptação do(a) Servidor(a) ROSELI ITNER, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no nível salarial N I – H, mantendo as condições de trabalho da mesma.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 29 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5744/2020

Publicação Nº 2466444

PORTARIA Nº 5.744/2020

De: 30 de janeiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 30 de janeiro de 2020 a 28 de fevereiro de 2020, ao (a) servidor (a) PAULO JOSÉ HENING, investido (a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII– E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 30 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5745/2020

Publicação Nº 2466447

PORTARIA Nº 5.745/2020

De: 30 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- C.I. nº 016/2020 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Gratificação de 60% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CINTIA JULIANA DA SILVA COLOTONI, investido(a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I 40H, no nível salarial VII-A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 30 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5746/2020

Publicação Nº 2466449

PORTARIA Nº 5.746/2020.

De: 31 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) SILVANA DE SOUZA SPECK, investido(a) no cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, no nível salarial II – C.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 31 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5747/2020

Publicação Nº 2466457

PORTARIA MUNICIPAL nº. 5.747/2020

Data: 31 de janeiro de 2020

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 01/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Denúncia ao Ministério Público de Contas de Santa Catarina

Resolve:

Art.1º Tornar público a instauração de Processo de Sindicância investigatória – PSI nº001/2020, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, com objetivo específico de apurar, denuncia realizada junto ao Ministério Público de Contas, referente possíveis exclusões de dados nos computadores do Conselho Tutelar, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes

servidores:

--	--

ARTHUR BORDIN SBRISIA Presidente

NEUCI MORMITO FREIRE Secretária

PRICILA JUBANSKI GONÇALVES Membro

§ 1º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Este Processo de sindicância Investigatória, deverá ser conduzido em total sigilo, não podendo nele constar nomes, imagens ou documentos relativos aos atendimentos prestados pelo Conselho Tutelar do Município de Itapoá, destinando-se meramente a verificar a exclusão de dados dos computadores do referido órgão.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 31 de janeiro de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA

Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5748/2020

Publicação Nº 2466461

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5.748/2020

Data: 31 de janeiro de 2020

DISPÕE SOBRE QUANDRO DE VAGAS DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS E ALTERAÇÕES

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

· Aposentadoria, Promoção e Lotação de Servidor;

RESOLVE:

Artigo.1º - Tornar público o quadro de vagas de servidores das Unidades Administrativas do Município e alterações, de acordo com o artigo nº. 23 paragrafo 1º. da Lei nº.044/2014, exceto os Profissionais do Magistério que possuem legislação própria.

§ 1º - Constam nos quadros abaixo os cargos dos Servidores, as Unidades administrativas onde estão lotados, número de vagas, lotação atual e vagas disponíveis, bem como suas alterações.

I - Unidade Administrativa: GABINETE DO PREFEITO			
CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	5	1	4
SECRETÁRIA EXECUTIVA I	1	1	0
SECRETÁRIA EXECUTIVA II	1	0	1
AGENTE DA DEFESA CIVIL I	1	0	1
ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO I	2	0	2
PROFESSOR II (Readaptado)	1	1	0
II - Unidade Administrativa: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADVOGADO I	1	0	1
ADVOGADO II	1	0	1
ADVOGADO III	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	5	3	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	4	4	0
ANALISTA JURÍDICO I	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO II	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO III	3	0	3
PROCURADOR MUNICIPAL I	2	0	2
PROCURADOR MUNICIPAL II	2	0	2
PROCURADOR MUNICIPAL III	2	0	2
III - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	2	1	1
ADMINISTRADOR II	2	0	2
ADMINISTRADOR III	2	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	10	5	5
AGENTE ADMINISTRATIVO II	7	6	1
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
MÉDICO DO TRABALHO	1	0	1
MOTORISTA (Extinção)	3	3	0
TÉCNICO DE ARQUIVO I	1	0	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I (Extinção)	2	2	0
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH I	2	0	2
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH III	1	0	1
TELEFONISTA (Extinção)	1	1	0
GESTOR PÚBLICO I	1	0	1
GESTOR PÚBLICO II	1	0	1

IV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	0	2
ARQUITETO I	2	1	1
ARQUITETO II	2	0	2
ARQUITETO III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	2	0	2
ENGENHEIRO CIVIL II	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL III	1	0	1
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I	3	1	2
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II	2	2	0
TOPÓGRAFO I	1	0	1
TOPÓGRAFO II	1	0	1
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES I	2	0	2

V- Unidade de Administrativa: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	2	2
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE GERAL	2	0	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	6	6	0
BIBLIOTECÁRIO I	7	0	7
COZINHEIRA (Extinção)	5	5	0
MONITOR DE LAB. INFORMÁTICA	8	6	2
MOTORISTA (Extinção)	4	4	0
NUTRICIONISTA I	2	2	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
SERVENTE ESCOLAR (Extinção)	14	14	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I (Extinção)	2	2	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	1	0
INSTRUTOR MUSICAL	1	1	0
PROFESSOR II (Readaptado)	1	1	0
ENGENHEIRO CIVIL	1	0	1

VI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	10	5	5
AGENTE ADMINISTRATIVO II	7	6	1
AGENTE DE ENDEMIAS	5	3	2

AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AUXILIAR DE ENFERMAGEM (Extinção)	22	22	0
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	7	7	0
ENFERMEIRO I	12	9	3
ENFERMEIRO II	5	3	2
ENFERMEIRO III	2	2	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO I	3	1	2
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO II	1	1	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO III	1	0	1
FISCAL SANITÁRIO I	3	1	2
FISCAL SANITÁRIO II	3	2	1
FISIOTERAPEUTA I	4	3	1
FISIOTERAPEUTA II	3	3	0
FISIOTERAPEUTA III	2	0	2
FONOAUDIÓLOGO I	1	1	0
FONOAUDIÓLOGO II	1	0	1
FONOAUDIÓLOGO III	1	0	1
MÉDICO 20HS	10	3	7
MÉDICO PSF	6	2	4
MOTORISTA (Extinção)	14	14	0
NUTRICIONISTA I	1	0	1
NUTRICIONISTA II	1	1	0
NUTRICIONISTA III	1	0	1
ODONTÓLOGO 40HS (Extinção)	1	1	0
ODONTÓLOGO I	4	0	4
ODONTÓLOGO II	1	1	0
ODONTÓLOGO III	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA I	1	1	0
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA II	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	1	1
PSICOLOGO II	2	0	2
PSICOLOGO III	1	0	1
RECEPCIONISTA (Extinção)	6	6	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
TÉCNICO DE RADIOLOGIA I	2	0	2
TÉCNICO DE RADIOLOGIA II	2	2	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	0	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	30	17	13
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II	6	5	1
TELEFONISTA (Extinção)	1	1	0
TERAPEUTA OCUPACIONAL I	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL II	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL III	1	0	1
VETERINÁRIO I	2	1	1
VETERINÁRIO II	1	0	1
VETERINÁRIO III	1	0	1
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL I	1	0	1
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL II	1	0	1

VII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	1	1	0
ADMINISTRADOR II	1	0	1
ADMINISTRADOR III	1	0	1
ADVOGADO I	1	0	1
ADVOGADO II	1	0	1
ADVOGADO III	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	6	2	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0

AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL I	3	3	0
ASSISTENTE SOCIAL II	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL III	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
FACILITADOR DE OFICINA	8	4	4
MOTORISTA (Extinção)	2	2	0
ORIENTADOR SOCIAL I	1	1	0
ORIENTADOR SOCIAL II	1	0	1
PEDAGOGO I	1	1	0
PEDAGOGO II	1	0	1
PEDAGOGO III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	2	0
EDUCADOR SOCIAL I	10	0	10

VIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
COZINHEIRA (Extinção)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Readaptado)	1	1	0
INSTRUTOR MUSICAL	4	0	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO II (Reenquadrado)	1	1	0
TÉCNICO EM TURISMO I	1	0	1
TÉCNICO EM TURISMO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO I	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO III	1	0	1
PROFESSOR DE MÚSICA I	2	0	2
PROFESSOR DE MÚSICA II	2	0	2
TURISMÓLOGO I	1	0	1
TURISMÓLOGO II	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1

IX - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	1	3
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	5	5	0
MECÂNICO VEÍCULO PESADO	2	2	0
MOTORISTA (Extinção)	1	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS (Extinção)	18	13	5
ENGENHEIRO ELETRICISTA I	1	0	1
ENGENHEIRO ELETRICISTA II	1	0	1

X - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO II	2	2	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS (Extinção)	1	1	0
TÉCNICO AGRÍCOLA I	2	0	2
TÉCNICO AGRÍCOLA II	1	0	1

XI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	0	2
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA I	2	0	2

XII - Unidade Administrativa: CONTROLADORIA INTERNA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AUDITOR I	1	0	1
AUDITOR II	1	0	1
AUDITOR III	1	0	1

XIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	1	1
AGENTE ADMINISTRATIVO II	3	3	0
SERVENTE ESCOLAR	1	1	0
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO I	1	0	1

XIV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DA FAZENDA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	8	6	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	10	8	2
CONTADOR I	2	0	2
CONTADOR II	1	1	0
CONTADOR III	1	0	1
FISCAL DE TRIBUTOS I	4	1	3
FISCAL DE TRIBUTOS II	5	3	2
TÉCNICO DE ARQUIVO I	1	1	0
TÉCNICO DE ARQUIVO II	1	0	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE I	3	1	2
TÉCNICO DE CONTABILIDADE II	3	3	0
AGENTE TRIBUTÁRIO I	3	0	3
AUDITOR FISCAL I	2	0	2
AUDITOR FISCAL II	2	0	2

XV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	3	2	1
BIÓLOGO I	1	1	0
BIÓLOGO II	1	0	1
BIÓLOGO III	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL I	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL I	1	1	0
ENGENHEIRO FLORESTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL III	1	0	1
FISCAL DE MEIO AMBIENTE I	3	1	2
FISCAL DE MEIO AMBIENTE II	1	1	0
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE I	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE II	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE III	1	0	1
GEÓGRAFO I	1	0	1
GEÓGRAFO II	1	0	1
OCEANOÓGRAFO I	1	0	1
OCEANOÓGRAFO II	1	0	1

XVI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I (Readaptado)	1	1	0
GUARDA MUNICIPAL I	9	0	9

§ 2º - A carga horária de trabalho é aquela constante no edital do concurso;
Artigo. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 5.598/2019 de 20.12.19.

Itapoá (SC), 31 de Janeiro de 2020

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo

TERMO ADITIVO Nº 44/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019 (2º ADITIVO)

Publicação Nº 2465064

TERMO ADITIVO Nº 44/2020 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Turismo, a Sra. ANGELA MARIA PUERARI, brasileira, solteira, portadora do CNPF/MF nº 683.078.539-15 e CI.RG nº 12R.2.542.125, residente e domiciliada à Avenida Celso Ramos, nº 2.050, Bairro: Brasília, neste Município, e, de outro lado a Empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, com sede à Rua Arnaldo Zuqui, nº 70, Bairro: Dom Joaquim, na cidade de Brusque/SC, CEP: 88.359-312, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.404.978/0001-75 e Inscrição Estadual nº 258.287.578, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. SERGIO ZANCANARO, portador do CNPF/MF nº 003.655.259-36 e do CI.RG nº 3.447.231, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção visando a urbanização, drenagem e pavimentação para execução da 1ª. Etapa do Projeto Praça do Farolete, localizado a Rua André Peres de Jesus, na localidade de Pontal do Norte, neste Município, com área de intervenção total metragem de 1.200,00m2, conforme projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 26/2019 - PROCESSO Nº 123/2019, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 105/2019, em 60 (sessenta) dias contados a partir do dia 06/05/2020, conforme justificativa e parecer técnico, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 105/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 105/2019, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 05 de maio de 2020.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC ANGELA MARIA PUERARI SECRETÁRIA DE TURISMO	CONTRATADA DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA SERGIO ZANCANARO
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SUELLEN PATRICIA DOS SANTOS ENGENHEIRA CIVIL FISCAL DO CONTRATO	

Testemunhas:	
NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº 45/2020 - ATA RP Nº 12/2020 (3º ADITIVO)

Publicação Nº 2465074

TERMO ADITIVO Nº 45/2020 DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2020. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração, Secretária de Obras e Serviços Públicos, Secretária de Saúde, Secretária de Educação e Secretária da Assistência Social, aqui denominadas, ÓRGÃOS GERENCIADORES, representado pela Secretária de Administração, a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município, pela Secretária de Obras e Serviços Públicos, a Sra. STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 059.937.569-85 e CI.RG nº 4.798.558-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua 1710, nº 880, Bairro: Princesa do Mar, neste Município, pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339/68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada a Rua Ceara, nº884, na localidade de Barra do Saí, nesta cidade de Itapoá, pela Secretária de Educação LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, pela Secretária de Assistência Social, a Sra. CÉLIA MARIA KONELL, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 036.030.539-31 e CI.RG nº 4.250.288 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Guaianazes, nº 416, Bairro Barra do Saí, neste Município, pelo Diretor do Departamento de Agricultura e Pesca, o Sr. WILLY DANCKER, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 066.056.999-04 e CI.RG nº 374.164-8SSP/SC, residente e domiciliado à Estrada Geral Saí Mirim, s/n, Bairro: Saí Mirim, neste Município, e a empresa MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA, com sede à Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 1.155, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.868.777/0001-60 e Inscrição Estadual nº 254058558, representada neste ato pela sócia, a Sra. ANDRESA MIRANDA BUDAZ, portadora do CNPF/MF nº 014.432.209-90 e do CI.RG nº 3.318.252-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro a Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, contínuo e fracionado por demanda, (gasolina e diesel), para uso exclusivo da Frota Municipal de veículos leves e pesados e equipamentos do Município de Itapoá/SC, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa vencedora, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 05/2020 - REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020 - PROCESSO Nº 05/2020, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula primeira visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 1, Gasolina Comum, diminuindo o valor de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos), passando o valor unitário do litro da Gasolina Comum à R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos); e do item 2, Diesel B S10, diminuindo o valor de R\$ 0,21 (vinte e um centavos), passando o valor unitário do litro do Diesel B S10 à R\$ 3,10 (três reais e dez centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data 15/04/2020, com vigência condicionada à Ata de Registro de Preço nº 12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 12/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 12/2020, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreta.

Itapoá/SC, 05 de maio de 2020.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTRATADA MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA ANDRESA MIRANDA BUDAZ
SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CÉLIA MARIA KONELL SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	WILLY DANCKER DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PESCA
STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	

Fiscal do Contrato:	
GERSON DOS SANTOS CHAVES CHEFE DE FROTAS	
Testemunhas:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 138/2020 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA MENSAGEM DE VETO PARCIAL Nº 01/2020 AO PROJETO DE LEI Nº 26 DE 23 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2465113

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 138 DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA MENSAGEM DE VETO PARCIAL Nº 01/2020 AO PROJETO DE LEI Nº 26 DE 23 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ezequiel de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Mensagem de Veto Parcial nº 01/2020 ao Projeto de Lei nº 26 de 23 de março de 2020.

Art. 2º Integra este Decreto Legislativo a Mensagem de Veto nº 01/2020 e o Parecer emitido pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 05 de maio de 2020.

Ezequiel de Andrade
Presidente
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>**RESOLUÇÃO Nº 20/2020 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE IRREGULARIDADE PRATICADA PELO VICE-PREFEITO MUNICIPAL, SR. CARLOS HENRIQUE PEDRIALI NÓBREGA.**

Publicação Nº 2465123

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar suposta prática de irregularidade praticada pelo Vice-Prefeito Municipal, Sr. Carlos Henrique Pedriali Nóbrega.

Ezequiel de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e pelo art. 39, do Regimento Interno, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica criada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar suposta prática de irregularidade praticada pelo Vice-Prefeito Municipal, Sr. Carlos Henrique Pedriali Nóbrega, denunciadas através do veículo informativo Jornal Agora Paraná.

Art. 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar as denúncias veiculadas pelo Jornal Agora Paraná será constituída mediante a indicação dos líderes de bancada com o objetivo de institucionalizar o processo de criação da comissão.

Parágrafo único - A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta por 3 (três) vereadores observando o critério de proporcionalidade partidária, sendo um Presidente, um Relator e um Membro.

Art. 3º As ações da Comissão Parlamentar de Inquérito visam analisar a legalidade de emissões de Licenças Ambientais e a utilização de cargo público para fins de favorecimento a familiares do Vice-Prefeito Municipal, Sr. Carlos Henrique Pedriali Nóbrega.

Parágrafo único - A comissão poderá ter acesso irrestrito a documentos e informações necessários para a devida análise.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão Parlamentar de que trata essa Resolução serão coordenados pelo Presidente que será eleito mediante aprovação da maioria absoluta dos seus componentes.

Art. 5º As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito serão públicas e realizadas periodicamente nas datas e nos locais estabelecidos por seus membros.

Parágrafo único - A comissão não se reunirá em horário de sessões plenárias, a menos que estas sejam suspensas.

Art. 6º A Comissão Parlamentar de Inquérito produzirá relatórios das suas atividades, apresentando sumários das conclusões das reuniões

até o encerramento das suas atividades aqui definidas.

Art. 7º A presente Comissão Parlamentar poderá utilizar todos os documentos emitidos pelos órgãos públicos competentes, jornais e/ou recebidos pela Câmara Municipal de Itapoá.

Art. 8º A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I- requisitar servidores desta Casa Legislativa para auxiliar nos trabalhos realizados pela Comissão;

II- determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso; requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos; requerer a audiência de vereador, de Secretário Municipal e de autoridade equivalente; tomar depoimentos de autoridades municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades; e,

III - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência, sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária.

Art. 9º Cabe à Mesa Diretora a adoção das providências legais para a implementação das medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 10. Em caso excepcional e devidamente justificado, poderá a Comissão Parlamentar de Inquérito requisitar ao Presidente da Câmara a Contratação de Assessoria ou Consultoria específica para o assessoramento dos trabalhos técnicos na matéria sob exame, observada a existência de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 11. O prazo para a conclusão dos estudos é de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Resolução, podendo ser prorrogado por igual prazo, se assim entender a Comissão, desde que aprovado pelo Plenário da Câmara através de requerimento escrito.

Art. 12. Ao término dos trabalhos, por meio de Relatório Circunstanciado à Mesa Diretora, a Comissão concluirá por:

I- Projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo, encaminhado ao presidente da Câmara para as providências, que será incluído na ordem do dia da sessão ordinária posterior ao encaminhamento;

II - encaminhamento da conclusão ao Ministério Público e/ou à Assessoria Jurídica da Câmara, com a cópia da documentação, para conhecimento e adoção de medidas concernentes às suas funções institucionais e para eventual responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas;

III- encaminhamento ao Poder Executivo para adoção de providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo cabível;

IV – encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado em forma de Representação para as providências cabíveis; e,

V - arquivamento da matéria.

Art. 13. Caso necessário às despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da Rubrica Orçamentaria 3.3.90 – Manutenção da Câmara Municipal de Itapoá.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 05 de maio de 2020.

Ezequiel de Andrade

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020/FMS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE KIT'S DE TESTE RÁPIDO EM CASSETE (COVID-19) IGG/IGM PARA DIAGNOSTICO DA COVID-19 NO MUNICIPIO DE ITUPORANGA-SC

Publicação Nº 2466209

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020/FMS

PROCESSO Nº 05/2020/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 4º da Lei Federal 13.979/2020 que formalizou Dispensa de Licitação nº 03/2020/FMS, Processo nº 05/2020/FMS. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 00.802.002/0001-02. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE KIT'S DE TESTE RÁPIDO EM CASSETE (COVID-19) IgG/IgM PARA DIAGNOSTICO DA COVID-19 NO MUNICIPIO DE ITUPORANGA-SC. Valor total: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Ituporanga, 28 de abril de 2020. Elisângela Scheidt Roncalio – Secretária Municipal da Saúde.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS ARDÓSIAS NAS MEDIDAS 4,00X1,00X0,22 QUE SÃO UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO E OU CONSTRUÇÃO DE PONTES NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 2465059

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL RP nº 12/2020

Processo: 17/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS ARDÓSIAS NAS MEDIDAS 4,00X1,00X0,22 QUE SÃO UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO E OU CONSTRUÇÃO DE PONTES NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 18 de maio de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 18 de maio de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 06 de maio de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

EXTRATO CONTRATO 08/2020/PMI TP 04/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DA COBERTURA DO CENTRO DE ENSINO OLINDA ISRAEL LAURINDO, SITUADO NA LOCALIDADE DE RIO DO NORTE.

Publicação Nº 2464987

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 08/2020/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: SEBOLD ENGENHARIA LTDA, CNPJ 31.913.907/0001-75, VALOR GLOBAL: R\$ 70.180,23 (setenta mil cento e oitenta reais e vinte e três centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DA COBERTURA DO CENTRO DE ENSINO OLINDA ISRAEL LAURINDO, SITUADO NA LOCALIDADE DE RIO DO NORTE. Data da assinatura: 05 de maio de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE CONTINUAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

Publicação Nº 2466314

MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 27/2020 – Pregão Presencial nº 17/2020 , cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES FUTURAS DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO "MARMITA", DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO PRESENTE E DITAL E SEUS ANEXOS", que fica designado o dia 19 de maio de 2020, às 9h, no setor de compras e licitações, para a continuação da sessão pública de pregão e continuação do certame.

Jaborá, 05 de maio de 2020.

Aldo Guarese
Pregoeiro

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94/2019

Publicação Nº 2465856

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 42/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 80/2019.

Contrato Administrativo nº: 94/2019.

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94/2019 BEM COMO REALIZAR O ACRÉSCIMO DE ATÉ 8,448% (OITO VIRGULA QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO POR CENTO) DO VALOR INICIAL ATUALIZADO DO CONTRATO, DE R\$ 67.600,00 (SESSENTA E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS) PARA R\$ 73.311,05 (SETENTA E TRÊS MIL E TREZENTOS E ONZE REAIS E CINCO CENTAVOS), REFERENTE AO ADITAMENTO DE QUANTITATIVO PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CONTRATANTE, DE ACORDO COM O PREVISTO NO ART. 65, I, B, § 1º, DA LEI Nº 8666/1993.

Vigência: 06/05/2020 a 06/06/2020.

Contratante: Município de Jaborá.

Contratada: PKB ENGENHARIA E TRANSPORTES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.461.597/0001-22.

Jaborá, SC, 05 de maio de 2020.

Adelir Manoel Inácio
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2020 TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2020 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ/SC

Publicação Nº 2466199

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2020
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ/SC

1 – DO OBJETO/PROPOSTA

1.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 – DA JUSTIFICATIVA

O ano de 2020 teve início com a notícia da descoberta de um novo vírus causador de doença pulmonar grave, conhecido como o Novo Coronavírus (Covid-19).

Após contaminar inicialmente pessoas na China, tal vírus alastrou-se pelo mundo todo, sendo detectado em diversos países. Como consequência da disseminação, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o nível de contaminação à pandemia. Nesta data já havia registros de contaminação em 115 países.

No Brasil o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no final de fevereiro. De lá para cá, o País registra até o momento 66.896 casos da doença. No Estado de Santa Catarina, os dois primeiros casos foram registrados no dia 12 de março, e atualmente já somam 1.476 casos de Covid-19, com 44 mortes.

Já em nosso Município, o primeiro caso confirmado foi registrado no dia 22 de abril, tendo o Município na data de hoje, 05 de maio, 06 casos registrados. Não obstante aos primeiros casos registrados em Jaborá, o que se observa na região é um crescimento quase que desordenado, dia após dia, do número de infectados pela doença.

Atualmente a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município, sendo que a utilização dos equipamentos de proteção individual são essenciais para todos os profissionais de saúde, e que o fornecimento dos mesmos é de responsabilidade da Administração Municipal;

Em se tratando de uma pandemia, o Fundo Municipal de Saúde não estava preparado para um uso tão acentuado do referido item, o que levou a falta do produto no mercado, uma vez que a demanda aumentou mundialmente.

Essa situação tem impactado a economia, as relações sociais em todo o mundo, e inserido no mundo jurídico diversas implicações, especialmente no que tange às relações contratuais. Diante do atual cenário, uma das importantes questões envolve as contratações públicas, tendo em vista a premente necessidade de os governos agirem com rapidez para atender os anseios da população.

Nesse sentido, foi instituído no âmbito Federal com repercussão nos demais, a Lei nº 13.979/2020 que, apesar de não afastar o regime de contratação da Lei nº 8.666/1993, estabelece condições de exceção em função do momento excepcional.

Prevê o artigo 4º da referida Lei que "é dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei."

Dessa forma, considerando o crescente número de casos, a realidade do Município e da Região, bem como a necessidade da utilização de equipamentos de proteção individual aos servidores que atuam na Secretaria Municipal de Saúde, para que possam proteger/minimizar o contágio e os riscos, a aquisição por meio desta dispensa de licitação se faz imprescindível para assegurar as medidas de enfrentamento da doença.

Diante do exposto, justifica-se a presente dispensa de licitação, a qual está pautada na situação de emergência decorrente da disseminação do Covid-19.

2.1 DO FUNDAMENTO LEGAL

Em conformidade com o que prevê o art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Face a situação excepcional de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo COVID-19, foi editada a Lei federal nº 13.979/2020 (alterada pelas Medidas Provisórias nºs 926/2020, 927/2020, 928/2020 e 951/2020), que traz ao ordenamento jurídico novas regras/possibilidades para as contratações públicas.

Nesse sentido, destacamos o disposto no art. 4º e 4º "B", inciso I a IV, in verbis:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória 926/2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória 926/2020)

III - existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória 926/2020)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Assim, as condições necessárias para a contratação do objeto da presente licitação são compatíveis com a legislação vigente, não havendo óbice à contratação.

3. DA EMPRESA CONTRATADA

CIM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.235.138/0001-91, estabelecida na 3ª Avenida, nº 1145, Sala 01, Centro, no Município de Balneário Camboriú, CEP 88330-096, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Henrique Machado, portador da Carteira de Identidade nº 564500045 e CPF nº 028.798.179-78, residente e domiciliada na cidade de Balneário Camboriú-SC.

3.1 DA JUSTIFICATIVA PELA ESCOLHA DA CONTRATADA

Na presente dispensa de licitação temporária, vigente enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) a escolha da contratada deu-se em razão do valor, conforme estimativa de preços obtidos.

Ainda, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com a média do mercado específico, obtida através de consulta do "Painel COVID-19", uma plataforma desenvolvida pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (um Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa) que reúne dados das necessidades e das disponibilidades de bens, serviços e insumos para a prevenção e tratamento do Covid-19. Dessa forma, os fornecedores foram escolhidos, considerando o menor preço apresentado dentro do valor de mercado e a disponibilidade de entrega do produto, sendo que outros fornecedores não teriam o produto para entrega imediata conforme a situação exige.

4. DO VALOR CONTRATADO

4.1 Fica contratado o valor total de R\$ 3.801,70 (três mil e oitocentos e um reais e setenta centavos) referente a aquisição dos seguintes itens, suficientes ao atendimento da demanda no momento:

Item	Descrição	Uni.	Marca	Qtde.	Unit. R\$	Total R\$
01	PROTETOR FACIAL INCOLOR HOSPITALAR, Deve atender a normativa da ANVISA	Unid.	UMP	30	R\$ 29,90	R\$ 897,00
02	Luvas nitrílicas TAM P (Caixa com 100 unidades)	Cx	VOLK	28	R\$ 31,90	R\$ 893,20
03	Luvas nitrílicas TAM M (Caixa com 100 unidades)	Cx	VOLK	40	R\$ 31,90	R\$ 1.276,00
04	Luvas nitrílicas TAM G (Caixa com 100 unidades)	Cx	VOLK	20	R\$ 31,90	R\$ 638,00
05	Óculos de proteção incolor	Unid.	POLI-FERR	25	R\$ 3,90	R\$ 97,50
TOTAL (R\$)						R\$ 3.801,70

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 Trata-se de bem comum a ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979/20.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O contrato terá vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

6.2 A execução do contrato será iniciada imediatamente após a sua publicação, na forma que segue:

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1 O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento em remessa única no seguinte endereço: Rua Carlos Gomes, 250, Centro, Jaborá-SC, CEP 89677-000.

7.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Dispensa e na proposta.

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Dispensa e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.3.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações da Contratante:

8.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

8.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja

substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Dispensa e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Dispensa e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Dispensa, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, a servidora Rafaela Elise Parizotto Massarolo será designada como fiscal do presente contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento do material ora adquirido, acompanhado de Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12. DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

13.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.2 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

13.3 O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso.

13.4 A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas com recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde, sob a seguinte classificação:

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ
Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
13 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0038 – Aplicações Diretas

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n. 13.979/2020, na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

Jaborá (SC), em 05 de maio de 2020.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 06/05/2020.

MUNICÍPIO DE JABORÁ
Adelir Manoel Inácio
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2020 TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2020 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ/SC

Publicação Nº 2466214

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2020
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ/SC

1 – DO OBJETO/PROPOSTA

1.1 AQUISIÇÃO DE TOUCAS DESCARTÁVEIS PARA USO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 – DA JUSTIFICATIVA

O ano de 2020 teve início com a notícia da descoberta de um novo vírus causador de doença pulmonar grave, conhecido como o Novo Coronavírus (Covid-19).

Após contaminar inicialmente pessoas na China, tal vírus alastrou-se pelo mundo todo, sendo detectado em diversos países. Como consequência da disseminação, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o nível de contaminação à pandemia. Nesta data já havia registros de contaminação em 115 países.

No Brasil o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no final de fevereiro. De lá para cá, o País registra até o momento 66.896 casos da doença. No Estado de Santa Catarina, os dois primeiros casos foram registrados no dia 12 de março, e atualmente já somam 1.476 casos de Covid-19, com 44 mortes.

Já em nosso Município, o primeiro caso confirmado foi registrado no dia 22 de abril, tendo o Município na data de hoje, 05 de maio, 06 casos registrados. Não obstante aos primeiros casos registrados em Jaborá, o que se observa na região é um crescimento quase que desordenado, dia após dia, do número de infectados pela doença.

Atualmente a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município, sendo que a utilização dos equipamentos de proteção individual são essenciais para todos os profissionais de saúde, e que o fornecimento dos mesmos é de responsabilidade da Administração Municipal;

Em se tratando de uma pandemia, o Fundo Municipal de Saúde não estava preparado para um uso tão acentuado do referido item, o que levou a falta do produto no mercado, uma vez que a demanda aumentou mundialmente.

Essa situação tem impactado a economia, as relações sociais em todo o mundo, e inserido no mundo jurídico diversas implicações, especialmente no que tange às relações contratuais. Diante do atual cenário, uma das importantes questões envolve as contratações públicas, tendo em vista a premente necessidade de os governos agirem com rapidez para atender os anseios da população.

Nesse sentido, foi instituído no âmbito Federal com repercussão nos demais, a Lei nº 13.979/2020 que, apesar de não afastar o regime de contratação da Lei nº 8.666/1993, estabelece condições de exceção em função do momento excepcional.

Prevê o artigo 4º da referida Lei que “é dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.”

Dessa forma, considerando o crescente número de casos, a realidade do Município e da Região, bem como a necessidade da utilização de equipamentos de proteção individual aos servidores que atuam na Secretaria Municipal de Saúde, para que possam proteger/minimizar o contágio e os riscos, a aquisição por meio desta dispensa de licitação se faz imprescindível para assegurar as medidas de enfrentamento

da doença.

Diante do exposto, justifica-se a presente dispensa de licitação, a qual está pautada na situação de emergência decorrente da disseminação do Covid-19.

2.1 DO FUNDAMENTO LEGAL

Em conformidade com o que prevê o art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Face a situação excepcional de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo COVID-19, foi editada a Lei federal nº 13.979/2020 (alterada pelas Medidas Provisórias nºs 926/2020, 927/2020, 928/2020 e 951/2020), que traz ao ordenamento jurídico novas regras/possibilidades para as contratações públicas.

Nesse sentido, destacamos o disposto no art. 4º e 4º "B", inciso I a IV, in verbis:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória 926/2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória 926/2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória 926/2020)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Assim, as condições necessárias para a contratação do objeto da presente licitação são compatíveis com a legislação vigente, não havendo óbice à contratação.

3. DA EMPRESA CONTRATADA

BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.103.122/0001-90, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, 979, Sala 01, Centro, no Município de Concórdia, SC, neste ato representado pelo Sr. Luciano Antonio Grunitzhy, portador da Carteira de Identidade nº 3.436.955 e CPF nº 019.983.249-82 residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC.

3.1 DA JUSTIFICATIVA PELA ESCOLHA DA CONTRATADA

Na presente dispensa de licitação temporária, vigente enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) a escolha da contratada deu-se em razão do valor, conforme estimativa de preços obtidos.

Ainda, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com a média do mercado específico, obtida através de consulta do "Painel COVID-19", uma plataforma desenvolvida pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (um Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa) que reúne dados das necessidades e das disponibilidades de bens, serviços e insumos para a prevenção e tratamento do Covid-19. Dessa forma, os fornecedores foram escolhidos, considerando o menor preço apresentado dentro do valor de mercado e a disponibilidade de entrega do produto, sendo que outros fornecedores não teriam o produto para entrega imediata conforme a situação exige.

4. DO VALOR CONTRATADO

4.1 Fica contratado o valor total de R\$ 816,00 (oitocentos e dezesseis reais) referente a aquisição dos seguintes itens, suficientes ao atendimento da demanda no momento:

Item	Descrição	Uni.	Marca	Qtde.	Unit. R\$	Total R\$
01	TOUCA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 Unidades	Pacote	Talge	50	R16,32	R\$ 816,00
TOTAL (R\$)						R\$ 816,00

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 Trata-se de bem comum a ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979/20.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O contrato terá vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

6.2 A execução do contrato será iniciada imediatamente após a sua publicação, na forma que segue:

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1 O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento em remessa única no seguinte endereço: Rua Carlos Gomes, 250, Centro, Jaborá-SC, CEP 89677-000.

7.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Dispensa e na proposta.

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Dispensa e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.3.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações da Contratante:

8.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

8.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Dispensa e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Dispensa e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Dispensa, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, a servidora Rafaela Elise Parizotto Massarolo será designada como fiscal do presente contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento do material ora adquirido, acompanhado de Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12. DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

13.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.2 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

13.3 O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso.

13.4 A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas com recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde, sob a seguinte classificação:

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

13 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0038 – Aplicações Diretas

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.029 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

57 - 3.3.90.00.00.00.00.01.00540 – Aplicações Diretas

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n. 13.979/2020, na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

Jaborá (SC), em 05 de maio de 2020.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 06/05/2020.

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020-FMS

Publicação Nº 2466025

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS nº 007/2020-FMS

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.828/2020, formada pelos membros Felipe Kutzner, Saulo de Oliveira Miranda e Silvia Regina Bonatto Curty, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Tomada de Preços nº 007/2020-FMS, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Mathilde Sebold Blunk, localizado na Rua Ingo Blunk, nº 110, no Bairro Estrada Nova, UBS Anna Petri Pedri, localizado na Rua Emília Prestini Gascho, nº 101, no Bairro Santa Luzia e UBS Reinholdo Wuerger, localizado na Rua Érico Negherbon, nº 76, no Bairro Chico de Paulo. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA	Taynara Umlauf	089.616.249-46
GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI	Gabriel Aaron Luiz	090.025.559-54
OMVS CONSTRUTORA LTDA	Sem representante	xxxxxxxxx
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Sem representante	xxxxxxxxx
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP	Alessandro Truppel Machado	890.558.459-49

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA	45	Sem numeração
GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI	61	Sem numeração
OMVS CONSTRUTORA LTDA	46	Numeradas
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	48	Numeradas
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP	48	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações, a Comissão declara INABILITADA a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA, por não atender o item 6.1, letra k, pois a comprovação de capacidade técnico-profissional através de acervo técnico não corresponde ao profissional registrado no quadro permanente da empresa e declara as demais proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital.

Os representantes presentes questionaram o balanço patrimonial apresentado pela SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA sendo que a comissão realizou consulta com a servidora pública, contadora Juceli Cristina Laube Alves, e entendeu por manter a habilitação da empresa visto que a mesma apresentou o balanço patrimonial, via Speed, na forma da lei.

Dando prosseguimento a comissão informa aos representantes presentes que em função da inabilitação da empresa citada, está suspendendo a sessão e na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes". Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

Felipe Kutzner	
Saulo de Oliveira Miranda	
Silvia Regina Bonatto Curty	
Taynara Umlauf	
Gabriel Aaron Luiz	
Alessandro Truppel Machado	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020-FMS

Publicação Nº 2466027

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS nº 008/2020-FMS

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, com início às catorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.830/2020, formada pelos membros Felipe Kutzner, Saulo de Oliveira Miranda e Silvia Regina Bonatto Curty, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Tomada de Preços nº 008/2020-FMS, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Germano Hornburg e Serviço de Atenção Domiciliar SAD, localizados na Rua Roberto Ziemann nº 841, no Bairro Czerniewicz, UBS Rosivaldo Inosoja de Farias, localizado na Rua Francisco Jacomini nº 211, no Bairro Boa Vista e UBS Amabile

Pedrotti, localizado na Rua Adolfo Antonio Emmerdoerfer nº 2675, no Bairro Rio Molha. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI	Cristina Isabel Voltolini Vacchi	890.285.469-87
CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA	Taynara Umlauf	089.616.249-46
GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI	Gabriel Aaron Luiz	090.025.559-54
OMVS CONSTRUTORA LTDA	Sem representante	xxxxxxxxxx
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Sem representante	xxxxxxxxxx

Presente a sessão o servidor Eduardo Severo Pinheiro, do FMS. Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI	41	Numeradas
CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA	48	Sem numeração
GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI	61	Sem numeração
OMVS CONSTRUTORA LTDA	46	Numeradas
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	51	Numeradas

Após análise criteriosa das Habilitações, a Comissão declara INABILITADAS as empresas OMVS CONSTRUTORA LTDA, por não atender o item 6.1, letra k, pois a comprovação de capacidade técnico-profissional através de acervo técnico não corresponde ao profissional registrado no quadro permanente da empresa e GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI por não apresentar a comprovação da capacidade técnico-operacional através de atestado para a quantidade mínima solicitada no item J.2 Execução de pavimento em piso intertravado de concreto e declara as demais proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A empresa ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI apresentou a certidão municipal vencida em 05/04/2020, mas no seu direito de ME tem o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para regularizar a sua documentação caso seja declarada vencedora do certame. Os representantes presentes questionaram o balanço patrimonial apresentado pela SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA sendo que a comissão realizou consulta prévia com a servidora pública, contadora Juceli Cristina Laube Alves, e entendeu por manter a habilitação da empresa visto que a mesma apresentou o balanço patrimonial, via Speed, na forma da lei. Dando prosseguimento a comissão informa aos representantes presentes que em função da inabilitação da empresa citada, está suspendendo a sessão e na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes". Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

Felipe Kutzner	
Saulo de Oliveira Miranda	
Silvia Regina Bonatto Curty	
Taynara Umlauf	
Gabriel Aaron Luiz	
Cristina Isabel Voltolini Vacchi	
Eduardo Severo Pinheiro	

ATA DE JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020-FMS

Publicação Nº 2466023

ATA DE JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS nº 006/2020-FMS

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, com início às onze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.826/2020, formada pelos membros Felipe Kutzner, Saulo de Oliveira Miranda e Silvia Regina Bonatto Curty, para sob a presidência do primeiro, procederem o julgamento dos envelopes 01 - Habilitações referentes a Tomada de Preços nº 006/2020-FMS, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Santo Estevão, localizado na Rodovia JGS 461, nº 1788, no Bairro Santo Estevão, UBS Ricardo Roeder, localizado na Rodovia SC 110 KM 26, no Bairro Rio Cerro II e UBS Cirilo Reinke, localizado na Rua George Reinke nº 863, no Bairro Rio da Luz, das seguintes empresas:

Proponentes
Construtora e Incorporadora Global Eireli Epp
Cubica Construções Ltda
Omvs Construtora Ltda
Sovrana Engenharia e Construções Ltda
Vattaro Construções Eireli Epp

Após análise criteriosa das Habilitações a Comissão declara INABILITADAS as empresas CONSTRUTORA E INCORPORADORA GLOBAL EIRELI EPP, por não atender o item J.2 apresentando o atestado de capacidade técnico-operacional sem o acompanhamento do acervo técnico; por não atender o item m pois a Declaração não estava assinada pelo profissional e por não atender ao item p) o Ato constitutivo apresentado não está consolidado e OMVS CONSTRUTORA LTDA, por não atender o item 6.1, letra k, pois a comprovação de capacidade técnico-profissional através de acervo técnico não corresponde ao profissional registrado no quadro permanente da empresa e declara as demais proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta.

Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes". Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

Felipe Kutzner	
Saulo de Oliveira Miranda	
Silvia Regina Bonatto Curty	

DECRETO Nº 13.826/2020

Publicação Nº 2465961

D E C R E T O Nº 13.826/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 82006; e SILVIA REGINA BONATTO CURTY, matrícula 10237, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020-FMS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Santo Estevão, localizada na Rodovia JGS 461, Nº 1788, no bairro Santo Estevão; na UBS Ricardo Roeder, localizada na Rodovia SC 110, KM 26, no bairro Rio Cerro II; e na UBS Cirilo Reinke, localizada na Rua George Reinke, Nº 863, no bairro Rio da Luz, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.827/2020

Publicação Nº 2465962

D E C R E T O Nº 13.827/2020

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 006/2020-FMS, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Santo Estevão, localizada na Rodovia JGS 461, Nº 1788, no bairro Santo Estevão; na UBS Ricardo Roeder, localizada na Rodovia SC 110, KM 26, no bairro Rio Cerro II; e na UBS Cirilo Reinke, localizada na Rua George Reinke, Nº 863, no bairro Rio da Luz;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal FELIPE KUTZNER, matrícula 9741, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 006/2020-FMS com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal CLEYSON STEIN, matrícula 82029, Gerente Administrativo, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 006/2020-FMS com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.828/2020

Publicação Nº 2465963

D E C R E T O Nº 13.828/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 82006; e SILVIA REGINA BONATTO CURTY, matrícula 10237, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020-FMS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Mathilde Sebold Blunk, localizada na Rua Ingo Blunk, Nº 110, no bairro Estrada Nova; na UBS Anna Petri Pedri, localizada na Rua Emília Prestini Gascho, Nº 101, no bairro Santa Luzia; e na UBS Reinholdo Wuerger, localizada na Rua Érico Negherbon, Nº 76, no bairro Chico de Paulo, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.829/2020

Publicação Nº 2465964

D E C R E T O Nº 13.829/2020

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 007/2020-FMS, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Mathilde Sebold Blunk, localizada na Rua Ingo Blunk, Nº 110, no bairro Estrada Nova; na UBS Anna Petri Pedri, localizada na Rua Emília Prestini Gascho, Nº 101, no bairro Santa Luzia; e na UBS Reinholdo Wuerger, localizada na Rua Érico Negherbon, Nº 76, no bairro Chico de Paulo;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal EDUARDO SEVERO PINHEIRO, matrícula 113846, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 007/2020-FMS com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal CLEYSON STEIN, matrícula 82029, Gerente Administrativo, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 007/2020-FMS com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.830/2020

Publicação Nº 2465967

D E C R E T O Nº 13.830/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 82006; e SILVIA REGINA BONATTO CURTY, matrícula 10237, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020-FMS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Germano Hornburg e no Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), localizados na Rua Roberto Ziemann, Nº 841, no bairro Czerniewicz; na UBS Rosivaldo Inosoja de Farias, localizada na Rua Francisco Jacomini, Nº 211, no bairro Boa Vista; e na UBS Amabile Pedrotti, localizada na Rua Adolfo Antônio Emmendoerfer, Nº 2675, no bairro Rio Molha, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.831/2020

Publicação Nº 2465969

D E C R E T O Nº 13.831/2020
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 008/2020-FMS, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Germano Hornburg e no Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), localizados na Rua Roberto Ziemann, Nº 841, no bairro Czerniewicz; na UBS Rosivaldo Inosoja de Farias, localizada na Rua Francisco Jacomini, Nº 211, no bairro Boa Vista; e na UBS Amabile Pedrotti, localizada na Rua Adolfo Antônio Emmendoerfer, Nº 2675, no bairro Rio Molha;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARIO HENRIQUE TOMITA, matrícula 113845, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 008/2020-FMS com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal CLEYSON STEIN, matrícula 82029, Gerente Administrativo, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 008/2020-FMS com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.832/2020

Publicação Nº 2465971

D E C R E T O Nº 13.832/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 82006; e SILVIA REGINA BONATTO CURTY, matrícula 10237, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020-FMS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de ampliação e reforma, contemplando a adequação de acessibilidade na UBS Claudemir José Wittkoski, localizada na Rua Irmão Leandro, Nº 3265, no bairro Tifa Martins, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.833/2020

Publicação Nº 2465973

D E C R E T O Nº 13.833/2020
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 009/2020-FMS, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de ampliação e reforma, contemplando a adequação de acessibilidade na UBS Claudemir José Wittkoski, localizada na Rua Irmão Leandro, Nº 3265, no bairro Tifa Martins;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal EDUARDO SEVERO PINHEIRO, matrícula 113846, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 009/2020-FMS com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal CLEYSON STEIN, matrícula 82029, Gerente Administrativo, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 009/2020-FMS com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.834/2020

Publicação Nº 2465976

D E C R E T O Nº 13.834/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais OTONIEL DA SILVA, matrícula 82058; FÁBIO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 8510; e MARILENE GIESE, matrícula 11135, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 45/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma de

edificação em alvenaria, medindo 2.699,89m², onde funciona o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado na Rua Cesare Valentini, Nº 200, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.835/2020

Publicação Nº 2465977

D E C R E T O Nº 13.835/2020
Designa Fiscal de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 45/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma de edificação em alvenaria, medindo 2.699,89m², onde funciona o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado na Rua Cesare Valentini, Nº 200, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, matrícula 11269, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 45/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.836/2020

Publicação Nº 2465978

D E C R E T O Nº 13.836/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.002.12.361.350.1.147 - Reformar EMEB Maria Nilda Salai

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.002.134 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.36.0066 - SF - Salário Educação R\$ 90.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Salário Educação, no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.837/2020

Publicação Nº 2465980

D E C R E T O Nº 13.837/2020

Declara de Utilidade Pública Imóvel de CELSO MARIO BERTOLI E TEREZA WERNER BERTOLI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 021/2020/Semplu/GDU, de 30 de abril de 2020, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 120/2020/Semplu, de 04 de maio de 2020, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de rotatória na BR 280 - Rodovia Federal Prefeito Engelbert Oechsler, para acesso às Ruas 250 - Carlos Hardt e 251 - João Wiest Júnior, no bairro Água Verde;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 658,87m2, sem benfeitorias, constante da parcela D-02, com os demais dados identificativos na MI Nº 77.442, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 41.827, situada à BR 280 - Rodovia Federal Prefeito Engelbert Oechsler, bairro Água Verde, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de CELSO MARIO BERTOLI E TEREZA WERNER BERTOLI.

Art.2º O imóvel a que se refere o artigo precedente, representado na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de rotatória na BR 280 - Rodovia Federal Prefeito Engelbert Oechsler, para acesso às Ruas 250 - Carlos Hardt e 251 - João Wiest Júnior, no bairro Água Verde.

Art.3º Fica isento da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o imóvel objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.838/2020

Publicação Nº 2465983

D E C R E T O Nº 13.838/2020

Declara de Utilidade Pública Área de DÁRIO DREWS E JANIRA APARECIDA PEDRI DREWS.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 023/2020/Semplu/GDU, de 04 de maio de 2020, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 122/2020/Semplu, de 04 de maio de 2020, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação e melhoria do sistema de tratamento de esgoto do Município de Jaraguá do Sul, compreendendo a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto no bairro Ilha da Figueira, objetivando a ampliação da capacidade de tratamento daquela região e a implantação de novas redes coletoras de esgoto sanitário, compreendendo os bairros Santa Luzia, João Pessoa, Vieira e Centenário;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 12.958,65m2, parte do imóvel contendo a área

total de 38.750,00m², com os demais dados identificativos na MI Nº 444, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 28.670, situada à Rua 10 - José Theodoro Ribeiro, bairro Ilha da Figueira, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de DÁRIO DREWS E JANIRA APARECIDA PEDRI DREWS.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso público especial, e destinar-se-á à ampliação e melhoria do sistema de tratamento de esgoto do Município de Jaraguá do Sul, compreendendo a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto no bairro Ilha da Figueira, objetivando a ampliação da capacidade de tratamento daquela região e a implantação de novas redes coletoras de esgoto sanitário, compreendendo os bairros Santa Luzia, João Pessoa, Vieira e Centenário.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.839/2020

Publicação Nº 2465984

D E C R E T O Nº 13.839/2020

Dispõe Sobre a Suspensão das Atividades Executadas pelos Servidores Admitidos em Caráter Temporário no Âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Jaraguá do Sul em Face da Pandemia da COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos XI e XII, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO as motivações dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO que tais situações exigem da Administração Pública uma pluralidade de providências relacionadas direta ou indiretamente com a pandemia;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores, que tiveram por consequência a suspensão, total ou parcial, de atividades econômicas no território catarinense;

CONSIDERANDO os impactos sobre a atividade econômica do Município causados pelas medidas de prevenção e enfrentamento da COVID-19, o que acarretará uma considerável diminuição na arrecadação dos tributos estaduais e municipais, até o final do ano, exigindo a adoção de medidas emergenciais para garantir a manutenção dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO que, no país, estão suspensas todas as competições e atividades esportivas nacionais e internacionais como medida preventiva à disseminação da COVID-19;

DECRETA :

Art.1º Ficam suspensas, a partir do dia 04 de maio de 2020, as atividades desenvolvidas pelos servidores admitidos em caráter temporário no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Jaraguá do Sul.

§1º A suspensão poderá ser total ou parcial, conforme a necessidade das unidades administrativas do Poder Executivo.

§2º Durante esse período, também será suspenso o pagamento da remuneração e a vigência do contrato de trabalho.

§3º Diante das considerações que fundamentam o presente Decreto, as unidades administrativas informarão àqueles que tiverem seus contratos suspensos via correio eletrônico.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2020.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 78/2020 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação N° 2466029

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 78/2020
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento e instalação de materiais elétricos a serem utilizados na revitalização da Iluminação Pública do Município de Jaraguá do Sul, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II – Minuta do Contrato, Anexo IV – Termo de Referência, Anexo VIII – Projeto Básico, e demais Anexos que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

DATA, HORA E LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 10 de junho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.160.595,00 (seis milhões cento e sessenta mil quinhentos e noventa e cinco reais).

Jaraguá do Sul (SC), 14 de abril de 2020.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO – CONTRATO N.º 68/2020

Publicação N° 2465889

EXTRATO – CONTRATO N.º 68/2020
ISSEM

PARTES: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70) e Thyssenkrupp Elevadores S/A (CNPJ nº 90.347.840/0034-86).

Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do elevador do Issem.

VALOR: R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais.

PRAZO DE FORNECIMENTO: 04/05/2020 a 31/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann, Paula Machado de Aquino e Geovane Costa da Rosa.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 65/2020

Publicação N° 2465878

EXTRATO – CONTRATO N° 65/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Médica Luma SSP – CNPJ 07.499.369/0001-30

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 25/04/2020.

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Lucia Tabim de Oliveira

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 66/2020

Publicação Nº 2465882

EXTRATO – CONTRATO Nº 66/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Centro de Tomografia Joinville Ltda – CNPJ 03.793.804/0001-83
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 27/04/2020.
DATA DA ASSINATURA: 20/04/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Edwin Schoosland

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 67/2020

Publicação Nº 2465886

EXTRATO – CONTRATO Nº 67/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Pró-Gerar Clínica Médica SS Ltda – CNPJ 07.687.974/0001-34
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 26/04/2020.
DATA DA ASSINATURA: 20/04/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Luís Fernando da Silva Rodrigues

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO Nº 69/2020

Publicação Nº 2465894

EXTRATO – CONTRATO Nº 69/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul – CNPJ 12.846.027/0001-89
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/05/2020.
DATA DA ASSINATURA: 28/04/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Maurício José Souto-Maio

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 70/2020

Publicação N° 2465895

EXTRATO – CONTRATO N° 70/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Godoy Serviços Médicos – CNPJ 28.313.677/0001-07

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 18/05/2020.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Eduardo Duarte Pinto Godoy

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 71/2020

Publicação N° 2465898

EXTRATO – CONTRATO N° 71/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Alluz Diagnóstico por Imagem Ltda – CNPJ 35.661.963/0001-10

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 18/05/2020.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Gustavo Gonçalves Piacente

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONTRATO N° 72/2020

Publicação N° 2465899

EXTRATO – CONTRATO N° 72/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clinivita Eireli – CNPJ 05.856.415/0001-85

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 10/05/2020.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Ricardo Murilo Cidade

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 73/2020

Publicação N° 2465900

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 73/2020
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Fórmula Certa Farmácia De Manipulação e Drogaria Ltda – Matriz (CNPJ nº 10.285.969/0001-00).
OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.
VIGÊNCIA: de 11/05/2020 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 05/05/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Fernanda Regina de Souza e Silva Garcia

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 74/2020

Publicação Nº 2465904

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 74/2020
ISSEM

CONVENENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONVENIADO: Fórmula Certa Farmácia De Manipulação e Drogaria Ltda – Filial (CNPJ nº 10.285.969/0002-90).
OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.
VIGÊNCIA: de 11/05/2020 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 05/05/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Fernanda Regina de Souza e Silva Garcia

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

LEI Nº 8.315/2020

Publicação Nº 2465953

LEI Nº 8.315/2020

Autoriza o Município de Jaraguá do Sul a Receber, por Doação, do Instituto Jaraguá do Sul de Turismo & Eventos, Aporte de Investimento em Infraestrutura, Materiais de Construção, Arborização, Ajardinamento, Além de Outros que Porventura Venham a Ser Necessários, Bem Como a Execução dos Mesmos, Com o Fornecimento de Materiais e Serviços, Para a Implantação do Parque Municipal Ambiental "Parque da Inovação".

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Município de Jaraguá do Sul autorizado a receber, por doação, do Instituto Jaraguá do Sul de Turismo & Eventos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 05.636.328/0001-12, com sede à Rua Jorge Czerniewicz, Nº 160, sala 143, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, materiais complementares para a implantação do Parque Municipal Ambiental "Parque da Inovação".

Art.2º Os materiais de construção, arborização e ajardinamento de que trata o artigo 1º desta Lei, quanto a execução dos mesmos, com o fornecimento de materiais e serviços, serão realizados em conformidade com a Planilha Orçamentária, na forma do Anexo Único que integra a presente Lei, com custo estimado de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art.3º A fiscalização dos serviços e das obras de que trata o artigo 2º, desta Lei, será de responsabilidade do Município de Jaraguá do Sul.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.315/2020 - ANEXO

Publicação Nº 2465956

LEI MUNICIPAL Nº 8.315/2020

ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.315/2020

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único da Lei Municipal Nº 8.315/2020 encontra-se disponível no link abaixo:

<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=22880>

LEI Nº 8.316/2020

Publicação Nº 2465957

LEI Nº 8.316/2020

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 8.307/2020, de 28 de Abril de 2020, que Autoriza o Poder Executivo Municipal, Através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a Celebrar Convênio com a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - SC - HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 4º, da Lei Municipal Nº 8.307/2020, de 28/04/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, neste exercício, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.003.83 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.2.38.0639 - Programa de Trabalho

10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus

Valor: R\$ 851.454,15”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N.º 244/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2466387

PORTARIA N.º 244/2020 – ISSEM

De 04/05/2020.

Nomeia candidato aprovado no Concurso Público n.º 01/2019

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), por meio do seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV do art. 17, da Lei Complementar Municipal (LCM) Nº 217/2018, de 20 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público n.º 001/2019-Issem para o provimento de cargos pertencentes ao quadro de pessoal do Issem;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR e CONVOCAR o seguinte candidato:

Cargo	Candidato	Classif.
Inscrição		
Técnico em Contabilidade:		
47904-7	PRISCILA CRISTINY DE ARAUJO SILVA MIRANDA	2º

Art. 2º O candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste ato de nomeação, para comparecer, pessoalmente ou por intermédio de procurador habilitado, mediante procuração com poderes específicos, pública ou particular com firma reconhecida em cartório, ao setor de Recursos Humanos do Issem, situado na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Vila Baependi, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP n.º 89.256-000, no horário compreendido das 8 h às 12 h e das 13 h às 16 h, para apresentação e entrega de cópia dos documentos abaixo relacionados, autenticados ou acompanhados dos originais:

- I – 2 (duas) fotografias 3X4 recentes;
- II – Carteira de Identidade (RG);
- III – Cadastro da Pessoa Física (CPF);
- IV – Título de Eleitor e comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais (crimes eleitorais e quitação eleitoral – www.tse.gov.br);
- V – Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- VI – Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
- VII – Atestado de vacinação dos filhos menores de 14 (catorze) anos;
- VIII – Carteira de reservista para os nomeados do sexo masculino;
- IX – Comprovação de quitação com as obrigações militares;
- X – Comprovação do nível de escolaridade exigido nos termos do Edital de Concurso n.º 01/2019 até a data da posse;
- XI – Comprovação de estar regularmente registrado no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso (comprovante de registro e certidão negativa de débitos);
- XII – Comprovante de endereço.
- XIII – Comprovação de nacionalidade brasileira, para os naturalizados;
- XIV – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- XV – PIS/PASEP;
- XVI – Certidão de tempo de serviço que tenha prestado a outros órgãos para os quais não havia necessidade de registro em carteira profissional;
- XVII – Cópia da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) do regime geral de previdência social (RGPS), quando couber;
- XVIII – Declaração de bens conforme Anexo I desta Portaria, podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
- XIX – Declaração de acumulação de cargo, emprego ou função na Administração Pública Municipal, Estadual e/ou Federal, conforme o Anexo II desta Portaria;
- XX – Certidão negativa de ações cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e Federal do Estado de Santa Catarina e do Estado de residência atual do candidato;
- XXI – Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa e/ou não ter sido condenado em processo disciplinar no exercício de função pública, conforme Anexo III desta Portaria, e Certidão do Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br);
- XXII – Declaração de não participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não e de não exercer comércio, conforme Anexo IV desta Portaria;
- XXIII – Declaração de percepção de aposentadoria decorrente do exercício de função pública, conforme Anexo V desta Portaria;
- XXIV – Comprovação de aptidão de saúde física e mental de capacidade laboral, através de laudos médicos e exames laboratoriais particulares, custeados pelo candidato nomeado, necessários para o exercício do cargo, quais sejam:
 - a) hemograma, realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
 - b) glicemia de jejum (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
 - c) sorologia para Lues (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
 - d) parcial de urina (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
 - e) RX do Tórax (realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias);
 - f) avaliação cardiológica, com eletrocardiograma (ECG) e laudo aos candidatos com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos, realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
 - g) preventivo ginecológico, para o sexo feminino, realizado no prazo máximo de 10 (dez) meses ou comprovante de andamento;
 - h) preventivo de próstata, para o sexo masculino acima de 40 (quarenta) anos, realizado no prazo máximo de 10 (dez) meses ou comprovante de andamento;
 - i) esquema antitetânico em dia ou iniciado na ocasião;
 - j) vacina anti-rubéola;
 - k) vacina anti-hepatite, aos profissionais da área da saúde.

Art. 3º Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais nomeados neste edital também deverão apresentar laudo e/ou atestado médico atualizado, emitido há menos de 30 (trinta) dias, identificando o tipo de deficiência ou disfunção.

Art. 4º Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento acima relacionado acarretará o não cumprimento dos termos desta Portaria de Nomeação.

Art. 5º Apresentados os documentos acima relacionados, o candidato será encaminhado ao Médico do Trabalho, o qual poderá solicitar exames complementares.

Art. 7º A prorrogação prevista na LC nº 154/2014, Art. 16, § 1º, só poderá ser requerida pelo candidato mediante pedido fundamentado que justifique a postergação do prazo, a qual será decidida a critério da administração.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul/SC, em 4 de maio de 2020.

MÁRCIO ERDMANN
Presidente do Issem

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE BENS

NOME: _____
 CÉDULA DE IDENTIDADE Nº: _____ CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) Nº _____
 CARGO: _____

DISCRIMINAÇÃO DOS BENS:

Discriminação	Valor da aquisição	Valor atual

() NÃO POSSUO BENS

Declaro que as informações aqui contidas são expressão da verdade.

Data: ____/____/2019.

Assinatura: _____

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICOS

Nome: _____
 Identidade: _____ CPF: _____
 Cargo: _____

Acumula cargo, emprego, proventos ou função pública? _____							
							(Sim ou Não)
Se positivo, prestar as informações seguintes:							
Informações sobre cargo, emprego ou função pública:							
Nome do cargo/ emprego/ função pública:							
Data de ingresso:							
Órgão/Entidade:							
Carga horária mensal:							
Verificação da compatibilidade de horários:							
Cargo/ Emprego/ Função púb.	Horário						
	DOM.	SEG.	TER.	QUA.	QUI.	SEX.	SÁB.
	/	/	/	/	/	/	/
	/	/	/	/	/	/	/
	/	/	/	/	/	/	/
	/	/	/	/	/	/	/
Declaração							
Estou ciente da proibição de acumulação de cargos, empregos e funções dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, incluindo-se autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista.							

Estou ciente de que qualquer omissão constitui presunção de má-fé, razão pela qual ratifico que a presente declaração é verdadeira, haja vista que constitui crime, previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE NÃO IMPROBIDADE OU PROCESSO DISCIPLINAR

Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para fins de empossamento no cargo público de _____, junto ao Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, para o qual fui aprovado através do Concurso Público nº 01/2019, NÃO HAVER sofrido as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa e/ou NÃO HAVER sido condenado em processo disciplinar, no exercício de cargo, emprego ou função pública

Declaro que as informações aqui contidas são expressão da verdade.

Data: ____/____/2019.

Assinatura: _____

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADE PRIVADA

Nome: _____

Identidade: _____ CPF: _____

Cargo: _____

Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais

DECLARO, nos termos dos artigos 18, inciso III, e 174, inciso XVI, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, NÃO participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não e NÃO exercer comércio, a partir de minha posse no cargo que passarei a exercer neste Município, sob pena prevista no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 20____.

Assinatura

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PERCEPÇÃO DE APOSENTADORIA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para fins de empossamento no cargo público de _____, junto ao Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, para o qual fui aprovado através do Concurso Público nº 01/2019, que:

() Não sou aposentado até a presente data.

() Percebo proventos de aposentadoria, decorrentes do exercício do cargo/emprego/função pública de _____ pelo órgão _____ desde ____/____/____.

Declaro que as informações aqui contidas são expressão da verdade.

Data: ____/____/2019.

Assinatura: _____

PORTARIA Nº 118/2020/SEMAD

Publicação Nº 2465354

PORTARIANº 118/2020/Semad

ARGOS JOSÉ BURGARDT, Secretário Municipal da Administração – Semad, conforme Portaria Nº 616/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, e SINARA ADRIANA LEMOS, matrícula 7897-2, Sindicância Administrativa Nº 022/2019, Portaria inicial Nº 570/2019/Semad, datada de 18 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 040/2020, datado de 27 de abril de 2020, e subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância, por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/04/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 570/2019/Semad, de 18 de novembro de 2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/04/2020.

Jaraguá do Sul, 27 de abril de 2020.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 274/2020

Publicação Nº 2465950

PORTARIANº 274/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 080/2020/Semad-DGP, de 04/05/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, da servidora pública municipal DEISE IARA DE SOUZA SILVA BARBOZA FERNANDES, lotada na Secretaria Municipal da Administração, a partir de 14 de maio de 2020, encerrando-se em 13 de maio de 2022.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 275/2020

Publicação Nº 2465951

PORTARIANº 275/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2020/Semad-DGP, de 04/05/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, do servidor público municipal WILLIAN GERALDO FREIBERGER, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 09 de maio de 2020, encerrando-se em 08 de maio de 2022.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/05/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 276/2020

Publicação Nº 2465952

PORTARIANº 276/2020

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul (Comcidade).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 004/2020/Comcidade, de 29/04/2020, do Conselho Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul (Comcidade);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 28/04/2020, TACIANA TECILLA GESSNER, como conselheira titular, em substituição a Luis Fernando Almeida, para representar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na qualidade de Representante do Poder Público, no Conselho Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul (Comcidade).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 479/2019, de 28/05/2019, no que se refere a designação de Luis Fernando Almeida.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/12/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/04/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA SAMAESU Nº 259/2020

Publicação Nº 2466005

PORTARIA SAMAESU Nº 259/2020

Concede Gozo de Férias

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAÉ DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAÉ de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
Celio Luis Rosa – Auxiliar de Serviços Gerais – Diretoria de Obras	440	02/05/2019 a 01/05/2020	11/05/2020 a 30/05/2020	20	X
Julhierre Alex Zanaqui – Auxiliar de Serviços Gerais – Diretoria de Obras	586	30/04/2018 a 29/04/2019	11/05/2020 a 17/05/2020	07	X

Julhierre Alex Zanaqui – Auxiliar de Serviços Gerais – Diretoria de Obras	586	30/04/2019 a 29/04/2020	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10
--	-----	----------------------------	-----------------	---	----

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 28 de abril de 2020.

EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 260/2020

Publicação Nº 2466006

PORTARIA SAMAEJSU Nº 260/2020
Nomeia Servidor Interinamente

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o memorando nº 528/2020 de 30 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR INTERINAMENTE, a servidora pública municipal LETÍCIA FRANÇA ANDRADE, matrícula 491, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA COMERCIAL, de 18 de maio de 2020 a 1º de junho de 2020, durante as férias da servidora India Nara Pellis Milbratz.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 30 de abril de 2020.

EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 261/2020

Publicação Nº 2466007

PORTARIA SAMAEJSU Nº 261/2020
Arquiva Processo Administrativo Disciplinar isentando servidor de responsabilidade.

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº. 02/2018, instaurado pela Portaria SAMAEJSU nº. 283/2018, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo então Diretor Presidente do Samae, Ademir Izidoro, no referido processo, onde determina: "APROVO E ACOMPANHO INTEGRALMENTE os termos do Relatório Final apresentado pela nobre Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para fins de ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar instaurado em face do servidor SALÉSIO FRANCISCO ROSA, isentando o servidor de responsabilidade."

CONSIDERANDO que, em virtude do devido processo legal, o servidor investigado será devidamente intimado, pessoalmente ou por intermédio de Procurador constituído, da íntegra da decisão ora publicada;

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2018, isentando o servidor Salésio Francisco Rosa de responsabilidade.

Art. 2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de abril de 2020.

EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 262/2020

Publicação Nº 2466008

PORTARIA SAMAESJSU Nº 262/2020

Arquiva Processo Administrativo Disciplinar isentando servidor de responsabilidade.

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº. 03/2018, instaurado pela Portaria SAMAESJSU nº. 284/2018, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo então Diretor Presidente do Samae, Ademir Izidoro, no referido processo, onde determina: "APROVO E ACOMPANHO INTEGRALMENTE os termos do Relatório Final apresentado pela nobre Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para fins de ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar instaurado em face do servidor JULHIERME ALEX ZANAQUI, isentando o servidor de responsabilidade.";

CONSIDERANDO que, em virtude do devido processo legal, o servidor investigado será devidamente intimado, pessoalmente ou por intermédio de Procurador constituído, da íntegra da decisão ora publicada;

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2018, isentando o servidor Julhierre Alex Zanaqui de responsabilidade.

Art. 2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de abril de 2020.

EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 263/2020

Publicação Nº 2466010

PORTARIA SAMAESJSU Nº 263/2020

Arquiva Processo Administrativo Disciplinar isentando servidor de responsabilidade.

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2018, instaurado pela Portaria SAMAESJSU nº. 285/2018, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo então Diretor Presidente do Samae, Ademir Izidoro, no referido processo, onde determina: "APROVO E ACOMPANHO INTEGRALMENTE os termos do Relatório Final apresentado pela nobre Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para fins de ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar instaurado em face do servidor ELEANDRO SANTANA, isentando o servidor de responsabilidade.";

CONSIDERANDO que, em virtude do devido processo legal, o servidor investigado será devidamente intimado, pessoalmente ou por intermédio de Procurador constituído, da íntegra da decisão ora publicada;

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2018, isentando o servidor Eleandro Santana de responsabilidade.

Art. 2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de abril de 2020.

EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 264/2020

Publicação Nº 2466011

PORTARIA SAMAESU Nº 264/2020

Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, estabelece que as perícias para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, deverão ser agendadas como Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 30 de abril de 2020, solicitando afastamento de 4 dias;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor TIAGO VIEIRA DA SILVA, matrícula 587, ocupante do Cargo efetivo de Técnico de Operação de ETA/ETE, lotado na Coordenadoria de Estações de Tratamento de Água, no período de 29 de abril de 2020 a 2 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de abril de 2020.

EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 265/2020

Publicação Nº 2466012

PORTARIA SAMAESU Nº 265/2020

Promove servidor

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, a servidora LETICIA FRANÇA ANDRADE, matrícula 491, para o nível "F", do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de abril de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de abril de 2020.

EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretora Presidente

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 221/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 208/2020

Publicação Nº 2466386

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 221/2020 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 208/2020

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - SC - HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 84.433.945/0002-78, com sede à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Senhor SÉRGIO LUÍS ALVES, inscrito no CPF Nº 652.525.519-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 2.196.272/SSP, domiciliado à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, em conformidade com o disposto na Lei Municipal Nº 8.316/2020, de 05/05/2020, pactuam o presente Termo Aditivo ao Termo de Convênio Nº 208/2020, autorizado pela Lei Municipal Nº 8.307/2020, de 28/04/2020, fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

As partes, de comum acordo, resolvem alterar a Cláusula Sétima, do Termo de Convênio Nº 208/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, neste exercício, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.003.83 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.2.38.0639 - Programa de Trabalho

10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus

Valor: R\$ 851.454,15”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convênio Nº 208/2020, não expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 05 de maio de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONCEDENTE
CONCEDENTE

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)
Gestor

SÉRGIO LUÍS ALVES
Diretor Executivo
COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - SC
HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
NOME: João Antônio Berti NOME: _____
CPF: 058.537.269-19 CPF: _____
C.I.: 48752665 C.I.: _____

SEMED - PORTARIA Nº 511/2020

Publicação Nº 2464777

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 511/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2560/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de NILCEA DO ROCIO FLORIANO para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 512/2020

Publicação Nº 2464781

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 512/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2561/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de NIVALDETI MARIA SALVO FRANKLIN para, em Caráter Temporário, atuar como Pedagoga, nas Salas de Atendimento Pedagógico – SAP, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 513/2020

Publicação Nº 2464783

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 513/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2562/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de NOELI APARECIDA DE LIMA SOARES para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 514/2020

Publicação Nº 2464786

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 514/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2069/2019, de 09.08.2019, que prorrogou a portaria de NOILA SCHLICKMANN para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de CIÊNCIAS, no período de 07.09.2019 a 19.12.2019 e 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 515/2020

Publicação Nº 2464788

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 515/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2563/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ONELIA NEUMANN para, em Caráter Temporário, atuar como ADMINISTRADORA ESCOLAR, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 516/2020

Publicação Nº 2464790

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 516/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2566/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de OSMARINA FATIMA GAVA SOARES DA SILVA para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.
Jaraguá do Sul, 03 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 517/2020

Publicação Nº 2464791

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 517/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2565/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de OSMARINA REGINA RODRIGUES WINTRICH para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.
Jaraguá do Sul, 03 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 518/2020

Publicação Nº 2464793

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 518/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº017/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, NARANA SPTICHAK para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, a partir de 04/03/2020 até 03/07/2020, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Wolfgang Weege	40

Jaraguá do Sul, 04 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 519/2020

Publicação Nº 2464794

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 519/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 017/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, IVETE SIIMÕES DOMINGUES MATHEUS para, em Caráter Temporário, atuar como AUXILIAR DE SALA, a partir de 05/03/2020 até 03/07/2020, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Márcio Klinkoski	30

Jaraguá do Sul, 04 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 520/2020

Publicação Nº 2464797

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 520/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2805/2019, de 24.10.2019, que prorrogou a portaria de, PAMELA ADRIELLE MEYER para, em Caráter Temporário, atuar como SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 521/2020

Publicação Nº 2464800

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 521/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2568/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de PAMELA DE CARVALHO para, em Caráter Temporário, atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 522/2020

Publicação Nº 2464802

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 522/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 017/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JEFFERSON LUAN SIEWERT para, em Caráter Temporário, atuar como AUXILIAR DE SALA, a partir de 05/03/2020 até 03/07/2020, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Rui Kroeger	30

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 523/2020

Publicação Nº 2464804

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 523/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº017/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARGARETE WONCZEWSKI para, em Caráter Temporário, atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de LÍNGUA INGLESA, a partir de 09/03/2020 até 03/07/2020, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Guilherme Hanemann	25	5	30

Jaraguá do Sul, 06 março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 524/2020

Publicação Nº 2464806

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 524/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2569/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de PATRICIA DA SILVA GOMES VIEIRA para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 525/2020

Publicação Nº 2464810

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 525/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2570/2019, de 26.06.2019, que prorrogou a portaria de PATRICIA DE ALMEIDA PAULI para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 526/2020

Publicação Nº 2464812

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 526/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017,

de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2571/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de PATRICIA HASSE ONOFRE para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 527/2020

Publicação Nº 2464816

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 527/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2572/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de PAULA CRISTINA GOIS DA LUZ para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 528/2020

Publicação Nº 2464818

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 528/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital Nº 013/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2573/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de PAULA LEDIANI GUST PIRES para, em Caráter Temporário, atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 529/2020

Publicação Nº 2464819

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 529/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2574/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de PAULO ROBERTO BALBINO para, em Caráter Temporário, atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 530/2020

Publicação Nº 2464820

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 530/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2575/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de PAULO SERGIO PRAXEDES DO MONTE ARAUJO para, em Caráter Temporário, atuar como Professor de LIBRAS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 05 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 40/2020**

Publicação Nº 2464621

PORTARIA Nº 40/2020

Nomeia Assessor Parlamentar.

DICO MOSER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 8.231/2020 de 03 de fevereiro de 2020, a partir de 06 de maio de 2020, o SR. LINDOMAR ALIRIO LAGO, para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 05 de maio de 2020.

DICO MOSER
Presidente

Jardinópolis

PREFEITURA

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2020.

Publicação Nº 2465072

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2020

Primeira retificação destacada em vermelho

O MUNICÍPIO DE JARDINOPOLIS - SC, representado pelo Prefeito Municipal Senhor Dorildo Pegorini, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, II, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, a Primeira Retificação ao Edital do CONCURSO PÚBLICO 001/2020, comunica que encontram-se abertas no período compreendido das 08h00min de 04 de Maio de 2020 as 23:59min de 05 de junho de 2020, as inscrições do Concurso Público destinado a prover vagas do Cargo do Quadro de acordo com a Lei Complementar nº 041/2011 e alterações posteriores (Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais); Lei Complementar 081/2019; Lei Complementar nº 042/2011 (Plano de Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério) e alterações posteriores; Lei Complementar nº 009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), regendo-se o referido certame pelas normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Concurso Público destina-se à contratação de servidores, para preenchimento de vagas existentes no Quadro Pessoal do Município de Jardinópolis (SC) de acordo com as necessidades, da Administração Pública e as que vierem a surgir no decorrer do prazo de validade do concurso público.

1.2 – Os candidatos classificados e aprovados que excederem ao número de vagas estabelecidas neste Edital não terão direito ao provimento da vaga exceto se houver necessidade, sendo que o chamamento excedente acontecerá mediante justificativa da Administração Pública.

1.3 – O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar nº 041/2011 e 042/2011 e alterações posteriores (Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipal); Lei Complementar nº 009/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e suas alterações posteriores das devidas leis e demais legislação em vigor.

1.4 – É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários para o cargo/função por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.5 – A inscrição do Concurso Público implicará, desde logo, e ciência e a aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.6 – Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições do Edital.

1.7 – O Concurso Público será regido por este Edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento designada pela Administração Municipal, nomeada pelo Decreto n.º 5.516/20 de 29 de abril de 2020 e executado em todas as suas fases pela GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME.

1.6 – A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais em www.jardinopolis.sc.gov.br e no site da empresa responsável pelo certame www.gsassessoriaconcursos.com.br.

1.7 – É de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações das informações e atos do Concurso Público bem como o envio de recursos e documentações exigidas nos prazos e formas estabelecidos em Edital.

1.8 – São condições para participação no presente Concurso Público:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;
- b) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

1.9 - O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura.

1.10 - O Concurso Público será realizado nas seguintes etapas:

- a) Primeira etapa: PROVA OBJETIVA (Escrita) para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.
- b) Segunda Etapa – Prova Prática para motorista e operador de máquina e de Títulos para os cargos do magistério.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 – As vagas destinam-se aos cargos/funções abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima exigidos no presente Edital, de acordo com o cargo/função em questão.

2.2 – As atribuições do cargo/função são as constantes no Anexo II deste Edital.

2.3 – Os candidatos poderão inscrever-se nos seguintes cargos/função:

Cargo/ Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Valor
Auxiliar de Serviços Gerais	3 +CR	40	Nível Fundamental Completo	1.242.53
Vigia	1+CR	40	Nível Fundamental Completo	1.293.06
Merendeira	1+CR	40	Nível Fundamental Completo	1.242.53
Agente Comunitário de Saúde (micro área central)	1+CR	40	Nível Fundamental Completo	1.536.54
Monitor de Creche	1 + CR	40	Ensino Médio Completo	1.548.27
Motorista	4+CR	40	Nível Fundamental Completo portador de Carteira de habilitação categoria C	1.977.07
Operador de Máquinas	1+ CR	40	Nível Fundamental Completo, portador de Carteira de Habilitação categoria D	2.126.57
Fiscal de Vigilância Sanitária	1	40	Ensino Médio Completo	2.564.26
Técnico em saúde Bucal	CR	40	Ensino Médio Completo e portador de Certificado de Conclusão de Curso Técnico em Saúde Bucal	2.179.82
Engenheiro Agrônomo	1	20	Ensino superior - Portador de Diploma de Engenheiro Agrônomo com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	2.679,40
Odontólogo	1	40	Ensino superior- Portador de Diploma de Cirurgião Dentista com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	5.635.44
Assistente Social	CR	40	Ensino superior - Portador de Diploma de Assistente Social com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	5.635.44

Instrutor de Academia	1	40	Ensino superior - Portador de Diploma em curso superior em bacharelado em Educação Física	2.679.40
Professor de Educação Infantil	CR	20	Ensino superior com graduação em Pedagogia e habilitação na área e habilitação	1.649.76
Professor de Educação Física	1	20	Ensino superior, em curso de Licenciatura de Graduação Plena com habitação na área	1.649.76
Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano séries iniciais	1 –CR.	20	Ensino Superior com graduação em pedagogia e habitação na área	1.649,76

*CR = Cadastro reserva (é a relação dos candidatos classificados para os cargos especificados no edital para suprir vagas que poderão ser abertas no período de validade do concurso público).

2.4 – A remuneração mensal dos cargos é a prevista no Anexo III da Lei Complementar nº 091/2020 e 092/2020.

2.5 - Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade deste Concurso Público.

2.6 – Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar 009/2001.

3 – DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 – Em razão do número de vagas ofertadas para determinado cargo/função não será aplicada a reserva mínima de 5% das vagas para deficientes físicos.

3.2 3.1.1 – Serão reservados para candidatos portadores de deficiência física os direitos relacionados às condições especiais para a realização da prova escrita objetiva.

3.2 – O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no ato da inscrição.

3.3- Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais publicado no site da Prefeitura www.jardinopolis.sc.gov.br e no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br no dia 10/06/2020.

3.4– Os recursos contra a não homologação dos pedidos de condições especiais e das inscrições, deverão ser enviados através de formulário, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, devendo estes, estarem datados e assinados pelo requerente.

3.5 - A homologação final das inscrições será publicada no site da Prefeitura Municipal de Jardinópolis (SC) (www.jardinopolis.sc.gov.br) e no site da empresa responsável pelo certame (www.gsassessoriaconcursos.com.br), no dia 17/06/2020.

3.6 - A candidata que tiver a necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.6.1– Não será concedido tempo a mais para a candidata que tiver a necessidade de amamentar.

3.6.2– A candidata que não requerer esta condição no ato da inscrição, não poderá amamentar.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de 04/05/2020 a 05/06/2020 exclusivamente no site www.gsassessoriaconcursos.com.br, empresa responsável pela execução do certame.

4.2 - O candidato que não tiver acesso à internet, poderá se dirigir até o Prédio da Prefeitura Municipal, de Jardinópolis (SC), nos horários das 07h00min às 13h00min, onde haverá uma pessoa responsável para efetuar a inscrição do mesmo.

4.3– Para inscrever-se através da internet o candidato deverá:

4.3.1– Ler atentamente o Edital do Concurso Público;

4.3.2– Preencher o formulário de inscrição disponibilizado no site da empresa;

4.3.3 – Efetuar o pagamento da taxa de inscrição exclusivamente por meio boleto bancário a ser gerado na área do candidato até o dia 08

de junho de 2020

4.3.4 – Imprimir a ficha de inscrição.

4.4 – Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue, medula ou hipossuficientes deverão encaminhar todos os documentos exigidos para respectiva isenção conforme item 5.2 e 5.3 do presente edital até a data de 18/05/2020.

4.5 - Em caso de constatação de erro nos dados pessoais informados no formulário de inscrição, e/ou mudança do cargo inscrito, o candidato deverá alterar os seus dados através da área do candidato menu cadastro "Meus Dados".

4.5.1 – A alteração descrita no item anterior somente poderá ser realizada até a data limite de inscrições, nos termos e condições estabelecidos no item anterior.

4.5.2– Não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade.

4.5.3– Aconselha-se ao candidato que guarde o comprovante de pagamento, para a resolução de qualquer equívoco que possa ocorrer durante o certame.

4.5.4- O comprovante de pagamento da taxa de inscrição não será considerado como documento para fins de acesso à sala.

4.6 – A empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME e o Município de Jardinópolis (SC), não se responsabilizarão por solicitações de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.7 – Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento do boleto referente a taxa de inscrição

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento de taxa de inscrição.

4.8 – Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.9 – É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.10 – O valor da taxa de inscrição será de R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível fundamental; R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de nível médio; e R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para o cargo de nível superior.

4.11– O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões.

4.12- A divulgação preliminar das inscrições será no dia 10 de junho de 2020, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

4.13– Os candidatos que se sentirem prejudicados quanto a divulgação das inscrições, poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Concurso Público, EXCLUSIVAMENTE na área do candidato, na aba recursos, no site www.gsassessoriaconcursos.com.br, no dia 12 de junho de 2020.

4.13.1– A publicação da homologação final das inscrições após apreciação de recursos interpostos será realizada no dia 17 de junho de 2020.

4.14 – O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso do cancelamento do certame.

4.15 – Estão impedidos de participar deste certame os membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, os funcionários da empresa responsável pelo certame, bem como terceirizados desta, diretamente relacionados com a atividade de execução do certame.

4.15.1– A vedação constante no item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes e filhos.

4.15.2– Constatada em qualquer fase do Concurso Público, inscrição de pessoas que tratam o item e subitens anteriores, estará indeferida e o candidato será eliminado do certame.

5 – DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 – Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de doador de sangue e medula óssea nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997 e nos casos de hipossuficiência econômica, nos termos do Decreto 6.593/2008.

5.2 – Os candidatos doadores de sangue ou medula óssea deverão realizar sua inscrição para o Concurso Público procedendo da seguinte forma:

5.2.1 – Após realizar seu cadastro e a inscrição, solicitar através da área do candidato/histórico de inscrições/situação/solicitar isenção;

5.2.2 – Preencher o Anexo III do presente Edital (digitado ou manuscrito), assinar, digitalizar em PDF e encaminhar como anexo;

5.2.3- Anexar o comprovante das doações;

5.2.4– O Anexo III devidamente preenchido, acompanhado dos comprovantes de doações, deverão ser encaminhados via área do candidato no momento da solicitação de isenção.

5.2.5– Qualquer outra forma de entrega/envio dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será desconsiderada ou não recebida.

5.2.6– O candidato que enviar dois ou mais pedidos, será considerado apenas o último enviado, sendo os demais desconsiderados.

5.2.7– O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferiores a três doações anuais, considerando-se os últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

5.2.8– Para os doadores de medula óssea, faz-se necessário apenas o comprovante de doador (carteirinha).

5.2.9– Equipara-se como doador de sangue ou medula a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3 – Para solicitar a isenção da taxa de inscrição na condição de economicamente hipossuficiente o candidato deverá solicitar através da área do candidato/histórico de inscrições/situação/solicitar isenção e encaminhar a documentação dos seus dados conforme os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico e deverá encaminhar à empresa organizadora do Processo Seletivo declaração fornecida pelo responsável pelos cadastramentos no CadÚnico de seu município em folha timbrada e carimbada pelo mesmo.

5.3.1 – A declaração deverá ser enviada via área do candidato.

5.3.2 – Os dados deverão ser informados mesmo que atualmente estejam divergentes ou que tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico em âmbito nacional.

5.3.3 – Após o julgamento do pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus dados cadastrais pelo sistema de inscrições online ou solicitá-la ao fiscal de aplicação no dia de realização das provas.

5.3.4- Mesmo que inscrito no CadÚnico, a inobservância do disposto no subitem anterior poderá implicar o indeferimento do pedido de isenção do candidato, por divergência dos dados cadastrais informados e os constantes no banco de dados do CadÚnico.

5.3.5- A isenção mencionada no subitem 5.3 poderá ser solicitada no período das inscrições por meio do Formulário de Inscrição, devendo o candidato, obrigatoriamente, indicar o seu Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico, bem como declarar-se membro de família de baixa renda e ainda encaminhar a declaração solicitada no item 5.3.

5.3.6 – A GS Assessoria e Consultora LTDA - ME consultará o órgão gestor do CadÚnico a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.

5.4 - As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do processo seletivo, aplicando-se, ainda, o disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.5 - O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita a análise e deferimento por parte da GS Assessoria e Consultora LTDA - ME.

5.6

5.6 - O fato de o candidato estar participando de algum Programa Social do Governo Federal (Prouni, Fies, Bolsa Família etc.), assim como o fato de ter obtido a isenção em outros certames, não garantem, por si sós, a isenção da taxa de inscrição.

5.7 - Não serão aceitos, após a realização do pedido, acréscimos ou alterações das informações prestadas, ressalvado o subitem 5.3.

5.8- Não será deferida a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por fax, correio eletrônico ou pelos Correios.

5.9 - O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão a eliminação automática do processo de isenção.

5.10 – O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgado no dia 21 de maio de 2020, no período vespertino nos sites: www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

5.11 - Os candidatos que não tiverem o pedido de isenção de taxa de inscrição deferida poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo certame, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, nos dias 12 de junho de 2020.

5.11.1 – O resultado final da homologação de isenções da taxa de inscrição será divulgado dia 17/06/2020 no período vespertino.

5.11.2 – Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.11.3 – Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento do boleto referente à taxa de inscrição até o dia 08 de junho de 2020, sob pena de indeferimento de inscrição.

5.12 - É responsabilidade do candidato acompanhar as publicações e tomar ciência do seu conteúdo.

6 – DAS PROVAS OBJETIVAS

6.1 - A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo ou de qualquer outra condição.

6.2 - A prova objetiva será realizada no dia 20 de junho de 2020 das 08h00min às 11h00min, na Escola Municipal Castro Alves, situada à Rua das Palmeiras, Centro, Jardinópolis - SC.

6.2.1 – A critério do Município de Jardinópolis, e em razão da quantidade de inscritos, poderá ser alterado o horário e local das provas, sendo devidamente comunicado no portal do Município aos candidatos com antecedência.

6.2.2- A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 30 questões do tipo múltipla escolha, sendo subdividida em cinco alternativas, A, B, C, D, E das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.2.3 - A prova objetiva será composta por questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função de acordo com o conteúdo programático constante no Anexo I do presente Edital.

6.3- As provas objetivas serão compostas:

6.3.1 – As provas objetivas para os cargos de professor de Educação Infantil, Professor de séries iniciais (1º ao 5º ano) e Professor de Educação Física que contem provas de títulos serão compostas:

PROVA	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES		PESO	TOTAL DE PONTOS
Primeira Parte	Língua Portuguesa	05		08 0,20	1,00
	Matemática	05		0 0,20	1,00
	Total de Pontos		2,00		
Segunda Parte	Conteúdo Específico do cargo/função	20		0,25	5,00
	Total de Pontos	5,00			
TOTAL	7,00				

6.3.2 – As provas objetivas para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas que contém a previsão de prova prática serão compostas:

PROVA	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES		PESO	TOTAL DE PONTOS
Primeira Parte	Língua Portuguesa	05		08 0,20	1,00
	Matemática	05		0 0,20	1,00
	Total de Pontos		2,00		
Segunda Parte	Conteúdo Específico do cargo/função	20		0,25	5,00
	Total de Pontos	5,00			
TOTAL	7,00				

6.3.3 - As provas objetivas para os demais cargos de nível superior, médio e fundamental serão compostas:

PROVA	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES		PESO	TOTAL DE PONTOS
Primeira Parte	Língua Portuguesa	05		08 0,30	1.50
	Matemática	05		0 0,30	1,50
	Total de Pontos		3,00		
Segunda Parte	Conteúdo Específico do cargo/função	20		0,35	7,00
	Total de Pontos		7,00		
TOTAL	10.00				

6.3.4 – O caderno de questões é o espaço na qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se rabisco e a rasura em qualquer folha.

6.4 – O candidato deverá comparecer ao local de prova com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

6.4.1 – OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO ABERTOS ÀS 07H20MIN E FECHADOS ÀS 07H50MIN e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

6.4.2 – Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital, com exceção do descrito no item 6.2.1..

6.5 – O acesso à sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL COM FOTOGRAFIA.

6.5.1 - A não apresentação dos documentos descritos no item acima, implicará na eliminação do candidato no certame.

6.5.2 – São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de Identidade expedidas pelas Secretaria de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

6.5.3 - Não serão aceitos documentos danificados, não identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

6.5.4 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido a no máximo 30 dias da data da realização da prova.

6.5.4 - A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.5.5 – O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do Concurso Público.

6.5.6 – O comprovante de depósito bancário referente à taxa de inscrição NÃO serve para fins de acesso à sala de provas.

6.5.7 – O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.5.8 – Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta à materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.

6.5.9 - Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

6.5.10 - O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

6.5.11 - O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

6.5.12 - Durante a realização das provas é vedado:

- a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- b) a comunicação entre os candidatos;
- c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.
- f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.

6.5.13 - Motivarão a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às Instruções ao Candidato constantes na prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.6 - Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) Chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões;
- b) Não apresentar documento de identidade original com fotografia no dia de realização da prova;
- c) Tratar com descortesia os fiscais de sala ou membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público;
- d) For surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;
- e) For flagrado em comunicação com os demais candidatos;
- f) Não devolver o Caderno de Questões e o Cartão Resposta;
- g) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal;
- h) Utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;
- i) Perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;
- j) Não comparecer para realização da prova;
- l) Nos demais casos previstos neste Edital.

6.7 - Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em local indicado pelos fiscais no momento da realização prova, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6.8 - Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.9 - A GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME e o Município de Jardinópolis/SC não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.10 - Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) Substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
- b) Proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) Estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.11 - No Caderno de Questões não haverá a identificação do candidato.

6.12 - Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.13 - Os fiscais da equipe de aplicação de prova e da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público não fornecerão informações acerca do conteúdo da prova objetiva.

6.14 - Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato poderá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente, cartão de

respostas, comprovante de inscrição, documento de identificação e água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulo ou etiqueta.

6.15 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões, Cartão Resposta somente será permitida depois de transcorrido 60 (sessenta) minutos do início da mesma.

6.16 - O candidato poderá ausentar-se da sala de provas, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;

6.17 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova, sob pena de desclassificação/eliminação do certame;

6.18 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato

6.19 - Os três últimos candidatos ao entregarem a prova deverão permanecer juntos na sala para juntamente com os fiscais da sala:

- a) Assinarem a folha ata;
- b) Assinarem o verso de todos os cartões respostas;

c) Assinarem e lacrarem os envelopes que guardarão os Cadernos de Questões e os Cartões Resposta;

6.20 - As provas serão confeccionadas, corrigidas e conferidas pela Banca Examinadora, a qual é composta por no mínimo um professor de português, matemática, informática, e demais áreas específicas de cada cargo.

6.21 - Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de depósito bancário referente à taxa de inscrição para possíveis conferências. Porém, é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

6.22 - O ensalamento será publicado no dia 17 de junho de 2020, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

6.23 – O gabarito preliminar das provas objetivas será publicado no dia 22 de junho de 2020, nos sites www.jardinopolissc.gov.br) e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

6.24 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova objetiva à empresa responsável pelo certame, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, nos dias 22 a 23 de junho de 2020.

6.25 - O gabarito definitivo das provas objetivas será publicado no dia 25 de junho de 2020, nos sites www.jardinopolissc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

7 - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

7.1 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Cartão Resposta.

7.1.1 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta suas respostas por questão, na ordem de 01 a 30, marcando de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões e repassadas pelos fiscais de sala.

7.1.2 – O candidato deverá preencher o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.2 - O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.

7.3 - Somente serão válidas as marcações contidas no Cartão Resposta que estiverem de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões e repassadas pelos fiscais de sala.

7.4 - Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas.

7.5 - NÃO será fornecido, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta, salvo no caso de erros de impressão.

7.6 - O Cartão Resposta é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Cartão Resposta implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.6.1 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.7 - Será permitido aos candidatos anotar suas respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se do campo destinado para isso na última página do Caderno de Questões.

7.8 - O gabarito definitivo das provas objetivas estarão disponíveis nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

8 – DA PROVA DE TÍTULOS

8.1 - A prova de títulos, de caráter classificatório, será aplicada aos candidatos inscritos ao cargo/função de: Professor de Educação Física e Professor de Educação Infantil.

8.2 - Os títulos deverão ser entregues no dia 20 de junho de 2020, das 08h20min até às 12 horas, em fotocópia devidamente autenticada em serventia pública (cartório), juntamente com o Anexo VI (em duas vias) do presente Edital, lacrados em envelope inviolável, diretamente aos representantes da empresa GS Assessoria presentes na data do certame, responsáveis pelo recebimento dos mesmos.

8.2.1 – A fotocópia do título a ser entregue deverá estar autenticada no verso e anverso, caso não contenha as duas autenticações o título não será considerado.

8.2.2 – Não serão recebidos os títulos entregues após o término horário previsto no item 8.2.

8.3 - Para a avaliação de títulos serão considerados documentos apresentados, com os valores gradativos que constam do quadro seguinte:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Comprovante de Pós-Graduação.	0,50

b) Comprovante de Mestrado.	1,00
c) Comprovante de Doutorado	1,50
TOTAL	3,00

8.4 - Os títulos previstos nas alíneas "a", "b" e "c" somente poderão ser pontuados uma única vez.

8.4.1 - A soma dos títulos não poderá ultrapassar 3,0 pontos.

8.4.2 - Não será computada como título a capacitação específica para o desenvolvimento das atividades específicas de cada cargo/função.

8.4.3 - O candidato que não entregar o título no prazo, no horário e no local estipulados no presente edital receberá nota 0 (zero).

8.4.4 - A escolha do título a ser encaminhado é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Avaliadora cabe apenas avaliar o título relacionado e encaminhado pelo candidato.

8.5 - Não será realizada a conferência dos títulos no momento da entrega pelo candidato, sendo de sua inteira responsabilidade a conferência e a entrega dos títulos na forma prevista pelo presente edital. A Comissão avaliadora fará a análise apenas dos títulos relacionados no formulário do Anexo VI, desde que os mesmos sejam entregues na forma descrita no presente Edital.

8.6 - Para fins de análise e cômputo da respectiva pontuação, nos termos do quadro constante nos itens 8.3, não serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso de Pós-graduação,

Mestrado ou Doutorado, sendo que somente serão aceitos e pontuados os títulos que apresentem o diploma devidamente registrado de cursos reconhecidos pelo MEC.

8.7 - Não serão aceitas declarações ou atestados de frequência.

8.8 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e devem estar acompanhados de tradução oficial se redigidos em língua estrangeira.

8.9 - Entregue a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação. Do mesmo modo, não se admitirá os títulos entregues após o prazo previsto em item 8.2 deste Edital.

8.10 - Somente serão considerados como títulos, os diplomas que sejam expedidos por instituição de ensino credenciada pelo MEC.

8.11 - O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

8.12 - A nota da prova de títulos será divulgada no dia 22 de junho de 2020 juntamente com o gabarito preliminar da Prova Objetiva, nos sites www.jardinópolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

8.13 - Os recursos em relação à prova de títulos poderão ser interpostos à empresa responsável pelo Concurso Público, GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado aos recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, nos dias 22 e 23 de junho de 2020.

8.14 - A divulgação da nota final da prova de títulos será no dia 25 de junho de 2020 nos sites www.jardinópolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

9- DA PROVA PRÁTICA

9.1 - À prova prática serão submetidos todos os concorrentes às vagas dos cargos de Motorista e Operador de Máquina.

9.1.1 - Os candidatos realizarão a prova prática com o veículo/máquina de acordo com o cargo que se inscreveram:

a) Motorista: veículo a ser disponibilizada pelo município;

b) Operador de Máquina: maquinário correspondente ao cargo pelo qual de inscreveu a ser fornecida pelo município.

9.1.2 - A prova prática para os concorrentes às vagas dos cargos identificados no item anterior, será realizada no dia 20 de junho de 2020, conforme o término da prova objetiva os candidatos deverão se apresentar ao local da prova prática.

9.1.3 - A prova prática será realizada junto à Garagem de Máquinas do Município, localizada na rua Tiradentes, centro.

9.1.4 - A ordem de realização, será a ordem de chegada dos candidatos ao local destinado à esta.

9.1.5 - Os candidatos aguardarão a chamada para a prova prática, em ambiente adequado, no local estabelecido no item "9.1.3", acima.

9.2 - Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria exigida, conforme item 2.3 do presente Edital, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

9.2.1 - O candidato que não apresentar a Carteira Nacional de Habilitação, conforme a categoria exigida neste Edital, não poderá realizar a prova prática, estando, automaticamente eliminado do certame.

9.2.2 - Os candidatos deverão comparecer no local de aplicação das provas trajado e calçado adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

9.3 - Os candidatos deverão assinar a lista de presença e formulário próprio de avaliação, juntamente com o(s) fiscal(ais) e o(s) aplicador(es) da prova prática.

9.4 - A prova prática consistirá em tarefa a ser determinada pelo instrutor no momento da prova, através de avaliação desenvolvida para tal finalidade, com duração máxima de 20 minutos, onde serão avaliados os seguintes itens:

- a) Verificação das condições da máquina/veículo;
- b) Utilização dos itens e procedimentos de segurança;
- c) Partida e parada;
- d) Habilidades, técnicas e aptidões na operação do equipamento/veículo;
- e) Obediência às situações do trajeto.
- f) respeito às regras de trânsito.

9.5 - À prova prática será atribuída nota de 0 a 5 sendo a avaliação realizada da seguinte forma:

9.5.1 - O candidato será analisado por cada item, de acordo com o sub item 9.4 do Edital, e atribuído um conceito:

- a) Ótimo (0,50);
- b) Muito Bom (0,40);
- c) Bom (0,30);
- d) Satisfatório (0,20);
- e) Regular (0,10);
- f) Péssimo (0,00).

9.6 – Quando finda a prova, serão somados os pontos adquiridos em cada item, que resultará a nota final da prova prática, conforme fórmula abaixo.

Pontuação da Prova Prática (ΣPP^*):

ΣPP : somatória dos pontos ganhos em cada item (0,0 a 0,5)

9.7 - Os veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais serão utilizados na prova prática fornecidos pelo Município de Jardinópolis/SC e deverão ser devolvidos nas mesmas condições que recebidos.

9.8 – A responsabilidade de eventuais danos causados pelos candidatos na Prova Prática (danificação do equipamento, danos a terceiros, materiais, corporais, etc), será de responsabilidade exclusiva do candidato.

9.9 – A empresa responsável pela execução do Concurso Público reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas práticas. Caso ocorra mudança na data da realização da prova prática os candidatos serão avisados da nova data, horário e local da realização da prova.

9.10 - A nota da prova prática será divulgada no dia 22 de junho de 2020 juntamente com o gabarito preliminar da Prova Objetiva, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br.

9.11 – Os recursos em relação à Prova Prática poderão ser interpostos à empresa responsável pelo Concurso Público, GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME, exclusivamente na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, no formato de arquivo em PDF, entre os dias 22 e 23 de junho de 2020

9.12 - A divulgação da nota final será no dia 26 de junho de 2020, nos sites www.jardinopolis.sc.gov.br e www.gsassessoriaconcursos.com.br

10- DOS RECURSOS

10.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos nas datas previstas no Edital:

10.1.1 – Quanto ao indeferimento dos pedidos de isenção de taxa de inscrição;

10.1.2 – Quanto ao indeferimento das inscrições;

10.1.3 – Quanto ao indeferimento de condições especiais para a realização da prova escrita objetiva;

10.1.4 – Quanto às questões da prova objetiva;

10.1.5 – Quanto ao gabarito preliminar e das questões objetivas;

10.1.6 – quanto às notas preliminares das provas de títulos e ou práticas.

10.1.7 – Quanto à Ata de Classificação Preliminar do Concurso Público;

10.1.8 – Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame.

10.2 – A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso constante no anexo IV deste Edital e enviado da seguinte maneira:

10.2.1 - Encaminhado à empresa responsável pelo certame, EXCLUSIVAMENTE na área do candidato, no campo destinado a recursos, no site da empresa www.gsassessoriaconcursos.com.br, no formato de arquivo em PDF;

10.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da inscrição e cargo para o qual se inscreveu, fundamentado e assinado;

10.2.3 - Os recursos contra questões da prova objetiva deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.

10.2.4 - Os recursos enviados em desacordo ao formulário constante no Anexo IV, não serão considerados.

10.2.5 – Será apenas considerado o primeiro recurso enviado, nos casos de envio de mais de um recurso para o mesmo fato.

10.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

10.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

10.4 – Os recursos serão avaliados e respondidos pela Banca Examinadora, a qual é composta por no mínimo um professor de português, matemática e demais áreas específicas de cada cargo.

10.5 - Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

10.6 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

10.7 - A empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME e o Município de Jardinópolis/SC, não se responsabilizarão por recursos enviados via internet não recebidos por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

11– DO RESULTADO FINAL

11.1 - Para atribuição da nota final, o resultado da prova escrita objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

Número de Acertos x Valor da Questão = NOTA FINAL

11.2 - Para atribuição da nota final aos cargos que tem a previsão de prova de títulos, o resultado da prova objetiva será somado à pontuação de títulos, conforme fórmula abaixo:

Nota Prova Objetiva + Nota Prova de Títulos = NOTA FINAL

11.3 - Para atribuição da nota final aos cargos que tem a previsão da prova prática, o resultado da prova objetiva será somado à pontuação obtida na prova prática, conforme fórmula abaixo:

Nota Prova Objetiva + Nota Prova Prática = NOTA FINAL

11.4 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Candidatos com idade igual ou superior a 60 anos;
- b) Obtiver maior nota de conhecimentos específicos;
- c) Obtiver maior nota de língua portuguesa;
- d) Obtiver maior nota de matemática;
- e) Data de nascimento (mais velho);
- f) Sorteio público.

11.5 – Somente serão classificados e poderão ser chamados os candidatos com média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

11.5 – somente serão classificados os candidatos dos cargos de motorista e operador de máquina e Professor de Educação Infantil, séries iniciais e Educação Física, os candidatos que alcançarem 50% (cinquenta por cento) der acertos na prova objetiva.

11.5.1 Para os demais cargos somente serão classificados os candidatos com média final igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

11.6 – Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

11.7 – A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

12 - DA CONVOCAÇÃO E DO PROVIMENTO

12.1 – Os candidatos classificados e que excederem ao número de vagas poderão ser convocados durante o prazo de validade do Concurso Público em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações no site oficial do município ocorrido durante o prazo de validade do Concurso Público.

12.2 – Os candidatos aprovados serão convocados através do site oficial do Município, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local preestabelecidos para serem contratados e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

12.3 – São requisitos básicos para provimento ao cargo/função:

- 12.3.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 12.3.2- Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 12.3.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- 12.3.4 - Ter nível de escolaridade, habilitação legal exigida para o exercício do emprego;

- 12.3.5- Idade mínima de 18 anos;
- 12.3.6- Atestado de aptidão física e mental para o exercício do emprego, expedido por médico legalmente habilitado, podendo ser ratificado pelo médico do Município a critério da Administração Pública;
- 12.4 - Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador da Profissão;
- 12.4.1 - Declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não recebimento de Proventos decorrentes de inatividade em cargos não cumuláveis;
- 12.4.2 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 anos;
- 12.4.3 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 anos;
- 12.4.4 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- 12.4.5 - Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura no cargo público.
- 12.5 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para tomar posse do cargo/função.
- 12.6 - O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos do Município de Jardinópolis (SC), no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 12.3 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Concurso Público, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.
- 12.7 - O prazo de validade deste Concurso Público será de 1 (um) ano, contado a partir da data do Edital de Homologação, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério do Município de Jardinópolis (SC).
- 12.8 - O candidato deverá manter seus dados atualizados no Município de Jardinópolis (SC).

13 - DAS COMPETÊNCIAS

- 13.1 - À Empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME. compete, através de seus departamentos, a confecção de editais; recebimento das inscrições; conferência de documentos; elaboração, aplicação, fiscalização, coordenação, correção e demais atos pertinentes as provas; emissão de atas e listagens diversas; recebimento e apreciação de recursos interpostos;
- 13.1.1 - A divulgação das informações em site próprio; elaboração de dossiê sobre o Concurso Público com todos os atos decorrente de sua aplicação para arquivamento pela contratante; prestação de informações sobre o certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Concurso Público.

- 13.2 - Ao Município de Jardinópolis (SC) compete, através do Prefeito Municipal e da Comissão Executiva, disponibilização de Leis e demais informações; homologação das inscrições; divulgação dos atos pertinentes ao certame; informação acerca de impugnações contra este Edital; assinatura e publicação dos editais e demais atos; acompanhamento de todas as fases do certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Concurso Público.

14 – CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
1. Período de Inscrição exclusivamente pela internet. 2.	04/05/2020 a 05/06/2020 05/05/2020
2. Prazo de entrega da documentação da comprovação para candidatos doadores de sangue, medula e hipossuficientes.	04/05/2020 a 18/05/2020
3. Publicação da divulgação preliminar dos pedidos de isenção de taxa de inscrição	19/05/2020
4. Prazo para interposição de recurso quanto o não deferimento dos pedidos de isenção de taxa de inscrição	19/05/2020 a 20/05/2020
5. Divulgação dos resultados dos recursos dos pedidos de isenção	21/05/2020
6. Último prazo para pagamento da taxa de inscrição	08/06/2020
7. Publicação da divulgação preliminar das inscrições e dos pedidos de condições especiais para realização da prova objetiva	10/06/2020
8. Prazo de recursos contra as inscrições deferidas e indeferidas	12/06/2020

9. Publicação da homologação final dos pedidos de isenção de taxa de inscrição, homologação de todas as inscrições e Divulgação do Ensalamento dos candidatos	17/06/2020
14. Aplicação da Prova objetiva	20/06/2020
15. Divulgação do gabarito preliminar das provas	22/06/2020
16. Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar e questões das provas objetivas	22/06/2020 a 23/06/2020
17 Divulgação preliminar das notas das provas de títulos e da prova pratica.	22/06/2020
18 Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar das notas das provas e títulos e/ou práticas.	22/06/2020 a 23/06/2020
18. Divulgação do gabarito definitivo das provas objetivas	25/06/2020
18. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	26/06/2020
19. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	26/06/2020 a 29/06/2020
20. Divulgação da Ata de Classificação Final	30/06/2020

14.1 - O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Executiva e da empresa GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público do Município de Jardinópolis.

15.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas (SC) para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

15.3 - Após a divulgação da Ata de Classificação Final do Concurso Público, a empresa Contratada entregará ao Município de Jardinópolis (SC) todos os registros escritos originais gerados no certame (fichas de inscrição, cadernos de questões da prova escrita objetiva, listas de presença por sala, termos de abertura de malotes de provas, termos de lacre de envelopes, atas de ocorrências por sala, recursos e gabaritos).

15.4 – Fazem parte deste Edital:

- 15.4.1 – Anexo I – Conteúdo Programático;
- 15.4.2 – Anexo II – Atribuições do Cargo/Função
- 15.4.3 – Anexo III – Pedido de isenção da taxa de inscrição;
- 15.4.4 – Anexo IV – Formulário de Recurso;
- 15.4.5 - Anexo V – Formulário Requerimento de Portador de Deficiência
- 15.4.6 - Anexo VI – Formulário de Títulos

15.5 - Os horários estabelecidos nesse Edital têm como referência o horário oficial de Brasília/DF.

15.6 - O prazo de impugnação deste Edital é de cinco (05) dias contados da sua publicação.

15.7 – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

15.8 – As demais disposições permanecem inalteradas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis/SC,
06 de Maio de 2020.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Parte Geral

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes. Ortografia: divisão silábica, uso do hífen, vírgula, ponto e vírgula, travessão e parênteses, acentuação gráfica, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, pontuação. Singular, plural, masculino e feminino. Morfologia: artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição. Sintaxe: voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal. Fonologia: fonemas, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Semântica: sinônimo, antônimo, figuras de linguagem, conotação e denotação.

MATEMÁTICA: Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Operações com números naturais e números racionais. Equação do 1º grau. Expressões algébricas. Regra de três. Raiz quadrada. Números primos. Juros simples. Razão e proporção. Sistema métrico decimal: comprimento, metro quadrado e cúbico, litro, grama, quilograma, área e volume. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Problemas. Sistema Monetário Brasileiro. Raciocínio lógico.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extratextualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação, ambiguidades. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

MATEMÁTICA:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais, números racionais e números complexos. Teoria dos conjuntos. Operações com frações, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Funções exponenciais. Análise Combinatória e binômio de Newton. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Números complexos. Raciocínio lógico. Polinômios. Produtos notáveis. Equações e inequações de 1º e 2º Grau. Problemas. Probabilidades. Fatoração. Potenciação. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Razão e proporção. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Média aritmética simples e ponderada. Geometria: Forma, perímetro, área, volume, ângulo e Teorema de Pitágoras. Geometria analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro. Equações logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Derivada. Trigonometria.

2. Parte Específica

NÍVEL FUNDAMENTAL

Auxiliar de Serviços Gerais:

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Limpeza de vias públicas e praças municipais. Tarefas de construção. Instrumentos agrícolas. Técnicas de aplicação de inseticidas e fungicidas. Lavagem de máquinas e veículos. Limpeza de peças e oficinas. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Conservação do Mobiliário. Telefones de emergência. Saneamento básico. Manuseio de produtos químicos. Noções básicas de eletricidade, hidráulica, carpintaria e marcenaria e reparos em alvenaria. Noções básicas de pintura em paredes, muros e metal. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Vigia:

Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas, outros e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho; conhecimento das responsabilidades e deveres dos servidores públicos municipais; conhecimentos sobre o relacionamento com os demais servidores da Administração Municipal com as autoridades, dirigentes superiores, servidores municipais, com outras autoridades municipais, com os munícipes; conhecimentos acerca das responsabilidades relacionadas com o exercício das atribuições do cargo; outros conhecimentos para a execução das atividades pertinentes às características e a especificidade do cargo. Lei Orgânica e estatuto dos servidores.

Merendeira:

Noções básicas de higiene pessoal e saúde; noções gerais de limpeza e conservação das instalações bem como a utilização de equipamentos e materiais de limpeza; cuidados necessários com relação a limpeza dos móveis, calçadas, vidros e outros que ficarão sob sua responsabilidade, remoção de lixo e detritos; noções de segurança do trabalho; Hierarquia no setor público; noções de conservação e preparo de alimentos; cuidados com a higiene no preparo de alimentos; Relacionamento com seus superiores e colegas no mesmo nível de atividades; Uso de equipamentos de proteção individual – EPI.

Agente Comunitário de Saúde:

Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria GM nº 648/2006 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adulto e idoso.

Motorista:

Legislação de Trânsito; primeiros socorros; instrumentos e ferramentas; conhecimentos operacionais de eletricidade de autos; noções básicas de: mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos de veículos; conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc.; diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos; lubrificação e conservação do veículo; Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar; resoluções do CONTRAN. Direção defensiva. Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Noções de segurança no trabalho; Cidadania e Meio Ambiente.

Operador de Máquinas:

Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Noções de segurança no trabalho; Cidadania e Meio Ambiente; Noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos e veículos pesados, tais como: motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira e trator de esteiras; Conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, alavancas, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc; Diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos; Conhecimentos da manutenção diária e preventiva dos equipamentos; Código Nacional de Trânsito; Operações com motoniveladoras e tratores de esteira relativos à: nivelamento de solo, abertura de ruas e estradas, espalhamento de pedras, saibro, corte de barrancos, terraplanagem e movimento de terras; Operações com pá carregadeira e retroescavadeira relativos à: abertura de valas, remoção de aterros, carregamento de caminhões com aterros, desgastes, rasgamentos e alisamento de barrancos; Uso de equipamentos de proteção individual – EPI.

NÍVEL MEDIO/SUPERIOR**Monitor de Creche:**

Desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. Cuidados da Criança. Atividades para a criança de 0 a 5 anos. Disciplina Escolar; Conceitos. Ética e posturas profissionais. Agressividade, limites e violência. Autonomia e obediência. Qualidade de vida de crianças: Saúde, lazer e o brincar. Higiene de crianças e no ambiente de trabalho. Trabalho em equipe: Níveis de interação. Equipe Multiprofissional. Estatuto da Criança de do Adolescente - Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Fiscal de Vigilância Sanitária:

Processo Saúde-Doença. Coeficientes avaliadores de saúde. Epidemiologia descritiva e metodologia epidemiológica. Endemia e epidemia. Sistema de Vigilância Epidemiológica Geral ação no controle de doenças. Doenças transmissíveis e modos de transmissão. Saúde materno-infantil. Programas de imunização. Eficácia de vacinas. Saneamento do meio ambiente. Saúde e nutrição. Biossegurança. Vigilância sanitária. Sistema único de saúde. Consciência local e global relativas ao meio ambiente e a sua proteção e melhoria. Relação entre meio ambiente e a realidade cotidiana. Compreensão dos problemas ambientais que afetam a vida da comunidade do município, do estado, do país e do planeta. Relação entre as questões políticas, econômicas e sociais e as questões ambientais. Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumentos de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias Alimento: manipulação, armazenamento, transporte, saúde do trabalhador e edificações. Legislação municipal. Doenças transmissíveis por alimentos; Noções sobre intoxicação por Agrotóxicos; Alimento: manipulação, armazenamento e transporte; saúde do trabalhador; normas federais constituição brasileira de 1988; Título I; Título II; Título III; Cap. VII, Seção I e II; Título VIII; Cap. II, Seção II e Cap. VI; Lei 8.080/90; Lei 9.782/99 e med. Prov. 2.190-34 de 23 de agosto de 2001. Normas estaduais: lei 6.320/83; Decreto 24.622/84; Decreto 31.455/87; Decreto 23.663/84. Código Sanitário do Município de Jardinópolis - LEI COMPLEMENTAR Nº 063/15.

Técnico em Saúde Bucal.

Conhecimentos básicos da função de Auxiliar de Saúde Bucal; Processamento de radiografias; Orientação para a saúde bucal; Acolhimento e preparo de paciente para o atendimento; Noções da rotina de um consultório dentário; Noções de arquivos específicos da odontologia: fichas de pacientes, radiografias, documentações; Esterilização de materiais; Limpeza e desinfecção do meio no ESTADO DE SANTA CATARINA e Município de Jardinópolis; Conhecimento de todos os instrumentos utilizados nas práticas odontológicas; Materiais dentários: indicação, proporção e manipulação; Preparo de bandeja; Medidas de proteção individual; Noções de microbiologia e parasitologia; Doenças transmissíveis na prática odontológica; Biossegurança, ergonomia e controle de infecção no consultório; Normas de desinfecção e esterilização; Noções de ergonomia aplicadas à odontologia.

Engenheiro Agrônomo

Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico; Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas; Ecologia, fisiologia, botânica e taxonomia vegetal; nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes; biologia, química e física do solo; emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura; técnicas relacionadas com a produção vegetal; programas e campanhas de profilaxia e combate e doenças e pragas dos vegetais; Botânica e fisiologia; Viveiro, produção de mudas e implantação da lavoura; Cultivares; Manejo de podas; Nutrição mineral e diagnóstico do estado nutricional; Recomendação de calagem, gessagem e adubação; Manejo de doenças, pragas e plantas daninhas; Colheita e pós-colheita; Mecanização em regiões montanhosas; Pastagens e silagens. Manejo animal e produção em geral.

Odontólogo:

Atenção Básica; Atribuições do cargo, segundo as normas da administração pública e do Conselho Federal e Regional de Odontologia; Incidência cárie dental; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90); Campanhas de saúde pública; Conhecimento de técnicas próprias da profissão; Conhecimentos de normas de saúde bucal, segundo as normas operacionais de saúde, expedidas pelo Ministério da Saúde e pelo Sistema Único de Saúde - SUS; Atendimento as gestantes, idosos, crianças, doentes crônicos e população em geral; Farmacologia na Odontologia; Programa de Saúde da Família – PSF e do Programa de Saúde Bucal – PSB; Ética em Odontologia; Planejamento em Saúde; Monitoramento e avaliação; Indicadores de Saúde Bucal no pacto de atenção básica; Atenção domiciliar; Educação em Saúde; Promoção em Saúde Bucal; Principais agravos em Saúde Bucal: cárie dentária, doença periodontal, câncer bucal, traumatismos, mal oclusão; Prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde; Prótese Bucal; Biossegurança, Patologias bucais bem como anatomia bucal, Organização da atenção à Saúde Bucal por meio do ciclo de vida do indivíduo; Vigilância à saúde: ações programadas voltadas ao controle das patologias crônicas e das doenças infectocontagiosas e/ou às populações mais vulneráveis do território.

Assistente Social:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estatuto do Idoso. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Políticas Sociais Públicas no Brasil. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. A influência europeia e norte-americana. O movimento de reconceitualização do Serviço Social no Brasil e na América Latina. Construção

do conhecimento na trajetória histórica da profissão. As questões teóricas metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos - operativos. A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Movimentos sociais. Desigualdade social. Família e sociedade. Processo de intervenção social. Possibilidades e limites da prática do serviço social. Código de Ética da Assistente Social. Lei Federal n.º 8.662/93. Atualidades Profissionais

Instrutor de Academia:

Metodologia da ginástica de academia. Ginástica localizada. Ginástica aeróbica e step training. Novas tendências do fitness. Princípios básicos dos exercícios ginásticos. Prescrições, indicações e contra-indicações dos exercícios ginásticos. Conhecimento e prática dos vários estilos de ginástica que são aplicados, regras e seu funcionamento. Ginástica e exercícios físicos para grupos específicos. Atividades para Grupos da Terceira Idade.

Professor de Educação Infantil:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. História da Educação. Teoria e Prática da Educação. Conhecimentos Político-Pedagógico: função social e política da escola, perspectiva crítica e perspectiva neoliberal. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar. Colegiados escolares. Projetos político-pedagógico. A educação básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar. A organização da educação básica. Princípios e fins da educação nacional. Diretrizes curriculares para a educação Infantil. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem. Conhecimento na escola. A organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Cotidiano escolar: relações de poder na escola. Currículo e cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Educação inclusiva. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola. A multidimensionalidade do processo ensino aprendizagem. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão participativa na escola. Contribuições de Piaget e de Vygotsky. Construtivismo. Noções de desenvolvimento infantil. O lúdico e os jogos na educação infantil. A importância da literatura infantil na infância. Adaptação da criança na creche. Ética no trabalho docente.

Professor de séries iniciais - 1º ao 5º ano:

Conhecimentos teóricos e práticos sobre desenvolvimento de aprendizagem, aquisição da língua escrita; aquisição dos conceitos matemáticos fundamentais; aquisição das linguagens expressivas; Educação inclusiva; processos de avaliação; formação de pessoal para a Educação de séries iniciais; técnicas de trabalho em grupo, supervisão de programas pedagógicos; registros da avaliação na Educação de séries iniciais; e ainda: Processo de desenvolvimento e aprendizagem; A importância de avaliação na Educação de séries iniciais; Currículo na Educação; Relação família-escola. Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação da leitura e da escrita; Idéia de representação, funções sociais da escrita; Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Elaboração de conceitos matemáticos: Campos Numéricos – Números Naturais, Números Racionais, Análise Combinatória; Campos Geométricos – Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística – Gráficos estatísticos; Elaboração de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Diretrizes da educação na nova LDB. Conceito de educação. Princípios e fins da educação. As bases da educação na nova LDB. Educação Básica. Educação Profissional. Compromisso com a avaliação. Visão obsoleta de educação. Avanços e retrocessos educacionais. A nova LDB e a situação das escolas. O contexto da educação da nova LDB. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Ética no trabalho docente.

Professor de Educação Física

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. A educação física no Brasil – sua história. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. A educação física no desenvolvimento infantil, no ensino fundamental. Avaliação em educação física. A relação ensino aprendizagem numa visão construtivista sócio interacionista. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola. Educação Física escolar e cidadania. Parâmetros Curriculares nacionais de Educação física. A educação inclusiva na educação física. Competição, cooperação e transformação didático pedagógica. Anatomia e Fisiologia Humanas. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física. Socorros de urgência aplicados à Educação Física. Fisiologia do exercício. Substâncias proibidas/permitidas. Esportes: atletismo, futebol de campo, futsal, basquete, vôlei, handebol, esportes com bastões, técnicas e táticas, regras e penalidades. Organização de eventos esportivos. Jogos pré-desportivos. Brincadeiras da cultura popular. Lutas: judô, capoeira. Atividades Rítmicas e Expressivas. Percepção corporal e espaço-temporal. Ginásticas de preparação e aperfeiçoamento para a dança; de preparação e aperfeiçoamento para os esportes, jogos e lutas; ginástica olímpica e rítmica desportiva. Organização e legislação do ensino da educação física. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física – Resolução nº 056/2003. Atualidades profissionais.

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES DE SEUS OCUPANTES:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.

- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

VIGIA:

- Manter vigilância em geral.
- Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso.
- Relatar anormalidades verificadas.
- Requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do fato ao chefe imediato.
- Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas.
- Desenvolver outras tarefas semelhantes.

MERENDEIRA:

- Executar tarefas de copa e cozinha;
- Preparar e servir água, café e lanche, observando-se os padrões de higiene;
- Zelar pela boa organização da copa, mantendo-a higienizada e em ordem;
- Efetuar o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções recebidas;
- Informar ao superior hierárquico, sobre a necessidade de reposição do estoque de alimentos e de utensílios domésticos;
- Selecionar os alimentos necessários e preparar as refeições, de acordo com o cardápio do dia;
- Distribuir as refeições preparadas, entregando-as conforme rotina determinada;
- Registrar o número de refeições distribuídas, anotando-as em formulário próprio;
- Manter a ordem, a higiene e a segurança do ambiente do trabalho, observando as normas e instruções para prevenir acidentes;
- Auxiliar no preparo de dietas especiais e normais;
- Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos;
- Guardar e conservar os alimentos em vasilhames e locais apropriados;
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;
- Requisitar material necessário aos serviços;
- Fazer os serviços de faxina em geral;
- Coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados;
- Lavar vidros, espelhos, persianas;
- Varrer pátios;
- Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente; e
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

- Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e
- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

MOTORISTA:

- Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS:

- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrôas tratores pás carregadeiras e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Executar outras tarefas afins;
- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização, atualização e registros dos arquivos e fichários;
- Redigir atos administrativos, editais, contratos, memorandos, ofícios, etc., assim como, publicá-los e encaminhá-los;
- Auxiliar e efetuar procedimentos de compras;
- Elaborar relatórios;
- Executar outras tarefas correlatas.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

- Realizar fiscalização e inspeção em estabelecimentos comerciais de produtos perecíveis, detectando aqueles que representam risco epidemiológico, além de verificar o registro dos produtos;
- Proceder o rigoroso controle sobre produtos de origem animal, exigindo vistos de inspeção sanitária;
- Receber e atender denúncias do público, quanto a presença do lixo espalhado e mal acondicionado, fossas, criação de animais no perímetro urbano;
- Proceder a coleta de materiais para exame laboratorial de animais agressores, a fim de controlar epidemiologicamente a raiva;
- Proceder vistorias em edificações e casas, visando a liberação de habite-se;
- Desenvolver e executar ações educativas sob visão sanitária, prestando orientações que possibilitem a população conscientizar-se sobre as condições ideais de produtos comercializados e importância da higienização dos estabelecimentos;
- Prestar orientações a produtores hortifrutigranjeiros, esclarecendo a importância da qualidade da água utilizada para a irrigação;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação dos materiais de seu ambiente de trabalho;
- Respeitar o sigilo profissional;
- Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde;
- Executar outras tarefas afins.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL:

- Participar na orientação à saúde bucal do indivíduo e a grupos da comunidade.
- Participar das atividades de capacitação e educação em saúde bucal para grupos da população.
- Fazer visita domiciliar.
- Participar do treinamento e capacitação de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde bucal.
- Participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais.
- Ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista.
- Fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista.
- Supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal.
- Inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista.
- Proceder à limpeza e à anti-sepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos,

- Remover suturas.
- Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos.
- Realizar isolamento do campo operatório.
- Instrumentar o cirurgião-dentista em ambientes clínicos.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

- Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;
- Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis;
- Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico;
- Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
- Ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal;
- nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;
- biologia, química e física do solo;
- emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;
- organização de programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais;
- Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;
- estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
- avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
- controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
- estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
- projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
- participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
- orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;
- orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;
- orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
- participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;
- planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;
- investigações sobre o valor fitossanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
- divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
- execução de serviços de desinfecção fitossanitária;
- inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
- orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária;
- resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas a nível das unidades de produção;
- integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
- programas de investimentos no setor agrícola;
- viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas a economia rural;
- levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
- mecanização agrícola;
- avaliação agrícola;
- construções rurais;
- instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
- topografia e foto-interpretação;
- irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
- estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
- exame de problemas técnicos de engenharia rural;
- orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
- orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor;
- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

ASSISTENTE SOCIAL:

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades.
- Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento

comunitário.

- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde.
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação de saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividade na área do Serviço Social.
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

ODONTÓLOGO DA SAÚDE PREVENTIVA:

- Efetuar tarefas inerentes a saúde preventiva da população;
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço.
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas.
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado.
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado.
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados.
- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evitá-las.
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo.
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental.
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação.
- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

INSTRUTOR DE ACADEMIA DE SAÚDE

- Fortalecer a promoção da saúde como estratégia de produção de saúde;
- Desenvolver a atenção à saúde nas linhas de cuidado, a fim de promover o cuidado integral;
- promover práticas de educação em saúde;
- promover ações intersetoriais com outros pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde e outros equipamentos sociais do território;
- promover a convergência de projetos ou programas nos âmbitos da saúde, educação, cultura, assistência social, esporte e lazer;
- Ampliar a autonomia dos indivíduos sobre as escolhas de modos de vida mais saudáveis;
- Aumentar o nível de atividade física da população;
- promover hábitos alimentares saudáveis;
- promover mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência e solidariedade;
- Instruir os usuários ensinando e auxiliando no uso dos aparelhos de ginástica e outros;
- Ensinar práticas esportivas, ginásticas e demais aos usuários do Programa Academia de Saúde;
- Zelar pela segurança e saúde da população que utiliza os equipamentos da Academia de Saúde;
- Executar demais atividades relacionadas com área de educação física.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS – 1º AO 5º ANO E EDUCAÇÃO FÍSICA:

- Participar da Elaboração da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;
- Elaborar e cumprir o Plano de Trabalho, segundo a Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;
- Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade do trabalho e habilidades metodológicas e didáticas;
- Testemunhar idoneidade moral, social demonstrando maturidade no trabalho com os alunos;
- Seguir as Diretrizes Educacionais do estabelecimento e da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, comprometendo-se não apenas aceitá-las mas também integrar a ação Pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Ministrar aulas garantindo a efetivação do processo Ensino Aprendizagem e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- Executar o trabalho diário de forma se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzem a Unidade Escolar;
- Elaborar programas, planos de cursos e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com suas diretrizes metodológicas de escolas e com a Legislação pertinente;
- Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Manter com os colegas, espíritos de colaboração e solidariedade a eficiência da obra educativa;
- Cooperar com os serviços de Orientação Educacional, e Supervisão escolar no que lhe competir;
- Promover experiências de ensino aprendizagem diversificada para atender diferenças individuais;

- Promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento conforme exigência dos diagnósticos de avaliação;
- Colaborar e comparecer pontualmente as Aulas, Festividades, Reuniões Pedagógicas, Conselho, Atividades Extras Classes, Treinamentos, Palestras e outras Promoções, convocado pela direção da Escola ou pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;
- Cumprir e fazer cumprir os horários e calendários escolar;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com civilidade;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda a escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Zelar pela conservação, limpeza e bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- Advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplinas ocorridos;
- Participar e/ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
- Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar às ocorrências a direção e/ou Serviço de Orientação Educacional;
- Colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Ministras os dias letivos e horas aulas estabelecidos além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

À GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME:

DADOS DO CANDIDATO:
Nome:
RG: CPF:
Cargo/função:
Nº. da Inscrição:

De acordo com o item 5.2.3 do Edital do Concurso Público 01/2020 do Município de Jardinópolis (SC), embasado na legislação em vigor, venho requerer a isenção por enquadrar-me na condição de doador de sangue.

() Comprovo ter realizado 03 doações de sangue nos últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital, conforme documento anexo.

() Estou inscrito como doador de medula óssea, conforme documentos em anexo.

() Declaro-me hipossuficiente conforme documentação em anexo.

Descrição das doações:

Pede deferimento.

Jardinópolis/SC, ____ de _____ de ____ .

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

À GS Assessoria e Consultoria LTDA - ME.

DADOS DO CANDIDATO:
Nome:
RG: CPF:
Cargo/função:
Nº. da Inscrição:

Jardinópolis (SC), ____ de _____ de ____ .

Assinatura do Candidato

ANEXO V

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Vaga para deficiente físico e/ou condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado na _____, nº _____,

Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público pelo Edital nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Jardinópolis/SC, inscrição número _____, para o cargo de _____ requieiro a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência física.

CID nº: _____

Nome do Médico: _____.

2 - () Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Jardinópolis/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

FORMULÁRIO ENTREGA DE TÍTULOS

Eu, _____, portador do RG _____ e do CPF _____, candidato ao cargo de _____, regido pelo Edital nº 001/2020 venho protocolar os títulos abaixo listados:

Descrição do Título	Carga Horária	Espaço Reservado para Comissão

Jardinópolis/SC, em _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

Atenção: Este formulário (Anexo VI) deverá ser entregue em duas vias originais, uma delas ficará junto com os títulos em envelope lacrado e a outra será devolvida, assinada pelo recebedor, ao candidato. Não haverá conferência dos títulos no momento da entrega, sendo de inteira responsabilidade do candidato a conferência e a entrega dos títulos de acordo com o previsto no edital.

Joaçaba

PREFEITURA

ERRATA - CONTRATO 14/2020/FMS

Publicação N° 2465385

SECRETARIA DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC
CONTRATO 14/2020/FMS

Errata ao Extrato do Contrato 14/2020/FMS, que tem como objeto a "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Plantões Médicos para atender o Centro de Triagem COVID-19, atualmente instalado na Associação Atlética Banco do Brasil - AABB em Joaçaba", publicado na edição 3131 de 05/05/2020:

Onde se lê:

FISCAL: ISABEL DE CARLI BORTOLI MINGORI e GUSTAVO LUIS ZANOTTO

Leia-se:

FISCAL: ISABEL DE CARLI BORTOLI MINGORI.

Joaçaba/SC, 05 de maio de 2020

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER

EXTRATO CONTRATO 206/2020/PMJ

Publicação N° 2465908

EXTRATO DO CONTRATO N° 206/2020/PMJ
PROVENIENTE DO PL 110/2020/PMJ – P 18/2020/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: Regular Regularizações Imobiliárias Ltda.

OBJETO: a promoção pela CONTRATADA da regularização fundiária - REURB de núcleo urbano informal, na modalidade REURB-S, de lotes urbanos (lote/ocupação/unidade habitacional) no Município de Joaçaba, SC, em conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

VALOR TOTAL: 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

DOTAÇÃO:

2.175 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

3.3.90 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, contatos da data de recebimento da Ordem de Serviço

FISCAL: INGRID STOCK TITON

DATA DE ASSINATURA: 04/05/2020

Joaçaba – SC, 05 de maio de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

INTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N° 15 / 2020-PMJ

Publicação N° 2466336

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N° 15 / 2020-PMJ

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ SOB O N° 82.939.380/0001-99

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOACABA - APAE – CNPJ 82.780.396/0001-00

FUNDAMENTO: LEI N° 4.320/64, ATENDIDA A LEI N° 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC.

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO



DO PROJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, PROPORCIONANDO MELHOR QUALIDADE DE VIDA MELHOR AOS EDUCANDOS, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: R\$ 428.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE E OITO MIL REAIS)

VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2020 A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIVIDADE: 2.052 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES-ENSINO ESPECIAL

MODALIDADE APLICAÇÃO - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000

JOAÇABA-SC, 05 DE MAIO DE 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

ANDREA MANTOVANI BONATO

PRESIDENTE APAE

ORDEM DE PARALISAÇÃO 55/2020 - FUNREBOM

Publicação Nº 2465942

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 55/2020

DETERMINO à empresa ODIMAR MALAGUTTI & CIA LTDA, a paralisação dos serviços de fabricação e instalação de coberturas metálicas destinadas à garagem de veículos e embarcações do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba SC, objeto do Contrato nº 10/2019/FUNREBOM, oriundo do Processo de Licitação nº 03/2019/FUNREBOM – Edital TP nº 01/2019/FUNREBOM, cuja ordem de serviço inicial nº 355/2020 foi recebida em 07/01/2020.

A paralisação faz-se necessária até que sejam realizadas adequações e serviços que impedem a continuidade da obra, começando a contar do dia 06/05/2020 e perdurará pelo período de 30 (trinta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Dioclésio Ragnini

Prefeito

ODIMAR MALAGUTTI & CIA LTDA

Odimar Malagutti

ORDEM DE SERVIÇO N368/2020- ASSINADA EM 24/04/2020

Publicação Nº 2465946

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº 0368/2020

Autorizo por meio desta, a empresa VIRTUAL FONE SISTEMAS DE SEGURANÇA E COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, para execução dos serviços e o fornecimento do material e equipamentos necessários descritos na cláusula quarta do Contrato nº 0204/2020/PMJ, destinados ao Centro de Inovação do Município de Joaçaba/SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 104/2019/PMJ – Edital TP nº 18/2019/PMJ, homologado em 23 de abril de 2020. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora no valor de R\$ 139.093,16 (cento e trinta e nove mil noventa e três reais e dezesseis centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 0204/2020/PMJ, de 23 de abril de 2020. O prazo para execução será de até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 24 de abril de 2020.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Assinatura e carimbo: _____

MICHEL CARLESSO ÁVILA

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Contratada: VIRTUAL FONE SISTEMAS DE SEGURANÇA E COMUNICAÇÃO LTDA

Representante: Antonio Carlos Novach

Assinatura e carimbo: _____

CPF nº 028.243.899-82

RECEBI EM: ____/____/____

PORTARIA Nº 6.324

Publicação Nº 2466312

PORTARIA Nº 6.324 DE 22 DE ABRIL DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2010, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-I", para a Classe "A-III" de acordo com o anexo VII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, bem como demanda nº 0500141-22.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 2º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2011, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-III", para a Classe "A-V" de acordo com o anexo VII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, bem como demanda nº 0500141-22.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 3º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2012, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-V", para a Classe "A-VII" de acordo com o anexo VII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, bem como demanda nº 0500141-22.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 4º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2013, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-VII", para a Classe "A-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 5º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2014, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-VIII", para a Classe "A-IX" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 6º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2015, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-IX", para a Classe "B-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 7º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2016, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-I", para a Classe "B-II" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 8º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2017, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-II", para a Classe "B-III" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 9º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2018, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-III", para a Classe "B-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 10º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2019, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-IV", para a Classe "B-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 11º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2020, ao Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-V", para a Classe "B-VI" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 12º. Revogam-se as portarias nº 626/2013, 2.460/2014, 4.058/2015, 6.117/2016, 700/2017, 2.423/2018, 4.392/2019, 5.386/2019 e 5.943/2020 para adequação, conforme demanda nº 0500141-22.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 13º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 22 de abril de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.325

Publicação Nº 2466317

PORTARIA Nº 6.325 DE 22 DE ABRIL DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2010, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-I", para a Classe "A-III" de acordo com o anexo VII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, bem como demanda nº 0500003-55.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 2º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2011, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-III", para a Classe "A-V" de acordo com o anexo VII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, bem como demanda nº 0500003-55.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 3º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2012, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-V", para a Classe "A-VII" de acordo com o anexo VII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, bem como demanda nº 0500003-55.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 4º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2013, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-VII", para a Classe "A-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 5º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2014, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-VIII", para a Classe "A-IX" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 6º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2015, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-IX", para a Classe "B-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 7º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2016, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-I", para a Classe "B-II" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 8º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2017, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-II", para a Classe "B-III" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 9º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2018, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-III", para a Classe "B-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 10º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2019, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-IV", para a Classe "B-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 11º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a partir de 01 de janeiro de 2020, ao Servidor(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "B-V", para a Classe "B-VI" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 12º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a partir de 04 de fevereiro de 2020, a(o) Servidor(a) Sr(a). ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, em função da titulação de Ensino Médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 671/2020 de 04 de fevereiro de 2020, ficando enquadrado em função da nova titulação como Operador de Máquinas, Nível C - VI.

Art. 13º. Revogam-se as portarias nº 348/2013, 1.747/2014, 3.744/2015, 5.317/2016, 259/2017, 1.992/2018, 3.773/2019, 5.305/2019, 5.853/2020 e 5.854/2020 para adequação, conforme demanda nº 0500003-55.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 14º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 22 de abril de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.333

Publicação Nº 2466321

PORTARIA Nº 6.333 DE 27 DE ABRIL DE 2020

"DESIGNA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR a servidora LUANA RATTI DA SILVA, Técnico de Administração, para compor a Comissão Municipal de Licitações A, nomeada pela portaria nº 5.688/2020, para promoção dos trabalhos gerais de Licitação de Município de Joaçaba, em substituição a servidora Daniela Aparecida Mattos, conforme memorando nº 70/2020 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 27 de abril de 2020

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.334

Publicação Nº 2466323

PORTARIA Nº 6.334 DE 27 DE ABRIL DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIEGE DE BRITO PINHEIRO CHIESA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de abril de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 27 de abril de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.335

Publicação Nº 2466324

PORTARIA Nº 6.335 DE 30 DE ABRIL DE 2020

“EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 30 de abril de 2020, o(a) Sr.(a) JESSICA DAYANE APARECIDO DA SILVA, Intendente Administrativo, nível CC-4, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019, conforme memorando da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de abril de 2020.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N° 6.336

Publicação N° 2466325

PORTARIA N° 6.336 DE 04 DE MAIO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARIA OLIVIA BELOTTO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 216/2020 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 14 de janeiro de 2019 a 13 de janeiro de 2020 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de maio de 2020, de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N° 6.337

Publicação N° 2466327

PORTARIA N° 6.337 DE 04 DE MAIO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DIANA APARECIDA GOTARDO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 114/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 13 de fevereiro de 2019 a 12 de fevereiro de 2020 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de maio de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.338

Publicação Nº 2466328

PORTARIA Nº 6.338 DE 04 DE MAIO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JULIANA DARTORA BESBATI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de maio de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.339

Publicação Nº 2466329

PORTARIA Nº 6.339 DE 04 DE MAIO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EMANUEL RICARDO DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 28 de abril de 2018 a 27 de abril de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de maio de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.340

Publicação Nº 2466331

PORTARIA Nº 6.340 DE 04 DE MAIO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIANO COLOMBO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de maio de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76

de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de maio de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.341

Publicação Nº 2466332

PORTARIA Nº 6.341 DE 04 DE MAIO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SUELEN FERREIRA FRANÇA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 13 de fevereiro de 2018 a 12 de fevereiro de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de maio de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.342

Publicação Nº 2466333

PORTARIA Nº 6.342 DE 04 DE MAIO DE 2020

“COLOCA A DISPOSIÇÃO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - COLOCAR A DISPOSIÇÃO do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria do Trabalho no Município de Joaçaba, o(a) Servidor(a) Sr.(a) CRISTINE SANTIAGO GHIZONI, Técnico de Administração, para prestar serviços junto aquele órgão, conforme Ofício nº 122/2020 da Procuradoria do Trabalho e deferido da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.343

Publicação Nº 2466334

PORTARIA Nº 6.343 DE 04 DE MAIO DE 2020.

"TRANSFERE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. MARILIA DORINI, Técnico de Administração, com carga horária de 35 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Procuradoria Geral do Município - PROCON, conforme processo nº 1528/2020 de 14 de abril de 2020.

Art. 2º - DESIGNAR o(a) Servidor(a) Sr. MARILIA DORINI, Técnico de Administração, para desempenhar a função de Fiscal do PROCON no município de Joaçaba.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de maio de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

HOMOLOGAÇÃO PL 110/2019/PMJ

Publicação Nº 2465914



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 69/2019

Processo Adm.: 110/2019
Data do Processo: 02/12/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 110/2019
b) **Nr. Licitação:** 69/2019 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 04/05/2020
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada para promover a regularização fundiária - REURB de núcleo urbano informal, na modalidade REURB-S, de lotes urbanos (lote/ocupação/unidade habitacional) no Município de Joaçaba, SC, em conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
REGULAR REGULARIZACOES IMOBILIARIAS LTDA				
1 - Promover a regularização fundiária - REURB de núcleo urbano informal, na modalidade REURB-S, de lotes urbanos (lote/ocupação/unidade habitacional) no Município de Joaçaba, SC, em conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018. - Marca:	VB	1,000	37.000,0000	R\$ 37.000,00
Total geral:				R\$ 37.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	11.001.16.482.0013.2175.3.3.90.00.00	R\$ 8.000,00
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	11.001.16.482.0013.2175.3.3.90.00.00	R\$ 80.000,00

Joaçaba, 04/05/2020

Assinatura do Responsável

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2465673

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HORAS MÁQUINAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS NAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0012/2020, PROCESSO JHL Nº 0016/2020, PROTOCOLO JHL Nº 0619/2020

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar Lamin, doravante denominado "SIMAE" e a empresa AR Serviços de Terraplanagem e Transportes Ltda, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0016/2020, Pregão Presencial JHL nº 0012/2020, homologado em 05/05/2020, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	AR Serviços de Terraplanagem e Transportes Ltda – EPP
	ENDEREÇO:	Rua Armino Raimundo Heberle, nº 113, Sala 03, Vila Remor, em Joaçaba/SC.
	CNPJ/MF:	14.719.979/0001-67
	REPRESENTANTE LEGAL:	Itacir Araldi
	CPF:	845.795.529-20
	RG:	3.153.918

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual prestação de serviços horas máquinas para execução de serviços de implantação e melhorias nas redes de água e esgoto do Simae, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Escavação com concha:</p> <p>Serviço de escavadeira hidráulica, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concha com capacidade para 0,83m³ - Capacidade operacional da máquina 14 toneladas - Ano de fabricação não superior a oito anos; - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador - para prestar serviços conforme demanda do simae, valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação, canais/rios para escavação em solo com presença de matações, impossível de ser removidos com escavadeira normal, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. 	HR	200	R\$ 242,00	R\$ 48.400,00

3	<p>Serviço de escavadeira hidráulica acoplado com rompedor hidráulico, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - peso da escavadeira de no mínimo 19 ton Rompedor hidráulico - Com peso operacional do rompedor de no mínimo 1700 kg. - Energia de impacto de no mínimo 3.800 Joules. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. <p>Serviço de desmonte e remoção de rocha conforme necessidade nos serviços executados pelo Simae, para romper rochas presentes em valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.</p>	HR	200	R\$ 476,00	R\$ 95.200,00
4	<p>Serviço de Retro Escavadeira, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concha com capacidade para 0,80m³ - Capacidade operacional da máquina 07 toneladas - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Tração 4 x 4 - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. <p>Para escavação em solo, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.</p>	HR	600	R\$ 165,00	R\$ 99.000,00
6	<p>Serviço de rolo compactador, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - peso operacional mínimo de 8 toneladas. - Rolo compactador gabinado - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador <p>Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes</p>	HR	50	R\$ 278,00	R\$ 13.900,00
7	<p>Serviço de caminhão basculante caçamba, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caminhão toco. - Capacidade de carga mínima de 5 tonelada. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador <p>Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. Se necessário transportar asfalto da usina aonde o Simae tem contrato até os três municípios aonde o Simae atende</p>	HR	150	R\$ 118,00	R\$ 17.700,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0012/2020 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 04 de maio de 2020.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua

conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, Gerente do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Valdesir Spier, Gerente do Setor de Operação e Manutenção de Esgoto do Simae, e-mail: some@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

7.1 Os serviços serão prestados parceladamente, podendo haver variação nas quantidades solicitadas conforme condições climáticas e outras situações adversas. Devendo ser prestado em dias úteis e no horário de expediente nos locais pré-determinados pelo SIMAE.

7.2 Depois de efetuada a solicitação por e-mail, os serviços deverão ser iniciados em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a referida solicitação, em horário de expediente do SIMAE, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

7.2.1 Serão solicitados serviços na área Urbana ou Rural dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste ou Luzerna, dependendo da necessidade do SIMAE.

7.3 Após a conclusão dos serviços a DETENTORA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente a quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

7.4 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade de serviço prestado, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do serviço com a especificação e a consequente aceitação.

7.5 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço.

7.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à DETENTORA, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

7.7 Se os serviços não forem iniciados no prazo estipulado, a DETENTORA estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Lei.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de

Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2020, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061/ 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.16.00.00.00

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexo I e II do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a

aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;
 - b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;
 - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:
- a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;
 - b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
 - c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
 - d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
 - e) não manter a proposta após a adjudicação;
 - f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
 - g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
 - h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
 - i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;
 - j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
 - k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 05 de maio de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente do Simae

AR Serviços de Terraplanagem e Transportes Ltda - EPP
Itacir Araldi - Sócio Administrador
Testemunhas:

Graciela Pratto Valdesir Spier
Gerente SMTP Gerente SOME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0009/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2465683

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0009/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HORAS MÁQUINAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS NAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0012/2020, PROCESSO JHL Nº 0016/2020, PROTOCOLO JHL Nº 0619/2020

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar Lamin, doravante denominado "SIMAE" e a empresa Transcavalheiro Transportes e Escavações Ltda, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0016/2020, Pregão Presencial JHL nº 0012/2020, homologado em 05/05/2020, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Transcavalheiro Transportes e Escavações Ltda
	ENDEREÇO:	Rua Floriano Ferraz, nº 26, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, em Joaçaba/SC
	CNPJ/MF:	13.730.156/0001-70
	REPRESENTANTE LEGAL:	Paulo Jair Cavalheiro
	CPF:	018.585.889-24
	RG:	3.343.464-6

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual prestação de serviços horas máquinas para execução de serviços de implantação e melhorias nas redes de água e esgoto do Simae, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Escavação com concha: - prestar serviços de abertura de valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação, etc, conforme demanda do simae: Descrição mínima do equipamento: - Ano de fabricação não inferior a oito anos; - Capacidade operacional da máquina 07 toneladas - Concha com capacidade para 0,40m³ Capacidade operacional da máquina 7 toneladas - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. - para prestar serviços conforme demanda do simae, valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação canais/rios para escavação em solo com presença de matacões, impossível de ser removidos com escavadeira normal, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.	HR	300	R\$ 159,00	R\$ 47.700,00
8	Serviço de caminhão basculante caçamba, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Caminhão trucado. - Capacidade de carga mínima de 12 toneladas. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. Se necessário transporte de asfalto ou terra para aterro e destinação final.	HR	250	R\$ 110,00	R\$ 27.500,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0012/2020 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 04 de maio de 2020.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, Gerente do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Valdesir Spier, Gerente do Setor de Operação e Manutenção de Esgoto do Simae, e-mail: some@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

7.1 Os serviços serão prestados parceladamente, podendo haver variação nas quantidades solicitadas conforme condições climáticas e outras situações adversas. Devendo ser prestado em dias úteis e no horário de expediente nos locais pré-determinados pelo SIMAE.

7.2 Depois de efetuada a solicitação por e-mail, os serviços deverão ser iniciados em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a referida solicitação, em horário de expediente do SIMAE, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

7.2.1 Serão solicitados serviços na área Urbana ou Rural dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste ou Luzerna, dependendo da necessidade do SIMAE.

7.3 Após a conclusão dos serviços a DETENTORA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente a quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

7.4 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade de serviço prestado, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do serviço com a especificação e a consequente aceitação.

7.5 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço.

7.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação

apresentada à DETENTORA, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

7.7 Se os serviços não forem iniciados no prazo estipulado, a DETENTORA estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Lei.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2020, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061/ 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.16.00.00.00

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexo I e II do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento

da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 05 de maio de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente do Simae

Transcavalheiro Transportes e Escavações Ltda
Paulo Jair Cavalheiro - Administrador
Testemunhas:

Graciela Pratto
Gerente SMTP

Valdesir Spier
Gerente SOME

PORTARIA JHL 182/2020

Publicação Nº 2466132

PORTARIA SIMAE JHL – 182/2020 DE 05.05.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Resolve PRORROGAR, por 03 (três) meses, a validade da Portaria n. 565/2019 de 27.12.2019.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 05 de maio de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 184/2020

Publicação Nº 2466455

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 184/2020 DE 06/05/2020.

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, - Simae, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

1º INSTAURAR Processo Administrativo, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, afim de que se apure os fatos narrados em face ao comunicado interno de 27.01.2020 do Setor de Compras, Transportes e Patrimônio e demais documentos juntados ao processo, protocolado sob n. 314/2020.

2º DESIGNAR os servidores Francielli Wendland Guaragni Fiorin, Graciela Pratto e Washington Luiz Rui Provencsi Papini para atuarem sob a Presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior devendo promover as diligências necessárias apresentando relatório circunstanciado do que for apurado.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do artigo 3º, da Lei n. 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 06 de maio de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0016/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2464710

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0021/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016/2020
PROTOCOLO JHL 0777/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0016/2020 – Licitação 0021/2020, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE AERADORES SUPERFICIAIS FLUTUANTES PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D' OESTE DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 13h 50min do dia 28/05/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 28/05/2020 às 14h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 06/05/2020 a 28/05/2020.


Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 05 de maio de 2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

HOMOLOGAÇÃO PR 0012/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2464896

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2020	
CNPJ:	84.591.890/0001-43	Telefone:	(49) 3551-8200
Endereço:	Rua Tiradentes, 123 - Centro		
CEP:	89600-000 - Joaçaba		
		Processo Adm.:	16/2020
		Data do Processo:	28/02/2020
		Folha:	1 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 16/2020
b) **Nr. Licitação:** 12/2020 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 05/05/2020
e) **Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS NAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE.


f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA				
1 - Escavação com concha: Serviço de escavadeira hidráulica, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Concha com capacidade para 0,83m³ - Capacidade operacional da máquina 14 toneladas - Ano de fabricação não superior a oito anos; - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador - para prestar serviços conforme demanda do simae, valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação, canais/rios para escavação em solo com presença de matações, impossível de ser removidos com escavadeira normal, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. - Marca: AR SERVIÇOS	HR	200,000	242,0000	R\$ 48.400,00
3 - Serviço de escavadeira hidráulica acoplado com rompedor hidráulico, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - peso da escavadeira de no mínimo 19 ton Rompedor hidráulico - Com peso operacional do rompedor de no mínimo 1700 kg. - Energia de impacto de no mínimo 3.800 Joules. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Serviço de desmonte e remoção de rocha conforme necessidade nos serviços executados pelo simae, para romper rochas presentes em valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. - Marca: AR SERVIÇOS	HR	200,000	476,0000	R\$ 95.200,00
4 - Serviço de Retro Escavadeira, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Concha com capacidade para 0,80m³ - Capacidade operacional da máquina 07 toneladas - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Tração 4 x 4 - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Para escavação em solo, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. - Marca: AR SERVIÇOS	HR	600,000	165,0000	R\$ 99.000,00

Joaçaba, 05/05/2020

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2020	
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Telefone: (49) 3551-8200	Processo Adm.: 16/2020 Data do Processo: 28/02/2020	Folha: 2 / 2

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
6 - Serviço de rolo compactador, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - peso operacional mínimo de 8 toneladas. - Rolo compactador gabinado - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. - Marca: AR SERVIÇOS	HR	50,000	278,0000	R\$ 13.900,00
7 - Serviço de caminhão basculante caçamba, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Caminhão toco. - Capacidade de carga mínima de 5 tonelada. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. Se necessário transportar asfalto da usina aonde o simae tem contrato até os três municípios aonde o Simae atende. - Marca: AR SERVIÇOS	HR	150,000	118,0000	R\$ 17.700,00
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES E ESCAVACOES LTDA				
2 - Escavação com concha: - prestar serviços de abertura de valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação, etc, conforme demanda do simae: Descrição mínima do equipamento: - Ano de fabricação não inferior a oito anos; - Capacidade operacional da máquina 07 toneladas - Concha com capacidade para 0,40m³ Capacidade operacional da máquina 7 toneladas - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. - para prestar serviços conforme demanda do simae, valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação canais/rios para escavação em solo com presença de mato, impossível de ser removidos com escavadeira normal, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. - Marca: TRANSCAVALHEIRO	HR	300,000	159,0000	R\$ 47.700,00
8 - Serviço de caminhão basculante caçamba, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Caminhão trucado. - Capacidade de carga mínima de 12 toneladas. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. Se necessário transporte de asfalto ou terra para aterro e destinação final. - Marca: TRANSCAVALHEIRO	HR	250,000	110,0000	R\$ 27.500,00
Total geral:				R\$ 349.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 192.500,00
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.2062.3.3.90.00.00	R\$ 192.500,00

Joaçaba, 05/05/2020

.....

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

Jupirá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 145/20 DE 23/04/2020

Publicação Nº 2464615

PORTARIA N.º 145/20 de 23/04/2020.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70, inciso VII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

Considerando, orientação da Organização Mundial de Saúde;

Considerando, que os servidores abaixo relacionados pertencem ao grupo de risco da pandemia do COVID 19, decretada pela Organização Mundial de Saúde;

RESOLVE:

Art.1.º - AFASTAR, por prazo indeterminado, os servidores abaixo relacionados, bem como dispensados de registrar o cartão ponto, a partir da data de 16 de abril de 2020, data de início da quarentena referente ao COVID 19;

Inês Zanelatto Valandro - Técnica de Enfermagem;
Patrícia Darros - Gerente de Departamento;
Gabriela Bottega - Farmacêutica;
Elsa Biffe - Técnica de Enfermagem;
Marcio Savio- Fisioterapeuta;
Lucira Nichetti – Agente de Saúde;
Ana Paula Maraskim - Agente de Saúde;
Marizete Scopel - Agente de Saúde;
Cleusimar Cesar Fante – Controlador Interno
Leonardo Rossoni – Assistente Administrativo;
Sezarlei Ferreira Bueno - Contador ;
Jean Carlos Boesing – Médico Veterinário;
Sandra Edevalne Goncalves Zorzi- Auxiliar de Manutenção e Conservação;
Luciane Massola- Auxiliar de Manutenção e Conservação;
Marilei Fatima Moraes - Auxiliar de Manutenção e Conservação;
Carmen Graczki Fabris - Auxiliar de Manutenção e Conservação;
Lais Aparecida Pokojeski – Assistente Administrativo.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 16/04/2020.

Município de Jupirá SC, 23 de abril de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 147/20 DE 30/04/2020

Publicação Nº 2464627

PORTARIA N.º 147/20 de 30/04/2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal WYLSON ROSSONI FILHO, ocupante do cargo de Medico, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 27/08/2018 a 26/08/2019, que serão gozadas no período 01/04/2020 a 30/04/2020, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01/04/2020.

Município de Jupiá - SC, 30 de abril de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

PE 18/2020 PML E TP 03/2020 PML

Publicação Nº 2465421

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 18/2020 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para Secretaria de Assistência Social, Secretaria da Saúde e Secretaria de Educação..

Abertura: 21/05/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 965.435,77

Modalidade: Tomada de Preços 03/2020 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Quadra Coberta na EMEB Prof. Osni de Medeiros Régis, com fornecimento de material.

Abertura: 29/05/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 365.853,88

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 06 de maio de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

SUSPENSÃO CONTRATUAL - SMEL COVID-19 SESI

Publicação Nº 2464822

TERMO SUSPENSÃO CONTRATUAL

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Educação, a Sr.^a. Ivana Elena Michaltchuck, resolve celebrar esse Termo de Suspensão ao Contrato 05/2020, firmado com SESI – Serviço Social da Indústria.

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal 17.901/2020, que dispõe sobre o enfrentamento a pandemia mundial decorrente do Vírus COVID-19, em especial, ao ponto que faz referência a suspensão das aulas da rede pública municipal;

CONSIDERANDO, ofício interposta pela Secretária Municipal de Educação, nº 0144/2020/FIN/SMEL, qual requer a suspensão da execução do objeto do contrato referente contratação do Curso de Maker para atender os alunos do ensino fundamental I das Turmas 1º, 2º e 3º anos do contraturnos na EMEB Frei Bernardino, conforme enumerado abaixo:

- Contrato 05/2020 – Dispensa de Licitação 02/2020 – SESI

Considerando, Parecer Jurídico nº 0313/2020, que entende pela possibilidade das suspensões dos prazos das execuções contratuais;

Resolve, SUSPENDER, o prazo de execução dos contratos, acima mencionados, até a data de 31/05/2020, podendo ser prorrogado, por interesse público, até o máximo de 120 dias, nos termos do inciso XIV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93.

Lages, 27 de abril de 2020.

Ivana Elena Michaltchuck

Secretária Municipal de Educação

Laguna

PREFEITURA

DECRETO 6.236/2020 - REVOGA O DECRETO N. 6.235/2020

Publicação Nº 2466337

DECRETO Nº 6.236/2020, de 05 de maio de 2020.

REVOGA O DECRETO N.º 6.235/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.235/2020, datado de 04 de maio de 2020, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2020.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

ERRATA N.º 004/2020 - DECRETO 6.235/2020 - ERRO MATERIAL

Publicação Nº 2465821

ERRATA Nº. 004/2020 - Decreto nº 6.235/2020

O Prefeito Municipal de Laguna, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, informa que a presente serve para retificar erro material constante do art. 1º, §1º, do Decreto nº 6.235/2020, publicado no Diário Oficial do Município de Laguna, em 05/05/2020 - Edição: nº 3131, página 607.

Ante o exposto, RETIFICA-SE:

ONDE SE LÊ:
DECRETO Nº 6.235/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020

Art. 1º (...).

§1º Nas demais Secretarias ficam proibidas a realização de horas extraordinárias, ressalvada a autorização expressa da Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, em casos específicos e pontuais, não cabendo habitualidade.

LEIA-SE:
DECRETO Nº 6.235/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020

Art. 1º (...).

Parágrafo único. Nas demais Secretarias ficam proibidas a realização de horas extraordinárias, ressalvada a autorização expressa da Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, em casos específicos e pontuais, não cabendo habitualidade.

Laguna, 05 de maio de 2020

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO COMED/SC Nº 01, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2466267

ATA PARA LEITURA

Aos dias vinte e três de abril de dois mil e vinte, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Educação da cidade de Laguna- COMED, via aplicativo Zoom Meeting em virtude do Decreto Municipal nº 6.207, de 17 de março de 2020, o qual proíbe aglomeração no âmbito municipal. Começamos a reunião verificando a quantidade de membros presentes, e após feita a contagem dos demais membros, verificou-se a quantidade suficiente de segmentos representados para deliberações, sendo a maioria. Nessa oportunidade, a presidente, Senhora Claudete do Nascimento Eufrásio, cumprimentou a todos, e esclareceu sobre a pauta, a qual tratará unicamente da apresentação, discussão e aprovação da Resolução que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Laguna-SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19), enviada pela Secretaria Municipal de Educação de Laguna. Com a finalidade de tratamento da pauta, a presidente propõe a leitura do texto apresentado, para que seja discutido todos os parágrafos. Primeiramente observou-se e se fez necessário a modificação

e correção desde o início da redação da resolução e de duas considerações, ficando a nova redação de toda a proposta de resolução na seguinte forma apresentada, sendo todos os itens discutidos e aprovados por unanimidade como segue:

RESOLUÇÃO COMED/SC Nº 01, de 23 de abril de 2020.

Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Laguna-SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGUNA, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 23 de abril de 2020, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Laguna estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da constituição federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018)

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação

superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas.

CONSIDERANDO Parecer CNE/CEB nº 1/2002 não deixa margem para dúvidas, ao se pronunciar: O mínimo de duzentos dias deveria ser rigorosamente cumprido, mesmo que disso implicar defasagem entre o ano letivo e o ano civil. E flexibiliza para cumprir a reposição da carga horária estabelecida na LDB, art.º 24 utilizar dias normalmente não ocupados com efetivo trabalho escolar, como períodos de feriados, e/ou sábados e domingos.

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aquela veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação.

CONSIDERANDO que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo. Adaptando-se à nova organização social a CLT foi alterada pela Lei 12.551/2011, passando seu art. 6º a prever:

“Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO o disposto medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas de emergência de saúde pública de que trata lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 6.207, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) no município de Laguna.

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria Municipal de Educação e Esportes nº 04, de 24 de março de 2020, a qual suspende a realização das aulas pelo período de 30 dias a partir do dia 17 de março de 2020, determinando a antecipação do recesso escolar de julho nos primeiros 15 (quinze dias).

RESOLVE:

I CAPÍTULO

DA POSSIBILIDADE

REGIME DE ENSINO NÃO PRESENCIAL

REGIME HÍBRIDO (PARA REPOSIÇÃO)

Art. 1º. Para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido as atividades pedagógicas sem a presença, ou semipresencial de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino públicas e privadas, da Educação Infantil, Educação Básica, Profissional pertencentes ao Município de Laguna-SC.

§ 1º Para a recuperação dos dias letivos suspensos o ensino poderá ser ofertada na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos na forma não-presencial ou semipresencial.

§ 2º Nos termos do § 4º do artigo 32 da Lei n.º 9.394/96 (LDB) a forma de Educação a Distância poderá ser utilizada no Ensino Fundamental como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Visto que no § 2º, da mesma lei, a oferta da educação básica a distância contemplará a situação de cidadãos que: I - Estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;

Art. 2º O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 60 (sessenta) dias, sendo os primeiros 10 dias letivos considerados recesso, a partir de 18 de março de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias, conforme o Decreto Municipal nº 6.207, de 17 de março de 2020.

§ 1º A oferta da modalidade de ensino não presencial para todas as etapas da educação básica e infantil terá caráter excepcional e valerá pelo período 60 dias prorrogável por até (60) dias, podendo ser ampliado por novo período enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. E respeitará a carga horária semanal de cada disciplina.

§ 2º Nesse momento de excepcionalidade, as atividades serão desenvolvidas por ano e disciplinas, sendo os professores responsáveis pelo planejamento, sendo encaminhado para sua unidade escolar de acordo com a organização pedagógica.

Art. 3º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não, que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

VII - As direções e coordenação pedagógica de cada unidade apresentarão seus planos de ação, para a Secretaria Municipal de Educação, que, como órgão gestor da educação, terá o papel de avaliar e deliberar sobre a pertinência e viabilidade dos planos de ação propostos, em decisão compartilhada com o Conselho Municipal de Educação.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º Quanto a etapa da educação infantil, a avaliação obedecerá o caput do art. 31 da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; as atividades devem garantir o desenvolvimento para esta etapa de ensino, seguindo as propostas do Currículo Base do Território Catarinense, como forma de garantir os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária. Especificamente nesta resolução para educação infantil, no período que corresponde a creche (0-3) e pré escola (4-5).

§ 3º Para a educação infantil, correspondente às crianças de 04 meses à 06 anos, o não desenvolvimento das atividades na forma não presencial, acarretará na reposição das horas não trabalhadas, visto a determinação de cumprimento das 800 horas do calendário escolar do ano vigente. Nesta situação, o professor realizando as atividades não presenciais de atendimento a sua turma, comprovará sua hora de efetivo trabalho com a Secretaria de Educação e Esportes de Laguna, através de relatórios gerados pela gestão escolar, validado o cômputo de horas do referido calendário.

§ 4º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar desse período.

§ 5º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial, sendo recomendada 04 horas diárias.

§6º Para fins de cumprimento do número de dias letivos mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de 4 horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de

horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 7º A realização de atividades não-presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não excluirá a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não seja possível contemplar as 800 horas previstas em lei. Sendo admissível a extensão da jornada escolar.

§ 8º Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deverá considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos(as) docentes, com o oferecimento do acompanhamento remoto do(a) docente.

Art. 4º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período de regime não presencial.

§ 1º Consideram-se de efetivo trabalho escolar, os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas, planejadas pela escola, desde que contem com a frequência controlada dos alunos e o monitoramento dos professores.

II CAPÍTULO

DA REPOSIÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR

PRESENCIAL

SEMIPRESENCIAL

Art. 5º Todas as instituições ou redes de ensino públicas e privadas, da Educação Infantil, Educação Básica e Profissional, pertencentes ao Município de Laguna-SC, somente poderão encerrar o ano letivo após o cumprimento dos dias letivos e/ou carga horária letiva, em que foram suspensas as aulas conforme Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, e Decreto Municipal nº 6.207, de 17 de março de 2020, da seguinte forma:

- 800 horas de efetivo trabalho escolar para os cursos de organização anual.
- A totalidade da carga horária estabelecida no quadro curricular homologado.
- Para cumprimento do disposto neste artigo, deverá ser planejada a reposição da carga horária prevista e não realizada, bem como das aulas previstas e não ministradas, na conformidade do contido na presente Resolução. Devendo o cômputo das horas abranger as aulas realizadas em regime não presencial devidamente registradas.

Art. 6º A reposição de dias letivos e/ou carga horária poderá ocorrer ao longo do ano letivo, em horário diverso ao das aulas regulares da classe.

§ 1º Constatada a impossibilidade de realizar no decorrer dos bimestres, trimestres e/ou semestres letivos, a reposição de que trata o caput será de acordo a carga horária, visto a possibilidade de reposição nos feriados, recessos escolares e atividades não presenciais, e caso seja necessário, será obedecida a seguinte ordem de precedência:

- Recesso escolar de julho;
- Recesso escolar de dezembro;
- Férias de janeiro.

§ 2º Podendo acontecer as reuniões pedagógicas e conselho de classe por videoconferência.

Art. 7º Caberá a todas as instituições da rede escolar do Sistema Municipal de Ensino:

- Efetuar o levantamento por classe e ou por componente curricular do total de dias não trabalhados e aulas não ministradas
- Elaborar, o plano de reposição dos dias letivos e ou da carga horária a serem cumpridos;
- Notificar alunos e responsáveis sobre a necessidade de reposição de dias letivos e ou de aulas, afixando, em local visível, as datas e horários estabelecidos no plano de reposição;
- Encaminhar o plano de reposição à Secretaria Municipal de Educação para homologação.

Art. 8º O plano de reposição deverá ser formalizado em documento próprio que explicita a situação do calendário escolar, de cada classe e dos respectivos componentes curriculares, de modo a garantir as informações pertinentes e necessárias à análise e aprovação das atividades propostas.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação analisar e aprovar o plano de reposição, quando a reposição de dias letivos implicar alteração do calendário escolar.

Art. 9º Caberá as direções e coordenação pedagógica de cada unidade escolar:

- acompanhar o desenvolvimento das atividades escolares, verificando a necessidade de reposição de dias letivos e de carga horária;
- orientar as equipes escolares na elaboração do plano de reposição de dias letivos e/ou carga horária de aulas;
- analisar o plano de reposição proposto pela escola, emitindo parecer sobre a sua homologação;
- acompanhar a execução das atividades de reposição programadas para cada classe;
- orientar os procedimentos para os registros referentes às atividades de reposição e à vida escolar dos alunos.

Art. 10 Caberá à Secretaria Municipal de Educação homologar, mediante parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, o plano de reposição da carga horária devida e/ou de aulas proposto pela unidade escolar.

Art. 11 A equipe escolar, após a homologação do plano de reposição, procederá às adequações do plano de trabalho definido para o bimestre, trimestre e/ou semestre letivo, de modo a garantir a consecução dos objetivos propostos e o desenvolvimento das atividades curriculares previstas para cada disciplina.

Art. 12 O Secretário Municipal de Educação e Esportes e o Departamento de Recursos Humanos, em suas respectivas áreas de atuação, poderão, se necessário, expedir instruções complementares para cumprimento do disposto na presente resolução.

Art. 13 As Direções de Ensino poderão resolver os casos específicos de sua unidade, obedecendo as disposições legais desta Resolução.

Art. 14 Compete a Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Laguna, juntamente aos Gestores Escolares das Instituições de Ensino, assegurar o padrão de qualidade no atendimento às crianças e alunos da Rede Municipal de Ensino, de forma a oportunizar o cumprimento do previsto no Projeto Político Pedagógico das Instituições de Ensino e no Currículo Base do Território Catarinense.

Art. 15 É dever do Gestor da Instituição de Ensino:

I- planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares.

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar.

III - apresentar materiais específicos para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo-aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e de aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais, que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa (Parecer CEE/SC 146/2020, f. 5).

Art. 16 É dever da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Laguna:

I - garantir o direito a todos os estudantes do cumprimento das horas exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por meio do ensino não presencial, de acordo com o Parecer CEE/SC nº 146/2020 e com a Resolução CEE/SC nº 009/2020, com a participação dos gestores escolares;

II- apresentar ao Conselho Municipal de Educação Plano de Formação Docente visando subsidiar o uso das ferramentas tecnológicas;

III - implantar o Diário Online, o qual está disponível de forma imediata.

Após análise detalhada da legislação, este conselho está parcialmente de acordo ao texto enviado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Laguna, e emite parecer favorável, com ressalvas destacadas em ata. Visto a obrigatoriedade de garantia do cumprimento do calendário escolar conforme a legislação vigente de 800 horas (LDB) art. 24 e art. 31, para todas as instituições ou redes de ensino públicas e privadas, da Educação Infantil, Educação Básica e Profissional, pertencentes ao Município de Laguna-SC.

MEMBROS DO CONSELHO

(Presidente do Conselho)

CONSELHEIROS

Laguna, 23 de abril de 2020.

A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Tânia Preuss, representante da secretaria de educação. Juliana Fagundes de carvalho e Rosângela Correa Iung, representantes dos profissionais da rede pública. Danilo Prudêncio da Costa, representante da Gerência Regional de Educação, Marli Augustinho Nunes, representante das entidades estudantis do Sistema Municipal de Ensino, Simone Bergler Bitencourt e Claudiane Correa da Silva, representantes dos pais vinculados às APPs do sistema municipal de ensino. Cristyanne Maria dos santos da Silva, representante das escolas particulares do sistema municipal de ensino. Cristine Guedes Paulino e Claudete Nascimento Eufrásio, representante do sindicato dos servidores públicos do município de Laguna. Maria Gorete Rocha de Bem, representante as universidades com curso estabelecidos e funcionamento no município de Laguna e Emeline Ramos Feuser Gruner, representante das instituições filantrópicas que prestam serviço ligados a educação no município de Laguna. Sem mais a ser tratado, eu Cristine Guedes Paulino, na condição de secretária excepcionalmente na ausência da titular, lavro a presente ata, leio em voz alta e coloco em votação, sendo aprovada por unanimidade.

RESOLUÇÃO N. 01/2020 - CMDCA

Publicação Nº 2465133

RESOLUÇÃO N. 01/2020 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAGUNA

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Laguna, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela Lei Municipal n.º 164 de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre o CMDCA e;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo

CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 6208/20, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Laguna;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica autorizada, excepcionalmente, a utilização do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, para fins de auxílio ao combate à Pandemia do COVID-19 e assistência social das famílias de baixa renda afetadas pela situação atual.

Artigo 2º – Para utilização do valor do FIA para os fins da presente resolução, o órgão ou entidade interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Autorização judicial para fins de desvinculação do valor do FIA para as finalidades contidas no art. 1º, da presente resolução;
2. Projeto específico para a utilização do valor pretendido;
3. Comprovação da inexistência de verba orçamentária própria para realização do projeto.

Artigo 3º – Todos os pedidos formulados nos termos da presente resolução deverão ser aprovados pela plenária do CMDCA.

Artigo 4º – Os valores obtidos nos termos da presente resolução não afasta a possibilidade de apresentação de projetos nos moldes e finalidades do FIA.

Artigo 5º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 27 de abril de 2020.

Gladys Alcântara
Presidente CMDCA

RESOLUÇÃO N. 02/2020 - CMDCA

Publicação Nº 2465136

RESOLUÇÃO N. 02/2020 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAGUNA

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Laguna, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela Lei Municipal n.º 164 de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre o CMDCA e;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 6208/20, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Laguna;

Considerando o disposto na Resolução n. 01/2020, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

Considerando o contido na ação judicial n. 5001431-20.2020.8.24.0040.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aprovado o projeto apresentado pela Secretaria de Assistência Social para fins de aquisição de cestas básicas para distribuição para famílias carentes no Município de Laguna, no valor de R\$ 299.880,00.

Artigo 2º – As cestas básicas serão adquiridas pelo CMDCA, que as entregará diretamente à Secretaria de Assistência Social para distribuição.

Artigo 3º – A distribuição das cestas básicas deverá ser realizada com base em cadastro contido na Secretaria de Assistência Social com a finalidade de se alcançar o maior número de famílias e evitar que a mesma entidade familiar receba mais de um benefício.

Artigo 4º – A Secretaria de Assistência Social deverá encaminhar, mensalmente, relatório de entrega das cestas básicas para fiscalização pelo CMDCA.

Artigo 5º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 27 de abril de 2020.

Gladys Alcântara
Presidente CMDCA

RESOLUÇÃO N. 03/2020 - CMDCA

Publicação Nº 2465137

RESOLUÇÃO N. 03/2020 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAGUNA

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Laguna, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela Lei Municipal n.º 164 de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre o CMDCA e;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 6208/20, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Laguna;

Considerando a necessidade de isolamento social e o impedimento de realização de reuniões com grande número de pessoas

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica autorizada a realização das reuniões do CMDCA por meio de mecanismos virtuais, preferencialmente por videoconferência.

Artigo 2º – Ante a impossibilidade de assinatura das atas e demais deliberações, até o fim da Pandemia, os documentos serão encaminhados pela Secretaria Geral do Conselho ao e-mail dos membros do CMDCA que as aprovarão mediante resposta ao e-mail do Conselho.

Artigo 3º – As atas e deliberações serão assinadas, durante a Pandemia, apenas pela Presidente do CMDCA.

Artigo 4º – Com o término na Pandemia, a Secretaria Geral do CMDCA providenciará a assinatura dos demais membros do Conselho.

Artigo 5º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 27 de abril de 2020.

Gladys Alcântara
Presidente CMDCA

Lajeado Grande

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2020 DE 04.05.2020 "DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2465118

Decreto Legislativo n. 004/2020
de 04.05.2020

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEODI JOSE COLTRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício financeiro de 2020, a qual terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Comissão Permanente de Licitação conforme Lei Federal 8.666/93:

Presidente : Poliana Rissi
Secretária : Thais Ferreira Camargo
Membro : Leocer Zmijevski
Suplentes : Margarete da Silva Costa Flores e Katia Regina da Silva

Art. 4º - Pregoeiro e Equipe de Apoio conforme Lei Federal 10.520/2002:
Pregoeiro: Reinaldo Valentini

Equipe de Apoio:
Presidente: Poliana Rissi
Secretária: Thais Ferreira Camargo
Membro: Leocer Zmijevski
Suplentes: Margarete da Silva Costa e Katia Regina da Silva

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

Art. 6º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 7º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta do Orçamento Vigente do Poder Legislativo.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,
em 04 maio de 2020.

LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume

JURACI XAVIER
Primeiro Secretário

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO N: TERMO DE ADITIVO N. 002/2020 AO CONTRATO N. 002/2019 BETHA SISTEMAS

Publicação Nº 2465338

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: Termo de Aditivo n. 002/2020 ao Contrato n. 002/2019
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Locação de Software – Prorrogação do prazo de vigência.
PRAZO: 9 meses
FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 31 de março de 2020.

LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DE CONTRATO TERMO DE ADITIVO N. 001/2020 AO CONTRATO N. 003/2019- FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO

Publicação Nº 2465347

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: Termo de Aditivo n. 001/2020 ao Contrato n. 003/2019
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
OBJETO: Locação de Software – Controle Interno – Prorrogação do prazo de vigência.
PRAZO: 9 meses
FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 31 de março de 2020.

LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DE CONTRATO TERMO DE ADITIVO N. 001/2020 AO CONTRATO N. 004/2019 COMACHIO

Publicação Nº 2465343

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: Termo de Aditivo n. 001/2020 ao Contrato n. 004/2019
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: COMACHIO & BAPTISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO: Serviços Jurídicos – Prorrogação do prazo de vigência.
PRAZO: 8 meses
FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 30 de abril de 2020.

LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA LEGISLATIVA N. 005/2020 DE 04.05.2020 NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA NA CARREIRA DE SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2465120

PORTARIA LEGISLATIVA n. 005/2020
DE 04.05.2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA NA CARREIRA DE SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEODI JOSE COLTRO – Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Complementar Municipal n. 026/2013;

DECIDE:

Art. 1º - Os membros abaixo relacionados ficam nomeados para comporem a Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório do Poder Legislativo de Lajeado Grande, nomeados em decorrência de classificação em concurso público, de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e artigo 7º da Lei Complementar Municipal n. 026/2013:

I – Presidente: Reinaldo Valentini – Contador da Câmara de Vereadores;

II – Secretário: Edegar Rosa da Silva – Controlador Interno do Município;

III – Membros:

a) Maicon Andre Marocco - Vereador;

b) Leocer Zmijevski - Vereador

Art. 2º - A comissão nomeada com base no artigo anterior será também responsável pela realização da avaliação de desempenho e eficiência dos servidores do Poder Legislativo de Lajeado Grande que já concluíram o estágio probatório, para efeito de progressão na carreira, de conformidade com o estabelecido nos artigos 8º a 14 da Lei Complementar Municipal n. 26/2013, de 26 de março de 2013.

Art. 3º Para a tomada de decisões da comissão nomeada pela presente Portaria deverão estar presentes às sessões, no mínimo, 04 (quatro) de seus membros.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de
Lajeado Grande-SC, em 04 de maio de 2020.

LEODI JOSE COLTRO

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JURACI XAVIER

Primeiro Secretário

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 073/2020**

Publicação Nº 2466063

DECRETO Nº 073/2020.

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica substituído o senhor Felipe Daros Tomazi, membro da Comissão de Regularização Fundiária, representante da Fundação Ambiental Municipal pelo senhor Rodrigo Porto Schwedersky, conforme segue:

PRESIDENTE: RICARDO FONTANELLA

MEMBRO: AUGUSTO BIANCHINI

MEMBRO: CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUZA

MEMBRO: MARISA DE MOURA DORIGON

MEMBRO: RODRIGO PORTO SCHWEDERSKY

MEMBRO: RAFAEL BONOTI

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 116/2019.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 074/2020

Publicação Nº 2466065

DECRETO Nº 074/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 24/2020 de 18/02/2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 075/2020

Publicação Nº 2466070

D E C R E T O Nº 075/2020

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretária de Administração, Finanças e Planejamento Ana Rúbia dos Santos Prestes Cesconetto, juntamente com o Prefeito Municipal Valdir Fontanella, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller de CNPJ nº 82.558.909/0001-24, do Fundo Municipal de Habitação de CNPJ nº 19.059.896/0001-02, do Fundo Municipal de Assistência Social de CNPJ nº 12.851.043/0001-60 e do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência de CNPJ nº 19.059.863/000-62, mantidas em instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES – POUPANCA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER –RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA.

2 – OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/SOCIOS;

- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 076/2020

Publicação Nº 2466074

D E C R E T O Nº 076/2020

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretária de Saúde, senhora Carla Zabotti Dias, juntamente com a Secretária de Administração, Finanças e Planejamento, senhora Ana Rubia dos Santos Prestes Cesconetto, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde de CNPJ nº 11.292.440/0001-86, mantidas em instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRÔNICO;
- FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.

2 - OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 077/2020

Publicação Nº 2466079

DECRETO Nº 077/2020

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Lauro M-ller senhor Renato Ofélio Daminelli, juntamente com Secretária de Administração Ana Rúbia dos Santos Prestes Cesconeto, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias da Fundação Ambiental Municipal de Lauro M-ller de CNPJ nº 09.507.614/0001-39, mantida nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;

- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES – POUPANCA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER –RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA.

2 – OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 022/2017.

LAURO MÜLLER, 04 DE MAIO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

EDITAL DE CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO FUNDAÇÃO - 03.2020

Publicação Nº 2464997

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 03/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE, por meio do Diretor Administrativo, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 001/2019 para preenchimento de vagas temporárias do quadro de pessoal da Fundação, conforme estabelece a Lei nº 2080/2019, em regime CLT e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 001/2019.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado ficam a critério da Fundação Hospitalar Henrique Lage, de acordo com a

necessidade da Fundação bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.

3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo-se lavrar o Termo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).

5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.

6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.

7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 05 (cinco) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.

8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.

9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.

10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.

11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato se encontra apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro M-Iler, 04 de maio de 2020.

Cleir Estevam
Diretor Administrativo
Fundação Hospitalar Henrique Lage

ANEXO I

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

Copeira Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município/UF
01	Isabel Vidal	BRAÇO DO NORTE/SC

Lauro M-Iler, 04 de maio de 2020.

Cleir Estevam
Diretor Administrativo
Fundação Hospitalar Henrique Lage

Lebon Regis

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS /SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº IN02/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 02/2020

Publicação Nº 2466054

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS /SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº IN02/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 02/2020.

OBJETO: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho – PAT. Data de Homologação: 05/05/2020 - LICITANTE HOMOLOGADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, CNPJ nº 83.052.191/0005-96. Valor total de R\$ 51.848,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais). Lebon Regis, 05 de maio de 2020.

Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN02/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 19/2020 CONTRATO Nº 17/2020

Publicação Nº 2466121

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

INEXIGIBILIDADE de LICITAÇÃO Nº IN02/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 19/2020

CONTRATO Nº 17/2020

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis – SC – CNPJ nº 83.074.310/0001-88.

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho – PAT. CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, CNPJ 83.052.191/0005-96. Valor total de R\$ 51.848,00 (cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais). Lebon Régis, 05 de maio de 2020.

Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMI Nº 001/2020

Publicação Nº 2465107

RESOLUÇÃO CMI Nº 001/2020

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE GESTÃO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019, RELATIVAS AOS RECURSOS REPASSADOS, DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO.

O Conselho Municipal do idoso do Município de Lebon Régis/SC – em Reunião virtual, realizada no dia 29 de abril de 2020, no uso de suas competências e atribuições,

Resolve:

Art. 1º: APROVAR o relatório de Gestão Financeiro do Exercício de 2019, relativas aos recursos repassados, destinados aos programas de assistência ao idoso.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 29 de abril de 2020

Hisolde Reis

Presidente do CMI

Leoberto Leal**PREFEITURA****CONTRATO Nº 018/2020 - PMLL**

Publicação Nº 2465264

CONTRATONº 018/2020-PMLL

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 056/2019 – Supressão de Valores.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AUTO POSTO LAURINDO LTDA, com sede a Rua Jorge Lacerda, nº 11, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 80.658.107/0001-60, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor PEDRO JOSÉ LAURINDO, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Jorge Lacerda, nº 11, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 461.141.229-68, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Terceiro Termo Aditivo – Supressão de Valores ao Contrato nº 056/2019, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, a comunicação de 23 de abril de 2020, da Empresa Auto Posto Laurindo Ltda, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas no preço da gasolina comum perante a economia nacional em que solicita a redução/supressão do preço do litro da gasolina comum de R\$ 3,829 (três reais oitocentos e vinte e nove milésimos de centavos), para R\$ 3,649 (três reais seiscentos e quarenta e nove milésimos de centavos), com base na nota nº 111590 de 19/03/2020 e nota nº 112224 de 23/04/2020, apresentadas pela empresa;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório cumpriu com suas obrigações constantes no Contrato nº 056/2019, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, o parecer do Controle Interno e da Assessoria Jurídica, na data de 24 de abril de 2020, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 185/2019, aprovando a redução/supressão no preço da gasolina comum ao Contrato nº 056/2019, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 043/2019, celebrar o Terceiro Termo Aditivo – Supressão de Valores ao Contrato nº 056/2019, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 028/2019, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 056/2019, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III com a seguinte redação:

“CLAUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL”.

III – “O Aditivo de Contrato nº 018/2020, tem por objeto a supressão no preço da gasolina comum, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor unitário por litro de gasolina comum a R\$ 3,649 (três reais seiscentos e quarenta e nove milésimos de centavos).”

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Supressão de Valores, vincula as partes ao Contrato nº 056/2019, do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 028/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais Cláusulas Contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo Supressão de Valores, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 24 de abril de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	PEDRO JOSÉ LAURINDO AUTO POSTO LAURINDO LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

JACQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN	ALINE KRAUS

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020 - PMLL

Publicação Nº 2465342

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Contratos
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Aquisição de retroescavadeira para auxiliar e agilizar os trabalhos de conservação e manutenção das estradas vicinais, do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2020. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 18 de maio de 2020. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 05/05/2020. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TP 04/2020

Publicação Nº 2465640

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação em regime de empreitada global (material e mão de obra) de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de construção de vestiários e área de convivência em linha Salto Grande, no dia 22 de maio de 2020, às 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas dos interessados, até às 13:45 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de maio de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

DECRETO 3.348, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465433

DECRETO Nº 3.348, DE 5 DE MAIO DE 2020.

Suspende a concessão de reajuste em contratos firmados pelo Município de Lindóia do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO, - a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS, datada de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana provocada pelo Coronavírus (COVID-19);

- os Decretos Estadual nº 515, 525 e 535 de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que declarou situação de emergência em todo o território catarinense, adotaram medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, notadamente a suspensão das atividades não essenciais.

- a necessidade imprescindível do equilíbrio fiscal das contas públicas em 2020, tanto do sistema orçamentário, como as do sistema financeiro, e;

- a evidente tendência de queda da atividade econômica e da arrecadação municipal, em decorrência das restrições impostas para conter o avanço da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

DECRETA

Art. 1º. Fica suspensa até 31 de dezembro de 2020 a concessão de reajuste em contratos firmados pelo Poder Executivo, através da Administração Direta, Direta Descentralizada e Indireta, com fornecedores do Município de Lindóia do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 5 de maio de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.349, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465438

DECRETO Nº 3.349, DE 5 DE MAIO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.461, de 12 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.1.76.0331 – Emendas Incremento em Serviços de Atenção BásicaR\$ 190.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0.1.76.0331 – Emendas Incremento em Serviços de Atenção Básica.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Lindóia do Sul-SC, 5 de maio de 2020.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.350, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465445

DECRETO Nº 3.350, DE 5 DE MAIO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando,

- o disposto na Lei Complementar nº 172 de 15/04/2020, que dispõe sobre a transposição de saldos financeiros dos Fundos de Saúde provenientes de recursos federais;
- a Nota Técnica nº 17/2020, emitida pela Federação Catarinense dos Municípios – FECAM;
- a Nota Técnica SEI nº 12774/2020/ME, emitida pelo Ministério da Economia;
- a Ata nº 02/2020 de 28/04/2020 do Conselho Municipal de Saúde, aprovando a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores para ações de serviços de saúde;
- ainda, o disposto na Lei nº 1.461, de 12 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família – ESF

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.38.0332 – Superávit Saúde/Custeio R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde – PACS

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.38.0332 – Superávit Saúde/Custeio R\$ 15.000,00

Projeto/Atividade 2.027 – Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.38.0332 – Superávit Saúde/Custeio R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.38.0334 – Superávit Saúde/Custeio Emendas R\$ 138.283,52

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação das dotações constante no art. 1º correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.38.0332 – Superávit Saúde/Custeio R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.38.0334 – Superávit Saúde/Custeio Emendas R\$ 138.283,52

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 5 de maio de 2020.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 29/2020

Publicação N° 2465699

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

TOMADA DE PREÇO N.º 29/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

VALOR MÁXIMO: R\$627.799,62 (seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos). Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 27/05/2020; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 27/05/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 05 de maio de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI N° 2523/2020

Publicação N° 2465935

LEI N° 2523, DE 05 DE MAIO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE LONTRAS-SC A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO SERVIÇOS DE PREVENÇÃO, COMBATE A SINISTROS, BUSCA E SALVAMENTO, ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E OUTROS DE COMPETÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR PREVISTOS NO ARTIGO 108 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para execução dos serviços de bombeiros estabelecidos no art. 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens, em consonância ao Art. 3º da Lei nº 13.425 de 30 de março de 2017. Parágrafo único. O Convênio encontra-se em anexo e é parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/ CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados de acordo com Planos de Aplicação aprovados pelo Estado de Santa Catarina, no percentual de 50% (cinquenta por cento), para a estruturação e manutenção dos serviços prestados pelo Estado de Santa Catarina e os 50% (cinquenta por cento) no custeio e investimento do serviço de combate a incêndio e pré-hospitalar da Organização de Bombeiros que atende o Município de Lontras.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 05 de maio de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 17, de 20 de abril de 2020

LEI N° 2524/2020

Publicação N° 2465941

LEI N° 2524, DE 05 DE MAIO DE 2020.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL "BEM ESTAR ANIMAL" - CAMPANHA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE LONTRAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Lontras, em caráter permanente, o Programa Municipal "Bem estar animal" - Campanha de Controle Populacional de Cães e Gatos, como política de saúde pública sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º O Programa Municipal "Bem estar animal" destina-se a realização de cirurgias de esterilização de cães e gatos.

Art. 3º As esterilizações serão custeadas com recursos do município, aos residentes do Município de Lontras, maiores de 18 anos, e às famílias de baixa renda.

Parágrafo único. Para a participação do Programa é imprescindível a inclusão da família no programa Cadastro Único (CAD Único) do Governo Federal, realizada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Após o cadastramento das famílias de baixa renda interessadas a aderirem ao Programa, e restando vagas, os munícipes cuja renda familiar não os permita a inclusão no CAD Único poderão participar da campanha de controle populacional, desde que custeiem com recurso próprio o pagamento da taxa de castração, fornecida pelo município.

Parágrafo único. Além do comprovante de recolhimento da taxa, o proprietário deverá fazer cadastro junto ao órgão responsável pela castração, fornecendo seu CPF, RG e comprovante de residência atualizado.

Art. 5º Durante a campanha, o animal ficará sob a responsabilidade do cirurgião ou anestesista veterinário até receber alta, sendo de total responsabilidade do proprietário os exames pré-operatórios, bem como qualquer procedimento de tratamento pós-operatório.

§ 1º O proprietário declarará ciência dos riscos das cirurgias que deverão estar expressos em termo próprio da Secretaria de Saúde, o qual ficará arquivado junto ao cadastro do proprietário.

§ 2º No caso de óbito do animal, deverá o mesmo ser retirado por seu responsável no prazo de 2 horas após a comunicação.

Art. 6º O proprietário que não atender as orientações de cuidados com o seu animal, inclusive as de pré e pós-operatórios, ou não retirar o seu animal do local de castração no dia da alta, será denunciado ao Ministério Público por maus tratos ou abandono, segundo a Lei Ambiental nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 7º O Programa destina-se exclusivamente à esterilização de cães e gatos, ficando dela excluídos outros procedimentos veterinários.

Art. 8º Para a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, empresas públicas, entidades de classe ligadas aos médicos veterinários.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que lhe couber.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 05 de maio de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim
Projeto de Lei nº 20, de 20 de abril de 2020

--	--	--	--

LEI Nº 2525/2020

Publicação Nº 2465944

LEI Nº 2525, DE 05 DE MAIO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, VISANDO A REALIZAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTORIZADO POR INTERMÉDIO DE GUARNIÇÕES DE RADIOPATROLHA DA POLÍCIA MILITAR.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar, nos termos da minuta em anexo, a qual é parte integrante da presente lei, com vigência pelo prazo de cinco anos a partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Estado.

Art. 2º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a efetuar o repasse mensal relativo aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, pelos serviços de policiamento ostensivo motorizado, rondas periódicas e atendimento de ocorrências realizadas nos respectivos meses, pelas guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Lontras (SC), 05 de maio de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim
Projeto de Lei nº 21, de 20 de abril de 2020

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20-2020

Publicação Nº 2465814

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2020

Compra de materiais - granito, cor branco Siena, áspera, para a realização de reforma no degrau extenso de subida para as mesas que sentam os vereadores, em toda a sala para a colocação da soleira pisante na parte interna, na sala do plenário/sessões, da Câmara de Vereadores de LONTRAS -SC. Empresa: JAIRO BATISTA – MARMORARIA JAB, CNPJ 09.131.069/0001-29, apresentou menor valor orçado. Valor do repasse: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para pagamento em parcela única. Lontras, 23 de abril de 2020.

GLAUCO ROLAND KUHL
Presidente da Câmara

Luiz Alves

PREFEITURA

DECRETO N.º 85/2020

Publicação Nº 2465875



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

DECRETO N.º 85/2020

Aprova o projeto do parcelamento de terra denominado “Loteamento Vila das Palmeiras”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 001/2007 – Plano Diretor, e a Lei Federal n.º 6.766/1979;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o parcelamento de terra denominado “Loteamento Vila das Palmeiras”, localizado na Rua Álida Bressanini, Vila Nova, perímetro urbano do Município de Luiz Alves/SC, do imóvel registrado sob a matrícula n.º 23.230 do Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Altini Empreendimentos SPE LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 29.174.404/0001-83, com área útil de 60.537,65 m² e área remanescente com 7.372,17 m² a ser desmembrada.

Art. 2º A área total do loteamento aprovado fica assim distribuída:

I – área dividida em 118 lotes: 37.055,16 m²;

II – área verde: 6.054,34 m²;

III – área de interesse social: 1.594,96 m²;

IV – área pública: 3.037,45 m²;

V – área de ruas e rodovia: 12.795,74 m².

Parágrafo único. A área do desmembramento será dividida em 11 parcelas, com frente para a Rua Álida Bressanini.

Art. 3º Ficam caucionados, para fins de garantia de execução das obras, as seguintes áreas:

a) Lote 41 da quadra 4 com 375,10m²;

b) Lote 42 da quadra 4 com 305,59m²;

c) Lote 43 da quadra 4 com 304,99m²;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

- d) Lote 44 da quadra 4 com 304,39m²;
- e) Lote 45 da quadra 4 com 303,79m²;
- f) Lote 46 da quadra 4 com 303,19m²;
- g) Lote 47 da quadra 4 com 302,60m²;
- h) Lote 48 da quadra 4 com 302,26m²;
- i) Lote 49 da quadra 4 com 319,40m²;
- j) Lote 50 da quadra 5 com 317,25m²;
- k) Lote 51 da quadra com 300,25m²;
- l) Lote 52 da quadra 5 com 300,00m²;
- m) Lote 53 da quadra 5 com 300,00m²;
- n) Lote 54 da quadra 5 com 300,00m²;
- o) Lote 55 da quadra 5 com 300,00m²;
- p) Lote 56 da quadra 5 com 300,00m²;
- q) Lote 57 da quadra 5 com 300,00m²;
- r) Lote 58 da quadra 5 com 367,27m²;
- s) Lote 65 da quadra 5 com 300,00m²;
- t) Lote 66 da quadra 5 com 300,25m²;
- u) Lote 67 da quadra 5 com 317,25m².

Art. 4º A área verde, de interesse social, pública e destinada às ruas constantes no artigo 2º deste Decreto, especificadas no projeto e no memorial descritivo, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, desde a data de registro do loteamento no Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes, em conformidade com o artigo 22 da Lei Federal n.º 6.766/1979.

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Art. 5º O cronograma de execução das obras está disposto no Anexo I deste Decreto e o orçamento para a infraestrutura do Loteamento está previsto no Anexo II deste Decreto.

Art. 6º O loteamento ora aprovado deve ser submetido ao registro imobiliário do Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes, em consonância com o disposto no artigo 303 da Lei Complementar Municipal n.º 01/2007, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto n.º 34/2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 4 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

*Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br*

Gilmar da Silva
Secretário M. de Administração

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO														
MESES														
ATIVIDADE	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Terraplanagem														
Drenagem														
Rede Água														
Rede Esgoto														
Pavimentação														
Rede Elétrica														
Outros														

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
 Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ANEXO II

Item	Cod. Sicro	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitario	Valor Total
1.0 Terraplanagem						
1.1	5502985	Limpeza de Terreno Camada Vegetal e=0,30m (Área de Empréstimo)	m²	83.338,34	R\$ 0,38	R\$ 31.668,57
1.2	5502136	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 200 a 400 m (Corte)	m³	127.778,28	R\$ 3,24	R\$ 414.001,63
1.3	5502978	Compactação de Aterro 100% P.N.	m³	127.779,28	R\$ 3,21	R\$ 410.171,49
1.4	4413905	Hidrosemeadura para taludes	m²	8.253,60	R\$ 2,89	R\$ 23.852,90
Valor Total do Item						R\$ 879.694,59
2.0 Drenagem Pluvial						
2.1	2003983	Tubo de PEAD DN 0,30m	m	340,00	R\$ 140,00	R\$ 47.600,00
2.2	2003984	Tubo de PEAD DN 0,45m	m	618,00	R\$ 180,40	R\$ 111.487,20
2.3	2003986	Tubo de PEAD DN 0,60m	m	188,00	R\$ 339,12	R\$ 63.754,56
2.4	2003987	Tubo de PEAD DN 0,75m	m	99,00	R\$ 503,14	R\$ 49.810,86
2.5	5003989	Tubo de PEAD DN 0,90m	m	64,00	R\$ 561,51	R\$ 35.936,64
2.6	2003626	Caixa de drenagem para DN 0,30m	Unid	50,00	R\$ 723,09	R\$ 36.154,50
2.7	2003626	Caixa de drenagem para DN 0,45m	Unid	30,00	R\$ 723,09	R\$ 21.692,70
2.8	2003628	Caixa de drenagem para DN 0,60m	Unid	7,00	R\$ 870,99	R\$ 6.096,93
2.9	2003630	Caixa de drenagem para DN 0,75m	Unid	4,00	R\$ 1.018,89	R\$ 4.075,56
2.10	2003632	Caixa de drenagem para DN 0,90m	Unid	3,00	R\$ 1.166,79	R\$ 3.500,37
2.11	2003644	Caixa de ligação para DN 0,45m	Unid	1,00	R\$ 1.239,26	R\$ 1.239,26
2.12	2003646	Caixa de ligação para DN 0,60m	Unid	2,00	R\$ 1.688,03	R\$ 3.376,06
2.13	2003646	Caixa de ligação para DN 0,75m	Unid	3,00	R\$ 1.688,03	R\$ 5.064,09
2.14	2003648	Caixa de ligação para DN 0,90m	Unid	2,00	R\$ 2.118,42	R\$ 4.236,84
2.15	804393	Ala de drenagem Ø1,00m	Unid	1,00	R\$ 2.136,06	R\$ 2.136,06
Valor Total do Item						R\$ 396.161,63
3.0 Pavimentação						
3.1	-	Paver (e=0,08m)	m²	12.795,76	R\$ 55,00	R\$ 703.766,80
3.2	4011219	Base com pó de brita (e=0,15m)	m³	1.919,36	R\$ 7,36	R\$ 14.126,49
3.3	4011227	Reforço de macadame (e=0,30m)	m³	3.838,73	R\$ 6,99	R\$ 26.832,72
3.4	2003947	Meio-fio	m	2.038,44	R\$ 14,29	R\$ 29.129,31
3.5	1100658	Concreto escovado FCK 20mpa - passeio (1,20m)	m²	176,17	R\$ 311,30	R\$ 54.841,25
3.6	4413950	Árvores ornamentais para Passeios	unid	40,00	R\$ 100,59	R\$ 4.023,60
3.7	4915684	Grama Esmeralda - passeio (1,30m)	m²	2.738,41	R\$ 8,66	R\$ 23.714,63
Valor Total do Item						R\$ 856.434,80
4.0 Esgotamento Sanitário						
4.1	vc	Rede Coletora PVC 0,60 Mpa DN150	m	1.712,00	R\$ 34,35	R\$ 58.807,20
4.2	vc	Poços de Visita (PV)	Unid	13,00	R\$ 1.860,00	R\$ 24.180,00
4.3	vc	Terminais de Limpeza (TL)	Unid	13,00	R\$ 527,00	R\$ 6.851,00
4.4	vc	Terminais de Inspeção e Limpeza (TIL Radial)	Unid	6,00	R\$ 535,00	R\$ 3.210,00
Valor Total do Item						R\$ 93.048,20
5.0 Rede de Água Potável						
5.1	vc	TE PBA PB JE DN50 x DN50	Unid	13,00	R\$ 20,40	R\$ 265,20
5.2	vc	CURVA 90° PVC PB JE CLASSE 15 - DN50	Unid	16,00	R\$ 15,53	R\$ 248,48
5.3	vc	CURVA 45° PVC PB JE CLASSE 15 - DN50	Unid	20,00	R\$ 24,72	R\$ 494,40
5.4	vc	CRUZETA PVC PB JE CLASSE 15 - DN50	Unid	1,00	R\$ 22,08	R\$ 22,08
5.5	vc	ANEL DE BORRACHA DN50	Unid	450,00	R\$ 1,53	R\$ 688,50
5.6	vc	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 - DN50	m	2.067,40	R\$ 10,82	R\$ 22.369,27
5.7	vc	Conjuntos de Válvula de Manobra DN50	Unid	4,00	R\$ 230,56	R\$ 922,24
5.8	vc	Conjuntos de Válvula de Descarga DN50	Unid	6,00	R\$ 230,56	R\$ 1.383,36
5.9	vc	Conjuntos de Válvula Ventosa ¾"	Unid	1,00	R\$ 664,99	R\$ 664,99
Valor Total do Item						R\$ 27.058,52
6.0 Plantio de Vegetação na Área Verde						
6.1	4413951	Mudas nativas com 1,0m de altura	Unid	672,00	R\$ 64,94	R\$ 43.639,68
Valor Total do Item						R\$ 43.639,68
7.0 Rede Elétrica						
7.1	vc	Posteamento, fiação, iluminação pública, transformadores e mão de obra de rede elétrica.	unid	1,00	R\$ 220.000,00	R\$ 220.000,00
Valor Total do Item						R\$ 220.000,00
8.0 Sinalização Viária						
8.1	5213400	Pintura de Faixa Central das Ruas	m²	60,60	R\$ 17,56	R\$ 1.064,14
8.2	5213440	Placas de regularização	unid	7,00	R\$ 155,28	R\$ 1.086,96
8.3	5213464	Placas de Advertência	unid	8,00	R\$ 187,40	R\$ 1.499,20
Valor Total do Item						R\$ 3.650,30
Valor Total						R\$ 2.519.687,72

*VC = Valores comerciais da Região do Empreendimento

**Utilizada Tabela Sicro SC de 2019 como base de custos

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 - 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55

DECRETO N.º 86/2020

Publicação Nº 2465877

DECRETO N.º 86/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 52.083,20 (cinquenta e dois mil e oitenta e três reais e vinte centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

17.512.0018.2.051 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 5

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 52.083,20

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

17.512.0018.2.051 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00 – Transf. a Consórcios Públicos

Código Reduzido: 2

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 3

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 48.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00 – Transf. a Consórcios Públicos

Código Reduzido: 4

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos

Código Reduzido: 6

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 83,20

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 8

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 87/2020

Publicação Nº 2465879

DECRETO N.º 87/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, autorizado pela Lei Municipal nº 1.808/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e Lei Municipal n.º 1.808, de 30 de Abril de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0013

Atividade: 2.034 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 20

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 70.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Funcional Programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 2

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 70.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 88/2020

Publicação Nº 2465881

DECRETO N.º 88/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, autorizado pela Lei Municipal nº 1.806/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e Lei Municipal n.º 1.806, de 30 de abril de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.382.510,55 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0020

Projeto: 1.017 – Construção de Unidades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.2.37 – Recurso: Outras Transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE – Construção de unidades escolares: Ensino Fundamental – PAR - Termo de Compromisso n.º 32882

Valor: R\$ 2.382.510,55

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2020, por conta de recursos de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE para construção de unidade escolar do ensino fundamental – PAR – Termo de Compromisso n.º 32882, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA N.º 02/2020 (POLÍCIA CIVIL)

Publicação Nº 2464704

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 02/2020

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAÇÃO TEMPORÁRIA DAS INSTALAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL, SITUADO À RUA JULIO GROTHE, 255 - VILA DO SALTO, LUIZ ALVES/SC.

Por discricionariedade da administração, fica revogado o processo licitatório.

Luiz Alves, 05 de Maio de 2020.

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2465686

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, E AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A Secretaria Municipal de Administração solicita que seja REVOGADO o Processo Licitatório nº 12/2020, Pregão Presencial n.º 07/2020, considerando a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em decorrência do Coronavírus (COVID-19), bem como o Decreto Estadual n.º 587/2020, e a proibição de aglomeração de pessoas em ambientes internos ou externos.

Luiz Alves, 05 de maio de 2020.
Marcos Pedro Veber - Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

2º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML N° 167.19

Publicação N° 2466172

2º TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 167/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 097/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 070/2019

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado pelo o Prefeito Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.651.199-07, e portador da cédula de identidade RG nº 3.427.769, denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Beira Rio, nº 988, Centro, no Município de Herval D'Oeste, CEP; 89.010-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.833.501/0001-47, neste ato representado por seu sócio/gerente, Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 737.459.109-32, portador da cédula de identidade nº 1.703.356, denominado FORNECEDOR 2, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, § 8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 167/2019, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 167/2019, a partir de 01 de maio de 2020, reajustar o valor do item:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unit. Reajustado
3	L	Diesel S10	3,099

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO
CONTRATANTE

IVO CARLOS HACK JUNIOR
POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 4390

Publicação N° 2465034

PORTARIA N° 4390/2020

ALTERA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERA Portaria 4302/2020, instituindo nova Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2020, composta pelos seguintes membros:

- I – REJANE SPANHLO ABRAÃO Presidente
- II – LARINI GRAHL Secretário
- III – ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE Membro
- IV – IANA SALETE SPANHLO Suplente

§1º – A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 31/12/2020, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

§2º – Na falta de um integrante da comissão titular, o suplente assumirá o seu lugar na comissão de licitação até seu retorno, e receberá pelos dias que participou.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

- I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;
- II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;
- III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;
- IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;
- V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;
- VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único – Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela Servidora REJANE SPANHLO ABRAÃO.

Art. 4º Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Servidora REJANE SPANHLO ABRAÃO com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º Fica revogado o disposto na Portaria 4302/2020.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar do dia 01/06/2020.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
04 de maio de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4391

Publicação N° 2465040

PORTARIA N° 4391/2020

CESSA OS EFEITOS DE PORTARIA QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar Municipal n.º 036/2009, que dispõe sobre a organização, cria órgãos, e define atribuições na estrutura administrativa do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da portaria 4312/2020 onde concedia à servidora Mirian Oliveira Canalle, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar administrativo de unidade de cadastramento, lotado na Secretaria de Agricultura, o adicional de gratificação pela função de Membro da Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações.

Parágrafo único. Conforme Portaria 4390/2020, fica designada nova Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações para o exercício de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar a partir de 01 de junho de 2020, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, 04 de maio de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4392

Publicação N° 2465696

PORTARIA N° 4392/2020

Nomeia Servidor para cargo que Especifica.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 68/2014 que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, Elias Locatelli, para o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar do dia 05/05/2020.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
05 de maio de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4393

Publicação N° 2465701

PORTARIA N° 4393/2020

Conceder férias a servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando nome, lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de fruição	Período Aquisitivo
Adriano Lazzaroti	Adm. Recursos Humanos	27/04/2020 a 16/05/2020	01/04/2016 a 31/03/2017
Carla Cerry	Fisioterapeuta	18/05/2020 a 06/06/2020	01/09/2018 a 31/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
05 de maio de 2020.

ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

PORTARIA 4394

Publicação N° 2465706

PORTARIA N° 4394//2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 121 e seguintes da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER 60 (sessenta) dias de licença-prêmio, justificada pelo Decreto 1905, art. 3º que prevê as medidas de afastamento para o grupo de risco, a servidora abaixo relacionada, conforme nome, cargo, lotação e período aquisitivo:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE FRUIÇÃO
IVETE RIBEIRO DE FREITAS	ODONTOLOGA	SECRETARIA DE SAUDE	01/05/2020 A 30/06/2020

Art. 2º Durante o período de Licença cessam os efeitos da função gratificada caso o servidor possua.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
05 de maio de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.274

Publicação Nº 2465905

DECRETO Nº. 4.274
DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAFRA (SC).

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o advento da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, publicada no D.O.U. de 13 de novembro de 2019, que nos §§ 2º e 3º do art. 9º estabeleceu: "§ 2º O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte"; e: "§ 3º Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula";

CONSIDERANDO que o Regime Próprio de Previdência Social de Mafra-SC, executado pelo Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM, contemplava, até então, os benefícios de Auxílio-doença, Salário Maternidade, Auxílio Reclusão e Salário-Família;

CONSIDERANDO que os benefícios que vem sendo pagos não podem ser suprimidos da mesma forma que não se pode tolher o exercício de direitos fundamentais do servidor público;

CONSIDERANDO o teor da Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME, de 22 de novembro de 2019, aprovado pelo Secretário de Previdência do Ministério da Economia e que trata da "análise das regras constitucionais da reforma previdenciária aplicáveis aos regimes próprios de previdência social dos entes federados subnacionais" em que se classifica como interessados os "Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios";

CONSIDERANDO que a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME pontua em seu Item 84 que "[n]os termos do aludido art. 9º da EC nº 103, de 2019, podemos mencionar, entre outras, as seguintes prescrições constitucionais com eficácia plena e aplicabilidade imediata aos regimes próprios de previdência social dos entes federativos: (a) limitação do rol de benefícios às aposentadorias e à pensão por morte; (b) os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado como um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins"; e

CONSIDERANDO que a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME afirma em seu Item 86 que "[a]s normas dos entes federados incompatíveis com a EC nº 103, de 2019, não são recepcionadas por esta, perdem a sua vigência diante da revogação, mesmo que não haja preceito revogatório expresse. Em verdade, a autoridade hierárquico-normativa da Constituição, cuja supremacia absoluta é reconhecida pelo colendo STF de forma inequívoca, independe do conteúdo do preceito constitucional, ou seja, da matéria de fundo presente na Constituição".

DECRETA

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Mafra, permanecerá responsável pelo pagamento dos benefícios de Auxílio-doença, Salário Maternidade, Salário Família e Auxílio Reclusão já concedidos antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019 para os servidores efetivos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º A partir da data de 13/11/19, os valores relacionados aos benefícios estatutários temporários, não serão deduzidos da cota previdenciária patronal mensal.

§ 2º Ultrapassada a data acima mencionada, os valores desembolsados pelo Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM nas referidas rubricas, serão reembolsados devidamente corrigidos com base nas regras aplicadas aos parcelamentos de débitos previdenciários.

Art. 2º Os custos com o pagamento dos benefícios de auxílio doença, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão sairão dos orçamentos da secretaria onde o servidor estiver lotado.

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual do exercício de 2020 do Município deverá ser adequada com o objetivo de introduzir nesta os recursos necessários ao cumprimento dos novos regramentos constitucionais.

Parágrafo Único. Deverão constar, ainda, da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2020 do Município, recursos suficientes para serem repassados ao IPMM a título de ressarcimento dos valores dos benefícios.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 26 de fevereiro de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020

Publicação Nº 2466026

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: DUTRAMED DISTRIBUIDORA LTDA- ME CNPJ: 08.435.077/0001-04

Valor registrado: R\$ 83.765,00 (oitenta e três mil setecentos e sessenta e cinco reais).

Objeto: aquisição de aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

Publicação Nº 2465565

Mafra/SC, 4 de maio de 2020

À Empresa
IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA - ME
CNPJ sob o nº 86.721.008/0001-62

ASSUNTO: Notificação extrajudicial.

Senhor Representante,

1. O Município de Mafra/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, neste ato representada pelo Secretário Municipal Rodney Luiz Medeiros, vem NOTIFICAR IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA – ME já qualificada no Contrato de Prestação de Serviços nº 049/2019, conforme segue:

Resumo dos fatos	Referência Legal/ Edital/ Contrato	Sanções Correlatas
Trata-se de possível descumprimento contratual (Contrato de Prestação de Serviços 049/2019) por parte da empresa IMPLANTEST, em razão de abandono da obra de reforma da EMEF Campo de Lança desde o dia 10/03/2020, sem retorno até a presente data, conforme CI 041/2020 expedida pela Diretoria de Engenharia.	Edital Processo Licitatório 273/2019; Contrato de Prestação de Serviços 049/2019; Artigo 86 da Lei 8.666/93; Artigo 87 da Lei 8.666/93; Artigo 88 da Lei 8.666/93;	Advertência. Multa. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Administração por até 2 anos. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2. Diante do exposto, permanece a inexecução contratual, nos termos informados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

3. Assim, fica essa empresa notificada para, em no máximo 72 (setenta e duas) horas a contar da publicação desta, retomar as atividades na obra, sanando os vícios apresentados, tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas na cláusula 16 do Contrato Administrativo nº 049/2019, conforme disposições contidas nas Seções I e II do Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Atenciosamente,

RODNEY LUIZ MEDEIROS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 442/2020

Publicação Nº 2465364

DECRETO Nº 442, DE 4 DE MAIO DE 2020

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas por estiagem – COBRADE nº 14110, conforme IN/MI nº 02/2016.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

Considerando que o nível dos rios se encontram em regime hídrico extremo, conforme dados do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina – CIRAM/EPAGRI;

Considerando que conforme dados do CIRAM/EPAGRI, a previsão de precipitação para o trimestre de abril, maio e junho de 2020 é de chuva abaixo da média climatológica em Santa Catarina, devendo ficar ainda mais escassa, permanecendo com as características observadas nos meses anteriores;

Considerando que o volume pluviométrico dos últimos meses tem sido bem abaixo da média para esse período, situação essa quem vem se alastrando desde julho de 2019, afetando todo o território do município no perímetro urbano e rural;

Considerando que em decorrência dos seguintes danos: perda na produção leiteira, produção agrícola, perda na produção avícola, suína e piscicultura, perda de pastagens;

Considerando que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como estiagem - COBRADE – 14110, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Fica autorizado o Município de Maravilha a intervir, quando solicitado, nas propriedades rurais para realizar manutenção e/ou ampliação de fontes e reservatórios de água, durante a vigência do presente Decreto.

Art. 6º Fica igualmente autorizado o Município de Maravilha a realizar o transporte de água para abastecer as propriedades rurais e urbanas durante a estiagem.

Art. 7º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 8º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC

101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por cento e oitenta (180) dias, podendo ser prorrogado por igual período, caso a situação de emergência permanecer.

Maravilha – SC, 4 de maio de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO
Secretário de Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 078/2020

Publicação Nº 2466142

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 078/2020 – Modalidade Dispensa por Justificativa n. 007/2020

Contratada: Fabiane Gialdi

Contrato Administrativo n. 070/2020

Valor mensal: 2.164,00

Vigência: Até 31 de dezembro de 2020.

A Senhora Secretária de Assistência Social de Maravilha KATHIUCYA MICHELLI LARA, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Justificativa n. 007/2020, para locação de imóvel para abrigar as atividades da Secretaria de Assistência Social – Abrigo para menores. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 30 de abril de 2020. KATHIUCYA MICHELLI LARA – Secretária de Assistência Social.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 4 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466145

DECRETO LEGISLATIVO Nº 212 de 04/05/2020.

Homologa 1º Termo Aditivo ao Termo de Concessão de Uso de Imóvel, celebrado entre o Município de Maravilha e a Empresa Agência "D" Publicidade e Comunicação Visual Ltda ME e dá Outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições 1º Termo Aditivo ao Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa Agência "D" Publicidade e Comunicação Visual Ltda ME.

Art. 2º O presente Termo tem por desígnio a prorrogação da vigência do Termo de Cessão de Uso, contados do vencimento inserto no instrumento pioneiro, por mais 10 (dez) anos

Art. 3º A presente prorrogação é firmada com o objetivo de fomentar e incentivar o comércio e a economia local, tendo fundamento no processo licitatório na modalidade de concorrência pública nº 002/2008, que lhe deu origem, bem coo Termo de Cessão de Uso.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 04 dias do mês de maio de 2020.

Natalino Prante
Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 04.2020 (FMS) - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

Publicação Nº 2464642

PREFEITURA DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PROFESSOR DANILO DE TOFFOL

VALOR: R\$ 447.203,27 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL DUZENTOS E TRÊS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 29 DE ABRIL DE 2020 A 28 DE ABRIL DE 2021

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal Massaranduba (SC)

DECRETO Nº 4177 DE 30 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2464614

DECRETO Nº 4177 DE 30 DE ABRIL DE 2020

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.002 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

09.002.0010.0302.0027.2103 – Manutenção do Hospital Municipal João Schreiber

09.002 – 3.3.00 – Outras Despesas Correntes

09.002 – 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

09.002 – 01380600 – Transf. SUS/União-MAC-Média e Alta Complexidade R\$ 9.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.002 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

09.002.0010.0302.0027.2103 – Manutenção do Hospital Municipal João Schreiber

09.002 – 3.3.00 – Outras Despesas Correntes

09.002 – 3.3.90 – Aplicações Diretas

09.002 – 01380600 – Transf. SUS/União - MAC-Média e Alta Complexidade R\$ 9.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 30 de abril de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34.2019 (PMM)

Publicação Nº 2465260

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2019
Processo Licitatório Nº 103/2019
Pregão Presencial - registro de preço

Aos 05 dias de maio do ano de 2020, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/2018 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 103/2019 - Pregão Presencial - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital do processo licitatório em epígrafe e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO**2.1 DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO**

FORNECEDOR: 288977 - TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS DE ANDRADE ME				
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	R\$ UNIT.
60	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO PROCEL, LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0076.	UNID	SANLIGHT	15,5400

2.2 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

FORNECEDOR: 288977 - TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS DE ANDRADE ME				
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	R\$ UNIT.
60	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO PROCEL, LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA, CARACTERÍSTICAS CONFORME NORMA TÉCNICA CELESC E. 313.0076.	UNID	SANLIGHT	20,35

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 34/2019 que deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019 - PREGÃO PRESENCIAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2019 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 05 de maio de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL
MASSARANDUBA

TARCILA F. P. M. DE ANDRADE ME
DE Representante Legal
Contratada

Contratante		
-------------	--	--

SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - PROCESSO LICITATÓRIO 103.2019 PP 103.2019 (PMM)

Publicação Nº 2465258

Massaranduba, 05 de maio de 2020.

SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Requerente: Tfpm Comercial

Produto: Item 60 - Lâmpada vapor de sódio 150 w

Processo Licitatório nº 103/2019 – Pregão Presencial SRP

DOS FATOS

Trata-se de pedido interposto pela empresa TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS DE ANDRADE, para requerer reequilíbrio econômico financeiro no item acima especificado – item 60. Para tanto, fundamenta seu pedido na alta do valor do item em razão da alta do dólar, e apresenta documentação que comprova a variação dos preços.

DO MÉRITO E DA DECISÃO

Característica peculiar do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico financeiro, que se encontra preconizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, pode no decorrer da execução do contrato ocorrer situações que desequilibrem a margem inicialmente estabelecida, devendo a Administração Pública reestabelecer, a fim de garantir o equilíbrio contratual. É o caso apresentado, que houve desequilíbrio ante ao aumento do dólar.

Como houve aumento considerável do dólar, o referido item objeto do Processo Licitatório nº 103/2019 restou encarecido.

Ainda, analisando a documentação apresentada, quais sejam, as notas fiscais de aquisição do produto na época da proposta e atual, demonstra que de fato houve o desequilíbrio da margem de lucro inicialmente estabelecida.

Assim, a fim de reestabelecer a margem de lucro inicialmente estabelecida, DECIDO pela CONCESSÃO do reequilíbrio econômico financeiro do item solicitado (item 60), sendo de direito a aplicação do reajuste do preço para o valor de R\$ 20,35.

O reajuste possui efeitos ex nunc, sendo aplicado nas ordens de compras futuras, a partir da presente data.

CIRIO MARTINI

Pregoeiro

Matos Costa**PREFEITURA****PORTARIA 285/2020**

Publicação Nº 2466227

PORTARIA Nº 285/2020 – De 05 de Maio de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 41/2020 de 06/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento de ações de saúde publica emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Saúde especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cod	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
882	Edclei Luiz Scheffer	Motorista	30 Dias	2018/2019	04/05/2020 a 02/06/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Maio de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 287/2020

Publicação Nº 2466231

PORTARIA Nº 287/2020 – De 05 de Maio de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 52/2020 de 27/04/2020, o qual adota medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do Poder Executivo do Município de Matos Costa -SC, para enfrentamento de emergência de saúde publica, de importância internacional decorrentes do CORONAVIRUS (COVID – 19), e da outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR o Banco de Horas negativo a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, Data de inicio da contagem para o banco de horas, motivação, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Data de Inicio	Motivação
38	Margrieth Aparecida Morais	Assistente Administra- tivo	28/04/2020	Caso Crônico/Declara- ção Medica

Art. 2º - Ao retorno das atividades será calculado o montante total de horas contabilizadas para a compensação e ou para o desconto em folha de pagamento.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Maio de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 288/2020

Publicação N° 2466233

PORTARIA N° 288/2020 – De 05 de Maio de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal nº 52/2020 de 27/04/2020, o qual adota medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do Poder Executivo do Município de Matos Costa -SC, para enfrentamento de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrentes do CORONAVIRUS (COVID – 19), e da outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR o Banco de Horas negativo ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, Data de início da contagem para o banco de horas, motivação, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Data de Início	Motivação
978	Jairo Weber Garcia	Motorista Socorrista	05/05/2020	+ de 60 (sessenta) anos

Art. 2º - Ao retorno das atividades será calculado o montante total de horas contabilizadas para a compensação e ou para o desconto em folha de pagamento.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Maio de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO Nº 007-2020 (SAÚDE)

Publicação Nº 2464835

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 20/05/2020, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na área de informática para locação de software de gestão de saúde, com acesso simultâneo de usuários integrados e em ambiente Windows e Linux, incluindo manutenção legal e corretiva, conversão, customização, implantação, treinamento, suporte técnico, visando atender as necessidades do município, conforme especificações e condições exigidas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme Termo de Referencia do Anexo I deste edital.

A integral do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira pelo fone 048-3537-8400 ou através da disponibilização do edital na íntegra no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 05 de maio de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 164-2020

Publicação Nº 2464659

PORTARIA n.º 164/2020

DÁ UMA NOVA REDAÇÃO À PORTARIA Nº 160/2020.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei n.º 809/2000 de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, e a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Ao servidor público municipal IVAN DANIEL OLIVO, ocupante do cargo de Engenheiro, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a Progressão Funcional Vertical, do nível 1D para o nível 4D, conforme anexo IV da tabela salarial, prevista no artigo 25 da Lei nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2020.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Maio de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 165-2020

Publicação Nº 2465078

PORTARIA nº 165/2020

ANTECIPA E CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Antecipar e conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal AMARFELINA MOTA DA BOIT – matrícula 1226, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01/01/2020 a 31/12/2020 em virtude da pandemia.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/05/2020.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de maio de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO 130/2020

Publicação Nº 2466398

DECRETO Nº 130/2020 DE 24 DE ABRIL DE 2020

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL PARA ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 100,101, 103,106,108 e 118 que implementava ações, no âmbito do Município de Modelo, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos do Governo Estadual para enfrentamento da Pandemia do Coronavírus;

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a ser cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.

1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, da educação básica, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que, no exercício da autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos e dos sistemas de ensino, compete às autoridades do sistema de ensino municipal em conformidade com a legislação vigente, definir procedimentos visando à manutenção da qualidade do ensino;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando a Portaria MEC n. 343/2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

Considerando a Resolução 01/2020 do Conselho Municipal de Educação de Modelo, SC que dispõe sobre o novo calendário letivo para o ano de 2020 nas escolas da rede Municipal de Educação de Modelo, SC, em virtude da quarentena vivida pela população como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

DECRETA:

Art. 1º - Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições de ensino Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Modelo.

Art. 2º - O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido a partir de 16 de abril de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades sanitárias estaduais e municipais.

Art. 3º - Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, a equipe pedagógica, juntamente com seus professores, terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – Planejar e elaborar, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – Propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em apostilas, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

V – Incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – O conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, nota ou conceito para o boletim escolar.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 3º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 4º Para fins de cumprimento do número de dias letivos mínimos previsto na LDB, as instituições de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

Art. 4º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico e as Diretrizes Municipais das instituições de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º- Os Plano de Trabalho Individual de cada professor deverá especificar as atividades a serem realizadas de forma proporcional à carga horaria de trabalho do servidor.

§ 1º A comunicação e/ou interação de professor com alunos, pais, familiares e/ou responsáveis, dar-se-á dentro do horário de trabalho do professor.

§ 2º A execução das atividades escolares não presenciais corresponderá à totalidade da carga horaria do regime de contratação, incluído as horas de interação com alunos (em sala de aula) e as chamadas horas-atividades.

Art. 6º As instituições ou redes de ensino, que, por razões diversas, optarem por não executar as atribuições constantes do art. 3º desta Resolução, deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período.

Art. 7º Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Sistema Municipal de Educação.

Art. 8º As disposições deste Decreto foram devidamente apreciadas pelo Conselho Municipal de Educação – COMED, ficando homologadas na forma da Resolução 01/2020 de 13 de abril de 2020, integrada deste decreto. (anexo I)

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 24 de abril de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Anexo I
CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – MODELO SC
COMED
RESOLUÇÃO 01/2020 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO, SC
DISPÕE SOBRE O NOVO CALENDÁRIO LETIVO PARA O ANO DE 2020 NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO, SC, EM VIRTUDE DA QUARENTENA VIVIDA PELA POPULAÇÃO COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO, Sr.^a Lucia Kirch no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a ser cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.

1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, da educação básica, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que, no exercício da autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos e dos sistemas de ensino, compete às autoridades do sistema de ensino municipal em conformidade com a legislação vigente, definir procedimentos visando à manutenção da qualidade do ensino;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando a Portaria MEC n. 343/2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições de ensino Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Modelo.

Art. 2º - O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido a partir de 16 de abril de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades sanitárias estaduais e municipais.

Art. 3º - Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, a equipe pedagógica, juntamente com seus professores, terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não

presenciais:

I – planejar e elaborar, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em apostilas, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

V – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, nota ou conceito para o boletim escolar.

§ 1o A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2o As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 3o Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 4o Para fins de cumprimento do número de dias letivos mínimos previsto na LDB, as instituições de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

Art. 4o Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico e as Diretrizes Municipais das instituições de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5o As instituições ou redes de ensino, que, por razões diversas, optarem por não executar as atribuições constantes do art. 3º desta Resolução, deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período.

Art. 6o Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Sistema Municipal de Educação.

Modelo SC 14 de abril de 2020

Lucia Kirch
Presidente do COMED

DECRETO Nº 131/2020

Publicação Nº 2464759

DECRETO Nº 131/2020 DE 27 ABRIL 2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CONSELHEIRO TUTELAR, ALTAIR EVANDRO RINTZEL, A PEDIDO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.397/2019, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, EM ESPECIAL

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 27 de abril de 2019, o Servidor, do ALTAIR EVANDRO RINTZEL cargo de Conselheiro tutelar, relativo à nomeação pelo Decreto nº 003/2020 de 10/01/2020 do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: O servidor manterá suas atividades no cargo até a data de 26/04/2020, afastando-se a partir de 27/04/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de Abril de 2020.

Registrado e Publicado na Data Supra:

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 134/2020

Publicação Nº 2466217

DECRETO Nº134/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, – COMDEC DE MODELO – SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial em atendimento a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal 2092/2013 e no Decreto 211/2013 e Determinações legais da Defesa Civil Estadual e Nacional

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC – Do Município de Modelo – SC, composta pelos membros, conforme a seguir especificado:

I. COORDENADOR:

- RUDINEI FERNANDO BACH – Departamento de Estradas e Rodagens

II. CONSELHO MUNICIPAL:

- Representante da Câmara dos Vereadores:

VEREADOR VALDENIR JANICH

- Representante do Poder Executivo:

- MARIZETE MARIA FLOSS – Promoção Social

- JORGE LUIS VARNIER – Departamento da Agricultura

- BARBARA MILENA GELLER BARON – Secretaria da Saúde

- ELIANA FATIMA HANUER CHAVES – Secretária da Educação

- Representante do Poder Judiciário:

- GILSON HENKES – Policia Militar

- Representante de Órgãos Não Governamentais: (Lions e ou Leo Clube);

- JAQUELINE ALEXIUS – Lions Clube

-Representante de outras entidades: Associação Comercial e Industrial de Modelo e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

- KARINE EBERHART - ACIMO

- HELIO BILLIG - SINTRAF

III - SECRETARIA (Apoio Administrativo)

- ALEX SPEROTTO – Secretaria de Administração

IV - SETOR TÉCNICO (Seção de Minimização de Desastres)

- SOLDADO JULIANO GASPERIN (Bombeiros Militares)

- MARILEI SCHEUNMANN – Escola de Ed. Básica Dom Helder Câmara

- MICHELI LUANA UTZIG – Empenho

- ILDO RAUBER - EPAGRI

V. SETOR OPERATIVO

- CARMELITO FENSKE – DMER

- FLÁVIO SCHWAAB – CASAN

- MAICON COSTA – CELESC

- MARIVETE SANTOLIN – (BOMBEIROS COMUNITÁRIOS)

- ALVERINA WEILER – GRUPO DE IDOSOS

- LEOCIR SCATOLIN – GERENTE CREDI ITAIPU
- HILARIO KOTTWITZ – Departamento da Agricultura/Conselho Municipal da Agricultura

Art. 2º - As atribuições da Comissão são as constantes da Lei de criação 2092/2013 e no Decreto Municipal 211/2013 que dispõe sobre a organização do COMDEC e demais disposições pertinentes a matéria

Art. 3º - O serviço da comissão será de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem geração de vínculo trabalhista ou social para fins deste objeto entre o Município de Modelo e seus componentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 04 de maio de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 135/2020

Publicação Nº 2466244

DECRETO Nº 135/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE MODELO - FUNMDEC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais, disposições da Lei Orgânica, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2095/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Gestor do Fundo de proteção e Defesa Civil do Município de Modelo SC, conforme dispõe a Li Municipal 2095/2013, conforme abaixo especificado:

I. RUDINEI BACH - Representante da Secretaria Municipal de Estradas de Rodagem– PRESIDENTE

II. VILMAR CESCO – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

III. JULIANO GASPERIN – COMANDANTE CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA

IV. MARIZETE MARIA FLOSS Representante da Promoção Social

V. HILARIO KOTTWITZ– Representante Secretaria Municipal da Agricultura /Conselho Municipal da Agricultura

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 04 de maio de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 136/2020

Publicação Nº 2466245

DECRETO Nº 136/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA", NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC AFETADAS POR ESTIAGEM (COBRADE 1.4.1.1.0), CONFORME IN/MI Nº 02/2016.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e;

CONSIDERANDO que o Município de Modelo SC, em todo o seu território está sendo afetado pela estiagem, agravando-se os efeitos gerados pela frustração na produção leiteira, falta de água para o consumo humano e animais;

CONSIDERANDO que em decorrência desta estiagem, reduzindo de forma drástica os níveis dos açudes, reservatórios e bebedouros que abastecem as áreas rurais do Município, causando perdas consideráveis na agricultura e pecuária;
CONSIDERANDO que a CASAN alerta das condições críticas no contínuo e necessário abastecimento de água, da captação de água para consumo humano, em especial na sede do Município, devido à estiagem;
CONSIDERANDO a escassez de água nas fontes de abastecimento naturais e também em açudes;
CONSIDERANDO que há inúmeros pedidos de água que estão sendo feitos rotineiramente, principalmente para consumo animal;
CONSIDERANDO que como consequência desta estiagem, resultaram principalmente os prejuízos econômicos e sociais constantes na FIDE (Formulário de informações de desastres);
CONSIDERANDO o parecer da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, relatando a ocorrência deste evento desastroso, a qual é favorável à declaração de situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem - COBRADE 1.4.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Coordenador da Defesa Civil Municipal.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC aos 05 de maio de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

JANICE MARTINI MULLER

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

RUDINEI BACH

COORDENADOR CONSELHO /COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE MODELO SC

RELATORIO REUNIAO E PARECER DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE MODELO SC (NOMEAÇÃO DECRETO 134/2020 E CONVIDADOS)

REUNIAO REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2020, AS 08:00 HORAS, NA SALA DE REUNIOES DO MUNICIPIO DE MODELO SC – sede prefeitura -

Eu, RUDINEI BACH, Coordenador Municipal da Defesa Civil de Modelo SC, designado através do DECRETO 135/2020 JUNTAMENTE COM presentes abaixo nominados e constantes das assinaturas, reuniram-se nesta data, sendo manifestado aos presentes o objetivo da reunião de avaliação das condições da estiagem, da decretação de situação de emergência no Município de Modelo SC, agradecido as presenças, sempre com a atenção e cuidado as disposições do COVID-19.

Ato contínuo, o Executivo Municipal, Prefeito Ricardo Luís Maldaner, de Modelo SC, saudou e agradeceu as presenças, registrou a presença do Vice prefeito Aldecir Bolis, da Epagri, CASAN, cooperativa, sicoob e demais que integram este estudo, avaliação, dando continuidade a reunião, registrando a necessidade dos levantamentos e aporte das informações para o devido reconhecimento junto ao Estado e Federal desta situação de emergência.

Desta forma, prosseguiram-se os debates para avaliar a situação de estiagem que se encontra o município, a verificação destes danos, e a decretação da situação de emergência, o que se procedeu:

Considerando o estado em que se encontra o Município devido a ocorrência de estiagem que vem ocorrendo já a partir do início deste ano, causando danos humanos, materiais e ambientais e em consequência prejuízos econômicos e sociais, principalmente nos setores da agricultura e da pecuária, conforme Avadan, relatório dos prejuízos levantados e avaliados, anexo a este relatório;

Considerando a falta de água potável para consumo da população e fornecimento aos animais, em consequência da drástica redução da água das fontes, açudes, córregos, sangas e rios deste município, bem como a diminuição da qualidade destas águas.

Considerando a falta de água para famílias principalmente do interior do município, havendo a necessidade de transporte para suprir esta necessidade do consumo humano e animal;

Considerando que está evidente e comprovado os prejuízos relevantes na área rural, na produção e na área urbana, apresentando o sistema de abastecimento de água, recomendações para estrita observação para a restrição de uso, da situação de emergência pois o abastecimento está comprometido pelo volume das águas;

Considerando que há comprovadamente baixa precipitação pluviométrica, tanto a registrada anteriormente o que ocasionou esta estiagem

e ainda, que as previsões também impõe estas medidas de defesa civil;

Considerando recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil; do Conselho Gestor do Fundo de proteção e defesa civil do Município, dos presentes, órgãos representativos destes segmentos da economia e de serviços essenciais,

Diante dos fatos, somos pela aprovação e desta forma, expedimos para que surta os efeitos legais, o presente parecer de aprovação e recomendação da Decretação da Situação de Emergência pelo Município de Modelo SC, e emitido nos termos definidos na reunião, relatório detalhado do danos para o AVADAN, para o efetivo reconhecimento do estado e e união, da situação de emergência no Município de Modelo, em virtude de estiagem, conforme PARECER TÉCNICO anexo I, a integrar este relatório, de conformidade com as disposições legais, decorrente do fato acima relatado.

Modelo aos 05 de maio de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

RUDINEI BACH
COORDENADOR CONSELHO /COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE MODELO SC

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5335/2020

Publicação Nº 2465832

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 5.335 DE 04 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre o calendário fiscal para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a Taxa de Serviços Públicos de Coleta de Lixo, para o exercício 2020 e disciplina a concessão de descontos para pagamento à vista do IPTU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO, os dispositivos contidos nos artigos 138 e 250 da Lei Complementar n.º 004 de 10 de dezembro de 2002 denominado Código Tributário Municipal, que determina a regulamentação através de decreto o vencimento das parcelas do IPTU e da Taxa de Serviços de Coleta de Lixo, bem como a concessão de desconto na hipótese de pagamento à vista do IPTU.

DECRETA:

Art. 1º. Serão beneficiários do programa de desconto no IPTU do Município de Mondaí, todos aqueles contribuintes do IPTU que, nos termos da Lei Complementar 004/2002, tenham quitado todos os tributos lançados no cadastro individual de cada contribuinte, até o dia 30/06/2020.

Art. 2º. Fica instituído o percentual de desconto de 6% (seis por cento) sobre o valor total do IPTU para pagamento em cota única.

Art. 3º. Para deferimento automático do benefício, o fisco municipal, através dos sistemas informatizados, procederá a apuração de todos os imóveis que estejam com todos os tributos lançados quites com o fisco até o dia 30/06/2020, alimentando essa informação em cada cadastro específico.

§1º - O contribuinte do IPTU fica dispensado de requerimento para obter tal benefício, e o desconto deverá ser deferido automaticamente em cada situação via sistemas informatizados.

Art. 4º. O intuito do Programa de desconto é beneficiar e incentivar aqueles contribuintes que estão em dia com suas obrigações fiscais para com o Município, tenham quitado a vista ou parcelado seus débitos.

Art. 5º. Os demais contribuintes inscritos no cadastro do IPTU que possuam qualquer tipo de débitos de qualquer natureza tributária não terão nenhum desconto no valor a ser lançado a título de IPTU, lhes sendo somente estendido o benefício do pagamento a vista ou parcelado do valor total lançado sem descontos.

Art. 6º. O contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano do exercício de 2020 e das taxas junto dele lançadas, poderá optar pelo pagamento parcelado dos tributos em até 05 (cinco) parcelas, observando-se os seguintes vencimentos:

- a) 15 de agosto parcela única ou 1º parcela
- b) 15 de setembro 2º parcela
- c) 15 de outubro 3º parcela
- d) 15 de novembro 4º parcela
- e) 15 de dezembro 5º parcela

Art. 7º. O recolhimento do tributo após o vencimento, ensejará aplicação de multa, juros moratórios e atualização monetária, observado o disposto na lei Complementar 004/2002.

Art. 8º. O contribuinte será notificado do lançamento por meio de Edital, publicado no Diário Oficial dos Municípios, imprensa local e no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Mondaí.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mondaí, SC, 04 de maio de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

Eliseu Bohn
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

EXTRATO PREGÃO Nº 009.2020 PMM

Publicação Nº 2466229

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação "multientidade", EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 009/2020. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de serviços de metalurgia com entrega de material (calhas, algerosas, telhas, grades de boca de lobo, portas, portões, traves, guarda-corpo e mão de obra para pintura de prédios públicos), destinados aos imóveis do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 18 de Maio de 2020. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 18 de Maio de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 27 de Abril de 2020 ELISEU BOHN Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO TOMADA DE PREÇO - CT Nº 005.2020 - PMM

Publicação Nº 2465071

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Tomada de Preço nº 005/2020. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a execução em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, necessários para execução pavimentação asfáltica em diversas ruas do perímetro urbano de Mondaí/SC, com recursos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - CONTRATO FINISA 0531.279-56/2019, firmado entre a Caixa Econômica Federal (Caixa) e Município de Mondaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 17h00min do dia 21 de maio de 2020, no seguinte endereço: Avenida Laju, nº 420, centro, CEP: 89893-000 - Mondaí/SC. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS COMERCIAIS: Às 14h00 do dia 22 de maio de 2020, no seguinte endereço: Casa da Cultura, Rua do Porto, nº 279, Bairro Uruguai, Mondaí/SC. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 05 de Maio de 2020. ELISEU BOHN Secretário de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

PORTARIA 194/2020

Publicação N° 2464628

PORTARIA N° 194/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER AFASTAMENTO POR AUXILIO-DOENÇA, ao (s) servidor (ES), do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO aqui citado, pelo período referente à COMUNICAÇÃO DE DECISÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL, a contar da data a baixo citado.

NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO	SECRETARIA	DATA AFASTAMENTO
LILIANE MARIA LAEUFER	SUPERVISOR DE RH	ADMINISTRAÇÃO	01/04/2020

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 30 de abril de 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2020_FMS

Publicação Nº 2465809

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 010/2020

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: O Fundo Municipal de Saúde torna público que em conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, com fundamento suplementar no art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979/2020 e de acordo com os Prejulgados de n.º 1311 e 1288 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Acórdão 1157/2013 - Plenário do TCU, que DISPENSOU de licitação a aquisição dos seguintes bens.

OBJETOS:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	TOTAL
VENTILADOR PULMONAR MICROPRO-CESSADO (ADULTO/PEDIATRICO), marca Leistung, Modelo Pr4d-Plus Acessórios Standard: 1 Manual de Instruções; 1 Fluxômetro com umidificador; 1 Válvula exalatória em polisulfona; 1 Circuito Paciente Adulto e Pediátrico em PVC; 1 Cabo de alimentação; 1 Garrafa de Aspiração; 1 Suporte de Fixação parede/ambulância; 1 Fonte Alimentação 110/220W ;1 Mangueira O2	Peça	02	R\$ 15.000,00	R\$30.000,00

FORNECEDOR: LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.187.384/0001-54 com sede na Rua João Ropelatto nº 202 - Bairro Nereu Ramos - Jaraguá do Sul - SC.

VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: A vista

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Reduzido 18 Funcional 2039 Elemento.4.4.90.52.08

Reduzido 77 Funcional 2112 Elemento.4.4.90.52.08

MOTIVAÇÃO: Trata-se de aquisição de bens para o enfrentamento do coronavírus, causador da Covid-19.

Monte Castelo - SC, 05 de maio de 2020.

Andreza Da Silveira

Diretora Geral de Licitações e Compras

ATO DA SECRETÁRIA/GESTORA MUNICIPAL DE SAÚDE

R.H.

Ratifico a Dispensa de Licitação, por seus próprios fundamentos nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93.

Execute-se.

Publique-se.

Monte Castelo - SC, 05 de maio de 2020.

Reni Maria Meister

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer Jurídico de n.º 038/2020 (anexo),
exarado nos termos do inciso VI, do art. 38, da Lei 8.666/93.

Monte Castelo- SC, 05 de maio de 2020.

Marcelo Feliz Artilheiro

Assessor Jurídico

OAB/SC 16.493

Morro da Fumaça

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2020

Publicação Nº 2466358

EMENTA:

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 007/2020, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO o teor do artigo 236, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, notadamente em todo Setor Administrativo da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no dia 1º de maio de 2020, haja vista que, comemora-se, na referida data, o Dia do Trabalho (Feriado Nacional).

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 27 de abril de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 015/2020

Publicação Nº 2466357

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DOUGLAS NANDI DA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias ao servidor: DOUGLAS NANDI DA ROSA, integrante do quadro efetivo de pessoal, atualmente ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, pelo período de 01/05/2020 à 30/05/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta resolução correrão a conta de recursos próprios do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 20 de abril de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSAO 25/2020 PMN

Publicação Nº 2466302

ATA 25/2020- FMS

ABERTO O CERTAME AS NOVE HORAS DO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 25/2020 PMN. CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOTENS DECORATIVOS DEVIDAMENTE INSTALADOS EM DIVERSOS PONTOS DA CIDADE DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS LUCCA COMUNICAÇÃO VISUAL E ESTRUTURAS EIRELI, ESQUADRIAS DE ALUMINIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, JR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME E TODAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. PRESENTE NO CERTAME PARA ANÁLISE DOS FOLDERS O SECRETÁRIO DE TURISMO SR. FERNANDO CARDOSO DE SOUZA. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA ESQUADRIAS DE ALUMINIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO ATENDER AO ITEM 4.10.1 DO EDITAL, AS DEMAIS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; NO ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LUCCA COMUNICAÇÃO VISUAL E ESTRUTURAS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 7.000,00. ITEM 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LUCCA COMUNICAÇÃO VISUAL E ESTRUTURAS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 3.700,00. ITEM 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LUCCA COMUNICAÇÃO VISUAL E ESTRUTURAS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 6.000,00. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 02/2020 FUMSCI

Publicação Nº 2466463

ATA R.P PREGÃO Nº 02/2020 FUMSCI

AS QUATORZE HORAS DO DIA VINTE E NOVE DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 953 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO DOIS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM EQUIPAMENTOS MOTOMECANIZADOS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS DE USO OPERACIONAL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO. NENHUMA EMPRESA SE FEZ PRESENTE E APRESENTOU PROPOSTA NO CERTAME. O CERTAME DEU-SE POR DESERTO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 14H E 15MIN. EU CARLA CLAUDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 29/2020 PMN

Publicação Nº 2465205

Ata 29/2020 PMN

AOS CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE, ÀS NOVE HORAS, PREGÃO PRESENCIAL, SE REUNIU A PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO, ACOMPANHADO DOS DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, CONFORME PORTARIA Nº 954 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, PARA O ATO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020 PMN, CUJO OBJETO "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA RECUPERAÇÃO/MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE ALGUNS TRECHOS DA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, NOS BAIRROS CENTRO, MEIA-PRAIA E GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC." INICIADA A SESSÃO, NENHUMA EMPRESA SE FEZ PRESENTE, NÃO HAVENDO INTERESSADOS. A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO SEGUNDO A LEI DE LICITAÇÕES DECIDE DECLARAR A LICITAÇÃO DESERTA, SUGERINDO REABRIR O CERTAME COM NOVA PUBLICAÇÃO; SENDO POSSÍVEL, MANTIDAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL, A APROPRIAÇÃO DA REGRA DA DISPENSA LICITATÓRIA DO INCISO V DO ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, DESDE QUE NÃO SE POSSA REPETIR O PROCEDIMENTO SEM PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO. ENCAMINHAM-SE OS AUTOS À APRECIACÃO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO. NADA MAIS HAVENDO A RELATAR, PREGOEIRA ENCERROU A SESSÃO, LAVRANDO-SE A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 FUMSCI - REPUBLICADO

Publicação Nº 2466287

**PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 FUMSCI
REPUBLICADO**

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos motomecanizados, eletrônicos e eletrodomésticos de uso operacional da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Navegantes/SC, através do Fundo Municipal de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Entrega/envelopes: 19/05/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 19/05/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 49/2020 PMN

Publicação Nº 2466294

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 49/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de peças e materiais para manutenção preventiva e corretiva de motobombas do sistema de abastecimento de água, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 19/05/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 19/05/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2466022

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva JESSANA NICOLETTI PEREIRA inscrita no C.P.F n.º 038.579.669-20, adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2020.04.08617P, que demonstra contribuições nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 (12 meses) e 2019 (10 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de abril de 2020.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 22 de Abril de 2020.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social
do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2466015

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva ADRIANA CRISTIANE GAYA inscrita no C.P.F n.º 886.947.809-25, adquiriu direito à incorporação do adicional de Hora Atividade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2020.04.08616P, que demonstra contribuições nos anos 2014, 2015, 2016 e 2017 (12 meses), 2018 (11 meses) e 2019 (12 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de abril de 2020.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 20 de Abril de 2020.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social
do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação N° 2466021

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva JESSANA NICOLETTI PEREIRA inscrita no C.P.F n.º 038.579.669-20, adquiriu direito à incorporação do adicional de Hora Atividade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2020.04.08617P, que demonstra contribuições nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 (12 meses) e 2019 (10 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de abril de 2020.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 22 de Abril de 2020.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social
do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação N° 2466018

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva ADRIANA CRISTIANE GAYA, inscrita no C.P.F n.º 886.947.809-25, adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2020.04.08616P, que demonstra contribuições nos anos 2014(12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (12 meses), 2017 (9 meses), 2018 (11 meses) e 2019 (11 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de Abril de 2020.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 20 de Abril de 2020.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social
do Município de Navegantes

ERRATA -- PREGÃO PRESENCIAL 16/2020 PMN

Publicação N° 2465187

ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2020 PMN

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS (DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC

Onde se lê (itens 23 e 24) Anexo VIII - Relação do Itens

APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO EM NOME DO FABRICANTE, ATENTANDO A RESISTÊNCIA AO IMPACTO IZOD DA RESINA PLÁSTICA NO PP DAS PONTEIRAS(CORPO DE PROVA), SENDO A RESISTÊNCIA AO IMPACTO MAIOR QUE 135J/M;RELATÓRIO DE ENSAIO SOBRE PINTURA E TRATAMENTO DAS PARTES METÁLICAS: RESISTÊNCIA À CORROSÃO NA CÂMARA DE NÉVOA SALINA DEVE SER DE 300 HORAS QUANDO ENSAIADA CONFORME NBR 8095 EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO QUE CONTENHA A RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE E RELATÓRIO DE ENSAIO DA QUALIDADE DA COLAGEM DO COMPENSADO CONFORME NBR 14006, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, EM NOME DO FABRICANTE.

Leia-se

APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO EM NOME DO

FABRICANTE, ATESTANDO A RESISTÊNCIA AO IMPACTO IZOD DA RESINA PLÁSTICA NO PP DAS PONTEIRAS (CORPO DE PROVA), SENDO A RESISTÊNCIA AO IMPACTO MAIOR QUE 135J/M; RELATÓRIO DE ENSAIO SOBRE PINTURA E TRATAMENTO DAS PARTES METÁLICAS: RESISTÊNCIA À CORROSÃO NA CÂMARA DE NÉVOA SALINA DEVE SER DE 300 HORAS QUANDO ENSAIADA CONFORME NBR 8095 EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO QUE CONTENHA A RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE E RELATÓRIO DE ENSAIO DA QUALIDADE DA COLAGEM DO COMPENSADO CONFORME NBR 14006, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, EM NOME DO FABRICANTE.

Conforme edital publicado.

EXTRATO DA ATA 19/2020 PMN

Publicação Nº 2464857

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 19/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 19/2020 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA ATENDER A SEDE E OS DEPARTAMENTOS CREAS, CRAS I, CRAS II, INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ACOlhIMENTO ANILDO DE SOUZA, CENTRO DE CIDADANIA, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ACESSUAS - JOVEM/TRABALHO, PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO- PAI, CURSOS DE GERAÇÃO D TRAB.E RENDA E DEMAIS ATIVIDADES, EVENTOS E SERVIÇOS.ATRAVES DA SECR. MUNC. DE ASSIST. SOCIAL DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 19/2020 PMN.

Fornecedores: BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI

CNPJ nº: 10.213.886/0001-05

Sócio: José Airton Gemin de Almeida

Valor: R\$ 11.255,00

Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

CNPJ nº: 73.977.480/0001-19

Sócio: Valter Plácido dos Santos Júnior

Valor: R\$ 17.024,00

Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

LICIFRANN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ nº: 18.522.712/0001-36

Sócia: Franciane Gonçalves

Valor: R\$ 30.182,00

Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

CNPJ nº: 03.612.312/0004-97

Sócio: Alexandre Tabuenca da Silva

Valor: R\$ 6.975,00

Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ nº: 33.488.848/0001-60

Sócia: Julia Cristina Meurer de Souza

Valor: R\$ 457.639,50

Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

PR COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI

CNPJ nº: 10.213.886/0001-05

Administradora: Paola Yuri Morikawa Rodrigues

Valor: R\$ 79.037,00

Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP

CNPJ nº: 81.825.952/0001-46

Sócia: Marialma da Rosa Rosar

Valor: R\$ 53.210,00

Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

CNPJ nº: 09.944.371/0001-04

Sócio: José Paulo Gesser

Valor: R\$ 2.355,00
Vigência: 04/05/2020 a 04/05/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 04 de maio de 2020.

EXTRATO DA ATA 25/2020 PMN

Publicação Nº 2466292

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 25/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 25/2020 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE TOTENS DECORATIVOS DEVIDAMENTE INSTALADOS EM DIVERSOS PONTOS DA CIDADE DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.
Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 25/2020 PMN.

Fornecedores: LUCCA COMUNICAÇÃO VISUAL E ESTRUTURAS EIRELI
CNPJ nº: 34.332.991/0001-40
Proprietária: Janaina Lucca Nunes
Valor: R\$ 28.700,00
Vigência: 05/05/2020 a 05/05/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 05 de maio de 2020.

EXTRATO DA ATA 27/2020 PMN

Publicação Nº 2466192

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2020 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 27/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 27/2020 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MANTA GEOTÊXTIL, MADEIRA DE CONSTRUÇÃO PINUS, SACO DE CIMENTO, BARRA DE FERRO E FERRAMENTAS TAIS COMO: COLHER DE PEDREIRO, PICARETA, CARRINHO DE MÃO, PÁ RETA, PÁ DE BICO) PARA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, MANUTENÇÃO, REPAROS, MELHORIAS E NOVAS INSTALAÇÕES DE TUBULAÇÃO NOS CANAIS DE DRENAGEM PLUVIAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.
Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2020 PMN.

Fornecedores: KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
CNPJ nº: 83.183.152/0001-02
Proprietário: Jean Clever Kraus
Valor: R\$ 59.100,00
Vigência: 05/05/2020 a 05/05/2021

NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI - EPP
CNPJ nº: 31.254.425/0001-50
Proprietária: Neuza Silveira dos Santos
Valor: R\$ 32.307,95
Vigência: 05/05/2020 a 05/05/2021

SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ nº: 80.443.633/0001-03
Sócio: Leandro Nunes
Valor: R\$ 13.962,00
Vigência: 05/05/2020 a 05/05/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 05 de maio de 2020.

PORTARIA Nº 2114 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464849

PORTARIA Nº 2114 DE 04 DE MAIO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 19/2020 PMN do Pregão Presencial 19/2020 cujo objeto REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA ATENDER A SEDE E OS DEPARTAMENTOS CREAS, CRAS I, CRAS II, INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ACOHIMENTO ANILDO DE SOUZA, CENTRO DE CIDADANIA, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ACESSUAS - JOVEM/TRABALHO, PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO- PAI, CURSOS DE GERAÇÃO D TRAB.E RENDA E DEMAIS ATIVIDADES, EVENTOS E SERVIÇOS. ATRAVES DA SECR. MUNC. DE ASSIST. SOCIAL DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial nº 19/2020 PMN.

Fiscais:

LUIZ FERNANDO GOMES -- (titular)

IULI DA CUNHA CESCHIN BUBLITZ -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE MAIO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2120 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466190

PORTARIA Nº 2120 DE 05 DE MAIO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 27/2020 PMN do Pregão Presencial 27/2020 cujo REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MANTA GEOTÊXTIL, MADEIRA DE CONSTRUÇÃO PINUS, SACO DE CIMENTO, BARRA DE FERRO E FERRAMENTAS TAIS COMO: COLHER DE PEDREIRO, PICARETA, CARRINHO DE MÃO, PÁ RETA, PÁ DE BICO) PARA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, MANUTENÇÃO, REPAROS, MELHORIAS E NOVAS INSTALAÇÕES DE TUBULAÇÃO NOS CANAIS DE DRENAGEM PLUVIAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial nº 27/2020 PMN.

Fiscais:

SÉRGIO JORME TRIMMER DA SILVA -- (titular)

FRANCISCO COUTO NETO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE MAIO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2121 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466291

PORTARIA Nº 2121 DE 05 DE MAIO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 25/2020 PMN do Pregão Presencial 25/2020 cujo REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOTENS DECORATIVOS DEVIDAMENTE INSTALADOS EM DIVERSOS PONTOS DA CIDADE DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial nº 25/2020 PMN.

Fiscais:

JOSE OSMAR BEZERRA NETO -- (titular)

FABIANE DA COSTA ELEUTÉRIO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE MAIO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 134/2020 DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM - SC, EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID-19, CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS.

Publicação Nº 2466426

DECRETO Nº 134 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Município de Nova Erechim - SC, em razão da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus.

O Prefeito de Nova Erechim-SC, no exercício de suas atribuições, em conformidade com art. 61, da Lei Orgânica do Município e, CONSIDERANDO a edição, pelo governo do Estado, do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Território Catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece providências;

CONSIDERANDO a edição, pelo governo do Estado, do Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o decreto estadual nº 562 de 17 de abril de 2020, em seu artigo 36, prevê a possibilidade do município adotar medidas mais restritivas;

CONSIDERANDO a edição, pelo Município de Nova Erechim-SC, do Decreto nº 98, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Nova Erechim e ratifica as medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO os potenciais efeitos danosos à economia local em virtude da suspensão das atividades econômicas em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade da utilização de máscaras de proteção facial, a partir de 07 de maio de 2020, em todos os espaços públicos, vias públicas, equipamentos de transporte público coletivo, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços no âmbito do município de Nova Erechim - SC, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias.

§ 1º Recomenda-se à população em geral o uso de máscaras caseiras, segundo as orientações do Ministério da Saúde, disponível em www.saude.gov.br.

§ 2º Os estabelecimentos deverão impedir a entrada e a permanência de pessoas que não estiverem utilizando máscara de proteção facial.

§ 3º Os fabricantes e os distribuidores de máscaras para uso profissional devem garantir, prioritariamente, o suficiente abastecimento da rede de assistência e atenção à saúde e, subsidiariamente, dos profissionais dos demais serviços essenciais.

§ 4º A obrigatoriedade do uso de máscara, de que trata este artigo, perdurará enquanto vigorar o estado de emergência constante no Decreto Municipal nº 98, de 23 de março de 2020.

Art. 2º A inobservância do disposto neste Decreto sujeita o infrator às penas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e na Lei Municipal nº 1.086, de 14 de dezembro de 2001.

§1º Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros, quer pela natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou frequenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

§2º Sem prejuízo das sanções de natureza cíveis ou penais cabíveis, a infração em razão do descumprimento do referido decreto serão punidos, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Interdição parcial ou total do estabelecimento;

§ 3º Cópias das notificações expedidas pelos agentes fiscalizadores deverão ser entregues ao órgão a que estejam vinculados, para que sejam consolidados os dados sobre as fiscalizações orientativas realizadas.

§ 4º Os recursos provenientes da multa de que trata o art. 3º deste Decreto serão destinados à Secretaria de Estado de Assistência Social do Município de Nova Erechim, que providenciará a compra de cestas básicas e sua distribuição no município.

§5º. Sem prejuízo das demais sanções, a inobservância deste Decreto pode acarretar a incidência do crime de infração de medida sanitária preventiva de que trata o art. 268 do Código Penal.

§6º As penalidades previstas neste artigo somente serão aplicáveis a partir do dia 07 de maio de 2020.

Art. 3º Os estabelecimentos públicos e privados deverão afixar na porta de entrada aviso ostensivo que conste as seguintes informações:

I - a obrigatoriedade do uso de máscara facial, ainda que artesanal, para acesso ao estabelecimento, por força do disposto na Portaria SES 251 de 16 de abril de 2020 do Estado de Santa Catarina;

II – álcool em gel 70% na entrada e saída do estabelecimento;

III - a possibilidade de comunicação para retirada do infrator de dentro do estabelecimento, em caso de descumprimento do inciso I;

IV - em caso de resistência do infrator, possibilidade de acionamento da Polícia Militar para as providências pertinentes.

Art. 4º A fiscalização ao cumprimento deste decreto ficará a cargo da Vigilância Sanitária do Município de Nova Erechim com o apoio da Polícia Militar.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, 04 de maio de 2020.

Nédio Antônio Cassol
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 85/2020 FÉRIAS CLAUDIA CARINE FROZZA

Publicação Nº 2464729

PORTARIA Nº 85, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para a Servidora Municipal CLAUDIA CARINE FROZZA, Matrícula 701/01, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 07.05.2020 a 21.05.2020, referente ao período 01.01.2019 a 31.12.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 05 de maio de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 86/2020 FÉRIAS VIVIANE ITANAJA COLETTTO

Publicação Nº 2464734

PORTARIA Nº 86, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal VIVIANE ITANAJA COLETTTO, Matrícula 4049/01, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 07.05.2020 a 16.05.2020, referente ao período 16.01.2020 a 15.01.2021.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 05 de maio de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 21/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORMA CONTINUA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEICULOS

Publicação Nº 2465058

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 21/2020

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORMA CONTINUA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 18 de maio de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 05 de maio de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 06/2019 APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL PARA FINS PARTICULARES PELO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, NÉDIO ANTÔNIO CASSOL.

Publicação Nº 2465955

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

IC - Inquérito Civil

SIG n. 06.2019.00000845-5

Objeto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente na utilização de veículo oficial para fins particulares pelo Prefeito do Município de Nova Erechim, Nédio Antônio Cassol.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu órgão que esta subscreve, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, caput, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97, parágrafo único da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e o MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 83.021.840/0001-68, sediado na Avenida Francisco Ferdinando Losina, n. 139, Centro, Nova Erechim/SC, representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Ramirez Tápia; doravante denominado COMPROMISSÁRIO, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais e judiciais cabíveis, bem como fiscalizar a correta aplicação da legislação, conforme dispõem o art. 127, "caput", e o art. 129, inciso III, ambos da CF/88;

CONSIDERANDO que incumbe também ao Ministério Público a defesa de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos, difusos e coletivos (Constituição Federal 129, III; Lei Federal n. 8.265/93, art. 25, IV 'a'; e Lei

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

Complementar Estadual n. 738/2019, art. 90, VI, 'b');

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante dispõe o art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que segundo o art. 4º da Lei n. 8.429/92 "Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos";

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência "impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia, e sempre em busca de qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social" (MORAES, Alexandre de, apud ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo. 13ª ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2007, p. 123)

CONSIDERANDO que o controle social consiste na participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle da Administração Pública, como complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos, contribuindo para favorecer a boa e correta aplicação dos recursos e como mecanismo de prevenção da corrupção;

CONSIDERANDO que o acesso às informações públicas (documentos, arquivos, estatísticas, entre outros), constitui um dos fundamentos para a consolidação da democracia e do exercício da cidadania, ao fortalecer a

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afetam;

CONSIDERANDO que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra, e da imagem das pessoas;

CONSIDERANDO que "A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, incisos X e XXXIII" (art. 37, § 3º, incisos I e II, CF/88);

CONSIDERANDO que "cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (art. 216, § 2º, CF/88);

CONSIDERANDO os mecanismos de combate e de prevenção à corrupção dispostos na Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), na Lei n. 12.850/2013 (Lei que define organização criminosa), no Decreto-Lei n. 201/67 (Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e de Vereadores), no Decreto-lei n. 2.848/40 (Código Penal);

CONSIDERANDO que as informações constantes no presente inquérito civil dão conta da inexistência de controle de percurso dos veículos da frota municipal, bem como diário veicular com identificação dos condutores dos veículos oficiais, desaguando em possível uso indevido dos veículos, gasto excessivo com

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

combustível, manutenção e peças automotivas, afetando a continuidade, eficiência e efetividade na prestação do serviço público e que podem acarretar responsabilidade civil, penal e administrativa do agente;

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Com fundamento no princípio da eficiência, o presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por finalidade efetivar o controle, a racionalização e a publicação dos gastos com a frota municipal do Município de Nova Erechim.

2. DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

CLÁUSULA SEGUNDA. O COMPROMISSÁRIO se compromete a implementar, em 60 (sessenta) dias, contados a partir de 1º de setembro de 2019, diário de bordo mensal para cada veículo da frota municipal – incluídos os de propriedade da administração indireta – devendo conter no cabeçalho do documento a Secretaria a qual pertence e a placa do automóvel e, no mínimo, os seguintes campos para preenchimento do condutor:

1. Data de saída;
2. Horário de saída;
3. Quilometragem inicial/"Horímetro"
4. Motorista;
5. Horário de retorno;
6. Local de retorno;
7. Quilometragem final/"Horímetro"

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

motorista.

8. Destino;

9. Campo separado para anotação de ocorrências e observações do

§ 1º O correto preenchimento do diário de bordo incumbe ao condutor do veículo, podendo recair a responsabilização por omissões no preenchimento na pessoa do Secretário respectivo, que deve fiscalizar a adequação do diário, ou ao Prefeito Municipal, na omissão daquele.

CLÁUSULA TERCEIRA. A partir da data de assinatura do presente TAC, o COMPROMISSÁRIO se obriga utilizar os veículos da frota exclusivamente no horário de funcionamento da prefeitura, devendo o veículo permanecer na garagem municipal ou prédio público ao qual está vinculado no período em que não há expediente, exceto nos casos excepcionais devidamente justificados, conforme previsão dos parágrafos subsequentes.

§ 1º Os casos excepcionais (serviços que não podem ser interrompidos, como por exemplo a saúde, para o transporte para tratamento fora do domicílio) devem ser previamente autorizados por escrito pela chefia, ou posteriormente justificado por escrito pelo motorista em caso fortuito (atividades que exigem atuação do Conselho Tutelar, situações emergenciais etc.), tudo devendo constar ou se anexar no diário de bordo do mês da ocorrência, a ser posteriormente cancelado pela chefia respectiva.

§ 2º O Prefeito poderá expedir decreto ou ato normativo similar para regular o uso de veículos em situações excepcionais fora do expediente de trabalho.

§ 3º A ausência de justificativa ou autorização prévia da chefia para utilização excepcional de veículo deverá ser apurada pela chefia imediata do servidor condutor e, constatados indícios de uso irregular, o fato deverá ser comunicado para autoridade competente para fins de instauração de procedimento administrativo, sob pena de responsabilização do superior hierárquico.

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

§ 4º O COMPROMISSÁRIO compromete-se a comunicar o Ministério Público sempre que constatada a utilização indevida do veículo público por meio do procedimento administrativo competente, para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA. O COMPROMISSÁRIO se compromete a promover, em 90 (noventa) dias, a reordenação administrativa dos departamentos que disponibilizam em caráter oneroso máquinas e equipamentos da Administração a particulares, instituindo regras internas (a exemplo de protocolos com a observância dos prazos de atendimento etc.), rotinas e procedimentos de forma a assegurar a correta fiscalização e controle da utilização de máquinas e serviços da administração pública municipal, incumbindo ao Secretário respectivo a fiscalização dos serviços realizados, o tempo e o local de utilização do maquinário e a regularidade do preenchimento da ordem de serviço e do pagamento efetuado pelo beneficiário, sob pena de responsabilização por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo da fiscalização da Controladoria Interna;

CLÁUSULA QUINTA. O COMPROMISSÁRIO se compromete a inserir, em 30 (trinta) dias, na traseira e/ou na lateral de todos os veículos públicos, adesivos de fácil leitura e visualização contendo:

1. O brasão do Município de Nova Erechim ou outro símbolo impessoal que identifique o Município com a expressão "uso exclusivo em serviço";
2. O contato telefônico atualizado para eventuais denúncias, que hoje é o número (49) 3333-3100 (da recepção da Prefeitura) e o (49) 3333-3105 (da Controladoria Interna);

CLÁUSULA SEXTA. O COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da assinatura do presente termo, a apurar a responsabilidade pelas infrações de trânsito praticadas por condutores de veículos oficiais, devendo transferir a titularidade da multa ou autuação para a pessoa do condutor infrator, o qual também deverá arcar com o ônus pecuniário e suportar a sanção referente à pontuação na CNH.

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

CLÁUSULA SÉTIMA. O COMPROMISSÁRIO se compromete a publicar, em 30 (trinta) dias, em jornal de circulação local, bem como na página inicial do sítio eletrônico da Prefeitura, a íntegra do presente ajuste, que deverá permanecer no sítio da Prefeitura por pelo menos 90 (noventa) dias, de modo a conferir ampla divulgação e ciência da celebração do instrumento aos munícipes, que poderão futuramente fiscalizar a cumprimento das cláusulas convencionadas na forma estabelecida neste compromisso.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA OITAVA. Ao final do mandato, o COMPROMISSÁRIO se compromete a cientificar formalmente o sucessor a respeito do presente TAC, de modo a manter as obrigações originadas do acordo.

CLÁUSULA NONA. O cumprimento das obrigações previstas neste TAC não isenta o COMPROMISSÁRIO da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou em outras leis que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após a sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA. A inexecução do compromisso previsto em quaisquer das Cláusulas anteriores facultará ao Ministério Público Estadual, decorridos os prazos previstos, adotar as medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O presente TAC entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento do procedimento administrativo ao qual se vincula, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85, nos termos do art. 48, inciso II, do Ato n. 395/2018/PGJ/MPSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Em caso de descumprimento de

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

qualquer cláusula do presente acordo por parte do COMPROMISSÁRIO, pessoa jurídica de direito público (Município de Nova Erechim), incorrerá em multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cláusula descumprida, cujo valor será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL). Caso o valor da multa ultrapasse o patamar dos R\$ 15.0000,00 (quinze mil reais) e o Município não satisfaça as obrigações ora assumidas, o seu representante, Prefeito Municipal, incorrerá na multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês por cláusula descumprida, de natureza pessoal, cujo valor será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. A inexecução do compromisso previsto nas cláusulas anteriores facultará ao Ministério Público, depois de decorridos os prazos pactuados, nos termos da decisão contida nos Autos n. 0010705-70.2014.8.24.06001, da Corregedoria-Geral da Justiça, a proceder ao protesto deste Termo de Ajustamento de Conduta, seja na obrigação principal ou acessória (multa pelo inadimplemento).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O Ministério Público compromete-se:

1. A não adotar qualquer medida judicial contra o COMPROMISSÁRIO que assina o presente Termo, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado.

2. Antes de promover a execução do presente TAC, remeter ofício ao Prefeito Municipal para que, em 5 (cinco) dias, preste os esclarecimentos que julgar necessários a respeito do alegado descumprimento das obrigações avençadas.

1 Ementa: Termo de Ajustamento de Conduta. Título executivo extrajudicial com múltiplas espécies de obrigações. Protesto da obrigação principal de pagar e da obrigação acessória (multa) cominada ao descumprimento da obrigação de pagar, fazer, ou não fazer. Analogia às ações executivas quanto à independência entre as obrigações. Requisitos de certeza, exigibilidade e liquidez. Possibilidade.

9

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PINHALZINHO

4. DA CIÊNCIA DO ARQUIVAMENTO

Ficam, desde logo, os presente cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário (ou seja, parcialmente, no tocante ao objeto tratado neste TAC), e a promoção, submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85 e art. 48, inciso II, do Ato n. 395/2018/PGJ/MPSC.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Pinhalzinho, 22 de agosto de 2019.

DOUGLAS DELLAZARI
Promotor de Justiça

RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal de Nova Erechim

DAMDARA LUANA SCHUCK
Assessora Jurídica

9

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBJETIVANDO A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES

Publicação Nº 2465924

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2020

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBJETIVANDO A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM NOVA ERECHIM/SC, CFE. PROJETO, MEMORIAL E ART. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 20 de maio de 2020, junto a Secretaria Municipal da

Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 05 de maio de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2020, DE 30 DE ABRIL DE 2020 DISPOE SOBRE O SISTEMA DE DELIBERAÇÃO A DISTANCIA COMO MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA PARA POSSIBILITAR A APRECIÇÃO, DISCUSSÃO, DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES SUBMETIDAS AO PLENÁRIO.

Publicação Nº 2464971

RESOLUÇÃO Nº 001/2020, DE 30 DE ABRIL DE 2020

DISPOE SOBRE O SISTEMA DE DELIBERAÇÃO A DISTANCIA COMO MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA PARA POSSIBILITAR A APRECIÇÃO, DISCUSSÃO, DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES SUBMETIDAS AO PLENÁRIO.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Nova Erechim/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas nos artigos 24 e 25 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Deliberação a Distância como medida excepcional e temporária para possibilitar a apreciação, discussão, deliberação e votação de proposições submetidas ao Plenário da Câmara Municipal de Nova Erechim a ser utilizada nos casos em que reste impossibilitada a presença física dos vereadores em Plenário.

Art. 2º O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, diante de solicitação do Prefeito ou por interesse institucional, poderá convocar sessões plenárias e reuniões de comissões permanentes para deliberação de matérias, por sistema virtual, quando se tratar de:

- I- Projetos de Lei Complementar;
- II – Projetos de Lei Ordinária;
- III - Projetos de Resolução;
- IV – Projetos de Decreto Legislativo;
- V – Requerimentos;
- VI - Indicações;

§ 1º Somente serão submetidos ao sistema virtual de discussão e de votação em sessão plenária extraordinária virtual as matérias que estiverem instruídas com os pareceres de Comissões Permanentes designadas.

§ 2º As reuniões virtuais extraordinárias de comissões e as sessões plenárias virtuais extraordinárias ocorrerão em dia e em hora definidos pelo Presidente da Câmara.

Art. 3º. O sistema terá como base o uso softwares que permitam o debate com áudio e vídeo entre os parlamentares, observadas as seguintes diretrizes:

- I - as Sessões Plenárias realizadas devem ser transmitidas em tempo real em site de fácil acesso ao público, permitindo o seu acompanhamento pela população
- II - encerrada a votação, o voto proferido por meio do SDD é irrevogável;
- III - o processo de votação seguirá o rito de chamada nominal de cada vereador pelo Presidente;
- IV – no caso de problema técnico ou impossibilidade de conexão ao sistema por algum vereador, o Presidente poderá solicitar o voto de vereador através de mensagem de voz via aplicativo de mensagens;
- VI - o sistema deverá permitir o acesso simultâneo de todos os parlamentares sob o comando direto do Presidente da Câmara; e

Art. 4º Os projetos de lei e proposições incluídas na ordem do dia da Sessão deverão ser encaminhados a todos os vereadores, por meio digital, com pelo menos 24 horas de antecedência.

Art. 5º Durante a Sessão Plenária, será designado servidor para solucionar quaisquer dúvidas ou problemas relacionados à operação dos softwares ou hardwares que viabilizam a deliberação.

Art. 6º A sessão deve ser gravada em arquivo de áudio e vídeo a ser disponibilizado no site da Câmara Municipal de Vereadores para o acesso da população.

Art. 7º Na ata da Sessão deve constar a informação de que as deliberações ocorreram em ambiente virtual.

Art. 8º A Presidência da Câmara Municipal fica autorizada a adotar outras medidas, não previstas nesta Resolução, para solucionar eventuais dúvidas ou fazer adequações funcionais, administrativas ou operacionais.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Abril de 2020.

Câmara Municipal de Nova Erechim/SC, 30 de abril de 2020.

LUIZ CARLOS SILVANO MOACIR ANTONIO BRUSTOLIN
Presidente da Mesa Diretora Vice- Presidente

RAFAEL KNAKIEWICZ
2º Secretário

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 184/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466393

DECRETO Nº 184/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE CONTINGENCIAMENTO E GESTÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Santa Catarina, usando de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO: que o Estado de Santa Catarina, por ato de seu Governador, através do Decreto nº 515/2020, Decretou Situação de Emergência em todo o território catarinense, com objetivo de enfrentamento e prevenção do COVID-19, epidemia mundial de doença contagiosa, visando a proteção da população do Município, bem como salvaguardar a saúde dos munícipes aliada a outras medidas preventivas já adotadas no Município;

CONSIDERANDO: a necessidade de manter atualizado o Comitê;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no Município de Nova Itaberaba, SC, o Comitê de Contingenciamento e Gestão do COVID-19, que contará com as seguintes pessoas integrantes:

- MARCIANO MAURO PAGLIARINI
- GILBERTO DE SOUZA SANTOS
- JAIMIR ANTONIO LUPATINI
- LUAN MACIEL
- FERNANDA FIOREZE
- ELUDIR ZAMBONI
- DANILO GABRIEL
- DARLEI PAGANI MESADRI
- CRISTIANO PAVIN
- CRISTIANE ALLEBRANTT BOTH
- ILANE ANA CITADELLA
- MARCIO ROSSONI

Art. 2º - O desempenho das funções junto ao Comitê, será exercido concomitantemente com os respectivos cargos da cada servidor, não sendo devida aos servidores nenhuma remuneração extra pela participação no Comitê.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 185/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466478

DECRETO Nº 185/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID 19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Nova Itaberaba;

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde

pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Nova Itaberaba, decretada através do Decreto nº 0118/2020, de 18 de março de 2020, em virtude da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19):

DECRETA:

Art. 1º Aos servidores públicos municipais integrantes dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, enquanto vigentes normas que estabeleçam medidas excepcionais em decorrência da situação de emergência em saúde pública em razão do coronavírus (COVID-19), poderão ser concedidas as medidas administrativas previstas neste Decreto.

Art. 2º Entre as medidas referentes à gestão de pessoal, fica autorizado o Poder Executivo:

I - conceder, unilateralmente, as seguintes medidas administrativas:

- a) licença prêmio, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais para sua fruição;
- b) férias coletivas ou férias normais individuais;
- c) férias ou licenças prêmios antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo.

II - alterar a forma de cumprimento da jornada de trabalho, mediante:

- a) a instituição de modalidade de trabalho remoto (home office);
- b) a redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração;
- c) a fixação de escalas de trabalho diferenciadas;
- d) a instituição de banco de horas (positivo ou negativo) para compensação em data futura;

III - deslocamento provisório de servidores nas seguintes modalidades:

- a) designação para lotação provisória em outros órgãos da administração pública;
- b) deslocamento para composição de força de trabalho junto à órgão público diverso, integrante ou não da administração pública municipal;

IV - a suspender ou extinguir os contratos de trabalho dos servidores admitidos em caráter temporário (ACT's) e dos termos de compromisso de estágio.

§ 1º A fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (home office), prevista na alínea "a" do inciso II, não gerará horas extraordinárias, tampouco poderá ser aplicada ao regime de banco de horas.

§ 2º Aos servidores temporários (ACT's), aplicam-se às regras definidas no art. 13, deste Decreto.

§ 3º Aos estagiários e profissionais contratados sob regime diferenciado, aplicam-se as regras definidas no art. 20, deste Decreto.

§ 4º Ficam excluídos das hipóteses elencadas no inciso I do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 5º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas coletivas ou individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 6º A licença prêmio normal ou antecipada, as férias coletivas ou individuais normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 3º Enquanto as atividades nos órgãos públicos municipais estiverem submetidas a restrições de qualquer natureza, independentemente do regime de trabalho a que estiver submetido o servidor, será mantida a percepção da remuneração normal.

Art. 4º Quando do retorno das atividades normais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos servidores integrantes do grupo de risco, a estes será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado.

Parágrafo Único – Os servidores integrantes dos chamados "Grupo de Risco", deverão apresentar ao Departamento de Pessoal, atestado MÉDICO, emitido por profissional da Unidade Básica de saúde Municipal ou especialista da rede privada, acompanhado de auto declaração com a descrição de pertencerem aos grupos de riscos.

Art. 5º O regime de trabalho remoto (home office) fica definido como o desempenho das funções, atribuições e atividades funcionais do servidor a partir de sua residência, e compreende:

- I - a execução das atividades do setor durante o horário de expediente normal do Poder Executivo Municipal;
- II - a consulta diária da conta de e-mail institucional com resposta tempestiva aos expedientes recebidos pela via adequada;
- III - o atendimento telefônico do público interno e externo, e;
- IV - a permanência à disposição do Poder Executivo Municipal durante o horário de expediente normal, inclusive para comparecimento presencial na unidade de lotação, caso necessário.

§ 1º Para viabilizar a execução das atividades em regime de trabalho remoto, o servidor deverá providenciar computador com acesso à internet em sua residência.

§ 2º Nas hipóteses em que o servidor não dispuser de computador com acesso à internet em sua residência para a execução das atividades laborais, fica autorizada a movimentação temporária dos equipamentos e do mobiliário de propriedade do Poder Público para o imóvel ocupado pelo servidor, mediante a assinatura do termo de responsabilidade que deverá ser entregue ao gestor patrimonial da unidade de lotação dos bens móveis.

§ 3º Nos casos previstos no § 2º deste artigo, o servidor ficará responsável pela guarda e devolução dos bens móveis cedidos, livre de danos ou avarias, quando do retorno às atividades presenciais, devendo ressarcir de imediato qualquer prejuízo causado ao patrimônio público.

§ 4º As situações concernentes aos servidores que executam atividades incompatíveis com o trabalho remoto ou que não possuem acesso à internet em sua residência podem ser relativizadas pela chefia imediata, levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto, aplicando-se a redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração ou a fixação de escalas de trabalho diferenciadas, conforme estabelecer o Secretário Municipal ou Diretor do órgão.

§ 5º O trabalho em home office ou outro regime especial não implica em prejuízo funcional, remuneratório e previdenciário.

Art. 6º Os servidores que não puderem exercer suas atividades em regime de trabalho remoto ou outra forma de cumprimento da jornada de trabalho em regime especial, estarão submetidos ao regime de compensação por banco de horas, nos termos definidos no art. 2º, II,

“d”, deste Decreto.

Art. 7º O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor.

Art. 8º Ao final do período de suspensão das atividades normais ou da causa que originou o trabalho em regime de banco de horas, será calculado o montante do total de horas negativas acumuladas no período, devendo o servidor público compensá-las quando este retomar as atividades regulares.

§ 1º As horas trabalhadas a mais em razão do regime de compensação de horas, em regra, não terão caráter de labor extraordinário, e serão compensadas de acordo com os parâmetros e critérios definidos pelo titular do órgão em que estiver lotado o servidor.

§ 2º A compensação mencionada no § 1º deste artigo, não poderá resultar em jornada diária total superior a 10 (dez) horas diárias.

§ 3º A compensação das horas não pode prejudicar o direito dos servidores públicos quanto ao descanso entre jornadas, salvo em caso de excepcional necessidade do serviço público, e desde que assim ajustado de comum acordo entre a chefia imediata e o servidor.

Art. 9º A acumulação de horas devidas em face da sujeição ao regime de banco de horas aplica-se exclusivamente enquanto perdurar a situação de emergência.

Parágrafo único. A sujeição do servidor ao regime de banco de horas não pode importar em redução de sua remuneração mensal.

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a determinar a lotação provisória de servidores para o exercício em outro órgão, nos termos definidos no art. 2º, III, deste Decreto.

Parágrafo único. O servidor público só deverá exercer suas atribuições no local da lotação provisória quando as funções por ele desempenhadas sejam compatíveis com as atribuições do cargo de provimento efetivo de que é titular e desde que respeitada a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente.

Art. 11. O ato da lotação provisória do servidor deverá ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos e deverá ser efetivado, independentemente de sua anuência prévia, exigindo sua comunicação com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência.

Art. 12. O ato de lotação provisória do servidor público municipal se concretizará com a publicação da portaria no Diário Oficial dos Municípios.

§ 1º O ato de lotação provisória deverá prever seu termo final, que será por prazo certo ou pelo adimplemento de condição resolutive.

§ 2º A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato unilateral do Secretário Municipal da pasta em que o servidor tenha sua lotação originária.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo poderá determinar:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho:

a) de expediente regular;

b) de jornada alterada, por meio de trabalho remoto, em regime especial de redução e flexibilização, por escala de trabalho diferenciada ou em regime de banco de horas, nos termos do art. 2º, II.

II - a suspensão do contrato de trabalho;

III - a alteração unilateral do contrato de trabalho, para exercício extraordinário em lotação diversa;

IV - a rescisão unilateral do contrato de trabalho, em razão da situação de emergência reconhecida no âmbito do Município.

Art. 14. Aos servidores temporários que continuarem a desenvolver suas atividades na forma definida no inciso I do art. 13, aplicam-se integralmente as regras definidas no art. 5º.

Art. 15. Aos servidores temporários que tiverem seus contratos de trabalho suspensos, será assegurada a percepção de 50% de sua remuneração contratada.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato de trabalho, serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas, para fins de compensação futura, nos termos do disposto nos art. 6º ao 9º, deste Decreto.

§ 2º O montante das horas devidas deverá ser reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput.

§ 3º A suspensão temporária do contrato de trabalho será pactuada por acordo individual escrito entre a Secretaria Municipal ou órgão onde o servidor exerça suas funções e o contratado, que será encaminhado ao contratado com antecedência de, no mínimo, 02 (dois) dias corridos.

§ 4º Durante o período de suspensão temporária do contrato, fica mantida a contribuição ao Regime Geral de Previdência Social, com a redução proporcional à redução experimentada em sua remuneração.

§ 5º O contrato de trabalho será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que originou a flexibilização da contratação;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal ou órgão a que estiver vinculado que notifique ao contratado sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o contratado possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho.

§ 6º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, de acordo com o disposto no art. 13, IV.

Art. 16. O servidor temporário poderá ter seu contrato de trabalho unilateralmente alterado para exercício temporário em outro órgão de lotação, observados os seguintes requisitos:

I - o exercício de atribuições afins à função para a qual foi contratado, respeitadas a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente;

II - a demonstração de que há necessidade temporária de excepcional interesse público a justificar a alteração unilateral do local de realização da função temporária;

III - a assinatura de termo de alteração do instrumento de contratação por ambas as partes.

Parágrafo único. O termo que determine as alterações na contratação temporária pode fixar como condição resolutive o retorno das atividades regulares no órgão que originalmente tiver contratado o servidor.

Art. 17. Os servidores contratados por prazo determinado poderão ter seu contrato de trabalho extinto unilateralmente, assegurada a percepção das verbas previstas na lei nº 1231/2019.

§ 1º A extinção do contrato será comunicada com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º Na hipótese de o servidor possuir mais de um vínculo funcional com a Administração, poderá ser determinada a rescisão de somente um ou ambos os vínculos.

Art. 18. Na hipótese de o servidor temporário requerer a rescisão antecipada de seu contrato, serão deduzidas das verbas indenizatórias os valores remuneratórios que lhe foram antecipados à título de férias, ou ainda, durante a vigência da suspensão de seu contrato de trabalho.

Art. 19. Os contratos de trabalho por prazo determinado cujo termo final de vigência expire durante o período em que vigorar a situação de emergência poderão ser prorrogados, desde que demonstrada a necessidade de sua manutenção.

Art. 20. Em relação aos estagiários vinculados à Secretarias Municipais ou demais órgãos, e aos cedidos a outros órgãos públicos, poderá

ser determinada:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho de expediente regular ou de trabalho remoto, nos termos do art. 2º, II, "a", deste Decreto;

II - a suspensão do termo de compromisso de estágio, sem percepção da respectiva bolsa de estágio;

III - a rescisão unilateral do termo de compromisso de estágio, em razão da situação de emergência reconhecida no âmbito do Município.

§ 1º Os atos relacionados ao disposto nos incisos II e III do caput deste artigo serão notificados ao estagiário com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 2º Durante o período de suspensão do termo de compromisso de estágio, fica igualmente suspenso o pagamento de quaisquer benefícios dele decorrentes, devendo ser garantido pagamento do seguro em favor do estagiário (art. 9º, IV da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), por parte da entidade conveniada ou do próprio Município.

§ 3º Uma vez restabelecidas as atividades regulares do órgão a que o estagiário estiver vinculado, o termo de compromisso de estágio, suspenso nos termos do inciso II do caput deste artigo, será restabelecido no prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos.

Art. 21. Eventuais licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da respectiva Secretaria Municipal ou órgão a que o servidor estiver vinculado poderão ser suspensas por decisão unilateral.

Art. 22. Na falta de registro ponto, por sistema manual ou por meio eletrônico, bem como na impossibilidade de adoção de quaisquer das medidas administrativas previstas neste Decreto, enquanto vigentes normas que estabeleçam medidas excepcionais em decorrência da situação de emergência em saúde pública em razão do coronavírus (COVID-19), aplicar-se-á o disposto no art. 3º, § 3º, da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 23. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste Decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 05 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 078/2020 DE 04 DE MAIO 2020

Publicação Nº 2466400

PORTARIA N.º 078/2020 DE 04 DE MAIO 2020.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.213/91 e Lei Federal nº 10.710/2003 Art. 71 e lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: O atestado apresentado pela servidora e o direito que lhe é conferido por lei;

CONSIDERANDO: O previsto na Lei Complementar nº 1.228/2019 de 20 de Março de 2019, prevendo Licença Maternidade de 180 dias;

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, Licença maternidade a servidora Pública Municipal ANDRESSA RIMOLDI, Professora, 20 horas semanais, efetiva e 20 horas semanais Temporária, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, de acordo com o Artigo 71 da Lei Federal nº 8.213 alterado pela Lei Federal nº 10.710/2003, e Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias compreendido entre 03/05/2020 a 29/10/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de maio de 2020, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 079/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466472

PORTARIA N.º 079/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pela servidora e o requerimento solicitando a concessão.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares a servidora municipal ROMILDE ANGELICA BREDA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 09/01/2019 a 08/01/2020, férias e período de gozo de 04/05/2020 a 12/05/2020. Gozo de férias canceladas pela Portaria nº 062/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 080/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466470

PORTARIA N.º 080/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com seus respectivos períodos aquisitivos e de gozo de férias, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Abono
André Luiz Maso	Agente Comunitário de Saúde	01/03/2019 a 29/02/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Eliza Ana Filippini	Agente Comunitário de Saúde	02/08/2019 a 01/08/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Elizandra Andrin	Agente Comunitário de Saúde	01/11/2018 a 31/10/2019	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Elizandra Nunes	Agente Comunitário de Saúde	01/03/2019 a 29/02/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Eloni Zamboni	Auxiliar de Serviços Gerais	03/04/2019 a 02/04/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Françoise Zanelato	Odontóloga	02/05/2019 a 01/05/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Leocir Georgio	Motorista	04/05/2020 a 02/06/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Lides T. Peruzzo	Agente Comunitária de Saúde	01/03/2019 a 28/02/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Luana Gabriel	Psicóloga	19/04/2019 a 18/04/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Marcio Zolet Dezen	Motorista	01/06/2018 a 31/05/2019	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Paulo Isaias Dutkevicz	Motorista	01/04/2019 a 31/03/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Rachel Civa	Agente Administrativo	18/04/2019 a 17/04/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Rejane M. de Medeiros	Agente Administrativo	01/05/2019 a 30/04/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Renivaldo Breda	Odontólogo	17/01/2019 a 16/01/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não
Sadi Bedin	Agente Comunitário de Saúde	01/03/2019 a 29/02/2020	04/05/2020 a 02/06/2020	Não

Art. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico e Fazenda

PORTARIA N.º 081/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2466468

PORTARIA N.º 081/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor e o requerimento solicitando a concessão.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal MAICON JUNIOR FERRARINI, ocupante do cargo de Operador, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, com período aquisitivo de 10/06/2018 a 09/06/2019, e período de gozo de 04/05/2020 a 02/06/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 082/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2466467

PORTARIA N.º 082/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pela servidora e o requerimento solicitando a concessão.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares a servidora municipal GIVANETE DA ROSA RIBOLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, com período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019, férias e período de gozo de 04/05/2020 a 02/06/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 083/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466466

PORTARIA N.º 083/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor e o requerimento solicitando a concessão.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal ISMAEL SCHNEIDER, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, com período aquisitivo de 01/11/2019 a 31/10/2020, e período de gozo de 15/05/2020 a 29/05/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 084/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466482

PORTARIA N.º 084/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: que houve equívoco no lançamento dos períodos de férias da Servidora.

RESOLVE:

ART. 1º - FICA, alterado do período de férias regulamentares a servidora municipal RACHEL CIVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, lançado na Portaria nº 064/2020, lançado como período de gozo de 01/04/2020 a 30/04/2020, substitui-se pelo período de gozo de 01/04/2020 a 20/04/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE MAIO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 427/2020

Publicação Nº 2465057

PORTARIA Nº 427/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20(vinte) dias, à Servidora Pública Municipal, ELICE BOTTAMEDI, matrícula nº 7395, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 06/05/2020 a 25/05/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de maio de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 428/2020

Publicação Nº 2465114

PORTARIA Nº 428/2020

Aquisição de Estabilidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 31 da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Trento), alterado pela Lei nº 2.584/2015,

RESOLVE:

Fica reconhecida a aquisição da estabilidade, na forma do Processo de Avaliação Executado, ao (a) servidor (a) em Estágio Probatório, VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, matrícula 7173, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de maio de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PRIMEIRO ADITIVO - CONTRATO N° 001/2020

Publicação N° 2463439

TERMO ADITIVO DE VALOR – ADIÇÃO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n° 001/2020**

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF n° 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, RAFAEL VISENTAINER ADAMI, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI, estabelecida a Rua Almirante Barroso, 1342, Sala 07, Bairro Vila Nova, Blumenau, Santa Catarina, CEP 89.035-402, CNPJ/MF n. 25.526.024/0001-00, neste ato representada por seu Diretor, Sr. LUIS CARLOS FERREIRA, CPF n° 007.047.999-28, doravante denominada "CONTRATADA", considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, e cláusula 18ª do contrato original, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato n° 001/2020, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de mão de Obra, para a pavimentação e drenagem da Rua Francisco Valle, no Centro, Município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato n° 001/2020, para aditar ao mesmo a importância de R\$ 6.651,88 (seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 3,06% do contrato original, conforme JUSTIFICATIVA E DOCUMENTOS em anexo, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal n° 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Modificação do projeto visando a melhoria da execução, conforme acordado entre as partes

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n° 001/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 13 de abril de 2020.

Gian Francesco Voltolini Contratante	EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI Contratada
---	--

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Varley O. Dalbosco
Secretário M. Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Testemunhas:

Aprígio José Botameli	Fábio de Freitas
-----------------------	------------------

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 128/2019

Publicação N° 2465042

TERMO ADITIVO DE PRAZO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n° 128/2019**

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF n° 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, RAFAEL VISENTAINER ADAMI, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA., com sede na rua Jaime Pedro Alves, 200, Limoeiro, cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina, CEP 88.300-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.171.488/0001-20, neste ato representada por CHARLES PIRES DA SILVA, portador do CPF n° 063.446.369-1, doravante denominada "CONTRATADA", considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, e cláusula 18ª do contrato original, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato n° 128/2019 para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de mão de Obra com fornecimento de material, para construção de Praça no bairro Mato Queimado município de

Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 128/2019, para aditar ao mesmo o prazo de 60 dias, conforme JUSTIFICATIVA E DOCUMENTOS em anexo, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Devido às situações ocorridas no período da pandemia, bem como o decreto de paralisação nº 515 do Governo do Estado de Santa Catarina, em relação ao COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 128/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, junto a duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 05 de maio de 2020.

Gian Francesco Voltolini Contratante	R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. Contratada
---	--

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Varley O. Dalbosco
Secretário M. Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Testemunhas:

Aprício José Botameli	Denner Soares de Oliveira
-----------------------	---------------------------

SEGUNDO ADITIVO - CONTRATO Nº 001/2020

Publicação Nº 2463442

TERMO ADITIVO DE VALOR – ADIÇÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 001/2020

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, RAFAEL VISENTAINER ADAMI, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI, estabelecida a Rua Almirante Barroso, 1342, Sala 07, Bairro Vila Nova, Blumenau, Santa Catarina, CEP 89.035-402, CNPJ/MF n. 25.526.024/0001-00, neste ato representada por seu Diretor, Sr. LUIS CARLOS FERREIRA, CPF nº 007.047.999-28, doravante denominada "CONTRATADA", considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, e cláusula 18ª do contrato original, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato nº 001/2020, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de mão de obra, para a pavimentação e drenagem da Rua Francisco Valle, no Centro, Município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 001/2020, para aditar ao mesmo a importância de R\$ 7.654,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais), correspondente ao acréscimo do BDI em 19,61%, conforme JUSTIFICATIVA E DOCUMENTOS em anexo, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Modificação e melhoria da execução, em virtude das intempéries do tempo, conforme acordado entre as partes

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 001/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 22 de abril de 2020.

Gian Francesco Voltolini Contratante	EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI Contratada
---	--

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Varley O. Dalbosco
Secretário M. Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Testemunhas:

Aprígio José Botameli	Fábio de Freitas
-----------------------	------------------

SEGUNDO ADITIVO - CONTRATO Nº 045/2019

Publicação Nº 2464622

TERMO ADITIVO DE VALOR**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2019**

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Jucelino Marino Chini, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, com sede à Rua General Osório, 311. Sala 604. Centro - Timbó/SC, e registro no CNPJ- MF. sob o nº 02.255.187/0001-08, neste ato representada pelo Sr. FABIANO BUSNARDO, inscrito no CPF nº 777.742.219-72, portador da cédula de identidade RG nº 2.621.657-4 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Campo Grande, nº 66, Bairro das Capitais, Timbó/SC, doravante denominada "CONTRATADA", conforme decisão da Comissão de Licitações no Processo Licitatório nº 018/2019, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo e reajuste de valor de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre as partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato nº 045/2019, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo a prestação de serviços de conexão à internet (conexão do Serviço de Comunicação de Multimídia – S.C.M.), com o fim de atender as necessidades das unidades/secretarias da Prefeitura de Nova Trento, conforme Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Licitação nº 018/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 045/2019, para alteração de valor, devido a solicitação realizada pelo Departamento de Tecnologia da Informação – Ofício TI/240201/2020, datado em 24 de fevereiro de 2020, e pela Proposta Comercial apresentada pela Empresa, datada em 30 de abril de 2020, com parcelas mensais no valor de R\$ 2.358,20 (dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), totalizando a importância de aproximadamente R\$ 23.582,00 (vinte e três mil, quinhentos e oitenta e dois reais). Prazo de Execução: iniciando em 05 de maio de 2020 e termino em 17 de fevereiro de 2021, conforme previsto no Primeiro Termo Aditivo de Prazo, do Contrato nº 045/2019.

Justificativa: Este reajuste justifica-se, em decorrência da ampliação dos Telecentros, existentes nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e o aumento significativo no número de usuários através de Smartphones e Notebooks, onde o Departamento de Tecnologia de Informática, nos comunicou lentidão na Rede, conforme Ofício TI/240201/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 045/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 04 de maio de 2020.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A Contratada
---	---

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____
Aprígio José Botameli2. _____
Fábio de Freitas**SAMAE - Nova Trento****CONTRATO ADITIVO Nº 00025/2018-02- CONAGUA CONSULTORIA E SANEAMENTO EIRELI-ME**

Publicação Nº 2465350

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTA

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E

TERMOS ADITIVOS MAIO/2020

Contrato: CONAGUA CONSULTORIA E SANEAMENTO EIRELI-ME
CNPJ: 23.955.190/0001-04
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços nº 03/2018
Número do Contrato: Nº 00025/2018-02
Processo nº: 06/2018
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Prestação de Serviços de Engenharia Sanitária, em Consultoria Técnica nas áreas de Abastecimento de Água E Esgotamento Sanitário, para essa autarquia Municipal, de conformidade com a solicitação, além de consultas através de telefone, e-mail, fax, etc.; Acompanhamento das condições gerais de funcionamento dos sistemas de abastecimento de água da sede municipal no exercício de 2019/2020.

Data da Assinatura: 04/05/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/05/2020
Vigência: 04/05/2020 a 02/05/2021
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00
Valor: 36.456,00 (Trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

IVÃ ALESSANDRO FRANZOI
DIRETOR DO SAMAE

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 147, DE 20 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2464669

DECRETO N.º 147, DE 20 DE ABRIL DE 2020.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.109, de 10 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 008/CME/2020, do Conselho Municipal de Educação, datada de 03 de abril, anexa a este Decreto, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares presenciais no Sistema Municipal de Educação de Nova Veneza, SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 20 de abril de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 20 de abril de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 151, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2464672

DECRETO N.º 151, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.109, de 10 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 009/CME/2020, do Conselho Municipal de Educação, datada de 17 de abril, anexa a este Decreto, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no sistema municipal de educação de Nova Veneza/SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus – COVID - 19.

Art. 2º - Fica homologada a Resolução n.º 010/CME/2020, do Conselho Municipal de Educação, datada de 23 de abril, anexa a este Decreto, que dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 28 de abril de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 28 de abril de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EMPENHO PM Nº 1210/2020

Publicação Nº 2464623

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EMPENHO

-----EMPENHO Nº 1210/2020

DIA DO EMPENHO: 24/04/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: FORNECIMENTO DE ALCOOL GEL PARA PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS/COVID 19 PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. DPTO DE PROMOÇÃO SOCIAL.

CONTRATADA RITA DE LOURDES CAÇOL & CIA LTDA - ME

CNPJ: 10.630.265/0001-27

VALOR : 240,00 (duzentos e quarenta reais)

DATA: 24/04/2020 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EMPENHO PM Nº 1211/2020

Publicação Nº 2464624

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EMPENHO

-----EMPENHO Nº 1211/2020

DIA DO EMPENHO: 24/04/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: FORNECIMENTO DE SODA CAUSTICA PARA PRODUZIR SABÃO DE ÁLCOOL PARA DISTRIBUIÇÃO A POPULAÇÃO PARA PRIORIZAREM OS CUIDADOS COM A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS COMO PREVÊ A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), AS CHANCES DE CONTAMINAÇÃO DIMINUEM DEVIDO AO CORONAVIRUS/COVID 19. DPTO DE PROMOÇÃO SOCIAL.

CONTRATADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA

CNPJ: 83.305.235/0128-00

VALOR : 37,00 (trinta e sete reais)

DATA: 24/04/2020 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 047/2019

Publicação Nº 2464706

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04.05.2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDENCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 7.493,68 (sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos)

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 1.176,86 (um mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos)

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE



Contratada....: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 2.497,55 (dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

----- Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada....: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 12.478,23 (doze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos)

DATA: 04.05.2020 – Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 05, DE 05 DE MAIO DE 2019

Publicação Nº 2465007

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05, DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AÇÕES DE PREVENÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, SC, EM DEPENDÊNCIA DA DOENÇA DENOMINADA COVID – 19, TRANSMITIDA PELO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Sanagiotto, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, que alterou o Decreto Estadual nº 525, 23 de março de 2020, e prorrogou até 31 de maio de 2020: "a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos; b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; [...]";

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

DECRETA:

Art. 1º Estabelecer medidas para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Câmara Municipal de Novo Horizonte – SC.

Parágrafo único. As medidas de que trata este Decreto Legislativo têm caráter temporário, com vigência até disposição em contrário.

Art. 2º Ficam suspensas até 31 de maio de 2020:

I - as atividades de capacitação, de treinamento, de audiências públicas ou de eventos coletivos no âmbito da Câmara Municipal de Novo Horizonte - SC que impliquem a aglomeração de pessoas;

II - a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

III - a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens internacionais, interestaduais ou para outros municípios;

IV - as reuniões ordinárias e de comissões permanentes, ressalvados os casos de extrema urgência, os quais serão objeto de convocação extraordinária para apreciação de matéria única e exclusivamente voltada a ações de combate a COVID-19, pelo Presidente da Câmara, ressaltando-se que as matérias a serem analisadas no âmbito legislativo ficam, automaticamente, sobrestadas até a próxima sessão ordinária, a qual ocorrerá quando da implantação do sistema virtual de videoconferência.

§ 1º Em caso de convocação extraordinária antes do implemento do sistema virtual de videoconferência, deverão ser tomadas todas as medidas de prevenção, garantindo o distanciamento seguro e materiais de proteção e higienização.

§ 2º Nestas ocasiões haverá apenas a participação dos vereadores e servidores necessários aos trabalhos, vedada a presença de qualquer público e de vereadores e/ou servidores integrantes do grupo de risco, sendo às atividades dadas total e ampla divulgação.

§ 3º Após a implementação do sistema virtual de videoconferência, todas as sessões e reuniões, deverão ser realizadas de forma on-line até disposição em contrário.

Art. 3º O acesso às dependências da Câmara Municipal de Novo Horizonte - SC fica restrito a:

I - vereadores;

II - servidores ativos do quadro de pessoal da Câmara Municipal;

III - terceirizados que prestem serviços à Câmara Municipal;

IV - público em geral, quando o atendimento não puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico, com controle de acesso e adoção de medidas internas necessárias para evitar a transmissão do COVID-19 no ambiente de trabalho e atendimento ao público.

§ 1º Fica vedado o acesso das pessoas referidas neste artigo que apresentarem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), considerados casos suspeitos de infecção pelo COVID-19.

§ 2º O atendimento às pessoas do grupo de risco não será presencial e deverá ser realizado por meio do telefone (49) 3362-0171 ou pelo e-mail: camara@camaranovohorizonte.sc.gov.br.

Art. 4º Poderão desempenhar em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata os servidores públicos:

I - que apresentam doenças respiratórias crônicas;

II - que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas;

III - com 60 anos ou mais;

IV - que possuem filho(s), enteado(s) ou menor(es) sob guarda em idade escolar que não disponham de alternativa para cuidado dos incapazes;

V - gestantes;

VI - portadores de imunossupressão.

Parágrafo único. No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a Presidência poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 5º Não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pelo COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 1º Nas hipóteses do caput deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital ao setor de recursos humanos.

§ 2º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 3º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se os sintomas persistirem.

Art. 6º Fica estabelecida a obrigatoriedade do uso de máscaras aos servidores públicos, vereadores e público em geral no ambiente interno da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte - SC.

Art. 7º As medidas previstas neste Decreto Legislativo serão revistas sempre que necessário, caso haja regressão ou evolução da situação de Saúde Pública.

Art. 8º Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência da Câmara Municipal de Novo Horizonte – SC.

Art. 9º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 05 de maio de 2020.

	Sergio Sanagiotto Presidente	
--	---------------------------------	--

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO Nº 20/2020 FMS

Publicação Nº 2466246

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 20/2020 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2020 FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E PROTEÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 13/05/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 14/05/2020, às 14h30min.

Este processo licitatório destina-se exclusivamente as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais.

Fundamento legal: Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 05 de Maio de 2020.

Fernando De Faveri Marcelino

Secretário da Saúde

PROCESSO Nº 21/2020 FMS CONTRATO Nº 15/2020

Publicação Nº 2466230

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 21/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2020

REFERENTE AO CREDENCIAMENTO 2/2019

Contrato Nº.: 15/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: CLÍNICA MÉDICA ESPECIALIZADA CLINIVIDA - LTDA

Valor : 1,00 (um real)

Vigência : Início: 05/05/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2020

Recursos : Dotação: 10.001.10.302.0016.2042.3.3.90.00.00(15)

Objeto : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RX CONFORME LEI MUNICIPAL DE Nº2.701 DE 21/03/2017 NO EXERCÍCIO DO ANO DE 2019, PROROGADO PARA O ANO DE 2020.

Orleans, 05 de MAIO de 2020

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

SECRETÁRIO DA SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465408

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 5
Processo Nº 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42 / 2020

No dia 30 do mês de Abril do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 19/2020, Processo licitatório nº 48/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ENTREGA DE CARNÊS DE IPTU, NO MUNICÍPIO DE ORLEANS, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
SILVANO VIEIRA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SILVANO VIEIRA	04.379.526/0001-85	SILVANO VIERA	767.307.439-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ENTREGA DE CARNÊS DE IPTU, NO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: SILVANO VIEIRA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	CARNÊS COM PROTOCOLOS DE ENTREGA DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO.	Unidade		10046	1,97	19790,62

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5
Processo N° 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020

conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5
Processo N° 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020

- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5
Processo N° 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020

contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 5
Processo Nº 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 30 de Abril de 2020

SILVÂNIO VIEIRA

CNPJ: 04.379.526/0001-85

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465737

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANSPágina: 1 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43 / 2020**

No dia 5 do mês de Maio do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 23/2020, Processo licitatório nº 56/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
ANGELO DEMO ME	5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANGELO DEMO ME	13.773.836/0001-70	ANGELO DEMO	031.656.969-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: ANGELO DEMO ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
5	PLACA-MÃE PROCESSADORES SUPOSTADOS: INTEL® * 6A/7A GERAÇÃO DE PROCESSADORES CORE™ I7/CORE™ I5/CORE™ I3/PENTIUM®/CELERON® SUPORTA PROCESSADORES INTEL® DE 14 NM SUPORTA A TECNOLOGIA INTEL® TURBO BOOST 2.0 CHIPSET INTEL® H110 MEMÓRIA MEMÓRIA 2 X DIMM, MÁXIMO DE 32GB, DDR4 2400/2133 MHZ NON-ECC, UN-BUFFERED SUPORTA INTEL® EXTREME MEMORY PROFILE (XMP) GRÁFICO PROCESSADOR GRÁFICO INTEGRADO - INTEL® HD GRAPHICS MÚLTIPLAS SAÍDAS DE VÍDEO: PORTAS HDMI/RGB SUPORTA RGB COM RESOLUÇÃO MÁXIMA DE 1920 POR 1200 / 60 HZ SUPORTA HDMI COM RESOLUÇÃO MÁXIMA DE 4096 X 2160 @ 24 HZ / 2560 X 1600 @ 60 HZ MÁXIMO DE MEMÓRIA COMPARTILHADA 1024 MB	Unidade	Asus	1	409,00	409,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANSPágina: 2 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

(EXCLUSIVO PARA IGPU)
SUPORTA INTEL® QUICK SYNC VIDEO, CLEAR VIDEO
HD TECHNOLOGY
SLOTS DE EXPANSÃO
1 X PCIE 3.0/2.0 (MODO X16)
2 X PCIE 2.0 X1
1 X PCI
ARMAZENAMENTO
CHIPSET INTEL® H110 :
4 X PORTA(S) SATA 6GB/S, CINZA(S),
LAN
1 X GIGABIT LAN REALTEK® RTL8111H
ÁUDIO
REALTEK® ALC887 COM 8 CANAIS - CODEC DE ALTA
DEFINIÇÃO *1
SUPORTA: DETECÇÃO DE CONEXÃO, PAINEL FRONTAL
COM POSSIBILIDADE DE REDEFINIR A CONEXÃO
PORTAS USB
4 PORTA(S) USB 3.1 GEN 1 (2 NO PAINEL TRASEIRO,
AZUL, CONECTORES INTERNOS PARA MAIS 2
PORTA(S))
INTEL® H110 CHIPSET:
6 PORTA(S) USB 2.0/1.1 (4 NO PAINEL TRASEIRO,
PRETA(S), CONECTORES INTERNOS PARA MAIS 2
PORTA(S))
RECURSOS ESPECIAIS
PROTEÇÃO CONTRA SOBRETENSÃO
DESIGN DE ENERGIA DE PROTEÇÃO DE CIRCUITO
PROTEÇÃO CONTRA SOBRECORRENTE DA DRAM -
EVITA DANOS POR CURTO-CIRCUITO
PAINEL I/O TRASEIRO DE AÇO INOXIDÁVEL- 3X
RESISTÊNCIA À CORROSÃO PARA MAIOR
DURABILIDADE
ESD GUARDS - PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA
ELETROSTÁTICA
AI SUITE 3
AI CHARGER
MOBO CONNECT
QUIET THERMAL:
STYLISH FANLESS DESIGN HEAT-SINK SOLUTION
FAN XPRT
EZ DIY :
CRASHFREE BIOS 3
EZ FLASH 3
UEFI BIOS EZ MODE
SISTEMAS OPERACIONAIS SUPORTADOS
WINDOWS 7 32BIT/64BIT
WINDOWS® 10 64BIT
WINDOWS® 8.1 64BIT
PORTAS NO PAINEL TRASEIRO
1 X PS/2 TECLADO (ROXO)
1 X PS/2 MOUSE (VERDE)
1 X SAÍDA(S) D-SUB
1 X HDMI
1 X PORTA(S) LAN (RJ45)
4 X PORTA(S) USB 2.0
3 X CONECTOR(ES) DE ÁUDIO
2 X PORTA(S) USB 3.0 (AZUL)
1 X PORTA(S) COM
PAINEL INTERNO
1 X PORTA(S) USB 3.1 GEN 1 (ATÉ 5GBPS) COM
SUPORTE A 2 PORTAS USB 3.1 GEN 1 ADICIONAIS
1 X PORTA(S) USB 2.0, COM SUPORTE A 2 PORTA(S)
USB 2.0 ADICIONAIS
1 X CONECTORES(S) PARA PORTA COM
1 X CONECTOR(ES) DE VENTONHA DO PROCESSADOR
(1 X 4 -PIN)
4 X CONECTOR(ES) SATA 6GB/S
1 X CONECTOR(ES) DE VENTONHA DO CHASSI (1 X 4 -
PIN)
1 X CONECTOR(ES) DE FORÇA EATX DE 24 PINOS
1 X CONECTOR(ES) DE FORÇA ATX 12V DE 4 PINOS
1 X CONECTOR(ES) DE ÁUDIO PARA O PAINEL
FRONTAL (AAFP)
1 X PAINEL(S) DO SISTEMA
1 X HEADER LPT
1 X CONECTOR INTERNO PARA AUTO-FALANTE
1 X CHASSIS INTRUSION CONNECTOR(S)
1 X 14-1 PIN TPM CONNECTOR
ACESSÓRIOS
MANUAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

2 X CABOS SATA 6GB/S
CD/DVD CONTENDO OS DRIVERS
BIOS
128 MB FLASH ROM, UEFI AMI BIOS, PNP, DMI2.0,
WFM2.0, SM BIOS 3.0, ACPI 5.0, MULTI-LANGUAGE BIOS,
ASUS EZ FLASH 3, ASUS CRASHFREE BIOS 3, MY
FAVORITES, QUICK NOTE, LAST MODIFIED LOG, F12
PRINTSCREEN, F3 SHORTCUT FUNCTIONS AND ASUS
DRAM SPD (SERIAL PRESENCE DETECT) MEMORY
INFORMATION, F11 EZ TUNING WIZARD, F6 QFAN
CONTROL
GERENCIAMENTO
WFM 2.0, DMI 2.0, WOL BY PME, PXE
FORMATO
MODELO MATX
24,4 CM POR 18,2 CM

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 4 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 7
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 6 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 7 / 7
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

Orleans, 5 de Maio de 2020

ANGELO DEMO ME
CNPJ: 13.773.836/0001-70

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465738

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 5
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44 / 2020

No dia 5 do mês de Maio do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 23/2020, Processo licitatório nº 56/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI	6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI	05.072.367/0001-34	ORDILEI DELA GIUSTINA	028.345.999-98

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
6	NOBREAK MICROPROCESSADOR FLASH ESTABILIZADOR DE 4 ESTÁGIOS BATERIA SELADA INTERNA PERMITE SER LIGADO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA FORMA DE ONDE SENOIAL OU SEMI-SENOIAL QUATRO TOMADAS TRIPOLARES DE SAÍDA PADRÃO 2P-T CIRCUITO DESMAGNETIZADOR INVERSOR SINCRONIZADO COM A REDE POTÊNCIA 600VA OU SUPERIOR ENTRADA 115V/220V SAÍDA 115V AUTONOMIA MÉDIA DE 20 MINUTOS COM BATERIA.	Unidade	TS SHARA	25	290,00	7250,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 5
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;
b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a, c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 5 de Maio de 2020

NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI
CNPJ: 05.072.367/0001-34

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465739

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45 / 2020

No dia 5 do mês de Maio do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 23/2020, Processo licitatório nº 56/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
FRANCIELI BORGES TARTARI PIETSCH EIRELI	1,2,4,8,14

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FRANCIELI BORGES TARTARI PIETSCH EIRELI	28.259.633/0001-38	CAMILA CORAL	094.855.479-78

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: FRANCIELI BORGES TARTARI PIETSCH EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	HD SSD CAPACIDADE: 960GB INTERFACE: SATA 6.0GB/S TIPO DE MÓDULO: 2.5" SSD ALTURA DA UNIDADE: 7MM	Unidade	CRUCIAL/SANDISK	5	795,00	3975,00
2	KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO TECLADO: ALIMENTAÇÃO COM DUAS PILHAS AAA; PADRÃO ABNT2; TECLAS COM SEGUNDA FUNÇÃO(FN) DE BUSCA, CALCULADORA, ACESSO AO NAVEGADOR, VOLUME +, VOLUME - E MUDO; DEVERÁ CONTER TECLA DE BARRA INVERTIDA À ESQUERDA APÓS O "SHIFT" (SETA PARA CIMA) TECLADO NUMÉRICO CONTENDO VÍRGULA E FN; AO LADO ESQUERDO DA BARRA DE ESPAÇO DEVERÁ CONTER A TECLA "ALT" E À DIREITA A FUNÇÃO ALTGR; A TECLA DE ACIONAMENTO DE CAIXA ALTA DEVERÁ ESTAR ESCRITO "FIXA". BOTÃO CONNECT NA PARTE TRASEIRA; COR: BRANCO.	Unidade	BKS1000	5	105,85	529,25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 2 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

MOUSE; BOTÃO LIGA/DESLIGA; ALIMENTAÇÃO COM DUAS PILHAS AAA; COMPARTILHAMENTO DE PILHAS COM ABERTURA DESLIZANTE PARA TRÁS; BOTÃO CONNECT NA PARTE DE BAIXO; DOIS BOTÕES; SCROLL; COR: BRANCO.					
4	TECLADO PARA NOTEBOOK PADRÃO ABNT2; COM TECLADO NUMÉRICO; COMPATÍVEL COM O MODELO ACER ASPIRE; COR PRETA.	Unidade	ASPIRE	3	256,65
8	FITA PARA ROTULADOR ELETRÔNICO ROLO COM 8 METROS 12 MM DE LARGURA IMPRIME EM PRETO NO FUNDO BRANCO.	Unidade	MTAPE	5	265,00
14	CARREGADOR DE PILHAS TEMPO MÉDIO DE CARGA: 5HRS – 15HRS TIPO DE PILHA INCLUSA: AA (TIPO 2500MAH VOLTAGEM: BIVOLT (110 / 220 VOLTS) TIPO DE BATERIA/PILHA QUE RECARREGA: AA; AAA (NI MH RECARREGÁVEIS) LUZ INDICADORA DE CARGA POTÊNCIA MÍNIMA: 2,5W FREQUÊNCIA DE ENTRADA: 50/60 HZ DURAÇÃO TRÊS VEZES MAIOR QUE PILHA ALCALINA COMUM (SERÁ REALIZADO UM TESTE QUE DEVERÁ ATINGIR O ÍNDICE INDICADO) CONTROLE AUTOMÁTICO PARA INTERRUPÇÃO DE CARGA TEMPORIZADOR PARA INTERRUPÇÃO DA CARGA DETECÇÃO DE PILHA ALCALINA MONITORAMENTO DE VOLTAGEM INDICADOR DE LED DETECTOR DE PILHAS CARREGA ATÉ 4 PILHAS TIPO AA OU AAA RECARREGÁVEIS BAIXA AUTODESCARGA DE NO MÁXIMO 15% (PERMANECE COM CARGA DE 75% APÓS UM ANO DE ARMAZENAMENTO DEPOIS DE ESTAREM COMPLETAMENTE CARREGADAS)	Unidade	ELGIN	2	178,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente,

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 3 / 6
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

designados pelo órgão gerenciador;
b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

- facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 5 / 6
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 6 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 5 de Maio de 2020

FRANCIELI BORGES TARTARI PIETSCH
CNPJ: 28.259.633/0001-38

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465740

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46 / 2020

No dia 5 do mês de Maio do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 23/2020, Processo licitatório nº 56/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
GOLD COMPUTADORES LTDA EPP	7,9,12,13,15,16,18,19,22

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GOLD COMPUTADORES LTDA EPP	02.537.692/0001-37	SANDRO PIETSCH	675.131.079-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
7	ROTULADOR ELETRÔNICO FITAS M DE 9MM E 12MM EM DIVERSAS CORES; IMPRIME EM ATÉ DUAS LINHAS; IMPRIME VERTICALMENTE; VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO; VARIAÇÕES DE FONTES EM 6 TAMANHOS E 9 ESTILOS (NORMAL, NEGRITO, CONTOURO, SOMBRA, ITÁLICO, ITÁLICO SUBLINHADO, NEGRITO ITÁLICO, SHADOW ITALIC, VERTICAL) SEIS ESTILOS DE MOLDURAS; SETENTA EM UM TIPOS DE SÍMBOLOS; RESOLUÇÃO DE 230 DPI VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 7,5 MM/SEG ALTURA MÁXIMA DE IMPRESSÃO DE 7 MM IMPRESSÃO DE ATÉ NOVE MULTICÓPIAS ALIMENTAÇÃO COM PILHAS OU BATERIA;	Unidade	BROTHER	1	199,00	199,00
9	ACCESS POINT CAPACIDADE DE CONEXÕES SIMULTÂNEAS: ATÉ 100 USUÁRIOS MEMÓRIA FLASH: 16 MB MEMÓRIA SDRAM: 64 MB PORTAS: 1 X LAN (POE PASSIVO)	Unidade	INTELBRAS	8	459,00	3672,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 2 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

	PADRÃO: 10/100 MBPS FREQUÊNCIA: 2,4 GHZ POTÊNCIA MÁXIMA DE TRANSMISSÃO: 28 DBM (630 MW) CANAIS DE OPERAÇÃO: AUTO – 1 A 11 ANTENAS: 2 X ANTENAS INTERNAS DE 3 DBI DE GANHO CADA PADRÃO: IEEE 802.11 B/G/N 300MBPS MIMO 2T2R BOTÃO DE RESET MÉTODO DE ALIMENTAÇÃO: POE PASSIVO FAIXA DE TENSÃO SUPORTADA: 12 – 24 V ALIMENTAÇÃO: ADAPTADOR: INJETOR POE PASSIVO FAST ETHERNET, TENSÃO DE ENTRADA: 110V A 220V FUNCIONALIDADES: INFORMAÇÕES GERAIS, LISTA DE CLIENTES, GRÁFICO THROUGHPUT, GRÁFICO PPS SEGURANÇA WIRELESS: WPA (AES/TKIP), WPA2 (AES/TKIP), WPA-PSK (AES/TKIP), WPA2-PSK (AES/TKIP) E WEP 64 / WEP 128 MÚLTIPLOS SSIDS (ATÉ 8 SSIDS) WACL (CONTROLE DE ACESSO) SSID OCULTO ISOLAÇÃO DE SSID AGENDAMENTO WI-FI MODULAÇÃO AUTOMÁTICA ADAPTATIVA CONTROLE DE POTÊNCIA AUTOMÁTICO DE TRANSMISSÃO (ATPC) CANAL AUTOMÁTICO MÁXIMO DE CLIENTES CONECTADOS WI-FI MARKETING / SPLASH PAGE LIMITE DE BANDA POR SSID GARANTIA DE BANDA POR SSID LIMITE DE BANDA (POR ENDEREÇO MAC) LIMITE DE BANDA (POR ENDEREÇO IP) LIMITE DE BANDA (POR REDE) ROTEAMENTO (NAT HABILITADO) ROTEAMENTO (NAT DESABILITADO) ROTAS ESTÁTICAS IP ESTATICO CLIENTE DHCP ENDEREÇO IP DINÂMICO (CLIENTE DHCP) ENDEREÇO IP FIXO PING WAN UPNP CONTROLE POR IP CONTROLE POR REDE CONTROLE POR MAC REDIRECIONAMENTO DE PORTAS (SIMPLES) REDIRECIONAMENTO DE PORTAS (AVANÇADO) DISCOVERY (LLDP) DISCOVERY (CDP) DISCOVERY (INTELBRAS) SERVIDOR DHCP SNMP V1 SNMP V2C CLIENTE NTP LOG REMOTO (SYSLOG) TIMEOUT DE SESSÃO ACESSO HTTP ACESSO HTTPS ACESSO SSH SITE SURVEY CERTIFICADO ANATEL FORMATO CIRCULAR FUNCIONA FIXADO NO TETO OU PAREDE								
12	PILHA A23 MODELO: A23/MN21/V23GA/LRV08/N EMBALAGEM COM 5 UNIDADES DIMENSÕES: 28.3X10.15 MM PESO APROXIMADO: 0,023 KG	Unidade	ELGIN/FLEX	12	14,90	178,80			
13	ADAPTADOR DE TOMADA "T" PLUGUE COM QUATRO SAÍDAS PARA TRÊS PINOS REDONDOS 2P+T (COM SAÍDA PARA O PINO TERRA); AMPERAGEM: 10A; VOLTAGEM MÁXIMA: 250V; COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO ISOLANTE E METAL DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 14136 COR: BRANCO	Unidade	MD9	14	13,50	189,00			
15	PILHAS RECARREGÁVEIS TIPO: RECARREGÁVEIS NIMH TAMANHO: AAA	Unidade	SONY/ELGIN/FLEX	5	76,30	381,50			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 3 / 7
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

	VOLTAGEM: 1,5V AMPERAGEM: 2500MAH PRÉ-CARREGADAS (PRONTAS PARA USO) COM DURABILIDADE TRÊS VEZES MAIOR QUE AS PILHAS ALCALINAS ATÉ 500 CARGAS EMBALAGEM COM QUATRO UNIDADES PESO BRUTO COM EMBALAGEM: 55 GRAMAS CORES: CORPO DO CILINDRO BRANCO COM A BASE EM PRETO E DETALHE DOURADO; MARCA DO FABRICANTE ESCRITO EM PRETO E O MODELO NA COR VERDE.					
16	TESTADOR/MEDIDOR DE CARGA MEDIDOR DE CARGA PARA PILHAS E BATERIAS PARA PILHAS AAA, AA, C E D DE 1.5V E BATERIA DE 9V LEITOR EM CORES INDICANDO O NÍVEL DE ENERGIA ATIVAÇÃO AUTOMÁTICA QUANDO UMA PILHA/BATERIA FOR INSERIDA EM POSIÇÃO PARA TESTE	Unidade	WESTERN	1	39,00	39,00
18	GUIA DE CABO TAMANHO: 1U COR: PRETO	Unidade	CWB	16	17,80	284,80
19	GUIA DE CABO VERTICAL TAMANHO: 36U; COR: PRETO;	Unidade	CWB	6	157,00	942,00
22	ABRACADEIRA EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADE MATERIAL: NYLON 6.6, UL94 V2 DIMENSÕES DA FITA: 100 X 2,5MM DIÂMETRO DE ABRANGÊNCIA: 18MM TENSÃO: 8 KG COR: PRETO	Unidades	HELLERMANN	2	9,80	19,60

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 7
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 7
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 6 / 7
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 7 / 7
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 5 de Maio de 2020

GOLD COMPUTADORES LTDA EPP
CNPJ: 02.537.692/0001-37

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465741

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47 / 2020

No dia 5 do mês de Maio do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 23/2020, Processo licitatório nº 56/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
JVETEC INFORMATICA EIRELI	10,11,20,21,23,24

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JVETEC INFORMATICA EIRELI	03.925.659/0001-47	ELVIS BLOMER MEURER	023.957.399-44

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: JVETEC INFORMATICA EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
10	EMENDA DE CABO USB CONECTA DOIS CABOS USBS TIPO DE CONEXÃO: FÊMEA/FÊMEA.	Unidade	STORN	7	4,10	28,70
11	BATERIA 9V TIPO: ALCALINA CAPACIDADE: 450MAH MATERIAL: NI-MH MEDIDAS: 48MMX20MMX15MM	Unidade	SONY	8	9,10	72,80
20	VENTILADORES DE TETO PARA RACK I KIT CONTENDO QUATRO VENTILADORES PADRÃO 19" DIMENSÃO DOS VENTILADORES 120X120X40MM COR PRETA	Unidade	MXT	4	289,00	1156,00
21	VENTILADORES DE TETO PARA RACK II KIT CONTENDO DOIS VENTILADORES PADRÃO 19" DIMENSÃO DOS VENTILADORES 120X120X40MM COR PRETA	Unidade	MXT	8	184,00	1472,00
23	NOBREAK PARA RACK POTÊNCIA MÍNIMA: 600VA FATOR DE POTÊNCIA: 0,5 TENSÃO DE ENTRADA: 110V/220V OU AUTOMÁTICA;	Unidades	RAGTECH	6	728,00	4368,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 2 / 6
 Processo Nº 56/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

TENSÃO DE SAÍDA: 110V/120V; AUTONOMIA DA BATERIA: 60 MINUTOS; QUANTIDADE MÍNIMA DE TOMADAS: 6; PROTEÇÃO ELETRÔNICA CONTRA SOBRECARGA; RUIDO AUDÍVEL MÁXIMO A UM METRO DA UNIDADE: 56 DB; DIMENSÕES DO EQUIPAMENTO A X L X P (MM): 91 X 490 X 243;						
24	TESTADOR DE CABO ALIMENTAÇÃO: BATERIA 9V 11 LEDS INDICADORES DE CONEXÃO BOTÃO DE POSIÇÃO: LIGA/DESLIGA/STAND-BY ENTRADA PARA TESTAR/CERTIFICAR CABOS RJ45 E RJ11/RJ-15 TESTE DE CONTINUIDADE: 1,2,3,4,5,6,7,8 E G (TERRA) ACOMPANHA BOLSA PARA ARMAZENAMENTO.	Unidades	FORTREK	1	29,60	29,60

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 3 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 6
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 6 / 6
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

Orleans, 5 de Maio de 2020

JVETEC INFORMATICA EIRELI
CNPJ: 03.925.659/0001-47

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465742

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 5
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48 / 2020

No dia 5 do mês de Maio do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no CPF sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 23/2020, Processo licitatório nº 56/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
NICOLAU SATURNINO VIEIRA	17

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NICOLAU SATURNINO VIEIRA	34.413.040/0001-87	NADINE ALBERTON VIEIRA	076.271.039-08

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: NICOLAU SATURNINO VIEIRA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
17	ROLO DE VELCRO MEDIDAS: 20MM DE LARGURA E 3 METROS DE COMPRIMENTO COR PRETA	Unidade	ROHDINA/INCONNE CT	10	23,30	233,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5
Processo N° 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2020

contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 5 / 5
Processo Nº 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e comprometidas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 5 de Maio de 2020

NICOLAU SATURNINO VIEIRA
CNPJ: 34.413.040/0001-87

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Ouro

PREFEITURA

RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO N. 024/2020

Publicação Nº 2465865

RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO N. 024/2020

Processo Licitatório n 0030/2020

Inexigibilidade de Licitação n. 0002/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO.

CONTRATADO: RMB PRODUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de Rogerio Magrão & Banda (CNPJ:13.952.104/0001-48) para show no Centro de Eventos de Caravággio, durante as atividades comemorativas de aniversário da emancipação político-administrativa do município de Ouro.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 78, inciso XVII da Lei n. 8666/1993 e o disposto no art. 79, inciso II.

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2020.

RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO N. 026/2020

Publicação Nº 2465860

RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO N. 026/2020

Processo Licitatório n 0033/2020

Dispensa de Licitação n. 0006/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO.

CONTRATADO: VILSON ZATERA E IRMAOS LTDA – ME

OBJETO: Contratação de banda musical com experiência no acompanhamento musical em festivais, objetivando a realização do XXI Festival Intermunicipal da Canção de Ouro – FICO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 78, inciso XVII da Lei n. 8666/1993 e o disposto no art. 79, inciso II.

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2020.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CHAMAMENTO 01-2020

Publicação Nº 2465773

ATA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA QUE TRAGAM SOLUÇÕES OU INSUMOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE UMA CONCESSÃO COM O OBJETIVO DE DEFINIR ALTERNATIVAS DE REQUALIFICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, VISANDO A MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, CONFORME APRESENTADO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020.

Ao quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, a partir das 14 horas, reuniu-se o Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, designado pelo Decreto nº 2.251, de 06 de setembro de 2017 para analisar a possibilidade de prorrogação de prazo na entrega dos estudos do edital de Chamamento Público nº01/2020. Considerando o pedido de prorrogação de prazo para a entrega dos estudos do edital de Chamamento Público nº 01/2020, enviado pela empresa PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA no dia 27/04/2020, o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas decide prorrogar a entrega dos documentos referentes a melhoria da mobilidade urbana do município, devendo a empresa apresentar os estudos, projetos e fluxo de caixa (Excel), em formato física e digital até o dia 28/05/2020, conforme previsto no edital.

Nada mais a consignar em Ata foi encerrada a sessão, na qual foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada vai assinada por membros do Conselho Gestor e representantes abaixo relacionados.

Palhoça, 05 de maio de 2020.

KRISTY FABRE	ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA
PRESIDENTE	MEMBRO
DENISE DUARTE MORO	OSVALDO BOSSOLAN NETO
MEMBRO	MEMBRO

PORTARIA Nº. 1711/2020

Publicação Nº 2464722

PORTARIA Nº. 1711/2020.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Abastecimento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCELO GARCIA, titular do cargo de Calceteiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Abastecimento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Abastecimento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1712/2020

Publicação Nº 2464725

PORTARIA Nº. 1712/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0897 de 14 fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FERNANDA SOUSA GIRARDI, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2020 a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1713/2020

Publicação Nº 2464726

PORTARIA Nº. 1713/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1683 de 09 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora EDICLEIA CZECHOSKI, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/03/2020 a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1714/2020

Publicação Nº 2464731

PORTARIA Nº. 1714/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Anderson Henrique J Kirsch	25	40	16/03/2020 a 14/12/2020
Luis Fernando Cardoso Martins	30	40	17/03/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1715/2020

Publicação Nº 2464732

PORTARIA Nº. 1715/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DAIANA SILVEIRA ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1716/2020

Publicação Nº 2464733

PORTARIA Nº. 1716/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KARLA BERNADETE LINHARES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Biblioteconomista, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1717/2020

Publicação Nº 2464735

PORTARIA Nº. 1717/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DIEGO BERKENBROCK MARTINS SENES SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1718/2020

Publicação Nº 2464736

PORTARIA Nº. 1718/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MURILO GEVIESKI OURIQUES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fiscal de Tributos, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1719/2020

Publicação Nº 2464737

PORTARIA Nº. 1719/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VALDIR COELHO JUNIOR, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fiscal de Tributos, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1720/2020

Publicação Nº 2464739

PORTARIA Nº. 1720/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO FERNANDA OLIVEIRA DA CRUZ para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com

efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1721/2020

Publicação Nº 2464740

PORTARIA Nº. 1721/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA GORETE MARTINS PEREIRA para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1722/2020

Publicação Nº 2464741

PORTARIA Nº. 1722/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO HEDER ALVES para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1723/2020

Publicação Nº 2464742

PORTARIA Nº. 1723/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CRISLAINE FEIJO COLARES para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40

(quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1724/2020

Publicação Nº 2464743

PORTARIA Nº. 1724/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO AMANDA FRANÇA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Telefonista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1725/2020

Publicação Nº 2464745

PORTARIA Nº. 1725/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELISABETE BALDANÇA FERREIRA para ocupar o cargo da categoria funcional de Telefonista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Termo de Conduta nº. 42/2011 e Decreto nº. 2.519/2020, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1726/2020

Publicação Nº 2464746

PORTARIA Nº. 1726/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ROANNE THAMIREZ ZIMMER para ocupar o cargo da categoria funcional de Telefonista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Termo de Conduta nº. 42/2011 e Decreto nº. 2.519/2020, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1727/2020

Publicação Nº 2464748

PORTARIA Nº. 1727/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ESTELA MELO PROVESANO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Pedagogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1728/2020

Publicação Nº 2464750

PORTARIA Nº. 1728/2020.

ARCENDINO JOSE CERINO, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARCELO GARCIA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Artífice, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de fevereiro de 2020.

ARCENDINO JOSE CERINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1729/2020

Publicação Nº 2464752

PORTARIA Nº. 1729/2020.

ARCENDINO JOSE CERINO, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARCELO DUTRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Artífice, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de fevereiro de 2020.

ARCENDINO JOSE CERINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1730/2020

Publicação Nº 2464754

PORTARIA Nº. 1730/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ALEXANDRO ANTONIO FISCHER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Artífice, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1731/2020

Publicação Nº 2464756

PORTARIA Nº. 1731/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SIDINEY NASCIMENTO DE AMORIM, para ocupar o cargo da categoria funcional de Artífice, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1732/2020

Publicação Nº 2464757

PORTARIA Nº. 1732/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CLAUDIR RIBEIRO BERTOLLA para ocupar o cargo da categoria funcional de Artífice, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1733/2020

Publicação Nº 2464758

PORTARIA Nº. 1733/2020.

ANDRE JOSE SILVEIRA, Secretário de Administração designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO PAULO DIAS KAMMERS para ocupar o cargo da categoria funcional de Artífice, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 09 de março de 2020.

ANDRE JOSE SILVEIRA
Secretário de Administração designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1734/2020

Publicação Nº 2464760

PORTARIA Nº. 1734/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SARA DALLA LANA, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3745796-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1735/2020

Publicação Nº 2464761

PORTARIA Nº. 1735/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIANE DA SILVA CENTURIÃO de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 007/2019, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/03/2020 a 12/03/2021, vaga transitória.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1736/2020

Publicação Nº 2464762

PORTARIA Nº. 1736/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EVANDRO BESEN DE ANSELMO de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/2020, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/03/2020 a 15/03/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1737/2020

Publicação Nº 2464763

PORTARIA Nº. 1737/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUIZ OTAVIO NEVES BARBALHO FILHO de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/2020, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/03/2020 a 14/03/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1738/2020

Publicação Nº 2464764

PORTARIA Nº. 1738/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA DALLA LANA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2019, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2020 a 20/03/2021.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1739/2020

Publicação Nº 2464765

PORTARIA Nº. 1739/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PUBLICO DA PREFEITURA DE PALHOÇA:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a Comissão de Processo Seletivo e Concurso Publico de todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Palhoça, do Quadro de Pessoal da Administração Geral, de acordo com a Lei nº 096/2010:

Artigo 2º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor em 18 de março de 2020.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Camile Cardoso Fabre	Secretaria de Saúde	Membro
Daniela Rodrigues Franceschete	Secretaria de Administração	Presidente

Lucas Daniel de Souza	Secretaria de Administração	Secretário
Mariza Adriana do Nascimento	Secretaria de Educação	Membro

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1740/2020

Publicação Nº 2464770

PORTARIA Nº. 1740/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0921 de 14 fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIANE DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2020 a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1741/2020

Publicação Nº 2464795

PORTARIA Nº. 1741/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1604 de 02 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JULIANO BARCELOS DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/02/2020 a 27/03/2020, face ao impedimento da titular Alessandro Mattos Pereira que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1742/2020

Publicação Nº 2464798

PORTARIA Nº. 1742/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0894 de 14 fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DAIANE CANDIDO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/03/2020

a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1743/2020

Publicação Nº 2464799

PORTARIA Nº. 1743/2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JUSSARA CARMISINI DE LIMA FERREIRA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2020, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, disciplina Extensão – Maturidade – Alfabetização e Letramento, habilitação Stricto Sensu S-S com regência de classe na ordem de 20% (vinte por cento), no período 11/03/2020 à 31/07/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1744/2020

Publicação Nº 2464801

PORTARIA Nº. 1744/2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR KERCIA PRISCILLA FIGUEIREDO PEIXOTO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2020, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, disciplina Gestão de Roteiros e Agências, Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, habilitação Stricto Sensu S-S com regência de classe na ordem de 20% (vinte por cento), no período 16/03/2020 à 31/07/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1745/2020

Publicação Nº 2464805

PORTARIA Nº. 1745/2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA MORATELLI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2020, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, disciplina Práticas Físicas e Desportivas para Idosos, habilitação Stricto Sensu S-S com regência de classe na ordem de 20% (vinte por cento), no período 11/03/2020 à 31/07/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1746/2020

Publicação Nº 2464807

PORTARIA Nº. 1746/2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR FABIANA ELISA BOFF SILVEIRA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2020, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, disciplina Economia II, habilitação Stricto Sensu S-S com regência de classe na ordem de 20% (vinte por cento), no período 11 /03/2020 à 31/07/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1747/2020

Publicação Nº 2464808

PORTARIA Nº. 1747/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1663 de 09 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FRANCIELI FELISBINO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/03/2020 a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1748/2020

Publicação Nº 2464811

PORTARIA Nº. 1748/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1684 de 09 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FRANCIELLY MARTINS BORGES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 22/03/2020 a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1749/2020

Publicação Nº 2464814

PORTARIA Nº. 1749/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1674 de 09 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora KAREN FABIANA GONÇALVES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1750/2020

Publicação Nº 2464817

PORTARIA Nº. 1750/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1670 de 09 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PRISCILA GEVAERD LUCAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/03/2020 a 31/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1751/2020

Publicação Nº 2464839

PORTARIA Nº. 1751/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A contar de
Jussara Carmisini de Lima Ferreira	16	40	16/03/2020
Sofia Zank	32	24	16/03/2020

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1752/2020

Publicação Nº 2464840

PORTARIA Nº. 1752/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
401910-2	Alexandra da Silva	Técnico em Enfermagem	1-138-1-B ANMS	1-138-2-B ANMS	04/03/2020
24-1	Alexandre de Sá	ASO	1-9-1-D ANF - B	1-9-2-D ANF - B	06/03/2020
400234-1	Allan Aguiar Rabuske	Odontologo	1-118-3B-E ANS	1-118-4B-E ANS	29/01/2020
3745072-1	Amanda de Farias Gehres	Assistente Administrativo	1-17-2-B ANM	1-17-3-B ANM	10/02/2020
300099-1	Ana Lucia Medeiros	ASO	1-9-1-F ANF - B	1-9-2-F ANF - B	02/03/2020
100761-1	Caroline Aline Marghoti	ASO	1-9-1-B ANF - B	1-9-2-B ANF - B	18/02/2020
401791-1	Elisangela Cardoso	Técnico em Enfermagem	1-138-1-B ANMS	1-138-2-B ANMS	09/03/2020
801459-2	Flavia da Silva	Merendeira	1-9-2-B ANF - B	1-9-3-B ANF - B	02/03/2020
100281-1	Gabriel Alvarez	Motorista	1-6-3-B ANF - C	1-6-4-B ANF - C	07/02/2020
401539-1	Giana Carla Hilario	Técnico em Enfermagem	1-5-2-B ANT	1-5-3-B ANT	20/02/2020
501081-1	Gustavo Sarda da Silva	Técnico em Edificações	1-148-3-B ANTP	1-148-4-B ANTP	28/02/2020
400917-1	Karina Maciel Silva	Técnico em Enfermagem	1-138-3-B ANMS	1-138-4-B ANMS	03/03/2020

400878-1	Karoline Wesller Borba	ACD	1-140-4A-B ESF-ACD	1-140-5A-B ESF-ACD	04/02/2020
401364-5	Maria Terezinha Rosar	ACD	1-140-3A-B ESF-ACD	1-140-4A-B ESF-ACD	04/03/2020
401101-1	Michel Maycon de S. Silveira	Enfermeiro	1-136-3A-B ESF-E	1-136-4A-B ESF-E	02/03/2020
500261-2	Paulo Roberto da Silva	ASO	1-9-1-F ANF - B	1-9-2-F ANF - B	05/03/2020
402126-3	Raquel Soraia de Souza	Técnico em Enfermagem	1-138-2-B ANMS	1-138-3-B ANMS	28/02/2020
100306-1	Simone Duarte Correa Gonçalves	Assistente Administrativo	1-17-2-B ANM	1-17-3-B ANM	10/03/2020

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1753/2020

Publicação Nº 2464845

PORTARIA Nº. 1753/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA CRISTINA PACHECO DA COSTA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 251745-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1754/2020

Publicação Nº 2464847

PORTARIA Nº. 1754/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SOLANGE ENEDINA DA SILVEIRA SOUZA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3745194-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1755/2020

Publicação Nº 2464850

PORTARIA Nº. 1755/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MAX IVAN DA SILVA, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, Matricula nº. 3762711-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1756/2020

Publicação Nº 2464851

PORTARIA Nº. 1756/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ZENILDA DA SILVA, titular do cargo de ASO, Matricula nº. 3762250-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1757/2020

Publicação Nº 2464853

PORTARIA Nº. 1757/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO XENIA PAULA MARTINS PAMATO, titular do cargo de Enfermeiro, Matricula nº. 3745182-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 23/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1758/2020

Publicação Nº 2464855

PORTARIA Nº. 1758/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO IRENE OLINDINA DA SILVEIRA, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, Matrícula nº. 300029-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1759/2020

Publicação Nº 2464856

PORTARIA Nº. 1759/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDRE LUIZ SILVA, titular do cargo de Artífice, Matrícula nº. 3762308-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1760/2020

Publicação Nº 2464858

PORTARIA Nº. 1760/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALINE RAQUEL SILVA NUNES, Matrícula nº. 3760766-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1761/2020

Publicação Nº 2464860

PORTARIA Nº. 1761/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LIANE MACEDO MACHADO, Matrícula nº. 3762031-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1762/2020

Publicação Nº 2464861

PORTARIA Nº. 1762/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARGARETE INACIO, matrícula nº. 801119-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 02/08/2014 A 26/12/2019, por 03 (três) meses, a contar de 09/03/2020 a 09/06/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1763/2020

Publicação Nº 2464863

PORTARIA Nº. 1763/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL PETRI, matrícula nº. 802749-1, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 13/01/2014 a 13/01/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/03/2020 a 20/04/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1764/2020

Publicação Nº 2464864

PORTARIA Nº. 1764/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELENIR RODRIGUES, matrícula nº. 100553-4, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/02/2013 a 07/09/2018, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 23/03/2020 a 23/04/2020

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1765/2020

Publicação Nº 2464865

PORTARIA Nº. 1765/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARILEIA DE SOUZA CARDOSO, Matrícula nº. 3761401-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1766/2020

Publicação Nº 2464868

PORTARIA Nº. 1766/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Atenção Básica da Secretaria de Saúde a servidora KASSIA PINO LINCK, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a partir de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1767/2020

Publicação Nº 2464869

PORTARIA Nº. 1767/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Karina Zolia Giacomelli	30	40	18/03/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1768/2020

Publicação Nº 2464870

PORTARIA Nº. 1768/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100492-1	Daniela Machado Torres da Rosa	R\$ 1.300,00	Coordenadora de Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa Meio Aberto LA e PSC

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1769/2020

Publicação Nº 2464872

PORTARIA Nº. 1769/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com

o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de março de 2019.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100741-3	Kelli Rodolfo da Silva	R\$ 1.300,00	Coordenadora do PAEFI

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1770/2020

Publicação Nº 2464874

PORTARIA Nº. 1770/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO a DEBORA PEREIRA ROCHA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1771/2020

Publicação Nº 2464877

PORTARIA Nº. 1771/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de março de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100764-1	Ana Paula Gomes Gonçalves	R\$ 1.300,00	Coordenadora de Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa Meio Aberto LA e PSC

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1772/2020

Publicação Nº 2464879

PORTARIA Nº. 1772/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1613 de 09 março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado o servidor VICTOR ANTONIO BASTA RACHES DE MIRANDA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2020 a 31/03/2020, face ao impedimento da titular Ricardo Lorenzo, que se encontra em LC.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1773/2020

Publicação Nº 2464880

PORTARIA Nº. 1773/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JAINARA MARLENE DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 007/SME/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 14/12/2020. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1774/2020

Publicação Nº 2464882

PORTARIA Nº. 1774/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FERNANDA LUIZA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 007/SME/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 14/12/2020. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1775/2020

Publicação Nº 2464883

PORTARIA Nº. 1775/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na UBS Passa Vinte da Secretaria de Saúde a servidora POLLYANA ALICE DURIGON SANGIULIANO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a partir de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1776/2020

Publicação Nº 2464884

PORTARIA Nº. 1776/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SANDRA DE MELO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3745360-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas
*

PORTARIA Nº. 1777/2020

Publicação Nº 2464885

PORTARIA Nº. 1777/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GLADIS ELIZA BECKER, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 402246-6, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/03/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1778/2020

Publicação Nº 2464887

PORTARIA Nº. 1778/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROZILENE ONDINA DA COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SME/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Pequeno Cidadão da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/03/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1779/2020

Publicação Nº 2464890

PORTARIA Nº. 1779/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANICE FERREIRA DE MACEDO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SME/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Inovar da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1780/2020

Publicação Nº 2464891

PORTARIA Nº. 1780/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FABIO CARDOSO DA ROCHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SME/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Inovar da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/03/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1781/2020

Publicação Nº 2464893

PORTARIA Nº. 1781/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CRISTINA PEREIRA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SME/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Inovar da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/04/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1782/2020

Publicação Nº 2464894

PORTARIA Nº. 1782/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELAINE CRISTINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SME/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Pequeno Cidadão da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/03/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1783/2020

Publicação Nº 2464897

PORTARIA Nº. 1783/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DENISE PADIA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SMAS/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Nova Direção da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1784/2020

Publicação Nº 2464898

PORTARIA Nº. 1784/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALDIRENE FERNANDA MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SMAS/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Nova Direção da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1785/2020

Publicação Nº 2464900

PORTARIA Nº. 1785/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SEBASTIANA MARIA DA SILVA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 007/SMAS/2019, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Nova Direção da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2020 a 14/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1786/2020

Publicação Nº 2464901

PORTARIA Nº. 1786/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALIETE MARIA NEUBERGER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Inovar da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/03/2020 a 16/03/2021.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1787/2020

Publicação Nº 2464902

PORTARIA Nº. 1787/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANGELA MARIA MACHADO DE MOURA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Nova Direção da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/03/2020 a 17/03/2021.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1788/2020

Publicação Nº 2464903

PORTARIA Nº. 1788/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARGARETE SILVA DE PINHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Pequeno Cidadão da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/03/2020 a 17/03/2021.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1789/2020

Publicação Nº 2464905

PORTARIA Nº. 1789/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GEISIEL TURRI de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Chama-da Pública Edital nº. 002/2020, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PA Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/03/2020 a 23/03/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1790/2020

Publicação Nº 2464906

PORTARIA Nº. 1790/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GLADIS ELISA BECKER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2019, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Vila Nova, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2020 a 20/03/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1791/2020

Publicação Nº 2464907

PORTARIA Nº. 1791/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KASSIA GRACIELI PINO LINCK, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2019, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Vigilância Sanitária, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2020 a 02/04/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1792/2020

Publicação Nº 2464908

PORTARIA Nº. 1792/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA SÁ DE CASTRO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2019, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 19/03/2021.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1793/2020

Publicação Nº 2464909

PORTARIA Nº. 1793/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA DE MELO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Ponte Imaruim da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 19/03/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1794/2020

Publicação Nº 2464910

PORTARIA Nº. 1794/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NILSON JOSE DE SOUSA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/03/2020 a 17/03/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1795/2020

Publicação Nº 2464911

PORTARIA Nº. 1795/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELY MONTEIRO CRUZ, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2019, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2020 a 20/03/2021.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1796/2020

Publicação Nº 2464912

PORTARIA Nº. 1796/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINI DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro

de Pessoal da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 19/03/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1797/2020

Publicação Nº 2464914

PORTARIA Nº. 1797/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
401937-5	Thuany Schmitz Amaral	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1798/2020

Publicação Nº 2464915

PORTARIA Nº. 1798/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FRANCISCA ARCOVERDE ITAMARO, matrícula nº. 100493-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 13/08/2012 a 13/08/2017, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 26/03/2020 a 26/05/2020

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1799/2020

Publicação Nº 2464916

PORTARIA Nº. 1799/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e

V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA CRISTINA DE SOUZA, matrícula nº. 300442-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/04/2011 a 01/04/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 30/03/2020 a 30/04/2020

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1800/2020

Publicação Nº 2464917

PORTARIA Nº. 1800/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA CRISTINA DE JESUS DOS SANTOS, matrícula nº. 300406-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/03/2020 a 20/04/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1801/2020

Publicação Nº 2464918

PORTARIA Nº. 1801/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO INDIRA FONTOURA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Nova Direção da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2020 a 20/12/2020.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1802/2020

Publicação Nº 2464920

PORTARIA Nº. 1802/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
400057-2	Raul Cherem Neto	R\$ 1.000,00

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE	PARA
401423-1	Cynthia Takemori Bitencourt	R\$ 767,00	R\$ 809,29
401431-1	Gabriel D`Oliveira da Silva	R\$ 782,50	R\$ 809,29
401420-1	Rafaella Rodrigues Medeiros Jacques	R\$ 783,50	R\$ 825,50

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1803/2020

Publicação Nº 2464922

PORTARIA Nº. 1803/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 39, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 31 de março de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
800768-1	Cristiane Hilleshein	R\$ 2.000,00	Coordenadora de Alimentação Escolar

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1804/2020

Publicação Nº 2464924

PORTARIA Nº. 1804/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KELLEN ELISA FAPPI, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 402242-8, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2020.

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1805/2020

Publicação Nº 2464925

PORTARIA Nº. 1805/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LEONI TEREZINHA DA SILVEIRA, matrícula nº. 300413-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 30/03/2020 a 30/04/2020.

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1806/2020

Publicação Nº 2464931

PORTARIA Nº. 1806/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MILENA ABARNO AMARIM, titular do cargo de Técnico em enfermagem, Matrícula nº. 3762776-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2020.

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1807/2020

Publicação Nº 2464932

PORTARIA Nº. 1807/2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVES, Matrícula nº 3761848-3, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2020.

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1808/2020

Publicação Nº 2464933

PORTARIA Nº. 1808/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora DAIANA BASTOS MACIEL, matrícula nº. 126726-5, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 6741/2020, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 30/03/2020.

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1809/2020

Publicação Nº 2464934

PORTARIA Nº. 1809/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDIR PIERRI, matrícula nº. 100421-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 07/02/2012 a 07/02/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/04/2020 a 06/05/2020

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1810/2020

Publicação Nº 2464935

PORTARIA Nº. 1791/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA MEDEIROS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2019, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Vigilância em Saúde, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 19/03/2021.

Palhoça, SC, em 12 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2020

Publicação Nº 2464944

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL nº 088/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para realização dos estudos técnicos para elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Município de Palhoça - SC. A sessão pública ocorrerá às 09:00h do dia 19/05/2020, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 05 de maio de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO CC 56/2020

Publicação Nº 2465170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 56/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Habilitação do PROCESSO LICITATÓRIO nº 56/2020, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução e padronização de calçadas das Ruas Jacob Weingartner, Vereador Osvaldo de Oliveira, Capitão Augusto Vidal, 24 de Abril, José Maria da Luz e Caetano Silveira de Mattos, Palhoça/SC (LOTE 01); e recapeamento asfáltico e sinalização viária das ruas Jacob Weingartner, Vereador Osvaldo de Oliveira, Capitão Augusto Vidal, 24 de Abril, José Maria da Luz e Caetano Silveira de Mattos, Palhoça/SC (LOTE 02), de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes do edital, através de Concorrência Pública.

EMPRESAS HABILITADAS: Lote 01: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA CNPJ 84.689.066/0003-92, KS CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 10.286.202/0001-03. Lote 02: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA CNPJ 84.689.066/0003-92.

Palhoça, 05 de maio de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TP 79/2020

Publicação N° 2465720

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N° 79/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Habilitação do PROCESSO LICITATÓRIO n° 79/2020, que tem como objeto contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de Repavimentação a Lajotas: remoção do pavimento a lajotas existentes; repavimentação a lajotas incluindo recomposição do colchão de areia em vias urbanas do Município de Palhoça – SC, através de Tomada de Preço.

EMPRESAS HABILITADAS: ETEC CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI ME CNPJ n° 26.042.248/0001-209; KS CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ n° 10.286.202/0001-03; RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP CNPJ 25.185.855/0001-65.

Palhoça, 05 de maio de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE CONTRATO N° 24/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 81/2020**

Publicação N° 2466068

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO N.º 024/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 81/2020 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica GOEDERT LTDA, CNPJ: 79.846.465/0001-18. OBJETO: – O presente contrato tem como objeto a aquisição emergencial de material de EPI (máscaras) para os profissionais de saúde dos Centros de Saúde e demais unidades da rede municipal, em decorrência do surto de COVID-19.

Valor do contrato: Formam os produtos/materiais adquiridos R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais). Vigência: Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos a critério da Secretaria de Saúde, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

DATA: 17/04/2020.

EXTRATO DE CONTRATO N° 25/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 81/2020

Publicação N° 2466109

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO N.º 025/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 81/2020 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DIAMOND ACESSÓRIOS LTDA, CNPJ: 11.059.063/0001-30. OBJETO: – O presente contrato tem como objeto a aquisição emergencial de material de EPI (máscaras) para os profissionais de saúde dos Centros de Saúde e demais unidades da rede municipal, em decorrência do surto de COVID-19.

Valor do contrato: Formam os produtos/materiais adquiridos R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

Vigência: Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos a critério da Secretaria de Saúde, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

DATA: 17/04/2020.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 007/2020 - DIGEM

Publicação N° 2465970

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º15/2020– INEXIGIBILIDADE N.º007/2020 – Contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA – Contratada: Digem Diagnóstico por Imagem LTDA, CNPJ: 86.708.609/0001-35. OBJETO: Contratação de entidades prestadoras de serviços de saúde para a realização de procedimentos com finalidade diagnóstica Procedimentos com finalidade diagnóstica - GRUPO 02 - Diagnóstico por Ressonância Magnética - Subgrupo 07, da Tabela de Procedimentos.

Data: 08/04/2020.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 007/2020 - SÃO LUCAS

Publicação N° 2465974

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º15/2020– INEXIGIBILIDADE N.º007/2020 – Contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA – Contratada: São Lucas Imagem LTDA, CNPJ: 28.644.270/0001-54. OBJETO: Contratação de entidades prestadoras de serviços de saúde para a realização de procedimentos com finalidade diagnóstica Procedimentos com finalidade diagnóstica - GRUPO 02 - Diagnóstico por Ressonância Magnética - Subgrupo 07, da Tabela de Procedimentos.

Data: 08/04/2020.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 083/2020

Publicação Nº 2464700

Decreto 083/2020, de 30 de Abril de 2020
Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2049/2019, de 11 de dezembro de 2019.

Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.953,12 (hum mil, novecentos e cinquenta e três reais e doze centavos) para fazer face às despesas em diversas secretarias como segue:

03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.002 Secretaria da Fazenda
2019 Assistência Farmacêutica
2004 Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Fazenda
01420142 Outras Transferências Legais e Constitucionais - União
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 405,12

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.003 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil
2006 Segurança Pública
01111095 Convênio Trânsito Civik
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.548,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 30 de abril de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 084/2020

Publicação Nº 2464701

Decreto 084/2020, de 05 de maio de 2020.
Convoca Classificado no Processo Seletivo Edital 005/2019, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:
Art.1º. Fica convocada a abaixo relacionada, classificada no Processo Seletivo 005/2019, na ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária, 40 horas semanais.

- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE ESF II
1ª Adriana Rohr dos Santos
-
- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE ESF III
5ª Rafaela Pereira Camilo

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,

em 05 de maio de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 085/2020

Publicação Nº 2464702

Decreto 085/2020, de 05 de maio de 2020.

Convoca Classificado no Processo Seletivo Edital 005/2019, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:
Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado classificado no Processo Seletivo 005/2019, na ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária, 20 horas semanal.

- Denise Giaretta – Arquiteta.

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 05 de maio de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2020 - REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA

Publicação Nº 2465912

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 046/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31//2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA

OBJETO:
VALOR TOTAL: 21.510,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 05/05/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Palmeira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0143 INTERRUÇÃO DE FÉRIAS ELIANE COELHO DE SOUZA

Publicação Nº 2466188

PORTARIA Nº 0143/2020

"DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA. "

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art.1º - Interromper férias a partir de 05/05/2020 da servidora, ELIANE COELHO DE SOUZA, brasileira, portadora do CPF de nº 024.925.569-30, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotado no CRAS, referente ao período aquisitivo de 04/05/2020 a 02/06/2020, face interesse público, diante do acúmulo de serviços.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina,
aos 24 de abril de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 05 de maio de 2020.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 51/2020

Publicação N° 2466088

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 51/2020. Modalidade: PREGÃO ELETRONICO 02/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO, ZERO QUILOMETRO. Data limite para cadastramento da proposta: 18/05/2020 até as 08:30 horas. Data para o início da disputa: 18/05/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 5 de Maio de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 52/2020

Publicação N° 2466091

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 52/2020. Modalidade: Pregão Presencial 26/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATO COM EQUIPE DE ARBITRAGEM. Data da entrega dos envelopes: 19/05/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 19/05/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 5 de Maio de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL TP 06/2020

Publicação N° 2466066



Prefeitura Municipal de Paraíso
Estado de Santa Catarina

1ª RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2020

TOMADA DE PREÇOS N° 06/2020

O **MUNICÍPIO DE PARAÍSO**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n°. 80.912.009/0001-08, através do Srº Valdecir Antônio Casagrande, Prefeito Municipal, inscrito no CPF n° 563.501.399-68, residente e domiciliado a Lª Parque São Miguel, interior, Paraíso (SC), no uso de suas atribuições, **COMUNICA** aos interessados que o presente edital sofreu alteração:

- Nos itens 1.4.6 e 2.3.6 do orçamento, desta forma alterando também o valor total e a data para realização da sessão pública;

Assim sendo, faz-se necessário que se proceda a RETIFICAÇÃO do Edital; Cronograma e Orçamento do presente processo licitatório.

Considerando tal alteração, os novos arquivos estão disponíveis no site junto com os demais documentos do processo.

As demais informações do referido edital permanecem inalteradas.

Paraíso – SC, 05 de maio de 2020.

VALDECIR ANTÔNIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal de Paraíso

LEI COMPLEMENTAR 022/2020

Publicação N° 2465416

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
PARAISO - SC****LEI COMPLEMENTAR N° 022/2020**

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA,
DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES EFETIVOS E
COMISSIONADOS DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES, REORGANIZA O
QUADRO DE PESSOAL E ESTABELECE
NORMAIS GERAIS DE ENQUADRAMENTO,
DIREITOS E DEVERES E DÁ OUTRAS
PROVIDENCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paraíso, Estado de Santa Catarina, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal (Artigo 13, III), faço saber a todos os habitantes do município de Paraíso, que o plenário da Câmara de Vereadores aprovou e agora eu promulgo a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I
DIREITOS E DEVERES**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1° O plano de carreira e remuneração dos servidores do Poder Legislativo do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, tem obediência a esta Lei Complementar, à Lei Orgânica Municipal e à Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único: Os casos omissos nesta lei poderão ser supridos com o uso do estatuto, ou o plano de carreira dos servidores públicos Municipais do Poder Executivo.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 2º O Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal, estrutura-se em um quadro permanente com os respectivos cargos de provimento efetivo e em comissão, conforme anexo I desta Lei Complementar.

CAPÍTULO II **DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

Art. 3º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I. A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes do sistema remuneratório;
- II. Os requisitos para investidura;
- III. As peculiaridades do cargo;
- IV. A qualificação profissional;

Art. 4º Aplica-se aos servidores, ocupantes de cargo público, o disposto no artigo 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição da República, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados para a admissão quando a natureza do cargo exigir.

CAPÍTULO VIII **DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 5º Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

Art. 6º A pedido do servidor a carga horária fixada por Lei poderá ser reduzida por tempo determinado ou não, com redução proporcional da remuneração.

§ 1º. A redução somente será concedida se houver conveniência e restar preservado o interesse público.

§ 2º Poderá ser instituído pelo Presidente o Teletrabalho, através de decreto legislativo regulamentando direitos e deveres do mesmo.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



CAPÍTULO XV

DA LOTAÇÃO

Art. 7º Os servidores serão lotados junto ao órgão central do Poder Legislativo.

§ 1º A alteração da lotação somente poderá ser realizada em face do interesse público, justificado em ato administrativo próprio, respeitadas as demais disposições relativas à movimentação do servidor previstas nesta Lei.

§ 2º Ressalvado o interesse Público, fica assegurado à atual lotação para os servidores do quadro permanente em seus locais, por ocasião da publicação desta Lei.

CAPÍTULO XVI

DA MOVIMENTAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Movimentação é a mudança na lotação do servidor sem alteração da sua situação funcional, nos termos e condições definidas em regulamento, obedecidas as seguintes definições:

I - lotação: unidade administrativa a qual o servidor está designado para exercer as atribuições do cargo que ocupa;

II - localização: setor ou órgão, pertencente à Unidade Administrativa Legislativa, no qual o servidor encontra-se desenvolvendo as atribuições do cargo que ocupa;

III - remoção: deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de uma unidade administrativa para outra, com ou sem alteração de domicílio, por ato da autoridade competente;

IV - cedência: ato pelo qual o servidor é colocado temporariamente à disposição de outro Ente público, inclusive de outro Poder, Município, Estado, Distrito Federal, União, bem como de seus órgãos de Administração Indireta.

§ 1º. Em qualquer caso a movimentação somente poderá ser feita respeitada a dotação de pessoal de cada unidade administrativa.

§ 2º. No caso de cedência de servidor legislativo, o ônus decorrente das despesas de deslocamento e da remuneração do servidor, a critério do Chefe do Poder do Poder Legislativo Municipal, será do órgão ou entidade cessionário.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 9º O servidor movimentado deverá assumir, no prazo máximo de 2 (dois) dias, o exercício na unidade para qual foi deslocado, salvo quando em férias, ou afastamentos legais, hipóteses em que o prazo correrá a partir do primeiro dia útil após o término do impedimento.

SEÇÃO II

DA REMOÇÃO

Art. 10 Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido, para outra localidade do Município, independentemente do interesse da Administração:

a) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

b) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público, que foi removido no interesse da Administração, desde que exerça as atribuições do cargo efetivo.

Art. 11 É vedada a remoção de ofício de servidor:

I - regularmente matriculado em curso de formação, aperfeiçoamento, especialização profissional que guarde correspondência com as atribuições do cargo ocupado na respectiva carreira;

II - a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, até 1 (um) ano após o final do mandato;

III - no período de gestação e até 6 (seis) meses após o parto.

Parágrafo único. A remoção de ofício do servidor que se encontrar na situação prevista neste artigo, poderá ocorrer se encerradas as atividades do órgão público no local.

TÍTULO II DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO TEMPO DE SERVIÇO

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 12 A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 13 Além das ausências previstas no artigo que trata das concessões, são consideradas como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I – férias e recesso legislativo de final de ano;
- II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, ou prestação de assessoramento;
- III - cedência à órgão, ou a outra estrutura organizacional;
- IV - participação em programa de treinamento regularmente instituído pelo poder Legislativo;
- V - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal e do distrito federal;
- VI - convocação para o Serviço Militar;
- VII - júri e outros serviços obrigatórios estabelecidos por Lei;
- VIII - missão ou estudo fora do Município, quando autorizada;
- IX - para atender a convênios firmados pelo legislativo com outros órgãos, na forma da Lei.
- X - licença:
 - a) à gestante, à adotante e à paternidade;
 - b) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
 - c) para tratamento da própria saúde, até dois anos;
 - d) para desempenho de mandato classista.

Art. 14 É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, emprego ou função de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional pública Federal, Estadual ou Municipal ou atividade privada vinculada ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 15 É contado para os efeitos legais o tempo de serviço público prestado ao município, exceto quando se tratar de contrato de prestação de serviço.

CAPÍTULO II **DO VENCIMENTO E REMUNERAÇÃO**

Art. 16 Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado no **Anexo I** desta Lei.

Art. 17 Remuneração é a soma do vencimento devido mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, dos adicionais de caráter individual e demais vantagens,

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAISO - SC



nestas compreendidas as relativas à natureza ou local de trabalho, gratificação, vantagem pessoal ou outras provenientes de direito adquirido estabelecidas em Lei.

§ 1º. O servidor ocupante de cargo efetivo investido em cargo em comissão é devida retribuição pelo seu exercício.

§ 2º. O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 3º. Nenhum servidor receberá, numa jornada de 40 horas semanais, remuneração inferior ao salário mínimo nacional.

Art. 18 A remuneração, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, percebida mensalmente pelo servidor não poderá exceder ao subsídio mensal, em espécie do Prefeito Municipal.

Parágrafo único: ao Procurador da Câmara Municipal de Vereadores não se aplica a regra estabelecida neste artigo, nos termos do inciso XI do artigo 37 da constituição.

Art. 19 O servidor perderá:

I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a dez minutos, salvo na hipótese de compensação de horário, a ser estabelecida pela chefia imediata;

III - a remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 20 Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais e aqueles autorizados pelo servidor, sendo:

I - pagamento de contribuição ou mensalidade a favor de entidade associativa e/ou sindical de representação da categoria;

II - financiamentos bancários consignados em folha;

III - mensalidade de planos de saúde;

IV - pagamento a favor de terceiros, na forma definida em regulamento.

Parágrafo único. Os descontos previstos nos incisos I a III deste artigo observarão o limite máximo de 30% (trinta por cento) do seu vencimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 21 O vencimento, a remuneração, os proventos de aposentadoria e as pensões não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

Art. 22 Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios;
- III - gratificações;
- IV - adicionais;
- V - abonos e outros instituídos por Lei.

Parágrafo único. As vantagens não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito, salvo lei específica.

Art. 23 Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 24 As reposições e indenizações ao Município poderão ser fracionadas em parcelas mensais, nunca superiores a 20% (vinte por cento) e nem inferiores a 10 % (dez por cento) da remuneração.

SEÇÃO I DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, poderão ser deferidos aos servidores, as seguintes gratificações e adicionais:

- I - O décimo terceiro salário;
- II - O salário família;
- III - A gratificação pela realização de tarefa especial;
- IV - A gratificação de função;
- V - Gratificação pela participação em comissão;
- VI - A gratificação de incentivo à qualificação funcional;
- IX - Adicional de férias;
- X - Adicional pelo exercício de atividades em condições insalubres ou perigosas;
- XI - Adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XII - Adicional pela prestação de trabalho noturno;
- XIII - Adicional por merecimento;
- XIV - Adicional por tempo de serviço;

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAISO - SC



- XV -. Auxílio transporte;
XVI – Auxílio Alimentação.

Art. 26 Incorpora-se ao patrimônio do servidor, passando a integrar a sua remuneração, a expressão monetária concedida a título de Progressão Funcional (adicional por merecimento).

Parágrafo único. Nenhuma outra gratificação será incorporada ao vencimento do servidor.

SUBSEÇÃO III

DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Art. 27 O décimo terceiro salário corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus, por mês de exercício, no respectivo ano.

§ 1º. A fração igual ou superior a quinze dias será paga como mês integral.

§ 2º. O décimo terceiro salário será pago integralmente até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano, podendo ser pago de forma parcelada ao longo do ano.

§ 3º. O décimo terceiro salário não será considerado para cálculo de qualquer outra vantagem financeira.

§ 4º. O servidor exonerado perceberá o décimo terceiro salário proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

SUBSEÇÃO III

DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 28 O salário família é devido ao servidor por dependente econômico, sendo observados os limites e valores impostos pela Legislação Federal.

SUBSEÇÃO IV

DA GRATIFICAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DE TAREFA ESPECIAL

Art. 29 Ao servidor efetivo designado para realizar tarefa **Especial Excepcional Temporária**, poderá ser concedida gratificação no valor de até 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo, pelo período máximo de seis meses, prorrogável apenas uma vez por igual período, para a mesma função.

Parágrafo único. Entende-se como tarefa excepcional especial aquela que vai além das funções dos servidores, sendo necessário o seu desempenho de forma específica a contemplar um objeto específico de bem público. A tarefa especial (excepcional) será

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAISO - SC



objeto de algo específico inerente à administração pública e aprovado pela chefia imediata devidamente homologada por Portaria.

SUBSEÇÃO V

DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 30 As Gratificações de Função ou acúmulo de funções, não proibidas em lei, poderão, a critério do Chefe do Poder Legislativo, serem concedidas a servidores do quadro permanente, conforme **Anexo II** (considerando a necessidade e o grau de responsabilidade) sobre o vencimento.

Art. 31 Entende-se como Gratificação de função aquela que vai além das funções dos servidores, levando em consideração o interesse público e a relevância do trabalho e a economicidade.

Art. 32 As gratificações de função **não serão cumulativas** independentemente da quantidade de funções Imputadas.

SUBSEÇÃO VI

DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO

Art. 33 Ao servidor designado para atuar junto à Comissão Especial de Licitação, de concurso, de Estágio Probatório, de Avaliação, de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar ou outra Comissão qualquer de interesse da do Poder Legislativo caberá gratificação de 10% do seu vencimento, independentemente da quantidade das comissões que for designado.

SUBSEÇÃO VII

DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL

Art. 34 Com o fito de implantar uma política de valorização do servidor, com foco na qualificação funcional e reflexos diretos na prestação dos serviços públicos à população, e diante da necessidade permanente de aquisição de novos conhecimentos para fazer face aos avanços tecnológicos e à sua aplicabilidade nos procedimentos das tarefas diárias, fica criada a Gratificação de Incentivo à Qualificação Funcional (GIQF) aos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo do Município de Paraíso/SC:

Para obtenção de Gratificação será seguida a seguinte ordenação:

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



a) O servidor deverá apresentar diploma de grau de estudo superior ao apresentado no momento de sua posse, sendo que para cada grau de estudo será maior a gratificação a fim de impulsionar a busca pelo aperfeiçoamento.

Art. 35 A Gratificação de Incentivo à Qualificação Funcional (GIQF), observado o disposto no artigo anterior, incidirá sobre o Vencimento conforme **Anexo III**.

Art. 36 A eventual concessão da Gratificação de Incentivo à Qualificação Funcional (GIQF) não confere ao servidor público direito subjetivo a permanecer exercendo funções e/ou atividades correlatas ao conhecimento adicional que tenha ensejado o deferimento da vantagem, se tais funções e/ou atividades forem diversas daquelas próprias do seu cargo efetivo, ou exercer atividades vinculadas à qualificação funcional quando diversas do seu cargo efetivo.

SUBSEÇÃO VIII

DO ADICIONAL DE FÉRIAS

Art. 37 Será pago ao servidor por ocasião de férias, adicional de 33% (trinta e três por cento) da remuneração correspondente ao período de férias.

§1º. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo, observada a proporcionalidade do período aquisitivo.

§2º. No que se refere ao adicional pela prestação de serviços extraordinários, será feita uma média do período aquisitivo, para se chegar ao valor do adicional de férias.

§3º. O adicional de férias deverá ser pago ao servidor quando da sua saída para o gozo do benefício.

SUBSEÇÃO IX

DO ADICIONAL PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES EM CONDIÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS

Art. 38 Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais, atividades ou condições insalubres, ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou radioativas, fazem jus ao adicional mensal.

§ 1º. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º. O direito ao adicional cessa quando o servidor deixar de realizar atividade ou com a eliminação das condições ou risco que deram motivo a sua concessão.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 39 O adicional de Insalubridade será pago aos servidores de acordo com os graus mínimo, médio e máximo:

- I - em nível mínimo: 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional;
- II - em nível médio: 30% (trinta por cento) do salário mínimo nacional;
- III - em nível máximo: 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional;

Art. 40 São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos ou energia elétrica em condições de risco acentuado, na forma prevista em regulamento.

SUBSEÇÃO X

DO ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 41 A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, para atender necessidade excepcional e temporária dos serviços públicos.

§ 1º. Não serão descontados nem computados como jornada extraordinária as variações de horários de entrada e saída do serviço não excedente de quinze minutos, observado o limite máximo de trinta minutos diários.

§ 2º. O serviço extraordinário em dias úteis será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 3º. O serviço extraordinário aos sábados, domingos e feriados será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 4º. A base de cálculo a que se refere os parágrafos 2º e 3º será o vencimento básico do servidor.

§ 5º. Os servidores poderão ter jornada de trabalho especial de prorrogação e/ou compensação de horas de trabalho, desde que observado o máximo de 10 (dez) horas diárias, a folga dominical e o limite de horas mensais, conforme dispuser regulamentação em Decreto do Poder Legislativo.

§ 6º. Os servidores poderão ter jornada de trabalho especial de revezamento em trabalhos especiais ou onde não puder haver interrupção dos serviços, conforme dispuser regulamentação estabelecida em Decreto do chefe do Poder Legislativo.

§ 7º. As horas trabalhadas em regime de compensação ou de revezamento até o limite mensal não serão consideradas como extraordinárias.

SUBSEÇÃO XI

DO ADICIONAL NOTURNO

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 42 O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

SUBSEÇÃO XII DO ADICIONAL POR MERECIMENTO (Progressão Funcional)

Art. 43 O adicional por merecimento será concedido de forma automática ao servidor efetivo que durante sua vida funcional não houver sofrido penalizações ou processos administrativos com decisões contrárias ao servidor, sua fórmula de remuneração segue o **Anexo IV**, sendo cumulativos conforme a progressão for ocorrendo.

SUBSEÇÃO XIII DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (Triênio)

Art. 44 O adicional por tempo de serviços será concedido de forma automática e em caráter permanente, sua fórmula de remuneração segue o **Anexo V**, sendo que será cumulativo.

SUBSEÇÃO XIV O AUXÍLIO TRANSPORTE

Art. 45 O auxílio transporte poderá ser concedido a todo o servidor, a critério do chefe do Poder Legislativo, por meio de portaria. O valor será de 10% a 30% do menor salário vigente do poder legislativo, esse auxílio não será incorporado ao vencimento do servidor.

SUBSEÇÃO XV DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Art. 46 O auxílio alimentação poderá ser concedido a todo o servidor do poder Legislativo, a critério do chefe do poder Legislativo, por meio de portaria. O valor será pago em pecúnia como forma de indenização na folha de pagamento no percentual de 10% a 30% do menor salário vigente do poder legislativo.

SEÇÃO II DAS INDENIZAÇÕES, DOS PRÊMIOS E DO ABONO

SUBSEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 47 O servidor que no exercício da função e por determinação da respectiva chefia, se afastar da sede do Município, em caráter eventual ou transitório, fará jus a:

- I - transporte gratuito;
- II - diária, a título de indenização das despesas de alimentação e hospedagem; cujo valor e critério de concessão serão fixados por Resolução própria;
- III - indenização das despesas com ligações telefônicas e locomoção na cidade de destino, mediante comprovação do uso para fins de serviço.

Art. 48 Toda a forma de concessão e sua prestação de contas será regulamentada por resolução Legislativa Própria.

Art. 49 O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Na hipótese do servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para seu afastamento, sem motivo de interesse público, restituirá proporcionalmente as diárias recebidas em excesso no prazo previstos no caput deste artigo.

Art. 50 Em substituição ao regime de diárias, poderá ser adotado o regime de indenização ou adiantamento, sempre que convier aos interesses da administração, em razão das despesas com alimentação e pernoite, mediante apresentação dos respectivos comprovantes, até o limite fixado por Decreto.

Art. 51 Tanto no regime de diárias como no de indenização, o servidor tem direito ao adiantamento do numerário antes de iniciado o deslocamento conforme arbitramento feito pela respectiva chefia promovendo-se a tomada de contas, para restituição ou pagamento de eventuais diferenças, até 10 (dez) dias úteis após o retorno.

Parágrafo único. Se o deslocamento não se realizar, por qualquer motivo, o numerário correspondente ao adiantamento será restituído dentro de 5 (cinco) dias.

Art. 52 As despesas do servidor convocado para participar de cursos de treinamento (TCE-SC, colegiados ou outros), serão suportadas pelo poder legislativo, podendo ser adotado o regime de diárias, o de indenização ou de concessão de ajuda de custo, quando a alimentação e a hospedagem não forem proporcionadas diretamente pelo poder público.

SUBSEÇÃO II

DOS PRÊMIOS

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 53 Ao servidor que elaborar trabalho técnico, científico ou considerado de especial relevância, que venha a ser aproveitado pelo Poder Legislativo e que seja resultado do exercício do cargo, é facultada a concessão de prêmio, arbitrado pela autoridade competente, cujo valor não será superior a uma vez o vencimento do cargo, para tanto a concessão de prêmio passara por edital próprio para tal situação.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS E DO RECESSO LEGISLATIVO

Art. 54 O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias anuais, que não podem ser acumuladas, e que pode ser transformado em pecúnia, sempre tendo anuência entre poder legislativo e o servidor.

§ 1º. Para o gozo das férias sempre será respeitado o período aquisitivo de 12 (doze) meses de efetivo exercício, salvo as categorias que pela natureza da atividade exijam o gozo coletivo de férias.

§ 2º. As férias poderão ser parceladas em várias etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse do poder legislativo municipal.

§ 3º. Em caso de parcelamento na forma prevista do parágrafo anterior, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período.

§ 4º. O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

§ 5º. A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

Art. 55 O pagamento da remuneração dos 30 (trinta) dias de férias e do respectivo adicional será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Parágrafo único. A pedido do servidor a remuneração dos 30 (trinta) dias de férias poderá ser paga no período normal de remuneração mensal dos demais servidores.

Art. 56 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez.

CAPÍTULO IV

DAS LICENÇAS

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAISO - SC



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 Conceder-se-á ao servidor licença:

- I - por motivo de doença em pessoa da família;
- II - por motivo de transferência do cônjuge ou companheiro para outro município;
- III - para atividade política;
- IV - para o serviço militar;
- V - licença prêmio;
- VI - para tratar de interesses particulares;
- VII - para desempenho de mandato classista;
- VIII - para tratamento de saúde;
- IX - em razão da maternidade;
- X - em razão da paternidade.

§ 1º. A licença prevista no inciso I será precedida de comprovação por médico ou junta médica oficial.

§ 2º. É vedado o exercício simultâneo de outra atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I.

§ 3º. São competentes para a concessão de licença a autoridade superior do poder legislativo.

§ 4º. As licenças previstas nos incisos I a VII deste artigo não se aplicam ao servidor cujo vínculo com o Município decorrer apenas do exercício de cargo em comissão.

Art. 58 A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

SEÇÃO I

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 59 Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos ou equiparados que vivam a suas expensas e constem de seu assentamento funcional, mediante comprovação.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, ou mediante compensação de horário autorizado e definido pela chefia responsável.

§ 2º. A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

- I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro - Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração, a partir do 61º dia.

§ 3º. O início do interstício de doze meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º. A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de doze meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.

SEÇÃO II

DA LICENÇA POR MOTIVO DE TRANSFERENCIA DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

Art. 60 Poderá ser concedida licença, sem remuneração, ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para exercer mandato eletivo dos Poderes Executivo ou Legislativo fora do território do Município, ou que tenha tomado posse em cargo público.

Parágrafo único. O servidor terá 10 (dez) dias após o término do efetivo exercício do mandato eletivo do seu cônjuge ou companheiro para reassumir seu cargo.

SEÇÃO III

DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art. 61 O servidor que for candidato a cargo eletivo terá direito a licença, na forma da legislação eleitoral em vigor, assegurado os vencimentos do cargo efetivo pelo período determinado.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 62 Ao servidor que for convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação.

§ 1º. A licença será concedida a vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º. O servidor desincorporado reassumirá o cargo no prazo de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO V

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAISO - SC



DA LICENÇA PRÊMIO

Art. 63 Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor terá direito de afastar-se do exercício do cargo de provimento efetivo, com a respectiva remuneração, por três meses, podendo gozar a licença da seguinte forma:

- a. Ser os meses em dias corridos ou intercalados a pedido e com aceitação do chefe do Poder desde que não interfira no trabalho e mantenha-se o interesse público de forma a não prejudicar o mesmo;
- b. Em comum acordo a licença poderá ser gozada de forma consecutiva ou intercalada, ou ainda em meio período contemplado assim 6 meses;
- c. Poderá ser transformada em pecúnia o período de licença, em comum acordo entre as partes.

§ 1º. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo, tenha sofrido penalidade disciplinar de suspensão.

§ 2º. Suspende-se o período aquisitivo em virtude de:

- I - licença por motivo de doença em pessoa da família sem remuneração;
- II - licença para tratar de interesses particulares;
- III - condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
- IV - afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro;
- V - outras faltas não justificadas ou não permitidas por esta Lei;
- VI - afastar-se para tratamento de saúde, por período superior a 90 (noventa) dias, ininterruptos ou não, exceto o período de afastamento em razão de acidente de trabalho.

§ 3º. Em caso de acumulação por necessidade do serviço, o servidor não perde o direito à licença de que trata o caput deste artigo.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 64 Assegurado o interesse público e a critério da administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável por igual período.

§ 1º. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devendo, neste caso o mesmo assumir imediatamente o serviço.

§ 2º. Em caso de interrupção, no interesse do serviço público, a licença poderá ser renovada até a complementação do prazo anteriormente concedido.

§ 3º. Não se concederá licença ao servidor que esteja respondendo a processo disciplinar.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro - Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAISO - SC



§ 4º. O requerente aguardará em exercício a decisão sobre o pedido de licença, que será comunicada ao servidor no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 5º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, salvo nos casos de prorrogação "ex-officio" ou a pedido, ou aposentadoria.

Art. 65 Durante a licença sem vencimento o servidor também não fará jus à nenhuma gratificação, adicional, auxílio ou abono.

SEÇÃO VII

LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 66 É assegurado ao servidor o direito à licença remunerada para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou estadual, ou sindicato representativos da categoria dos servidores públicos municipais.

§ 1º. Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas nos órgãos competentes.

§ 2º. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição.

SEÇÃO VIII

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 67 A licença para tratamento de saúde depende de inspeção médica e será concedida pelo prazo indicado no laudo médico, podendo ser prorrogada quantas vezes forem necessárias, até a recuperação do servidor, sem prejuízo de sua remuneração.

SEÇÃO IX

LICENÇA EM RAZÃO DA MATERNIDADE

Art. 68 A licença em razão da maternidade é assegurada, mediante laudo médico, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados da data do requerimento.

§ 1º. A licença a que se refere o caput deste artigo será garantida também à servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança.

§ 2º. Durante o período de gozo da licença a se refere o caput deste artigo, a servidora fará jus à sua remuneração integral.

SEÇÃO XI

LICENÇA EM RAZÃO DA PATERNIDADE

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 69 A licença em razão da paternidade é assegurada, mediante apresentação da cópia da certidão de nascimento, pelo prazo de 8 (oito) dias consecutivos, contados da data do requerimento.

Parágrafo único: A licença a que se refere o caput deste artigo será garantida também ao servidor que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança.

CAPÍTULO V

DAS CONCESSÕES

Art. 70 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia em razão de:

a) doação de sangue;

II - por 2 (dois) dias consecutivos em razão de:

a) falecimento de avós;

b) falecimento de tios.

II - por 5 (cinco) dias consecutivos em razão de:

a) falecimento de irmãos;

b) falecimento de sogro(a).

III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, ou equiparados.

Art. 71 O servidor estável poderá ausentar-se do município para estudo, sem remuneração, podendo também serem compensadas as ausências pelas férias ou licenças prêmio, desde que autorizado pela maior autoridade a que tiver subordinado.

Parágrafo Único: A ausência de que trata este artigo não excederá o período de duração do estudo.

CAPÍTULO VI

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 72 Em defesa de direito ou de interesse legítimo é assegurado ao servidor requerer, pedir reconsideração e recorrer na esfera administrativa, observadas as seguintes normas:

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



I - a petição, dirigida à autoridade competente para decidir, será encaminhada por intermédio do superior hierárquico imediato, se for o caso, o qual a despachará no prazo de 15 (quinze) dias;

II - o prazo para decisão, qualquer que seja a instância, é de 30 (trinta) dias, ressalvada a necessidade de diligência ou parecer especializado, caso em que o prazo será de 90 (noventa) dias;

III - cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado;

IV - cabe recurso para a autoridade imediatamente superior à que expediu o ato em primeira instância;

V - nenhum recurso ou pedido de reconsideração pode ser dirigido à mesma autoridade por mais de uma vez.

Art. 73 Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

Art. 74 O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida, pelo interessado, observando-se o que se der em primeiro lugar.

Art. 75 O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento em pedido de reconsideração ou recurso, o efeito da decisão retroagirá à data do ato impugnado.

Art. 76 O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo, quando outro prazo for fixado em Lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado, observando-se o que se der em primeiro lugar.

Art. 77 O pedido de reconsideração e recurso interrompem a prescrição.

Art. 78 A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 79 Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído, podendo obter cópias a seu encargo.

Art. 80 A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

CAPÍTULO VII

DOS AUXÍLIOS

Art. 81 Ocorrendo acidente de trabalho, fica assegurado ao servidor acidentado, quando não disponibilizado o atendimento necessário pelo Sistema Único de Saúde - SUS, assistência médica e hospitalar integral, às custas do poder legislativo, bem como ao seu acompanhante, se demonstrada a necessidade.

Art. 82 Pelo falecimento de servidor ativo, em decorrência de acidente de trabalho, a título de auxílio funeral, será pago a seus familiares, o valor correspondente a 2 (duas) vezes o valor do Salário Mínimo Nacional.

TÍTULO III DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 83 São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - ser leal à instituição a que servir;
- III - observar as normas legais e regulamentares;
- IV - cumprir as ordens encaminhadas pelos superiores, exceto quando manifestadamente ilegais;
- V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro - Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -

Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



- VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X - ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI - tratar com cordialidade e urbanidade as pessoas;
- XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
- XIII - participar das comissões para as quais for nomeado;
- XIV - para com os colegas e superiores deve-se trabalhar com cooperação, ética e respeito.

§ 1º. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.

§ 2º. No que tange aos deveres funcionais, aplicar-se-ão todas as demais disposições de Lei ou requisitos indicados na legislação municipal sobre a avaliação do desempenho.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 84 Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fê a documentos públicos;
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI - atribuir a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se ou desfiliarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XI - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XII - proceder de forma desidiosa;
- XIII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em atividades particulares;

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



XIV - atribuir a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergências e transitórias;

XV - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo em função e com o horário de trabalho;

XVI - apresentar-se no serviço em visível estado de embriaguez.

§ 1º. É lícito ao servidor criticar atos do poder público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

§ 2º. No que tange às proibições do presente artigo, aplicam-se as demais disposições de Lei que regulamentam o tema.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 85 O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1º. A responsabilidade civil decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, de que resulte prejuízo ao erário ou a terceiros, observando o seguinte:

I - a indenização de prejuízo causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;

II - a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor de herança recebida.

§ 2º. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade.

§ 3º. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo no desempenho do cargo ou função.

§ 4º. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se sendo independentes entre si.

§ 5º. A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

TÍTULO V

DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

Art. 86 O sistema de seguridade social para o servidor público municipal será regido na forma da Lei Federal que regula o sistema previdenciário.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 87 O Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social, observadas as normas legais e constitucionais aplicáveis ao servidor público.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 88 O dia do servidor público será comemorado dia 28 (vinte e oito) de outubro de cada ano civil (será concedido ponto facultativo).

Art. 89 Os servidores estarão em recesso, sem prejuízo a outros direitos, de 21 de dezembro a 15 de Janeiro, de cada ano.

Parágrafo único: durante o recesso previsto no caput, será organizado um rodízio de servidores para ficar de sobreaviso. Caso houver necessidade de interesse público poderá o Presidente solicitar o comparecimento e retorno aos trabalhos em 48 horas neste período sem prejuízos ao poder legislativo e ao funcionário.

Art. 90 Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 91 Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 92 Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, o direito à livre associação sindical e aos seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- I - de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;
- II - de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical o valor das mensalidades e as contribuições definidas em assembleia geral da categoria;
- III - imobilidade do dirigente sindical, até um ano após a conclusão de seu mandato, exceto se a pedido.

Art. 93 Considera-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às expensas e constem no seu assentamento individual, ou aqueles que a Lei dispuser.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 94 Ficam submetidos a este Plano na qualidade de servidores públicos os servidores efetivos ou estabilizados.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Art. 95 O Chefe do Poder Legislativo regulamentará as disposições de Lei Complementar por decretos.

Art. 96 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 97 Fica revogada a Lei Complementar nº 08/2008 e alterações posteriores.

Paraíso/SC, 14 de abril de 2020.

Fabício Garlet
Presidente

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO - SC



Anexo I

Vencimento dos Cargos Poder Legislativo

Cargo	Tipo da Nomeação	Vencimento
Auxiliar de Serviços Gerais	Efetivo	R\$ 998,00
Contador	Efetivo	R\$ 4.169,99
Secretário Executivo	Comissionado	R\$ 2.501,36
Assessor Jurídico	Comissionado	R\$ 5.464,74

Obs: Os vencimentos são os atuais e terão reajustes regulares após implementação desta Lei.

Anexo II

Gratificação pelo Acumulo de Função

Grau da Gratificação	% Sobre vencimento
G1	10 %
G2	15%
G3	20%
G4	25%
G5	30%

Obs: O funcionário não poderá acumular gratificações, independentemente do número de funções imputadas.

Anexo III

Quadro de Gratificação por Titulação

Grau	Graduação exigido cargo	Graduação para Titulação	% Gratificação
1	Ensino fundamental	Ensino médio	4%
2	Ensino médio	Ensino superior	6%
3	Ensino superior	Pós Graduação	10%
4	Pós Graduação	Mestrado	12%
5	Mestrado	Doutorado	15%
6	Doutorado	Pós Doutorado	20%

Obs: O funcionário poderá avançar o grau, mas não acumulara gratificações deste tipo.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro – Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail: camara@paraíso.sc.gov.br -
Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAISO - SC



Anexo IV

Adicional por Merecimento (Progressão funcional)

NIVEL	TEMPO DE PERMANÊNCIA	VALOR
01	Até 03 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado
02	03 À 06 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
03	06 À 09 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
04	09 À 12 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
05	12 À 15 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
06	15 À 18 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
07	18 À 21 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
08	21 À 24 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
09	24 À 27 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %
10	27 À 30 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +3 %

Obs: A porcentagem será sobre o vencimento.

Anexo V

Adicional por Tempo de Serviço (Triênio)

NIVEL	TEMPO DE PERMANÊNCIA	VALOR
01	Até 03 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado
02	03 À 06 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
03	06 À 09 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
04	09 À 12 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
05	12 À 15 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
06	15 À 18 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
07	18 À 21 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
08	21 À 24 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
09	24 À 27 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %
10	27 À 30 ANOS DE EFETIVO EXERCICIO	Vencimento atualizado +5 %

Obs: A porcentagem será sobre o vencimento

LEI MUNICIPAL 1522/2020

Publicação Nº 2465418

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO -
SC****LEI MUNICIPAL Nº 1522/2020**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
RECEBER EM DOAÇÃO UM VEÍCULO ZERO
KILOMETRO POR INTERMÉDIO DE ACORDO SOB
A AÇÃO JUDICIAL DE N. 0001392-
82.2010.8.24.0065/0001. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 – Fica o poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, de MARISA FÁVERO SCHMIDT, portadora do CPF nº. 589.646.659-53, e DJONI CRISTIANO FÁVERO, portado do CPF nº. 009.735.099-02, por intermédio da Ação de Ressarcimento de Danos Causados em Acidente de Transito, sob os autos nº. 0001392-82.2010.8.24.0065/0001, descrevendo o seguinte veículo:

I – Carro: Mobi versão: aesy cor: branca, ano fabricação: 2019, modelo: 2020 Itens de série. Apoios de cabeça traseiros (2) rebaixados e com regulagem de altura. Banco traseiro rebatível com 02 (duas) posições para o encosto. Barra de proteção nas portas. Bolsa porta-objetos e porta garrafa nas portas dianteiras. Brake light. Chave desmodrômica. Chave desmodrômica com Fiat code 2ª geração. Check quadro de instrumentos (Welcome Moving). Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos. Cintos de segurança laterais traseiros retráteis de 3 pontos e central fixo de 2 pontos. Console central parcial com porta-copos. Drive by Wire (Controle eletrônico da aceleração). Espelho no para-sol lados motorista e passageiro. ESS (Sinalização de frenagem de emergência). Faróis com máscara negra. Follow me home. Grade dianteira texturizada. HSD (High Safety Drive) - Airbag duplo (motorista e passageiro) e Freios ABS com EBD. Lane Change (Função auxiliar para acionamento das setas indicando trocas de faixa). Luz de leitura dianteira com interruptor na porta lado motorista. Maçanetas e retrovisores externos na cor preta. Motor Fire 1.0 EVO 8V Flex. Painel (moldura) e maçanetas na cor preta. Para choques na cor do veículo. Porta malas com tapete em carpete. Quadro de instrumentos com Iluminação a LED e display digital, de 3,5 polegadas (indicador de trocas de marchas, odômetro parcial e total, relógio digital, indicação do nível de combustível e temperatura do motor). Retrovisores externos com comando interno mecânico. Revestimento interno em todas as colunas. Rodas de aço estampado 5.0 x 13? com calotas integrais + Pneus verde 165/70 R13 com baixa resistência a rolagem. Tampa traseira da porta malas em vidro estrutural de alta resistência na cor preta. Tomada 12V. Válvula antirrefluxo de combustível. DADOS TÉCNICOS Cilindrada total (cc): 999,1 Potência máxima (cv): 73 (G) / 75 (E) a 6.250 rpm Torque máximo (kgf.m): 9,5 (G) / 9,9 (E) a 3.850 rpm Capacidade do porta-malas (litros): 235 Tanque de combustível (litros): 47 Comprimento do veículo (mm): 3.566 Largura

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: www.paraíso.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

do veículo (mm): 1.633 Altura do veículo (mm): 1.490 Entre Eixos (mm): 2.305 Altura do solo (mm): 146. O veículo será fornecido pela Gambatto Veículos de São Miguel do Oeste.

Art. 2 – Fica autorizado o Município a fazer a lotação do veículo junto à Secretaria de Saúde, além de realizar as despesas de manutenção dos bens, oneradas a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3 – A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso – SC, 05 de maio de 2020.

Valdecir Antônio Casagrande
Prefeito municipal

Esta Lei foi registrada e
Publicada na data supra.
Paraíso/SC, 05 de maio de 2020.

Servidor responsável

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: www.paraíso.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020

Publicação Nº 2465029

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/7
Processo Nº.: 24/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 11/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2020

No dia 5 do mês de Maio do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89908-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 11/2020, Processo Licitatório nº. 24/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTO DESTINADOS AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7309	AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI EPP	3, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 25, 26, 27, 29, 30, 38, 39
7303	DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA	4, 5, 18, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72
7313	ILENI MARIA ROYER - ME	1, 2, 6, 7, 9, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 40, 42, 51

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI EPP	95.809.232/0001-00	RAFAEL ARTHUR GIACOMELLI	080.449.779-61
DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA	03.508.291/0001-11	IVANETE MARTA DALLA VECCHIA MA	430.205.509-04
ILENI MARIA ROYER - ME	72.124.050/0001-91	ILENI MARIA ROYER	347.201.119-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTO DESTINADOS AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAISO/SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BOLA DE ISOPOR 100MM	UND	ISOFRIO	110,000	1,2400	136,40
5	BOLA DE ISOPOR 75MM	UND	ISOFRIO	10,000	0,7400	7,40
18	LAPIS 6 B COM 24 UNIDADES	CX	CIS	1,000	17,9500	17,95
28	PALITOS DE PICOLÉ KIT COM 50 UNIDADES	UND	THEOTO	150,000	2,0000	300,00
33	PINCEL CABO AMARELO Nº 06	UND	TIGRE	40,000	2,4400	97,60
34	PINCEL CABO AMARELO Nº 12	UND	TIGRE	40,000	3,2900	131,60
35	PINCEL CABO VERMELHO Nº 00	UND	TIGRE	10,000	5,3500	53,50
36	PLACA CHAPA MDF CRU 3MM ARTESANATO, DECORAÇÃO 20X29CM	UND	ART	80,000	4,7900	383,20
37	SOLVENTE	LT	ACRILEX	20,000	7,4900	149,80
41	TECIDO PARA TECIDO LIMÃO 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
43	TELA PARA PINTURA TAMANHO 30X30	UND	VIPP	100,000	8,5900	859,00
44	TELA PARA PINTURA TAMANHO 30X50	UND	VIPP	18,000	12,7900	230,22
45	TESOURA PARA TECIDO	UND	WESTERN	20,000	12,1400	242,80
46	TINTA PARA TECIDO AMARELO OURO 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
47	TINTA PARA TECIDO AZUL CELESTE 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 24/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
48	TINTA PARA TECIDO BRANCO 250 ML	UND	ACRILEX	4,000	14,2400	56,96
49	TINTA PARA TECIDO OLIVIA 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
50	TINTA PARA TECIDO PRETO 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
52	TINTA PARA TECIDO SIENA NATURAL 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
53	TINTA PARA TECIDO VERDE FOLHA 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
54	TINTA PARA TECIDO VERMELHO VIVO 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
55	TINTA PARA TECIDO VINHO 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
56	TINTA PARA TECIDO VIOLETA 37ML	UND	ACRILEX	4,000	2,6900	10,76
57	TINTA PARA TELA AMARELO INDIANO AMARELO INDIANO (339) 20 ML	UND	ACRILEX	12,000	4,9700	59,64
58	TINTA PARA TELA AMARELO PELE (317) 20 ML	UND	ACRILEX	10,000	4,9700	49,70
59	TINTA PARA TELA AZUL CELESTE OU HORTENCIA (306) 120 ML	UND	ACRILEX	4,000	15,9800	63,92
60	TINTA PARA TELA AZUL DA PRUSSIA 20 ML	UND	ACRILEX	10,000	4,8900	48,90
61	TINTA PARA TELA BRANCO (319) 120 ML	UND	ACRILEX	12,000	15,9800	191,76
62	TINTA PARA TELA CARMIN 20 ML	UND	ACRILEX	10,000	4,9700	49,70
63	TINTA PARA TELA DE CADMIO (324) 120 ML	UND	ACRILEX	4,000	11,2900	45,16
64	TINTA PARA TELA INGLÊS CLARO (364) 120 ML	UND	ACRILEX	4,000	15,9800	63,92
65	TINTA PARA TELA PRETO 20 ML	UND	ACRILEX	4,000	4,9700	19,88
66	TINTA PARA TELA SÉPIA (355) 20 ML	UND	ACRILEX	5,000	4,9700	24,85
67	TINTA PARA TELA STIL DE GAN PARDO (375) 20 ML	UND	ACRILEX	5,000	4,9700	24,85
68	TINTA PARA TELA TERRA DE SIENA NATURAL (355) 20 ML	UND	ACRILEX	10,000	4,9700	49,70
69	TINTA PARA TELA VERDE INGLÊS ESCURO (362) 120 ML	UND	ACRILEX	4,000	15,9800	63,92
70	TINTA PARA TELA VERMELHO CHINÊS OU JAPONÊS (313) 120 ML	UND	ACRILEX	4,000	15,9800	63,92
71	TINTA PARA TELA VIOLETA PERMANENTE ESCURO (330) 20 ML	UND	ACRILEX	10,000	4,9700	49,70
72	TINTA SPRAY 350ML (DIVERSAS CORES)	UND	TEKBOND	15,000	15,4900	232,35

Fornecedor: 7309 - AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ARGOLAS COM CORRENTE PARA CHAVEIRO	UND	NYBC	200,000	0,2700	54,00
8	CONE DE LINHA PARA COSTURAS NAS CORES: BRANCA, BEGE, AMARELA, VERDE - COM 2.000 JADAS	UND	TRICHE	4,000	4,1000	16,40
10	FELTRO, COM NO MINIMO 1,40 METROS DE LARGURA (CORES DIVERSAS)	MT	ESTILOTEX	100,000	12,0000	1.200,00
11	FIBRA KG	KG	FIBRAN	3,000	20,7500	62,25
12	FIO DE SISAL PARA ARTESANATO COR NATURAL COM 100 METROS	UND	EUROTEX	2,000	19,9000	39,80
13	FIOS DE NYLON Nº 30 COM 100MTS	UND	JADE	2,000	5,9500	11,90
16	JUTA CRU, COM NO MINIMO 1,30 METROS DE LARGURA	MT	ESTILOTEX	10,000	8,3900	83,90
25	MINI ROSAS (DIVERSAS CORES)	UND	NYBC	150,000	0,3400	51,00
26	NOVELÃO DE LÃ 100GR (DIVERSAS CORES)	ROL	MDF	80,000	8,4900	679,20
27	OLHOS PLÁSTICO - com 100 pares	PCT	NYBC	1,000	11,9500	11,95
29	PAPEL TERMOCOLANTE	MT	CIRCULO	60,000	10,8500	651,00
30	PENA SINTÉTICA PARA ARTESANATO (DIVERSAS CORES)	UND	NYBC	280,000	0,3500	98,00
38	TECIDO ALGODÃO CRU COM NO MINIMO 1,40 METROS DE LARGURA	MT	AD TEX	50,000	11,7500	587,50
39	TECIDO ETAMINE PARA BORDAR PONTO CRUZ COM NO MINIMO 1,40 METROS DE LARGURA	MT	AD TEX	15,000	17,0000	255,00

Fornecedor: 7313 - ILENI MARIA ROYER - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AGULHA DE COSTURA A MÃO Nº 6	UND	Coats	30,000	2,9900	89,70
2	AGULHAS PARA CROCHÊ Nº 3,0	UND	Tulipa	15,000	4,4900	67,35
6	CETIM VERMELHO COM NO MINIMO 1,40 METROS DE LARGURA	MT	Titas	10,000	8,4900	84,90
7	COLA LANTEJOLAS	UND	Acrilex	6,000	4,3000	25,80
9	FECHOS LAGOSTA Nº 3 LATÃO	UND	Metalux	100,000	2,1000	210,00
14	FITA MIMOSA C/ 100 METROS, COM 1 CM DE LARGURA (DIVERSAS CORES)	RL	Najar	15,000	14,9900	224,85
15	GLITER POLIÉSTER 50G (DIVERSAS CORES)	UND	Brilho's	20,000	3,6900	73,80
19	LINHA PARA BORDAR (DIVERSAS CORES)	UND	Anchor	40,000	2,3900	95,60
20	MASSA PARA BISCUIT 1KG	KG	Beijaflores	40,000	15,5000	620,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 3/7
 Processo Nº.: 24/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 7313 - ILENI MARIA ROYER - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	MEIA-PÉROLA Nº 6 COR BRANCA	KG	Perolex	1,000	99,0000	99,00
22	MEIA-PÉROLA Nº 8 COR BRANCA	KG	Perolex	3,000	120,0000	360,00
23	MIÇANGA 2,6 MM (DIVERSAS CORES)	KG	Brilho's	1,000	76,0000	76,00
24	MIÇANGÃO (DIVERSAS CORES)	KG	Brilho's	2,000	74,9500	149,90
31	PÉROLAS PERFURADAS 16MM CORES DIVERSAS	KG	Perolex	1,000	120,0000	120,00
32	PÉROLAS PERFURADAS 8MM CORES DIVERSAS	KG	Perolex	3,000	120,0000	360,00
40	TECIDO PANO DE PRATO 100% ALGODÃO (11 TRAMAS) COM 1,40 METROS DE LARGURA	MT	Sacaria	200,000	4,5000	900,00
42	TECIDO TRICOLINE FLORAL COM NO MINIMO 1,40 METROS DE LARGURA	MT	Titas	60,000	21,9900	1.319,40
51	TINTA PARA TECIDO SEPIA 37ML	UND	Acrilex	4,000	2,6900	10,76

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/7
Processo Nº.: 24/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/7
Processo Nº.: 24/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/7
Processo Nº.: 24/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 7/7
Processo Nº.: 24/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraisópolis para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraisópolis, 5 de Maio de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI EPP

CNPJ: 95.809.232/0001-00 _____

DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA

CNPJ: 03.508.291/0001-11 _____

ILENI MARIA ROYER - ME

CNPJ: 72.124.050/0001-91 _____

Passos Maia**PREFEITURA****ATA SESSÃO PUBLICA 0065-2019**

Publicação Nº 2465790

ATA DE SORTEIO DE LOTES

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte, as nove horas no setor de licitações realizou-se a sessão pública de sorteio dos lotes conforme item 08 do edital. Aberta a sessão, presente o Sr. Jermon Palhano, presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, presentes também os licitantes que assinam ao final a presente Ata, realizou-se o sorteio dos lotes nos termos do item 8 do edital. Para sorteio dos lotes dos licitantes que não se fizeram presentes o sorteio foi realizado por Jermon Palhano e pelos presentes. Ficando assim sorteado, simara santos de oliveira sorteou o lote 10.226, Leocir Teles Dos Santos sorteou o lote 10.200, Cloverson Alex Peroza sorteou o lote 20.214, Marcieli Antunes De Lara sorteou o Lote 10.202, Genoefa Da Rocha Bueno foi sorteado o lote 10.204, para Roselo Miranda Rauber foi sortado o Lote 10.221, para Luz cavalheiro dos Santos Foi sorteado o lote 10.225, Para Elizeia de Fatima Pereira Da Cruz foi sorteado o Lote 10.227, para Isabel Domingues Piazza foi sorteado O lote 10.201, para Gilberto Palhano de Freitas foi sorteado o lote 10.223, para Vandrieli Siqueira Da Silva foi sorteado o lote 10.210, Adriano Vargas foi sorteado o lote 10.218. Após a realização do sorteio ficou definido que Os presentes não manifestaram qualquer interesse em interpor. Após homologado e adjudicado, os licitantes ficam cientes de que terão o prazo de 05 dias para assinar os contratos, sendo que após a assinatura do contrato inicia o prazo para edificação. Nada mais havendo, encerrou-se a presente sessão.

PORTARIA Nº 174, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466161

PORTARIA Nº 174, de 05 de maio de 2020.

"NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 47, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor MARCOS ALEXANDRE AIRES CAVALHEIRO, para ocupar o Cargo de Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Grupo Ocupacional Direção Superior, a partir do dia 05 de maio de 2020.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público, o servidor ora nomeado fará jus ao subsídio fixado no art. 1º da Lei Municipal nº 776, de 27 de junho de 2016.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de maio de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 175, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466163

PORTARIA Nº 175, de 05 de maio de 2020.

"EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares protocolada pela servidora em 05 de maio de 2020;

RESOLVE:**Art. 1**

º EXONERAR a servidora municipal FERNANDA PATRICIA RAVARENA PAZ, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 05 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de maio de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

HOMOLOGAÇÃO 0065-2019

Publicação Nº 2465799

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA CNPJ: 95.993.085/0001-62 AV PADRE JOAO BOTERO, 485 C.E.P.: 89687-000 - Passos Maia - SC	CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nr.: 3/2019 - CA Processo Administrativo: 65/2019 Processo de Licitação: 65/2019 Data do Processo: 24/12/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LEOMAR ROBERTO LISTONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 65/2019
b) Licitação Nr.: 3/2019-CA
c) Modalidade: Concorrência para Alienação
d) Data Homologação: 04/05/2020
e) Objeto da Licitação: Doação com encargos dos imóveis registrados no Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada/SC sob as matrículas nº 10.200, 10.201, 10.202, 10.204, 10.205, 10.210, 10.214, 10.218, 10.220, 10.221, 10.223, 10.225, 10.226, e 10.227, localizados no Loteamento Popular Nilde Bresciani II, aprovado pelo Decreto nº 368, de 16 de julho de 2015, em área declarada de interesse social por meio da Lei nº 721, de 28 de novembro de 2013, alienação autorizada pela Lei Complementar nº 060/2019, para construção

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 004750 - ADRIANO VARGAS	1	0,0000	5,18
- 004085 - CLOVERSON ALEX PEROZA	1	0,0000	3,72
- 003897 - ELIZEIA DEF. PEREIRA CRUZ	1	0,0000	5,80
- 004748 - GENOEFA VALIN T DA ROCHA BUENO	1	0,0000	5,60
- 004752 - GILBERTO PALHANO DE FREITAS	1	0,0000	2,94
- 004747 - IZABEL DOMINGUES PIASSA	1	0,0000	0,67
- 004751 - LEOCIR TELES DOS SANTOS	1	0,0000	7,34
- 004749 - LUIZ CAVALHEIRO DOS SANTOS	1	0,0000	2,91
- 004700 - MARCIELI ANTUNES DE LARA	1	0,0000	1,44
- 001716 - ROSELIR MIRANDA	1	0,0000	7,34
- 004753 - SIMARA SANTOS DE LIMA OLIVEIRA	1	0,0000	6,06
- 004701 - VANDRIELI SIQUEIRA DA SILVA	1	0,0000	3,53
	<u>12</u>		<u>52,53</u>

Passos Maia, 4 de Maio de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

Penha

PREFEITURA

ATA 003/2020 FMAS

Publicação Nº 2465712

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019 - FMAS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 - FMAS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 003.993.599-07, RG nº 3.642.096, residente e domiciliado à Rua Maria Francelina Flores, nº.43 Gravata, Penha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, estabelecida à Rua Nilo Anastacio Vieira, nº 1950, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.417.394/0001-10, telefone (47) 3345-8831, representada, neste ato pelo Sr. Osmar Orlandi Junior, CPF sob o nº 630.057.351-68, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 004/2019 - PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e eletroeletrônico para atender necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município, conforme solicitação nº 147/2019, anexa ao Processo, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para os itens encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser fornecido de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QT.	UN	VALOR Un. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
09	Mesa em "L" com tampo constituído em MDF de 25 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda que acompanha todo o contorno da tampo é de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm. Dotado com 1 passa cabo de diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. Painéis frontais em madeira MDF de 15 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas horizontais com acabamento em fita de PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Pés Metálicos com acabamento em pintura epoxi pó na cor preta. Com sapatas niveladoras de altura, em PVC rígido. Pé Central, fabricado com tubo de 3 Polegadas de -, com espessura de 1,06mm, utilizando ponteira inferior com regulagem de altura. Dimensões: 1900 LARG/1700 LARG X 700PROF X 740ALTURA	MSI INDUSTRIA	3	Un	R\$ 770,00	R\$ 2.310,00
	TOTAL					R\$ 2.310,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O proponente contratado deverá entregar os produtos de forma parcelada, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos no prazo de até 20 (vinte) dias, por meio de solicitação da Secretaria requisitante.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, em seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data de entrega dos produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus todo ou parte do objeto entregue pela mesma, no prazo de até 5 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos produtos, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas,

perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica devidamente aceita, juntamente com a certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 30 (trinta) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2019 da Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 31 de Janeiro de 2020.

NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO OSMAR ORLANDI JUNIOR ME

Gesto Do Fundo Municipal De

Assistência Social Osmar Orlandi Junior

Contratante Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

ATA 004/2020 FMAS

Publicação Nº 2465763

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019 - FMAS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 - FMAS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 003.993.599-07, RG nº 3.642.096, residente e domiciliado à Rua Maria Francelina Flores, nº.43 Gravata, Penha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA ME, estabelecida à Rua Arnaldo Passos, nº 248, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.060.647/0001-50, telefone (47) 3065-5503, representada, neste ato pelo Sra. Izabel Cristina Meurer de Souza, CPF sob o nº 572.768.209-63, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 004/2019 - PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e eletroeletrônico para atender necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município, conforme solicitação nº 147/2019, anexa ao Processo, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para os itens encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser fornecido de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QT.	UN	VALOR Un. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	Forno elétrico com capacidade para 46 litros. Com botão seletor de temperatura de 90°C a 230°C. Botão seletor de funções: aquecimento superior, inferior e superior + inferior. Botão Timer de 90 minutos com sinal sonoro. Luz indicadora de funcionamento. Acompanha grelha deslizante. Porta em vidro temperado. Função Dourar. Com 2 resistências, uma superior e uma inferior para distribuir melhor o calor. Composição: Metal. Com selo de segurança do Inmetro. 220V. Consumo de energia (kW/h) 1,5 Cor preto/prata Potência (W) 1500 Tensão/Voltagem 110V 220V. Dimensões internas do forno em cm (AxLxP): 26,2x42,2x38,5. Acompanha grelha com as seguintes medidas da grelha em cm (LxP): 41,6x315. Assistência técnica regional. Garantia de 12 meses.	PHILCO	1	Un	R\$ 610,00	R\$ 610,00
05	No-break XNB 720va 6 tomadas bivolt Fornece proteção e autonomia para seus equipamentos de áudio, vídeo, informática, segurança e telecomunicação. Possui sistema inteligente de estabilização de rede, 6 níveis de proteção que vão garantir a integridade dos aparelhos. Possui bateria interna que fornece energia extra mantendo os equipamentos ligados mesmo na ausência ou queda de energia elétrica.	INTELBRAS	1	Un	R\$ 528,90	R\$ 528,90
	TOTAL					R\$ 1.138,90

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O proponente contratado deverá entregar os produtos de forma parcelada, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos no prazo de até 20 (vinte) dias, por meio de solicitação da Secretaria requisitante.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas

as condições fixadas neste instrumento, em seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data de entrega dos produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus todo ou parte do objeto entregue pela mesma, no prazo de até 5 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos produtos, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica devidamente aceita, juntamente com a certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 30 (trinta) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir

suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2019 da Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 31 de Janeiro de 2020.

NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA ME

Gesto Do Fundo Municipal De

Assistência Social Izabel Cristina Meurer de Souza

Contratante Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

CONTRATO Nº 16/2020 - FMS

Publicação Nº 2465401

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA BARTHOLO CONFECÇÕES LTDA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÁSCARAS REUTILIZÁVEIS PARA OS AGENTES DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO DIARIAMENTE CONTRA O CORONAVÍRUS, DECRETO MUNICIPAL Nº 3506 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO Nº 016/2020 - FMS de 27/04/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020 - FMS

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2020

HOMOLOGADO EM 27/04/2020

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa BARTHOLO CONFECÇÕES LTDA, estabelecida à Rua Inácio Francisco de Souza, nº 504, Bairro Armação, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.231.012/0001-10, CEP: 88.385-000, representada neste ato pela Sr.^a. JANE APARECIDA

BARTHOLO FIGUEREDO MOLIN, inscrito no CPF sob o nº 018.037.369-25, representante da empresa (contrato social em anexo), residente à Rua Inácio Francisco de Souza, nº 504, Bairro Armação, na cidade de Penha/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Estadual 515/2020 e Decretos Municipais 3506/2020, 3507/2020 e 3508/2020 como meio de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), Justificativa e Solicitação nº 342/2020 da Secretaria de Saúde do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O OBJETO: Contratação da Empresa BARTHOLO CONFECÇÕES LTDA, para aquisição de máscaras reutilizáveis para os agentes de saúde que estão trabalhando diariamente contra o coronavírus, decreto municipal nº 3506 de 16 de março de 2020, objetivando atender à solicitação nº 342/2020 da Secretaria de Saúde.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	MÁSCARA NÃO ESTERILIZADAS, REUTILIZÁVEIS, COR BRANCA, LAVÁVEIS, COM DUAS CAMADAS DE TECIDO, TENDO EM SUA COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO ORGÂNICO E 50% DE POLIÉSTER EXTRAÍDO DE GARRAFA PET.	Unidade	1.800	R\$ 2,65	R\$ 4.770,00

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 4.770,00 (Quatro mil setecentos e setenta reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - Os pagamentos serão realizados por meio de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica);

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

5 Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

6 Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

7 Dotação: 20.01.2.112.3.3.90.28.00.00.00 (106/2020)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que fornecido os objetos contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, iniciar o fornecimento dos materiais, objeto deste instrumento, após recebimento de Autorização de Fornecimento e ou assinatura da Ordem de Serviço emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir a perfeita execução do contrato, não sendo aceito aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento, eficiência e qualidade dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos materiais, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de pessoal, materiais ou equipamentos que sejam necessários à entrega dos materiais não poderão ser alegadas como motivo de força maior para o atraso, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10- As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11- Caso a vencedora venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12- O fornecimento dos materiais contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Saúde, a quem caberá fiscalização com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14- Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17- Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19- As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 27 de Abril de 2020.

SÉRGIO DE MELLO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

BARTHOLO CONFECÇÕES LTDA

JANE APARECIDA BARTHOLO FIGUEREDO M.

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO A. CRIVELTTI

Controle Interno

Matricula nº 11230

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO A. CRIVELTTI

Controle Interno

Matricula nº 11230

CONVOCAÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR 7º

Publicação Nº 2466428

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PENHA/SC

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para apresentação dos documentos no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 08/05/2020, das 12:00 às 17:30 horas.

Cargo: CONSELHEIRO (a) TUTELAR - (2º SUPLENTE)

COLOCAÇÃO NOME
07º. WILSON MISTURA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

Penha/SC, 05 de maio de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro:



Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL**ATA 10ª REUNIÃO ORD. 30.03.2020**

Publicação Nº 2465864

Ata da 10ª reunião Ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária anula da 4ª sessão legislativa da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos trinta dias do mês de março de 2020. Ausente os Vereadores Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Joaquim Antônio Costa Júnior e Maurício da Costa, dispensados por fazerem parte do grupo de risco do COVID-19. Presentes os demais Senhores Vereadores, após conferência de estarem devidamente protegidos pelo uso de máscaras, álcool gel e afastamento devido, havendo o quórum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno determinando a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 106 e 107/2020 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 108/2020 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 109 e 110/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 111 e 112/2020 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 113/2020 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO e Nº 114/2020 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Tramitaram os PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - Nº 32/2020 do Vereador EVERALDO DAL POSSO: solicita informações diversas sobre parceria entre a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e a CELESC para a poda das árvores, recolhimento e descarte dos resíduos originados das podas das árvores que colocam a fiação e distribuição de energia elétrica em risco. Nº 33/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA: solicita informações diversas sobre o COVID-19 e pessoas em situação de vulnerabilidade, como moradores de ruas e outros. Nº 34/2020 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD: solicita informações diversas quanto a situações decorrente da suspensão das aulas por 30 dias nas Unidades de Ensino, em virtude das medidas de prevenção ao Coronavírus. Nº 35/2020 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO: solicita informações diversas quanto a quedas de energia constantes na Rua Gervásio João Felício do Bairro Santa Lídia, que precisa com urgência da troca da rede elétrica existente e ampliação e extensão da mesma. Nº 36/2020 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: solicitando informações diversas quanto Ambulatório para o cuidado ao paciente ostomizado para o atendimento ao paciente pós cirúrgico e troca das bolsas Ostomizados bem como o acompanhamento à domicílio. REQUERIMENTOS: Nº 13/2020 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO, como Presidente da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final, solicita prorrogação de prazo para análise e emissão de parecer do Projeto de Lei nº 10/2020, de autoria do Vereador Luiz Américo Pereira. Nº 14/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA: Votos de Pesar aos familiares do ilustre Senhor Domingos (in memoriam). Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 23/2020 da Vereadora Regiane Aparecida Severino, que: "INSTITUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PENHA A "SEMANA MUNICIPAL DE ATENÇÃO AO IDOSO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 24/2020 da Vereadora Regiane Aparecida Severino, que: "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXISTÊNCIA DE UMA CADEIRA DE RODAS EM CADA AGÊNCIA BANCÁRIA NO MUNICÍPIO DE PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 25/2020 da Vereadora Regiane Aparecida Severino, que: "INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PENHA A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DIABETES, A SER COMEMORADA ANUALMENTE DE 14 A 21 DE NOVEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".- Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 26/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE VISTORIAS REALIZADAS EM EQUIPAMENTOS URBANOS NO SÍTIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 27/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE SERVIÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "FICA VEDADA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU FUNÇÕES GRATIFICADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PENHA DE PESSOAS ESPECIFICADAS E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 9/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, NO SÍTIO OFICIAL DO MUNICÍPIO". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 14/2020 do Vereador Everaldo Dal Posso, que: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO QUILOMBO - AMAQ". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 20/2020 do Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior, que: "ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 2228/2008". Devido a situação de quarentena, prezando pela celeridade da reunião, os vereadores dispensaram o pronunciamento em tribuna nesta reunião no Grande Expediente, passando à Ordem do Dia. De acordo com Art. 182 do R.I. Em discussão e votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 9/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, NO SÍTIO OFICIAL DO MUNICÍPIO". APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Em discussão e votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 14/2020 do Vereador Everaldo Dal Posso, que: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO QUILOMBO - AMAQ". APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Em discussão e votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 20/2020 do Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior, que: "ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 2228/2008". APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Ao final da reunião, o Presidente abriu espaço para que os vereadores pudessem fazer seu comentário sobre a situação do CORONA VIRUS. A Vereadora Maria Juraci Alexandrino manifestou-se falando da necessidade de pensar nas pessoas nesse momento de crise, e juntos com a sociedade civil e Poder Executivo em busca de medidas que venham atender as necessidades do povo penhense, citando como exemplo as barreiras sanitárias e praias monitoradas que estão protegendo a nossa população, cartão de débito no valor de 100 reais para 2000 famílias cadastradas e cancelamento das festividades do aniversário do Município. Prezando pela celeridade da reunião, o Exmo. Sr. Presidente encerrou a presente reunião, convocando a próxima para o dia 06 de abril em seu horário habitual. Nada mais havendo a relatar foi lavrada a presente ata, que após aprovada será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário. Plenário expedicionário Tenente Milton Fonseca, 30 de março de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA
Presidente

ATA 11ª REUNIÃO ORD. 06.04.2020

Publicação Nº 2465871

Ata da 11ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Sessão Legislativa anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos seis de abril de 2020. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão, sendo a ata apresentada a todos antecipadamente, o excelentíssimo senhor presidente colocou a ata em votação a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 115/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 116/2020 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 117/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 118/2020 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 119/2020 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 120/2020 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 121/2020 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO Nº 37/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA: solicitando informações sobre as medidas que estão sendo realizadas para conter o contágio do Coronavírus (Covid-19) na Cidade de Penha. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 29/2020 do Vereador Jesuel Francisco Capela, que: "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CORTE DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA, POR FALTA DE PAGAMENTO, NO PERÍODO QUE ESPECIFICA EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID - 19, NOVO CORONAVÍRUS, NO MUNICÍPIO DE PENHA". - Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 30/2020 do Vereador Jesuel Francisco Capela, que: "INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DOS CONTADORES DE HISTÓRIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA" NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO". - Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 31/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DE COBRANÇA TRIBUTÁRIA E AS MEDIDAS NO SETOR ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO NO MUNICÍPIO DE PENHA, NO QUE TANGE AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTES DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 32/2020 da Vereadora Regiane Aparecida Severino, que: "DETERMINA PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS NO ÂMBITO DA REDE DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS ACERCA DO COVID-19 (CORONAVÍRUS) NO MUNICÍPIO DE PENHA". - Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 33/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE INFORMAÇÕES DAS LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 34/2020 do Vereador Jesuel Francisco Capela, que: "INSTITUI FORNECIMENTO DE DISPOSITIVO MÓVEL DE SEGURANÇA PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 5/2020 do Vereador Silas Renato Antonietti, que: "INSTITUI POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA NA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU". - Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 8/2020 do Vereador Maurício Olívio Brockveld, que: "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE CUIDADOS PALIATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 31/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "Dispõe sobre a flexibilização de cobrança tributária e as medidas no setor Administrativo fazendário no Município de Penha, no que tange ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do novo Coronavírus (covid-19), e dá outras providências". Em seguida passou-se a Ordem do Dia de acordo com o Art. 182 R.I. Após análise e parecer favorável das comissões legislativas permanentes, entrou em votação o Projeto de Lei Ordinária nº 5/2020 do Vereador Silas Renato Antonietti, que: "INSTITUI POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA NA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU", aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 8/2020 do Vereador Maurício Olívio Brockveld, que: "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE CUIDADOS PALIATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 31/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "Dispõe sobre a flexibilização de cobrança tributária e as medidas no setor Administrativo fazendário no Município de Penha, no que tange ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do novo Coronavírus (covid-19), e dá outras providências", aprovado por unanimidade. - Ao final das votações, o Vereador Jesuel Francisco Capela solicitou envio de Moção conjunta de todos os vereadores externando pesar pelo falecimento da D. Lucinha, esposa do Sr. Claudio Bersi de Souza. O Presidente Isac com pesar, registrou também o falecimento da dona Cida, da praia de São Miguel. O vereador Maurício Olívio Brockveld abordou a solicitação da ver. Maria Juraci Alexandrino, sobre a possibilidade de gratificação aos agentes comunitárias de saúde, pedindo também que seja distribuído equipamento de proteção individual para as mesmas. O Vereador Luiz Américo Pereira registrou seu pedido de entrega do kit pescador neste período aos pescadores artesanais. O Vereador Maurício da Costa parabenizou o funcionário Renato pela organização desta reunião remota. Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Presidente Isac Hamilton da Costa agradeceu a participação de todos e encerrou a presente reunião convocando a próxima reunião ordinária para o dia 13 de abril do corrente, em seu horário habitual.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 06 de abril de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA
PresidenteJOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
1º Secretário**ATA 12ª REUNIÃO ORD. 13.04.2020**

Publicação Nº 2465873

Ata da 12ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão legislativa ordinária anual da 4ª sessão legislativa 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada de forma remota por videoconferência, aos treze dias do mês de abril de 2020, com a participação de todos os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno, foi colocada em discussão e votação a Ata anterior, já disponibilizada para análise dos senhores vereadores, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 122 e 124/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 123/2020 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 125 e 126/2020 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. REQUERIMENTOS: Nº 15/2020 dos Vereadores JESUEL FRANCISCO CAPELA e MARIA JURACI ALEXANDRINO: Votos de Pesar em nome de todos os vereadores à Família da Dona Lucinha (in memoriam). PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 38/2020 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA: solicito as informações como o relatório das ações de vigilância voltadas ao controle vetorial para evitar a

transmissão de dengue febre de Chikungunya e Zika vírus e relatório dos recursos destinados ao combate desta endemia. Nº 39/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA: requer informações diversas quanto a critérios utilizados no cadastramento de solicitação de benefício de 100,00 devido a pandemia, lista da entrega do benefício e a lista de quem não compareceu, solicitando as devidas cópias. Foram disponibilizados para leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 35/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, que: "INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PENHA A SEMANA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE A SAÚDE DO HOMEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Projeto de Lei Ordinária nº 36/2020 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA, que: "DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES RECEBIDAS PELO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - Projeto de Lei Ordinária nº 37/2020 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, que: "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DA CARDENETA DA VACINAÇÃO NO ATO DA MATRÍCULA PARA ATLETAS QUE PARTICIPAM DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E DAS ESCOLAS ESPORTIVAS PARTICULARES DO MUNICÍPIO DE PENHA". Emenda nº 1 da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Executivo, que: EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 02/2020, DO EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" da Emenda nº 2 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino ao Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Executivo, que: EMENDA MODIFICATIVA O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 02/2020, DO EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 12/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS DADOS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Executivo, que: EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 02/2020, DO EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes a Emenda nº 2 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino ao Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Executivo, que: EMENDA MODIFICATIVA O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 02/2020, DO EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Poder Executivo que: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Devido ao tempo da reunião remota, passando-se à Ordem do Dia - Art. 182 R.I. Em Discussão e Votação Única o Projeto de Lei Ordinária nº 12/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS DADOS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". APROVADO POR UNANIMIDADE Em Discussão e Votação Única a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Executivo, que: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". APROVADO POR UNANIMIDADE. Em Discussão e Votação Única a Emenda nº 2 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino ao Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Executivo, que: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", APROVADO POR UNANIMIDADE. Em Discussão e Votação Única o Projeto de Lei Ordinária nº 2/2020 do Poder Executivo que: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". APROVADO POR UNANIMIDADE. Havendo tempo hábil ainda após o término da Ordem do Dia, o Exmo. Sr. presidente disponibilizou a palavra para manifestação dos Senhores Vereadores. O Vereador Jesuel Francisco Capela usou a palavra abordando o cadastro para receber o auxílio de cem reais, concedido pelo Poder Executivo às famílias carentes do Município, expondo ter sido também o assunto do seu pedido de informação, indagando ao prefeito a possibilidade de ampliar este benefício para contemplar mais mil famílias carentes. Em seguida manifestou-se o Vereador Maurício Olívio Brockveld sobre um vídeo exposto em sedes sociais, afirmando que famílias que não precisam deste benefício, acabaram por recebe-lo, situação esta que a bancada do governo prontamente buscou esclarecer, e após averiguação, caso fique constatada a veracidade desta ação indevida, o caso será levado ao Ministério Público para providências cabíveis, inclusive com o ressarcimento do valor para ser destinado a quem realmente precisa. A Vereadora Maria Juraci prosseguindo no assunto, contribuiu afirmando ser esta uma situação muito séria, e como vereadores, não podem fazer julgamentos prévios sem as devidas provas, motivo pela qual a situação está sendo averiguada. Também o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho contribuiu salientando a importância de se buscar a veracidade dos fatos para que sejam tomadas as medidas cabíveis e destinar o valor às famílias carentes que não conseguiram se cadastrar para receber este benefício. A Vereadora Regiane Aparecida Severino, continuando sobre o ofício encaminhado buscando averiguação desta situação denunciada em vídeo pela Senhora Daiane do Bairro Santa Lídia, pediu também que a Secretaria de Assistência Social se manifeste sobre o caso, pois muitas famílias carentes estão necessitadas neste período de isolamento social. Em seguida o Vereador Everaldo Dal posso contribuiu sobre o auxílio concedido, citando que a seu ver os critérios de cadastro deveriam ter sido mais rigorosos, iniciando por quem já recebe o bolsa família. Parabenizou a iniciativa da bancada em buscar averiguar a situação e também aos dirigentes do Beira Mar, que arrecadaram cerca de 90 cestas básicas e produtos de limpeza que foram distribuídas às famílias carentes nesta páscoa. O Vereador Luiz Américo Pereira registrou que foi procurado por funcionários do P.A., relatando que não receberam o merecido adicional noturno, pedindo a atenção do Secretário Municipal de Saúde. Finalizando, o Presidente Isac Hamilton da Costa reivindicou ao Executivo a solicitação dos pescadores da Praia de São Miguel que aguardam recuperação dos danos causados pela ressaca. Em seguida agradeceu a participação de todos e convocou a próxima reunião para quarta-feira, dia vinte e dois de abril devido ao feriado do dia 21, em seu horário habitual. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 13 de abril de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA
Presidente

JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
1º Secretário

ATA 13ª REUNIÃO ORD. 22.04.2020

Publicação Nº 2465876

Ata da 13ª Reunião da 1ª sessão Legislativa ordinária anual da 4ª sessão legislativa da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada remotamente por videoconferência aos vinte e dois de abril de 2020 devido a pandemia COVID_19. Constatada a participação de todos os Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno, com a discussão e votação da Ata anterior já disponibilizada para análise anteriormente, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 127 e 128/2020 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 129 e 132/2020 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 130/2020 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 131 e 133/2020 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Tramitaram e foram disponibilizadas anteriormente aos Senhores Vereadores, as seguintes proposições do Projeto de Lei Ordinária Nº 38/2020 dos Vereadores Everaldo Dal Posso, Luiz Américo Pereira e Maurício da Costa, que: "Proíbe o uso de equipamentos "Bate Estaca" no município de Penha e dá outras providências". Projeto de Lei Ordinária Nº 39/2020 da Vereadora Regiane Aparecida Severino, que: "Institui na Rede Pública Municipal de Saúde o Programa de Prevenção e Tratamento contra o Câncer de Colo de Útero, e dá outras providências". Projeto de Lei Ordinária Nº 40/2020 do Vereador Jesuel Francisco Capela, que: "Isenta do pagamento de Imposto Predial, Territorial e Urbano (IPTU) imóveis que possuam em seu interior Áreas de Preservação Permanente, Relevante Interesse Ecológico, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Cobertas por Floresta Nativas". - Projeto de Lei Ordinária Nº 41/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "Dispõe sobre Arrecadação Tributária Municipal e dá outras providências". Veto Total do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária Nº 05/2020 do Vereador Silas Renato Antoniotti, que: "Institui política de transparência na cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU". Veto Total do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária Nº 09/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "Dispõe sobre a divulgação da programação diária dos serviços prestados pela secretaria municipal de serviços urbanos, no sítio oficial do município". Veto Total do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária Nº 31/2020 do Vereador Luiz Américo Pereira, que: "Dispõe sobre a flexibilização de cobrança tributária e as medidas no setor Administrativo fazendário no Município de Penha, no que tange ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do novo Coronavírus (covid-19), e dá outras providências". Projeto de Lei Ordinária Nº 07/2020 do Poder Executivo, que: "Altera a redação do artigo 1º da Lei Nº 281/1973, que denomina Ruas no município de Penha e dá outras providências". Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 13/2020 do Vereador Isac Hamilton da Costa, que: "Altera a Lei 1886/2002 que dispõe sobre atendimento prioritário na rede pública de saúde de Penha". Parecer Contrário da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Nº 29/2020 do Vereador Jesuel Francisco Capela, que: "Dispõe sobre a proibição do corte do fornecimento dos serviços de água e energia elétrica, por falta de pagamento, no período que especifica em razão da pandemia de COVID-19, novo coronavírus, no município de Penha". Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 32/2020 da Vereadora Regiane Aparecida Severino, que: "Determina procedimentos estratégicos no âmbito da rede de escolas públicas municipais acerca do COVID-19 (coronavírus) no município de Penha". Ao final, o Presidente Isac Hamilton da Costa informou que o duodécimo solicitado ao Poder Executivo este mês, foi reduzido em cinquenta mil reais, conforme acordado entre os Senhores Vereadores possibilitando eu esse valor seja destinado ao combate do COVID- 19 em Penha. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia - Art. 182 R.I., em discussão e Votação Única o Parecer Contrário da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Nº 29/2020 do Vereador Jesuel Francisco Capela, que: "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CORTE DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA, POR FALTA DE PAGAMENTO, NO PERÍODO QUE ESPECIFICA EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID-19, NOVO CORONAVÍRUS, NO MUNICÍPIO DE PENHA, sendo REJEITADO O PARECER CONTRÁRIO POR UNANIMIDADE, retornando o Projeto para tramitação. Entrando em Discussão e Votação Única o Projeto de Lei Ordinária nº 13/2020 do Vereador Isac Hamilton da Costa, que: "ALTERA A LEI 1886/2002 QUE DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DE PENHA". APROVADO POR UNANIMIDADE. Em Discussão e Votação Única o Projeto de Lei Ordinária Nº 32/2020 da Vereadora Regiane Aparecida Severino, que: "DETERMINA PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS NO ÂMBITO DA REDE DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS ACERCA DO COVID-19 (CORONAVÍRUS) NO MUNICÍPIO DE PENHA". APROVADO POR UNANIMIDADE. Devido ao tempo, havendo pouco tempo para manifestações pessoais por parte dos Senhores Vereadores, apenas a Vereadora Maria Juraci Alexandrino informou a destinação de recursos no valor de setecentos e cinquenta mil reais do Deputado Carlos Chiodini e Deputado Celso Maldaner, no valor de cento e vinte mil reais, destinados a saúde do Município fruto da luta dos vereadores da bancada do MDB. O Vereador Jesuel informou que na data de hoje levou mais materiais para a Assistência Social confeccionar máscaras e estão precisando de mais materiais, pedindo ao povo que contribua também. Em seguida, o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a presente reunião convocando a próxima para o dia 27 de abril do corrente, segunda-feira sem eu horário habitual. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 22 de abril de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA
Presidente

JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
1º Secretário

ATA 1ª REUNIÃO EXT. 04.04.2020

Publicação Nº 2465868

Ata da 1ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada remotamente por videoconferência devido a quarentena docovid-19 aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte. Sendo a ata apresentada a todos o excelentíssimo senhor presidente colocou a ata em votação a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou -se a ordem do dia de acordo com o art. 182 do regimento interno. Após a análise e parecer favorável das comissões legislativas permanentes, entrou em votação o projeto de lei complementar número 022020 do executivo enviado em regime de urgência, que trata da concessão de auxílio emergencial para família de baixa renda no valor de R\$100,00. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, excelentíssimo senhor presidente Isac Hamilton da Costa agradeceu a participação de todos e encerrou a presente reunião convocando a próxima reunião ordinária para o dia 06 de abril do corrente, em seu horário habitual. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 04 de abril de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA
Presidente

JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
1º Secretário

ATA SESSÃO SOLENE DIA DA MULHER 16.03.2020

Publicação Nº 2465859

Ata da Solenidade em homenagem as mulheres, da 4ª sessão legislativa da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede às vinte horas aos dezesseis dias do mês de março de 2020. A mestre de Cerimônias fez a chamada dos Vereadores para compor a Mesa dos Trabalhos, passando em seguida a condução dos trabalhos ao Exmo. Sr. Presidente Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, que cumprimentando aos presentes, fez breve discurso homenageando a todas as mulheres e solicitou um minuto de silêncio em homenagem póstuma às mulheres que perderam suas vidas em decorrência da violência. Em seguida, declarou oficialmente aberta a presente solenidade com a execução do hino nacional. Ato contínuo, o presidente convidou a Psicóloga Zadir Francisco que pronunciou-se sobre a mulher na atualidade, seguida do Pastor João registrando sua mensagem às mulheres. Em seguida o Exmo. Sr. Presidente convidou aos presentes para apreciarem a exibição do vídeo alusivo à esta homenagem. Em seguida, passou a palavra ao Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho para registro de sua mensagem as mulheres, em especial sua homenageada Senhora Inês Zimmermann Schmitz. Ato contínuo, foi cedida a palavra ao Vereador Luiz Américo Pereira que homenageou a Senhora Sônia Severino. Seguido da Vereadora Maria Juraci Alexandrino que homenageou a Senhora Antônia Rosa Pereira. Vereador Maurício da Costa que homenageou a Senhora Regiane Carolina Pereira Basso. Vereadora Regiane Aparecida Severino que homenageou a Senhora Zuleide Bortolato Germano. Em seguida, pronunciou-se o Vereador Silas Renato Antonietti homenageando em especial a senhora Cleide Scapini, sua indicada. Vereador Everaldo Dal Posso homenageando a Senhora Jorda Lima Rosa Pinto. Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior homenageando a Senhora Celina Maria Pereira. Vereador Jesuel Francisco Capela e sua homenageada Adriana Bonadimann. Em seguida foi passada a palavra ao Vice Prefeito Lindomar Ezier Schulle Filho que fez breve homenagem as mulheres. Passando a Presidência ao Vice Presidente Jesuel Francisco Capela, o Presidente Isac Hamilton da Costa usou a tribuna para externar sua admiração pelas mulheres homenageando sua força e determinação, em especial sua homenageada Flávia Marcelino Porto. Fazendo a homenagem também às funcionárias da Câmara, o Vice Presidente Jesuel Francisco Capela passou a palavra ao Presidente Isac que também externou sua homenagem às servidoras. Prosseguindo a solenidade, a Mestre de Cerimônias convidou as homenageadas para individualmente receberem a placa alusiva a homenagem das mãos do respectivo vereador que a indicou para este momento. Registra-se que foram também indicadas a Senhora Rosa Maria Santana Custódio, indicada da Mesa Diretora e Senhora Irene Damásio indicada do Vereador Maurício Olívio Brockveld. O Vereador Everaldo Dal Posso, chamou sua Esposa ao centro do plenário para também homenageá-la. Nada mais havendo, o Exmo Sr. Presidente solicitou a execução do Hino de Amor à Penha, e em seguida, convidou os presentes a reunirem-se no Centro do plenário para registro fotográfico deste momento e em seguida convidou a todos para coquetel de confraternização. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 16 de março de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA
Presidente

JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
1º Secretário

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 09/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 - FMS

Publicação Nº 2466168

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - FMS

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 09/2020 – Dispensa de Licitação nº 02/2020 - FMS

Objeto: A contratação de empresa especializada para fornecimento de conjunto de túnica manga longa, confeccionados em tecido de algodão, destinados aos servidores internos da Secretaria Municipal de Saúde de Peritiba, que estão trabalhando na linha de frente na pandemia do COVID-19.

Dados do Contrato: Contrato nº 08/2020 / Contratado: EDITH GERTRUD PETTER 67508677900 - CNPJ sob o nº 24.612.486/0001-87 - Data do Contrato: 05/05/2020 - Valor do Contrato: R\$ 2.983,50 (Dois mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666, Artigo 24, inciso II. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 05 de maio de 2020.

GRACIELI DENISE WUADEN
Secretária de Saúde e Bem Estar Social

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 27/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

Publicação Nº 2466166

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 27/2020 – Pregão Presencial nº 16/2020.

Objeto: Aquisição de materiais de construção diversos para reforma do porão do Centro de Convivência dos Idosos, onde acontecerá o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes, calçada da praça Zaira Poletto e reforma de pontes, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, até às 14h15 do dia 20/05/2020.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h30 do dia 20/05/2020.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 05 de maio de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2020 - FMS - 1º ADITIVO A ATA 08/2020 - FMS

Publicação Nº 2465393

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBAATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA Nº 08/2020PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA**, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Frei Bonifácio esquina com a Rua Senador Nereu Ramos, nº 187, Bairro Centro – Peritiba/SC, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua titular a Senhora **GRACIELI DENISE WUADEN**, Secretária de Saúde e Bem Estar Social, inscrita no CPF nº 092.660.699-90, de acordo Lei Federal nº 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº **08/2019, RESOLVE**, registrar o preço da empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rodovia BR 480, nº 795, Centro, Barão de Cotegipe – RS., CEP 99740-000, inscrita no CNPJ nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada por seu representante legal o Senhor **LUIZ EDUARDO RAZZIA GIACOMEL**, portador da Carteira de Identidade nº 2088025172 e CPF nº 027.189.970-01, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Suprimir da ata de registro de preços original o item nº 199, a pedido da empresa, pela impossibilidade de fornecimento do item caso este seja solicitado pelo município, devido à suspensão da importação de matéria prima pela ANVISA, dessa forma, os laboratórios não estão mais produzindo este item, conforme a tabela abaixo:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	R\$ Unt.	R\$ Total
199	3.000	COMP	12229 - Ranitidina 150mg	CIMED	0,098	294,00
					Total	294,00

1.2. Sendo que o valor suprimido ficou em **R\$ 294,00** (Duzentos e noventa e quatro reais).

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços nº 08/2020 permanecem inalteradas.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, SC., 06 de maio de 2020.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

GRACIELI DENISE WUADEN
Secretária de Saúde e Bem Estar Social
Contratante

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

DÂNDARA LUÍSA BAZZEI
Testemunha

LIZIANE TROMBETTA
Fiscal do contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 83/2020 - 1º ADITIVO A ATA 45/2020

Publicação Nº 2465332



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA Nº 45/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **NEUSA KLEIN MARASCHINI**, inscrita no CPF sob número 825.056.329-87 no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº **09/2020**, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ de nº 11.499.653/0001-83, com sede à Rua Silvino Ciarini nº 257, sala 01, Edifício Negretti, Bairro Industriários, Concórdia, Santa Catarina, CEP 89.705-110, neste ato representada por sua Representante Legal a Senhora **DAIANE ROSA**, portadora da Carteira de Identidade nº 2.134.107 e CPF nº 949.233.889-00, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Suprimir da ata de registro de preços original o item nº 5, a pedido da empresa, pela impossibilidade de fornecimento do item caso este seja solicitado pelo município, devido a um erro de cotação de valores e conforme a tabela abaixo:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	R\$ Unt.	R\$ Total
5	322	UN	207 - Água sanitaria/alvejante perfumada com cloro 2 lt Água sanitária/alvejante perfumada, embalagem com 2 lts, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p., com registro na ANVISA.	QBOA	2,85	917,70
					Total	917,70

1.2. Sendo que o valor suprimido ficou em **R\$ 917,70** (Novecentos e dezessete reais e setenta centavos).

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços nº 45/2020 permanecem inalteradas.

Município de Peritiba, SC., 04 de maio de 2020.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Contratada

DÂNDARA LUISA BAZZEI
Testemunha

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA
Fiscal do Contrato

FABIANO LUIZ RIFFEL
Fiscal do Contrato

GRACIELI DENISE WUADEN
Fiscal do Contrato

IZABEL CRISTINA BOURSCHEIDT
Fiscal do Contrato

LUANA CAROLINA SCHARDONG
Fiscal do Contrato

LUCIANA NILSON
Fiscal do Contrato

MARLENE KLEIN
Fiscal do Contrato

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Fiscal do Contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



Pescaria Brava

PREFEITURA

PORTARIA N.079/2020

Publicação Nº 2465543



ESTADO DE SANTA CATARINA Município de PESCARIA BRAVA

PORTARIA N.079/2020

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO os ditames do art. 3 do Decreto Municipal nº 525 de 07 de Abril de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 515, nº 525, 535 e 550 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a concessão de férias coletivas parciais ou antecipação de férias, nos termos do artigo 3º do Decreto Municipal nº 525 de 07 de Abril de 2020, pelo período de **06 de Abril a 15 de Abril de 2020**, com relação aos servidores constantes da listagem abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Selma Aparecida Mendes Marques

Lucia Neves e Silva

Tulyane da Rosa Izidoro

Gleyce Borges Cardoso

Liliane de Aguiar

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000
CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013
www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

Lucia Helena Luiz Cardoso

Suelen Venancio Celso

Rosiane Mariano Nunes Laurentino

Zulamar Borges Cardoso Luciano

Marli Zeferino dos Santos

Samara dos Santos Goulart

Dayane Moreira Venâncio Sachetti

Morgânia da Conceição Satiro

Elizete Mendes de Souza Nascimento

Elisangela Flores Florentino

Denise Nascimento dos Santos

Gabriela Looocks Firmiano

Adrielma Pereira

Jhenifer de Medeiros Baldoino

Patrícia da Rosa Costa

Maria Terezinha Costa de Souza

Caroline dos Santos Izidoro

Evilásia Moreira Eliseu

Beatriz de Souza

Denise Silveira Galarz

Vanderleia Fernandes de Souza de Araujo

Fernanda Medeiros Garcia Mussoi

Joice Mendes de Oliveira Henrique

Adriana Domingos Mendes

Isadora Masiero Mauricio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

Silvania Matias Flor

Sérgio Luiz Fernandes

Joice Cataneo Francisco

Ariane Aguiar dos Santosefe do setor de TFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Bruna da Rosa Correa Trilha

Edjane Nunes de Aguiar

Henrique Moritz Neto

Irian Vargas Ribeiro

Isabela Nola da Silva

Janilde Borges Fraga

Jhulio da Silva Costa Elibio

Maria das Dores Rodrigues Eleutério

Mario Ricardo Bongioiolo

Mateus Fernandes Correia

Valter Custodio da Silva Junior

Vanessa Mouro Danielski da Luz

Vitor Firmiano

GABINETE DO PREFEITO

Álvaro de oliveira Souza

Barbara Luiz Fernandes

Camila Cascaes Nunes

Camila Costa Maria Horácio

Jorge Espíndola

Milena de Souza Fidelis

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

Raquel Cardoso dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE

Bruno Garbelotto Madalena

Domingos Acordi

Gustavo Vieira Gomes

Jackson Barbosa Siqueira

Jairo Machado Margotti

João Vitor Silveira Eliseu

Jucemar de Bem Medeiros

Lourenço Luciano Mateus

Marcos Paulo Fernandes da Rosa

Monique de Oliveira Souza

Murilo Romagna Marcelino

Rubens Fernandes Borges

Samara dos Santos

SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Ângelo Flor Costa Junior

Jaildo de Medeiros Acordi

Jaime Correa Guarezi Junior

Manoel Goulart

Pedro Paulo Bernardo Maria

Samuel da Costa de Bem

Valdeci dos Santos Miguel

Valdeci Martins Evaristo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



Vera Lucia da Rosa

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Alberto da Silva

Ana Cristina Lino Medeiros

Leandro Francisco

Raquel Fernandes Costa da Silva

Renata Sachetti Germano

Renato Justino Borges

Sharlene Pedro Vidal - Assessora de Secretaria

ACTs - PROFESSORES ANOS INICIAIS

Ana Luiza Souza

Damarys Santana Francioni da Silva

Elaine Medeiros Sabino Costa

Fabíola Machado Camilo da Rosa

Indiana Caetano da Rosa Goulart

Josiane Vieira da Silva

Monielly Santos de Souza Nola

Sônia Pedro Leandro da Silva

Thayse Matias Borges

Vanessa Rodrigues Amaral

Vânia Balduino Pereira

Yasmyny Liana Costa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

ACTs - PROFESSORES ARTE

Adriana de Souza Vieira

Gislaine da Silva Martins Andrade

Paula Giovani de Assumpção Luz

Suziane Poluceno Viana

Valdety Garcia Policarpo

ACTs - AUXILIARES DE SERVIÇOS GERIAIS

Ana Lúcia dos Santos

Elizete Cardoso Manoel

Jacy Amélia de Souza

Janaína Portela Cardoso Pereira

Jucimara de Jesus Callegari Rodrigues

Laís Machado Corrêa

Laurete Nunes da Rosa

Lidiane Souza Venâncio Paranaguá

Luana Saturnino Martins

Maria Aparecida dos Santos Costa

Mariselma Firmino dos Santos Nascimento

Patrícia Gomes Figueiredo

Simone das Graças Gonsalves

Sirlei Teresinha Acordi Clarindo

Taise de Bittencourt de Souza

Viviane da Rosa Silva

ACTs - PROFESSORES CIÊNCIAS

Cristiane Mendonça Custódio

Daniela Balz Hara

Nicolas Firmiano Flores

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

DIRETORES

Cristina Ladislau Matias

Fernanda Pereira da Rosa

Graziane Francelino

Hilzete Felisberto Figueiredo

Karine Marques Goulart

Marcel Martins Guarezi

Maria José de Souza Florzino

Patrícia Fernandes

Renata Brunato de Freitas

Rosilda Mariano Marcondes Aguiar

Thaís Marques da Rosa

ACTs - PROFESSORES EDUCAÇÃO FÍSICA

Guilherme Preuss Berkembrock

Mateus Barreto Machado

Mikael da Rosa Fernandes

ACTs - PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra de Jesus Gomes

Aline Venâncio Crescêncio

Ana Paula de Souza

Bruna Freitas de Aguiar da Rosa

Cláudia Defrein Almeida

Daiane Kniess Corrêa Costa

Débora Fernandes Machado Mota

Drielle de Jesus Duarte

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

Edilena de Siqueira Antunes

Francine Oliveira Floriano

Gabriela Machado Fernandes

Giselle de Medeiros Souza Blasius

Itamara Rodrigues Corrêa

Jakeline Sabino Américo

Joice Carvalho Luiz

Júlia Freitas de Aguiar

Maiara Felisberto Matias

Sheyla da Silva de Abreu

Solange Moreira Alexandre

Suzana de Oliveira Bertolino Pacheco

Tauany Garcia do Amaral

Vanessa de Souza Acordi Calegari

Vanessa Eliseu Aguiar

ACTs - PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Edilane Perdoná Bressan

ACTs - PROFESSOR HISTÓRIA

Helena Nunes Rosa Dias

ACTs - PROFESSORES LÍNGUA INGLESA

Cristiane Cardoso Flor

Fernanda Defrein Almeida

Juliana Britz Vieira

Sabrina Mendes Firmiano

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

ACT - PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Talita Sabino Eliseu

ACTs - PROFESSORES MATEMÁTICA

Jaqueline Goulart Pereira

Murilo Martins Eliseu

ACTs - MONITORAS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Bruna Fernandes da Rosa

Claudete de Oliveira Silva

Gisleine Oliveira da Silva

Jayne Souza Dias

Lucimara da Rocha Firmino

Mariana Costa dos Santos

Taires Vieira Corrêa

Taise Cardoso

Tatiane Fernandes Arceno

ACTs - MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Alexsandro da Luz Vicente

Ezequiel Silveira Militão

Lázaro da Rocha Fogaça

Revelino Izidoro

Rogério Marcondes Correia

Eduardo Silva Marques

ACTs - PROFESSORES AUXILIARES

Adriana de Campos Andrade Albino

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

Alessandra Camilo Mendes

Andreza da Silva Teixeira

Diélen Cardoso Lidório

Elânia da Silva Barbosa

Indianara Borges Rodrigues

Larissy Nascimento Borges

Letícia Barreto Avelino

Luciana de Oliveira Vandrezen Barreto

Marita Machado Prudêncio

Patrícia Flor da Rocha

Sandra Cargnin Espíndula

Taise Vieira

EFETIVOS

AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS / MERENDEIRAS

Adriana Teixeira

Albani Júlio de Freitas Dias

Cheila Gomes Firmiano

Cleonice Menegalli Nandi da Rocha

Cristiane Oliveira Ramos

Elizabete Borges de Souza

Gislaine Roussenq da Lapa

Jorgiana Valessa Rodrigues Pinto

Josélia Gabriel de Medeiros

Maria Aparecida Mendes de Medeiros Correia

Maria da Glória Espindula de Carvalho

Maria de Fátima Nascimento Mendes

Michela Paschoal

Rosa de Souza Mariano

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

Rosângela Fernandes da Rosa Corrêa

Rosinete de Andrade Maciel

Rozilda Neves Nunes

Valéria Macedo Ribeiro

EFETIVOS

PROFESSORES - SECRETÁRIOS DE ESCOLA - ESPECIALISTAS

Almiro Pittigliani de Carvalho

Ana Paula Delfino Evaristo

Anelize Hubner da Silva

Carine Borges Cardoso

Cássia Regina Fermiano da Silva

Cenilma Marcondes Emiliano

Cristina da Silva Goulart

Edna de Souza Santos

Eliana Barcelos de Bem Silva

Elisângela Corrêa Cardoso de Aguiar

Eliziane Feliciano Machado

Giane Souza da Conceição Julião

Giselli da Lapa Nunes Costa

Janete Paz de Oliveira

Jeovânia Nascimento dos Santos

José Alberto Teles Silveira

Joyce Santana Rosa Marion

Jusânia Aparecida Dalazen Albino

Lenita da Cruz

Marcelo Nascimento Mendes

Márcia de Medeiros

Maria Aparecida Cardoso

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de PESCARIA BRAVA

Maria Teresa Kniess Trilha

Mariléa Souza dos Santos

Marlene de Souza Gaspar

Michele Lúcio Félix

Natalina dos Santos Guimarães Luiz

Queren Alves Oliveira Goulart

Raquel da Silveira Barreto

Regina Malteso Camilo Corrêa

Rose Maria Espíndula Machado Costa

Rosiléa Eloy Madalena

Art. 2º O pagamento do adicional das férias coletivas parciais de que trata o artigo 1º, será realizado na forma prevista no §2º do artigo 98, da Lei Complementar nº 67 de 26 de Abril de 2018.

Art. 3º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 06 de Abril de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, 07 de Abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RECURSOS HUMANOS

Rodovia SC437, KM 08 – Centro – Pescaria Brava – SC - CEP: 88.798-000

CNPJ: 16.780.795/0001-38 - Telefone: (48) 3646-2013

www.pescariabrava.sc.gov.br

PORTARIA Nº 075/2020

Publicação Nº 2465496

PORTARIA Nº 075/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, o servidor de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
JORGE ESPÍNDOLA	CHEFE DE GABINETE / GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de março de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 26 de março de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 076/2020

Publicação Nº 2465502

PORTARIA Nº 076/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar cargo de servidor do tipo "COMISSIONADO" do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
LEANDRO FRANCISCO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de março de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 26 de março de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 077/2020

Publicação Nº 2465513

PORTARIA Nº 077/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO os ditames do art. 1 do Decreto Municipal nº 522 de 26 de Março de 2020;

CONSIDERANDO os ditames dos Decretos nº 515 e nº 525 do Governador do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, férias coletivas parciais ou antecipação de férias, nos termos do artigo 1º do Decreto Municipal nº 522 de 26 de Março de 2020, pelo período de 26 de Março a 04 de Abril de 2020, aos servidores constantes da listagem abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Bruna de Souza Praxedes
Mariane Vieira Rocha Cardoso
Gilmar Aguiar
Joanilda Ferreira Rodrigues

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

SABRINA COSTA DE MEDEIROS
TALITA DOS SANTOS ALVES
CLESIA DE SOUZA
ALINE MARINHO ROSA

Art. 2º O pagamento do adicional das férias coletivas parciais de que trata o artigo 1º, será realizado na forma prevista no §2º do artigo 98, da Lei Complementar nº 67 de 26 de Abril de 2018.

Art. 3º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 26 de Março de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC,
26 de março de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 078/2020

Publicação Nº 2465526

PORTARIA Nº 078/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor DEIVID MONTEIRO TORQUATO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Superintendente de Ensino (GDA - 40), para ocupar cumulativamente, o cargo de Secretário Adjunto de Educação (GAP – 10).

Art. 2º - A acumulação de que trata o Artigo 1º não será remunerada ou gratificada, em atendimento ao disposto no XVI, do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2020 FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2020 FMS - AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E DE NOVA DATA PARA SESSÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2465279

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2020 FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2020 FMS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E DE NOVA DATA PARA SESSÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, através do Departamento de Compras e Licitação, informa, através deste, a retificação de Edital - Processo Licitatório nº. 02/2020 FMS Pregão Presencial nº. 01/2020 FMS - e ainda a nova data para sessão pública, conforme abaixo:

Inicialmente, nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, fica anulada a sessão de recebimento de envelopes de habilitação e proposta ocorrida em 19/02/2020 e retificados os itens 2.4 alínea "a" e 3.1, na forma que segue:

- 2.4 – Onde consta:

1.4 [...]

a) Os envelopes contendo as propostas de preços e habilitações serão recebidos pelo Pregoeiro, Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pescaria Brava – situado na Rod. SC 437, km 08, 08 s/nº, Centro, Pescaria Brava/SC, até as 09:00 horas do dia 19/02/2020. Não haverá atendimento aos sábados, domingos e feriados.

LEIA-SE:

a) Os envelopes contendo as propostas de preços atualizadas serão recebidos pelo pregoeiro, no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, situada na Rod. SC 437, Km 08, s/nº, Centro, Pescaria Brava/SC, até as 09:00 horas do dia 21/05/2020, sendo desconsideradas as propostas apresentadas até a data de 19/02/2020, haja vista o disposto no §3 do artigo 64 da lei federal n 8.666/93. Não haverá atendimento aos sábados, domingos e feriados.

• 3.1 – Onde consta:

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um (a) Pregoeiro (a), a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital. DATA DA ABERTURA: 19/02/2020 HORA: 09:00 HORAS local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, na Rod.SC 437 KM 8, S/nº, Centro – PESCARIA BRAVA- SC.

LEIA-SE:

3.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um (a) Pregoeiro (a), a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, DATA DA ABERTURA: 21/05/2020 HORA: 09:00 HORAS Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Pescaria Brava, na Rod.SC 437, KM 8, s/nº, Centro – Pescaria Brava –SC.

Informações poderão ser obtidas através dos telefones: (048) 3647-6312/ 9 8840 4017 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescaria-brava.sc.gov.br. Esta licitação encontra-se publicada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 05 de maio de 2020.

Fabício Eufrázio
Departamento de Compras e Licitação

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 035/2020

Publicação Nº 2465210

DECRETO Nº. 035, de 05 de Maio de 2020.

REVOGA DECRETOS QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS PARA A EMPRESA DUJUTEX TÊXTIL LTDA.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, e § 3º. do Artigo 130 da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a previsão de revogação da escritura pública de direito real de uso em favor do cessionário prevista na Lei nº. 1498, de 22 de Dezembro de 2011, a partir do instante em que deixar de exercer as atribuições enumeradas no Decreto nº. 077 de 25 de Novembro de 2010 e Decreto nº. 094 de 07 de Novembro de 2006;

Considerando o abandono das instalações sem a devida notificação ou justificativa para o ente federado cessionário do uso, deixando de exercer suas atividades para o qual foi destinado;

Considerando o disposto nos artigos 123 e seguintes da Lei Orgânica do Município, que trata acerca da administração dos bens municipais;

Considerando a revogação a Lei nº. 1498, de 22 de Dezembro de 2011, que autoriza a efetuar concessão de direito real de uso de imóvel e construções, sendo 01 (um) terreno com área superficial de 5.318,30m², 01 (um) galpão em alvenaria de 748,00m² e 01 (um) refeitório em alvenaria com 126,15m², localizado na Rodovia SC-110, Km 48, s/nº., Centro, Petrolândia/SC, de propriedade do Município;

Considerando a necessidade de promover a utilização do patrimônio e da atividade econômica prevista no referido ato, a bem do interesse público:

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 077 de 25 de Novembro de 2010 e o Decreto nº. 094 de 07 de Novembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de incentivos econômicos e fiscais para empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, aplicada à DUJUTEX TÊXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.243.599/0001-04, com sede na Rodovia SC-110, Km 48, s/nº., Centro, Município de Petrolândia/SC.

Parágrafo Único. A revogação de que trata o artigo primeiro se dá em função da previsão contida no Artigo 3º. da Lei 1498, de 22 de Dezembro de 2011, por deixar, a Cessionária de exercer as atribuições enumeradas nos referidos Decretos, e de exercer suas atividades para o qual foi destinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, de 05 de Maio de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1744/2020

Publicação Nº 2465204

LEI Nº. 1744, de 04 de Maio de 2020.

INSTITUI A GALERIA DE EX-PREFEITOS (AS) DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-SC TORNA OBRIGATÓRIA A SUA EXPOSIÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Galeria de Ex-Prefeitos (as) do Município de Petrolândia – SC.

§ 1º. A Galeria será formada por fotografias dos cidadãos que exerceram os cargos de Prefeito (a) ou intendente municipal, obedecendo a ordem cronológica do exercício do cargo.

§ 2º. Somente comporão a referida Galeria os Vice-Prefeitos (as) que assumiram o cargo do titular em caráter definitivo e não em substituições momentâneas, tais como, os períodos de viagens, férias, licenças, entre outras, do titular.

§ 3º. Serão encaminhadas cópias das fotografias dos (as) Ex-Prefeitos (as) Municipais ao Setor de Educação e Cultura para preservação da história do Município de Petrolândia – SC.

§ 4º. A Galeria será exposta também no sítio eletrônico do Município de Petrolândia - SC.

Art. 2º. A Galeria de Ex-Prefeitos (as) deverá ser padronizada, formada por fotografias em tamanho 20 x 30 centímetros, em aço inox es-covado, 0,8mm de espessura, gravado em baixo relevo, em retícula na cor preta, emoldurada em quadro de tamanho 30 x 40 centímetros com moldura em alumínio, com paspatur em veludo na cor preta, e deverá conter o nome completo do (a) Ex-Prefeito (a) Municipal e a data completa, com dia, mês e ano, de início e término do seu mandato.

Art. 3º. A Galeria deverá ser instalada no imóvel sede da Prefeitura Municipal de Petrolândia – SC, no hall de entrada principal, designado exclusivamente a esse fim, sendo obrigatória a sua exposição pública.

Art. 4º. Caberá ao Setor de Administração do Município preservar e dar continuidade à Galeria, devendo providenciar a fotografia oficial do (a) Prefeito (a) recém-empossado no início de cada mandato, observando os requisitos contidos no Artigo 3º. desta Lei.

Parágrafo Único. Ao término do mandato do (a) Prefeito (a) em exercício, a fotografia do (a) mesmo (a) deverá ser entronizada na Galeria.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento do exercício de 2020.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 04 de Maio de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1745/2020

Publicação Nº 2465206

LEI Nº. 1745, de 04 de Maio de 2020.

INSTITUI PARA OS MOTORISTAS DO CAMINHÃO PIPA E PARA OS OPERADORES DE RETROESCAVADEIRA O REGIME DE SOBREAVISO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído para os motoristas do caminhão pipa e para os operadores de retroescavadeira, o Regime de Sobreaviso.

Art. 2º. Os motoristas do caminhão pipa e os operadores de retroescavadeira poderão realizar tarefas em regime de sobreaviso, para executar serviços imprevistos, emergenciais ou essenciais à coletividade.

§ 1º. Regime de sobreaviso é aquele em que o servidor fica na sua residência aguardando ser chamado para prestar serviço em seu local de trabalho ou onde a administração indicar.

§ 2º. Obriga-se o servidor que se encontra em regime de sobreaviso, quando convocado, atender o chamado imediatamente, sob pena de responder pela omissão de seu mister, sem prejuízo das sanções disciplinares prevista em lei.

§ 3º. O regime de sobreaviso será remunerado à razão de R\$ 42,51 (Quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos) por dia de sobreaviso, considerando o dia de sobreaviso 24 horas, podendo haver pagamento de fração do dia, com a redução proporcional do valor da remuneração do dia de sobreaviso.

§ 4º. As horas efetivamente trabalhadas no regime de sobreaviso serão remuneradas pelo vencimento normal com os devidos acréscimos legais.

Art. 3º. Fica a Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos e a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, encarregadas de organizar as escalas de sobreaviso, cada qual dos servidores lotados na respectiva secretaria, devendo ser informado aos servidores escalados, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 4º. Os valores fixados nesta lei serão automaticamente corrigidos nos mesmos percentuais dos reajustes salariais concedidos aos servidores públicos municipais, quando da revisão geral anual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 1684 de 05 de Setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 04 de Maio de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1746/2020

Publicação Nº 2465209

LEI Nº. 1746, de 04 de Maio de 2020.

REVOGA A LEI Nº. 1498 QUE AUTORIZA A EFETUAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO À EMPRESA DUJUTEX TÊXTIL LTDA À TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a revogar a Lei nº. 1498 de 22 de dezembro de 2011, que autoriza a efetuar concessão de direito real de uso de imóveis de propriedade do município a título de incentivo econômico.

§1º. Os imóveis de que trata o Artigo 1º. refere-se a 01 (um) terreno com área superficial de 5.318,30m², 01 (um) galpão em alvenaria de 748,00m² e 01 (um) refeitório em alvenaria com 126,15m², localizado na Rodovia SC-110, Km 48, s/nº., Centro, Petrolândia/SC.

§ 2º. A revogação de que trata o artigo primeiro se deu em função da previsão contida no Artigo 3º. da Lei nº. 1498, de 22 de Dezembro de 2011, por deixar, a Cessionária DUJUTEX TEXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.243.599/0001-04, com sede na Rodovia SC-110, Km 48, s/nº., Centro, Município de Petrolândia/SC, de exercer as atribuições enumeradas no Decreto nº. 077, de 25 de Novembro de 2010, e de exercer suas atividades para o qual foi destinado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 04 de Maio de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO TOMADA DE PREÇOS 003-2020 - PMP - NOVAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, EMEB MUNICIPIO DE PINHALZINHO-SC - NOVA DATA

Publicação Nº 2465050

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS - Nº 003/2020 – PMP

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando as NOVAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDE LÓGICA E SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA PARTICULAR 150KVA NA EMEB – JOSÉ THEOBALDO UTZIG, NO MUNICIPIO DE PINHALZINHO/SC, de acordo com Projetos e anexos do Edital.

Valquiria Astrigi, pregoeira designada pelo Decreto n. 182/2019, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados em participar do referido certame:

I - Considerando que a equipe técnica aceitou, depois de análise das contrarrazões das empresas STRZELECKI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI, L E Z COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA ME. As declarando HABILITADAS.

II - A Comissão Permanente de Licitações do Município de Pinhalzinho, SC, COMUNICA, que a abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços do Processo Licitatório, dar-se-á as 09:00hs do dia 08 de maio de 2020, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situado na Av. São Paulo, nº 1615, Centro.

Informações complementares: no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 05 de maio de 2020.

Valquiria Astrigi

Pregoeira

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI Nº 2.128, DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464941

LEI Nº 2.128, DE 05 DE MAIO DE 2020

AUTORIZA A CONCESSÃO DE ESTÍMULOS FISCAIS E INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado, na forma da Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, a conceder à empresa "RODRIGO RABUSKE 06300709973" – Nome Fantasia "POLP MIX POLPA DE FRUTAS", pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.492.310/0001-55, com endereço Linha Colônia Muller, interior de Pinheiro Preto/SC, sem custo para a beneficiária, até 25 (vinte e cinco) metros cúbicos de pedra britada.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de maio de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

CLASS CC 002/2020

Publicação Nº 2465988

MUNICÍPIO DE PIRATUBA – SC
CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

Objeto: "contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica, compreendendo dos seguintes lotes do Projeto de Engenharia: Lote I (estaca 175 a 213) início nas proximidades da Comunidade de Linha São Paulo, seguindo sentido da Comunidade de Zonalta, extensão 760,00 metros, Lote II (estaca 213 a 290), início nas proximidades da Comunidade de Linha São Paulo, seguindo sentido da Comunidade de Zonalta, extensão 1.540,00 metros."

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI, sagrou-se vencedora da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 1.635.638,88 (um milhão seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos); a licitante VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 1.677.392,27 (um milhão seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa dois reais e vinte e sete centavos), a licitante VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 1.698.126,17 (um milhão seiscentos e noventa e oito mil, cento e vinte seis reais e dezessete centavos) e a licitante PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 1.838.150,53 (um milhão oitocentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e três centavos), a licitante TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, ficou na quinta colocação com o valor global de R\$ 1.838.452,39 (um milhão oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos) e a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A, ficou na sexta colocação com o valor global de R\$ 1.884.168,48 (um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Piratuba, SC, 05 de Maio de 2020.

DÉBORA CRISTINA CARMO DE OLIVEIRA
Presidente da C.P.L.

DECRETO 1310/2020

Publicação Nº 2464649

DECRETO Nº 1.310/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Nomeia Comissão Responsável pelo Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2020 do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão Responsável pelo Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2020, que visa contratações para o Fundo Municipal de Saúde,

- a) Gracieli D Avila Gamzava - Presidente da Comissão;
- b) Deonete Gasparini Sandi - Membro;
- c) Laís Emanuela Weber – Membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 04 de Maio de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 04 de Maio de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 178/2020

Publicação Nº 2465424

PORTARIA Nº 178/2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando a Comunicação Interna nº038/2020/GP, expedida pelo Gabinete do Prefeito, e ainda conforme solicitação de abertura de Processo Disciplinar através da Comunicação Interna nº 0080/2020-SMS, bem como com fundamento no art. 185 do estatuto dos servidores públicos municipais, sendo este um processo individual, em face da servidora C. S. A.;

Considerando a possibilidade de violação dos deveres por parte de servidor público municipal (art. 158), bem como da prática de condutas proibidas para o funcionalismo (art. 159), dispostos na Lei Complementar nº 065/2015 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba;

RESOLVE

Art. 1º. Instaurar processo administrativo disciplinar para apurar os fatos em virtude do processo instaurado pelo Ministério Público, Processo nº 0001956-33.218.8.24.0016-0008, conforme comunicado através da Comunicação Interna nº 0080/2020-SMS, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Nomear os servidores VAGNER DE PAULA MATTOS, CRISTIANO SCHWINGEL E JANETE RODRIGUES DE BARROS, todos Servidores Públicos Municipais estáveis, para conduzirem o Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. A Comissão deverá assegurar ao indiciado o fiel cumprimento das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como a fiel observância das normas aplicáveis ao presente processo administrativo disciplinar, sendo que o prazo para a conclusão do presente processo é de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, se necessário para a devida apuração dos fatos narrados.

Art. 4º. O presente Processo Administrativo Disciplinar é instaurado para apuração dos seguintes fatos: subtração pela servidora C. S. A., em proveito próprio, de medicamentos e materiais de propriedade do Município de Piratuba-SC;

Art. 5º Caso seja apurada a responsabilidade da servidora C. S. A. pelos fatos indicados, confirmadas as irregularidades em sua conduta, a servidora estará sujeita à aplicação das penalidades previstas nos arts. 169 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 065/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 30 de abril de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se no Mural Público
Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017.
Em 30 de abril de 2020.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 179/2020

Publicação Nº 2465425

PORTARIA Nº 179/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

DELIDES MARCOS DE SOUZA PAZ, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Domingos Benjamini, nº 501, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R-2.818.036 e CPF sob o nº 028.029.939-76, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Internos, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio de 2020, junho de 2020 e novembro de 2022, referente ao período de 05/02/2013 a 05/02/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 180/2020

Publicação Nº 2465426

PORTARIA Nº180/2020

ALTERA A PORTARIA Nº114/2020, QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

ANILDA DA SILVEIRA HACHMANN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Emílio Luiz Ko Freitag, s/nº, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 3.155.161 e CPF sob o nº 868,385,639-91, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de março, abril e maio de 2020, convertendo 1/3 da Licença em dinheiro, sendo o mês de maio de 2020, referente ao período de 27/06/2013 a 27/06/2018.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 181/2020

Publicação Nº 2465427

PORTARIA Nº181/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

ODESIMAR DOS SANTOS, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Rua 1º de maio, nº.1862, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.652.165 e CPF sob o nº 005.061.829-67, ocupante do cargo efetivo de Motorista, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio de 2020, maio de 2021 e maio de 2022, referente ao período de 09/03/2015 a 09.03.2020.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 182/2020

Publicação Nº 2465429

PORTARIA Nº182/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

JAIRO LUCAS DE MELLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 1º de maio, nº.1862, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.188.242 e CPF sob o nº 020.146.189-76, ocupante do cargo efetivo de Motorista, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente ao período de 06/02/2015 a 06/02/2020.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 183/2020

Publicação Nº 2465430

PORTARIA Nº183/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

DILSON JAMIR DALFOVO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Boa Vista nº789, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº3.305.580 e CPF sob o nº 000.118.269-24, ocupante do cargo efetivo de Motorista, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente ao período de 09/02/2014 a 09/02/2019.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 184/2020

Publicação N° 2465432

PORTARIA N°184/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

ODAIR RENATO HACK, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Alto Gramado s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº3.777.683 e CPF sob o nº 023.938.539-01, ocupante do cargo efetivo de Motorista, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente ao período de 24/05/2012 a 24/05/2017.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 185/2020

Publicação N° 2465435

PORTARIA N°185/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

SIMARA VEIRA, brasileira, união estável, residente e domiciliado na Rua São José, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.780.062 e CPF sob o nº 083.011.859-45, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Internos, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente ao período de 10/10/2014 a 10/10/2019.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 186/2020

Publicação N° 2465436

PORTARIA N°186/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

SIDIONE ISIDORO DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua 1º de maio, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.755.295 e CPF sob o nº 044.074.539-07, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Internos, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente ao período de 13/03/2015 a 12/03/2020.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 187/2020

Publicação Nº 2465439

PORTARIA Nº187/2020**NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA RURAL.**

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

JAISON MARTINAZZO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida 18 de Fevereiro, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4289068 e CPF sob o nº 041.036.669-27, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA RURAL, constante do anexo I – F – da Lei Complementar nº 035/2009 de 05 de janeiro de 2.009, com vencimentos previstos na Lei nº 1354, de 04 de abril de 2016, que fixa os subsídios dos secretários municipais de Piratuba para o exercício de 2.017 à 2.020 e dá outras providências..

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 04 de maio de 2.020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 188/2020

Publicação Nº 2465440

PORTARIA Nº188/2020**ALTERA A PORTARIA Nº013/2020, QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.**

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

NORMÉLIO ELOI LUERSEN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Governador Jorge Lacerda, s/n, município de Piratuba-SC,

portador da carteira de identidade nº 1.309.262 e CPF sob o nº 347.238.899-49, ocupante do cargo efetivo de Motorista, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de janeiro, maio e junho de 2020, referente ao período de 09/05/2014 a 09/05/2019.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 189/2020

Publicação Nº 2465444

PORTARIA Nº189/2020

ALTERA A PORTARIA Nº115/2020, QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

WILSON VICENTE DE MACENA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Governador Jorge Lacerda, s/nº, nesta cidade e Município de Piratuba, portador da carteira de identidade nº 1.887.854, e CPF sob o nº 715.617.659-53, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de março, maio e junho de 2020, convertendo 1/3 da Licença em dinheiro, sendo o mês de março de 2020, referente ao período de 01/02/2015 a 01/02/2020.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 190/2020

Publicação Nº 2465446

PORTARIA Nº190/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

EGON HACHMANN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, nº60, nesta cidade e Município de Piratuba, portador da carteira de identidade nº11/R-1.886.723 e CPF sob o nº 927.681.809-04, ocupante do cargo efetivo de Motorista, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente ao período de 04/12/2014 a 04/12/2019.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 191/2020

Publicação Nº 2465449

PORTARIA Nº191/2020

ALTERA A PORTARIA Nº053/2020, QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

VALDEMIR RECALCATE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Theobaldo Hepp, no Município de Piratuba, portador da carteira de identidade nº3.563.351 e CPF sob o nº 933.807.120-00, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Externos, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de fevereiro, março e maio de 2020, referente ao período de 05/02/2013 a 05/02/2018.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 192/2020

Publicação Nº 2465450

PORTARIA Nº192/2020

ALTERA A PORTARIA Nº345/2020, QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

MARILENE FRIES STREIT, brasileira, casada, residente e domiciliada em Lageado Mariano, Zona Rural, nesta Cidade e Município de Piratuba, portadora da carteira de identidade nº11/R-1.889.982 e CPF sob o nº 833.781.899-91, servidor efetivo desta municipalidade no cargo de Agente de Serviços Gerais Internos, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de Outubro e Novembro de 2018 e maio de 2020, referente ao período de 05/02/2013 a 05/02/2018.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 193/2020

Publicação Nº 2465451

PORTARIA Nº193/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

ROSINHA DUTRA, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Uruguai, s/nº, na cidade e Município de Ipira, portadora da carteira de identidade nº 5.708.267 e CPF sob o nº 691.072.389-91, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental (Matrícula 853) e Professora Educação Infantil (Matrícula 1941), LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente aos períodos de 25/02/2012 a 25/02/2017 (Matrícula 853) e 04/02/2013 a 04/02/2018 (Matrícula 1941).

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 195/2020

Publicação Nº 2465455

PORTARIA Nº195/2020
CONCEDE FÉRIAS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PERÍODO	OBS
Altair Pereira Duarte	Motorista	04/05/2020 a 02/06/2020	
Franciele Luciane Turetta	Agente de Serviços Gerais Internos	04/05/2020 a 18/05/2020	
Ivo Weber	Técnico Agrícola	04/05/2020 a 02/06/2020	Converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias.
Karla Riffel da Silva	Diretora de Departamento	04/05/2020 a 02/06/2020	
Laís Emanuela Weber	Gerente de Programas de Saúde	04/05/2020 a 02/06/2020	
Patrícia Drozila Franchin Oliveira	Gerente Protocolo e Expediente	04/05/2020 a 02/06/2020	
Tiago Grassi	Farmacêutica	04/05/2020 a 02/06/2020	Converter 1/3 abono pecuniário, primeiros 10 dias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº194/2020

Publicação Nº 2465452

PORTARIA Nº194/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

MARIA DE FÁTIMA DIOGO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, s/n, na cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.106.181 e CPF sob o nº 824.512.069-34, ocupante do cargo efetivo de Professora Series Iniciais -1º ao 5º ano, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio, junho e julho de 2020, referente ao período de 12/04/2015 a 12/04/2020.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de maio de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 04 de maio de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA 060/2020

Publicação N° 2465887

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA N° 060/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NELI LUIZA BRAGHINI NECKEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71 da Lei Municipal n° 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal NELI LUIZA BRAGHINI NECKEL, lotado(s) na Secretaria Municipal de Saúde e assistência Social do dia 28/04/2020 a 27/05/2020, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 04 de Maio de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 061/2020

Publicação N° 2465892

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA N° 061/2020

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JADER DE AZEVEDO LIMA FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal n° 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o (s) Servidor (es) Público (s) Municipal Senhor JADER DE AZEVEDO LIMA FILHO, Procurador Jurídico, lotado (s) na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a partir do dia 05 de Maio de 2020, cargo que exercia desde 16 de Novembro de 2015 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 05 de Maio de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.833/20

Publicação Nº 2466024

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.833/20
DE 05 DE MAIO DE 2020

PRORROGA A SUSPENSÃO DOS PRAZOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 3815/2020

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alíneas "l" e "n", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou a existência de pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2);

CONSIDERANDO a declaração de calamidade pública na esfera federal pelo Decreto Legislativo nº 0006/20; da declaração de situação de emergência na esfera estadual pelos decretos estaduais nº 0525/20, nº 0535/20, nº 0550/20 e nº 0554/20, determinando a suspensão de atividades e serviços até 30/04/2020 e 31/05/2020, bem como as regulamentações de atividades e serviços emitidas pela Secretaria de Estado da Saúde; e da declaração de situação de emergência na esfera municipal pelo Decreto nº 3812/20;

DECRETA :

Art. 1º Fica prorrogada até 31 de maio de 2020 a suspensão dos prazos das sindicâncias e dos processos administrativos determinada pelo Decreto Municipal 3.815/20.

Art. 2º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de abril de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 05 de maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.834/20

Publicação Nº 2466032

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.834/20
DE 05 DE MAIO DE 2020

ALTERA O DECRETO 3.561/18 QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE PÚBLICO, PARTE DE IMÓVEIS PARTICULARES SITUADOS ENTRE A RUA FREDERICO WEEGE E A RUA RIBEIRÃO AREIA, NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE VIA PROJETADA E CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIBEIRÃO DO SALTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/41 e ainda,

CONSIDERANDO, a necessidade de modificações na implantação da abertura da via projetada que servirá de escoamento do trânsito no Centro da Cidade de Pomerode (SC);

CONSIDERANDO, que tal obra viária é de vital importância e necessidade para melhorar a fluidez do trânsito do Centro da Cidade, aumentando assim a segurança nas vias do Município de Pomerode.

DECRETA :

Art. 1º O Decreto Municipal nº 3.561/18 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

[...]

V – 1 (uma) área a ser desapropriada, situada na Rua Frederico Weege, Bairro Ribeirão Areia, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob o livro nº 3-A, fl. 64, Transcrição nº 900, de propriedade de Arno Jandt, contendo a área de 369,014m² (trezentos e sessenta e nove metros e quatorze milímetros quadrados), com polígono gerado a partir da interseção da frente com o lado direito, segue pela frente

em 35,00m (trinta e cinco metros) e azimute de 54°40'28" com terras do próprio imóvel (Transcrição nº 900, Livro 3-A, fl.64, R.G. Comarca de Pomerode); e, lado direito em 30,11m (trinta metros e onze centímetros) e azimute de 278°50'04" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode) e Irio Goede (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode); e, lado direito em 24,88m (vinte e quatro metros e oitenta e oito centímetros) e azimute de 177°13'23" com terras de Rudi Mass (Transcrição nº 905, Livro 3-A, fl. 66, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o polígono. Sem edificações.

VI – 1 (uma) área a ser desapropriada, situada nos fundos da Rua Frederico Blank, Bairro Ribeirão Areia, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob matrícula nº 5.185, de propriedade de Irio Goede, contendo a área de 1.952,29 m² (um mil, novecentos e cinquenta e dois metros e vinte e nove centímetros quadrados), formada por dois polígonos: o primeiro polígono gerado a partir da interseção da frente com o lado direito, segue pela frente em 102,76 m (cento e dois metros e setenta e seis centímetros) e azimute de 54°40'30" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode); lado esquerdo em 40,43 m (quarenta metros e quarenta e três centímetros) e azimute de 256°27'02" com as terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode); fundos em 34,76 m (trinta e quatro metros e setenta e seis centímetros) e azimute de 234°40'31" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode), em 9,57 m (nove metros e cinquenta e sete centímetros) com azimute de 175°35'56" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode), 38,94 m (trinta e oito metros e noventa e quatro centímetros) e azimute de 243°14'56" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode); e lado direito em 18,07 m (dezoito metros e sete centímetros) e azimute de 98°50'02" com terras de Arno Jandt (Transcrição nº 900, Livro 3-A, fl. 64, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o primeiro polígono com 1.148,09 m² (um mil, cento e quarenta e oito metros e nove centímetros quadrados). O segundo polígono, gerado a partir da interseção da frente com o lado direito, segue 51,82 m (cinquenta e um metros e oitenta e dois centímetros) e azimute de 54°40'29" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode), em 28,74 m (vinte e oito metros e setenta e quatro centímetros) e azimute de 50°00'24" com terras de Irineu Goede (Matrícula nº 8.822, R.G. Comarca de Pomerode); lado esquerdo em 24,21 m (vinte e quatro metros e vinte e um centímetros) e azimute de 266°12'23" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.951, R.G. Comarca de Pomerode); fundos em 28,00 m (vinte e oito metros) e azimute de 234°40'28" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode), em 35,20 m (trinta e cinco metros e vinte centímetros) e azimute de 209°27'03" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o segundo polígono com 804,19 m² (oitocentos e quatro metros e dezenove centímetros quadrados), perfazendo uma área total de 1.952,29 m². Sem benfeitorias.

VII – 1 (uma) área a ser desapropriada, situada na Rua Frederico Blank, Bairro Ribeirão Areia, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob matrícula nº 11.952, de propriedade de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel, contendo a área de 1.806,21 m² (um mil, oitocentos e seis metros e vinte e um centímetros quadrados), com três polígonos: o primeiro polígono, gerado a partir da interseção da frente com o lado direito, segue pela frente em 38,94 m (trinta e oito metros e noventa e quatro centímetros) e azimute de 63°14'56" com terras de Irio Goede (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode); lado esquerdo em 9,57 m (nove metros e cinquenta e sete centímetros) e azimute de 355°35'57" com terras de Irio Goede (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode); pelos fundos em 45,90 m (quarenta e cinco metros e noventa centímetros) e azimute de 234°40'30" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode); lado direito em 3,45 m (três metros e quarenta e cinco centímetros) e azimute de 98°50'02" com terras de Arno Jandt (Transcrição nº 900, Livro 3-A, fl. 64, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o primeiro polígono com 227,64 m² (duzentos e vinte e sete metros e sessenta e quatro centímetros quadrados). O segundo polígono, gerado a partir da interseção pela frente em 35,44 m (trinta e cinco metros e quarenta e quatro centímetros) e azimute de 29°27'02" com terras de Irio Goede (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode); pelo fundo em 69,87 m (sessenta e nove metros e oitenta e sete centímetros) e azimute de 234°40'30" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode); pelo lado direito em 40,78 m (quarenta metros e setenta e oito centímetros) e azimute de 76°27'03" com terras de Irio Goede (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o polígono com 526,82 m² (quinhentos e vinte e seis metros e oitenta e dois centímetros quadrados). O terceiro polígono, gerado a partir da interseção da frente com lado direito, segue pela frente em três linhas, a primeira linha em 44,46 m (quarenta e quatro metros e quarenta e seis centímetros) e azimute de 50°00'24" com terras de Irineu Goede (Matrícula nº 3.822, R.G. Comarca de Pomerode), a segunda linha em 53,87 m (cinquenta e três metros e oitenta e sete centímetros) e azimute de 50°00'24" com terras de Irineu Goede (Matrícula nº 8.823, R.G. Comarca de Pomerode), e a terceira linha em 48,73 m (quarenta e oito metros e setenta e três centímetros) e azimute de 50°00'24" com Rua Pomerânia; lado esquerdo em 8,76 m (oito metros e setenta e seis centímetros) e azimute de 333°38'50" com terras de Wolfgang Sommerfeld (Matrícula nº 15.510, R.G. Comarca de Pomerode) e Rua Pomerânia; fundos em três linhas, a primeira linha em 21,90 m (vinte e um metros e noventa centímetros) e azimute de 239°14'26" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode), a segunda linha em 24,96 m (vinte e quatro metros e noventa e seis centímetros) e azimute de 210°47'56" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode), a terceira linha em 102,39 m (cento e dois metros e trinta e nove centímetros) e azimute de 234°40'28" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode); e lado direito em 11,31 m (onze metros e trinta e um centímetros) e azimute de 145°51'51" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.951, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o terceiro polígono com 1.051,75 m² (um mil e cinquenta e um metros e setenta e cinco centímetros quadrados), totalizando a área de 1.806,21 m² (um mil, oitocentos e seis metros e vinte e um centímetros quadrados). Sem benfeitorias.

VIII – 1 (uma) área a ser desapropriada, situada na Rua Pomerânia, Bairro Ribeirão Areia, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob matrícula nº 11.951, de propriedade de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel, contendo a área de 329,53 m² (trezentos e vinte e nove metros e cinquenta e três centímetros quadrados), com polígono gerado a partir da interseção da frente com o lado direito, segue pela frente em 16,53 m (dezesseis metros e cinquenta e três centímetros) e azimute de 50°00'24" com terras de Irineu Goede (Matrícula nº 3.822, R.G. Comarca de Pomerode); lado esquerdo em 11,30 m (onze metros e trinta centímetros) e azimute de 145°51'52" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode); fundo em 37,35 m (trinta e sete metros e trinta e cinco centímetros) e azimute de 234°40'29" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 11.951, R.G. Comarca de Pomerode); e, lado direito, 24,21 m (vinte e quatro metros e vinte e um centímetros) com terras de Irio Goede (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o polígono. Sem benfeitorias.

IX – 1 (uma) área a ser desapropriada, situada na Avenida 21 de Janeiro, Bairro Ribeirão Areia, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob matrícula nº 3.822, de propriedade de Irineu Goede, contendo a área de 359,21 m² (trezentos e cinquenta e nove metros e

vinte e um centímetros quadrados), com polígono gerado a partir da interseção da frente com o fundo, segue pela frente em 98,36 m (noventa e oito metros e trinta e seis centímetros) e azimuth de 54°40'29" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 3.822, R.G. Comarca de Pomerode); lado esquerdo em 11,52 m (onze metros e cinquenta e dois centímetros) e azimuth de 274°00'24" com terras de Irineu Goede (Matrícula nº 8.223, R.G. Comarca de Pomerode); e, fundos em 89,75 m (oitenta e nove metros e setenta e cinco centímetros) e azimuth de 230°00'24" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode e Matrícula nº 11.951, R.G. Comarca de Pomerode) e Irio Goede (Matrícula nº 5.185, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o polígono. Sem benfeitorias.

X – 1 (uma) área a ser desapropriada, situada na Avenida 21 de Janeiro, Bairro Ribeirão Areia, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob matrícula nº 3.823, de propriedade de Irineu Goede, contendo a área de 665,79 m² (seiscentos e sessenta e cinco metros e setenta e nove centímetros quadrados), com polígono gerado a partir da interseção da frente com lado direito, segue em frente em três linhas, a primeira de 50,42 m (cinquenta metros e quarenta e dois centímetros) e azimuth de 54°40'30" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 3.823, R.G. Comarca de Pomerode), a segunda linha em 28,92 m (vinte e oito metros e noventa e dois centímetros) e azimuth de 41°53'44" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 3.823, R.G. Comarca de Pomerode), a terceira em 5,54 m (cinco metros e cinquenta e quatro centímetros) e azimuth de 40°22'26" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 3.823, R.G. Comarca de Pomerode); lado esquerdo em três linhas, a primeira linha segue em 0,19 m (dezenove centímetros) e azimuth de 172°53'25" com terras do próprio imóvel (Matrícula nº 3.823, R.G. Comarca de Pomerode), a segunda linha em 39,57 m (trinta e nove metros e cinquenta e sete centímetros) e azimuth de 232°15'02" com Rua Pomerânia, a terceira linha em 3,78 m (três metros e setenta e oito centímetros) e azimuth de 337°42'47" com Rua Pomerânia; fundos em 53,87 m (cinquenta e três metros e oitenta e sete centímetros) e azimuth de 230°00'28" com terras de Lindolfo Henchel e Magrit Goede Henchel (Matrícula nº 11.952, R.G. Comarca de Pomerode); e, lado direito em 11,52 m (onze metros e cinquenta e dois centímetros) e azimuth de 94°00'24" com terras de Irineu Goede (Matrícula nº 3.822, R.G. Comarca de Pomerode), fechando o polígono. Sem benfeitorias.

[...]

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 05 de maio de 2020.

ERCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3831/2020

Publicação Nº 2466019

DECRETO Nº 3831/2020
DE 20/04/2020

SUPLEMENTA PELO SUPERÁVIT e PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 3.067/2019 de 29/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	05.001.0004.0122.0030.2005 - Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente		
Vínculo	03000000 - Recursos Ordinários	Valor:	50.000,00
Dotação	12.004.0023.0695.0110.2072 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo		
Vínculo	03000005 - Recursos Ordinários - FUNDETUR	Valor:	21.974,36

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de Abril de 2020.
Município de Pomerode, em 30 de Abril de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007 / 2020

Publicação Nº 2466178

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007 / 2020

Processo Administrativo n.º 037 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: BIGBRAIN CONSULTORIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APOIO AO ENSINO DENTRO DA PLATAFORMA MICROSOFT OFFICE 365, COM SUPORTE, EM VIRTUDE DA PARALISAÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS DEVIDO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS – COVID-19. Prazo de execução: 90 dias consecutivos. Valor Total da Contratação: R\$30.000,00 (trinta mil reais). Base Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal n.º 8.666 / 1993 e o disposto no Artigo 4º da Lei Federal n.º 13.979 / 2020. INFORMAÇÕES: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 05 de Maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 26.485

Publicação Nº 2464646

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.485

NOMEIA CLAUDIO MARCOS KRUEGER, PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA E SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, II, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, NOMEAR CLAUDIO MARCOS KRUEGER, para exercer interinamente em comissão o cargo de SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA E SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, a partir de 01 de maio de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2020 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 2466185

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029 / 2020
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2020

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Obras, torna pública a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2020, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE RIO DO TESTO - TRECHO 01, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.869,22 METROS QUADRADOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO FIRMADO JUNTO A

UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CONTRATO DE REPASSE N.º 874881/2018/MTUR/CAIXA) E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE POMERODE, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO". Considerando que a Licitação atendeu a todos os requisitos do instrumento convocatório e aos preceitos da Lei Federal n.º 8.666/1993, ADJUDICO a presente licitação à Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.628.996/0001-96, no valor total global de R\$442.759,88 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos), sendo R\$442.313,92 de recursos do convênio firmado junto a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo e R\$445,96 de contrapartida do Município de Pomerode.

Pomerode / SC, 05 de Maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2020 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2466183

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029 / 2020
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2020

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Obras, torna pública a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2020, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE RIO DO TESTO - TRECHO 01, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.869,22 METROS QUADRADOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO FIRMADO JUNTO A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CONTRATO DE REPASSE N.º 874881/2018/MTUR/CAIXA) E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE POMERODE, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO". Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria n.º 26.004/2020 e considerando que a Licitação atendeu a todos os requisitos do instrumento convocatório e aos preceitos da Lei Federal n.º 8.666/1993, decido HOMOLOGAR o objeto desta licitação à Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.628.996/0001-96, no valor total global de R\$442.759,88 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Pomerode / SC, 05 de Maio de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 310/2020

Publicação Nº 2465782

DECRETO Nº 310/2020, DE 29 DE ABRIL DE 2020.

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.386, de 12 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2020 no valor de até R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE SERRADA

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.1001.2.037 – MANUT. DO BL. DA ATENÇÃO BÁSICA

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 03.1338.00 – 10 - R\$ 100.000,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2019 no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06.001 – SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0801.2.022 – MANUT. DE PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 01.65.1165.39 – 63- R\$ 19.000,00

Art. 3º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo Art. 1º, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) serão utilizados recursos do Superávit financeiro 2019.

Art. 4º. Para cobertura do crédito de que trata o Art. 2º, no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil Reais, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 314/2020

Publicação Nº 2465732

DECRETO Nº 314/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO classificação e aprovação em no Concurso Público 001/2018 para o cargo de professor anos iniciais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JANAINA DAIANE FORNARI FORLIN DA SILVA portadora do RG n. 5.248.075 SSP – SC, e do CPF n. 010.254.689-45, para exercer o cargo efetivo de PROFESSORA com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MAIO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 315/2020

Publicação Nº 2465733

DECRETO Nº 315/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. VANDERLEI PEREIRA, ocupante do cargo de VIGIA , com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 07/03/2019 a 06/03/2020, para serem gozadas de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MAIO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 318/2020

Publicação Nº 2465734

DECRETO Nº 318/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde do Sr. RONIVALDO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de FISCAL FAZENDÁRIO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 07 (sete) dias a contar do dia 04/05/2020.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MAIO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2020 - SUPRESSÃO

Publicação Nº 2466036

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2020
PROCESSO LICITATÓRIO 108/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 81/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO (SUPRESSÃO)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: TANIA CIRLEI SGARBOSSA ALVES EIRELI

CNPJ: 79.515.896/0001-00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO GASOLINA, DIESEL S10 E DIESEL COMUM PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO ANO DE 2020.

Valor Pelo fornecimento de DIESEL COMUM: suprimido em 0,31 (Zero Vírgula Trinta e Um Centavos) sendo valor antigo de R\$ 3,10 (Três reais vírgula dez centavos) passando para R\$ 2,79 (Dois reais vírgula setenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 01 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2020. Ponte Serrada, 05 de maio de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2020 - SUPRESSÃO

Publicação N° 2466041

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 108/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 81/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2020 - SUPRESSÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: AUTO POSTO LIGEIRINHO LTDA

CNPJ: 03.671.477/0001-97

OBJETO: reequilíbrio econômico financeiro/supressão do item GASOLINA, objeto do processo licitatório, conforme solicitação e parecer jurídico. O valor era de R\$ R\$ 3,93 e foi suprimido R\$ 0,49, sendo agora R\$ 3,44. VALOR: R\$ 3,44 (três reais e quarenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 01 de maio de 2020 até 31 de Dezembro de 2020. Ponte Serrada, 05 de maio de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2020 - SUPRESSÃO

Publicação N° 2466031

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 108/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 81/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2020 - SUPRESSÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: AUTO POSTO QUERÊNCIA LTDA

CNPJ: 77.875.821.0001-04

OBJETO: reequilíbrio econômico financeiro/supressão do item DIESEL S10, objeto do processo licitatório, conforme solicitação e parecer jurídico. O valor era de R\$ 3,306 e foi suprimido R\$ 0,296, sendo agora R\$ 3,01. VALOR: R\$ 3,01 (três reais e um centavo). VIGÊNCIA: O

presente contrato tem vigência de 01 de Maio de 2020 até 31 de Dezembro de 2020. Ponte Serrada, 05 de Maio de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 036/2020 - PMPB

Publicação Nº 2463151

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 036/2020 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Global

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação e recapeamento asfáltico para implantação e conservação de vias em toda extensão do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 19/05/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 19/05/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 06 de Maio de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2425 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464824

DECRETO Nº 2.425, DE 05 DE MAIO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.872/2020".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 312.500,00 (Trezentos e doze mil e quinhentos reais), nas dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 13 - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Funcional Programática: 0014.0422.0008

Atividade: 2.032 - Manutenção das atividades de Proteção ao Consumidor - PROCON

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 60.000,00

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0364.0014

Atividade: 2.114 - Manutenção do Transporte Escolar para o Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 19.500,00

Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Finanças

Funcional Programática: 0004.0123.0004

Atividade: 2.120 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Finanças

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 33.000,00

Órgão: 27 - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana

Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana

Funcional Programática: 0015.0452.0005

Atividade: 2.121 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na importância de R\$ 312.500,00 (Trezentos e doze mil e quinhentos reais):

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Administração

Funcional Programática: 0004.0122.004

Atividade: 2.008 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional Programática: 0014.0422.0007

Atividade: 2.030 - Manutenção das atividades da Junta de Serviço Militar

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Defesa Civil

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Defesa Civil

Funcional Programática: 0006.0182.0007

Atividade: 2.033 - Manutenção das atividades de Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0306.0016

Atividade: 2.103 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 19.500,00

Órgão: 25 - Procuradoria Geral do Município

Unidade: 001 - Procuradoria Geral do Município

Funcional Programática: 0002.0061.0002

Atividade: 2.004 - Manutenção das atividades da Procuradoria Geral

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 35.000,00

Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Finanças

Funcional Programática: 0028.0843.9997

Operações Especiais: 0.001 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 43.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 05 de maio de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 003/2020 - FMEDUCA

Publicação Nº 2464612

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 003/2020 – FMEDUCA – 1º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com o fornecimento de material para construção de salas de aula itinerantes/modulares, na Escola Municipal Nair Rebelo, bairro Vila Nova, no Município de Porto Belo/SC, conforme Projeto Básico/Croqui, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro e com o Anexo I, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Acrescimento de 02 salas de aula na Escola Nair Rebelo dos Santos, bairro Vila Nova.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CONSTRUTORA WDD LTDA

VALOR: R\$ 24.551,75 (vinte e quatro mil, quinhentos e cinq-enta e um reais e setenta e cinco centavos)

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020

Porto Belo, 04 de Maio de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAMAP**DECISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 247/2018**

Publicação Nº 2465273

Porto Belo/SC, 06 de março de 2020.

A SENHORA:

ALBA MARIA PEIXOTO

CPF Nº: 067.752.501-00

Decisão de Auto de Infração nº000247/2018 - Processo Administrativo Fiscal

Concluiu-se pela homologação do Auto de Infração nº 247/2018, mantendo a multa no valor de R\$ 10.250,00 (dez mil, duzentos e cinquenta reais) reais e a ordem de demolição, determinando a retirada imediata do Rancho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação.

Sem mais para o momento.

Ana Paula Carvalho Silva Bunn

Presidente

Fundação Municipal de Meio Ambiente de Porto Belo - FAMAP

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 002/2020 - AMASPU

Publicação Nº 2466134

Extrato de Contrato 002/2020 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e CLÍNICA MÉDICA MULLER E MOREIRA LTDA.

Objeto: Prestação de serviços médicos

Valor Total: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de licitação nº 002/2020 - Inexigibilidade nº 002/2020, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de maio de 2020.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Eliseu Mibach

Curador AMASPU

CLÍNICA MÉDICA MULLER E MOREIRA LTDA

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 003/2020 - AMASPU

Publicação Nº 2466137

Extrato de Contrato 003/2020 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e CLÍNICA DR HERZOG – OTORRINOLARINGOLOGIA, MEDICINA DO TRABALHO E PSICOLOGIA LTDA.

Objeto: Prestação de serviços médicos

Valor Total: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de licitação nº 003/2020 - Inexigibilidade nº 003/2020, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de maio de 2020.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Eliseu Mibach

Curador AMASPU

CLÍNICA DR HERZOG – OTORRINOLARINGOLOGIA, MEDICINA DO TRABALHO E PSICOLOGIA LTDA

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 004/2020 - AMASPU

Publicação Nº 2466141

Extrato de Contrato 004/2020 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e SABRINA MAXIMILIANO FALK.

Objeto: Prestação de serviços médicos

Valor Total: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de licitação nº 004/2020 - Inexigibilidade nº 004/2020, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de maio de 2020.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Eliseu Mibach

Curador AMASPU

SABRINA MAXIMILIANO FALK

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 044/2020

Publicação Nº 2465675

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 044/2020.
Partes: Município de Porto União e Solução Participações Societárias Ltda.
Objeto: Fornecimento de Patrulha Mecanizada.
Valor: R\$ 199.998,00 (cento e noventa e nove mil e novecentos e noventa e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 008/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de abril de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Solução Participações Societárias Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 008/2020

Publicação Nº 2465678

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 036/2020.
Pregão Eletrônico 008/2020.
Termo de Adjudicação
Adjudico a empresa Solução Participações Societárias Ltda.
Porto União SC, 15 de abril de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 008/2020

Publicação Nº 2465678

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 036/2020.
Pregão Eletrônico 008/2020.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório com base da lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de abril de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 020/2020

Publicação Nº 2466196

PORTARIA Nº 020, de 05 de maio de 2020.

Institui Processo Administrativo com a finalidade que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Processo Administrativo com a finalidade de apurar fatos constantes do Processo Administrativo nº 627/2020, de 10 de março de 2020, a fim de averiguar eventual responsabilidade do município, que possa ensejar no ressarcimento dos danos causados no veículo I/Peugeot 207HB XR.

Art. 2º Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, instituída e nomeada conforme Art. 2º da Portaria nº 016, de 27 de abril de 2020.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de maio de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 021/2020

Publicação Nº 2466197

PORTARIA Nº 021, de 05 de maio de 2020.

Institui Processo Administrativo com a finalidade que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Processo Administrativo com a finalidade de apurar descumprimento de obrigação assumida por parte da Empresa CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ sob nº 26.556.616/0001-37, constante do Processo Disciplinar Investigativo nº 018/2019, de 11 de dezembro de 2019, com aplicação de eventuais sanções cabíveis com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, caso comprovado, pelo fato acima citado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo a empresa acima, através de seu representante legal, para que acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante o mesmo.

Art. 3º Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, instituída e nomeada conforme Art. 2º da Portaria nº 016, de 27 de abril de 2020.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de maio de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 022/2020

Publicação Nº 2466200

PORTARIA Nº 022, de 05 de maio de 2020.

Dispõe sobre a substituição temporária de membros na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no Art. 4º da Portaria nº 016, de 27 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR temporariamente as servidoras Vivian Juliane Stasiak Camargo Schier – Matrícula 1966306 e Tatiane Parizotto – Matrícula 2138301, respectivamente presidente e secretária, para atuar junto à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 016, de 27 de abril de 2020, em substituição às servidoras Roseli Maria Costa Curta de Bona e Arlene Alves Daubermann Padilha, em razão de impedimento previsto no parágrafo único do Artigo 2º da Portaria nº 038, de 29 de julho de 2019.

Art. 2º As servidoras ora designadas atuarão especificamente no Processo Administrativo Disciplinar encarregado de apurar fatos imputados ao Servidor LUIZ ANTONIO DE PAULA – Matrícula nº 1427103, constantes do Processo Disciplinar Investigativo nº 007/2020, de 27 de fevereiro de 2020, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato irregular supostamente praticado pelo servidor.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de maio de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 625/2020 - RH

Publicação Nº 2465398

PORTARIA Nº 625, de 04 de maio de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir 04 de maio de 2020, referente ao período aquisitivo de julho/2009 a julho/2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora SIANARA CHEILI SAADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o respectivo período.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de maio de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 626/2020 - RH

Publicação Nº 2465399

PORTARIA Nº 626, de 04 de maio de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir 04 de maio de 2020, referente ao período aquisitivo de maio/2012 a maio/2017, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora LUCIA PAOLYCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o respectivo período.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de maio de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 – MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020**

Publicação Nº 2464991

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato – Processo Licitatório nº 004/2020 – Modalidade de Pregão Presencial nº 001/2020

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: MERCADO KOSERA LTDA - ME (CNPJ nº 68.794.478/0001-74).

Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação, material de higiene e limpeza e copa e cozinha para manutenção da Câmara Municipal de Porto União.

Valores: R\$ 27.117,40 (vinte e sete mil, cento e dezessete reais e quarenta centavos).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complementos – 3.3.90.30.07.00.00.00 – Gêneros de Alimentação

3.3.90.30.22.00.00.00 Material de limpeza e produção de higienização

3.3.90.30.21.00.00.00 – Material de Copa e Cozinha

Vigência: Janeiro a Dezembro de 2020.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Sandro Luciano Calikoski

Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

1 ADITIVO PROCESSO 312020 - MINUSA TRATORPEÇAS

Publicação Nº 2464992

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº. 31/2020, PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) Nº21/2020 PMPR, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE, PARA MONTAGEM, DESMONTAGEM, RECUPERAÇÃO E ALINHAMENTO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS200, ENTRE A PREFEITURA DE POUSO REDONDO E A EMPRESA MINUSA TRATORPEÇAS LTDA.

Aos cinco dias do mês de maio de 2020, o Município de Pouso Redondo, CNPJ n. .83.102.681/0001-26, sede na rua Antonio Carlos Thiesen, nº74, Pouso Redondo-SC, neste ato representada pelo seu prefeito, OSCAR GUTZ, doravante designada simplesmente CONTRATADA, e a empresa Minusa Tratorpeças Ltda, Ltda CNPJ n. 84.943.067.0019-89, por meio de seu Representante Legal, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE E VALOR, observado as disposições contidas na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", § 1º, Processo Administrativo nº31/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020 – REGISTRO DE PREÇOS da PMPR, e mediante as seguintes condições:

1 – Registro de preço para aquisição de peças, mão de obra e transporte, para montagem, desmontagem, recuperação e alinhamento de uma escavadeira hidráulica JCB JS200

2 – FINALIDADE. A finalidade deste instrumento é o melhoramento na máquina escavadeira JCB200.

3 – OBJETO. Aditivo de R\$ 5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais) referente a peças e serviço de mão de obra.

4 – DA VIGÊNCIA. Este instrumento entra em vigor a partir da data de hoje, 05 maio de 2020, condicionada a sua publicação no diário oficial.

4 – DA RATIFICAÇÃO. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato.

5 – DO FORO: As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal de Trombudo Central - SC, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente Termo, assinam este instrumento a Prefeitura de Pouso Redondo - SC e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 05 de maio de 2020

OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo – Contratante

Minusa Tratorpeças Ltda
CNPJ: 84.943.067/00019-89
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

3 ADITIVO B&P

Publicação Nº 2464953

3º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº003 2019 FMS
Concorrência 01/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ 12.321.353/0001-72, situada a Av. Ari Verdi, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Oscar Gutz.

CONTRATADA: B&P – CONSTRUTORA EIRELI, estabelecida na Rua Índio Pereira Ramos, nº85, Bairro Pinheiros, Otacílio Costa/SC, inscrita no CNPJ sob nº07.052.006/0001-51, representada neste ato pelo Sr. Adriani Muniz Boaventura, CPF 529.929.269-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditado o prazo contratual do contrato supramencionado, de objeto: Contratação de empresa do ramo, com fornecimento de mão de obra e materiais, para construção de uma edificação, destinada a instalação do Centro de Fisioterapia, com área

de 244,91m², matrícula imobiliária nº17.021, a ser edificada no endereço Rua Ella Stahmer, bairro Progresso, até dia 03/06/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 03 de abril de 2020

OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo – Contratante

B&P – CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ/MF sob nº 07.052.006/0001-51
Adriani Muniz Boaventura

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

DECRETO Nº 048/2020 DE 05/05/2020 - ALTERA O ART. 1º, DO DECRETO Nº 037/2020 DE 15/04/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2465484

DECRETO Nº 048/2020 DE 05/05/2020

Altera o art. 1º, do Decreto nº 037/2020 de 15/04/2020, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 1º do Decreto nº 037/2020 de 15/04/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica Decretado situação de Emergência no município de Pouso Redondo, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM (COBRADE – 1.4.1.1.0), conforme IN/MI nº. 01/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Pouso Redondo, 05 de maio de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

PROCESSO 03 2020 CREDENCIAMENTO FMS

Publicação Nº 2465866

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº03/2020 – CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº 03/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados o chamamento público para fins de credenciar médicos clínico geral, para atendimento nas dependências das unidades de saúde determinadas pela Secretaria de Saúde, conforme valor e quantidade do anexo. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou email:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 05 de maio de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2020 - PMPG - FMS

Publicação Nº 2464976

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LITA DE ITENS E QUANTIDADES CONSTANTES NO EDITAL

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 08:30 HORAS DO DIA 18/05/2020

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 08:45 HORAS DO DIA 18/05/2020.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 08:00H ÀS 11:30H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132 OU NO SITIO MUNICIPAL PRAIA GRANDE-SC, 05 DE MARÇO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.508/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465927

Decreto nº D/4.508/2020, de 05 de maio de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO AUTOMÁTICA DOS DECRETOS E REGULAMENTOS EDITADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), INDEPENDENTEMENTE DE ATO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas nos incisos X e XII, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 515, declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 525, dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto Legislativo nº 18332, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no estado;

CONSIDERANDO que além dos efeitos sobre a saúde pública global, certamente a crise econômica que se seguirá deverá atingir a todos, indistintamente, ocasionando desemprego em massa, bem como inviabilizando o prosseguimento das atividades de um sem número de empresas e prestadores de serviço, numa possível recessão econômica mundial sem precedentes, exigindo a complacência da Administração Pública em todos os níveis;

CONSIDERANDO a existência de um posicionamento alinhado na definição de ações e regras restritivas com vistas a equacionar a questão atinente ao equilíbrio necessário entre a proteção da saúde da população e a retomada gradual das atividades econômicas no estado, dentre os quais o Governo do Estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, órgãos de controle como o Ministério Público (estadual, federal e do trabalho) e o Tribunal de Contas do Estado, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, bem como das entidades representativas das causas e interesses municipalistas, como a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e as associações de municípios do estado, e;

CONSIDERANDO solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina, aos municípios Catarinenses em tele conferência no dia 29 de março de 2020, que contou com a participação dos presidentes das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, da Diretoria da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e de prefeitos das quinze maiores cidades catarinenses, que diante do cenário de perspectivas e ações tomadas no enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), sejam evitadas ações isoladas, em nível municipal, primando pela adoção de ações conjuntas em preservação de vidas, as quais, neste momento, seriam definidas e unificadas estrategicamente pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que os municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense acolheram por unanimidade as solicitações do Governo do Estado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº D/4.499/2020, de 27 de abril de 2020, que decreta situação de emergência no Município de Presidente Castello Branco - COBRADE nº 1.5.1.1.0, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Ficam automaticamente convalidados, no âmbito do Município de Presidente Castello Branco, os Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, contendo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID- 19), independentemente de ato administrativo municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 05 de maio de 2020.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 05/05/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Simone Sartori
Agente Administrativo

TERMO DE ADJUDICAÇÃO REF. EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2020

Publicação Nº 2466059

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
REF. EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2020

O Prefeito Municipal, Ademir Domingos Miotto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo nº: 24/2020
- b) Modalidade: Tomada de Preços
- c) Data da Homologação: 30/04/2020
- d) Data da Adjudicação: 30/04/2020
- e) Objeto do Processo: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para serviço especializado de mão-de-obra e fornecimento de material para reforma do Centro de Eventos Castellão, situado na Av XV de Novembro, centro do Município de Presidente Castello Branco/SC, atendendo aos requisitos previstos na NBR 9050/2015 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, através do CONTRATO DE REPASSE Nº 881775/2018/MTUR/CAIXA.
- f) Vencedor do processo a empresa: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA –EPP, no valor de R\$ 260.963,97 (duzentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).

Presidente Castello Branco – SC, em 30 de abril de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO REF. EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2020

Publicação Nº 2466050

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
REF. EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2020

O Prefeito Municipal, Ademir Domingos Miotto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo nº: 24/2020
- b) Modalidade: Tomada de Preços
- c) Data da Homologação: 30/04/2020
- d) Data da Adjudicação: 30/04/2020
- e) Objeto do Processo: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para serviço especializado de mão-de-obra e fornecimento de material para reforma do Centro de Eventos Castellão, situado na Av XV de Novembro, centro do Município de Presidente Castello Branco/SC, atendendo aos requisitos previstos na NBR 9050/2015 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, através do CONTRATO DE REPASSE Nº 881775/2018/MTUR/CAIXA.
- f) Vencedor do processo a empresa: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA –EPP, no valor de R\$ 260.963,97 (duzentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).

Presidente Castello Branco – SC, em 30 de abril de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Presidente Getúlio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020

Publicação Nº 2465028

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS
EMPRESA: MODELO PNEUS LTDA
VALOR TOTAL: R\$34.128,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 05 de maio de 2019.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020

Publicação Nº 2465031

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS
EMPRESA: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA
VALOR TOTAL: R\$76.228,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 05 de maio de 2019.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020

Publicação Nº 2466174

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS
EMPRESA: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
VALOR TOTAL: R\$75.125,50
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 05 de maio de 2019.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2020

Publicação Nº 2466171

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS
EMPRESA: RK KASCZUK E CIA LTDA
VALOR TOTAL: R\$118.632,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 05 de maio de 2019.
Nelson Virtuoso - Prefeito

a

DECRETO Nº. 077/2020

Publicação Nº 2465986

DECRETO Nº. 077/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/2019, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a Dotação Orçamentária do Orçamento vigente, a seguir discriminada:

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	012	Educação
SUBFUNÇÃO	365	Ensino Infantil
PROGRAMA	060	Qualidade na Educação
ATIVIDADE	2017	Manutenção do Ensino Infantil
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10100	Receita de Impostos - Educação 15.000,00
TOTAL		15.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	012	Educação
SUBFUNÇÃO	365	Ensino Infantil
PROGRAMA	060	Qualidade na Educação
ATIVIDADE	2017	Manutenção do Ensino Infantil
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10100	Receita de Impostos - Educação 15.000,00
TOTAL		15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 13 DE ABRIL DE 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 079/2020

Publicação Nº 2465990

DECRETO Nº. 079/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar por conta do superávit financeiro verificado em 31 de dezembro de 2019, a destinação de recursos sob a codificação 38900 – Receita de Alienações, no valor de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais):

ÓRGÃO	13.01	Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	512	Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA	150	Água Pura para todos
ATIVIDADE	2034	Manutenção do SAATE
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	38900	Receita de Alienações 23.400,00
TOTAL		23.400,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 16 DE ABRIL DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 080/2020

Publicação Nº 2465993

DECRETO Nº. 080/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada e suplementada, por conta do superávit financeiro verificado no Exercício de 2019, a destinação de recursos sob a codificação 38900 – Receita de Alienações, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	03.01	Secretaria de Administração e Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	020	Gerência Administrativa e Financeira Geral
ATIVIDADE	2003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	38900	Receita de Alienações 20.000,00
TOTAL		20.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 16 DE ABRIL DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 083/2020

Publicação Nº 2465997

DECRETO Nº. 083/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de Dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
FUNÇÃO	004	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	020	Gerência Administrativa e Financeira Geral
ATIVIDADE	1033	Construção do Centro de Múltiplo Uso Municipal
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 5.000,00
TOTAL		5.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
-------	-------	--

FUNÇÃO	004	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	020	Gerência Administrativa e Financeira Geral
ATIVIDADE	1033	Construção do Centro de Múltiplo Uso Municipal
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 5.000,00
TOTAL		5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 17 DE ABRIL DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2020

Publicação Nº 2466186

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 2/2020
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
CNPJ: 83.102.434/0001-20
CONTRATADA: CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA EPP
CNPJ: 12.361.704/0001-79
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ROLAND BAHR, BAIRRO NITERÓI, EM PRESIDENTE GETÚLIO/SC
VALOR: R\$ 520.620,71 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e vinte reais e setenta e um centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2020
PRESIDENTE GETÚLIO, 05 DE MAIO DE 2020
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

LEI Nº. 3.330/2020

Publicação Nº 2465979

LEI Nº. 3.330/2020
AUTORIZA A EXECUÇÃO DE DESPESA COM OS RECURSOS ORIUNDOS DA CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a executar despesa com os recursos oriundos da cessão onerosa do bônus de assinatura do Pré-Sal, no montante de até R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) a que se referem o art. 1º, caput e inciso III; a fim de realizar investimento conforme autorizado pelo art. 1º, § 3º, II; ambos da Lei federal 13.855/2019, consistindo na aquisição do seguinte bem:

I – uma RETROESCAVADEIRA nova, fabricação nacional.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 05 DE MAIO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº. 3.331/2020

Publicação Nº 2465981

LEI Nº. 3.331/2020
HOMOLOGA TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO E A ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Colaboração Nº. 003/2020, constante do Anexo I, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO E A ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA, objetivando a prestação de serviços de acolhimento de pessoas em idade adulta, inclusive idosos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, constante do anexo II.

Art. 2º. O Município repassará o valor de R\$ 96.800,00 (noventa e seis mil e oitocentos reais), que serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso, mediante a apresentação da nota fiscal para empenho, conforme a seguinte classificação orçamentária: 09.001.00 10.0301.0090.2025.3335000.00.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 05 DE MAIO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 445/2020

Publicação Nº 2466129

PORTARIA Nº 445/2020

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DO CARGO EM RAZÃO DA APOSENTADORIA DE SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e Inciso VI e parágrafo único do Artigo 54 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008 que dispõe sobre a Vacância do cargo em virtude da Aposentadoria, resolve,

DECLARAR A VACÂNCIA E CONSIDERAR APOSENTADO:

A servidora BERNADETE NOACK, Professora, Nível 2, Classe F, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo desta Prefeitura Municipal, a partir de 05 de maio de 2020.

Presidente Getúlio-SC, em 05 de maio de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO, 05 DE MAIO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2020

Publicação Nº 2465925

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2020

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MÉDIO PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 22/05/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 5 de maio de 2020.

NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6/2020 - SAATE

Publicação Nº 2465761

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO – SAATE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 5/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA, PARA USO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO DE PRESIDENTE GETÚLIO.

FORMA DO PREGÃO: ELETRÔNICO - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 15h00min do dia 15/05/2020. Início da sessão: dia 15/05/2020, às 15h15min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.presidentegetulio.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações do Município de Presidente Getúlio, situado à Praça Otto Muller, 10, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou através do telefone (47)3352 5500.

Presidente Getúlio, 05 de maio de 2020.

Edson José Staloch – Superintendente

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2020

Publicação Nº 2465885

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2020

REGISTRO DE PREÇO PARA COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAIS DE PAVIMENTAÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 21/05/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 5 de maio de 2020.

NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº003/2020 - CEO

Publicação Nº 2464712

CONVÊNIO Nº003/2020

CONVÊNIO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PRINCESA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.836/0001-00, com sede administrativa na Rua Rio Grande do Sul, nº545, Centro, nesta cidade de Princesa- SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRINCESA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.430.652/0001-82, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, nº 652, Centro, nesta cidade de Princesa - SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edilson Miguel Volkweis, brasileiro, casado, portador do CPF de nº 066.378.379-89, doravante denominado CONCEDENTE e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.265.919/0001-23, com sede administrativa na Rua Vereador João Verona, nº 322, Centro, na cidade de Dionísio Cerqueira - SC, neste ato representado por seu Gestor, o Sr. Deniz Evandro da Rocha, brasileiro, portador do CPF nº 052.221.759-10 e da C.I. de nº 3.678.292, doravante denominado CONVENIENTE, amparados pela Lei Municipal nº 1.052, de 30 de abril de 2020, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Convênio, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros com a contraprestação de serviços na área de odontologia especializada de pacientes do Município de Princesa/SC encaminhados para tratamento no Centro de Especialidades Odontológicas –CEO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

2.1 – O CONCEDENTE se obriga a:

- Repassar o valor das parcelas conveniadas até o dia 10 (dez) de cada mês.
- Efetuar os repasses mediante depósito em conta corrente de nº 25.567x, agência nº 1055-3, do Banco do Brasil, de titularidade da CONVENIENTE;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Realizar, a conta de dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente Convênio;
- Publicar o extrato do presente Convênio no Diário Oficial do Município, nos termos do Decreto Municipal Nº 85, de 02 de maio de 2016;
- Exigir a Prestação de Contas de cada parcela recebida nos termos da IN14/2012 - TCE;

2.2 – A CONVENIENTE se obriga a:

- Aplicar os recursos recebidos exclusivamente nos objetivos conveniados;
- Movimentar os recursos na conta corrente nº 25.567x6, agência nº 1055-3, do Banco do Brasil; específica e vinculada ao presente Convênio, através ordem bancária, sem emissão de cheques;
- Prestar contas segundo as diretrizes da Instrução Normativa nº 014/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- Recolher na conta bancária de nº 5.008-3, do Banco do Brasil, agência nº 0776-5, de titularidade do CONCEDENTE os valores porventura não empregados pela CONVENIENTE no objeto do Convênio.
- Observar para as aquisições de bens e serviços, com recursos do convênio, as regras de licitação e contratos públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

3.1 – O presente Convênio terá vigência a partir da vigência da Lei n. 1.052, de 30 de abril de 2020, até 31 de dezembro de 2020, conforme Plano de Trabalho apresentado.

3.2 – O prazo de vigência poderá ser aditado por igual e sucessivos períodos, até completar 60 meses.

3.3 – Havendo aditamento de prazo será possível o reajuste anual dos valores de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor –INPC ou pelo que lhe vier substituir, apurado após 12 meses do início do convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

4.1 – O valor do presente convênio é de R\$12.000,00 (doze mil reais), a serem repassados em 08 parcelas mensais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com vencimentos a partir do mês de maio de 2020, conforme Plano de Trabalho apresentado.

4.2 Excepcionalmente a primeira parcela englobará o valor total das parcelas vencidas até a data de assinatura do convênio.

CLAUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.1 – O Município através do responsável pelo programa de governo ou ação deste Convênio possui a prerrogativa legal de controlar a sua execução física, mediante a verificação in loco e emissão de certificação por escrito a ser anexada a Prestação de Contas do Convênio.

CLAUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 – As despesas decorrentes do presente Convênio correrão a conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2020, no seguinte elemento de despesa:

11-00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj/Ativ	2.023 – Manutenção das Atividades de Saúde
Elemento	3.3.40.00.00.00.00 – Transferência a Municípios
Recurso	0.3.0002. – 15% Impostos destinados a Saúde
Valor	12.000,00

6.2 – Havendo o aditamento do prazo do convênio serão consignados no Plano Plurianual e nas leis orçamentárias recursos suficientes para o atendimento do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 – A obrigatoriedade da CONVENIENTE em apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos observará o disposto na Instrução Normativa nº 014/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e alterações posteriores;

7.2 - O processo de apresentação da Prestação de Contas deverá ser constituído dos documentos do Anexo X da IN TCE/SC Nº14/2012, no que couber.

7.3 – Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento de cada parcela para prestação de contas do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

8.1 – Constitui motivo para a rescisão do presente Convênio, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

I – a utilização dos recursos em desacordo com o objeto do Convênio e respectivo Plano de Trabalho;

II – a falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos.

8.1.1 - A rescisão do presente Convênio, na forma do disposto nesta Cláusula, enseja a instauração do Processo de Contas Especial.

CLÁUSULA NONA- DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

9.1 – Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos danos, no caso de irregularidade na Prestação de Contas do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 – O saldo não utilizado do valor do Convênio deverá ser devolvido pela CONVENIENTE atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal integralmente à conta bancária do CONCEDENTE informada para tal fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PROIBIÇÕES

11.1 – É proibido à CONVENIENTE repassar ou transferir os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

11.2 – É vedado ainda:

- a realização de despesas a títulos de taxa de administração, de gerência ou similar;

- a alteração do objeto do convênio detalhada no Plano de Trabalho;

- a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

- a realização de despesa em data anterior ou posterior a vigência do presente Convênio;

- a realização de despesas com multas, juros ou correção monetária;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

12.1 – A minuta do presente Convênio foi aprovada pela Assessoria Jurídica deste Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, conforme visto abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO COMPETENTE

13.1 – Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente Convênio, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem juntos e acordados, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor junto com duas testemunhas a tudo presentes.

Princesa (SC), 05 de maio de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal
Concedente

DENIZ EVANDRO DA ROCHA
Gestor Do Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira
Conveniente

Procuradoria do Município
Dr. Ivan Bernardi
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Nome
CPF

Nome
CPF

DECRETO Nº. 547, DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464919

DECRETO Nº. 547, DE 05 DE MAIO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL ADMITIDO (A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

CONSIDERANDO que é dever da administração pública rever seus atos, quando eivados de vícios, porque deles não se originam direitos;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina nº 003/2020/PJ/SJC;

CONSIDERANDO que houve falhas na publicação da chamada pública 02/2020;

DECRETA:

Art. 1º. A EXONERAÇÃO de Aline Andréia Spironello, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Pinheirinho, Município de Princesa/SC, portadora do CPF nº. 078.775.339-42, atuante no cargo e função de Professor Segundo Professor, a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 05 de maio de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 548, DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464928

DECRETO Nº. 548, DE 05 DE MAIO DE 2020

EXONERA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL ADMITIDO(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

CONSIDERANDO que é dever da administração pública rever seus atos, quando eivados de vícios, porque deles não se originam direitos;
CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina nº 003/2020/PJ/SJC;
CONSIDERANDO que houve falhas na publicação da chamada pública 02/2020;

DECRETA:

Art. 1º. A EXONERAÇÃO de LIZIANE FÁTIMA PELLEZ, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Princesa SC, portadora do CPF nº. 012.388.219-28 RG nº 6.926.810, a qual deixa de ocupar o cargo e função de Professor de Arte do Ensino Infantil e Fundamental, matutino e vespertino, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Professora não-habilitada, a partir de 30 de abril de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 05 de maio de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 550 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2464989

DECRETO Nº. 550 DE 05 DE MAIO DE 2020.

APROVA O DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º O presente memorial refere-se ao desdobro de parte do lote urbano nº 146-D (cento e quarenta e seis D), com a área de 782,50 m² (setecentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Santo Cristo, a uma distância de 42,65 metros da esquina com a Rua Mato Grosso, no Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, matriculado no Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, sob matrícula nº 14.404, de propriedade de Eloria Both para que seja desdobrado, conforme as dimensões e confrontações a seguir:

IMÓVEL PRIMITIVO: Parte do lote urbano nº 146-D (cento e quarenta e seis D), com a área de 782,50 m² (setecentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Santo Cristo, a uma distância de 42,65 metros da esquina com a Rua Mato Grosso, no Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se: ao NOROESTE com parte do lote urbano número 146-E, medindo 50,00 metros; ao SUDOESTE com a Avenida Santo Cristo, medindo 15,65 metros; ao SUDESTE com parte dos lotes urbanos números 146-A, 146-B e 146-C, medindo 50,00 metros; e ao NORDESTE com parte do lote urbano número 226, medindo 15,65 metros.

ÁREA DESDOBRADA: Parte do lote urbano nº 146-F (cento e quarenta e seis F), com a área de 349,00 m² (trezentos e quarenta e nove metros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Santo Cristo, a uma distância de 42,65 metros da esquina com a Rua Mato Grosso, no Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se: ao NOROESTE com parte do lote urbano nº 146-E, medindo 22,30 metros; ao SUDOESTE com parte do lote urbano nº 146-D, medindo 15,65 metros; ao SUDESTE com parte dos lotes urbanos nº 146-B e 146-C, medindo 22,30 metros; e ao NORDESTE com o lote urbano nº 226, medindo 15,65 metros.

ÁREA REMANESCENTE: Parte do lote urbano nº 146-D (cento e quarenta e seis D), com a área 433,50 m² (quatrocentos e trinta e três

metros e cinquenta decímetros quadrados), destes, 83,10 m² (oitenta e três metros e dez decímetros quadrados), são destinados a uma servidão de passagem localizada na face noroeste do lote, que dá acesso ao imóvel denominado parte do lote urbano nº 146-F (cento e quarenta e seis F), sem acessões, situado na Avenida Santo Cristo, a uma distância de 45,65 metros da esquina com a Rua Mato Grosso, no Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se: ao NOROESTE com parte do lote urbano nº 146-E, medindo 27,70 metros; ao SUDOESTE com a Avenida Santo Cristo, medindo 15,65 metros; ao SUDESTE com parte dos lotes urbanos nº 146-A e 146-B, medindo 27,70 metros; e ao NORDESTE com parte do lote urbano nº 146-F, medindo 15,65 metros.

SERVIDÃO DE PASSAGEM: Parte do lote urbano nº 146-D (cento e quarenta e seis D), com área de 83,10 m² (oitenta e três metros e dez decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Santo Cristo, a uma distância de 45,65 metros da esquina com a Rua Mato Grosso, no Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se: ao NOROESTE com parte do lote urbano nº 146-E, medindo 27,70 metros; ao SUDOESTE com a Avenida Santo Cristo, medindo 3,00 metros; ao SUDESTE com parte do mesmo lote urbano nº 146-D, medindo 27,70 metros; e ao NORDESTE com parte do lote urbano nº 146-F, medindo 3,00 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa/SC,
em 05 de maio de 2020.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e

publicado na forma da lei

Princesa/SC, 06 de maio de 2020

Gilson Loga Lisboa

EXTRATO CONTRATO 01 ADT 43.2019

Publicação Nº 2465896

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 01 ADT 43/2019 - Contrato Nº: 43/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 07/05/2020 Término: 06/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2019

Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (36)

Objeto : Primeiro termo aditivo referente a "Contratação de empresa jurídica especializada, para realizar a execução de SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro em ruas e trechos do Município de Princesa/SC,

conforme memorial descritivo."

Princesa, 5 de Maio de 2020

EXTRATO CONTRATO 13.2020 - GAIA

Publicação Nº 2464675

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA.

Valor : 323.890,00 (trezentos e vinte e três mil oitocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 06/05/2020 Término: 06/07/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2020

Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (160), 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (220)

Objeto : Contratação de pessoa jurídica para efetuar

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO sobre piso de calçamento com pedras irregulares em trechos das ruas Paraná, Santa Catarina e Santa Cruz, conforme Contrato de Repasse nº 885087/2019 firmado com o MDR Ministério de Desenvolvimento Regional.

Princesa, 5 de Maio de 2020

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 14.2020 IL 02.2020 - REVISÃO SPIN

Publicação Nº 2465803

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2020

PROCESSO Nº 14/2020 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

OBJETO: Aquisição de peças e contratação de mão de obra para realizar revisão dos 30.000 km do veículo SPIN, placas QJN 2656 utilizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Princesa/SC.

CONTRATADO: BREGOMAR VEICULOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 660,04 (seiscentos e sessenta reais e quatro centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

Princesa, 05/05/2020

Secretária Municipal De Saúde

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 45.2020-PL E PL 50.2020

Publicação Nº 2465415

TOMADA DE PREÇO Nº 2/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/20 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/20

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para efetuar RECAPEAMENTO ASFÁLTICO sobre piso de calçamento com pedras irregulares em trechos das ruas Paraná, Santa Catarina e Santa Cruz, conforme Contrato de Repasse nº 885087/2019 firmado com o MDR Ministério de Desenvolvimento Regional.

VALOR DA DESPESA: R\$ 323.890,00 (trezentos e vinte e três mil oitocentos e noventa reais)

DATA: 05/05/20 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/20

HOMOLOGAÇÃO: 05/05/20

CONTRATADO: MARCIO JUNIOR CANTON

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Contratação de serviço de avaliação mercadológica de três partes de lotes rurais no Município de Princesa/SC. VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 05/05/20 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 51.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 22.2020 - TUBOS E GALERIAS

Publicação Nº 2466469

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 51/2020-PM

Pregão Presencial 22/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de tubos e galerias de concreto para uso da Secretaria de Infraestrutura de Obras, do Urbanismo e dos Transportes do Município de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 19 de maio de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 06 de maio de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 14.2020-PM - INEXIGIBILIDADE 02.2020-PM - 3ª REVISÃO SPIN

Publicação Nº 2465800

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2020-FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2020-FMS

OBJETO

Aquisição de peças e contratação de mão de obra para realizar revisão dos 30.000 km do veículo SPIN, placas QJN 2656 utilizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Princesa/SC.

JUSTIFICATIVA

A aquisição se faz necessária, para realizar a revisão do veículo, visando a sua manutenção preventiva e preservar suas garantias, já que é fundamental para garantir o bom funcionamento do mesmo, prolongar a sua vida útil evitando quebras inesperadas e desgastes prematuros, além de garantir a produtividade, a eficiência e o valor do mesmo. Devido a garantia do veículo, se faz necessária a realização desta revisão a cada 10 mil quilômetros, isso explica a proximidade das revisões, pois o veículo é usado de forma rotineira para realizar as viagens longas que são frequentes devido à demanda de encaminhamentos e autorizações de consultas e exames encaminhados via TFD (Tratamento Fora de Domicílio).

Princesa, 05 de maio de 2020.

Denacir Epping Gestor do Fundo Municipal de Saúde	
--	--

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente		
Simone L. Pinheiro Membro		
Alessandra dos Santos Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2020-FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2020-FMS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente inexigibilidade fundamenta-se no disposto no artigo 25 da Lei 8.666/93, que a caracteriza como indicada nas situações em que houver inviabilidade de competição. Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; não é obrigatório ou compulsório.

Jessé Torres Pereira Júnior cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição". Em regra, exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Transcreva-se o inciso I do art. 25 da lei 8.666/93, para maior esclarecimento:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Princesa, 05 de maio de 2020.

Denacir Epping Gestor do Fundo Municipal de Saúde	
--	--

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente		
Simone L. Pinheiro Membro		
Alessandra dos Santos Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2020-FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2020-FMS

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDORE E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade, buscou-se no mercado por profissional que atuasse em área compatível. Neste tema foi encontrada a empresa BREGOMAR VEÍCULOS LTDA, CNPJ 75.838.979/0001-70, com sede na Rua Willy Barth, nº 2777, Centro, São Miguel do Oeste/SC.

A escolha do Fornecedor justifica-se em razão de ser a Concessionária Autorizada de Veículos da marca Chevrolet, que foi o seu fornecedor (fábrica) e responsável por todas as garantias do veículo.

O preço foi definido a partir de orçamento realizado pelo responsável da Frota Municipal com o responsável da Empresa, sendo que o veículo será transportado pelo setor até a Agência, e que a mão de obra para a sua revisão será gratuita. Destaca que o veículo é de grande importância na secretaria, por ser utilizado em várias atividades do setor, e principalmente de forma rotineira nos serviços de transportes de paciente para fora do domicílio.

O fornecedor supramencionado deverá fornecer os itens, conforme especificações abaixo:

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 05 de maio de 2020.

Denacir Epping Gestor do Fundo Municipal de Saúde	
--	--

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente		
Simone L. Pinheiro Membro		
Alessandra dos Santos Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2020-FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2020-FMS

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso I, do art. 25, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2020-FMS, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2020-FMS a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 05 de maio de 2020.

Denacir Epping Gestor do Fundo Municipal de Saúde	
--	--

PROCESSO LICITATÓRIO 50.2020-PM - DISPENSA 19.2020 - AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

Publicação Nº 2465423

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2020-PM

OBJETO

Contratação de serviço de avaliação mercadológica de três partes de lotes rurais no Município de Princesa/SC.

JUSTIFICATIVA

Dentre as diversas atribuições da Administração Municipal, está a de permitir o deslocamento de seus Munícipes e/ou visitantes pelo território do Município. Para tanto, é necessário que sejam criadas e mantidas as vias públicas, nestas inseridas as estradas municipais, que permitem o deslocamento de pessoas entre as diversas comunidades do Município, o acesso dos cidadãos a suas residências ou propriedades (rurais, neste caso), o deslocamento de estudantes até seu centro de ensino e o transporte de bens e produtos de um ponto ao outro do Município ou fora deste.

Este deslocamento/transporte só é possível devido a existência de vias de acesso com condições de trafegabilidade. Imprescindível, portanto, que as estradas municipais estejam adequadas ao uso, o que é possível mantendo-se um trabalho contínuo de abertura de novas vias e manutenção das já existentes.

É notório que diversos Municípios da região enfrentam dificuldades para obtenção de cascalho de qualidade. No Município de Princesa não é diferente. O Município enfrenta problemas ante a escassez de material, dificultando, sobremaneira, o trabalho de manutenção das vias municipais, causando, por diversas vezes, transtornos de diversas ordens à população.

O Município de Princesa/SC possui uma área territorial de aproximadamente 85 km² e possui mais de 500 km de estradas municipais e a abertura de novas vias e manutenção das já existentes necessita de oferta contínua de material (cascalho) em volume suficiente para atender a demanda. Outro ponto a ser considerado é a localização do depósito do material e a facilidade de acesso de veículos e equipamentos ao local.

Em pesquisas realizadas na zona rural, o Município deparou-se com algumas áreas que, a princípio, poderiam ser utilizadas para minimizar ou sanar as deficiências de material até então enfrentadas.

Dessa forma, verificou-se a necessidade de contratação de estudo de viabilidade da área, agindo-se em conformidade com os dispositivos legais, visando a avaliação prévia de valores praticados no mercado imobiliário para verificar o preço a ser pago pelos direitos de exploração das áreas em apreço estão em plena conformidade com aqueles praticados pelo mercado.

Além disso, a contratação é necessária para avaliação de um terceiro lote, visando encontrar o valor do imóvel mais adequado para disponibilizar a venda do mesmo.

Princesa, 05 de maio de 2020.

Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2020-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no inciso II, do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 05 de maio de 2020.

Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler
Presidente

Simone L. Pinheiro
Membro

Alessandra dos Santos
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2020-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O fornecedor escolhido foi o profissional MARCIO JUNIOR CANTON CPF 025.868.689-86, CRECI 18608, CNAI, 6886, residente na Rua Paraná, São José do Cedro/SC. Dessa forma, como o proponente é do ramo pertinente e os preços praticados na presente contratação estão compatíveis com os praticados na região para objeto assemelhado justifica-se a contratação direta da mesma.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Item	Especificação	Unidade*	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas, com dupla camada de tecido modelo tradicional com pregas e bico de pato, conforme solicitação da secretaria.	Un	2	550,00	1.100,00
2	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas, com tripla camada de tecido modelo tradicional com pregas e bico de pato, conforme solicitação da secretaria.	Um	1	400,00	400,00
Total (R\$)					1.500,00

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 05 de maio de 2020.

Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler
Presidente

Simone L. Pinheiro
Membro

Alessandra dos Santos
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2020-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, objetivando a contratação do profissional MARCIO JUNIOR CANTON CPF 025.868.689-86, CRECI 18608, CNAI, 6886.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Item	Especificação	Unidade*	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas, com dupla camada de tecido modelo tradicional com pregas e bico de pato, conforme solicitação da secretaria.	Un	2	550,00	1.100,00

2	Máscara de tecido, tricoline, 100% algodão, cores sortidas, com tripla camada de tecido modelo tradicional com pregas e bico de pato, conforme solicitação da secretaria.	Um	1	400,00	400,00
Total (R\$)					1.500,00

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 05 de maio de 2020.

Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone L. Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2020-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2020-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 05 de maio de 2020.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa	
---	--

Quilombo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0320/2020 – DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465405

PORTARIA Nº 0320/2020 – DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 03/2020, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando o pedido de licença não remunerada pelo período de 01 (um) ano, protocolado sob o nº6624 em 28 de janeiro de 2020;

Considerando o despacho nº 12/2020, emitido pelo Prefeito Municipal no dia 19 de fevereiro de 2020, que indeferiu o pedido de concessão de licença não remunerada protocolado sob o nº6624;

Considerando o Ofício nº 017/2020, emitido pelo Setor de Recursos Humanos no dia 17 de abril de 2020 e as informações anexas;

Considerando o parecer jurídico nº013/2020 de 24 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar nº03/2020, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no ofício 017/2020 emitido pelo Setor de Recursos Humanos e os anexos que o acompanha.

Parágrafo Único. Nomeia-se para conduzir os trabalhos a seguinte comissão:

I. Luciana Lima – Presidente;

II. Daniela Moura Bortolatto – Membro;

III. Tairone Padilha Dos Santos – Membro;

IV. Rildo José Beber – Membro;

V. Ivanete Bison – Membro;

Art. 2º A presente Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar poderá contar com o tempo, os meios e a estrutura material necessária para realização de seu mister, podendo, inclusive, requisitar o auxílio de demais servidores, se for o caso.

Art. 4º Os serviços da comissão são considerados de caráter relevante, não sendo atribuída aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 05 de maio de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/05/2020

Lei Municipal 1087/1993

Luciana Lima

Servidora Designada

PORTARIA Nº 0321/2020 – DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465409

PORTARIA Nº 0321/2020 – DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 04/2020, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº7007 no dia 13 de março de 2020;

Considerando o Boletim de Ocorrência registrado no dia 13 de março de 2020 sob o nº0220898/2020-BO-00070.2020.0000298, anexo ao requerimento de protocolo nº7007;

Considerando o parecer jurídico nº010/2020 de 18 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar nº04/2020, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no requerimento protocolado sob o nº7007 no dia 13 de março de 2020 e Boletim de Ocorrência que o acompanha.

Parágrafo Único. Nomeia-se para conduzir os trabalhos a seguinte comissão:

- I. Luciana Lima – Presidente;
- II. Daniela Moura Bortolatto – Membro;
- III. Tairone Padilha Dos Santos – Membro;
- IV. Rildo José Beber – Membro;
- V. Ivanete Bison – Membro;

Art. 2º A presente Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar poderá contar com o tempo, os meios e a estrutura material necessária para realização de seu mister, podendo, inclusive, requisitar o auxílio de demais servidores, se for o caso.

Art. 4º Os serviços da comissão são considerados de caráter relevante, não sendo atribuída aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 05 de maio de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/05/2020
Lei Municipal 1087/1993

Luciana Lima
Servidora Designada

TERMO DE USO 213/01-CINCATARINA

Publicação Nº 2464716

TERMO DE USO DE AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS – TU213/01

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA é uma entidade pública multifinalitária, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando nos termos da lei a administração indireta dos entes da federação consorciados, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, e Central Executiva estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Sr. Elói Rönna, doravante denominado CINCATARINA, e o Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.021.865/0001-61, com sede na R. Duque de Caxias, 165, na cidade de Quilombo - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. SILVANO DE PARIZ, doravante denominado ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, nos termos da Lei Municipal n. , firmam o presente TERMO DE USO DE AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS, que se regerá pelas condições previstas neste termo e nas decisões da assembleia geral do consórcio público, de acordo com os seguintes itens:

1. OBJETIVOS

1.1 Atividades desenvolvidas através do CINCATARINA, de forma direta ou indireta, para execução de ações específicas e individualizadas quando solicitadas e autorizadas pelo ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, voltadas ao desenvolvimento de programas, projetos, atividades e operações especiais nas áreas de atuação governamental de Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia.

2. AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS

2.1 Serão atendidas as ações específicas e individualizadas do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, tendo como atividades exemplificativas as seguintes, entre outras: Serviços de engenharias, Revisão de Plano Diretor, Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, Revisão de Plano de Saneamento Básico, Elaboração de Rotas Acessíveis, Elaboração de Rotas Turísticas, Diagnóstico Socioambiental, Levantamento por RPA (Drone), Projetos de Loteamentos, Projetos de Requalificação Urbana, Estudos, Licenças e projetos para Regularização de Cemitérios, Recuperação de Áreas Degradadas (antigos lixões, cascalheiras e entre outras), Projetos de Outorgas de Poços, Projetos de Sinalização Viária, Criação e Coordenação de Grupos Técnicos, Regularização/monitoramento de cascalheiras (IMA/ANM), Supressão da vegetação e Licenciamentos ambientais para o Ente da Federação Consorciado.

4. DA EXECUÇÃO

4.1 A execução das ações específicas e individualizadas ficarão limitadas a capacidade técnica instalada do CINCATARINA, podendo ser utilizados serviços terceirizados para complementação das atividades.

4.1.1 As solicitações de materiais ou de serviços serão analisadas e caso possa ser realizada através do CINCATARINA, será apresentada proposta contendo o detalhamento e os custos estimados para atendimento da ação específica e individualizada.

4.1.2 A proposta apresentada pelo CINCATARINA se aprovada pelo ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO deverá ser autorizada e encaminhada para emissão de empenho.

4.2 A execução das ações específicas e individualizadas somente ocorrerão após emissão do empenho dos materiais e serviços autorizados pelo ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO.

4.3 Os valores estimados para emissão do empenho serão sugeridos pelo CINCATARINA, usando como base histórica as atividades já executadas.

4.4 A execução ficará limitada ao saldo dos valores empenhados.

5. DOS VALORES

5.1 Os valores dos materiais e serviços utilizados na execução das ações específicas individualizadas quando contratados pelo CINCATARINA de forma indireta, serão os mesmos cobrados do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO.

5.2 A remuneração das atividades de serviços prestados diretamente pelo CINCATARINA serão cobrados em conformidade com os valores aprovados em Assembleia Geral e regulamentado através de resolução.

5.3 O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO entregará ao CINCATARINA os valores em conformidade com Relatório de Execução das Atividades.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos materiais e serviços autorizados para execução de ações específicas e individualizadas, correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, do exercício corrente e seguintes.

6.2 O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO quando do empenhamento especificará a classificação orçamentária.

6.3 Para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

7. DOS PAGAMENTOS

7.1 - O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO deverá entregar recursos financeiros ao CINCATARINA através de boleto bancário, débito autorizado ou depósito em conta, o valor correspondente às despesas de sua responsabilidade pelas ações específicas e individualizadas devidamente autorizadas, em conformidade com o valor do Relatório de Execução das Atividades.

7.2 - O ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO deverá entregar os recursos financeiros em até 10(dez) dias após a apresentação do Relatório de Execução das Atividades executadas.

7.3 - Havendo atrasos nas entregas de recursos financeiros do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO que comprometa a execução das despesas o CINCATARINA suspenderá as atividades até regularização.

8. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

8.1 A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

8.2 A fiscalização das ações ficará a cargo do Conselho Fiscal do CINCATARINA, de representante do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO, da Casa Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

8.3 O CINCATARINA não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

8.4 O CINCATARINA deve fornecer ao ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos financeiros entregues, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

9. DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1 São direitos e deveres do ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO:

- a) Acompanhar as atividades do CINCATARINA, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Entregar os recursos financeiros decorrentes dos serviços e materiais utilizados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

10. DURAÇÃO DO TERMO DE USO

10.1 A duração do termo de uso de ações específicas e individualizadas é por prazo indeterminado.

10.2 O início das atividades de uso de ações específicas e individualizadas, através deste termo de uso será a partir da data de assinatura deste termo.

10.3 A rescisão poderá ocorrer de forma unilateral com comprovação da motivação jurídica e/ou legal, ou por vontade das partes, devendo ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando as obrigações previstas neste termo de uso.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 São benefícios da execução de ações específicas e individualizadas:

- a) Redução de custos operacionais;
- b) Economia de dinheiro público;
- c) Eficiência e rapidez na execução de atividades;
- d) Disponibilização de profissionais qualificados;
- e) Eficiência na gestão pública;
- f) Otimização de processos e racionalização administrativa.

Por assim estarem ajustadas as partes, firmam o presente TERMO DE USO DE AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Florianópolis, 30 de março de 2020.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CINCATARINA

SILVANO DE PARIZ
Prefeito de Quilombo
ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO

Testemunhas:

1ª- 2ª-

PROPOSTA Nº 080/2020 - CINCATARINA

Publicação Nº 2464719

**Inovação e Modernização
na Gestão Pública****PROPOSTA Nº 080/2020**

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, no âmbito de suas atribuições, apresenta proposta para atividades desenvolvidas através do CINCATARINA, de forma direta ou indireta, em conformidade com o Termo de Uso nº 213/01, para execução de ações específicas e individualizadas quando solicitadas e autorizadas pelo **ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO**, voltadas ao desenvolvimento de programas, projetos, atividades e operações especiais nas áreas de atuação governamental de Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia.

OBJETO DESTA PROPOSTA**Revisão do Plano Diretor do município de Quilombo, compreendendo:**

- a) Análise de dados (Envio de informações pelo município)
- b) Levantamento de campo
- c) Preparação do Processo de Planejamento Participativo e Palestra técnica
- d) Reuniões comunitárias e Reuniões técnicas
- e) Elaboração do Diagnóstico (Leitura Técnica + Leitura Comunitária) e Prognóstico
- f) Elaboração da minuta da Revisão da Lei de Diretrizes do Plano Diretor
- g) Elaboração da minuta do Projeto de Lei de Parcelamento do Solo
- h) Elaboração da minuta do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo
- i) Elaboração da minuta do Projeto de Código de Edificações
- j) Elaboração da minuta do Projeto de Código de Posturas
- k) Preparação do Processo de Planejamento Participativo
- l) Audiências Públicas 1 e 2
- m) Análise e revisão final
- n) Elaboração do Projeto de lei para encaminhamento na Câmara de Vereadores

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

📍 CNPJ: 12.075.748/0001-32
🌐 www.cincatarina.sc.gov.br
✉ cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

📍 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (048) 3380 1620

📍 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (048) 3380 1621



**Inovação e Modernização
na Gestão Pública**

PRODUTOS

Os produtos listados abaixo serão entregues em formato impresso e digital.

Produto 01 - Metodologia de Trabalho

Produto 02 - Diagnóstico (Leitura Técnica + Leitura Comunitária) e Prognóstico

Produto 03 - Lei de Diretrizes do Plano Diretor

Produto 04 - Lei de Parcelamento do Solo

Produto 05 - Lei de Uso e Ocupação do Solo

Produto 06 - Código de Edificações

Produto 07 - Código de Posturas

Produto 08 - Relatório da Audiência Pública

Produto 09 - Minuta de Projeto de lei aprovado pela Comissão

VALORES

Para a prestação dos serviços descritos no item acima, o valor será de:

Descrição	Valores (R\$)
Serviços	98.800,00
Materiais	
VALOR TOTAL	98.800,00

FORMA DE PAGAMENTO

Esse valor será cobrado mensalmente e de forma fracionada através da apresentação do Relatório de Execução das Atividades.




PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo de execução de 24 meses após a emissão do Empenho e entrega das informações necessárias.

SUGESTÃO DE TEXTO PARA EMPENHO

Entrega de recursos para o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, CNPJ 12.075.748/0001-32, relativo à contratação direta e indireta de Revisão do Plano Diretor, para o Município de Quilombo, em conformidade com o Termo de Uso nº 213/01.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (048) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (048) 3380 1621



**Inovação e Modernização
na Gestão Pública**

Validade da proposta 30/04/2020.

Florianópolis, 31/03/2020.




De acordo:


GUILHERME MULLER
Assessor Geral de Direção
CINCATARINA

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Município de Quilombo

Data: ____/____/____

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (048) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (048) 3380 1621

Rio do Campo

PREFEITURA

225 PORTARIA Nº 225 DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA DE ALICIO GIACOMOZZI NETO

Publicação Nº 2464632

Portaria nº. 225, de 05 de maio de 2020.

Dispõe sobre a concessão de alteração de Carga Horária ao servidor ALICIO GIACOMOZZI NETO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei nº 2.140 de 03 de maio de 2017, que altera o art.40 da Lei nº 1.570/2007.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER alteração de Carga Horária ao servidor ALICIO GIACOMOZZI NETO, matrícula 34342, Contratado pela Portaria nº 128/2019, para o cargo Efetivo de Fiscal de Tributos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único: A alteração da Carga Horária dar-se-á em 10 (dez) horas semanais, passando o servidor a cumprir a jornada semanal de 40 (quarenta) horas semanais, com aumento proporcional do respectivo vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora de Adm e Finanças

226 PORTARIA Nº 226 CONCEDE LICENÇA PREMIO EM GOZO A SERVIDORA HILDA LOCKS WEBER

Publicação Nº 2464633

Portaria nº. 226, de 05 de maio de 2020.

“Concede licença prêmio em gozo a servidora HILDA LOCKS WEBER.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 90 dias de licença prêmio em gozo, a servidora HILDA LOCKS WEBER, matrícula nº. 33660, referente ao 2º quinquênio, período aquisitivo: 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2020, tendo como período de gozo: 06 de maio a 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora. de Adm e Finanças

227 PORTARIA Nº 227 CONCEDE LICENÇA PREMIO EM GOZO A SERVIDORA ADENILDE AMARAL NOVAK

Publicação Nº 2465301

Portaria nº. 227, de 05 de maio de 2020.

“Concede licença prêmio em gozo a servidora ADENILDE AMARAL NOVAK.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 90 dias de licença prêmio em gozo, a servidora ADENILDE AMARAL NOVAK, matrícula nº. 32914, referente ao 3º quinquênio, período aquisitivo: 11 de agosto de 2011 a 10 de agosto de 2016, tendo como período de gozo: 06 de maio a 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora. de Adm e Finanças

228 PORTARIA N° 228 CONCEDE LICENÇA PREMIO EM GOZO A SERVIDORA CLAUDIA REGINA LOBO MERISIO

Publicação N° 2465305

Portaria nº. 228, de 05 de maio de 2020.

“Concede licença prêmio em gozo a servidora CLAUDIA REGINA LOBO MERISIO.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 90 dias de licença prêmio em gozo, a servidora CLAUDIA REGINA LOBO MERISIO, matrícula nº. 33333, referente ao 1º quinquênio, período aquisitivo: 06 de junho de 2000 a 05 de junho de 2005, tendo como período de gozo: 06 de maio a 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora. de Adm e Finanças

229 PORTARIA N° 229 CONCEDE LICENÇA PREMIO EM GOZO A SERVIDORA GISELI HACKBARTH

Publicação N° 2465307

Portaria nº. 229, de 05 de maio de 2020.

“Concede licença prêmio em gozo a servidora GISELI HACKBARTH.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 90 dias de licença prêmio em gozo, a servidora GISELI HACKBARTH, matrícula nº. 34240, referente ao 3º quinquênio, período aquisitivo: 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2019, tendo como período de gozo: 06 de maio a 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora. de Adm e Finanças

230 PORTARIA Nº 230 CONCEDE LICENÇA PREMIO EM GOZO A SERVIDORA LUANA JACKELINE LEITE

Publicação Nº 2465310

Portaria nº. 230, de 05 de maio de 2020.

“Concede licença prêmio em gozo a servidora LUANA JACKELINE LEITE.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 90 dias de licença prêmio em gozo, a servidora LUANA JACKELINE LEITE, matrícula nº. 34033, referente ao 3º quinquênio, período aquisitivo: 05 de janeiro de 2015 a 04 de janeiro de 2020, tendo como período de gozo: 06 de maio a 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora. de Adm e Finanças

231 PORTARIA Nº 231 CONCEDE LICENÇA PREMIO EM GOZO A SERVIDORA LUZIA DA SILVA ALBANO

Publicação Nº 2465315

Portaria nº. 231, de 05 de maio de 2020.

“Concede licença prêmio em gozo a servidora LUZIA DA SILVA ALBANO.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 90 dias de licença prêmio em gozo, a servidora LUZIA DA SILVA ALBANO, matrícula nº. 34239, referente ao 1º quinquênio, período aquisitivo: 29 de dezembro de 2001 a 30 de dezembro de 2006, tendo como período de gozo: 06 de maio a 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora. de Adm e Finanças

232 PORTARIA Nº 232 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ALVINA MUNIZ

Publicação Nº 2465353

Portaria nº. 232, de 05 de maio de 2020.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora ALVINA MUNIZ”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 04 de abril de 2020, a servidora ALVINA MUNIZ, matrícula nº. 34360, nomeada pela Portaria nº. 287/2019, para o Professor, nível básico 2 – ACT Habilitado 20 horas semanais,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2020,

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora de Adm e Finanças

3º ALTERAÇÃO VALORES ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 46 2019

Publicação Nº 2464983

Ata Registro de Preço nº 46/2019

Alteração de valores do combustível referente ao Pregão Presencial nº 28/2019 – Sistema de Registro de Preços
Com base no requerimento apresentado pela empresa Auto Posto Rio do Campo Ltda, fica alterado o valor do item 03 – Óleo Diesel S-10, que passará a vigorar com o valor de R\$ 3,75, a partir de 30 de abril de 2020.

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

8º ALTERAÇÃO VALORES ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 45 2019

Publicação Nº 2465252

Alteração de valores do combustível referente ao Pregão Presencial nº 28/2019 – Ata Registro de Preço nº 45/2019

Com base no requerimento apresentado pela empresa Auto Posto Fontanive Ltda, fica alterado o valor do item 01 – Gasolina Comum, que passará a vigorar com o valor de R\$ 3,947, e do item 02 – Óleo Diesel S-500, que passará a vigorar com o valor de R\$ 3,317. A vigência dos valores alterados será a partir de 06 de maio de 2020.

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

ALTERAÇÃO VALORES ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 20 2019

Publicação Nº 2464815

Alteração de valores de pneus referente ao Pregão Presencial nº 17/2019 – Ata Registro de Preço nº 20/2019

Com base no requerimento apresentado pela empresa Modelo Pneus Ltda, ficam alterados os valores dos itens:

ITEM	DESCRIPTIVO	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
06	PNEU 900/20 RADIAL 14 LONAS BORRACHUDO SULCO MINIMO 14MM	R\$ 1.622,96	R\$ 1.789,32
07	PNEU 1000X20 RADIAL 16 LONAS BORRACHUDO SULCO MÍNIMO 23MM	R\$ 1.495,69	R\$ 1.878,00
26	PNEU 17,5/25 16 LONAS	R\$ 3.584,93	R\$ 3.681,62
27	PNEU 19,5/24 12 LONAS	R\$ 2.869,86	R\$ 3.189,39

A vigência dos valores alterados será a partir de 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.161

Publicação Nº 2466465

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 1 / 2

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

DECRETO Nº 4.161, DE 06 DE MAIO DE 2020.*"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação e dá providências"*

Rodrigo Preis, prefeito do município de Rio do Campo, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município e autorização contida na lei orçamentária 2.295 de 20 de novembro de 2019:

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 388.521,80 (trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta centavos).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Veículo	11.001.0010.0301.0014.1035.344900000000000000.02630492	388.521,80

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		02630492	388.521,80

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Veículos	06.002.0012.0361.0006.1030.344900000000000000.01620545	100.000,00
Suplementar	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.344900000000000000.01760500	300.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01760500	300.000,00
Excesso		01620545	100.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 17.893,57 (dezessete mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Benefícios Eventuais	10.001.0008.0244.0018.2104.333900000000000000.01650846	17.893,57

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01650846	17.893,57

Art. 7 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 2 / 2

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Rio do Campo - Santa Catarina, 6 de maio de 2020

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal de Rio do Campo

Elite Zanguelini

Coordenadora de Administração e Finanças

LEI Nº 2.324

Publicação Nº 2466356

LEI Nº 2.324, DE 05 DE MAIO DE 2020.

“Dispõe sobre o programa especial de recuperação fiscal do município de rio do campo em decorrência da pandemia ocasionada por covid-19 no brasil e dá outras providências”.

Tendo em vista a manutenção do Equilíbrio Econômico Financeiro no período de Pandemia ocasionada pela COVID-19, eu, RODRIGO PREIS, Prefeito Municipal em Rio do Campo/Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º. Fica instituído o Programa Especial de Regularização Fiscal do município de Rio do Campo, destinado a promover a regularização de créditos municipais de natureza tributária ou não tributária, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, ou notificados de ofício, ficando estabelecido o benefício de redução de:

I - 90% (noventa por cento) nos encargos de mora, juros e multa, incidentes sobre o principal, devidamente acrescido da correção monetária até a data do requerimento, quando pagos em parcela única;

II - 70% (setenta por cento) nos encargos de mora, juros e multa, incidentes sobre o principal, devidamente acrescido da correção monetária até a data do requerimento, quando pagos em 03 (três) parcelas;

III - 50% (cinquenta por cento) nos encargos de mora, juros e multa, incidentes sobre o principal, devidamente acrescido da correção monetária até a data do requerimento, quando pagos em 06 (seis) parcelas;

IV - 20% (vinte por cento) nos encargos de mora, juros e multa, incidentes sobre o principal, devidamente acrescido da correção monetária até a data do requerimento, quando pagos em 12 (doze) parcelas;

§ 1º Na hipótese de pagamento parcelado será firmado termo próprio de confissão da dívida, estabelecendo os prazos e condições.

§ 2º O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor apurado nos termos deste artigo, conforme o número de parcelas concedidas, e não poderá ser inferior a 15 (quinze) Unidades Fiscais do Município – UFM.

Art.2º. A adesão ao REFIS MUNICIPAL está condicionada:

I – A aceitação plena das condições estabelecidas nesta Lei;

II – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

III – Renúncia ou desistência de quaisquer reclamações ou recursos no âmbito administrativo ou judicial, referentes às dívidas em quitação ou parcelamento;

IV – Sujeição da pessoa jurídica e da pessoa física ao pagamento regular dos tributos municipais vincendos posteriormente à data de adesão;

V – Pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

§1º Os parcelamentos requeridos em conformidade com o contido nesta Lei não dependem de apresentação de garantia, exceto quando já houver penhora em execução fiscal ajuizada, hipótese em que a penhora será mantida até a quitação do parcelamento.

Art.3º O ingresso no programa dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, ou por procurador com poderes especiais, que formalizará sua adesão, impreterivelmente, até o dia 30 de agosto de 2020, mediante assinatura de termo próprio de confissão de dívida, conforme modelo fornecido pela Secretaria da Fazenda.

§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado a critério do Poder executivo, mediante aprovação de nova lei.

Art.4º. O benefício previsto nesta lei alcança débitos já parcelados anteriormente.

Art.5º. Tratando-se de créditos protestados extrajudicialmente, fica a cargo do contribuinte, solicitar a baixa do protesto junto ao tabelionato onde se encontra registrado o título, mediante pagamento de custas.

§ 1º A Fazenda Municipal enviará carta de anuência para baixa do protesto apenas após o pagamento da primeira parcela.

Art.6º. Tratando-se de crédito em processo de execução fiscal, a adesão ao programa suspende temporariamente a ação mediante o pagamento das despesas judiciais.

§ 1º Havendo penhora ou outra garantia a adesão ao programa mantém esta até a quitação do parcelamento.

§ 2º A Fazenda Municipal informará nos autos a adesão ao programa, bem como eventual quitação ou cancelamento.

Art.7º. Fica vedada a restituição de importância já recolhida, em face do disposto nesta lei.

Art. 8º. Quando se tratar de primeira adesão, o vencimento da primeira parcela se dará até em até 10 (dez) dias da adesão e as demais a cada 30 (trinta) dias, e no caso de pagamento em parcela única com o desconto citado, o vencimento se dará para 30 (trinta) dias a contar da data da adesão.

Art. 9º. A exclusão do REFIS MUNICIPAL dar-se-á em uma das seguintes hipóteses:

I – Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II – Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, podendo ocorrer nos referidos casos e por Decreto do \executivo, a fixação de regras de exceção;

III – Cisão, exceto se a pessoa jurídica dela oriunda ou a que absorver parte do patrimônio, permanecer estabelecida no Município e assumir solidariamente as obrigações do REFIS MUNICIPAL;

IV – A pessoa jurídica que deixar de ter estabelecimento no Município, exceto se oferecer bem compatível em garantia;

V – Supressão ou redução de tributo mediante conduta definida em lei federal como crime contra a ordem tributária;

VI – A existência de duas parcelas em atraso e ou inadimplência da cota única por mais 30 (trinta) dias após o vencimento.

§1º A exclusão do REFIS MUNICIPAL acarretará a imediata exigibilidade dos créditos não quitados, com a inscrição em Dívida Ativa, daqueles porventura não inscritos e confessados, a incidência dos acréscimos previstos na legislação municipal.

Art. 10º. A adesão ao REFIS MUNICIPAL não exime o contribuinte de sujeição a procedimento fiscalizatório visando à homologação expressa dos créditos tributários denunciados espontaneamente, como também ao disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.137/90.

Parágrafo Único. O procedimento fiscalizatório que apurar valores superiores aos denunciados na forma deste parágrafo, poderão ser incluídos neste parcelamento, após a assinatura do Termo de Adesão.

Art. 11º. Havendo necessidade de normas complementares necessárias a execução do programa em tela, deverá ser fixada através de regulamento próprio e por meio de Decreto.

Art. 12º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo, 05 de maio de 2020.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 9017, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466033

DECRETO Nº 9017, de 05 de maio de 2020.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul/SC, no uso de suas atribuições prevista no inciso IV do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, Leis Complementares nº 287 de 16/09/2014, nº 361 de 22/06/2017, nº 418 de 05/04/2019 e Decreto nº 8.686 de 11 de dezembro de 2019. DECRETA:

Art. 1º- Fica substituído o seguinte membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devidamente indicado por sua entidade:

I – Representante da Sociedade Civil, sendo:

a) Obra Kolping Estadual de Santa Catarina – OKE/SC:

Suplente: Valmira Rohling Ledra, substitui Lucimara dos Santos Koch.

b) Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - RENAPSI:

Suplente: Lucimara dos Santos Koch, substitui Gabriel William Lorenzi da Silva.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
05 de maio de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME
Prefeito do Município de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO Nº 038/2020

Publicação Nº 2466401

2º TERMO ADITIVO Nº 038/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 132/2019, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DE OBRA DO CALÇADÃO OSNY GONÇALVES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP

Aos dezesseis (16) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP, estabelecida na Rua Presidente Juscelino, 209, no município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, CEP 88400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.894.863/0001-84, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Wilson Antonio Schuhmacher, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 091/2019, e no Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 132/2019, datado de 21 de junho de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso III do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da fiscalização de serviços públicos, recebida em 16 de abril de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, a contar de 17 de abril de 2020 até 15 de junho de 2020, conforme o Memorando nº 039/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA-EPP
Wilson Antonio Schuhmacher
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2018**

Publicação Nº 2465351



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2018**

**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
N.º 14/2018, CELEBRADO PELA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
E PELA EMPRESA DAV E DAV
COMUNICAÇÕES LTDA**

Pelo presente instrumento de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 83.622.985/0001-14, com endereço na Praça 25 de Julho, nº 01, 2º andar, Centro, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **Cariso Sávio Giacomini** doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado **DAV E DAV COMUNICAÇÕES LTDA**, CNPJ nº 34.916.729/0001-24, estabelecida no Município de Rio do Sul, na Avenida Oscar Barcelos, 2300, Apto 302, Santana, CEP 89.160-314, que apresentou os documentos exigidos por lei, adiante denominado de **Contratada**, neste ato representada pela sua sócia, **Sra. Indianara Bertoldi da Silva**, CPF nº 008.739.959-88, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

Fica alterada a Cláusula Quarta do contrato nº 14/2018, passando-se a vigência do contrato a partir de 09 de maio de 2020 a 08 de maio de 2021, na forma da Lei, podendo ser renovado se atendidas às condições do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.39.01.00.00 – Assinatura de periódicos e anuidades

Saldo: R\$ 575.682,71 (quinhentos e setenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE:

O valor total para 04 (quatro) assinaturas anuais é de R\$ 1.779,60 (um mil setecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

O índice utilizado para atualização do valor é o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), acumulado no período de maio/2019 a abril/2020, em 6,6908%.

4º Termo Aditivo ao contrato nº 14/2018– Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br



CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo de adendo.

E, por estarem assim, Contratante e Contratado, certos e ajustados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul/SC, 05 de maio de 2020.

CARISO SAVIO
GIACOMINI:528
65762904
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Assinado de forma digital
por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52865762904
Dados: 2020.05.05 09:18:41
-03'00'

Cariso Sávio Giacomini

Contratante

DAV E DAV
COMUNICACOES
LTDA:3491672900
0124

Assinado de forma digital por DAV E
DAV COMUNICACOES
LTDA:34916729000124
Dados: 2020.05.05 11:30:39 -03'00'

DAV E DAVCOMUNICAÇÕES
LTDA

Indianara Bertoldi da Silva

Contratada

Testemunhas:

THAYNA
FIAMONCINI:
05666277952
Assinado de forma digital por THAYNA
FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2020.05.05
09:21:44 -03'00'

Nome: _____
CPF: _____

INDIANARA
BERTOLDI DA
SILVA:00873995
988
Assinado de forma digital por INDIANARA
BERTOLDI DA
SILVA:00873995988
Dados: 2020.05.05
11:22:25 -03'00'

Nome: _____
CPF: _____

4º Termo Aditivo ao contrato nº 14/2018– Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº006/2020

Publicação Nº 2464939

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 06/2020.

Institui o Método de deliberação Remota para as Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros e dá outras providências.

DILSON DALPIAZ, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, promulga a seguinte RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

Art. 1º. Fica instituído, na Câmara Municipal de Rio dos Cedros/SC, o Método de Deliberação Remota, instrumento excepcional e temporário, visando à discussão e votação digital de matérias.

§ 1º Entende-se como discussão e votação digital, a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica que dispensa a presença física dos parlamentares em Plenário.

§ 2º Utilizar-se-á o aplicativo Hangout, para fins de efetivação do Método de Deliberação Remota;

Art. 2º As sessões por meio do Método de Deliberação Remota obedecerão os termos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros/SC.

Art. 3º Para fins de realização das sessões por meio do Método de Deliberação Remota, observar-se-á, as seguintes exceções ao que reza o Regimento Interno desta Casa:

I – a apresentação de indicações, requerimentos, expedição de ofícios, projetos de Lei, emendas e/ou substitutivos deve ser realizada, por meio do sistema interno do Poder Legislativo, até às 16h do dia da sessão;

II – Os pareceres das Comissões Permanentes, poderão ser dispensados mediante aprovação do Plenário;

III - o vídeo da sessão será disponibilizado, na íntegra, no site do Poder Legislativo;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de maio de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de maio de 2020.

DILSON DALPIAZ
Presidente

VIVIAN BONA ZOBOLI
Vice-presidente

AMARILDO VICENZI
1º Secretário

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 13949 DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2466481

DEFINE MEDIDA SOCIOASSISTENCIAL PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO A PANDEMIA CORONAVÍRUS EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do coronavírus em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no Brasil;

CONSIDERANDO, as disposições contidas no Decreto Estadual n.º 515, de 17 de março de 2020 e Decretos Municipais n.º 13.897, de 16 de março de 2020, n.º 13.903, de 18 de março de 2020, n.º 13.905, de 18 de março de 2020, n.º 13.907, de 20 de março de 2020, n.º 13.908, de 21 de março de 2020, n.º 13.909, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO, as necessidades dos caminhoneiros em manter os serviços de entrega das mercadorias e bens essenciais aos munícipes;

CONSIDERANDO, o avanço do contágio do coronavírus no Brasil e principalmente no Estado de Santa Catarina e nossa região do Norte do Estado e, em razão da transmissão comunitária do vírus, sendo impossível identificar a origem da infecção;

CONSIDERANDO, que estudos recentes demonstram grande impacto financeiro na economia global e aumento no número de pessoas desempregadas, em razão da pandemia coronavírus e com o objetivo de reduzir os efeitos desta crise;

CONSIDERANDO, a necessidade de auxílio as famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal, bem como medidas para minimizar os efeitos provocados nessas famílias e a garantia de proteção social no que tange a segurança familiar;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 06 de 27 de abril de 2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo para Infância e Adolescência – FIA para execução do Plano de Trabalho do Benefício de Emergência "Alimento Solidário" da Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO, a necessidade de prestar auxílio alimentar as pessoas carentes, desempregadas, trabalhadores informais, autônomos e micro empreendedores individuais - MEI que se encontram ou tiveram suas atividades suspensas, em razão do período quarentena determinado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto Estadual n.º 515, de 17 de março de 2020:

DE C R E T A

Art. 1º - Fica autorizada a execução do benefício de emergência denominado "alimento solidário", nos termos dos artigos 11, 27 e 29 da Lei Municipal n.º 2.838/2016 e artigo 37 da Lei 2.625/2013, para crianças e adolescentes, especialmente da rede municipal e estadual de ensino, integrantes de famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal, cuja renda per capita seja inferior a R\$ 400,00, como medida para garantir a subsistência familiar e segurança alimentar, em razão da suspensão das aulas na rede municipal e estadual de ensino.

§ 1º - O benefício que trata o caput do artigo é vale alimentação e vale itens de higiene e limpeza no importe de R\$ 100,00 (cem reais) e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 2º - Famílias de até 02 (duas) crianças/adolescentes receberão 01 vale no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 3º - Famílias que possuem mais de 02 (duas) crianças/adolescentes receberão 01 vale no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

§ 4º - Para recebimento do benefício de emergência "alimento solidário" deverá a família passar por atendimento técnico da equipe socio-assistencial do Município.

Art. 2º - Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social a regulamentação e organização da concessão dos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no § 2º e § 3º do artigo 1º e no artigo 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de abril de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2020

Publicação Nº 2463444

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020 - TOMADA DE PREÇOS

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA que se acha aberto até as 09:00 horas do dia 22 de maio de 2020, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS PADRE LUIZ GONZAGA STEINER E JOÃO AUGUSTIN (PARTE), localizadas no Bairro Industrial Norte, em Rio Negrinho/SC, totalizando uma área a ser recapeada de 433,45 metros lineares, contemplando os serviços de recapeamento e sinalização, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 884941/2019 celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho. As propostas e documentação habilitadora deverão ser protocoladas no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, sito à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até o dia e horário acima, para abertura a partir do mesmo horário, tendo por local a sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, no mesmo endereço. O Edital e seus anexos (memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos) estão disponíveis no link <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos, Setor de Licitações (endereço acima) ou pelo fone 47-3646-3648/3646-3636.

Rio Negrinho, 29 de Abril de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3334 - DE 28 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2465395

AUTORIZA ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO
MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	05 - Secretaria de Ações Governamentais e Serviços Públicos	
Unidade	002 - Departamento de Coordenação Governamental	
Funcional Programática:	05.002.0015.0452.0005.2064	
Programa	0005 - Serviços de Utilidade Pública	
Projeto/Atividade	2064 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	
Despesa - 107	3390000000 - Aplicações diretas	R\$ 43.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 2º- Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	05 - Secretaria de Ações Governamentais e Serviços Públicos	
Unidade	002 - Departamento de Coordenação Governamental	
Funcional Programática:	05.002.0026.0781.0005.1074	
Programa	0005 - Serviços de Utilidade Pública	
Projeto/Atividade	1074 - Construção do Aeródromo Municipal	
Despesa - 101	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 43.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 28 de abril de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3335 - DE 28 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2465402

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1736 DE 13 DE SETEMBRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO I**DA NATUREZA E FINALIDADES**

Art. 1º. O Conselho Municipal de Saúde é órgão de instância colegiada, deliberativa, normativa e fiscalizadora e de caráter permanente, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Saúde, composto, nos termos do inciso II, do art. 274 da Lei Orgânica Municipal

e nos termos da legislação pertinente à matéria, paritariamente por representantes:

I – da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho;

II – dos Prestadores de Serviços de Saúde;

III – dos Profissionais de Saúde;

IV – dos usuários.

§1º A representação dos usuários dar-se-á sempre de forma paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O Conselho Municipal de Saúde tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores públicos e privados.

Art. 3º. Insere o art. 2º-A na Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005:

Art. 2º-A. Deliberando sobre assuntos de sua competência, o Conselho Municipal de Saúde goza de plena autonomia nos termos da legislação em vigor, constituindo-se no órgão colegiado máximo do setor de saúde no município de Rio Negrinho, cujas decisões serão homologadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O art. 3º da Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º. (...):

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política municipal de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros;

(...)

VIII – aprovar e acompanhar o cronograma de transferência de recursos financeiros ao município, consignados ao SUS;

(...)

X – acompanhar e controlar a atuação do setor privado na área de saúde credenciado mediante contrato ou convênio, de acordo com o Capítulo II, da Lei 8080/90;

(...)

XII - aprovar o regulamento, a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais da Saúde reunidas ordinariamente, e convocá-las extraordinariamente, nos termos da Lei 8.142/90;

(...)

XIV - elaborar o Regimento Interno do Conselho, e outras normas de funcionamento e, quando necessário, alterá-las;

XVII – aprovar os relatórios de gestão do SUS municipal, acompanhando e controlando a sua execução;

Art. 5º Revoga-se o art. 4º da Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005.

Art. 6º Altera o art. 5º da Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º. (...)

§ 1º. Para fins de participação no Conselho Municipal de Saúde, a entidade deverá estar legalmente constituída e a sua inclusão será objeto de deliberação do Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º - As 4 (quatro) vagas existentes para os Conselhos Locais de Saúde, serão ocupadas por representantes dos usuários, quando de criação dos respectivos conselhos.

§ 3º - Os representantes eleitos dos Conselhos Locais de Saúde para o Conselho Municipal de Saúde, deverão ser do segmento de usuários, devidamente referendados pelo seu Conselho Local sobre sua participação efetiva no Conselho Municipal de Saúde.

(...)

§ 5º. Os representantes governamentais deverão ser indicados formalmente pelo respectivo titular do órgão representado.

Art. 7º Inclui os parágrafos 4º a 8º no art. 6º da Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. (...)

§ 4º. As entidades, associações e movimentos terão prazo de 10 (dez) dias para a indicação de seus representantes, contado da data da eleição sob pena de, não o fazendo, serem substituídas pelas entidades suplentes.

§ 5º. Os órgãos, entidades, associações e movimentos referidos neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor, por intermédio do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, a substituição de seus respectivos titulares e suplentes;

§ 6º. Será dispensado o conselheiro que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas, no período de 01 (um) ano;

§ 7º. A perda do mandato será declarada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, e comunicada à Secretaria Executiva do Conselho, para a adoção de providências necessárias à substituição do conselheiro dispensado na forma da legislação vigente;

§ 8º. O conselheiro deve obrigatoriamente solicitar licença de sua representação no Conselho em caso de investidura em cargo eletivo, no espaço de tempo previsto, conforme legislação pertinente vigente.

Art. 8º Inclui o parágrafo 4º no art. 8º da Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005:

Art. 8º. (...)

§ 4º. Não havendo outra entidade propositada e escolhida de forma subsequente em votos na Conferência Municipal de Saúde, deverá ser realizado processo eleitoral pelo Conselho na forma legal a ser definida por reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 9º Insere o Capítulo IV – Da Estrutura Organizacional, e o art. 8º-A na Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005:

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8º. (...)

Art. 8º-A. A pauta da reunião ordinária constará de:

- a) Discussão e aprovação da ata da reunião anterior e apresentação de documentos recebidos e expedidos;
- b) ordem do dia, constando dos temas previamente definidos e preparados;
- c) deliberações sobre os temas que compõem a pauta e sobre os pareceres das comissões;
- d) informes dos conselheiros e dos trabalhos das comissões;
- e) definição da pauta da reunião seguinte;
- f) encerramento.

§ 1º. Os informes não comportam discussão e votação, somente esclarecimentos breves:

I – para a apresentação do seu informe, cada conselheiro inscrito disporá de 03 (três) minutos;

II – caso o assunto provocar manifestações de opiniões divergentes, polêmicas ou houver necessidade de deliberação, deverá ser pautado, a critério do Plenário;

§ 2º. As correspondências expedidas e recebidas serão apresentadas brevemente, após processo de síntese e destaque dos pontos essenciais, realizado pela Secretaria Executiva;

§ 3º. A definição da ordem do dia partirá da relação dos temas indicados pelos conselheiros ao final de cada reunião ordinária, obedecidos aos critérios de pertinência, relevância e precedência;

§ 4º. A pauta definida e divulgada previamente somente será objeto de alterações, inclusão ou inversão da ordem dos temas, se evidentemente justificado o caráter de urgência pelo conselheiro solicitante e mediante consulta ao plenário;

§ 5º. Cabe à Secretaria Executiva a preparação de cada tema da pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para deliberação;

§ 6º. Cabe ao Plenário decidir se o tema pautado é objeto de parecer de um relator ou deve ser exposto por um ou mais convidados, cuja exposição terá como limite 20 (vinte) minutos para cada tema, sendo, em seguida, aberto o debate para esclarecimento dos conselheiros.

Art. 10 Inclui o Capítulo V – Da Secretaria Executiva e os arts. 10-A e 10-B na Lei nº 1736 de 13 de setembro de 2005.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 10-A. O Conselho Municipal de Saúde terá uma Secretaria Executiva, tendo por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais expressas no Regimento Interno.

§ 1º. A Secretaria Executiva do Conselho deverá compor-se do número de profissionais necessários para o efetivo desempenho de suas funções;

§ 2º. O Plenário poderá deliberar pela substituição do (s) servidor (es) indicado (s) pela Secretaria Municipal de Saúde, para exercer os trabalhos relativos a Secretaria Executiva, no caso do descumprimento do Regimento Interno ou de inoperância em suas funções.

Art. 10-B. São atribuições da Secretaria Executiva:

a) convocar os conselheiros titulares e suplentes para as Reuniões Plenárias;

b) preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informe, remessas de material aos conselheiros e outras providências;

c) controlar o índice de frequência dos conselheiros, comunicando ao Plenário os casos de exclusão nos termos da legislação;

d) participar da mesa, assessorando o coordenado nas reuniões do Plenário e faz comissões, e anotar os pontos mais relevantes, visando à checagem da redação final da ata;

e) promover e praticar todos os atos de apoio administrativo necessários ao desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saúde e de suas comissões e grupos de trabalho, pertinentes a orçamentos, finanças, serviços gerais e pessoal;

f) despachar com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde os assuntos pertinentes ao Conselho;

g) acompanhar e apoiar os trabalhos das comissões e grupos de trabalho, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação dos projetos e pareceres ao Plenário e promover o apoio necessário aos mesmos;

h) acompanhar e agilizar as publicações das Resoluções do Plenário;

i) manter atualizado arquivo de atas originais, de todas as reuniões do Plenário e das comissões, com assinatura de todos os conselheiros titulares e suplentes;

j) divulgar na internet, previamente a pauta, a ata corrigida e aprovada.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 28 de abril de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020

Publicação Nº 2465248

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min horas do dia 18 de maio de 2020, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO A GRANEL, PRNT 75% OU SUPERIOR, NORMA MAPA, COM TRANSPORTE ATÉ RIO NEGRINHO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CALCÁRIO. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo supracitado. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações pelos telefones (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 27 de abril de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020

Publicação Nº 2465262

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min horas do dia 19 de maio de 2020, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE SERVIDOR DE BANCO DE DADOS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo supracitado. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações pelos telefones (47) 3646-3636/3646-3648 e informações técnicas pelos s (47) 3646-3605/3646-3647.

Rio Negrinho, 28 de abril de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5 / 2020

Publicação Nº 2465023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5 / 2020

Processo Licitatório Nº. 192/2020

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 10/2020

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 10/2020, REGISTRAR OS PREÇOS com as empresas constantes na Cláusula Primeira desta Ata

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL ESCOLAR PARA USO EM TODOS OS DEPARTAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA SC, conforme vencedores a seguir:

PROponentes Vencedores	Item	Descrição do Item	Marca	Quant	Valor Unitário
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	1	REFIL/BASTÃO GROSSO DE COLA QUENTE PARA PISTOLA PCT DE 1 KG.	RENDICOLLA	30,00	22,30
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	2	REFIL/BASTÃO FINO DE COLA QUENTE PARA PISTOLA PCT DE 1 KG.	RENDICOLLA	30,00	22,30
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	3	Caneta esferográfica, Ponta de 1.0mm, Tinta azul, Formato Triangular, Escrita Macia e Prolongada, Ergonômica e Confortável, Caixa c/ 50 Canetas. Marca de Referência: Faber Castell ou similar	Bic	50,00	22,40
BAVARESCO & CIA. LTDA.	4	CLIPS GALVANIZADOS PARA PAPÉIS Nº. 2/0, 4/0, 6/0, 8/0, 10/0 - CAIXA DE 500 GRAMAS	OFFICE BR	50,00	6,49
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	5	COLA BRANCA DE USO ESCOLAR, não tóxica, 100% lavável, sem solventes e PVC tubo de 110 gramas. MARCA DE REFERÊNCIA: PRITT TENAZ ou similar.	tenaz	300,00	4,50
BAVARESCO & CIA. LTDA.	6	CORRETIVO LIQUIDO 18 ML	FRAMA	50,00	1,00
GM MOTOS, BRINDES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	7	ESTILETE ESCOLAR Nº 6 (47mm x 152mm x 20mm.), LÂMINA COM AÇO TEMPERADO	GOLDEN	30,00	1,67
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	8	EXTRATOR DE GRAMPOS ESPÁTULA INOX	cavia	50,00	2,20
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	9	FITA ADESIVA DUPLA FACE 3M 12mm X 2m	Adelbras	100,00	13,20
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	10	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 3M, 45mm X 45M	3M	100,00	4,60
BAVARESCO & CIA. LTDA.	11	GRAMPEADOR PARA PAPÉIS, Grampo 26/6, Apoio anatômico emborrachado, Corpo em aço escovado, Depósito com face de segurança, Base de borracha para não deslizar, Grampeia até 25 folhas com grampo 26/6 e até 40 folhas com grampo 24/8, Medidas: C:18 x L:4 x A:6,5cm - MARCA DE REFERÊNCIA: CIS C-15 ou similar	CIS	20,00	44,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	12	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 COBREADOS - CAIXA C/ 5.000 GRAMPOS	frama	50,00	3,79

JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	13	CANETAS HIDROGRÁFICAS COM 12 CANETAS DE CORES DIVERSAS, Composição: Resinas Termoplásticas, Tinta a base de água, ponta sintética. Marca de Referência: CIS ou superior	Acrilex	200,00	5,55
BAVARESCO & CIA. LTDA.	14	PAPEL CARTÃO DUPLEX 200gr A4 - PCT C/ 100 FOLHAS	REALCE	40,00	31,00
GM MOTOS, BRINDES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	15	PAPEL A4 CAIXA C/ 10 RESMAS DE 500 FOLHAS CADA, Alcalino, para aplicação em impressora laser, com elevado grau de brancura, superfície resistente, corte perfeito e equilibrada absorção, folha tamanho 210x297mm, 75g/m², produzidos com 100% celulose de fibra curta, extraída de madeira controlada e proveniente de áreas reflorestadas em conformidade com a legislação ambiental vigente. Resma em embalagem impermeável e resistente a umidade com 500 folhas e com dados de identificação do produto. Produzido por empresa com certificação ambiental, com selo impresso na embalagem.	REAL PAPER SULFITE	150,00	144,95
BAVARESCO & CIA. LTDA.	16	PASTA CLASSIFICADOR CARTÃO DUPLO C/ GRAMPO PLÁSTICO - FORMATO 350mm X 230mm	POLICART	200,00	3,49
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP	17	PASTA SUSPENSÃO MARMORIZADA PLASTIFICADA HASTE DE METAL	frama	100,00	2,99
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP	18	PINCEL MARCA TEXTO AMARELO com Ponta chanfrada para marcar com linha grossa ou sublinhar com linha fina - Tintas fluorescentes brilhantes - Boa resistência à luz - CAIXA C/ 12 UNIDADES. Marca de Referência: BIC ou Similar	master	30,00	13,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	19	PISTOLA APLICADORA DE COLA QUENTE FINA: Para aplicar cola silicone; Ponta com isolante térmico; Bivolt 110 / 220 volts; 10 wats. MARCA DE REFERÊNCIA: CIS ou similar.	Cis	40,00	16,20
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	20	PISTOLA APLICADORA DE COLA QUENTE GROSSA: Para aplicar cola silicone; Ponta com isolante térmico; Bivolt 110 / 220 volts; 15 wats. MARCA DE REFERÊNCIA: CIS ou similar.	Cis	40,00	18,38
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	21	REGUA ACRILICA DE 30CM	Waleu	50,00	0,58
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP	22	TESOURA 08 POLEGADAS EM INOX, CABO PLÁSTICO NA COR PRETA. Marca de Referência: Tramontina ou similar	tramontina	30,00	16,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	23	TNT GRAMATURA 40g BOBINA 1,40M X 50 METROS - CORES DIVERSAS A ESCOLHER	SUL BRASIL	100,00	59,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	24	Toner Compatível HP Preto CB 435/436 CE285A, 80 gramas	CHMATE	200,00	35,00
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP	25	Toner Brother Compatível TN-580/ TN-650	premium	40,00	36,20
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP	26	Toner Q2612A Preto HP - Compatível	premium	50,00	39,60
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP	27	Toner HP 80A Compatível - Preto	premium	15,00	44,85
BAVARESCO & CIA. LTDA.	28	Toner preto impressora Samsung ML - 2850 SERIES	MASTERPRINT	40,00	59,00

BAVARESCO & CIA. LTDA.	29	Kit Cartucho De Tinta Compatível Epson T1401 + T1402 + T1403 + T1404 - Tx620 Tx560 T42 - 04 Cores	MASTERPRINT	25,00	24,50
BAVARESCO & CIA. LTDA.	31	Toner Samsung MLT-D203U D203 SL-M4020ND M4020 SL-M4070FR M4070 Compatível	MASTERPRINT	25,00	80,00
BAVARESCO & CIA. LTDA.	32	TONER COMPATIVEL para Impressora Samsung SCX 4623 F - MLT D105L	MASTERPRINT	20,00	46,00
BAVARESCO & CIA. LTDA.	33	TONER COMPATÍVEL para Impressora Samsung Prox Press M3375FD - D204S	MASTERPRINT	25,00	55,00
BAVARESCO & CIA. LTDA.	34	Toner Compatível para impressora Xerox Phaser 3052 - 3260 - 3215 - 3225 Preto	MASTERPRINT	50,00	70,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	36	Toner Compatível Brother TN2370, HL-L2320, MFC-L2720, MFC-L2740, MFC-L2700, DCP-L2540DW	premium	50,00	40,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	37	Fotocondutor para Impressora Brother DCP L2540DW L2540 TN 2370 cOMPATIVEL DR-2340	premium	20,00	48,90
BAVARESCO & CIA. LTDA.	38	KIT Refil 4 Garrafas de 1 Litro de tinta EPSON ECOTANK (664 M Magenta, 664 Y Amarelo, 664 BK Preto, 664 C Ciano) para impressora modelo L495	MASTERPRINT	10,00	140,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	39	Bloco Adesivo Amarelo - 76 mm x 76 mm - Pacote com 4 unidades de 100 folhas cada.	jocar	50,00	3,55
BAVARESCO & CIA. LTDA.	40	Perfurador Profissional de papel c/2 furos para no minimo 50 folhas	MASTERPRINT	15,00	60,00
BAVARESCO & CIA. LTDA.	41	Arquivo Morto Papelão Tamanho 350mmx133mmx247mm	BAVARESCO	400,00	1,37
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	42	Registrador A/Z ofício Lombo Largo tigrado Pacote com 4 Unidade	Frama	40,00	26,35
BAVARESCO & CIA. LTDA.	43	Grampo trilho plástico estendido branco p/600 folhas (300x9x112mm) Pacote c/ 50 UN	DELLO	25,00	15,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	44	Tesoura Escolar de aço inox de no mínimo 11,4 cm com ponta arredondada	master	100,00	1,89
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	45	Pincel marcador atômico 1.100 p Caixa com 12 Unidades - Varias Cores	Pilot	10,00	33,70
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	46	LÁPIS PARA COLORIR, Caixa com 24 cores; Triangular; Ponta mais grossa (4 mm); super resistente. MARCA DE REFERÊNCIA: BIC, Faber Castell ou similar	multicolor - Normal	100,00	17,85
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	47	Lápis Preto nº. 2 Formato Redondo Grafite Ultra Resistente Caixa com no minimo 72 Unidades	multicolor	15,00	87,20
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	48	Cola glitter 35 gr (várias cores)	Acrilex	200,00	2,20
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	49	PAPEL CREPOM - 48cm X 2 METROS, PACOTE COM 10 - CORES DIVERSAS	RST	100,00	4,79
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	50	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 3M TAM. 12mm X 40M	3M	300,00	3,16
GM MOTOS, BRINDES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	51	Fita Crepe adesiva 36mm x 50m - Papel kraft liso saturado com solução que o torna resistente e impermeável, coberto com adesivo de borracha e resinas. Uso indicado: fechamento de embalagens, Mascaramentos, fixações, proteção, enfaixamento, emendas e emolduramento.	EUROCEL	100,00	8,30

JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	52	Fita Crepe adesiva 48mm x 50m - Papel kraft liso saturado com solução que o torna resistente e impermeável, coberto com adesivo de borracha e resinas. Uso indicado: fechamento de embalagens, Mascaramentos, fixações, proteção, enfaixamento, emendas e emolduramento.	Adelbras	50,00	10,30
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	53	Giz escolar comum branco Caixa c/64 palitos	Delta	50,00	2,35
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	54	Giz escolar comum colorido caixa c/64 palitos	Delta	50,00	2,95
BAVARESCO & CIA. LTDA.	55	Apontador p/ lápis nº 02.	MASTERPRINT	200,00	0,25
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	56	FOLHAS EM EVA 600X400X2mm PACOTE COM 10 UNIDADES CORES SORTIDAS	haiti	200,00	12,84
BAVARESCO & CIA. LTDA.	57	PLACA DE ISOPOR 100cm X 50cm X 25mm	VMP	50,00	4,00
BAVARESCO & CIA. LTDA.	58	RÉGUA 30 CM EM ALUMINIO.	MASTERPRINT	20,00	2,75
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	59	Papel fotográfico A4 180g - Pacote com 50 folhas	MSTERPRINT	20,00	16,25
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	60	Borracha branca escolar nº. 40 Caixa c/ 40 unidades	Red Bor	30,00	6,67
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	61	Massa para modelar 90g c/6 cores sortidas. Marca de Referência: Acrilex ou similar	Acrilex	200,00	1,60
BAVARESCO & CIA. LTDA.	62	Cartolina 150g Tam. 50cmx66cm cores mistas Pacote 10 UN	EMBALA TRENTON	100,00	5,39
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	63	Papel de seda 48cm x 60cm com diversas cores Pacote com 40 folhas	RST	100,00	8,70
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	64	PAPEL CAMURÇA (40CM x 60CM) Pacote com 40 Unidades com várias cores	RST	100,00	25,70
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	65	BOBINA PAPEL KRAFT 1,20x80Kgm ³ C/ 25KG	IRANI	30,00	139,90
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	66	BOBINA PAPEL KRAFT 0,80x80Kgm ³ COM 20 KG	IRANI	30,00	89,90
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	67	Tinta guache 250 ml, não tóxica, solúvel em água - Cores Sortidas	Splach Acrilex	200,00	3,50
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	68	Giz de Cera Jumbo Caixa c/ 12 unidades/cores - 112g. Marca de Referência: Acrilex	Acrilex	100,00	2,85
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	69	CARTOLINA AMERICANA: Tam: 48x66cm – cores diversas	RST	300,00	0,79
GM MOTOS,BRINDES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	70	Caderno de Cartografia e Desenho Milimetrado, Capa e Contracapa de Papelão e Papel Couché, Folhas Internas: Papel Offset 63 g/m ² , 60 Folhas, Tamanho: 275mm x 200mm, com Mola Espiral. Marca de Referência: DNA ou superior	CREDEAL	250,00	6,05
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	71	Caderno de Cartografia e Desenho, Capa e Contracapa: Cartão, Folhas Internas: Papel Offset 56 g/m ² , 48 folhas, Tamanho: 275mm x 200mm, com Mola Espiral. Marca de Referência: DNA ou Superior	Credeal	250,00	1,85
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	72	Caderno de Desenho, Capa e Contracapa: Papelão e papel Couché, Folhas Internas: Papel Offset 63 g/m ² , 60 folhas, Tamanho: 200mm x 140mm, Mola Espiral. Marca de Referência: DNA ou Superior	Credeal	250,00	4,35

JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	73	Caderno de Caligrafia, Capa e Contracapa: Papel Offset, Folhas Internas: Papel Offset 56 g/m², 40 Folhas, tamanho: 200mm x 140mm	Credeal	200,00	0,67
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	74	Caderno de Linguagem 23 pautas, Capa e Contracapa: Papelão e Papel Couché, Folhas Internas: Papel Offset 56 g/m², 48 folhas, Tamanho: 140mm x 202mm, Mola espiral. Marca de Referência: DNA ou superior	Credeal	250,00	1,25
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	75	Caderno de Linguagem, Capa e Contracapa: Cartão, Folhas Internas: Papel Offset 56 g/m², 48 folhas, Tamanho: 140mm x 202mm, Mola espiral. Marca de Referência: DNA ou superior	Credeal	250,00	1,25
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	76	PASTA SANFONATA A4 CRISTAL COM 31 DIVISÕES	POLIBRAS	30,00	27,60
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	77	PASTA ABA E ELÁSTICO OFÍCIO LONGO 40 mm, CRISTAL.	polibras	200,00	2,95
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	78	PRENDEDOR DE PAPEL 19MM - CAIXA COM 40 UNIDADES	JOCAR	40,00	7,97
GM MOTOS, BRINDES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	79	PRENDEDOR DE PAPEL 32MM	GOLLER	200,00	0,97
BAVARESCO & CIA. LTDA.	80	PRENDEDOR DE PAPEL 51MM	ACC	200,00	1,50
BAVARESCO & CIA. LTDA.	81	AGENDA PARA ANOTAÇÃO DIÁRIA 2019 ESPIRAL - TAMANHO 200mm X 275 mm	FORONI	40,00	26,00
BAVARESCO & CIA. LTDA.	82	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 80g - Tamanho 240mm x 340mm - Caixa com 250 envelopes	FORONI	20,00	40,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	83	BLOCO ADESIVO AMARELO - CONTÉM 4 BLOCOS COM 100 FOLHAS CADA. TAMANHO 38mm x 51mm.	brw	100,00	2,95

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será

efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.

2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.

3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 06/03/2020.

VALDIR BUGS PREFEITO MUNICIPAL		POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA – EPP
		BAVARESCO & CIA. LTDA.
		TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA
		JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME
		GM MOTOS,BRINDES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
VALDINEI GREGOL		FABRÍCIO P. SIMON
CPF: 045.179.079-02		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

EXTRATO DO CONTRATO 22/2020

Publicação N° 2464832

EXTRATO DO CONTRATO 22/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA BILATERAL E DENSITOMETRIA ÓSSEA, CFE CREDENCIAMENTO 03/2020, através Processo de Licitação N° 450/2020, na modalidade Pregão n° 434/2020. Contratado: CEADI - CENTRO AVANÇADO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM S/S LTDA. Validade do Contrato 31/12/20.

Romelândia, 27/02/2020.

NILCE KOHLS
Gestora Municipal de Saúde

PORTARIA 9940/2020

Publicação N° 2465959

PORTARIA N° 9940/2020

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, Servidor Público Municipal Sr. LEOMIR ANTONIO RODRIGUES, do cargo em comissão de SUB DIRETOR, 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de maio de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9941/2020

Publicação N° 2465960

PORTARIA N° 9941/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ALESSANDRA PULITA HEIMBURG, cargo em comissão de DIRETOR, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 09 de março de 2019 a 08 de março de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 05 de maio de 2020 a 03 de junho de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de maio de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

DECRETO Nº 4.237/2020

Publicação Nº 2465818

DECRETO Nº 4.237//2020

“DISPÕE SOBRE O USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARAS E CONDUTAS DE HIGIENE A SEREM OBSERVADAS PELOS ESTABELECIMENTOS EM FACE DA PANDEMIA DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e, ainda, com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República:

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 11 de Março de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional:

CONSIDERANDO a Portaria No 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19:

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de uso de máscara e afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19:

CONSIDERANDO, que no dia 11 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 554, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO a Nota Informativa Nº 03/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção e uso de máscaras caseiras;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 554, de 11 de abril de 2020

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, para evitar a transmissão comunitária do Coronavírus - COVID-19 no âmbito do Município de Romelândia.

Art. 2º. Os órgãos públicos que retornaram às suas atividades devem adotar as seguintes medidas:

I- Todos os funcionários enquanto estiverem em seus locais de trabalho deverão usar mascarar domésticas de proteção.

II. Todas as pessoas que necessitarem de atendimento junto aos órgãos públicos só poderão entrar nos prédios públicos com uso de mascara doméstica de proteção.

III- Nas portas dos espaços públicos deveram ser afixados cartazes informando o **uso obrigatório de mascara** para entrar no local.

IV. Deverá ser disponibilizado álcool gel 70% em cada posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos trabalhadores e usuários;

Art. 3º Os comércios, restaurantes, fabricas, indústrias, supermercados, farmácias entre outros, deverão adotar as seguintes providências:

I- Todos os funcionários enquanto estiverem em seus locais de trabalho **deverão obrigatoriamente usar mascarar** domésticas de proteção.

II. Todas as pessoas que precisarem se dirigir ao comércio em geral deverão estar fazendo o uso de mascara doméstica de proteção para a entrada e permanência no local.

III- Nas portas dos comércios deveram ser afixados cartazes informando o **uso obrigatório de mascara** para entrar no local.

IV. Deverá ser disponibilizado álcool gel 70% em cada posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos trabalhadores e usuários;

V- Deverá ser obedecido o distanciamento social mínimo de 1,5 (um metro e meio), organizado em filas, dentro e fora dos estabelecimentos comerciais, industriais e dos serviços.

VI - É obrigação de cada estabelecimento empresarial garantir o cumprimento da medida prevista no *caput*, deste artigo, ficando sujeito a fiscalização dos órgãos públicos e autoridades de segurança (portaria 266/2020 SES) e às penalidades previstas em lei, inclusive interdição e suspensão das atividades.

Art. 4º Será obrigatória a utilização de máscaras domésticas de proteção, em especial quando houver necessidade de contato com outras pessoas, de deslocamento em vias públicas, de compras

de gêneros de primeira necessidade ou de outra medida que interrompa, provisoriamente, o isolamento social.

Art. 5º A utilização de máscaras de proteção não importará em prejuízo à observância das demais recomendações profiláticas e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 6º - As mascaras de uso profissional deverão ser utilizadas apenas por profissionais de saúde, por profissionais de apoio que prestarem assistência ao paciente suspeito ou confirmado de COVID-19 e por pacientes nas hipóteses recomendadas pelo Ministério da Saúde, sendo vedadas nestes casos, a utilização de máscaras domésticas.

Art. 7º. Fica mantida a recomendação aos munícipes que não realizem nem permaneçam em aglomerações de pessoas, nos espaços públicos e privados, inclusive reuniões domésticas que impliquem aglomerações sendo aceitáveis, apenas, as movimentações de natureza transitória.

Art. 8º Fica autorizado às atividades de fiscalização e de poder de polícia, tomarem as atitudes necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Romelândia, (SC), 05 de maio de 2020.

VALDIR BUGS
PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

Registrado e Publicado em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 4.238/220

Publicação Nº 2465820

DECRETO Nº 4.238/2020

Dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais do Magistério da Educação, em cumprimento do regime especial de atividades remotas em decorrência da situação emergencial caracterizada pela suspensão das aulas da rede pública municipal decretada como medida de enfrentamento da pandemia (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e, ainda, com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP n. 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 4.206/2020 de 19 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública (ou que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus);

DECRETA:

TÍTULO I: NORMAS INTRODUTÓRIAS

Art. 1º As regras definidas no presente decreto aplicam-se exclusivamente aos servidores efetivos e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Romelândia, cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal n. 4.205/2020 de 18 de março de 2020.

Art.2º O regime especial de atividades não-presenciais a ser implementado no âmbito do Município de Romelândia envolverá o desenvolvimento de atividades remotas cujo aproveitamento para fins do disposto no inc. I do art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), depende do integral cumprimento das regras e diretrizes a serem fixadas no âmbito do sistema municipal de ensino.

Art. 3º Durante o período em que forem suspensas as atividades escolares na rede municipal de ensino, os servidores efetivos e ACTs vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão desenvolver suas atividades por meio dos seguintes regimes de trabalho:

I –expediente regula

r, com cumprimento parcial da carga horária das atividades de forma presencial na unidade escolar vinculada à Secretaria Municipal de Educação conforme necessidade ;

II – expediente regular, com cumprimento regular de sua jornada de trabalho em outro órgão da administração pública municipal, mediante lotação provisória;

III – trabalho remoto, com cumprimento de jornada de trabalho com a realização de atividades assistidas aos discentes não presenciais;

§ 1º A definição do regime de trabalho previsto no inciso II detalhado em Plano de Trabalho, fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O Plano de Trabalho poderá fixar regime híbrido que preveja o cumprimento de jornada de trabalho do profissional em mais de uma das modalidades de trabalho definidas nos incisos I, III deste artigo.

§ 3º Aos **servidores temporários (ACTs)** vinculados à Secretaria Municipal de Educação, aplicam-se às regras definidas no Título III, deste decreto.

TÍTULO II: DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO

Art. 4º Enquanto as atividades regulares nas unidades de ensino estiverem suspensas serão mantidos os vencimentos previstos no Estatuto dos Servidores do Magistério.

§ 1º No período de reposição das aulas de acordo com o Plano de Trabalho da Secretaria de Educação, os profissionais vinculados a Secretaria de Educação não terão direito ao pagamento de horas extraordinárias ou qualquer outro vencimento adicional.

Art. 5º Quando do retorno das atividades presenciais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos professores integrantes do grupo de risco, (mediante apresentação de atestado médico) a este será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

TÍTULO III: DOS REGIMES DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS

CAPÍTULO I: DO REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 6º As atividades não-presenciais que integram o regime de trabalho remoto incluem, entre outras:

I - planejamento, adequação e preparação de atividades de intervenção docente não presencial e presencial;

II – participação em reuniões pedagógicas remotas;

III – produção de conteúdo e de estratégias didáticas para diferentes modalidades de ensino por meio de estratégias de intervenção diversas do método presencial, adaptado ao currículo escolar;

IV – elaboração de material didático para ser disponibilizado em versão impressa ou digital;

V – as interações com os discentes será através de ambiente virtual (whatsapp), apostilamento em versão impressa, contato familiar para acompanhamento das atividades;

Parágrafo único. As atividades deverão ser definidas em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º O Plano de Trabalho deverá especificar as atividades a serem realizadas de forma proporcional à carga horária de trabalho do servidor.

§ 1º A comunicação e/ou interação de professores com alunos, pais, familiares e/ou responsáveis, dar-se-á dentro do horário de trabalho do professor, sendo que as atividades assistidas realizadas fora do horário normal de trabalho, será considerada mera liberalidade, sendo vedado o pagamento de hora extraordinária.

§ 2º A execução das atividades não-presenciais corresponderá à totalidade da carga horária do regime de contratação, incluindo não somente as horas de interação com alunos (em sala de aula), quanto às chamadas horas-atividade (art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008).

§ 3º O Plano de Trabalho do profissional do Magistério e da Educação será fixado pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial de Educação adotado pelo Município.

Art. 8º O Município deverá prover recursos materiais para que as atividades sejam desenvolvidas pelos Profissionais do Magistério e da Educação, em sua residência ou na unidade escolar de ensino, nos termos do Plano de Intervenção Emergencial a ser aprovado pelo Município.

Art. 9º A regulamentação das atividades é feita pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos de regulamentação fixada pelo Conselho Municipal de Educação e consequente homologação dos atos normativos.

§ 1º O regulamento deverá tratar sobre sistemática para o cumprimento de jornada de trabalho, para o controle de atividade pedagógica e educacional e sobre a supervisão ou coordenação pedagógica das atividades.

§ 2º Os efeitos jurídicos do regime de trabalho remoto se equiparam àqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II: DA LOTAÇÃO PROVISÓRIA EM OUTRO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a determinar a lotação provisória de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, para o exercício em outro órgão da Administração Pública, nos termos definidos no art. 3º, inc. II, deste decreto.

Parágrafo único. O servidor público só deverá exercer suas atribuições no local da lotação provisória quando as funções por ele desempenhadas sejam compatíveis com as atribuições do cargo de provimento efetivo de que é titular e desde que respeitada a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente.

Art. 11. O ato da lotação provisória do servidor deverá ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos e deverá ser efetivado, independentemente de sua anuência prévia, exigindo sua comunicação com pelo menos dois dias de antecedência.

Art. 12. O ato de lotação provisória do servidor público municipal se concretizará com a publicação da portaria no Diário Oficial dos Municípios.

§ 1º O ato de lotação provisória deverá prever seu termo final, que será por prazo certo ou pelo adimplemento de condição resolutiva.

§ 2º A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato unilateral do Secretário Municipal de Educação.

TÍTULO IV. DOS SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO (ACT's)

Art. 13. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação implementado no âmbito do Município, em relação aos servidores contratados por prazo determinado, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I – a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho:

- a) de expediente regular, nos termos do art. 3º, inc. I;
- b) de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, inc. III;
- c) em regime trabalho híbrido;

II - a alteração unilateral do contrato de trabalho, para exercício extraordinário em lotação diversa;

III – a rescisão do contrato unilateral de trabalho, poderá ocorrer em razão da situação de emergência (calamidade pública) reconhecida no âmbito do Município.

Art. 14. Aos servidores temporários que continuarem a desenvolver suas atividades na forma definida no inc. I do art. 13, aplicam-se integralmente as regras definidas no título III que trata dos servidores efetivos.

Art. 15. O servidor temporário vinculado à Educação, que não possa ser aproveitado na execução de atividades em regime de expediente normal ou de trabalho remoto, poderá ter seu contrato de trabalho unilateralmente alterado para exercício temporário em outro órgão de lotação, observados os seguintes requisitos:

I – o exercício de atribuições afins à função para a qual foi contratado, respeitadas a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente;

II – a demonstração de que há necessidade temporária de excepcional interesse público a justificar a alteração unilateral do local de realização da função temporária;

III - a assinatura de termo de alteração da contratação por prazo indeterminado por ambas as partes

Parágrafo único. As alterações na contratação temporária pode fixar como condição resolutive o retorno das atividades regulares nas unidades de ensino e educacionais do Município.

Art. 16. Os contratos de trabalho por prazo determinado poderão ter sua vigência prorrogada a fim de que sejam adequados ao novo calendário escolar relativo ao ano letivo 2020.

TÍTULO V: DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 Durante o período de suspensão das atividades regulares nas unidades de ensino da rede municipal, será mantido os relatórios de avaliação de desempenho dos Professores em estágio probatório e a contagem do prazo do estágio probatório.

Art. 18 Ficam suspensos até o dia 31 de dezembro de 2020, a implementação em folha de pagamento de progressão funcional, de adicional de pós-graduação.

Art. 19 As licenças de capacitação e as licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano Emergencial da Educação, poderão ser suspensas por decisão unilateral.

Art. 20 A partir de 13 de abril de 2020 e durante o período em que as atividades escolares presenciais estiverem suspensas será adotado o regime especial de atividades não presenciais.

Art. 21 Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Romelândia-SC, 05 de maio de 2020.

VALDIR BUGS
PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

Registrado e Publicado em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 4.239/2020

Publicação Nº 2466215

DECRETO Nº 4.239/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.03– Departamento de Esportes	
27.812.0014.2.038000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.009000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	200.000,00
Fonte: 138 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS / União	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional dispostos no artigo anterior, são provenientes do Provável Excesso de Arrecadação, dos recursos do Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde, recebidos do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 5º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.374/2019 de 27 de novembro de 2019.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 05 de maio de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia-SC

Registrado e Publicado em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.390/2020

Publicação Nº 2465434

LEI Nº 2.390/2020

Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Romelândia-SC, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes: faço a todos os habitantes do Município saber que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a presente Lei:

Art.1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a adotar medidas administrativas para regulação de pessoal com vistas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. As medidas administrativas autorizadas pela presente norma visam compatibilizar a necessidade de equilíbrio entre as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do Município.

Art.2º Entre as medidas referentes à gestão de pessoal, fica autorizado o Poder Executivo a determinar:

I – Concessão unilateral das seguintes medidas administrativas:

- a) Licença Prêmio, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais para sua fruição;
- b) Férias Coletivas ou férias normais individuais;
- c) Férias Antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo.

II – Alterações na forma de cumprimento de jornada de trabalho, mediante:

- a) A instituição de modalidade de trabalho remoto (*home office*);
- b) A redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração;
- c) A fixação de escalas de trabalho diferenciadas

d) Instituição de banco de horas (positivo ou negativo) para compensação em data futura;

III – Deslocamento provisório de servidores nas seguintes modalidades:

a) designação para lotação provisória em outros órgãos da administração pública;

b) deslocamento para composição de força de trabalho junto à órgão público diverso, integrante ou não da administração pública municipal;

§1º A fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (*home office*), prevista na letra “a” do inciso II, não gerará horas extraordinárias, tampouco poderá ser aplicada ao regime de banco de horas

§2º As medidas de instituição de banco de horas (inciso II, letra “d”) e de deslocamento para composição de força de trabalho (inciso III, letra “b”) dependem da edição prévia de decreto regulamentar para serem implementadas.

§3º Na hipótese de suspensão de servidores contratados por tempo determinando (inciso IV, letra “a”), em se tratando de profissionais do Magistério e da Educação, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, a suspensão se dará pelo tempo de suspensão das aulas presenciais, sendo que a remuneração paga nesse período deverá ser considerada como banco de horas negativo, nos termos de decreto regulamentar.

§ 4º As ações adotadas com base na presente legislação são efetuadas sempre a título precário e não geram qualquer direito adquirido ao servidor.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo editará os decretos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigora na data de sua publicação e destina-se a regular os atos administrativos praticados na vigência da situação emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 5º Ficam convalidados os atos administrativos praticados anteriormente à sua promulgação, desde que compatíveis com o que nela está disciplinado.

. Romelândia (SC), 05 de maio de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.391/2020

Publicação Nº 2465441

LEI Nº 2.391/2020

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CELEBRAR CONTRATO DE
INCORPORAÇÃO DE REDE DE
DISTRIBUIÇÃO COM A CELESC
DISTRIBUIÇÃO S.A**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigente: faço a todos os habitantes do Município saber que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato de incorporação de ativos com a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A, da rede de distribuição de Energia elétrica instaladas na Rua Hercilio Luz no Município de Romelândia.

Art. 2º Por este contrato fica o Poder Executivo autorizado a entregar à CELESC seus direitos de propriedade sobre a referida rede de distribuição, conforme termos que integram a presente lei.

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia (SC), 05 de maio de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

Saltinho

PREFEITURA

CONTRATO 013/2020

Publicação Nº 2465448

Estado de Santa Catarina	
Município de Saltinho	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	013/2020
Contratado	BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, com endereço à Rua João Pessoa, 134, Centro, CEP 88801-530, Crisciúma - SC, aqui representado por Alexandre Paloschi, Brasileiro, CPF nº 022.178.849-21, residente na Cidade de Chapecó – SC.
Objeto	SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores E Lei 10.520/2002
Vigência do Contrato	01/05/2020 a 30/04/2021
Valor	R\$ 126.325,70 (cento e vinte e seis mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta centavos).
Assinatura: Deonir Luiz Ferronato Pelo Município e Alexandre Paloschi pela contratada	
Saltinho, 30 de abril de 2020	
Deonir Luiz Ferronato	
Prefeito Municipal	

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2020

Publicação N° 2466061

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 27/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2020

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 27/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 16/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de tubos de concreto de primeira qualidade. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 18 de maio de 2020. Abertura das propostas as 08h40min do dia 18 de maio de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 05 de maio de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO 02/2020 FMS

Publicação Nº 2464698

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: R. L. VANDRESEN & CIA LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Alterar a Cláusula I do Contrato nº 02/2020, datado de 23 de janeiro de 2020, passando o preço da Gasolina comum de R\$R\$ 3,644 (três reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 3,341 (três reais e trinta e quatro centavos) passando o preço do óleo diesel Comum de R\$ 3,649 (três reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 2,915 (dois reais e noventa e um centavos) passando o preço do óleo diesel S 10 de R\$ 3,293 (três reais e vinte e nove centavos) para R\$ 2,912 (dois reais e noventa e um centavos) a partir desta data. Todas as demais cláusulas do Contrato nº 02/2020, datado 23 de janeiro de 2020, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 04 de maio de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 01/2020 "PUBLICA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA."

Publicação Nº 2464956

RESOLUÇÃO Nº. 001/2020

"Publica composição da diretoria dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Rosa de Lima."

HELOISA ASSING, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Rosa de Lima, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Municipal Complementar Nº 2.038/2014;

RESOLVE:

Art.1 – Publicar a composição da nova diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Rosa de Lima, sendo a seguinte composição:

Presidente – Heloisa Assing;

Vice-Presidente – Juliana Mendes Dutra;

Secretária Geral – Paloma Assing;

Art.2 – Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Rosa de Lima, em 30 de abril de 2019.

HELOISA ASSING

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº0007/2020**

Publicação Nº 2466301

RESOLUÇÃO Nº 007/2020.

“Revoga parcialmente a Resolução n. 002/2020 que Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo de Santa Rosa de Lima e dá outras providências”.

O presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo n. 137 do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada parcialmente os efeitos da Resolução n. 02/2020, que “Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo de Santa Rosa de Lima e dá outras providências” para até dia 31 de maio de 2020.

Art. 2º Ficam vigentes na integralidade os Artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Resolução n. 02/2020.

Art. 3º Os seguintes artigos da Resolução passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O acesso às dependências do Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC fica restrito a:

I – Vereadores;

II – Servidores ativos do quadro de pessoal do Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC, bem como a contratados para atividades fundamentais para o funcionamento do Poder Legislativo;

III – Fornecedores mediante agendamento.

Parágrafo único. Fica vedado o acesso das pessoas que apresentarem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), considerados casos suspeitos de infecção pelo COVID-19.

Art. 3º Ficam temporariamente suspensos:

I – O atendimento presencial ao público externo, devendo os interessados em contato com o Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC usar meios telemáticos ou o canal da ouvidoria;

II – em caso de necessidade de atendimento pessoal, como a ouvidoria e outros, devem ser agendados através dos canais telemáticos disponíveis;

III – Retomam-se as sessões ordinárias até dia 31 de maio de 2020 devendo estas serem realizadas sem a presença do público, sendo obrigatória a adoção de medidas de proteção e uso de equipamentos de proteção individual;

Parágrafo único – O vereador que comparecer sem equipamento de proteção individual não poderá participar das sessões.

IV – As sessões extraordinárias seguirão o que dispõem o Regimento Interno.

Art. 4º Fica revogado o Artigo 9º da Resolução n. 02/2020.

Art. 5º Esta resolução está em vigência de 04 de maio de 2020 a 31 de maio de 2020, podendo a data de sua vigência ser prorrogada ou revogada dependendo das circunstâncias e decretos a serem editados.

Santa Rosa de Lima, em 04 de maio de 2020

BERTILO VANDRESEN
Presidente

CLAUDIOMIR MENDES
Secretário

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO NO REURB 02

Publicação Nº 2464684

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO NO REURB 02

Regularização fundiária de interesse específico
Núcleo Urbano Informal Consolidado
Matrícula 1.596 do CRI de Santa Rosa do Sul

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 80.989.965/0001-98, com sede na Rua Pedro Raupp, n.º 400, Santa Rosa do Sul/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Nelson Cardoso de Oliveira, vem através deste, na forma do artigo 31, § 1º e § 5º, inciso I, da Lei Federal nº 13.465/17, NOTIFICAR o senhor PAULO PEDRO TEIXEIRA, brasileiro, pastor, portador do CPF nº 064.204.199-72, casado com CELANIR LOPES TEIXEIRA, brasileira, portadora do CPF nº 692.741.009-06 para querendo apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos deste edital, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana- REURB-E nº 001/2020 previsto na Lei 13.465/17, que foi instaurado por decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito, visando regularizar o "núcleo urbano informal consolidado", denominado VILA SÃO CRISTÓVÃO 01 e localizado no bairro São Cristóvão, Santa Rosa do Sul/SC, com a seguinte descrição: Inicia-se no ponto 1, de coordenadas N 6.772.592,1680m e E 622.044,8904m; deste segue confrontando com a Rua acesso A, com azimute de 215º10'28" por uma distância de 21,04m, até o ponto 02, de coordenadas N 6.772.574,9732m E 622.032,7722m; deste segue confrontando com a propriedade de Pedro Silveira de Vargas, com azimute de 308º36'24" por uma distância de 03,77m, até o ponto 03, de coordenadas N 6.772.577,3246m E 622.029.8274m, deste segue confrontando com a propriedade de Olizeu Cardoso da Silva, com azimute de 308º29'42", por uma distância de 13,00m, até o ponto 04, de coordenadas N 6.772.585,4164m e E 622.019,6528m; deste segue confrontando a propriedade de Pedro de Vargas Réus e Maria das Graças Cardoso Réus, com azimute de 308º29'42" por uma distância de 0,50m, até o ponto 05, de coordenadas N 6.772.585, 7276m e E 622.019,2615m; deste segue confrontando com a propriedade de Paulo Pedro Teixeira e Celanir Lopes Teixeira, com azimute de 38º29'42" por uma distância de 20,25m, até o ponto 06, de coordenadas N 6.772.601,5771m e E 622.031,8665m; deste segue confrontando com a propriedade de Rua 02-073, com azimute de 125º50'47" por uma distância de 16,07m, até o ponto 01, onde teve início essa descrição.

Conforme consta nos autos do processo administrativo nº 001/2020, o senhor (a) é notificado na qualidade de proprietário da matrícula 1.596, localizada no núcleo urbano denominado "VILA SÃO CRISTÓVÃO 01".

A impugnação deverá ser devidamente motivada e deverá ser apresentada na Secretaria Municipal de Administração.

Não sendo apresentada impugnação, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana, em relação a área ocupada pelo "núcleo urbano informal consolidado", para evitar lesão aos padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos ocupantes, inclusive com a entrega do título de "legitimação fundiária" e "legitimação de posse", reservando-se a Administração o direito de pleitear judicialmente em face dos eventuais responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal indenizações pelas despesas com a regularização, conforme artigo 14, § 2º, da Lei 13.465/17.

Santa Rosa do Sul, SC, 5 de maio de 2020.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 97/2020

Publicação N° 2465586

DECRETO N°097/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA, PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 de 27 de Janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada em cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: TACIANE CAZIZA LUNEBURGER

CARGO: GERENTE DE PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA

NÍVEL: CC-01

CÓDIGO: 1031

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 05 de maio de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO MUNICIPAL N. 98/2020

Publicação N° 2466475

DECRETO N°098/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica exonerado do cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: SIDINEI RODRIGUES

CARGO: GERENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

NÍVEL: CC-01

CÓDIGO: 1032

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 05 de maio de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL N 109/2020

Publicação Nº 2465561

PORTARIA Nº 109/2020

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 075/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art.1º. Fica revogada integralmente a Portaria 075/2020 de 03 de abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de abril de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL N 110/2020

Publicação Nº 2465563

PORTARIA Nº 110/2020

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 076/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art.1º. Fica revogada integralmente a Portaria 076/2020 de 13 de abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de abril de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL N 111/2020

Publicação Nº 2465568

PORTARIA Nº 111/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE E SEM ACRÉSCIMO DE REMUNERAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal ALCIONI CLAUDIA STAUDT DA CRUZ, matrícula 5495/02, ocupante do cargo de Diretor de Saúde Pública, para responder cumulativamente e sem acréscimo de remuneração pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de maio de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de maio de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 35/2020

Publicação Nº 2465650

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 35/2020

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 35/2020, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E A COMUNIDADE TERAPEUTICA LUZ DO AMANHA CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa na Av. Tancredo Neves, n. 337, Centro, representado pelo Prefeito, Sr. DERLI FURTADO, brasileiro, casado, portador do RG nº 311.170, inscrito no CPF sob nº 219.982.219-20, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves, nº 511, Centro, Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, e;

COMUNIDADE TERAPEUTICA LUZ DO AMANHA CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA, estabelecida na Estrada Linha Maragata, s/n, interior de Erval Velho - SC, inscrita no CNPJ: 10.615.019/0001-04, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela sua sócia administradora Sra. KARLA DANIELA CALLAI DE BASTIANI, brasileira, administradora, portadora do RG: 3149569 e CPF: 001.150.679-22, residente e domiciliada na Rua Leoberto Leal, nº 436, bairro São Vicente de Herval D'Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas a presente RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 35/2020, nos termos das cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1. O presente termo tem como objetivo a rescisão de comum acordo do Contrato de Prestação de Serviços nº 35/2020, celebrado entre as partes supramencionadas, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DA COMUNIDADE TERAPÊUTICA LUZ DO AMANHÃ CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA, PARA ATENDIMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, PARA MAIORES DE DEZOITO ANOS DE IDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E ANEXO. Obedecidas às disposições estabelecidas no Edital e anexos da Dispensa de Licitação nº 03/2020 FMS.
2. Justifica-se a rescisão do Contrato Administrativo nº 35/2020, o fato de os pacientes P.O.F e C.K terem pedido liberação da internação na Instituição. (conforme justificativa da empresa em anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO DOS VALORES E PAGAMENTO

1. O pagamento referente aos serviços prestados até a data da rescisão será efetuado até o dia 15 do mês subsequente de 2020. Mediante a apresentação da respectiva nota fiscal.

CLAUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A rescisão contratual em questão encontra amparo legal nos artigos 77,78 e 79, inciso II e paragrafo primeira da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como na clausula segunda, do contrato 35/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente termo de rescisão do contrato 35/2020 surtira efeitos legais a partir do dia 01 de maio de 2020.
2. As partes resolvem, em comum acordo, nas razões de suas faculdades, em dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato de Prestação de Serviços nº 35/2020 e seus anexos, firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro.
3. Todas as cláusulas e condições contidas no presente restam desde já rescindidas.
4. A presente rescisão passa a vigorar entre as partes a partir do dia 01 de maio de 2020, sendo irrevogável e irretroatável, não cabendo arrependimento das partes, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê, estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer controvérsias ou questões oriundas da presente rescisão.
E por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias iguais de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 29 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	KARLA DANIELA CALLAI DE BASTIANI
DERLI FURTADO	CONTRATADA

Testemunhas:

Solange Braga	William Jorge Delalibera
CPF: 014.201.741.85	CPF: 101.271.559-02

Visto:

Eder Schlosser da Silva	
Assessor Jurídico – OAB/SC 49.465	

Santo Amaro da Imperatriz

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 27/2020

Publicação Nº 2465055

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 27, DE 04 DE MAIO DE 2020

REGULAMENTA FUNCIONAMENTO INTERNO, ATENDIMENTO AO PÚBLICO E AS SESSÕES ORDINÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz de 04 de maio de 2020 a 08 de maio de 2020, mediante escala de revezamento dos servidores para atendimento presencial na terça-feira (05/05) e quinta-feira (07/05), das 13h às 17h, e demais dias mediante a modalidade teletrabalho (home office).

Art. 2º - Fica determinado a retomada das sessões ordinárias presenciais conforme calendário disponível no sítio eletrônico da Câmara para o ano de 2020, as quais serão realizadas a partir das 16h, sem a presença de público externo, em virtude do determinado no Decreto Estadual n. 587/2020 e Decreto Municipal n. 6.811/2020, os quais retiraram as reuniões de caráter público das atividades suspensas.

Art. 3º - É obrigatória a presença dos Vereadores que não se encontram na zona de risco para a COVID-19 nas Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões Legislativas Permanentes.

Art. 4º - Os agentes políticos e públicos sintomáticos em relação ao COVID-19 serão afastados administrativamente por até 14 (quatorze) dias, devendo seguir os protocolos de saúde pública determinados pela autoridade sanitária.

Parágrafo único. Sempre que possível, o afastamento dos agentes públicos dar-se-á sob o regime de trabalho remoto.

Art. 4º - Durante os dias de atendimento presencial e sessões os servidores e Vereadores deverão utilizar máscaras e álcool em gel, os quais serão fornecidos pela Câmara Municipal.

Art. 5º - Para fins de contato com o Poder Legislativo Municipal, sugestões, assim como solicitação de dúvidas e orientações, ficam disponibilizados os e-mails camara@santoamaro.sc.gov.br e ass.camarasai@gmail.com, os quais estarão em funcionamento durante o horário normal de expediente (das 12h00min às 18h00min).

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 04 de maio de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA
Presidente

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1765/2020

Publicação Nº 2465796

DECRETO Nº 1765, DE 4 DE MAIO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 1591, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2409/09,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 1591, de 13 de dezembro de 2019, que Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM passa a vigorar com a seguinte redação:

“ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Simone Aparecida Grande – Titular

Melissa Cindy de Paula Matos - Suplente

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

XII – Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção São Bento do Sul:

Jessica Diane Bail - Titular

não informado – Suplente”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1766/2020

Publicação Nº 2465801

DECRETO Nº 1766, DE 5 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.521.279,70 (dois milhões, quinhentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

4490510000 - Obras e instalações (03360158) R\$ 1.399.318,31

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

4490510000 - Obras e instalações (03360158) R\$ 1.000.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3390300000 - Material de consumo (03070016) R\$ 7.354,70

Atividade: 2034 - Rádio Patrulha

4490520000 - Equipamentos e material permanente (03000100) R\$ 25.000,00

4490510000 - Obras e instalações (03000100) R\$ 5.000,00

3390400000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
- Pessoa Jurídica (03000100 - Recursos Ordinários) R\$ 15.000,00

4430420000 - Auxílios (03000100) R\$ 2.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (03000100) R\$ 26.106,69

3390370000 - Locação de mão-de-obra (03000100) R\$ 2.000,00

3390360000 - Outros serviços terceiros - pessoa física (03000100) R\$ 2.500,00

3390300000 - Material de consumo (03000100) R\$ 35.000,00

3330410000 - Contribuições (03000100) R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 03000100 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 114.606,69, na fonte de recursos 03070016 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, no valor de R\$ 7.354,70 e na fonte de recursos 03360158 - Salário-Educação 2.399.318,31.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 5 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - FMS

Publicação Nº 2466411

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - FMS

OBJETO: Aquisição de Vale Transporte para funcionários do Fundo Municipal de Saúde, pelo período de maio a outubro de 2020.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 142.500,00.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2020.

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2020

Publicação Nº 2464937

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2020

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO PÍNCARO ASSESSORIA POLÍTICA E PROJETOS SOCIAIS.

DO OBJETO: Contratação de serviços profissionais para desenvolvimento de oficinas socioeducativas nos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social do Município de São Bento do Sul, nos grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Serviço de Proteção Social Básica para o desenvolvimento de atividades de dança e exercícios de memória, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 39/2020, constante do item 1 – Oficinas de Dança.

DO VALOR: R\$ 15.510,96 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a iniciar em 01.06.2020 e a terminar em 30.11.2020.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2020.

ASS: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.
INSTITUTO PÍNCARO ASSESSORIA POLÍTICA E PROJETOS SOCIAIS, como Contratada.

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - FMS

Publicação Nº 2466414

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de vale transporte para os funcionários do Fundo Municipal de Saúde pelo período de maio a outubro de 2020.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 1.722 de 30 de março de 2020 e de acordo com o Termo Aditivo nº 065/2020, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 142.500,00 é compatível com os preços praticados no mercado. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 1284 de 3 de abril de 2019, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 002/2020 SEMUS

Publicação Nº 2465794

PORTARIA Nº 002/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde, com fundamento na Norma Operacional Básica – NOB 01/96,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor WELLINGTON THIAGO ZIMERMANN DIAS, CRM 22770/SC, médico psiquiatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, como Responsável Técnico pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II).

Art. 2º Está portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de maio de 2020.

Manuel Rodriguez Del Olmo
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIAS Nº 10519/2020 A 10524/2020

Publicação Nº 2465819

PORTARIA Nº 10519, DE 4 DE MAIO DE 2020.

Corrige Portaria nº 10035/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o princípio de autotutela,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º, da Portaria nº 10035, de 26 de fevereiro de 2020, que concedeu licença prêmio a servidora JANE MARY FUCKNER, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior será gozada em dois períodos, da seguinte forma:

I – de 15/03/2020 a 29/03/2020.

II – de 27/04/2020 a 11/05/2020.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2020.

São Bento do Sul, 4 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10520, DE 4 DE MAIO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOSÉ APARECIDO ALEXI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença prêmio relativa ao triênio 2009/2012, conforme Processo nº 4857/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 30/03/2020 a 28/04/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10521, DE 4 DE MAIO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ORIANE ROESLER DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2014/2017, conforme Processo nº 2073/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 04/05/2020 a 02/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10522, DE 4 DE MAIO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LADI PADILHA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2015/2018, conforme Processo nº 22124/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior será gozada em dois períodos, da seguinte forma:

I – de 15/05/2020 a 29/05/2020.

II – de 16/10/2020 a 30/10/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10523, DE 4 DE MAIO DE 2020.
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c artigo 36, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de maio de 2020, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada VERA LUCIA FEDALTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquivista, Grupo Ocupacional 4, Nível II, Classe H, matrícula nº 14050, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 6337/2020, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2020.

São Bento do Sul, 4 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10524, DE 4 DE MAIO DE 2020.

Revoga Portaria nº 10466/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 4 de maio de 2020, a Portaria nº 10466/2020 que nomeou JHONNY MAIKEL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Contador, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 4 de maio de 2020.

São Bento do Sul, 4 de maio de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2020

Publicação Nº 2465139

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2020

Publicado no DOM, Edição nº 3130, de 04/05/2020, publicação nº 2461235, página 1239, onde se lê: Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 14/05/2020. Leia-se: Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 15/05/2020. Onde se lê: Início da sessão: dia 14/05/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Leia-se: Início da sessão: dia 15/05/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As demais ESPECIFICAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS. Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto, para que este produza os seus efeitos conforme lei.

São Bento do Sul, 05/05/2020

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
Secretária de Educação

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo e Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

MARCIO BROSOWSKY

Diretor Presidente da Fundação Cultural

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ

Pregoeira Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2020

Publicação Nº 2465374

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

CONTRATO Nº 07/2020

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS

Contratada: INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 05.773.229/0001-82

Vigência: Início: 23/04/2020 – Término 31/12/2020.

Recursos: Órgão:19 – IPRESBS, Unidade: 01 – IPRESBS, Ação: 4062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS, Referência: 9 – Serviços de consultoria, Modalidade de Aplicação: 3.33.90.35.02 – Auditoria Externa.

Valor do Contrato: O preço contratado de R\$ 5.050,00 (Cinco Mil e Cinquenta Reais) pelos serviços de pré-auditoria e auditoria.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviço de pré-auditoria e auditoria a fim de verificar a conformidade do IPRESBS em atendimento aos requisitos definidos pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017) Pró – Gestão RPPS, com vistas à eventual obtenção do Certificado de Conformidade de Nível I.

Observação: Conforme processo de dispensa de licitação nº 09/2020.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2020.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE, Diretor-Presidente, assina pelo Contratante

FERNANDO GIANCHINI LOPES, assina pela Contratada

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO Nº 130/2020

Publicação Nº 2466013

DECRETO Nº 130/2020 DE 04/05/2020

	DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal e com base na conveniência administrativa;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado por interesse público municipal, a servidora pública Sra. IARA BAMBERG DE MARCHI, matrícula 275/03, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR (A), nomeada através do Decreto nº 121/2019 de 08/07/2019, com lotação na Creche Municipal João Claudio Bevilagua.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 04 de maio de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Responsável Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 132/2020

Publicação Nº 2465917

DECRETO Nº 132/2020 DE 05/05/2020

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.310/2020 de 05/05/2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde
VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 3º - Fica realizada abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 5º - Fica realizada abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Decorrente de Operações entre Órgãos Transferências Para Saúde 15% R\$ 1.260,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Saúde 15% .. R\$ 1.260,00

Art. 7º - Este Decreto entra na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 05 de Maio de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Resp. Sec. adm. e fazenda

LEI Nº 1310/2020

Publicação Nº 2465911

LEI Nº 1.310/2020 DE 05/05/2020

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Decorrente de Operações entre Órgãos Transferências Para Saúde 15%
 R\$ 1.260,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de até R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Saúde 15% .. R\$ 1.260,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 05 de Maio de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT

Resp. Sec. adm. e fazenda

LEI Nº 1311/2020

Publicação Nº 2465916

LEI Nº 1.311/2020 DE 05/05/2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS A SEREM ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a adotar medidas administrativas para regulação de pessoal com vistas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. As medidas administrativas autorizadas pela presente norma visam compatibilizar a necessidade de equilíbrio entre as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do Município.

Art.2º Entre as medidas referentes à gestão de pessoal, fica autorizado o Poder Executivo a determinar:

I – Concessão unilateral das seguintes medidas administrativas:

a) Licença Prêmio, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais para sua fruição;

b) Férias Coletivas ou férias normais individuais;

c) Férias Antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo.

II – Alterações na forma de cumprimento de jornada de trabalho, mediante:

a) A instituição de modalidade de trabalho remoto (home office);

b) A redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração;

c) A fixação de escalas de trabalho diferenciadas;

d) Instituição de banco de horas (positivo ou negativo) para compensação em data futura;

III – Deslocamento provisório de servidores nas seguintes modalidades:

a) designação para lotação provisória em outros órgãos da administração pública;

b) deslocamento para composição de força de trabalho junto à órgão público diverso, integrante ou não da administração pública municipal;

IV – Suspensão ou extinção dos contratos de trabalho dos servidores admitidos em caráter temporário (ACT's).

§1º A fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (home office), prevista na letra "a" do inciso II, não gerará horas extraordinárias, tampouco poderá ser aplicada ao regime de banco de horas

§2º As medidas de instituição de banco de horas (inciso II, letra "d") e de deslocamento para composição de força de trabalho (inciso III, letra "b") obedecem regulamentação já implementadas nos termos da Lei nº 1.198/2017 de 27/06/2017.

§3º Na hipótese de suspensão de servidores contratados por tempo determinando (inciso IV), em se tratando de profissionais do Magistério e da Educação, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, a suspensão se dará pelo tempo de suspensão das aulas presenciais.

§ 4º As ações adotadas com base na presente legislação são efetuadas sempre a título precário e não geram qualquer direito adquirido ao servidor.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo editará os decretos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e destina-se a regular os atos administrativos praticados na vigência da situação emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 5º Ficam convalidados os atos administrativos praticados anteriormente à sua promulgação, desde que compatíveis com o que nela está disciplinado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 05 de Maio de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EMD ATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT

Resp. Sec. Adm. e Fazenda

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.339/2020

Publicação Nº 2465027

DECRETO Nº 3.339, DE 5 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com inciso I do art. 7º da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

05 - Departamento Municipal de Trânsito

001 – Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito

1005 - Sinalização e Controle Viário

3300000000000000000 - Despesas correntes

3330000000000000000 – Outras Despesas Correntes

3339000000000000000 - Aplicações diretas

01120000 – Convênio de Trânsito Prefeitura R\$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 60.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação da seguinte dotação orçamentária:

05- Departamento Municipal de Trânsito

001 – Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito

1005 - Sinalização e Controle Viário

3400000000000000000 - Despesas de Capital

3440000000000000000 – Investimento

3449000000000000000 - Aplicações diretas

01120000 – Convênio de Trânsito Prefeitura R\$ 60.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃOR\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 5 de maio de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.339, DE 5 DE MAIO DE 2020.

A presente suplementação tem por finalidade a aquisição de materiais de sinalização vertical e horizontal viária para serem implantadas nas vias do município de São Francisco do Sul para maior fluidez do trânsito.

São Francisco do Sul – SC, 5 de maio de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 3.340/2020

Publicação Nº 2465030

DECRETO Nº 3.340, DE 5 DE MAIO DE 2020.

DESIGNA MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1.136, de 9 de maio de 2011, e considerando a Ata da Assembleia Extraordinária para a Eleição do Conselho de Alimentação Escolar para o mandato de 2020 a 2024, de 6 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados como membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, no Município de São Francisco do Sul, os seguintes representantes titulares e suplentes:

I – Representantes do Poder Executivo:

- a) Wilson Miranda – Titular;
- b) Orlando Freitas Ledoux - Suplente.

II – Representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores da área da educação, indicados pelo respectivo órgão de classe:

- a) Ana Clécia da Silva Nascimento – Titular;
- b) Elizete Amorim da Silva – Suplente;
- c) Kateuscia Pereira Bonfim da Silva – Titular;
- d) Elenir da Silva Meira – Suplente.

III – Representantes de pais de alunos, indicados pelas Associações de Pais e Professores ou entidades similares:

- a) Simone Souza e Silva Knoener – Titular;
- b) Adriane Koch Corrêa – Suplente;
- c) Patrícia Alves de Novaes – Titular;
- d) Tércio Ferreira da Silva – Suplente.

IV – Representantes de Entidades Cíveis Organizadas:

- a) Claudio Vinícius Athanazio Veiga – Titular;
- b) Stephane Kuhl Silva – Suplente;
- c) Maurício Fernando Gramigna Rodrigues – Titular;
- d) Damiany Sandriny Lobo Rodrigues – Suplente.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

DECRETO Nº 3.340, DE 5 DE MAIO DE 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 6 de abril de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial Decreto nº 2.408, de 6 de abril de 2016, e suas alterações.

São Francisco do Sul – SC, 5 de maio de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.438/2020

Publicação Nº 2465033

PORTARIA nº 16.438, de 5 de maio de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população franciscanense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias a partir de 8 de abril de 2020, pelo período de 30 dias, aos servidores idosos na acepção legal dos termos, por contar com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; às gestantes; e servidores identificados como grupo de risco, que compreendem pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do seu estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, e pessoas que retornaram, nos últimos 14 (quatorze dias), de viagem em regiões com alto nível de contágio.

Art. 2º - Conceder férias a partir de 8 de abril de 2020, pelo período abaixo relacionado a cada servidor, a 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Irene Tomaz do Nascimento Costa	SIM	2015/2016	08/04/2020 07/05/2020	30

PORTARIA nº 16.438, de 5 de maio de 2020.

II – Secretaria Municipal de Finanças:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Jorge Luiz de Miranda	SIM	2018/2019	08/04/2020-07/05/2020	30

Art. 3º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 8 de abril de 2020.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de maio de 2020.

MARIA JOSÉ DA COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.439/2020

Publicação Nº 2465036

PORTARIA nº 16.439, de 5 de maio de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população franciscanense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias a partir de 15 de abril de 2020, pelo período de 30 dias, aos servidores idosos na acepção legal dos termos, por contar com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; às gestantes; e servidores identificados como grupo de risco, que compreende

peças com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do seu estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, e pessoas que retornaram, nos últimos 14 (quatorze dias), de viagem em regiões com alto nível de contágio.

Art. 2º - Conceder férias a partir de 15 de abril de 2020, pelo período abaixo relacionado a cada servidor, a 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Atendimento ao Cidadão:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Daniel Jastale	SIM	2017/2018	15/04/2020-14/05/2020	30
Laura Helena Adelia Dias	SIM	2017/2018	15/04/2020-14/05/2020	30

PORTARIA nº 16.439, de 5 de maio de 2020.

II – Secretaria Municipal de Educação:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Taiane de Oliveira	SIM	2016/2017	15/04/2020-14/05/2020	30

III – Secretaria Municipal de Finanças:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Alexandre Dal Bo Lisboa	SIM	2017/2018	15/04/2020-14/05/2020	30
Getúlio Alvez da Costa	SIM	2019/2020	15/04/2020-14/05/2020	30

Art. 3º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 15 de abril de 2020.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de maio de 2020.

MARIA JOSÉ DA COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.440/2020

Publicação Nº 2465037

PORTARIA nº 16.440, de 5 de maio de 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população franciscense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias a partir de 28 de abril de 2020, pelo período de 30 dias, aos servidores idosos na acepção legal dos termos, por contar com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; às gestantes; e servidores identificados como grupo de risco, que compreende pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do seu estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, e pessoas que retornaram, nos últimos 14 (quatorze dias), de viagem em regiões com alto nível de contágio.

Art. 2º - Conceder férias a partir de 28 de abril de 2020, pelo período abaixo relacionado a cada servidor, a 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Guaraci de Paula	SIM	2019/2020	28/04/2020-27/05/2020	30

Art. 3º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

PORTARIA nº 16.440, de 5 de maio de 2020.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 28 de abril de 2020.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de maio de 2020.

MARIA JOSÉ DA COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.441/2020

Publicação Nº 2465039

PORTARIA nº 16.441, de 5 de maio de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população francisquense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias a partir de 4 de maio de 2020, pelo período de 30 dias, aos servidores idosos na acepção legal dos termos, por contar com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; às gestantes; e servidores identificados como grupo de risco, que compreende pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do seu estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, e pessoas que retornaram, nos últimos 14 (quatorze dias), de viagem em regiões com alto nível de contágio.

Art. 2º - Conceder férias a partir de 4 de maio de 2020, pelo período abaixo relacionado a cada servidor, a 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Turismo:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Jamille de Freitas Machado Douat	NÃO	2017/2018	04/05/2020-13/05/2020	10

II – Secretaria Municipal de Finanças:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Joelma de Fátima Fernandes	NÃO	2017/2018	04/05/2020-23/05/2020	20
Bruna Maciel	NÃO	2019/2020	04/05/2020-23/05/2020	20

PORTARIA nº 16.441, de 5 de maio de 2020.

III – Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Roberto Tavares V. Junior	Não	2014/2015	04/05/2020 13/05/2020	10

IV – Secretaria Municipal de Obras e Serviços:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Juliano César Paiva	SIM	2018/2019	04/05/2020 23/05/2020	30

V – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Eurides Nunes de Miranda Correa	SIM	2015/2016	04/05/2020 02/06/2020	30

Art. 3º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 4 de maio de 2020.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de maio de 2020.

MARIA JOSÉ DA COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PP 008/2020 FMS

Publicação Nº 2464943

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 008/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 16.309 de 02 de março 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 10h do dia 18 de maio de 2020, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa para fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da Ambulância e Socorristas da Vila da Glória, e na realização de Serviços Extraordinários na unidade de saúde da Vila da Glória (Lei nº 146/95), em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul - SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreritavelmente até 09:30h do dia 18 de maio de 2020.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10h do dia 18 de maio de 2020, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por item, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1901 – Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saude
Projeto Atividade	2121 - Manutenção de Serviço Móvel SAMU 2118 – Manutenção de Atenção ao MAC
Elemento de Despesa	33903941 – Fornecimento de Alimentação

Unidade Orçamentária	1901 – Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saude
Vínculo do Recurso	1381000 – Media e Alta Compl. Ambul. E hosp- mac 1380900 – Fornecimento de Alimentação 1020000 – Rec. De impostos e de transf.imp-saúde

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Declaração de Não Parentesco

Anexo VII – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VIII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 - Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08H AS 14HS, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br/site no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br; licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 008/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 008/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseq-entes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeq-íveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeq-íveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope N° 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa

da União - CND) - Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

b. Alvara de localização/funcionamento devidamente autenticado em nome da licitante.

c. Apresentar certificado ou alvará sanitário, emitido pelo órgão competente comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância Sanitária.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV - Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI - Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 05 de maio de 2020.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

Fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da Ambulância e Socorristas da Vila da Glória, plantonistas do SAMU, funcionários e servidores durante a participação das Campanhas de Vacinação e na realização de Serviços Extraordinários na unidade de saúde da Vila da Glória (Lei nº 146/95).

2. JUSTIFICATIVA

O presente visa garantir fornecimento de refeições aos funcionários plantonistas, haja vista tratar-se de plantões de 12 horas ininterruptas nas unidades citadas, bem como aos servidores deslocados para realizar serviços na unidade de saúde da localidade da Vila da Glória (parte continental do município) que em virtude da logística do transporte acabam por extrapolar o horário de expediente (Lei nº 146/95 - serviços extraordinário), e aos servidores deslocados para trabalhar na realização das Campanhas de Vacinação que acontecem geralmente nos finais de semana nas unidades de saúde do município no horário de 08:00hs á 17:00hs ininterruptamente.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**PROPOSTA POR ITEM**

ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT.	V. Médio UNITÁRIO	V. TOTAL Estimado
01	Fornecimento de refeições em sistema de "Buffet", sendo almoço e jantar que deverão ser servidos de segunda a domingo, inclusive feriados, para os plantonistas do SAMU.	UNID.	1700	R\$ 40,33	R\$ 68.561,00
02	Refeições embaladas individualmente, acondicionada em embalagem térmica, acompanhada de suco (300ml), entregue no local de segunda a sábado, inclusive feriados, os servidores participantes das Campanhas de vacinação..	UNID.	600	R\$ 35,00	R\$ 21.000,00
03	Fornecimento de refeições em sistema de "Buffet" ou fornecidas no local, devidamente embaladas, sendo almoço e jantar que deverão ser servidos de segunda a domingo, inclusive feriados, para o motorista plantonista da ambulância e socorrista (Ambulância) da Vila da Glória, e funcionários e servidores deslocados para realizar serviços na unidade de saúde da localidade da Vila da Glória (Lei nº 146/95).	UNID	2000	R\$ 42,00	R\$ 84.000,00

4.0 COMPOSIÇÃO DAS REFEIÇÕES

- 01 porção de carne de 1º qualidade a escolher (bovina, aves, suína e peixe) de no mínimo 150gr já preparada, pronta para consumo;
- 01 porção de Arroz de no mínimo 60gr;
- 01 porção de Feijão de no mínimo 40gr;
- 01 porção de Farofa de no mínimo 30gr;
- 01 porção de massa de no mínimo 30gr;
- 01 porção de salada de no mínimo 50gr;
- 01 porção de legumes de no mínimo 80gr;
- 01 porção variada de no mínimo 60gr;
- 01 suco natural de no mínimo 80% de polpa sem conservantes e corantes artificiais com mínimo de 300 ml.

4.1 - COMPOSIÇÕES DA SALADA E LEGUMES

As variações de salada serão de verduras/legumes crus ou cozidos (disponíveis conforme estação do ano).

4.2 - COMPOSIÇÕES DA PORÇÃO VARIADA

As variações como bolinhos, suflês, purês, fritas, polenta, entre outros deverão ser de 01 poção por refeição.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS OPERACIONAIS

5.0- Do modo de acondicionamento (refeições campanhas de vacinação)

5.1.1 - A refeição deverá estar acondicionada individualmente em embalagem térmica descartável, e o suco em caixinha tetrapark ou recipiente plástico descartável com tampa.

6.0 - Do transporte do objeto

6.1 - Transportar as refeições em veículo limpo, sem odores indesejáveis, livre de vetores e pragas urbanas, dotado de cobertura e proteção lateral impermeáveis, íntegras e limpo; e empilhados de forma a não comprometer a qualidade higiênico-sanitária do objeto.

6.2 – O veículo não deve transportar as refeições junto com outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

7.0 – Do modo de transporte

7.1 - Transportar as refeições em caixas de isopor ou polietileno com assepsia adequada garantindo a conservação e higiene.

7.2 - Garantir a boa apresentação das refeições, em temperatura adequada (no mínimo de 65° C) e em condições higiênico-sanitárias favoráveis ao consumo humano.

8.0– Do local e período de entrega**8.1 – CAMPANHAS DE VACINAÇÃO**

Unidades de Saúde (indicadas pela Coord. ECD)

Período de entrega: ALMOÇO

Dias de entrega: conforme calendário das Campanhas de Vacinação.

9.0 – Da convocação para assinatura do contrato

9.1 – Uma vez homologado o torneio, o adjudicatário terá 05 (cinco) dias, após a convocação, para assinar o contrato ou retirar o documento equivalente.

9.2 – A recusa injustificada acarretará as consequências legais, notadamente as do Art. 81, da Lei 8.666/93.

10.0 - Dos Critérios da Fiscalização

10.1 - A Fiscalização do contrato caberá ao servidor designado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 - O Fiscal do Contrato exercerá a fiscalização permanente sobre a qualidade do produto fornecido, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução prestada por seus subordinados, dentro do critério de periodicidade que entender como necessário ao cumprimento de suas responsabilidades.

11.0 DA NOTA FISCAL

11.1 – A Nota Fiscal deverá ser entregue no prédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, localizado a Rua Manoel Antônio Bueno 387, bairro Rocio Grande, na cidade de São Francisco do Sul/SC. Em dias e horários de expediente, sendo: de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min, e das 13h30min às 17h00min

12.0 DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal correspondente ao período de fornecimento, juntamente com as guias de autorização (fornecidas pelas unidades de saúde) devidamente preenchida com a quantidade fornecida, datada e assinada pelo responsável de cada unidade de saúde onde ocorrer a entrega.

13.0 DA VIGÊNCIA

13.1 O contrato terá vigência de 09 meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses.

Jefferson Pacheco de Moraes
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 16.344/2020

ANEXO II**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 008/2020

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020, cujo objeto é -----, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 008/2020

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 008/2020

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 008/2020 que a Proponente _____ (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na cidade de _____, Estado _____, na Rua/Av _____ (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

DECLARAÇÃO

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

São Francisco do Sul, _____ de _____ de 2020.

Assinatura

ANEXO VII

Pregão Presencial nº 008/2020

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 008/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____.

Aos 00 dias do mês de ----- do ano de XXXX, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 03.264.792/0001-08, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade, (estado civil), inscrita no CPF sob nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada nesta cidade, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na Rua _____ – bairro _____ na cidade de _____ - CEP _____, neste ato representada por _____, brasileiro, estado civil _____, inscrito no CPF. sob nº _____, residente e domiciliado na _____, bairro _____ – na cidade de _____ – CEP _____, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório Nº 004/2020 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da Ambulância e Socorristas da Vila da Glória, e na realização de Serviços Extraordinários na unidade de saúde da Vila da Glória (Lei nº 146/95), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:**ITEM**

Item	Especificações	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
Valor total do Lote					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/____ pelo período de 09 (nove) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo, ficando as despesas do próximo ano consignadas ao orçamento de 2020.

Unidade Orçamentária	1901 – Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2118– Manutenção de Atenção ao MAC 2121 - Manutenção de Serviço Móvel SAMU
Elemento de Despesa	33903941 – Fornecimento de Alimentação
Vínculo do Recurso	1381000 – Media e Alta Compl. Ambul. E hosp- mac 1380900 – Fornecimento de Alimentação 1020000 – Rec. De impostos e de transf.imp-saúde

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 As refeições serão recebidas após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, as refeições em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber as refeições de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o fornecimento em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, as refeições que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou

vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

CPF: _____

CPF: _____

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

CPF: _____

P.E 036-2020 - SUSPENSÃO

Publicação Nº 2464639

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL –SC**AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2020**

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, torna público para conhecimento dos interessados, que a pedido da Pregoeira, a abertura do certame cujo objeto é a “aquisição de peças e ferramentas para roçadeiras do modelo FS 220 que serão utilizadas na manutenção corretiva e preventiva das roçadeiras da Secretaria Municipal de Obras e Serviço Público, Diretoria dos Balneários e Gerencias condições e acessórios contidos neste termo de referência” que estava prevista para 06/05/2020, às 09:00h, **fica SUSPENSA POR PRAZO INDETERMINADO.**

São Francisco do Sul, 05 de maio de 2020.

Maria Jose Costa
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL Nº 101/2020

Publicação Nº 2465921

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 101/2020

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 05/2017, homologado em 28 de fevereiro de 2018, Decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: ENGENHEIRO CIVIL

Classificação	Candidato:
008	LARISSA MARTINS LAMARQUE

Art. 2º - Fica convocado o nomeado a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 04/06/2020, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - O aprovado deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- Comprovante do Nível de Escolaridade;
- Documento Oficial de identificação com foto;
- Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- Comprovante de residência Atualizado;
- Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- Cópia da CTPS
- Titulo de Eleito e comprovante de voto da ultima eleição;
- Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- Uma foto 3x4 recente;
- Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- Declaração de Acúmulos de cargos;
- Declaração de Bens;
- Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 05 de maio de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 102/2020

Publicação Nº 2465922

DECRETO nº 102, de 05 de maio de 2020.

Retifica os artigos 1º e 2º do Decreto Funcional nº 368/2016, que concede Aposentadoria por idade, em caráter proporcional, ao servidor GENTIL MUNIZ e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º do Decreto nº 368/2016, nos seguintes termos:

"Art. 1º Aposentar por idade, em caráter proporcional, nos termos do artigo 40, §1º, Inciso III, "b" da Constituição Federal e do artigo 23 da Lei Municipal 2341/2000, o servidor GENTIL MUNIZ detentor da matrícula funcional nº 2279, inscrito no CPF nº 014.583.729-79 e no PASEP 10266805512 ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 hs, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 75,95% (setenta e cinco vírgula noventa e cinco por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) que será paga mensalmente pelo IPRESJB."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 03/03/2016 revogadas as disposições em contrário

São João Batista, em 05 de maio de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 103/2020

Publicação Nº 2465923

DECRETO nº 103, de 05 de maio de 2020.

Retifica o Preâmbulo e os artigos 1º e 2º do Decreto Funcional nº 718/2016, que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, ao servidor SEBASTIÃO DE MELO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Fica retificado o Preâmbulo do Decreto Funcional nº 718/2016, nos seguintes termos:

"Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público, do servidor SEBASTIÃO DE MELO, a partir de 21/07/2016, e dá outras providências. "

Art. 2º Ficam retificados os artigos 1º e 2º do Decreto nº 718/2016, nos seguintes termos:

"Art. 1º Aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor SEBASTIÃO DE MELO detentor da matrícula funcional nº 646, inscrito no CPF nº 223.298.389-72 e no PASEP 1101226834-3 ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 hs, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, perfazendo a importância de R\$ 2.240,20 (dois mil duzentos e quarenta reais e vinte centavos), que será pago mensalmente pelo IPRESJB.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 21/07/2016 revogadas as disposições em contrário

São João Batista, em 05 de maio de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 104/2020

Publicação Nº 2465931

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 104/2020

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 03/2017, homologado em 06 de março de 2018, Decreta:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para os seguintes cargos:

Cargo: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO – PSF

Classificação	Candidato:
010*	SHAIANE DAROSSY DE OLIVEIRA

* Conforme Processo nº 3870/2018 (Recondução).

Cargo: ODONTÓLOGO – PSF

Classificação	Candidato:
016	FRANCIS TENTARDINI SILVEIRA

Art. 2º - Ficam convocados os nomeados a tomarem posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 05/06/2020, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- Comprovante do Nível de Escolaridade;
- Documento Oficial de identificação com foto;
- Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- Comprovante de residência Atualizado;
- Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- Cópia da CTPS
- Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- Uma foto 3x4 recente;
- Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- Declaração de Acúmulos de cargos;
- Declaração de Bens;
- Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- Atestado de Antecedentes Criminais.
- Qualificação cadastral (eSocial)

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 06 de maio de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 105/2020

Publicação Nº 2465932

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 105/2020

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 01/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, Decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Classificação	Candidato:
146	JANETE DE OLIVEIRA COUTO COZER

Art. 2º - Fica convocada a nomeada a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 05/06/2020, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - A aprovada deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência Atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.
- r) Qualificação cadastral (eSocial)

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 06 de maio de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/PMSJB/2020

Publicação Nº 2464630

Extrato do Contrato nº 030/PMSJB/2020

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00; Contratada: Setep Construções S.A, inscrita no CNPJ n.º 83.665.141/0001-50; Processo Licitatório 032/PMSJB/2020 – Tomada de Preços nº 006/PMSJB/2020; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para requalificação de vias urbanas: rua João Dias, rua Leopoldina Brasil e rua José Antônio Soares - (etapa 03): saldo remanescente de pavimentação asfáltica (blinder e capa) e sinalização, totalizando 7.010 metros quadrados, no município de São João Batista, SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, ART e demais arquivos complementares, parte integrante do edital; Valor total: R\$ 590.176,23 (quinhentos e noventa mil, cento e setenta e seis reais e vinte e três centavos); Origem dos recursos/Item orçamentário/Projeto: (70) 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00 e (71) 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 05/05/2020; Vigência contratual: 31/12/2020.

PORTARIA 01-2020-SMAS

Publicação Nº 2466116

PORTARIA 001/2020

Institui o Comitê de Crise na Política de Assistência Social do Município de São João Batista e dá outras providências.

A Secretária de Assistência Social do Município de São João Batista-SC, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 6º, III, da Lei Municipal 3.729, de 23 de agosto de 2017, e
CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;
CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia; e

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica oficializado o Comitê de Crise na Política de Assistência Social, criado na data de 23/03/2020, com reuniões regulares e sistemáticas, com o objetivo de discutir de forma democrática e colegiada as questões provocadas pela crise e seus agravamentos, bem como manter PLANO DE CONTINGÊNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATUAÇÃO NA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DA DOENÇA COVID-19 sempre em discussão, aperfeiçoamento e realizar as atualizações que se fizerem necessárias.

Art. 2º O Comitê de Crise na Política de Assistência Social será composto dos seguintes representantes:

I - 1 (um) Gestor da Assistência Social: Rosane Sartori Rosa;

II - 1 (um) técnico de gestão: Janifer Otto;

III - 1 (um) coordenador e/ou profissional da Proteção Social Básica: Alice Cristine Leal Coelho;

IV - 1 (um) coordenador e/ou profissional da Proteção Social Especial: Ana Lucia Francisco;

V - 1 (um) gestor do Programa Bolsa Família e Cadastro Único: Irene Copatti; e

VI - 1 (um) presidente do Conselho Municipal de Assistência Social: Scheila Schirlei Moreira.

Art. 3º O Comitê de Crise na Política de Assistência Social é integrado com o Comitê de Crise da Prefeitura Municipal, este criado pelo Decreto Municipal nº 3.908/2020, por meio da representante Rosane Sartori Rosa, Gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º São atribuições do Comitê de Crise na Política de Assistência Social auxiliar a gestora municipal da pasta da Assistência Social, especialmente, nas seguintes hipóteses:

I - Conhecer os recursos previstos no orçamento municipal destinados a atuação em situação de calamidade e os recursos da Assistência Social, bem como, dialogar pela ampliação dos mesmos em virtude das necessidades locais;

II - Auxiliar no planejamento de cada equipamento, definindo o funcionamento dos serviços, quais as estratégias serão utilizadas, os canais de acesso e os cuidados essenciais;

III - Articular junto a Secretaria de Saúde para a disponibilização dos EPIs, e em quais situações devem ser usados, bem como solicitar que os profissionais da assistência social também recebam a vacina da gripe, tal qual os profissionais de saúde;

IV - Identificar os profissionais que estão no grupo de risco e orientar para o afastamento e colocação em teletrabalho (home office), observando os grupos de risco definidos pelo Ministério da Saúde;

V - Implementar iniciativas de divulgação geral dos contatos telefônicos, para que as famílias possam se comunicar, tirar suas dúvidas, fazer os agendamentos, evitando que as mesmas venham aos equipamentos;

VI - Realizar reuniões por vídeo conferência com a equipe da Assistência Social; e

VII - Participar de reuniões intersetoriais para alinhamento da atuação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista-SC, 05 de maio de 2020.

Rosane Sartori Rosa
Secretária de Assistência Social

PORTARIA Nº 296/2020

Publicação Nº 2465158

PORTARIA Nº 296/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Retifica-se a Portaria nº 260/2020 que ficará com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 17/11/2019 á 17/05/2020, o contrato do (a) servidor (a) VALDECIR JOSÉ RAULINO, admitido (a) para a função de CONDUTOR DE VEICULO PESADO I, nos Termos do Contrato de Trabalho.

DEVERÁ LER:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 17/11/2019 a 17/05/2020, o contrato do (a) servidor (a) VALDECIR JOSÉ TRAINOTTI, admitido (a) para a função de CONDUTOR DE VEICULO PESADO I, nos Termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 05 de maio de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/FMS/2020 - CREDENCIAMENTO 1/2020

Publicação Nº 2464846

Processo Licitatório nº 13/FMS/2020 - Credenciamento 1/FMS/2020

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Karin Cristine Geller Leopoldo, Secretária Municipal de Saúde, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 13/FMS/2020 - Credenciamento 1/FMS/2020, para a contratação de empresa para prestação de serviços de saúde para promover acesso aos procedimentos de laboratório clínico aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de São João Batista, conforme descrição de códigos e procedimentos constante na "tabela de procedimentos, medicamentos, órteses e próteses e materiais especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS; As empresas interessadas poderão inscrever-se para credenciamento no primeiro dia útil subsequente à publicação do presente instrumento, no Departamento de Licitação da Prefeitura de São João Batista, com sede na Praça Deputado Walter Vicente, 89, Centro, São João Batista/SC. Recebimento dos envelopes: a partir das 8h do dia 06/05/2020 até às 13h45min do dia 08/06/2020; Abertura dos envelopes: 14h do dia 08/06/2020. Horário de expediente da Prefeitura: das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 05 de maio de 2020.

Karin Cristine Geller Leopoldo
Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 04/2020**

Publicação Nº 2465903

Resolução Nº 04/2020

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 06/2017, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA VEREADOR MIRIM NA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOÃO BATISTA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a presente:

RESOLUÇÃO

Art. 1º - O Art. 2º da Resolução nº 06/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O programa será implantado mediante a adesão das escolas interessadas, públicas ou particulares, e abrangerá a 7ª e 8ª série do ensino fundamental. "

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de Maio de 2020.

Éder Vargas
Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 45.2020 SERV. EM GERAL

Publicação Nº 2464892

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2020 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços em geral como tornearia e limpeza de fossas, serviços a serem utilizados pelas diversas secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo de licitação: Menor preço por item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 19 de maio de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 05 de maio de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

PP 46.2020 SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO

Publicação Nº 2466219

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, compreendendo elaboração de laudo técnico de condições ambientais de trabalho (LTCAT); programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO); programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA); nas unidades operacionais e administrativas da prefeitura municipal de São João do Oeste e, das atividades realizadas pelos servidores; realização de exames médicos ocupacionais e audiometria entre outros.

Tipo de licitação: Menor preço por lote

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 20 de maio de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 05 de maio de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 034 DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465065

DECRETO N.º 034 DE 04 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO PELOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO, EM CUMPRIMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES REMOTAS EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL CARACTERIZADA PELA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, DECRETADA COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E SUSPENSÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS (ACTS) E DE ESTAGIÁRIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica do Município e, com o disposto na Lei n.º 1.874, de 04 de maio de 2020, resolve;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP n.º 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Municipais n.º 12 de 18 de março de 2020; n.º 13, de 20 de março de 2020; n.º 16, de 31 de março de 2020; n.º 17, de 03 de abril de 2020; n.º 21, de 07 de abril de 2020, que decretaram situação de emergência em saúde pública e implementaram ações, no âmbito do Município de São João do Sul, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

DECRETA:

TÍTULO I

NORMAS INTRODUTÓRIAS

Art. 1º. As regras definidas no presente decreto aplicam-se exclusivamente aos servidores e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de São João do Sul cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, e do Decreto Municipal n.º 012, de 18 de março de 2020.

Art. 2º. O regime especial de atividades não-presenciais a ser implementado no âmbito do Município de São João do Sul envolverá o desenvolvimento de atividades remotas cujo aproveitamento para fins do disposto no inc. I do art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), depende do integral cumprimento das regras e diretrizes a serem fixadas no âmbito do sistema municipal de ensino.

Art. 3º. Durante o período em que forem suspensas as atividades escolares na rede municipal de ensino, os servidores efetivos vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão desenvolver suas atividades por meio de um dos seguintes regimes de trabalho:

I - expediente regular, com cumprimento integral das atividades de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação;

II - expediente regular, com cumprimento regular de sua jornada de trabalho em outro órgão da administração pública municipal, mediante lotação provisória;

III - trabalho remoto, com cumprimento de jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais;

IV - banco de horas, mediante a suspensão da realização de atividades com formação de banco de horas para compensação futura, quando for retomada a realização do ensino com atividades presenciais.

§1º. A definição do regime de trabalho previsto nos incisos III e IV deverá ser detalhado em Plano de Trabalho Individual, a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º. O Plano de Trabalho Individual poderá fixar regime híbrido que preveja o cumprimento de jornada de trabalho do profissional em mais de uma das modalidades de trabalho definidas nos incisos I, III e IV deste artigo.

§3º. Aos servidores temporários (ACTs) vinculados à Secretaria Municipal de Educação, aplicam-se às regras definidas no Título IV, deste

decreto.

§4º. Aos estagiários e profissionais contratados sob regime diferenciado, aplicam-se as regras definidas no Título V, deste decreto.

TÍTULO II

DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO

Art. 4º. Enquanto as atividades regulares nas unidades de ensino estiverem suspensas, independentemente do regime de trabalho a que estiver submetido o servidor, será mantida a percepção da gratificação de regência de classe.

Art. 5º. Quando do retorno das atividades presenciais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos professores integrantes do grupo de risco, a estes será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

TÍTULO III

DOS REGIMES DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS

CAPÍTULO I

DO REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 6º. As atividades não-presenciais que integram o regime de trabalho remoto incluem, entre outras:

I - planejamento, adequação e preparação de atividades de intervenção docente não presencial;

II – participação em reuniões pedagógicas remotas;

III – participação de atividades de formação continuada;

IV – produção de conteúdo e de estratégias didáticas para diferentes modalidades de ensino por meio de estratégias de intervenção diversas do método presencial;

V – elaboração de material didático para ser disponibilizado em versão impressa ou digital

VI – entrevistas e participações em programas de rádio, de televisão e de outros meios de comunicação com a finalidade de informação e de formação;

VII – as interações com os discentes em ambiente virtual e acompanhamento de atividades avaliativas.

Parágrafo único. As atividades deverão ser definidas em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º. O Plano de Trabalho Individual deverá especificar as atividades a serem realizadas de forma proporcional à carga horária de trabalho do servidor.

§1º. A comunicação e/ou interação de professores com alunos, pais, familiares e/ou responsáveis, dar-se-á exclusivamente dentro do horário de trabalho do professor, sendo que qualquer atividade realizada fora do horário normal de trabalho, será considerada mera liberalidade, sendo vedado o pagamento de hora extraordinária.

§2º. A execução das atividades não-presenciais corresponderá à totalidade da carga horária do regime de contratação, incluindo não somente as horas de interação com alunos (em sala de aula), quanto às chamadas horas-atividade (art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008).

§3º. O Plano de Trabalho Individual do profissional do Magistério e da Educação será fixado pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial de Educação adotado pelo Município.

Art. 8º. O Município deverá prover recursos materiais para que as atividades sejam desenvolvidas pelos Profissionais do Magistério e da Educação, em sua residência ou na unidade escolar de ensino, nos termos do Plano de Intervenção Emergencial a ser aprovado pelo Município.

Art. 9º. A regulamentação das atividades deverá ser feita por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, nos termos de regulamentação a ser fixada pelo Conselho Municipal de Ensino e consequente homologação dos atos normativos.

§1º. O regulamento deverá tratar sobre sistemática para o cumprimento de jornada de trabalho, para o controle de atividade pedagógica e educacional e sobre a supervisão ou coordenação pedagógica das atividades.

§2º. Os efeitos jurídicos do regime de trabalho remoto se equiparam àqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

DA LOTAÇÃO PROVISÓRIA EM OUTRO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a determinar a lotação provisória de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, para o exercício em outro órgão da Administração Pública, nos termos definidos no art. 3º, inc. II, deste decreto.

Parágrafo único. O servidor público só deverá exercer suas atribuições no local da lotação provisória quando as funções por ele desempenhadas sejam compatíveis com as atribuições do cargo de provimento efetivo de que é titular desde que respeitada a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente.

Art. 11. O ato da lotação provisória do servidor deverá ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos e deverá ser efetivado, independentemente de sua anuência prévia, exigindo sua comunicação com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência.

Art. 12. O ato de lotação provisória do servidor público municipal se concretizará com a publicação da portaria no Diário Oficial dos Municípios.

§1º. O ato de lotação provisória deverá prever seu termo final, que será por prazo certo ou pelo adimplemento de condição resolutive.

§2º. A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato unilateral do Secretário Municipal de Educação.

CAPÍTULO III DO REGIME DE BANCO DE HORAS

Art. 13. Os servidores que não puderem exercer suas atividades em regime de expediente normal (art. 3º, incs. I e II deste Decreto), ou ainda, através de trabalho remoto (art. 3º, inc. III), estarão submetidos ao regime de compensação por banco de horas, nos termos definidos no art. 3º, inc. IV, deste decreto.

Art.14. O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor durante o período em que houve a suspensão do atendimento presencial das unidades escolares e demais dependências educacionais da rede de ensino municipal.

Art. 15. Ao final do período de suspensão das atividades escolares e dependências educacionais, será calculado o montante do total de horas negativas acumuladas no período, devendo o servidor público compensá-las quando forem retomadas as atividades regulares na rede de ensino municipal.

§1º. As horas trabalhadas a mais em razão do regime de compensação de horas, em regra, não terão caráter de labor extraordinário, e serão compensadas de acordo com os parâmetros e critérios definidos no Plano de Intervenção Emergencial de Educação e no Plano de Trabalho Individual do profissional.

§2º. A compensação mencionada no §1º, deste artigo, não poderá resultar em jornada diária total superior a 10 (dez) horas diárias.

§3º. A compensação das horas não pode prejudicar o direito dos servidores públicos quanto ao descanso entre jornadas, salvo em caso de excepcional necessidade do serviço público, e desde que assim ajustado de comum acordo entre a chefia imediata e o servidor.

§4º. As horas acumuladas nos termos deste capítulo deverão ser compensadas ao longo do período em que se estender o período de reposição para cumprimento integral do calendário letivo do ano de 2020, ainda que eventualmente adentre no ano civil de 2021.

Art. 16. Para fins de contagem das horas de trabalho a serem acumuladas, aplicam-se os seguintes critérios:

I – para os profissionais do Magistério que atuam como docentes, o acúmulo das horas deve tomar como referência o total das horas (hora relógio) abrangidas por sua jornada de trabalho;

II – para os demais profissionais do Magistério e da Educação, o acúmulo das horas deve tomar como referência sua jornada de trabalho regular.

§1º. Em relação aos profissionais do Magistério que atuam como docentes, o montante final das horas acumuladas deverá diferenciar o número total de horas de interação com os estudantes (2/3) e de horas-atividade (1/3), para fins de regular aplicação do disposto no art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

§2º. A critério da Administração, e nos termos do Plano de Intervenção Emergencial de Educação, aos profissionais do Magistério que atuam como docentes poderá ser determinada a realização de atividades de formação continuada até o limite de 1/3 de sua jornada de trabalho, horas essas a serem abatidas do montante total das horas-atividade acumuladas.

Art. 17. A compensação das horas acumuladas pelos profissionais do Magistério que atuam como docentes deve levar em conta os seguintes balizamentos:

I – as horas acumuladas a título de horas-atividade não podem ser utilizadas para compensar atividades que exijam interação direta com os alunos;

II – a critério da Secretaria Municipal de Educação, a compensação das horas devidas poderá ser realizada em unidades de ensino distintas daquelas às quais o servidor esteja vinculado.

Parágrafo único. O planejamento dos instrumentos de compensação das horas acumuladas deve constar de Plano Individual de Trabalho a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18. A acumulação de horas devidas em face da sujeição ao regime de banco de horas aplica-se exclusivamente enquanto perdurar a suspensão das aulas da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. A sujeição do servidor ao regime de banco de horas não pode importar em redução de sua remuneração mensal.

TÍTULO IV DOS SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO (ACT's)

Art. 19. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos servidores contratados por prazo determinado, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I – a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho:

a) de expediente regular, nos termos do art. 3º, inc. I;

b) de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, inc. III;

c) em regime de trabalho híbrido, nos termos do art. 3º, § 2º.

II – a redução da jornada de trabalho;

III - a suspensão do contrato de trabalho;

IV – a alteração unilateral do contrato de trabalho, para exercício extraordinário em lotação diversa;

V – a rescisão unilateral do contrato de trabalho, em razão da situação de emergência (calamidade pública) reconhecida no âmbito do Município.

Art. 20. Aos servidores temporários que continuarem a desenvolver suas atividades na forma definida no inc. I do art. 19, aplicam-se integralmente as regras definidas no título III que trata dos servidores efetivos.

Art. 21. Aos servidores temporários que tiverem reduzida a carga horária de seus contratos de trabalho originais, de acordo com o que prevê o inc. II do art. 19, deverá ser reduzida proporcionalmente a remuneração prevista.

Art. 22. Aos servidores temporários que tiverem seus contratos de trabalho suspensos, nos termos do inc. III do at. 19, será assegurada a percepção de 100% (cem por cento) de sua remuneração contratada.

§1º. Durante o período de suspensão do contato de trabalho, serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas, para fins de compensação futura, nos termos do disposto no capítulo III da seção III.

§2º. Não se aplica aos servidores temporários com contrato suspenso as regras referentes à formação continuada prevista no art. 16, §2º deste decreto.

§3º. A suspensão temporária do contrato de trabalho será pactuada por acordo individual escrito entre a Secretaria Municipal de Educação e o contratado, que será encaminhado ao contratado com antecedência de, no mínimo, 02 (dois) dias corridos.

§4º. Durante o período de suspensão temporária do contrato, fica mantida a contribuição ao Regime Geral de Previdência Social, com a redução proporcional à redução experimentada em sua remuneração.

§5º. O contrato de trabalho será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas presenciais na rede municipal de ensino;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique ao contratado sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o contratado possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho.

§6º. O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, de acordo com o disposto no art. 19, inc. V.

Art. 23. O servidor temporário vinculado à Educação, que não possa ser aproveitado na execução de atividades em regime de expediente normal ou de trabalho remoto, poderá ter seu contrato de trabalho unilateralmente alterado para exercício temporário em outro órgão de lotação, observados os seguintes requisitos:

I - o exercício de atribuições afins à função para a qual foi contratado, respeitadas a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente;

II - a demonstração de que há necessidade temporária de excepcional interesse público a justificar a alteração unilateral do local de realização da função temporária;

III - a assinatura de termo de alteração da contratação por prazo indeterminado por ambas as partes

Parágrafo único. O termo que determine as alterações na contratação temporária pode fixar como condição resolutive o retorno das atividades regulares nas unidades de ensino e educacionais do Município.

Art. 24. Os servidores contratados por prazo determinado poderão ter seu contrato de trabalho extinto unilateralmente, assegurada a percepção de verba indenizatória prevista em lei.

§1º. A extinção do contrato será comunicada com a antecedência mínima de quinze dias.

§2º. Na hipótese de o servidor possuir mais de um vínculo funcional com a Administração, em consonância com os critérios fixados no Plano de Intervenção Emergencial de Educação, a Secretaria Municipal de Educação pode determinar a rescisão de somente um desses vínculos.

§2º. Na superveniência de situação não prevista no Plano de Intervenção Emergencial de Educação que configure manifesta necessidade de serviço, os contratos rescindidos poderão ser reestabelecidos, após manifestação prévia dos interessados.

Art. 25. Na hipótese de o servidor temporário requerer a rescisão antecipada de seu contrato, serão deduzidas das verbas indenizatórias os valores remuneratórios que lhe foram antecipados à título de férias, ou ainda, durante a vigência da suspensão de seu contrato de trabalho.

Art. 26. Os contratos de trabalho por prazo determinado poderão ter sua vigência prorrogada a fim de que sejam adequados ao novo calendário escolar relativo ao ano letivo 2020.

Parágrafo único. Os contratos por prazo determinado cujo termo final de vigência expire durante o período em que as atividades escolares estiverem suspensas, poderão ser prorrogados, desde que demonstrada a necessidade de sua manutenção.

TÍTULO V

DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 27. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos Termos de Compromisso de Estágio em vigor, o Secretário Municipal de Educação poderá determinar:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho de expediente regular ou de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, incs. I e II deste Decreto.

II - a suspensão do termo de compromisso de estágio, sem percepção da respectiva bolsa de estágio;

III - a rescisão unilateral do termo de compromisso de estágio, em razão da situação de emergência reconhecida no âmbito do Município.

§1º. Os atos relacionados ao disposto nos incisos II e III serão notificados ao estagiário com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§2º. Durante o período de suspensão do termo de compromisso de estágio, fica igualmente suspenso o pagamento de quaisquer benefícios dele decorrentes, como vale transporte e/ou auxílio alimentação, devendo ser garantido pagamento do seguro em favor do estagiário (art. 9º, inc. IV da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008), por parte da entidade conveniada ou do próprio Município.

§3º. Uma vez restabelecidas as atividades regulares das unidades de ensino da rede municipal, o termo de compromisso de estágio, suspenso nos termos do inc. II, será restabelecido no prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Durante o período de suspensão das atividades regulares nas unidades de ensino da rede pública municipal, ficarão suspensos os relatórios de avaliação de desempenho e o prazo de contagem do estágio probatório.

Art. 29. As licenças de capacitação e as licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano Emergencial da Educação, poderão ser suspensas por decisão unilateral.

Art. 30. Ficam convalidados os atos de antecipação do recesso escolar do mês de julho, previsto no art. 5º, §1º, do Decreto n.º 12 de 18 de março de 2020; a concessão de licença prêmio de 30 (trinta) dias; a concessão de férias normais de até 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, comissionados e contratados temporariamente; a concessão de férias antecipadas de até 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, comissionados e contratados temporariamente, com período aquisitivo incompleto, com base no Art. 1º, do Decreto n.º 17, de 03 de abril de 2020.

Art. 31. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria, aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 035 DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466389

DECRETO Nº. 035 DE 04 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Licitação do Município de São João do Sul, e dá outras providências

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 6º, XVI, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação, que apreciará as licitações do Município de São João do Sul, e seus órgãos de Administração descentralizada, cujos nomes e cargos seguem:

- a) TAISE DOS SANTOS ALVES – Presidente
- b) CACIMAR DE OLIVEIRA – Secretário
- c) VITOR RODRIGO MACHADO – Membro
- d) CARINA MATOS MAGNUS – Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 023, de 03 de maio de 2019, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 036 DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466391

DECRETO Nº. 036 DE 04 DE MAIO DE 2020.

Designa o Pregoeiro e os componentes da Equipe de Apoio para atuarem nas Licitações na Modalidade Pregão, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto Art. 3º, IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados o Pregoeiro, e os componentes da Equipe de Apoio, para atuarem nas Licitações, na modalidade Pregão, cujos nomes e cargos seguem:

- a) CACIMAR DE OLIVEIRA – Pregoeiro;
- b) DIEGO DE MELO HERR - Equipe de Apoio;
- c) JULIANA FERREIRA RODRIGUES EVALDT - Equipe de Apoio;
- d) CARINA MATOS MAGNUS - Equipe de Apoio

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 024, de 03 de maio de 2019, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 21-2020

Publicação Nº 2464640

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020/PREF – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020/PREF – Objeto: A presente licitação tem por finalidade registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura aquisição de trator agrícola, conforme edital e anexos. Tipo de julgamento: menor preço. Regime Legal: de Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Decreto Municipal nº 003, de 05 de fevereiro de 2020, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e alterações posteriores, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais legislações aplicáveis à espécie e disposições fixadas no Edital e seus anexos. Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00 min do dia 18 de maio de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 14h30min do dia 19 de maio de 2020. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, São João do Sul/SC. No Horário das 08h00 as 12h00hs ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br (PREFERENCIALMENTE) ou em ultimo caso via telefone (48) 3539-0113. São João do Sul-SC, 05 de maio de 2020. Moacir Francisco Teixeira - Prefeito Municipal.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 175/2020

Publicação Nº 2465791

DECRET O Nº 175/2020

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 108/2020, datado de 27/04/2020; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por MARCELINO KIYOSHI FURIHATA, de um imóvel urbano de terras medindo 808,80 m², situado na Rua Juiz Fonseca Nunes, bairro Centro, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel : Matrícula nº 16.794
Município : São Joaquim SC
Comarca : São Joaquim SC
Proprietário : Marcelino Kiyoshi Furihata
Área: 808,80 m²
Área desmembrada A: 481,50 m²
Área desmembrada B: 384,50 m²

Esta matrícula será desmembrada em duas áreas distintas cada uma conforme descrição a seguir:

Área A (481,50 m²)

Um terreno urbano com área superficial de 481,50 m² (quatrocentos e oitenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados)), situado na Rua Juiz Fonseca Nunes, Bairro Centro em São Joaquim SC, com as seguintes medidas e confrontações: "Inicia-se no vértice denominado V1, em limites com a Rua Juiz Fonseca Nunes, daí segue com azimute e distância de 122°43'50" - 13,40m, até o vértice V2; confrontando com o lote de Laudelino Coral Filho (M-7458), daí segue com azimute e distância de 214°54'44" - 36,90m, até o vértice V3; confrontando com o lote de Marcelo Kiyoshi Furihata (M-16.794), daí segue com azimute e distância de 299°18'1" - 12,70m, até o vértice V6; confrontando com o lote de Olíria Valtrique Matos (M-2208), daí segue com azimute de 36°57'31" - 4,80m, até o vértice V7; confrontando com o lote de Joel de Souza Rosa (M-10.023), daí segue com azimute e distância de 33°17'14" - 32,80m, até o início desta descrição no vértice V1" Lote localizado no lado par da Rua Juiz Fonseca Nunes e a 26,00m da esquina com a Rua Tomaz Costa.

Área B (384,50 m²)

Um terreno urbano com área superficial de 384,50 m² (trezentos e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados)), situado na Rua Francilício Pinto de Arruda, Bairro Centro em São Joaquim SC, com as seguintes medidas e confrontações: "Inicia-se no vértice denominado V4, em limites com a Rua Francilício Pinto de Arruda, daí segue com azimute e distância de 306°17'27" - 12,00m, até o vértice V5; confrontando com o lote de Olíria Valtrique Matos (M-2208), daí segue com azimute e distância de 33°4'15" - 30,40m, até o vértice V6; confrontando com o lote de Marcelo Kiyoshi Furihata (M-16.794), daí segue com azimute e distância de 119°18'1" - 12,70m, até o vértice V3; confrontando com o lote de Laudelino Coral Filho (M-7458), daí segue com azimute e distância de 214°22'45" - 31,90m, até o início desta descrição no vértice V4" Lote localizado no lado ímpar da Rua Francilício Pinto de Arruda e a 32,00m da esquina com a Rua Tomaz Costa.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de maio de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 176/2020

Publicação Nº 2465795

DECRETO Nº 176/2020

"DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOAQUIM-SC, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de São Joaquim SC estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da constituição federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.(Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018)

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas.

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aquela veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação.

CONSIDERANDO que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo. Adaptando-se à nova organização social a CLT foi alterada pela Lei 12.551/2011, passando seu art. 6º a prever:

“Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 001/2020 CME, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas para o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino parte integrante do presente Decreto.

Para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino público municipal e educação infantil privadas, da Educação Básica, Profissional pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de São Joaquim-SC. e da outras providências.

Art. 2º - O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido pelo período em que perdurar a suspensão das aulas presenciais, de acordo com as orientações determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sendo os primeiros 15 dias considerados como recesso, contados a partir de 19 de março de 2020.

Art. 3º - Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das

instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

- I – Garantir o direito a todos os estudantes do cumprimento das horas exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por meio do ensino não presencial;
- II – Fazer chegar aos estudantes que não possui acesso a tecnologia o conhecimento das atividades propostas pelos professores, divulgar o referido material entre os membros da comunidade escolar;
- III – Disponibilizar acompanhamento pedagógico dos profissionais responsáveis as atividades a serem propostas pelos professores aos estudantes sendo material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados no portal educacional de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.
- IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;
- V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;
- VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais irá compor nota para o boletim escolar durante a suspensão das aulas presenciais.

VII - As direções e coordenação pedagógica apresentarão seus planos de ação e relatórios, para a Secretária Municipal de Educação, que, como órgão gestor da educação, terá o papel de avaliar e deliberar sobre a pertinência e viabilidade dos planos de ação propostos, em decisão compartilhada com o Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º - Para que o trabalho desenvolvido pelos estudantes seja eficiente e esteja de acordo com a Base Curricular Nacional, com os direitos de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de São Joaquim, cabe ao corpo docente.

I - elaborar o planejamento e elaboração das ações pedagógicas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II - entregar a ficha avaliativa das atividades desenvolvidas pelos educandos em conformidade com o seu planejamento para a diretor (a) da sua escola;

III - propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa;

IV - incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V - aos docentes que trabalham com as turmas de educação infantil, cabe propor atividades que motivem as famílias a auxiliar no desenvolvimento das mesmas e que promovam a estimulação necessária para o desenvolvimento pleno e integral dos estudantes, conforme campos de aprendizagem, previstos na BNCC, que estabelece a Base Curricular com os direitos de aprendizagem dos estudantes;

VI - o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais irá compor, nota ou avaliação descritiva para o boletim escolar ou relatório de avaliação descritiva.

§ 1º - A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º - Quanto à etapa da educação infantil, a avaliação obedecerá ao caput do art. 31º da LDB, que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

§ 3º - No que concerne à etapa do § 2º, do art. 4º, deste Decreto, deverá ser garantido que obedeçam as propostas da Base Curricular Nacional, assegurado os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento da respectiva faixa etária.

§ 4º - As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 5º - Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 6º - Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividade não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 7º - A realização de atividades não presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não seja possível contemplar às 800 horas previstas em lei.

§ 8º - Qualquer proposta de estudo para atividades não presenciais que demande o uso da internet deve considerar as condições de acesso de estudantes à rede, levando-se em consideração a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet.

§ 9º - Os estudantes que não possuem meios eletrônicos para acesso às atividades não presenciais não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto por estes profissionais.

Art. 5º - Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 6º - Todos os atos decorrentes da aplicação deste Decreto e da Resolução CME nº 01/2020 deverão ser devidamente registrados pela Secretaria Municipal de Educação ou instituições de ensino para ficar à disposição da supervisão pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º - Fica considerado como Serviço Público Essencial as atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Educação, exclusivamente para a produção e manutenção do Ensino a distância, entrega de materiais didáticos e pedagógicos para alunos sem acesso à internet ou telefonia.

Art. 8º - Sem prejuízo dos trabalhos, poderá a Secretaria Municipal de Educação autorizar a realização de trabalho remoto/teletrabalho a todos os professores da rede municipal de ensino, conforme a jornada de trabalho prevista no cargo.

§ 1º - Os servidores públicos que permanecerem em trabalho remoto/teletrabalho deverão estar com dispositivo de comunicação (WhatsApp e e-mail) em funcionamento e conectados aos grupos de trabalho virtual, durante os horários normais de expediente.

§ 2º - Os servidores públicos que trabalharem em regime de trabalho remoto/teletrabalho ficarão vinculados às disposições deste Decreto, que serão consideradas, para todos os fins e efeitos, como integrantes do contrato de trabalho e/ou vínculo institucional.

§ 3º - A vinculação precária ao regime de trabalho remoto/teletrabalho deverá ser determinada pela Chefia Imediata mediante critérios a serem definidos e não constituirá direito adquirido do agente público.

§ 4º - O regime de trabalho remoto/teletrabalho poderá ser extinto a qualquer tempo, independentemente de notificação.

§ 5º - A vinculação precária ao regime de trabalho remoto/teletrabalho não acarretará a incidência de qualquer benefício ao servidor público, tampouco será motivo para qualquer espécie de indenização, devendo o servidor que aderir ao sistema se munir dos devidos equipamentos, a seu custo, para garantia de comunicação e produtividade estabelecida.

§ 6º - Os serviços realizados durante o sistema de trabalho remoto/teletrabalho deverão ser encaminhados por meio de relatório à direção da Escola ou à Secretaria Municipal de Educação, quinzenalmente.

§ 7º - Os pontos dos servidores públicos que estiverem em trabalho remoto/teletrabalho serão registrados automaticamente, dentro do horário normal de expediente, previsto na carreira ou na instituição escolar, desde que a prestação do serviço tenha sido demonstrada no relatório.

Art. 9º - Em razão da instituição do regime especial de atividades escolares não presenciais e da prestação do serviço público por meio de trabalho remoto/teletrabalho, fica declarada a necessidade do serviço público.

§ 1º - Fica autorizado ao Secretário Municipal de Educação a interromper as férias dos professores, coordenadores e demais servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Educação, que se fizerem necessários para o desempenho do regime especial de atividades escolares não presenciais.

§ 2º - A Chefia Imediata poderá convocar os servidores públicos para a realização de serviços necessários para atendimento a este Decreto, inclusive de forma presencial caso seja extremamente necessário.

§ 3º - As Chefias Imediatas poderão, adicionalmente, flexibilizar a jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 10 - O Secretário Municipal de Educação poderá, caso necessário, editar atos próprios em complementação aos termos do presente Decreto, aos Decretos Estaduais, Instruções Normativas específicas, entre outros atos cabíveis.

Art. 11 - As medidas previstas neste Decreto terão vigência enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais, de acordo com as orientações determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 20 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de maio de 2020.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 278/2020

Publicação Nº 2464862

PORTARIANº 278/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à servidora TAMY MARIA CANDIDO NAMIKI, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 24/04/2020 até 20/10/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os efeitos retroagem ao dia 24 de abril de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de maio de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 279/2020

Publicação Nº 2464866

PORTARIANº 279/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao servidor RAFAEL GODINHO FERNANDES, ocupante do cargo de Vigia, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 01/05/2020 à 30/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de maio de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de maio de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 280/2020

Publicação Nº 2464873

PORTARIANº 280/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – ITAMAR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/05/2020 à 02/06/2020. – MARGARIDA ALCIDIA SILVERIO VELHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/05/2020 à 02/06/2020. – SHEILA FORGERINE ZANETTE, ocupante do cargo Comissionado de Secretária Municipal de Planejamento, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/05/2020 à 13/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de maio de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/2020

Publicação Nº 2464875

PORTARIANº 281/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – ANTONIO WILMAR DA SILVA, ocupante do cargo de Vigia, referente ao exercício de 2017/2018, a contar do dia 04/05/2020 à 13/05/2020. – JADER GEISSLER DE MOURA, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Patrimônio, Serviços Gerais e Materiais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/05/2020 à 02/06/2020. – MARTA SILVEIRA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/05/2020 à 23/05/2020. – MARILDA DOS SANTOS RODRIGUES, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/05/2020 à 02/06/2020. – NAIR CAROLINA ARRUDA SOUZA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/05/2020 à 13/05/2020. – OSMAR SERGIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/05/2020 à 02/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de maio de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282/2020

Publicação Nº 2464881

PORTARIANº 282/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora MICHELI FABRE EDUARDO, ocupante da função de Terapeuta Ocupacional, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/05/2020 à 02/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de maio de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283/2020

Publicação Nº 2464886

PORTARIANº 283/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora MARLENE ELIZIARIO DE MELO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 05/05/2020 à 03/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de maio de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020

Publicação Nº 2465657

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020 – Processo nº 017/2020 – Proc. Adm. 797/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO DE SECÇÃO QUADRADA, PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO ARMADO, CONFORME NBR 15396:2017 PARA APLICAÇÃO SOBRE LEITO DE REGULARIZAÇÃO EM CONCRETO OU SOLO RESISTENTE PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, E AMPLIAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 06 de maio de 2020 às 18h00min até o dia 18 de maio de 2020, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia 18 de maio de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 18 de maio de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020

Publicação Nº 2465663

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020 – Processo nº 026/2020 – Proc. Adm. 927/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E PRODUTOS CORRELATOS PARA USO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 06 de maio de 2020 às 18h00min até o dia 19 de maio de 2020, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia 19 de maio de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 19 de maio de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

DECRETO 1330/200

Publicação Nº 2465153

DECRETO Nº 13300/2020
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor REGINALDO LEMOS do cargo de Supervisor de Geologia – CCM-6, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de abril de 2020.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO

Publicação Nº 2465348

EXTRATO DE CONVÊNIO

Partes: Prefeitura de São José, através da Secretaria de Saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – Administração Regional em Santa Catarina (Centro de Educação Profissional SENAC Saúde e Beleza). Objetivo: O presente convênio tem por objeto conceder vagas para estágio obrigatório e atividades de ensino teórico prático em Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC, a alunos do Centro de Educação Profissional SENAC Saúde e Beleza regularmente matriculados no(s) curso(s) da saúde que estejam frequentando o (ano/semestre/período ou módulo) que integra a estrutura curricular do curso, visando sua preparação para o trabalho produtivo e a formação integral do educando, tendo como fundamento Legal os Termos estabelecidos na Lei Federal nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008. Vigência: 05 anos, contados da data de sua publicação, em extrato, em Diário Oficial do Município de São José.

Contrapartida: A instituição de ensino Centro de Educação Profissional SENAC Saúde e Beleza participará das ações de Educação Permanente na Secretaria de Saúde concedendo auditórios, salas de aula e professores para as atividades de Capacitação aos profissionais de saúde, sendo no mínimo dez espaços (salas de aula e/ou auditórios) por semestre e no mínimo cinco palestrantes por semestre, o palestrante poderá ser professor da Instituição de Ensino com competência na área a que se destina o evento. Assinam: Sinara Regina Landt Simioni – Secretária de Saúde PMSJ. Rudney Raulino – Diretor Regional Senac/SC.

CÂMARA MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO 03 - ANÁLISE DE AMOSTRA - PP 005/2020

Publicação Nº 2465948

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA ANÁLISE DE AMOSTRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 005/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 020/2020

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SENDO ÁGUA MINERAL PARA O LOTE I E CAFÉ, AÇÚCAR, LEITE, CHÁ E ADOÇANTE LÍQUIDO PARA O LOTE II, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

Tendo em vista que a empresa R&G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA não apresentou o produto para análise de amostra dentro do prazo estipulado, conforme convocação devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios, bem como no site da Câmara Municipal de São José/SC, convoco a empresa PLANETA COMERCIAL LTDA para a realização da análise de amostra do item 6 do lote II - Café em pó.

A mencionada empresa deverá apresentar o produto até às 19:00 horas do dia 07/05/2020 na Câmara Municipal de São José/SC.

Após a realização da análise, será realizada uma sessão virtual que terá como objetivo informar o resultado da análise de amostra apresentado pela empresa vencedora do Lote II.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeiro e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, pelos telefones: (48) 3029-1355, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1380 e por meio do envio de correspondências eletrônicas para os endereços: licitacoes@cmsj.sc.gov.br e compras@cmsj.sc.gov.br.

São José/SC, 05 de maio de 2020.

Bruno Gabriel Mello Machado
Pregoeiro – CMSJ

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2020/SF

Publicação Nº 2466413

DECRETO Nº 060/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
05 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2.057 MANUTENÇÃO DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
"72"3.3.90.00.00.1.3079 Aplicações Diretas R\$ 89.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), Recursos Covid 19, Fonte 1.3079.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 061/2020/SF

Publicação Nº 2466415

DECRETO Nº 061/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"73"3.3.50.00.00.3.0723 Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), Recursos Emendas Parlamentares, fonte 3.0723.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL 27 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 062/2020/SF

Publicação Nº 2466420

DECRETO Nº 062/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"59"3.3.90.00.1.0001 Aplicações Diretas R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), Recursos de Transferência de Impostos- Educação Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"58"3.1.90.00.1.0001 Aplicações Diretas R\$50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 063/2020/SF

Publicação Nº 2466421

DECRETO Nº 063/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 116.660,56 (cento e dezesseis mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"74"3.3.90.00.00.3.0723 Aplicações Diretas R\$ 116.660,56

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 116.660,56 (cento e dezesseis mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos), Recursos Emendas Parlamentares, fonte 3.0723.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL 27 de abril de 2020.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 065/2020/SF

Publicação Nº 2466422

DECRETO Nº 065/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES
"14"4.4.90.00.00.1.0702 Aplicações Diretas R\$320.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), Recursos Convênios – Estado - Saúde, Fonte 1.0702.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de abril de 2020.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 066/2020/SF

Publicação Nº 2466424

DECRETO Nº 066/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 101.100,00 (cento e um mil e cem reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES
"75"4.4.90.00.00.3.0002 Aplicações Diretas R\$101.100,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 101.100,00 (cento e um mil e cem reais), Recursos Impostos -Saúde, Fonte 3.0002.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6751/2020

Publicação Nº 2466407

DECRETO Nº 6.751, DE 04 DE MAIO DE 2020.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, combinado com o Art. 12, Inciso I, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, JACIR ANTONIO CICONETI, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, de livre nomeação e exoneração, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 04 de maio de 2020.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE MAIO DE 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 6752/2020

Publicação Nº 2466408

DECRETO Nº 6.752, DE 04 DE MAIO DE 2020.

"DISPÕEM SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS NO ÂMBITO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DURANTE A VIGÊNCIA DO ESTADO DE EMERGÊNCIA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de SÃO JOSÉ DO CEDRO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 69 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, que suspendeu a realização de todo e qualquer evento ou reunião de qualquer natureza, de caráter público ou privado, até 31 de maio de 2020;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 6.690, de 18 de abril de 2020, e suas posteriores prorrogações que determinou a suspensão de atividades escolares, culturais e esportivas no âmbito do município de São José do Cedro;

CONSIDERANDO a suspensão temporária de atividades traz consigo a redução da necessidade de tomada de serviços pela Administração Pública e que os contratos administrativos que devem observar principalmente questões de economia para o município e à função social dos contratos,

DECRETA:

Art. 1º Durante a vigência da situação de emergência em todo o território catarinense, ante a pandemia do COVID-19 (Coronavírus), reconhecido pelo Decreto Estadual nº 515/2020, de 17 de março de 2020, todas as atividades declaradas suspensas nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 6.690, de 18 de março de 2020 e suas posteriores prorrogações, que possuírem vinculação a contratos administrativos com terceiros, terão seus contratos igualmente suspensos enquanto perdurar a suspensão das atividades e os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão, relativamente aos contratos de prestação de serviços contínuos, observar o disposto neste decreto.

Art. 2º Para os fins de que trata o artigo 1º deste decreto, cada Gestor de Contrato fica autorizado a celebrar termos de acordo com os contratados a fim de dispor sobre a melhor forma e condição da suspensão contratual, observadas as peculiaridades de cada caso e aos critérios a seguir especificados.

§ 1º O termo de acordo especificará, para cada contrato, a opção considerada pelo órgão ou secretaria como a mais adequada ao interesse público, observando sempre o caráter social de cada contrato, dentre as seguintes alternativas:

I – em se tratando de serviço imprescindível às necessidades da secretaria, subsistindo a necessidade da prestação dos serviços objeto do contrato nos mesmos quantitativos e prazos vigentes, poderá ser mantido o contrato e seu valor mediante a apresentação de justificativa específica;

II – subsistindo parcialmente a necessidade da prestação dos serviços objeto do contrato, proposta de supressão unilateral de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ou, percentual maior mediante comum acordo.

III – não subsistindo, temporariamente, a necessidade da prestação contratual, ou havendo a possibilidade de posterior reposição dos serviços contratados, haverá a suspensão da execução do contrato, sem remuneração, mediante a celebração de posterior termo aditivo, observado o pagamento de indenização, no que couber.

§ 2º O pagamento a que alude o item III do § 1º deste artigo dependerá da efetiva comprovação do dano por parte do contratado, incluídas medidas mitigatórias da iniciativa deste último, em especial as previstas no inciso VI, parte final, do artigo 7º da Constituição da República e nos artigos 6º e 11 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.

Art. 3º As disposições deste decreto aplicam-se, no que couber, aos contratos de gestão e às demais parcerias firmadas pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, nos termos da legislação de regência.

Art. 4º Fica autorizado, com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia e insumos de saúde, por dispensa de licitação, destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

Parágrafo único. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo e seus procedimentos tem caráter temporário e aplicam-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 e devem atender estritamente ao disposto na Lei Federal nº 13.979/20.

Art. 5º Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020, presumem-se atendidas as condições de:

I – ocorrência de situação de emergência;

II – necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III – existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV – limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Art. 6º Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde necessários ao enfrentamento da emergência, de que trata a Lei Federal nº 13.979, de 2020, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput deste artigo for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput deste artigo.

§ 4º E caso de necessidade ficam permitidas sessões públicas a serem realizadas através de sistema de transmissão ao vivo pela internet.

Art. 7. A presente medida pode ser revista a qualquer momento ou sempre que houver alterações em relação as regras de suspensão das atividades por iniciativa do governo estadual ou municipal.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 04 de maio de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 6753/2020

Publicação Nº 2466416

DECRETO Nº 6.753, DE 05 DE MAIO DE 2020.

“ANULA DECRETO Nº 6.734, DE 13 DE ABRIL DE 2020, QUE PRORROGAVA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 002/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e nos termos do Parecer Jurídico nº 013/2020, da lavra da Procuradoria Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Decreto nº 6.734, de 13 de abril de 2020, que prorrogava prazo de validade do Concurso Público nº 002/2017.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de maio de 2020.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6754/2020

Publicação Nº 2466419

DECRETO Nº 6.754, DE 05 DE MAIO DE 2020.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e inciso VII do Artigo 28, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADO, por motivo de falecimento, a partir de 05 de maio de 2020, o servidor público municipal ANILVO GOTTSSELIG, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 2.532.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de maio de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020 - SRP - 040/2020

Publicação Nº 2466212

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/05/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 05 de Maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.691, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2464666

DECRETO Nº 6.691, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional por anulação de dotações no orçamento programa de 2020, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.13.392.4505.2.018 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	64	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00
03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM		
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM		
02.062.4513.2.004 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	06	Aplicação Direta	R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.13.392.4505.2.018 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	65	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00
03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM		
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM		
02.062.4513.2.004 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	04	Aplicação Direta	R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.692, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465052

DECRETO Nº 6.692, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Determina a revogação do Processo Licitatório nº 020/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2020, do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, fundamentando-se no disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO o Despacho 3, constante no Memorando nº 2.202/2020, encaminhado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Anirto Pereira Apolinário, informando a constatação de equívocos e insuficiências no descritivo, constante no Anexo I, do Processo Licitatório em questão;

CONSIDERANDO que o Secretário solicitou a revogação do certame para que seja possível tomar as devidas providências de modo que o descritivo atenda a necessidade da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO tratar-se de critério de conveniência administrativa e interesse público, que neste caso não desencadeará em prejuízo para eventuais proponentes em razão da fase atual do Processo Licitatório, anterior à abertura das propostas, faz-se necessário proceder-se à revogação do processo licitatório em questão, medida prevista no art. 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 020/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2020, do Fundo Municipal de Saúde, cujo objeto consiste na "AQUISIÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA À DIESEL PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC", com efeitos ex nunc.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 580, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2464699

PORTARIA Nº 580, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ANAIR TERESINHA GAVA, matrícula nº 204/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, período de 01 a 30 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo 2016/2017 e 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 581, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2464703

PORTARIA Nº 581, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nos art. 8º da Lei nº 1.742 de 09 de abril de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 05 de maio de 2020, a servidora pública municipal VANUSA DA COSTA DEMARCHI, ocupante do cargo de Professor Habilitado – ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, turno matutino/vespertino, matrícula nº 3723/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de maio de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 582, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465128

PORTARIA Nº 582, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, VII, da Lei Orgânica do Município e com base nos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 824, de 21 de setembro de 1993, combinados com o artigo 34 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Julgamento dos Registros Cadastrais:

I - Marcio Alves Rodrigues, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula no 1769/02 - Presidente;

II - Tatiane Lussani Dal Pont, ocupante do cargo de Gerente de Licitações e Compras, matrícula nº 3011/02 - Secretária;

III - Gabriel David Canabarro, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3633/01 - Auxiliar.

Parágrafo único. A Comissão ora designada deverá cumprir com as atribuições contidas no artigo 4º da Lei Municipal nº 824, de 21 de setembro de 1993.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 555, de 03 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 583, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465982

PORTARIA Nº 583, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ROSELI OLIVIA RANZAN, matrícula nº 2006/02, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 25 de maio a 08 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 584, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465987

PORTARIA Nº 584, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DANIEL IORIS, matrícula nº 1916/01, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Municipais, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 585, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2465989

PORTARIA Nº 585, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 109 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Portaria nº 1.434 de 06 de dezembro de 2019, que prorroga a readaptação da servidora municipal, SANDERLÉIA PORTALUPPI GARBIN, ocupante do cargo de Professor de Ciências, matrícula nº 1701/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar suas funções como Assistente Técnico Pedagógico na EBM Irmã Cecília, até 24 de julho de 2020, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA N° 586, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação N° 2466418

PORTARIA N° 586, DE 05 DE MAIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, Juliane Peruzzo Tartas, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 185/02, para atuar: 20 horas semanais no CRAS, e 20 horas semanais na CREAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de maio de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de maio de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE PROCESSO LICITATÓRIO 20-2020

Publicação Nº 2464982

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2020
Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foram considerado vencedor para o objeto AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL E BALANÇO COM ACESSIBILIDADE PARA A CRECHE MUNICIPAL, a empresa PLASGOMES INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.871.504/0001-48, no valor total de R\$ 19.820,00. São Miguel da Boa Vista/SC, em 05 de maio de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 9.303/2020

Publicação Nº 2465109

DECRETO Nº 9.303/2020

cria Comissão Emergencial de Alimentação Escolar no Município de São Miguel do Oeste – SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO que a Organização Municipal de Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, em âmbito mundial, pandemia do vírus COVID-19;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 509, por meio do qual suspendeu as aulas por 30 dias, contados de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual suspendeu as aulas por 30 dias, contados de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO que no dia 11 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 554, por meio do qual suspendeu as aulas até o dia 31 de maio de 2020;

CONSIDERANDO que no dia 17 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 562, por meio do qual manteve a suspensão das aulas até o dia 31 de maio de 2020;

CONSIDERANDO que no dia 30 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 587, por meio do qual suspendeu as aulas por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO a publicação da Resolução nº 02, de 9 de abril de 2020, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do COVID-19;

CONSIDERANDO as Orientações Gerais Para Utilização dos Recursos de Alimentações Escolares emitido pelos Colegiados Estaduais de Educação e Assistência Social da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM);

CONSIDERANDO a Recomendação nº 0006/2020/01PJ/SMO do Ministério Público do Estado Santa Catarina.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Emergencial de Alimentação Escolar do Município de São Miguel do Oeste, composta pelos seguintes membros:

- I - Cátia Regina Silva Pompermayer Loch, ocupante do cargo de Diretora de Unidade Escolar, matrícula funcional nº 21838920;
- II - Marcelo Paganini, ocupante do cargo de Diretor de Unidade Escolar, matrícula funcional nº 21966603;
- III - Júlio Antonio Bagetti, ocupante do cargo de Advogado, matrícula funcional nº 16319803;
- IV - Karina Beal, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula funcional nº 21386103;
- V - Karine Lazarotto, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula funcional nº 22002801;
- VI - Andreia Aparecida da Silva Rebelato, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social, matrícula funcional nº 21869205;
- VII - Leciane Matiello, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula funcional nº 22019901;
- VIII - Marcionize Filipini, ocupante do cargo de Diretora de Assistência Social, matrícula funcional nº 21971603;
- IX - Jaqueline Gaboardi, ocupante do cargo de Secretária de Educação, matrícula funcional nº 21843108;
- X - Dalianne Cassia Zanchet Camilotti Martiny, ocupante do cargo de Assessora Especial Pedagógica, matrícula funcional nº 21850707;
- XI - Grazieli Loff Piola, ocupante do cargo de Diretora de Educação Infantil, matrícula funcional nº 22028106;
- XII - Deyse Maria Potrich, ocupante do cargo de Diretora de Gestão Administrativa, matrícula funcional nº 22024802.

Art. 2º Compete à Comissão Emergencial de Alimentação Escolar:

- I – Seguir a Recomendação n. 0006/2020/01PJ/SMO, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Oeste;
- II – Estabelecer os critérios para eleger as famílias que serão beneficiadas com a distribuição dos kits alimentação;
- III – Elaborar os kits alimentação com base em orientação de nutricionista, de maneira a assegurar que a oferta de alimentação se dê em

conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos;

IV - Organizar o serviço de distribuição dos alimentos de maneira a evitar o agrupamento de pessoas nos locais de entrega, utilizando como forma preferencial para entrega a retirada agendada e, secundariamente, a entrega domiciliar;

V - Manter a população informada sobre os locais e horários das retiradas dos kits alimentação, que serão realizadas por um representante de cada núcleo familiar;

VI – Seguir, no que for possível, as orientações da FECAM referentes à concessão do benefício eventual e a organização do uso dos recursos do PNAE e distribuição dos kits alimentação;

VII – Manter o Ministério Público informado acerca da forma de distribuição dos kits alimentação, bem como o critério utilizado para eleger as famílias que serão beneficiadas e, se possível, apresentar plano de ação para tanto;

VIII – Praticar demais atos que se fizerem necessário para efetivar as ações para concessão do benefício eventual e distribuição dos kits alimentação.

Art. 3º Os membros da Comissão não receberão qualquer remuneração/gratificação, considerando-se a atividade como função de serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em, 05 de maio de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI 7.725/2020

Publicação Nº 2465522

LEI Nº 7.725/2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO “PROGRAMA VALE MERENDA”, COM A FINALIDADE DE ATENDER A NECESSIDADE INADIÁVEL DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Vale Merenda, que consiste em um auxílio de segurança alimentar, benefício de natureza financeira destinado a garantir a segurança alimentar dos alunos mais vulneráveis economicamente da rede pública municipal de ensino, no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, como medida emergencial de enfrentamento aos efeitos decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º O auxílio de segurança alimentar corresponderá a um valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais) por aluno, que será concedido às famílias de alunos matriculados na rede municipal de ensino do Município de São Miguel do Oeste no presente exercício financeiro e que estejam regularmente cadastradas no Cadastro Único da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania do Governo Federal, para fins de recebimento do benefício Bolsa Família, na data de início da vigência da presente Lei.

Parágrafo único. O auxílio de segurança alimentar é destinado à necessidade nutricional de cada aluno da rede municipal de ensino e perdurará durante o período de suspensão temporária e emergencial das aulas em razão da decretação de situação de emergência em saúde pública no Município de São Miguel do Oeste e no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Os valores serão creditados em um cartão magnético denominado Vale Merenda e somente poderão ser utilizados para aquisição de alimentos.

§ 1º O Vale Merenda será entregue ao responsável legal pelo aluno, que deverá apresentar o seu documento original com foto e do aluno, desde que válidos em território nacional.

§ 2º O Vale Merenda será entregue em dias e locais determinados em cronograma a ser estabelecido e informado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º É de responsabilidade da Secretaria de Educação o cadastro do aluno contemplado e o registro da entrega do Vale Merenda ao responsável.

Art. 4º Cessando a suspensão das aulas, a concessão do auxílio de segurança alimentar será interrompida.

Parágrafo único. O beneficiário não perderá o crédito remanescente no Vale Merenda quando da interrupção da concessão do auxílio de segurança alimentar.

Art. 5º O benefício de que trata esta Lei não será computado no cálculo da renda mensal bruta familiar para fins de concessão adicional de benefícios sociais, bem como para quaisquer programas que tenham como critério a renda familiar.

Art. 6º O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 7º Diante da situação de emergência, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar contratação direta, com finalidade contratar empresa para administrar/operar o cartão magnético.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação deverá, além das normas estabelecidas neste Decreto, observar as regras instituídas no Edital de Licitação que objetiva a contratação de empresa para operar o Vale Merenda, bem como, mediante resolução, editar normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 9º O benefício de que trata esta Lei tem caráter temporário e será concedido enquanto perdurar a suspensão das aulas na rede pública de ensino.

Art. 10º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta do Orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11º O Poder Executivo Municipal poderá, no que couber, regulamentar o disposto nesta Lei.

Art. 12º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.
Em, 05 de maio de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI 7.726/2020

Publicação Nº 2465792

DE LEI Nº 7.726/2020

PROMOVE A DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS ARRECADADAS PELO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam desvinculadas as receitas públicas arrecadadas diretamente pelo Município no presente exercício financeiro provenientes de Multas de Trânsito autuadas por controladores eletrônicos de velocidade e por sinalizadores eletrônicos, de Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (Cosip) e de Fundos Especiais.

Art. 2º Ficam desvinculados os Superávits Financeiros do Exercício Anterior, apurados em Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019, ainda que não comprometidos, em conformidade com o disposto no Art. 43, §§ 1º e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares e extraordinários para atendimento das despesas autorizadas nesta Lei, obedecidas às normas Constitucionais e legais vigentes.

§ 1º Os créditos adicionais suplementares terão como limites máximos dos valores constantes de recursos financeiros recebidos dos órgãos da União, do Estado e de outros órgãos e/ou entidades repassadoras, bem como dos repasses das desvinculações das respectivas receitas

e saldos financeiros de que trata esta lei.

§ 2º Os créditos adicionais extraordinários terão seus valores estabelecidos pelo Executivo Municipal mediante fundamentação formalizada em apenso, remetidos de imediato à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores, na forma constitucional e legal.

Art. 4º Os registros contábeis atinentes a efetiva realização das despesas com base nesta Lei obedecerão os princípios constitucionais e legais vigentes, além das orientações técnicas determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 05 de maio de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 0109/2020

Publicação Nº 2465481

LEI COMPLEMENTAR Nº 0109/2020

ALTERA O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO, COM INCLUSÃO DA COMPETÊNCIA DE OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido o Parágrafo único ao Art. 2º, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, com a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. O Sistema de Controle Interno compreende as atividades de Controladoria Interna, Ouvidoria e Transparência.”

Art. 2º Ficam inseridos os incisos XXIII a LV ao Art. 3º, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, com as seguintes redações:

“Art. 3º

.....

XXIII – indicar a forma correta dos atos nos casos de eventuais irregularidades/ilegalidades;

XXIV – realizar o gerenciamento técnico das atividades da Ouvidoria Municipal;

XXV - gerenciar e controlar a equipe de trabalho referente às manifestações recebidas inerentes ao seu controle de ouvidoria;

XXVI - coordenar as equipes de trabalho de ouvidoria, dando o devido suporte para que tenham condições de realizar a contento o seu trabalho;

XXVII - coordenar os trabalhos de atendimento ao público por intermédio dos meios institucionais da Ouvidoria;

XXVIII - atuar como elo principal de comunicação e ligação entre a comunidade e a municipalidade e seus órgãos, sendo de sua competência relacionar, catalogar e organizar dados relativos à comunidade, seus anseios, suas sugestões e perspectivas e reclamações;

XXIX - assessorar os Secretários Municipais e o Prefeito, assegurando o pronto atendimento de demandas e reclamações colhidas, encaminhando-as ao setor competente e assegurando sua resolução;

XXX- atender as reclamações formuladas pelos cidadãos, de forma individual ou coletiva, ou por entidades, relativas à prestação de serviços públicos;

XXXI - desenvolver diretrizes, levantar dados e dar instruções à equipe para o atendimento de novos processos e/ou procedimentos de ouvidoria;

XXXII - sugerir ao Prefeito Municipal medidas de aprimoramento da organização da Ouvidoria e das atividades da Administração Pública Municipal, em proveito dos serviços administrativos;

XXXIII - acompanhar e cobrar o cumprimento de prazos e os andamentos das manifestações encaminhadas aos setores competentes da Administração Pública Municipal;

XXXIV - identificar e sugerir ao Prefeito Municipal padrões e metas de excelência das atividades de ouvidoria;

XXXV – sugerir ao Prefeito Municipal a propositura de medidas legislativas ou administrativas, visando à prestação adequada de serviços públicos;

XXXVI - produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria, para subsidiar recomendações e propostas de medidas de aprimoramento da prestação dos serviços e correção de falhas;

XXXVII - informar ao servidor os resultados colhidos em pesquisa de satisfação;

XXXVIII - produzir relatório gerencial dos atendimentos efetivados e das manifestações recebidas na ouvidoria, contendo subsídios que contribuam para os gestores solucionarem, minimizarem e equacionarem as deficiências do sistema identificadas e apontadas pelos usuários, bem como das providências tomadas pelos setores competentes;

XXXIX - contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos;

XL - facilitar o acesso e a visualização dos dados disponibilizados na Carta de Serviços ao Usuário e no Portal Transparência;

XLI - promover a divulgação ativa de informações de interesse social da Administração Pública Municipal nos meios disponíveis;

XLII - apoiar a publicação de dados pelos órgãos, entidades e organizações parceiras da Administração Pública Municipal;

XLIII - promover a articulação com a sociedade civil, no que tange à transparência e controle social, que atua no território do Município, constituindo canal permanente de diálogo e interação;

XLIV - identificar demandas com atores que promovem controle social no Município pela abertura de dados e por acesso à informação pública;

XLV - elaborar diretrizes para o aprimoramento da transparência em processos e espaços de participação social da Administração Pública Municipal;

XLVI - realizar projetos e ações de capacitação e formação de agentes públicos e da sociedade civil em assuntos relacionados à boa governança dos recursos públicos e ao controle social;

XLVII - estimular a criação de ferramentas e de novas possibilidades para o exercício da cidadania e do controle social da Administração Pública Municipal;

XLVIII - propor a criação de mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas a regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observação obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Municipal e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades incumbidas da Administração ou gestão de receitas públicas, em razão de instrumentos de parcerias;

XLIX - receber, avaliar e propor sugestões para efetiva divulgação de informações no Portal Transparência e na Carta de Serviços ao Usuário;

L - produzir materiais de orientação e promoção da ética no serviço público municipal;

LI - fomentar a política de gestão da informação, no âmbito do Município;

LII - promover a participação social como método de governo;

LIII - difundir a importância da Ouvidoria como instrumentos de participação e controle social da Administração Pública Municipal;

LIV - zelar pela atualização periódica da Carta de Serviços ao Usuário e de sua permanente divulgação no site da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste;

LV - desempenhar outras atribuições designadas pelo Prefeito Municipal.”

Art. 3º Ficam inseridos os incisos XII e XIII ao Art. 4º, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, com as seguintes redações:

“Art. 4º

.....

XII – Controle da Ouvidoria, com a finalidade de aprimorar a relação entre o usuário e a Administração Pública Municipal, por meio de interlocução, visando à melhoria contínua na prestação dos serviços públicos;

XIII – Controle da Transparência, com finalidade de promover a transparência ativa de informações relacionadas à atuação do Município de São Miguel do Oeste, bem como zelar pela qualidade do acesso e da informação do Portal Transparência.”

Art. 4º Fica inserido o inciso III ao Art. 5º, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

III – Chefe de Divisão de Ouvidoria.”

Art. 5º Fica alterado o inciso XXIII do Art. 7º, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

XXIII – programar e sugerir ao Prefeito Municipal a participação dos servidores que estejam exercendo suas funções no Controle Interno em cursos de capacitação voltados para a melhoria na referida área de no mínimo 60 horas anuais, preferencialmente em cursos de capacitação gratuitos e online;

.....”

Art. 6º Ficam inseridos os incisos XXXIII e XXXIV ao Art. 7º, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, com as seguintes redações:

“Art. 7º

.....

XXXIII – Executar as atribuições constantes nos incisos XXXIX a LV, do artigo 3º, desta Lei;

XXXIV – Supervisionar as atividades e os servidores lotados junto ao Sistema de Controle Interno.”

Art. 7º Ficam alterados os §§ 1º e 3º do Art. 9º, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, que passam a vigorar com as

seguintes redações:

“Art. 9º

.....
§ 1º Constatada ilegalidade ou irregularidade pelo Diretor do Sistema de Controle Interno, este cientificará o Prefeito Municipal e a autoridade responsável, com indicação das providências a serem adotadas para a sua correção ou sugestão de instauração de tomada de contas especial, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

.....
§ 3º Em caso de não ser tomadas providências pelo Prefeito Municipal para a regularização da situação apontada, o Diretor do Sistema de Controle Interno comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.”

Art. 8º Fica alterado o caput do Art. 10, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Sistema de Controle Interno emitirá, por meio de seu Diretor, relatório de controle interno e da certificação da avaliação das contas e da gestão no exercício sobre a prestação anual de contas de governo.

.....”

Art. 9º Fica alterado o inciso XXI do Art. 12, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

XXI – dar ciência imediata e formal ao Prefeito Municipal e ao Diretor do Sistema de Controle Interno quando verificar a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção ou sugerindo instauração de tomada de contas especial sempre que houver irregularidade causadora de dano ao erário;
.....”

Art. 10. Fica inserida a Seção III, com os seus respectivos artigos e subseção, ao Capítulo III, da Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, com a seguinte redação:

“Capítulo III

.....

Seção III

Do Chefe de Divisão de Ouvidoria

Art. 12-A. O cargo de Chefe de Divisão de Ouvidoria, criado pela Lei Complementar nº 24, de 10 de outubro de 2013, passa a integrar a estrutura do Sistema de Controle Interno, criado por esta Lei, o qual será subordinado ao Diretor do Sistema de Controle Interno.

§ 1º O cargo de Chefe de Divisão de Ouvidoria será ocupado por servidor efetivo, nomeado para o desempenho de função gratificada.

§ 2º A gratificação pelo desempenho da função de Chefe de Divisão de Ouvidoria ocupada por servidor efetivo é aquela prevista no ANEXO IV; GRATIFICAÇÃO PARA DESEMPENHO DE FUNÇÃO; Gratificação por Desempenho de Função I, da Lei Complementar nº 025/2013.

Art. 12-B. Ao Chefe de Divisão de Ouvidoria compete exercer as seguintes atividades e atribuições:

I – realizar o gerenciamento técnico das atividades da Ouvidoria Municipal;

II - gerenciar e controlar os trabalhos referente às manifestações recebidas inerentes ao seu controle de ouvidoria;

III – receber e apurar denúncias e reclamações sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos ou agentes políticos do município;

IV – receber sugestões e solicitações e encaminhá-las aos órgãos competentes;

V – diligenciar junto às unidades da Administração competentes para a prestação de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade, objeto de denúncia ou reclamações;

VI – adotar medidas informais destinadas a conferir a verossimilhança dos fatos denunciados;

VII - manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;

VIII – informar ao interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

IX – recomendar aos órgãos da Administração a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

X – realizar cursos, seminários, encontros, debates e pesquisas versando sobre assuntos de interesse da Administração Municipal no que tange ao controle da coisa pública;

XI – coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos municípios que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;

XII – comunicar ao órgão da administração competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas.

XIII - coordenar as equipes de trabalho de ouvidoria, dando o devido suporte para que tenham condições de realizar a contento o seu trabalho;

XIV - coordenar os trabalhos de atendimento ao público por intermédio dos meios institucionais da Ouvidoria;

XV - atuar como elo principal de comunicação e ligação entre a comunidade e a municipalidade e seus órgãos, sendo de sua competência relacionar, catalogar e organizar dados relativos à comunidade, seus anseios, suas sugestões e perspectivas e reclamações;

XVI - assessorar os Secretários Municipais e o Prefeito, assegurando o pronto atendimento de demandas e reclamações colhidas,

encaminhando-as ao setor competente e assegurando sua resolução;

XVII- atender as reclamações formuladas pelos cidadãos, de forma individual ou coletiva, ou por entidades, relativas à prestação de serviços públicos;

XVIII - desenvolver diretrizes, levantar dados e dar instruções à equipe para o atendimento de novos processos e/ou procedimentos de ouvidoria;

XIX – sugerir ao Diretor do Sistema de Controle Interno e ao Prefeito Municipal medidas de aprimoramento da organização da Ouvidoria e das atividades da Administração Pública Municipal, em proveito dos serviços administrativos;

XX - acompanhar e cobrar o cumprimento de prazos e os andamentos das manifestações encaminhadas aos setores competentes da Administração Pública Municipal;

XXI - identificar e sugerir ao Prefeito Municipal e ao Diretor do Sistema de Controle Interno padrões e metas de excelência das atividades de ouvidoria;

XXII – sugerir ao Prefeito Municipal a propositura de medidas legislativas ou administrativas, visando à prestação adequada de serviços públicos;

XXIII - produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria, para subsidiar recomendações e propostas de medidas de aprimoramento da prestação dos serviços e correção de falhas;

XXIV - informar ao servidor os resultados colhidos em pesquisa de satisfação;

XXV - produzir relatório gerencial dos atendimentos efetivados e das manifestações recebidas na ouvidoria, contendo subsídios que contribuam para os gestores solucionarem, minimizarem e equacionarem as deficiências do sistema identificadas e apontadas pelos usuários, bem como das providências tomadas pelos setores competentes;

XXVI - desempenhar outras atribuições designadas pelo superior hierárquico.

Subseção I

Do Funcionamento da Ouvidoria

Art. 12-C. A Ouvidoria exerce papel mediador entre as manifestações do usuário para com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, não possuindo caráter executivo, judicativo ou deliberativo.

Parágrafo único. As manifestações que não sejam de competência da Administração Pública Municipal não serão cadastradas, bem como os atendimentos que visem unicamente verificar o andamento de protocolos em aberto.

Art. 12-D. O atendimento do usuário será realizado de forma adequada, observados os princípios da qualidade, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência, urbanidade e cortesia, observando-se ainda os princípios constitucionais.

Art. 12-E. A Ouvidoria atenderá os usuários no horário estabelecido pela Administração para funcionamento, em espaço físico adequado, no âmbito da Prefeitura Municipal compatível com as necessidades.

§ 1º O acesso à Ouvidoria poderá ser realizado pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal, ou por meio de:

I - correspondência convencional endereçada à Ouvidoria do Município;

II - contato telefônico;

III - correspondência eletrônica;

VI - aplicativos de celular;

V - redes sociais oficiais;

VI - outras mídias.

§ 1º O Chefe de Divisão de Ouvidoria poderá providenciar junto ao usuário, quando possível, as informações complementares necessárias à compreensão do objeto e alcance de sua manifestação, antes dos encaminhamentos internos do expediente.

§ 2º Os trotes e as comunicações falsas serão encaminhadas à autoridade policial.

Art. 12-F. O usuário poderá se identificar com as informações necessárias para o atendimento e registro do processo.

§ 1º As manifestações deverão, preferencialmente, conter os seguintes dados:

I - identificação do usuário (nome completo ou razão social, RG, CPF ou CNPJ);

II - endereço completo;

III - meios disponíveis para contato (telefone, e-mail);

IV - tipo da manifestação (reclamação, denúncia, elogio, informação ou sugestão);

V - mensagem clara, descritiva e objetiva com os dados e informações sobre a manifestação;

VI - identificação das provas;

VII - data e, se for o caso, assinatura do usuário.

§ 2º O usuário poderá exigir da Ouvidoria que sua identidade seja mantida em sigilo.

§ 3º Nas hipóteses em que a identidade do usuário for essencial à tomada de providências, tal situação deverá ser expressamente autorizada pelo usuário, sendo que havendo recusa, caberá o arquivamento do atendimento.

§ 4º Será aceita manifestação anônima, sendo que sua resposta ficará disponível para consulta junto ao Sistema de Controle Interno pelo prazo de 30 (trinta) dias, se for o caso.

Art. 12-G. O elogio recebido será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou o responsável pela prestação do serviço público, e à sua chefia imediata.

Art. 12-H. A reclamação recebida será encaminhada ao setor responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da reclamação conterá informação objetiva acerca do fato apontado.

Art. 12-I. A sugestão recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público, que se manifestará acerca da possibilidade da medida sugerida.

Art. 12-J. A denúncia recebida será imediatamente encaminhada ao setor responsável e, se for o caso, aos órgãos apuratórios competentes. Parágrafo único. A resposta conclusiva da denúncia conterá informações sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento, na hipótese de a denúncia não ser conhecida por ausência de elementos mínimos descritivos de relevância, autoria e materialidade quanto às irregularidades ou indícios que permitam os órgãos apuratórios a chegarem a tais elementos.

Art. 12-K. Os setores competentes pelas demandas encaminhadas deverão elaborar, tratar e apresentar resposta em linguagem cidadã, de forma simples, clara, concisa, descritiva, objetiva, compreensível e conclusiva às manifestações recebidas, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

§ 1º As respostas deverão retornar à Ouvidoria, no prazo de trinta dias, contado da data de seu recebimento, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa, para a devolutiva ao usuário interessado, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento.

§ 2º O prazo referido no § 1º desde artigo será suspenso nos casos de férias coletivas dos servidores públicos municipais e de calamidade pública.

Art. 12-L. A manifestação poderá ser encerrada, sem produção de resposta conclusiva, quando o usuário descumprir deveres de:

I - expor os fatos conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos;

V - fornecer a devida e correta identificação."

Art. 11. Fica inserido o Anexo I à Lei Complementar nº 093, de 08 de agosto de 2019, que passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 12. Fica revogado o inciso IV do Art. 101, o Art. 106 e a linha da tabela no que concerne ao cargo de Chefe de Divisão de Ouvidoria, constante no ANEXO I; NOMINATIVA, QUANTIDADE E VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - GRUPO: CARGOS EM COMISSÃO CC; SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA, tudo da Lei Complementar n. 024, de 10 de outubro de 2013.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 05 de maio de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

ANEXO I

NOMINATIVA, QUANTIDADE E VENCIMENTOS DOS CARGOS GRATIFICADOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Diretor do Sistema de Controle Interno		Gratificação
01	Chefe de Divisão de Ouvidoria		Gratificação

LEI N. 7.727/2020

Publicação Nº 2465807

LEI Nº 7.727/2020

ACRESCENTA O ART. 2º-A À LEI MUNICIPAL Nº 5.972, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescentado o Art. 2º-A à Lei Municipal nº 5.972, de 21 de dezembro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Para o atendimento e desenvolvimento das atividades deste programa, poderão ser designados servidores lotados junto à Administração Pública Municipal, conforme a tabela abaixo:

Cargo	Quantidade	Carga Horária Semanal
Médico	2	10, 20, 40 Horas
Psicólogo	1	40 Horas
Assistente Social	1	40 Horas
Pedagogo	1	40 Horas
Enfermeiro (Coordenador)	1	40 Horas
Técnico em Enfermagem	2	40 Horas

Parágrafo único. Caso necessário, os cargos previstos no caput deste artigo poderão ser ocupados por servidores temporários, contratados por meio de processo seletivo, até a realização, homologação e chamamento de servidores efetivos classificados em concurso público.”

Art. 2º Fica revogado o Art. 3º, da Lei Municipal nº 5.972, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 05 de maio de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA Nº 0060/2020

Publicação Nº 2466238

PORTARIA Nº 0060/2020

DISPÕE SOBRE O USO MASSIVO DE MÁSCARA E CONDUTAS DE HIGIENE A SEREM OBSERVADAS PELOS ESTABELECIMENTOS, DIANTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o Art. 3º, do Decreto nº 9.284/2020, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, o qual “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências”;

CONSIDERANDO a autorização do Governo do Estado para o retorno de determinadas atividades;

CONSIDERANDO que o Art. 36, do Decreto nº 562/2020, estabelece que “Os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas neste Decreto ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios.”;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população que precisa deixar, mesmo que momentaneamente, o isolamento social;

CONSIDERANDO que o uso de qualquer tipo de máscara, mesmo as feitas em domicílio, associada à lavagem de mãos, etiqueta respiratória, uso de álcool gel e distanciamento social, aumentam, significativamente, a proteção da população em geral contra a COVID-19, servindo como barreira parcial para a transmissão do vírus e impedindo a disseminação pelo contato com gotículas infectantes;

CONSIDERANDO o teor da nota de esclarecimento expedida pela Sociedade Brasileira de Infectologia em 03 de abril de 2020, bem como a Nota Técnica GVIMS/CGTES/ANVISA N. 04/2020, de 31 de março de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as quais dispõem

sobre a utilização de máscaras como forma de evitar a disseminação da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a confirmação do primeiro caso de contágio pelo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de São Miguel do Oeste;

CONSIDERANDO que o Art. 3º, do Decreto 9.284/2020, autorizou a autoridade Municipal de Saúde a estabelecer, por ato próprio e após aprovação pelo Comitê de Crise do Município, regras mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia, que serão de observância obrigatória pelos contribuintes;

CONSIDERANDO a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o uso massivo de máscaras em todo o território do Município de São Miguel do Oeste, para evitar a transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19).

§ 1º Será obrigatório o uso de máscaras a partir do dia 06 de maio de 2020.

§ 2º Poderão ser utilizadas máscaras de tecido, confeccionadas manualmente.

§ 3º O tipo de máscara constante no § 2º, deste artigo, não se aplica aos estabelecimentos que, por características da prestação dos seus serviços, necessitem de uso de EPI's específicos para este fim.

Art. 2º Os estabelecimentos e repartições que tiverem as atividades liberadas e retomadas também devem:

I - intensificar as medidas de limpeza de superfícies e áreas circulantes, bem como disponibilizar álcool gel 70% para os usuários, nas entradas e saídas do estabelecimento e na entrada ou interior dos elevadores em local sinalizado;

II - disponibilizar informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e papel toalha descartável nos lavatórios de higienização;

III - adotar medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;

Parágrafo único. Os funcionários deverão, a cada procedimento realizado, lavar as mãos com água e sabão ou higienizá-las com álcool gel 70%.

Art. 3º Os estabelecimentos e repartições que tiverem as atividades liberadas e retomadas também devem realizar a limpeza das superfícies (pisos), bem como dos banheiros sanitários e bebedouros, no mínimo uma vez por turno (matutino/vespertino/noturno), e a limpeza de objetos, como canetas, teclados, mesas, telefone, maçanetas de portas, máquina de cartão, caixas eletrônicos e outros, após cada uso.

§ 1º A limpeza de superfícies e objetos poderá ser realizada com a utilização de detergente neutro ou desinfetantes devidamente regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ou álcool 70% líquido.

§ 2º A desinfecção de superfícies (pisos) deverá ser realizada no mínimo uma vez por dia e deverá ser precedida da limpeza.

§ 3º Para a realização da desinfecção poderão ser utilizados saneantes à base de álcool 70%, hipoclorito de sódio (água sanitária) 0,5% ou alvejantes contendo hipoclorito de sódio ou cálcio 2-3,9%.

§ 4º Quanto aos produtos indicados no § 3º deste artigo, recomenda-se a seguinte diluição, a qual deve ser usada imediatamente em virtude de que a solução é desativada pela luz:

a) Água sanitária: diluir 250 ml de água sanitária / 1L água;

b) Alvejante comum: 200 ml de alvejante / 1L água

§ 5º Para a limpeza e desinfecção, os profissionais devem utilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para a execução das atividades.

Art. 4º Nos estabelecimentos e repartições em que algum colaborador/funcionário/servidor testar positivo para a Covid-19, deverá ser realizada imediatamente a limpeza e desinfecção de todas as superfícies e objetos, inclusive paredes, tetos, janelas e vidros.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no caput deste artigo deverão monitorar o surgimento e/ou presença de sintomas associados à Covid-19 em seus colaboradores e adotar todos os encaminhamentos conforme preconizado pelas autoridades de saúde.

Art. 5º Os ambientes de todos os estabelecimentos deverão permanecer com o máximo de ventilação natural possível, não sendo recomendada a utilização de climatizadores de ar.

Art. 6º Fica proibido o compartilhamento de bebida tipo chimarrão e similares, assim como de copos, canecas e utensílios de uso individual.

Art. 7º Os órgãos de fiscalização ficam autorizados a adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 8º A desobediência aos comandos previstos nesta Portaria, de acordo com o parágrafo único do Art. 3º do Decreto 9.284/2020, com o

Art. 39 da Lei Complementar 3.407/1993 e com o Art. 213 da Lei Complementar Municipal nº 05/2011, caracterizará infração à legislação municipal e sujeitará ao infrator a aplicação das penalidades previstas sem prejuízo do cometimento de crime previsto na legislação penal vigente.

Art. 9º As medidas previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas, a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 06 de maio de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 05 de maio de 2020.

GENI MARIA PADILHA GIRELLI
Secretária Municipal de Saúde

MAURÍCIO PIACENTINI
Coordenador do Comitê de Crise

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0644/2020

Publicação Nº 2464926

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0644/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que a servidora apresentou atestado médico comprovando estado gestacional.

Considerando os termos do Art. 10, Inciso II, Alínea "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação da servidora pública municipal JUCIANE SCARTON, contratada pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Enfermeiro, 40 horas semanais, atuando junto a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, na Secretaria Municipal de Saúde deste Município, no período de 30 de abril de 2020 até o término de sua licença maternidade.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 30 de abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0662/2020

Publicação Nº 2464859

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0662/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional.

CONSIDERANDO a instituição do Regime Especial de Atividades
Escolares Não Presenciais pelo Decreto Municipal nº 9.286/2020;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n. 9.301/2020 que autorizada a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência a efetuar, caso necessário, a lotação provisória de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação para o exercício em outro órgão da Administração Pública.

CONSIDERANDO a manifestação da Secretária de Assistência Social junto ao protocolo n. 5248/2020 informando que devido as crianças e adolescentes estarem em casa por não ter aula nas escolas e dessa forma há um número elevado de acolhidos para serem atendidos.

CONSIDERANDO que no Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor há crianças acolhidas que em função da suspensão das atividades escolares presenciais necessitam suporte pedagógico.

CONSIDERANDO o ofício n. 053/2020/SE/SME/SMO (anexo ao protocolo n. 5688/2020) da Secretaria de Educação repassando a relação das profissionais que atuarão no Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor.

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico anexo ao protocolo n. 5688/2020, informando que não há óbice para atuarem de forma provisória das profissionais do cargo de Auxiliar de Creche para atuarem junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor desde que exerçam as funções atinentes ao seu cargo, diante da situação de emergência decorrente da pandemia de coronavírus.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, para atuar provisoriamente junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 20 de abril de 2020 a 31 de maio de 2020, as servidoras públicas municipais efetivas, ocupantes do cargo de Auxiliar de Creche:

Cristiane Mara Paulus
Maria Helena Dalchiavon Garparin
Rosane Carolina Baumgratz
Simone Vanzella

Art. 2º As profissionais deverão exercer apenas as funções atinentes ao seu cargo.

Art. 3º Ficam suspensas as férias das servidoras a partir de 20 de abril de 2020.

Art. 4º Esta portaria tem efeito retroativo a 20 de abril de 2020;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de maio de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 11/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465704

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para execução de obra de adequação das condições de acessibilidade do Centro Administrativo do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I do edital, memorial descritivo, orçamentos, projetos, cronograma físico financeiro, partes integrantes deste processo licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de maio de 2020.

Abertura: Às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006 e o edital consta na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de maio de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 18/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465121

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2020
CREDENCIAMENTO Nº 02/2020

O Município de São Miguel do Oeste- SC a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizará CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica devidamente inscrita no ente de classe competente para, nos termos da Lei nº 7.804/2014, realizar avaliações imobiliárias do âmbito do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com Anexo I do Edital. Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de maio de 2020.

Abertura: Às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006, e o edital consta na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de maio de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 51/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2465949

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2020

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de dispositivo de detecção de drogas (drogômetro) a fim de realizar testes in loco de controle de consumo de drogas dos detentos da Cadeia Local a ser utilizado pelas Forças de Segurança Municipais, Estaduais e Federais, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 08 de maio de 2020 até às 08h15min do dia 20 de maio de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 20 de maio de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 05 de maio de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 61/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2466341

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de recapagens, consertos, montagens, troca, balanceamento e vulcanizações de pneus, endireitamento de rodas, alinhamento e geometria, destinados à conservação e manutenção da frota do Município de São Miguel do Oeste, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, de acordo com o anexo I do Edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 11 de maio de 2020 até às 08h15min do dia 21 de maio de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 21 de maio de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 05 de maio de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2019**

Publicação Nº 2465469

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE****PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO****RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)****ANEXO V DA IN 20 TCE****I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:****a) Informações Gerais:**

Entidade: Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste
CNPJ: 78.484.573/0001-25
Endereço: Rua Pedro Julian, n.º 858, Bairro Agostini, Cidade de São Miguel do Oeste
Telefone: (49) 3621 1400
E-mail: secretaria@saomigueldooeste.sc.leg.br
Sítio Eletrônico: <http://www.saomigueldooeste.sc.leg.br/>

b) Rol dos Responsáveis:

Presidente: Everaldo Di Berti.
CPF -718.173.879-87.

Período de Gestão: 01/01/2019 a 31/12/2020.

Ata de nomeação: nº 078/2018 de 18/12/2018

Endereço residencial:

Rua Antônio Pedrassani, 161, Centro, São Miguel do Oeste – SC.

E-mail: di_berti@yahoo.com.br

c) Estrutura organizacional e organograma:

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Vereadores	13
Assessores Parlamentares	13
Mesa Diretora	4
Comissões Técnicas Permanentes	4
Departamento Jurídico	2

Ouvidoria 0800 644 0003 **Fone** (49) 3621-1400
Site www.saomigueldooeste.sc.leg.br

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"
Lei Municipal Nº 5.031 - 26.06.2002

Endereço Rua Pedro Julian, 858, B. Agostini
São Miguel do Oeste/SC - CEP: 89900-000

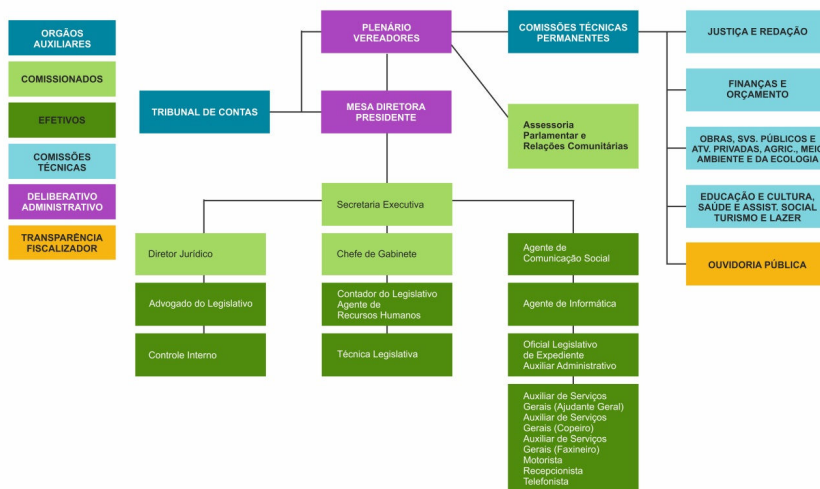


**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

Controle Interno	1
Chefia de Gabinete	1
Técnica Legislativa	1
Oficial Legislativo de Expediente	2
Recursos Humanos	1
Contabilidade	1
Comunicação Social	1
Informática	1
Telefonista	1
Motorista	1
Auxiliar de Serviços Gerais (Copeira, Faxineiro e Ajudante Geral)	3
Secretário Executivo	1
Recepcionista	1
Auxiliar Administrativo	1

Organograma:

ORGANOGRAMA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC



Ouvidoria 0800 644 0003 **Fone** (49) 3621-1400
Site www.saomigueldooeste.sc.leg.br

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 26.06.2002

Endereço Rua Pedro Julian, 858, B. Agostini
 São Miguel do Oeste/SC - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças			
Cód	Função, subfunção, Programa/ação	Suplementação	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
		Redução				Nominal	%	Nominal	%
1.001	Aquis. Imóveis, Constr. Ampl. Equipamentos Poder Legislativo		420.000,00		208.713,62			211.286,38	
	Despesas de Capital		420.000,00		208.713,62			211.286,38	
2.001	Adm. Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal		4.817.400,00		4.455.726,33			361.673,67	
	Despesas com pessoal		3.955.000,00		3.745.222,01			209.777,99	
	Despesas Correntes		862.400,00		710.504,32			151.895,68	
2.004	Transfer. a Inst. Sem fins Lucrativos		12.600,00		5.928,00			6.672,00	
	Transferências		12.600,00		5.928,00			6.672,00	
	TOTAL	0,00	5.250.000,00		4.670.367,95			579.632,05	

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

No exercício não ocorreu contingenciamento de despesas.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

No exercício não foram reconhecidos passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

No exercício de 2019, foram pagos todos os restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art.

Ouvidoria 0800 644 0003 **Fone** (49) 3621-1400
Site www.saomigueldoeste.sc.leg.br

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"
Lei Municipal Nº 5.031 - 26.06.2002

Endereço Rua Pedro Julian, 858, B. Agostini
São Miguel do Oeste/SC - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Não se aplica

Obs.: As Alíneas a, b e c, estão relatadas no anexo I

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não se aplica

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Essas informações estão relatadas no Anexo II.

Importante constar que os contratos foram fiscalizados por servidor designado (Advogado Luiz Alcebiades Pichetti).

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

O órgão de Imprensa Oficial é o Diário Oficial dos Municípios de SC (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>)

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Ouvidoria 0800 644 0003 **Fone** (49) 3621-1400
Site www.saomigueldooeste.sc.leg.br

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"
Lei Municipal Nº 5.031 - 26.06.2002

Endereço Rua Pedro Julian, 858, B. Agostini
São Miguel do Oeste/SC - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Orientação acerca das práticas para adotar nos Contratos.	Necessidade de modificação nas cláusulas dos contratos.	Presidente do Legislativo.	Cláusulas dos contratos modificadas.	Contratos mais claros e objetivos.

b) Recomendações pendentes:

Recomendações não atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Parcela Adicional para o Presidente do Legislativo	Promover alteração na Resolução nº 004/92; Adequação na Lei nº 6.039/2008 e após alterações na legislação, encaminhar ao Rh do Legislativo para adequação na folha de pagamento.	Presidente do Legislativo e Jurídico		

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não se aplica

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não se aplica

São Miguel do Oeste, 27 de fevereiro de 2020

Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Ouvidoria 0800 644 0003 **Fone** (49) 3621-1400
Site www.saomigueldooeste.sc.leg.br

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"
Lei Municipal Nº 5.031 - 26.06.2002

Endereço Rua Pedro Julian, 858, B. Agostini
São Miguel do Oeste/SC - CEP: 89900-000

Anexo I

RELÁRIO DE GESTÃO - IN 20 TCE/SC

a) quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês;

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês;

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês;

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título;

Anexo I

QUADRO DE PESSOAL		Valores consolidados 2019											
	Quantidade	Janeiro (R\$)	Fevereiro (R\$)	Março (R\$)	Abril (R\$)	Maio (R\$)	Junho (R\$)	Julho (R\$)	Agosto (R\$)	Setembro (R\$)	Outubro (R\$)	Novembro (R\$)	Dezembro (R\$)
Agentes Políticos	13	63.401,14	63.401,14	65.861,10	65.861,10	65.861,10	65.861,10	65.861,10	65.861,10	65.861,10	65.861,10	65.861,10	65.861,10
Servidores Efetivos	15	92.345,58	86.654,68	88.533,89	85.559,74	85.274,58	94.749,40	84.862,92	81.437,82	65.445,43	67.624,45	67.818,73	67.629,29
Servidores Comissionados	16	81.437,82	65.445,43	67.624,45	67.818,73	67.629,29	67.629,29	69.618,39	1.822,36	4.303,10	0,00	0,00	0,00
Contratados por tempo determinado	1	1.822,36	4.303,10	0,00	0,00	0,00	0,00	4.664,80	239.006,90	219.804,35	222.019,44	219.239,57	218.764,97
Total	45	239.006,90	219.804,35	222.019,44	219.239,57	218.764,97	228.239,79	225.007,21	239.006,90	219.804,35	222.019,44	219.239,57	218.764,97
		13º Salário (R\$)											
		0											
		75.336,96											
		60.809,50											
		0,00											
		136.146,46											
		2.921.920,24											

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste/SC não possui, ou possuiu, pessoas trabalhando por meio de contratos de terceirização durante o ano de 2019.

QUADRO DE INATIVOS		Valores consolidados											
	Quantidade	Janeiro (R\$)	Fevereiro (R\$)	Março (R\$)	Abril (R\$)	Maio (R\$)	Junho (R\$)	Julho (R\$)	Agosto (R\$)	Setembro (R\$)	Outubro (R\$)	Novembro (R\$)	Dezembro (R\$)
Complementação de aposentadoria	1	10.488,81	10.488,81	11.163,99	11.163,99	11.163,99	11.163,99	11.163,99	10.488,81	11.163,99	11.163,99	11.163,99	11.163,99
Pensionista	1	8.851,09	8.851,09	9.247,58	9.247,58	9.247,58	9.247,58	9.247,58	8.851,09	9.247,58	9.247,58	9.247,58	9.247,58
Total	2	19.339,90	19.339,90	20.411,57	20.411,57	20.411,57	20.411,57	20.411,57	19.339,90	20.411,57	20.411,57	20.411,57	20.411,57
		13º Salário (R\$)											
		10.586,76											
		8.851,09											
		19.437,85											
		262.233,35											

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste/SC não possui, ou possuiu, remuneração paga a membros de diretoria, conselhos de administração ou fiscal durante o ano de 2019.

ANEXO II

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS 2019						
Modalidade	Contrato	Valor	TA	Valor	Total/Ano	Empresa
DISPENSE						Não houve contratações por dispensa
INEXIGIBILIDADE	IL 01/2019	R\$ 3.413,80			3.413,80	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
TOTAL GERAL DAS DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES: 3.413,80						
PREGÃO PRESENCIAL	05/2016		3	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00	FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
	06/2016		5	R\$ 5.474,64		SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME
			6	R\$ 191,61	R\$ 5.666,25	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME
	08/2016		5	R\$ 3.045,72		SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME
			6	R\$ 40,10	R\$ 3.085,82	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME
	03/2017		2	R\$ 3.564,00	R\$ 3.564,00	HD COM E SERV.DE EQUIP.DESUPR.DE INFOR LT
	04/2017		3	R\$ 9.151,20	R\$ 9.151,20	MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA
	05/2017		2	R\$ 20.900,00		SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA
			3	R\$ 1.577,95	R\$ 22.477,95	SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA
	06/2017		2	R\$ 9.900,00	R\$ 9.900,00	RÁDIO PROGRESSO DESCANSO LTDA
	25/2017		1	R\$ 38.027,64		WEBER SEGURANÇA LTDA - EPP
			2	R\$ 1.648,30	R\$ 39.675,94	WEBER SEGURANÇA LTDA - EPP
	01/2018		3	R\$ 28.870,56		BETHA SISTEMAS LTDA
			4	R\$ 2.071,71	R\$ 30.942,27	BETHA SISTEMAS LTDA
	18/2018		1	R\$ 8.250,00	R\$ 8.250,00	WILIAN & ARTHUR INFORMÁTICA LTDA
	22/2018	R\$ 11.589,01	1		R\$ 11.589,01	AIRTON JOSÉ PELISSARI PINTURAS
	01/2019	R\$ 1.639,00			R\$ 1.639,00	MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA L
	02/2019	R\$ 5.500,00			R\$ 5.500,00	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME
	03/2019	R\$ 12.300,00			R\$ 12.300,00	DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA
	04/2019	R\$ 3.150,00			R\$ 3.150,00	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE
	05/2019	R\$ 78.183,00			R\$ 78.183,00	MB CATARINENSE EIRELI
	06/2019	R\$ 26.205,00			R\$ 26.205,00	LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI
	07/2019	R\$ 6.789,00			R\$ 6.789,00	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME
	08/2019	R\$ 2.790,00			R\$ 2.790,00	ESQUADRIAS SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA

ANEXO II

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS 2019						
Modalidade	Contrato	Valor	TA	Valor	Total/Ano	Empresa
	09/2019	R\$ 13.352,00			R\$ 13.352,00	ESQUADRIAS SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA
	10/2019	R\$ 24.946,00			R\$ 24.946,00	LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI
	11/2019	R\$ 8.122,01				ELETRONICA FREITAS LTDA ME
			1	R\$ 383,60		ELETRONICA FREITAS LTDA ME
			1.1	R\$ (711,9)	R\$ 7.793,71	ELETRONICA FREITAS LTDA ME
	12/2019	R\$ 39.100,00			R\$ 39.100,00	LUIS CESAR REIS
	13/2019	R\$ 2.980,00			R\$ 2.980,00	SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELETRICAS PADRÃO LTD
	14/2019	R\$ 4.546,14				INSTALADORA BASSO LTDA
			1	R\$ 465,79	R\$ 5.011,93	INSTALADORA BASSO LTDA
	15/2019	R\$ 3.450,00			R\$ 3.450,00	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE
	16/2019	R\$ 7.500,00			R\$ 7.500,00	HIGIMIX COMERCIO DE UTILIDADES EIRELI
	17/2019	R\$ 6.500,00			R\$ 6.500,00	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME
	18/2019	R\$ 2.244,00			R\$ 2.244,00	DONASSOLO & CIA LTDA
	19/2019	R\$ 366,90			R\$ 366,90	AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA
	20/2019	R\$ 1.000,00			R\$ 1.000,00	PONTES ENGENHARIA LTDA
	21/2019	R\$ 7.905,00			R\$ 7.905,00	JAIR LEOMAR SCHAEFER
	22/2019	R\$ 17.068,47			R\$ 17.068,47	ECCO & CIA LTDA
	23/2019	R\$ 2.458,00			R\$ 2.458,00	CLELIA THIELE 89293576953
					R\$ 425.414,45	
TOTAL GERAL PREGÕES: R\$ 425.414,45						
TOTAL GERAL: R\$ 428.828,25						

ANEXO II

ANEXO II

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 049/2020

Publicação Nº 2466399

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 049/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado a empresa SERRALHERIA TRIERVEILER, com sede em Boa Parada – São Pedro de Alcântara - SC, inscrita no CNPJ 21.267.346/0001-20, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1- Este contrato tem como objeto a contratação de serviço de solda nos seguintes e equipamentos da Secretaria da Agricultura e meio Ambiente.

1. Enchimento com solda (reforço) na rotativa do trator agrícola
2. Solda no subsolador do trator agrícola

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços definidos na cláusula primeira o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

4.1- O prazo de vigência deste contrato será 04 a 06/05/2020.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.3- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José - SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordado e ajustado PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 04 de maio de 2020.

ERNEI JOSE STAHELIN SERRALHERIA TRIERVEILER
Prefeito Municipal Contratado

Saudades

PREFEITURA

DECRETO N. 30, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466448

DECRETO N. 30, DE 04 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO E TRABALHO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE SAUDADES/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei; em especial a Lei Orgânica Municipal, e conforme orientações do Ministério Público:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a realização de trabalho na modalidade presencial por meio de escalas, para os conselheiros tutelares, sob condições seguras e alinhadas à política de saúde estadual e local, deslocando para atendimento presenciais e/ou visitas in loco quando seguras e alinhadas à política de saúde estatal e local.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos ns. 17 e 24/2020.

Saudades/SC, em 04 de Maio de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTONIO SEHNEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N. 31, DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466450

DECRETO N. 31, DE 04 DE MAIO DE 2020.

“ALTERA O DECRETO 67/2013 QUE ALTERA O LIMITE DO CONSUMO DOS CELULARES MANTIDO PELO MUNICÍPIO DE SAUDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. 1.558, de 10 de Dezembro de 2004 e Decreto Municipal n. 064/2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica excluído o número de chip ao art. 3º do Decreto n. 67, de 01 de Março de 2013, conforme segue:

NOME	NÚMERO DO CHIP	BÔNUS (R\$)
GERSON ALBERTO FRÖHLICH (SAMAE)	9 8802 1256	40,00

Art.2º Este chip pertenceu ao Diretor de Administração do SAMAE, Gerson Alberto Fröhlich, no período compreendido de 01.03.2013 a 01.03.2019 logo após a sua saída da Diretoria da Autarquia Municipal SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - este chip foi passado para o novo Diretor de Administração do SAMAE, Orlando José Muller, Pelo período de 23.04.2019 a 30.04.2020, o chip encontra-se desativado devido a não utilização do mesmo.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Com efeitos retroativos a 30.04.2020

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades /SC, 04 de Maio de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

ROGÉRIO ANTONIO SENEHM
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N. 32, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466452

DECRETO N. 32, DE 04 DE MAIO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O TURNO ÚNICO NAS SECRETÁRIAS DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DMER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 44, inciso XX da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais ns. 14, 15, 17, e 24/2020, que implementaram ações, no âmbito do Município Saudades/SC, para cumprimento das medidas de combate e prevenção a propagação do COVID-19, bem como garantindo a segurança dos servidores públicos municipais e a diminuição das despesas operacionais com a gestão pública nesse período de pandemia.

DECRETA:

Art. 1º. A partir do dia 05 de maio de 2020, se fará turno único das 07h00min às 13h00min, na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Art. 2º. A partir do dia 06 de maio de 2020, se fará turno único das 08h00min às 14h00min, na Secretaria Municipal de Infraestrutura (DMER).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, 05 de Maio de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTONIO SEHNEN

Secretário da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 176, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2466460

PORTARIA N. 176, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

"DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA RESPONDER TEMPORÁRIAMENTE PELAS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, prefeito municipal de Saudades em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 44, Inciso VI e art. 54, inciso II, alínea a e b da Lei Orgânica do Município;

Considerando que o Secretário Municipal da Educação foi exonerado do cargo em 03.04.2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar CLAUDETE JAHNEL DA MAIA, Diretora Municipal da Educação, para responder temporariamente pelas movimentações bancárias da secretaria da educação, referente ao período de 03.04.2020 até a nomeação do próximo Secretário da Educação.

Parágrafo Único. Dentre as atribuições e poderes, o servidor poderá realizar, em conjunto com o Prefeito Municipal, as seguintes funções: abrir contas de depósito; cadastrar, alterar e desbloquear senhas consultar contas/aplicações/programas/repasse/recursos; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar saques - conta corrente efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar transferências e pagamentos, emitir cheques; emitir comprovantes; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos, extratos e comprovantes, sem ônus adicional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 03.04.2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, /SC, em 30 de Abril de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO N.5.111/2020

Publicação Nº 2464792

DECRETO Nº 5.111/2020, DE 4 DE MAIO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 5.068, DE 2020, QUE DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO COBRADE Nº 1.5.1.1.0 - DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e,

DECRETA:

Art. 1º O art. 4º do Decreto nº 5.068, de 13 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado:

- I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e
- II – a circulação e o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;
- III – as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;
- IV – o calendário de eventos esportivos organizados pela Secretaria de Esporte, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada; e
- V – as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, bem como a realização de shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

Parágrafo único. Além das atividades e dos serviços suspensos conforme o disposto neste artigo, fica limitada a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, conforme regras sanitárias emitidas.

Art. 2º O art. 5º do Decreto nº 5.068, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A operação de atividades industriais em todo o território municipal somente poderá ocorrer mediante cumprimento das seguintes obrigações:

- I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;
- II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;
- III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e
- IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.” (NR)

Art. 3º O art. 6º do Decreto nº 5.068, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

XLII –

f) Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (PROCON);

XLIII – unidades de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE); e

XLIV – atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pela Advocacia Pública Estadual, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos respectivos serviços públicos ” (NR)

Art. 4º O art. 7º do Decreto nº 5.068, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 1º Deverão, obrigatoriamente, exercer suas atividades de forma remota os agentes públicos que convivem com:

- I – pessoas acometidas pela COVID-19; ou
- II – pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§ 2º Deverão, prioritariamente, exercer suas atividades de forma remota, os agentes públicos:

- I – que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;
- II – com 60 anos ou mais;
- III – gestantes; e
- IV – que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas.

§ 3º A fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio com a COVID-19, poderão ser adotados mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como a fixação de escalas de revezamento por turnos alternados, a ampliação do horário do expediente administrativo e a adoção de regime misto, presencial e remoto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008

Schroeder, 4 de maio de 2020.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº.15/2020-FMS

Publicação Nº 2465464

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº.15/2020-FMS
Dispensa de Licitação nº. 12/2020-FMS
Processo nº.16/2020-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAQJET MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.370.202/0001-98, estabelecida na Rua José Em-mendoerfer nº. 1060, Nova Brasília, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.253-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Conserto de gatilhos de lava jato, e conserto de uma máquina de lava jato, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Conserto de gatilho de lava jato, Marca Electrolux EWS30.	2	Unid.	85,00	170,00
2	Rolamento 6202ZZ	1	Unid.	20,00	20,00
3	Rolamento 6304ZZ	1	Unid.	42,00	42,00
4	Retentor 22X35X5	1	Unid.	13,00	13,00
5	Rotor da ventoinha	1	Unid.	18,00	18,00
6	Pistão completo	3	Unid.	15,00	45,00
7	Gaxeta 14X22X5, 3/2, 8 K10	3	Unid.	8,00	24,00
8	Bucha de transição	3	Unid.	4,50	13,50
9	Retentor 14X22 5/7 AQ800/PR 1800	3	Unid.	11,40	34,20
10	Válvulas HD585 K10	6	Unid.	12,00	72,00
11	Bico Injetor	1	Unid.	21,00	21,00
12	Válvula de retenção	1	Unid.	3,00	3,00
13	Filtro plástico	1	Unid.	10,00	10,00
14	Kit reparo bomba N-cor bisnaga	2	Unid.	24,00	48,00
15	Oring CPL 1ST-R	1	Unid.	3,50	3,50
16	Oring 12,0X2,0	1	Unid.	1,00	1,00
17	Reparo da pistola	1	Unid.	118,00	118,00
18	Engate rápido	1	Unid.	15,00	15,00
19	Mão de obra	1	Unid.	130,00	130,00
TOTAL R\$					801,20

Valor total: R\$ 801,20 (oitocentos e um reais e vinte centavos)

Data da Assinatura: 05/05/2020 – Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 02/2020-SANEAMENTO

Publicação Nº 2465013

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 02/2020-SANEAMENTO
Dispensa nº. 02/2020-SANEAMENTO - Processo nº. 06/2020-SANEAMENTO

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIGICROM ANALÍTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 60.160.546/0001-31, estabelecida na R Dos Marianos nº. 227, Campo Grande, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.691-110

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Aquisição de Padrões para verificar os resultados das análises de rotina realizadas no laboratório da estação de tratamento de água de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	padrão Secundário para Cloro, contendo uma cubeta com padrão gel 2 ppm, para uso em equipamento modelo DM CL.	1	Unid.	414,00	414,00
02	frasco de 250 mL com Solução Padrão de Flúor de 1 ppm, para uso em equipamento modelo DM FL.	1	Unid.	330,00	330,00
TOTAL R\$					744,00

Valor do contrato: R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais)

Data da Assinatura: 05/05/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 38/2020-PMS

Publicação Nº 2464652

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 38/2020-PMS
Dispensa nº. 31/2020-PMS - Processo nº. 74/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 83.159.087/0001-71, estabelecida na Rua Frei Estanislau Schaette nº. 1638, Água Verde, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.037-256

Objeto: Constitui o objeto presente contrato a aquisição de Antenas para Transceptores Kenwood TK 480, para Polícia Militar de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Antenas para Transceptores KENWOOD TK 480	10	Unidade	70,00	700,00
TOTAL R\$					700,00

Valor do contrato: R\$ 700,00 (setecentos reais)

Data da Assinatura: 05/05/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 07/2020-PMS

Publicação Nº 2465651

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 07/2020-PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 66/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e de item referente ao Edital de Tomada de Preços nº. 07/2020-PMS, para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Rancho Bom – Trecho 01, Est. OPP 00 a est. 54 + 0,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.080,00m e área total de 10.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.461/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, ficando assim determinado:

Leiam-se:

I – DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 – Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 22 de maio de 2020.

b) Local: Prefeitura de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

III – DOS VALORES:

3.1. Fica estabelecido, nos termos do inciso III do art. 31 e art. 56 § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, a garantia e manutenção da proposta, no valor de 1% (um por cento) do valor total estimado do objeto da contratação, a saber: R\$ 1.595.025,903 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil e vinte e cinco reais e novecentos e três milésimos de real), podendo o proponente optar pelas seguintes modalidades:

4.2- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 22 de maio de 2020 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1.

O Anexo III – Orçamento e Anexo IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, devidamente alterados, ficarão disponibilizados na íntegra no site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Schroeder, 05 de maio de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I ERRATA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2020 – FAS

Publicação Nº 2464620

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

I ERRATA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2020 – FAS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2020- FAS -TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

Leia-se:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 – Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 25 de maio de 2020.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h

4.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 25 de maio 2020 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1 - b.

Na tabela do Anexo VII (Termo de Referência) e na tabela do Anexo VIII (Modelo de Proposta Comercial) altera-se a quantidade de horas que passa a ser de 170 horas. Na tabela do Anexo VII (Termo de Referência) altera-se o valor total em R\$ 12.920,00.

Schroeder, 06 de maio de 2020.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.277/2020

Publicação Nº 2464779

PORTARIA Nº 8.277/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº. 2.474/2020, de 16 de abril de 2020, que autoriza a concessão de licença não remunerada aos servidores públicos municipais, em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de licença não remunerada a partir de 04/05/2020 a 31/05/2020 da servidora Sra. Juliana Christine Ferreira Martins, que desempenha a função de Agente Comunitária de Saúde - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 04 de maio de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 8.278/2020

Publicação Nº 2464782

PORTARIA Nº 8.278/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº. 2.474/2020, de 16 de abril de 2020, que autoriza a concessão de licença não remunerada aos servidores públicos municipais, em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de licença não remunerada a partir de 05/05/2020 a 10/06/2020 da servidora Sra. Natalia Kersten Brumuller, que desempenha a função de Recepcionista.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 05 de maio de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 8.279/2020

Publicação Nº 2464787

PORTARIA Nº 8.279/2020, DE 5 DE MAIO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença a partir de 05/05/2020 da servidora Sra. Adelir Piva Bonetti, que desempenha a função de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 5 de maio de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A07/2020 – PMS

Publicação Nº 2465870

TERMO ADITIVO Nº. A07/2020 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2019 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcidir Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 43/2019-PMS, celebrado em 01 de julho de 2019, Processo de licitação nº. 56/2019– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº.04/2019–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristiane Zerbin Est. OPP à Est. 14 + 5,50, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 285,50m e área total de 2.915,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.406/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 20.724,99(vinte mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 20.724,99(vinte mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 466.716,12 (quatrocentos e sessenta e seis mil setecentos e dezesseis reais e doze centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 43/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para

único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de maio de 2020.

CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Alcidir Boaretto

CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna

CPF nº. 085.168.389-43

ANULAÇÃO PR 13/2020-PMS

Publicação N° 2464738

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 13/2020 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 26/2020
Data do Processo: 13/02/2020

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material e mão de obra para instalação de divisórias acústicas para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2020

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 5 de Maio de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL 13/2020-PMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 2464686

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2020 - PR
		Processo Administrativo: 26/2020 Processo de Licitação: 13/02/2020 Data do Processo:
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 41/2020 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material e mão de obra para instalação de divisórias acústicas para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 5 de Maio de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	- - Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	- - Equipe de Apoio

DISPENSA 02/2020-FAS

Publicação Nº 2464970

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2020 - DL
	Processo Nr.: 6/2020 Data: 05/05/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: DIGICROM ANALITICA LTDA Endereço: R DOS MARIANOS,227 - Cidade: SAO PAULO - SP CNPJ: 60.160.546/0001-31	Código: 12350 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de Padrões para verificar os resultados das análises de rotina realizadas no laboratório da estação de tratamento de água de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	padrão Secundário para Cloro, contendo uma cubeta com padrão gel 2 ppm, para uso em equipamento modelo DM CL.	UN	414,00	414,00
2	1,00	frasco de 250 mL com Solução Padrão de Flúor de 1 ppm, para uso em equipamento modelo DM FL.	UN	330,00	330,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Os padrões são necessários para verificar a exatidão dos resultados obtidos nos equipamentos DIGIMED DM CL e DM FL, estes compõe o quadro de equipamentos analíticos da estação de tratamento de água de Schroeder. A marca não recomenda uso de acessórios e reagentes de outras marcas, podendo comprometer a garantia e a confiabilidade das análises. Procedimentos de verificação são exigidos pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, a qual devemos seguir segundo exigência do anexo XX da portaria da consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Maio de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 6/2020 Data: 05/05/2020
		Folha: 2/2

16/04/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Abril de 2020

Valor da Despesa: 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 12/2020-FMS

Publicação Nº 2465422

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 19/2020 Data: 05/05/2020
Folha: 1/2	

Fornecedor: MAQJET MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Endereço: R JOSE EMMENDOERFER,1060 - ***** Cidade: JARAGUA DO SUL - SC CNPJ: 01.370.202/0001-98	Código: 8879 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Conserto de gatilhos de lava jato, e conserto de uma máquina de lava jato.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Conserto de gatilho de lava jato, Marca Electrolux EWS30.	UN	85,00	170,00
2	1,00	Rolamento 6202ZZ	UN	20,00	20,00
3	1,00	Rolamento 6304ZZ	UN	42,00	42,00
4	1,00	Retentor 22X35X5	UN	13,00	13,00
5	1,00	Rotor da ventoinha	UN	18,00	18,00
6	3,00	Pistão completo	UN	15,00	45,00
7	3,00	Gaxeta 14X22X5, 3/2, 8 K10	UN	8,00	24,00
8	3,00	Bucha de transição	UN	4,50	13,50
9	3,00	Retentor 14X22 5/7 AQ800/PR 1800	UN	11,40	34,20
10	6,00	Válvulas HD585 K10	UN	12,00	72,00
11	1,00	Bico Injetor	UN	21,00	21,00
12	1,00	Válvula de retenção	UN	3,00	3,00
13	1,00	Filtro plástico	UN	10,00	10,00
14	2,00	Kit reparo bomba N-cor bisnaga	UN	24,00	48,00
15	1,00	Oring CPL 1ST-R	UN	3,50	3,50
16	1,00	Oring 12,0X2,0	UN	1,00	1,00
17	1,00	Reparo da pistola	UN	118,00	118,00
18	1,00	Engate rápido	UN	15,00	15,00
19	1,00	Mão de obra -	UN	130,00	130,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Devido a necessidade de sempre manter limpo as unidades de saúde para o bem dos pacientes, precisamos que seja feito o conserto dos mesmos.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 19/2020 Data: 05/05/2020
		Folha: 2/2

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Maio de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

28/04/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 28 de Abril de 2020

<u>Valor da Despesa:</u>	801,20 (oitocentos e um reais e vinte centavos)
<u>Pagamento.....:</u>	15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 31/2020-PMS

Publicação Nº 2464638

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 31/2020 - DL****Processo Nr.:** 74/2020
Data: 05/05/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: DRJ RADIOCOMUNICACAO LTDA
Endereço: R FREI ESTANISLAU SCHAEETTE,1638 - *****
Cidade: BLUMENAU - SC
CNPJ: 83.159.087/0001-71**Código:** 8471**Inscrição Estadual:** 252.261.917**Objeto da Compra:** aquisição de Antenas para Transceptores Kenwood TK 480 , para Polícia Militar de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	Antenas para Transceptores KENWOOD TK 480	UN	70,00	700,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Em face da necessidade de material de proteção e segurança, de maneira a prover à esta Organização Policial Militar, as condições necessárias, para o bom desenvolvimento das atividades afetas a segurança pública, notadamente as Ocorrências de Abordagens e Barreiras de Trânsito e ao Radiopatrulhamento da cidade, a fim de propiciar um atendimento de excelência ao cidadão.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Maio de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 31/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 74/2020 Data: 05/05/2020	
		Folha: 2/2

23/04/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Abril de 2020

Valor da Despesa: 700,00 (setecentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 044/2020-- PL 079/2020 – EVANGELISTA

Publicação Nº 2464749

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 079/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 027/2020
Pregão Presencial nº. 044/2020
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Evangelista Artefatos de Cimento Ltda, CNPJ nº 80.119.514/0001-08, estabelecida na rodovia SC 283, s/nº, interior, linha Vani, Seara, SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador, Sr. Ilson Evangelista, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 844.275-4, CPF nº. 497.402.029-34, residente e domiciliado na rua José Benetti, nº. 177, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 044/2020 de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de paver de concreto vibrado, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 16.750,00, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 05/05/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 04/05/2021.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 044/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 05/05/2020.

Edemilson Canale Ilson Evangelista
Município de Seara Evangelista Artefatos de Cimento Ltda
Contratante Contratada

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

Publicação Nº 2466459

Fundo Municipal de Saúde.

Processo Licitatório nº 024/2020-FMS - Dispensa de Licitação nº 009/2020-FMS.

Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI's, destinados aos profissionais do Fundo Municipal da Saúde para atendimento e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de contaminação por COVID-19.

Justificativa: Torna-se necessário e imprescindível adquirir bens, e em questão os equipamentos de proteção individual (EPI's), a fim de disponibilizar segurança aos profissionais das duas equipes que trabalharão nos ambulatórios específicos de monitoramento SARS, em estrutura localizada junto ao Centro Comunitário Municipal, no centro da cidade de Seara, haja visto que o risco de exposição viral é alto..

Fundamento legal: Inciso IV do artigo 24 da lei nº 8666/93 c/c o art. 4º da Lei 13.979/2020, por Dispensa de Licitação.

Valor: R\$ 13.767,20 (treze mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)

Fornecedor: Hoffhaus Comercial Ltda

Seara, SC, 30 de abril de 2020.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

PORTARIA Nº 252/2020

Publicação Nº 2465632

Portaria nº. 252/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Exonerar a pedido, Patrícia Fernanda Meneghini, do cargo de provimento em comissão de Executivo do PROCON, do Gabinete do Prefeito Municipal, Anexo I-A, da Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 05 de maio de 2020.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 05 de maio de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 05 de maio de 2020.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 025/2020 - FMS

Publicação Nº 2465943

Fundo Municipal de Saúde.

Processo Licitatório nº 025/2020-FMS - Dispensa de Licitação nº 010/2020–FMS.

Objeto: Aquisição de 30 Oxímetros de Pulso Portátil de Alta Precisão.

Justificativa: Tal aquisição é imprescindível para atendimento nas UBS do município e enfrentamento ao coronavírus (Covid-19).

Fundamento legal: Inciso IV do artigo 24 da lei nº 8666/93 c/c o art. 4º da Lei 13.979/2020, por Dispensa de Licitação.

Valor Unitário: R\$ 134,00

Fornecedor: Olimed Material Hospitalar Ltda

Seara, SC, 05 de maio de 2020.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 026/2020 - FMS

Publicação Nº 2465945

Fundo Municipal de Saúde.

Processo Licitatório nº 026/2020-FMS - Dispensa de Licitação nº 011/2020–FMS.

Objeto: Aquisição de 20 Inaladores/nebulizadores bivolt.

Justificativa: Tal aquisição é imprescindível para atendimento nas UBS do município e enfrentamento ao coronavírus (Covid-19).

Fundamento legal: Inciso IV do artigo 24 da lei nº 8666/93 c/c o art. 4º da Lei 13.979/2020, por Dispensa de Licitação.

Valor Unitário: R\$ 134,00

Fornecedor: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

Seara, SC, 05 de maio de 2020.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 044/2020-- PL 079/2020 – EVANGELISTA

Publicação Nº 2464753

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 79/2020 Licitação: 44/2020 - PR Data da Homologação: 05/05/2020									
Fornecedor: 6187 - EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME.									
1	433411347	PAVER DE CONCRETO VIBRADO COM DIMENSÕES DE 10CMX20CM ESPESSURA 4CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA A COMPREENSÃO (FCK) IGUAL OU MAIOR A 35 MPa; INCLUSIVE OS PAVER EM ALTO RELEVO PARA DEFICIENTES VISUAIS NA COR VERMELHA; PAVER GUIA RETA (DIRECIONAL) E PAVER GUIA BOLA (ALERTA) CHANFRADA PARA OBSTÁCULOS.	EVANGELISTA	M2	500,000	0,0000	33,5000	16.750,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					500,000			16.750,00	

Seara, 5 de Maio de 2020.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 079/2020

Publicação Nº 2464744

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 44/2020 - PR Processo Administrativo: 56/2020 Processo de Licitação: 79/2020 Data do Processo: 20/04/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) CLAISNEI ANDRE VANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 79/2020
b) Licitação Nr.: 44/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: Sequência: 0
e) Objeto da Licitação SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE PAVER DE CONCRETO VIBRADO.

				(em Reais R\$)	
f) Fornecedores e Itens Adjudicados:	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME. (6187)					
1 PAVER DE CONCRETO VIBRADO COM DIMENSÕES DE 10CMX20CM ESPESSURA 4CM. RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA A COMPREENSÃO (FCK) IGUAL OU MAIOR A 35 MPa; INCLUSIVE OS PAVER EM ALTO RELEVO PARA DEFICIENTES VISUAIS NA COR VERMELHA; PAVER GUIA RETA (DIRECIONAL) E PAVER GUIA BOLA (ALERTA) CHANFRADA PARA OBSTÁCULOS. - Marca: EVANGELISTA	M2	500,00	0,0000	33,50	16.750,00
				Total do Fornecedor:	16.750,00
				Total Geral:	16.750,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.104.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 1.104.4.4.90.00.00.00.00.00 (86), 1.115.3.3.90.00.00.00.00.00 (154), 1.117.4.4.90.00.00.00.00.00 (170), 1.117.4.4.90.00.00.00.00.00 (172), 2.256.3.3.90.00.00.00.00.00 (184), 1.117.4.4.90.00.00.00.00.00 (275)

<p>..... Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro</p> <p>..... Claisnei André Vani - Pregoeiro</p> <p>..... Tais Cristina Dreon - Pregoeira</p>
--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 079/2020

Publicação Nº 2464747

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA</p> <p>CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 44/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 56/2020 Processo de Licitação: 79/2020 Data do Processo: 20/04/2020</p>
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 79/2020
b) Licitação Nr.: 44/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 05/05/2020
e) Objeto da Licitação: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE PAVER DE CONCRETO VIBRADO.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (6187)

1 PAVER DE CONCRETO VIBRADO COM DIMENSÕES DE 10CMX20CM ESPESSURA 4CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA A COMPREENSÃO (FCK) IGUAL OU MAIOR A 35 MPA; INCLUSIVE OS PAVER EM ALTO RELEVO PARA DEFICIENTES VISUAIS NA COR VERMELHA; PAVER GUIA RETA (DIRECIONAL) E PAVER GUIA BOLA (ALERTA) CHANFRADA PARA OBSTÁCULOS. - Marca: EVANGELISTA	M2	500,00	0,0000	33,50	16.750,00
					Total do Fornecedor: 16.750,00
					Total Geral: 16.750,00

Seara, 5 de Maio de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2464813

DECRETO Nº. 106/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ÉDNA PAULA MAGRIN PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 038/2018 de 17/04/2018 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. ÉDNA PAULA MAGRIN, portadora do CPF nº 085.151.989-08, RG nº. 5.770.951 SSPDC/SC, para o Cargo de Diretor de Departamento de Assistência Social, com lotação junto à Secretaria de Saúde, Nível CC – 03, do Grupo VI – CC, Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 04 de maio de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 107/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465146

DECRETO Nº. 107/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JÉSSICA CRISTINA ALVES PARIZOTTO PARA O CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 001/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 001/2018, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 04 de maio de 2020, a Sra. JÉSSICA CRISTINA ALVES PARIZOTTO, portador do CPF nº. 080.234.609-00, RG nº.10.345.360-7 SSP/PR, para o Cargo de Técnica em Enfermagem, com lotação junto à Secretaria de Saúde, Nível 140, do Grupo IV – TEP, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 04 de maio de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020

Publicação Nº 2465079

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA AUTO POSTO SERRA ALTA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE FORNECIMENTO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA com sede na(o) Av. Dom Pedro II, 436-A, centro deste Município de Serra Alta/SC inscrita no CNPJ sob o nº03.336.373/0001-26, neste ato representada por seu representante legal Senhor Márcio José Argenta, portador do CPF nº 023.731.509-21 e RG 12C- 2.545.474-9/SSP/SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 057/2019, homologado em 02/01/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, Lei 10.520/2002 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "2.1 da Cláusula Segunda – Do Preço e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 002/2020, com fundamentação legal no artigo 65, da Lei de Licitações nº 8.666/93, e nos termos da Cláusula Terceira do Reajustamento que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1 - A CONTRATANTE a partir da presente data pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível, objeto deste Contrato, o preço proposto de R\$ 3,46 (Três reais e quarenta e seis centavos) o litro de GASOLINA COMUM, havendo uma SUPRESSÃO de R\$ 0,24 (Vinte e quatro centavos) por litro em relação ao valor vigente com aditamentos que era de R\$ 3,70 (Três reais e setenta centavos) e passará a ser R\$ 2,98 (Dois reais e noventa e oito centavos) o valor do litro de ÓLEO DIESEL S-500, havendo uma SUPRESSÃO de R\$ 0,16 (Dezesseis centavos) por litro em relação ao valor vigente com aditamentos que era de R\$ 3,14 (Três reais e quatorze centavos)

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a redução de valor nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor da GASOLINA COMUM e do ÓLEO DIESEL S-500, verificado nas notas fiscais de compra do fornecedor que seguem em anexo, como se na íntegra estivesse.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 002/2020, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta - SC, 05 de Maio de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal
Contratante

AUTO POSTO, SERRA ALTA LTDA
MÁRCIO JOSÉ ARGENTA
Representante Legal
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

TESTEMUNHAS:

EDERSON CERIZOLLI CPF: 029.867.439-43 Sec. de Administração	PEDRINHO DALL'AGNOL CPF: 867.238.129-72 Sec. de Saúde
---	---

Siderópolis

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 08/2020

Publicação Nº 2465828

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS CNPJ: 82.929.407/0001-62 RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1 C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2020 - TP Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 07/02/2020 Folha: 1/1
---	---

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, HELIO ROBERTO CESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2020
b) Licitação Nr.: 1/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 16/03/2020
e) Data da Adjudicação: 16/03/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem do acesso a cachoeira do Rio Bianchini no município de Siderópolis/SC, de acordo com as especificações contante no Projeto Básico/Executivo, referente ao Convênio de Repasse nº 1059797-53/2018 e Convênio SICONV nº 873074/2018 - Proposta nº 41247/2018, entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Siderópolis.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010771 - JR CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP	<u>2</u>	0,0000	<u>247.876,61</u>
	2		247.876,61

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (102), 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (103)

Siderópolis, 16 de Março de 2020.

.....
HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

CONTRATO 39/2020

Publicação Nº 2465243

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 39/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: RAC SANEAMENTO LTDA

OBJETO: O presente instrumento contratual para prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos urbanos do município de Sombrio/SC, em aterro sanitário, obedecendo as demais especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições constantes Termo de Referência (Anexo I) e vinculados a proposta vencedora.

VALOR: R\$ 635.250,00

DA VIGÊNCIA: 01/04/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 01/04/2020

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal em Exercício

CONTRATO 40/2020

Publicação Nº 2465236

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 40/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: René Feliciano Epp

OBJETO: O objeto do presente instrumento contratual é a contratação de empresa especializada execução da segunda etapa da cobertura sobre o calçadão da Av. Nereu Ramos, no Centro do município de Sombrio/SC, obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico anexo ao edital e valores constantes na proposta de preços e descritos na tabela a seguir.

VALOR: R\$ 228.485,19

DA VIGÊNCIA: 15/04/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 15/04/2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 41/2020

Publicação Nº 2465241

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 41/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: INGÁ CAMINHOES LTDA

OBJETO: O objeto do presente Termo Contratual é para aquisição de um veículo novo zero km, modelo furgão, teto alto, ano/modelo no mínimo 2019/2020, para a Polícia Militar de Sombrio/SC, conforme descritivos, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais condições constantes no edital e anexos, bem como demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VALOR: R\$ 161.700,00

DA VIGÊNCIA: 15/04/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 15/04/2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 42/2020

Publicação Nº 2465253

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 42/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: TCA Transformações Veiculares Ltda

OBJETO: O presente instrumento contratual para contratação de empresa do ramo pertinente para transformação de veículo utilitário Mercedes-Benz Sprinter Furgão 416 CDI UP1 2019/2020, em Base Comunitária Móvel para a Polícia Militar de Santa de Santa Catarina – 6ªRPM/19ºBPM/2ªCia (Sombrio/SC), obedecendo as demais especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições constantes Termo de Referência (Anexo I) e vinculados a proposta vencedora.

VALOR: R\$ 47.000,00

DA VIGÊNCIA: 15/04/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 15/04/2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 43/2020

Publicação Nº 2465257

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 43/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: RN Concretagem Ltda Me

OBJETO: O objeto do presente instrumento contratual é a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação com lajota sextavada de concreto da Rua Tiago José Coelho, no bairro São Luiz, no município de Sombrio/SC, com área total de 107,50m, obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e demais anexos do edital e valores constantes na proposta de preços e descritos na tabela a seguir.

VALOR: R\$ 64.502,04

DA VIGÊNCIA: 17/04/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 17/04/2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 44/2020

Publicação Nº 2465259

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 44/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: TSN PRE MOLDADOS EIRELI EPP

OBJETO: O objeto do presente instrumento contratual é a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação com lajota sextavada de concreto da Rodovia SO-317, no bairro Campo D'Água, no município de Sombrio/SC, com área total de 2.858m², obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e demais anexos do edital e valores constantes na proposta de preços e descritos na tabela a seguir

VALOR: R\$ 293.064,02

DA VIGÊNCIA: 24/04/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 24/04/2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CONTRATO 45/2020

Publicação Nº 2465295

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 45/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: H. F. DOS SANTOS SOLUÇÕES ME

OBJETO: O objeto do presente instrumento contatual é a contratação de empresa para fornecimento de troféus e medalhas para as premiações dos eventos esportivos promovidos nas escolas e nos campeonatos municipais, conforme especificações e determinações constantes no Termo de Referência do Edital, obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes no projeto básico anexo ao edital e valores constantes na proposta de preços.

VALOR: R\$ 59.413,55

DA VIGÊNCIA: 29/04/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 29/04/2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 075/2020

Publicação Nº 2465379

DECRETO Nº 075 DE 22 DE ABRIL DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2464, de 12 de dezembro 2019, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

03.01 – GERÊNCIA DE FINANÇAS

2.007 – Gestão de Serviços Financeiros

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

03.03 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.004 – Gestão de Serviços Administrativos

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação da fonte 80;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 22 de abril de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

DECRETO Nº. 076/2020

Publicação Nº 2465381

DECRETO Nº 076 DE 24 DE ABRIL DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2464, de 12 de dezembro 2019, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.351.927,84 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 – GERÊNCIA DE FINANÇAS

2.007 – Gestão de Serviços Financeiros

3.1.90.00.00.00.00.00.3080 – Aplicações Diretas R\$ 9,51

03.02 – FUNDO MUN DE REEQ DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

2.010 – Manutenção do Funreborn

3.3.90.00.00.00.00.00.3063 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.3063 – Aplicações Diretas R\$ 44.424,11

04.03 – DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.042 – Manutenção dos Sistema e Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.3017 – Aplicações Diretas R\$ 20.933,20

04.04 – DIRETORIA DE ESTRADA E RODAGENS

2.057 – Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.3016 – Aplicações Diretas R\$ 4.760,61

3.3.90.00.00.00.00.00.3018 – Aplicações Diretas R\$ 89.444,32

3.3.90.00.00.00.00.00.3019 – Aplicações Diretas R\$ 27.473,87

05.01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

2.030 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.3087 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
2.031 – Manutenção do Ensino Infantil - Creche
3.3.90.00.00.00.00.00.3087 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
2.032 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola
3.3.90.00.00.00.00.00.3087 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
2.034 – Manutenção do Ensino Infantil - Creche
3.3.90.00.00.00.00.00.3087 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3085 – Aplicações Diretas R\$ 2.241,29
3.3.90.00.00.00.00.00.3102 – Aplicações Diretas R\$ 11,83

06.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.013 – Gestão da Política de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.3055 – Aplicações Diretas R\$ 33.207,46
3.3.90.00.00.00.00.00.3059 – Aplicações Diretas R\$ 4.484,93
4.4.90.00.00.00.00.00.3055 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3008 – Aplicações Diretas R\$ 3.946,71
2.019 – Acompanhamento de Medidas Socio-Educativas
3.3.90.00.00.00.00.00.3100 – Aplicações Diretas R\$ 990,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, fontes 3080, 3063, 3017, 3016, 3087, 3085, 3102, 3059, 3055 e 3100.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 24 de abril de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

LEI Nº. 2485/2020

Publicação Nº 2465372

LEI Nº 2485, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial de Um terreno urbano, situado no lugar Bairro Nova Brasília, município de Sombrio/SC, medindo (360,00m²), constituído do lote número cento e dois (102), da quadra número cento e oito (108), matrícula imobiliária nº 01.08.055.0328.000, dentro de uma área maior de vinte e um mil, novecentos e sete metros e cinquenta e seis centímetros quadrados (21.907,56m²), com as seguintes coordenadas geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 6.779.753,44 m e E 631.886,69 m, ;; com os seguintes azimutes e distâncias: 127º27'16" e 30,00 m até o vértice 1, de coordenadas N 6.779.735,10 m e E 631.910,62 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 220º09'24" e 12,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 6.779.725,93 m e E 631.902,88 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 307º27'07" e 30,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 6.779.744,24 m e E 631.878,99 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 39º55'56" e 12,00 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 6.779.753,44 m e E 631.886,69 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51º WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, de propriedade de Tomasia Matias Coelho, matrícula nº 68.389, fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio – SC, declarado de Utilidade Pública através do Decreto 296, de 12 de julho de 2016.

Art. 2º. A área de que trata o Art. 1º desta Lei, destina-se a ampliação do Centro Educacional Infantil Paraíso da Criança do Bairro Nova Brasília – Sombrio – SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 24 de abril de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

LEI Nº. 2486/2020

Publicação Nº 2465375

LEI Nº. 2486, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 2401, DE 21 DE JANEIRO DE 2019, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. O Artigo 1º da Lei nº 2401, de 21 de janeiro de 2019, que "Autoriza o Poder Executivo a Contratar Operação de Crédito com o Banco do Brasil S.A., e dá Outras Providências", passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), nos termos da Resolução CMN nº4.589, de 29.06.2017, e suas alterações, destinados a aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, investimentos em modernização, ampliação da rede de iluminação pública e pavimentação de ruas, observada a legislação vigente, e as condições estabelecidas na justificativa do presente projeto, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000".

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 24 de abril de 2020

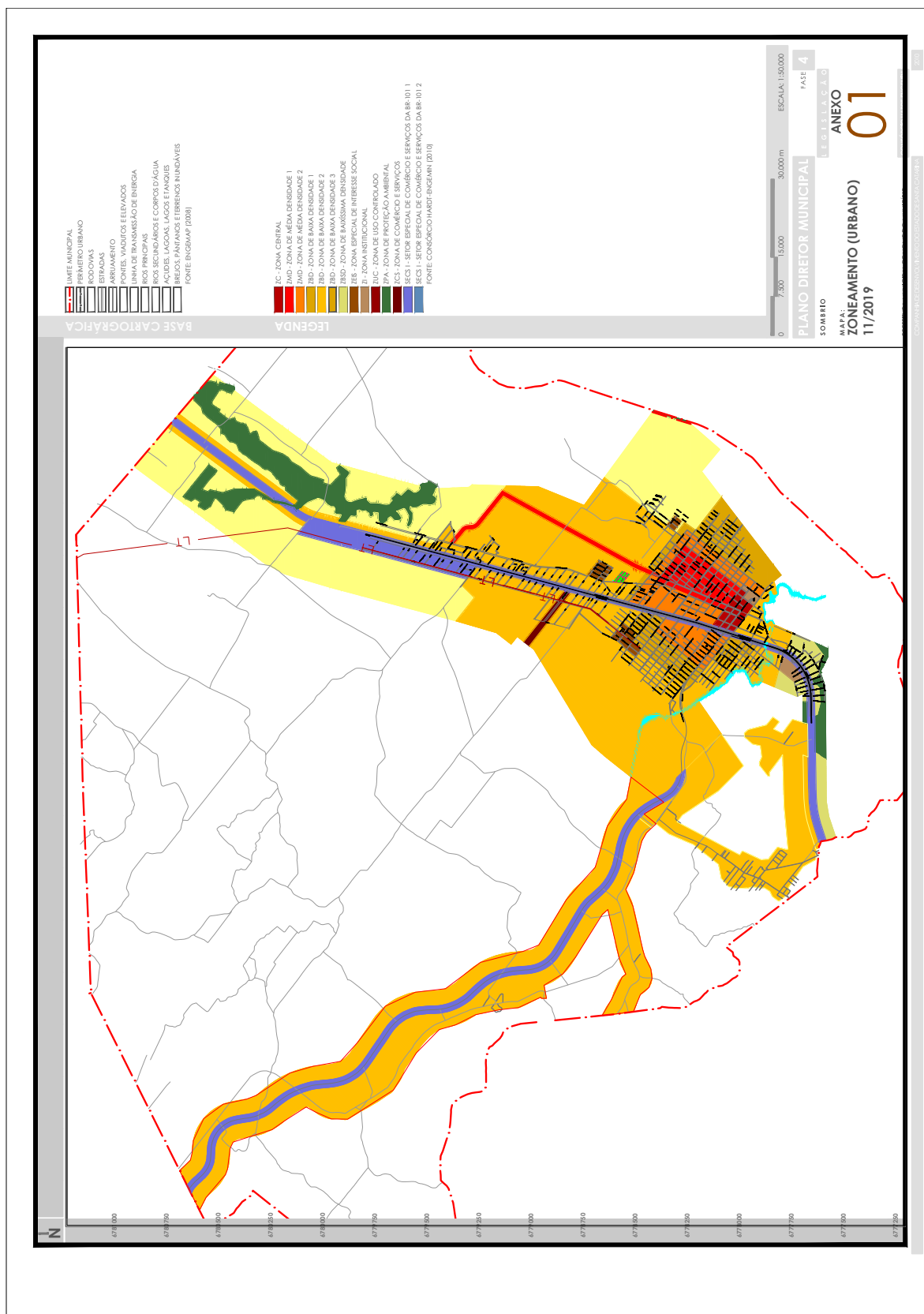
:
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

ANEXO DA LEI Nº. 2469/2019

Publicação Nº 2465384



Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº173 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466148

DECRETO Nº.0173, DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL ADRIANE SCHMIDT OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE SETOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 3º da Lei Municipal nº 385 de 01/06/2001, Lei Complementar 881/2013 de 15 de janeiro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado ADRIANE SCHMIDT, portador do CPF nº035.445.789-64 e RG nº 3436644, servidora pública municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Setor, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 05 de maio de 2020.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT

Diretor de Administração

LEI COMPLEMENTAR 1238/2020

Publicação Nº 2466110

LEI COMPLEMENTAR Nº.1238, DE 30 DE ABRIL DE 2020

“Altera a Lei Municipal nº.1210, de 16 de setembro de 2019 e Lei Complementar nº.1226, de 05 de dezembro de 2019, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal no município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, faz saber a Câmara Municipal de Sul Brasil/SC, e se esta aprovar sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º, da Lei Municipal nº.1210, de 16 de setembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº.1226, de 05 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais do artigo anterior, até 30 de setembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Decreto Executivo caso perdurar a situação de emergência no estado de Santa Catarina, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19.”

§1º. O ingresso no REFIS implica na inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º, em nome do sujeito passivo, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no programa mediante confissão.

§2º. Para os débitos tributários ainda não lançados e declarados espontaneamente pelo contribuinte, por ocasião da opção, não haverá aplicação de multas de mora ou de ofício, bem como de juros moratórios.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM Lei 1027/2015.

Gabinete do Executivo Municipal de Sul Brasil/SC.

Sul Brasil, aos 30 de abril de 2020.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Publicada e registrada na data supra

JOÃO PAULO GUBERT

Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL 1237

Publicação Nº 2466106

LEI MUNICIPAL Nº.1237 DE 30 DE MARÇO DE 2020.

“Dispõe sobre a revisão salarial dos servidores do legislativo, e dá outras providências.”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 13, III, da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 146, do Regimento Interno da Câmara e artigo 37, X, da Constituição Federal, APROVA e o PREFEITO MUNICIPAL DE SUL BRASIL SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a revisão salarial dos servidores do legislativo municipal, com aplicação do acréscimo de 4,5% (quatro virgula cinco por cento) de reposição salarial, calculados sobre o salário-base.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027 de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil – SC, 30 de março de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de administração

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2464854

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020 REGISTRO DE PREÇO

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 022/2020, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA PRESTAR SERVIÇOS AO MUNICÍPIO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) MULTI ELETRO LTDA, não representada neste ato;
- 2) ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME, representada neste ato por Jessé de Lima;
- 3) ELETRO INSTALADORA BORTOLINI LTDA, não representada neste ato;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame. Após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontravam-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME com o valor total de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte cinco mil reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado o certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 05/05/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 05 de Maio de 2020.

Cristiane Piccinin
Pregoeira

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

_____ausente_____
MULTI ELETRO LTDA

ANDRESSA PAULA DE SOUZA – ME

_____ausente_____
ELETRO INSTALADORA BORTOLINI LTDA

DECRETO Nº 058, DE 04 DE MAIO DE 2020. "INTERDITA O ACESSO AO MORRO AGUDO NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DEVIDO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)."

Publicação Nº 2466189

DECRETO Nº 058, DE 04 DE MAIO DE 2020.

"INTERDITA O ACESSO AO MORRO AGUDO NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DEVIDO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que no dia 30 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 535, por meio do qual novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Tangará/SC;

CONSIDERANDO que durante o último final de semana houve aglomeração no local e, as pessoas não estavam utilizando as devidas proteções para evitar o contágio do coronavírus.

DECRETA:

Art.1º Fica interditado o acesso ao Morro Agudo, ponto turístico deste Município, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação de multa de R\$

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 04 DE MAIO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ABRIL 2020

Publicação Nº 2465414

ABRIL 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 077/2020 Processo Licitatório: 014/2020 Pregão Presencial: 030/2020 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: COR URBANA INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP. Valor total: R\$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais). Centro Administrativo, 17 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 078/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Credenciamento: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA EPP. Valor total: R\$ 63.094,89 (sessenta e três mil noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos). Centro Administrativo, 17 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 079/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Pregão Presencial: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – EPP. Valor total: R\$ 13.941,68 (treze mil novecentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos) Centro Administrativo, 17 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 080/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Pregão Presencial: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Valor total: R\$ 14.018,44 (quatorze mil dezoito reais e quarenta centavos). Centro Administrativo, 22 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 081/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Pregão Presencial: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA Valor total: R\$ 6.607,85 (seis mil seiscentos e sete reais e oitenta e cinco centavos). Centro Administrativo, 22 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 082/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Pregão Presencial: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: LENOIR POMPEO. Valor total: R\$ 4.300,00 (quatro mil trezentos reais). Centro Administrativo, 22 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 083/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Pregão Presencial: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: JUNCES DISTRIBUIDORA LTDA. Valor total: R\$ 30.524,02 (trinta mil quinhentos e vinte e quatro reais e dois centavos). Centro Administrativo, 23 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 084/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Pregão Presencial: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: AIRTON SILVA DA MOTTA - ME. Valor total: R\$ 15.941,23 (quinze mil novecentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos). Centro Administrativo, 23 de abril de 2020.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço nº 085/2020 Processo Licitatório: 059/2020 Pregão Presencial: 028/2020 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA TODAS AS SECRETARIAS, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, ABRIGO INSTITUCIONAL, SAMU, HOSPITAL FREI ROGÉRIO, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: I.A. LAZZAROTTO ATACADISTA EPP. Valor total: R\$ 2.511,50 (dois mil quinhentos e onze reais e cinquenta centavos). Centro Administrativo, 23 de abril de 2020.</p>	
--	--

ADITAMENTOS

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 7º ADITAMENTO Contrato nº 070/2017 Processo Licitatório: 038/2017 Pregão Presencial nº 029/2017 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ. CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA. Aditivo de prazo: 29/03/2020 a 29/03/2021. Aditivo de valor: R\$ 194.705,28 (cento e noventa e quatro mil, setecentos e cinco reais e vinte e oito centavos). Centro Administrativo, 26 de março de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 8º ADITAMENTO Contrato nº 070/2017 Processo Licitatório: 038/2017 Pregão Presencial nº 029/2017 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ. CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA. Aditivo de alterações contratuais. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Contrato nº 129/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial nº 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ADILSON FERREIRA. Aditivo de prazo: 12/04/2020 a 12/04/2021. Centro Administrativo, 12 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Contrato nº 135/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial nº 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: CARMEM RHODEN CANTELLI Aditivo de prazo: 12/04/2020 a 12/04/2021. Centro Administrativo, 12 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Contrato nº 132/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial nº 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PATRÍCIA SIMONE KASTELLER. Aditivo de prazo: 12/04/2020 a 12/04/2021. Centro Administrativo, 12 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 1º ADITAMENTO Contrato nº 294/2019 Processo Licitatório: 179/2019 Pregão Presencial nº 088/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, GABINETE, SAÚDE, FUNDO DE ASS. SOCIAL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POSTO VENETO. Aditivo de supressão de valor: Gasolina Comum R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) litro; Diesel S500 Comum R\$ 3,10 (três reais e dez centavos). Centro Administrativo, 16 de abril de 2020.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 295/2019 Processo Licitatório: 179/2019 Pregão Presencial: 008/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, GABINETE, SAÚDE, FUNDO DE ASS. SOCIAL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DA REGIÃO DE TANGARÁ-COOTRATAN. Aditivo de supressão de valor: Diesel S10 R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos). Centro Administrativo, 22 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 1º ADITAMENTO Contrato nº 014/2020 Processo Licitatório: 198/2019 Inexigibilidade nº 016/2019 Objeto: Objeto: CONTRATAÇÃO DO SISTEMA ANTI-GRANIZO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Contratante: Município de Tangará. Contratado: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA. Aditivo de supressão de Valor R\$ 29.328,00 (vinte e nove mil trezentos e vinte e oito reais). Centro Administrativo, 17 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2 ADITAMENTO Contrato nº 123/2019 Processo Licitatório: 043/2019 Pregão Presencial: 019/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E MONITORAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO. Contratante: Município de Tangará. COMERCIAIS URBANOS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E MANUTENÇÃO E Contratado: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Aditivo de Prazo: 16 de maio de 2020 a 16 de maio de 2021. Centro Administrativo, 08 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Contrato nº 279/2019 Processo Licitatório: 162/2019 Tomada de Preço nº 10/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÕES NA PAVIMENTAÇÃO E PASSEIOS DA ESQUINA ENTRE ÀS RUAS RIO BONITO E EMÍLIO BERGAMINI Contratante: Município de Tangará. Contratado: empresa LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME Aditivo de Prazo: 16 de março de 2020 a 16 de junho de 2020. Centro Administrativo, 14 de março de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Contrato nº 139/2018 Processo Licitatório: 065/2018 Tomada de Preço: 040/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO ESCOLAR EDUCATIVO COM 12 SALAS DE AULAS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: INNOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Aditivo de Prazo: 05 de maio de 2020 a 05 de maio de 2021. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 129/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ADILSON FERREIRA. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 127/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: LORIVAL LUIZ KAFFER. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 128/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: SÉRGIO CARLESSO. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 130/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: IVAN PELENTIR DISSEGNA. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 131/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: CLAUDIA LOPES DE ALBUQUERQUE. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 132/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PATRICIA SIMONE KASTELLER. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 133/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: JOEL ROSA. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 134/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: TEREZINHA APARECIDA MARCONDES BORCHARDT. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 3º ADITAMENTO Contrato nº 135/2019 Processo Licitatório: 040/2019 Pregão Presencial: 018/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: CARMEN RHODEN CANTELLI. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Contrato nº 239/2019 Processo Licitatório: 110/2019 Pregão Presencial: 058/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: CAROLINE KLOTZ. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Contrato nº 246/2019 Processo Licitatório: 126/2019 Pregão Presencial: 066/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR AULAS DE DIVERSAS ÁREAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PATRICIA SIMONE KASTELLER. Aditivo de Suspensão de Prazo: 29 de abril de 2020 a 29 de agosto de 2020. Centro Administrativo, 29 de abril de 2020.</p>

Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 1º ADITAMENTO Contrato nº 286/2019 Processo Licitatório: 158/2019 Tomada de Preço nº 09/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A REFORMA DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: empresa LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME Aditivo de Prazo: 17 de abril de 2020 a 17 de maio de 2020. Centro Administrativo, 17 de abril de 2020.	Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 1º ADITAMENTO Contrato nº 286/2019 Processo Licitatório: 158/2019 Tomada de Preço nº 09/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A REFORMA DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: empresa LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME Aditivo de Valor: R\$ 12.675,70 (doze mil seiscientos e setenta e cinco reais e setenta centavos). Centro Administrativo, 17 de abril de 2020.
---	--

HOSPITAL

Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 1º ADITAMENTO Contrato nº 071/2020 Processo Licitatório: 02/2020 Inexigibilidade: 01/2020 OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS CONTABILIDADE, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA, E-SOCIAL, RECURSOS HUMANOS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA. Aditivo de Prazo: 01 de maio de 2020 a 01 de maio de 2021. Centro Administrativo, 13 de março de 2020.	
---	--

PR 002/2020 - SMS

Publicação Nº 2463446

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 09/2020 Pregão Presencial n. 02/2020

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PLOTAGEM COM ADESIVOS EM VINIL E APLICAÇÃO DE PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 25/05/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 05 de Maio de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

PR 034/2020

Publicação Nº 2463448

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 67/2020 Pregão Presencial n. 34/2020

Objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E CORRELATAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, SECRETARIA DE SAÚDE E BOMBEIROS DO MUNICÍPIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 22/05/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 05 de Maio de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE ADITAMENTO 001/2020**

Publicação Nº 2465994

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO – PRIMEIRO ADITAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020
CONTRATO Nº 001/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada no Desenvolvimento de Softwares de Gestão Para a Administração Pública – Câmara Municipal de Vereadores de Tangará – SC, e Suporte Técnico.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Tangará

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Valor: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais, a vigorar a partir de 01/06/2020, relativo aos Sistemas Cloud.

Tangará – SC, 05 de maio de 2020.

PEDRO ANDREA THOME

Presidente

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO Nº 146 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465081

DECRETO Nº146 , DE 05 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e da TLLF (Taxa de Licença, Localização de Funcionamento e Vistoria) referente ao exercício de 2020 e dá outras Providências”.

DERLI ANTÔNIO DE OLIVEIRA, Prefeito do município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 68, VI da Lei Orgânica do Município e;

Considerando a declaração de situação de emergência prevista no Decreto Municipal nº 131, de 25 de março de 2020;

Considerando o disposto no artigo 132 § 3º da Lei Complementar Municipal nº 032, de 30 de setembro de 2014;

Considerando a necessidade de medidas urgentes de flexibilização de prazos para recolhimento dos tributos municipais, em face da pandemia causada pelo coronavírus, DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados os prazos para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, nos seguintes termos:

I - o vencimento do IPTU, sem a incidência de juros e multas:

- a) relativo a cota única de 30 (trinta) de abril, para 30 (trinta) de maio de 2020, mantendo o desconto de 30% (trinta por cento);
- b) relativo a parcela de 30 (trinta) de abril de 2020, para 30 (trinta) de maio de 2020;
- d) relativo a parcela de 30 (trinta) de maio 2020, para 30 (trinta) de junho de 2020.
- c) relativo a parcela de 30 (trinta) de junho 2020, para 30 (trinta) de julho de 2020.

Art. 2º Fica alterado o vencimento da Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Vistoria relativo ao vencimento de 30 de março de 2020, cujo vencimento passará a ser 30 de maio de 2020, sem a incidência de juros e multas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tigrinhos SC, 05 de maio de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO

DECRETO Nº 147 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465083

DECRETO Nº. 147, DE 05 DE MAIO DE 2020.

NOMEIA REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os representantes do CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE do município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, conforme segue:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria da Administração e Fazenda
Titular: Deyse Kátia Ferreira Pasqualotto
Suplente: Cleiton Soethe

Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente:
Titular: Adriano Bialozor
Suplente: Celso Cibulski

Secretaria da Saúde:

Titular: Aline Cristiane dos Santos Cervinski

Suplente: Bruna Aparecida Badia Sansigolo

Secretaria da Assistência Social

Titular : Salete Teresinha Sausen

Suplente: Marli Maria Noll

Secretaria de Transportes, Obras , Infra Estrutura e Serviços Públicos

Titular: Alécio Zappani

Suplente: Gleidson Marcos Neu

Secretaria de Educação Cultura e Esporte:

Titular: Marcia Adriani de Oliveira

Suplente: Andrenize Cristina Rossa

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Movimentos Populares:

Titular: Marilene Schleicher

Suplente: Marisa Knak Correa

Movimentos Populares

Titular: Salete Badia Joner

Suplente: Cecilia Makwa Brambila

Trabalhadores por suas entidades sindicais:

Titular: Adacir Luiz Stanga

Suplente: Aldir Antonio Rigo

Empresários relacionados a produção do desenvolvimento urbano:

Titular: Aymone Régis Brambila

Suplente: Dieisson Deiver Maggi

Conselhos Profissionais:

Titular: André de Lima Medeiros

Suplente: Jaqueline Lowis Chiesa

Organização não governamental:

Titular: Irineu Wilsmann

Suplente: Dilmar José Simonetti

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 03 de maio de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA 165/2020

Publicação Nº 2465053

PORTARIA Nº. 165/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. ANGELICA ROANI WOLFF, brasileira, casada, portadora do CPF nº. 066.132.549-08, para exercer o Cargo Comissionado de Diretor, na Secretária Municipal de Assistência Social, Responsável pelo Cadastro Único e Bolsa Família, com 30 (trinta) horas semanais, a partir de 05 de Maio de 2020, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MAIO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de maio de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/PMT/2020 DISPENSA Nº 039/PMT/2020

Publicação Nº 2464705

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 098/PMT/2020

Dispensa de Licitação nº 039/PMT/20

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço de Substituição de Peças Danificadas, Reinstalação de Sistema Semafórico, visando atender as necessidades da Diretoria Municipal de Trânsito – DITRAN, da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Contratado: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI

Valor: R\$ 11.246,78 (Onze mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos)

Amparo Legal: Art. 24, II e art. 23, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 155/2020/PGM. ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/PMT/2020 CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/2020

Publicação Nº 2465286

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/PMT/2020
CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/2020
RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e serviços, objetivando a realização de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização da Avenida Beira Rio para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 08 de junho de 2020, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ACRÉSCIMO DE VALOR DO CONTRATO Nº 114/PMT/18

Publicação Nº 2465026

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ACRÉSCIMO DE VALOR DO CONTRATO Nº 114/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/PMT/18 – CONCORRÊNCIA Nº 005/PMT/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE COM ARMAÇÃO EM CONCRETO E AÇO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES E TODAS AS ART/RRT (CREA/CAU) NECESSÁRIAS.

DA ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Cláusula 2ª (DA ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Cláusula 15ª) – A cláusula 15ª do contrato administrativo de prestação de serviço nº 114/PMT/2018, firmado em 28 de novembro de 2018, terá a seguinte redação:

Cláusula 15ª As despesas referente ao objeto do presente contrato correrão por conta dos Recursos Próprios, respectivamente, nas seguintes dotações:

Cód. Red Unid. Orçamentária Proj./Ativ. Elemento Despesa 68/2018 04.03 1008 4.4.90.51.98.00.00.00
162/2018 04.03 1008 4.4.90.51.98.00.00.00
75/2020 04.03 2016 4.4.90.51.98.00.00.00

VALOR ADITIVADO: DO ACRÉSCIMO DE VALOR) - O aumento quantitativo na execução do objeto, resultou em um acréscimo de valor correspondente a R\$ 69.926,48 (sessenta e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos) ao valor do contrato que, era de R\$ 4.310.792,04 (quatro milhões, trezentos e dez mil, setecentos e noventa e dois reais e quatro centavos). Com o acréscimo, passa o valor global do contrato para R\$ 4.380.718,52 (quatro milhões, trezentos e dez mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), conforme Parecer Técnico e justificativa da Contratante.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 043/PMT/2020

Publicação Nº 2465144

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 043/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/PMT/2020 – PRELÂMBULO PRESENCIAL Nº 019/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: FOOT COMERCIAL LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS AGENTES E EQUIPE OPERACIONAL DO DITRAN, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR ADITIVADO: COM O AUMENTO QUANTITATIVO NA EXECUÇÃO DO OBJETO, O VALOR INICIAL DO CONTRATO Nº 043/PMT/2020, FIRMADO EM 05 DE MARÇO DE 2020, QUE ERA DE R\$ 7.070,00 (SETE MIL E SETENTA REAIS), COM O ACRÉSCIMO DE 25%, PASSA O VALOR GLOBAL DO CONTRATO PARA R\$ 8.837,49 (OITO MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS), SENDO ADITIVADO O VALOR DE R\$ 1.767,49 (UM MIL, SETECENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS), CONFORME JUSTIFICATIVA DA CONTRATANTE.

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 034/SAMAE/2019

Publicação Nº 2465250

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 034/SAMAE/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/SAMAE/19 – TOMADA DE PREÇO Nº 001/SAMAE/19

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: BIO G SISTEMAS DE SANEAMENTO LTDA EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECCIONAR ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA – DO TIPO CONVENCIONAL EM AÇO CARBONO SAC 350 COM VAZÃO DE 60LTS (SESSENTA LITROS POR SEGUNDO); COM (FLOCULADOR/DECANTADOR/FILTRAÇÃO); CALHA PARSHALL; SISTEMA DE DESINFECÇÃO; PAINEL ELÉTRICO; PROJETO BÁSICO PARA O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, ANEXO II E TERMO DE REFERÊNCIA, INCLUINDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E PRÉ-OPERAÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO EDITAL, NOS SEUS ANEXOS E NO CONTRATO, CUJOS TERMOS, IGUALMENTE, O INTEGRAM.

ALTERAÇÕES: DA ALTERAÇÃO DO PRAZO – FICA RENOVADO POR MAIS UM PERÍODO DE 45 DIAS, INICIANDO-SE EM 11/05/2020 COM TÉRMINO EM 25/06/2020.

TIJUCAS/SC, 29 DE ABRIL DE 2020

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO 187/PMT/2019

Publicação Nº 2464643

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 187/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/PMT/19 – CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: CLARAIZA LTDA – ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE ANGELIM VERMELHO, PARA COMPOSIÇÃO DO ASSOALHO DA PONTE BULCÃO VIANA, DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES E ANEXOS.

VALOR ADITIVADO: COM O AUMENTO QUANTITATIVO NA EXECUÇÃO DO OBJETO, O VALOR INICIAL DO CONTRATO Nº 187/PMT/2019, FIRMADO EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019, QUE ERA DE R\$ 479.660,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA REAIS), COM O ACRÉSCIMO DE 13,223%, PASSA O VALOR GLOBAL DO CONTRATO PARA R\$ 543.085,44 (QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, OITENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), SENDO ADITIVADO O VALOR DE R\$ 63.425,20 (SESSENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS), CONFORME JUSTIFICATIVA DA CONTRATANTE E PARECER TÉCNICO, NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/PMT/2019 – CONCORRÊNCIA 002/PMT/19, CONFORME JUSTIFICATIVA DA CONTRATANTE.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 063/PMT/2020

Publicação Nº 2465089

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 063/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/PMT/20 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/PMT/20

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – DITRAN.

CONTRATADA: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, REINSTALAÇÃO DE SISTEMA SEMAFÓRICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DITRAN, DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$. 11.246,78 (Onze mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos).

Amparo Legal: Art. 24, II, e art. 23, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 155/2020/PGM.

TERMO DE FOMENTO CMDCA -2020

Publicação Nº 2466464

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº 004/2020 – FIA Tijucas SC

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel B-chele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Tijucas SC inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS a Sra. Secretária Municipal BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89 residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS, neste ato representado pelo Presidente do CMDCA a Sra. CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município; e a OSC - Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE- SMUT, inscrita no CNPJ nº 76.875.608/0001-21, situada a Rua AVENIDA BAYER FILHO, nº 1335, Bairro CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. JOAURO SANTOS, brasileiro, CASADO, portador do RG nº 3.821.781 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 036.367.819-01, residente e domiciliado na Rua Mario Cesar Cirilo, nº 92, TIJUCAS SC, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este TERMO DE FOMENTO DE CHANCELA PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL CANTAR - CATEGORIA 6 - com duração de 21/04/2020 A 21/07/2020, que recebeu classificação 2º lugar com 697,50 pontos na Resolução CMDCA 025/2019 resultante do EDITAL CMDCA 005/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO DE CHANCELA FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA 33/2019, que atenderá 50 crianças e adolescentes das unidades escolares do município durante período de contraturno escolar na área de atuação MÚSICA na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 005/2019 – Chancela FIA TIJUCAS SC - de projeto/programa/campanha habilitado pelo PARECER CEAM 003/2019, aprovado e classificado pelo PARECER CEAM 004/2019, formalizado pela RESOLUÇÃO 025/2019, que estabelece chancela por transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescente de Tijucas com o intento de proporcionar exequibilidade de projeto, programa/campanha APROVADO tendo por finalidade específica de buscar alternativas e soluções em prol da efetivação e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Tijucas SC. Os serviços a serem prestados com chancela a que este Termo de Fomento se refere, garante atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1. PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 50 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias 1 - Educação profissional e empreendedorismo, 2 - Educação Digital, 3 - Artes Cênicas e Audiovisuais, 4 - Educação Ambiental, 5 e 7 - Esportes, 6 - Música, 8 - Saúde Prevenção e Cidadania, 9 - Resgate Cultural;

2. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE BAIXA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 hora semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 10.

3. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria 11.

4. PROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender no mínimo 100 crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação conforme categoria

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor parcial autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas 025/2019 EM PARCELA ÚNICA o valor de R\$ 8.800(OITO MIL E OITOCENTOS REAIS constante na READEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA APROVADA baseada no PLANO DE TRABALHO DE 90 DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA 025/2019.

2.2. Para o exercício do segundo, terceiro e quarto trimestre de 2019, fica a critério da entidade a captação do valor e Financeiro referente a diferença de custeio do projeto/ programa e/ou Campanha Aprovados pelo Edital 005/2019 de Chamamento Público para Chancela FIA Tijucas das transferência decorrentes de doações por carta de CHANCELA de IRPF e IRPJ do ano de 2019 e 2020.

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Transferência Financeira deste Termo de Fomento Chancela e no valor nele fixado que estabelece:

a) A Transferência financeira no valor de R\$ 8.800,00 da parcela única autorizada deverá ser executada até o dia 08/05/2020;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento Chancela;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infanto-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 005/2019, em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no

neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 005/2019– Fia CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
 1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
 2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
 3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
 4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
 5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
 6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 005/2019 – Fia Chancela CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução da etapa autorizada pela Readequação Orçamentária.

6.3. A contratada ora identificada como OSC deverá apresentar PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS até os dias:

- a) 21/05/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 21/04a 20/05;

- b) 21/06/2020 – referente as despesas efetuadas entre os dias 21/05 a 20/06,
c) 30/07/2020 - referente as despesas efetuadas entre os dias 21/06 a 21/07;

6.3.1. Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,
- d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final.

6.4.As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 20/04/2020, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil. Caso o contratante deseje manter a proposta em funcionamento pela arrecadação posterior de financiamento cancela, a entidade deverá apresentar novo documento de READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para análise e autorização de celebração de novo termo de fomento.

7.2. A prorrogação da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CMDCA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER PREVIODE PRESTAÇÃO DE CONTAS após análise da prestação de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;

IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO conforme RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS 015/2019. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, 28 de abril de 2020.

Eloi Mariano Rocha
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia RaitzB-chele
Presidente do CMDCA Tijucas

Joauro Santos
Representante da OSC

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 80/2020 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO A PEDIDO

Publicação Nº 2466445

DECRETO Nº. 80, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido a pedido, Alexandre Morgerot dos Santos, matrícula nº 3715, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 28 de Abril de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 81/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 2466454

DECRETO Nº 81, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2020.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1973/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.02 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES/DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

2.021 – Fiscalização e Sinalização de Trânsito

162-4.4.90.00.00.00.00.0321 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação de orçamento na dotação que abaixo especifico:

05.02 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES/DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

2.021 – Fiscalização e Sinalização de Trânsito

149-3.3.90.00.00.00.00.0321 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de Abril de 2020.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 22.2020 PMT**

Publicação Nº 2466213

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO
CLASSIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE VENCEDOR
TOMADA DE PREÇO Nº. 22/2020 PMT
INTERESSADAS: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREEND. LTDA.

Às nove horas, do quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte (05/05/2020), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Portaria nº. 1880, de 10 de fevereiro de 2020, para abertura dos envelopes da Proposta de Preço das empresas habilitadas no processo licitatório Tomada de Preço nº. 22/2020 – PMT.

Iniciada a sessão, o Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes, passando-se à respectiva abertura, colocando os documentos neles contidos à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Após a análise da regularidade dos documentos apresentados na Proposta de Preço, os valores apresentados foram os abaixo listados:

	EMPRESAS HABILITADAS	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
01	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.	417.567,71
02	INFRASUL INFRA. CONSTRUÇÃO LTDA.	431.513,37
03	FREEDOM ENGENHARIA E CONTR. LTDA.	452.022,46

Na sequência, as Propostas de Preço seguem para análise do Departamento Técnico (Setor de Engenharia), procedendo-se com a conferência dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pelas empresas.

Considerando o parecer técnico do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Timbó, aliado à documentação apensada aos autos, a Comissão Permanente de Licitações classifica as propostas de preço, conforme tabela abaixo:

	EMPRESA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
1º	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.	417.516,11
2º	INFRASUL INFRA. CONSTRUÇÃO LTDA.	431.513,37
3º	FREEDOM ENGENHARIA E CONTR. LTDA.	452.072,19

Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitações declara vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., no valor total geral global de R\$ 417.516,11 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e dezesseis reais e onze centavos), sendo este, o menor valor apresentado entre as propostas classificadas.

Ficam as empresas interessadas intimadas do inteiro teor desta ata para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

DAVI BERRI Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
--------------------------	----------------------------	-------------------------

AVISO PP 05 2020 FMDE

Publicação Nº 2466224

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020 FMDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA E DE CISTERNAS DAS UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 19 de maio de 2020. ABERTURA: dia 19 de maio de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47)

3380 7000.

Timbó (SC), 05/05/2020
MARCIA WITTHOEFT MELLIES
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 34 2019 FMDE

Publicação Nº 2466218

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2019 - FMDE

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, MOVESCO IND E COM DE MOVEIS ESCOL LTDA, CNPJ n.º 93.234.789/0001-26; LANCI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PLASTICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 11.549.124/0001-47; FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 11.943.540/0001-25; RICHESSE MOVEIS EIRELI, CNPJ n.º 20.265.303/0001-43; ESCOLARES INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ nº 34.832.381/0001-97; GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 12.614.761/0001-12 e PROJECLASSE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS ESCOLARES LTDA, CNPJ nº 32.078.413/0001-85 a comparecerem para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 13/05/2020
HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 05 de maio de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01 2020 FMAS

Publicação Nº 2466202

DECISÃO SUSPENSÃO ABERTURA
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE APROXIMADAMENTE 600 M² DE FORRO, E DE APROXIMADAMENTE 161 M² DE ASSOALHO DE MADEIRA, COM SERVIÇO DE POLIMENTO E PINTURA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA INSTALAÇÃO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO.

Diante da necessidade de reavaliar a especificação técnica dos produtos e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 11/05/2020 as 14:35 horas.

Timbó, 05/05/2020
ALREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69.2019 FMS

Publicação Nº 2466220

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.
AUTORIZADO: GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo até 30/04/2021 e reajuste devido à contratada a partir de 02/05/2020, através da aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) correspondente ao mês de Abril/2020.
DATA DA ASSINATURA: 24/04/2020.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

PORTARIA NO 1999, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2466073

PORTARIA No 1999, DE 23 DE ABRIL DE 2020

DETERMINA o regime de execução de trabalho dos servidores da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços enquanto perdurar a situação de emergência decorrente do Covid -19.

A Secretária de Planejamento, Trânsito Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, §1º do Decreto nº 5.561, de 08 e abril de 2020, c/c art. 50, inciso II e art. 70, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica, bem como considerando as regras e condições estabelecidas na:

- Lei Federal nº. 13.979 de 06/02/20; Decreto Legislativo nº. 06 de 2020 (Congresso Nacional); Decretos Estaduais nº. 509 de 17/03/20, nº. 515 de 17/03/2020, nº. 521 de 19/03/20, nº. 525 de 23/03/20, nº. 534 de 26/03/20, nº. 535 de 30/03/2020, nº. 547 de 02/04/2020, nº. 550 de 07/04/2020 e nº. 554 de 11/04/2020; Decretos Municipais nº. 5.537 de 16/03/2020, nº. 5.539 de 18/03/2020, nº. 5541 de 19/03/20, nº. 5546 de 24/03/20, nº. 5548 de 27/03/20, nº. 5.551 de 31/03/2020, nº. 5.560 de 08/04/2020 e nº. 5.561 de 08/04/2020, e demais regimentos;

RESOLVE:

Art.1º Enquanto perdurar a situação de emergência decorrente do Covid -19 os servidores lotados na Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, executarão os serviços nos seguintes moldes:

§1º Em Regime Excepcional de Trabalho Remoto, nos termos do inciso I do §1º do art. 2º do Decreto nº 5.561 de 08/04/2020, os seguintes servidores:

- a) EDEMIR DALMONICO
- b) EDSON JOSE PEDRON
- c) FLAVIO OSS-EMER
- d) JAIME FELIX SALVADOR
- e) IVANIR DALLABRIDA
- f) ROSELI LOURDES DA ROCHA
- g) WALDEMAR NARDELLI

§2º Em regime de Escala Presencial de Trabalho em revezamento, nos termos do inciso II do §1º do art. 2º do Decreto 5.561 de 08/04/2020, em dois turnos ininterruptos de jornada diária de 6 (seis) horas de trabalho, com uma equipe das 7hs às 13hs e outra das 13hs as 19hs, os seguintes servidores:

- a) CHANTELLI THAYNA RITTER IZEPPPI
- b) CLEDIR FERRARI
- c) DJANILDO AMORIN DE MOURA
- d) DOUGLAS TIAGO TRENTINI
- e) ELLEN MARCIA MILBRATZ HABECK
- f) JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
- g) JOICE ANTUNES GUTHNER
- h) JÚLIO CESAR FERRARI
- i) LEONARDO KLINGENFUS ANTUNES
- j) LEONARDO TSCHÁ
- k) LUANA STUEPP
- l) MARCOS ALBERTO LUNARDI
- m) RAFAEL CONSTANTE
- n) RICARDO MURILO MALHEIROS DOS SANTOS
- o) ROBERTSON CESAR FRARE
- p) SIDINEI DE VARGAS GIRARD
- q) STEFANI JAQUELINE MAAS
- r) TAMIRES SMANIOTTO
- s) THOMAZ HENRIQUE NOGUEIRA CAMPREGHER
- t) UILSON RIES
- u) VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

§3º Em regime híbrido de períodos entre excepcional de trabalho remoto e de revezamento presencial, com horários alternados, nos termos dos incisos I e II ambos do §1º do art. 2º do Decreto nº 5.561 de 08/04/2020, os seguintes servidores:

- a) CARLA INÊS FACHINI
- b) SILVANA SLOMP TORESAN
- c) THAIS CHRISTINA DE OLIVEIRA

§4º Em regime normal de trabalho com jornada semanal das 08:00h as 12:00h e das 14:00h. as 17:00h. os seguintes servidores:

- a) ANDERSSON MANSSUR NEVES
- b) ALINE HENSCHER GONCALVES DE AZEVEDO

- c) BRUNA DE ANDRADE
- d) DEIVID DARLAN MAAS
- e) DIEGO MICAEL VENERA DA ROSA
- f) HILTON DREICK WERNER HARBS
- g) JEREMIAS DE OLIVEIRA DA SILVA
- h) LOURIVAL ANACLETO
- i) LURDES APARECIDA TOMASINI ZERMIANI
- j) RICARDO ORSI
- k) RODRIGO BECKER
- l) SANDRO EDEMIR GRAMM
- m) SERGIO KLITZKE
- n) SILVIA SAUL
- o) TAINARA FISTAROL
- p) TAISA MARA DA SILVA

Art. 2º Caberá aos servidores, conforme o regime de trabalho designado nesta portaria, realizar o preenchimento e entrega dos respectivos relatórios (no caso do serviço executado em regime excepcional e remoto) e o registro do ponto quando da execução de alguma forma presencial.

Parágrafo único. Com exceção do regime constante do §4º do art. 1º, a adoção dos demais regimes excepcionais não acarreta compensação de jornada e ocorrerá sem prejuízo da remuneração.

Art. 3º Ao bem do serviço público e conforme a necessidade verificada pela chefia imediata a que o servidor encontra-se vinculado, o regime de execução constante desta portaria poderá ser alterado a qualquer momento, bem como os servidores poderão ser convocados para execução presencial e em horários distintos aos estabelecidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 13/04/2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de abril de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

BRUNA DE ANDRADE
Secretária de Planejamento, Transito, Meio Ambiente,
Indústria, Comercio e Serviços

PORTARIA NO 2000, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2466078

PORTARIA No 2000, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Fixa o regime de execução de trabalho dos servidores da Procuradoria Geral do Município de Timbó enquanto perdurar a situação de emergência decorrente do Covid -19.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, §1º do Decreto nº 5.561 de 08/04/2020 c/c art. 50, II, art. 59 e art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica e considerando as regras e condições estabelecidas na Lei Federal nº. 13.979 de 06/02/20; Decreto Legislativo nº. 06 de 2020 (Congresso Nacional); Decretos Estaduais nº. 509 de 17/03/20, nº. 515 de 17/03/2020, nº. 521 de 19/03/20, nº. 525 de 23/03/20, nº. 534 de 26/03/20, nº. 535 de 30/03/2020, nº. 547 de 02/04/2020, nº. 550 de 07/04/2020 e nº. 554 de 11/04/2020; Decretos Municipais nº. 5.537 de 16/03/2020, nº. 5.539 de 18/03/2020, nº. 5541 de 19/03/20, nº. 5546 de 24/03/20, nº. 5548 de 27/03/20, nº. 5.551 de 31/03/2020, nº. 5.560 de 08/04/2020, nº. 5.561 de 08/04/2020 e nº. 5.565 de 13/04/2020, demais regimentos;

RESOLVE:

Art.1º Enquanto perdurar a situação de emergência decorrente do Covid - 19 os servidores lotados na Procuradoria Geral do Município de Timbó executarão os serviços nos seguintes moldes:

§1º Regime Excepcional de Trabalho Remoto, nos termos do inciso I do §1º do art. 2º do Decreto nº 5.561 de 08/04/2020, a servidora Rafaela Schneider da Silva, em especial por se enquadrar nas condições do §3º c/c §5º, I, "g" c/c §10 do mencionado dispositivo.

§2º Regime de Escala Presencial de Trabalho em revezamento, nos termos do inciso II do §1º do art. 2º do Decreto 5.561 de 08/04/2020, em dois turnos ininterruptos de jornada diária de 6 (seis) horas de trabalho, com uma equipe das 7hs às 13hs e outra das 13hs às 19hs, aos servidores Giscard A. W. Bertoldi, Jean Pierre Bezerra Museka, Maria Carolina Berri Salvador, Barbara Hochheim, Pamela Aparecida Campregheer Floriano, Marlise Theilacker, Davi Augusto Berri e Jorge Mateus Marchetti Junior.

Art. 2º Caberá aos servidores, conforme o regime de trabalho designado nesta portaria, realizar o preenchimento e entrega dos respectivos relatórios (no caso do regime excepcional e remoto) e o registro do ponto (quando da execução de alguma forma presencial).

Parágrafo único. A adoção de quaisquer destes regimes não acarreta a necessidade de compensação de jornada e ocorrerá sem prejuízo da remuneração.

Art. 3º Ao bem do serviço público e conforme a necessidade verificada pela chefia imediata, o regime de execução constante desta portaria poderá ser alterado a qualquer momento, podendo os servidores ser convocados a cumprir as atividades em condições e em horários distintos dos estabelecidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 13/04/2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de abril de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

GISCARD A. W. BERTOLDI
Procurador Geral do Município

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2019 FMDE

Publicação Nº 2464209

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019 - FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.

OBJETO: Aquisição de colchonetes para os Núcleos de Educação Infantil – NEIS, pertencentes à rede de ensino municipal.

EMPRESA FORNECEDORA: VITTAFLX INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHOES LTDA – EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil novecentos reais).

VALIDADE DA ATA: 04/11/2020

Timbó, 05/11/2019
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE 325 - ALTERA DATA TÉRMINO CONTRATO TEMPORÁRIO - 04.06

Publicação Nº 2465536

PORTARIA Nº SAMAE -325, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 V da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

NOME	ALTERAR PARA
ADRIANO OLIVEIRA	04/06/2020
ANTONIO DA SILVA	04/06/2020
ANTONIO VICTOR MOURA PINHEIRO	04/06/2020
BRUNA DANIELA MELERE	04/06/2020
CHRISTIAN PASQUALI	04/06/2020
CLAUDIONOR SILVA DOS SANTOS	04/06/2020
CRISTIAN OLIVEIRA DOS SANTOS	04/06/2020
DAVI RODRIGUES	04/06/2020
EDEGAR LOMBARDI	04/06/2020
ESTEFANIA DA COSTA AQUINO	04/06/2020
EVANDRO DOS SANTOS	04/06/2020
GILDA ANACLETO	04/06/2020
GUSTAVO OSMAIR SIMM COSTA	04/06/2020
JAIME MAAS	04/06/2020
JEFERSON LEANDRO STEFFEN	04/06/2020
JOEL DE OLIVEIRA	04/06/2020

JOZUE NEVES DA COSTA	04/06/2020
LUCAS ALBERTO KLITZKE	04/06/2020
MAICO STEFFEN	04/06/2020
MARCIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO	04/06/2020
MARCOS STEFFEN	04/06/2020
MAXIMILIANA ANDRONHUC	04/06/2020
MICHEL BUTKE	04/06/2020
MOACIR STANO	04/06/2020
RIVALDO LOPES SOARES	04/06/2020
ROGER OVANDO DA SILVA	04/06/2020
SEBASTIÃO OLIVEIRA RAMOS	04/06/2020
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	04/06/2020
VANDERLEI GESSNER	04/06/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Abril de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

PORTARIA TIMBOPREV Nº 25, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2466150

PORTARIA TIMBOPREV Nº 25, DE 24 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Dilorme Fistarol.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR DILORME FISTAROL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Referência Salarial SP-29, matrícula nº 4041285-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, parcial do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021010.1.00047/19-1, expedida em 02/05/2019, computando-se 5013 (cinco mil e treze) dias, ou seja, 13 (treze) anos, 08 (oito) meses e 28 (vinte e oito) dias, enquadrado como atividade especial, conforme processo TIMBOPREV 50/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de abril de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Timbó Grande

PREFEITURA

110

Publicação Nº 2464767

PORTARIA Nº DP/110/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSÉ GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, ao servidor IRINEU SOUZA CRUZ, investido no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, Nível de Referência Salarial "XII" do quadro de pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – STO, a contar do dia 01 de Fevereiro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Fevereiro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/02/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

111

Publicação Nº 2464768

PORTARIA Nº DP/111/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSÉ GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR IDADE, SENDO OS PROVENTOS PROPORCIONAIS, ao servidor, SELVINO RECALCATTI investido no cargo de MOTORISTA, Nível de Referência Salarial "XI" do quadro de pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO - SED, a contar do dia 01 de Fevereiro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Fevereiro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/02/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

112

Publicação Nº 2464769

PORTARIA Nº DP/112/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSÉ GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora NERCY MAIESKI, investida no cargo de CHEFE DE SERVIÇO PESSOAL, Nível de Referência Salarial "XV" do quadro de pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SAF, a contar do dia 01 de Fevereiro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Fevereiro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/02/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

113

Publicação Nº 2464771

PORTARIA Nº DP/113/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSÉ GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora ROSILENE CARNEIRO DE MATOS, investida no cargo de ESCRITURÁRIA, Nível de Referência Salarial "XIX" do quadro de pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SAF, a contar do dia 01 de Fevereiro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Fevereiro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/02/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

114

Publicação Nº 2464772

PORTARIA Nº DP/114/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSÉ GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, ao servidor, EDILCIO VARELA, investido no cargo de MOTORISTA, do quadro de pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO – SED, a contar do dia 01 de Fevereiro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Fevereiro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/02/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

115

Publicação Nº 2464775

PORTARIA Nº DP/115/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSÉ GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, ao servidor, EDMIR PADILHA, investido no cargo de PEDREIRO, Nível de Referência Salarial "IV" do quadro de pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – STO, a contar do dia 01 de Fevereiro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Fevereiro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/02/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

116

Publicação N° 2464946

PORTARIA N° DP/116/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora, JUCELEI DE FATIMA SOUZA, investida no cargo de PROFESSORA, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal da EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar do dia 01 de Fevereiro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Fevereiro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/02/2019

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

157

Publicação N° 2464948

PORTARIA N° DP/157/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora JACIRA TIBES DOS SANTOS investida no cargo de ZELADORA, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de SAÚDE, a contar da data de 01 de Abril de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Abril de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/04/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

167

Publicação N° 2464950

PORTARIA N° DP/167/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora MARI SILVIA WRUBLAK PASA investida no cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de SAÚDE, a contar da data de 02 de Maio de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Timbó Grande, 02 de Maio de 2019.

ARI JOSÉ GALESKI

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 02/05/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS

Secretário de Administração e finanças

168

Publicação N° 2464952

PORTARIA N° DP/168/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora JANETE FARIAS NUNES DO NASCIMENTO investida no cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de SAÚDE, a contar da data de 02 de Maio de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Timbó Grande, 02 de Maio de 2019.

ARI JOSÉ GALESKI

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 02/05/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS

Secretário de Administração e finanças

173

Publicação N° 2464954

PORTARIA N° DP/173/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor ANOLDO DE JESUS TIBES PINHEIRO, investido no cargo de VIGIA, Nível de Referência Salarial "VI" do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria de TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO a contar do dia 01 de Março de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Timbó Grande, 01 de Março de 2018.

ARI JOSÉ GALESKI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/03/2018.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

174

Publicação Nº 2464955

PORTARIA Nº DP/174/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor OLIVAR ALVES DE ALMEIDA, investido no cargo de MOTORISTA, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria de EDUCAÇÃO E DESPORTO a contar do dia 01 de Março de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Timbó Grande, 01 de Março de 2018.

ARI JOSÉ GALESKI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/03/2018.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

176

Publicação Nº 2464957

PORTARIA Nº DP/176/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a servidora, NELCI GREIN DE SOUZA, investida no cargo de ZELADORA, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal da EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar do dia 01 de Março de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Timbó Grande, 01 de Março de 2018.

ARI JOSÉ GALESKI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/03/2018

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

177

Publicação Nº 2464958

PORTARIA Nº DP/177/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a servidora, VIRZA DIAS RUTH, investida no cargo de PROFESSORA, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal da EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar do dia 01 de Março de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Timbó Grande, 01 de Março de 2018.

ARI JOSÉ GALESKI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/03/2018

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

178

Publicação Nº 2464960

PORTARIA Nº DP/178/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor JOÃO OZAIR HOFFMANN, investido no cargo de OPERADOR DE MAQUINAS AGRÍCOLAS, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria de AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL a contar do dia 01 de Março de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Março de 2018.
ARI JOSÉ GALESKI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/03/2018.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

179

Publicação Nº 2464964

PORTARIA Nº DP/179/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor JOÃO MARIA ALVES DO PRADO, investido no cargo de VIGIA, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria de TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS a contar do dia 01 de Março de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Março de 2018.
ARI JOSÉ GALESKI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/03/2018.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

180

Publicação Nº 2464965

PORTARIA Nº DP/180/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor ANTONIO CARLOS KERNE, investido no cargo de MOTORISTA, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria de EDUCAÇÃO E DESPORTO a contar do dia 01 de Março de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Timbó Grande, 01 de Março de 2018.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/03/2018.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário De Administração

216

Publicação Nº 2464966

PORTARIA Nº DP/216/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, ao servidor JOSÉ DE SÁ PEREIRA investido no cargo de MOTORISTA, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar da data de 01 de Agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Agosto de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/08/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

217

Publicação Nº 2464967

PORTARIA Nº DP/217/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora ROSI LEITE EVANGELISTA investida no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de SAÚDE, a contar da data de 01 de Agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Agosto de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/08/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

218

Publicação Nº 2464969

PORTARIA Nº DP/218/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a servidora ANTONIA JACIRA SOUZA TIBES investida no cargo de COZINHEIRA, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar da data de 01 de Agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Agosto de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/08/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

283

Publicação N° 2464972

PORTARIA N° DP/285/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSÉ GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, à servidora MARILENE HOFFMANN DE SOUZA, investida no cargo de SUPERVISORA PEDAGÓGICA, do quadro de pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO - SED, a contar do dia 03 de Setembro de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 03 de Setembro de 2018.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 03/09/2018.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário De Administração E Finanças

286

Publicação N° 2464974

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE PODER EXECUTIVO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
--	--

PORTARIA N° DP/286/2017

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora, EMILIA BERNADETE SILVEIRA, investida no cargo de AUXILIAR DE EMFERMAGEM, Nível de Referência Salarial "VI", do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal da SAÚDE, a contar do dia 09 de Junho de 2017.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 09 de Junho de 2017.
ARI JOSE GALESKI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 09.06.2017.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

289A

Publicação Nº 2464975

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE PODER EXECUTIVO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
--	--

PORTARIA Nº DP/289-A/2018

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor EVALDO RODRIGUES, investido no cargo de MOTORISTA, Nível de Referência Salarial "XI", do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal da EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar do dia 03 de Setembro de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 03 de Setembro de 2018.
ARI JOSE GALESKI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 03.09.2018.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

301

Publicação Nº 2464978

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE PODER EXECUTIVO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
--	--

PORTARIA Nº DP/301/2017

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR IDADE, ao servidor JOAO MARIA MARQUES DE AVILA, investido no cargo de SERVENTE, Nível de Referência Salarial "VI" do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria de TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO a contar da data de 04 de Julho de 2017.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 04 de Julho de 2017.
ARI JOSÉ GALESKI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 04.07.2017.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

305

Publicação Nº 2464979

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE PODER EXECUTIVO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
--	--

PORTARIA Nº DP/305/2017

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE, ao servidor ELOY KOGGI, investido no cargo de VIGIA, Nível de Referência Salarial "X" do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a contar da data de 01 de Agosto de 2017.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Agosto de 2017.
ARI JOSE GALESKI
Prefeito do Município

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01.08.2017.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração

311

Publicação Nº 2464980

PORTARIA Nº DP/311/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora ROSENI DE FATIMA PASA investida no cargo de PROFESSORA, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar da data de 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 02 de Setembro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 02/09/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

354

Publicação N° 2464981

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE PODER EXECUTIVO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
--	--

PORTARIA N° DP/354/2017

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor ANTENOR MEIRELES PRESTES, investido no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível de Referência Salarial "VI" do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO, lotada na Secretaria de TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO a contar da data de 02 de Novembro de 2017.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 02 de Novembro de 2017.
ARI JOSE GALESKI
Prefeito do Município

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 02.11.2017.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2019 – PMTB

Publicação Nº 2465717

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2019 – PMTB.

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr, Luiz Divonsir Shimoguiiri, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: PEREIRA E GULIK LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 23.314.390/0001-70, com sede na Avenida Bruno Pieczarka, nº 935, Sala nº 01, Centro, cidade de Santa Terezinha/SC, CEP nº 89.199-000, Telefone: (47) 996396646, por seu representante legal o Sr. Luiz Fernando Pereira, portador do CPF sob p nº 981.336.919-15, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018 operando este pelo regime de "Dispensa de Licitações".

Objeto: O objeto do presente contrato corresponde à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, sendo: Contratação de 04 (quatro) horas de apresentação (show), da Banda "Eclipse Cia Show" a serem realizados nos dias 14 e 15 de dezembro de 2019 nas Localidades de Centro e Distrito de São Cristóvão respectivamente, considerando um mínimo de 02 (duas) horas cada apresentação para as Festividades do Natal Luz 2019, conforme programação previamente cedida aos CONTRATADOS, valor total de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)), em serviços prestados e que se responsabilizam os CONTRATADOS conforme as especificações deste instrumento contratual.

Vigência: A vigência do presente contrato será iniciada em 30 de novembro de 2019, com término previsto para 31 de dezembro de 2019.

Valor: OS CONTRATADOS deverão executar os serviços descritos na Cláusula Anterior pelo valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2019 – PMTB

Publicação Nº 2465736

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2019 – PMTB.

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr, Luiz Divonsir Shimoguiiri, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: ADRIANO JOSÉ KUCHLER, brasileiro, músico, portador do RG nº 2814264 SSP/SC e CPF nº 827.006.309-63, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 1446, Centro, município de Canoinhas - SC, doravante denominado CONTRATADO.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018 operando este pelo regime de "Dispensa de Licitações".

Objeto: O objeto do presente contrato corresponde à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, sendo: Contratação de 04 (quatro) horas de apresentação (Show Sertanejo) a serem realizados nos dias 12 e 13 de dezembro de 2019 nas Localidades de Campininha e São João dos Cavalheiros, respectivamente, considerando um mínimo de 02 (duas) horas cada apresentação para as Festividades do Natal Luz 2019, conforme programação previamente cedida aos CONTRATADOS, valor total de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), em serviços prestados e que se responsabilizam os CONTRATADOS conforme as especificações deste instrumento contratual.

Vigência: A vigência do presente contrato será iniciada em 09 de dezembro de 2019, com término previsto para 09 de janeiro de 2020.

Valor: O CONTRATADO deverá executar os serviços descritos na Cláusula Anterior pelo valor total de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2019 – PMTB

Publicação Nº 2465745

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2019 – PMTB.

COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Procedimento Licitatório nº 115/2019

Modalidade "Pregão Presencial nº 96/2019"

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr, Luiz Divonsir

Shimogui, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: FAGULHA COMÉRCIO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E PIPAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.125.736/0003-05 com endereço à Rua Celeste Tortato Gabardo, nº 1781, Bairro Sítio Cercado, cidade de Curitiba - PR, CEP nº 81.900-440, Telefone nº (41) 3298-3495 e e-mail: kimerafogos@hotmail.com, por seu representante legal, doravante denominado CONTRATADO. Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 115/2019, Pregão Presencial nº 96/2019.

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE QUATRO SHOWS PIROTECNICOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS MESMOS, COM DISPARO ELETRÔNICO VIA MÁQUINA A CABO nos termos e condições previstas no Termo de Referência, anexo inseparável do Processo Licitatório nº 115/2019 e regras previstas abaixo:

No dia 12 de dezembro de 2019 - quinta feira – Festividades Natalinas na Localidade da Campininha (proximidades da Igreja daquela localidade), com tempo do espetáculo mínimo de 04 (quatro) minutos ininterruptos;

No dia 13 de dezembro de 2019 - sexta feira – Festividades Natalinas na Localidade do São João dos Cavalheiros (proximidades do Posto de Saúde daquela localidade), com tempo do espetáculo mínimo de 04 (quatro) minutos ininterruptos;

No dia 14 de dezembro de 2019 – Sábado – Festividades Natalina no Centro do Município (proximidades do Museu Municipal), com tempo do espetáculo mínimo de 08 (oito) minutos ininterruptos;

No dia 15 de dezembro de 2019 – Domingo – Festividades Natalina no Bairro São Cristóvão (proximidades do CAIC – Campo de Futebol), com tempo do espetáculo mínimo de 08 (oito) minutos ininterruptos.

Memorial Quantitativo:

Para as Localidades da Campininha e São João dos Cavalheiros:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIPTIVO
01	01	Torta de 100 tubos de 37 mm em "Z" trasante vermelho com bombas douradas.
02	01	Torta de 100 tubos de 37 mm em "W" trasante verde com bombas vermelhas.
03	01	Torta de 100 tubos de 37 mm em "leque" trasante prata com folha seca.
04	01	Torta de 50 tubos de 44 mm em "leque" cores mistas.
05	01	Torta de 120 tubos de 20mm efeito em "Z".
06	02	Torta de 50 tubos de 44 mm "reta" cores mistas.
07	40	Morteiros de 3" cores e efeitos diversos.
08	06	Morteiros de 4" cores e efeitos diversos.
09	04	Morteiros de 6" cores e efeitos diversos.

Para as Localidades do Centro e Bairro São Cristóvão:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIPTIVO
01	01	Torta de 100 tubos de 37 mm em "Z" bombas cascata dourada.
02	01	Torta de 100 tubos de 37 mm em "leque" vaso prata com bomba palmeira prata.
03	01	Torta de 100 tubos de 37 mm em "W" trasante verde e vermelho com bombas.
04	01	Torta de 12 tubos de 20 mm em "Z" metralhadora efeitos mistos.
05	01	Torta de 48 tubos de 44 mm em "leque" efeitos mistos.
06	02	Torta de 50 tubos de 37 mm "reta" cores e efeitos mistos.
07	02	Torta de 50 tubos de 44 mm "reta" efeito trasante com bombas mistas.
08	70	Morteiros de 3" cores e feitos diversos.
09	20	Morteiros de 4" cores e efeitos diversos.
10	06	Morteiros de 6" cores e efeitos diversos.

O objeto licitado é composto por 04 (QUATRO) espetáculos de fogos que deverão ser sincronizados e detonados por mesa tipo PIRODIGITAL COM TRANSMISSÃO DE SINAL DE DETONAÇÃO VIA MÁQUINA A CABO, com vistas a criar um momento inédito e impactante aos seus espectadores;

O distanciamento entre os pontos de fogos deverá ser decidido em conjunto com o contratante para obter um plano de visão ideal (para filmagem e visão do publico), observando a distância de segurança (R 105) estabelecida em Lei.

A empresa deverá considerar que o horário previsto para cada espetáculo será próximo das 21h. e 00 min.

Levando em consideração o horário do espetáculo, a contratada deverá realizar as instalações necessárias de modo que a partir das 20 h. e 30min. já esteja apta a realizar o espetáculo, ficando no aguardo da autorização da direção das festividades para momento exato do início da execução.

Todas as despesas inerentes à execução do objeto ora licitado, tais como, Transportes especializado, Licenças junto aos órgãos responsáveis, Cabeamentos, Deslocamento de equipe, estadia alimentação, Impostos e Taxas e demais infraestrutura referente ao espetáculo pirotécnico, entre outras não citadas, correrão por conta da Contratada.

Vigência: A vigência do Contrato terá início em 09 de dezembro de 2019, com término previsto para 31 de dezembro de 2019.

Valor: O CONTRATADO deverá obedecer à ordem de entrega e fará à mesma pelo valor total R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2019 – PMTB

Publicação Nº 2465765

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2019 – PMTB.

Procedimento Licitatório nº 119/2019

Modalidade "Pregão Presencial nº 98/2019"

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.400/0001-35, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 616, Centro, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

Contratado: MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.648.115/0005-12, com endereço à Rua Agricultora Frieda Grossl, 2500, Bairro Faxinal – Cidade de Mafra – SC, telefone (41) 3350-6017, por seu representante legal, doravante denominado CONTRATADO.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 119/2019, Pregão Presencial nº 98/2019.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 01 (um) veículo automotor que passará a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, conforme segue:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01 (uma)	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM (NOVO) TIPO VAN MINIBUS COM TETO ALTO E CHASSI LONGO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 17 (DEZESSETE) PASSAGEIROS SENTADOS MAIS O MOTORISTA, ANO DE FABRICAÇÃO 2019 (OU SUPERIOR), COR BRANCA, POLTRONAS ESTOFADAS EM SOFT COM ENCOSTO RECLINÁVEL INDIVIDUAL, COM CINTOS DE SEGURANÇA EM TODOS OS ASSENTOS; MOTOR DIESEL COM POTENCIA MÍNIMA DE 140 CVS, INJEÇÃO ELETRÔNICA, TURBINADA E INTERCOOLADA, ALTURA INTERNA DE NO MINIMO 1.940MM, TACÓGRAFO DIGITAL, CONTA GIROS, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO COM DUTO DE AR CENTRAL, VIDROS DIANTEIROS ELETRICOS, TRAVAS ELETRICAS EM TODAS AS PORTAS, LATERAIS E TETO REVESTIDOS, FARÓIS COM REGULAGEM DE ALTURA, PORTA LATERAL CORREDIÇA, AIR BAGS, PORTA PACOTE DE COM LUZES INDIVIDUAIS, RODADO TRASEIRO DUPLO COM RODAS 16; RÁDIO CD/MP3 COM ENTRADA PARA USO USB OU CARTÃO DE MEMÓRIA SD E BLUETOOTH E AUTOFALANTES INSTALADOS NA FRENTE E NO COMPARTIMENTO DOS PASSAGEIROS; FARÓIS DE NEBLINA, FREIO HIDRAULICO DE DUPLO CIRCUITO COM SERVO DEPRESSÃO, FREIO A DISCO EM TODAS AS RODAS COM DISCOS FRONTAIS AUTOVENTILADOS, PELÍCULA ESCURA NOS VIDROS DE ACORDO COM AS NORMAS DO DETRAN; ESTRIBO NA LATERAL PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELAS LEIS DE TRANSITO E COMPONENTES DE SEGURANÇA HOMOLOGADOS PELO INMETRO; SAÍDA DE EMERGÊNCIA.	202.500,00	202.500,00

Vigência: O contrato entra em vigência a partir da data de sua assinatura com validade mínima de 01 (um) ano (até o término da garantia).
Valor: O CONTRATADO deverá obedecer à ordem de entrega e fará a entrega do veículo, pelo valor total R\$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais)

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2019 – PMTB

Publicação Nº 2465780

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2019 – PMTB.

Procedimento Licitatório nº 132/2019

Modalidade "Pregão Presencial nº 109/2019"

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr, Luiz Divonsir Shimoguri, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: SP EVENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.441.709/0001-74 com endereço à Alberto Malchinzky, nº 782, Bairro Progresso, cidade de São Bento do Sul - SC, Telefone nº (41) 99923-2266, CEP. nº 89.290-000 por seu representante legal o Sr. José Clemir Spinelli, portador do CPF nº 707.609.859-87, doravante denominado CONTRATADO.

Base Legal: Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 132/2019, Pregão Presencial nº 109/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE EVENTOS, PARA ORGANIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DA "EXPO TRÊS BARRAS", EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES DO 59ª ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, QUE OCORRERÃO:

· NOS DIAS 17, 18 E 19 DE JANEIRO DE 2020, COM A REALIZAÇÃO DE UM RODEIO CRIOULO EM LOCAL APROPRIADO E AUTORIZADO, LOCALIZADO DENTRO DO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC;

· NOS DIAS 24, 25 E 26 DE JANEIRO DE 2020, COM A REALIZAÇÃO DE SHOWS MÚSICAIS DE REPERCUSSÃO NACIONAL, SENDO UM ESTILO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO FEMININO, UM ESTILO SERTANEJO RAIZ E UM ESTILO SERTANEJO, E COM A REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, EM LOCAL PÚBLICO DEFINIDO PELO MUNICÍPIO, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I (Termo de referência) do Edital do Processo Licitatório nº 132/2019 – Edital de Pregão nº 109/2019.

Integra o presente contrato, para todos os efeitos legais, a Proposta Comercial da Contratada, apresentada no Processo Licitatório nº. 132/2019 – Pregão Presencial nº. 109/2019.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, e compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

Vigência: A vigência do presente contrato será iniciada em 20 de dezembro de 2019, com término previsto para 28 de fevereiro de 2020.

Valor: Conforme proposta apresentada e adjudicada, o valor global do contrato é de R\$ 448.750,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica do orçamento previsto para 2020, da PREFEITURA MUNICIPAL, em dotações da Secretaria de Administração.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2019 – PMTB

Publicação Nº 2465783

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2019 – PMTB.

Procedimento Licitatório nº 122/2019

Modalidade "Pregão Presencial nº 101/2019"

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 616, Centro, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o SR. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

Contratado: GINAMBO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 83.188.953/0001-52, estabelecida na cidade de CANOINHAS-SC, na Rua Rubens Ribeiro da Silva, nº 900, Bairro Campo Da Água Verde, CEP. 89.460-000, por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 122/2019, Pregão Presencial nº 101/2019.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 01 (um) veículo automotor que passarão a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
-------	------------	---------	-----------	----------------	-------------

01	01 (UM)	UNIDADE	VEICULO AUTOMOTOR NOVO, SEGMENTO "MISTO/CAMIONETE", ZERO KM, ANO / MODELO 2019 OU ACIMA, COM PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS, COR LISA BRANCA, 04 (QUATRO) PORTAS, AIRBAGS (FRONTAIS E LATERAIS), CAPACIDADE PARA 04 PASSAGEIROS MAIS O MOTORISTA, MOTOR COM POTENCIA MAXIMA MINIMA DE 150 CV COM ALIMENTAÇÃO FLEX (BICOMBUSTIVEL – ALCOOL / GASOLINA), TRAÇÃO INTEGRAL NAS 4 RODAS, CAMBIO AUTOMÁTICO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS, TRAVA ELÉTRICA COM ACIONAMENTO NA CHAVE, SISTEMA DE ALARME ANTI-FURTO, SISTEMA DE NAVEGAÇÃO COM GPS, CÂMERA DE RÉ, SISTEMA DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, TODAS TAMANHO MÍNIMO DE 17'.	99.900,00	99.900,00
----	------------	---------	--	-----------	-----------

Vigência: O contrato entra em vigência a partir da data de sua assinatura com validade mínima de 01 (um) ano (até o término da garantia).
 Valor: O CONTRATADO deverá obedecer à ordem de entrega e fará a entrega do veículo, pelo valor total R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas às seguintes previsões orçamentárias da SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2019 – PMTB

Publicação Nº 2465786

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2019 – PMTB.

Procedimento Licitatório nº 130/2019

Modalidade "Pregão Presencial nº 107/2019"

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35 com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: ENERGIZA MONTAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.136.357/0001-25, com endereço à Rua Getúlio Vargas, nº 1029, Centro, Cidade de Canoinhas - SC, por seu representante legal, doravante denominado CONTRATADO.
 Base Legal: Lei de Licitações nº. 8.666/93 e Lei nº. 8.883/94 e Procedimento Licitatório nº. 130/2019 – Edital Pregão Presencial nº. 107/2019, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas para licitação, na modalidade de Pregão Presencial.

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS VAPOR DE SÓDIO E MERCÚRIO POR LUMINÁRIAS TECNOLOGIA DE LED em vias públicas do município, conforme segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor
01	01	UNIDADE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE 405 (QUATROCENTOS E CINCO) LUMINÁRIAS VAPOR DE SÓDIO E MERCÚRIO POR LUMINÁRIAS TECNOLOGIA DE LED, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVOS, CROQUIS E DEMAIS COMPLEMENTOS CONTIDOS NA PASTA TÉCNICA, ANEXO V, PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DO PRESENTE EDITAL.	830.000,00

Vigência: O contrato entra em vigência a partir da data de sua assinatura com validade mínima de 05 (cinco) anos (até o término da garantia).

Valor: O CONTRATADO deverá obedecer à ordem de entrega dos serviços, pelo valor total R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica do orçamento vigente da PREFEITURA MUNICIPAL (SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020

Publicação Nº 2464899

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Procedimento Licitatório nº. 35/2020 – Edital Pregão nº. 21/2020.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até às 14 h e 00 min. do dia 19 de maio de 2020, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO para Complemento Alimentar".

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 19 de maio de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 05 de maio de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 283/2020, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2465266

DECRETO Nº 283/2020, DE 17 DE ABRIL DE 2020.

INSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESTINAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO o decreto estadual nº 554 de 11 de abril de 2020 e os decretos municipais 248 de 18 de março de 2020 e 275 de 13 de abril de 2020, declarando inclusive com a suspensão das atividades escolares.

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.987 de 07 de abril de 2020, que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso próprio aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação: Gizele Duarte Piacentini;

II - Representante da Secretaria Municipal Assistência Social: Carolina do Nascimento Santos;

III - Representante do Serviço de Nutrição Escolar:
Andréia Mendonça Ramos Anselmo;

IV - Representante do Conselho Municipal de Educação:
Mônica Nesi;

V - Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar:
Sebastião Daniel Stangherlin;

VI - Representante do Conselho Municipal de Assistência Social:
Gracieli Consoni da Silva;

VII - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Ligia Lenhani.

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação deste decreto, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

§2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 5º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

I – Se são beneficiários do Bolsa Família;

II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);

III – Se estão cadastrados no CADÚnico;

IV – Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;

Art. 6º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 7º A entrega dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;

II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal;

III – Descrição dos itens que compõem o "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar";

IV – Data de entrega;

V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Parágrafo único – A CIAE deverá registrar por foto do kit no ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para os fins de prestação de contas.

Art. 8º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata este Decreto a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único – Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 9º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor a partir de 17 de abril de 2020.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 17 de abril de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de maio de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 284/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465268

DECRETO Nº 284/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

EXONERA A PEDIDO, O SERVIDOR GLADSON MATEUS TASCA DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ESPECÍFICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido, na data de 04 de maio de 2020, o servidor GLADSON MATEUS TASCA, do cargo comissionado de ASSESSOR ESPECÍFICO, vinculado ao Departamento de Esporte da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo dentro da Estrutura Administrativa

do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de maio de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 04 de maio de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de maio de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 285/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2465269

DECRETO Nº 285/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO A PEDIDO POR TEMPO DETERMINADO DO EMPREGADO ALEXANDRE QUARTH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 468/07 de 18 de dezembro de 2007 e o Decreto nº 99/2020 de 03 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 04 de maio de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerado o empregado ALEXANDRE QUARTH, das funções do emprego de MOTORISTA III.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de maio de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 04 de maio de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de maio de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

Treze Tílias

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº 04/2020 FMS

Publicação Nº 2465610

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 05/2020 – CREDENCIAMENTO Nº 04/2020

Objeto: Este procedimento tem por objeto o Credenciamento de empresas especializadas para elaboração de exames para detecção do Covid19.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Prefeitura de Treze Tílias, Setor de Licitações, na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, centro, Treze Tílias, SC, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

ALCIR DE RÓS
Gestor do Fundo

DECRETO 2568

Publicação Nº 2465478

DECRETO Nº 2.568/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre A REALIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO Da COVID-19, ESTABELECE CRITÉRIOS, DETERMINA A CRIAÇÃO DE PROTOCOLO MÉDICO E dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a capacidade do novo coronavírus de se decuplicar (multiplicar o total de caso por dez vezes) a cada 7,2 (sete virgula dois) dias, em média;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Treze Tílias;

CONSIDERANDO que a detecção da doença de maneira prematura, além de ser eficaz no tratamento adequado do paciente, pode evitar o comprometimento dos leitos hospitalares ainda disponíveis, evitando-se o colapso no atendimento dos pacientes em situação grave;

Considerando o pedido da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo coronavírus,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a contratação de testes rápidos e PCR para fins de detectar a ocorrência de COVID-19 em pacientes do município de Treze Tílias, os quais serão fornecidos gratuitamente à população.

Art. 2º A necessidade de realização do teste será definida mediante protocolo médico específico que deverá ser imediatamente criado e implantado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 3º Fica determinada a contratação imediata de profissional médico, em caráter emergencial, que deverá atuar especificamente na

execução do referido protocolo e nas ações de combate ao Coronavírus.

Art. 4º Fica determinada a criação de consultório específico junto a Unidade Básica de Saúde para atendimento médico exclusivo à pacientes suspeitos de serem portadores de COVID-19, bem como determino que a Secretaria Municipal de Saúde adquira, imediatamente, os equipamentos necessários para equipar referido ambiente.

Art. 5º Fica determinado aos médicos clínicos gerais do município, inclusive aos atuantes nos PSFs que, na suspeita de ocorrência de infecção por Coronavírus, encaminhem imediatamente os pacientes ao consultório mencionado no artigo anterior.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 05 dias do mês de maio de 2020
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças- designado

LEI COMPLEMENTAR 126

Publicação Nº 2465470

LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2020

De 05 de maio de 2020

ACRESCENTA O ARTIGO 50A NA LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2007 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXA OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que, de acordo com o que faculta a Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado o artigo 50-A na Lei Complementar nº 23/2007 que “Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, Dispõe Sobre as Normas, Fixa Objetivos e Diretrizes Urbanísticas do Município de Treze Tílias e da Outras Providências”, com a seguinte redação:

Art. 50-A. Ao longo das rodovias estaduais e federais que cortam o Município, será reservada uma faixa não edificável de 5,00 (cinco) metros de cada lado, contada a partir do fim da faixa de domínio, nela não se tolerando qualquer tipo de construção.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 05 de maio de 2020.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN
Chefe de Gabinete
Designado pela Portaria 193/2019

Tunápolis

PREFEITURA

ATA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO REFERENTE DOCUMENTAÇÃO. PROCESSO 46.2020

Publicação Nº 2465075

ATA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO REFERENTE DOCUMENTAÇÃO

Aos 5 dias do mês de Maio de 2020, às 9 horas, reuniu-se novamente na sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Tunápolis, a Comissão de Licitação, para abertura do envelope da "Documentação" do Pregão Presencial nº 43/2020, onde compareceu somente a Sra. Neiva Griebeler Rauber, representante legal da empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELERLTDA, indagada pela pregoeira sobre a confirmação do e-mail enviado pelo setor de compras, referente a resposta do recurso interposto pela empresa MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, e posterior contra recursos da empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELERLTDA sobre a data e hora da abertura dos envelopes referente o pregão supramencionado, a mesma confirmou que recebeu o e-mail da resposta desta Pregoeira e no mesmo também constava a convocação para a abertura dos envelopes, e que este foi recebido por ela no dia 30 de abril de 2020, conforme comprovação anexo. Iniciando os trabalhos a Comissão procedeu à análise dos documentos e constatou que as empresas que restaram vencedoras apresentaram todas as negativas e documentos exigidos no presente edital, sendo desta forma HABILITADAS para o presente certame. Nada mais havendo a relatar sobre o presente julgamento, a Comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que, após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira e Membros da Comissão e, em seguida, submetida à apreciação da autoridade superior, para, se assim entender e concordar, promover sua Homologação e Adjudicação do objeto licitado as empresas vencedoras. Esta ata será também publicada no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento dos interessados e para que surta os efeitos de publicação conforme determina a lei.

Tunápolis, SC 05 de Maio de 2020

Comissão Permanente de Licitações

Sheila Inês Bieger Elisandro Both Donato Lauschner
Pregoeira Membro Membro

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 27/2020

Publicação Nº 2465035

DECRETO Nº 027/20, de 28 de Abril de 2020.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.390/19 (Lei Orçamentária Anual), de 03.12.2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0055.1.021 – Vias Rurais Pavimentação, Passeio e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.00.0024 (071) – Aplicações Diretas R\$ 123.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0024 conforme Contrato nº 1.055.591- 44/2018 no valor de R\$ - 123.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 28 de Abril de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

EXTRATO DO CONTRATO 61/2020

Publicação Nº 2464709

Estado de Santa Catarina

Município de Turvo

Termo de Contrato nº 61/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: JR Construções e Terraplanagem Ltda

Objeto: Execução do prolongamento com pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e calçadas da Avenida Municipal, com 390,54m de extensão, e implantação de rotatória no Bairro São Cristóvão – Turvo/SC – Lote nº 01

Valor: R\$ 1.305.877,44 (um milhão, trezentos e cinco mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência: 300 (trezentos) dias a partir de 30/04/2020

EXTRATO DO CONTRATO 62/2020

Publicação Nº 2464711

Estado de Santa Catarina

Município de Turvo

Termo de Contrato nº 62/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Setep Construções S.A.

Objeto: Execução da pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e calçadas de trecho da Rua Usilio Tonetto, com 305,77m de extensão, da Rua S/D 01, com 770,30m de extensão e trecho da Rua Jorge Lacerda com 620,31m de extensão; e implantação de rotatória no bairro Cidade Alta – Turvo/SC– Lote nº 02

Valor: R\$ 3.760.519,58 (três milhões, setecentos e sessenta mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência: 300 (trezentos) dias a partir de 30/04/2020

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020

Publicação Nº 2465110

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020

PROCESSO Nº 19/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2020

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses contado a partir da data de publicação da ata.

Aos cinco dias do mês de maio de 2020, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 13/2020, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1 - A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE FOSSAS SÉPTICAS PARA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Total
1	250	UND	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DO ESGOTO SANITÁRIO (LIMPEZAS DE FOSSAS SÉPTICAS), COM CAMINHÃO TANQUE, PARA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC.	250,00	62.500,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 meses contados a partir da data de publicação deste instrumento.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, Chefe de Gabinete, do município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ALICEU FLOSS, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para prestar os serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento juntamente com relatório dos imóveis que deverá ser prestado os serviços emitido pelo fiscal da vigilância sanitária do Município, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a prestar os serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE se compromete a efetuar o pagamento em parcelas mensais, a serem pagas mediante a prestação de serviços efetuados em cada mês e mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Município, acompanhada do Relatório de imóveis o quais foram prestados os serviços, elaborado pelo fiscal de vigilância sanitária do Município. As parcelas serão pagas até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, em ordem bancária ou na Tesouraria da Prefeitura Municipal de União do Oeste.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade – 2.032 – MANUT. DEPTO DE SERV. URBANOS

Cód. Red.: 156– Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. prestar os serviços quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 13/2020.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 13/2020 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não prestar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita

execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 13/2020 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

ALICEU FLOSS
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Andressa G. Donzelli	Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79	CPF 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

CONTRATO ADM Nº 18/2020

Publicação Nº 2464635

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2020

CONTRATO DE OBRAS EM REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA POR EMPREITADA DE PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede à Avenida São Luiz 531, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. CELSO MATIELLO, CPF N.º 422.972.909-00, Carteira de Identidade N.º 763.172, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ do MF sob o n. 12.278.825/0001-51, com sede à Rua do Comércio, n. 1574, centro, Modelo-SC, neste ato representada por seu Sócio, Sr. DARCI VILMAR QUEVEDO inscrito no CPF nº 908.041.479-49 doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATADA, tendo em vista a homologação do resultado a Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2020, pelo Senhor Prefeito Municipal, tem entre si, justas e acordadas a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGO DE GENTE (CRECHE) DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA ANEXAS A ESTE EDITAL.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS

2- Fazem parte integrante do presente Contrato, em atendimento à Lei nº 8.666/93, os seguintes documentos com plena validade:

- a) edital de Tomada de Preços nº 01/2020;
- b) Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro E Planilha Quantitativa E Orçamentária;
- c) proposta apresentada pela contratada, devidamente assinada e rubricada.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1- A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos materiais e serviços, o preço proposto que é R\$ 209.739,25 sendo, 146.817,47 correspondente a materiais e 62.921,77 a mão de obra.

3.1.2- Condições de pagamento: As medições ocorrerão a cada 30 (trinta) dias e seu pagamento efetivo dentro de 15 (quinze) dias, após a homologação da medição, mediante a emissão da Nota Fiscal.

3.2- Pagamento:

3.2.1- As obras executadas serão pagas em parcelas, cada qual em valor correspondente ao somatório dos produtos das multiplicações das quantidades efetivamente realizadas, aferido por medições.

3.2.1.1- O pagamento será procedido dentro do prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal correspondente, a qual será emitida após a medição mensal, que ocorrerá a cada 30 dias.

3.2.1.2- Os pagamentos estarão vinculados a execução de cronograma físico - financeiro da obra, facultando a Prefeitura Municipal de União do Oeste a não liberação destes recursos pela inexecução ou inobservância de qualquer dos itens apresentados, que não será excluído, ficando, automaticamente vinculado a sua liberação à conclusão total do cronograma no período.

3.2.1.3- O custo de cada serviço e/ou material será pago nos preços unitários propostos pelo licitante e estar de acordo com especificações da planilha de quantificação.

3.2.1.4 - Para o recebimento do primeiro pagamento a empresa contratada deverá apresentar a A R T de Execução do CREA devidamente recolhido de todos os profissionais envolvidos na obra e cópia do documento comprobatório da inscrição da obra e dos funcionários junto ao INSS.

3.2.1.5 – Para o pagamento de cada parcela fica condicionada a apresentação por parte da CONTRATADA das guias de quitação junto ao INSS, com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa matriculados na obra.

3.2.1.6 - Para pagamento da última fatura e liberação da caução a empresa deverá apresentar a CND da obra, recolhida junto ao INSS, mais os recolhimentos do ISS no Município de União do Oeste, comprovante de quitação do INSS e do FGTS de todos os funcionários matriculados na obra, bem como provas de quitação das despesas efetuadas junto a concessionária de Energia e Água.

CLÁUSULA QUARTA - DA MEDIÇÃO

4.1- A medição será realizada pela CONTRATANTE, até o 5º dia útil após o encerramento de cada mês, considerando encerramento o último dia útil do mês da realização das obras e serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1- A Obra deverá ser entregue no prazo máximo de 120 DIAS contados do dia seguinte ao da emissão da ordem de serviço.

5.2 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - São obrigações da Contratante sem que a elas se limitem:

6.2 - Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

6.3 - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato, e nos termos do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - São obrigações da CONTRATADA, sem que elas se limitem:

7.2 - Obedecer às normas e especificações do edital previstas no item 15 bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

7.3 - Comparecer, sempre que solicitada, ao Setor de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal de UNIÃO DO OESTE, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

7.4 - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a Prefeitura Municipal de União do Oeste ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO.

7.5 - O não cumprimento total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

7.6- A contratada deverá efetuar o recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza do Município de União do Oeste no ato do recebimento de cada medição.

7.6.1 Referente a cobrança de ISS, o valor constante na nota fiscal referente a aquisição de materiais não pode ser SUPERIOR a 70% do valor total da obra, e o valor referente a mão-de-obra não pode ser INFERIOR a 30% do valor total da obra, sendo vedada a agregação de qualquer outro valor. Conforme Art. 87 do código tributário municipal.

7.7 – Comprovar mensalmente a regularidade fiscal com o INSS e FGTS de todos os funcionários matriculados na obra como condição de recebimento dos valores a que tiver direito.

7.8 – Comunicar a contratante por escrito sempre que houver alteração no quadro dos funcionários cadastrados na obra.

7.9 – Manter preposto aceito pela Administração no local da obra.

7.10 – Elaborar o diário de obra.

7.11 – Afixar, em local de visibilidade, durante a execução do Contrato, placa conforme modelo disponibilizado pelo Município.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes com a realização deste contrato correrão por conta da dotação:
ÓRGÃO 05 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE – 1.054 AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA INFANTIL
COD. RED. 51 – 4.4.90.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

9.1 - O recebimento provisório da obra será promovido por profissional habilitado indicado pela Prefeitura Municipal, que verificará e atestará o cumprimento de todas as condições para a entrega da obra, emitirá parecer conclusivo dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação, por escrito, da contratada, informando a conclusão das obras.

9.2 - O recebimento definitivo das obras será feita após o decurso do prazo de 30 (Trinta) dias corridos contados da emissão da aceitação provisória, pela prefeitura. Durante este período, a Contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento de suas instalações por elas construídas, qualquer falta construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando sujeito ainda as penalidades previstas em Lei.

9.3- O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto do presente.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 - pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções.

10.2 - Advertência

10.3 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

10.4 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;
- c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5 - Dar-se-á rescisão administrativa, independente de qualquer procedimento judicial quando:

10.6 - Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

10.7 - Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

10.8 - Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres da Prefeitura.

10.9 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada pela prefeitura dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobrada judicialmente.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1-Toda a obra executada pela Contratada será fiscalizada pelo Engenheiro da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Sr. Igor Leonardo Loeblein Furraer, obrigando-se a Contratada a assegurar aos locais de serviços, mantendo a Contratada preposto na obra, aceito pela Prefeitura Municipal de União do Oeste.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE

12.1 - A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidos pelas Leis Brasileira, em especial pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas, do Estado de Santa Catarina, o qual terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia do contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente, por si e seus sucessores em Juízo ou fora dele.

União do Oeste/SC, 05 de maio de 2020.

EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA.
DARCI VILMAR QUEVEDO

CONTRATANTE
CELSO MATIELLO

FISCAL DE CONTRATO
IGOR LEONARDO LOEBLEIN FURRAER

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Andressa Gregolin Donzelli	Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79	CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

CONTRATO ADM Nº 19/2020

Publicação Nº 2464876

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 19/2020

TERMO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS PARA EXPLORAÇÃO DE CASCALHO.

Pelo presente instrumento particular de cessão de direitos para exploração de cascalho, o Senhor NEURO GRODERS, agricultor, residente na Linha Parafusinho, Interior, União do Oeste - SC, inscrito no CPF 021.223.779-92, VENDE, ao Município de União do Oeste, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CELSO MATIELLO, portador da Cédula de Identidade RG nº 763.172 e inscrito no CPF sob o nº 422.972.909-00, o direito de exploração de uma mina de cascalho com a retirada de 325 cargas de cascalho, através de caminhão basculante de sua propriedade localizada na Linha Parafusinho, Interior deste Município de União do Oeste.

CLAUSULA PRIMEIRA: O Município, através da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, extrairá 325 (trezentas e vinte e cinco) cargas de cascalho, através de caminhão basculante, a contar da data do presente instrumento até 10/06/2020.

CLAUSULA SEGUNDA: O Cedente, pôr força do presente Termo, compromete-se a permitir o livre acesso, das máquinas/caminhões e servidores da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos em sua propriedade a fim de extrair o cascalho.

CLAUSULA TERCEIRA: A presente cessão é feita a título oneroso, e a Prefeitura pagará o valor único e total de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

CLAUSULA QUARTA: O valor ajustado na Clausula anterior será pago até o dia 10 de junho de 2020, na tesouraria da Prefeitura Municipal de União do Oeste, ou em ordem bancária, na conta n.º 95168, Agência n.º 3069 do Banco SICOOB MAXI CREDITO.

CLAUSULA QUINTA: O presente Termo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, ficando expressa a renúncia ao arrependimento.

CLAUSULA SEXTA - Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, até 10/06/2020.

CLAUSULA SÉTIMA: Para fazer frente as despesas decorrentes do presente contrato, utilizar-se-á os recursos do Orçamento vigente, com a seguinte classificação:

Órgão - 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade - 01 – DPTO. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto Atividade - 2.027 – MANUT. ATIVIDADES DA SEC. DE TRANSP. E OBRAS
Cód. Red. 136 – Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para resolver dúvidas que deste originarem, esgotadas as vias administrativas.

Estando assim, as partes justas e combinadas, é lavrado o presente termo que lido e achado, vai assinado pelas partes, perante duas testemunhas.

GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE - SC, EM 05 de maio de 2020.
CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

NEURO GRODERS
CPF: 021.223.779-92

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Andressa G. Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

DECRETO MUNICIPAL N° 4446 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2465069

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.446, De 05 de maio de 2020.
Dispõe sobre exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor PAULO GONSALVES SOARES, do cargo em comissão de Secretário Municipal, nomeado através do Decreto Municipal N.º 3.395, de 02 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 3.395/2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 05 de maio 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2547/2020

Publicação Nº 2465317

DECRETO Nº 2547/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2168/2020, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2074 – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE – APAE - SUS

3350.00.00.00.00.00.0101 – Transferências a Instituições Privadas sem FinsR\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação do SUS, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 101R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de abril de 2020.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2548/2020

Publicação Nº 2465320

DECRETO Nº 2548/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2169/2020, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2061 – ASSIST. MEDICA AMBULAT. EMERGENCIAL HOSPITALAR

3390.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 29.811,93

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 29.811,93

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação do SUS CORONAVÍRUS, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0101 R\$ 29.811,93

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de abril de 2020.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2549/2020

Publicação Nº 2465322

DECRETO Nº 2549/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2170/2020, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici
2061 – ASSIST. MEDICA AMBULAT. EMERGENCIAL HOSPITALAR
3390.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações DiretasR\$ 22.616,16

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 22.616,16

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação Transferência Judiciário Convenio, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0123R\$ 22.616,16

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de abril de 2020.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2550/2020

Publicação Nº 2465323

DECRETO Nº 2550/2020

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO PELOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO, EM CUMPRIMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES REMOTAS EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL CARACTERIZADA PELA SUSPENSÃO DAS AULAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DECRETADA COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS (ACTS) E DE ESTAGIÁRIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici/SC, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 50, IV da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP n. 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 2523, de 24 de março de 2020, que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus;

DECRETA:

TÍTULO I: NORMAS INTRODUTÓRIAS

Art. 1º As regras definidas no presente decreto aplicam-se exclusivamente aos servidores e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Urubici cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal n. 2519, de 17 de março de 2020.

Art. 2º O regime especial de atividades não-presenciais a ser implementado no âmbito do Município de Urubici envolverá o desenvolvimento de atividades remotas cujo aproveitamento para fins do disposto no inc. I do art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), depende do integral cumprimento das regras e diretrizes a serem fixadas no âmbito do sistema municipal de ensino.

Art. 3º. Durante o período em que forem suspensas as atividades escolares na rede municipal de ensino, os servidores efetivos vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão desenvolver suas atividades por meio de um dos seguintes regimes de trabalho:

- I – expediente regular, com cumprimento integral das atividades de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação;
- II – expediente regular, com cumprimento regular de sua jornada de trabalho em outro órgão da administração pública municipal, mediante lotação provisória;
- III – trabalho remoto, com cumprimento de jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais;
- IV – banco de horas, mediante a suspensão da realização de atividades com formação de banco de horas para compensação futura, quando for retomada a realização do ensino com atividades presenciais.

§ 1º A definição do regime de trabalho previsto nos incisos III e IV deverá ser detalhado em Plano de Trabalho Individual, a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O Plano de Trabalho Individual poderá fixar regime híbrido que preveja o cumprimento de jornada de trabalho do profissional em mais de uma das modalidades de trabalho definidas nos incisos I, III e IV deste artigo.

§ 3º Aos servidores temporários (ACTs) vinculados à Secretaria Municipal de Educação, aplicam-se às regras definidas no Título IV, deste decreto.

§ 4º Aos estagiários e profissionais contratados sob regime diferenciado, aplicam-se as regras definidas no Título V, deste decreto.

TÍTULO II: DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO

Art. 4º Enquanto as atividades regulares nas unidades de ensino estiverem suspensas:

I – independentemente do regime de trabalho a que estiver submetido o servidor, será mantida a percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

a) gratificação de regência de classe;

II – em relação àqueles servidores que estiverem atuando em regime de trabalho banco de horas, serão suspensas a percepção das seguintes vantagens (caso previstas pelo Município):

a) vale alimentação;

Art. 5º Quando do retorno das atividades presenciais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos professores integrantes do grupo de risco, a estes será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

TÍTULO III: DOS REGIMES DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS

CAPÍTULO I: DO REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 6º As atividades não-presenciais que integram o regime de trabalho remoto incluem, entre outras:

- I - planejamento, adequação e preparação de atividades de intervenção docente não presencial;
- II – participação em reuniões pedagógicas remotas;
- III – participação de atividades de formação continuada;
- IV – produção de conteúdo e de estratégias didáticas para diferentes modalidades de ensino por meio de estratégias de intervenção diversas do método presencial;
- V – elaboração de material didático para ser disponibilizado em versão impressa ou digital
- VI – entrevistas e participações em programas de rádio, de televisão e de outros meios de comunicação com a finalidade de informação e de formação;

VII – as interações com os discentes em ambiente virtual e acompanhamento de atividades avaliativas.

Parágrafo único. As atividades deverão ser definidas em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º O Plano de Trabalho Individual deverá especificar as atividades a serem realizadas de forma proporcional à carga horária de trabalho do servidor.

§ 1º A comunicação e/ou interação de professores com alunos, pais, familiares e/ou responsáveis, dar-se-á exclusivamente dentro do horário de trabalho do professor, sendo que qualquer atividade realizada fora do horário normal de trabalho, será considerada mera liberalidade, sendo vedado o pagamento de hora extraordinária.

§ 2º A execução das atividades não-presenciais corresponderá à totalidade da carga horária do regime de contratação, incluindo não somente as horas de interação com alunos em sala de aula, quanto às chamadas horas-atividade (art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008).

§ 3º O Plano de Trabalho Individual do profissional do Magistério e da Educação será fixado pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial de Educação adotado pelo Município.

Art. 8º O Município deverá prover recursos materiais para que as atividades sejam desenvolvidas pelos Profissionais do Magistério e da Educação, em sua residência ou na unidade escolar de ensino, nos termos do Plano de Intervenção Emergencial a ser aprovado pelo Município.

Art. 9º A regulamentação das atividades deverá ser feita por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, nos termos de regulamentação a ser fixada pelo Conselho Municipal de Educação e consequente homologação dos atos normativos.

§ 1º O regulamento deverá tratar sobre sistemática para o cumprimento de jornada de trabalho, para o controle de atividade pedagógica e educacional e sobre a supervisão ou coordenação pedagógica das atividades.

§ 2º Os efeitos jurídicos do regime de trabalho remoto se equiparam àqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II: DA LOTAÇÃO PROVISÓRIA EM OUTRO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a determinar a lotação provisória de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, para o exercício em outro órgão da Administração Pública, nos termos definidos no art. 3º, inc. II, deste decreto.

Parágrafo único. O servidor público só deverá exercer suas atribuições no local da lotação provisória quando as funções por ele desempenhadas sejam compatíveis com as atribuições do cargo de provimento efetivo de que é titular e desde que respeitada a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente.

Art. 11. O ato da lotação provisória do servidor deverá ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos e deverá ser efetivado, independentemente de sua anuência prévia, exigindo sua comunicação com pelo menos dois dias de antecedência.

Art. 12. O ato de lotação provisória do servidor público municipal se concretizará com a publicação da portaria no Diário Oficial dos Municípios.

§ 1º O ato de lotação provisória deverá prever seu termo final, que será por prazo certo ou pelo adimplemento de condição resolutive.

§ 2º A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato unilateral do Secretário Municipal de Educação.

CAPÍTULO III: DO REGIME DE BANCO DE HORAS

Art. 13. Os servidores que não puderem exercer suas atividades em regime de expediente normal (art. 3º, incs. I e II deste Decreto), ou ainda, através de trabalho remoto (art. 3º, inc. III), estarão submetidos ao regime de compensação por banco de horas, nos termos definidos no art. 3º, inc. IV, deste decreto.

Art.14. O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor durante o período em que houve a suspensão do atendimento presencial das unidades escolares e demais dependências educacionais da rede de ensino municipal.

Art. 15. Ao final do período de suspensão das atividades escolares e dependências educacionais, será calculado o montante do total de horas negativas acumuladas no período, devendo o servidor público compensá-las quando forem retomadas as atividades regulares na rede de ensino municipal.

§ 1º As horas trabalhadas a mais em razão do regime de compensação de horas, em regra, não terão caráter de labor extraordinário, e serão compensadas de acordo com os parâmetros e critérios definidos no Plano de Intervenção Emergencial de Educação e no Plano de Trabalho Individual do profissional.

§ 2º A compensação mencionada no §1º, deste artigo, não poderá resultar em jornada diária total superior a 10 (dez) horas diárias.

§ 3º A compensação das horas não pode prejudicar o direito dos servidores públicos quanto ao descanso entre jornadas, salvo em caso de

excepcional necessidade do serviço público, e desde que assim ajustado de comum acordo entre a chefia imediata e o servidor.

§ 4º As horas acumuladas nos termos deste capítulo deverão ser compensadas ao longo do período em que se estender o período de reposição para cumprimento integral do calendário letivo do ano de 2020, ainda que eventualmente adentre no ano civil de 2021.

Art. 17. Para fins de contagem das horas de trabalho a serem acumuladas, aplicam-se os seguintes critérios:

- I – para os profissionais do Magistério que atuam como docentes, o acúmulo das horas deve tomar como referência o total das horas (hora relógio) abrangidas por sua jornada de trabalho;
- II – para os demais profissionais do Magistério e da Educação, o acúmulo das horas deve tomar como referência sua jornada de trabalho regular.

§ 1º Em relação aos profissionais do Magistério que atuam como docentes, o montante final das horas acumuladas deverá diferenciar o número total de horas de interação com os estudantes (2/3) e de horas-atividade (1/3), para fins de regular aplicação do disposto no art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

§ 2º A critério da Administração, e nos termos do Plano de Intervenção Emergencial de Educação, aos profissionais do Magistério que atuam como docentes poderá ser determinada a realização de atividades de formação continuada até o limite de 1/3 de sua jornada de trabalho, horas essas a serem abatidas do montante total das horas-atividade acumuladas.

Art. 18. A compensação das horas acumuladas pelos profissionais do Magistério que atuam como docentes deve levar em conta os seguintes balizamentos:

- I – as horas acumuladas a título de horas-atividade não podem ser utilizadas para compensar atividades que exijam interação direta com os alunos;
- II – a critério da Secretaria Municipal de Educação, a compensação das horas devidas poderá ser realizada em unidades de ensino distintas daquelas às quais o servidor esteja vinculado.

Parágrafo único. O planejamento dos instrumentos de compensação das horas acumuladas deve constar de Plano Individual de Trabalho a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 19. A acumulação de horas devidas em face da sujeição ao regime de banco de horas aplica-se exclusivamente enquanto perdurar a suspensão das aulas da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. A sujeição do servidor ao regime de banco de horas não pode importar em redução de sua remuneração mensal.

TÍTULO IV. DOS SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO (ACT's)

Art. 20. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos servidores contratados por prazo determinado, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I – a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho:

- a) de expediente regular, nos termos do art. 3º, inc. I;
- b) de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, inc. III;
- c) em regime de trabalho híbrido, nos termos do art. 3º, § 2º.

II – a suspensão do contrato de trabalho;

III – a alteração unilateral do contrato de trabalho, para exercício extraordinário em lotação diversa;

IV – a rescisão unilateral do contrato de trabalho, em razão da situação do combate ao COVID-19 no âmbito do Município.

Art. 21. Aos servidores temporários que continuarem a desenvolver suas atividades na forma definida no inc. I do art. 20, aplicam-se integralmente as regras definidas no título III que trata dos servidores efetivos.

Art. 22. Aos servidores temporários que tiverem seus contratos de trabalho suspensos, nos termos do inc. II do art. 20 não será realizado nenhum tipo de pagamento de caráter remuneratório.

§ 1º O prazo máximo de suspensão do contrato de trabalho será de 90 (noventa) dias.

§ 2º Não se aplica aos servidores temporários com contrato suspenso as regras referentes à formação continuada prevista no art. 17, § 2º deste decreto.

§ 3º A suspensão temporária do contrato de trabalho será pactuada por acordo individual escrito entre a Secretaria Municipal de Educação e o contratado, que será encaminhado ao contratado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos.

§ 4º O contrato de trabalho será restabelecido no prazo de dois dias corridos, contados:

- I – da cessação da medida restritiva que determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino;
- II – da data da comunicação da Secretaria Municipal de Educação que notifique ao contratado sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o contratado possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho.

§ 5º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, de acordo com o disposto no art. 20, inc. IV.

Art. 23. O servidor temporário vinculado à Educação, que não possa ser aproveitado na execução de atividades em regime de expediente normal ou de trabalho remoto, poderá ter seu contrato de trabalho unilateralmente alterado para exercício temporário em outro órgão de lotação, observados os seguintes requisitos:

I – o exercício de atribuições afins à função para a qual foi contratado, respeitadas a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente;

II – a demonstração de que há necessidade temporária de excepcional interesse público a justificar a alteração unilateral do local de realização da função temporária;

III - a assinatura de termo de alteração da contratação por prazo indeterminado por ambas as partes

Parágrafo único. O termo que determine as alterações na contratação temporária pode fixar como condição resolutiva o retorno das atividades regulares nas unidades de ensino e educacionais do Município.

Art. 24. Os servidores contratados por prazo determinado poderão ter seu contrato de trabalho extinto unilateralmente, sem direito a verba indenizatória conforme estabelecido na Lei nº 1677/2012, art. 12, inciso III.

§ 1º A extinção do contrato será comunicada com a antecedência mínima de quinze dias.

§ 2º Na hipótese de o servidor possuir mais de um vínculo funcional com a Administração, em consonância com os critérios fixados no Plano de Intervenção Emergencial de Educação, a Secretaria Municipal de Educação pode determinar a resilição de somente um desses vínculos.

§ 3º Na superveniência de situação não prevista no Plano de Intervenção Emergencial de Educação que configure manifesta necessidade de serviço, os contratos rescindidos poderão ser reestabelecidos, após manifestação prévia dos interessados.

Art. 25. Na hipótese de o servidor temporário requerer a rescisão antecipada de seu contrato, serão deduzidas das verbas indenizatórias os valores remuneratórios que lhe foram antecipados à título de férias, ou ainda, durante a vigência da suspensão de seu contrato de trabalho.

Art. 26. Os contratos de trabalho por prazo determinado poderão ter sua vigência prorrogada a fim de que sejam adequados ao novo calendário escolar relativo ao ano letivo 2020.

Parágrafo único. Os contratos por prazo determinado cujo termo final de vigência expire durante o período em que as atividades escolares estiverem suspensas, poderão ser prorrogados, desde que demonstrada a necessidade de sua manutenção.

TÍTULO V. DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 27. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos Termos de Compromisso de Estágio em vigor, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I – a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho de expediente regular ou de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, incs. I e II deste Decreto.

II - a suspensão do termo de compromisso de estágio, sem percepção da respectiva bolsa de estágio;

III – a rescisão unilateral do termo de compromisso de estágio, em razão da situação do combate a COVID-19 no âmbito do Município.

§ 1º Os atos relacionados ao disposto nos incisos II e III serão notificados ao estagiário com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 2º Durante o período de suspensão do termo de compromisso de estágio, fica igualmente suspenso o pagamento de quaisquer benefícios dele decorrentes, como vale transporte e/ou auxílio alimentação, devendo ser garantido pagamento do seguro em favor do estagiário (art. 9º, inc. IV da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008), por parte da entidade conveniada ou do próprio Município.

§ 3º Uma vez restabelecidas as atividades regulares das unidades de ensino da rede municipal, o termo de compromisso de estágio, suspenso nos termos do inc. II, será restabelecido no prazo máximo de até dois dias corridos.

TÍTULO VI: DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Durante o período de suspensão das atividades regulares nas unidades de ensino da rede pública municipal, ficarão suspensos os relatórios de avaliação de desempenho, a contagem de tempo de interstício para fins de progressão na carreira e o prazo de contagem do estágio probatório.

Art. 29. Ficam suspensos até o dia 31 de dezembro de 2020, a implementação em folha de pagamento de progressão funcional, de adicional de tempo de serviço, de adicional de pós-graduação, de abono de permanência e de ajuda de custo.

Art. 30. As licenças de capacitação e as licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano Emergencial da Educação, poderão ser suspensas por decisão unilateral.

Art. 31. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 33. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Urubici/SC, em 04 de maio de 2020.

Antônio Zilli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2551/2020

Publicação Nº 2465325

DECRETO Nº 2551/2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO ZILLI, PREFEITO MUNICIPAL DE URUBICI, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 50, IV da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO, ainda, as medidas já adotadas pelo Executivo Estadual, neste sentido;

DECRETA:

Art. 1º - Torna-se obrigatório o uso de máscaras para a circulação de pessoas em todo o território do Município de Urubici/SC.

Art. 2º - Torna-se obrigatório a disponibilização de colaborador na porta de todos os estabelecimentos comerciais para higienizar, com álcool 70%, as mãos de todas as pessoas que entrarem no estabelecimento, bem como para controlar a entrada, respeitando os limites definidos nas regulamentações Estaduais e Municipais já existente, e o afastamento dos clientes em possíveis filas do lado de fora.

Art. 3º - O não cumprimento das medidas estabelecidas nos artigos anteriores acarretará nas sanções previstas no art. 9º do Decreto Municipal n. 2.538/2020.

Art. 4º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Urubici/SC, em 04 de maio de 2020.

Antônio Zilli
Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 256/2020

Publicação Nº 2465552

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Dispensa de licitação/Compra Direta nº 256/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Urubici. Contratada: Borracharia Avenida Ltda. CNPJ: 85.330.199/0001-79. Objeto. Referente aquisição de pneus 1100 R 22 . Data: 04/05/2020. Valor: R\$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais).Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

LEI Nº 2167/2020

Publicação Nº 2465302

LEI Nº 2167/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS PARA O PROGRAMA "MAIS MÉDICOS".

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a custear, até 01 de abril de 2021, as despesas de locação de imóvel, alimentação, água e energia elétrica dos Médicos sediados em Urubici e integrantes do Programa "Mais Médicos" no valor de R\$ 3.000,00 por Médico.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis nº 1803 e 1802 de 2014.

Urubici-SC, em 28 de abril de 2020.

Antônio Zilli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 28 de abril de 2020.

LEI Nº 2168/2020

Publicação Nº 2465306

LEI Nº 2168/2020

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2074 – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE – APAE - SUS

3350.00.00.00.00.00.0101 – Transferências a Instituições Privadas sem FinsR\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação do SUS, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 101R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de abril de 2020.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 28 de abril de 2020.

LEI Nº 2169/2020

Publicação Nº 2465309

LEI Nº 2169/2020

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2061 – ASSIST. MEDICA AMBULAT. EMERGENCIAL HOSPITALAR

3390.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações DiretasR\$ 29.811,93

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 29.811,93

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação do SUS CORONAVÍRUS, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0101R\$ 29.811,93

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de abril de 2020.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 28 de abril de 2020.

LEI Nº 2170/2020

Publicação Nº 2465312

LEI Nº 2170/2020

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2061 – ASSIST. MEDICA AMBULAT. EMERGENCIAL HOSPITALAR

3390.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações DiretasR\$ 22.616,16

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 22.616,16

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação Transferência Judiciário Convênio, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 123R\$ 22.616,16

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de abril de 2020.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 28 de abril de 2020.

PORTARIA Nº 218/2020

Publicação Nº 2465296

PORTARIA Nº 218/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 031/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Katia de Araujo Vilvert, exercendo o cargo de Agente Comunitária de Saúde, Licença Maternidade por um período de 06 meses, a partir de 28/04/2020, conforme art. 62 da Lei Complementar nº 031/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de Abril de 2020.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 219/2020

Publicação Nº 2465299

PORTARIA Nº 219/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Processo Seletivo nº 014/2019/ SMS.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 702/2019, que admitiu o Senhor Wagner Roberto Barbosa, para exercer o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, até 28/05/2020, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 28 de Abril de 2020.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

Urupema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 13/2020 - PMU

Publicação N° 2464878

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2020

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 18/05/2020, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando aquisição de tubos de concreto para reposição em bueiros localizados nas estradas municipais e drenagem em ruas do perímetro urbano. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou licitacao@urupema.sc.gov.br, das 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min ou pelo site <http://urupema.sc.gov.br/>

Urupema, 06 de Maio de 2020.

EVANDRO FRIGO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

PORTARIA GP/Nº 100/2020

Publicação Nº 2466369

PORTARIA GP/Nº 100, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Admite candidatos aprovados no concurso público municipal regido pelo Edital nº 02/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Municipal nº 2.776, de 27 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Municipal (Emprego Público), devidamente homologado através do Decreto GP/Nº 206, de 29 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento para Efetivação datado de 26 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir GEMERSON GHISI NUERNBERG, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal, para exercer o Cargo de Emprego Público de ODONTÓLOGO/ESF, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 101/2020

Publicação Nº 2466370

PORTARIA GP/Nº 101, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Contratar temporariamente Monitor Escolar para atuarem na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente os servidores abaixo relacionados, para exercerem a função de Monitor Escolar – ACT na área de Ensino Infantil e Fundamental (Departamento de Ensino Fundamental - FUNDEB 40%), na Secretaria de Educação, em virtude da necessidade imperiosa de compor o quadro funcional de professores, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Motivo do afastamento	Carga Horária	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Vaga Transitória	-	20	Melody Francisco Dos Santos	CMEI Sergio Teixeira	-	16/03/2020 a 11/12/2020
Vaga Transitória	-	30	Karina Consoni Guollo	CMEI Agenir Nichele	-	16/03/2020 a 11/12/2020
Vaga Transitória	-	20	Kétulin Clara Gomes	CMEI Agenir Nichele	-	16/03/2020 a 11/12/2020
Vaga Transitória	-	40	Gleice Toretto Borges	EM Rosalino Damiani, EM Ernesto César Mariot	-	16/03/2020 a 11/12/2020

Vaga Transitória	-	40	Luis Carlos de Melo	EM Ernesto César Mariot, CEP Lydio de Brida	-	17/03/2020 a 11/12/2020
------------------	---	----	---------------------	---	---	-------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 102/2020

Publicação Nº 2466371

PORTARIA GP/Nº 102, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Altera a carga horária do servidor VILSON RAMON BONETTI, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária do servidor VILSON RAMON BONETTI, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF, de 20hs/semanais para 40hs/semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 19 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 19 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 103/2020

Publicação Nº 2466372

PORTARIA GP/Nº 103, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Concede afastamento para tratamento de saúde as servidoras que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA MAGALHÃES, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 8 de março de 2020.

Art. 2º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA DE FÁTIMA SILVA MADEIRA, ocupante da vaga de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir de 18 de março de 2020.

Art. 3º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 8 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 19 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Assistente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 104/2020

Publicação Nº 2466373

PORTARIA GP/Nº 104, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora MARIA APARECIDA PESSOA DUTRA

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004 e com base no Processo Administrativo nº 59/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora MARIA APARECIDA PESSOA DUTRA:

- I – referente ao período aquisitivo de 20/06/2006 à 19/06/2011, sendo ele:
- a) 1º de novembro de 2020 à 11 de novembro de 2020;
- II – referente ao período aquisitivo de 21/11/2014 a 06/01/2020, sendo ele:
- a) 12 de novembro de 2020 a 11 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revoga-se a Portaria GP/Nº 61, de 29 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 19 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 105/2020

Publicação Nº 2466374

PORTARIA GP/Nº 105, DE 30 DE MARÇO DE 2020.

Concede licença maternidade a servidora MAYARA CRISTINA MARTINS MENDES, ocupante da vaga de Auxiliar de Saúde Bucal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, conforme artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c com a Lei nº 2.776, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora MAYARA CRISTINA MARTINS MENDES, ocupante da vaga de Auxiliar de Saúde Bucal, na Secretaria de Saúde, no período de 28 de março de 2020 a 23 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 28 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 106/2020

Publicação Nº 2466375

PORTARIA GP/Nº 106, DE 30 DE MARÇO DE 2020.

Designa a servidora ANDREIA ZAVARIZE BENDO, para responder interinamente como Coordenador do CREAS, por tempo indeterminado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado a servidora ANDREIA ZAVARIZE BENDO, contratada temporariamente como Assistente Social, para responder interinamente pela Coordenação do CREAS, a partir de 16 de março de 2020, por tempo indeterminado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 16 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 107/2020

Publicação Nº 2466376

PORTARIA GP/Nº 107, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

Admite candidatos aprovados no concurso público municipal regido pelo Edital nº 02/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Municipal nº 2.776, de 27 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Municipal (Emprego Público), devidamente homologado através do Decreto GP/Nº 206, de 29 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento para Efetivação datado de 26 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir LEVI DAUFENBACH, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal, para exercer o Cargo de Emprego Público de MONITOR/FACILITADOR DE OFICINA - ATIVIDADE FÍSICA, LAZER E RECREAÇÃO/SCFV – EP30 do anexo V, com carga horária de 20 horas/semanais, a partir de 1º de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de abril de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 82/2020

Publicação Nº 2466382

PORTARIA GP/Nº 82, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera da função os servidores temporários que menciona, vinculados a Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar função por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora VIVIANE DA SOLER, ocupante da vaga de Professor - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 14 de fevereiro de 2020, conforme informações contidas no Processo Administrativo nº 239/2020.

Art. 2º Exonerar função por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora ESTELA DE OLIVEIRA DALLA VEDOVA, ocupante da vaga de Professor - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 10 de fevereiro de 2020, conforme informações contidas no Processo Administrativo nº 295/2020.

Art. 3º Exonerar função por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora JACKELINE REGINA DALPONTE SERAFIN, ocupante da vaga de Professor - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 28 de fevereiro de 2020, conforme informações contidas no Processo Administrativo nº 272/2020.

Art. 4º Exonerar função por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora MARLETE HENRIQUE DO CARMO SILVA MACIEL, ocupante da vaga de Professor - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 5º Exonerar função por término de contrato antecipado pelo contratado, o servidor MAURICIO DOS SANTOS, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 20 de fevereiro de 2020, conforme informações contidas no Processo Administrativo nº 267/2020.

Art. 6º Exonerar função por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora PATRÍCIA BUZZO RODIVA, ocupante da vaga de Professor - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 21 de fevereiro de 2020, conforme informações contidas no Processo Administrativo nº 254/2020.

Art. 7º Exonerar função por término de contrato, o servidor JOSIAS PAVANATI LOPES, ocupante da vaga de Professor - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 6 de fevereiro de 2020, conforme informações contidas no Processo Administrativo nº 207/2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 6 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 29 de fevereiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 83/2020

Publicação Nº 2466384

PORTARIA GP/Nº 83, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora MAISA ARGENTA SABI, ocupante da vaga de Odontólogo/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, com base na Portaria GP/Nº 123, de 22 de abril de 2019 e de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 253/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora MAISA ARGENTA SABI, ocupante da vaga de Odontólogo/ESF, na Secretaria de Saúde, a partir de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 21 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 29 de fevereiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 84/2020

Publicação Nº 2466383

PORTARIA GP/Nº 84, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede licença maternidade a servidora INDIANARA RODRIGUES DA CRUZ, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, conforme artigo 7º da Lei nº 2.860, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora INDIANARA RODRIGUES DA CRUZ, ocupante da vaga de Professor – ACT, na Secretaria de Educação, no período de 19 de fevereiro de 2020 a 16 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 19 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 29 de fevereiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 85/2020

Publicação Nº 2466385

PORTARIA GP/Nº 85, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede licença maternidade a servidora ALINE TEIXEIRA MAFFEI, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, conforme artigo 7º da Lei nº 2.860, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora ALINE TEIXEIRA MAFFEI, ocupante da vaga de Professor – ACT, na Secretaria de Educação, no período de 18 de fevereiro de 2020 a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 18 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 29 de fevereiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 86/2020

Publicação Nº 2466381

PORTARIA GP/Nº 86, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera a servidora SABRINA MARTINS, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de contrato, a servidora SABRINA MARTINS, ocupante da vaga de Monitor Escolar - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 1º de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 29 de fevereiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 88/2020

Publicação Nº 2466380

PORTARIA GP/Nº 88, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Concede licença maternidade a servidora KAROLINE CONTI CESCA, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, conforme artigo 7º da Lei nº 2.860, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora KAROLINE CONTI CESCA, ocupante da vaga de Professor – ACT, na Secretaria de Educação, no período de 2 de março de 2020 a 28 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 2 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 89/2020

Publicação Nº 2466379

PORTARIA GP/Nº 89, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Contrata servidores que menciona para atuarem nas oficinas vinculadas ao Projeto “ESCOLA DE ARTES” na Diretoria de Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Municipal nº 2.762/2016 e Lei Municipal nº 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar servidores abaixo mencionados para atuarem na função de instrutores nas oficinas vinculadas ao Projeto “Escola de Artes” da Diretoria de Cultura, conforme quadro abaixo:

NOME DO PROFISSIONAL TEMPO-RÁRIO	OFICINA	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
Serize Darella	Língua Italiana	10 horas/semanais	09/03/2020 a 11/12/2020
Eduardo Trombim	Violão e Teclado	22 horas/semanais	02/03/2020 a 11/12/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 2 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

NEVTON VICENTE RECH BORTOLOTTI
Diretor de Cultura

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 90/2020

Publicação Nº 2466378

PORTARIA GP/Nº 90, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Admite candidatos aprovados no concurso público municipal regido pelo Edital nº 02/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Municipal nº 2.776, de 27 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Municipal (Emprego Público), devidamente homologado através do Decreto GP/Nº 206, de 29 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento para Efetivação datado de 20 de janeiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir LIEGE CARDOSO DENOVARO, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal, para exercer o Cargo de Emprego Público de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 2 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem à 2 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

IZOLETE DUARTE VIEIRA GASTALDON
Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 91/2020

Publicação Nº 2466363

PORTARIA GP/Nº 91, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Contrata Professores-ACT para desempenharem atividades no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014, Lei nº 2.821, de 4 de outubro de 2017 e Termo de Cooperação Técnica nº 24/2017/AT-GAB/IFSC,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar professores para atuarem nos cursos desenvolvidos pelo IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina no município de

Urussanga, conforme quadro abaixo:

Nome do Profissional ACT	Curso	Carga Horária	Período
VIVIANE MENDES	Artesanato em patchwork	160h	02/03/2020 a 04/06/2020
GIOVANNA VENDRAMINI	Pesquisa e Desenvolvimento de coleção e moda	160h	02/03/2020 a 04/06/2020
KAITIUCIA A. ROCHA MENEGUEL	Informática I	60h	04/03/2020 a 10/06/2020
ANDRESSA MARTINS BEZ BIROLO	Inglês básico intermediário	120h	03/03/2020 a 18/06/2020
ROSELI ROSSETI MILAK	Representante comercial	160h	02/03/2020 a 04/06/2020
CLEBER FENILI	Soldador	162h	02/03/2020 a 15/06/2020
EDSON TAVAREZ FERRAREZ	Torneiro mecânico	160h	02/03/2020 a 03/06/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 2 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Assistente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 92/2020

Publicação Nº 2466362

PORTARIA GP/Nº 92, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Contratar temporariamente professores para atuarem no Ensino Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente os servidores abaixo relacionados, para exercerem a função de Professor – ACT na área de Ensino Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 60%), na Secretaria de Educação, em virtude da necessidade imperiosa de compor o quadro funcional de professores, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	C.H.	Motivo do afastamento	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Daniela Dal Pont Vier	30	Coordenação	ADRIANA DA SILVA	CMEI Agenir Nichele	203	11/03/2020 a 11/12/2020
Karoline Conti Cesca	30	Licença Maternidade	BRUNA DA SILVA DIAS	CMEI Elias Biz	201	02/03/2020 até o retorno da titular da vaga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 2 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 93/2020

Publicação Nº 2466361

PORTARIA GP/Nº 93, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Exonera a servidora KETULIN MARIA DE COSTA, ocupante da vaga de Monitor de Transporte Escolar – ACT, na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base nas informações contidas no Processo Administrativo nº 312/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora KETULIN MARIA DE COSTA, ocupante da vaga de Monitor de Transporte Escolar - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 3 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 3 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 94/2020

Publicação Nº 2466360

PORTARIA GP/Nº 94, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Reverte a servidora efetiva KATIA REGINA PEREIRA ZISINIO DALPONTE ao cargo de Técnica de Enfermagem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base no artigo 19, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 15/2016,

CONSIDERANDO o cancelamento da aposentadoria por invalidez da servidora abaixo mencionada, a qual se deu por determinação do INSS, que a julgou apta para o exercício da atividade laborativa após inspeção médica periódica;

CONSIDERANDO o constante na alínea "a", do inciso II do artigo 49 do Decreto Federal nº 3.048/1999 que Aprova o Regulamento da Previdência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Reverter ao cargo de Técnica de Enfermagem a servidora efetiva KATIA REGINA PEREIRA ZISINIO DALPONTE, para desempenhar suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da decisão do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Requerimento nº 160869608, que cessou o benefício de aposentadoria por invalidez da servidora a partir de 16 de agosto de 2018, que passar a fazer parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 2 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 95/2020

Publicação Nº 2466364

PORTARIA GP/Nº 95, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Exonera da função, por pedido de demissão sem justa causa, o servidor CLAUDEIR POLICARPI DA SILVA, ocupante da vaga de Técnico de Enfermagem/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, com base na Portaria GP/Nº 72, de 11 de março de 2019 e de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 340/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por pedido de demissão sem justa causa, o servidor CLAUDEIR POLICARPI DA SILVA, ocupante da vaga de Técnico de Enfermagem/ESF, na Secretaria de Saúde, a partir de 4 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 4 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 96/2020

Publicação Nº 2466365

PORTARIA GP/Nº 96, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Exonera, por pedido de demissão sem justa causa, o servidor JOSÉ DE OLIVEIRA, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais I - ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base nas informações constantes do Processo Administrativo nº 319/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por pedido de demissão sem justa causa, o servidor JOSÉ DE OLIVEIRA, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais I - ACT, na Secretaria de Infraestrutura, a partir de 5 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 5 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

EMERSON JEREMIAS
Secretária Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 97/2020

Publicação Nº 2466366

PORTARIA GP/Nº 97, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora MARIA JOSÉ TAVARES, para atuar na função de Professor na disciplina de Educação Física.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora MARIA JOSÉ TAVARES para exercer a função de Professor – ACT na área de Ensino Fundamental – disciplina de Educação Física (Departamento de Ensino Fundamental - FUNDEB 60%), para atuar no EM Ernesto Cesar Mariot, na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas/semanais mais 4 aulas excedentes/mês, no período de 5 a 30 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 5 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 98/2020

Publicação Nº 2466367

PORTARIA GP/Nº 98, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Nomeia o servidor CLEZIO FRECCIA para o cargo de Diretor de Esporte e Lazer I.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2.777, de 26 de setembro de 2016 e Lei Complementar nº 14, de 26 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 4º Nomear o servidor CLEZIO FRECCIA para o cargo de Diretor de Esporte e Lazer I – GDA-35, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 9 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 9 de março de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração aos dezesseis dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL**ATO Nº 28, DE 6 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2466342

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador José Carlos José, no uso de suas atribuições, em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V e VIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 28, DE 6 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A RETOMADA DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, DEFINE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Ficam retomadas, a partir de 7 de maio de 2020, as atividades presenciais das comissões permanentes e temporárias da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 2º Ficam retomadas, a partir de 7 de maio de 2020, as sessões legislativas da Câmara Municipal de Urussanga a serem realizadas de modo presencial, no Plenário da Casa Legislativa, contudo, sem a presença de público externo, por prazo indeterminado.

Art. 3º O expediente administrativo da Câmara Municipal de Urussanga continuará, por prazo indeterminado, a ser realizado sem atendimento presencial ao público externo.

Parágrafo único. Os contatos com a Câmara Municipal de Urussanga poderão ser feitos por telefone (48 3465-1149), site (www.camaraurussanga.sc.gov.br) ou e-mail (secretaria@camaraurussanga.sc.gov.br).

Art. 4º Aos vereadores e servidores que tenham vínculo com a Câmara Municipal de Urussanga com reconhecidas e diagnosticadas doenças crônicas, às gestantes, aos portadores de doenças imunossupressoras e aos idosos (pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos) fica dispensada a presença física ao local de trabalho, sem prejuízo da remuneração e da efetividade.

§ 1º Para fins de comprovação das doenças crônicas ou imunossupressoras mencionadas no caput, deverá o vereador ou servidor encaminhar a comprovação médica diretamente ao setor pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, em modo não presencial.

§ 2º Para o caso das atividades das comissões permanentes, deverá ser convocado vereador suplente para suprir a ausência justificada de vereador que se enquadre no disposto no caput deste artigo.

Art. 5º Aos vereadores e servidores com vínculo com a Câmara Municipal de Urussanga, que apresentem sintomas que indiquem contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19), fica recomendado isolamento social, sendo dispensada a presença física ao local de trabalho, sem prejuízo da remuneração e da efetividade.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, indica-se buscar auxílio em unidade de saúde, sendo que, para fins de comprovação do quadro clínico, deverá o vereador ou servidor encaminhar atestado ou declaração médica diretamente ao setor pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, em modo não presencial.

Art. 6º Deverão ser adotadas por vereadores e servidores medidas internas especialmente relacionadas à saúde no trabalho, fundamentais para evitar a proximidade pessoal e a consequente transmissão do COVID-19 no ambiente laboral.

Art. 7º Ficam retomados, a partir de 11 de maio de 2020, os efeitos do Ato nº 32, de 14 de junho de 2018, o qual dispõe sobre horário diferenciado de expediente aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Agente de Portaria e Comunicação, Assistente Legislativo e Oficial Legislativo, em razão da participação na organização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 8º As medidas previstas neste ato poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município de Urussanga.

Art. 9º Revoga-se o Ato nº 26, de 13 de abril de 2020.

Art. 10. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 6 de maio de 2020.

José Carlos José
Presidente

Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 6 de maio de 2020.

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 5 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2466284

Resolução nº 4, de 5 de maio de 2020.

ALTERA O ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE ABRIL DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Urussanga aprova:

Art. 1º Altera a redação do art. 2º, da Resolução nº 2, de 20 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Comissão instituída por esta Resolução é constituída por 4 (quatro) membros representantes indicados pelas lideranças partidárias com representação nesta Casa Legislativa, a saber:

Vereador Elson Roberto Ramos/MDB;

Vereador Vanderlei Marcício/PSDB;

Vereador Evandro de Rezende/PP;

Vereador Odivaldo Bonetti/PP.

§ 1º Os vereadores indicados deverão reunir-se para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da aprovação desta resolução, definam suas funções na comissão especial (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Suplente).”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 5 de maio de 2020.

José Carlos José
Presidente

Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vanderlei Marcício
Primeiro Secretário

Registrado e publicado a presente Resolução no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 5 de maio de 2020.

Vereador Vanderlei Marcício
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 001/2018

Publicação N° 2465051

EXTRATO DE OITAVO TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

OITAVO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ N° 61.198.164/0001-60

OBJETO: Acréscimo de item conforme especificado no presente Termo Aditivo.

VALOR: Em razão do acréscimo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 2.201,32 (dois mil, duzentos e um reais e trinta e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato n° 001/2018.

Vargeão SC, 04 de Maio de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

FMS_PROCESSO 006/2020 PR 005/2020

Publicação Nº 2465094

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

1 - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS E CORRELATOS para distribuição gratuita, nas Unidades Básicas de Saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA, conforme condições e quantidades estimadas no Edital do certame e seus Anexos.

2 - Tipo: Menor Preço.

3 - Julgamento: Menor preço por Item.

4 - Recebimento da Proposta de Preços e Documentos de Habilitação: Até as 09h00min do dia 22 de maio de 2020.

5 - Sessão de Processamento do Pregão: A partir das 09h00min do dia 22 de maio de 2020.

6 - Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 05 de Maio de 2020.

ALDACIR SALETE DA SILVA DE OLIVEIRA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI COMPLEMENTAR Nº 130/2020

Publicação Nº 2465344

LEI COMPLEMENTAR Nº 130/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 99/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014, QUE "REGULAMENTA O CONSELHO TUTELAR, CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DISPONDO TAMBÉM A PRESENTE LEI SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MELÂNIA APARECIDA ROMAM MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - O dispositivo da Lei Complementar nº 099/2014 de 10 de junho de 2014, a seguir citado passa a ter a seguinte redação:

(...)

"Art. 38 – O atendimento oferecido pelo Conselho Tutelar será personalizado, mantendo-se registro das providências adotadas em cada caso.

§1º O horário e a forma de atendimento serão regulamentados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme edital de seleção dos Conselheiros Tutelares, devendo observar as seguintes regras:

- a) Atendimento nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30;
- b) Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte;
- c) Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;
- d) Durante os dias úteis o atendimento será prestado diariamente pela integralidade dos Conselheiros Tutelares, em conformidade com o edital de seleção dos Conselheiros e carga-horária prevista, sendo que eventual impasse, será decidido definitivamente pelo CMDCA;
- e) Durante os plantões noturnos e de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, a qual será indenizada mediante adicional de sobreaviso, observando-se sempre a necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).

§2º O descumprimento, injustificado, das regras do parágrafo anterior, bem como das decisões do CMDCA a respeito, acarretará a aplicação de sanções disciplinares nos termos desta Lei.

§3º A forma de remuneração do exercício dos plantões noturnos e de finais de semana/feriados será feita através da fixação de adicional de sobreaviso, devendo o CMDCA, em conjunto com a Administração Municipal regulamentar o pagamento.

§4º As informações constantes do §1º serão, trimestralmente, comunicadas por escrito ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Ministério Público e às Polícias, Civil e Militar, bem como ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita (SC), 05 de maio de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei Complementar no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/05/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2020

Publicação Nº 2465346

LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2020, DE 05 DE MAIO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2017, DE 12 DE JULHO DE 2017, NA FORMA QUE ESPECIFICA”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso e cumprimento de atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, faço saber, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada à alteração do Anexo I, da Lei Complementar nº 117/2017, de 12 de julho de 2017, fixando o valor base para o cargo de Professor – 20 horas, nível III, em R\$ 1.443,12 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e doze centavos), conforme tabela anexa.

Art.2º Fica autorizada a complementação de valores ao cargo de Professor – 20 horas, nível III, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, conforme Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008.

§ 1º O piso de que trata o caput deste artigo atinge aqueles servidores do Quadro que apresentam vencimento inferior ao fixado na presente Lei Complementar, inexistindo quaisquer reflexos para os demais servidores.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita (SC), 05 de maio de 2020.

Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei Complementar no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/05/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

ANEXO I

CARGO	Nº DE VAGAS	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	CLASSES E REFERÊNCIAS
PROFESSOR	56	1.443,12	20 Horas	III	Habilitação específica de grau superior, a nível de graduação, obtida em curso de duração plena, com registro no MEC.	A até J
		1.745,17	20 Horas	IV	Habilitação de terceiro grau pleno com curso de pós graduação.	A até J
PROFESSOR DE ARTES	03	1.443,12	20 Horas	III	Habilitação específica de grau superior, a nível de graduação, obtida em curso de duração plena, com registro no MEC.	A até J
		1.745,17	20 Horas	IV	Habilitação de terceiro grau pleno com curso de pós graduação.	A até J
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	03	2.835,98	40 Horas	III	Habilitação específica de grau superior, a nível de graduação, obtida em curso de duração plena, com registro no MEC.	A até J
		3.484,14	40 Horas	IV	Habilitação de terceiro grau pleno com curso de pós graduação.	A até J

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	02	1.443,12	20 Horas	III	Habilitação específica de grau superior, a nível de graduação, obtida em curso de duração plena, com registro no MEC.	A até J
		1.745,17	20 Horas	IV	Habilitação de terceiro grau pleno com curso de pós graduação.	A até J
PROFESSOR DE INGLÊS	03	1.443,12	20 Horas	III	Habilitação específica de grau superior, a nível de graduação, obtida em curso de duração plena, com registro no MEC.	A até J
		1.745,17	20 Horas	IV	Habilitação de terceiro grau pleno com curso de pós graduação.	A até J

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N. 0083/2020

Publicação Nº 2465746

Extrato do Contrato n. 0083/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUANA MORANDO CPF: 088.933.339-45

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atuar como professor de aulas excedentes, que não completam a carga horária de 40 horas semanal. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 5º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2020 a 22 dezembro de 2020 FUNÇÃO: Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Inglês LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 25 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 2.202,44 (dois mil, duzentos e dois reais e quarenta e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0169/2020

Publicação Nº 2465764

Extrato do Contrato n. 0169/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOELI DOS SANTOS RIBEIRO CPF: 056.869.259-41

OBJETO: Admissão em substituição a servidora MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA que se encontra em licença para tratamento de saúde conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 73º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 20 maio de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0171/2020

Publicação Nº 2465771

Extrato do Contrato n. 0171/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DERLI BORGES DE OLIVEIRA CPF: 802.938.759-87

OBJETO: Admissão em substituição a servidora CRISTIANE BEATRIZ HERNANDES R. SOCCA que se encontra em licença para tratamento de saúde conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 93º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 17 maio de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0172/2020

Publicação Nº 2465775

Extrato do Contrato n. 0172/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANE ANTUNES DE OLIVEIRA CPF: 005.270.939-63

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de convênio firmado de cessão de uso compartilhado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Videira conforme o Termo de Cessão de Uso Compartilhado nº TCU 001/2019. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 44º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 10 de março de 2020 a 22 dezembro de 2020 FUNÇÃO: Professor – Área de Atuação: Educação Infantil LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 2.682,31 (dois mil e seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0173/2020

Publicação Nº 2465797

Extrato do Contrato n. 0173/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE PATRICIA ANDREIS DA MOTTA CPF: 005.958.739-36

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de não haver Concurso Público vigente para o referido cargo. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 46º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 10 de março de 2020 a 29 janeiro de 2021 FUNÇÃO: Professor – Área de Atuação: Educação Infantil LOCAL: SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 3.576,41 (três mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0174/2020

Publicação Nº 2465906

Extrato do Contrato n. 0174/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELI COSTA MOREIRA CPF: 074.948.569-86

OBJETO: Admissão em virtude de substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 1º, III da Lei nº 2369/10 e suas alterações. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 89º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 10 de março de 2020 a 29 janeiro de 2021 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0175/2020

Publicação Nº 2465907

Extrato do Contrato n. 0175/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ADRIANO NASCIMENTO CPF: 944.344.849-15

OBJETO: Admissão para atender criança com necessidades especiais (JOÃO GABRIEL DOS SANTOS e ANDRE ALVES DE OLIVEIRA), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação do Contratado: 83º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 10 de março de 2020 a 29 janeiro de 2021 FUNÇÃO: Auxiliar Educacional LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.640,58 (um mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0176/2020

Publicação Nº 2465909

Extrato do Contrato n. 0176/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE PEREIRA ALBUQUERQUE SCHUCK CPF: 057.814.609-69

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais (MARIA GABRIELE BATELLI), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 77º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 a 22 dezembro de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar Educacional LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.640,58 (um mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0178/2020

Publicação Nº 2465913

Extrato do Contrato n. 0178/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PALOMA FARIAS DE SOUZA CPF: 100.537.959-97

OBJETO: Admissão em substituição à servidora VANEZA QUADROS DE GOIS, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 85º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 05 de março de 2020 a 30 abril de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar Educacional LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.640,58 (um mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0179/2020

Publicação Nº 2465915

Extrato do Contrato n. 0179/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LIANE SCHULTZ SIMIONATTO CPF: 076.986.439-21

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais (NICOLLAS OTAVIO DOS SANTOS), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 82º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 29 janeiro de 2021 FUNÇÃO: Auxiliar Educacional LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.640,58 (um mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0181/2020

Publicação Nº 2466086

Extrato do Contrato n. 0181/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE CESCO TESTOLIN CPF: 007.368.989-05

OBJETO: Admissão em substituição à servidora ADELAIDE FARIAS VIEIRA, em licença para tratamento de saúde conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 71º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 a 06 junho de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0182/2020

Publicação Nº 2466090

Extrato do Contrato n. 0182/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILINDA BRUCH FANTIN CPF: 008.986.319-47

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso 001/2018. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 49º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 a 22 dezembro de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0183/2020

Publicação Nº 2466170

Extrato do Contrato n. 0183/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA BATISTA LINS CPF: 068.398.169-23

OBJETO: Admissão em substituição à servidora ADELITA DEVES, em Licença Maternidade, conforme portaria nº 0191/2020. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 82º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 15 agosto de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0184/2020

Publicação Nº 2466173

Extrato do Contrato n. 0184/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARMEM ANDRÉA MACHADO PORTO CPF: 019.435.000-29

OBJETO: Admissão em substituição à servidora ELZA PADILHA FURST, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, conforme portaria nº 0103/2020. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 77º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 03 maio de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0185/2020

Publicação Nº 2466176

Extrato do Contrato n. 0185/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JENIFER POLICENO CPF: 083.448.239-86

OBJETO: Admissão em substituição à servidora VANOLDA BATISTA CAREGNATO, que se encontra em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 88º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 11 maio de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.074,95 (um mil e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0186/2020

Publicação Nº 2466236

Extrato do Contrato n. 0186/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA CPF: 825.030.369-53

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser

suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de não haver concurso público em vigor para o referido cargo. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 50º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 29 janeiro de 2021 FUNÇÃO: Professor – Área de Atuação: Educação Infantil LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 3.576,41 (três mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0187/2020

Publicação Nº 2466237

Extrato do Contrato n. 0187/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA DAL PIZZOL VIGOLO CPF: 053.806.809-41

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de não haver concurso público em vigor para o referido cargo. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 52º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 a 22 dezembro de 2020 FUNÇÃO: Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 3.576,41 (três mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0196/2020

Publicação Nº 2466239

Extrato do Contrato n. 0196/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALANA DA CAS CPF: 066.730.169-06

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, em virtude de não haver concurso público vigente para o referido cargo e até que se realize o processo seletivo. VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 a 08 maio de 2020 FUNÇÃO: Médico Pediatra LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 10.889,70 (dez mil, oitocentos e oitenta e nove reais e setenta centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0197/2020

Publicação Nº 2466240

Extrato do Contrato n. 0197/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADINÉIA DE PAULA VERONEZI CPF: 040.225.369-85

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso 001/2018. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 9º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 a 01 junho de 2020 FUNÇÃO: Técnico de Enfermagem LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 2.143,25 (dois mil e cento e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0162/2019

Publicação Nº 2464821

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0162/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SELVA APARECIDA RODRIGUES DE LIMA CPF: 820.471.709-15

VIGÊNCIA: de 07 de março de 2019 até 02 de junho de 2020

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0163/2019

Publicação Nº 2464823

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0163/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LORECI APARECIDA MUNARI CPF: 022.570.529-00

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2019 até 04 de junho de 2020

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0165/2019

Publicação Nº 2464825

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0165/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JÉSSICA MARIA CERON CPF: 079.554.009-41
VIGÊNCIA: de 04 de março de 2020 até 02 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0300/2019

Publicação Nº 2464826

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0300/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LETICIA GOMES PIRES CPF: 076.622.749-93
VIGÊNCIA: de 15 de maio de 2019 até 30 de abril de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0330/2019

Publicação Nº 2464836

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0330/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JOÃO PAULO BARTOKOSKI CPF: 004.655.669-95
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2019 até 22 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0446/2019

Publicação Nº 2464841

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0446/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JOÃO VÍTOR RUBINI CPF: 075.518.189-10
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2019 até 16 de junho de 2020
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO 10/2020 - PMV

Publicação Nº 2466330

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 – PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 10/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CARGAS DE GÁS P13 E P45, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 08/05/2020 a partir das 08:00h, até o dia 20/05/2020 às 14:00h. Abertura das propostas: dia 20/05/2020 às 14:00h. Início da sessão de disputa de lances: dia 20/05/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.bll.org.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de maio de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 55/2020 - PMV

Publicação Nº 2465670

Termo Aditivo nº 55/2020

Contrato/Ata nº 22/2020

Processo: PR 153/2019-PMV

Contratado: AUTO POSTO COLINA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Objeto: Diminuir o valor dos itens 03 e 05 (gasolina comum e óleo diesel s10 ou s50, respectivamente), passando o valor do item 03 para R\$ 3,76 (três reais e setenta e seis centavos), e do item 05 para R\$ 3,15 (três reais, e quinze centavos), com efeitos a partir do dia 06/05/2020.

Data: 05/05/2020.

TERMO ADITIVO Nº 56/2020 - PMV

Publicação Nº 2466226

Termo Aditivo nº 56/2020

Contrato/CT nº 14/2020

Processo: TP 32/2019-PMV

Contratado: TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 43.412,80 (quarenta e três mil, quatrocentos e doze reais, e oitenta centavos) estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Valor: R\$ 43.412,80.

Data: 05/05/2020.

TERMO ADITIVO Nº 57/2020 - PMV

Publicação Nº 2466309

Termo Aditivo nº 57/2020

Contrato/CT nº 12/2020

Processo: TP 31/2019-PMV

Contratado: TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 102.474,26 (cento e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais, e vinte e seis centavos) e a supressão de R\$ 1.575,00 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais), estando, ambos os aditivos dentro do permitido em Lei.

Valor: R\$ 100.899,26

Data: 05/05/2020.

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020**

Publicação Nº 2465041

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020- VISAN

O Diretor Geral da VISAN comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 06/2020-VISAN, a qual tem por objeto a aquisição de tintas e materiais para pintura para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Videira, foi REVOGADO. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/9034.

Videira, 05 de maio de 2020.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

Publicação Nº 2465044

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020- VISAN

O Diretor Geral da VISAN comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 07/2020-VISAN, a qual tem por objeto a aquisição de materiais e reagentes de laboratório para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Videira, foi REVOGADO. INFORMAÇÕES:

Através dos telefones (49) 3566-9026/9034.

Videira, 05 de maio de 2020.
SANDRO ANTONIO CAREGNATO
Diretor Geral

REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020

Publicação Nº 2465043

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020- VISAN

O Diretor Geral da VISAN comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 08/2020-VISAN, a qual tem por objeto a aquisição de tampões de ferro fundido para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Videira, foi REVOGADO. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/9034.

Videira, 05 de maio de 2020.
SANDRO ANTONIO CAREGNATO
Diretor Geral

TERMO ADITIVO Nº 03/2020 - VISAN

Publicação Nº 2465806

Termo Aditivo nº 03/2020
Contrato/ATA nº 81/2019
Processo: PR 47/2019- VISAN

Contratado: AUTO POSTO COLINA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Objeto: Diminuir o valor dos itens 03 e 05 (gasolina comum e óleo diesel s10 ou s50, respectivamente), passando o valor do item 03 para R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos), e do item 05 para R\$ 3,32 (três reais, e trinta e dois centavos).

Data: 07/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 05/2020 - VISAN

Publicação Nº 2465808

Termo Aditivo nº 05/2020
Contrato/ATA nº 81/2019
Processo: PR 47/2019 - VISAN

Contratado: AUTO POSTO COLINA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Objeto: Diminuir o valor dos itens 01 e 03 (gasolina comum e óleo diesel s10 ou s50, respectivamente), passando o valor do item 01 para R\$ 3,76 (três reais e setenta e seis centavos), e do item 03 para R\$ 3,15 (três reais, e quinze centavos), com efeitos a partir do dia 06/05/2020.

Data: 05/05/2020.

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 038/2020

Publicação Nº 2465874

DECRETO Nº 038, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE DOAÇÃO DE SUBSÍDIO DE PREFEITO, DE VICE-PREFEITO E DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, EM RAZÃO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1 Os agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, que desejarem contribuir, ainda que indiretamente, com percentual dos seus subsídios para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), deverão requerer por escrito, estabelecendo o percentual de contribuição a título de doação.

§ 1º A contribuição prevista no caput ocorrerá por meio de retenção em folha de pagamento, revertendo-se tais valores aos cofres públicos.

§ 2º A contribuição de que trata este artigo é a título de doação ao município de Vitor Meireles (SC).

§ 3º Os subsídios, para efeito de contribuição previdenciária e de imposto de renda retido na fonte, permanecem com seus valores remuneratórios brutos e inalterados.

Art. 2º É vedada a divulgação como forma de promoção pessoal por parte daqueles que aderirem ao disposto neste Decreto, sem prejuízo das normas relacionadas à observância do princípio da publicidade, inerente à Administração Pública, bem como de publicações de caráter informativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Vitor Meireles, 30 de abril de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito do Município

DECRETO Nº 039/2020

Publicação Nº 2465902

DECRETO Nº 039, DE 5 DE MAIO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 031, DE 14 DE ABRIL DE 2020, QUE "ADOA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando as medidas administrativas no âmbito do Município para prevenção e enfrentamento emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), descritas no Decreto Municipal n. 31, de 14 de abril de 2020;

DECRETA:

Art. 1º O Parágrafo Único do art. 1º do Decreto n. 031, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

Parágrafo Único – Concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos e comissionados com período aquisitivo incompleto e/ou períodos subsequentes, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 5 de maio de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2020

Publicação Nº 2463642

EXTRATO DE DISPENSA 001/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA – Município de Vitor Meireles

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vitor Meireles

CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

VALOR TOTAL: R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

Vitor Meireles – SC, 06 de Maio de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Witmarsum**PREFEITURA****36/2020**

Publicação Nº 2465920

DECRETO Nº 36/2020**Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional
Suplementar por Anulação de Dotação.**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de R\$ 16.350,00 (dezesesseis mil e trezentos e cinquenta reais), consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
07.001	Obras e Serviços Urbanos
07.001.0015.0451.0013.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E
34490000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	16.350,00
Valor Total:	16.350,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do Crédito Adicional, na(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
07.001	Obras e Serviços Urbanos
07.001.0015.0451.0013.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E
33390000000000000000	Aplicações diretas
03500000	Cessão Onerosa
Valor Anulado:	16350
Valor Total:	16.350,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 13 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

37/2020

Publicação Nº 2465918

DECRETO Nº 37/2020**Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação.**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	10.000,00
Valor Total:	10.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do Crédito Adicional, na(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
34490000000000000000	Aplicacoes diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Valor Anulado:	10000
Valor Total:	10.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 14 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

38/2020

Publicação Nº 2465884

DECRETO Nº 38/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de quatrocentos e cinco reais e doze centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	Secretaria Mun. de Admin Planej Financas
03.001	Administracao, Planejamento e Financas
03.001.0028.0846.0014.2006	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP
33320000000000000000	Transferências a união
Valor Suplementado:	405,12
Valor Total:	405,12

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01000004	Auxilio Financeiro COVID 19 Medida Provisória 938/2020

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 14 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

39/2020

Publicação Nº 2465883

DECRETO Nº 39/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Superávit Financeiro**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de setenta e seis mil, oitocentos e dez reais e trinta e cinco centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2030	APLICAÇÃO DOS RECURSOS SUS
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	76.810,35
Valor Total:	76.810,35

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior identificados através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
03383100	Incremento PAB - Programa

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 14 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

40/2020

Publicação Nº 2465837

DECRETO Nº 40/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de vinte e quatro mil reais, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2030	APLICAÇÃO DOS RECURSOS SUS
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	24.000,00
Valor Total:	24.000,00

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01383200	ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 14 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

42/2020

Publicação Nº 2465755

DECRETO Nº 42/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Superávit Financeiro**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de vinte e oito mil, seis reais e trinta e oito centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2035	MANUTENÇÃO EQUIPE DO ESF
33190000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	28.006,38
Valor Total:	28.006,38

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior identificados através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
03380100	Piso Atenção Básica - PAB Federal

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 24 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

44/2020

Publicação Nº 2465752

DECRETO Nº 44/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de quinze mil, seis reais e quarenta e sete centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secr.mun.de Agric.,meio Ambiente, Ind.e Comercio
06.001	Agricultura,meio Ambiente, Ind. e Comercio.
06.001.0020.0606.0011.2015	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	6.981,35

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	Secretaria Municipal de Obras e Servicos Urbanos
07.001	Obras e Servicos Urbanos
07.001.0015.0451.0013.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	8.025,12
Valor Total:	15.006,47

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01000004	Auxilio Financeiro COVID 19 Medida Provisória 938/2020

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 24 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

45/2020

Publicação N° 2465747

DECRETO N° 45/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Superávit Financeiro**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de um mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2030	APLICAÇÃO DOS RECURSOS SUS
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	1.787,37
Valor Total:	1.787,37

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior identificados através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
03380100	Piso Atenção Básica - PAB Federal

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 24 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

47/2020

Publicação Nº 2465727

DECRETO Nº 47/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de vinte e sete mil, seiscientos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	27.635,73
Valor Total:	27.635,73

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01383400	CORONAVÍRUS (COVID-19) - PAB

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 27 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

49/2020

Publicação Nº 2465724

DECRETO Nº 49/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de quatro mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
07.001	Obras e Serviços Urbanos
07.001.0015.0451.0013.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	4.584,20
Valor Total:	4.584,20

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01000004	Auxílio Financeiro COVID 19 Medida Provisória 938/2020

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 27 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021/2020

Publicação Nº 2465148

Processo nº 0082/2020 – Dispensa de Licitação nº 0021/2020

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para a Aquisições de Pães de cachorro quente e Leite Integral longa vida (Tetra Park), destinados ao programa "Leite Pão Amigo" Programa da Secretaria de Assistência Social (Lei AM 3915/2017), em situação emergência conforme Decreto Municipal nº 072/2020. No valor total de R\$ 1.437,50 com a empresa Panificadora e Confeitaria Empório do Pão Eireli, CNPJ: 24.817.846/0001-87. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso IV e no Art. 4 da Lei 13979 de 06/02/2020. Xanxerê/SC, 04 de maio de 2020 – Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0006/2016

Publicação Nº 2464977

Extrato 5º Aditivo ao Contrato nº 0006/2016

Locatário: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Locador: SENI TEREZINHA SGARBOSSA DALASEN.

Objeto: Locação de uma casa de alvenaria com área de aproximadamente 600 m², tendo 02 pavimentos, com vários cômodos, 02 banheiros, cozinha, Lote de aproximadamente 1.600,00 m², localizada na Rua Dr. José de Miranda Ramos nº 360, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, destinada para acomodar a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fica prorrogado prazo de vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, vigorando até 11 de abril de 2021, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social e Parecer do Comitê Gestor.

Xanxerê-SC, 13 de abril de 2020. Olci Antonio Leonardo - Secretária Municipal de Assistência Social.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 013/2020

Publicação Nº 2465835

PORTARIA Nº 013/2020 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade do servidor I.D.S., relacionado à suposta participação, através de depósitos bancários de lotes arrematados, no processo licitatório nº 0201/2019, edital de leilão nº 001/2019. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 04 de maio de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 014/2020

Publicação Nº 2465838

PORTARIA Nº 014/2020 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo para apurar os fatos e a irregularidade na arrematação dos lotes nº 03, 09, 11 e 17 do processo licitatório nº 0201/2019, edital de leilão nº 001/2019, efetuada pelo Sr. F.T e pela Sra. F. T, em razão de possível participação de servidor público como responsável pelo depósito do valor da arrematação. A Comissão especial nomeada, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 04 de maio de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2465841

PORTARIA Nº 015/2020 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade do empregado público R.D.R.S., relacionado à denúncia de comportamento inadequado, devido a sua má postura profissional e falta de ética, assédio sexual a uma servidora pública municipal, bem como dormir em um sofá em horário de expediente e conversar com pessoas que esperam atendimento sobre assuntos desconexos. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 04 de maio de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 016/2020

Publicação Nº 2465842

PORTARIA Nº 016/2020 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade da servidora R.R., em razão de suposta omissão na fiscalização realizada no Supermercado Gentil no dia 16/08/2019. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 04 de maio de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 017/2020

Publicação Nº 2465843

PORTARIA Nº 017/2020 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Sindicância Administrativa para apurar os fatos sobre possível cobrança indevida para realização de serviço em entrada da Linha Invernadinha. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 04 de maio de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATOS DOS TERMOS ADITIVOS DO PR 0042/2019

Publicação Nº 2465067

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0059/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: ADRIANA ANTUNES MEI.

Objeto: Prestação de serviços para desenvolver atividades socioeducativas e culturais na modalidade de Oficina de Dança (vários estilos), para atender crianças/adolescentes, crianças de 6 a 17 anos nos SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), CRAS, CREAS e usuários da Política Municipal de Assistência Social, principalmente aqueles beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme descrição das oficinas constantes no Anexo I.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de maio de 2020, vigorando até 01 de maio de 2021, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social e Parecer do Comitê Gestor nº 164/2020, que seguem em anexo.

Xanxerê-SC, 30 de abril de 2020. Olci Antonio Leonardo – Secretária Municipal de Assistência Social

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0060/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: NORBERTO CAVASIN MEI.

Objeto: Prestação de serviços para desenvolver atividades socioeducativas e culturais na modalidade de Oficina de Desenho para atender crianças/adolescentes, crianças de 6 a 17 anos nos SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), CRAS, CREAS e usuários da Política Municipal de Assistência Social, principalmente aqueles beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme descrição das oficinas constantes no Anexo I.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de maio de 2020, vigorando até 01 de maio de 2021, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social e Parecer do Comitê Gestor nº 164/2020, que seguem em anexo.

Xanxerê-SC, 30 de abril de 2020. Olci Antonio Leonardo – Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA 270-2020

Publicação Nº 2465098

PORTARIA Nº 270/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 04.05.2020 a 02.06.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. ELIZANGELA RAMOS STEKMANN, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.232.121-0 e CPF nº 892.909.259-49, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 195/2007 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 29 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 274-2020

Publicação Nº 2465288

PORTARIA Nº 274/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 04.05.2020 a 02.06.2020 (30 dias) à Servidora Pública Municipal Sra. ROSELY RIBEIRO DO NASCIMENTO SO-NAGLIO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.693.538-1 e CPF nº 600.395.409-44, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 232/2011 no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 01.03.2018 a 28.02.2019 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 04 de Maio de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 275-2020

Publicação Nº 2465290

PORTARIA Nº 275/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

Ao Sr. ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL, pelo período de 06.05.2020 a 04.06.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02.04.2019 a 01.04.2020;

A Sra. CLAUDETE JANETE BREIER, pelo período de 12.05.2020 a 26.05.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 02.04.2019 a 01.04.2020;

A Sra. DANIELA RIBEIRO DOS SANTOS MENEGUZZI, pelo período de 04.05.2020 a 02.06.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01.12.2019 a 30.11.2020;

A Sra. JACIRA DE OLIVEIRA MALLMAN, pelo período de 06.05.2020 a 04.06.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09.06.2019 a 08.06.2020;

A Sra. ROSANE DIAS DE GODOY, pelo período de 07.05.2020 a 21.05.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01.12.2018 a 30.11.2019;

A Sra. VANESSA CHIARELLI DE SOUZA, pelo período de 06.05.2020 a 04.06.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01.06.2018 a 31.05.2019;

Ao Sr. WILSON ELAUTERIO TELLES, pelo período de 04.05.2020 a 02.06.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02.04.2020 a 01.04.2021;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 04 de Maio de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 276-2020

Publicação Nº 2465291

PORTARIA Nº 276/2020**ESTABELECE O HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS PROFISSIONAIS NO CAPS.****AVELINO MENEGOLLA**

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Portaria Nº 336, de 19 de Fevereiro de 2002, no artigo 4º, item 4.1, alínea G;

Considerando que CAPS – Centro de Atenção Psicossocial é um espaço de referência no tratamento de pessoas que sofrem de transtornos mentais;

Considerando que o horário de funcionamento do CAPS – Vida Integrada de Xanxerê, é de Segunda Feira a Sexta feira das 07:30 hs às 17:00 hs;

Considerando a Portaria nº 336, de 19 de Fevereiro de 2002, no artigo 4º, item 4.1, alínea G, estabelece que os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

RESOLVE:

Estabelecer novo horário de trabalho a partir do mês de maio dos servidores que atuam no CAPS, de Segunda a Sexta Feira das 07 horas e 30 minutos às 17 horas conforme o Anexo I desta Portaria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Maio de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

ANEXO I - HORÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DO CAPS MAIO 2020

Profissionais	Carga Horária	SEGUNDA-FEIRA		TERÇA-FEIRA		QUARTA-FEIRA		QUINTA-FEIRA		SEXTA-FEIRA	
		Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
Anna Alice Debiasi (psicóloga)	20 horas semanais	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade	Licença maternidade
Camila Pasin (Assistente Social)	30 horas semanais	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h			07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 13h30	
Daniela Zamora Romero (terapeuta ocupacional)	30 horas semanais	07h30 as 13h30		07h30 as 13h30		07h30 as 13h30		07h30 as 13h30		07h30 as 13h30	
Dirlei Koserski de Saibro (técnica de enfermagem)	40 horas semanais	07h30 as 10h30	11h30 as 16h30	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 10h30	11h30 as 16h30	07h30 as 11h30	13h as 17h
Emerson Correia (administrativo)	40 horas semanais	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 13h	14h as 16h30
José Vinicius Bonneau (educador físico)	10 horas semanais		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h		13h as 17h
Enfermeira Adriana Tonett	40 horas semanais	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h

Karine Ferronato Pretto (coordenação)	40 horas semanais	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 13h	14h as 16h30	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h	07h30 as 11h30	13h as 17h
Rafael Bandeira (motorista)	40 horas semanais	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias
Rejane Nair Kuczmański (psicóloga)	20 horas semanais	07h30 as 11h30	13h as 17h	11h as 15h		10h as 14h			13h as 17h		
Vanessa Chiarelli de Souza (médica)	40 horas semanais	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias
Adriana dos Santos Telles de Lima (serviços gerais)	40 horas semanais	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias	Férias

PORTARIA 277-2020

Publicação Nº 2465293

PORTARIA Nº 277/2020

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Artigo 83 Parágrafo 1º e 2º.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 04.05.2020 a 03.07.2020 a Servidora Pública Municipal, a Sra. ADELITA BRINGHENTI BORTONCELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.555.140 e CPF nº 023.406.609-12, nomeada conforme Decreto nº BLB 246/2011, no cargo de FARMACEUTICA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento datado de 22.04.2020, deferido pela Procuradoria Jurídica em 29.04.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença a partir de 04.05.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Maio de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 278-2020

Publicação Nº 2465567

PORTARIA Nº 278/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 06.05.2020 a 20.05.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. VERA SONIA SANTOS brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 2.721.506-7 e CPF nº 893.238.079-15, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 082/2002 para o cargo de ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTARIO,

com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.06.2015 a 08.06.2018 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 05 de Maio de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 279-2020

Publicação N° 2465573

PORTARIA N° 279/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.05.2020 a 04.06.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. IVONETE SCANAGATTA BUSATTA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 2.425.111 e CPF nº 019.339.459-66, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 210/10 para o cargo de ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTARIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 01.06.2016 a 31.05.2019 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 05 de Maio de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 449/2020

Publicação Nº 2465370

DECRETO Nº 449, DE 06 DE MAIO DE 2020.

Estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 13.979/2020; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 562 de 17/04/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à COVID-19.

CONSIDERANDO o surgimento de casos de Coronavírus no Município de Xavantina sendo que a situação demanda emprego de novas medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no território municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam adotadas as seguintes medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação e contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Xavantina:

I – Por tempo indeterminado:

- a) uso obrigatório de máscaras, adquiridas ou produzidas de forma artesanal, a toda população, quando estiverem fora de suas residências, em qualquer circunstância que interrompa o isolamento social;
- b) proibição de concentração, aglomeração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, espaços de lazer, recreação, prática de atividades físicas/esportivas, com a determinação de fechamento e/ou isolamento destes locais;
- c) proibição de realização de eventos/reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- d) proibição de aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, público ou particular, ressalvados nos períodos destinados ao consumo de alimentos/refeições em estabelecimentos;
- e) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;
- f) a circulação e o ingresso, em âmbito municipal, de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;
- g) as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;
- h) realização de shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

II - Que na medida do possível, o deslocamento de pessoas com mais de 60(sessenta) anos seja restrito a atividades estritamente necessárias.

Parágrafo único. Além das atividades e dos serviços suspensos conforme o disposto neste artigo fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, conforme regras sanitárias emitidas pelo COES da SES/SC ou do Município.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a retomar as atividades presenciais de forma gradual a partir de 06 de Maio de 2020, com adoção de medidas de prevenção.

§ 1º Deverão, obrigatoriamente, exercer suas atividades de forma remota os agentes públicos que convivem com:

I – pessoas acometidas pela COVID-19; ou

II – pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§ 2º Deverão, prioritariamente, exercer suas atividades de forma remota, os agentes públicos:

I – que apresentem doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

II – com 60(sessenta) anos ou mais;

III – gestantes;

§ 3º A fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio com a COVID-19, poderão ser adotados mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como a fixação de escalas de revezamento por turnos alternados, a ampliação do horário do expediente administrativo e a adoção de regime misto, presencial e remoto.

§ 4º Poderá ser editado ato normativo com instruções complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto

Art. 3º O descumprimento das medidas contidas neste decreto implicará nas sanções previstas em legislação pertinente.

Art. 4º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Xavantina/SC, 06 de Maio de 2020.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 450/2020

Publicação Nº 2466135

DECRETO Nº 450, DE 06 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no Art. 5º, "a", §1º, II da Lei Municipal n. 1.715 de 14 de Novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.610,94(sete mil seiscentos e dez reais e noventa e quatro centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde
Projeto Atividade: 2.022 – Manter as Atividade de Média e Alta Complexidade-MAC
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0600 – (CR 47) 6.195,66
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0306 – (CR 64) 1.415,28

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.0600 – MP Coronavírus (R\$ 6.195,66) e 01.0306 – Pandemia Coronavírus/COVID-19 (R\$ 1.415,28).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 06 de Maio de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 451/2020

Publicação Nº 2466159

DECRETO Nº 451, DE 06 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, conforme permissivo contido no Art. 5º, "a", §1º, I da Lei Municipal n. 1.715 de 14 de Novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.180,00(três mil cento e oitenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.1564 – (CR 63) 3.180,00

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na(s) fonte(s) de recursos 03.1564 – Cofinanciamento atenção Básica.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 06 de Maio de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 108/2020

Publicação Nº 2465928

PORTARIA Nº 108, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no Art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 002/2000 e, considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal MARCELO AUGUSTO BABINSKI, ocupante do cargo efetivo de agente de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 04 de Maio de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N° 109/2020

Publicação N° 2465930

PORTARIA N° 109, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Rescinde contrato de Servidor(a) Admitido em Caráter Temporário dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal n° 782/2002 e considerando o término do contrato;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ANELISE APARECIDA DA SILVA, admitido(a) em caráter temporário para desempenhar as funções inerentes ao cargo de Fonoaudiólogo(a) do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 04 de Maio de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 0012/2020

Publicação N° 2464871

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n° 0012/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia móvel, incluindo consertos, montagem e desmontagem, geometria/alinhamento e balanceamento, para manutenção de veículos, caminhões, ônibus e máquinas pertencentes a frota do Município de Xaxim

EMPRESAS REGISTRADAS	ITENS REGISTRADOS
MECÂNICA E CHAPEAÇÃO CENCI LTDA	1, 2, 50 e 51.
SIDINEI BATISTA BORRACHARIA	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56 e 57.

Valor Total da Ata: R\$ 202.065,00 (duzentos e dois mil e sessenta e cinco reais).

Vigência do Registro de Preço: 24/04/2020 a 24/04/2021.

Licitação: Processo de Licitação n° 041/2020 - Pregão Presencial para Registro de Preços 017/2020.

Xaxim/SC, 24 de abril de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0061/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020 - DISPÕE SOBRE O USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARAS NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2466139

DECRETO Nº 0061/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE O USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARAS NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da lei,
Considerando o posicionamento da Organização Mundial da Saúde – OMS, e do Ministério de Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo Corona vírus – COVID 19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;
E, considerando que Poder Público tem o dever Constitucional de assegurar aos cidadãos proteção à saúde,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, para evitar a transmissão comunitária do Coronavírus – COVID 19, no âmbito do Município de Zortéa.

§1º Será obrigatório o uso de máscaras de proteção facial, a partir de 07 de maio de 2020:

- I – por toda população em espaços públicos, circulação em ruas, avenidas, calçadas, locais de prática esportiva; áreas comuns de condomínios verticais e horizontais, e demais ambientes coletivos, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias;
- II- por motoristas e usuários de táxis e transporte individual ou compartilhado de passageiros;
- III- em veículos particulares com dois ou mais ocupantes;
- IV- para acesso a todo e qualquer estabelecimento;
- V- para o acesso e desempenho de qualquer atividade em repartições públicas e privadas.

§2º Os estabelecimentos privados cujas atividades estão permitidas deverão tomar as providências necessárias para o cumprimento do estabelecido no presente Decreto pelos seus funcionários, colaboradores e clientes, inclusive impedindo que estes ingressem e/ou permaneçam no local sem a utilização da máscara de proteção facial.

§ 3º Nos estabelecimentos comerciais do Município deverão também os proprietários ou seus funcionários realizar a contenção nas entradas do prédio, contendo barreira e controle de acesso ao interior de no máximo 5 (cinco) clientes no mesmo instante. Caso sejam pessoas da mesma família, deve ser permitida a entrada de apenas uma, para que outras pessoas possam ser atendidas simultaneamente.

§4º Recomenda-se à população em geral o uso de máscaras caseiras, segundo as orientações do Ministério de Saúde, disponível em www.saude.gov.br, e Notas Técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

§5º A forma de uso, limpeza e descarte das máscaras deverão seguir as Normas Técnicas editadas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Art. 2º Fica determinada no âmbito de Serviço Público Municipal, a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, durante a execução das respectivas atribuições inerentes aos cargos e funções públicas.

Art. 3º Fica decretada a proibição de aglomeração com mais de 2 (duas) pessoas em praças, parques de lazer, ou qualquer outra área de esporte e recreação.

Art. 4º Fica Proibida a aglomeração de pessoas nos espaços de circulação e dependências dos postos de combustíveis, conveniências, estabelecimentos anexos e lavação;

Art. 5º Velórios somente poderão ser realizados na presença de familiares e amigos íntimos por um período máximo de 10 (dez) horas. A casa mortuária deverá permanecer fechada e inacessível no período compreendido entre 00h00 e 06h00, sendo que caso o velório não tenha atingido o tempo acima citado até a 00h00, poderá ser retomado após às 06h00 do dia seguinte, até atingir o limite de 10 (dez) horas.

Parágrafo único: Caso o falecimento seja decorrente de COVID-19 fica determinado o sepultamento imediato.

Art. 6º Os servidores públicos investidos em atividades de fiscalização e de poder de polícia, devem tomar as atitudes necessárias ao fiel cumprimento do disposto nesse Decreto.

Art. 7º Fica recomendado aos idosos do Município assim como demais pessoas em situação de risco que evitem sair de casa, recomendando-se também aos seus familiares que realizem eventuais tarefas necessárias para referidas pessoas, seja no comércio ou em espaços públicos.

Art. 8º O descumprimento do presente Decreto poderá acarretar configuração do Crime de Desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal, o qual pode acarretar pena de detenção de até seis meses e multa, ou ainda, Crime de Infração de Medida Sanitária Preventiva previsto no artigo 268 do Código Penal, que pode gerar detenção de até um ano e multa.

Art. 9º Os casos omissos e as eventuais exceções ao cumprimento deste decreto serão analisados e deliberados pelo Comitê Administrativo Central, criado para fins de deliberação de medidas de enfrentamento a Pandemia causada pelo Covid-19 através do Decreto nº 0059 de 04 de maio de 2020.

Art. 10º Fica recomendado à população em geral a fiscalização do cumprimento das normas deste decreto, podendo efetuar eventuais denúncias à Polícia Militar através do 190.

Art. 11º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos por tempo indeterminado.

Zortéa, 05 de maio de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 05 de maio de 2020.

BIRAJARA CESA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO CONTRATOS Nº 045 A Nº 070/2020

Publicação Nº 2465100

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 045/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: CECCATO COMÉRCIO DE MOTOS LTDA

Vigência: 16/03/2020 Á 30/06/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 14.990,00

OBJETO: Aquisição de uma motocicleta para uso do DMAE- Departamento de Água e Esgoto de Zortéa.

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 046/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: PKB ENGENHARIA E TRANSPORTES EIRELI

Vigência: 17/03/2020 Á 17/06/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 135.904,72

OBJETO: O Objeto da presente tomada de preços é a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a reconstrução com fornecimento de materiais e mão de obra de uma edificação de 79,91 m² que foi demolida após a ocorrência de um acidente com um caminhão da Secretaria de Infraestrutura do município de Zortéa;

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 047/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: DEOCLIDES ALEXANDRE BERANRDI

Vigência: 01/04/2020 Á 31/12/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.416,00

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de imóvel comercial para locação, com área útil não inferior de 243m² (duzentos e quarenta e três metros quadrados), de área construída, mais área disponível de terreno urbano anexo com no mínimo 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), o qual será utilizado pelo Departamento Municipal de Cultura e Turismo, sendo este destinado para aulas de música oferecidas pelo Município de Zortéa.

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 048/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: LUCIANA LOPES

Vigência: 01/04/2020 Á 31/12/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.615,81

OBJETO: Pelo presente instrumento o Locador fornece ao Locatário uma sala comercial com área de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados), sendo este destinado ao funcionamento do Grupo de Dança Municipal, localizada na Rua Guilherme Brancher, 14- sala 04.

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 049/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Vigência: 18/03/2020 Á 31/12/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 43.644,50

OBJETO: O objeto refere-se à prestação de serviços de Educação Continuada para os desenvolvimentos dos Cursos/Programas de educação Maker "Matemática e Games "para 2 (duas) turmas com no máximo 25 (vinte e cinco) alunos por turma, a ser ministrado pelo SESI.

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 050/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: JOSÉ DARCY DAMBRÓS

Vigência: 22/04/2020 Á 31/12/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.692,50

OBJETO: O presente edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei nº 11.947/2009 a serem adquiridos dos grupos informais e formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, destinados a elaboração de merenda para alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Zortéa/SC.

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 051/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal, Ouro e Zortéa

Vigência: 22/04/2020 Á 31/12/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 43.834,50

OBJETO: O presente edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei nº 11.947/2009 a serem adquiridos dos grupos informais e formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, destinados a elaboração de merenda para alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Zortéa/SC.

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 052/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Jaborá-Coperjaborá

Vigência: 22/04/2020 Á 31/12/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.560,00

OBJETO: O presente edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei nº 11.947/2009 a serem adquiridos dos grupos informais e formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, destinados a elaboração de merenda para alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Zortéa/SC.

Alcides Mantovani

Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 053/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC

CONTRATADA: VETORI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA ME

Vigência: 27/04/2020 Á 31/12/2020

VALOR DO CONTRATO: R\$76.500,00

OBJETO: Contratação de horas de máquina escavadeira para corte de cascalho e horas máquina de trator sobre esteiras, para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do Município de Zortéa/SC.

Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 054/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC
CONTRATADA: S.G TERRAPLENAGEM LTDA
Vigência: 27/04/2020 À 31/12/2020
VALOR DO CONTRATO: R\$ 37.200,00

OBJETO: Contratação de horas de máquina escavadeira para corte de cascalho e horas máquina de trator sobre esteiras, para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do Município de Zortéa/SC.

Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO PÚBLICO Nº 055/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC
CONTRATADA: EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA
Vigência: 30/04/2020 À 31/12/2020
VALOR DO CONTRATO: R\$ 75.000,00

OBJETO: Contratação sob demanda de empresa especializada para prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas a serem executadas na cascalheira do Município de Zortéa/SC;

Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO DE TERMO ADTIVO DE PRAZO

CONTRATO PÚBLICO Nº 070/2019

TERMO ADTIVO Nº 001/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC
CONTRATADA: CONSTRUTURA PILAR LTDA
Vigência: 01/04/2020 a 30/06/2020

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção e empresa do ramo de engenharia/construção civil para a construção de 15 casas populares, com 56 m² cada no município de Zortéa/SC, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Projetos e Cronograma, Recurso proveniente do convênio nº TR 1715/2018 Processo nº ADR 1717/2018.

Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO DE TERMO ADTIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO PÚBLICO Nº 008/2020

ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 001/2020

CONTRATANTE: Município de Zortéa-SC
CONTRATADA: POSTO ZAMPIERI LTDA ME
Vigência: 17/04/2020 à 31/12/2020

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo consiste na revisão de valores do contrato administrativo original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato nº 008/2020, frente a supressão de preços existentes e comprovados, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93, passando o valor unitário do item nº 01 (gasolina comum) de R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos) por litro para R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) por litro, do item nº 02 (óleo diesel) de R\$ 3,78 (três reais e setenta e oito centavos) por litro para R\$ 3,38 (três reais e trinta e oito centavos) por litro e do item nº 03 (óleo diesel S10) de R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos) por litro para R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos).

Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa-SC

EXTRATO CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO PÚBLICO Nº 019/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADA: ANDRÉA CARVALHO DE ARAÚJO & CIA LTDA.
Vigência: 30/04/2020 À 31/12/2020

OBJETO: Credenciamento de empresa/clínicas pediátricas para realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Zortéa para o ano de 2020.

Maria Roseli Susin
Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO**CONTRATO PÚBLICO Nº 001/2020****ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 001/2020****CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde****CONTRATADA: POSTO ZAMPIERI LTDA ME****Vigência: 17/04/2020 á 31/12/2020**

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo consiste na revisão de valores do contrato administrativo original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato nº 001/2020, frente a supressão de preços existentes e comprovados, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93, passando o valor unitário do item nº 01 (gasolina comum) de R\$ 4,48(quatro reais e quarenta e oito centavos) por litro para R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) por litro e do item e do item nº02(óleo diesel S10) de R\$ 3,88(três reais e oitenta e oito centavos) por litro para R\$ 3,48(três reais e quarenta e oito centavos).

Maria Roseli Susin

Fundo Municipal de Saúde

Associações

AMFRI

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 04 DE MAIO DE 2020 - COVID-19

Publicação Nº 2465061

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 04 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) na Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI.

Leonel José Martins, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras e Presidente da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da Entidade,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19;

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e Decreto Estadual nº 587 de 30 de abril de 2020, que dispõe sobre decretação de calamidade pública em todo estado catarinense e medidas de prevenção e enfrentamento do Coronavírus;

RESOLVE,

Art. 1º. A presente resolução dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito interno da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI.

Art. 2º. Ficam temporariamente suspensos:

I – a realização de reuniões, eventos em espaços de uso coletivo como, auditórios e salas nas dependências da Associação de Municípios ou fora dele;

II – circulação de público externo nas dependências da AMFRI;

III – a realização ou participação de colaboradores e consultores em eventos presenciais de capacitação e treinamento, devendo ser dada preferência a modalidade virtual, caso o evento não possa ser adiado para momento posterior;

IV – a realização de viagens a trabalho e trabalhos externos até segunda ordem;

Parágrafo Único - Em casos excepcionais e urgentes, o disposto nos incisos III e IV poderão ser excepcionados pelo Presidente ou Secretário Executivo da Associação.

Art. 3º. Fica estabelecido o trabalho misto, presencial e remoto, a ser aplicado aos colaboradores, consultores e estagiários da AMFRI, até 30 de maio de 2020, no horário compreendido de 08h às 12h e 13h30 às 17h30.

§ 1º Deverão, obrigatoriamente, exercer suas atividades de forma remota os colaboradores, consultores e estagiários que convivem com:

I – pessoas acometidas pela COVID-19; ou

II – pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§ 2º Deverão, prioritariamente, exercer suas atividades de forma remota, os colaboradores, consultores e estagiários:

I – que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

II – com 60 anos ou mais;

III – gestantes; e

IV – que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas.

§ 3º A fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio com a COVID-19, poderão ser adotados mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como a fixação de escalas de revezamento por turnos alternados.

§ 4º. O disposto no caput do artigo, poderá sofrer alterações de acordo com as orientações sanitárias do Estado de Santa Catarina.

§ 5º. A decisão quanto à reorganização, a abrangência, a forma e horário de trabalho remoto ficará a cargo do Secretário Executivo, através de Regulamento Interno específico, que assegure a adequada prestação dos serviços internos aos municípios associados.

§ 6º. O abono do ponto eletrônico será providenciado pelo Secretário Executivo, após a análise dos Relatórios de Desenvolvimento das atividades previstos no Art. 3º do Regulamento Interno.

§ 7º. Os colaboradores, consultores e estagiários em regime de trabalho remoto deverão permanecer nas suas Comarcas de residência e estar disponíveis durante todo o período de expediente, sendo vedada, durante o expediente a prática de atividades que não estejam associadas ao trabalho.

§ 8º. Orienta-se que todos os colaboradores, consultores e estagiários fora de seu horário de expediente, adotem medidas de distanciamento social, evitando circular em ambientes com grande concentração de pessoas.

Art. 4º. Os colaboradores, consultores e estagiários que estiverem trabalhando presencialmente, deverão obrigatoriamente:

I - fazer uso de máscara durante todo o horário de funcionamento da Associação, inclusive prestadores de serviço, entregadores entre outros;

II - manter distanciamento mínimo de 1,5 m de raio entre as pessoas;

III - disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para higienização das mãos;

IV - quando possível, intensificar a utilização de ventilação natural.

V - proibida a aglomeração em áreas comuns da Associação, podendo permanecer no máximo 03 (três) colaboradores, consultores e estagiários no mesmo ambiente simultaneamente, respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 m;

VI - quando utilizar ponto digital, higienizar após cada uso com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando as características do equipamento quanto à escolha do produto;

VII - os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar respeitando a característica do material quanto à escolha do produto; e

VIII - em caso de algum colaborador, consultor e estagiário, apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, buscar orientação médica, bem como afastar do trabalho por um período mínimo de 14 (quatorze) dias ou, conforme determinação médica, e informar às autoridades sanitárias imediatamente desta condição.

Art. 5º. As medidas previstas nesta Resolução poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Estado.

Art. 6º. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Resolução serão dirimidos pelo Secretário Executivo da Associação com anuência do Presidente da instituição.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor no dia 19 de março de 2020 com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 8º. Ficam ratificados os atos praticados com fundamento no Resolução nº 01, de 18 de março de 2020.

Art. 9º. Fica revogada o Resolução nº 01, de 18 de março de 2020.

Itajaí/SC, 04 de maio de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

Presidente da AMFRI

AMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020 ATA SESSÃO PÚBLICA Nº 001/2020

Publicação Nº 2465968

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020

Tomada de Preços nº 001/2020

Ata Sessão Pública nº 001/2020

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte as quatorze horas, nas dependências da Sala de Reuniões da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense AMMOC situada na Rua Roberto Trompowski, 68- 2º andar- Centro – Joaçaba - SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Resolução nº 002/2019, juntamente com os membros da equipe técnica para o ato de abertura e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº 002/2020 na modalidade de Tomada de Preços nº 002/2020 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a realização de Reforma da Estrutura Física da sede da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense AMMOC, conforme Memoriais Descritivos, Projetos, Orçamento, Cronograma Físico Financeiro com o fornecimento de material e mão de obra, em regime de empreitada por preço unitário. O aviso do edital foi publicado na imprensa conforme determina à legislação vigente, mural público, sitio www.ammoc.org.br e Diário Oficial dos Municípios em 08.04.2020.

Protocolaram tempestivamente os envelopes as empresas Strahl Engenharia Eireli ME representada pelo seu titular, senhor Vagner Kaefer, - CPF Nº 006.874.719-58, M.N. Saneamento e Construções Ltda. ME, representado pelo senhor Mauro Alves de Moura, CPF N 384,242.589-91, foi efetuado o credenciamento das empresas, na sequência rubricados os envelopes, e na sequência foram abertos os envelopes de documentação. Da análise dos documentos constatou-se que a empresa Strahl Engenharia Eireli ME cumpriu todos os requisitos do edital, estando habilitada a prosseguir no certame, a empresa MN Saneamento e Construções Ltda. ME deixou de cumprir com os seguintes requisitos do edital :

8.1.3.2.1 - a empresa não apresentou comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa.

8.1.3.5 a empresa não apresentou o atestado de visita ao local da obra, nem declaração de que tem conhecimento do local da obra.

8.1.4.2 – a empresa não apresentou declaração atestando a não existência de outros cartórios distribuidores na Comarca.

8.1.4.3 - A empresa apresentou o balanço em desconformidade com o edital e com a legislação vigente. Não é cópia do Livro Diário.

Os fatos acima inabilitam a empresa a prosseguir no certame.

Ato Continuo abre-se prazo legal de 05 (cinco) dias úteis, para possíveis interposições de recurso quanto a decisão , em conformidade com o artigo 109 alínea "a" da Lei. 8666/93, Decorridos o prazo legal serão notificadas as outras licitantes para possível interposição de contrarrazões para posterior decisão, sendo que todos os atos estarão disponíveis no site da AMMOC e os licitantes notificados. Os envelopes de propostas devidamente lacrados foram rubricados por todos os presentes. Foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, devido à falta de energia elétrica não foi possível à assinatura pelos membros da Comissão, representantes legais, encerrando-se a sessão às 15h17min. Sendo que esta será publicada no site do município, e no diário oficial dos municípios. E enviada no endereço de e-mail dos licitantes

Rubens Antonio Correia Letícia Zílio

Membro Membro

Ana Júlia Ungericht de Carvalho

Equipe Técnica

Vagner Kaefer Mauro Alves de Moura

Strahl Engenharia Eireli ME MN Saneamento e Construções Ltda. ME

Consórcios

ARIS

ATA DA 106ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Publicação Nº 2466179

ATA DA 106ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte (29/04/2020), por meio de aplicativo de transmissão de mensagens instantâneas estiveram reunidos de formar virtual os Conselheiros da ARIS, Roberto Aurélio Merlo (Presidente), José Galvani Alberton, Silvio José Martins Filho, Eduardo Luiz Pereira, Marco Aurélio Alberton, Pablo Heleno Sezerino e Arcênio Patrício. Participaram o Diretor-geral da ARIS, Adir Faccio, o Diretor de Regulação, Antoninho Baldissera, o Diretor de Administração e Finanças, Luiz Aurélio de Oliveira e o Coordenador Magnus Caramori, Coordenador de Normatização Daniel Fontana, Coordenador de Fiscalização Willian Jucélio Goetten e Ouvidor Alexandre Lima Grams. Os trabalhos da 106ª reunião do Conselho de Regulação foram realizados por aplicativo de mensagens instantâneas, devido a situação de emergência diante da crise causada pelo Covid-19. A ordem do dia estabelecida tem o objetivo de relato das atividades desenvolvidas pela Agência no período de março e abril de 2020, basicamente do início do isolamento social até a data da respectiva reunião. Foi adotada a dinâmica de relato individuais por diretoria e coordenadoria, assim registrados: O presidente do Conselho de Regulação Sr. Roberto Aurélio Merlo abriu os trabalhos dando boas vinda a todos os participantes, bem como agradeceu a disponibilidade dos conselheiros em participar da reunião de forma virtual tendo em vista a atualização de ferramenta eletrônica nem sempre de domínio de todos. Em seguida passou a palavra ao Diretor Geral da ARIS que agradeceu a presença e a oportunidade de realizar a reunião no molde virtual, apresentou o Sr. Daniel Fontana que assumiu a Coordenadoria de Normatização no dia 09/03/2020 não havendo a oportunidade de ter sido apresentado pessoalmente aos conselheiros uma vez que não houve reunião ordinária no mês de Março/2020. Passando a palavra ao Diretor de Administração e Finanças Sr. Luiz Aurélio que relatou as ações implementadas no âmbito administrativo e financeiro bem como, os procedimentos adotados quando do isolamento social (trabalhos "home office") e as medidas providenciadas quando do retorno ao trabalho presencial, acolhendo as orientações das autoridades sanitárias e os cuidados necessários, preservando a saúde dos colaboradores. Foi informado ainda, que os compromissos e responsabilidades financeiras e contábeis da agência tais como, empenhos, pagamentos, publicações e demais atividades foram desenvolvidas a contento mesmo no período de isolamento. Em seguida o Coordenador Jurídico Sr. Magnus Caramori teceu explicações com relação a Resolução Normativa ARIS N º 24, de 24 de março de 2020 que dispõe sobre a cobrança dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prorrogação do pagamento das faturas, do parcelamento das faturas, do corte do abastecimento e da flexibilização do prazo de intervalo das leituras dos hidrômetros pelos prestadores de serviços públicos dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados nos municípios regulados e fiscalizados pela ARIS, enquanto durar a pandemia do Covid-19, bem como, atendeu aos questionamentos e pedidos de explicações dos prestadores de serviços com relação ao assunto e outras providências. Dando prosseguimento o Diretor de Regulação relatou sobre o andamento do projeto Contabilidade Regulatória informando o desenvolvimento do material relativo aos procedimentos contábeis regulatórios do saneamento básico para agências reguladoras intermunicipais e municipais, relatou também, quanto aos estudos de revisão tarifária em andamento e o parecer técnico/jurídico que irá subsidiar os estudos da revisão tarifária dos municípios de Penha e São Francisco do Sul. Dando prosseguimento aos relatos o coordenador de Fiscalização Sr. Willian Jucélio Goetten apresentou os quantitativos de fiscalizações do mês de março do corrente ano e o andamento dos relatórios até a determinação do isolamento social em número de dezessete (17) fiscalizações, a situação das fiscalizações que estavam planejadas que estão suspensas por força da resolução 24/2020 da ARIS, no período foram elaborados e revisados trinta (30) relatórios e elaborados dez (10) pareceres técnicos, atendimento de forma online a vários municípios, relatando também as atividades desenvolvidas pelos técnicos nos escritórios regionais que atuaram de forma "home office". Fez um breve relato com relação a consequências provocadas pela estiagem no estado e a participação em várias tele conferências com defesa civil, ABAR, MDR entre outras entidades. Com a palavra o Sr. Daniel Fontana Coordenador de Normatização iniciando sua fala com um breve relato de sua formação acadêmica concluída (Engenheiro Civil) e em andamento (MBA-FGV – Gerenciamento de Projetos) e sua experiência profissional com atuação de vários anos em prestadoras de serviços, bem como as atividades desenvolvidas nas mesmas, com relação as atividades desenvolvidas no período de março a abril/20, desenvolveu estudos das normativas da ARIS, Protocolo de Intenções e tomou ciências dos contratos de concessão e programa elaborados com municípios consorciados, desenvolveu tele conferência com os técnicos dos escritórios regionais da ARIS. Em seguida o Ouvidor Sr. Alexandre Lima Grams apresentou as informações contidas no relatório de ouvidoria que contem registro das manifestações de usuários e os comunicados dos prestadores de serviços do período compreendido entre 01 de março a 29 de abril de 2020, esclareceu as dúvidas destacando as situações mais relevantes com relação aos comunicados dos prestadores que referem-se a ocorrências de manutenção preventivas e/ou corretivas em decorrência dos vazamentos de água em via pública. O Ouvidor manifesta-se também com relação ao relatório de amostragem da situação hídrica nos municípios consorciados, que vem preocupando e comprometendo os sistemas de abastecimento de água em áreas urbanas e rurais principalmente nos municípios no oeste catarinense devido à estiagem prolongada, situação que deve permanecer por mais alguns dias. Com a palavra o Sr. Adir Faccio Diretor Geral relatou as ações da ARIS no que referem-se a manifestação junto ao Governo estadual com relação sancionar a lei proposta pela assembleia relativo a isenção tarifária das contas de água, comentou a nova composição tarifária aplicada pela CASAN em março/2020, repassou informações relativas a Assembleia Geral Extraordinária da ARIS em andamento, suspensão de reajustes tarifários decorrente da Normativa ARIS 24, participação de reuniões virtuais com presidente Magno Bollmann – Prefeito de São Bento do Sul, diretores e coordenadores, participação de reuniões com ACIC – Associação Comercial e Industrial de Chapecó para tratando da situação de estiagem e abastecimento de água do município, reunião com o Comitê de Bacias do Chapecó / Irani, participação em vídeo chamada com o presidente da ABAR sobre as leis de prorrogação e isenção de tarifas e reunião online com consultores contratados e demais ações pertinentes a gestão da ARIS. O presidente Roberto Merlo deixando a palavra livre para que os conselheiros manifestassem sobre os assuntos apresentados, o conselheiro José Galvani Alberton registra a preocupação e com relação aos comunicados de vazamento de água em via pública, considerando um desperdício de água tratada principalmente em tempo de crise hídrica, sugerindo a possibilidade de algumas ações por parte da ARIS, o conselheiro Marco Aurélio Alberton agradeceu a participação parabenizando o presidente pela iniciativa de realizar a reunião e o esforço de todos os participantes em apresentar as realizações das ações no período de pandemia. O conselheiro Pablo Heleno também registrou os agradecimentos. Os demais

conselheiros com aceno também registraram manifestação de agradecimentos e satisfação. Sem mais nada a tratar, o Conselheiro Roberto Aurélio Merlo, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, Luiz Aurélio de Oliveira, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Roberto Aurélio Merlo (Presidente)	Pablo Heleno Sezerino
Eduardo Luiz Pereira	Silvio José Martins Filho
José Galvani Alberton	Marco Aurélio Alberton
Arcenio Patrício	

CIGA

PRORROGAÇÃO DO PRAZO - AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2020 - PESQUISA DE MERCADO ACERCA DE SOLUÇÕES INFORMATIZADAS WEB EDUCACIONAL

Publicação Nº 2466303

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2020

PESQUISA DE MERCADO ACERCA DE SOLUÇÕES INFORMATIZADAS WEB EDUCACIONAL

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a necessidade premente de disponibilização de solução informatizada de plataforma web educacional com infraestrutura de comunicação unificada e logística de sala de aula virtual, prorroga o prazo concedido aos interessados para se manifestarem acerca do Chamamento Público N.º 01/2020, publicado em 16 de abril de 2020, na edição do DOM/SC n.º 3113, páginas 1208-1211, cujo prazo inicial encerrou em 04 de maio de 2020. Desta forma, torna pública a

PRORROGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO,

visando à obtenção de propostas de pessoas jurídicas interessadas na disponibilização gratuita de solução informatizada de plataforma web educacional com infraestrutura de comunicação unificada e logística de sala de aula virtual.

Os serviços a serem prestados devem atender aos requisitos mínimos elencados na Descrição do Objeto (Anexo I deste Aviso).

Para tanto, concede-se aos interessados o prazo de 10 (dez) dias úteis, referente ao período de 06 de maio a 19 de maio de 2020, para a apresentação de proposta, contendo o detalhamento da solução informatizada que possui, a ser enviada ao e-mail ciga@ciga.sc.gov.br, com o assunto 'Aviso n.º 01/2020 - Chamamento Público para Pesquisa de Mercado acerca de Soluções Informatizadas Web Educacional', a fim de que a Administração, a par dos possíveis sistemas já existentes, melhor instrua o respectivo processo administrativo para este objeto.

Em relação às informações da pessoa jurídica interessada em prestar gratuitamente os serviços em comento, deve-se instruir a proposta a ser apresentada com a:

- 1) caracterização completa da empresa (endereço completo, acompanhado de telefones existentes); e
- 2) data e o local de expedição.

Florianópolis, 05 de maio de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Chamamento de pessoas jurídicas, interessadas em disponibilizar gratuitamente solução informatizada de plataforma web educacional com infraestrutura de comunicação unificada e logística de sala de aula virtual, com ferramentas para aproximadamente 90.000 professores e gestores educacionais, além de, aproximadamente, 490.000 de alunos no processo de ensino e aprendizagem para o dia a dia das escolas municipais catarinenses, sem considerar o número de estudantes em creches e em pré-escolas. Essa solução precisa ter como base a computação em nuvem na modalidade de software como serviço (SaaS), com contas individuais, permitindo conversas individuais e em grupo em forma de 'chat' ou vídeo chamadas, calendário individual e de grupos, incluindo possível integração com atividades de sala de aula, permitindo simular o ambiente de sala de aulas de forma síncrona entre alunos e professores. O ambiente deve dispor ainda de local de armazenamento, tanto privado quanto coletivo, de conteúdo e um conjunto de ferramentas integradas que possibilite a edição de textos, planilhas, apresentações, edição de áudio e vídeo, incluindo a edição compartilhada de documentos para as atividades em grupo e, por fim, os serviços de caixa de e-mails individuais.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a missão do CIGA de "prover soluções tecnológicas para a melhoria da gestão pública", observados os princípios da

economicidade e da eficiência, por meio da implementação de políticas públicas que permitam e disponibilizem o acesso aos avanços tecnológicos aos municípios consorciados;
Considerando a necessidade de disseminação da cultura e do trabalho colaborativo na rede educacional em todo o Estado de Santa Catarina, além da motivação das equipes e integração entre as diferentes unidades;
Considerando a necessidade do trabalho em equipe, da maior aproximação entre alunos e professores, bem como da ampliação do conhecimento;
Considerando a Resolução CIGA N.º 178, de 07 de abril de 2020, que instituiu o projeto 'Educação Conectada' com foco em melhorias tecnológicas e de qualificação de professores, por meio de contratação de serviços, equipamentos e capacitação, bem como autorizou o credenciamento ou chamamento público de empresas que forneçam contas de e-mails gratuitamente, exclusivamente, para a educação;
Considerando a instituição oficial pelo CIGA dos domínios: edu.ciga.sc.gov.br e edu.sc.gov.br, para uso exclusivo da área de educação, os quais estão vinculados ao projeto do CIGA 'Educação Conectada';
Considerando que o gerenciamento deste projeto pelo CIGA simplificará a disseminação da plataforma web educacional e suas ferramentas, bem como facilitará o acesso aos serviços, nos municípios catarinenses.
Resolve realizar a presente chamada.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 Os serviços ofertados deverão ser integrados, em todas as características funcionais e não funcionais, para todos os usuários da solução, indiferente da condição comercial ou propósito de uso, ou seja, plataforma homogênea para recursos, funcionalidades e configurações.
3.2 O CIGA poderá ser o órgão centralizador e gerenciador do contrato em prol de seus municípios consorciados.
3.3 O CIGA disponibilizará e gerenciará os domínios 'edu.sc.gov.br' e 'edu.ciga.sc.gov.br', incluindo a criação de subdomínios com o nome dos municípios consorciados, quando necessário.

4. REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO

4.1 As especificações descritas neste documento são mínimas, e quando existirem limites máximos de parâmetros estes serão descritos explicitamente.
4.2 A solução deverá prover os serviços de comunicação e colaboração on-line baseada em computação em Nuvem (Cloud Computing), na modalidade de software como serviço (SaaS – Software as a Service). A infraestrutura de armazenamento, processamento e transmissão de dados deverá ser fornecida e mantida pela CONTRATADA ou PROVEDORA dos serviços, ficando o CIGA ou a Secretaria Municipal de Educação responsável pelo provimento dos meios de acesso aos serviços.
4.3 Entende-se como serviços de comunicação e colaboração em nuvem um conjunto de ferramentas que possibilite gerenciamento e provisionamento de comunicações eletrônicas: e-mail, mensagens instantâneas de texto (chat), conferência por voz e videoconferência na web (chamadas de voz e chamadas de áudio e vídeo), edição e armazenamento de arquivos, bem como deve possibilitar o compartilhamento e a publicação de informações (agenda/calendário, contatos, tarefas), necessários à implantação e fornecimento de solução de comunicação unificada.
4.4 A solução deverá proporcionar disponibilidade, integridade e a segurança de todas as informações do CONTRATANTE que sejam gerenciadas e armazenadas pela CONTRATADA ou PROVEDORA.
4.5 A PROPONENTE deverá, além de atender aos requisitos mínimos, disponibilizar as funcionalidades existentes na sua plataforma, de forma gratuita para as Secretarias Municipais dos municípios consorciados.
4.6 A disponibilização de novas funcionalidades e capacidades não poderão provocar interrupções na operação da solução, de forma que os usuários tenham acesso aos novos recursos sem interrupção dos serviços, sendo as mesmas disponibilizadas automaticamente, ou com a autorização do administrador.
4.7 A solução deverá possuir desempenho suficiente para atender ao volume de usuários, dados e transações demandados pela CONTRATANTE, sem degradação de desempenho, indiferentemente da quantidade de usuários em operação.
4.8 As funcionalidades da solução deverão ser executadas integralmente a partir de um dos navegadores web suportados, ou seja, possibilitar o acesso a todos os recursos da solução sem a necessidade de um software cliente instalado nas estações de trabalho, salvo em caso de dispositivos móveis como tablets e smartphones, os quais deverão, quando necessário, contar com aplicativos específicos em suas lojas on-line para acesso a essas funcionalidades sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
4.9 A solução deverá possuir recurso que permita a localização de arquivos e mensagens em sequência de caracteres (ferramenta de busca).
4.9.1 Permitir ao usuário a execução de pesquisas em mensagens, anexos e arquivos de sua área de armazenamento.
4.10 A solução deverá possibilitar a portabilidade de toda informação armazenada de propriedade da CONTRATANTE, bem como de toda base de e-mails dos usuários cadastrados pela CONTRATANTE, em caso de encerramento dos serviços. Tal possibilidade de portabilidade deverá ficar disponível por um período mínimo de 30 (trinta) dias.

5. DOS RECURSOS MÍNIMO DISPONÍVEIS

5.1 Correio Eletrônico (e-mail).
5.2 Contatos e Grupos de Distribuição.
5.3 Agenda/Calendário.
5.4 Comunicação Instantânea:
5.4.1 A solução deve prover o serviço de envio de mensagens instantâneas (chat) entre usuários internos e usuários externos autorizados, utilizando a mesma plataforma (em computadores) ou aplicativo (em smartphones e tablets);
5.4.2 O serviço deve possuir total integração com toda a plataforma;
5.4.3 Deve permitir realização de chamadas de voz, por meio da ferramenta;
5.4.4 Deve permitir o envio de imagens, por meio do comunicador; e
5.4.5 Deve permitir identificação do status de disponibilidade dos usuários (disponível, ocupado, ausente).
5.5 Videoconferência:
5.5.1 A solução deve prover o serviço de videoconferência para reuniões e aulas on-line, devendo suportar a transmissão de áudio e vídeo simultaneamente, individualmente, ou em grupos;
5.5.2 O serviço deve possuir integração com toda a plataforma;

- 5.5.3 Deve permitir convites à usuários externos para realização da videoconferência;
- 5.5.4 Os streamings de áudio e vídeo deverão ser criptografados ponta a ponta; e
- 5.5.5 Deve possibilitar o compartilhamento de tela entre os participantes da videoconferência.
- 5.6 Criação e Publicação de Sites:
 - 5.6.1 A solução deve permitir a criação de sites com a utilização de elementos como: imagens, tabelas, vídeos e acesso a bancos de dados; e
 - 5.6.2 Deve permitir que os usuários criem e gerenciem seus sites, sem necessidade de conhecimento de linguagem de codificação.
- 5.7 Transmissão de Vídeos:
 - 5.7.1 A solução deve possibilitar a transmissão de vídeo ao vivo pela plataforma;
 - 5.7.2 A solução deve possibilitar que qualquer usuário, desde que autorizado por um administrador local, efetue gravação de vídeos; e
 - 5.7.3 Permitir a gravação/arquivamento automático do vídeo, a qual foi realizada a transmissão em tempo real.
- 5.8 Armazenamento de Arquivos e Colaboração:
 - 5.8.1 A solução deve permitir ao usuário compartilhar documentos e controle de permissões de acessos em suas pastas e arquivos;
 - 5.8.2 Deve permitir a edição on-line e em tempo real de documentos armazenados na nuvem;
 - 5.8.3 Deve permitir a criação de documentos do tipo: texto, planilhas, desenhos e apresentações, permitindo a colaboração em tempo real dos mesmos;
 - 5.8.4 Deve permitir compartilhamento de pastas e seu conteúdo armazenadas em nuvem;
 - 5.8.5 Deve permitir a restrição de compartilhamento de arquivos para usuários externos;
 - 5.8.6 Deve possibilitar a visualização de histórico de revisões dos documentos e reversão das mesmas.

6. SISTEMA OPERACIONAL DA SOLUÇÃO

- 6.1 A solução deve possibilitar acesso aos serviços disponibilizados por meio de Sistemas Operacionais Clientes multiplataforma, em 32 e 64 bits.
- 6.2 A solução deve possibilitar acesso aos serviços contratados por meio de dispositivos móveis (tablets, smartphones, etc.) multiplataforma.
- 6.3 Aplicativos (Cliente):
 - 6.3.1 A solução deve possibilitar o acesso aos recursos e funcionalidades da plataforma por meio dos principais navegadores web (browser), sem a necessidade de instalação de aplicativos (clientes);
 - 6.3.2 O acesso de todos os serviços contratados deverá ser feito através de conexão segura (HTTPS).
- 6.4 Aplicativos de Produção
 - 6.4.1 A solução deve disponibilizar recursos para:
 - 6.4.1.1 Criação e edição de documentos, apresentações e planilhas; e
 - 6.4.1.2 Criação de formulários com disponibilização de resultados na ferramenta de planilha.
- 6.5 Aplicativo de Logística para Sala de Aula
 - 6.5.1 A solução deve disponibilizar recursos para:
 - 6.5.1.1 Possibilitar a criação de quantas turmas forem necessárias por professor;
 - 6.5.1.2 Permitir o convite do professor titular da turma para outros professores ou coordenadores, possibilitando a interdisciplinaridade e acompanhamento da coordenação;
 - 6.5.1.3 Distribuição de tarefas com interação dos professores e possibilidade de devolução para o aluno com comentários e melhorias;
 - 6.5.1.4 Exportação das notas ou conceitos das tarefas e atividades para planilhas;
 - 6.5.1.5 Lista de alunos para encaminhamento de correio eletrônico;
 - 6.5.1.6 Integração com outras ferramentas descritas neste documento;
 - 6.5.1.7 Permitir comunicação com os responsáveis dos alunos, de forma que os responsáveis possam receber no seu e-mail informações sobre as tarefas;
 - 6.5.1.8 Permitir a reutilização de uma tarefa postada pelo professor em quantas salas de aula forem necessárias; e
 - 6.5.1.9 Permitir ao professor selecionar os alunos para os quais a atividade será postada, possibilitando a definição de tarefas diferentes para diferentes grupos de alunos.

7. DA SEGURANÇA

- 7.1 A CONTRATADA se compromete a manter sigilo acerca das informações obtidas e geradas durante a vigência do contrato.

CIMVI**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - CIMVI - CONVOCAÇÃO - ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL - JESSICA LARA NUNES DE SOUZA**

Publicação Nº 2466351

CONVOCAÇÃO

Ilmo(a) Sr(a):

JESSICA LARA NUNES DE SOUZA

NESTA

Através do presente o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó – SC, representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo, CONVOCA Vossa Senhoria a comparecer junto à sede do CIMVI, para tratar de sua nomeação ao emprego público permanente de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA AMBIENTAL, tendo em vista vossa aprovação em 6º lugar, conforme Edital nº 05/2019 que trata da homologação do resultado final do Concurso Público nº 01/2019.

O prazo para comparecimento junto ao CIMVI é de 05 (cinco) dias úteis, após a publicação desta convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Transcorrido o prazo sem registro de comparecimento ao CIMVI ou remetido ao CIMVI termo de desistência, considerar-se-á o candidato como desistente.

Timbó (SC), em 05 de Maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Presidente**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - CIMVI - CONVOCAÇÃO - ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL - LIANA DO ROCIO BASTOS DE MORAIS**

Publicação Nº 2466352

CONVOCAÇÃO

Ilmo(a) Sr(a):

LIANA DO ROCIO BASTOS DE MORAIS

NESTA

Através do presente o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó – SC, representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo, CONVOCA Vossa Senhoria a comparecer junto à sede do CIMVI, para tratar de sua nomeação ao emprego público permanente de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA AMBIENTAL, tendo em vista vossa aprovação em 5º lugar, conforme Edital nº 05/2019 que trata da homologação do resultado final do Concurso Público nº 01/2019.

O prazo para comparecimento junto ao CIMVI é de 05 (cinco) dias úteis, após a publicação desta convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Transcorrido o prazo sem registro de comparecimento ao CIMVI ou remetido ao CIMVI termo de desistência, considerar-se-á o candidato como desistente.

Timbó (SC), em 05 de Maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Presidente

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 01/2020 - TERMO DE RESCISÃO

Publicação Nº 2466355

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Fernando Tomaselli, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a) LUCIANE BARTH, brasileira, solteira, estudante, nascida em 08/12/1992, inscrita no CPF sob o nº 015.476.670-44 e portadora do RG sob o nº 1102303375 – SSP/RS, residente e domiciliada na Rua João Gomes da Nobrega, nº 350 – AP 1209, Bairro Vila Nova, na cidade de Blumenau/SC, CEP: 89035-450, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 15/01/2020, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Auxiliar Administrativo com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 02 (dois) meses, tendo seu início em 16/01/2020 e término previsto para 15/03/2020, tendo sido objeto de prorrogação por intermédio do Primeiro Termo Aditivo firmado em 13/03/2020, postergando o término para 15/07/2020;

1.3 – CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços de educação ambiental, garantindo-se a plena eficácia dos serviços prestados pelo CIMVI bem com a atuação segura na proteção ao meio ambiente;

1.4 - CONSIDERANDO que, em 07/11/2019, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, acerca da criação do emprego público em comissão de Assessor do Serviço de Educação Ambiental;

1.5 – CONSIDERANDO que constitui interesse do CONTRATANTE a nomeação do(a) CONTRATADO(a) TEMPORÁRIO(a) como Assessor do Serviço de Educação Ambiental, ensejando a necessidade de rescisão do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 15/01/2020, nos termos do art. 16, incisos IV e V da Resolução CIMVI nº 240/2018;

1.6 – É celebrado o presente termo de rescisão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irretratável, irrenunciável e irrevogável, RESCINDIR AMIGAVELMENTE o CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 15/01/2020, a contar de 07/05/2020.

2.2 – Em razão da presente rescisão, terá o CONTRATADO direito ao saldo de salário devidamente trabalhado, bem como ao 13º proporcional e as férias, sendo que quanto a esta última (férias) desde que possua direito a tal benefício, nos moldes do art. 16, §3º da Resolução CIMVI nº 240/2018, bem como direito ao saque do FGTS.

2.3 - O CONTRATANTE expedirá Certidão de Tempo de Serviço, contendo o período integral do serviço prestado, em nome do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), para os fins de direito.

2.4 - Em razão da RESCISÃO, não haverá nenhum valor a ser devido pelo CONTRATANTE ao(à) CONTRATADO(a) TEMPORÁRIO(a) em razão do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 15/01/2020, além daqueles previstos na Cláusula 2.2 do presente instrumento, dando o(a) CONTRATADO(a) TEMPORÁRIO(a), plena, geral, irrevogável e irretratável quitação ao CONTRATANTE, nada mais tendo a exigir do CONTRATANTE, a qualquer título que seja.

2.5 - O(A) CONTRATADO(a) TEMPORÁRIO(a) renuncia em caráter irretratável, irrenunciável e irrevogável, a todo o direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do CONTRATANTE em razão do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 15/01/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1 - Para fins de plena e irrevogável validade deste instrumento, caberá ao CONTRATANTE sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - Para dirimir questões decorrentes da presente rescisão, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 05 de Maio de 2020.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI
Diretor Executivo: Fernando Tomaselli
(Contratante)

Luciane Barth
(Contratada)

TESTEMUNHAS:

Nome: Patricia Barbaresco
CPF: 095.555.009-24
Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2019/004 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2466349

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Fernando Tomaselli, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) JUCA ESTHEVAM TASSI SARDAGNA, brasileiro, solteiro, Engenheiro Florestal, nascido em 17/04/1996, inscrito no CPF sob o nº 107.951.539-96 e portador do RG sob o nº 5.714.647 – SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 144, Bairro Glória, na cidade de Rodeio/SC, CEP: 89.136-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/07/2019, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Analista Ambiental – Engenharia Florestal com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 11 (onze) meses, tendo seu início em 01/07/2019 e término para 31/05/2020;

1.3 – CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

1.4 - CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

1.5 - CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

1.6 - CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que instituiu regime de quarentena para diversas atividades;

1.7 - CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

1.8 - CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020, nº 515, de 17 de março de 2020, nº 525, de 23 de março de 2020, nº 535, de 30 de março de 2020, nº 554, de 11 de abril de 2020, nº 562, de 17 de abril de 2020 e outros aplicáveis à situação;

1.9 - CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Consórcio estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública, o que ocorreu por meio da

Resolução nº 361, de 17 de março de 2020 e pela Resolução nº 363, de 16 de abril de 2020;

1.10 – CONSIDERANDO que, na data de 19 de fevereiro de 2020, o CIMVI lançou o Edital de Concurso Público nº 01/2020 destinado ao provimento de vagas de Agente Administrativo, Contador, Auxiliar Administrativo e de Analista Ambiental – Engenharia Florestal, o qual teve seu cronograma suspenso com o respectivo adiamento das datas de aplicação das provas em razão da emergência em Saúde Pública de Importância Internacional ocasionada pela Infecção Humana pelo novo corona vírus;

1.11 - CONSIDERANDO a inexistência de aprovados em concurso público ou processo seletivo para exercício das atribuições do cargo de Analista Ambiental – Engenharia Florestal;

1.12 – CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do Contrato Administrativo Individual firmado em 01/07/2019;

1.13 - CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de equipe mínima em conformidade com o que dispõe a Resolução CONSEMA nº 117/2017;

1.14 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – O prazo de duração previsto na Cláusula Oitava do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 01/07/2019, fica prorrogado, passando seu término para 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/07/2019 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 05 de Maio de 2020.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI
Diretor Executivo: Fernando Tomaselli
(Contratante)

JUCA ESTHEVAM TASSI SARDAGNA
(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Patricia Barbaresco Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 095.555.009-24 CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2019/005 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2466347

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Fernando Tomaselli, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) RICHARD MARTAN FERRARI, brasileiro, solteiro, estudante, nascido em 31/03/1997, inscrito no CPF sob o nº 089.285.329-81 e portador do RG sob o nº 5.714.563 – SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Faustino Pasquali, nº 120, Bairro Rodeio 12, na cidade de Rodeio/SC, CEP: 89.136-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/07/2019, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes

de todas as funções inerentes ao emprego público de Agente Administrativo com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 11 (onze) meses, tendo seu início em 01/07/2019 e término para 31/05/2020;

1.3 – CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

1.4 - CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

1.5 - CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

1.6 - CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que instituiu regime de quarentena para diversas atividades;

1.7 - CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

1.8 - CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020, nº 515, de 17 de março de 2020, nº 525, de 23 de março de 2020, nº 535, de 30 de março de 2020, nº 554, de 11 de abril de 2020, nº 562, de 17 de abril de 2020 e outros aplicáveis à situação;

1.9 - CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Consórcio estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública, o que ocorreu por meio da Resolução nº 361, de 17 de março de 2020 e pela Resolução nº 363, de 16 de abril de 2020;

1.10 – CONSIDERANDO que, na data de 19 de fevereiro de 2020, o CIMVI lançou o Edital de Concurso Público nº 01/2020 destinado ao provimento de vagas de Agente Administrativo, Contador, Auxiliar Administrativo e Analista Ambiental – Engenharia Florestal, o qual teve seu cronograma suspenso com o respectivo adiamento das datas de aplicação das provas em razão da emergência em Saúde Pública de Importância Internacional ocasionada pela Infecção Humana pelo novo corona vírus;

1.11 - CONSIDERANDO a inexistência de aprovados em concurso público ou processo seletivo para exercício das atribuições do cargo de Agente Administrativo;

1.12 – CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do Contrato Administrativo Individual firmado em 01/07/2019;

1.13 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – O prazo de duração previsto na Cláusula Oitava do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 01/07/2019, fica prorrogado, passando seu término para 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/07/2019 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 05 de Maio de 2020.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

(Contratante)

RICHARD MARTAN FERRARI

(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Patricia Barbaresco

CPF: 095.555.009-24

Nome: Sandra Regina Batista

CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2019/006 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2466350

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Fernando Tomaselli, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) SCHARIENE TIANA VOLANI, brasileira, solteira, estudante, nascida em 11/10/1989, inscrita no CPF sob o nº 076.166.489-08 e portadora do RG sob o nº 5.207.416 – SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Augusto Maass, nº 2000, Bairro Arapongas, na cidade de Indaial/SC, CEP: 89083-725, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 25/07/2019, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Agente Administrativo com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 10 (dez) meses, tendo seu início em 25/07/2019 e término para 24/05/2020;

1.3 – CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

1.4 - CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

1.5 - CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

1.6 - CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que instituiu regime de quarentena para diversas atividades;

1.7 - CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

1.8 - CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020, nº 515, de 17 de março de 2020, nº 525, de 23 de março de 2020, nº 535, de 30 de março de 2020, nº 554, de 11 de abril de 2020, nº 562, de 17 de abril de 2020 e outros aplicáveis à situação;

1.9 - CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Consórcio estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública, o que ocorreu por meio da Resolução nº 361, de 17 de março de 2020 e da Resolução nº 363, de 16 de abril de 2020;

1.10 – CONSIDERANDO que, na data de 19 de fevereiro de 2020, o CIMVI lançou o Edital de Concurso Público nº 01/2020 destinado ao provimento de vagas de Agente Administrativo, Contador, Auxiliar Administrativo e Analista Ambiental – Engenharia Florestal, o qual teve seu cronograma suspenso com o respectivo adiamento das datas de aplicação das provas em razão da emergência em Saúde Pública de Importância Internacional ocasionada pela Infecção Humana pelo novo corona vírus;

1.11 - CONSIDERANDO a inexistência de aprovados em concurso público ou processo seletivo para exercício das atribuições do cargo de Agente Administrativo;

1.12 – CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do Contrato Administrativo Individual firmado em 25/07/2019;

1.13 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – O prazo de duração previsto na Cláusula Oitava do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 25/07/2019, fica prorrogado, passando seu término para 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 25/07/2019 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 05 de Maio de 2020.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI
Diretor Executivo: Fernando Tomaselli
(Contratante)

SCHARIENE TIANA VOLANI
(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Patricia Barbaresco
CPF: 095.555.009-24

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

RESOLUÇÃO Nº 365 DE 05 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2466353

RESOLUÇÃO Nº 365, DE 05 DE MAIO DE 2020

NOMEIA LUCIANE BARTH PARA O EMPREGO PÚBLICO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto, com fundamento no art. 37, Incisos II, in fine, e V, da Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, nos artigos 4º, § 2º, 10 e 95 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. LUCIANE BARTH, CPF 015.476.670-44 e RG nº 1102303375 SSP/RS, para o emprego público em comissão de Assessor do Serviço de Educação Ambiental deste Consórcio Público, a contar de 07 de Maio de 2020.

Parágrafo Primeiro – O nomeado fica convocado a tomar posse e entrar em exercício, a partir da data mencionada no caput deste artigo, na forma dos artigos 33 e 35 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI.

Art. 2º - O nomeado ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

Art. 3º - O nomeado estará submetido à dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente a R\$ 3.526,75 (três mil e quinhentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Anexo 1 do Contrato de Consórcio Público, atualizado na forma da Resolução nº 342, de 13/01/2020, correspondente a carga horária de quarenta horas semanais, em conformidade com os artigos 50 e 52, § 4º do Estatuto do Consórcio.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 05 de Maio de 2020.

Jean Michel Grundmann
Presidente

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 05 de Maio de 2020.

Patricia Barbaresco
Assessora Jurídica – CIMVI

CINCATARINA**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4876/2020**

Publicação Nº 2465910

Processo Administrativo Eletrônico:	4876/2020-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 3 e 777
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 3 e 777 referentes ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro/Cancelamento realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 15/04/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevações do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada (eDOC F786FF0A, eDOC 409B3E0E).

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0022/2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e dá outras providências.

Após a negociação realizada, quanto ao item nº 3, constata-se que a proposta de reequilíbrio solicitada restou como melhor valor para os municípios. Com relação ao item nº 777, verifica-se que o valor requerido ficou acima daquele negociado no PE nº 0005/2020, deste modo, a equipe técnica recomenda o indeferimento do pedido, conforme pareceres (eDOC FD267136, eDOC 4A3BB032).

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido.

Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam

ocorrer.

A Lei geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução 22/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quando ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange os itens nº 3;
2. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 777, sendo que não foi concedido, haja visto que após a verificação de mercado o valor ficou fora de valor/referência. Sendo que o mesmo foi proposto por valor inferior em novo processo que terá vigência em 16/05/2020.
3. Pelo cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 777;
4. Pela execução dos contratos (AFs) encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 04 de maio de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	4876/2020-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 3 e 777
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente aos itens nº 3 e 777, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange os itens nº 3, nos valores constantes do Parecer Jurídico retro;
2. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 777, sendo que não foi concedido, haja visto que

após a verificação de mercado o valor ficou fora de valor/referência. Sendo que o mesmo foi proposto por valor inferior em novo processo que terá vigência em 16/05/2020.

3. Pelo cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0083/2019, PE nº 0068/2019, Registro de Preço, referente ao item 777;

4. Pela execução dos contratos (AFs) encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 05 de maio de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

CIS/AMFRI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº 09/2020

Publicação Nº 2465661

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 09/2020.

De um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 07.510.376/0001-95, situado na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, sala 01, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí/SC, CEP. 88309-421, representado pelo seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, no Município de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, neste ato denominado CONSÓRCIO, e de outro lado, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.855/0001-50, com sede na Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro, no Município de Navegantes/SC, CEP. 88375-000, representado pelo seu Prefeito Sr. Emílio Vieira, brasileiro, solteiro, funcionário público, inscrito no CPF sob nº 716.701.659-49, portador da Carteira de Identidade nº 2680636 – SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Orlando Ferreira, nº 1217, Bairro Machados, no Município de Navegantes/SC, CEP. 88375-000, neste ato denominado CONSORCIADO, no uso das atribuições que lhe conferem a lei, assinam o presente Termo Aditivo

As partes resolvem firmar de comum acordo o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº 09/2020, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, a alteração da Cláusulas Quarta do originário Contrato de Programa e Rateio, que passa a ter a seguinte redação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E FORMA DE REPASSE DE SERVIÇO

Fica pelo presente termo aditivo acrescida a quantia de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), referente aos serviços prestados pelo consórcio ao município, os quais o CONSORCIADO repassará ao CONSÓRCIO em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) cada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente termo aditivo correrão pela dotação orçamentária vigente no exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por assim estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente Termo Aditivo, em (02) duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Itajaí, 28 de abril de 2020.

EMÍLIO VIEIRA
Prefeito Municipal de Navegantes

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

Secretário(a) Municipal de Saúde

Testemunhas:

Ariane Simionatto Schizzi Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 066.272.829-76 CPF: 850.490.009-63

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 02/2020 BOING & FELDHAUS SERV. MÉDICOS

Publicação Nº 2466194

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 02/2020.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: BOING & FELDHAUS SERVIÇOS MÉDICOS S/S

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de Endocrinologia Pediátrica.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 02/01/2020.

Assinantes: Lindomar Ballmann pelo Contratante e, Letícia Soares Boing pelo Contratado.

NOMEAÇÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO - 01/2020

Publicação Nº 2466216

DECRETO Nº 01/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

“DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LINDOMAR BALLMANN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL - CISAMUREL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica designada a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL - CISAMUREL, para realização de Licitações, durante o Exercício de 2020, consoante adiante descrito:

SIMONE HOFFMANN MAIATO SANTANA – Presidente

SÍNTIA MILENA BOEING – Secretária

GISELE VIANA FELIPE – Membro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tubarão/SC, 09 de abril de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL
CISAMUREL

Registrado e publicado neste Consórcio em 09 de abril de 2020.

EDSON NUNES

Coordenador Administrativo do Consórcio Intermunicipal de
Saúde da AMUREL
CISAMUREL

CVC**ADITIVO ATA Nº 78 F&F**

Publicação Nº 2465857

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELAIS, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E F&F DISTRIBUIDORA DE

MEDICAMENTOS LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 004/2019 - CVC.

SEGUNDO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2, Bairro CENTRO, na cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguintes municípios: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAMIREZ TAPIA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis - SC CEP: 89.898-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RENATO PAULATA

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa F&F DISTRIBUIDORA DE

MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua GENUINO PIACENTINI Nº 59 SANTA

TEREZINHA CEP 85.506-220 - Pato Branco/PR CEP: 85.506-220, inscrita no CNPJ sob o nº 28.093.678/0001-85, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. FABIO EMANUEL REBONATTO, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 078/2019, firmada em 24/07/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2019 - CVC:

Considerando a necessidade do Aditamento dos lotes identificados na Clausula Primeira da ata de Registro de Preços do FORNECEDOR REGISTRADO no processo licitatório 004/2019 – CVC, e com fundamento no art. 19 da Resolução 003/2015 CVC e clausula oitava item 8.1 e incisos da ata de registro de preços, resolvem as partes aditá-la, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
380	20.825	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	CRISTALIA	7,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 078/2019 firmada em 24/07/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 29/04/2020

CARLOS A. TOZZO
PRESIDENTE
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
Órgão Participante

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL
Órgão Participante

MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM
Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Órgão Participante
MUNICIPIO DE TUNAPOLIS
Órgão Participante

F&F DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

CIRSURES

EXTRATO DE CONTRATO 015/2020

Publicação N° 2465810

CONTRATO N°: 015/2020
CONTRATADA: SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Objeto: O presente termo contratual tem por objeto a aquisição, parcelada, pela CONTRATANTE, de até 640m³ do insumo "Brita nº4", para gradual utilização na operacionalização do aterro sanitário do CONTRATANTE.

Assinatura: 06/04/2020

Vigência: Início: 06/04/2020 – Fim: 31/12/2020

Valor: R\$ 54,34 (cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) o metro cúbico, incluído o serviço de frete